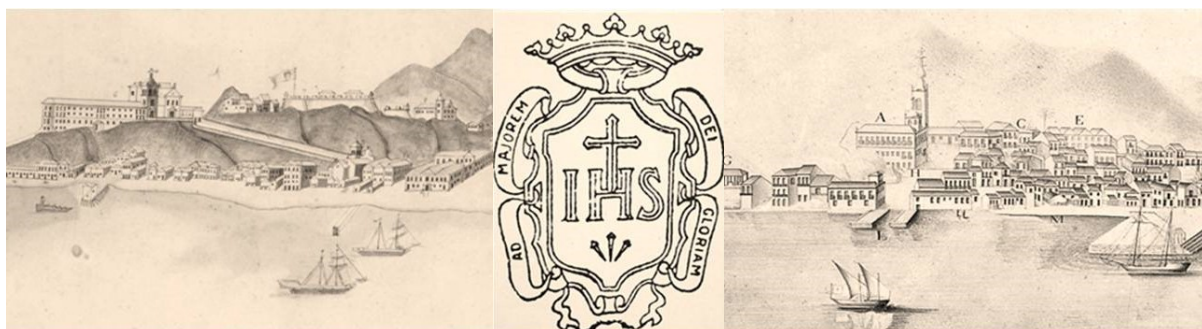




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FERNANDA CONTARINI MAITAM



JARDINS CELESTES, JARDINS TERRENOS:
A CONVERSÃO JESUÍTA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NA
“BANDA SUL” DO BRASIL

Salvador
2017

FERNANDA CONTARINI MAITAM

**JARDINS CELESTES, JARDINS TERRENOS:
A CONVERSÃO JESUÍTA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NA
“BANDA SUL” DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Conservação e Restauro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Fernandes Cardoso
Co-orientador: Prof. Dr. Eugênio de Ávila Lins

Salvador
2017

M232 Maitam, Fernanda Contarini.

Jardins celestes, jardins terrenos: a conversão jesuíta e a ocupação do território na “banda sul” do Brasil / Fernanda Contarini Maitam. 2017.
692 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Fernandes Cardoso.

Coorientador: Prof. Dr. Eugênio de Ávila Lins.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2017.

1. Jesuítas - Rio de Janeiro (RJ). 2. Jesuítas - Vitória (ES). 3. Urbanização - Brasil - Período colonial, 1500-182. I. Cardoso, Luiz Antonio Fernandes. II. Lins, Eugênio de Ávila. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. IV. Título.

CDU: 711.4(81)

FERNANDA CONTARINI MAITAM

**JARDINS CELESTES, JARDINS TERRENOS:
A CONVERSÃO JESUÍTA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NA “BANDA SUL”
DO BRASIL**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Área de concentração: Conservação e Restauro.

Aprovada em 04 de outubro de 2017

Banca examinadora

Luiz Antonio Fernandes Cardoso (Orientador) _____

Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia

Eugênio de Ávila Lins (Co-orientador) _____

Doutor em História da Arte, Universidade do Porto
Escola de Belas Artes – Universidade Federal da Bahia

Maria Herminia Olivera Hernández _____

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia
Escola de Belas Artes – Universidade Federal da Bahia

Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho _____

Doutora em História da Arte, Universidade de Coimbra
Departamento de História, Especialização em História da Arte e da Arquitetura – Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC Rio

Gina Veiga Pinheiro Marocci _____

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Renata Malcher de Araújo _____

Doutora em História da Arte, Universidade Nova, Lisboa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, Portugal

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro:

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –
CAPES

Dedico este trabalho a pessoa que verdadeiramente me fez entender o sentido da palavra amor. Que foi meu super-herói da infância (e demais fases da minha vida), minha mãe quando preciso, meu maior e melhor amigo, meu espelho para valores caros como honestidade, lealdade e bondade, e pai acima de todas as melhores expectativas possíveis e sonhadas.

Ao homem que volta e meia precisou enfrentar os percalços da vida, sempre de cabeça erguida, com fé num amanhã melhor e praticando lindamente uma das maiores virtudes da vida, a capacidade de perdoar. Soube sempre e verdadeiramente o momento de pedir perdão e, principalmente, de perdoar de coração aberto e alma leve.

Um dia ouvi que poderia crescer sem a minha mãe, mas nunca sem o meu pai. E eu não seria mesmo o que sou sem ele, pois com o mínimo, primário incompleto e cotidiano de uma vida simples na roça (bem vivida!), me mostrou o máximo que o ser humano pode ser.
Você foi e será sempre o meu maior amor.

Ao meu pai, Fernando Maitam, porque tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Eugênio de Ávila Lins, por ter novamente aceitado esta aventura comigo. E, apesar da merecida aposentadoria ocorrida ao fim do tortuoso caminho pelo qual passou essa tese, nunca abandonou de fato a minha orientação. Sua dedicação, profundo conhecimento e paciência, mais uma vez, foram essenciais para que mais esta etapa fosse vencida. Agradeço em especial pelo carinho demonstrado no angustiante período em que interrompi todo o trabalho para me dedicar integralmente ao meu pai. Seus e-mails foram sempre um sopro de tranquilidade no turbilhão de emoções provocadas pela doença e por minha própria cobrança em relação aos compromissos assumidos e prazos a serem cumpridos. O senhor é, e sempre será, tenha certeza, uma grande referência em minha vida.

À querida professora Renata Malcher de Araújo pelo carinho com que me recebeu em Portugal. Seus trabalhos, suas falas, sua trajetória e seu profundo conhecimento foram, e serão para toda vida, uma grande fonte de inspiração.

Ao professor Luiz Antônio Fernandes Cardoso, Lula, pelo apoio irrestrito prestado tanto durante o período em que o meu pai esteve doente, quanto após a retomada do trabalho. Seja me auxiliando nas burocracias relacionadas a prazos e finalização de pesquisa em alguns repositórios do Rio, seja com seu carinho e compreensão ante a triste situação pela qual passei no decorrer deste trabalho.

Aos professores que serão para sempre uma referência em minha vida: Arivaldo Leão de Amorim, Mário Mendonça de Oliveira, Maria Herminia Olivera Hernández, Ana de Lourdes Ribeiro da Costa (*in memoriam*), Odete Dourado, Anna Maria F. Monteiro de Carvalho, Evelyn Furkin Werneck Lima, Leonardo Mezentier, Sylvio Colin, Lourdes Luz, Willian Bittar, João Calafate e tantos outros mestres que me motivaram a seguir em busca dos meus sonhos. Em especial às professoras Maria Fernanda Bicalho e Thereza Baumann Zavataro pelos trabalhos cedidos, pelas ótimas conversas, trocas de experiências e pelo carinho. Ao professor Carlos Zeron pela gentileza em me enviar seus preciosos estudos.

Aos queridos Maria Henriques, Silvandira Oliveira e Luiz por todos os pedidos sempre gentilmente atendidos e por tanto carinho no tratar. Vocês são a alma deste PPG-AU.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, que financiou todo o projeto de pesquisa tanto no Brasil, quanto em Portugal.

Aos membros da banca, professoras Maria Herminia Hernández, Anna Maria F. Monteiro de Carvalho, Gina Marocci e Renata Malcher, que com grande generosidade e profissionalismo contribuíram de maneira decisiva para a consecução deste trabalho.

A todos os repositórios consultados, tanto no Brasil, como em Portugal. Em especial aos seus funcionários que dispensaram carinhosamente, muitas vezes, grande parte de seu tempo no auxílio a minha pesquisa. Ao Tiago Alves, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e ao Subtenente Álvaro, do Arquivo Histórico do Exército, localizado no Rio de Janeiro, por facilitarem imensamente a rotina de pesquisa com muito profissionalismo e atenção. E a todos os demais gentis funcionários de ambos os repositórios. Esses dois arquivos de excelência, constituem, ao meu ver, um exemplo a ser seguido pelos demais repositórios brasileiros e estrangeiros. Exemplos que comprovam que com pouca burocracia, mas com disciplina e cuidado, todos os lados (pesquisador, repositório e documentação em si) são beneficiados. À Dona Letícia Mainieri Piedade, do Museu do Ministério da Fazenda, do Rio de Janeiro, por atender aos meus apelos, pelo carinho e muitas boas conversas durante o período de pesquisa. Ao setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em especial à Lívia P.

Rocha pelas muitas ajudas prestadas. Aos funcionários do Arquivo Noronha Santos do IPHAN, que mesmo a sede estando fechado devido a obras durante o período em que foram realizadas as pesquisas no Rio, cederam gentilmente vários arquivos via correio eletrônico. À Cora, da Paróquia de Itapemirim, por me proporcionar o acesso ao cartulário e outros livros de registro da antiga Vila de Benevente, hoje Anchieta. A todos os responsáveis pelos edifícios do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que disponibilizaram um pouco do seu tempo para que eu pudesse fotografá-los. Em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino, agradeço especialmente ao Senhor Jorge Nascimento pela simpatia e profissionalismo. Ao Pe. António Trigueiros, à Ana e demais funcionários da Brotéria pela preciosa ajuda e por terem sempre me recebido com muita atenção e carinho. Ao Senhor Paulo Jorge Santos Almeida, do Projeto SidCarta do Exército Português, pela atenção e cartografia gentilmente cedida. Ainda em Portugal, aos funcionários do Arquivo da Torre do Tombo, da Biblioteca Pública do Porto, da Biblioteca Pública de Évora, da Biblioteca da Ajuda e da Biblioteca do Instituto de Geografia de Lisboa pelo profissionalismo e gentileza.

Aos antigos e novos amigos, que de perto ou de longe, me ajudam a ser um pouquinho melhor a cada dia. À querida família Silva Ribeiro e genros, por estarem comigo em todos os momentos da minha vida. Incluindo nessa conta a querida Juliana, Tia Ivonete, Gui, Lídio, Lola, Matheus e todos os demais amigos mineiros tão especiais e queridos. Em especial à querida Lícia pelo carinho e dedicação com que leu e promoveu as necessárias correções a essa tese. À tão querida quanto família Marques Raposo, tão essencial nos dias mais escuros. Sabrina e Lourdinha, nunca poderei compensar tanto amor e dedicação dispensados durante a doença de papai. Tenham a certeza, que mesmo à distância, vocês foram os braços que me seguraram em muitos momentos. Aos meus amados da faculdade Santa Úrsula, Gabriela, Alexandre, Elaine, Roberta, Cristiano, Livia, Otávio e João Marcos. Aos queridos da RioUrbe, da De Mello Marques e da Ecotech, em especial ao Hamilton, Daniel, Flávia, Nathália, Florinha, Ronaldo, Carlos Augusto, Seu Prefeitinho, Sandra, Lúcio, Rodrigo, Sônia e Márcio. Aos amigos que a Bahia me presenteou, Dafne, Gustavo, Lucas, Ana Karla, Zé Ofélio, Marcinho, Regi, Andersonzinho, Jota, Carol, família Motta Lopes, Saulo, Dr^a Lúcia, Zeila e família, Cláudia, Jadd, Mônica e outros tantos queridos que há tempos habitam minhas lembranças e coração. Em especial à querida amiga Andrea Romão que não apenas ajudou imensamente com o trabalho, como me fez rir muito durante a complicada fase de finalização. Ao maestro Rodrigo Toffolo e ao amigo Sergio Motta, que dividiram comigo o mesmo teto, aguentaram minhas manias e respeitaram, razoavelmente bem, o meu sagrado horário de sono. Sem vocês dois o ano da bolsa sanduíche em Lisboa não teria tanta graça. Aos mais recentes e não menos queridos, Paulo e Paula pelos maravilhosos passeios, maravilhosos jantares e maravilhosas conversas em terras ultramarinas. Ao André por ter pego para mim o pão na famosa festa de Santo António de Lisboa. Artigo precioso que me salvou do caritó. Ao Eduardo que também me auxiliou neste departamento. Ao Carlos Mota pelo carinho e ajuda prestada durante a adaptação em Portugal. À Ellen, Myriam e Tathiane que tornaram os dias portugueses mais brasileiros. Ao Leandro e à Samira que com muita disposição e carinho deixaram meus dias menos pesados. À Maria Amélia pela felicidade em me ajudar a atingir um objetivo, por me deixar mais confiante, pelas conversas e pelo enorme carinho com que sempre me recebia. À Dona Lia, sempre tão atenciosa e carinhosa. À família da Cruz Magalhães pelo carinho com que me acolheram. Aos novos amigos de Viseu, por terem igualmente me recebido com muito carinho.

À minha grande família. Em especial a minha Tia Tatina, por seu amor imenso. Ao Tio Dedé pela companhia, cuidado, dedicação e carinho. Sem o senhor o processo da doença e, principalmente, o de aceitação da perda, teria sido muito mais sofrido. Ao Tio Tônico por alegrar nossos fins de semana, com conversas de outros tempos e com seu pãozinho

fresquinho. À Tia Nélida pelo carinho e cuidado. À Tia Teresinha, Tio Antônio, Rita e Marcelo pela constante preocupação e carinho. À Daniela, Karla e toda família da querida prima Mariângela, pelo grande carinho novamente demonstrado em um momento de muita dor. Aos primos Marilda e Maurinho por estarem sempre presentes com seu constante apoio. E a todos que rezaram, demonstraram amor ou apenas foram cuidadosos ao lidar com a situação do meu amado pai. Aos queridos tios que há pouco partiram, Tio Jair, Tio Bento e Tio Santói. Às queridas Geruza e Penha, por cuidarem com tanto amor e dedicação de todos nós. Aos meus irmãos, Rita (Tati) e José Ricardo (Cacá), por termos passado por tudo sempre unidos. E, apesar de tudo, seguirmos em frente, honrando os valores e o imenso amor que nosso pai e nossa mãe nos deixaram. À Luciene e Renato, por sempre torcerem pela minha felicidade. Aos meus sobrinhos, Bruno, Ricardinho e Guigui, por serem meus eternos bebês. À mamãe que, apesar do pouco tempo que tivemos, foi uma mulher e uma mãe extraordinária e foi sempre muito, muito amada e só distribuiu seu imenso amor e bondade enquanto esteve junto de nós. E que tenho certeza, está e permanecerá sempre junto a mim, sendo também uma grande parte do que sou.

Ao Carlos por ser a luz da minha vida, mesmo nos dias mais escuros. Obrigada pelo constante apoio, pelas preciosas ajudas com as traduções e pela confiança inabalável de que tudo sempre ficará bem.

A todos de forma geral que me ajudaram até hoje, na tese e, principalmente, na vida. Mesmo que essa ajuda não tenha partido necessariamente de algo bom. Os tropeços e as mudanças de rota, acredito, tornam a caminhada ainda mais gratificante.

À Cachoeiro por ser o berço da minha família. Ao Rio pela formação, pelos muitos amigos e mestres queridos. À Bahia, que enche minha vida de preciosas lembranças.

À Lisboa que se tornou também meu lar.

MAITAM, Fernanda Contarini. Jardins celestes, jardins terrenos: a conversão jesuíta e a ocupação do território na “banda sul” do Brasil. 692 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

É patente que ainda persiste uma considerável lacuna de conhecimento a ser preenchida no que concerne à conformação da rede de povoamento, ocupação e controle do território brasileiro promovida pela Igreja Católica. Tal afirmação é ainda mais verdadeira no que diz respeito à Companhia de Jesus, visto que grande parte desse processo de ocupação deveu-se à ação inaciana, que se desenvolveu ininterruptamente por mais de dois séculos (1549-1759) de vida colonial, instituindo colégios, seminários, casas, aldeamentos, fazendas e engenhos em pontos estratégicos do litoral do país. A mesma lacuna é observada em relação aos índios, para os quais se voltava a missão inaciana. Almejando resgatar parte da história de padres, índios e também dos negros na imensa estrutura inaciana da Província do Brasil, este estudo objetiva investigar a possível existência de redes de aldeamentos nos atuais estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Sobre a organização jesuíta do Espírito Santo, o Pe. Anchieta relata em 1581, que dos dez núcleos existentes, oito – quatro localizados ao norte, e quatro ao sul – estavam separados da Vila de Vitória em intervalos similares, e distantes da mesma em 72.000 passos. Desta estrutura, apenas dois aldeamentos prosperaram: Reritiba e Reis Magos. Núcleos que funcionaram como centros de aprendizado da língua tupi e pontos dos quais partiam as incursões ao sertão. Como suportes desses aldeamentos foram formadas as fazendas de Araçatiba, Muribeca e Itapoca, com especialidades bem definidas: açúcar, gado e farinha, respectivamente. No Rio de Janeiro, além do colégio e dos quatro aldeamentos que atravessaram três séculos de colonização – São Lourenço, São Barnabé, São Pedro e São Francisco Xavier –, as principais unidades econômicas eram: a Sesmaria de Iguaçú, composta pelo Engenho Velho, possuidor de currais de gado e engenho de açúcar, pelo Engenho Novo, com engenho de açúcar e aguardente, e pela Quinta de São Cristóvão, com pomar, horta e forno de cal; a Fazenda de Macacu ou Papucaia, cujo o principal cultivo era o da mandioca; a Fazenda de São Francisco Xavier, que fornecia madeira para o colégio; a Fazenda de Santa Cruz, que aliou a atividade pecuária em grande escala a uma expressiva produção agrícola; a Fazenda de Santa Ana de Macaé, que foi utilizada, principalmente, para descanso das boiadas; a Fazenda do Colégio dos Campos dos Goytacazes, que possuía muitos currais de gado, fábrica de cerâmica e um significativo engenho de açúcar; e a Fazenda de Campos Novos, que concentrou expressiva quantidade de cabeças de gado e fornecia ao colégio madeiras e alimentos. Por meio de núcleos rigidamente organizados, com especialidades bem definidas, o fluxo contínuo gerado pelo deslocamento de padres e índios e pela troca de mercadorias estabelecida entre os colégios, os aldeamentos e as unidades produtoras, possibilitou a efetivação de caminhos que cruzavam de norte a sul o litoral dos atuais estados. Assim, a presente tese se dispõe não apenas a investigar essa rede, como a esmiuçar os contextos de negociações, barganhas, disputas e alianças firmados entre jesuítas e índios no grande projeto colonial da Coroa portuguesa.

Palavras-chave: Ocupação do território. Companhia de Jesus. Rede de aldeamentos. Espírito Santo. Rio de Janeiro.

MAITAM, Fernanda Contarini. Celestial gardens, terraced gardens: the Jesuit conversion and occupation of the territory in the "southern band" of Brazil. 692 pp. ill. 2017. Doctoral thesis – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

It is clear that there's a considerable gap of knowledge to be filled, regarding the layout of the network of settlement, occupation and control of the Brazilian territory promoted by the Catholic Church. This statement is even more true regarding the Society of Jesus, since much of the occupation process was due to Ignatian action, which was developed over two centuries (1549-1759) of colonial life building colleges, seminaries, houses, villages, farms and mills in strategic points in the coast of the country. The same gap is observed in relation to the Indians, to whom the Ignatian mission was concerned. Aiming to recover part of the history of priests, Indians and blacks in the immense Ignatian structure of the Province of Brazil, this study intends to investigate the possible existence of village networks in the present states of Espírito Santo and Rio de Janeiro. About the Jesuit organization of the state of Espírito Santo, Fr. Anchieta reports in 1581, that of the ten existing nuclei, eight - four located to the north, and four to the south - were separated from the Village of Vitória at similar intervals, and distant from it at 72.000 steps. Of this structure, only two villages prospered: Reritiba and Reis Magos. These nuclei worked as learning centers of the Tupi language and also were points from which the incursions to the sertão took off. As supports of these villages were formed the farms of Araçatiba, Muribeca and Itapoca, with well defined specialties: sugar, cattle and flour, respectively. In Rio de Janeiro, besides the college and the four settlements that crossed three centuries of colonization – São Lourenço, São Barnabé, São Pedro and São Francisco Xavier –, the main economic units were: the Sesmaria de Iguaçu, made up of the Engenho Velho, which had three cattle pens and a sugar mill, the Engenho Novo, with sugar and brandy mill and the Farm of São Cristóvão, which had a orchard, a vegetable garden and a lime kiln; the Farm of Macacu ou Papucaia whose main crop was manioc; the Farm of São Francisco Xavier, which supplied wood for the college; the Farm of Santa Cruz, which combined large-scale livestock farming with significant agricultural production; the Farm of Santa Ana de Macaé, which was used mainly for resting the cattle; the Farm of Campos dos Goytacazes, which had many livestock pens, a pottery factory and a significant sugar mill; and the Farm of Campos Novos, which had an expressive number of livestock and provided the college with wood and food. By means of rigidly organized nuclei, with well-defined specialties, the continuous flow generated by the displacement of priests and Indians and also by the exchange of goods established between the colleges, villages and production units, enabled the realization of paths that crossed the coast of the current states, from north to south. Thus, this thesis is designed not only to investigate this network, but also to scrutinize the contexts of negotiations, bargaining, disputes and alliances between Jesuits and Indians in the great colonial project of the Portuguese Crown.

Keywords: Occupation of the territory. Society of Jesus. Village network. Espírito Santo. Rio de Janeiro.

MAITAM, Fernanda Contarini. Jardins célestes, jardins en terrasses: la conversion jésuite et l'occupation du territoire dans la "bande sud" du Brésil. 692 f. ill. 2017. Thèse de doctorat – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RÉSUMÉ

Il est clair qu'il y a un fossé considérable à combler en ce qui concerne l'aménagement du réseau de colonisation, d'occupation et de contrôle du territoire brésilien promu par l'Église catholique. Cette affirmation est encore plus vraie en ce qui concerne la Compagnie de Jésus, puisque la plus grande partie du processus d'occupation était due à l'action ignatienne, qui a été développée sur deux siècles (1549-1759) de la vie coloniale, construire des collèges, des séminaires, des maisons, des villages, des fermes et des moulins dans des points stratégiques sur la côte du pays. On observe le même écart par rapport aux Indiens, à qui était concernée la mission ignatienne. Dans le but de récupérer une partie de l'histoire des prêtres, les Indiens et les Noirs dans la structure immense ignatienne de la province du Brésil, cette étude a l'intention d'enquêter sur l'éventuelle existence de réseaux villageois dans les états actuels de Espírito Santo et Rio de Janeiro. A propos de l'organisation jésuite de l'État de Espírito Santo, le père Anchieta rapporte en 1581 que des dix noyaux existants, huit - quatre situés au nord et quatre au sud - ont été séparés du village de Vitória à des intervalles similaires et éloignés de celui-ci en 72 000 étapes. De cette structure, seuls deux villages ont prospéré: Reritiba et Reis Magos. Ces noyaux ont travaillé comme centres d'apprentissage de la langue Tupi et ont également été des points à partir desquels les incursions au sertão décollé. Comme soutien de ces villages se formaient les fermes d'Araçatiba, Muribeca et Itapoca, avec des spécialités bien définies: le sucre, le bétail et la farine, respectivement. À Rio de Janeiro, outre le collège et des quatre villages qui traversèrent trois siècles de colonisation – São Lourenço, São Barnabé, São Pedro and São Francisco Xavier –, les principales unités économiques étaient: le Sesmaria de Iguaçú, composé de l'Engenho Velho, qui avait trois grange bovine et un moulin à sucre, de l'Engenho Novo, avec usine de sucre et brandy et par São Cristóvão, avec verger, un potager et four à la chaux; la Ferme de Macacu ou Papucaia, dont la principale culture était le manioc; la Ferme de São Francisco Xavier, qui a fourni du bois pour le collège; la Ferme de Santa Cruz, qui a combiné l'élevage à grande échelle avec une production agricole importante; la Ferme de Santa Ana de Macaé, utilisée principalement pour le repos du bétail; la Ferme de Campos dos Goytacazes, qui possédait de nombreux enclos de bétail, une usine de poterie et un important moulin à sucre; et la Ferme de Campos Novos, qui possédait un nombre important de bétail et fournissait au collège du bois et de la nourriture. Au moyen de noyaux rigoureusement organisés avec des spécialités bien définies, le flux continu généré par le déplacement des prêtres et des Indiens et par l'échange de biens établi entre les collèges, les villages et les unités de production a permis la réalisation de chemins qui ont traversé du nord au sud de la côte des états actuels. Ainsi, cette thèse est conçue non seulement pour enquêter sur ce réseau, mais aussi pour examiner les contextes de négociation, de bonnes affaires, de différends et d'alliances entre jésuites et indiens dans le grand projet colonial de la Couronne portugaise.

Mots-clés: Occupation du territoire. Compagnie de Jésus. Réseau villageois. Espírito Santo. Rio de Janeiro.

MAITAM, Fernanda Contarini. Jardines celestes, jardines terrenos: la conversión jesuíta y la ocupación del territorio en la "banda sur" de Brasil. 692 h. il. 2017. Tesis (Doctorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMEN

Está claro que todavía hay una considerable brecha de conocimiento para ser llenado con respecto a la conformación de la red de asentamientos, la ocupación y el control de Brasil promovido por la Iglesia Católica. Esta afirmación es aún más cierta en lo que respecta a los jesuitas, ya que gran parte de este proceso de ocupación se debe a la acción ignaciana, que se desarrolla de forma continua durante más de dos siglos (1549-1759) de la vida colonial, con la creación de escuelas, seminarios, casas, pueblos, granjas y fábricas en puntos estratégicos de la costa del país. La misma ausencia es observada en relación a los indios, para los cuales se volvía la misión jesuita. Deseando rescatar parte de la historia de sacerdotes, indios y también de los negros en la inmensa estructura ignaciana de la Provincia de Brasil, este estudio tiene como objetivo investigar la posible existencia de redes de asentamientos jesuitas en los actuales estados de Espírito Santo y Río de Janeiro. Sobre la organización jesuita del Espírito Santo, el P. Anchieta relata en 1581, que, de los diez núcleos existentes, ocho - cuatro ubicados al norte, y cuatro al sur - estaban separados de la Villa de Vitória a intervalos similares, y distantes de la misma en 72.000 pasos. De esta estructura, sólo dos aldeas prosperaron: Reritiba y Reys Magos. Núcleos que funcionaron como centros de aprendizaje de la lengua tupí y puntos de los cuales partieron las incursiones al interior. Como soportes de estos pueblos se formaron las granjas de Arazatiba, Muribeca e Itapoca, con especialidades bien definidas: azúcar, ganado y harina. En Río de Janeiro, además del colegio y de los cuatro pueblos que atravesaron tres siglos de colonización - San Lorenzo, San Bernabé, San Pedro y San Francisco Xavier -, las principales unidades económicas eran: las tierras de Iguaçú, compuestas por Engeño Viejo, con corrales e ingenio, por Engeño Nuevo, con ingenio de azúcar y aguardiente, y por la Quinta de San Cristóbal, con huerta y horno de cal; la Hacienda de Macacu o Papucaia, con cultivo de mandioca; la Hacienda de San Francisco Xavier, que suministra madera para el colegio; la Hacienda de Santa Cruz, que alió la actividad pecuaria a una expresiva producción agrícola; la Hacienda de Santa Ana de Macaé, que fue utilizada, principalmente, para descanso de los bueyes; la Hacienda de los Campos de los Goytacazes, que poseía corrales, fábrica de cerámica y un significativo ingenio; y la Hacienda de Campos Nuevos, que concentró expresiva cantidad de cabezas de ganado, maderas y alimentos. A través de núcleos rígidamente organizados, con especialidades bien definidas, el flujo continuo generado por el desplazamiento de sacerdotes e indios y por el intercambio de mercancías establecida entre los colegios, las aldeas y las unidades productoras, posibilitó la efectividad de caminos que cruzaban de norte a sur el litoral de los Estados actuales. Así, el presente estudio se dispone no sólo a investigar esa red, como a desvelar los contextos de negociaciones, asechanzas, disputas y alianzas firmadas entre jesuitas e indios en el gran proyecto colonial de la Corona portuguesa.

Palabras clave: Ocupación del territorio. Compañía de Jesús. Red de asentamientos. Espírito Santo. Río de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Desenho de um missionário jesuíta presente na correspondência produzida no Brasil 31
- Figura 2 - Frontispício do *Tombo das terras, currais & mais pertenças que o Collegio do Rio de Janeiro tem nos Campos dos Gaytacazes* 40
- Figura 3 - Rio de Janeiro. Mapa de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desd' o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães*..... 59
- Figura 4 - São Sebastião do Rio de Janeiro (ca. 1579). In *Le Vrai Pourtraict de Geneure et du Cap de frie par Jqz de Vau de Claye*. Cartografia completa e detalhe 60
- Figura 5 - *Demostrasão Do Rio De Ianeiro. Feita por João Teixeira. Cosmographo, de de (sic) Sua Magestade. Anno. 1645*..... 66
- Figura 6 - O Rio de Janeiro no século XVIII 68
- (a) Cidade do Rio de Janeiro por João Massé (ca. 1712).
- (b) *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com suas Fortifficaçõins*, (ca. 1713).
- Figura 7 - *Planta da Villa da Victoria, Capital da Capitania do Espirito Santo e Prespecto da Villa da Victoria*, de José Antônio Caldas (copiado). Original de 1767. Cartografia completa e detalhe. 72/73
- Figura 8 - Configuração espacial nos aldeamentos dos jesuítas de Castela e de Portugal, respectivamente 94
- (a) Planta da Missão de S. Miguel, Rio Grande do Sul, 1756.
- (b) *Villa de Abrantes*, Bahia, 1794.
- (c) Ruínas da Missão de São Miguel, RS.
- (d) Edifício do antigo aldeamento de Reis Magos, no Espírito Santo.
- Figura 9 - Capitánias da “banda Sul”. Adaptada dos mapas de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais* e de Reis Filho (2013) 100

Figura 10 - Mapa da expansão dos jesuítas no Brasil no contexto do século XVI, do Pe. Serafim Leite (1938)	117
Figura 11 - Distribuição em quadra comumente observada nas construções inacianas. Edifício do antigo aldeamento de Reis Magos em Nova Almeida, Espírito Santo	137
Figura 12 - <i>Planta da medição da sesmaria patrimonial da cidade do Rio de Janeiro, executada em 1753-1755 e julgada por sentença / J. da Costa Ferreira.</i> E detalhe no qual pode ser observada a proporção das glebas doadas aos protagonistas da conquista do Rio de Janeiro	154
Figura 13 - Prospecto original e ampliação contido na <i>Planta ydrografica da famoza Bahia do Rio de Janeiro.</i> (S.l.: s.n.), 1775	165
Figura 14 - Colégio do Rio de Janeiro e detalhe dos cortes necessários para a construção da nova igreja. 1728	169
Figura 15 - Desmonte do morro do Castelo	170
(a) Colégio e igreja jesuíta.	
(b) Vista do colégio já em fase avançada de demolição, entre abril e maio de 1923.	
(c) Marco de fundação da cidade removido da antiga Sé, tendo de um lado a Cruz da Ordem de Cristo, e do outro as Quinas Portuguesas.	
(d) O presidente Epitácio Pessoa assiste à demolição do morro do Castelo, feita em parte a jatos d'água.	
Figura 16 – Vila Velha e Vila nova de Vitória da Capitania do Espírito Santo. Mapa de Luiz Teixeira (ca. 1574), in <i>Roteiro de todos os Sinais</i>	172
Figura 17 - <i>Perspectiva da Villa De Victoria, Capitania do Espirito Santo por Joaquim Pantaleão Per.^a da S.^a Anno de 1805</i>	180
Figura 18 - Sede dos jesuítas no Espírito Santo	185
(a) Colégio de Santiago e Igreja de São Maurício.	
(b) Atual Palácio Anchieta, sede do governo do Espírito Santo.	

- Figura 19 - *Descrição de toda a Costa da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil. Por João Teixeira, Cosmógrafo de S. Maj. Ano 1642.* Detalhe do aldeamento jesuíta de Guarapari..... 212
- Figura 20 - *Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte a ponta da barra do Rio Doçe no qual parte cõ Porto Seguro.* ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649 217
- Figura 21 - Mapa que registra os núcleos nos quais estiveram os jesuítas no Espírito Santo, segundo os manuscritos da Ordem e conforme foi citado por diferentes autores 222/213
- (a) Esquema proposto pelo Pe. Serafim.
- (b) Atual configuração do Estado do Espírito Santo, ilustrando os locais de ação dos inacianos.
- Figura 22 - A cidade do Rio de Janeiro e sua banda d'além. In *Atlas do Brasil* de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco 230
- Figura 23 - *Aparencia do Rio de Ianeiro.* João Teixeira Albernaz, o moço (1627 – 1675). Destaque para os núcleos jesuítas e para a função defensiva exercida pelos fortes, fortaleza e aldeamento de São Lourenço 235
- Figura 24 - Aldeamento de Cabo Frio. Mapa de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais* 239
- Figura 25 - Aldeamento de São Francisco Xavier de Itinga e Curral dos Padres ou Fazenda de Santa Cruz. In *Atlas da costa do Brasil*, (post. 1646) 242
- Folha 7: *Continuase a Costa da enceeda de Ubatuba até ao Rio Tujuca.*
- Figura 26 - Mapa que registra os núcleos nos quais estiveram os jesuítas no Rio de Janeiro, segundo os manuscritos da Ordem e conforme foi citado pelo Pe. Serafim Leite e por diferentes autores 246
- Figura 27 - Núcleos jesuítas destinados à criação de gado no Rio de Janeiro e Espírito Santo 263
- (a) Muribeca.
- (b) Solar do Colégio de Campos dos Goitacazes.

(c) Campos Novos.

(d) Santa Cruz.

- Figura 28 - *Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goutacazes* 273
- Figura 29 - Manuscrito da Ordem, provavelmente elaborado em fins do século XVI, no qual se encontra o resumo da fundação e efetivação do Real Colégio do Rio de Janeiro 279
- Figura 30 - Parte da *Carte Particuliere de la cote du Brésil*. Detalhe no qual aparecem algumas localidades da antiga sesmaria de Iguaçu: São Francisco Xavier (Engenho Velho), São Cristóvão e Inhaúma 286
- Figura 31 - Cópia da *Carta da Costa do Brasil. Dezde a Barra da Marambaya athé Cabbo Frio. Pelos P.P. Diogo Soarez, e D^{os} Capacy. S.J.G.R. no Eztado do Brazil* ... 290
- Figura 32 - Mapa da costa do Brasil entre Angra dos Reis e o Pão de Açúcar. In *Atlas do Brasil* de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco. Detalhe do “curral” de Santa Cruz 291/292
- Figura 33 - *Carta Topografica da Real Fazenda de Santa Cruz*. Autor Simão Antônio da Roza Pinheiro 294
- Figura 34 - Desenho da Real Fazenda de Santa Cruz 297
- Figura 35 - Trecho do *Plano topográphico do Porto e Entrada do Rio de Janeiro e seus oredores. Em 1778 por Francisco João Roscio, Sargento Mayor Engro* 298
- Figura 36 - Peão das terras da fazenda de São Francisco Xavier do Saco. Vista frontal e posterior 300
- Figura 37 - *Mapa de Cabo Frio the o Rio de Janeiro, Mapa da Parayba do Sul*. 1749 308
- Figura 38 - *Planta topográfica da foz do rio Macahe*. Autor Cap. Jacinto Dezidério Cony, copiada por A. Assumpção em 1915. Detalhe do morro do “colégio” e Igreja de Santana 310

Figura 39 - Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos. In: Mapa do <i>Litoral do Rio de Janeiro: entre a ilha de Alcatrazes e São Tomé</i> . (1794-1823)	311
Figura 40 - Igreja de São João Bastista de Carapina	314
Figura 41 - Inscrição registrada na Igreja de São João Bastista de Carapina	316
Figura 42 - <i>Província do Espírito Santo</i> , 1873. Detalhe no qual se observa a localização das antigas fazendas da Companhia	317/318
Figura 43 - <i>Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes</i> . (S.l.: s.n.), (17--?)	320
Figura 44 - Trecho da <i>Carte routière de la côte du Brésil</i> . Mouchez, A. Ernest B., 1824- 1892	322
Figura 45 - <i>Villa de Guaraparim</i> [1790]	331
Figura 46 - Remanescentes dos antigos aldeamentos e fazendas jesuítas do Rio de Janeiro	333/334
(a) Igreja de São Lourenço dos Índios.	
(b) Igreja de São Barnabé.	
(c) Igreja de São Pedro de Cabo Frio.	
(d) Igreja de São Francisco Xavier de Itaguaí, no início das obras de restauração.	
(e) Campos Novos.	
(f) Campos dos Goytacazes.	
(g) São Francisco Xavier.	
(h) Santa Ana de Macaé.	
Figura 47 - Remanescentes dos antigos aldeamentos e fazendas jesuítas do Espírito Santo	334/335
(a) Reis Magos, na atual Nova Almeida.	
(b) Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari.	
(c) Igreja de Nossa da Assunção em Anchieta, antiga Reritiba.	
(d) Igreja de São João de Carapina.	
(e) Igreja de Nossa Senhora das Neves, da antiga Muribeca.	

(f) Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Araçatiba.

- Figura 48 - Retábulo do altar-mor de Reis Magos. Destaque para a representação zoomorfa que adorna as extremidades do retábulo 346
- Figura 49 - Altar-mor da Igreja de São Lourenço dos Índios. Detalhe do piso em tijoleira do altar-mor com os desenhos que se atribuem aos índios 347
- Figura 50 - Adoração dos Reis Magos de Vasco Fernandes (1501-1506). No painel, a figura do rei mago negro, Baltazar, é substituída por um índio do Brasil 355
- Figura 51 - Índio do Espírito Santo, 1826. Desenho de Charles Landseer 364
- Figura 52 - *Desenho do engenho de fazer açúcar, novamente pintado ou trazido de fora pelos Padres da Companhia de Jesus, no Brasil, ano de 1613, e enviado por Pedro da Fonseca* 382
- Figura 53 - *Planta da freguesia e aldea de São Pedro*. Autor Antônio Luiz de Azevedo, copiada pelo Ten. Manoel Tavares da Fonseca, em 1798 393
- Figura 54 - Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí em 1823. Desenho de Maria Graham 398
- Figura 55 - *Reconhecimento do rio de Macacu e da entrada que conduz a Nova Friburgo (colônia suíça), 1819* 400
- Figura 56 - *Villa nova de Benavente* [1790] 404/405
- Figura 57 - Engenho Velho em junho de 1844. Desenhos de Eduard Hildebrandt 412
- Figura 58 - Lazareto em São Cristóvão, 1825-1826. Desenho de Charles Landseer 413
- Figura 59 - Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabrita 414
- Figura 60 - Palácio de Santa Cruz. Desenho de Maria Graham 416
- Figura 61 - Santa Cruz (1817-1829). Aquarela de Debret 418

Figura 62 - <i>Projecto principal da Real Capela e Palácio de Santa Cruz</i>	419
Figura 63 - Duas vistas da antiga fazenda jesuíta de Santa Cruz em julho de 1844. Desenhos de Eduard Hildebrandt	419/420
Figura 64 - Índios hostis do Espírito Santo	430
(a) Índio botocado em 1826. Desenho de Charles Landseer.	
(b), (c) e (d) Botocudos da região do Rio Doce em 1909. Fotografias de Walter Garber.	
Figura 65 - <i>Barra da Capitania do Espírito Santo</i> [1790]	434
Figura 66 - O berço da cidade do Rio de Janeiro	435
(a) e (b) Ladeira da Misericórdia e Morro do Castelo em 1844. Destaque para a torre da igreja inaciana. Desenhos de Eduard Hildebrandt.	
(c) e (d) O Real Colégio dominando a paisagem do Castelo e seu interior, em 1921.	
Figura 67 - A monumental e inacabada igreja jesuíta do Morro do Castelo	436
Figura 68 - Ponte dos jesuítas ou ponte do Guandu	441
Figura 69 - <i>Capitania do Espirito Santo, pertencente a Capitania da Bahia pelo governo militar</i> . Autor Anastácio de Santa Anna, copiado pelo Cap M. F. C. de Oliveira Soares em 1853	461/462
Figura 70 - <i>Capitania do Rio de Janeiro</i>	462/463
Figura 71 - <i>Carta da Província do Espirito Santo</i> . Autor Cap. Pedro Torcato Xavier de Brito [1854]	466/467
Figura 72 - <i>Mappa corographico da capitania do Rio de Ianeiro feito e oferecido a Mag.^{de} de El Rey N. Snor Dom João V</i> . Do Pe. Domingos Capassi da Companhia de Jesus, [ca.1730]	468/469
Figura 73 - <i>Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro, desde Parati até o Cabo de São Thomé</i>	470/471

Figura 74 - Caminho de Campos ao aldeamento de São Lourenço. In: <i>Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro, desde Parati até o Cabo de São Thomé</i> . Copiado por Carlos Burlamaque em 1857	473
Figura 75 - Detalhe do <i>Plano da cidade do Rio de Janeiro</i> [S.l.: s.n.], [ca.1770]	474
Figura 76 - <i>Carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro</i> . LEÃO, Manuel Vieira, 1911	475
Figura 77 - Caminho de São Cristóvão à Santa Cruz. Na cartografia <i>Reconhecimento militar desde Mangaratiba até a cidade do Rio de Janeiro</i> . Autor Tenente General Stockler	479/480
Figura 78 - <i>Mappa de parte da capitania do Rio de Janeiro</i> . [S.l.: s.n.], [17--]	481/482
Figura 79 - Capitania do Rio de Janeiro. (fl. 10). In: <i>Guia de caminhantes</i> . [S.l.: s.n.], Anno 1817. Atlas ms. (14 fls., 13 mapas)	483/484
Figura 80 - <i>Planta Da Fazenda D'el Rey</i> . [s.n.], [17--?]	485
Figura 81 - <i>Planta da Fazenda Santa Cruz, situada no Município Federal</i> [1891]	486
Figura 82 - [Mapa da Fazenda de Santa Cruz]. [S.l.: s.n.], [17-]	488

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Chãos urbanos adquiridos pelo Colégio do Rio de Janeiro na década de 70 do século XVI	158/159
Quadro 2 - Terras acrescentadas por compra à grande sesmaria de Guaratiba	293
Quadro 3 - Distribuição dos inacianos nos aldeamentos do Espírito Santo de acordo com os catálogos da Companhia dos anos de 1598 e de 1600	329
Quadro 4 - Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1701	379
Quadro 5 - Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1721	379
Quadro 6 - Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1741	380
Quadro 7 - Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1757	380
Quadro 8 - <i>Resumo geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América.</i> [Post. 1759]	388/389/390/391
Quadro 9 - <i>Mapa da população do Distrito da Villa de Benavente feito no 1º de julho de 181</i>	406

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNRJ	Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
AHE.RJ	Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AN.RJ	Arquivo Nacional - Rio de Janeiro
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ANS	Arquivo Noronha Santos - Rio de Janeiro
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ARSI	Archivum Societatis Romanum IESU
BA	Biblioteca da Ajuda
BNCR	Biblioteca Nazionale Centrale di Roma – Vittorio Emanuele
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal - Lisboa
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPE	Biblioteca Pública de Évora
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BRAS	Brasil
CA	Documentos catalogados por Castro e Almeida (AHU)
CX	Caixa
DH-BNRJ	Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
E	Envelope
ESMA	Documentos do Espírito Santo pertencentes à pasta de Manuscritos Avulsos do AHU
F	Fotografia
FPN	Fundo Próprios Nacionais do Museu da Fazenda Federal

IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MFF	Museu da Fazenda Federal – Rio de Janeiro
MI	Mapoteca do Itamarati – Rio de Janeiro
PT	Pasta
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RJMA	Documentos do Rio de Janeiro pertencentes à pasta de Manuscritos Avulsos do AHU
RJCA	Documentos do Rio de Janeiro catalogados por Castro e Almeida (AHU)
RPHAN	Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	29
PARTE I. A CONSTRUÇÃO DOS JARDINS NA “BANDA SUL”		45
2	O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO BRASIL	47
2.1	A urbanização colonial e seus agentes	49
2.1.1	A cidade colonial portuguesa e os seus funcionários do urbanismo	53
2.1.2	A engenharia militar e o território	62
2.1.3	A Igreja e seus múltiplos papéis	75
2.1.4	América portuguesa vs. América espanhola: nuances a respeito dos jesuítas e suas estruturas	83
2.2	A rede urbana e a rede de aldeamentos da Companhia de Jesus	95
2.2.1	A “banda sul” enquanto região	99
2.2.2	A rede de aldeamentos: discussões a respeito desta nova modalidade	105
3	OS SOLDADOS DE CRISTO NA VINHA BRASILEIRA	123
3.1	A Companhia de Jesus e o projeto colonial português	125
3.1.1	A vinha do Brasil	131
3.1.2	Os colégios e as casas	141
3.1.2.1	O Real Colégio de Jesus do Rio de Janeiro	150
3.1.2.2	A Casa e posterior Colégio de Santiago do Espírito Santo	170
3.1.3	Os Aldeamentos	186
3.1.3.1	A fundação dos aldeamentos do Espírito Santo	199
3.1.3.2	A conquista do Rio de Janeiro e a formação dos primeiros aldeamentos	223
3.1.4	As fontes de receita	247
3.1.4.1	A formação do patrimônio temporal da Companhia no Rio de Janeiro	273
3.1.4.2	Os bens temporais do Espírito Santo	312
PARTE II. CONSOLIDAÇÃO, VIVÊNCIA E RUPTURAS NAS REDES DE ALDEAMENTOS		325

4	“ESTA TERRA É NOSSA EMPRESA, E O MAIS GENTIO DO MUNDO”: A REDE JESUÍTA NA “BANDA SUL” DO BRASIL	327
4.1	Consolidação e ruptura na estrutura inaciana da banda sul	329
4.1.1	A vida nos colégios, aldeamentos e fazendas	335
4.1.2	Jesuítas, índios e negros: líderes e liderados	354
4.1.3	A terra e o rendimento dos bens divinos	370
4.1.4	A expulsão dos soldados de Cristo: rupturas e continuidades	385
4.2	Entre ambições e realizações	431
4.2.1	A rede de aldeamentos da Companhia de Jesus e seus principais fluxos	445
4.2.2	A formação dos caminhos	455
4.2.3	Afinal, existiu realmente uma rede de aldeamentos?	489
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	497
	REFERÊNCIAS	503
	APÊNDICE A – RELAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NOS REPOSITÓRIOS PORTUGUESES	535
	APÊNDICE B – CATÁLOGO DA CARTOGRAFIA/ICONOGRAFIA REPRODUZIDA NOS REPOSITÓRIOS PORTUGUESES	617
	APÊNDICE C – RESUMO DO LIVRO QUE TRATA DOS ARRENDAMENTOS DO COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 1750 E 1759	643
	ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO MANUSCRITO JESUÍTA <i>ALGUMAS ADVERTENCIAS PARA A PROVÍNCIA DO BRASIL</i>	669

1 INTRODUÇÃO

Hei de escrever a heroica missão, que empreenderão os Filhos da Companhia, a fim de conquistar o poder do inferno, senhoreado por seis mil e tantos annos do vasto império da Gentilidade Brasilica. Hei de contar os feitos illustres d'estes religiosos Varões, as regiões que descobrirão, as campanhas que talarão, as empresas que accommeterão, as victorias que alcançarão, as nações que sujeitarão, e a reputação que adquirirão as armas espirituais Portuguesas do Esquadrão, ou Companhia de Jesus. [...] As notícias que hei de dar, serão ao tosco, segundo o estado, em que no princípio acharão as cousas nossos missionários; porque a vista do que foi, melhor percebe a leitor a differença do que he, quando estas Chronicas ler.¹

(VASCONCELOS, 1865, p. XXV e XXVI).



¹ Trecho extraído do título “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil”, da obra do Pe. Simão de Vasconcelos, *Crônicas da Companhia de Jesus*.

Figura 1 – Desenho de um missionário jesuíta presente na correspondência produzida no Brasil.



Fonte: ARSI, BRAS 15, p. 156.

O galeão da imagem acima (Figura 1), que enfrenta as adversidades do mar revolto, mas que já avista a salvação, vai bem em consonância com espírito deste estudo, tanto no que se refere ao tema proposto, quanto ao que trata de angústias mais profundas, que dizem respeito ao fato de se chegar seguramente ao objetivo almejado por esta tese. O galeão, como é comumente observado nos frontispícios das obras literárias da Companhia de Jesus, muito provavelmente simboliza esta Ordem, cuja estrita disciplina, obediência e organização militar impressa por seu fundador, Inácio de Loyola, constituíram o passaporte para a aliança que se firmou com a Coroa portuguesa na empreitada colonial.

Ante o imbricado sistema persuasivo e de dominação imposto pela metrópole, que abusava do pragmatismo e de uma calculada manipulação dos meios particulares, é notório que outros agentes se destacassem, também, na ordenação dos novos territórios. E entre esses agentes seria natural, em vistas do casamento firmado com o Estado em princípios do século XV, que a Igreja tivesse um papel de destaque. Papel ainda muito desconhecido.

É patente que ainda persiste uma considerável lacuna de conhecimento a ser preenchida no que concerne à conformação da rede de povoamento, ocupação e controle do território brasileiro promovida pela Igreja Católica. Tal afirmação é ainda mais verdadeira no que diz respeito à Companhia de Jesus, visto que grande parte desse processo de ocupação deveu-se à ação inercial, que se desenvolveu ininterruptamente por mais de dois séculos

(1549-1759) de vida colonial, instituindo colégios, seminários, casas, aldeamentos, fazendas e engenhos em pontos estratégicos do litoral do país. As fazendas e engenhos, mais especificamente, verdadeiras mantenedoras da missão jesuíta, constituíram centros de produção muito significativos. Por meio de núcleos rigidamente organizados, com especialidades bem definidas, o fluxo contínuo gerado pela troca de mercadorias estabelecida entre o colégio e as unidades produtoras, possibilitou a instituição de caminhos que cruzavam o litoral do país de norte a sul. Diante dessa imbricada estrutura, este estudo objetiva investigar a possível existência de redes de aldeamentos jesuítas nos atuais estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, questionando se essas duas estruturas se tangenciaram ou se fundiram ao longo do plano de ação jesuíta nessas regiões.

Sobre a organização jesuíta do Espírito Santo, o Pe. José de Anchieta relata no ano de 1581, que dos dez núcleos existentes, dois estavam sob a administração direta dos padres, e os demais – quatro localizados ao norte, e quatro ao sul – separados da Vila de Vitória em intervalos similares, e distantes da mesma em 72.000 passos (ARSI, BRAS 15, p. 328). Dessa estrutura, cinco núcleos de aldeamentos foram efetivados: Reritiba, Reis Magos, Guarapari, Nossa Senhora da Conceição e São João. Auxiliados pelo engenho de Araçatiba e pelas fazendas de Muribeca e Itapoca, com especialidades bem definidas: açúcar, gado e farinha, respectivamente.

No Rio de Janeiro, além do colégio e dos aldeamentos – São Barnabé, São Lourenço dos Índios, São Pedro de Cabo Frio e São Francisco Xavier de Itinga/Itaguaí –, as principais unidades econômicas eram: a Sesmaria de Iguaçu, composta pelo Engenho Velho, outrora possuidor de três currais de gado e um engenho de açúcar, pelo Engenho Novo, que veio a substituir o Velho com um importante engenho de açúcar e aguardente, e pela Quinta de São Cristóvão, que possuía grande pomar, horta e um forno de cal; a Fazenda de Macacu ou Papucaia, que foi a maior produtora de mandioca da região; a Fazenda de Santa Cruz, “a mais importante propriedade dos Padres no sul do Brasil” (LEITE, 2006, tomo I/livro IV/III, p. 422), que se “diferenciou do padrão dominante na colônia por ser um complexo econômico que aliou a atividade pecuária em grande escala à uma expressiva produção agrícola² e a um conjunto de manufaturas de apoio de aprimorado nível técnico” (TELLES, 1994, p. 95-96); a Fazenda de São Francisco Xavier, que fornecia madeira para combustível da cozinha do

² A principal produção da fazenda era a de arroz, seguida de mandioca e feijão, utilizados para o sustento da imensa escravaria. A Fazenda de Santa Cruz também possuía hortas sortidas e pomar. Cultivava-se também o algodão, que era empregado na fabricação de panos para o vestuário e ataduras para o hospital (TELLES, 1994, p. 100).

colégio; a Fazenda de Santa Ana de Macaé, que foi utilizada, principalmente, para o descanso das boiadas; a Fazenda do Colégio dos Campos dos Goytacazes, que era dividida em muitas fazendas de criação de gado e possuía fábrica de cerâmica e um significativo engenho de açúcar; e a Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos, que possuiu expressiva quantidade de cabeças de gado e fornecia ao colégio madeiras de lei e alimentos.

O enorme latifúndio de Santa Cruz, assim como os Engenhos Velho e Novo, constituíram centros de produção fabril muito significativos, exportando os mais diversos produtos: madeiras, tijolos, ladrilhos, telhas, ferragens e materiais para obras de várias espécies, quer fossem obras hidráulicas ou aquelas que tinham por finalidade a abertura dos antigos caminhos. Caminhos esses, que apenas se tornaram possíveis graças à ação inaciana, mais especificamente de troca de mercadorias estabelecida entre o colégio e as unidades produtoras. O mais primitivo desses caminhos terrestres, aberto em fins do século XVI, ligava o Real Colégio à Guaratiba, onde se localizava a Fazenda de Santa Cruz, possibilitando o escoamento das boiadas para o abastecimento dos diversos núcleos jesuítas. A mais antiga via de acesso às Minas Gerais também passava pela Fazenda de Santa Cruz. Denominado Caminho Velho, por onde se fazia todo o transporte de ouro nos primeiros tempos, esta via terrestre incluiu a fazenda jesuíta na rota do ouro desde fins do século XVII a meados do XVIII, quando a propriedade foi cortada pelo Caminho Novo da Piedade, que promovia a ligação terrestre entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Após esse breve panorama delineado, torna-se possível a conclusão que a Fazenda de Santa Cruz, assim como os demais núcleos jesuítas relacionados, formaram centros irradiadores de desenvolvimento para as regiões estudadas e provavelmente se fundiram numa organizada rede de aldeamentos. Assim, diante dessas evidências — e fazendo uso das mesmas —, este estudo, como citado, visa promover a investigação dos núcleos jesuítas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, buscando indícios que comprovem a existência de redes de aldeamentos comuns a essas duas regiões, visto que as particularidades de cada um desses sistemas oferecem indícios de terem sido outrora muito bem articulados. Além disso, no caso de confirmação dessas redes, faz-se necessária a aferição de aproximações ou possíveis comunicações entre essas duas estruturas.

No que se refere à consecução deste objetivo traçado algumas questões tomaram forma antes mesmo da escrita. E por demandarem a escolha dos possíveis caminhos que orientarão a construção da presente tese, considero por bem apresentá-las. As primeiras dizem respeito à história e a melhor forma de se lidar com assuntos pretéritos. Assim, qual seria o verdadeiro valor desta história? Até que ponto a história contada e/ou escrita pode ser

considerada “verdadeira”, imparcial? Se firmar plenamente em textos ou documentos consagrados pode constituir a chave desta questão? Ou apenas o fato de realizar imensas leituras nos redimiria de possíveis erros? Ou ainda, como alerta Schopenhauer (2012, p. 41) e Le Goff (2003, p. 529), o excesso de leitura, na realidade, acaba por prejudicar tanto a imaginação quanto a memória, trazendo sérias imposições ao espírito criativo? Questões inquietantes assombram os que se enveredam por este campo. Assustam ainda mais os que não possuem formação de base nesta disciplina. Como, então, devemos proceder de forma a não cair em nenhuma dessas amarras? Amarras que induzem ao equívoco, mas que, por estarem atreladas a um ideal de representação de mundo amplamente aceito, acabam por nos deixar ficar numa zona de conforto aparentemente segura.

A questão dos problemas relacionados à história, segundo Le Goff (2003, p. 536), foi claramente exposta por Michel Foucault, e pode ser resumida “em uma palavra: a crítica do documento” (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

E é exatamente este o objetivo da presente tese. Partindo do princípio apontado por Foucault (2008, p. 7-8), de que o documento não é uma matéria inerte, torna-se essencial articular, desmontar, isolar, agrupar, tornar pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos, documentos e dados na consecução da história que se pretende. História essa que perpassa os soldados de Cristo, envolvendo índios, governo, escravos, pequenos lavradores, grandes senhores, numa teia de relações que culminam no ordenamento urbano e na estruturação de um território. Neste caso específico, o território da repartição sul, representado

pelos atuais estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Pretende-se assim, ao ativar dimensões despercebidas de um passado transmitido, enredar por sítios que vão muito além das consagradas questões ligadas à doutrinação, catequese e liberdade dos índios.

Sabe-se que desenvolver estudos sobre a história das cidades, significa, como em toda pesquisa histórica, correr riscos ao fazer opções em relação aos conceitos e metodologias adotadas. Estas sempre vão indicar uma parcialidade que rompe com qualquer padrão racionalista cartesiano de uma pretensa ciência imparcial e “verdadeira”. A tomada de decisões desde os pressupostos teóricos, passando pela busca por dados empíricos e, especialmente, na construção do discurso, é, no conjunto da obra, a produção de uma nova verdade que pode confirmar e se apoiar no já dito, dizer coisas novas ou subverter a “verdade” anterior, produzindo novos paradigmas. (ANDRADE, 2010, p. 37).

Como bem colocado por Andrade (2010), os riscos são muitos. A começar pela questão da fidedignidade das fontes escritas, cartográficas e iconográficas. Todas essas fontes, em particular, as ligadas à cartografia e toda gama de imagens, a depender do objetivo ensejado, podem omitir dados essenciais, engrandecer equívocos e toda sorte de informações necessárias para se proteger uma situação favorável ou um bem precioso. Como alerta Le Goff (2003, p. 538), não existe documento verdade. Cabe a quem se debruça sobre eles não se colocar numa posição de ingenuidade e cega aceitação. Os dados cartográficos e iconográficos são essenciais para o sucesso desta empreitada de trabalho, visto que fornecem informações preciosas que muitas vezes não são claramente descritas nos documentos textuais. É, em muitos casos, na cartografia que se encontram respostas para a ordenação e transformações por que passaram núcleos e regiões, representadas, por exemplo, por meio da presença de importantes caminhos e “nos dando informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado” (VASCONCELOS, 1999, p. 192), como igrejas, fortificações e principais logradouros. O uso de imagens, porém, não exclui de forma alguma o documento textual. As fontes primárias, assim como outras fontes escritas, constituem a base necessária para que o trabalho seja executado. Assim como a cartografia, os relatos dos viajantes que incursionaram pelas regiões em questão em séculos pretéritos revelam o cotidiano dos espaços ocupados e pistas que remontam a materialidade de uma dada localidade. O que fazer então para não se portar com ingenuidade ou aceitação ante ao documento? Segundo Le Goff (2003, p. 258), “[...] é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”.

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. [...] tudo o que permite a descoberta de fenômenos em situação (a semântica histórica, a cartografia, a fotografia aérea, a foto-intervenção) é particularmente útil. (LE GOFF, 2003, p. 238-239).

Walter Rossa (2002, p. 15) partilha de opinião semelhante no que se refere à história urbana. Por considerar o urbanismo “[...] a expressão material mais persistente da cultura de uma comunidade, nomeadamente no que diz respeito à legibilidade das tensões geradas pelo exercício do poder ao longo da história”, o autor acredita que

[...] compreender uma cidade na sua pura materialidade é um equívoco: objeto algum é independentemente da apreciação que individualmente dele fazemos – é que, em doses diversas, a objetividade de cada um é apenas um contributo para a subjetividade coletiva. Igual cuidado é extensível à própria representação da cidade – cartografia, gravura, pintura, desenho, fotografia, etc. –, nomeadamente quando as qualidades estéticas do instrumento em uso podem ofuscar a realidade que se pretende conhecer. Enfim, é também necessário contextualiza as obras e os processos e, para tal, são precisos os métodos e instrumentos da História: a pesquisa crítica das fontes mais variadas; o exame rigoroso dos factos que rodearam o projeto, a construção e a fruição permanentemente transformadora/renovadora do espaço. [...] A *História do Urbanismo* deve, pois, aliar o binómio conhecimento/sensibilidade ao espaço urbano com a mais sólida e permanente acareação histórica. (ROSSA, 2002, p. 17-18).

Dessa forma, a presente tese utilizará uma variedade de fontes, desde bases primárias a trabalhos de referência e pesquisas recentes que tratam de questões similares às trabalhadas neste estudo. Salientando que a ingenuidade, sempre que possível, será posta em cheque com o alerta constante tanto na interpretação dos dados, quanto em relação a intencionalidade de quem formulou o documento. Ressalta-se que a já citada documentação primária, além de importantíssima, torna-se essencial, visto a carência de estudos que trabalham com questões ligadas ao urbanismo colonial, mais especificamente com a formação de redes “urbanas”. Vale salientar, também, que se optou pela transcrição de trechos do texto original tanto no que diz respeito aos documentos históricos, quanto ao que se refere aos autores consagrados que se debruçaram sobre o tema, respeitando também a língua com que foram concebidos.

É ainda importante esclarecer, entretanto, que a pesquisa relacionada aos documentos históricos esbarra em algumas dificuldades de ordem prática e teórica, como lacunas documentais, ocasionadas pela destruição proposital (como ocorreu com frequência após as devassas e expulsão dos padres jesuítas) ou acidental (incêndios, estragos ocasionados por

excessivas chuvas) dos suportes materiais, sejam textuais ou cartográficos. Quando os mesmos ainda subsistem, corre-se o alto risco de estarem danificados a ponto de impedir a leitura, estarem em língua morta (como no caso do latim, muito utilizado na correspondência inaciana) ou simplesmente terem o seu acesso negado por órgãos e pessoas que, por vaidade ou capricho, desconhecem o caráter público desses documentos. Porém, independentemente dos obstáculos relatados, o uso da documentação primária, como já citado anteriormente, é fato absolutamente primordial para o sucesso da pesquisa histórica.

Em relação ao recorte temporal, optou-se pelo múltiplo tempo secular, visto o longo período de atuação da Companhia de Jesus no Brasil, de meados do século XVI ao ano de 1759, que marca a expulsão da Ordem. O recorte, porém, se alarga até inícios do século XIX, de forma a abarcar questões relacionadas ao destino que tiveram os núcleos inacianos e às terras pertencentes aos índios das duas regiões.

No que se refere às fontes, constitui etapa fundamental o recolhimento de documentação primária não apenas nos arquivos brasileiros, mas principalmente nos repositórios portugueses e nos arquivos da própria Companhia de Jesus. Tal necessidade se tornou ainda mais urgente, quando foi constatada certa deficiência na documentação já mapeada nos repositórios do Brasil. Deficiência essa ainda mais significativa no que se refere aos documentos produzidos pela própria Ordem.

A ordem de pesquisa nos repositórios portugueses ficou assim definida: Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda, Arquivo Histórico Militar, Biblioteca Pública de Évora e Biblioteca Pública do Porto. A dedicação ao Arquivo dos Jesuítas em Roma, Archivum Societatis Romanorum IESU (ARSI), constituiu uma etapa posterior a da pesquisa aos repositórios portugueses. O início pela Biblioteca Nacional primava pela consecução de revisão bibliográfica geral pertinente a tudo que se referisse à Companhia de Jesus nas áreas geográficas em questão, mapeando tanto referências já consagradas e adquiridas, e, principalmente, tudo de atual relacionado à temática em questão. A sequência se daria com o AHU, visto a importância desse arquivo e a possibilidade que o mesmo oferece em cercar nomes dos principais agentes envolvidos nos processos dos locais estudados. Essa preocupação em relação à apreensão de possíveis nomes facilitaria os mecanismos de busca do próximo arquivo a ser mapeado, a Torre do Tombo. No Arquivo da Ajuda o foco se voltaria basicamente para os documentos manuscritos e para a cartografia. E também sobre a cartografia é que a pesquisa basicamente se sustentaria no Arquivo Histórico Militar. Na Biblioteca Pública de Évora o foco se voltaria para manuscritos, cartas e coleções,

enquanto no último repositório, a Biblioteca Pública do Porto, além dos manuscritos, a cartografia deveria também ser priorizada.

A pesquisa nos repositórios portugueses foi realizada em conjunto com a participação em eventos e seminários relacionados ao tema *Brasil colônia*. Foi justamente em um desses encontros, *Para uma história da Companhia de Jesus: imagens, polémicas e sociabilidades (séculos XVI-XX)*, realizado entre 19 e 23 de maio de 2014, na Universidade Católica Portuguesa, que se estabeleceu um importante contato que culminou na alteração tanto da ordem da consulta estabelecida, quanto na supressão da pesquisa em Roma, que constituiria etapa final no cronograma de atividades traçado. O Pe. Jesuíta António Júlio Trigueiros, bibliotecário responsável pelo acervo da Brotéria³, relatou que toda documentação referente à assistência jesuíta portuguesa se encontrava disponível para pesquisa na sede da revista em Lisboa. Documentação essa colhida pelo próprio jesuíta e cuja reprodução foi autorizada pelos responsáveis do ARSI, mediante o comprometimento de que a consulta e reprodução documental deveria seguir as mesmas regras impostas aos pesquisadores que se dirigissem a própria sede romana. Assim, através de marcação com o secretariado, iniciou-se a pesquisa ao acervo da Brotéria, seguindo, conforme indicação do próprio Pe. Trigueiros, uma listagem concebida por meio da recolha das cotas em publicações de referência. Tal procedimento foi fundamental para nortear a pesquisa, visto a dificuldade proporcionada pela inexistência de catálogo destinado aos documentos relacionados ao Brasil⁴ e ao fato da grande maioria da documentação estar em latim, conforme já citado. Essa mudança de rumo fez com que a pesquisa à Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele fosse realizada virtualmente.

A listagem completa de todo material reproduzido no exterior se encontra como apêndice dessa tese. O apêndice A se refere à parte documental de forma geral, enquanto o apêndice B traz um catálogo de toda a cartografia e iconografia reproduzida nos repositórios portugueses.

Após as pesquisas realizadas tanto em Portugal, como no Brasil, constatou-se uma grande deficiência de documentos que tratassem de alguma forma a relação dos inacianos com a conformação do território nas duas regiões em questão. Os documentos encontrados, mais especificamente no Arquivo Público do Espírito Santo, são, em sua grande maioria, de meados do século XIX, período já bastante avançado ao da ação inaciana no Brasil. Uma

³ Além da publicação constante de uma revista de temática jesuíta, a Brotéria possui biblioteca de referência sobre a Ordem, além de abrigar, como relatado, a documentação do ARSI relacionada à assistência de Portugal e suas províncias.

⁴ Parte da documentação referente à Lusitânia já se encontra catalogada.

fonte preciosíssima, porém, encontra-se sob a guarda da Biblioteca Nacional. Trata-se do Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, cuja primeira transcrição remete ao ano de 1577 e a última ao de 1673. Nesse livro estão praticamente todas as doações e aquisições de terras promovidas pelos inacianos nesse período. O período que vai de 1673 ao ano da expulsão, corresponde, dessa forma, a uma grande lacuna. Um dado importante é que a partir do ano de 1727, por provisão do Conselho Ultramarino, foi concedida licença para que cada propriedade da Companhia de Jesus mantivesse seu próprio exemplar de tomo *in loco*.

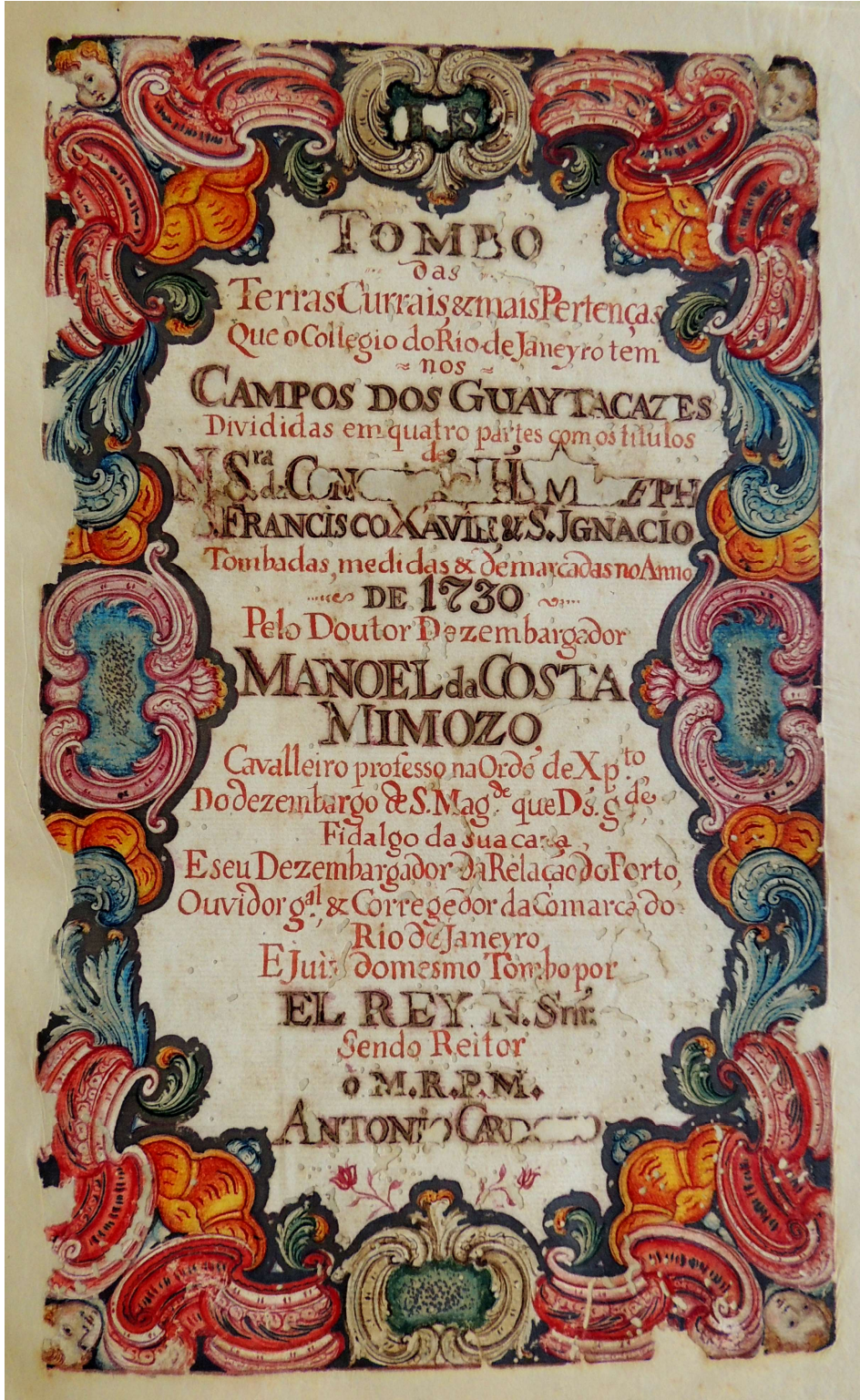
E é justamente sobre parte desta lacuna que trata a documentação encontrada no Museu da Fazenda Federal⁵. A mesma apresenta riqueza impressionante, tanto em relação ao período (século XVIII, anterior e imediatamente pós-expulsão dos padres), quanto em relação ao conteúdo. Foram consultados quatorze códices, dos quais três correspondem aos livros de tomo das fazendas de Campos dos Goytacazes (Figura 2) e Campos Novos, anteriores ao ano da expulsão, um livro de arrendamento de terrenos pertencentes ao Real Colégio do Rio de Janeiro durante o período de 1749 a 1759⁶, e dez códices que tratam de inventários, autos de sequestro, medições e arrematações efetuados pós-expulsão dos padres. Os códices de número 14 e 15 preenchem parte da lacuna ocasionada pela perda dos livros de tomo que, como relatado, após o ano de 1727 tinham como repositório as próprias propriedades. O códice de número 29 (o maior analisado), que trata do arrendamento de chãos urbanos e rurais durante a década que antecede a expulsão, conforme descrito, corresponde a documento imprescindível para o conhecimento de quantos eram esses terrenos e chãos, onde estavam localizados e quanto rendiam aos cofres do Real Colégio do Rio de Janeiro. Devido a sua importância, esse livro foi reproduzido de forma resumida e compõe o apêndice C desse trabalho. Nos dez códices (16, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 49, 55 e 56) que tratam dos inventários, autos de sequestro, medições e títulos de arrematações, das antigas fazendas de Santa Cruz, Engenho Novo e Velho, São Cristóvão, Campos Novos, Santa Ana de Macaé e Campos dos Goytacazes se encontra uma riqueza de informações que não foi sequer encontrada nos arquivos portugueses. Além da descrição da terra, esses documentos informam a quantidade de gado criado, de açúcar, farinha ou demais produtos que cada unidade fornecia, além de todos os elementos que outrora compunham cada um destes núcleos: se tinha engenho, curtume, casa de purgar, senzalas, ferrarias, currais — nesse caso, localizando e apontando a quantidade de criação em cada uma dessas unidades existentes no interior do termo de cada fazenda —,

⁵ O conhecimento desse importante acervo foi graças à indicação presente em Freire; Malheiros (2009, p. 98).

⁶ Na denominação desse volume foram indicados os anos de 1755 a 1759. Os arrendamentos contidos nesse livro, entretanto, se iniciam, na verdade, no ano de 1749.

além de outras informações preciosíssimas sobre tamanho e características do núcleo principal formado por igreja e residência.

Figura 2 – Frontispício do *Tombo das terras, currais & mais pertenças que o Collegio do Rio de Janeiro tem nos Campos dos Gaytaazes.*



Apesar das gratas descobertas, a citada inexistência de registros formais que tratassem mais especificamente da questão do ordenamento e formação de redes, questionou a lógica estabelecida pelo projeto de tese, cuja temática inicial, como visto, partia de uma possível intencionalidade levada as vias de fato pelos inacianos. As inquietações passaram a remeter mais para uma lógica de intuição, do que propriamente de intenção. A ideia de uma rede de aldeamentos, antes tão nítida, perdeu parte de sua força. A construção da problemática, antes calcada no questionamento da existência das redes nas duas áreas em questão, foi substituída pelas perguntas: qual a ideia do território para o jesuíta? Qual a ideia de território para o índio aldeado? Qual o verdadeiro papel da Coroa portuguesa no ordenamento da colônia? A precariedade colonial interferiu de alguma forma no quadro geral? A maioria dos aldeamentos resistiu apesar do contexto de instabilidade? O que foi feito da terra indígena? O aldeamento enquanto espaço periférico gerou vilas? Ou foi a existência de um núcleo português já estabelecido que estimulou o assento do aldeamento? A quem verdadeiramente serviam os aldeamentos? Além de estarem inseridos no projeto colonial da Coroa portuguesa sob responsabilidade dos jesuítas, os aldeamentos eram espaços de maioria indígena. Assim, seria possível encará-los como espaços onde unicamente prevalecia o poder decisório dos padres ou das autoridades coloniais? E talvez a principal das questões, qual a rede está em causa nesse estudo? A rede jesuíta? A rede na qual os índios foram transformados em súditos reais? Ou transformaram-se mais do que foram transformados reconhecendo o verdadeiro valor desse novo território? A rede pretendida pela Coroa? Ou a rede inserida no projeto de aldeamentos no qual a negociação tenha sido, talvez, mais o mote que a intenção propriamente dita?

As inquietações, acredito, são sempre construtivas e serão claramente expostas nos capítulos que se seguem. Deste conjunto de pretensões e, mais especialmente, de inquietações resulta a organização deste trabalho, que se dividiu em duas partes. Numa primeira parte, intitulada “A construção dos jardins na ‘banda sul’”, procura-se estabelecer as bases sobre as quais se firmou o urbanismo colonial português, destacando o papel assumido pela Igreja Católica, em especial, pelos jesuítas no contexto do ordenamento do território brasileiro. Numa segunda parte, denominada “Consolidação, vivência e rupturas nas redes de aldeamentos”, procura-se ver mais de perto a estrutura jesuíta que se firmou nas duas regiões, aprofundando a análise dos núcleos estabelecidos, também no que se refere ao campo social. Assim, estando intimamente ligadas, a primeira parte, mais teórica e especulativa, prepara o terreno para a segunda parte mais relacionada à consolidação e cotidiano da estrutura que se formou.

A primeira parte divide-se em dois capítulos. No primeiro, a que se chamou “O ordenamento do território do Brasil”, tenta-se fazer uma síntese do que foi a experiência urbanística portuguesa no Brasil, ressaltando o verdadeiro papel da Coroa e de seus preciosos funcionários do urbanismo. O que se pretendeu neste primeiro capítulo é demonstrar que ao contrário da consagrada ideia de que o urbanismo colonial português foi feito a partir de uma simples repetição dos padrões medievais da metrópole, sem planos e com rústica organicidade, a Coroa portuguesa nunca esteve ausente de seus domínios coloniais. Como enfatiza Araújo (1998, p. 28), desdobrando a sua estrutura interna, a Coroa fez sim uso do particular como se fosse agente institucional. O mesmo se aplica a outros agentes intervenientes na ação colonizadora, como foi o caso dos jesuítas. Associado à transferência do sistema administrativo da metrópole para as colônias, o Estado vinculou seus agentes ao *corpus* legislativo e jurídico. E nessa conjuntura, na qual o funcionário é a figura pragmática da administração colonial, é que surgem também os engenheiros militares, responsáveis pelo controle do território, tanto nas questões de defesa, quanto no desenho das formações urbanas. O que se sobressai nesse capítulo é que donatários, missionários, engenheiros, deveriam agir em conformidade com os pressupostos do “serviço colonial” da Coroa que lhes competia. Traçado o real papel dos agentes e seus serviços, busca-se enquadrar em uma pequena síntese o que foram as reduções de Espanha e o aldeamento português no contexto das duas Coroas. Longe de criar polêmicas e comparações entre as duas experiências, a opção justifica-se pela tentativa de rever por outro ângulo também esta visão tradicional que coloca o urbanismo português numa posição desfavorável ao plano de Castela. Ainda nesse primeiro capítulo serão abordadas questões relativas à formação das redes urbanas. Os pressupostos dessa discussão orientarão o que será exposto a respeito do que se denominou rede de aldeamentos.

No segundo capítulo da primeira parte, intitulado “Os soldados de Cristo na vinha brasileira”, serão esmiuçadas as peças que compõem a estrutura inaciana brasileira: os colégios e casas, os aldeamentos e as unidades produtoras. A análise busca acompanhar as reais motivações de fundação e estabelecimento dos núcleos no Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como os agentes envolvidos nas decisões que envolviam efetivação, possíveis localizações e posteriores deslocamentos por quais passaram esses núcleos. A primeira parte desta tese encerra-se com a discussão do que realmente foram os aldeamentos e a quem verdadeiramente atenderam.

A segunda parte, composta por um único capítulo denominado “‘Esta terra é nossa empresa, e o mais gentio do mundo’: a rede jesuíta na ‘banda sul’ do Brasil”, tem por objetivo analisar a consolidação da estrutura inaciana no Rio de Janeiro e Espírito Santo, por meio da

apresentação dos aldeamentos bem-sucedidos, da criteriosa administração dos colégios, da estrutura produtiva que se formou para possibilitar tal sucesso, bem como da malha de caminhos por água e por terra que permitiram o vital movimento entre os núcleos. A discussão abarcará também o cotidiano desses núcleos, por meio de questões que tratam da organização e funcionamento dos aldeamentos, da relação estabelecida entre jesuítas, índios e demais agentes coloniais, dos ganhos e perdas advindos das negociações e conflitos, do significado assumido pelas terras dessa estrutura para jesuítas e principalmente para os índios e de como ficaram os índios e o seu território após a expulsão dos padres.



PARTE I
A CONSTRUÇÃO DOS JARDINS NA “BANDA SUL”

2 O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO BRASIL

O padre visitador tratou por vezes com alguns prelados e letrados casos de muita importancia sobre o captiveiro, baptismos e casamentos dos índios e escravos de Guiné, de cujas resoluções se seguiu grande fructo e augmento da christandade depois que chegámos ao Brasil. Também fallou algumas vezes com El-Rei, [...], e por sua benignidade e zelo que tem da christandade e proteção da Companhia, deu ao padre cartas em seu favor e dos índios para todos os capitães e camaras das cidades e villas, encomendando-lhes muito o padre e o augmento da nossa santa fé e que com elle tratassem particularmente todas as cousas pertencentes não somente ao serviço de Deus, mas também ao governo da terra e conservação deste estado.⁷

(CARDIM, 1978, p. 171-172).



⁷ Trecho pertencente ao título “Narrativa Epistolar de uma viagem e Missão Jesuítica”, da obra intitulada *Tratados da terra e gente do Brasil*, escrita pelo Pe. Fernão Cardim, que acompanhou o visitador Pe. Cristóvão de Gouvêa, quando este percorreu as capitanias brasileiras entre os anos de 1583 e 1590.

2.1 A urbanização colonial e seus agentes

A ideia que coloca o urbanismo colonial português como desordenado, executado sem planos prévios, com rústica organicidade e no qual prevalece apenas uma simples repetição dos padrões de cidades medievais utilizados na metrópole, é já revista em variados pontos. Felizmente, por meio de preciosos trabalhos que se debruçaram com afínco sobre o tema, como se verá ao longo deste estudo, se tem atualmente a exata dimensão de como então se desenvolveu o método da expansão portuguesa, “estruturado no seio da instituição militar, sustentado por um corpo legislativo específico e praticado numa ampla escala geográfica e de realizações” (ROSSA, 2002, p. 20).

Está suficientemente provado que já no contexto dos primeiros monarcas portugueses existiam preocupações ligadas à organização administrativa, econômica e social, em grande medida impulsionadas pela necessidade de definir a forma de integração dos novos territórios no cotidiano do reino. Porém, os esforços de guerra e de afirmação do rei perante sua gente, fizeram com que essas preocupações ganhassem expressão como elementos centrais da governação, somente a partir de meados do século XIII, nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis (ROSSA, 2002, p. 201). É com esses monarcas que se reconhece, pela primeira vez, a existência de um projeto integrado para o todo nacional.⁸ Tornou-se, a partir desse momento, matéria urgente a necessidade tanto de estabilizar os limites do território, quanto de fomentar a sua coesão interna.⁹ Nesse contexto, a afirmação da monarquia e a implantação do Estado português tiveram como instrumentos de peso o urbanismo e o ordenamento do território. Prova disso é que, com certa dose de exagero, devem-se aos citados monarcas, a reformulação da rede urbana do país.¹⁰

⁸ Rossa (2002, p. 220), cita alguns exemplos que ilustram tal afirmação: os concelhos passaram a ter assento nas Cortes (Leiria, 1256), passou a constituir matéria de preocupação que os bispos nomeados a partir de então fossem fiéis ao rei, foi definida uma política monetária e foi fomentado um mercado interno, através de feiras francas, por exemplo.

⁹ Conforme destaca Magalhães (1997, p. 20), a constante preocupação com a defesa e marcação das fronteiras estimulou a Coroa já no século XVI em promover o primeiro relatório gráfico dos confins terrestres do Reino. O *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, de 1509-1510, é considerado pelo autor, como o mais importante dos esforços do Estado para o conhecimento efetivo de Portugal. Conhecimento que culminou tanto na nova divisão das comarcas, quanto na reorganização das dioceses. E que certamente serviu como modelo para as experiências posteriores no ultramar.

¹⁰ Segundo Rossa (2002, p. 220), em 1255 foram emitidas 17 cartas de foral. D. Dinis concedeu um total de 80, além de 42 cartas de feira-franca. Grande parte destes documentos diziam respeito a povoações junto das fronteiras. Além disso, o amplo fomento das atividades econômicas proporcionou o crescimento do intercâmbio com outros países. Assim, ao esforço de povoamento e defesa do interior fronteiriço, correspondeu uma aproximação ao litoral e a organização da sua defesa contra a pirataria. A corte, a partir desse momento, passou a permanecer cada vez mais tempo em Lisboa.

E foi graças a esta organização da *Nação* portuguesa, que o país pode se aventurar tempos depois na empreitada dos descobrimentos. É necessário destacar que, nesta empreitada, Portugal possuía algumas vantagens naturais. Desde sempre viveu do mar, criando por esse motivo uma raça de hábeis marinheiros. Os portugueses eram também herdeiros da destreza técnica acumulada na última fase da Idade Média. Judeus e árabes os haviam dotado com mapas e astrolábios, e a arte da construção naval havia sido estimulada pelo vasto oceano ao qual pertenciam. Isso porque o comércio e o lucro provinham do mar, e com o Mediterrâneo subjugado aos venezianos, genoveses, catalães e árabes, a única saída dos portugueses era a vastidão do Atlântico e seus desconhecidos. Assim, o estímulo que decorre desse quadro, impulsionou o fabrico de navios que, “se bem que considerados pesados, segundo os padrões do século XVII, eram maravilhas de manobrabilidade e, armados com a melhor artilharia produzida pela Europa, levavam facilmente a melhor sobre os juncos e pangaios do oceano Índico” (BOXER, 2001, p. 13). O Império de Portugal, porém, não era o mar, como sugere Boxer (2001) no título de sua obra (*O Império Marítimo Português 1415-1825*), visto que o país precisava de estruturas implantadas em suportes fixos que viabilizassem e garantissem o sucesso do sistema por mar e por terra.

No início do século XVI, excluindo o início da colonização das ilhas atlânticas e as campanhas de expansão no norte da África, realizadas ainda no século XV¹¹, a Índia se destaca no contexto expansionista português como sendo o seu principal ponto de ancoragem, ou seja, como sua principal feitoria comercial¹². Como enfatiza Araújo (1998, p. 25), um elemento, porém, transformará a simples feitoria em território do império: a fortificação. A reboque destes preciosos elementos de presença e defesa das possessões ultramarinas surgiram as primeiras instalações urbanas, o que contribuiu substancialmente para a criação do paradigma inicial do urbanismo da expansão portuguesa que associa cidade à fortificação. Outro importante paradigma diz respeito à presença tutelar do Estado no ordenamento urbano

¹¹ Segundo Boxer (2001, p. 33), as viagens de descobrimento se iniciam por volta do ano de 1419, quatro anos após a conquista de Ceuta aos mouros, que marca o início da propagação do direito de padroado, ou seja, do direito a jurisdição espiritual das novas terras descobertas cedidas pela Igreja Católica ao Estado português para as terras que fossem descobertas. A partir dessa conquista, os papas publicam numerosas bulas ao longo dos séculos XV e XVI, confirmando o direito real português de administração espiritual sobre as suas colônias. O forte vínculo entre a Coroa e a Igreja fica comprovado pela solicitação do Infante D. Henrique à Santa Sé de fundação de um convento dos frades menores da observância em Ceuta, alegando que a finalidade desse pedido objetivava a defesa e aumento da Santa Fé Cristã, e a consequente redução dos infiéis (BOXER, 2001, p. 227-228; COSTA, 2007, p. 36; HOONAERT, 2008, p. 34-35).

¹² Por feitoria entende-se a condição de entreposto comercial, sem fins de fixação permanente, estabelecido, em geral, no litoral. (Houaiss, 2001). Como elenca Paulo Santos (2008, p. 84), na região do Rio de Janeiro é provável que tenham existido duas feitorias, uma em Cabo Frio, fundada por Vespúcio em 1503 e assinalada pela nau Bretoa em 1511; e no Rio de Janeiro a feitoria de João Braga, cujos vestígios foram encontrados em 1519 por Fernão de Magalhães.

dos seus territórios.¹³ Mesmo não estando presente em suas possessões coloniais, o controle da Coroa nunca esteve ausente de seus domínios. Ao contrário disso, por meio de uma estrutura de controle administrativo, cujo cerne era um complexo sistema de funcionários régios, eram mantidas em funcionamento todas as atividades políticas, jurídicas e econômicas nas colônias.

O essencial era a manutenção do domínio sobre a terra colonial. E para tanto a Coroa não se importava em desdobrar sua estrutura interna, fazendo uso do particular, do agente colonial, como agente institucional.¹⁴ “Estabeleceu [assim] uma situação tal de representação em que pesavam a lei, e os homens da lei, criando um sistema de poder dominado pelo funcionalismo público e pela sua estrutura hierárquica e burocratizada” (ARAÚJO, 1998, p. 28). E, apesar das ressalvas impostas pela atuação de outros agentes modeladores, como se verá adiante, as questões urbanas sofreram, desde o seu princípio, com o sempre presente controle do Estado. E na efetivação desse controle a Igreja foi uma aliada fundamental. Assim, como bem coloca Foucault (1984, p. 211), “o palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus”.

Em suma, o Estado comandava desde as tarefas das fortificações à instituição dos núcleos urbanos, sendo o protagonista máximo do empreendimento. Já o rei era o senhor absoluto do comércio, da navegação e da conquista. Mesmo no sistema de capitânias hereditárias¹⁵, no qual foram delegados poderes da Coroa aos donatários, a mesma nunca deixou de reservar para si a soberania máxima sobre a posse total dos domínios ultramarinos, visto que os mesmos nunca deixaram de fazer parte integrante do Reino de Portugal. Assim, foi estabelecido um rigoroso controle tanto no que dizia respeito à concessão de terras, quanto na evolução do processo de implantação urbana, de acordo com o que vinha declarado nas cartas de doação:

¹³ Para Araújo (1998, p. 26), Estado e fortificação constituem a gênese do urbanismo colonial português. O Estado pela promoção do aparelho administrativo e as fortificações pela sua presença física no território. A autora cita a Índia e o Oriente, para demonstrar tal afirmação: “os pontos de fixação da estrutura do império comercial e a rede de fortalezas criadas, durante os séculos XVI e XVII, são as bases de todos os núcleos que vieram a ser urbanizados”.

¹⁴ Vasconcelos (1997, p. 249), que desenvolveu um importante estudo sobre o tema, destaca, além do Estado e da Igreja, as ordens leigas, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais como sendo os principais agentes modeladores da estrutura colonial brasileira. O autor ressalta, porém, a escala de importância dos papéis por eles desenvolvidos durante os quase três séculos de duração do período colonial.

¹⁵ O sistema de capitânias hereditárias, implementado no Brasil em 1534, mas já praticado em outros domínios do Império português, consistia na tentativa de promover a colonização por meio de capitais privados, sem o envolvimento direto do Estado. Aos donatários cabia a criação de vilas e povoações, assim como a concessão de terras. Ainda detinham os donatários a administração tanto da justiça, quanto dos sistemas de tributação e o controle econômico de suas capitânias.

E outro si me apraz que o dito capitão e governador e todos seus sucessores possão per si fazer villas todas e quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e a que a eles bem parecer que o devem ser, as quaes se chamarão villas e terão termo e jurisdição e liberdades e insígnias delas segundo for costume de meus Reinos, e isto porem se entenderaa que poderão fazer todas villas que quiserem nas povoações que tiverem ao longo da costa da dita terra, e dos Rios que se navegarem, porque para dentro da terra firme pelo Sertão as não poderão fazer menos espaço de seis legoas de huma a outra para que possão ficar ao menos tres legoas de termo cada huma nas ditas villas, e ao termo que assi fizerem as ditas villas, ou cada delas lhe limitarão e assinarão logo termos para ellas, e depois não poderão das terra que assi tiverem dada por termo fazer mais outra villa sem minha licença. (TRASLADO da Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho, 1534 in LEAL, 1979, vol 2, p. 17, grifo nosso).

A concessão de sesmarias pode ser analisada sob o mesmo prisma. O que constava nas cartas de doação era a obrigação de se cultivar a terra num prazo determinado. Caso o contrário ocorresse, as terras eram consideradas devolutas. O mesmo princípio se aplicava às áreas de serventia pública destinadas à passagem de caminhos, a construção de pontes, fontes ou portos. A concessão dessas áreas era cargo do governador do Estado e, como ocorria às próprias capitanias, essas necessitavam da aprovação real nos prazos estabelecidos no documento de doação. (ABREU, 1997, p. 201 a 203 e 216-217; ARAÚJO, 1998, p. 96). “Terras do conselho e logradouros públicos sempre contaram com a defesa da Coroa. As ordenações eram bastante explícitas quanto a isso, cabendo aos Ouvidores, em suas *correições* (auditorias) periódicas, verificar se ambos estavam bem utilizados e protegidos” (ABREU, 1997, p. 217).¹⁶

Ainda no que se refere ao controle exercido pelo Estado, não cabe aqui o desenrolar de largas discussões a respeito da escolha da forma/desenho das cidades portuguesas nos quatro cantos do mundo. Salientaremos, porém, que as configurações espaciais sempre estiveram no cerne da ação colonizadora, tanto o é, que o ato de colonizar sempre esteve atrelado a estruturação (termo e rossião, descritos a seguir) e legitimação da posse do território por meio de símbolos materiais – como é o caso da fixação de padrões, cruzeiros¹⁷ e ereção do simbólico

¹⁶ Apesar de todo o controle que a Metrópole fazia da posse do seu território, isso nunca impediu os abusos cometidos pelos intermediários deste poder Real. Talvez o principal deles, que ocorreu durante todo o período em que imperou o sistema de sesmarias no Brasil, tenha sido a arbitrariedade presente nas doações. Além de beneficiarem aos eleitos dos governantes, ou pessoas a eles próximas, via de regra, essas doações consistiam em extensões imensuráveis de terra, o que acabou se refletindo nos problemas fundiários da atualidade, como bem salientou Abreu (1997, p. 203) e Araújo (1998, p. 96).

¹⁷ A cruz entronizava o vínculo Igreja/Estado, simbolizando simultaneamente a posse do território e a difusão da cristandade para as terras pagãs. A influência deste marco de dominação política/cristã é particularmente observada no caso do Brasil, cuja primeira denominação foi a de Terra de Santa Cruz. (COSTA, 2007, p. 36).

pelourinho¹⁸ –, da documentação oficial e do desenho. Conhecer o espaço já ocupado ou a ser desbravado constituía a principal premissa de quem pretendesse dar racionalidade estratégica ao seu uso. Isso perpassava por diversos agentes e bases materiais, como também observou Andrade (2010, p. 48).

Quanto às bases materiais, observa-se esse domínio ao se avaliar algumas formas pretéritas que sobreviveram ao tempo e permaneceram como herança de quando foram pensadas e construídas. Para isso, no caso em questão, nos interessa a localização dos núcleos, as principais edificações neles contidas, o percurso dos seus caminhos terrestres e as rotas fluviais e marítimas que o atendiam. Quanto aos agentes, é essencial o conhecimento do real papel que ocuparam na conformação do território colonial português, em especial, devolvendo à Coroa a posição de destaque que lhe cabe nesta empreitada¹⁹, e realçando o enquadramento da Igreja, mais especificamente dos jesuítas, nesse empreendimento.

2.1.1 A cidade colonial portuguesa e os seus funcionários do urbanismo

O quadro geral de funcionários da Coroa na colônia poderia estar representado por quatro grupos de agentes: os militares, os oficiais da justiça, os oficiais da fazenda e os funcionários da folha eclesiástica, ou seja, os integrantes do clero que eram mantidos pelo Estado através da instituição do padroado. Porém, como bem esclarece Araújo (1998, p. 28-29), a atuação desses agentes não foi, na prática, rigidamente dividida em campos tão compartimentados. Prova disso seriam os decorrentes flagrantemente de interpenetrações de competências, as delegações de atribuições a agentes externos, sejam elas intencionais ou aleatórias, e toda a gama de soluções resultantes da maleabilidade presente nas práticas “possíveis”.

¹⁸ A fixação do pelourinho significava a autonomia municipal alcançada quando da transformação de uma povoação em vila. Como símbolo de justiça e autoridade real, erguia-se no centro de grande parte dos núcleos urbanos portugueses. “À sua sombra as autoridades civis liam proclamações e puniam criminosos. Sua localização, no centro da comunidade, ilustrava a crença ibérica de que a administração da justiça era o atributo mais importante do governo” (SCHWARTZ, 1979, p. 3). É fundamental, assim, “fazer notar a importância fundacional e do simbolismo de poder carregados no ‘padrão’ do pelourinho, talvez ainda mais fortes que os referidos a propósito da reforma urbana manuelina. Com raciocínio e antecedentes idênticos atente-se na importância atribuída à Casa da Câmara (e Cadeia), no fundo o equipamento executivo do poder simbolizado pelo pelourinho” (ROSSA, 2002, p. 290).

¹⁹ É importante salientar que o controle exercido pela Coroa sobre as possessões ultramarinas e sobre os seus agentes não foi, de forma alguma, absoluto. Visto que, ante aos conflitos, o poder negociável das câmaras e a pressão exercida pelos colonos, muitas vezes, foram capazes de evitar ou modificar políticas propostas que lesavam de alguma forma os interesses coloniais.

Essa citada maleabilidade de práticas era consequência, também, no caso do Brasil, do vasto território a ser ordenado. E ante essa vastidão, ante a largueza das novas terras, os portugueses, a princípio, contentaram-se “de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (SALVADOR, 1627, p. 5). O litoral foi, dessa forma, a primeira entidade espacial do país. Das feitorias iniciais nada sobrou. A ocupação efetiva se deu com a fundação das vilas e a instalação dos colonos.

Conforme salienta Araújo (2010, p. 49-50), cada núcleo urbano brasileiro constituía um projeto em aberto. Aberto não somente em relação ao seu crescimento como núcleo, com áreas de expansão garantidas, mas, para além disso, o próprio método de trabalho apresentava-se como um urbanismo processual, que incorporava em sua base uma sábia gestão dos tempos de crescimento. O ato de arruar, é para a autora a expressão paradigmática desse método, já que se caracterizava pela progressiva abertura de ruas, controladas pelos governadores, por funcionários da câmara ou por engenheiros militares.²⁰

O projeto de cidade em aberto se reflete também na estruturação do território. Estruturação esta, possibilitada pela instituição do termo, que correspondia à área de jurisdição de cada núcleo urbano. O termo, que nascia juntamente com a fundação da própria vila, subdividia-se em duas partes: o *rossio* e o termo propriamente dito. O modelo era o mesmo que se utilizava em Portugal, mas no Brasil ambos os espaços assumiram uma dimensão de crescimento implícito. O *rossio*, área prevista para a expansão urbana, abarcava, mesmo que virtualmente, a cidade em si, visto que era para ele que ela deveria crescer. Já o termo incorporava a área rural, também em crescimento, o que representava a garantia de ocupação do sertão, que com o avançar da colonização perdia esse *status*. A ocupação adentrando o interior, cada nova vila fundada com seu termo, era a marca da construção sucessiva de um território em contínuo crescimento. “A inegável base rural da colonização é acima de tudo uma base territorial, e que os núcleos urbanos, que são os centros políticos deste território, desempenham um papel fundamental na sua estruturação e construção.” (ARAÚJO, 2010, p. 50).

Tomaremos a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como exemplo de como se procedia a construção dos territórios coloniais. Sua fundação ocorre 16 anos após Salvador

²⁰ Como também destaca Rossa (2002, p. 259), muitos aglomerados urbanos portugueses tiveram sua gênese numa via. Arruar, para o autor, é o verbo ou a ação que exprime o ato de urbanizar. São constantes na documentação antiga indicações de cargos ligados a esta prática, como o de *piloto*, *arrumador da agulha*, *ajudante da corda*, etc. No caso brasileiro, essa ação poderia ser desempenhada também, em determinados casos, por indígenas ajuramentados na ocasião (*picador do mato*).

assumir o status de Cidade Real²¹. Essa, nos dizeres de Paulo Santos (2008, p. 96), “fortaleza-forte”, responsável por centralizar a defesa da costa nordeste. O Rio de Janeiro assume assim a função de “castelo”, exercendo papel similar ao de Salvador para o caso da “banda sul”. Cabe ressaltar, entretanto, que concordando com Araújo (2010, p. 52), não há efetivamente no Brasil nenhuma cidade-fortaleza. “Há cidade(s) e fortaleza(s). Há a leitura do território na base do pensamento de defesa. E este território inclui e ultrapassa a cidade”.

Mesmo ante a derrota dos discípulos de Villegaignon²² e a destruição do forte Coligny, em 1560, a ameaça francesa constituía ainda um perigo em potencial para os núcleos da “banda sul”. O perigo rondava as Capitanias do Espírito Santo e de São Vicente, assim como também São Paulo de Piratininga, primeira vila criada no planalto no mesmo ano de 1560. A guarda do Brasil, como insistia o terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, implicava sobretudo a defesa das capitanias do sul. Os apelos partiam não só da autoridade máxima da Brasil, ecoavam também pelas câmaras das capitanias do sul e eram presença constante nas cartas de jesuítas influentes, como o Pe. Manuel da Nóbrega. “A ideia de se fundar um núcleo povoado no Rio de Janeiro passava a ser uma realidade oficial, que a regente D. Catarina não mais poderia descurar” (SERRÃO, 1965, p. 81).

Fundado o primeiro núcleo por Estácio de Sá, sobrinho do governador geral, em 1º de março de 1565 no istmo situado entre os morros do Pão de Açúcar e Cara de Cão²³, tratou-se logo de “cortar madeira, e acarretá-la aos ombros, terra, pedra, e outras cousas necessárias para a cerca, sem haver nenhum que a isso repugnasse; desde o capitão-mor até o mais pequeno todos andavam e se ocupavam em semelhantes trabalhos” (ANCHIETA, 1988, p.

²¹ Aos polos de ocupação regional, ou seja, aos núcleos de maior importância instituídos pela Coroa e por isso fundados como cidade, Reis Filho (2000, p. 63) dá-se o nome de cidade real.

²² Em 1555 a frota francesa, chefiada por Nicolas Durand de Villegaignon, com o apoio dos tamoios, fixou-se na Ilha de Serigipe, atual Ilha de Villegaignon, localizada na Baía de Guanabara. Tratou logo o chefe da expedição da construção de um forte, Coligny, de casas, armazéns e fortificações, lançando assim os alicerces de uma futura cidade, chamada Henryville, em homenagem ao monarca francês Henrique III, que patrocinou tal empresa. “Assim nascia, em terras da América, o núcleo da sonhada França Antártica, na bela expressão do cosmógrafo André Thévet” (SERRÃO, 1965, p. 61).

²³ Abreu (2010, vol. 1, p. 124) destaca que, como a terra do Rio de Janeiro só havia sido conquistada *de jure* e não *de facto*, não havia ainda neste momento condições que possibilitassem a instalação do núcleo em local mais propício ao seu crescimento futuro. O autor destaca, porém, que a escolha de Estácio não foi determinada pela pressa ou pelo acaso. Foi, ao contrário, cuidadosamente escolhida, talvez pelo próprio Estácio, durante o período em que esteve na Guanabara entre fevereiro e março de 1564. Fato que pode ser corroborado pelas seguintes conveniências: “de um lado, podia controlar diretamente a entrada da Guanabara. De outro, conseguia observar dali grande parte da baía e monitorar os movimentos de canoas indígenas. O paredão rochoso do Pão de Açúcar e do morro da Urca constituía, por sua vez, formidável barreira natural contra os ataques vindos por terra, e o oceano, estando à retaguarda, permitia comunicações cobertas com navios aliados. Por fim, a praia que dava para a enseada, por sua dimensão diminuta, só dava aos inimigos uma pequena frente de ataque para agir” (ABREU, 2010, vol. 1, p. 124).

259)²⁴. Logo os primeiros habitantes já haviam feito além de muitas roças, “um baluarte mui forte de taipa de pilão com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de mão, todas cobertas de telha que trouxe de São Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes” (Ibid., p. 263). Os Índios e Mamelucos faziam também suas casas de “madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como calhas e telhas, que é grande defesa contra o fogo” (Ibid., p. 263).

A concepção de arraial bélico sustentada outrora por alguns autores que se debruçaram sobre a história do Rio de Janeiro já é contestada em muitos pontos. Abreu (2010, vol. 1, p. 130), destaca que o fato de ter nascido Cidade Real já, por si só, desmonta a condição de simples arraial de defesa. Embora em sua aparência física se assemelhasse a um. E que, apesar da rígida disciplina militar que acompanhava o cotidiano do núcleo do Cara de Cão, vigoraram, desde o primeiro momento, as normas civis do Reino de Portugal, e funcionaram ali, ainda que embrionariamente, os órgãos responsáveis pela administração municipal.

O que diferenciava vilas e cidades era o fato de que enquanto nas primeiras a responsabilidade da fundação recaía sobre o donatário, capitão-mor ou governador, no caso da fundação das cidades, entretanto, essa competência passava a constituir um direito exclusivo da Coroa²⁵. Ainda que vilas e cidades tenham desempenhado papéis semelhantes no processo de controle do território²⁶, as cidades, criadas em pontos especiais, funcionavam como centros regionais, o que, nos dizeres de Reis Filho (2000, p. 63), refletia as tendências centralizadoras da política da Coroa portuguesa.

Retomando a discussão que trata do estatuto do primeiro núcleo urbano carioca, no estudo proposto por Roberto Macedo (1983, p. 52), também citado em Abreu (2010, vol. 1, p. 132), ante a análise de documentos oficiais que abarcam os anos de 1565 e 1566, a palavra *cidade*, referindo-se claramente ao Rio de Janeiro, aparece mais de 100 vezes. E reitera que os mesmos documentos de arquivo confirmam que Estácio de Sá proveu e empossou serventuários e garantiu o futuro da nova cidade com doação de patrimônio territorial e criação do selo das armas. Assim, “havendo cidade, houve governo” (MACEDO, 1983, p. 50).

²⁴ Carta de Anchieta escrita da Bahia, a 9 de julho de 1565, ao Pe. Diogo Mirão.

²⁵ Aos donatários era negada esta competência, sendo que governadores e capitães-mores só poderiam fazê-lo com autorização régia.

²⁶ Como salienta Abreu (2010, vol. 1, p. 131), o estatuto de vila não diminuía de forma alguma a importância de um centro urbano. Olinda e São Paulo, por exemplo, apesar de sua incontestável relevância, só passaram ao *status* de cidade depois que suas terras reverteram à Coroa. Olinda em 1676 e São Paulo em 1711.

É significativo também observar, conforme salienta Abreu (2010, vol. 1, p. 132), que, embora a nascente cidade não produzisse ainda bens sujeitos ao dízimo, o Rio teve seu primeiro provedor antes mesmo da vitória definitiva sobre os tamoios, como consta no *Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, Governador do Brasil, de 1570*:

[...] tornara o dito governador a mandar outra armada no anno de sasenta e tres ao Rjò de Janeiro e fora nella estaçio de saa seu sobrinho por capitão moor e bras fragoso provedor moor e por emtão ao tall tempo estar esta capitania alevantada ho gentio delia elle testemunha lhe pareçeo com os majs moradores da terra que o dito governador não hera Rezão que a desemparase estando em guerra e se fose ao Rjo de Janeiro e que he verdade que o dito estacio de saa fizera huma cidade na Ilha da carioqua ondeestiuera sustentando a com muitas guerras ate que o dito governador fora ter ao dito Rjo. (DOCUMENTOS relativos a Mem de Sá, 1570, in ANNAES DA BNRJ, 1906, vol. XXVII, p. 136).

Nestes princípios a vida civil da cidade era ainda muito incipiente. Faltava ainda prover muitos cargos públicos, sendo que “o próprio despacho do Capitão-mor impõe a obrigação de se registrar no livro das sesmarias, quando houver officio. Este officio criou-se depois na pessoa de Pero da Costa” (LEITE, 1965, p. 335), aproximadamente no mês de novembro de 1565. Abreu (2010, vol. 1, p. 141) destaca ainda que em fins de 1566 as funções de alcaide-mor, juiz ordinário e almotacé²⁷ já estavam preenchidas, e as ocupavam, respectivamente, Francisco Dias Pinto, Pedro Martins Namorado e João Prosse. A esse último foi reservada, segundo o autor, a honra de receber, em nome dos conquistadores e futuros moradores da nascente cidade, as terras doadas por Estácio à Câmara do Rio de Janeiro em 16 de julho de 1565.

Maurício de Abreu (2010, vol. 1, p. 135), por meio da transcrição de uma antiga sesmaria²⁸ presente nos autos judiciais de litígio de terras, demonstra que Estácio de Sá distribuiu os chãos urbanos da incipiente cidade do Cara de Cão de maneira ordenada e que regularizou, ou ao menos deu maior ordem, a apropriação fundiária por meio de registro na provedoria-mor, tal como posteriormente fez Mem de Sá ao novo sítio do Morro do Castelo:

[...] Pedem (sic) mais ele José Adorno a Vossa Mercê lhe faça mercê do chão, que se lhe passe carta, que Vossa Mercê lhe tem dado na Praça desta

²⁷ Nome dado ao inspetor camarário de pesos e medidas, responsável pela fixação do preço dos gêneros. (HOUAISS, 2001).

²⁸ Trata-se da sesmaria que Monsenhor Pizarro de Sousa Azevedo e Araujo (1901, p. 93) registrou apenas resumidamente como pertencente à “Pedro Martins Namorado e José Adorno a este 3000 braças e 4500 para o certão e á aquelle 1500 em quadra da banda de Cabo Frio uma agoa que se chama quarihy [atual Icaraí] até Birapitanga em 5 de setembro de 1565”.

cidade, onde tem as casas situadas, partindo com a praça e casas e tijipares que estavam feitos a redor do dito chão, no que receberá mercê. Despacho do Senhor Capitão-mor: Dou a terra que o suplicante diz. Dada pelo Senhor Governador Mem de Sá, lhe dou mais avante, correndo ao longo da baía como o despacho diz, e assim lhe dou o chão para as casas que diz. Ao primeiro dia de julho de mil e quinhentos e sessenta e cinco anos. Estácio de Sá. Despacho do Senhor Brás Fragoso, ouvidor-geral e provedor-mor da fazenda de El-Rei Nosso Senhor: Cumpra-se. Brás Fragoso. (apud ABREU, 2010, vol. 1, p. 135).

Ante a constante ameaça tamoia, insuflada pela presença de um grupo de franceses que permaneceram na terra desde a derrocada do projeto da tão sonhada França Antártica de Villegaignon, a Coroa autoriza que uma frota parta de Lisboa, em socorro à nascente praça da Guanabara. A frota de Cristóvão de Barros, que permaneceu de agosto a novembro em Salvador, recebeu reforços das capitânicas da “banda norte” e do Espírito Santo, indo também o próprio governador-geral em pessoa. O combate iniciado aos 20 dias de janeiro de 1567 custou a vida do primeiro fundador da cidade. Ferido no rosto por uma flecha, Estácio de Sá veio a falecer cerca de um mês depois. Obtida a pacificação da terra, pôde Mem de Sá avaliar a transferência do núcleo primitivo para uma área mais acomodada.

[...] e por o sitio onde estacio de saa hedeñiquou não ser que pera majs que pera se defender em tenpo de guerra/com parecer dos capitais e doutras pessoas que no dito Rjo de janeiro estauão escolhi hum sitio que parecia mais comviniente pera hedeñiquar nelle a cidade de são sbastião o qual sityo hera de hum grande mato espeço cheo de muitas arvores e grosas em que se leou asaz de trabalho em as cortar e alinparo dito sitio e edefiquar huma çidade.grande serquada de trasto de vinte pallmos de larguo e outros tamtos de alltura toda serquada de muro por sima com muitos baluartes e fortes cheo dartelharia / E fiz a Jgreja dos padres de Jhesu onde agora Residem telhada e bem comsertada /e a see de três naves também telhada e bem comsertada fiz a casa da câmara sobradada telhada e grande / a cadea / as casas dos almazeins e pera a fazenda de sua alteza sobradadas e tetfiadas e com varamdas / dey orden e fauor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas [...] / mamdej vjr muitos moradores muito gado pera pouoar a dita cidade o qual se daa mujto bem de que a jaa grande criação.//.²⁹ (DOCUMENTOS relativos a Mem de Sá, 1570, in ANNAES DA BNRJ, 1906, vol. XXVII p. 136).

A mudança de sítio da cidade para o Morro de São Januário ou do Descanso, posteriormente também conhecido por Morro do Castelo, Alto da Sé e Alto (ou Outeiro) de São Sebastião, procedeu-se logo após a citada vitória sobre os franceses e tamoios na

²⁹ Trecho pertencente ao “Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, Governador do Brasil”, de 1570. O documento original encontra-se na Torre do Tombo, Papéis dos Jesuítas, maço 20, nº 6. Além da BNRJ, foi também publicado por Serrão (1965, p. 69-70), no segundo volume da obra “O Rio de Janeiro no século XVI”, no qual transcreve uma gama de documentos pertencentes aos arquivos portugueses.

Guanabara. Conforme descreve o próprio Mem de Sá, no trecho acima, nos 16 meses em que esteve no novo núcleo, além de confirmar e ampliar a sesmaria patrimonial instituída por Estácio³⁰, e para além da construção da tímida estrutura defensiva que posteriormente cedeu ao morro o nome “Castelo”, deixou edificada as bases materiais da estrutura administrativa colonial portuguesa, representada por suas vitais edificações e por seus eficientes funcionários: a Casa de Câmara e Cadeia, a Fazenda e Alfândega, e a igreja matriz. Para além dessas, o colégio jesuíta, “item que então se começava a impor persistentemente” (ROSSA, 2002, p. 388). Nas cartografias mais antigas, que datam da década de 70, ainda do século XVI, poucos anos após a fundação, a cidade já aparece assim materializada (Figura 3 e 4).

Figura 3 – Rio de Janeiro. Mapa de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desd’ o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães*.



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 52-XII-25.

³⁰ Como consta na relação de Monsenhor Pizarro, o governador-geral concedeu ao povo e aos moradores da dita cidade “4500 braças em quadra para Rocio e pastos de gado correndo direito ao longo da Costa e 6000 para o certão, e mais 6 legoas de terra em quadra em 10 de Outubro de 1567” (ARAÚJO, 1901, p. 97). Monsenhor Pizarro prestou imensa contribuição à história do Rio de Janeiro com suas *Memórias históricas*, publicadas na década de 20 do século XIX.

Figura 4 – São Sebastião do Rio de Janeiro (ca. 1579). In *Le Vrai Pourtraict de Geneure et du Cap de frie par Jqz de Vau de Claye*. Cartografia completa e detalhe.



Fonte: Reis Filho (2000, RJ_01AAAb). A cartografia original encontra-se na Bibliothèque Nationale, em Paris.

No que se refere à cartografia antiga apresentada, é possível reconhecer no detalhe da Figura 4, uma igreja central que, de acordo com a análise de Reis Filho (2000), seria a dos jesuítas; a fortaleza, representada a esquerda desta, e tendo ao seu lado a forca; ao fundo a igreja matriz; um pequeno forte ao pé do Morro do Castelo; e uma segunda bateria ao lado direito do que seria o colégio inaciano. Tanto na primeira imagem (Figura 3), quanto nessa, é possível observar a aldeia de Araribóia, que a essa altura ainda não havia sido transferida para as bandas de além (Niterói), como veremos a seguir. Essa segunda imagem, ainda apresenta, desde algumas edificações no que constituiria o caminho para essa aldeia, à banda de além e as muitas aldeias que marcavam o entorno da Guanabara. É importante salientar que este mapa foi confeccionado por espíões franceses, a mando da regente Catarina de Medicis, que intentava preparar uma nova ofensiva ao Rio de Janeiro. O desenho, preparado por Van de Claye, a bordo do navio *La Salamandre*, comandado por Filipe Strozzi, primo da rainha, foi executado apenas 12 anos após a construção da nova cidade por Mem de Sá.

A necessidade de crescimento e instalação de outros equipamentos impulsionou a urbanização da várzea. Do morro partiu para oeste o primeiro eixo viário da cidade baixa, ou várzea, ligando o núcleo urbano funcional com o Convento da Ordem de São Bento, instalado no morro a montante. A tão conhecida “Rua Direita”³¹ de outras tantas cidades portuguesas, no Rio de Janeiro, era paralela à praia, mas como aponta Rossa (2002, p. 29), “já então potencialmente interior”. Tanto no que dizia respeito à localização, quanto à geometria da implantação, à topografia e à lógica da relação que se estabeleceu entre os dois importantes polos urbanos, constituiu, aos olhos do autor, o eixo estruturante do desenvolvimento urbano e urbanístico da cidade. Aproximadamente a meio do caminho foi aberta uma praça, o Largo do Carmo, hoje Praça XV, em posição concorrente ao Paço da Ribeira de Lisboa. Foi por meio de um arruamento de perpendiculares e paralelas que se estruturou a cidade baixa à medida que crescia.

É válido recordar que a fundação de Salvador e a instalação do Governo Geral, em meados do século XVI, marcaram profundamente a relação entre a Coroa e o território brasileiro. A nova forma de governo não aboliu a estrutura das capitanias hereditárias, ao contrário. Apesar de a sobrepor de certa forma, o Governo Geral conviveu com o antigo sistema de forma a continuar assegurando a ocupação e o rendimento da terra. Localizada a meio da costa do país, a cidade de Salvador, “cabeça e metrópole onde residem o Governador, Ouvidor geral, Provedor-mór, Tesoureiro e outros oficiais do Rei” (ANCHIETA, 1988, p. 417), não só passou a constituir o centro, geográfico e político de uma nova fase da gestão do território, como também centralizou as sucessivas ações de desbravamento e ocupação. A primeira dessas expedições, como descrito acima, foi a que fundou a segunda cidade do país, o Rio de Janeiro. Seguiram-se a essa, as fundações da cidade de Filipéia (João Pessoa), ainda no século XVI (1585), de São Luís, de Cabo Frio, de Belém e Olinda no século XVII (AZEVEDO, 1956, p. 14 e 22).

Como salienta Reis Filho (2000, p. 64), a criação dessas cidades foi pensada pela Coroa não apenas em decorrência das necessárias medidas de defesa do território, mas, tão essencial quanto, foram fundadas para constituírem as cabeças da rede urbana em suas regiões. Dessa maneira é natural que se manifestasse, de várias formas, o interesse e o cuidado especial que cercavam essas fundações. É compreensível assim, que a lógica de

³¹ Em síntese, a rua Direita era a rua onde se localizavam os estabelecimentos mais importantes, era onde se podia observar as novidades trazidas de fora e era onde os forasteiros estabeleciam o seu primeiro contato com a cidade. Como esclarece Walter Rossa (2002, p. 223), o conceito de rua Direita não pode ser encarado como uno, visto que nos núcleos portugueses, a complexidade de sua estrutura e de sua vivência promoveu várias artérias principais com características, em alguns casos, bem diferenciadas.

ordenamento urbano aplicada ao Rio de Janeiro seja, nos dias de hoje e em meio a tamanhas alterações, ainda observada e entendida. Essa lógica é devida, em grande parte, à ação dos engenheiros militares.

2.1.2 A engenharia militar e o território

O desenvolvimento de conhecimentos ligados à prática de fortificação surgiu muito em consequência de o fato da expansão do território ter dado origem à forte necessidade de se estabelecerem procedimentos de gestão e defesa, que não dependessem da participação da parca população do reino. Nos primórdios da formação urbana do período expansionista português, a figura do urbanizador, conforme informa Araújo (1998, p. 29), era também “o retrato polivalente do cavaleiro – capitão – conquistador e construtor”, o que pode ser demonstrado, por exemplo, por meio da atuação de Estácio de Sá, que trabalhou pessoalmente na ereção e fortificação do primeiro núcleo da cidade do Rio de Janeiro, conforme relatado pelo Pe. Anchieta acima. Ainda que observado muitas vezes esse envolvimento direto dos capitães com a construção de cidades, vilas e fortalezas, há registros que indicam a presença de mestres fortificadores auxiliando essas práticas em variados pontos do império português. No caso brasileiro, já com o primeiro Governador Geral seguiu Luís Dias, que fora enviado por D. João III “por mestre da fortaleza e obras que lá mando fazer” (apud SMITH, 2012, p. 131) e que “escolhido e instruído por Miguel de Arruda, o Mestre das Fortificações do Reino, era portador de amostras e modelos da cidade fortaleza a ser edificada” (ROSSA, 2002, p. 286). Assim que desembarcou Tomé de Souza com seu mestre pedreiro em terra

[...] pôs em ordem para êste edificio, fazendo primeiro uma cerca muito forte de pau a pique, para os trabalhadores e soldados poderem estar seguros do gentio. Como foi acabada, arrumou a cidade dela para dentro, arruando-a por boa ordem com as casas cobertas de palma, ao modo do gentio, nas quais por entretanto se agasalharam os mancebos e soldados que vieram na armada. E como todos foram agasalhados, ordenou de cercar esta cidade de muros de taipa grossa, o que fez com muita brevidade, com dois baluartes ao longo do mar e quatro da banda da terra, em cada um deles assentou muito formosa artilharia que para isso levava, com o que a cidade ficou muito bem fortificada para se segurar do gentio; na qual o governador fundou logo um colégio dos padres da Companhia, e outras igrejas e grandes casas, para viverem os governadores, casas da câmara, cadeia, alfândega, contos, fazendas, armazéns, e outras oficinas convenientes ao serviço de Sua Alteza. (SOUSA, 1587, p. 129-130, grifo nosso).

Segundo Araújo (1998, p. 31), é provável que o relato de 1582 de Gabriel Soares de Sousa, descrito acima, seja a mais antiga e explícita referência ao trabalho dos engenheiros militares na ordenação urbana do território do Brasil. O monarca português já havia traçado o destino desta nova cidade ao estabelecer que fosse firmada em sítio sadio, servido de muita água e com “porto em que bem posão amarar os navios e vararem-se quando comprir porque todas estas calidades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a dita fortaleza e povoação por asy ter asentado que dela se favoreção e provejão todasllas terras do Brazill”³² (PRIMEIRO, 1898, p. 43).

A fundação de Salvador, assim, contrariando ao que até aí havia sido regra em todo o Império, foi marcada pela intenção prévia de não apenas planejar sua implantação e seu sistema de defesa, como também pré-conceber o seu espaço urbano. (ROSSA, 2002, p. 286).

Constituindo, pois, a capital ou a cabeça da rede urbana do Brasil, foram constantes as preocupações em defendê-la. OLIVEIRA (2008, p. 31) destaca que nos primeiros tempos não eram as nações estrangeiras os inimigos em causa, e sim os índios. Dessa forma, houve uma espécie de defesa primária, com estacas e muros de taipa de pilão, que em princípio conseguia conter adequadamente as armas de arremesso indígenas. A preocupação com os inimigos externos nunca foi completamente esquecida, porém, logo foi reconhecida a impossibilidade de se estruturar um sistema de defesa plenamente seguro.³³ Na Baía de Todos os Santos, por exemplo, a extensa abertura de sua barra permitia que naus inimigas passassem ao largo, longe do alcance da artilharia portuguesa, conforme afirma Oliveira (2008, p. 16). Araújo (2010, p. 51) considera esse aspecto significativo, visto que, numa leitura mais ampla, era este o dilema em causa em todos os núcleos do litoral brasileiro. E foi o que “obrigou os fortificadores portugueses a tomar opções que, desde o início, tinham em conta o papel de marcação territorial das fortificações e a ação de defesa feita, não absorvendo o núcleo urbano, mas a par dele, o que reforça o sentido de cidade aberta” (ARAÚJO, 2010, p. 52).

Voltemos novamente as atenções ao Rio de Janeiro. Fundada a cidade na linha de Salvador, conforme visto anteriormente, “na sua traça, não havia fronteiras entre a arquitetura militar e o urbanismo. No alto do morro ficavam o ‘castelo’ e o ‘baluarte da Sé’; no sopé, o ‘forte de São Tiago’; ligava o forte ao baluarte, a ‘muralha’ ou ‘muro’ em que ficava a ‘porta

³² Trecho pertencente ao Regimento de Tomé de Souza, de 1548.

³³ Segundo Oliveira (2008, p. 24-25-26), um dos grandes responsáveis pelas dificuldades na defesa da Cabeça do Brasil era o crescimento desordenado dos núcleos urbanos. Haviām Ordenanças e Regimentos nesse sentido, “mas vivia-se a milhares de quilômetros de distância do Reino e um forte atavismo incentivava o não cumprimento de normas. Construções abusivas tomavam, pois, conta do espaço urbano, com a ‘vista grossa’ de alguns administradores e mesmo com a autorização da Câmara”.

da cidade” (SANTOS, 2008, p. 97). Neste início reduzia-se a um sistema fortificado erguido sobre colinas que propiciavam melhores condições de defesa contra os indígenas e nações estrangeiras que por anos ameaçaram a soberania portuguesa na “banda sul”. Entretanto, o fato de nascer fortificada não exime, de forma alguma, a existência de procedimentos urbanísticos. Muito provavelmente, talvez, não explicitados em projetos pré-concebidos, mas criteriosamente seguidos na prática.

A cidade do Rio de Janeiro, segundo Boxer (1969, p. 148) e Smith (2012, p. 217), foi construída, como Lisboa e Porto, Funchal e Ponta Delgada, Luanda, Goa e Macau, ou como Salvador e Olinda, sobre terreno muito acidentado, correndo em declive para o mar. “Os portugueses diziam que tal situação era essencial para defesa, mas na realidade eles estavam preservando uma tradição” (SMITH, 2012, p. 217). Havia, assim, “uma cidade alta e uma cidade baixa, ligadas por ruas e becos estreitos e empinados, que tornavam o trânsito sobre rodas virtualmente impraticável” (BOXER, 1969, p. 148). Para Serrão (1965, p. 121), a cidade foi erguida sem plano urbanístico, “era pobre, formada de casas térreas, com material de construção pouco durável, crescendo a povoação em forma de fogos isolados e sem unidade urbana”. Abreu (2010, vol. 2, p. 244), por sua vez, desmonta em parte tal afirmação, concordando com a parte que se refere à fisionomia das moradias, destacando, porém, que muitos documentos indicam também a existência de construções “sobradas” nestes inícios do morro. Já no que diz respeito à falta de unidade, o autor prova, através da análise de cartas de sesmarias concedidas nesses primeiros tempos, que a construção do Rio de Janeiro foi sim regida por uma lógica bem ordenada de ocupação.

Vamos aos fatos. A carta de sesmaria de Domingos Fernandes, expedida em 30 de setembro de 1567, informa que o governador lhe havia feito mercê de dez braças de chãos e que já tinha feito ali dois tijupares; todavia, a carta oficial não havia ainda sido expedida, razão pela qual a solicitava agora. Ao despachar a petição, Mem de Sá ordenou que Nuno Garcia, mestre de obras da cidade e responsável pela medição de terras, pelo alinhamento das ruas e pela construção de edifícios e fortificações, informasse o requerimento. Obteve então resposta positiva: “Senhor, tem dez braças de largo e mais de comprido até o trasto”, informação considerada suficiente para deferir a solicitação. (ABREU, 2010, vol. 2, p. 245).

Nuno Garcia, oficial de pedreiro, degredado por 11 anos, chegou ao Brasil com Tomé de Souza e logo se comprometeu com as obras do colégio jesuíta baiano. “Os padres combinaram com ele que os servisse durante 5 anos, comprometendo-se êles a alcançar-lhe perdão dos outros 5 (um já havia sido cumprido)” (LEITE, 2006, tomo I/livro I/IV, p. 48). Assim, quando acompanhou Mem de Sá ao Rio já havia cumprido sua pena. Abreu (2010, p.

245), considera muito provável que o mesmo tenha se retirado da cidade no momento da partida do Governador, em 1568, reitera, porém, que a prática de arruação por ele iniciada, foi, de certa maneira, mantida.

Vencida essa etapa, passou-se, já no período de dominação espanhola, à urbanização regular da várzea. Já em 1571 foi para lá enviado como mestre da fortificação Francisco Gonçalves. Talvez se deva a ele a autoria ou melhoramentos realizados nas baterias observadas na Figura 2, visto que a era de execução da citada cartografia também remete à mesma década de atuação do mestre fortificador em questão.³⁴ Tanto a ocupação regular da cidade baixa, quanto as obras realizadas no esquema defensivo da banda sul, ocorreram em grande medida graças aos índios de São Lourenço. A instalação desse aldeamento, nessa mesma era de 70 do século XVI, na banda d'além, como se verá a seguir, garantiu não apenas a segurança da baía de Guanabara, bem como forneceu a mão de obra necessária ao crescimento da nascente cidade e o efetivo responsável pela manutenção e guarda dos fortes, fortalezas e baterias de defesa.

A partir de 1623, o medo gerado por uma possível invasão, dessa vez holandesa, provoca um retrocesso na descida para a várzea. Os muros do Castelo são refeitos, os da barra são reforçados; “manda-se (Carta régia de 17/10/1632) que a ‘cadeia e a casa de Câmara se conservem no sítio alto e não se mude para a várzea’; insiste-se em que ‘por nenhuma via se faça obra nem casa fora das fortificações’” (SANTOS, 2008, p 98). Somente a partir de 1637, no governo de Salvador Correia de Sá³⁵, é que várzea volta a ser efetivamente ocupada. Dois anos depois, o pedreiro Francisco Monteiro foi contratado para a construção da nova casa de Câmara e Cadeia na parte baixa.

No período que se sucede a Restauração da metrópole aumentam as preocupações defensivas da Coroa. O que aparece demonstrado no mapa de João Teixeira Albernaz, executado em 1645 (Figura 5), é que para além de ilustrar a parca ocupação do antigo morro em relação a cidade baixa³⁶ e indicar igrejas e conventos, o cosmógrafo real dá especial

³⁴ Em 1582 esteve no Rio por sete meses o engenheiro-chefe de Filipe II de Espanha, o italiano Batista Antonelli, que segundo Santos (2008, p. 99), além da confecção de mapas topográficos do Rio de Janeiro, que infelizmente não se conhece o destino, realizou projetos para a zona portuária. Ainda no período da administração filipina foi nomeado, em 1588, como *fortificador* do Brasil, Alexandre de Urbino. No mesmo período atuaram no Norte, Baccio de Filicaccia e o já citado Batista Antonelli, nomes a quem se vinculam a criação dos núcleos urbanos de Filipéia (João Pessoa) e Natal. Em 1603, Francisco Frias é nomeado engenheiro-mor do Brasil, sendo o responsável pela planta de São Luís. Tibúrcio Spannochchi, deu começo a um plano de fortificação para Salvador e Recife, por volta de 1606. Após a Restauração, em 1649, toma posse na Câmara da cidade do Rio, como engenheiro de Sua Majestade, o francês Michel de Lescolles. (ARAÚJO, 1998, p. 32; SMITH, 2012, p. 131).

³⁵ Filho de Martim de Sá. Este, também sobrinho de Mem de Sá, assumiu a governança da cidade após a partida do Governador-Geral.

³⁶ Cerca de 10 moradias concentradas na base e topo do morro, contra mais de 80 localizadas na várzea.

destaque ao triângulo defensivo formado pelas baterias da Fortaleza de Santa Cruz e pelos fortes de São João e São Tiago, que guardava a entrada da Baía de Guanabara e o núcleo urbano já bastante desenvolvido da cidade do Rio de Janeiro. Ao triângulo defensivo formado pelas fortalezas, segundo Leite (2006, tomo VI/livroI/V, p. 95), se sobrepôs outro, formado pelos aldeamentos de São Lourenço (lado oriental da baía), São Barnabé (fundo da baía) e São Francisco Xavier (lado ocidental da Baía de Guanabara), igualmente encarregado pela guarda e defesa da cabeça da banda sul. Ao meu ver, porém, São Lourenço é o único entre os aldeamentos citados que exerceu realmente funções defensivas (Figura 23). Os demais apenas forneceram índios para completar o efetivo das fortalezas, quando necessário. Também o aldeamento de São Pedro, em Cabo Frio, constituía uma espécie de guarda avançada para a defesa do promontório constantemente visitado por piratas de nações estrangeiras.

Figura 5 - *Demostração do Rio De Janeiro. Feita por João Teixeira. Cosmographo, de de (sic) Sua Magestade. Anno. 1645.*



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_CARTm_017, D. 1052.

A presença desses profissionais no Rio de Janeiro passa a ser ainda mais constante em fins do século XVII. Isso porque a cidade cresce ainda mais em importância estratégica com a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680. Adquire, também, relevo econômico como porto de embarque para a metrópole de todo metal extraído das Minas Gerais, desde a descoberta do ouro em fins desse mesmo século. Reforçam-se ainda mais as preocupações

com a defesa. Em 1682, Felipe Lopo de Araújo é designado como “capitão engenheiro do Rio de Janeiro e nova colônia de Sacramento”. Gregório Gomes, em 1694, possuía o título de ‘capitão engenheiro da capitania do Rio de Janeiro’, usado outra vez, em 1700, por Felipe Carneiro de Alcaceva, em ação no Rio desde 1678” (SMITH, 2012, p. 132). Em 1698³⁷, cria-se no Rio, uma Aula de Fortificação, seguindo o modelo da aula da metrópole, como será detalhado adiante.³⁸

Já em começos do XVIII, a Coroa envia o brigadeiro João Massé que, além de corrigir o sistema de fortificações, ainda elabora um mapa da cidade (Figura 6)³⁹. Massé procura destacar nessa cartografia o sistema de defesa por ele proposto – linha defensiva junto à praia, ligando o São Bento a Misericórdia, e muro que fazia o fechamento entre as fortalezas da Conceição e do Castelo –, mas, para além disso, nos traz um registro da lógica que gerou a ocupação da baixa, com sua Rua Direita destacada junto à praia e seu sistema de arruamento de perpendiculares e paralelas que acabou por estruturar o crescimento da cidade.

Assim como Massé, Paulo Santos (2008, p. 100 a 103) nos coloca uma vasta lista de profissionais que atuaram na “construção” da cidade do Rio de Janeiro. Nomes como o do brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim; do capitão André Vaz Figueira; do sargento-mor Manuel Vieira Leão; do engenheiro militar Miguel Angelo Blasco; do coronel José da Silva Paes; do também coronel José Custódio de Sá e Faria; do sargento-mor engenheiro Francisco João Roscio; do brigadeiro Jacques Funck e de tantos outros profissionais não nomeados nas muitas plantas, projetos, levantamentos e planos que retratam a cidade e que chegaram aos nossos dias. A presença desses profissionais nos núcleos coloniais, segundo Reis Filho (2000, p. 66), é bem indicativa dos mecanismos de controle que a metrópole cuida de estabelecer;

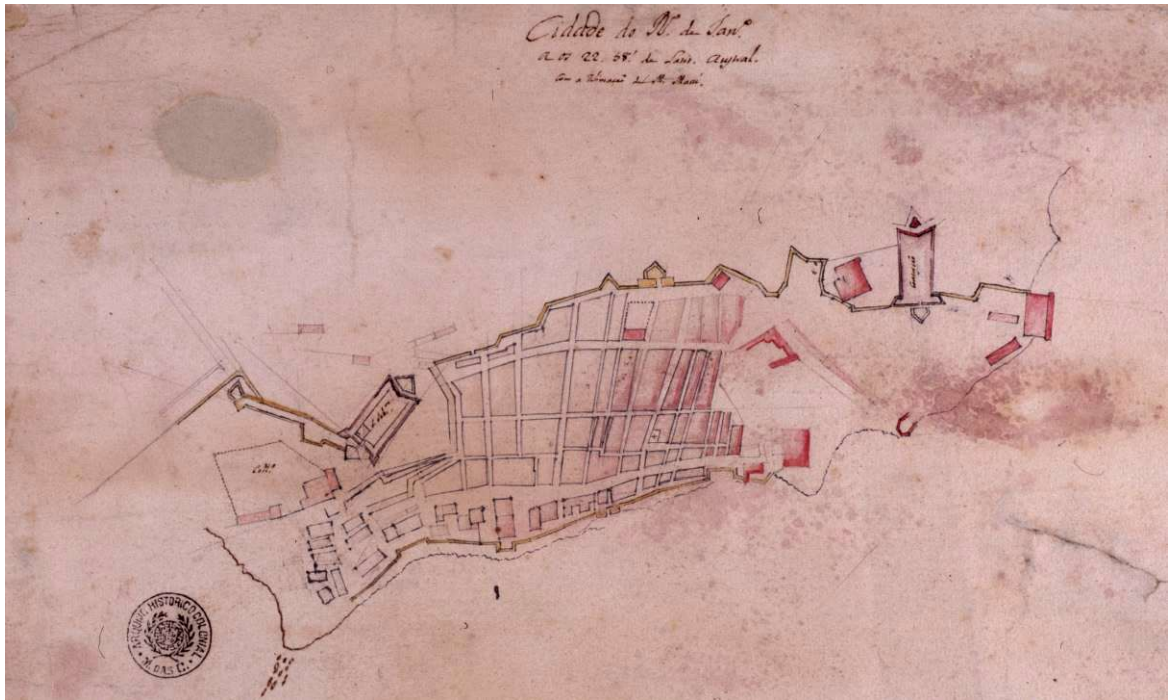
³⁷ Data apontada por Araújo (1998, p. 33) e Rossa (2002, p. 264). Já Santos (2008, p. 99), indica 1699 como o ano da fundação da dita aula. E Smith (2012, p. 137) aponta o ano de 1735, como o de estabelecimento da Aula de Fortificação e Artilharia do Rio de Janeiro.

³⁸ Assim como ocorreu ao Rio, a Coroa fundou mais Aulas ou Academias na Bahia (1696), em São Luís do Maranhão (1699), em Recife e Viana no Minho (1701), em Peniche (1719), em Almeida e Elvas (1732) e em Belém do Pará (1758). “Quase uma por região militar funcionando conforme os casos, com maior ou menor regularidade, sendo especialmente significativo o facto de só terem sido criadas na Metrópole e no Brasil” (ROSSA, 2002, p. 264). O Brasil assume o papel de destaque – antes concentrado na Índia e no Oriente –, após a Restauração, passando a ser inquestionavelmente a principal possessão da Coroa portuguesa, tanto em termos econômicos, quanto territoriais. Nesta altura o Estado da Índia resumia-se a Goa, Damão, Diu, Chaul e Baçaím. No que diz respeito ao resto do Oriente só Macau contava. As Ilhas Atlânticas constituíam basicamente plataformas das carreiras marítimas, quer para o comércio com a metrópole, estabelecido por Açores e Ilha da Madeira, quer para a África, onde através das trocas de produtos, como a aguardente de cana, se obtinham escravos. (ROSSA, 2002, p. 289).

³⁹ Reis (2000), considera que Massé produziu dois mapas da cidade. O primeiro que, acredito, seria um esboço, e cerca de um ano depois “a primeira planta da cidade do Rio de Janeiro, já com padrões de representação correspondentes às técnicas atuais”. Considero por bem ilustrar ambas as cartografias.

“uns, os centros [regionais ou cabeças de rede], no controle político geral e outros, os engenheiros, no controle das transformações da organização espacial.”

Figura 6 – O Rio de Janeiro no século XVIII. (a) Cidade do Rio de Janeiro por João Massé (ca. 1712).
(b) Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações, (ca. 1713).



(a)



(b)

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – (a) AHU_CARTm_017, D. 1061, (b). AHU_CARTm_017, D. 1064.

Como salienta Araújo (1998, p. 32), paralelo aos grandes centros regionais, nos quais a Coroa atuava diretamente com os seus funcionários, eram criados núcleos intermediários de ocupação. Nesses, “menos por falta de interesse no projeto colonial e mais por uma falta de meios”, os moldes adotados foram certamente menos acadêmicos. É exatamente este o caso da Vila de Vitória, principal núcleo urbano da Capitania do Espírito Santo.

Logo que desembarcou em seu “vilão farto”⁴⁰ (SALVADOR, 1627, p. 26), em 1535, o donatário Vasco Fernandes Coutinho, ordenou que prontamente se dessem início às construções de uma capela, de cabanas que abrigassem os novos moradores da terra e de uma fortificação que garantisse a defesa contra as investidas estrangeiras e, principalmente, dos gentios da terra.⁴¹ Segundo Daemon (1879, p. 62), em 1550 já funcionava na capitania uma espécie de armazém alfandegado, visto que nesse mesmo ano, por insistência do donatário, foi aberto o comércio direto com Portugal e Angola. O autor não faz mais nenhuma referência à Alfândega ou ao trato direto estabelecido entre o Espírito Santo, Lisboa e Angola. Acredito que com a fundação do Rio de Janeiro, a condição de entreposto internacional da parte Sul tenha sido assumida pela nova cidade.

Visto os constantes ataques promovidos pelos indígenas, Vasco Fernandes decide se mudar com sua gente para a Ilha de Santo Antônio, atual Vitória, neste ano de 1551, por ser mais bem provida de águas e por permitir melhor defesa contra os constantes ataques dos índios. “Chegados que forão, edificarão casas nas cercanias do pequeno Seminario [da Companhia de Jesus], construído por Affonso Braz, montando quatro engenhos, fazendo plantações de vinhas, cannas, e cereais” (DAEMON, 1879, p. 64). Apesar da mudança ter sido benéfica em relação à segurança da gente, e também das sucessivas tentativas de apoio buscadas por Vasco Fernandes em suas muitas viagens ao Reino e à outras capitanias, não conseguiu o donatário o progresso ensejado.⁴²

No povoar desta capitania gastou Vasco Fernandes Coutinho muitos mil cruzados, que adquiriu na Índia, e todo o patrimônio que tinha em Portugal, que todo para isso vendeu, o qual acabou nela tão pobremente, que chegou a darem-lhe de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu, em que o amortilhassem. E seu filho, do mesmo nome, vive hoje na mesma capitania, tão necessitado que não tem mais de seu que o título de capitão e governador dela. (SOUSA, 1587, p. 93).

⁴⁰ O desembarque se procedeu na atual Vila Velha, assim como a construção dos primeiros alicerces da nova vila. O topônimo é criado em vista da mudança da vila para a ilha de Vitória.

⁴¹ Assim, o donatário do Espírito Santo também se insere ao rol de donatários – conquistadores – construtores, apontado por Araújo (1998, p. 29).

⁴² Sobre os primórdios da Capitania do Espírito Santo, consultar Maitam (2011, p. 66 a 116).

Aliado ao fracasso tanto desse primeiro funcionário real, quanto de sua linha sucessória, a vila foi alvo ainda da cobiça dos estrangeiros. Atacaram-na, sem sucesso, primeiro os franceses em 1561, e causaram grande terror “por serem os moradores poucos, e as casas cobertas de palha e sem fortaleza” (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 365). O que fez um jesuíta anônimo alertar, em 1562, que vivendo a população em grandes sobressaltos e sem possibilidades de defesa, seria essencial que passasse a capitania às mãos do Rei, pois não seria bem provida enquanto fosse de “d’outrem”⁴³ (Ibid., p. 366). No ano seguinte houve nova tentativa, e ainda outra em 1581. Segundo o Pe. José de Anchieta, os moradores não possuíam quem os defendesse além dos índios das aldeias jesuítas (LEITE, 2006, tomo I/livro III/III, p. 219). A seguir aos franceses vieram os ingleses que tentaram por duas vezes a tomada de Vitória: a primeira, no ano de 1582, sem representar grande ameaça; e a segunda, de certa gravidade, com o ataque de Thomas Cavendish, em 1592. De acordo com Freire (2006, p. 94), a vitória sob a tropa de Cavendish foi apenas conseguida graças à existência de um forte, “cuja construção ‘da banda da Vila’ Anchieta animou”. Também os holandeses tentaram por duas vezes tomar a baía de Vitória, em 1625 e em 1640, falhando em ambas, em grande medida graças ao socorro dos padres jesuítas e dos índios aldeados.

A capitania andou de mão em mão, até ser comprada por Francisco Gil de Araújo, em 1674, cuja administração (1678-1682) foi marcada pela fundação da segunda vila capixaba, Guarapari, em 1679⁴⁴, e pela construção, reconstrução e melhorias de três fortes (SANTOS, 2008, p. 111). Era mais um particular exercendo os papéis de urbanizador e fortificador num território onde ainda não era possível à Coroa atuar diretamente.

Com as descobertas de ouro nas Gerais em fins do século XVII, iniciam-se novas obras de remodelação e aparelhamento dos fortes existentes na vila.⁴⁵ Mais em decorrência das citadas descobertas, acredito, do que da flagrante falta de descendentes que sucedessem ao último donatário Manuel Garcia Pimentel, a capitania passou às mãos da Coroa em 06 de abril de 1718. Já em 1726, aparece, pela primeira vez, atrelado à história da vila, o nome de um engenheiro militar. Assim, o projeto de fortificação iniciado por Francisco Gil de Araújo

⁴³ Ante a pobreza do primeiro donatário, a esta época era capitão-mor e homem principal do Espírito Santo Belchior ou Melchior de Azevedo.

⁴⁴ Carvalho (1982, p. 93) e Daemon (1879, p. 122) concordam com o ano de 1679, como o de elevação da antiga aldeia jesuíta em Vila de Guarapari. Já Azevedo (1956, p. 27), assim como Saint-Hilaire (1974b, p. 34), consideram que Guarapari só foi elevada à vila em 1689.

⁴⁵ O Espírito Santo ficou confinado à faixa litorânea que lhe pertencia. Isto em decorrência das proibições de se abrirem estradas que ligassem ao oeste e ordens para que se recolhessem em Vitória todos os “indesejáveis” que se encontrassem nas lavras. As terras capixabas assumem, assim, a função de trincheira para a defesa das Gerais, por estarem seus administradores convencidos de que qualquer investida estrangeira teria o porto capixaba como ponto de entrada para àqueles centros (NOVAES, 1969, p. 80).

ganha novo impulso, quando em 1726, o então vice-rei Conde de Sabugosa determina que o engenheiro Nicolau de Abreu Carvalho levante cinco fortalezas na entrada da barra. Além disso, Carvalho deu ainda projeto à nova matriz. (DAEMON, 1879, p. 151-152; OLIVEIRA, 2008, p.202; RUBIM, 1840, p. 10-11; SANTOS, 2008, p. 111).

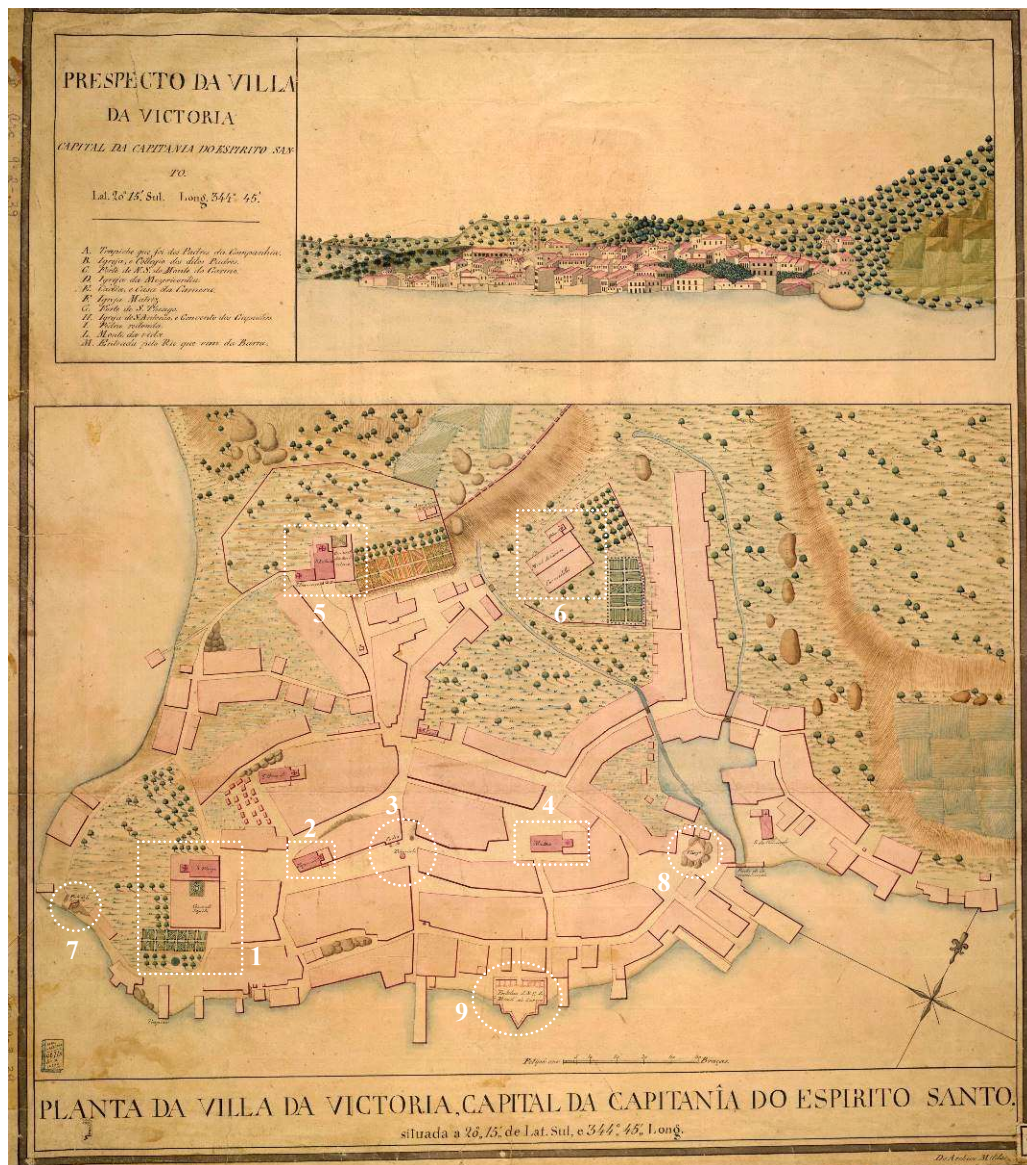
Por volta de 1767, o marquês de Lavradio, governador e capitão-general da Bahia, envia ao Espírito Santo o engenheiro José Antônio Caldas. Esse parte com a incumbência de construir a nova fortaleza na Ilha do Boi e reformar todas as demais. Além das obras, o engenheiro elaborou um relatório no qual informa que “a capitania tinha oito mil almas, ‘sem a resenha dos meninos e pagãos’, exportava mantimentos, madeiras, panos de algodão e açúcar para a Bahia, Rio de Janeiro e portos do Sul, em valor superior a trezentos mil cruzados por ano” (OLIVEIRA, 2008, p. 222). O transporte, segundo ele, se fazia em embarcações pertencentes aos próprios comerciantes de Vitória. É também de autoria desse engenheiro a mais completa planta de Vitória que se conhece do século XVIII (Figura 7), na qual, segundo Paulo Santos (2008, p. 111), é possível identificar a vila “inscrita no contorno marítimo ditado pela natureza e ajustada aos acidentes do terreno com desenvoltura e naturalidade”. Quando os engenheiros começaram a atuar na capitania, esta, segundo o mesmo autor, no essencial, “já estava delineada, sendo raras as ruas retas e não tendo havido nenhum propósito de lhes dar traçado ortogonal”.

Observando mais detalhadamente a citada cartografia é possível reconhecer na ponta à esquerda, na Cidade Alta, o Colégio Jesuíta de Santiago (único edifício religioso destacado também no frontispício da vila), a horta e o trapiche dos padres (indicação1), seguindo-se, à sua frente, a igreja da Misericórdia (2) e pouco adiante o pelourinho, à frente da Câmara (3). Na mesma direção, na outra extremidade da colina, está indicada a Matriz (4), cujo o risco, como visto, se deve ao engenheiro Nicolau de Abreu Carvalho. Ao alto, à esquerda, o convento franciscano e, mais acima, à sua direita, o convento do Carmo (indicações 5 e 6, respectivamente). Junto à praia, nas extremidades, encontram-se os fortes de Santo Inácio e São Tiago e ao centro a Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo (indicações 7, 8 e 9, respectivamente). E, apesar de não indicadas no mapa, é comprovada em documentos a existência da Alfândega e Fazenda desde os primórdios da Capitania, conforme visto.⁴⁶

⁴⁶ Vasco Fernandes Coutinho se ocupou na organização dos serviços da Coroa Portuguesa, antes mesmo de sua partida de Portugal. Segundo Freire (2006, p. 57) os cargos de escrivães da feitoria e do almoxarifado, incumbidos de arrecadar as rendas da Coroa, foram providos a 02 de setembro de 1534, respectivamente a Sebastião Lopes e Antônio Espera. Em Oliveira (2008, p. 40), na carta denominada “do espirito samto a vinte e seis de setembro de 1545”, Ambrósio de Meira informa: “tomey pose de feytor e almoxarife por nam aver na terra outro hofyçyall”. O autor destaca que a citada carta constituía um minucioso relatório, onde tudo que dizia

Assim, mesmo criada sobre moldes menos acadêmicos, a Vila de Vitória possuía os elementos essenciais aos núcleos urbanos portugueses, abrigando ainda em seu perímetro Ordens imponentes como a dos jesuítas, dos franciscanos e dos carmelitas.

Figura 7 – *Planta da Villa da Victoria, Capital da Capitania do Espirito Santo e Prespecto da Villa da Victoria*, de José Antônio Caldas (copiado). Original de 1767. Cartografia completa e detalhe.



respeito ao interesse da Fazenda Real foi cuidadosamente registrado. Não tendo sido ainda nomeado feitor para a capitania, Ambrósio de Meira, assim, recomendava: “Proueja Vossa Alteza com prouisão pera se fazer casa de feytoria ou pera se caregar ho acuquere por que sempre avera no ano de 1546 1000 arrobas moendo estes engenhos que esperam começar em janeiro” (apud OLIVEIRA, 2008, p. 57). Em 1550 era Francisco de Vacas o encarregado dos officios de provedor da Fazenda e juiz da Alfândega, sendo Belchior de Azevedo e Henrique Carvalho, respectivamente, “Escrivão d’ante o Provedor, e Feitor, e Almoxarife, e Alfandega” e “Porteiro da Fazenda e Contos, e Alfandega e assellador de panos” (OLIVEIRA, 2008, p. 68). Em 1811, Francisco Manoel da Cunha informa que neste ano ainda se viam “os alicerces de uma pequena alfândega, estabelecida logo depois da descoberta da Capitania, e que desapareceu, bem como a antiga navegação, que ela nutria diretamente com a Europa e África” (CUNHA, 1811, in RIHGB, 1842, p. 244).



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530868/cart530868.html>
 Acessado em: 12 de mar. de 2015, adaptado pela autora (2016).

Diante de todo quadro exposto, com antecedentes que remontam, pelo menos, ao período da expansão portuguesa, como visto, os engenheiros militares surgiram como corpo organizado após a Restauração Portuguesa, em 1640.⁴⁷ Podendo se considerar como marco desse surgimento, conforme ressalta Rossa (2002, p. 170), a criação da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, em 1647, regida por Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor do reino, formado, em parte, pelos jesuítas na famosa Aula da Esfera.⁴⁸

Essa famosa aula jesuíta, ministrada no Colégio de Santo Antão, é um resultado direto da prática pedagógica dos jesuítas aliada aos ensejos da Coroa portuguesa. Já no contrato de fundação do citado colégio, segundo Leitão (2007, p. 32), é possível observar a primeira notícia diretamente relacionada com a citada aula, que surge como condição imposta pelo seu “fundador”, cardeal Infante D. Henrique⁴⁹, “que se acrescentassen las classes de latim que fuessen necessarias, que serian hasta una o dos, y que se leyesse una leccion de mathematica, y un curso de artes de tres em tres anos” (apud LEITÃO, 2007, p. 32).

Em 1592 tomou forma um ambicioso projecto de cartografar e descrever os territórios portugueses, que seria feito pelos jesuítas de Lisboa, com o apoio de estrangeiros que necessitassem. [...] Não foi possível concretizar estes

⁴⁷ É o próprio autor (ROSSA, 2002, p. 167) quem reforça que há grande carência de estudos que investiguem até que ponto os sessenta anos (1580-1640) de dominação espanhola terão contribuído para a sistematização dessa profunda alteração estrutural da política da *Nação* portuguesa em relação ao seu território. Até porque, durante o período em que a União Ibérica imperou, ocorreu um profundo intercâmbio de métodos e modelos no que se refere às questões de fortificação. Mas manteve-se, entretanto, a autonomia das instituições já existentes. Como foi o caso da Aula da Esfera, ministrada pelos jesuítas, que continuou a formar engenheiros militares, ainda que em pequeno número. (Ibid., p. 179).

⁴⁸ Além da sólida formação matemática, Luís Serrão Pimentel, também cursou a disciplina de Humanidades.

⁴⁹ O cardeal Infante D. Henrique assumiu a figura de fundador desse Colégio, garantindo ao mesmo uma generosa renda anual perpétua da parte do rei, seu sobrinho D. Sebastião.

planos⁵⁰, mas a ligação da “Aula da Esfera” aos projectos cartográficos dos monarcas portugueses seria uma constante ao longo de toda a história do Colégio de Santo Antão. Tudo leva a crer que, até meados do século XVII, as matérias científicas e matemáticas foram ensinadas no Colégio de Santo Antão com uma tónica especial nas questões relacionadas com a náutica e a cosmografia, o que, sem dúvida, era determinado pelas necessidades do país e não apenas para cumprir detalhadamente as exigências pedagógicas da própria Ordem. (LEITÃO, 2007, p. 47-48).

No período que se sucede a Restauração os professores da Aula da Esfera passaram a dedicar ainda mais atenção aos estudos de geometria aplicada, de engenharia, de arquitetura, de técnicas de fortificação, de balística, pirotecnia, agrimensura “e a todo um leque de temas de milícia e *re militar*” (Ibid., p. 68). Em acordo com os objetivos coloniais portugueses, no período em que funcionou, de meados do século XVI, conforme visto, ao ano de 1759, essa aula foi responsável pela formação dos melhores técnicos e homens de ciência do reino, sendo que entre os seus ex-alunos eram comumente encontrados cientistas de várias disciplinas, cartógrafos, cosmógrafos, arquitetos e engenheiros, como foi o caso do já citado Luís Serrão Pimentel, que assumiu as responsabilidades numa aula similar a ministrada por seus antigos mestres.⁵¹

Como visto anteriormente, é a partir da segunda metade do século XVII, e mais ainda já no século XVIII, que se assiste ao ápice da urbanização do Brasil. Crescem nesse período tanto o número de criações urbanas, quanto a presença de profissionais capacitados atestada pelo tratamento formal dado a esses novos núcleos. Esse sistema de urbanização foi aperfeiçoado ao ponto de, no período pombalino, as Cartas Régias já estabelecerem parâmetros de coordenação dimensional, que ditavam, por exemplo, as medidas para os lotes, o número de aberturas possíveis, a altura dos pavimentos e as formas de relação com as construções localizadas no entorno imediato (ROSSA, 2002, p. 290-291).

A partir do exposto sobre a prática urbana colonial portuguesa é possível se concluir que, ao contrário da ideia de que a obra realizada no Brasil teve um caráter mais de feitorização do que de colonização⁵², a sistematização metodológica levada a cabo na prática e

⁵⁰ Parte deste projeto é finalmente executada em 1730. Quando, não apenas por razões de segurança e marcação das fronteiras com Espanha, mas também para permitir uma melhor exploração dos recursos do território, em especial, aos relacionados à extração de minérios, D. João V envia dois padres jesuítas matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capassi, para a confecção de mapas do Brasil. (ALMEIDA, 2001, p. 100-142).

⁵¹ A *escola de urbanismo*, sistematizada por Serrão Pimentel e instrumentalizada pelo Estado, conseguiu criar uma rotina de fundação de núcleos urbanos que, “para além de regulares na estrutura, tinham de programa, por força de lei, equipamentos, símbolos de poder e arquitectura” (ROSSA, 2002, p. 290). Para Araújo (1998, p. 33), a “Aula” correspondia à verdadeira “diferença” portuguesa no que se refere a sua opção urbanizadora, “pois reafirma como método o que a caracterizava em essência – a aprendizagem vinculada à actuação”.

⁵² Ideia eternizada em “O semeador e o ladrilhador” de Sergio Buarque de Holanda (1995, p. 93).

com uma abrangência espaço-temporal impressionante, foi o verdadeiro princípio que norteou os portugueses na implantação dos seus núcleos ultramarinos. Ressaltando mais uma vez que a soberania régia nunca deixou de agir em suas possessões coloniais. E mesmo nos casos nos quais se fez uso de certo pragmatismo, esse nunca veio desacompanhado de uma calculada manipulação dos “funcionários” reais. E no rol desses funcionários, a Igreja teve sempre papel de destaque.

2.1.3 A Igreja e seus múltiplos papéis

Como visto, a essência do *Método lusitânico* se firma na transferência de um conhecimento prático e, para além disso, pragmático, resultante da quantidade e urgência dos trabalhos, “e de uma concepção, sempre confirmada no tempo, de aliar os resultados a um sistema persuasivo e de dominação” (ARAÚJO, 1998, p. 41). Sistema esse que comporta tanto a plena identificação do Estado enquanto soberano máximo da conquista, dos povos, da política, da economia e das terras; quanto a posição do colonizador como o legítimo portador da cultura e da civilização para os gentios que não tinham “Fé, nem Lei, nem Rei” (GANDAVO, 1980, p. 52). E nesse contexto o que mais importava à Coroa e aos colonizadores eram as vantagens de ordem econômicas e políticas. Mas mais especialmente as primeiras. Essa preocupação aparece claramente declarada desde os primeiros registros da terra brasílica. Consta, por exemplo, já na carta de Pêro Vaz de Caminha, na qual o informante do Rei esmiúça as eventuais possibilidades de exploração da terra brasílica em todos os níveis.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha [...]. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos [...]. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos [...]. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é grandiosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (CAMINHA, 2006, p. 118).

Apesar do forte apelo religioso desta empreitada, a avidez por riquezas e por vantagens no plano econômico sempre concorreu em pé de igualdade com as questões da civilização e salvação dos povos bárbaros. “Para alguns, como foi o caso do Infante D. Henrique, a religião era mais importante do que o comércio, embora não deixassem de querer

ouro, de traficar escravos e não desdenhassem da riqueza, que consideravam uma bênção de Deus” (BOXER, 2001, p. 13).

Como a empresa colônia urgia pelo povoamento e cultivo das terras, as condições impostas aos que recebiam as sesmarias⁵³ diziam respeito, principalmente, ao pagamento do dízimo à Ordem de Cristo⁵⁴, ou seja, à própria Coroa portuguesa. Assim, ao monarca português estavam delegados tanto o domínio temporal sobre as terras conquistadas, quanto o espiritual⁵⁵. O dízimo, um em dez do que a terra produzia, representava mais que um imposto cobrado a todo cristão, proprietário ou não de terra, simbolizava toda a teia de complexas relações que se firmaram entre Estado e Igreja, “o pagamento desse tributo à Coroa, e as consequentes obrigações que esta teve que assumir em troca, acabaram se constituindo em peça fundamental do processo de organização territorial do Brasil” (ABREU, 1997, p. 208).

Os dízimos cobrados pela Coroa deviam em principio ser utilizados para financiar as missões e os estabelecimentos da Igreja nas possessões ultramarinas. Eram muitas vezes insuficientes para este fim e, então, eram completados com subsídios, pensões ou outras formas de pagamento feitas através do fundo geral da tesouraria real [...]. Por outro lado, a Coroa utilizava por vezes uma parte substancial do dinheiro conseguido através dos dízimos para ajudar a cobrir os défices da administração geral (BOXER, 2001, p. 229).

Ficava assim a cargo da Coroa portuguesa o direito de provisão de bispados, paróquias e de cargos eclesiásticos em geral. A contrapartida desse direito era o financiamento das atividades eclesiásticas. A Coroa era também responsável pela dotação de alfaias e de todos os objetos necessários ao culto, pelo pagamento das ordinárias, que consistia na contribuição para as despesas diretas e comuns ao culto, ou seja, na provisão de farinha para hóstias, de

⁵³ Através do sistema de sesmarias — que se diferencia da enfiteuse greco-romana apenas pela obrigatoriedade de cultivo em correspondência ao pagamento do foro enfiteutico —, Portugal pretendia garantir o uso produtivo da terra e o sucesso do esforço de povoamento. A origem do nome sesmaria está estritamente ligada à organização territorial dos concelhos portugueses. Para melhor distribuição das glebas, passou-se a dividir as propriedades do concelho em sesmos, ou sextas partes. Neste contexto, os delegados municipais passaram a ser denominados sesmeiros e as terras por eles concedidas receberam desta forma, o nome de sesmarias. (ABREU, 1997, p. 201-202).

⁵⁴ Com o intuito de resguardar o patrimônio pertencente à antiga Ordem dos Templários, a monarquia portuguesa solicita ao Papa João XXII, que incorporasse este patrimônio aos bens da Coroa portuguesa ou que o concedesse a uma nova instituição de caráter local. O Papa decidiu-se pela segunda opção, instituindo a Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, pela bula *Ad ea ex quibus*, de 1319. (ABREU, 1997, p. 209).

⁵⁵ Hoonart (2008, p. 38), destaca que a forte influência exercida por esta junção de funções em mãos reais teve um decisivo papel na formação cultural de nosso país, visto que “criando a imagem verticalista da missão, ele [o Rei] ajudou a incultar na alma brasileira a visão paternalista de Deus, pois Deus, o Rei, o senhor local agiam de maneira idêntica”.

vinho de missa, de azeite para lâmpadas do Santíssimo, de velas, entre outras necessidades. (COSTA, 2003, p. 47).

Como aponta Hoonart (2008, p. 35-37), ao rei de Portugal foi outorgado o direito de criar paróquias e dioceses; de autorizar a fundação de igrejas, conventos e irmandades; de apresentar os nomes dos clérigos para o preenchimento dos mais diversos cargos eclesiásticos; de autorizar que religiosos partissem para terras brasileiras; de exigir que o transporte fosse realizado exclusivamente por comboios portugueses e de vetar a comunicação direta dos bispos da colônia com Roma. Cabia também ao padroado o direito de regular o número de religiosos segundo as necessidades da empresa colonial, proibindo ou solicitando a fundação de conventos em lugares ermos e distantes, objetivando assim, a defesa e o avanço da empresa nessas áreas.

Alguns adeptos do padroado afirmavam que o rei de Portugal era uma espécie de núncio do papa e que a sua legislação eclesiástica tinha a força dos decretos canônicos. [...]. Sem que fossem tão longe, sucessivos reis de Portugal agiram sem dúvida como se os bispos e o clero do ultramar fossem, em muitos aspectos, simples funcionários do Estado, como os vice-reis ou os governadores. Davam-lhe ordens sem qualquer consulta a Roma, controlavam as suas atividades, e legislavam frequentemente em assuntos eclesiásticos. Faziam o mesmo com os provinciais ou superiores das ordens religiosas que funcionavam nos territórios do padroado, e até por vezes com missionários individuais ou com párocos de freguesia. (BOXER, 2001, p. 229, grifo nosso).

As ordens religiosas, entretanto, escapavam parcialmente das obrigações impostas pelo padroado, e por isso desfrutavam de maior liberdade no contexto colonial brasileiro. Além de receberem grandes quantidades de terra pelo sistema de sesmarias, também ficaram isentas do pagamento do dízimo de Deus.⁵⁶ Cabe citar também, que as ordens religiosas foram grandes detentoras de chãos urbanos, os quais normalmente eram alienados através do sistema de *enfiteuse*,⁵⁷ como designavam as determinações do direito eclesiástico.⁵⁸

⁵⁶ Até mesmo as fazendas e engenhos dos religiosos estavam isentos do pagamento do dízimo, como asseguravam as Constituições do Arcebispado da Bahia (2007, p. 169), visto que os frutos e novidades das propriedades religiosas haviam sido incorporados ao direito canônico. Segundo Hoonart (2008, p. 36), a criação de fazendas pelos religiosos foi motivo para um constante conflito com o Estado. A Coroa exigia, através de sucessivos alvarás, o pagamento dos dízimos destas propriedades, os quais foram ignorados pelas ordens religiosas, que continuaram a gozar de certa autonomia em relação ao padroado.

⁵⁷ “A *enfiteuse* (ou aforamento) é um contrato de alienação territorial que divide a propriedade de um imóvel em dois tipos de domínio: o *domínio eminente*, ou *direto*, e o *domínio útil*, ou *indireto*. Ao utilizar um contrato enfiteutico, o proprietário de pleno direito de um bem não o transfere integralmente a terceiros. Apenas cede o seu domínio útil, isto é, o direito de utilizar o imóvel e de nele fazer benfeitorias, retendo, entretanto, para si o domínio direto, a propriedade em última instância. Em troca do domínio indireto que lhe é repassado, o outorgado aceita uma série de condições que lhe são impostas, e obriga-se também a pagar uma pensão anual (ou

Além da qualidade de detentora de chãos e de vastas propriedades, à Igreja Católica cabia um importante papel político na estrutura colonial brasileira: o de segunda autoridade colonial. Ao bispo e, na falta do mesmo, ao arcebispo, cabia a função de substituição, em caso de necessidade, do governador geral, autoridade máxima que representava o rei nas colônias. Os jesuítas também gozavam de acentuado prestígio no âmbito político. Além da significativa influência firmada junto às autoridades — estabelecida pela prática da confissão e da consultoria em assuntos vitais à Coroa, por exemplo —, cabia aos jesuítas a guarda de documentos reais que visavam à sucessão do governo, sendo ainda eles os responsáveis por abrigar os governadores em dias antecedentes à sua entronização, prática iniciada já no governo de Mem de Sá. Era delegada também aos padres da Companhia, a responsabilidade de alojar visitantes ilustres em trânsito pelos continentes.⁵⁹ Segundo Assunção (2004, p. 357), a participação direta junto ao poder real e à sociedade colonial, eram de extrema valia para a manutenção do prestígio jesuíta, o que acaba por se refletir em benefícios temporais à Ordem.

Outra atribuição do poder eclesiástico dizia respeito ao controle da população. De acordo com Marx (1989, p. 118-119 e 1991, p. 18-19), até a bem pouco tempo, os registros essenciais para qualquer vida comunitária eram guardados nas paróquias. A Igreja era a responsável pelo controle do cristão desde o seu nascimento até a sua morte, exercendo esse domínio por meio das certidões de nascimento e de casamento, das confissões — eficientes sistemas de controle — e dos assentos funerários. Cabia ainda à Mitra o papel de manutenção da ordem social nas terras coloniais, considerando que era o principal veículo de divulgação dos valores e das normas do Estado português e da “justa” posição de submissão ao mesmo.

A Igreja dominava soberana pelo batismo, tão necessário à vida civil como à salvação da alma; pelo casamento, que podia permitir, sustar ou anular com impedimentos dirimentes; pelos sacramentos, distribuídos através da existência inteira; pela excomunhão, que incapacitava para todos eles; pelo interdito, que separava comunidades inteiras da comunicação dos santos; pela morte, permitindo ou negando sufrágios, deixando que o cadáver descansasse em lugar sagrado junto aos irmãos ou apodrecesse nos monturos

foro) ao proprietário do domínio direto, razão pela qual transforma-se em *foreiro* deste último. Não cumprindo o foreiro as condições do contrato, o domínio útil reverte ao detentor do domínio direto.” (ABREU, 1997, p. 201).

⁵⁸ Como ressalta Assunção (2004, p. 94), era permitido aos religiosos o recebimento de rendas oriundas dos fiéis, desde que pertencessem a sua freguesia, na forma e quantidade estabelecidas pelo direito consuetudinário. Era comum, por exemplo, diante do falecimento do fiel o recebimento da *quarta funeral*, missas fúnebres, e das *lutuosas*, doações feitas pelos nobres falecidos visando a celebração de sua memória. Também era comum a cobrança dos *afolares*, que correspondia à taxa sobre a retribuição de sacramentos, como era o caso dos batismos.

⁵⁹ Segundo Carvalho (2002, p. 94), os colégios jesuítas do Brasil também se prestavam ao papel de refúgio para os degredados que mereciam o crédito dos padres, como era o caso de ex-alunos que ocupavam destacada posição na sociedade colonial.

em companhia de bichos; dominava pelo ensino, limitando e definindo as crenças, extremando o que se podia do que não era lícito aprender ou ensinar. (ABREU, 2006, p. 25-26).

No que diz respeito ao ensino, ainda que fosse comum o aprendizado das primeiras letras ministrado pelos capelães nos engenhos, na grande maioria dos casos era realizado nos centros urbanos e nas aldeias. E nessa empreitada se destacaram os jesuítas, que já em 1581, possuíam 100 estudantes na Bahia, número relevante se considerada a parca população urbana destes inícios. (REIS FILHO, 2000, p. 188).

Nesse imbrincado casamento no qual vigoravam direitos e deveres de ambas as partes, a Igreja, conforme já dito, funcionária do Estado que era, teve também relevante papel na ordenação do território colonial. No estudo pioneiro de Murillo Marx⁶⁰, fica comprovado que a já conhecida influência exercida pela Igreja nos âmbitos político, econômico e social, vai muito além desses campos e se reflete também na configuração da espacialidade brasileira, tanto no que tange a formação dos aglomerados urbanos, quanto à estruturação da rede de cidades: de um povoado com uma simples capela sacralizada, se passava a freguesia ou paróquia munida de uma igreja matriz, se ascendendo, por fim, à condição de vila, com o estabelecimento dos símbolos do poder real.

Para esse autor é notória a frouxidão de uma regulamentação específica por parte do Estado, que preferiu simplesmente transferir para a colônia as Ordenações do Reino Lusitano, composta por normas parcimoniosas e generalizantes em relação ao ordenamento urbano⁶¹. Segue informando que o direito canônico, reformulado pelo Concílio de Trento, ao contrário, apresentava normas claramente definidas em relação ao espaço urbano sagrado, instituídas pelas constituições sinodais, e posteriormente pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁶², “que regeram um século da vida colonial e, em linhas gerais, a imperial” (MARX, 1989, p. 20).

⁶⁰ Títulos como: *Nosso Chão: do sagrado ao profano*, *Cidade no Brasil, em que termos?* e *Cidade no Brasil, terra de quem?*, orientaram esta discussão.

⁶¹ Portugal transfere para as suas colônias suas normas, tais quais como eram no reino: Ordenações compiladas como Afonsinas, revisadas como Manuelinas e por fim, quando da união com a Coroa espanhola, como Filipinas.

⁶² Em 1707 foram definidas em concílio sinodal as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, na cidade de Salvador, sendo redigidas diretamente em língua portuguesa e publicadas no ano de 1719. As Constituições estabeleciam normas sobre a construção de templos — igrejas, ermidas, capelas, mosteiros — de espaços sagrados, como o adro e o cemitério, e de assuntos ligados ao urbanismo, como fontes e obras públicas. Dentre estas normas, como já era comum aos princípios empregados há tempos pela Igreja, são dignas de destaque: as recomendações quanto à localização dos edifícios, em lugar elevado e com merecido destaque nos núcleos de povoamento; a necessidade de se manter um espaço em torno da edificação, que possibilitasse a ocorrência de procissões; e a obrigatoriedade dos adros, espaços abertos em frente às igrejas, que acabaram por constituir pontos focais na trama urbana dos sítios urbanizados.

Os preceitos eclesiásticos, aceitos *a priori* pelas sucessivas concordatas, tinham desde cedo implicações, talvez sutis, mas seguramente concretas, sobre o ordenamento cidadão. [...] Excepcional e muito localizadamente no espaço e no tempo, a ação da Coroa, do governo geral ou dos capitães-mores antecedeu tais preceitos eclesiásticos sem os afrontar e acolhendo-os em casa pronta. No cotidiano comunitário, suas implicações muito poderiam representar; no traçado dum pequeno assentamento incipiente, representavam quase tudo. (MARX, 1999, p. 14).

Constitui matéria de grande importância o estudo do autor no que se refere ao papel relevante assumido pela Igreja na conformação da rede de povoamento, ocupação e controle do território brasileiro. Porém, conforme enfatizado até aqui, é importante reconhecer que, ao contrário de uma simplória transferência de normas “parcimoniosas e generalizantes”, unificado à transferência do seu sistema administrativo, a Coroa soube associar com maestria ao *corpus* legislativo e jurídico os seus agentes. Trabalhando dentro do possível, visto a imensidão do território colonial e os poucos recursos, humanos e financeiros, a Coroa fez uso desses agentes sem jamais abdicar de suas prerrogativas últimas de poder.

Assim como Marx, Vasconcelos (1999, p. 250-252) afirma que o Bispado ou o Arcebispado, como responsável pela delimitação das paróquias e das freguesias, teve um papel primordial nas conseqüentes divisões administrativas das cidades. No que concerne às Ordens, o autor enfatiza que por serem grandes consumidores de terrenos, tanto em decorrência do seu porte, quanto pelas atividades complementares abarcadas por eles, os complexos conventuais tiveram também um papel de ponta na expansão urbana colonial, visto que tendiam a atrair o crescimento dos núcleos em sua direção. Araújo (2010, p. 57) descreve precisamente o real papel que tiveram essas Ordens na dinâmica de crescimento urbano: “os jesuítas quase sempre reivindicaram os centros, e os franciscanos foram progressivamente aproximando-se cada vez mais. Quanto aos beneditinos, foi via de regra a cidade que se aproximou deles”.

Já Rossa (2002, p. 228) afirma que tendo seus principais edifícios preferencialmente sido implantados em locais bem servidos de acessos e adjacentes à malha urbana já estabelecida, as Ordens religiosas assumiam tanto a função de reserva, quanto de ordenadoras do crescimento urbanístico, pois, por regra, eram dotadas de uma cerca para onde cresciam e onde parcimoniosamente iam loteando e alugando. Sendo essa componente de especulação fundiária praticamente exclusiva às Ordens religiosas durante todo o Antigo Regime. Conforme comprova Olivera Hernández (2009, p. 62-63), as próprias autoridades, por vezes, incentivavam o caráter temporal destas Ordens, com o objetivo de obter benefícios que visassem o povoamento, o desenvolvimento econômico ou a realização de melhorias na

infraestrutura de determinada zona. Apresenta, para tanto, um documento de 1612, no qual o governador Diogo de Menezes autoriza doação de terras situadas nas imediações de Salvador aos monges de São Bento, pois os mesmos “darão por elas caminhos, serventias, que necessárias forem para o Conselho, para fontes, pedreiras, e vieiras” (apud OLIVERA HERNÁNDEZ, 2009, p. 63).

Araújo (2010, p. 58) não deixa de esclarecer, entretanto, que não é só na dinâmica de crescimento urbano, nem somente nos maiores centros, que a Igreja assume esse relevante papel. O que ocorre, ao contrário, é que mesmo nos núcleos médios e pequenos a sua presença não deixa de impressionar, seja em qualidade, como em quantidade. Para Rossa (2002, p. 227-228), a importância urbanística assumida pela Igreja nos núcleos urbanos deve-se fundamentalmente ao fato de darem origem a largos ou terreiros, funcionando como polos de atração e de densificação do tecido urbano. Esses largos, terreiros ou praças, para Araújo (1998, p. 41), estabelecem “uma referência simbólica inequívoca, de contornos arquetípicos, de identificação do ‘centro do mundo’, do berço da vida e da civilização, que a presença do pelourinho só vem reforçar, balizando com os atributos do poder, a carga simbólica do espaço central.” Onde os contornos da praça, que abrigavam os edifícios mais representativos dos núcleos urbanos – Igreja, palácio dos governadores, Câmara e Cadeia – “assumem o papel de envolventes do símbolo que o espaço-praça significa, e ao mesmo tempo incorporam eles próprios o referencial simbólico das instituições que representam (a religião e o Estado).”

E nesses jogos de símbolo e rito tão sensíveis ao urbanismo colonial português, as festas públicas religiosas assumiram grande significação, em especial, as marcadas pelas procissões. Como eram também oficiais, exigiam espaços condizentes⁶³ e um calendário específico obrigatório. Esses festejos, obrigatórios a todos os cristãos, impressionavam pelo seu porte e suntuosidade, constituindo “verdadeiros espetáculos de fé como desejava a Igreja e de fidelidade à metrópole como esperava a Coroa” (MARX, 1989, p. 64). A realização das procissões, tão retratadas pelos viajantes, deixou ainda reflexos na configuração do espaço urbano brasileiro. Eram preceitos das Constituições do Arcebispado da Bahia (2007, p. 252), que:

[...] as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, [...] e desviado, quando for possível, [...] de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça

⁶³ Como a rua virava o cenário da festa, eram exigidos alguns cuidados por parte da população, como: a caiação das casas e muros, a limpeza das testadas, a decoração de esquadrias e balcões e a limpeza do espaço comum da vila, principalmente, do adro da igreja e das ruas onde passariam as procissões.

em tal proporção, que não sómente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer ás festas.

Assim, os adros das igrejas representavam peças fundamentais para a configuração espacial dos núcleos urbanos coloniais, tanto no que dizia respeito à rica composição de cheios e vazios, quanto ao que se referia à sábia articulação alcançada por seu frontispício no cenário citadino. Cenário esse, onde, excetuando os importantes edifícios administrativos, imperava a reduzida escala do grosso das construções restantes. As Constituições (2007) estabeleciam uma série de restrições sobre o uso deste espaço, caracterizado por oscilar entre o sagrado e o profano, como: a realização de feira, a comercialização de mercadorias, a efetivação de contratos, arrematações e pregões, e onde nenhum ato da justiça secular, militar ou de cárcere era permitido.

As Igrejas, que são Casas de paz, e Templos do Rei pacifico, edificadas para nellas com socego, e quietação se louvar a Deos, e celebrarem os Officios Divinos, não devem servir de Castellos, nem de se exercitar nellas a arte, e cousas militares. Para tanto, mandamos, sob pena de excomunhão maior, ipso facto incurrenda, e de cem cruzados para a Sé, Meirinho, e despezas, a quaisquer Senhores de terras, ainda que sejam de titulo, Governadores das Cidades, Villas, e Lugares, Capitães Generaes, ou particulares, Alcaldes-móres, Desembargadores, Corregedores, e quaisquer outros Ministros de guerra, e de justiça, de qualquer gráo, e qualidade que sejam, que nas Igrejas, Ermidas, Capellas, adros, e casa de serviço dellas não fação Castellos, Fortalezas, Carceres, Custodias, nem se aposentem, ou incastellem nellas, nem para isso dem conselho, favor, ou ajuda. (CONSTITUIÇÕES, 2007, p. 270).

É justamente sob o direito de imunidade conferido aos espaços sagrados, que incide umas das questões que elevavam a Igreja a uma intervenção não só espacial, mas jurídica do solo urbano: o direito de asilo. Eram estabelecidas, porém, algumas restrições em relação aos crimes cometidos. Ao escravo que fugia do seu senhor, mesmo cristão, não era conferido o direito de imunidade. Também eram privados desse direito os que destruíssem campos e lavouras. E, principalmente, os que colocassem fogo em plantações de cana-de-açúcar, mandioca e tabaco. Observa-se nessas medidas, um nítido respeito às bases de sustentação do sistema colonial. A questão da imunidade extrapola ainda os limites do adro e se entende a todo espaço sagrado de capelas, ermidas, hospitais, mosteiros e paços dos arcebispos, “e para os delinqüentes gozarem da immuidade da Igreja, basta que se peguem aos ferrolhos das portas das Igrejas, Capellas, ou Ermidas, ou se encostem a ellas, ou ás paredes, ou se recolhão debaixo dos alpendres, [...] posto que não tenham adros” (CONSTITUIÇÕES, 2007, p. 271).

E nessa confusa cadeia de relações, a Coroa portuguesa nunca deixou de cobrar que seus funcionários da religião agissem em conformidade com os pressupostos dos “serviços coloniais” que lhes competiam. Lembrando sempre que pelo rei e para o reino é que se conformavam esses serviços. E aos que eventualmente se esqueceram dessa máxima, como ocorreu aos soldados de Cristo, a Coroa soube o momento exato de lhes cobrar pelos compromissos outrora assumidos.

2.1.4 América portuguesa vs. América espanhola: nuances a respeito dos jesuítas e suas estruturas

Não cabe aqui estabelecer uma larga comparação formal das particularidades, semelhanças e diferenças do urbanismo colonial português com a experiência de Castela nas suas colônias na América, quando o conhecimento dos contextos genéricos e específicos comuns a cada caso é desequilibrado. Ao contrário das cidades de fundação espanhola, onde já é considerável a qualidade e quantidade de trabalhos de vários especialistas que se dedicam às questões urbanas, o ordenamento do território colonial português carece ainda, apesar de sensíveis avanços⁶⁴, de estudos gerais e regionais que se debrucem sobre as bases políticas e ideológicas que orientaram tais práticas. Neste tópico se pretende, na verdade, rever por outro ângulo a arraigada ideia de que ante a América Espanhola “o empreendimento de Portugal parece tímido e mal aparelhado” (HOLANDA, 1995, p. 98).

Na análise proposta por Rossa (2002, p. 363-364), o autor elenca algumas particularidades que devem ser notadas para o caso do estudo que engloba estes dois tipos de colonização. A primeira diz respeito ao fato de que, na maioria dos casos, a historiografia do urbanismo hispano-americano ter se dedicado a um número proporcionalmente reduzido de casos. Exemplificando, para tanto, que a própria compilação das posturas das *Ordenanzas de Población* de Felipe II, de 1573, recorrigidas nas *Leys das Índias*, de 1680, vigorou após grande parte dos núcleos urbanos a qual se dirigia terem sido estabelecidos. Sendo ainda mais notório o fato de que as próprias fundações empreendidas após aquela data não terem cumprido na íntegra as disposições regimentais contidas na lei. O segundo ponto trata da questão de que a formação da rede urbana formada nas colônias espanholas se deu logo após a passagem de Colombo, sendo que já na metade do quinhentos o número de núcleos urbanos já fundados ultrapassava a centena. No Brasil, tal só começou a ganhar um impulso maior em

⁶⁴ Neste rol se destacam trabalhos como o de Nestor Goulart Reis Filho (2000, 2013), Roberta Marx Delson (1997), Renata Malcher de Araújo (1998, 2001), entre outros autores, como se verá adiante.

meados do século XVII, quando a Coroa se depara tanto com o abandono definitivo do sonho da Índia ante a constatação que apenas o Brasil poderia produzir os meios necessários à manutenção da integridade do Reino, quanto com a latente necessidade de argumentos que embasariam as negociações de demarcação de fronteiras com a Espanha, pós União Ibérica.⁶⁵ O autor aponta ainda para uma sensível diferença entre os dois processos de ordenamento, por serem frequentes, no universo português, as ações urbanizadoras desenvolvidas fora da esfera do Estado, conforme já explicitado acima. Ainda são relevantes tanto o fato de Portugal ser a Nação cuja identidade e território são os mais antigos do Continente Europeu⁶⁶, quanto o preço que se pagou por sua baixa densidade demográfica. No ano de 1527 Portugal possuía apenas 280.528 lares, dos quais se apreende, ao adotar uma média de quatro pessoas por lar, que a população de todo o país era de pouco mais de 1,12 milhão. “No entanto aquele pequeno povo se dispunha, com arrojo, ousadia e chocante presunção, a tentar povoar o mundo” (HEMMING, 2007, p. 39). Enquanto nação, Portugal adota um modelo de ocupação mais próxima de uma extensão do reino. Já para a Espanha, a colonização ou a conquista do império dos povos americanos é o prolongamento da Reconquista ibérica, concluída pelos Reis Católicos em Granada. O entendimento da expansão é territorial em Espanha, e implica, segundo Rossa (2002, p. 382), a subjugação de um território já minimamente estruturado.

Bicalho (2003, p. 166), corrobora tal pensamento, ao afirmar que as cidades construídas pelos espanhóis na América eram emblemáticas não apenas do *imperium*, mas também da conquista. A Cidade do México, por exemplo, sobreposta a antiga Tenochtitlán asteca, era o a marca de uma nova autoridade sobre o fim de um império. Marca essa que não deixa de ser, em certa medida, condicionada pelas preexistências, como se verá a seguir. Os portugueses, ao contrário, não encontrando maiores resistências, fundaram núcleos litorâneos que visavam a defesa da hegemonia portuguesa sobre o território ultramarino. “Cidades fortificadas, voltadas para o mar, erigidas em pontos estratégicos não apenas da penetração e de dominação do interior, mas sobretudo as rotas coloniais do Atlântico Sul e do caminho das Índias”. Ancorados nos três continentes, os portugueses enveredavam por caminhos vários que assegurassem o controle do índio e as vantagens econômicas da conquista, e nesse

⁶⁵ “De 1549 a 1580 decorreu, pois, o primeiro ciclo do urbanismo português em território brasileiro. Período curto, no qual apenas Salvador e Rio constam da lista das cidades então fundadas” (ROSSA, 2002, p. 384).

⁶⁶ Hemming (2007, p. 39), destaca uma certa vantagem em relação a formação da identidade nacional de Portugal sobre sua vizinha Espanha, na medida em que os mouros haviam sido expulsos de seu território em meados do século XIII, ao passo que em Granada, último reino mouro de Espanha, o mesmo só ocorreu em 1492, mesmo ano em que Colombo chegou à América.

contexto, o que causava maior preocupação eram certamente os navios rivais de nações estrangeiras e, principalmente, a insurgência das nações bárbaras inimigas.

A todo o exposto, acrescenta-se ainda o fato de que ainda em finais do século XV os espanhóis já se ocupavam dos copiosos filões de metais preciosos do seu lado da América, enquanto os portugueses só chegaram a este intento cerca de dois séculos depois. Ocorre ainda outra uma sensível diferença entre os dois processos de ordenamento, o fato de no universo português serem frequentes as ações urbanizadoras desenvolvidas fora da esfera do Estado, conforme já explicitado acima.

A Coroa espanhola forneceu às suas colónias um regulamento para a formação de cidades. A Coroa portuguesa forneceu às suas, funcionários que as fizessem. Funcionários do urbanismo, como os havia da fazenda, da justiça ou da religião. Esse entendimento do fazer as cidades como um encargo do serviço público remete para um enquadramento do urbanismo de um modo intrinsecamente ideológico e intimamente ligado ao poder. E tal vinculação permeará toda a história do urbanismo colonial português, sendo decisiva, inclusive, na génese dos seus modelos formais mais significativos. (ARAÚJO, 1998, p. 28).

Mesmo ante a presença de uma legislação específica, Gutiérrez (1993, p. 12-13), assim como Rossa (2002, p. 363-364), considera que a mesma não foi literalmente aplicada a grande maioria das cidades espanholas. Essas normas configuram, sim, para o autor, um marco conceitual, mas não um modelo físico concreto, ainda que muitos dos seus conteúdos pudessem ser trasladados a uma práxis tangível. E se isso já era válido ao universo do conquistador, no qual a pressão e o controle da Coroa espanhola era direto e supostamente acatado, essa perspectiva assume ainda mais relevo no contexto das reduções indígenas.

Las ideas conceptuales son las mismas aunque varíen las precisiones materiales. Importa, en todo caso más, que la Plaza constituya el núcleo generador multifuncional de la ciudad, al hecho de que tenga las proporciones rectangulares que exigían la Ordenanzas de Población en términos que casi nunca se respetaron. (GUTIÉRREZ, 1993, p. 13).

O autor considera que uma das causas dessa modificação das pautas normativas seja em parte proveniente da conformação dos novos núcleos coloniais espanhóis sob as preexistências indígenas. Isso ocorre na medida em que o colonizador espanhol agrega ou rechaça os aspectos da cultura dominada numa empreitada inédita de se fundar milhares de cidades em um território imenso. “En la superposición, el modelo se adapta a las preexistencias y las transferencias se recortan en las posibilidades” (Ibid., p. 14). E ainda além

das próprias persistências físicas, há um mundo de valores simbólicos dessas cidades pré-hispânicas que conseguiram se manter e, para além disso, condicionar a específica organização interna das mesmas.⁶⁷

Sobre as reduções⁶⁸, mais especificamente as que foram comandadas pelos jesuítas, Gutiérrez (1993, p. 46) elenca alguns pontos que constituíam a lógica de ordenamento desses núcleos. Parte da constatação da existência de um modelo planejado e estabelecido em dezenas de povos que se afastava em certa medida da traça da cidade hispânica. Esse modelo primava, antes de mais nada, pelo processo de integração cultural no qual ambas cargas simbólicas se fundiam, através do urbanismo barroco, num palco de sacralização do conjunto urbano. E nessa citada fusão de simbolismos, foram adotadas formas de ritualização e usos dos espaços que indicavam a preexistência e potencialidades do modo de vida dos indígenas. O que não exclui, de forma alguma, que tanto certos aspectos vigentes na legislação espanhola fossem observados, quanto fossem garantidas as premissas determinantes para o efetivo sucesso da missão jesuíta.

No cabe duda que los jesuitas aplicaron a consciencia las premissas que las “Odenanzas de Problación” de Felipe II habían definido para la elección del sitio, las condiciones de seguridad, disponibilidad de recursos para la construcción del poblado, buen clima, abastecimiento de agua, etc. Ellas, por otra parte, recogían una larga tradición occidental desde Vituvio a Santo Tomás de Aquino y los jesuitas le adicionarían los factores pertinentes a la configuración de una “red” espacial articulada, buscando parajes dominantes y rápidos medios de comunicación fluvial o terrestre. (GUTIÉRREZ; MAEDER, 1994, p. 12).

Gutiérrez (1993, p. 40) chega a afirmar a existência de um modelo alternativo ao hispânico, na medida em que estes núcleos jesuítas constituíam um conjunto de povoados formados sobre o mesmo esquema, cuja origem se firmava num processo de integração de

⁶⁷ Tenochtitlán, já citada, representa um claro exemplo disto. Sobre suas bases coloniais, formada por “la organización cardinal em cuatro puntos y un centro sagrado que se identificaba formalmente com uma flor de cuatro pétalos” (Gutiérrez, 1993, p. 15), a Cidade do México, manteve sua antiga estrutura interna. E embora ocupando uma grande área além do perímetro central, e rebatizando os quatro bairros com as denominações de Santa Maria, São Sebastião, São Paulo e São João, conservou suas antigas jurisdições. Entre os motivos para tal sobreposição se destacam a capacidade econômica do lugar, seu valor estratégico e o acentuado prestígio que a cidade já possuía, fato este estritamente ligado a toda valorização simbólica e mítica contida na antiga capital asteca.

⁶⁸ Por reduções entende-se o ato de se congregar, ou de se reduzir, uma multiplicidade de parciais indígenas dispersas numa única forma de controle político, econômico e religioso. Mesmo compartilhando definição e objetivos, a denominação redução é comumente empregada para diferenciar os núcleos religiosos de Espanha dos aldeamentos religiosos da América portuguesa.

experiências prévias. E nesse quadro de experiências, foi de suma importância a que tiveram os inacianos com o povo de Juli, no Peru.

El Padre Diego de Torres que fue el inspirador de las misiones del Paraguay había sido rector em el Pueblo de Juli y conocía directamente los problemas derivados de la convivencia com el español. La movilidad de los indios llevados a la mita a Potosí, el bajo retorno de los mismos, la desestructuración de la economía local, el flagelo de los “servicios personales” y el trato comercial del español, ineludible por hallarse el puebo sobre el caminho real, conformaban un duro panorama. Todas estas circunstancias llevaron a buscar márgenes de autonomía de las misiones del Paraguay a través de las libertaciones del servicio de mita y encomiendas⁶⁹, la prohibición de residencia de españoles y criollos em los pueblos por más de tres días y sobre todos los aspectos de fortalecimiento de los rasgos culturales indígenas a través de la defensa del idioma, herramienta que ya habían atisbado em Juli donde los jesuitas habían ubicado um “seminario de Lenguas.” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 40).

Porém, é importante ressaltar o caráter pragmático da ação da Companhia de Jesus em território espanhol que, no decorrer do tempo, e em variadas ocasiões, fez uso de tipologias diferentes para resolver problemas específicos relacionados tanto à adaptação ao meio físico, como às diversas culturas indígenas aldeadas. No entanto, como destaca Gutiérrez e Maeder (1994, p. 12), aliado ao pragmatismo era evidente a ocorrência de uma planificação que, consolidada no século XVIII, defendia um conjunto de características básicas para a estrutura urbana, que constituíram uma tipologia reiterada não somente nos trinta povos das Missões do Paraguai (Paraguai, Brasil e Argentina), como também era comum a muitos outros povos da Bolívia. Sendo que a essas estruturas se sobrepôs um sistema de planificação em sentido global, tanto do território, quanto da produção ligada tanto aos circuitos comerciais, quanto a própria atividade humana. Uma economia autônoma, sem mercado interno, salvo a complementação estabelecida entre os trinta povos das missões, com uma produção de bens predominantemente socializada, “um margen de autonomía del sistema de encomiendas que permitía disponer integralmente de los recursos humanos, uma red de comercialización propia que permitía pagar el tributo em nombre de los indios” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 41).

Até a expulsão, em 1767, os jesuítas da América espanhola trabalharam

⁶⁹ *Mita* era uma forma de trabalho compulsório herdada dos Incas, que consistia na superexploração da mão de obra indígena no dizia respeito, mais especificamente, às áreas responsáveis pela extração de minério. Já o estabelecimento da *encomienda* permitiu canalizar ao mesmo tempo a exploração do trabalho e a imposição permanente à doutrina religiosa cristã e aos modos civilizados da metrópole. “El reconocimiento oficial y práctico de la autoridad de los caciques, como mediadores entre la comunidad y su encomendero, garantizaba la recolección de los tributos y la dotación de la mano de obra necesaria para diferentes fines. Por outra parte, el establecimiento de los cabildos indígenas pretendía la enseñanza de los modos de vida “humanos”, bajo de la mirada y control de los corregidores” (CRESPO; NAJAS, 1993, p. 227-228).

persistentemente em definir um novo modelo urbano e um projeto de sociedade “solidaria y personalizante, respetuosa de valor a esenciales de la cultura indígena” (Ibid., p. 42). Nesse projeto de sociedade, jesuítas e índios montaram observatórios astronômicos, oficinas que formaram carpinteiros, ebanistas, construtores, lavradores de pedra, ferreiros, pintores, escultores, fabricantes de instrumentos musicais, copistas e calígrafos, que abasteceram as principais cidades da região, como Assunção e Buenos Aires. Nas missões foram desenvolvidas novas formas de produção, com destaque para a erva mate, e foram também o berço da primeira imprensa da região do Rio da Prata, onde se editaram livros em guarani.

No que concerne às diferenças existentes entre a malha renascentista da legislação espanhola e o pensamento barroco proposto pelos jesuítas em suas missões, Gutiérrez (1993, p. 43 a 46) elenca alguns de seus aspectos essenciais. O primeiro ponto diz respeito à relação estabelecida com o território imediato. Ao contrário da cidade espanhola, que suportava, quando possível, o crescimento para qualquer um dos seus lados, a missão jesuíta limitava esse crescimento a apenas três dos lados da praça. A sequência formada pela igreja, colégio, cemitério, e, eventualmente, pelo *cotiguazú* (residência das viúvas), constituía o limite preciso da expansão dos povoados. Sendo que atrás da mesma se localizavam a horta e a quinta dos padres, que marcavam o limite entre a natureza civilizada e a floresta autóctone.

Ainda que a praça continue possuindo suas características de núcleo “generacional que acumula las condiciones funcionales y simbólicas del pueblo” (GUTIÉRREZ; MAEDER, 1994, p. 12), apareciam no caso das missões alguns elementos estruturais que redefiniam sensivelmente sua forma de valorização espacial. Isso se dava, em certa medida, pela existência de uma rua de acesso, hierarquizada tanto em suas dimensões, quanto em sua importância para a igreja e suas construções adjacentes que formavam “el telón de fondo de la escenografía de este ‘teatro del mundo’” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 44). Podendo esse acesso aparecer flanqueado por capelas abertas e o espaço propriamente da praça ser marcado por cruces angulares (que facilitavam as procissões) ou por coluna com alguma imagem. O autor destaca que uma das principais coincidências entre a cultura indígena e a linha de persuasão e participação que caracterizou a atuação dos missionários foi justamente a sacralização dos âmbitos e das funções urbanas. Para o indígena, inserido num contexto de total respeito as relações de equilíbrio com a natureza, todas as atividades assumiam um fundo sacral. Os ciclos de socialização e integração familiar eram sempre acompanhados de rituais nos quais o sentido sacral permeava todas essas manifestações.

El uso del espacio abierto propio de la cultura indígena adquiere nueva relevancia en el sincretismo religioso em que confluye el barroco europeo potenciado em la ritualización americana. Las formas de participación colectiva, el uso de las arquitecturas efímeras y la sacralización del núcleo reduccional y su territorio (mediante oratorios y ermitas en cerros, caminos e hitos simbólicos) configuran una nueva coincidencia que posibilita tanto la permeabilidad a la transculturación cuanto la persistencia de formas conceptuales de valor simbólico. La sacralización de la plaza llega a sus formas más explícitas cuando el templo se ubica dentro del propio recinto, definiendo paradigmáticamente el carácter procesional de su espacio. (GUTIÉRREZ, 1993, p. 33).

Como a ideia de centro urbano não era uma experiência prévia dos indígenas, já que muitas tribos eram nômades por natureza, constituía matéria primeira se criar uma paisagem urbana concreta, que não causasse, porém, uma ruptura categórica com o meio natural ao qual estavam arraigados. O traçado de ruas amplas, a praça de escala monumental que permitia visuais prolongadas, a integração com a vegetação e inclusive as zonas de hortas e quintas, respondiam por essa demanda.

Outra adaptação jesuíta diz respeito ao desaparecimento da estrutura de *manzana* da cidade espanhola. A “*manzana* guaraníca” é a casa, conformada por uma sucessão de habitações individuais. Para Gutiérrez e Maeder (1994, p. 12), essa foi a forma encontrada, por meio de um prolongado processo de ensaio-erro-correção, de adequar as antigas malocas coletivas dos guaranis em vivendas com definição de espaços unifamiliares. A propriedade comunitária da terra tornou desnecessária a utilização do critério de distribuição de lotes urbanos privados. Somente a ocupação junto à praça pelas vivendas dos caciques principais, assinalava uma hierarquização interna que se estruturava no antigo sistema tribal indígena. O *cabildo* integrado pelos próprios caciques, também localizado na praça, demonstrava um dos processos de transculturação das organizações políticas espanholas.

Un vasto conjunto de edificaciones mas pequenas proyectaba la prolongación de la misión sobre el territorio inmediato. El poblado se prolongaba sin solución de continuidad en la foresta circundante, articulado por una red de caminos a otros poblados y a sus propios puestos de estancias, olerías para la fábrica de tejas y ladrillos, corrales para el abasto o ermitas y capillas que sacralizaban barrocamente el espacio territorial. (GUTIÉRREZ; MAEDER, 1994, p. 12).

Ante esse breve panorama a respeito dos jesuítas de Espanha, importa fazer uma breve síntese do processo em si que redundou no surgimento do aldeamento jesuíta como modelo de redução para a América portuguesa. Em um primeiro momento, o método previsto para as missões era volante, assim como queria Santo Inácio, que já no nascimento da Ordem

priorizava uma campanha ativa, destacando, entre outras obrigações, o voto de peregrinação a Jerusalém e posterior conversão dos turcos. Mas os resultados obtidos em território brasílico foram pouco eficientes, o que acabou por obrigar os soldados de Cristo a se fixarem em terra, na estrutura que ficou conhecida como aldeamento.

Segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 19), os jesuítas do Brasil optaram pela criação desta especificidade⁷⁰ ao constatarem que faltavam aos gentios as duas dimensões essenciais – a política e a religiosa – que estruturavam a cultura europeia do século XVI, e que por sua vez, fundamentavam o projeto missionário de além-mar. A opção visava, assim, por um lado, responder aos constatados problemas oriundos da dificuldade de conversão efetiva dos índios, que sem a presença disciplinadora dos padres voltavam aos seus antigos costumes “bárbaros”. Por outro lado, a proposta de aldeamento buscava resolver as dificuldades provenientes da regulamentação e distribuição da mão de obra indígena.

Em ambos os casos a opção implicava para os missionários uma contínua, senão revisão, pelo menos discussão de princípios, quer no que dizia respeito à administração direta (que envolvia imiscuir-se nas questões de ordem temporal, sobretudo disciplinares e neste sentido afastar-se da pureza do trabalho espiritual de catequese), quer ainda no que dizia respeito às questões mais especificamente econômicas (que se relacionavam com a escravatura e o trabalho indígena, como um todo na colônia e com a sustentação, por estes mesmos meios, dos próprios estabelecimentos missionários). (ARAÚJO, 2013, p. 7).

Ao contrário da aldeia, que correspondia ao habitat que os índios escolhiam por si próprios, consoante aos determinantes ecológicos e sociais comuns à sua cultura, o aldeamento é o resultado do ato de aldear, ou seja, o ato de se juntar “indivíduos de uma ou de várias tribos, compulsoriamente deslocados, misturados, assentados e enquadrados por autoridades do governo metropolitano” (ALENCASTRO, 2000, p. 119-120). Assim, como salienta Araújo (2013, p. 7), pode-se considerar o aldeamento como um projeto, visto que sua gênese envolve tanto a intenção deliberada de sua criação, como a deslocação de seus povoadores. Como projeto, também assume a condição de instabilidade, na medida em que

⁷⁰ Na verdade, como coloca Castelnau-L'Estoile (2006, p. 113-114), a ideia de agrupar os índios em aldeias já era pretendida pelos inacianos desde 1550. Este plano inicial, posteriormente reformulado no *Diálogo da conversão do gentio* (1556) de Nóbrega, é impossibilitado pela recusa dos colonos, do primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha, e dos próprios índios. A chegada de Mem de Sá, exímio colaborador da Companhia de Jesus, torna possível esta antiga estratégia dos padres. A legitimidade de uma estratégia missionária vinculada a questões de ordem política e econômica faz com que os jesuítas, na pessoa de Nóbrega, ratifiquem a autoria desta estratégia como sendo do governador, valendo-se apenas do papel de meros consultores, visto sua condição de especialistas nos assuntos que diziam respeito aos índios e à conversão dos mesmos.

demanda constante capacidade de implementação. E neste projeto, não apenas os índios que se transformavam, mas transformavam-se também os padres, à medida que faziam concessões toleráveis que facilitavam a integração dos primeiros. Não apenas os índios que se deslocavam, mas antes de tudo, eram os missionários que estavam em constante movimento entre os colégios, aldeamentos, fazendas, engenhos, sertões e cidades. “A própria localização territorial dos aldeamentos pode ser lida como esse lugar do ‘encontro’ metafórico entre a cidade e o mato. Mais que aldeia, menos que vila, o aldeamento pretendeu colocar-se, de fato, entre ambas” (Ibid., p. 7-8). Isso porque, instalados num primeiro momento nas adjacências dos núcleos urbanos, garantindo tanto sua segurança, quanto constituindo reservas de mão de obra, houve casos também em que novas povoações surgiram a reboque da importância assumida por essas estruturas incipientes. Esses núcleos, localizados entre a cidade e a selva, funcionavam como uma espécie de zona tampão, que fazia frente tanto aos inimigos estrangeiros, como aos índios “bravos” e escravos rebeldes. Não deixavam de ser concebidos também como áreas de avanço e de conquista do território, quer a outros grupos indígenas, quer aos estrangeiros, o que reforçava ainda mais o seu caráter de instabilidade.

Como realça Araújo (2013, p. 10), em um primeiro momento as relações com os núcleos urbanos eram de relativa proximidade. Progressivamente, ante aos conflitos e aos maus hábitos dos colonos, os jesuítas sequer queriam proximidade com qualquer forma urbana. A intenção paradoxal dos padres visava ao mesmo tempo isolar e proteger os índios das cidades as quais eles deveriam ser integrados.

No que diz respeito ao aspecto formal, cabe salientar que os aldeamentos brasileiros eram concebidos em um mesmo plano. Diante da igreja, abria-se uma grande praça retangular, arrematada nos outros três lados pelas casas dos índios, que eram dispostas geometricamente (Figura 7). O mesmo partido é comumente observado no caso das fazendas e engenhos da Companhia. É importante esclarecer, entretanto, que longe de se confinarem somente à volta da praça, as terras dos aldeamentos e o espaço deles utilizado pelos índios eram amplos. Era comum o hábito dos índios se dissiparem nesse espaço, construindo suas roças em lugares distantes do núcleo formado pela praça e igreja, como é possível observar tanto no relato de 1646, no qual o Pe. Francisco de Moraes defendia o abandono dos aldeamentos: “a 2ª rezam [...] pello pouco que fazemos nellas no serviço de fé, e del Rey em rezam de estarem os Indios da Aldea as [...] roças longe, e debaixo disto estam polos engenhos bebendo de dia, e de noite” (ARSI, BRAS 3-1, p. 256), como no caso do aldeamento de São Pedro, em Cabo Frio:

Sobre uma eminencia edificaram os padres a igreja que dedicaram a S.Pedro, e que não foi concluída sinão em 1738. Contiguo a ella levantaram esse vasto edificio que lhes serviu de hospício, e que hoje se desfaz em ruinas, derrocado pela mão do tempo. De em torno ao templo foram logo erguendo os Indios as suas choupanas mais ou menos afastadas e perdendo-se pelo meio de suas ricas florestas. (SILVA, 1854, p. 208).

A presença da praça ou terreiro frontal é marca de todos os núcleos inacianos e, assim como ocorre ao caso espanhol, representa a imagem do “berço da vida”, do “centro do mundo”, onde, juntamente ao cenário propiciado pelo imponente frontispício da igreja, marca o “teatro do mundo” levado a efeito pela prática de persuasão dos soldados de Cristo.⁷¹

Uma prática que todos os testemunhos confirmam como profundamente alicerçada nas componentes de teatralização e que converge numa retórica e ritualística sincréticas onde se juntam os gostos barrocos dos missionários e a gestualística enfática dos índios que é por eles apropriada e transformada. Nesse contexto, especial relevância tem o espaço, o aldeamento como um todo que é tomado como palco e cenário da conversão quotidiana. O elemento que representa o papel principal é a igreja. Mas esta reflete-se na praça que lhe está diante. O grau zero do aldeamento é a igreja na praça, o que pode ser lido nos dois sentidos, a praça como igreja e a igreja como praça. Não há dados definitivos para apresentar um quadro completo das morfologias dos aldeamentos missionários no Brasil. Mas é seguro que, a despeito de eventuais variações, em todas se verificasse esta relação simbiótica entre a igreja e a praça. E neste sentido a praça/igreja é a cidade *in nuce* do aldeamento. (ARAÚJO, 2013, p. 9).

Segundo Lúcio Costa (1941, p. 13), o programa jesuíta brasileiro era relativamente simples e menos independente quando comparado ao espanhol. A diferença, segundo o autor, seria ocasionada pelo fato de que cada núcleo jesuíta na América espanhola constituía por si mesmo o “povo”, em maiores dimensões, enquanto que nossas principais estruturas inacianas, mais especificamente no que se refere aos colégios, faziam parte de organizações urbanas distintas, ou seja, eram obrigadas a dividir espaço com outras ordens religiosas e com as demais autoridades civis da Coroa portuguesa. Não cabe aqui entrar em polêmicas ou buscar traçar comparações entre os dois contextos. Como já ficou claro acima, as especificidades que envolvem cada núcleo em particular já impossibilitariam qualquer tentativa de comparação mais genérica. O objetivo, ao contrário, era traçar um breve plano no qual as principais características dessas duas realidades fossem apontadas, assim como os contextos diversos que as sustentavam. Entretanto, este tópico se encerra discordando em parte do que foi

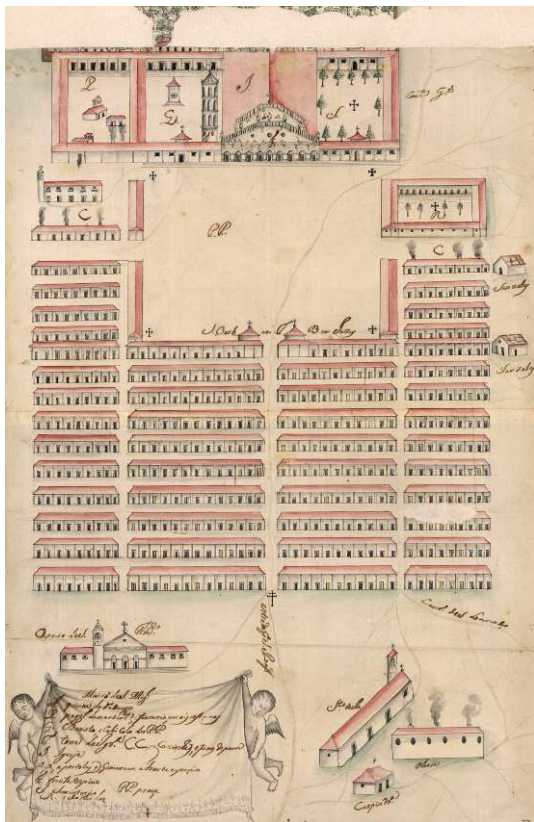
⁷¹ Araújo (2001, p. 305) salienta, porém, que comparações na esfera formal entre a praça dos jesuítas de Espanha e de Portugal, “pode ser dúbia, na medida em que a ‘praça’ não é um elemento nem menos importante, nem menos barroco, nas concepções básicas do urbanismo colonial português”, de um modo geral.

colocado por Lúcio Costa acima. É notório que as reduções, mais especificamente as missões do Paraguai, foram sim “povos”, que alcançaram maiores níveis de autonomia e liberdade que os núcleos do Brasil. Que suas estancias, currais e outras fábricas, formaram um todo orgânico e, sem dúvida, articulado, que permitiam o financiamento e o sucesso das reduções. Entretanto, vale salientar que essas estruturas nunca deixaram, como no caso português, de estar sob o controle da Coroa espanhola, visto que os ganhos políticos que conseguiam junto às autoridades e aos colonos lhes eram concedidos exatamente pelo papel que executavam com maestria na ordem colonial. E mais uma vez, o objetivo dessa tese é demonstrar que a relativa simplicidade observada ao compararmos os planos dessas duas realidades distintas (Figura 8), é contestada na medida em que são esmiuçados os contextos que as geraram. Quando no início do século XVII os núcleos se firmavam no Paraguai, os jesuítas espanhóis muito provavelmente se beneficiavam de todas as experiências vividas e registradas pela Ordem na América portuguesa. São décadas de diferença e como experiências no tempo, seus alcances e seus dilemas são os mais diversos. Porém, mesmo estando atrelados a Coroas distintas, não é possível esquecer que o aldeamento português e a redução espanhola fizeram parte de um mesmo processo e possuíram sim particularidades que cercaram ambos os contextos. A maior delas diz respeito, acredito, aos índios e à forma como foram “trabalhados” pelos inicianos. Já que, sobretudo nos primórdios da colonização, quando a pouca disponibilidade de capitais, o vastíssimo território, a alta densidade demográfica indígena e a rarefeita população europeia eram características predominantes, as populações indígenas foram indispensáveis tanto aos espanhóis como aos portugueses. Dependência que, em algumas regiões, como é o caso da região contemplada por este estudo, ultrapassou a fase inicial de colonização e se fez presente também nos séculos subsequentes. Eram dos índios, através de alianças e/ou conflitos, como salienta Almeida (2013, p. 87), que os colonizadores europeus das duas nações buscavam obter as terras, os alimentos e o trabalho, tão caros aos seus empreendimentos coloniais.

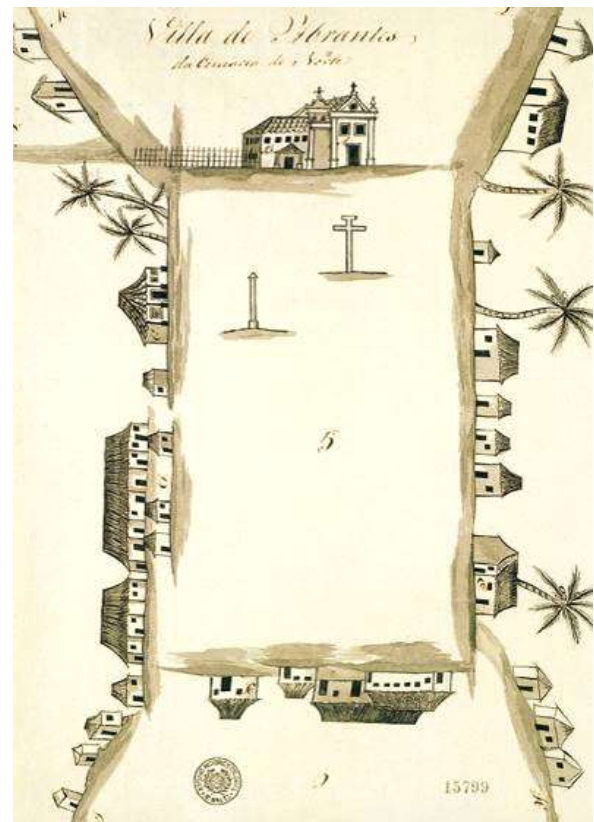
Assim, objetivos religiosos e políticos comuns às duas nações orientaram a formação das reduções/aldeamentos, cujo projeto era global. E nesse projeto global interessava transformar os índios em súditos cristãos do rei. Além da prática do ensino, o aldeamento “ensina também formas de comportamento, práticas econômicas, técnicas corporais, interdições, penalidades, etc. enfim, é uma re-socialização total, quotidiana, observada em detalhe. A Aldeia é um grande projeto pedagógico total” (NEVES, 1978, p. 162). Na ânsia de transformar, os inicianos da América espanhola e portuguesa souberam forjar no cotidiano das aldeias uma cultura na qual as antigas tradições indígenas se articulavam com as novas

práticas culturais e políticas impostas pelo sistema colonial, conforme visto. Entretanto, como já observado por Almeida (2013, p. 156), os índios das duas nações “transformaram-se, mais do que foram transformados”, já que o espaço do aldeamento assumiu para os mesmos a condição de liberdade ante as *encomiendas* espanholas e ao novo contexto colonial brasileiro, “espaço esse que os possibilitava também reconstruir suas histórias e identidades”.

Figura 8 – Configuração espacial nos aldeamentos dos jesuítas de Castela e de Portugal, respectivamente. (a) Planta da Missão de S. Miguel, Rio Grande do Sul, 1756. (b) *Villa de Abrantes*, Bahia, 1794. (c) Ruínas da Missão de São Miguel, RS. (d) Edifício do antigo aldeamento de Reis Magos, no Espírito Santo.



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: (a) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033420/cart1033420fo11.jpg> Acessado em: 25 de nov. de 2015. (b) Reis (2000). (c) e (d) Autora (2013/2015).

2.2 A rede urbana e a rede de aldeamentos da Companhia de Jesus

Além do estudo de como ocorreram os processos de povoamento e de quais agentes se sobressaíram, a compreensão da cidade implica também a abordagem da rede urbana e o conhecimento de seu suporte físico, o território. Os avanços nessa área se devem, em grande medida, aos geógrafos. A esses, no que diz respeito aos períodos mais recuados no tempo, presta uma cara contribuição os arqueólogos. Ao panorama desses profissionais, porém, acrescentam-se também outras disciplinas, como a história e a arquitetura. E são justamente os historiadores e arquitetos que geralmente conseguem ultrapassar o simples estudo da morfologia urbana de um núcleo ou cidade, e avançam sobre os seus conteúdos culturais e suas mensagens específicas, ou seja, conseguem tratar a cidade como o objeto expressivo que é.⁷²

O urbanismo, mais que um campo pluridisciplinar do conhecimento, é uma prática colectiva. Nesta perspectiva, a cidade também pode ser entendida e interpretada como uma obra de arte, apesar de serem muitas as reservas que se levantam quando nos confrontamos com a sua realidade demasiado inacabada e instável, a impossibilidade de estabelecer com clareza o processo de realização (decisão, encomenda, autoria, etc.) e o carácter aberto e sempre orgânico da sua existência. Mesmo com um só enfoque, analisá-la implica fazer múltiplos cortes no tempo e não uma única contextualização histórica. (ROSSA, 2002, p. 194).

Como organismos de carácter aberto, os núcleos urbanos abarcam também uma variedade de possibilidades de estruturação. Variedade que diz respeito às possíveis combinações dos inúmeros conjuntos articulados de centros urbanos, que, entretanto, ao se concretizarem o fazem levando em consideração suas próprias especificidades. Entre uma gama dessas especificidades, Corrêa (2000, p. 121), elenca a gênese desses centros, o tamanho e a densidade que perfazem no espaço, as suas funções urbanas e as relações espaciais que delas derivam, assim como os elementos de natureza política, social e cultural, que reforçam, também, quão rica e complexa é a diversidade das redes urbanas.

Antes de iniciarmos a exposição referente à rede urbana brasileira é importante salientarmos todos os pontos que cercam esse conceito, bem como as particularidades que

⁷² Segundo Rossa (2002, p. 198), o geógrafo na maioria das vezes valoriza os fatores do ambiente natural ou humano. O historiador, habituado às análises dos contextos, cerca o que estrutural, imutável. Já ao arquiteto cabem as investigações quanto as constantes de implantação, desenho, materiais, uso de técnicas. “[...] e tal como o historiador, considera essencial o estudo da exceção, do objecto onde se lê simultaneamente uma rotura e uma síntese, ou seja, aquele que de alguma forma se instituiu como modelo para uma série”.

marcam sua instituição. O primeiro desses pontos diz respeito à chamada rede geográfica e o que a diferencia da rede urbana. Como esclarece Corrêa (1999, p. 67), o conceito geral de rede geográfica seria o de “um conjunto articulado de localizações sobre a superfície terrestre”. Assim, a rede geográfica seria a marca concreta de nós e fluxos materiais e imateriais que se apresentam ao espaço social. O que significa dizer que a universalidade dessas redes se expressa em configurações singulares, fato que, por si só, impossibilita que, em nível de conceito, sua ocorrência seja vinculada à contextos gerais, tanto relativos ao espaço-tempo, quanto aos meios de circulação e outros níveis de integração. Enquanto principal síntese das redes geográficas, a rede urbana trabalha com a diversidade de possibilidades territoriais de articulação e circulação de produtos entre os núcleos urbanos e suas hinterlândias.

A rede urbana, também uma rede técnica ou social, é o espaço dinâmico preferencial onde outras redes geográficas se realizam. Considerando que os nós dessa rede são constituídos pelas formações urbanas e que estas são, por definição, núcleos de produção de centralidades diversas (comerciais, administrativas, demográficas, jurídicas, etc.), as vilas e cidades serão sempre catalisadores da dinâmica de produção de fixos e circulação de fluxos via redes. (ANDRADE, 2010, p. 66).

Entende-se, assim, resumidamente, por rede urbana, o conjunto de centros funcionalmente articulados, que refletem e reforçam as características sociais e econômicas do território ao qual se inserem. Salientando que é fundamental que haja movimento, circulação de fluxos entre os mesmos. Dessa forma, a interligação de fixos e fluxos, com maior ou menor complexidade e volume de circulação, marcada pelas constantes trocas materiais e imateriais entre seus nós, constitui a premissa básica para a efetivação das redes urbanas.

Vale ressaltar que a rede urbana é passível de alteração à medida que sua dinâmica técnica também se modifica. Assim, desde a gênese da primeira rede até a atualidade, várias redes urbanas foram se sobrepondo e com isso “incorporando novos espaços, produzindo ou perdendo centralidades à luz das inovações técnicas, especialmente de circulação” (ANDRADE, 2010, p. 67). Cada rede urbana é regulada, desta forma, por uma determinada configuração espacial e, portanto, está sujeita também a uma dada temporalidade. “Os domínios técnicos de cada período vão repercutir em distintos fluxos e possibilidades de circulação, daí, numa mesma região, cada período histórico (técnico) determina diferentes

configurações da rede urbana ali construída” (Ibid., p. 68). É possível afirmar assim que cada um dos numerosos segmentos da rede urbana possua seu próprio tempo espacial.

Roberto Lobato Corrêa, um dos autores que mais tem se dedicado ao estudo da constituição e dinâmica das redes urbanas no Brasil, assim elenca os pontos que seriam essenciais à existência da rede urbana:

Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. [...] Em segundo lugar verifica-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico. [...] A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação. (CORRÊA, 1994, p. 6-7).

A articulação resultante da citada circulação vai tanto dar origem, quanto reforçar a diferenciação entre os núcleos urbanos, no que é sensível ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais na relação com o território adjacente, e ao tamanho demográfico.

Ainda segundo Corrêa (1994, p. 71-72), a configuração mais simples de rede urbana é a rede dendrítica, que se caracteriza por sua origem colonial.⁷³ A estruturação dessa rede inicia-se com a criação de um núcleo estrategicamente localizado — próximo ao mar, constituindo o ponto inicial de penetração e conquista do território e sua “porta” de entrada e saída —, que concentre as principais funções econômicas e políticas da hinterlândia. A “cidade primaz” é, via de regra, desmesuradamente grande em relação aos demais centros que controla. É nela que se concentra a maior parte do comércio importador e exportador e, portanto, a maior parte da renda, assim como a elite regional. No que se refere ao fluxo estabelecido, “cada pequeno centro recebe *de* e envia *para* um núcleo maior e mais próximo da cidade primaz. As interações assim direcionadas impedem o aparecimento de centros intermediários intersticialmente localizados” (Ibid., p. 72).⁷⁴ Contexto que privilegia a cidade primaz, ou cabeça de rede, em detrimento de sua hinterlândia.

⁷³ Andrade (2010, p. 71) esclarece que este entendimento no que diz respeito as formações urbanas no período colonial não é consensual, visto que alguns autores concordam com o “anti-urbanismo” para aquele período. Apesar da fragilidade econômica e demográfica, o autor considera, como nós, que é a partir destes primeiros núcleos que as incipientes redes se estruturam.

⁷⁴ A restrição, acredito, se aplica ao aparecimento de um novo núcleo. É importante esclarecer, porém, que nos casos em que determinadas formações urbanas, já há muito estabelecidas, passaram a integrar a dinâmica de

Na análise de Reis Filho (2000, p. 124), essa localização litorânea dos núcleos visava atender questões de ordem econômica, administrativa e militar. Tendo seu sistema econômico inserido no Império de Portugal, constituía matéria imprescindível que fossem facilitadas as comunicações com a metrópole. Era, assim, essencial que os núcleos fossem pensados e situados em posição de conexão com os eficazes sistemas de comunicação amparados nas vias fluviais e marítimas. Mesmo em áreas mais interiores, como foi o caso de São Paulo, observava-se um alinhar desses primeiros núcleos aos principais eixos fluviais, que funcionavam não apenas para o escoamento dos produtos que garantiam a base econômica da vida colonial, mas também formavam as grandes vias de penetração para o interior.

Outro fator de condicionamento eram os caminhos. Estabelecidos em geral com base nas velhas trilhas indígenas, garantiam as comunicações no interior pouco conhecido, vencendo os principais acidentes geográficos e, por sua vez, contribuíam para a determinação das condições de situação de parcelas de importância da rede urbana que nascia. (REIS FILHO, 2000, p. 124).

Na verdade, são muitos os exemplos de rede urbana regional que surgiram no Brasil colonial. As cidades reais, por exemplo, eram concebidas já em sua gênese como cidades primazes ou cabeças de rede. A lógica que comandava a localização desses núcleos representa para Corrêa (2000, p. 73), já a garantia de que constituiriam notáveis “rugosidades”⁷⁵.

No contexto geral, não há dúvidas quanto à existência da citada rede dendrítica na “banda sul” em questão. O Rio de Janeiro foi já instituído como cidade primaz responsável pelas conexões estabelecidas tanto com as demais cabeças de rede, como com a metrópole. E quando dizemos demais cabeças de rede, incluímos não apenas as demais cidades reais brasileiras, como também os demais pontos que se integravam à lógica das redes do Império Português. Foi o caso, por exemplo, de Angola cuja conexão com o Rio de Janeiro foi largamente discutida nos preciosos estudos de Boxer (1973) e Alencastro (2000), como se verá a seguir. É indiscutível também os fluxos de troca estabelecido entre o Rio e a rede espanhola americana, no que dizia respeito ao trato de minérios. Esse intercâmbio apruma-se nas duas primeiras décadas do Seiscentos, sendo que “em torno das trocas de africanos pela

cabeças de rede a pouco fundadas, estas mesmas formações podiam sim assumir, dentro desta nova realidade, a condição de núcleo intermediário. Como ocorreu, por exemplo, à Vila de Vitória, no Espírito Santo.

⁷⁵ Termo da geomorfologia indicado por Milton Santos (1978), para designar as marcas do passado fixadas no espaço e que na organização atual apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou mesmo um valor simbólico, que condiciona e justifica estas permanências. (Corrêa, 1987, p. 71).

prata do Potosí, cristalizava-se no Rio de Janeiro os interesses peruleiros⁷⁶ representados pela oligarquia dos Sá⁷⁷ e seus aliados fluminenses e platinos” (ALENCASTRO, 2000, p. 110). Tendo, assim, no Rio de Janeiro a cabeça de rede, os demais centros posteriormente criados no plano fluminense priorizavam localizações que possibilitassem os fluxos flúvio-marítimos que garantissem a conexão com o porto centralizador dessa cidade primaz.

No caso do Espírito Santo, as trocas eram estabelecidas entre os pequenos núcleos e a principal vila. O núcleo inicial do Espírito Santo até poderia ter alcançado a condição de cidade primaz. Mas no contexto da guerra com os franceses e ameaça de perda de soberanias das terras até então ocupadas mais ao sul de Tordesilhas, São Vicente Santos e São Paulo de Piratininga, recaiu sobre o Rio o *status* de cidade real. Assim, a Vila de Vitória, encravada entre duas cidades reais, Rio de Janeiro e Salvador, assumiu a condição de centro intermediário, nascido capitania hereditária, antes mesmo das instituições das duas cidades que o cercavam. E como núcleo intermediário, ora se ligava ao Rio de Janeiro, ora à Salvador.

Esta tese não tem por objetivo, porém, o estudo de todos os componentes da rede urbana da “banda sul” do Brasil. Nosso objetivo se atém ao plano de ação dos jesuítas e à rede por eles instituída nas duas regiões. Uma rede que permitiu aos soldados de Cristo os meios materiais para que efetivassem sua missão durante os mais de dois séculos em que foram funcionários da Coroa portuguesa no Brasil.

2.2.1 A “banda sul” enquanto região

Antes do debate sobre a rede comum aos jesuítas, há que se conhecer, ao menos brevemente, o que foi a “banda sul” (Figura 9) no contexto brasileiro.

Como aponta Reis Filho (2013, p. 25), poucos anos após a fundação do Rio de Janeiro, a ideia de se dividir o território do Brasil em dois grandes blocos de administração independente já é englobada aos planos da Coroa. Assim, uma primeira divisão da colônia em “Repartição do norte” e “Repartição do Sul” é criada a 10 de dezembro de 1572. O governo do Norte, entregue a Luís Brito de Almeida, possuía sede em Salvador, tendo a Capitania de Porto Seguro como limite. Já o governo do Sul, iniciado apenas em 1574, tinha por sede o Rio de Janeiro, e era regido por Antônio Salema. Ficando, assim, cada governador “em meio de

⁷⁶ Comerciantes da América portuguesa que estabeleciam negócios com os espanhóis do Baixo Peru e, mais especificamente, importavam prata da região platina. (ALENCASTRO, 2000, p. 110).

⁷⁷ A família dos Correia Sá domina a governança do Rio de Janeiro durante um longo período de tempo, como se verá a seguir.

suas jurisdições, para desta maneira poderem os moradores da terra ser melhor governados e á custa de menos trabalho” (GANDAVO, 1980, p. 93). Essa divisão, porém, só perdurou até o ano de 1578, quando se procedeu a reunificação em um único governo geral com sede na Bahia.

Figura 9 – Capitânicas da “banda Sul”. Adaptada dos mapas de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* e de Reis Filho (2013).



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 52-XII-25 e Reis Filho (2013, p. 27). Adaptado pela autora (2016).

A divisão foi novamente instituída em 1608, por sugestão do governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa, que de passagem por São Paulo entre os anos de 1599 e 1603,

ficou atraído pelas notícias transmitidas por alguns padres jesuítas que relatavam a existência de minas de ouro e de ferro.⁷⁸ Essa segunda divisão foi novamente suprimida em 1612, após o falecimento de D. Francisco (1611) e o término do mandato de seu filho e substituto, D. Luís de Sousa. “Desapareceu a divisão oficial, mas permaneceram algumas características da separação” (REIS FILHO, 2013, p. 25).

Durante o longo período de hegemonia dos Correia Sá, iniciado no governo de Martim Correia de Sá em 1602⁷⁹, a referência se altera para “Capitanias do Sul”. A nova denominação visava descrever a região que a esta época, mais que em nenhuma outra, possuía características específicas, sobre as quais se reconhecia a superioridade dos governadores do Rio de Janeiro. A essa época, entretanto, o Rio estava novamente sob o jugo da Bahia. De acordo com a consulta de 1646, do Conselho Ultramarino, Salvador Correia de Sá e Benevides⁸⁰ apontava as principais conveniências de se tornar novamente o Rio de Janeiro independente do governo geral baiano.

Conta o Estado do Brazil e seu governo de todas as terras e capitanias a elle unidas, assim da parte do norte, como do sul: na repartição do sul estão as capitanias do Rio de Janeiro, Spirito Santo, e S. Vicente, com os mais lugares della. [...] E supposto que já nos tempos passados se fez consideração das conveniencias que avia para esta separação dos governos de norte e sul, naquelle Estado, e totalmente se separarão, e dividirão; como" comtudo estão oje outra vez unidos, e ha rezoens de prezente muito vivas, que pedem a tal divizão, pareceo-me manifestalas a V. M. neste papel. [...] A melhor serviço de Deos, e de V. M. porque a repartição do sul, se estende até Buenos Ayres, com as legoas de distancia que abaixo se relatão; para ella se navega ordinariamente com monçoens, por cuja rezão, lhe chegão muitas vezes primeiro as nouas deste Reino, que as capitanias da repartição do norte. [...] Fica também esta repartição do sul por mar, e terra, fronteira de Castella; e para todos os comettimentos, convem que V. M. lhe ponha quem a governe no tempo prezente, com as utilidades que pôde dar de si, em rezão desta vizinhança, [...] Convém, Senhor, que V. M. mande pôr era maior consideração aquella repartição, pois aver-se defendido ella só, he obra de Deos, e boa fortuna, porque vemos que Maranhão, Pará, Rio grande, Paraiva, Ilha de Tamaracá, Pernambuco, Sergipe del Rey, Bahia, Ilheos, Porto Seguro, todas capitanias que forão roubadas, e saqueadas dos Olandezes: e as do sul, não posto que também forão a ellas. [...] A maior augnemto da

⁷⁸ Os descobrimentos em escala significativa de ouro na região teriam ocorrido em fins do século XVI. As notícias que chegaram a Lisboa e a Madri, davam conta de que as explorações aconteceram nas proximidades da Vila de São Paulo. A partir dos descobrimentos nas Minas Gerais, as atividades nas lavras da Capitania de São Paulo quase cessaram (REIS FILHO, 2013, p. 49).

⁷⁹ Antes já governada por Salvador Correia de Sá (o velho), de 1567 a 1572, a Cidade do Rio de Janeiro se rende a ascendência da Família Correia de Sá a partir do segundo governo do seu filho, Martim de Sá, iniciado em 1623. (BOXER, 1973, p. 420).

⁸⁰ Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim Correia de Sá, esteve à frente do governo do Rio entre os anos de 1637 a 1643. Assume novamente em 1648, exercendo a governadoria por alguns meses (janeiro a maio). E entre os anos de 1660 e 1662 está novamente a frente do governo do Rio. (Ibid., p. 420).

Fazenda real de V. M.: porque perecem as utilidades, que daquella repartição do sul, lhe estão descubertas, afora outras grandes, que está promettendo, e se vê deste exemplo, que avendo muito que se tinha encarregado ao Governador geral o descubrimento das esmeraldas, se não poz em execução, senão agora, que se remetterão as ordens pello conselho ultramarino ao Governador do Rio de Janeiro. [...] na villa de Cananea [há abundância] de farinhas, de guerra, e dahi saem as que vão para o Rio de Janeiro e Angola, e _o legoas pella terra dentro estão campinas de pinhaes, onde se pode fazer grande quantidade de breu: ha caminho por terra e por mar para a villa de S. Paulo, onde ha mais de 40,000 índios, e os mais delles carpinteiros. E nesta terra toda ha minas de lavagem e nella se espera o descubrimento das mais. [...] Ao maior bem dos vassallos de V. M. porque do que fica dito se colhe, o que resulta assim aos moradores daquella repartição, como aos moradores da repartição do norte, por lhes ficar por esta via (separadas ellas) o seu Governador geral da Bahia mais desempedido e prompto, para acudir ao que lhe carrega: e ainda a todos, com cessarem com isto os motins, movimentos, alterações e falta de justiça, com o mais que fica representado, que ha cada dia naquella repartição do sul. (PARECER de Salvador Corrêa de Sá in ANNAES da BNRJ, 1917, p. 51 a 55).⁸¹

É interessante observar que Salvador Correia de Sá, com certa dose de exagero, apontava para o fato de que as monções dificultavam a comunicação do Rio de Janeiro com as capitânicas do Norte. O exagero é justificado pela intenção de se estabelecer o contato direto com a Metrópole, já que, como informa Alencastro (2000, p. 60) a viagem Rio-Lisboa levava de seis a sete meses se fosse direta, mas tinha seu tempo praticamente dobrado quando se fazia escala na Bahia. Em busca de garantir seus intentos, Salvador apela também para as questões de defesa, visto que era preciso salvaguardar tanto a fronteira com a América espanhola, tão cara aos Sá, como o litoral ameaçado pela presença holandesa. É importante notar que ao tratar da facilidade que apresentava o Rio no decurso dos descobrimentos das esmeraldas, Salvador de Sá informa que o caminho por terra para a Vila de São Paulo já estava instituído a esta altura. Apesar de não atender ao apelo dos Correia de Sá, a Coroa fazia vista grossa ante a todo poderio oligárquico estabelecido por essa família nas bandas do sul. Muito porque, a ela interessava o triângulo Rio-Luanda-Buenos Aires ao qual se ligava os Correia de Sá.

Pouco a pouco desenha-se a hegemonia do porto fluminense. Sinalizando o adensamento do movimento de passageiros no porto, a Câmara da cidade fixa em 1645 as tarifas das passagens dos brancos (“por cada passageiro branco com sua caixa, barça e cama”) e dos negros viajando para o Norte (Espírito Santo, Bahia e Pernambuco), para o Sul (ilha Grande e São Vicente) e o ultramar (Açores, Madeira e Reino). Desprendido dos contrafortes da serra do Mar, o Rio de Janeiro consolida sua vocação

⁸¹ O documento original encontra-se em AHU_CU_017, Cx. 2, D. 174.

oceânica, reafirmada no século XVIII na sua posição de polo do comércio de Minas Gerais e de capital do Vice-Reino (1763). Circunstância que facilitará o assentamento territorial do governo imperial após a Independência: dois terços do comércio passam pela corte carioca no século XIX. (ALENCASTRO, 2000, p. 202-203).

Na segunda metade do Seiscentos, ainda visando o comércio estabelecido com as trocas de escravos angolanos e prata espanhola, sucedem-se a expedição luso-fluminense de reconquista de Angola (1648), a formação do povoamento de Laguna (1674), a instituição do bispado do Rio de Janeiro (1676), cuja jurisdição abarcava até a embocadura do Rio da Prata, o donativo régio de trinta léguas de litoral até o prata concedido a Salvador de Sá e seus herdeiros (1676) e a fundação da Colônia de Sacramento (1680). Paralelo ao poderio crescente alcançado pelo Rio de Janeiro, a Coroa toma providências para podar a autonomia paulista. Em 1698, Santos e o litoral sul são submetidos ao Rio, é criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1709, os paulistas são derrotados na Guerra dos Emboabas (1709-1711), a Coroa adquire as capitanias de Santos e São Vicente em 1712, Minas Gerais já assume a condição de capitania única em 1720, o terminal do ouro de Parati é anexado ao Rio em 1726, Goiás e Mato Grosso também ganham autonomia em 1748, e o próprio governo de São Paulo passa a ser uma dependência administrativa do Rio de Janeiro (1748-1765). (ALENCASTRO, 2000, p. 203).

Diante do quadro exposto é inegável a hegemonia da capitania fluminense no contexto dessa região. Tendo, assim, como cidade primaz o Rio de Janeiro, o território da Repartição Sul – das Capitanias do Sul ou da “Banda Sul”, denominação essa usada em muitas cartas jesuítas – tinha na Capitania do Espírito Santo o seu limite com as terras do Norte, englobando todas as terras que se localizavam abaixo dela até a Capitania de Sant’Ana, o último quinhão de Pero Lopes de Souza, que teria início em Paranaguá e se estenderia até o limite com as terras de Espanha. Na prática, acreditava-se que o limite imposto por Tordesilhas se localizava aproximadamente entre Cananeia e Paranaguá. Terras que passaram ser povoadas de forma regular no século XVII, como descrito acima.

Raramente foi focalizada a história da formação social desse território e seu sistema urbano, como um conjunto. Talvez isso nunca tenha ocorrido. Entretanto tratava-se de um sistema urbano tão amplo quanto o da Repartição do Norte. Em 1700, no momento em que se iniciava a ocupação das regiões centrais, entre a capitania de Rio Grande do Norte e a de Porto Seguro havia 18 vilas e duas cidades. No mesmo momento, na Repartição do Sul existiam 19 vilas e duas cidades, sem considerar as que foram fundadas mais ao sul, como Desterro (hoje Florianópolis) e Laguna, com objetivos estratégicos, mas sem relação direta com a mineração. Ou seja, em termos

quantitativos, em 1700, o sistema urbano da Repartição do Sul igualava-se ao das regiões de maior prosperidade econômica e de maior importância política da colônia. (REIS FILHO, 2013, p. 30).

Além das citadas características específicas que tornavam o sistema urbano da Repartição Sul tão caro à Coroa, quanto o da “banda Norte”, Reis Filho (2013, p. 57) aponta outras particularidades que imprimiam certa dose de homogeneidade à região. Essa relativa semelhança tanto na geografia, como principalmente, nas formas de organização social, observada pelo autor, se aplica em parte também ao caso das duas capitanias em questão. O extenso litoral que engloba o Rio de Janeiro e o Espírito Santo é relativamente homogêneo em termos de paisagem. No que se refere aos núcleos jesuítas, não se pode deixar de enfatizar a intensa contribuição indígena para a efetivação e avanço dos mesmos. Os seus conhecimentos sobre o meio ambiente foram essenciais não apenas aos deslocamentos e localização dos núcleos, mas constituíam, antes de tudo, uma garantia de sobrevivência. E como eram aos índios que se dedicavam as missões jesuítas, sua maciça presença, ou seja, esta sensível homogeneidade étnica, não poderia deixar também de prestar contribuições às formas organização do cotidiano. Fato que pode parecer óbvio, já que a tutela e a administração inaciana eram aplicadas disciplinarmente por todo território brasileiro. Entretanto, é importante esclarecer que esta aparente analogia observada no contexto geral do quadro jesuíta é rompida pela particularidade de que cada uma das unidades possuía seus interesses específicos, administrava seus conflitos de naturezas diversas e formava suas próprias ligações afetivas. Fatores que obrigaram muitas vezes que os padres adaptassem sua estratégia de ação, chegando ao ponto, inclusive, de adotar algumas práticas indígenas consideradas toleráveis, como se verá a seguir. Mas, apesar desde adendo, é importante ressaltar que a estrutura a qual se propõe este estudo possuía sim uma uniformidade básica, que era garantida tanto em termos de organização social – uso corrente da língua tupi; sistema próprio de alimentação, no qual mais uma vez o conhecimento indígena da natureza conferia especial mobilidade; emprego do trabalho indígena para a manutenção da colônia: na economia, nas guerras, no transporte de cargas, na busca por alimentos, nos trabalhos manuais mais simples, etc. –, quanto pelas formas de organização social, e até espacial, dos núcleos que formavam a articulada teia de ação da Companhia de Jesus.

Assim, a presente tese pretende contribuir para o estudo da história da formação urbana nessa região, assim como vem ocorrendo a outras regiões do país, como ilustram os brilhantes trabalhos produzidos por Renata Malcher de Araújo (1998 e 2001), por Clóvis R. Jucá Neto (2007) e por Adriano Bittencourt Andrade (2010), sobre as regiões Norte e

Nordeste do Brasil. Dando continuidade ao trabalho já iniciado por Nestor Goulart (2013), que trata mais especificamente dos atuais estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

2.2.2 A rede de aldeamentos: discussões a respeito desta nova modalidade

Considerando que o projeto colonizador contemplava dois tipos de conquistas — a espiritual, sob a responsabilidade dos missionários; e a territorial, sob as instruções do Governador Geral e demais autoridades do Estado português, destinadas a povoar e usufruir dos benefícios que esta conquista poderia possibilitar —, Nóbrega, assegurado pela aliança firmada com Mem de Sá, propõe uma forma de ordenamento da catequese, baseada na disciplina e na organização do trabalho sistemático do gentio, até o momento acostumado a um modo de vida nômade. Dessa forma, são estruturados os já citados aldeamentos, isto é, aldeias de evangelização onde eram reunidos em torno de uma igreja, índios de diversas origens, com os quais residiam ou assistiam os missionários jesuítas. A missão, conforme já visto, itinerante por definição, com a criação do aldeamento, assume a condição de fixação em alguns pontos estratégicos ao longo da costa do país. Assim, como já exposto anteriormente, no precioso documento jesuíta intitulado *Algumas advertencias para a província do Brasil*⁸², encontramos novamente a síntese das reais pretensões deste novo sistema:

A conservação do Brasil, se pode dizer que depende da conservação das aldeas: donde se entendera quão necessário são as missões para se refazerem, porque ellas asombrão aos inimigos estrangeiros, fazem rosto aos Aimures, refreão os negros de Guine que se não levantem, e aos salteadores de caminhos, e fugitivos tomão e prendam a os entregão a seus senhores. (ALGUMAS advertencias para a província do Brasil, s.d., p. 200v, in BNCR, Ges. 1255.38).

Além das descritas funções, e de constituir um mecanismo de acesso à mão de obra indígena, conforme já dito, o projeto de aldeamento definiu também a questão das terras dos índios. Com o objetivo de garantir o sustento dos seus habitantes, cada núcleo era dotado de uma faixa considerável de terras. Mesmo muito extensas, essas doações em nada refletiam as formas pré-coloniais de ocupação. “O próprio instrumento de doação aponta alterações radicais na definição do direito de propriedade, pois os antigos ocupantes de todo o território

⁸² O importante documento anônimo, possivelmente formulado em fins do século XVI e início do XVII, foi também citado por Leite (2006) e Monteiro (1994), e largamente discutido por Castelnau-L’Estoile; Zeron (1999) e por Castelnau-L’Estoile (2006). Devido a sua relevância foi integralmente transcrito e integra o anexo A dessa tese.

estavam agora obrigados a contentar-se com uma porção restrita das mesmas terras” (MONTEIRO, 1994, p. 44-45).

As vastas parcelas de terras administradas pela Companhia de Jesus, entretanto, não comportavam apenas os aldeamentos. Como bem demonstram Carvalho (2002, p. 54 a 57) e Castelnau-L’Estoile (2006, p. 51-55), a geografia da implantação dos inicianos no Brasil encontrava-se dividida em diferentes tipos de estabelecimentos: os já citados aldeamentos; os colégios; as casas ou residências; os seminários; as quintas, hospícios e recolhimentos; os noviciados; e as fazendas, engenhos, currais e demais satélites que auxiliavam nas questões temporais.⁸³

Os aldeamentos eram divididos, segundo os interesses da Companhia, em aldeias de residência e aldeias de visita. As primeiras contavam com a permanência em caráter definitivo de missionários, enquanto as segundas eram assistidas apenas em estadas temporárias. Segundo Araújo (2013, p. 7), a localização dessas estruturas pode ser apreendida como o lugar do “encontro” metafórico entre a cidade e o mato. Encontramos uma explicação disso na *Informação dos primeiros aldeamentos da Baía*, na qual o Pe. Anchieta informa que “puseram-se estas igrejas em parte acomodadas para índios, a saber, perto do mar, para se poderem manter com suas pescarias, e perto dos matos para poderem fazer seus mantimentos” (ANCHIETA, 1988, p. 359). Para além da explicação simplória do jesuíta, cabe ressaltar que, conforme já visto, mais que a primitiva aldeia indígena, e menos que vila colonial portuguesa (ARAÚJO, 2013, p. 7-8), houve casos, em que os aldeamentos foram criados na periferia de uma vila ou povoação pré-existente e também casos em que povoações novas surgiram nas proximidades de um ou mais aldeamentos previamente estabelecidos.

O colégio, localizado via de regra nas cabeças de rede ou em núcleos de ascendente importância, era o lugar especializado no ensino, destinado em parte aos estudantes externos à Companhia⁸⁴. Deveria ser provido com os recursos necessários que lhe garantisse sua autonomia econômica. Esses recursos, conforme já citado, não provinham apenas da Coroa, mas também das vastas propriedades administradas pelos padres. Ainda no século XVI, os colégios de Olinda, Salvador e Rio de Janeiro formavam os três centros jurídico-

⁸³ Além desta classificação, vale recordar que os jesuítas se deslocavam a título de missão, não fixando assentamentos, apenas com o objetivo de administrar os sacramentos onde ainda não havia presença definitiva da Igreja. Segundo Fernandes (2001, p. 19), visitar uma comunidade com propósito evangelizador já constituía um modelo conhecido dos portugueses, no qual a pastoral se fazia por meio de contatos esporádicos denominados de santas missões.

⁸⁴ Conforme enfatiza Hoornaert (2008, p. 47), o colégio concebido como suporte da missão – como assegurava o *regulamento das missões*, do ano de 1586, de autoria do visitador Christóvão de Gouvêa –, perde sua essência ao se deparar com as dificuldades do sistema colonial brasileiro, e passa a atuar, também, junto aos filhos dos colonos.

administrativos da Companhia de Jesus no Brasil pela importância de suas localizações, visto que estavam instalados em centros urbanos que controlavam os polos desenvolvimentistas da economia brasileira. Por isso, além da renda fixa, recebiam dotações régias, ou seja, tinham o produto da redízima para seu sustento, sendo por isso chamados de Colégios Reais. Nos finais do século XVII fundaram-se os colégios de Belém do Pará (1680), do Recife (1686) e de Paranaguá. (CARVALHO, 2002, p. 55). A casa de Santiago no Espírito Santo também é elevada à condição de colégio ainda em meados do século XVII.

As mais casas vivem de esmola que lhes dão os moradores, fracamente, conforme a sua possibilidade, que é pouca; e porque eles não podem suprir a tudo por serem pobres, os colegios provêm as casas que lhes são subordinadas de vestido, vinho, azeite, farinha para ostias e outras cousas que não ha na terra e hão de vir necessariamente de Portugal. (ANCHIETA, 1988, p. 334).⁸⁵

Assim, as casas professoras ou residências, conforme relatado pelo Pe. Anchieta em 1584, não possuíam bens próprios, viviam de esmolas e doações, e por essa razão, eram financeiramente dependentes dos colégios. Essas estruturas constituíam escolas de ensino elementar, e eram via de regra localizadas em centros secundários ou geograficamente recuados.

Os seminários eram os centros de moradia e ensino para os internos da Ordem. As quintas, hospícios e recolhimentos, constituíam áreas de repouso, retiro e tratamento dos religiosos. Já os noviciados eram centros de preparação religiosa. E por fim, as fazendas, engenhos, currais e demais unidades produtoras. Esses eram os verdadeiros centros de sustentação econômica da Companhia e complementadores da renda dos Colégios, já que desde logo o Pe. Nóbrega compreendeu que a Companhia teria que buscar na produção agrária suas bases econômicas sólidas e permanentes, sem a qual o projeto educacional e catequético no país não se consolidaria.

[...] esses primeiros agrupamentos de evangelização poderiam ter dado ao Brasil uma rede inicial de pequenas aglomerações e constituir para o país o que as paróquias forneceram à antiga França, esses nódulos religiosos, capazes de servir de suporte a um modo de povoamento. (DEFFONTAINES, 2004, p. 122).

⁸⁵ *Informação do Brasil e de suas Capitânicas*, escrita por José de Anchieta em 1584.

Como bem ressalta Deffontaines, o caráter de fragilidade desses primeiros núcleos jesuítas é proporcionado por uma série de fatores de ordem política e econômica, além da grande barreira imposta pelas dificuldades de deslocamento no Brasil colonial. Porém, mesmo imbuídos desta certa fragilidade e com características um tanto quanto diluídas neste contexto de princípio de “criação” do país, acredito que esses núcleos jesuítas possuíam particularidades que aproximavam a sua estrita articulação à já citada rede dendrítica. Adotaremos, porém, a designação de ‘redes de aldeamentos’, para qualificar essa estrutura embrionária promovida pelos jesuítas, cujas características ainda muito diluídas e incipientes divergem consideravelmente do que se entende hoje por rede urbana.

O já citado documento anônimo *Algumas advertencias para a província do Brasil* (BNCR, Ges. 1255.38) oferece preciosas informações neste sentido. Apesar de não tratar especificamente das duas regiões contempladas por este estudo, esse manuscrito interno à Ordem oferece preciosas informações a respeito da estratégia de ocupação do território brasileiro promovida pela Companhia de Jesus. O texto encontra-se dividido em sessões que indicam uma análise quanto a estratégia geopolítica que os inicianos deveriam seguir.

A primeira sessão descreve um a um os núcleos estabelecidos pelos portugueses, de Norte a Sul, indicando a sua localização precisa, os seus meios de acesso, a quem pertenciam, se possuíam estruturas de defesa ou engenhos de açúcar, a presença ou não de Ordens religiosas, o número de portugueses, e as relações, boas ou ruins, estabelecidas entre estes mesmos portugueses e os padres jesuítas (“os nossos estiverão aqui hum tempo hoie não estão. Peram se sairão com ordem del Rei, por diferenças com o capitão Francisco Coelho de Carvalho”, ao tratar da Paraíba). Nessa primeira parte encontramos também informações referentes a estrutura jesuíta já efetivada em cada um desses núcleos. Se haviam colégios ou casas, quantos e quais aldeamentos a estes estavam subjugados e se os mesmos eram de residência ou de visita. Sobre o temporal, informa: “Os nossos curraes estão entre estas aldeas”. O autor das *Advertencias* aponta ainda características referentes à geografia dos portos, barras, enseadas e rios, ressaltando suas possibilidades ou não de navegação.

A segunda sessão engloba as residências e missões que se poderiam fazer de Norte a Sul do Brasil. Indicando, assim, de forma bastante clara, uma intenção e, acima disso, uma tentativa de ordenar a ocupação do território. O texto se apresenta como uma reflexão sobre a estratégia a ser assumida de forma a garantir tanto a efetivação dessas novas unidades, como atribuir zonas de monopólio missionário para a Companhia. Castelnau-L’Estoile (2006, p. 333) esclarece que a concorrência entre as ordens religiosas assume tal proporção, que passam a “reservar” zonas de monopólio de forma a não entrar em possíveis conflitos de posse. O

texto indica claramente os motivos de ordem econômica que garantiriam o sucesso destas novas implantações, através da importância dos portos – já consolidada ou a consolidar, visto suas possibilidades geográficas – no trato internacional, estabelecido mais especificamente com a metrópole e com o comércio de escravos de Angola.

[...] he no Arricife ou porto de Pernambuco onde os nossos poderão fazer mais com a gente de mar que ali concorre, assi de toda a costa, como de Angola e do Reino donde vem mais navios. [...] Hum dos que deieiarão esta residencia foi Pe. João Romeiro quando vindo do Paragoai a Roma [rasura] esteve no Collegio de Pernambuco, e trazia per exemplo, a residencia que temos no Peru, em o porto do Calhao ⁸⁶ vindo de Lima que desse ser cousa boa. etc. (ALGUMAS advertencias para a província do Brasil, s.d., p. 197, in BNCR, Ges. 1255.38).

O contato com a América espanhola também é pensado ao se tratar de novas missões em Piratininga: “ha hum gentio que chamão Carijose caem para a banda do Rio da Prata, he muita gente e se estes não estiverem por meyo facilmente teremos comunicação com os nossos padres castelhanos que estão vindo ao Piguai”⁸⁷ (Ibid., p. 200).

Além do engajamento com o comércio internacional, o texto aponta ainda quais seriam os principais apoios a se obter e as pessoas certas a se contatar tanto na colônia, quanto na metrópole.

[...] he do Rio Grande [do Norte] para a qual ha ia licença de N. Pe. e El Rei mandou tratar quanto daria para a cada hum dos nossos, e ate agora se não conluyo nada. Esta residencia parece de importancia ali per ser chave do Brasil, e a mais perto de Portugal, como pelo muito gentio que ali se pode aiuntar alem do que ia esta e os nossos tem principiado a cultivar etc. donde pode ser que seria bom a vendo occasião e comodidade lembrado no Reino aos officiais del Rei, e no Brasil aos que o podem escrever a Sua Mag^{de}, como he Alexandre de Moura. (Ibid., p. 197).

A sequência do texto indica a, já extensamente citada, imbricada teia de relações estabelecidas entre os agentes coloniais de forma a garantir o “proveito temporal para a Coroa”.

Outro modo ha de fazer esta missão e he fazer com o governador que queira mandar povoar aquela terra dando para isso navios gente etc. E com elles hirão os nossos para fazerem pazes com o gentio, e desta maneira se povoara a terra, e abrira a porta a comunhão de modo que aia proveito temporal para

⁸⁶ Provavelmente se referindo a cidade portuária de Callao, no Peru.

⁸⁷ Se refere, possivelmente, ao Paraguai.

a Coroa, especial para alegria de Deus e quase assi foi sempre em todas as partes do Brasil. Nem os governadores terão nisso dificuldade, porque elles deverião de povoar as terras que são serviços que alegão a El Rei. E assi Alexandre de Moura, Capitão de Pernambuco offereceo ao Pe. Francisco Pinto capitão com soldados os quaes havião os que o mesmo Pe. quisesse levar e que não fazião nada sem huma ordem dele. Pelo que pouquo cabedal que os nossos metão neste negocio ia effectuara. (Ibid., p. 198v).

Esse documento traz ainda a preciosa indicação de que a alocação dos aldeamentos era regida não apenas por motivações de cunho político ou militar, conforme visto, mas também importava que estivessem próximos às terras agrícolas pertencentes à província loyolista brasileira. O papel dos jesuítas na colônia vai além da guarda e proteção dos índios e se firma aos interesses temporais convergentes com os colonos.

Sebastião da Rocha portugues senhor de engenho morador na Bahia, vengo a Pernambuco estando eu ahi, e falou aos nossos P^{es}. se querião hir buscar algumas 14 ou 16 aldeas de indios que elle sabia onde estavam, e os mesmos indios o mandavão chamar. E que faria aos nossos todo ou parte dos gastos e que lhe daria hum índio principal que elle tem e sabe onde estão estas aldeas mas que huma destas aldeas lhe avião os padres de por perto do seu engenho e isso com beneplacito dos mesmos indios, e que os padres poderião ter cuidado dos indios na forma que quisessem, e esse homem he grão sertanista, e de quem os indios tem grande conceito, etc. Os nossos não derão ouvidos a isso, o que nisso parece que não vejo porque este homem quisesse fingir isso maxime avendo elle de fazer gastos, e dar o seu negro. 2º querendo os indios alguns hir para onde tem o seu engenho, sendo elles tantos, não vejo deformidade pola qual se ouvesse de perder esta conversão etc. (Ibid., p. 199, grifo nosso).

O autor das *Advertencias* não compreende a recusa dos padres em colaborar com um grande senhor de engenho e sertanista, que desde a Lei de 24/2/1587 precisava dos missionários para promover suas entradas ao sertão (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118). Torna-se clara, assim, a dimensão econômica assumida pela implantação dos aldeamentos, visto a garantia do fornecimento de mão de obra não apenas aos engenhos dos colonos, mas principalmente às propriedades da Companhia no Brasil.

A citada sessão trata ainda das preocupações com a necessária repovoação dos aldeamentos. O Espírito Santo assumiria essa função, visto que em seu “sertão não faltão indios, e os annos atras bastava mandarem os padres seus parentes para decerem muitos, e se os nossos forem muitos mais decerão” (Ibid., p. 199v).

Numa terceira sessão, fazendo um contraponto com os textos edificantes que tratam dos missionários e frutos por eles conseguidos na vinha do Brasil, as *Advertencias* levam em consideração também os índios, enquanto atores responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos

aldeamentos. E como peças fundamentais, nada mais justo que tanto as características formais dos núcleos, como os costumes do dia a dia, sofressem adaptações que os agradassem e que fossem, na medida do possível, toleradas pelos inacianos.

Os índios conforme o seu costume, mudão as aldeas muitas vezes, porque assi se conservão mais, donde he bem que não fação os nossos edificios tão grandes que seia depois difficultoso mudar a aldea. Como he a aldea do Spirito Santo na Bahia que ha annos que se ouvera de mudar se não forão os cazeiros que tem, e aldea sempre vai em diminuição. E as cercas tambem não seião tão grandes que se não possão cercar com taipas de mão. Como os índios para morrerem basta tomarem melancolia etc., parece que não he bem tirarlhe os nossos seos costumes que se não encontrão com a lei de Deus como chorar, cantar, e beberem com moderação. (Ibid., p. 200v-201).

Como salienta Castelnau-L'Estoile (2006, p. 335-336), cinquenta anos após a invenção dos aldeamentos, que objetivavam a “aculturação” de diversos grupos indígenas às formas de vida europeia, ocorre a constatação de fracasso dessa estratégia, a ponto de se adaptarem esses núcleos aos costumes indígenas. A conservação do Brasil dependia da conservação dos aldeamentos, e, portanto, a questão desses núcleos era uma questão essencial. Os padres logo perceberam que a pretendida conservação dos aldeamentos, entretanto, dependia do “bem espiritual” dos índios. Voltamos novamente à noção de projeto. Projeto que evoluía por meio do ensaio e erro imposto pelo cotidiano partilhado com os índios, e mesmo com os colonos portugueses.

Mesmo quando derivava de alguma aldeia nativa, a área ocupada pelos aldeamentos era comumente definida pelo colonizador, quer por imposição das autoridades portuguesas, principalmente nos casos estratégicos ligados à defesa das povoações já estabelecidas, quer por deliberação dos jesuítas, que possuíam carta branca do Estado para a alocação desses núcleos que deveriam se adequar aos seus critérios culturais, com destaque para a igreja que ordenava não apenas o espaço, mas principalmente a vida social. Entretanto, enquanto projeto, a permanência de algumas referências e práticas nativas foram toleradas e mantidas. Além das citadas pelo autor das *Advertencias*, a documentação sugere que apesar do incentivo à separação das famílias em unidades independentes, em muitos casos, as moradias coletivas foram ainda toleradas, assim como a manutenção dos padrões de cultivo das roças das antigas aldeias que passaram a conviver com a introdução da criação de animais pelos padres. (FERNANDES, 2001, p. 49).

Voltando ao manuscrito jesuíta, ainda na citada terceira sessão, encontramos algumas advertências para as quintas dos colégios, nas quais também é possível observar a alocação dos aldeamentos indígenas nas proximidades das roças pertencentes aos colégios.

Iunto da quinta de Pernambuco estão as cazas dos nossos negros e indios de tal maneira situadas que quando vão as granias das roças passam os negros pelo meyo da quinta onde nos estamos. A quinta da Bahia tambem tem perto huma aldea dos nossos negros, o proprio forão os mais deles quanto se poderem escuzar mandalos para o Camamu. Onde poderão ajudar muito o Collegio no temporal fazendo roçarias para que o Collegio não compre farinhas, e donde tambem poderão vir os beijus para o Collegio nas barquas que vem de 8 em 8 dias ou de 15 em 15. E assi tambem poderão ajudar em algumas cousas do engenho, e não sera necessario comprar muitas vezes negros de novo quando morrem ou faltarem alguns dos que actualmente servem, e finalmente sera mais edificação para a terra não termos assi a vista da cidade tantos negros. (ALGUMAS advertências para a província do Brasil, s.d., p. 204, in BNCR, Ges. 1255.38, grifo nosso).

O trecho também enfatiza o constante fluxo estabelecido entre o colégio e as unidades produtoras, assim como preocupações com a aparência destes núcleos, visto que o flagrante engajamento na esfera econômica – como a posse de muitos escravos à vista da cidade –, poderia ocasionar ainda mais problemas junto às autoridades e aos colonos insatisfeitos com o excessivo controle jesuíta da mão de obra indígena.

A última sessão do manuscrito é consagrada ao endividamento dos colégios e as possíveis soluções para esse mal. Provavelmente situado antes da resolução de Roma de 1614 (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 340), que tratava da posse e exploração dos engenhos de açúcar pela Companhia, o texto assume numa longa exposição, uma posição favorável ao engajamento da Ordem em questões temporais. O autor das *Advertências* é favorável à exploração direta, porque a província tinha um importante projeto de expansão a financiar. E como “no Brasil não há outras fazendas de momento senão canaveaes e engenhos e quem isso não tem he asas pobre porque estas são as quintas as vinhas os olivaeas” (ALGUMAS advertências para a província do Brasil, s.d., p. 205v, in BNCR, Ges. 1255.38), esse engajamento não era apenas aceitável, mas essencial à sobrevivência da missão jesuíta na vinha brasileira.

A participação na economia colonial serve para financiar o projeto missionário da província: em teoria as aldeias são parasitas no plano

econômico (já que em princípio os padres ali não recebem o dízimo)⁸⁸. Em contrapartida, as aldeias na realidade servem essa participação econômica: o autor propõe alocar as aldeias perto dos engenhos para, como diz, protegê-los das incursões dos inimigos. Pode-se pensar que seja também, ainda que isso não fosse dito, para suprir esses engenhos de mão-de-obra. O rumo pragmático que assume esse texto é simbolizado por uma expressão: “uma missão gloriosa e proveitosa”. O tom pragmático repousa sobre a reconciliação entre a secularização das tarefas (expedições militares, exploração dos engenhos de açúcar) e as exigências espirituais. O lucro está no cerne do texto, mas é um lucro justo. O que a Companhia pode ganhar será reempregado justamente na missão, para o bem das almas. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 340-341).

O lucro justo citado pela autora, ao invés da pretensão pelo lucro máximo, vai em consonância com as regras econômicas menos rigorosas e com os privilégios fiscais dos quais gozavam a Companhia no contexto do padroado. O que não excluía de forma alguma a hábil administração dos padres. O autor das *Advertencias* enumera todas as possibilidades de se promover o desendividamento dos colégios, tomando o cuidado de desmontar os argumentos de seus adversários antes mesmo de expor os seus próprios.

De presente não vejo outro remedio mais efficaz para o Collegio se poder desindividuar (ate dos que estão apontados) que usar ou aproveitarse das terras que tem pelos melhores modos que poder os quaes se podem reduzir a 4. O 1º he arrendalas. O 2º vendelas o 3º dalas em Emphiteusi, o 4º beneficalas. Quanto ao 1º modo, não tera effeito, porque não avera quem tal queira aceitar. O 2º não he hoie proveito do Collegio vendelas, porque ainda que as venda todas lhe darão tam pouquo per ellas que tera notavel perda vendelas. E se comprarem alguns pedaços das ditas terras serão as milhores e as mais ficarão devolutas sem se poderem aproveitar; e não se vendendo as boas molta destas se darão todas em Emphiteusi que he o 3º modo. E desta maneira me parece que se dem as ditas terras com as cautelas dividas porque há algumas difficuldades assi da parte dos Emphiteutas como do Collegio.⁸⁹ (ALGUMAS advertencias para a província do Brasil, s.d., p. 211, in BNCR, Ges. 1255.38).

O autor jesuíta descarta de forma veemente a venda de fazendas da Ordem, “porque para prova do dito o comum ditado que quem compra sempre compra bem e quem vende sempre vende mal. E he verdade que de todas as cousas que vendemos no Brasil, nos temos

⁸⁸ Entretanto, como esclarece a própria autora (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 340), ocorriam abusos neste domínio, havendo casos em que os padres cobravam os dízimos indevidamente aos índios.

⁸⁹ Entre estas dificuldades, o jesuíta destaca que “da parte dos Emphiteutas a principal he que não quererão as ditas terras sem lhas derem em Emphiteusi perpetua, a que em Portugal chamão (fateosi) e isso principalmente para fazer engenhos polo muito que neles gastão e da mesma maneira serão nas terras para Camamu. Da parte do Collegio he difficuldade, porque como as terras seião matos maminhos de grandes arvoredos incultos não lhe podem por per hora grande penção, e não lha pondo, como quer que polo tempo em diante lha não possa accrescentar, se a Emphiteusi for perpetua, sera grande detrimento do Collegio porque todas as terras tera muy poquo” (ALGUMAS advertencias para a província do Brasil, s.d., p. 211v, in BNCR, Ges. 1255.38).

arrependidos, e não nas pera das que temos comprado” (Ibid., p. 206v). Afirmando ainda que, no que diz respeito às fazendas, seria de muito proveito comprar todo o Brasil, se estivesse a venda.

Sobre as murmurações que poderiam ocasionar a posse de tais propriedades e o engajamento da Ordem na exploração direta da colônia, o padre anônimo oferecia sugestões que driblassem, em certa medida, a vigilância de colonos e autoridades do Estado português. Conforme já observado para o caso da proximidade dos muitos escravos da Ordem com os centros mais desenvolvidos, o jesuíta também propõe uma alteração nos fluxos dos engenhos, de forma a minimizar os possíveis escândalos.

E ter fazenda de tal sorte não acrescenta deformidade porque engenho he como quem tem hum lugar de uvas, azeitona ou azenhas e finalmente canaveaes e engenho do Brasil, são as cearas de trigo, são as vinhas, são os olivaeas. E não he cousa tão grande no Brasil ter engenho, que por ser tal cause escândalo, porque homens há e de baixa sorte, que tem hum dous e 3. E homem ha que tem nove engenhos, e fora pois que muito he que o Collegio da Bahia tinha hum para poder sostentar sogeitos; que em grande parte se empregão em servir estas e aos mesmos moradores da Bahia. E alguns escravos e polo consequente alguns próprios engenhos. Nem tal engenho se fez sem parecer de muitos homens que olhão as cousas da Companhia com olhos símplices. E se agora se murmura, polo tempo adiante ceffara a murmuração como he nas demais cousas, quanto mais que não tenho visto estas murmurações. [...] levar tantos acuqueres a Reino, causa muito rumor; digo que não se levem ao Reino, mas que se vendão na Bahia onde não faltão compradores. E quando fosse muita necessidade mandar algum não tem necessidade de o mandarem a Lisboa, senão a Vianna ao Porto, as Ilhas, etc. (Ibid., p. 210, grifo nosso).

O padre das *Advertencias* presta ainda os seguintes aconselhamentos para o grande tráfego entre as unidades produtoras e o mal que disso poderia provir.

E quanto o trafego do engenho quando moe, não he cousa disforme, antes he recreação velo moer nem esse trafego pode causar perturbação no Collegio, porque o mais que fara, [o Reitor] responder algumas chartas e mandar ao procurador que avie a barqua do necessario quando vier cada oito ou quinze dias ao Collegio nem este vir de barquoa se accrescenta agora denovo; [...] sem o qual igual trafego tera o Reitor e procuradores em imaginar donde lhe ha de vir sustentação para o Collegio. (Ibid., p. 209).

O manuscrito se encerra com a preocupação que reflete o real papel dos jesuítas enquanto agentes da Coroa portuguesa no povoamento efetivo das terras. Preocupação essa que correspondia mais diretamente ao domínio de fato das possessões, já que as terras improdutivas corriam o alto risco de serem consideradas devolutas. Por não ser proveitoso à

missão perder sesmarias, o padre anônimo propõe algumas alternativas para o caso das terras pertencentes ao Colégio da Bahia.

Em tal cazo o Collegio deve buscar algum homem que queira fazer em Paçe hum engenho para se povoarem aquelas terras, que doutra maneira corre risco de nelas tomarem per devolutas porque são dadas de sesmaria. E quando se não achasse pessoa que se quisesse fazer o dito engenho, digo que parece ser proveito fazelo de meas com algum pondo o que isto que interessa a indústria. E correndo com as obras, e depois com o engenho sem nos endividarmos nisso; e nos darmos as terras e o que mais gastos partirem se pro rata conforme se fizer o contrato, porque de outra maneira estarão estas terras per largos annos sem se povoarem. (Ibid., p. 2013v).

O que se apreende desse documento é a visão de uma província jesuíta em expansão, “política e militarmente útil à colônia, de uma província plenamente missionária, onde os missionários se salvam ao salvar a alma dos índios, de uma província economicamente forte, mas cujo lucro justo serviria apenas a causa espiritual” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 341). O projeto inaciano era, assim, plenamente integrado à lógica colonial. E nesse projeto, como já esclarecido, os aldeamentos, apesar das suas imperfeições, ocuparam a posição central nas estratégias jesuítas para a vinha do Brasil. O que pode ser observado claramente na última parte das *Advertencias*, na qual o jesuíta anônimo, ainda tratando das terras da cabeça de chave baiana, aconselhava: “não deixarei de aiuntar que o mais fácil modo e com proveito para as terras se povoarem principalmente do Camamu he de a hazerem para ellas algumas aldeas de indios do sertão” (Ibid., p. 2013v).

Além dos aldeamentos, eram ainda estruturas fundamentais para a missão jesuíta os colégios, as casas, as quintas, os engenhos, as fazendas e os satélites. Todos esses elementos estavam interligados conforme exposto no documento analisado, garantindo, cada qual, suporte ao outro.

De uma maneira geral, o colégio existia para abrigar e o desenvolver a Ordem; a fazenda para a manutenção dos contingentes de religiosos e agregados a eles; por fim, o aldeamento, que transformado em lugar privilegiado para o contato com o indígena, *se tornou* o motivo da estrutura. (FERNANDES, 2001, p. 51).

Serafim Leite (2006, tomo I/livro III/V, p. 268) por meio do mapa da expansão da Ordem no Brasil no século XVI (Figura 10) assinala os pontos de fixação jesuíta ao longo da costa, bem como o fluxo das entradas e missões que avançaram pelo interior do território. Os colégios com dotação real ou reais colégios, situados nas cabeças de rede Bahia, Pernambuco

e Rio de Janeiro, assumiam a posição de centralidade na estrutura colonial jesuíta, visto que tanto eram os representantes do processo colonizador, pelos vínculos estabelecidos com a Coroa portuguesa, como eram axiais também nas relações de troca entre as unidades inacianas e até mesmo com a metrópole e com outras unidades coloniais do Império português. A própria pragmática da Ordem estabelece essa posição de centralidade que, segundo Fernandes (2001, p. 54), é ampliada no contexto da América portuguesa, assumindo a condição de “pilar para o movimento que conduz os jesuítas à alteridade indígena”. Os aldeamentos constituem por sua vez o verdadeiro motivo da estrutura, da qual o colégio é o nexos, visto que o empreendimento inaciano que se ergue na colônia é estabelecido em função do indígena. As unidades produtoras chegam para dar o suporte material necessário à manutenção da malha inaciana presente de norte a sul do território.

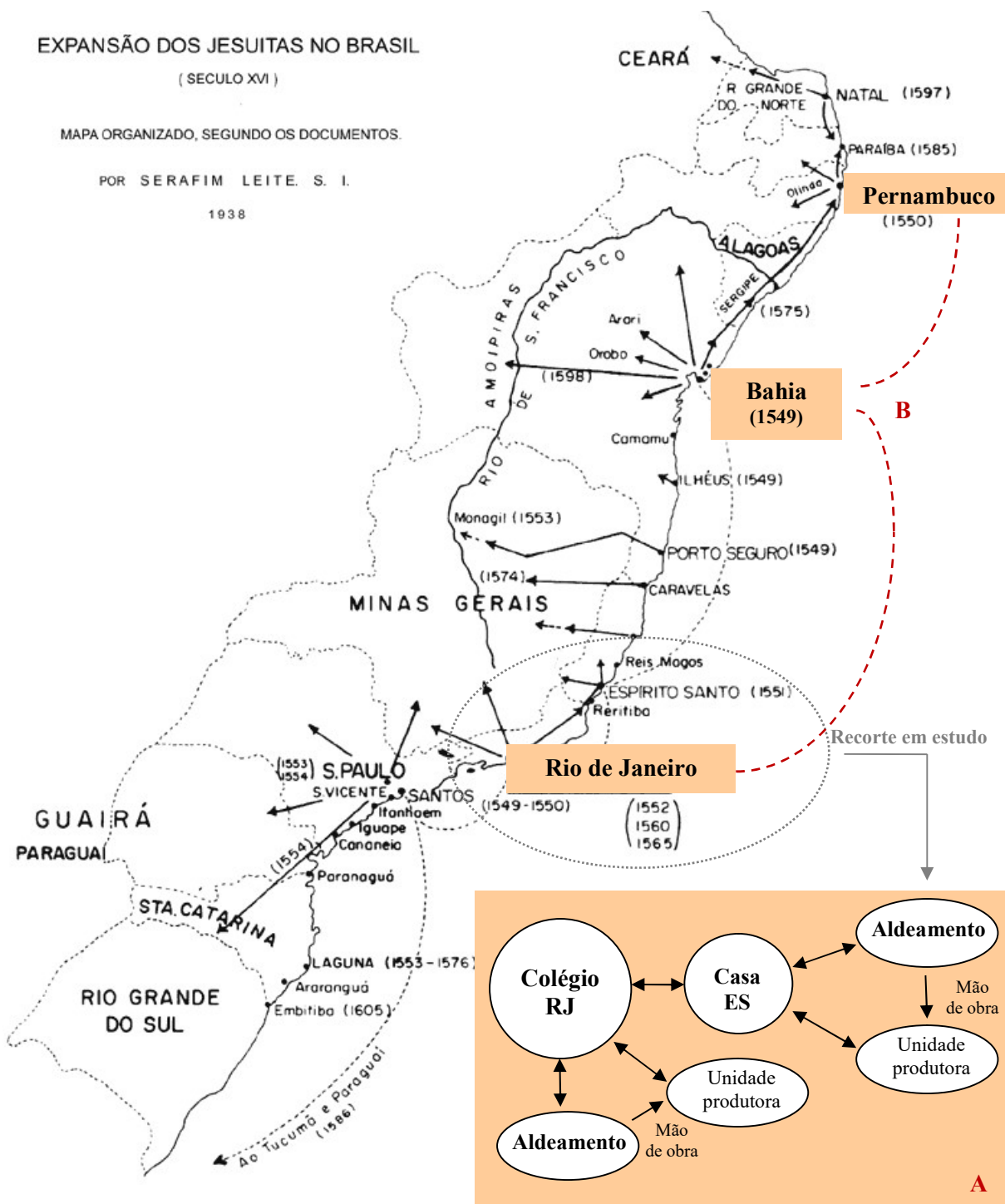
É possível afirmar, assim, que os núcleos marcados pela presença de missionários jesuítas são também pontos de conexão dos fluxos. O colégio era a cabeça que, por meio de uma administração criteriosa, deveria converter o produto das fazendas, engenhos e demais unidades produtoras, bem como os frutos provenientes dos aluguéis, arrendamentos e dos empréstimos de dinheiro a juros, em garantia para a sobrevivência dos aldeamentos. Esses, por sua vez, forneciam parte considerável da mão de obra necessária para o desenvolvimento satisfatório das propriedades da Companhia. Nesse quadro, cada colégio deve ser apreendido como o centro de conexão entre os demais estabelecimentos a ele subordinados, no qual pessoas, informações, projetos e experiências circulavam e constituíam a rede jesuíta. Fernandes (2001, p. 53) salienta que às redes regionais (indicação A na Figura 10) eram sobrepostas outras de maior alcance, que permitiam as conexões entre os demais colégios instituídos no território brasileiro (indicação B na Figura 10).

Sobre a malha jesuíta tecida na banda sul mais especificamente, o relato de 1619 do Pe. Antônio de Matos revela a relação de dependência estabelecida entre o Colégio do Rio de Janeiro e as demais unidades a ele ligadas no início do século XVII.

Pera maior clareza da noticia que pretendo dar advirto que este coll^o do Rio de Janeiro tem annexas e sobordenadas algumas residencias; quais sam as que estão desta parte sul na Capitania do Spirito Sancto, na de Sanctos, na de S. Paullo. Nesta ultima residem ordinariamente seis religiosos da Companhia os quais se occupão não somente na dita villa de S. Paullo, com os moradores della, e com a gente de seu serviço, senão tambem com quatro aldeas de Indios, as quais a seus tempos vizitão. Na residencia de Sanctos não ha aldeas nem de residencia, nem de vizita. Na do Spirito Sancto e Villa da Victoria, residem 4 religiosos; mas a esta estão sobordenadas 4 aldeas de Indios, duas de residencia, em quada qual residem quatro, ou sinquo religiosos; as outras duas são de vizita, huma das quais he vizitada pellos

religiosos que residem na casa da villa da Victoria, principal residencia desta capitania do Spirito Sancto; a outra he vizitada pellos padres que residem na aldea de Reritiba. (ARSI, BRAS 3-1, p. 201v).

Figura 10 – Mapa da expansão dos jesuítas no Brasil no contexto do século XVI, do Pe. Serafim Leite (1938).



Fonte: Leite (2006, tomo I/livro III/V, p. 268). Adaptado pela autora (2017).

A teia de dependências relatada pelo Pe. Antônio de Matos sofria alterações à medida que novas unidades eram incorporadas à malha já estabelecida. O que ocorria, por exemplo, quando novos aldeamentos eram fundados e, principalmente, quando novos colégios eram instituídos ou elevados a essa categoria, já que isso era um indicativo de autonomia financeira e, desta forma, também administrativa dos núcleos que formavam a malha jesuíta. As novas fundações poderiam ocorrer tanto em núcleos já estabelecidos, como foi o caso da elevação da casa de Vitória à condição de colégio em meados do século XVII⁹⁰, ou seguir o fluxo de povoamento estabelecido pela Coroa, como ocorreu, por exemplo, com a ocupação do extremo norte do país. A esse respeito, uma carta do Pe. Antônio Vieira de 10 de setembro de 1658, contém preciosas informações. A missiva visava atender à ordem do Pe. Geral Gosvínio Nickel para que fosse remetida à Roma uma relação das missões da Companhia no Maranhão. O objetivo pretendido pelo centro romano era não apenas informar às províncias da Companhia do vertiginoso crescimento da Ordem nessa região, como arrebanhar novos missionários que pudessem engrossar a missão. Antônio Vieira, entretanto, logo salienta que não foi possível elaborar o relatório solicitado, “por serem infinitas as ocupações (além das ordinárias), que com a chegada dos navios do Reino e novo Governador do Estado, e Capitães mores das Capitânicas” (LEITE, 1940, p. 265)⁹¹ haviam “carregado” sobre ele. Contudo, informa que envia um mapa de todas as terras e rios, no qual estavam apontadas todas as residências, casas e mais cristandades que tinha a Companhia no Maranhão. A respeito do mapa⁹², Vieira esclarece:

Deste mapa, e da disposição dos sítios e casas dele, se entenderá facilmente a ideia de toda a missão, que segundo a tenho delineada desde o princípio é a seguinte: que toda a missão se divida em colônias, em que possa ser melhor governada, suposta a grande distância da missão, em que se não pode recorrer ao Superior de toda ela. Que cada uma destas missões conste de oito, dez, ou mais residências, conforme a necessidade ou comodidade dela, e que estas residências estejam todas em distância (quando mais) de oitenta léguas de extremo a extremo: a qual distância não é grande, nem dificultosa por ser toda, pela maior parte, por rios de água doce, e com grande comodidade de canoas. Que no meio de cada colônia, e como no coração destas residências, esteja uma casa maior, na qual resida uma pessoa de autoridade e espírito, que seja Superior de todos os que assistem nas

⁹⁰ O Colégio de Santiago do Espírito Santo, entretanto, esteve ainda muito tempo ligado à administração do Real Colégio do Rio de Janeiro. Essa relação de dependência só foi encerrada em 1725, tempo em que as unidades produtoras jesuítas do Espírito Santo já estavam completamente organizadas de modo a assegurar a autonomia do colégio capixaba. (LEITE, 2006, tomo VI/livro II/I, p. 133-134).

⁹¹ Transcrita por Serafim Leite (1940), o original dessa carta encontra-se em ARSI, BRAS 9, p. 65-67v (Maranhun. P. Antonius Vieira Visitator de missione relatio. 10 sept. 1658).

⁹² Serafim Leite (1940, p. 266) esclarece que o mapa proposto por Vieira, infelizmente, não foi localizado.

residências particulares, e a quem recorram para tudo. (LEITE, 1940, p. 266).

Pela descrição de Vieira conclui-se que houve uma intenção prévia e programada em ordenar o que já existia e os núcleos que ainda estavam por vir. Intenção possibilitada tanto pelo extenso território ainda a ser desbravado e pela grande quantidade de índios que o compunha. A experiência de mais de um século de Companhia no Brasil, certamente prestava também relevantes contribuições para a construção desse novo quadro. Nesses meados do século XVII, porém, as estruturas inacianas do Rio de Janeiro e Espírito Santo já estavam há muito definidas no que se referia ao colégio/casa e aldeamentos. Faltavam apenas algumas fazendas que as supriam com seus produtos específicos. O mais provável é que, diante da relevante diminuição da população indígena e de estarem esses núcleos litorâneos já estabelecidos desde princípios do século XVII, a estrutura inaciana em causa nesse trabalho não tenha sido alvo de possíveis ajustes no que se referia às questões de ordenamento. A região Norte, ao contrário, abarcava todas as possibilidades de crescimento, visto sua “largueza de terras e multidão de gentes”, como salientava o sábio Vieira.

Esta é a Ideia da missão em comum, e dos intentos com que foi empreendida, e começada, e havendo de crescer à grandeza, que promete a largueza destas terras, e a multidão das gentes, que habitam o interior delas, não parece, que se pode dispor noutra forma, para poder ser governada e alimentada, como convem, e para que entre a cabeça e os membros, e nos mesmo membros entre si, possa haver a união e comunicação, sem a qual se não pode conservar, nem aumentar. (LEITE, 1940, p. 267).

As largas possibilidades de expansão da missão nessa área culminaram inclusive na criação da Vice-Província jesuíta do Maranhão em 1727, que estabelecia o vínculo direto com Portugal. Nessas primeiras décadas do século XVIII, os jesuítas do Maranhão Grão-Pará já apresentavam um desenvolvimento extraordinário da missão, assegurado pela posse de unidades produtoras e da mão de obra necessária à sua vida autônoma. Um total de 99 religiosos se repartiam em 2 colégios, 27 casas ou residências e 12 missões. (LEITE, 2006, tomo IV/livro IV/I, p. 220).

No inventário que se fez dos seus bens após a expulsão arrolaram-se nada menos que 25 fazendas de gado, 3 engenhos e 1 olaria. No entanto, a efectiva diferença de riqueza e propriedade dos missionários e dos colonos jamais se poderia medir em termos de posse de terras. Estas eram tantas, e tão prodigamente distribuídas, e na mesma intensidade não trabalhadas, que embora fossem grandes latifúndios, não era a posse de terras que se traduzia em riqueza e sim a de gente, ou seja, de escravos. Os índios primeiro e os

negros depois. Nessa conjuntura as missões eram virtualmente “ricas” em comparação com a população restante. A sua organização, à maneira de repúblicas, como se referiu o padre António Vieira, mantinha-as auto-suficientes e autónomas, estabelecendo inclusive um regime competitivo em termos económicos entre elas próprias. As missões detinham uma soma de poder social e económico bastante superior à dos estabelecimentos de colonos, que eternamente reivindicavam a falta de braços nas suas lavouras. (ARAÚJO, 1998, p. 99).

Diante do exposto, fica comprovado que uma considerável parte do processo de ocupação do território brasileiro deveu-se à ação inaciana, com o precioso suporte dos seus índios aldeados e dos seus escravos, que nos seus mais de dois séculos de atuação estabeleceu uma articulada estrutura tão convenientemente integrada à lógica colonial e, principalmente, aos seus meandros. Fato que, aliado a outras causas maiores⁹³, acabou por culminar na lei de 03 de setembro de 1759, assinada pelo rei D. José I, que determinava que a Companhia de Jesus fosse expulsa do território português e de suas terras de além-mar, “abolindo, e derogando todos, e cada hum dos seus officios., ministerios, administrações, casas, escolas, collegios, hospicios, residencias, e qualquer outros lugares a ella pertencentes” (CARTA de El Rei Dom José de 09 de setembro de 1773 in AN, Códice 794).

Na altura em que a Ordem foi suprimida no Império Português (1759-1760), os jesuítas eram indiscutivelmente a Ordem mais rica de todas, ainda que as grandes riquezas de ouro e prata que, segundo crença geral, possuíam em criptas subterrâneas e em cofres de ferro existissem apenas na imaginação de Pombal e dos seus perseguidores. Na altura do seu confisco na América portuguesa, as suas extensas e variadas propriedades incluíam dezassete plantações de açúcar, sete ranchos com mais de 100 000 cabeças de gado na ilha amazónica de Marajó, e 186 edifícios na cidade de Salvador. Mas a receita que tinham destas e de muitas outras propriedades rurais e urbanas não os deixava com um grande saldo financeiro positivo depois de pagarem todas as despesas que tinham com a manutenção dos seus dezanove colégios, cinco seminários, vários hospitais, mais de cinquenta aldeias missionárias e muitos estabelecimentos mais pequenos, servidos por um pessoal de mais de 400 jesuítas (sem contar os noviços), entre o alto Amazonas e Santa Catarina. (BOXER, 2001, p. 317).

E é sobre parte dessa imensa estrutura inaciana descrita por Charles Boxer (2001), que trabalharemos de forma mais pormenorizada nos capítulos que se seguem, buscando, no planeamento de cada um dos núcleos que outrora a integraram, situar índios, situar escravos,

⁹³ A guerra guaraníca no Sul, associada à força que os jesuítas possuíam no Norte, em função do domínio da mão de obra indígena, constituíram os principais motivos que sustentaram uma verdadeira guerra ideológica empreendida pelo primeiro-ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal e seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a época governador-geral do Grão-Pará e Maranhão.

situar jesuítas, situar a Coroa portuguesa e outros possíveis agentes num panorama que nos permita se não entender, ao menos vislumbrar, o que foi esta impressionante estrutura e a quem verdadeiramente ela serviu.

3 OS SOLDADOS DE CRISTO NA VINHA BRASILEIRA

Vinde, pastor desejado,
Visitar vosso curral,
Pois por ordem divinal
Para nós sois cá mandado,
Do Reino de Portugal.
A Magestade Real
Do Senhor Omnipotente
Ordenou mui sabiamente
Que, com peito paternal,
Venhaes ver tão pobre gente.⁹⁴
(ANCHIETA, 1923, p. 92).



⁹⁴ Trecho do canto de Anchieta “Recebimento que fizeram os índios de Guaraparim ao Pe. Provincial Marçal Belliarte”.

3.1 A Companhia de Jesus e o projeto colonial português

Idealizada em 1534, a Companhia de Jesus é reconhecida pela Igreja no ano de 1540, com o objetivo de “procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo”⁹⁵ (LEITE, 2006, tomo I/livro I/I, p. 6). Inácio de Loyola, um dos seus principais fundadores, é designado ao cargo de superior geral, organizando as *Constituições Jesuítas*⁹⁶ a partir de 1547. As *Constituições* (o corpo), que compõem a dinâmica externa da Companhia, foram elaboradas conforme os *Exercícios Espirituais*⁹⁷ (a alma), representantes da vida interior da Ordem. De acordo com Leite (2006, tomo I/livro I/I, p. 15), Santo Inácio, militar de formação⁹⁸, “integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma campanha para a conquista do mundo”, através da disciplina, da oração, dos sacramentos e do exame particular. Como um dos principais instrumentos da renovação católica, a Companhia liberta os religiosos de determinadas práticas de outras Ordens — jejuns, côro e hábito próprio⁹⁹ — “boas em si, mas que poderiam tolher os movimentos de uma campanha activa” (LEITE, 2006, tomo I/livro I/I, p. 15).

No que diz respeito à organização, a Ordem era dividida em províncias, as quais, segundo características geográficas ou linguísticas, eram agrupadas em assistências. Como ressalta Leite (2006, tomo I/livro I/I, p. 12), os critérios para a formação das províncias decorriam de motivações de ordem financeira: a criação era vinculada à condição de posse de recursos suficientes que viabilizassem sua própria sustentação e recrutamento. À medida que as *casas* cresciam em número e distância, novas províncias eram criadas a partir da primeira. Ou poderiam, ainda, dar origem à novas vice-províncias, nos casos nos quais o recrutamento não havia sido ainda plenamente assegurado.

⁹⁵ Trecho pertencente a Fórmula do Instituto, incluída na Bula de aprovação da Ordem.

⁹⁶ Como informa Carvalho (2002, p. 35-36), as *Constituições* eram fundamentadas no pensamento escolástico-aristotélico desenvolvido pelo dominicano São Tomás de Aquino no século XIII. Em especial, no pensamento aristotélico contido em *Ética a Nicômaco*, que pretende demonstrar que a qualidade moral das ações do homem é dependente da direção de sua vontade; e que a virtude, apesar de se constituir por propensão natural, carece de estudo e prática. E em São Tomás, nas questões referentes à constituição da teologia como ciência, em *Suma Teológica*, e na abordagem da teologia cristã adaptada à mentalidade muçulmana, em *Suma contra os gentios*.

⁹⁷ Escrito por Santo Inácio, os *Exercícios Espirituais* constituem um pequeno livro, onde consta toda a base espiritual da Companhia de Jesus.

⁹⁸ Inácio de Loyola foi capitão na guarnição de Pamplona, capital da Navarra, iniciando sua vida religiosa após ser ferido na guerra contra a França. (Leite, 2006, tomo I/livro I/I, p. 02).

⁹⁹ Segundo prescrição das *Constituições*, o traje deveria ser adaptado aos costumes da terra para onde se deslocava o missionário. “A terra onde se vive” enfatiza que a dispersão era o que estava no cerne da questão do governo da Ordem.

Assim, a antiga estrutura dos jesuítas era composta por seis assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. Cabia a Assistência de Portugal legislar sobre as Províncias da Índia, do Japão e do Brasil, sobre as Vice-Províncias da China e do Maranhão e sobre as missões em Angola, Moçambique e Etiópia. (LEITE, 2006, tomo I/livro I/I, p. 12).

É de capital importância, também, a compreensão dos papéis assumidos por cada missionário no contexto das províncias, visto que a Companhia de Jesus se constituía por um corpo hierarquizado, cujas funções se estruturavam e se complementavam de forma a assegurar que um especial controle fosse sempre mantido. Assim, como “cabeça” desta organização, encontrava-se o preposto geral¹⁰⁰, que era eleito pela congregação geral, constituída pelos provinciais¹⁰¹ e dois professores de quatro votos, eleitos em cada província. De forma a assegurar o bom funcionamento da Ordem, o geral recebia o auxílio de um vigário geral e de um conselho de assistentes, responsáveis por cada assistência. Além disso, os missionários também podiam contar, em nível local, com o poder das Congregações Provinciais, assembleias que regularmente ocorriam com o objetivo de discutir as dificuldades encontradas e as soluções a serem propostas. Essas últimas, porém, deveriam ser sempre submetidas ao centro da Ordem.

Segundo Martins (2000, p. 19), a organização territorial da estrutura inaciana era uma das funções delegadas aos superiores locais (provinciais, reitores) que, “assumiam a responsabilidade governativa das diversas unidades territoriais: Casas Professas, Colégios, Casas de Provação, Residências, Seminários, Casas de Retiros, Missões”. Esses cargos mudavam frequentemente e o poder decisório se concentrava no superior ou reitor, que previamente consultava seus conselheiros (os consultores). Apesar do poder da Ordem se concentrar na figura do preposto geral, nas províncias se desenvolveu, paralelamente a esse poder, uma prática em que a negociação, o compromisso entre os diferentes pontos de vista dos missionários, era o que realmente constituía a regra da Companhia. Castelnau-L’Estoile (2006, p. 71) salienta que esse duplo aspecto do governo jesuíta, ao mesmo tempo centralizador e colegial, confirma que a Ordem funcionou como uma burocracia.

Como salienta Assunção (2004, p. 82), a organização jesuíta contava ainda com outros três papéis primordiais, cuja a função era a de se estabelecer o controle sobre a própria

¹⁰⁰ De acordo com Castelnau-L’Estoile (2006, p. 70), o poder do cabeça da Ordem se comparava ao dos papas e príncipes seculares, visto que assumia um generalato vitalício, onde sua autoridade deveria ser incontestável.

¹⁰¹ Diferente do Geral, que assumia um generalato vitalício, o poder do provincial era delegado, restrito e temporário.

Ordem, a saber: os padres visitantes¹⁰², os administradores e os procuradores. Aos primeiros cabia o papel de averiguar se as Constituições da Companhia de Jesus estavam sendo respeitadas em termos espirituais e temporais; aos padres administradores estava delegada a função de controle sobre as propriedades que estivessem ligadas a cada colégio; e aos procuradores, cabiam as funções de tanto suprir as necessidades dos bens dos colégios, residências e casas, quanto de executar minuciosos exames a respeito dos relatórios e contas de cada núcleo pertencente a estrutura inaciana. Esses documentos de ordem temporal eram obrigatoriamente enviados pelos padres administradores de cada colégio, o que sugere um sistema de controle e fiscalização sempre atuante. O padre procurador era, assim, uma espécie de contador, que possuindo o domínio sobre todas as transações efetuadas, conseguia mensurar as rentabilidades de cada unidade jesuíta.

Além das funções citadas, o corpo hierárquico da Companhia era formado pelos admonitores¹⁰³ e pelos noviços. Os membros dessa última categoria poderiam tanto assumir as funções de coadjutores temporais, que permaneciam como irmãos até o término da vida de jesuíta, ou de escolásticos, que ao final de seus estudos recebiam a ordenação e tornavam-se padres. Aos coadjutores temporais — arquitetos, cozinheiros, enfermeiros, pilotos¹⁰⁴ —, eram delegadas as funções materiais da Ordem. Já a categoria dos padres era dividida entre os professores e os coadjutores espirituais. O que diferenciava uma categoria da outra era o fato dos professores assumirem um quarto voto de total obediência ao Papa¹⁰⁵, além dos três votos — de castidade, pobreza e obediência — assumidos pelos coadjutores espirituais e pelas demais ordens religiosas. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 50-51).

É nas *Constituições* que se encontra explicitado o modo de funcionamento da Companhia. Ela se concebe uma metáfora do corpo humano: uma vez que foi incorporado por um longo processo de formação na Companhia, um jesuíta se torna “membro” desse corpo que é regido por uma única “cabeça”, o preposto geral. Os membros desse corpo, unidos por um mesmo laço de dependência que os liga a sua cabeça, estão “dispersos” no mundo, para ir trabalhar na “vinha do Cristo”. O termo “dispersão”, frequente nas

¹⁰² A visita correspondia a uma forma extraordinária de governo, a qual o Geral recorria em casos em que o sistema normal de troca de informações e instruções tinha sua eficiência comprometida.

¹⁰³ Com poder deliberativo junto ao provincial e ao superior.

¹⁰⁴ O irmão piloto ocupava um papel de grande relevância na província jesuíta brasileira, visto que a maioria dos deslocamentos, caracterizados como lentos, pouco confiáveis e perigosos, principalmente nos princípios de colonização, eram feitos por mar.

¹⁰⁵ Segundo Castelnu-L'Estoile (2006, p. 95-96), o quarto voto é essencialmente um voto missionário: “de ir por toda parte onde a Santidade quiser enviá-los, entre fiéis ou infiéis, sem alegar desculpas e sem pedir nenhuma provisão de estrada, para coisas que concernem ao culto divino e ao bem da religião cristã”. Por meio desse voto, pronunciado apenas por uma pequena elite dos membros da Companhia, os jesuítas se colocavam como herdeiros dos apóstolos enviados pelo mundo para proclamar a novidade do cristianismo.

Constituições remete bem à realidade da situação dos jesuítas, presentes em quatro continentes desde o final dos anos 1540, dez anos depois de sua fundação. Essa presença no mundo, que constitui o cerne do projeto jesuíta, não deixa de conter um perigo de desmoroamento e dissolução, implícito no próprio termo *dispersão*. Dessa forma, a questão da unidade do corpo de membros dispersos é fundamental. “Reunir o esparso” – conforme a expressão de Pierre-Antoine Fabre – é, aliás a própria causa da empresa constitucional da Companhia. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 67-68).

Conforme salienta Castelnau-L’Estoile (2006, p. 68-69), as *Constituições* deixam claro que esta unidade jesuíta só poderia ser garantida pela manutenção de duas condicionantes essenciais, a saber: a incorporação, de fato, de cada um dos membros ao corpo e espírito da Companhia e o controle das relações que deveriam ser estabelecidas entre a cabeça e o todo inaciano. A primeira dessas disposições ocorre graças à formação religiosa particularmente extensa — muito mais longa do que a das demais ordens religiosas —, aos estudos intelectuais aprofundados e ao contínuo trabalho interior baseado nos *Exercícios Espirituais*. “A identidade jesuíta que fundamenta a unidade da Companhia é constantemente definida nos textos como sendo “um modo de fazer” (‘nuestro modo de proceder’)” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 69). Assim, todos os membros dispersos não necessitavam ser idênticos, mas agir de uma mesma maneira. As *Constituições* designavam uma liberdade de ação a cada um dos membros, que todo soldado de Cristo, devidamente integrado à identidade da Companhia, saberia delimitar em fronteiras aceitáveis pela Ordem.¹⁰⁶

A segunda condicionante era assegurada pela implantação de um instrumento fundamental, que, funcionando como a “coluna vertebral do corpo inaciano” (PRIMEIRAS, 2006, p. 14), mantinha a comunicação entre a “cabeça” e os demais membros dispersos pelos continentes. Tratava-se da correspondência epistolar.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Como salienta Castelnau-L’Estoile (2006, p. 91), as próprias *Constituições* indicavam a necessidade de outras “ordenações” que tratassem de pontos mais específicos referentes a diferentes *casas* e diferentes usos da Companhia, mas que mantivessem a uniformidade, na medida do possível. Esses documentos seriam os regimentos específicos de cada província e as *Regras* da Ordem, cujo texto é publicado pela primeira vez em 1580. Essas últimas constituíam, segundo a autora, o verdadeiro regimento interno da Ordem, pois definia os cargos e funções que existiam no seio da Companhia (regra do senhor dos noviços, por exemplo) e especificava certas práticas julgadas como importantes ou difíceis (como a modéstia exterior). A abertura para a confecção de regimentos particulares era uma consequência do princípio de adaptabilidade que estava no cerne da instituição jesuíta.

¹⁰⁷ Ainda segundo Castelnau-L’Estoile (2006, p. 188), além da correspondência epistolar, a Companhia contava também, desde o ano de 1545, com a consecução de Catálogos. Constituindo os principais instrumentos de uma política de pessoal, objetivavam o controle sobre o crescimento da Ordem, visto que possuíam informações exatas a respeito do número e da distribuição dos jesuítas nas províncias. A partir de 1580, o provincial passa a ter o dever de redigir a cada ano o “Catálogo anual”, também chamado “Catálogo breve”, no qual deveriam ser apontados os jesuítas da província por colégios e por casas, assim como as principais funções que eram exercidas por cada um deles. E a cada três anos o provincial deveria também estabelecer o Catálogo trienal, muito mais preciso, e que permite não somente conhecer a situação de cada estabelecimento jesuíta em detalhe, mas,

Além das funções de manutenção da unidade e de reafirmação aos seus membros de sua condição de pertencimento à Ordem, por meio da escrita ou da leitura coletiva, as cartas inicianas possibilitavam que regras fossem adaptadas às circunstâncias locais e permitiam ao centro o meio de exercer uma certa forma de controle. Permitiam ainda a divulgação dos trabalhos realizados pela Companhia, fato que colaborava tanto para a atração de novos membros, quanto para angariar possíveis auxílios oriundos de pessoas — fiéis, colaboradores e admiradores — que não pertenciam ao corpo institucional da Ordem.

A rapidez na publicação funcionava como uma espécie de propaganda para a maior popularização da Ordem. O conteúdo dessas missivas deveria tanto informar em quantos lugares haviam padres da Companhia, sua exata quantidade, o que faziam e como era seu cotidiano, quanto descrever o clima, a localização geográfica, os habitantes e seus costumes, o número de cristãos e infiéis das regiões atendidas pela Ordem. Essas eram as chamadas cartas edificantes, que serviam para a difusão e leitura coletiva, enquanto as *hijuelas* (adendo)¹⁰⁸, instituídas por Loyola em 1541¹⁰⁹, tratavam dos problemas e de assuntos privados não-edificantes, referentes apenas aos membros internos da Ordem.¹¹⁰

Inicialmente, as cartas circulavam em cópias manuscritas, passando rapidamente, porém, aos livros impressos. Inseridos na cultura humanística, esses livros traziam relatos simples e diretos, que atingiram um grande público e ganharam popularidade a altura de sua significação¹¹¹. “Nenhuma outra instituição religiosa comunicou-se dessa maneira com o público leitor do Renascimento e obteve semelhante resposta, visível no grande número de traduções e edições” (PRIMEIRAS, 2006, p. 17).

[...] no que se refere à divulgação internacional daquilo que se fazia em território nacional, Portugal também [se] beneficiou grandemente da rede

principalmente, as características biográficas e psicológicas de cada missionário. Esse Catálogo trienal era subdividido em três: os dois primeiros destinados aos missionários e o terceiro (*Catalogus rerum*) destinado às próprias *casas* e à prestação de contas referente à situação econômica e jurídica das estruturas a elas subordinadas.

¹⁰⁸ Espécie de carta menor e privativa que acompanhava as cartas edificantes, estas destinadas a publicação geral.

¹⁰⁹ No ano de 1547, Juan Polanco, secretário de Inácio de Loyola, envia a todos os membros da Ordem uma instrução geral na qual são reguladas as normas a serem respeitadas nas correspondências, como, por exemplo, o estilo e os temas a serem adotados em cada tipo de carta. Orientava também que as cartas deveriam sempre ser enviadas com uma cópia, que deveria partir de um caminho diferente do seguido pela carta original. A medida diminuía o risco de extravios e perdas das preciosas informações. O controle imposto aponta para o papel ativo e representativo assumido pelas correspondências junto ao bom funcionamento da Ordem. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 72 e PRIMEIRAS, 2006, p. 18).

¹¹⁰ Em 1556, com a publicação das *Constituições Jesuítas*, seriam implantadas as regras definitivas e detalhadas de Inácio de Loyola para a troca de correspondências.

¹¹¹ Segundo Sheila M. Hue (PRIMEIRAS, 2006, p. 18), quando as cartas passaram a ser traduzidas em diversas línguas, divulgando, assim, o trabalho da Companhia de Jesus em um nível global, os jesuítas alcançaram um maior fortalecimento institucional.

jesuíta. Para dar apenas dois exemplos, as observações de cometas do jesuíta Valentin Estancel (1621-1705), no Brasil, são referidas por Newton no final de seus *Principia*, e as observações astronômicas feitas em Lisboa por Giovanni Battista Carbone (1694-1750), Domenico Capassi (1694-1736) e os seus colaboradores portugueses, foram publicadas nas *Philosophical Transactions*, nas *Acta Eruditorum* e nos *Commentarii* da Academia de S. Petersburgo. Esta circulação de informação e esta internacionalização não seriam possíveis sem os canais proporcionados pela Companhia de Jesus. (LEITÃO, 2007, p. 24).

Além das descritas correspondências, Paulo de Assunção (2004, p. 228) destaca um outro tipo: as cartas de negócios. Segundo o autor, apesar de pouco mencionadas por estudiosos, essas cartas foram muitas. Portadoras de conteúdos não edificantes revelavam a face temporal da Companhia de Jesus, “que, por vezes, comprometeu o discurso inaciano que afirmava dar mais de si, antes mesmo de pensar em si próprio”.

Propagando a fé cristã em novas bases, a Companhia de Jesus permitia aos Estados Católicos, através do discurso doutrinário contra-reformista do Concílio de Trento (1545-1563), continuar o exercício de sua política de expansão mercantil, agora nas novas terras coloniais. O veículo principal desse discurso foi a imagem. Seu principal instrumento – a arte. Um discurso abrangente, que rapidamente se propagou para as esferas dos costumes e do social. (CARVALHO, 2002, p. 34-35).

Portugal foi o primeiro país a patrocinar e solicitar aos soldados de Cristo o auxílio na defesa de seus domínios conquistados e a colonizar. Ante o avanço do protestantismo, o monarca D. João III consegue, a 23 de março de 1534, a autorização papal para a instalação no reino do Tribunal de Inquisição do Santo Ofício. Tal medida objetivava, na verdade, o maior poder delegado ao soberano, por meio dos estatutos do Tribunal que reforçavam os direitos do padroado português. Dentre esses direitos, se insere, em meados do século XVI, o que garantia aos soberanos portugueses exercerem a função de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, que proporcionaria aos mesmos o controle eclesiástico em suas propriedades de ultramar. (CARVALHO, 2002, p. 40).

Como ressalta Assunção (2004, p. 92), preocupado com a religiosidade de sua nação, metropolitana e colonial, D. João III solicitou, em agosto de 1539, ao embaixador de Portugal em Roma, D. Pedro Mascarenhas, a presença dos padres jesuítas em seu território, antes mesmo da aprovação oficial da Companhia. Assim, o monarca lusitano, um dos maiores

benfeitores da Ordem¹¹², conseguiu já em 1541, apenas um ano após o reconhecimento oficial da Ordem, que dois jesuítas fossem enviados por Loyola a Portugal. Eram ambos, Simão Rodrigues e Francisco Xavier, companheiros de Loyola no momento de fundação da Ordem. O segundo é logo enviado ao Oriente, enquanto que o primeiro se encarrega de lançar as bases para a criação da primeira província administrativa da Companhia no mundo, que veio a se efetivar em 25 de outubro de 1546.

A Companhia de Jesus, muito superior ao clero secular em formação ética e intelectual, em disciplina e eficiência, teve, a partir de então, um papel fundamental nas colônias: encarregando-se da evangelização dos povos dominados e em sua transformação para súditos cristãos do rei. Transformação essa, que efetivava a ocupação do território sob a administração portuguesa, na medida em que integrava e organizava os novos súditos cristãos ao contexto colonial.

3.1.1 A vinha do Brasil

A chegada de Tomé de Souza, primeiro governador geral, em 29 de março de 1549¹¹³, acompanhado por seis jesuítas liderados pelo Pe. Manoel da Nóbrega, assinalava um significativo esforço da Coroa tanto em manter sua soberania na colônia ante aos ataques de outras nações europeias, quanto em submeter os gentios inimigos pela guerra justa e promover a integração dos índios aliados. Essa última disposição, conforme visto, só seria possível através da política dos aldeamentos.

Assim, nesse início do Governo Geral, importava, principalmente, a centralização política impressa no processo de colonização e ordenação de lugares urbanos, e, em paralelo a isso, a administração dos sacramentos e a ‘colonização’ das almas. Segundo Agnolin (2009, p. 214), as *poleis gregas* e a formação do *imperium* romano, fundamentaram, de fato, a comum origem etimológica de Colônia. A passagem do processo administrador colonial desses dois modelos, para o próprio processo promovido pela Igreja Católica, a cristianização do Império, se firma nesta herança e neste patrimônio, “finalmente universal quando o cristianismo se torna religião de Estado e se identifica como o próprio Império. A partir daí, fundamenta-se

¹¹² O favorecimento de D. João III à Ordem se refletiu em doações de propriedades e dotações de grandes quantias para os colégios que começavam a surgir, “condição que levou Inácio de Loyola a afirmar que o monarca deveria ser tido como o segundo fundador da Companhia” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 100).

¹¹³ No ano de 1549 a Ordem, que ainda não havia completado dez anos de existência, possuía ainda menos de mil membros, Inácio de Loyola ainda vivia e as suas *Constituições* ainda estavam sendo redigidas. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 19).

uma administração sacramental paralela à colonização do território e, com ele, das ‘almas’”. Inseridos no contexto pós-tridentino, os jesuítas deveriam traduzir uma tradição religiosa ocidental para um ambiente colonial que não participava dela.

[...] para realizar de algum modo essa tarefa, os códigos culturais daquela cultura “estranha” deviam servir para inscrever a tradição religiosa ocidental entre os indígenas. Para fazer isso, a “redução” missionária (característica forma de administração) devia corrigir excessos (dos costumes) e as ausências (de crenças) dos novos catecúmenos americanos. Os excessos impunham a disciplina, que consistia em sua poda, enquanto as ausências reclamavam a doutrina, isto é, um seu preenchimento: essa foi a característica forma de administração missionária que, em princípio, foi projetada para as almas indígenas. (AGNOLIN, 2009, p. 214).

Na ausência era possível a visão do paraíso¹¹⁴ metaforicamente retratada tantas vezes pelos cronistas, jesuítas ou não, que escreveram sobre o Brasil, desde o século XVI ao XVIII. Nos excessos enxergava-se sobretudo a imagem infernal advinda dos maus costumes, em especial a tão abominável prática da antropofagia. Conforme salienta Araújo (2013, p. 2), logo as próprias ausências revelaram-se enganadoras. A aparente falta de fé dos índios não facilitava a sua pretendida conversão que por tudo ou nada se desfazia, ao contrário, apenas reforçava a imagem de inconstância da alma selvagem presente no discurso dos religiosos. “Do mato tinham vindo e ao mato constantemente retornavam, literal e metaforicamente. Ao mato e a tudo o que ele representava como espaço antagônico ao espaço da cidade, enquanto morada dos bichos e das feras” (ARAÚJO, 2013, p. 2). Era preciso “arrancar a selva do coração selvagem e ali plantar a vinha do Senhor” (Ibid., p. 2). A par da cristianização deveriam estar, assim, tanto a base civilizadora como a disciplinadora, sendo os instrumentos fundamentais dessa equação a língua geral e o aldeamento.

Embora construída sobre vocábulos reconhecíveis e assimiláveis pela maioria dos índios tupi¹¹⁵, a língua geral era uma língua nova. Uma língua em se poderia eventualmente inventar o efe de fé, o erre de rei e o ele de lei que supostamente faltavam nas línguas nativas e assim vencer a barreira da falta de compreensão dos conceitos inerentes. Uma língua que reivindicava, por princípio, o lugar da mediação, impondo aos seus falantes a sublimação da sua língua própria e a aquisição e manipulação dessa outra língua franca de todos. Tal é válido tanto para os índios como para os missionários. Para

¹¹⁴ Sergio Buarque de Holanda, por meio da consagrada obra *Visão do Paraíso* (2000), estuda os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.

¹¹⁵ Os tapuias, ou os da “língua travada”, ficavam à margem dessa leitura potencialmente unitária dos grupos tupi. O que chegou a determinar enquadramentos distintos na própria legislação indigenista que os colocava como potenciais inimigos, em oposição aos aliados tupis. (ARAÚJO, 2013, p. 4).

os missionários, esta distinção poderá ter inclusive servido como elemento potencializador da confiança indígena. (ARAÚJO, 2013, p. 3).

Assim, os índios foram transformados em cristãos e vassalos e com aquela sua “natureza ‘vazia’, ‘desértica’, aqueles ‘sertões’” (FERNANDES, 2001, p. 16) passaram a fazer parte do Reino de Portugal, sendo indispensáveis ao projeto da colonização durante um longo período de tempo, visto que constituíam “a alternativa mais viável e racional para a exploração econômica do Novo Mundo” (ALMEIDA, 2013, p. 87). Entretanto, os projetos de colonização, longe de serem reduzidos apenas ao campo econômico, devem ser apreendidos em sua perspectiva global de empreendimento político, econômico e profundamente religioso, conforme observado por Agnolin (2009) acima. Se a conquista do território comportava abusos e destruição da antiga organização social dos diversos grupos indígenas, o projeto de colonização primava pela reorganização dos mesmos e consequente integração na nova ordem que se estabelecia. As missões religiosas, bem como a legislação indígena (maleável conforme os contextos e os interesses), assumiram a função de rearticular estruturas sociais para incorporar as populações indígenas aos moldes coloniais. Afinal, dos índios se esperava que servissem ao Estado não apenas como mão de obra, mas também como súditos responsáveis pela segurança, ocupação e manutenção do território. Além disso, não se pode esquecer a já citada dimensão religiosa da expansão, que incluía como um dos seus principais objetivos a cristianização dos bárbaros e gentios, conforme aparece já na carta do descobrimento: “o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CAMINHA, 2006, p. 118).

A atuação dos jesuítas na colônia tem sido objeto de discussões e controvérsias que, em geral, tendem a classificá-los nos extremos de santos mártires da colonização ou de espertos empresários pré-capitalistas, numa visão dualista entre o ideológico e o econômico, reduzindo e simplificando extremamente a complexidade do processo colonial. Sem intenção de aprofundar essa discussão, cabe ressaltar que se os próprios projetos de colonização das monarquias devem ser vistos em sua perspectiva global de empreendimento político, econômico e religioso, como pensar sobre uma ordem religiosa, criada na Europa da Contrarreforma, que assumiu nitidamente com a Coroa portuguesa a missão de levar para o Ultramar a verdade e a salvação do Evangelho? (ALMEIDA, 2013, p. 90).

Em acordo com Almeida (2013), acredito que o principal objetivo da Companhia de Jesus era religioso, e se durante o período em que a Ordem atuou no Brasil acumulou força política e econômica, isso se deu de forma concomitante ao esforço ideológico da conversão.

O fim expresso da Companhia, segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 95) era o de salvar a alma de seus membros. Assim, da salvação da gente gentílica, dependia a própria salvação da Companhia. Cabe ressaltar também, que no campo temporal o sucesso da conversão e da própria Ordem dependia do fundamentalmente do sucesso do empreendimento colonial, ao qual os inacianos igualmente se dedicavam. E para que tal sucesso fosse alcançado, não abriram mão da coerção física e do poder temporal. Formaram suas estruturas fundando colégios, aldeamentos, fazendas, engenhos, satélites e se engajaram em outras atividades econômicas com as quais construíram considerável patrimônio. Não abriram mão também do trabalho indígena, proveniente de aldeados e escravos, e do trabalho dos negros de África. Acredito que o poder assumido foi tolerado e até encorajado pela Coroa portuguesa, em decorrência de sua atuação na organização da gente da terra nos aldeamentos, tão fundamentais para a segurança e expansão das fronteiras portuguesas.

Numa estratégia política simultaneamente missionária e colonizadora, de começo conflitante ao confrontar a relação de “autonomia” municipal do reinol (cidadão, religioso ou civil, proprietário de terras e de bens, mas sobre cujas rendas pesavam os tributos patrimonialistas do Estado); de “liberdade” do índio cristianizado e aldeado (“cidadão” sob tutela da Coroa e a cargo do jesuíta); e ainda, a de escravidão do negro (degradado no trabalho cativo rural ou doméstico, mas o verdadeiro sustentáculo do empreendimento mercantil colonial), foram sendo edificados os primeiros núcleos propriamente urbanizados do Brasil, nos pontos considerados política e economicamente estratégicos do seu vasto território, de preferência ao longo da costa, em elevações situadas junto a embocaduras de rios, enseadas ou baías. Esta estratégia se revelaria impiedosa para com os índios hostis ao processo colonizador, deslocados da costa para o sertão, a fim de que o espaço litorâneo fosse preservado aos aliados de Portugal. (CARVALHO, 2002, p. 51-52).

Sede do governo colonial, a cidade de Salvador foi escolhida sabiamente também como a célula *mater* da Companhia de Jesus no Brasil. Nestes primórdios os jesuítas já tinham conhecimento da relevância de sua presença e da importância de suas estruturas como polos de atração e de densificação do tecido urbano. De acordo com informação do Pe. Luiz Cabral, não faltou razão ao Pe. Manuel da Nóbrega, quando ao contestar o governador sobre o lugar mais adequado para a implantação do Colégio da Bahia, usou das mesmas palavras empregadas pelo Pe. Simão Rodrigues ao discutir com D. João III, sobre o melhor local para a Casa de São Roque, em Lisboa: “Não se arreceie Vossa Alteza de ficar a casa fora da cidade; a cidade virá juntar-se ao redor da casa” (apud LEITE, 2006, tomo I/livro I/IV, p. 48). Nóbrega logo ordenou também que em cada uma das capitanias se fizesse “casas para

recolher e ensinar os meninos dos gentios e também dos cristãos”¹¹⁶ (NÓBREGA, 2006, p. 65).

O ano de 1551 é marcado pela visita de Tomé de Souza a costa brasileira, em companhia do ativo Nóbrega e do Pe. Antônio Pires. Os padres aproveitam essa viagem para fiscalizar as obras das ‘casas’¹¹⁷ já iniciadas, e para autorizar a construções de novos edifícios em pontos estratégicos do litoral brasileiro. Como parte integrante desta lógica urbanizadora, na conquista progressiva da colônia brasileira ao norte e ao sul, a Companhia de Jesus foi inicialmente dividida em seis Províncias Regionais¹¹⁸: Bahia (cabeça de rede), Pernambuco (distante da Bahia 300 léguas), Porto Seguro (distante 60 léguas da cidade de Salvador), Espírito Santo (distante 120 léguas da Bahia), Rio de Janeiro (distante 360 léguas da Bahia) e São Vicente (720 léguas da Bahia). (CARVALHO, 2002, p. 53).

No que diz respeito à estruturação, Araújo (2010, p. 50-51) destaca que, desde muito cedo, a construção em paralelo das instalações urbanas e rurais foram consolidando reciprocamente a ocupação do território. A autora chama a atenção para uma espécie de paradigma desse processo, que se inicia pelas construções em taipa e terra cobertas de palha, e que progride para a pedra e cal e cobertura em telha.

Este aspecto é interessante, porque revela que a ocupação do espaço e a sua conversão em território também é “matéria”. O processo denuncia, ao mesmo tempo e sem contradição, por um lado a adaptabilidade para o uso das técnicas tradicionais e dos materiais disponíveis, e por outro o valor estético projetado para cada um deles. São recorrentes na documentação os discursos contra as casas cobertas de palha, que se deviam mudar para garantir o aspecto civilizado das povoações. Vários religiosos reagem de maneira similar às rudes capelas em que tinham de celebrar. Atribui-se a um dos primeiros bispos enviados para o Brasil uma frase emblemática: “para Sé de palha, bispo de papelão”! (ARAÚJO, 2010, p. 51).

Os jesuítas não fugiram a essa regra e segundo Bazin (1956, p. 68), foram os primeiros a iniciarem suas edificações com material mais resistente, o que não tardou a ser copiado pelas demais ordens religiosas. Quase sempre, no momento em que chegavam a um sítio, os padres erguiam o abrigo simples descrito por Araújo (2010), feito de madeira ou taipa de mão,

¹¹⁶ Correspondência enviada de Pernambuco por Nóbrega, em 11 de agosto de 1551, ao Pe. Provincial Simão Rodrigues, em Lisboa.

¹¹⁷ Segundo Carvalho (2002, p. 154), as primeiras casas dos jesuítas no Brasil – também denominadas de escolas de ler e escrever, de contar e de doutrinar – foram de ensino elementar, onde se ensinava as primeiras letras, as operações aritméticas, o catecismo e um pouco de dança, música e teatro.

¹¹⁸ Apenas dois anos após a viagem dos jesuítas com Tomé de Souza, Inácio de Loyola cria a Província da Companhia de Jesus no Brasil, e nomeia o Pe. Manuel da Nóbrega como seu primeiro Provincial, tendo o Pe. Luís da Grã como seu colateral.

e coberto com palha. Esse abrigo inicial servia como base, para que os padres encontrassem o local mais apropriado para a construção definitiva. E, como era de se esperar, o superior dos jesuítas no Brasil, também endossou o caráter de fragilidade e pouca duração dos materiais e das técnicas tradicionais da terra, para garantir recursos que viabilizassem a construção à altura do edifício que viria a ser o centro da província loyolista no Brasil.

A nossa igreja, que fizemos, cai-nos, porque é de taipa de mão e de palha; agora ajuntai estes senhores mais honrados que nos ajudem a repará-la, até que Deus queira dar outra igreja de mais dura. Se a V^a R^a parecer bem, fale nisto a El Rei, senão os Padres, que vierem, farão outra que dure outros três anos¹¹⁹. (LEITE, 1940, p. 26).

Segundo Bazin (1956, p. 89) e Carvalho (2002, p. 83), com o propósito de se construir edifícios duráveis, a Assistência de Portugal envia ao Brasil, já no ano de 1577, o Irmão Francisco Dias, considerado patrono da arquitetura no país. Smith (2012, p. 99) chega a admitir que grande parte da arte tradicional portuguesa no Brasil se deve a ação da Companhia de Jesus, já que “em muitos lugares ao longo da costa brasileira, do delta amazônico, no Norte, à distante região do Rio Grande do Sul, membros dessa Companhia foram os primeiros construtores, escultores e pintores” (SMITH, 2012, p. 99).

Após alcançarem um vertiginoso crescimento ainda nos primeiros anos que sucederam à aprovação da Ordem, os padres da Companhia de Jesus, reunidos na I Congregação Geral de 1558¹²⁰, admitem, como bem ressalta Martins (2000, p. 19), a necessidade de criação das primeiras normas oficiais que deveriam ditar a construção dos novos edifícios. Ficaram assim definidas, ainda que em caráter genérico, que as novas construções deveriam tanto atender às funções de habitação, como aos exercícios dos ministérios apostólicos. Deveriam ser fiéis aos critérios higiênicos, de funcionalidade e de solidez, e, principalmente, respeitar as normas de pobreza religiosa, que primava pela eliminação de toda forma de suntuosidade ou estilo requintado. O programa construtivo dos jesuítas na colônia obedecia também a distribuição em quadra (Figura 11), ou seja, em locais articulados em torno de um pátio central, “com quatro partes distintas de utilização destinadas, respectivamente, ao culto religioso, ao ensino e ao trabalho, à residência e à subsistência” (CARVALHO, 1994, p. 47).

¹¹⁹ Carta do Pe. Manuel da Nóbrega, enviada da Bahia a 10 de julho de 1552, ao Provincial de Portugal, Pe. Simão Rodrigues. É interessante notar que estas primeiras construções jesuítas tinham, a grosso modo, a mesma durabilidade de uma habitação indígena, conforme atesta Sousa (1587, p. 303), ao afirmar que os índios “não vivem mais nesta aldeia, que enquanto lhes não apodrece a palma das casas, que lhes dura três, quatro anos.”

¹²⁰ Esta Congregação tinha por objetivo principal a eleição para o cargo de Preposto Geral, ao qual passou a ocupar o Pe. Diego Laínez.

Figura 11 – Distribuição em quadra comumente observada nas construções inacianas. Edifício do antigo aldeamento de Reis Magos em Nova Almeida, Espírito Santo. Fotografia de 1952.



Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja dos Reis Magos e Residência: Cx.0101, Pt.01, E.01, F. 42.348. Adaptada pela autora (2010/2017).

A partir daí, ficava oficialmente definida a fórmula geral do *Modo Nostro*, que seria ratificada em caráter definitivo no ano de 1668, pelo Geral Giovanni Paolo Oliva. Visando a garantia do cumprimento destas normas, os projetos dos edifícios da Companhia de Jesus passavam comumente pelo controle de um *consiliarius aedificiorum*, que assumindo o cargo de conselheiro técnico, auxiliava o Geral da Ordem na aprovação definitiva das novas construções.

[...], pode-se afirmar, que os jesuítas nunca tiveram na arquitectura “um estilo” propriamente dito, nem existem documentos na Ordem em que se faça referência a um estilo, desejável ou a ser adoptado ou a impor; que, pelo contrário, os jesuítas foram uma das Ordens mais “flexíveis”, tendo escolhido de se adaptar às situações históricas, às evoluções culturais e às condições da sociedade. (PATETA, 2001, p. 39).

De acordo com Bazin (1956, p. 80), as obras dos jesuítas espalhadas pelos quatro continentes apresentavam um nítido caráter de unidade, ocasionado pelas normas impostas pelo centro de ação, em Roma (*Modo Nostro*), e pelo estabelecimento dos tipos construtivos mais adequados a cada uma das províncias. Ressalta que a necessidade de aprovação por parte do *consiliarius aedificiorum* e do Geral, gerou até o findar do poderio jesuíta uma maior observância de determinados princípios construtivos. Porém, sem o despotismo central sustentado por alguns estudiosos durante muito tempo. O centro jesuíta romano, ao contrário, tolerou e encorajou algumas variações determinadas pelas tradições de cada local, como é o

caso da igreja com três naves¹²¹ — ou uma nave e duas alas —, admitida em países nos quais esta alteração era bem recebida pelos fiéis.

[As *Constituições*] dizem respeito às coisas imutáveis e que se deve observar por toda parte, mas algumas outras ordenações são necessárias que se poderão adaptar aos tempos, aos lugares e às pessoas, nas diferentes casas, diferentes colégios e para os diferentes usos da Companhia, mantendo a uniformidade entre todos, na medida do possível. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 91).

Lucio Costa (1941, p. 10) atesta que apesar das mudanças de forma, de material e de técnica, a arte dos jesuítas não é vazia de sentido, já que o “espírito” da Companhia sempre se fazia presente. Essa marca jesuíta, segundo ele, se sobressai à experiência e à moda; e é essa presença irreduzível, “ora perdida no conjunto da composição, ora numa ou noutra particularidade dela”, que sustenta o verdadeiro “estilo”¹²² dos padres da Companhia. O autor defende que essa maleabilidade construtiva era proveniente do caráter de ordem nova, livre dos compromissos com as tradições monásticas medievais, que contava com uma situação favorável para se deixar impregnar por preceitos mais modernos.¹²³ E, segundo Smith (2012, p. 99), como ordem nova e militante, os inicianos rapidamente desenvolveram um triplo papel na colônia:

Os primeiros sacerdotes, dirigidos pelo padre Manoel da Nóbrega, dedicaram-se logo à conversão dos índios. Com esse propósito, fundaram vilas chamadas “aldeias de índios”, primeiro na região da Bahia, ao redor da nova cidade de Salvador, depois em outras capitânicas da costa. Como a educação era parte essencial da conversão dos índios, os jesuítas tornaram-se os primeiros mestres-escolas do Brasil colonial. Cedo ampliaram essa tarefa, incluindo a segunda de suas grandes responsabilidades, a educação dos

¹²¹ Como ocorreu nos exemplares brasileiros de Anchieta, antiga Reritiba, no Espírito Santo e São Pedro da Aldeia, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro.

¹²² Como bem enfatiza Costa (1941, p. 9), a defesa de alguns estudiosos quanto à existência de um “estilo jesuítico”, para designar as obras religiosas compreendidas entre os séculos XVII e XVIII, é incorreta. Surgiu em decorrência do fato da ação da Companhia de Jesus ter se iniciado em fins do Renascimento, quando o Barroco já começava a deixar as suas marcas. Assim, o surgimento do Maneirismo nada teve a ver com os inicianos, foi consequência do processo evolutivo normal pelo qual passou a arquitetura e a arte de uma forma geral. Bury (2006, p. 64) destaca também que, graças ao seu prestígio e suas habilidades, os inicianos se tornaram os principais expoentes da arte e da arquitetura brasileira durante os dois primeiros séculos de colonização. E por esta razão, ainda hoje existem autores que se referem ao “estilo jesuítico” para descrever as primeiras obras erguidas no país, tanto as de origem jesuíta, como as de outras ordens religiosas.

¹²³ Porém, Costa (1941, p. 10) chama a atenção para o fato da modernidade post-renascentista e barroca ter sido muito mais sentida no nível internacional – Europa e países hispânicos-americanos, onde a atividade dos padres não foi interrompida e o ciclo do barroco pôde assim ser completo – do que brasileiro, visto a suspensão da ação jesuíta ocasionada pela expulsão da Ordem da Província Portuguesa e de suas colônias. Destaca os monumentos brasileiros como sendo os representantes mais antigos do que nos foi delegado, estando, desta forma, ainda muito impregnados pelo maneirismo severo da Contra-Reforma.

filhos dos colonizadores portugueses e das famílias negras e mulatas. Com esse intuito, começaram a fundar, no século XVI, uma série de colégios nas cidades do litoral e num centro do interior, São Paulo. A terceira obrigação assumida pelos jesuítas era a preparação de jovens para o sacerdócio. Amparada, no desempenho dessas funções, por subvenções reais e por generosas contribuições do povo, a Sociedade de Jesus constantemente se expandiu até o ano de sua expulsão, em 1759. Na metade do século XVIII, o atual estado da Bahia, primeiro centro de atividades dos jesuítas, possuía um noviciado, um colégio e dois seminários laicos. Eram todos rivalizados, em tamanho, por estabelecimentos similares no Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão e São Paulo. (SMITH, 2012, p. 99).

As ações praticadas pelos soldados de Cristo vão muito além da atuação junto aos índios, da estruturação dos aldeamentos, da prática da catequese e do ensino, e da preparação da vida religiosa. Além do já citado engajamento político, os padres souberam tirar o proveito necessário da diplomacia — impressa, por exemplo, na criação de confrarias e, mais uma vez, na prática das confissões a pessoas ligadas diretamente ao poder —, de modo a assegurar tanto a proteção real, quanto as boas relações com os devotos, que prestavam preciosos auxílios à manutenção material da Ordem. Zeron (2011, p. 313-314) salienta o poder investido aos confessores jesuítas na Europa, claramente expresso pela influência que podiam ter sobre os soberanos e por sua participação nas deliberações do Conselho de Estado, diretamente ou por intermediário, durante os mais dois séculos em que os mesmos estiveram vinculados ao Estado português. Enquanto que na América, “os jesuítas participaram diretamente das juntas que legislavam sobre as questões de política indigenista” (Ibid., p. 315). Já no que diz respeito à economia colonial,

Os inicianos demonstraram em muitos momentos uma hábil administração dos negócios, controlando e gerenciando uma estrutura complexa e diversificada que incluía o cultivo de terras, os canaviais, o controle dos trabalhadores assalariados e da mão-de-obra escrava, a compra de materiais para equipar as propriedades e o escoamento da produção, dentre outras preocupações. Os bons resultados de algumas propriedades revelam que os religiosos souberam trabalhar e adaptar-se às estruturas coloniais, adequando os recursos naturais e a força de trabalho à produção. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 435).

Como ressalta Castelnau-L’Estoile (2006, p. 58), à época da visita do Pe. Christóvão de Gouvêa e de seu companheiro e secretário Pe. Fernão Cardim, realizada entre os anos de 1583 e 1590, os jesuítas da Província do Brasil não haviam ainda iniciado a exploração direta da cana-de-açúcar. Limitavam-se apenas em comercializar o açúcar, visto que uma parte das dotações reais recebidas pelos padres era constituída por vantagens fiscais sobre o comércio

desse produto. Como dotação para o Real Colégio de Pernambuco, foi estipulada a quantia de 1000 ducados, pagos em dízimos ou em impostos sobre o produto. Segundo Carvalho (2002, p. 134-135), os inacianos tinham por obrigação vender estes pães de açúcar como se fossem produtos de suas terras, o que lhes possibilitou a garantia de lucro dobrado com a revenda mais cara do produto a Portugal.

Para Cardim e Gouvêa, parece claro que os jesuítas devessem se engajar na economia açucareira para garantir a sobrevivência da província e aliviar de dívidas os colégios. No mesmo sentido, a posse de escravos pela Companhia não parecia perturbar o visitador, e seu companheiro dá o número exato das “gentes de serviço” de cada colégio [...]. As opiniões “econômicas” de Gouvêa são seguidas de efeitos, uma vez que em 1590 o geral Aquaviva dá uma autorização ao colégio da Bahia para cultivar cana-de-açúcar. Pode-se comparar o engajamento dos jesuítas brasileiros na economia local ao dos jesuítas da província da Índia autorizados a se lançar no comércio da seda nos mesmos anos. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 59).

Tanto Castelnau-L’Estoile (2006), quanto Carvalho (2002, p. 135), concordam que as vantagens obtidas em Pernambuco acabaram por estimular a produção direta da cana pelos inacianos e a formação dos engenhos jesuítas, que representavam, juntamente com as fazendas de gado e demais unidades de produção, as principais engrenagens que permitiram à Companhia de Jesus a garantia de manutenção e desenvolvimento de sua estrutura colonial.

Afora a atuação destacada nos âmbitos político e econômico, os jesuítas desenvolveram um papel essencial em relação à medicina e higiene coloniais. Os colégios exerciam primordial assistência farmacêutica e hospitalar junto à população, tanto no que dizia respeito à fabricação, cessão ou venda de medicamentos, como no refúgio aos necessitados nos casos de epidemias.¹²⁴

Cabe aqui salientar também a importância das livrarias, comumente denominadas bibliotecas, para as funções de ensino dos colégios. Segundo Serafim Leite (2006, tomo V/livro I/IV, p. 94), à época da expulsão, a biblioteca do Real Colégio de Salvador, que contava então com aproximadamente 15.000 livros, era ainda a mais importante da colônia. Conforme já visto, as províncias ultramarinas representavam para os jesuítas uma chance única de acumular e desenvolver informações novas e preciosas no domínio do saber, difundindo-as, sobretudo, em suas cadeiras de matemática, geografia e história natural.¹²⁵

¹²⁴ A respeito das funções assumidas pelos jesuítas na colônia brasileira, ver Bazin (1956, p. 99), Carvalho (2002, p. 93-94) e, principalmente, Leite (2008).

¹²⁵ De acordo com informação de Castelnau-L’Estoile (2006, p. 425), as redes de saber jesuíta possuíam no século XVII, os mais ricos gabinetes de curiosidades da Europa.

A ação jesuíta praticada sobre os espíritos é exaltada pela importância dada ao teatro¹²⁶, como disciplina inserida em seu método pedagógico e principalmente, como um dos seus principais — senão o principal — instrumentos de persuasão. De acordo com o público a atingir, variavam os temas — nas aldeias, os mais comuns eram relacionados aos verdadeiros “mistérios”, que atualizavam para os gentios as verdades dos santos e do cristianismo; nos colégios, além desses, escolhiam-se também comédias e tragédias —, e as línguas, onde comumente eram empregados o latim, o português ou o tupi-guarani. “Pouco faltou para que os jesuítas transformassem as próprias igrejas em teatro, não fossem as proibições formais vindas de Roma” (BAZIN, 1956, p. 79).

As ações desenvolvidas pelos inicianos nas esferas temporal e espiritual prosseguiram ininterruptamente por mais de dois séculos. O século XVIII, porém, imprimiu alguns infortúnios à primazia dessas atividades. Como bem ressalta Assunção (2004, p. 145), o período áureo dos jesuítas, concentrado entre os séculos XVI e XVII, foi perdendo parte de seu antigo poderio ante a concorrência com outras ordens religiosas e, principalmente, ante o desenvolvimento da sociedade secular. Apesar disso, apenas dez anos antes da expulsão, os jesuítas da Assistência portuguesa contavam com 22.589 membros dispersos pelas 39 províncias e vice-províncias que abrangiam 669 colégios, 176 seminários, 61 noviciatos, 24 casas professoras e 608 missões. (ALDEN, 1996, p. 17).

3.1.2 Os colégios e as casas

Portugal foi o primeiro país a patrocinar, antes mesmo da Espanha, a Companhia de Jesus, conforme visto. Segundo Carvalho (1994, p. 38) e Franco (2006, p.89), após habitarem em lugares provisórios, os primeiros jesuítas instalaram-se no mosteiro de Santo Antão, o Velho, em Lisboa. Sendo doado à Companhia de Jesus no ano de 1542, este mosteiro constituiu a primeira “casa” que a Ordem teve como própria em todo o mundo desde a sua fundação. Nesse mesmo ano, o Pe. Simão Rodrigues funda em Coimbra o primeiro estabelecimento de formação, com o nome de Colégio de Jesus. Esse edifício foi palco de uma importante mudança ligada ao ensino. Antes voltado apenas aos escolásticos da Ordem,

¹²⁶ Segundo Flexor (2012, p. 133), depois da Idade Média foi o teatro jesuíta que exerceu grande influência no mundo católico ocidental e oriental. Isso ocorreu, em grande medida, por ter a ação desses religiosos coincido com o desenvolvimento do paradigma do barroco que em sua gênese incentivava o teatro de ópera. Foi a Companhia de Jesus que introduziu a prática do teatro no Brasil. Associada à catequese dos índios, a prática realizada nos adros, com igrejas compondo o pano de fundo, estava em acordo com a “composição de lugar” que já aparecia nos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola.

transformou-se rapidamente em estabelecimento aberto também aos leigos da sociedade portuguesa¹²⁷. Como salienta Marques (2001, p. 515), o Colégio das Artes integrado na Universidade de Coimbra, possuía onze cadeiras públicas: gramática, latinidade, humanidades e retórica; grego e latim; quatro disciplinas ligadas à filosofia, nas quais eram ensinadas as ciências naturais, e uma cadeira de matemática. Para os eclesiásticos da Companhia, acrescentavam-se mais duas cadeiras de teologia moral, três de especulativa e uma de Sagrada Escritura.

O Colégio de Jesus ou Colégio das Artes de Coimbra, assume ainda o papel de matriz dos missionários pertencentes a Assistência de Portugal, exercendo a função de preparar os religiosos para a arte missionária nas colônias de além-mar, “através do exercício sistemático do apostolado, da catequese e do ensino, e sempre mantendo os princípios decorrentes das Constituições e das práticas utópicas” (CARVALHO, 2002, p. 42-43).

As atividades no Colégio de Santo Antão de Lisboa, iniciaram-se em 1553, sendo a nova sede, chamada Santo Antão, o Novo, inaugurada em 1593. Como enfatiza Leitão (2007, p. 27), desde muito cedo já haviam notícias de aulas relacionadas a assuntos científicos, especialmente cosmografia e astronomia. O aparecimento dessas matérias científicas, segundo o autor (Ibid., p. 40), sobretudo o ensino da matemática, já eram previstos nas *Constituições*. Sem aprofundar o conteúdo, o texto de Loyola previa, entretanto, que nas universidades da Companhia se ensinassem ciências naturais, lógica, física e matemática, o que consistia uma novidade, em especial ao que propunham as demais ordens religiosas.

Essas primeiras iniciativas de ensino, tanto em Coimbra, como em Lisboa, aprimoraram suas práticas com a entrada em vigor da *Ratio Studiorum*. Tendo sido elaborado em versões sucessivas desde 1586 até sua versão definitiva em 1599, este celebra, verdadeiro diretório da educação e do ensino dos jesuítas, surgiu a partir do livro das *Constituições*. Dentre as dez partes que formavam esse livro, foi a quarta – parte mais detalhada e extensa, na qual estavam explicitados os princípios para a organização dos colégios – que originou este guia jesuíta de ensino (MARQUES, 2001, p. 515). Como a correspondência epistolar, que como “coluna vertebral do corpo inaciano” (PRIMEIRAS, 2006, p. 14) assegurava o controle do centro em relação aos membros dispersos, a *Ratio Studiorum* passou a assumir uma função reguladora global, na medida em que funcionava como a “espinha dorsal da

¹²⁷ A primeira escola pública da Companhia aberta a alunos seculares, segundo Franco (2006, p. 89), foi instituída em 1544, quando os jesuítas aceitaram a direção do Colégio de São Paulo em Goa.

educação jesuíta” (LEITÃO, 2007, p. 40). Na prática, porém, o documento assegurava bastante espaço de manobra para cada professor ou cada escola.

O sistema jesuítico, diz Gilberto Freire, talvez tenha sido a força mais eficiente de europeização técnica, cultural, moral e intelectual que se exerceu sobre as populações indígenas. [...] concorrendo com outras ordens religiosas, mas com maior amplitude, graças à eficácia dos métodos advindos de sua organização profundamente centralizada e da disciplina militar da Companhia, tomaram para si o encargo de não só difundir a religião, mas fazer o mesmo com o ensino, em todos os níveis. (BAZIN, 1956, p. 78).

O forte vínculo estabelecido entre a Coroa portuguesa e os soldados de Cristo foi fundamental ao empreendimento brasileiro, na medida em que, amparado por uma estratégia que comportava simultaneamente colonização e missionação, possibilitou que fossem sendo fundados os primeiros núcleos propriamente urbanizados do país. Essas primeiras povoações, conforme já visto, surgiram como centros jurídico-administrativos regionais irradiadores de aldeamentos e vilas, nos pontos considerados política e economicamente mais estratégicos do vasto território colonial. A Bahia, cujo porto ocupava um lugar central em relação às demais capitanias, com o estabelecimento da centralização administrativa torna-se a sede do governo colonial.

Segundo Zeron (2011, p. 56), a chegada de Tomé de Souza ao Brasil é, ela própria, reveladora da orientação política que passaria a vigorar na colônia, visto que nos navios da frota encontravam-se as três principais forças políticas que configurariam a partir de então a nascente sociedade colonial brasileira: os funcionários da administração régia, os numerosos colonos e os missionários jesuítas.

Ora, se lembrarmos que a centralização do Estado português nas mãos do monarca é um processo relativamente recente e ainda não concluído, isto é, que o rei é apenas *primus inter pares* e que a sociedade portuguesa ainda se rege largamente por regras senhoriais; se levarmos em conta o voto de obediência especial ao papa emitido pelos jesuítas; se considerarmos, enfim, os interesses financeiros dos investidores particulares, poderemos compreender até que ponto esses três atores, representados pelo missionário jesuíta, pelo funcionário da administração régia e pelo *morador*/colono, vão confrontar-se ou se aliar, de acordo com as circunstâncias. (ZERON, 2011, p. 56-57).

Dos colonos, sempre em número reduzido se comparado à imensidão da colônia, se esperava menos o povoamento das novas terras e mais a criação das bases materiais que trouxessem futuros rendimentos a Coroa. Dos funcionários da administração régia, mais

diretamente do governador, “que dizia querer o mundo inteiro para Sua Alteza” (HOLANDA, 1968, vol. 1, p. 132), se esperava que cumprisse ao pé da letra o que constava no Regimento que lhe foi entregue. Dos missionários esperava-se que fossem firmadas as verdadeiras bases que garantiriam a efetivação de todo o empreendimento pretendido pela Coroa no Brasil.

Integrados, assim, à nova política de gestão do território, os soldados de Cristo já informavam, quinze dias após a chegada do Governo Geral e em sua primeira correspondência ao centro da Ordem, o início da missão junto aos índios e colonos, assim como o funcionamento da sua primeira escola: “eu prego ao Governador e a sua gente na nova cidade que se começa, e o Padre Navarro a gente da terra. [...] O Irmão Vicente Rijo¹²⁸ ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever”¹²⁹ (NÓBREGA, 1988, p. 72).

Fundada a cidade de Salvador, sede da Capitania da Bahia e capital do Governo Geral colonial, os jesuítas iniciaram imediatamente o processo de assentamento da Companhia de Jesus no Brasil. Na continuação de sua primeira carta, Nóbrega informa que Tomé de Souza tratava já de um bom vale bem servido de águas para a instalação da ‘casa’, onde os padres pudessem fazer seu valhacouto, e dali “combater todas as outras partes” (Ibid., p. 78). Salvador era assim escolhido centro de ação da Companhia em território brasileiro.¹³⁰

O que se infere desses começos é a ideia de ordenar e monumentalizar a cidade pelo poder da Igreja e do Estado e que o colégio dos jesuítas foi peça fundamental nesse processo. Salvador era o ponto de referência do Reino para a Colônia. [...] em cerca de setenta anos a cidade se desenvolvera, à maneira de Lisboa, obedecendo a um plano que acusava duas origens: uma medieval da cidade colocada no alto e cercada por muralha, defendida por fortes; e outra renascentista, a da cidade-porto da expansão mercantilista. A muralha que a cercava perdera, em parte, o sentido de confinamento medieval. O casario civil e os primeiros edifícios públicos e religiosos [...] estão destacados em largos e dividindo com a configuração do terreno o comando do traçado das ruas. As Portas de Santa Luzia e de Santa Catarina formam o eixo de comunicação predominante, ao longo do qual se alinham o Mosteiro de São Bento, a Igreja da Ajuda, as Casas do Governador, de Câmara e Cadeia e da Relação, a Sé, a Misericórdia e o Colégio de Jesus. Em todas elas, o educandário dos jesuítas é posto em evidência como foco de atração maior no desenvolvimento urbano, quer em centralidade, quer em

¹²⁸ Ou Rodrigues, considerado o primeiro mestre escola do Brasil.

¹²⁹ Missiva enviada por Nóbrega ao Pe. Simão Rodrigues de Azevedo, provavelmente de 15 de abril de 1549. A carta não traz a indicação do dia, mas na correspondência que a sucede o contexto indica que se tratava de uma segunda-feira, 15 de abril.

¹³⁰ Ainda em 1549, construíram ao sul, intramuros, nas proximidades da Porta de Santa Luzia e da Casa da Relação, a casa-ermida de Nossa Senhora da Ajuda. Essa casa foi cedida ao primeiro prelado do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, para instalação da sede provisória do Cabido da Bahia. Os padres foram então primeiramente para a sua aldeia no monte Calvário, para depois passarem a ‘casa’ do Terreiro de Jesus. (CARVALHO, 2002, p. 72).

inserção perimétrica, como previra Nóbrega. (CARVALHO, 2002, p. 63-64).

Oliveira (1988, p. 31-33) salienta que tão importante era o papel dos colégios nos núcleos urbanos que comumente aos adros situados defronte ao complexo arquitetônico formado por igreja, colégio e residência, era empregada a designação de pátio do colégio. O mesmo se repetia com as estruturas de defesa situadas nas proximidades desse edifício. No Espírito Santo, duas das cinco fortalezas construídas em 1726, tiveram seus nomes ligados ao Colégio de Santiago: São Tiago e Santo Inácio, essa localizada ainda em terras pertencentes ao mesmo. Segundo Reis Filho (2000, p. 187), os pátios situados em frente aos complexos religiosos se transformavam em pontos de reunião pública e comércio, enquanto que as sacristias, na maioria dos casos, sediavam as reuniões políticas locais. Mas, como atesta Oliveira (1988, p. 33), é também o colégio o lugar da efetivação da rede econômica que os jesuítas conceberam, “é o pólo de concentração do poder decisório, a sede do poder regional da Companhia de Jesus”.

De fato, assim como nas outras províncias, no Brasil o colégio ocupava o centro dispositivo da Companhia, era fruto de uma evolução iniciada desde os primeiros anos de existência da Companhia, embora não estivesse no projeto original do fundador. [...] Contudo, uma demanda social muito forte orientou rapidamente a jovem Companhia para as tarefas de ensino, o que acarretou sua fixação em alguns lugares onde foram criados colégios que a Companhia tomou a seu encargo. Essa sedentarização, bem como o extraordinário crescimento do número de seus membros, obrigou igualmente a Companhia a ter que assegurar sua independência econômica de outra forma além das “esmolas”, que se revelavam insuficientes no novo contexto. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 52).

O colégio era, assim, conforme já visto, um estabelecimento especializado no ensino, destinado em parte aos estudantes externos à Companhia e provido de recursos próprios que lhe garantissem sua autonomia econômica. Segundo Leite (2006, Tomo IV/livro III/II, p. 167-168), já nas *Constituições* da Ordem estava previsto que só os Colégios e casas de formação poderiam possuir bens próprios, de cujos rendimentos se sustentariam. “Nenhuma Aldeia possuía bens separados dos Colégios a que estava anexa. E todas concorriam para aquele comum”. O Colégio da Bahia, como centro da província brasileira, era economicamente o mais rico, recebendo, em 1585, três mil ducados de renda anual (contra 2500 recebidos pelo Colégio do Rio e 1000 de Pernambuco), e apresentava características que possivelmente, como atesta CASTELNAU-L’ESTOILE (2006, p. 52), que poderiam fazer frente aos grandes colégios europeus:

[...] residem nelle de ordinario sessenta; sustentam-se bem de alimentos, carne e pescados da terra; nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos; vestem e calçam como em Portugal; estão bem aparelhados em uma lição de Theologia, outra de casos, um curso d'artes, duas classes de humanidades, escola de ler e escrever.¹³¹ (CARDIM, 1978, p. 176).

Por estes anos de 1585, a Companhia já contava com as terras de Camamú que, nos dizeres do Pe. Fernão Cardim, se fossem bem povoadas “poderam sustentar todos os collegios desta provincia e ainda fazer algumas caridades, máxime de assucar a esta provincia; mas como agora está, rende pouco ou nada” (CARDIM, 1978, p. 179). A preocupação com o domínio da terra ante a ameaça das mesmas tornarem-se devolutas, vai bem em acordo com a opinião do padre das *Advertencias*¹³², documento, aliás, produzido, ao que tudo indica, à mesma época da visita de Cardim. Nesse mesmo período os inicianos já haviam se implantado em oito centros de povoamento português, estendendo seu domínio de Norte a Sul no território brasileiro: Olinda em Pernambuco, Salvador na Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente e Piratininga, essa última sendo a única localizada mais ao interior das terras. Dos oito centros, apenas três eram colégios. Salvador, no centro, Pernambuco ao Norte e Rio de Janeiro ao Sul. O restante eram casas professoras, dependentes dos seus respectivos colégios. Dependência essa que, segundo CASTELNAU-L'ESTOILE (2006, p. 51), evidencia que os colégios eram os centros da vida jesuíta. As residências de Ilhéus e Porto Seguro eram satélites do Colégio da Bahia, enquanto que, ao Sul, Espírito Santo, São Vicente e Piratininga dependiam do Colégio do Rio de Janeiro.

O florescimento da Companhia de Jesus na vinha brasileira deveu-se muito ao homem escolhido por D. João III para firmar as bases de sua nova linha de orientação política. Homem que deveria ser, ao mesmo tempo, chefe militar e competente administrador, e que viabilizasse a tão preciosa unidade que poderia salvar o destino português nesta grandiosa colônia.

[...] o monarca só então teve a consciência de que a marcha histórica do Brasil se orientava para o sul do território, na direcção da capitania de S. Vicente, onde na terra de Piratininga se estavam levantando os caboucos de uma grande cidade e onde os padres da Companhia de Jesus erguiam uma notável obra de evangelização. A Baía e Pernambuco, como portas de entrada, constituíam as defesas naturais desse vasto continente onde Portugal

¹³¹ Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuíta, realizada em 1585.

¹³² O manuscrito jesuíta *Algumas advertencias para a provincia do Brasil*, exposto em tópico anterior.

estava criando raízes. A ocupação definitiva das capitâneas do Sul não somente acabava com a ameaça dos corsários, como viria a conceber ao Brasil a sonhada unidade territorial. (SERRÃO, 1965, vol. 1, p. 63-64).

Mem de Sá foi o homem escolhido por D. João III, que logo encomendou ao novo governador que cuidasse logo dos franceses, para logo “pôr esta ladroeira fora deste Rio. E falecendo el-rei neste conflito, sucedendo no governo a rainha D. Catarina, sua mulher, [...], sabendo da vontade de S. A., escreveu ao mesmo Mem de Sá, que com a brevidade possível fosse a este Rio e lançasse os franceses dele” (SOUSA, 1587, p. 104). O problema do aproveitamento da terra da banda sul, para Serrão (1965, p. 64), passou então a ser encarado de frente pelo Estado português.

O terceiro governador geral voltou primeiramente os olhos para o Espírito Santo. Em correspondência de 1 de junho de 1558, enviada a Regente D. Catarina, salienta a necessidade da fundação de uma cidade que centralizasse a administração do Sul.

Parece-me que V. A. devia de tomar esta terra a Vasco Fernandes e logo mandar a San Tome, e dar aos homens ricos que para ca querem vir as onrras que pedem e embarcação e mandar alguns a esta capitania, outros ao Espírito Santo e conceder preuilegios de nouo inda que esteem jaa no foral aos que ca quiserem vir, eu irei assentar outra cidade la e me parece cõ a ajuda de Deos que em pouco tempo a ei de fazer tal como esta do Saluador, a outra sera do Espírito Santo: asi segurarsea a terra de todo do gentio, e dos francês: os quaes esta muito certo que em podendo hão de uir fazer salto ahi, e mais são para arecear. (CARTA do Governador Mem de Sá, 1558 in Serrão, 1965, vol. 2, p. 34).

O plano para o Espírito Santo não foi adiante. As qualidades estratégicas do Rio de Janeiro já eram bem conhecidas pela Coroa portuguesa. Além disso, segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 107-108), pelo que se tinha conhecimento, Villegagnon objetivava estabelecer novos entrepostos comerciais na banda sul, pois já havia, inclusive, enviado uma esquadra de exploração ao rio da Prata. Todos estes fatores pesaram a favor da escolha do Rio de Janeiro. Escolha essa para a qual se inclinava também a opinião inaciana. Em carta de 2 de setembro de 1557, enviada da Bahia ao Pe. Miguel de Torres, Nóbrega ao citar as dificuldades impostas à São Vicente e a resistência dos Tamoios que se mantinham rebeldes à submissão, já aconselhava o povoamento do Rio de Janeiro, “como sempre se desejou, e se se pretendesse nesta terra senharear os índios, como melhor pudessem. Se nisto se não provê com brevidade a mim me parece que aquela Capitania se perderá” (LEITE, 1940, p. 71). Na correspondência enviada em 1560 ao Infante Cardel D. Henrique, o Pe. Manuel da Nóbrega novamente insiste

na necessidade de se povoar o Rio de Janeiro e de se erguer na região o que viria a ser a cabeça de rede da banda sul:

Parece muito necessario povoar-se o Rio de Janeiro e fazer-se nelle outra cidade como a da Bahia, porque com ella ficará tudo guardado, assim esta capitania de S. Vicente como a do Espírito Santo, que agora estão bem fracas, e os francezes lançados de todo fóra, e os Indios se poderem melhor sujeitar, e para isso mandar mais moradores que soldados, porque doutra maneira póde-se temer com razão. (NOBRÉGA, 1988, p. 227).

O apelo de Nóbrega se sustentava pela constatação de que a vitória alcançada por Mem de Sá em 1560 não significou a interrupção da frequência de barcos franceses na região, visto que logo retomaram a antiga prática de não constituição de qualquer forma de estabelecimento permanente. Franceses e, principalmente, os seus aliados tamoios mantiveram e intensificaram os ataques às capitanias vizinhas.

Porque saibais, caríssimos Irmãos, quão arreceiosos estamos aqui dos Franceses, dar-vos-ei conta de como uma não chegou aqui a este porto [Espírito Santo], a qual vinha resgatar e contractar com os Portuguezes, mas não era destes que cá estão no Rio de Janeiro, e ancorando na barra temeu a gente da povoação.¹³³ (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 236).

Para Abreu (2010, vol. 1, p. 105), os jesuítas viram a presença francesa no Rio de Janeiro como uma ameaça direta ao projeto missionário no Brasil. Da colônia e de Lisboa, os padres passaram a incentivar a retomada do controle luso no Rio de Janeiro, prestando o apoio ideológico necessário à ação bélica portuguesa. Ante a gravidade do quadro, Nóbrega e Anchieta partem a Iperoig, terra situada a 20 léguas de São Vicente, com a intenção de firmar uma aliança com os tamoios daquela região. Segundo Almeida (2013, p. 76), o episódio tão tratado pela historiografia, mais especificamente para engrandecer a atuação dos dois padres, merece uma reflexão mais aprofundada, por ser “o exemplo cristalino da inconstância das relações de aliança dos tupinambás e das motivações próprias que os levaram a assumi-las”.

O uso dos padres para a consecução de objetivos políticos próprios, aliás, era extensivo: os Tamoio de Iperoig aceitaram a embaixada de Anchieta de forma a ganhar os portugueses como aliados contra seus adversários tradicionais, os Tupiniquim de São Vicente. Aparentemente pouco inclinados a qualquer oposição segmentar, os Tupi vendiam a alma aos europeus para continuar mantendo sua guerra corporal contra outros Tupi.

¹³³ Carta escrita da Capitania do Espírito Santo, sem autoria e data.

Isso nos ajuda a entender por que os índios não transigiam com o imperativo de vingança; para eles a religião, própria ou alheia, estava subordinada a fins guerreiros: em lugar de terem guerras de religião, como os que vicejavam na Europa do século, praticavam uma religião da guerra. (CASTRO, 2002, p. 212).

É importante ressaltar, entretanto, que nesse jogo de exigências indígenas e recuos táticos dos padres, apenas o grupo de Iperoig firmou acordo com os portugueses, enquanto os demais tamoios do Rio de Janeiro mantiveram-se hostis e seguiram com os ataques. Motivada pela nova aliança firmada, a Coroa envia ao Brasil a expedição de Estácio de Sá, que tentou sem sucesso a instalação da nova cidade em 1564. A armada permaneceu por um ano em São Vicente, reunindo “os aprestos necessários e esteve-se aguardando a vinda dos índios Tupinaquins, que tinham feito a paz com os portugueses e cuja ajuda na luta contra os Tamoios era tida como bastante valiosa; mas recusaram-se depois a seguir na jornada, o que provocou atraso na partida” (SERRÃO, 1965, vol. 1, p. 108).

Estácio de Sá aportou novamente na Guanabara em 28 de fevereiro de 1565 acompanhado da frota na qual iam os jesuítas José de Anchieta e Gonçalo de Oliveira, portugueses, mestiços e diversas nações de índios que já há alguns anos se misturavam nas aldeias da Companhia. Seguiram-se vários conflitos, até que finalmente a paz foi alcançada, como visto, em 1567. Os franceses continuaram a incursionar pela região de Cabo Frio, de onde foram expulsos em 1615. O caráter religioso da guerra foi constantemente lembrado nos discursos dos inicianos, dos combatentes e nos apelos a São Sebastião, padroeiro da cidade. (ALMEIDA, 2013, p. 79).

Paradoxalmente, apesar de profundamente marcado pela guerra, como se procurou esclarecer no caso do Rio de Janeiro, todo o processo conquistador na América portuguesa evoluiu em torno de valores que enfatizavam a *pacificação*, justificada pelas autoridades portuguesas por um discurso embasado na religiosidade e legitimado pela participação jesuíta, transferindo para o elemento indígena as razões da motivação das ações militares empreendidas pelo Estado português. Assim, produziu-se uma imagem do nativo, distante da construção romântica do século XIX, enfatizando-se o fato de estarem “alevantados” sem nenhuma explicação clara, a não ser por seu “pouco entendimento”, ou pela atuação prejudicial de corsários. (MENDONÇA, 1991, p. 15).

Essa citada visão que colocava o índio inimigo numa posição de pouco entendimento ou de simples fantoches nas mãos de corsários estrangeiros é desmontada na narrativa do Pe. Simão de Vasconcelos que trata do contexto da guerra e das pazes em Iperoig:

Chegava-se o tempo de concluir o assento das pazes, entraram outra vez em conselho, presentes os padres. Aqui desabafaram então alguns dos anciãos, queixando-se de antigas mágoas. Diziam que os portugueses foram os primeiros que quebraram as pazes, firmadas de uma e outra parte, lhes fizeram guerra e os cativaram e tratavam, como bestas de carga: Vós outros, (diziam eles) quando nós começamos guerra contra timiminós, gente do Grande Gato, confiados na multidão de arcos de nossos inimigos, os ajudastes pelejando com eles contra nós, mas Deus no ajudou, e pudemos mais. Porem agora... E aqui calaram. Sabia mui bem o padre Nóbrega que tudo o que diziam era verdade. (VASCONCELOS, 1943, vol. 1, p. 92).

O trecho acima, bem como o precioso trabalho de Maria Regina Celestino de Almeida (2013), nos faz repensar o real papel dos índios na história geral do Brasil. Papel que ultrapassa as consagradas visões de inocência, inconstância, vontade fraca e remissa, e os coloca em pé de igualdade com os tão citados agentes da Coroa portuguesa. Indispensáveis ao sucesso do empreendimento colonial, os índios possuíam sim o conhecimento de sua importância e souberam negociar com jesuítas, colonos e com a própria Coroa, pelos contextos que melhor lhes conviessem.

3.1.2.1 O Real Colégio de Jesus do Rio de Janeiro

Vencida a guerra, estabelecida a povoação em local mais acomodado e criada a Capitania do Rio de Janeiro¹³⁴ “era preciso recompensar ou castigar os protagonistas e ao mesmo tempo garantir a soberania portuguesa na região” (ALMEIDA, 2013, p. 80). Segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 212), o processo de apropriação das terras da Guanabara iniciou-se antes mesmo da armada partir de São Vicente em direção ao Rio de Janeiro, quando Pedro Ferraz Barreto, locotenente de Martim Afonso de Souza, em cuja capitania ainda estava situada a região em questão, concedeu ao menos seis sesmarias aos expedicionários.

A primeira de que se tem notícia beneficiou Jorge Pires e seu filho Simão da Mota, que receberam em 2 de setembro de 1564, meia légua em quadra (1.089 ha) no rio Carioca [...]. Dois meses depois, Jorge Ferreira Bulhões, ex-capitão de São Vicente, e seu genro Domingos Garocho receberam “as terras que pedem, confinando com Jorge Pires, além da Carioca, indo direto à casa de pedra e cortando ao Pão de Açúcar, que está na barra, até sair à costa do mar”. [...] Também Pedro Martins Namorado e José Adorno obtiveram sesmarias; ficavam do outro lado da baía. (ABREU, 2010, vol. 1, p. 212).

¹³⁴ Tornando-se capitania pertencente à Coroa portuguesa, o Rio de Janeiro teve seu território separado de São Vicente e assumiu, a partir de então, como limites de sua região, Macaé ao Norte e Ubatuba ao Sul. (ALMEIDA, 2013, p. 80).

Estácio de Sá deu prosseguimento às doações quando aportou em definitivo no Rio, em 28 de fevereiro de 1565. Concedeu-as em nome de El-Rei e sem fazer referências ao donatário de São Vicente, o que para Abreu (2010, vol. 1, p. 213) seria mais um seguro indício de que a região da Guanabara à essa época já se reincorporara à jurisdição direta da Coroa. No total foram 60 doações, concedidas por Estácio entre julho de 1565 até o final de 1566, ano que marca o encerramento dos registros no primeiro livro de sesmarias, conforme consta em Araújo (1901). Mesmo sendo essas sesmarias somente ocupadas após a vitória alcançada em 1567, Abreu (2010, vol. 1, p. 214) acredita que “elas indicam claramente que grande parte do território que seria definido, logo a seguir, como termo (área de jurisdição) da cidade de São Sebastião, foi apropriado de *jure* quando a urbe ainda se localizava em seu sítio provisório, na entrada da barra”.

Em 1º de julho, o Pe. Gonçalo de Oliveira, que assumiu as atribuições de superior¹³⁵, tratava sobre as questões das doações com Estácio. “As terras que então, de comum acordo, reservaram para o Colégio do Rio, longe do arraial, nem os jesuítas as conheciam bem. Lá estava, Araribóia, para os informar” (LEITE, 1965, p. 335). Providos os cargos administrativos ainda no Cara de Cão, a sesmaria da Companhia foi devidamente registrada pelo escrivão Pero da Costa em 27 de novembro deste mesmo ano, englobando “huma ágoa que poderá estar desta cidade légoa e mea, a qual chamão Iguaçu, do nascimento delia até onde entra na Baya e o longo delia, digo, da Baya pera a banda do noroeste, cortando ao direito até huma tapera que se chama Inhaúma, outro tanto em quadra polia terra dentro”(CARTA da terra de Iguaçu, 1568 in ABNRJ, 1968, p. 59).

[...] tudo visto pello dito Sor Capitão-mor e avendo respeito ao proveito que se pode seguir acerca da República e ao serviço de Deos e d'El-Rey nosso Sor e por a terra se povoar lha deu ao dito Collégio de JHU deste Rio de Janr.º, declarando por seu despacho que do Rio pera a banda do noroeste, como em sua pitição pede até a tapera ao longo da baya e pera o sertão duas legoas, porquanto estava devoluto e em matos maninhos, não sendo já dada a outra pessoa primeiro, a qual terra está no dito lugar e tem a dita medida e parte pellas ditas confrontações como em sua pitição diz e a braça por que se medir será braça craveira .ss. a saber duas varas de medir por huma como se no Reino custuma de medir, o que tudo lhe deu e concedeo pella maneira abaixo declarada que hé sem outro algum foro nem tributo somente dízimo a Deos, com as condições e obrigações do foral dado e concedido às ditas terras na ordenação do quarto L.º no titt.º das Sesmarias com tal condição e intendimento que os Padres de JHUS e collégio rezidão nesta cidade ou seus

¹³⁵ Segundo Leite (1965, p. 335), Gonçalo de Oliveira, então sacerdote, e não o ainda Irmão Anchieta, foi o responsável, como representante de Nóbrega, pela definição da sesmaria do Colégio do Rio de Janeiro junto ao capitão-mor.

termos ao menos três anos, e que dentro nêlles não possam poderão vender nem emliar a dita terra sem licença do dito Sór Capitão-mor ou de quem ao diante ouver poder de lha dar. E da dita manr.^a lhe deu a dita terra e mandou que lhe fosse passada esta Carta de Sesmaria e por ella ouvesse o dito Collégio e Padres a posse e senhorio da dita terra pera todo sempre, pera êlles e seus herdeiros ê socessores ascendentes e descendentes que após êlles vierem com tal condição e intendimento que o dito Collegio rompa e aproveite a dita dada de terra dentro em três anos primeiros seguintes. E outrossim fará de manr.^a que dento em hum ano tenha feito nella algum proveito e prantado alguns mantimentos. E compridos os ditos três anos que a tenha aproveitada, como dito hé, porque não o fazendo êlles assim, passados os ditos três anos, se dará a dita terra de sesmaria a quem a pidir, digo, a quem a aproveite e pagarão mil rs. pera as obras do Conselho desta cidade. E pella dita terra darão caminhos e serventias ordenados e necessários pera o Conselho desta cidade pera fontes e pontes e vieiros e pedras que necessários forem, a qual terra lhe assim deu e concedeo polia sobredita maneira, como dito hé, forras e isemtas, sem outro nenhum foro nem tributo somente de tudo o que lhe Nosso Sor em ella lhe der de suas novidades, e lavouras e criações pagarem os dízimos à Ordem de Nosso Sór JHU X.º conforme o que El-Rei Nosso Sor concede à cidade do Salvador da Baya de Todolos os Sanctos. (CARTA da terra de Iguaçu, 1568 in ABNRJ, 1968, p. 59-60, grifo nosso).

No documento acima, produzido ainda nos primórdios da implantação provisória dos portugueses no Rio de Janeiro, já aparece, claramente declarada, a rede de direitos e deveres estabelecida entre a Coroa e a Igreja, conforme já analisado na primeira parte deste estudo. E por ser terra a se povoar, que deveria se desenvolver tanto economicamente como em infraestrutura urbana, aos jesuítas, como às demais ordens religiosas, como observado por Olivera Hernández (2009) para o caso dos beneditinos, eram também delegadas as competências referentes à abertura de caminhos, construção de pontes, fontes, pedreiras e o que mais fosse necessário à manutenção e progresso da empresa colonial.

Talvez por terem sua crucial participação reconhecida, não apenas nas questões políticas e estratégicas, mas principalmente no controle e fornecimento do corpo de luta que garantiu a posterior vitória portuguesa, a sesmaria de duas léguas de sertão dos soldados de Cristo foi a primeira concedida por Estácio. Na Figura 12 podemos observar além da planta de medição da citada sesmaria, realizada já no século XVIII, o exagero das terras cedidas aos padres quando comparadas às doações relativas aos demais protagonistas da conquista. No detalhe, elaborado segundo estudo de Abreu (2010), das 60 sesmarias que, dominando todo o contorno da Guanabara, se estendiam da atual Barra da Tijuca à Piratininga em Niterói, a dos jesuítas era sem sombra de dúvida a maior e uma das mais bem localizadas, visto sua proximidade com a área que passaria a constituir o termo da nova cidade.

Para os que a estranham hoje dá a resposta Capistrano de Abreu: “O primeiro reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio foi o Padre Manuel da Nóbrega, que tanto concorreu para a fundação da cidade, sem o qual Estácio de Sá não poderia ter vindo reforçado de São Vicente de modo a arrostar franceses e tamoios durante quase dois anos”. Como é que Estácio de Sá deixaria de aceder a um pedido de Manuel da Nóbrega, transmitido demais a mais pelo Padre Gonçalo de Oliveira, que lhe estava prestando ali com os índios aliados, os mais valiosos serviços? (LEITE, 1965, p. 337).

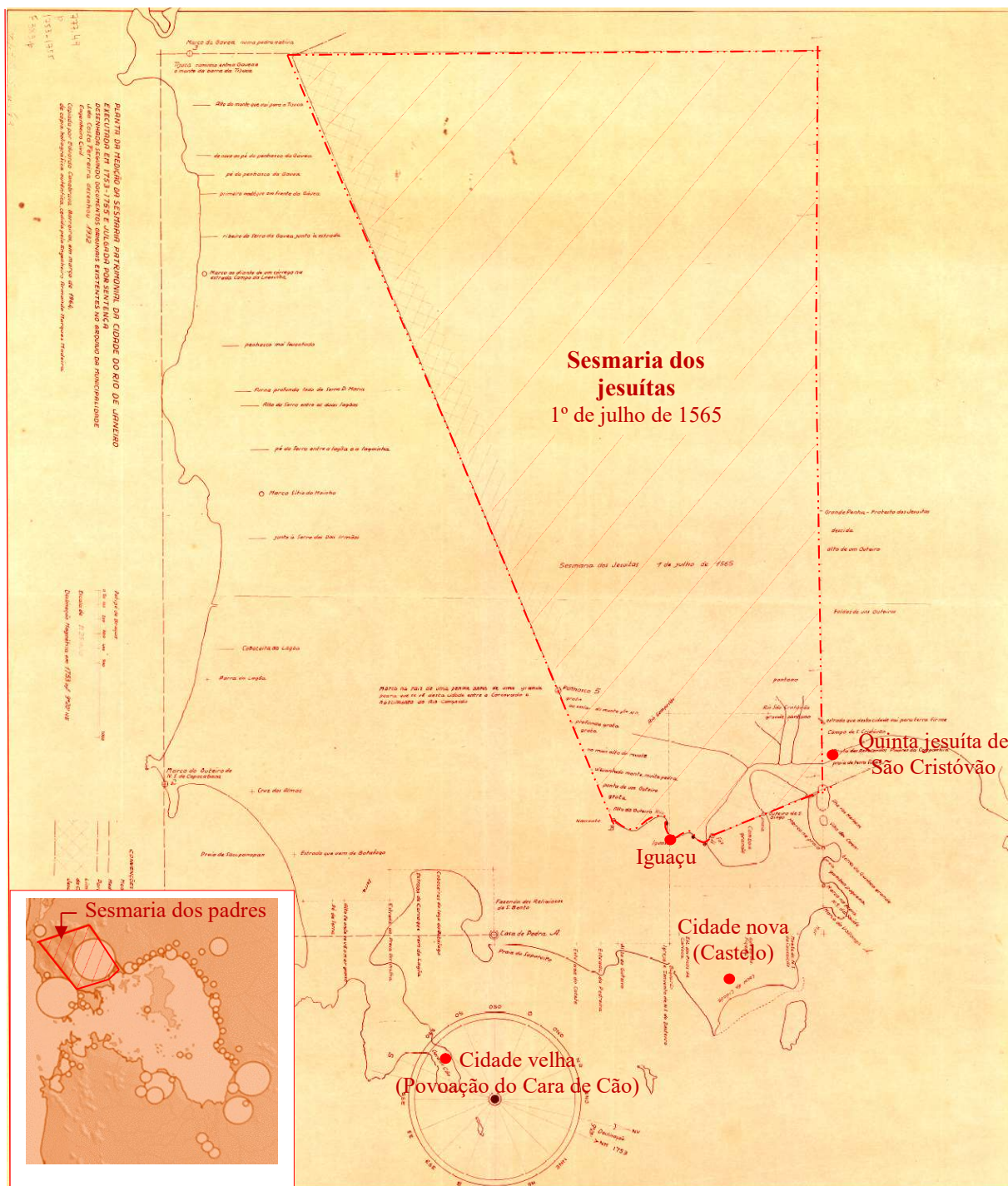
No detalhe da Figura 12, correspondente ao mapa de Abreu (2010, vol. 1, p. 213), é possível observar também que a terra dos jesuítas coincidia com as terras doadas pelo locotenente de São Vicente à Jorge Pires e seu filho Simão da Mota. A explicação para o fato, segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 216), seria a de que Estácio só honrou as doações anteriormente realizadas para aqueles que o acompanharam na expedição de conquista, ou seja, apenas para José Adorno e Pedro Martins Namorado, passando a tão bem localizada gleba às mãos dos inacianos.

Após a confirmação do registro de doação, realizado em 27 de novembro de 1565, conforme visto, os jesuítas apressaram-se também em solicitar ao rei a confirmação da sesmaria e a revogação de algumas condições que constavam no diploma legal, já que a terra não havia sido ainda completamente reconquistada. Obtiveram cerca de um ano depois, em 28 de novembro de 1566, uma provisão de D. Henrique na qual o cardeal regente não apenas liberava os padres das condições das sesmarias, como “também parece que era necessário mais declaração das confrontações, lhe mandei logo passar a dita [...], com declaração dos limites da dita ágoa e terra de manr.a que se possa saber o que hé e em tempo algum não aja nisso dúvida” (CARTA da terra de Iguaçu, 1568 in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 61).

Mudada a povoação para o Morro do Castelo, a sesmaria inaciana passou a constituir motivo de contendas por ter parte de suas terras em área coincidente à do termo da cidade¹³⁶, o que certamente contribuiu para que os padres aumentassem a pressão sobre as autoridades para a legalização das terras. Em 30 de agosto de 1567, Mem de Sá confirmou em definitivo a sesmaria de Iguaçu.

¹³⁶ Dos inúmeros conflitos de propriedade que envolveram os jesuítas na região estudada, o mais turbulento foi, sem dúvida, o que envolveu a disputa pelas terras comuns à Companhia e à câmara do Rio de Janeiro. Tendo recebido sua sesmaria de Iguaçu quinze dias antes da concessão patrimonial feita por Estácio de Sá (16 de julho de 1565), e alterada e ampliada por Mem de Sá (16 de agosto de 1567) em benefício da municipalidade, os jesuítas “jamais abriram mão do direito de precedência que lhes era devido e seguidamente obstaculizaram as tentativas da municipalidade de medir a testada de suas terras além do ‘rio Iguaçu’, exigindo sempre que esse curso d’água fosse respeitado como limite entre as duas propriedades” (ABREU, 2010, vol. 1, p. 323).

Figura 12 – Planta da medição da sesmaria patrimonial da cidade do Rio de Janeiro, executada em 1753-1755 e julgada por sentença / J. da Costa Ferreira. E detalhe no qual pode ser observada a proporção das glebas doadas aos protagonistas da conquista do Rio de Janeiro.



Fonte: IHGB, map. 9, gav. 5, n. 43A. Detalhe em Abreu (2010, vol. 1, p.213). Adaptado pela autora (2017).

Em 15 de dezembro do mesmo ano, Luiz da Grã tomou posse da sesmaria em nome do Colégio do Rio de Janeiro, sendo o processo legal encerrado a 11 de junho de 1568, com o devido registro nos livros da Fazenda Real. (ESCRITURA do sitio e cerca do Coll.º do Rio

de Janr., 1568, in ABNRJ, 1968, p.34). É importante salientar que o notável processo de apropriação legal da sesmária jesuíta de Iguaçu se completou em menos de três anos, um prazo bastante curto para os padrões da época e principalmente para o confuso contexto da conquista da Guanabara.

No que diz respeito a instituição do real colégio do Rio de Janeiro¹³⁷, em petição de 16 de agosto de 1567 enviada à Coroa, Mem de Sá informava:

Sor, Dizem o Provincial e Padres da Comp.a de IESV q. rezidem nesta província do Brasil q. El-Rey nosso Sor. quer q. se faça hum Collegio da dita Comp.^a nestas partes afora outro q. têm fundado na Baya de Todos os Sanctos pera o qual escreveo a V. S. q. com o Provincial tratasse a parte onde se sitoaria e porq. hora neste Rio de Janeiro V. S. tem fundado esta cidade de Sam Sebastião, onde parece q. o dito collegio podia estar bem por ficar em meio da Capitania do Spu. Sancto e S. Vc.^{te} e por ha muita gentilidade q. se pode trazer ao conhecimento de nossa fée com ajuda de nosso Sor. por meio dos da Comp.^a se aqui rezidirem e por ser outrossim importante ao fruto dos christãos portugueses q. ora já rezidem e ao diante se espera rezidirem nesta cidade. Pedem a V. S. q. pera sítio do dito collégio, digo, do edificio do dito collegio e escollas, e cêrqua, horta e de todo o mais q. pera o tal collegio pode pertencer lhes dêe, desde a Igreja q. hora fêz pello caminho acima, vinte braças, e day cordeando em quadra contém o valle q. está pera detrás da dita igreja, até chegar à descida do dito valle, e depois indo pera cima ao longo de testada q. estão rossadas pera sítio dos moradores, por todo o valle ao derredor até o cume do outeiro q. parte com Pedro Martins e Antônio Esteves, depois, tornando à igreja, lhes dê V. S. pera baixo ao longo do dito caminho até onde elle fêz hum cotovelo e volta. E dali da dita volta pella várzia contra o mar outro tanto mais da parte de cima ao outeiro sobredito, respeitando a se poderem cercar de maneira q. não possa sua cêrqua ser davassada dos vizinhos, e ter lugar suficiente pera se huma caza grande poder fundar, e crescer q. qual será pera serviço de nosso Sor. e augmentação e nobrecimento da dita cidade. (ESCRITURA do sitio e cerca do Coll.º do Rio de Janr., 1568, in ABNRJ, 1968, p.34).

Lançada a pedra fundamental do colégio ainda em agosto de 1567, já em 12 de julho de 1568 o então governador Salvador Correa de Sá concedia aos padres “o chão que pedem entre Manoel Machado e Diogo Miz, digo, Diogo Martines, pera vista da sua Igreja e assim mais sete braças em quadra, na Várzia, pegado com a cêrqa dos ditos Padres” (CARTA dos chãos q' se derao ao Collégio, 1568, in ABNRJ, 1968, p.45). Esse possivelmente foi o primeiro dos acréscimos, permutas e compras por quais passou o colégio do Rio de Janeiro, seus chãos urbanos e suas propriedades em geral.

Em 1570, o Pe. Gonçalo de Oliveira, procurador do Colégio do Rio de Janeiro, informa que a ‘casa’ do Rio está ainda por acabar, “ate huã casa que deixou ja principiada o

¹³⁷ Já na primeira povoação de Estácio de Sá o Pe. Gonçalo de Oliveira havia erigido uma “casa-igreja”.

pe Inacio dazevedo pera que por entretanto se recolhessem nella os Pes esta cuberta de telha e a mingua de carpinteiro e tanoado não he acabada”. E segue informando que até aquele ano os padres estavam

[...] recolhidos em huã casinha que sera do tamanho de dous cobicullos, e nella cabemos com tudo o que temos que sempre nos cheira a sancta pobreza, por estarmos faltos de tudo, que nem farinha para hostias nem vinho pera missas tinhamos senão nos socorrera o pe principal [...] da capitania do Spu Sancto com huã esmola por entretanto. (CARTA do Pe. Gonçalo de Oliveira, 1570, ARSI, BRAS 15, p. 203v).

Segundo Leite (2006, Tomo I/livro IV/II, p. 398), a descrita míngua era em parte proveniente dos gastos que tiveram os padres com a regularização da imensa sesmaria de Iguaçu, como vimos. Após firmar os fundamentos do colégio e procurar garantias para o seu futuro, Nóbrega falece em outubro desse mesmo ano, o que agrava ainda mais o quadro.

É também o mesmo autor que nos presta a primeira informação sobre os responsáveis técnicos pela construção do edifício, visto que em 1572 o Pe. Afonso Brás¹³⁸ assumia o encargo das obras, “por ser grande carpinteiro” (LEITE, 2006, Tomo I/livro IV/II, p. 398). No ano seguinte já eram inauguradas as aulas no Colégio do Rio. Iniciadas com o curso elementar de ler e escrever e armarismo, em 1574 já era instituída a primeira classe de Humanidades.

A Coroa se mantinha informada de seu empreendimento colonial, e tentava prestar o auxílio necessário para os centros de controle dos tão necessários aldeamentos. Em 1575 os inacianos eram beneficiados por alvarás reais, que dirigidos ao então governador Antônio Salema e aos ouvidores da repartição do Rio de Janeiro, mandavam dar e vender com diligência

[...] toda a pedra, cal, madeira, e as mais achegas que forem necessárias pera as obras dos Collegios da Comp^a de Jesus da dita governança, e assy dareis, e apennareis e fareis dar e apenar pera seguirem nas ditas obras todos os pedreiros, carpinteiros, cavouqueiros, carreiros, embarcações e servidores, e quaisquer outros officiaes, e cousas que pera ellas forem necessarias. (ALVARÁS que se alcanzaron de sua alteza, 1575, ARSI, BRAS 11, p. 12v).

Em alvará posterior, mandava El-Rei que o governador do Rio de Janeiro applicasse “a metade das penas pecuniarias com que algumas pessoas por nos forem condenadas” em

¹³⁸ Trabalhou por mais de sessenta anos no Brasil, onde se destacou como carpinteiro e arquiteto. Além do Rio de Janeiro, foi o responsável pelas obras iniciais nos edifícios do Espírito Santo e São Paulo. (LEITE, 2006, tomo I/livro III/III, p. 215).

benefício das obras do colégio “enquanto ellas durarem” (ALVARÁS que se alcanzaron de sua alteza., 1575, ARSI, BRAS 11, p. 14). Entretanto, Anchieta, em sua *Informação da Província do Brasil*, relatava que as obras do colégio iam devagar “por não haver tanta comodidade de cal e oficiais, e por não se pagarem 166 ducados que El-Rei D. Sebastião lhe deu de esmola para as obras” (ANCHIETA, 1988, p. 428).

Apesar das dificuldades relativas à efetivação dos pagamentos concedidos pela Coroa, os jesuítas seguiam alcançando preciosas provisões legais que os isentava das obrigações impostas aos demais agentes coloniais. Tais provisões facilitavam o engajamento dos padres da Companhia em outras atividades que tanto asseguravam o financiamento da missão na vinha brasileira, quanto os libertava da dependência das falhas concessões do Estado. A partir de 1576, os jesuítas do Rio de Janeiro e das demais partes do Brasil, ficaram desobrigados do pagamento das taxas nas alfândegas e casas de despacho no Reino e nas demais colônias portuguesas.

[...] ey por bem e me praz que das cousas que destes Reinos e Ilhas dos senhorios dêiles lhes forem mandadas pera provimento das ditas casas q, ora têm e ao diante tiverem nas ditas partes do Brasil, e religiosos dellas q, ouverem de esmóllas ou compradas com seu dinheiro, não paguem nem sejam obrigados a pagarem nas Alfândegas ou casas outras de despacho das ditas partes do Brasil, direitos alguns conforme aos foraes e regimentos das Capitánias e povoações das ditas partes, se nellas devão e ajão de pagar, nem outros alguns que pello tempo em diante fôr ordenado que se paguem de qualquer calidade que sejam, nem menos serem obrigados pella dita maneira a pagar nas Alfândegas e outras casas de despacho destes Reinos, nem das ditas Ilhas, direitos alguns assim dos que se ora pagão como dos q. ao diante se impozerem das cousas que os ditos Padres das ditas partes do Brasil mandarem a estes Reinos ou às ditas Ilhas pera a troco dellas ou do dinheiro per que se venderem lhes enviarem outras pera seu provimento e reparo das ditas suas casas e reliģiosos dellas, sendo as tais cousas de suas grangearias, criações, rendas ou esmollas que lhes fizerem, porquanto pellos ditos respeitos e outros que me a isso movem, ey por bem escusos, livres e desembargados os ditos Collégios e casas da Comp.a de IHV das ditas partes do Brasil, e reliģiosos dellas de pagarem nestes Reinos e Ilhas dos Senhorios delles, nem nas ditas partes do Brasil direitos nem emposições algumas assim por sayda como por entrada das cousas q. mandarem das ditas partes, ou destes Reinos forem enviadas a ellas pera seu uso e provimento pella maneira acima declarada. (PROVISÃO D’el-Rey, 1576, in ABNRJ, 1968, p. 22-23).

Carvalho (2002, p. 114) acredita que por volta desses anos a ocupação do morro do Castelo estivesse já com seu loteamento definido. As escrituras de compras e doações contidas no Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro corroboram para tal afirmação, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Chãos urbanos adquiridos pelo Colégio do Rio de Janeiro na década de 70 do século XVI.

Data do documento	Tipo de escritura	Envolvidos	Localização
1 de julho de 1575	Compra	João de Oliveira e sua mulher Margarida Vaz	“hum, chão q. êlles têm nesta cidade, nas costas do Mosteiro de JHV. .ss. duas braças e meia em largo e oito de comprido, e a vara e braça será de dez palmos de comprimento, o qual chão corre o comprimento d'elle pella Rua e Travessa q. vai de defronte das casas de Manoel Machado, alfaiate, pera a Praça, e a largura do começo do chão até emtestar com as casas delles vendedores, o qual se há de cordear diretamente pella parede das costas das casas de Manoel Glz., Sapateiro” (CARTA do chão que vendeo João d' Oliv.ra ao Collégio, 1575 in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 50).
1 de abril de 1575	Compra	Manoel Glz. (Sapateiro) e sua mulher Maria Barbosa	“hum chão que êlles têm nesta cidade, no cabo das casas em que ora pousa João da Foncequa, que erão ao longo da dita Rua que dece da Praça, três braças craveiras dá dez palmos menos dous palmos e meio, e o comprimento têm sete braças e meia craveiras dá dez palmos que era até emtestar com o chão de João d'Oliveira, o qual chão era delles ditos vendedores, e o pessuião per título de huma carta de sesmaria que lhe dera Men de Saa” (CARTA dos chãos que vendeo M.el Glz ao Collº, 1575, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 51).
4 de agosto de 1576	Serventia	Joana Dias	“hum chão onde saya a porta da cêrqua dos Padres para a Peaçaba ¹³⁹ , daquela banda q. era detrás das casas do dito Leodor Ábanos, e que ella de sua última e derradeira vontade dava e doava deste dia pera todo sempre aos ditos Padres da dita Comp.a de IHVS a serventia q. lhe necessário fosse com carro e com o mais que lhe cumprisse pello dito seu chão pera que se sirvissem por êlle livremente pera dentro e fora da dita cêrqua de todo o necessário pera o dito Collégio” (ESCRITURA da serventia que Joana Diz deu pello seu chão, 1576, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 55).
25 de agosto de 1576	Serventia	Heliodoro Eóbanos (Leodor Ábanos) e sua mulher Filipa Delgada	“hum chão que entestava com o chão dos Reverendos Padres da Comp. ^a de JHV pella porta debaixo que vinha pera a Peaçava desta cidade, que êlles erão contentes e satisfeitos de darem como de feito derão deste dia pera todo sempre a serventia aos Padres da dita Comp. ^a pera se poderem servir pelo seu chão delles doadores pella porta de baixo que vai pera o dito seu chão e Peaçava” (ESCRITURA de serventia que Heliodoro Eóbanos deu pello seu chão, 1576, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 56).

¹³⁹ Piaçaba foi o nome pelo qual ficou conhecida a estreita faixa de terra que separava o morro do Castelo da baía de Guanabara.

Data do documento	Tipo de escritura	Envolvidos	Localização
6 de fevereiro de 1577	Compra	Fr.co de Bairros e sua mulher Breattiz de Bairros,	“humas suas casas e chãos que êlles ditos vendedores têm e pessuiem na dita cidade a par do Collegio de Jhus digo, do mostr.º, o qual chão e casas esta da banda do norte e tem duas braças craveiras da banda da Rua e ao longo dslla ao comprido e de largo, o que tiver e se achar da banda do quintal até chegar ao trasto da banda do norte, e juntamente com o dito chão lhe vendia humas casas de taipa de mão que estão no dito chão” (CARTA de venda que fêz Fr.co de Bairros e1577, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 111).
9 de março de 1577	Compra	Amaro Afonso e Pero de Mues	“hum chão que está na Peçava desta cidade, indo dobrando pera a casa de Brás Cubas, à mão esquerda debaixo do piquo que está debaixo [da casa] que foi d'Almeida, e começaria da ponta até onde o Padre quebra a pedra” (CARTA de venda da casa e chãos que Amaro A.º vendeo ao Collé- gio, 1577, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 53).
3 de junho de 1579	Compra	João Gutierres	“humas casas assobradadas com duas casas térreas de taipa de pillão e cubertas todas de telha com seu chão de quintal d'elle Aleixo M.cl, que estão nesta dita cidade, abaixo do dito Collégio, e relógio d'elle, que parte o chão das ditas casas pellas confrontaçõis seguintes: de huma banda que hé a de cima parte com chão dos ditos Padres, e da banda de baixo, com chão de Gl.º d'Aguiar e Rua pública que vai pera o porto desta cidade, e da banda do norte vai entestar com a borda da rocha do trasto” (COMPRA das casas de Aleixo Manoel que estão defronte do Collégio as quais vendeo João Gutierres, 1579, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 116).
8 de julho de 1579	Compra	Pero Glz. E sua mulher Potência Brás	“hum chão que têm na Varge desta cidade, da banda de Santa Luzia, que tem polia parte da Rua vinte e sete braças e mea, de dez palmos a braça, começa donde acaba Gonçalo Glz. correndo linha direita ao mar, toda a terra que se achar da cerqua dos Padres até o dito mar, pera a banda de Santa Luzia, as ditas vinte e sete braças e mea, correndo l'nha direita, e a mesma largura e comprim.to, digo, que tem outras vinte e sete braças e mea polia banda do mar, declara êle que d'ambas as bandas, assim da de Santa Luzia como da banda de Gl.º Glz. chega a dita terra até o mar, toda a que se achar, como dito hé, dentro desta medida dessa cêrqua dos Padres até o mar” (ESCRITURA do chão que Pero Glz., tanoeiro vendeo ao Collégio, 1579, in Anais da Biblioteca Nacional, 1968, p. 113).

Fonte: Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 82 (1962). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1968.

Em consoante com as aquisições do colégio, progrediam também os estudos. Em 1583, o Colégio do Rio já contava com três cursos, a saber: elementar, Humanidades e Teologia moral ou casos de consciência. “A Baía era então a capital do Brasil. É natural que fôsse ela a sede do Colégio Máximo. Em todo o caso, os estudos do Rio de Janeiro iam-se

também desenvolvendo, à proporção que a cidade aumentava de população e de importância” (LEITE, 2006, Tomo I/livro IV/II, p. 401).

Anchieta (1988, p. 428) afirma que em 1585 já estava pronto um quarto do edifício e parte do outro. Os cubículos eram 10 a 12, assobradados e forrados de cedro. A igreja era pequena e velha e as oficinas, apesar de bem acomodadas, já eram também muito antigas. Tinham os padres defronte do colégio uma ilha que servia para a recreação dos da casa, provavelmente a ilha das Cobras, vendida em 1579 aos beneditinos. (ANCHIETA, 1988, p. 450). Já em outubro desse mesmo ano, informava o Pe. Fernão Cardim:

A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor e architecto do mundo Deus Nosso Senhor, e assim é cousa formosíssima e a mais aprasivel que ha em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo. [...] a cidade tem 150 vizinhos com seu vigário, e muita escravaria da terra. Os padres têm aqui o melhor sitio da cidade. Têm grande vista com toda esta enseada defronte das janellas: têm começado o edificio novo, e têm já 13 cubiculos de pedra e cal que não dão vantagem aos de Coimbra, antes lha levam na bôa vista. São forrados de cedro, a igreja é pequena, de taipa velha. Agora se começa a nova de pedra e cal. [...] A cerca é cousa formosa; tem muito mais laranjeiras que as duas cercas d’Evora, com tanque e fonte [...] o refeitório é bem provido do necessario; a vacca na bondade e gordura se parece com a d’Entre-Douro e Minho; o pescado é vário e muito, são para vêr as pescarias da sexta-feira, e quando se compra val o arretel a quatro réis, e se é peixe sem escama a real e meio, e com um tostão se farta toda a casa, e residem nella de ordinário 28 padres e irmãos afôra a gente, que é muita, e para todos há. Duvidada eu qual era melhor provido, se o refeitório de Coimbra se este, e não me sei determinar. (CARDIM, 1978, p. 210-211, grifo nosso).

O relato de Cardim vai de encontro com o estudo de Almeida (2013, p. 218-227), que sustenta que, na condição de aliados aldeados ou de escravos, os índios constituíram a mão de obra essencial na capitania do Rio de Janeiro durante os séculos XVI e XVII. Continuram servindo tanto à Coroa quanto aos agentes coloniais até depois disso, mas o desenvolvimento crescente do mercado de escravos africanos contribuiu para a diminuição da participação indígena enquanto força de trabalho na capitania.

A nova igreja de pedra e cal foi inaugurada em 25 de dezembro de 1588 (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 17). Em 1607 já estavam concluídas as oficinas, a cozinha e o refeitório. Alterou-se posteriormente a portaria comum da residência, área intermediária entre o Colégio e a comunidade exterior, “para lugar central e ergueu-se sobre ela a Torre do Relógio” (LEITE, 2006, Tomo I/livro IV/II, p. 400). A área dedicada aos estudos também já havia sido finalizada e passava por melhoramentos. “E se fechou o Collegio, e se quadrou o

pátio de dentro com que fica tudo recolhido” (CARTA annua, 1607, in ANTT, Inventário do Cartório dos Jesuítas, Maço 68, nº 429): a igreja com coro e sacristia no trecho correspondente ao culto religioso da comunidade; a área de trabalho ou de estudos, denominada *area scholarum* e construída para os alunos internos e externos, na qual se encontravam as salas de aula, oficinas, teatro e biblioteca¹⁴⁰ aberta ao público, esta uma imposição aos colégios prevista na Constituição de 1558; as outras duas alas eram compostas pela residência dos padres e irmãos, nas quais eram dispostos os cubículos, as salas de recreação, a cozinha, o refeitório, a despensa, os banheiros e uma enfermaria que contava com capela e herbanário. Dentro da cerca os padres tinham fonte, horta, pomar, cocheiras, estrebarias, galinheiros, entre outros. Junto a esses estavam instaladas ainda as dependências dos serviços.

Em 1619 já estavam em funcionamento duas classes de Humanidades, uma de latim, outra de ler, escrever e contar, e à volta disso bons costumes. Entre 1638-1640, devido ao aumento dos alunos, o estudo de latinidade foi desdobrado em Rudimentos e Superior. É aberto também o curso de Artes ou Filosofia que, segundo Leite (2006, Tomo VI/livro I/I, p. 4), foi a primeira Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Apesar desse aumento indicar que a maioria dos estudantes era certamente composta por filhos de portugueses, não se pode subestimar a presença de índios no Colégio. Três fatores, segundo Fernandes (2001, p. 41), justificavam essa sensível presença: a prática de ensino de meninos índios iniciada com Nóbrega, a existência de um externato e o emprego da mão de obra indígena, tanto nas unidades jesuítas, como no atendimento às necessidades da cidade. São constantes nas cartas dos padres os relatos sobre as dificuldades provenientes da ausência de profissionais qualificados para a construção e os mais diversos serviços. O recurso foi o ensino de práticas de carpintaria, ferraria, serralheiria, dentre outras, para os índios que, considerados bons imitadores, logo passaram a compor um conjunto de artífices e operários.

Os ofícios dos meninos índios, que aprenderam sob o amparo dos Padres e ficaram na Baía e vilas do litoral, é sem dúvida a primeira página do trabalho civilizado, que sem ser de português do Reino, se diferencia do primitivo indígena: quer dizer, já é trabalho brasileiro. E assim principiou tudo no

¹⁴⁰ Segundo Carvalho (1994, p. 59), a importância desta biblioteca pode ser confirmada tanto pela sua localização, ocupando grande sala situada no salão nobre, entre a portaria e o pátio de ensino, quanto pelos constantes melhoramentos por quais passou. Eram recorrentes as práticas de recomposição de livros antigos e a importação de novas publicações provenientes de livreiros de Lisboa e de toda a Europa. Houve também a tentativa de impressão na própria casa, por volta de 1724, de livros destinados ao uso privado do colégio e dos padres. No ano da expulsão, como informa Leite (2006, Tomo VI/livro I/I, p. 28), a biblioteca dos padres contava com 6.000 volumes.

Brasil. Vicente Rodrigues começou a aprender o ofício de tecelão para ensinar os índios, o Ir. Diogo Jácome, o de torneiro que de facto ensinou: e os ofícios de carpintaria dos Padres António Pires e Afonso Brás só se podem compreender com índios ajudantes e aprendizes, conquanto positivamente que o Ir. Amaro Lopes ensinou a índios e negros o ofício de oleiro. Pouco a pouco, mas com segurança, iam-se exercendo e crescendo em volume os ofícios e artes à proporção que a vida social evoluía e se agrupavam à roda dos Colégios e das Fazendas, trabalhadores, livres e escravos, nas grandes construções de Colégios e Igrejas. (LEITE, 2008, p. 24).

Na condição de estudantes, de mão de obra, ou de abrigados temporários, foi constante a presença de índios na vida cotidiana dos colégios e dos núcleos coloniais nos quais estavam estabelecidos, visto que não foram poucas as obras públicas executadas pelos mesmos, nem foi menos importante o precioso auxílio prestado nas questões de defesa. Com o auxílio dos índios aldeados se construiu a Fortaleza da Barra em 1624, bem como foram eles os principais responsáveis pelas obras de saneamento nos Engenho Velho e Novo e na região de Santa Cruz. (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1970, p. 237).

Em meados do século XVII, como visto, a ocupação da várzea ganhava maior impulso. Ainda assim, a constante e insistente presença de projetos e ofícios relacionadas à defesa e segurança da cidade, colocavam em dúvida esta nova ocupação. Em correspondência enviada à corte em 8 de julho de 1646, o então governador Duarte Correia Vasqueanes sugere que “os Governadores, Prelados, Ouydores geraes, procuradores da Fazenda, câmara e todos os ministros e officiaes de justiça” (CARTA do governador Duarte Correa Vasqueanes, 1646, AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 543) voltem a ocupar o morro. Tanto Salvador Correia de Sá, então atuando como vogal do Conselho Ultramarino¹⁴¹, como os também consultados, Luiz Pascoal e Paulo da Costa, padres da Companhia de Jesus, mostram-se favoráveis à reedificação da cidade no outeiro.

Todos os que virão o citio desta cidade, sem fazer excepção de pessoa alguma, julgarão não só por difficulতো, mas quazi impossivel a defensão da cidade sita no baixo vizinho á marinha, [...] E pello contrario que o alto da cidade que hoje esta quazi despovoado, he por natureza muito defensavel, e com pouca arte e trabalho se pode fazer inexpugnavel, [...] pello que he mui necessario como unico remedio daquele povo, que no outeiro não só se conserve e renove a antiga povoação, mas que logo trate de acrescentar moradores e cazas nas quaes se possão abrigar e viver. (COSTA; PASCOAL, 1646, AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 544-545).

¹⁴¹ Criado em 1642, o Conselho Ultramarino era o principal órgão metropolitano que tinha competência para lidar com os diversos assuntos coloniais, que iam desde aqueles relacionados à alta esfera do poder, aos requerimentos de simples súditos, que recorriam ao rei para obter as mercês pretendidas.

Apesar dos pareceres convergentes, a vocação do Rio de Janeiro para o crescimento físico e populacional, bem em acordo com sua complexidade econômica e social, acabou por frustrar os planos e as intenções de seus administradores e demais autoridades do contexto colonial. Os colonos não abriram mão de localizar suas casas, lojas e negócios nas terras baixas próximas ao porto. Da mesma maneira, os agentes da Coroa, ao menos aqueles responsáveis pelas atribuições administrativas e fazendárias, precisavam seguir de perto os moradores e os seus negócios, caso quisessem controlar de maneira eficiente a circulação de pessoas e mercadorias no porto. Permaneceram nos morros, entretanto, as fortalezas, conventos e igrejas, “de onde podiam sobranceiramente vigiar qualquer manifestação dos inimigos do rei e da fé” (BICALHO, 2003, p. 183).

A vocação administrativa, comercial e portuária da cidade baixa era tal, que os próprios inicianos pensaram em transferir seu centro de ação para a várzea, conforme relatou o reitor Antônio Forti em duas missivas que enviou a Roma. A primeira, de 2 de janeiro de 1643, informa:

Estamos mui affastados do Povoado, porque toda a gente se passou para baixo e ficamos nos neste outeiro quase sos, e os seculares se queixam que não são bem servidos dos Pes. porquanto quizerão preguntar suas duvidas, ouvir sermões, e aproveitarse dos mais ministérios da Comp^a de que se fião ate mais conceito que das outras Religiões que ca estão, e a subida da ladeira e distancia do Collegio totalmente lhe difficulta o comercio com os ditos Pes. [...] tem [os seculares] por vezes tratado entre sy e offerecido aos Padres sitio, e ainda pera sequer por hora fazerem em baixo huma residencia onde estejam os mestres do latim e da escola, e dous pregadores, te que se fosse fazendo o Coll^o. (CARTA do Pe. Antônio Forti, 1643, ARSI, BRAS 3-1, p. 216).

Na segunda carta, de 6 de fevereiro de 1643, o jesuíta insiste que os moradores estão “deixando de mandar seus filhos às escolas, e suas mulheres obrigadas a se confessarem com frades e clérigos, pella difficultade que tem a subida dessa ladeira, e a distancia da Cidade” (CARTA do Pe. Antônio Forti, 1643, ARSI, BRAS 3-1, p. 218). Segundo Abreu (2010, vol. 2, p. 217), três caminhos, surgidos no primeiro decênio de existência da cidade, ligavam o morro à várzea. Possivelmente, o primeiro deles a ser aberto foi o que descia para a Piaçaba, local de ancoragem das canoas dos índios aliados e dos batéis provenientes das naus e caravelas que ancoravam na baía. Conhecido por ladeira da Misericórdia (indicação 1 da Figura 13), por ter sido posteriormente edificada em seu trecho inicial de subida do morro a o

hospital da Santa Casa¹⁴², “em local ligeiramente afastado daquele que ficou eternizado nos documentos iconográficos e fotográficos que nos chegaram dele”¹⁴³ (Ibid., p. 218). Um trecho pequeno dessa ladeira sobreviveu aos dias de hoje como memória do berço de criação da cidade. O segundo, conhecido como Poço do Porteiro no século XVII e posteriormente como ladeira do Seminário (de São José) em meados do século XVIII, descia o morro em direção oposta à ladeira da Misericórdia, “se juntava na várzea a uma antiga trilha indígena que, em seu trecho inicial, seguia o eixo da atual rua Evaristo da Veiga”¹⁴⁴ (Ibid., p. 218). Completando a articulação do alto do morro com a várzea, surgiu em meados da década de 1570, por determinação de Antônio Salema, o caminho que passou a ser conhecido como ladeira do Colégio (indicação 2 da Figura 13), por estabelecer ligação mais fácil e direta entre o Colégio inaciano e a várzea. Também conhecido por ladeira do Carmo, por ter sua subida situada nas proximidades do convento que os carmelitas estabeleceram na cidade baixa, essa foi para o autor, a primeira grande obra pública realizada no Rio, já que grande parte de sua extensão foi aberta sobre a rocha matriz.

Deslocar o colégio para a várzea, segundo Leite (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 14), implicava o abandono de tantas obras anteriores, e o centro de ação inaciana na parte Sul se manteve no morro até o fim.

Simão de Vasconcelos, sendo Reitor, escreve em 1648, que “neste meio tempo” fêz mais obras, do que nunca se fizeram, “quási a metade do Colégio”, de novo, muitas obras na sacristia, Igreja, refeitório, e outras partes do Colégio, cinco moradas de casas na Cidade e outras obras que custaram muitos mil cruzados. (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 13).

Segundo Leite (2006, Tomo VI/livro I/I, p. 13), entre as descritas casas estava a casa de hóspedes, na qual se recolhiam pessoas que, embora não pertencessem ao corpo da Companhia, eram recomendadas por El-Rei, pelo governador, ou por motivo de deferência ou caridade.

¹⁴² Brasil (2015, p. 19) acredita que a Santa Casa nasceu, aproximadamente em 1582, como um desdobramento das obras pias de assistência aos enfermos e desamparados a que o Pe. Anchieta se entregava ao aportar na Guanabara a frota de Diogo Flores Valdez, com grande parte de sua tripulação atacada por escorbuto e outros males.

¹⁴³ Abreu (2010, vol. 2, p. 218) salienta que o caminho original foi alargado e suavizado no terceiro quartel do século XVIII, para que nele pudesse subir a sege do vice-rei Conde da Cunha.

¹⁴⁴ O mesmo autor acredita que este caminho se bifurcava na altura da Lapa em outros dois caminhos, a saber: o caminho de Gebiracica, que se dirigia à aldeia onde primeiramente Araribóia e sua gente haviam sido instalados, e o caminho de Leriipe que, instalado no caminho das olarias, atingia a principal fonte de abastecimento da cidade, o rio Carioca. (ABREU, 2010, vol. 2, p. 218).

Os padres procuraram alargar sua assistência à cidade baixa de outras formas. Em 1683, para se evitar que principalmente os mais idosos subissem o morro, os padres fundam a Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, numa das paróquias da várzea. A ladeira do Colégio foi alargada e melhorada. Foi construído um catádro (ascensor), o célebre guindaste dos padres (indicação 3 da Figura 13), que partia da praia D. Manoel, situada no sopé do Castelo, e subia até o Colégio. Facilitava-se dessa forma as comunicações do colégio com o largo da Misericórdia e do Rossio, “lugar de contato com o comércio externo e se prolongava pela Rua Direita – a “mater” da cidade – eixo de ligação entre os morros do Castelo e da Conceição” (CARVALHO, 2002, p. 120).

Figura 13 – Prospecto original e ampliação contido na *Planta ydrografica da famosa Bahia do Rio de Janeiro*. (S.l.: s.n.), 1775.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325890.jpg. Acessado em: 19 de mar. de 2015. Adaptado pela autora (2017).

Além da assistência à cidade, os jesuítas do Colégio do Rio, nas chamadas *missões rurais* (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 21), estendiam seu campo de ação não apenas ao restante da capitania, como também englobavam áreas pertencentes ao Espírito Santo, a Santos e a São Paulo, por terra e por mar. Pelo mar, alcançaram ainda regiões como Laguna e o Rio da Prata, onde fundaram a casa e o posterior Colégio de Colônia de Sacramento.

A Ânuia de 1696 dá conta de quatro missões rurais em que se percorreram, durante três meses, 74 Engenhos de açúcar, com extraordinário trabalho na administração de sacramentos e restauração dos bons costumes. No ano seguinte refere-se a Missão dos Padres Nicolau de Sequeira e Sebastião Álvares, pela redondza do Rio, num percurso de 60 léguas: em 1699, duas missões pelos engenhos, aos escravos negros; em 1700, os Padres João de Oliveira e Sebastião Álvares, pela costa do Sul até ao Lago de S. António e Anjos, pelas Vilas e Aldeias, num percurso de ida e volta, de cerca de 500 léguas; outra, no mesmo ano, pelas Fazendas e Engenhos, do recôncavo fluminense, com os Padres António de Matos e Francisco de Vide, angolano; em 1702-1703, o mesmo P. Francisco de Vide aos escravos negros, o P. Miguel Pinto aos brancos e índios; outra do mesmo Padre angolano e do P. Gaspar Borges; em 1707, pela costa, do Rio a Santos, em 27 lugares, com os Padres António da Cruz e Manuel Gomes; e a Ânuia de 1708 refere três missões saídas do Rio: ao Sul até Paranaguá, pela costa, com os Padres António da Cruz e Francisco Machado; pelos Engenhos, com os Padres António Cardoso e António de Matos; pelas Fazendas, com os Padres Nicolau de Sequeira e José Ferreira. (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 21-22).

A última missão do Colégio do Rio de que se tem notícia foi realizada pelos padres João Xavier e Manuel José, entre os anos de 1756 e 1757. Os padres percorreram o trajeto do colégio a Inhaúma, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Sepetiba, Parati, Ilha Grande, Itacuruça, Marapuçu, S. Antônio de Jacutinga, São João de Meriti, Irajá e Ilha do Governador, atendendo também aos engenhos e fazendas dessa região. Segundo relato do Pe. João Xavier o objetivo da missão era tomar consciência do “numero delle Parrochie, nelle quali dovevano i missionari ezercitare il loro ministério”, acrescentando: “vale a dire tutte le parrochie site in terra ferma” (BREVE raggua glio della missione, 1756, ARSI, BRAS 10-2, p. 459). A afirmação do Pe. João Xavier é reveladora de que no contexto pré-expulsão os jesuítas do Rio de Janeiro já haviam tomado consciência de que sua missão, voltada outrora principalmente aos índios, deveria se estender em igual medida aos núcleos urbanos já estabelecidos. A considerável redução do número de índios e o esgotamento das possibilidades do uso de sua mão de obra em larga escala na região¹⁴⁵ podem justificar a nova estratégia dos padres. Estratégia essa que sofria adequações à medida que o avanço da colonização alterava sensivelmente contextos e protagonistas.

Voltando novamente às atenções ao centro da ação jesuíta nas partes do Sul, Leite (2006, Tomo VI/livro I/I, p. 14-15) informa que na última década do século XVII, o colégio contava com um bom grupo de artífices e operários, e já era amplo, cômodo, com quintal anexo, duas capelas interiores e uma botica que fornecia medicamentos às demais farmácias

¹⁴⁵ O que não significa o seu desaparecimento total, visto que continuaram servindo aos interesses coloniais até o século XIX, como veremos.

da cidade e do restante da capitania, sendo também a responsável pela distribuição de remédios nos períodos de epidemias. Um oficial francês informava em 1703 que a farmácia do colégio “tinha todas a drogas do universo” (TAUNAY, 1942, p. 34). Em 1701 já estava concluída a parte nova, o que não impediu que as obras continuassem. Nesta primeira década do XVIII a cidade contava com 12.000 habitantes.

[Em] 1707, anuncia-se que se habitaram “no novo edifício” três corredores com tudo o necessário, ficando perfeita a quadra do Colégio. Além da enfermaria, privativa dos padres, boa, havia outra para o pessoal; em vez desta, insuficiente e imprópria, construiu-se um verdadeiro Hospital, com duas grandes salas, uma para mulheres outra para os homens, onde se recolhiam e curavam os escravos que trabalhavam nas obras. E não só os trabalhadores, mas as suas famílias. Obra de caridade e de justiça, diz o Reitor que o mandou fazer, P. Luiz de Carvalho, “e oxalá sigam o nosso exemplo os seculares, a maior parte dos quais, no Brasil, se perdem com sua desumanidade e crueldades com os miseráveis”. A grande *Botica do Colégio*, como não tinha visto outra igual em França, diz o Passageiro de L’Aigle [fragata real da França], era o armazém das demais Boticas do Rio de Janeiro. (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 15).

Além dos descritos equipamentos de assistência, os padres do colégio foram responsáveis por obras de drenagem junto ao edifício. Parte do morro foi cortada, o que possibilitou que um largo fosse aberto e fossem melhoradas também as formas de acesso ao colégio. “Para as obras e para o forno de cal necessário às mesmas construções, havia Mestre de Obras, secular, que dirigia os operários, quase todos escravos peritos do Colégio, canteiros, pedreiros e alvanéis” (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 16). O documento de 1707 informa que os gastos dessa obra atingiram a soma, altíssima para a época, de 174.742\$457 réis (ARSI, BRAS 4, p. 355). O problema proveniente do dificultoso acesso à água, que até então era buscada no chafariz público, localizado na Carioca, foi resolvido em 1739, quando se construiu “grande e artística fonte” (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 17), dentro da própria cerca dos padres.

Neste início do século XVIII, segundo Carvalho (1994, p. 58), o Colégio do Rio de Janeiro já era considerado o mais importante da colônia. O que contribuiu em definitivo para essa ascensão foi, sem dúvida, a descoberta dos metais e pedras preciosas na região das Minas Gerais, o que elevou o porto da cidade, seu escoadouro natural, à posição de primazia no contexto brasileiro. Leite (2006, Tomo VI/livro I/V, p. 108) informa que devido ao intenso trabalho exigido nas minas, em 1714 o governador do Rio “começou a pedir os das Aldeias em cópia tão intolerável, que se lhes desse quantos pedia, não ficaria nas Aldeias quem lavrasse os campos com que se sustentassem os Índios e suas famílias”.

Mais importante que as minas era, entretanto, a defesa e a fortificação do Rio de Janeiro. Neste início do século XVIII a cidade foi alvo de duas tentativas de invasão promovidas pelos franceses: a primeira em 1710, capitaneada pelo corsário Jean-François Duclerc (malograda) e a segunda, realizada aproximadamente um ano depois, por Duguay-Trouin, que tomou e saqueou a cidade por mais de dois meses. Essa segunda invasão terminou com a capitulação do governador Francisco de Castro Morais, tendo o Pe. Francisco de Souza, então reitor do colégio, intermediado as negociações do resgate. Embora só tenha sofrido uma invasão de fato, “a cidade do Rio de Janeiro viveu, até o século XIX, a experiência de um constante estado de sítio” (BICALHO, 2003, p. 397). Diante desse quadro, as preocupações da Coroa com a defesa da cidade não podiam deixar de ser incessantes. Para prevenir surpresas semelhantes, El-Rei mandou construir novas fortalezas, “trabalho que recaiu quasi todo sobre os Índios das Aldeias do Colégio” (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/II, p. 53).

[...] em nossos tempos tôdas as Fortalezas, que se acham no Rio de Janeiro, sendo esta praça ao presente a mais fortificada por arte, que se acha nas Conquistas, foram feitas pelos Índios de Cabo Frio e S. Barnabé e outras Aldeias, que em esquadras de cinquenta, e sessenta e mais Índios, alternadamente, se revezavam de dois em dois meses, no serviço de S. Majestade, pelo justo estipêndio, como era razão e justiça. Êstes mesmos abriram o Caminho Grande, que vai do Rio de Janeiro para Minas até o Rio Paraibuna, em tanta vitalidade do Estado e do Reino. Êstes os que conduziram todos os materiais e instrumentos para a Casa de Fundição, que S. Majestade mandou fabricar na Província das Minas. Êstes finalmente os que trabalharam o Aqueduto pelo qual se pôs a Água da Carioca na Cidade do Rio de Janeiro. (Carta do Pe. Plácido Nunes, 1738, apud. LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/V, p. 129).

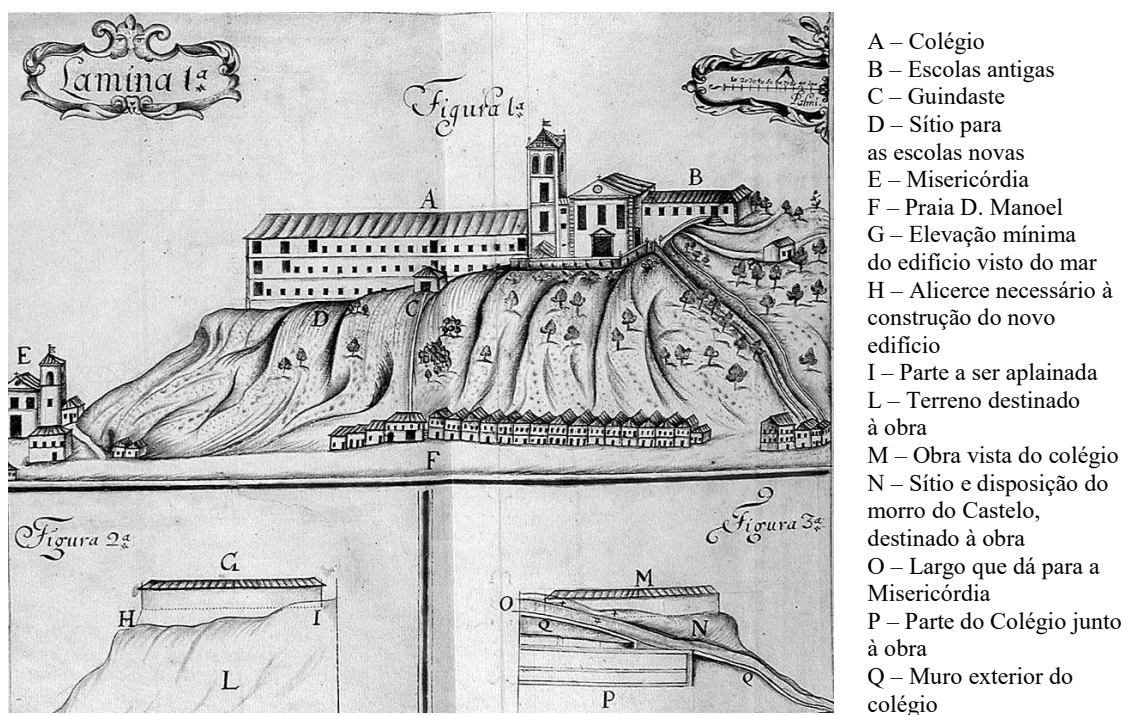
A esta altura, como salienta Carvalho (1994, p. 59), o Rio de Janeiro já havia se consolidado como a principal cidade portuária do Brasil, mais favorecida e, em contrapartida, a também mais controlada pela Coroa. A longa gestão do governador Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela (1733 a 1762) ficou marcada por grandiosas obras como o já citado Aqueduto da Lapa (1750) e o Paço dos Governadores (1745), que certamente prepararam a cidade para a ser a nova capital do vice-reino do Brasil. O que de fato ocorreu em 22 de janeiro de 1763.

O mosteiro de São Bento inaugurara em 1696 sua magnífica igreja “de ouro”, toda decorada em pinturas e talha dourada barroca, o mesmo acontecendo na igreja do convento de Santo Antônio, cuja capela-mor, entre 1716 e 1719, se revestira de uma luxuosa ornamentação dentro do mesmo estilo. As

irmandades laicas, cada vez mais poderosas, iniciavam o ciclo de reconstrução de suas capelas. (CARVALHO, 1994, p. 59).

O edifício dos jesuítas estava à altura desses acontecimentos, mas sua Igreja de Santo Inácio, apesar de ter acompanhado o desenvolvimento e os constantes melhoramentos realizados no colégio, se mostrava cada vez mais acanhada ante a crescente demanda de fiéis, perdendo com isso um significativo espaço religioso para as demais ordens que atuavam na cidade. Em 1º de janeiro de 1744 foi lançada a pedra fundamental da construção de uma nova e monumental igreja, na presença do povo e nobreza da cidade. Como era obra do gosto do governador, tratou logo de por a disposição dos padres as pedreiras reais e a pólvora necessária para que fossem tiradas as pedras. Entretanto, o projeto dos cortes de terreno necessários para a nova construção, já haviam sido enviados ao geral da Companhia no ano de 1728, como pode ser observado na Figura 14. As obras da monumental igreja foram interrompidas em 1759. Logo começou também a dispersão dos objetos do colégio e Igreja de Santo Inácio. “Como se sabe, o Conde de Oeiras ordenou que se lhe remetessem para a côrte os objectos preciosos dentro de fardos de mercadoria com sinais “secretíssimos” (LEITE, 2006, Tomo VI/livro I/I, p. 23). A dispersão foi consumada século e meio mais tarde, com o desmonte do morro do Castelo, “demolição feita com desamor e sem os cuidados que no caso se impunham” (COSTA, 1941, p. 21) (figura 15).

Figura 14 – Colégio do Rio de Janeiro e detalhe dos cortes necessários para a construção da nova igreja. 1728.

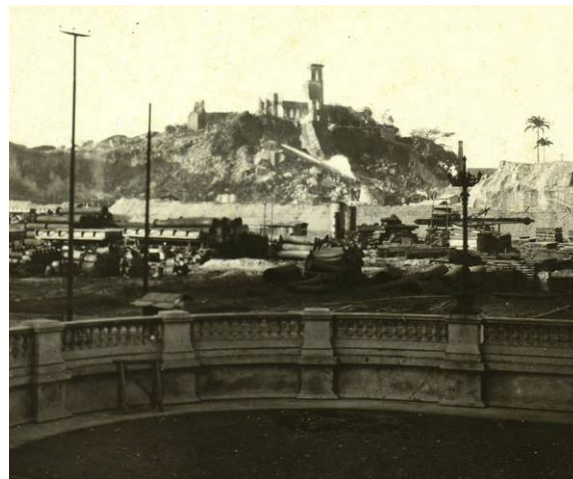


Fonte: ARSI, BRAS 4, p. 380.

Figura 15 – Desmorte do morro do Castelo. (a) Colégio e igreja jesuíta. (b) Vista do colégio já em fase avançada de demolição, entre abril e maio de 1923. (c) Marco de fundação da cidade removido da antiga Sé, tendo de um lado a Cruz da Ordem de Cristo, e do outro as Quinas Portuguesas. (d) O presidente Epitácio Pessoa assiste à demolição do morro do Castelo, feita em parte a jatos d'água.



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte:

- (a) Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1397284/icon1397284.html. Acessado em: 21 de nov. de 2014.
- (b) Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon627739/icon627739.jpg. Acessado em: 21 de nov. de 2014.
- (c) e (d) Coleção particular de Sebastião Lacerda, apud. Brasil (2015, p. 18 e 20).

3.1.2.2 A Casa e posterior Colégio de Santiago do Espírito Santo

A primeira notícia que se tem de um inaciano no Espírito Santo diz respeito à passagem do Pe. Leonardo Nunes, que a mando de Nóbrega partiu da Bahia ao primeiro dia de novembro de 1549 em direção a São Vicente, munido do objetivo de principiar a ‘casa’ naquela capitania. O jesuíta permaneceu um mês em Vila Velha, tempo em que prestou

assistência aos colonos e pregou a doutrina aos escravos, “e porque eram muitos e não cabiam na igreja pregava em uma pracinha ali perto, à qual vinham muitos homens brancos, mulheres e moços” (NUNES, 1551, in PRIMEIRAS, 2006, p. 90, grifo nosso).

Em fins de março de 1551, chegaram para assentar as bases da Companhia de Jesus no Espírito Santo, o irmão Simão Gonçalves e do Pe. Afonso Brás. Permaneceram ainda algum tempo na primeira vila fundada, promovendo a catequese entre os índios, “doutrinando e exortando-os, principiando alli uma pequena capella”¹⁴⁶ (DAEMON, 1879, p. 63). Mudada a povoação para a ilha de Santo Antônio ou de Duarte de Lemos¹⁴⁷ (figura 16), o Pe. Afonso Brás, hábil arquiteto, mestre de obras e carpinteiro (LEITE, 2008, p. 42), já informava em correspondência de agosto do mesmo ano que logo foram lançadas as bases da casa e igreja.¹⁴⁸

Passada a Páscoa determinamos e ordenamos fazer uma pobre casa, para nos recolher nela; ela está já coberta de palha e sem paredes. Trabalharei para que se edifique aqui uma ermida junto dela, em um sítio muito bom, na qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras coisas semelhantes. (BRÁS, 1551, in PRIMEIRAS, 2006, p. 72-73).

Segundo Serafim Leite (2006, tomo I/livro III/III, p. 215), como não havia pároco efetivo na terra, nem existiu durante um longo período outra igreja na Vila de Vitória, recaiu sobre a Companhia de Jesus a administração dos sacramentos; a pregação aos cristãos; a direção da escola de ler e escrever; a doutrinação de crianças e dos índios aliados e escravos; a realização de visitas aos enfermos, aos engenhos, fazendas e aos aldeamentos da Companhia; e entre muitas outras atividades, as incursões pelo sertão na busca de novos índios e de parentes dos já aldeados, onde os inacianos por vezes percorriam “mais de cem léguas, por caminhos mui ásperos e não seguidos, em que padecem muitos trabalhos de fome e sede, e

¹⁴⁶ É possível que Daemon (1879) se refira à primitiva Igreja de N. S. do Rosário, fundada pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, na qual provavelmente o Pe. Afonso Brás realizou melhorias.

¹⁴⁷ A ilha de Santo Antônio foi doada à Duarte de Lemos por meio do alvará assinado por Vasco Fernandes Coutinho em 15 de julho de 1537, em retribuição aos auxílios prestados na sustentação da terra. A doação foi oficializada por carta régia de 08 de janeiro de 1549. Duarte de Lemos, munido do compromisso de fortificar a ilha contra invasores, trouxe grande número de colonos da Bahia dando assim início a uma pequena povoação em sua propriedade. (DAEMON, 1879, p. 58-59). Cuidou para que logo fosse erguida uma capela dedicada a Santa Luzia, e que logo se iniciasse o plantio de cana-de-açúcar. (FREIRE, 2006, p. 47-48). Daemon (1879, p. 61) afirma que desentendimentos com o donatário sobre a dimensão da sesmária concedida, fizeram com que Duarte de Lemos doasse sua propriedade aos inacianos e partisse em definitivo para a Bahia no ano de 1550.

¹⁴⁸ Segundo Souza (2000, p. 54-58), os jesuítas tiveram participação direta na transferência e posterior conformação da principal vila do Espírito Santo. Entretanto, faltam subsídios que comprovem que a mudança da sede da capitania foi exclusivamente motivada pelas ações dos padres. Uma junção de fatores — localização pouco defensável, fragilidade imposta pelos silvícolas, dificuldades provenientes do pouco acesso à água potável, presença do incipiente, porém, bem provido povoado na ilha de Duarte Lemos — pode ter sido o que na verdade motivou o donatário a se mudar com sua gente para a ilha que passou a ser denominada Vila de Vitória.

outros perigos de vida, sem deles pretenderem mais que a salvação de suas almas e a Glória de Deus”¹⁴⁹ (RODRIGUES, 1978, p. 24).

Figura 16 – Vila Velha e Vila nova de Vitória da Capitania do Espírito Santo. Mapa de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desd’ o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães*.



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 52-XII-25.

Corroborando com a informação do Pe. Leonardo Nunes de serem muitos os escravos índios na capitania, é do Pe. Afonso Brás a célebre frase na qual o jesuíta descrevia assim os índios do Espírito Santo: “são tantos e é a terra tão grande, e vão em tanto crescimento, que se não estivessem em contínua guerra e se não se comessem uns aos outros, não poderiam aqui caber” (BRÁS, 1551, in PRIMEIRAS, 2006, p.74). Dois anos depois, o Pe. Brás Lourenço dizia que no Espírito Santo “ai alla melhor gentilidade” (ARSI, BRAS 3-1, p. 109). Em 1584, o Pe. Fernão Cardim informava que havia no Espírito Santo “mais gentio para converter que em nenhuma outra capitania” (CARDIM, 1978, p. 205). Anchieta em 1585 afirma que os escravos e Índios da terra “são muitos e os mais domesticados da costa” e que a capitania do Espírito Santo é “a mais acomodada e aparelhada para a conversão, que ha em toda a costa, por haver ainda muito gentio e não tão escandalizado dos Portugueses” (ANCHIETA, 1988,

¹⁴⁹ Trecho extraído do livro primeiro *Da vida do Padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, Quinto Provincial que foi da mesma Companhia no Estado do Brasil*, escrita pelo Pe. Pero Rodrigues em 1607.

p. 427). Também no documento jesuíta *Algumas advertencias para a província do Brasil* (BNCR, Ges. 1255.38), vimos que em fins do século XVI os padres tinham no sertão da capitania uma segura reserva para o necessário povoamento de antigos e novos aldeamentos que se estruturavam na banda sul.

De acordo com Oliveira (1975, p. 76), a capitania do Espírito Santo correspondia a uma das raras exceções onde os inacianos conseguiram trabalhar com os índios em razoável paz com os colonizadores portugueses. As contendas foram insignificantes se comparadas ao elevado número de indígenas existentes em terras capixabas. Leite (2006, tomo I/livro III/III, p. 221) reforça tal proposição, ao afirmar que os padres não encontraram no Espírito Santo algumas das dificuldades que acompanharam o estabelecimento da Companhia em outras partes do Brasil. Essa aparente ausência de obstáculos se deve, em grande parte, à estreiteza de vínculos firmada desde muito cedo entre os inacianos e as pessoas de elevada estima e relevante poder.

Assim é que levantando-se, em 1583, uma grave discórdia entre o governador e o povo, interveio Anchieta e sanou-se o conflito. Tal atenção e amizade tornou-se quási fraterna com o capitão-mor Miguel de Azeredo, cujos intêresses, como os da donatária D. Luíza Grinalda¹⁵⁰, urgia e amparava na Baía o próprio Anchieta. (LEITE, 2006, tomo I/livro III/III, p. 225).

Tendo suas terras engrandecidas pelo Pe. Afonso Brás, como sendo “a melhor e mais fértil de todo o Brasil” (BRÁS, 1551, in PRIMEIRAS, 2006, p.74), provida de muita variedade de caça e “mui abastecida de pescado” (Ibid. p. 74), já em maio de 1552 desembarcava no Espírito Santo o Pe. Manuel de Paiva, que a mando de Nóbrega deveria assegurar a situação econômica e legalizar a doação da propriedade cedida por Duarte de Lemos para a construção da casa. O locotenente Bernardo Sanches Pimenta foi o responsável pela legalização de “toda a terra que lhes fosse necessária pera casas e mantimentos pera a dita casa” (CERTIDÃO das terras da casa do Espírito Santo, 1552, ARSI, BRAS 11, p. 475). De acordo com certidão passada por Antônio de Magalhães, escrivão da provedoria, o locotenente acrescentou outras terras nos montes maninhos que jaziam em Jucutuquara¹⁵¹ e

¹⁵⁰ Luíza Grimaldi era a esta época viúva de Vasco Fernandes Coutinho Filho. Como relata Freire (2006, p. 94), a donatária ao depor em 1626 no processo de beatificação do Pe. Anchieta, recordou que sempre se valera dos conselhos do padre em sua administração.

¹⁵¹ Segundo Marques (1878, p. 169), Jucutuquara era a área correspondente ao saco, praia e morro ao norte da baía do Espírito Santo, entre a fortaleza de São João e a ponta de Bento Ferreira.

[...] que partião Di [Diogo] Fe's [Fernandes] da parte do sul cortando ao cume da serra, e pela parte do nordeste com Jeronimo Diz [Diniz]. E em riba da serra partia com Di [Diogo] Alvares e Manoel Ramalho assi que todas aquellas terras que estavam em todo aquelle limite, e não erão dadas, e assi outra terra que partia com G^o [Gonçalo] Diz [Diniz] por a metade do meyo por um breio [brejo] acima, e assi partia com Fernão Soares pouco mais ou menos pella banda do susueste. E assi um pedaço de terra que foy do Caldr^a [Caldeira] que estava da banda dalem do Rio que partia com Jeronimo Diz conforme o que se achasse no livro das achadas, e assi um bananal que foi de Afonso Vaiz, o qual esta da banda dalem do Rio ao longo do campo. E pedindo em nome da casa de São Tiago e Collegio dos meninos lhe desse os ditos matos pelas confrontações. (CERTIDÃO das terras da casa do Espírito Santo, 1552, ARSI, BRAS 11, p. 475).

O escrivão da provedoria segue informando que os padres da casa jesuíta de Santiago poderiam usar as terras doadas como quisessem, “sem pagarem foro, “nem triburo algum, salvo dizimo a Deus”[...]. E as mandem romper e fortificar da feitura desta minha carta [4 de maio de 1552] a cinco annos primeiros seguintes, e não no fazendo assi se darão as terras aproveitadas não para outrem que as aproveite” (CERTIDÃO das terras da casa do Espírito Santo, 1552, ARSI, BRAS 11, p. 475, grifo nosso). Além da obrigação do cultivo num prazo pré-estabelecido, cláusula primeira das doações, o documento sugere ainda que ficava à cargo da Companhia também a defesa da terra doada.

Em correspondência enviada da Bahia a 10 de julho de 1552, ao Provincial de Portugal, Nóbrega já informava: “Afonso Brás tem cuidado do Espírito Santo e tem grande colégio de paredes. Manda-me pedir meninos para principiar” (NÓBREGA, 1552, in LEITE, 1940, p. 24). Em fins de 1552, o mesmo Pe. Manuel da Nóbrega, em companhia de Tomé de Souza, informa terem sido recebidos no Espírito Santo pelo Pe. Afonso Brás, que os levou “al Collegio de Santiago”, onde entoou o *Veni creator Spiritus*, fazendo alusão à terra em que “allamos mas devocion” (ARSI, BRAS 3-1, p. 90v).

Como a de Nóbrega, são muitas as descrições elogiosas dos padres à devoção do povo capixaba. Segundo Leite (2006, tomo I/livro III/III, p. 216), no ano de 1587 se administravam na Vila de Vitória os seguintes sacramentos: 5000 confissões e 3000 comunhões. Enquanto que nos aldeamentos ocorriam 300 batismos, 3000 confissões, 1500 comunhões e 90 casamentos. O que se observa é que, a essa época, a ocorrência de sacramentos comuns aos dois tipos de ocupação é praticamente dobrada no caso da Vila de Vitória. Segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 209) as residências que estavam instaladas nas vilas de pouco

povoamento português se pareciam com os aldeamentos, e a atividade do apostolado junto aos colonos e aos índios eram aí muito mais desenvolvidas.¹⁵²

Um forte indício que confirma o sucesso espiritual alcançado na principal vila é a existência, desde muito cedo, das confrarias. Essas associações de defesa, segundo Assunção (2004, p. 47), auxiliavam de maneira expressiva na efetivação e manutenção do poder temporal e espiritual dos inacianos.

[...] na estratégia jesuíta, o trabalho junto às elites era central; ele tinha efeitos multiplicadores, abria as portas fundamentais da sociedade, é por meio dele que se garantiam à província os ganhos pelo viés das esmolas e das doações, e eventualmente recrutas de qualidade. Fernão Cardim os apresenta como uma “clientela-alvo” da qual era necessário se ocupar através dos colégios e da educação de seus filhos. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 62).

No Espírito Santo já funcionava no ano de 1552, sob a direção do Pe. Afonso Brás, uma Confraria dos Meninos de Jesus frequentada por crianças índias e mamelucas. O Pe. José de Anchieta, em meados de maio de 1554, relata de Piratininga:

[...] Quatro ou cinco meninos órfãos, dos nascidos de pai português, mas de mãe brasilica, que viviam em casa sob o regimen do pai, foram recolhidos por algum tempo ao Colegio, e subministra-se a todos alimentos, a mesa de Cristo. [...] O sustento para todos vem de esmolas; o vestuário, porém, é o mesmo que a nós e aos Irmãos em Portugal é favorecido pelo serenissimo Rei de Portugal; em lugar de cama, usa a maxima parte dos Irmãos de uns panos tecidos a maneira de rede, suspensos por duas cordas e traves; todavia, os que padecem de enfermidade de corpo por algum tempo, usam de camas como em Portugal. (ANCHIETA, 1988, p. 46-47).

Segundo Leite (2006, tomo I/livro III/III, p. 217), logo que chegou à capitania no ano de 1554, o Pe. Brás Lourenço¹⁵³ fundou a Confraria contra as juras e blasfêmias, citada por Anchieta (1988, p. 47) com a denominação de Confraria da Caridade, instituída “para corrigir o povo de muitos vícios, [...] seus membros tinham a obrigação de comungar, nas principais festas do ano, e refrear a língua, em relação ao próximo” (NOVAES, 1969, p. 29), sob pena de multa de 10 réis¹⁵⁴, que se revertia ao dote dos órfãos para o casamento. Leite (2006, tomo I/livro III/III, p. 217) ainda reforça que o Pe. Brás Lourenço realizou muitos casamentos entre portugueses e suas escravas índias, com quem já viviam maritalmente, alcançando com esses

¹⁵² Além do Espírito Santo, eram os casos também de Ilhéus, Porto Seguro e Santos.

¹⁵³ Substituto do Pe. Afonso Brás, que ficou responsável pelas obras da casa de Piratininga.

¹⁵⁴ Pagava a metade (5 réis) o acusado que se entregava para maior edificação de todos. (FREIRE, 2006, p. 66).

feitos “evidente alcance social”. Relata ainda a existência de mais duas confrarias nestes princípios: a Confraria dos Reis, anterior ao ano de 1583, constituída por escravos índios, e a Confraria de S. Maurício, fundada em 1586 para os estudantes. Como informa Daemon (1879, p. 100), os jesuítas tiveram ainda participação direta na fundação da “Casa de Caridade”, em Vila Velha “especie de Asylo onde erão recolhidos doentes pobres e effectados de certas molestias”, instituída por Miguel de Azeredo, em 1595, sob esforços do Pe. José de Anchieta¹⁵⁵.

O encantamento alcançado junto aos colonos e aos índios foi devido, em grande parte, a persuasão pelo teatro e pelas festas, peças fundamentais no espetáculo jesuíta da conversão. Segundo Oliveira (1975, p. 119), dos doze autos escritos por Anchieta, oito foram concebidos e representados no Espírito Santo. Novaes (1969, p. 44) destaca, entre as inúmeras festividades promovidas pelos jesuítas em fins do século XVI, a das Onze Mil Virgens¹⁵⁶, a de Santa Catarina e outras oferecidas ao Pe. Visitador Christóvão de Gouvêa pelos índios da Confraria dos Reis.

Fácil avaliar o significado das festas públicas, maior do que sugerem ao vivo as manifestações dos pequenos centros atuais. Principalmente da procissão, esse evento então obrigatório para todos, participantes ou assistentes, espelho da própria concentração humana, de sua sede e de seus arredores. Nenhum outro evento comunal, de portas afora, se lhe podia comparar. Esse desfile de todos para todos corria pelas ruas e largos, ordenando uns segundo as confrarias, as corporações de ofício, seu papel no clero ou no governo, obrigando outros pelo calendário e pelo rito da Igreja oficializada. Expressão de riqueza e arte, de prestígio dos diferentes grupos sociais organizados, com ou sem explosões de alegria, de malícia ou de desagrado, o prestígio religioso, embora rigidamente estabelecido, era o único canal para a manifestação popular mais espontânea. (MARX, 1989, p. 61).

As festividades promovidas pela Igreja Católica pontuaram o tempo, o espaço físico e a vida social dos núcleos coloniais. Senão única, representavam, certamente, a mais importante forma de contato social. “Transcendiam para vazão das necessidades e aspirações de aglomerados tacanhos e de vida modorrenta” (MARX, 1989, p. 64).

As condições da casa capixaba, apesar da boa vontade ambiente, eram precárias. Em 1554, o Pe. Brás Lourenço queixava-se da falta de farinha para as hóstias, que pedia por esmola, e dos paramentos necessários para o culto. Rogava a Portugal que remetesse o

¹⁵⁵ No ano de 1605, a Casa da Caridade alcança os mesmos privilégios reais da Misericórdia de Lisboa. Criada sob os auspícios da Companhia, “representava mais uma piedosa construção dos filhos de Santo Inácio”. (NOVAES, 1969, p. 57).

¹⁵⁶ Segundo Novaes (1969, p. 51), a festa das Onze Mil Virgens repetiu-se anualmente até meados do século XIX.

necessário, mas advertia: “lo que se madare venga luego para aqui por que lo que viene dealla todo se lleva a San Vicente” (ARSI, BRAS 3-1, p. 110). Residiam a essa época em Vitória, o Superior Brás Lourenço, o Irmão Simão Gonçalves e possivelmente 17 crianças, das quais nove foram levadas ao colégio pelo Superior. Juntavam-se a essas, os quatro ou cinco meninos órfãos citados por Anchieta e mais três meninos trazidos pelo Pe. Manuel da Paiva, com os quais se iniciou o Colégio dos Meninos em 1552 (CARVALHO, 1982, p. 39).

Juntaram-se outras dificuldades, como a da situação dos meninos. Voltando o P. Nóbrega de S. Vicente para a Baía, em 1556, parou no Espírito Santo para explicar as *Constituições*. Interpretavam-se elas, então, no sentido de que não podiam morar os meninos com os Padres nem os Padres se podiam encarregar de meninos sob a forma jurídica de Confraria. Nóbrega resolveu o seguinte. Tirou os mamelucos e filhos dos Índios “de nossa casa e pô-los noutra a par da nossa, tomando-os a seu cargo um homem leigo, bom homem; enquanto se não efectuou isso, tinham-nos alguns devotos em suas casas, por amor de Deus”. (LEITE, 2006, Tomo I/livro III/III, p. 223-224).

Leite (2006, Tomo I/livro III/III, p. 224) afirma que a demanda de Nóbrega pôs fim ao Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo e, como vimos, fundando-se o Rio de Janeiro, preferiu-se aquela cidade para o Colégio. Ficou, assim, o Espírito Santo dependente deste colégio, abrigando apenas escola de ler, escrever e contar. Os que necessitassem de maiores estudos deveriam buscá-los nos vizinhos Rio ou Bahia.

A situação econômica da casa do Espírito Santo seguia sem apresentar progressos. A capitania também enfrentava dificuldades sendo rara a presença de navios vindos do Reino ou de outras capitanias. Em 1562 residiam nela dois irmãos e dois padres, dentre esses ainda como superior o Pe. Brás Lourenço, que a 10 de junho novamente informa:

[...] passa-se ás vezes muito tempo que nem presencialmente, nem por cartas se podem comunicar uns com outros, como agora se aconteceu que ha perto de dous annos que por aqui não passou algum dos nossos, nem veiu recado seu por falta de embarcação; e assi por isto, como por tambem não virem aqui navios do Reino, por não haver aqui engenhos de assucar, deixam os Padres muitas vezes de dizer missa por falta de vinho, e padecem outras necessidades que seria largo contal-as. [...] Há mais nesta casa 5 ou 6 meninos deste Gento, já christãos, a que os Padres ensinam a doutrina, e servem de levar o Padre Fabiano em uma almadia á Aldeia dos Índios, e vão pescar e pedem esmola para seu comer. Os nossos Padres se mantêm do que Sua Alteza manda dar, ainda que aqui lhe não dão mais que pera dois, e elles são os que digo, de modo que é necessário viverem tambem do trabalho de suas mãos *ut neminem gravent*; nem pedem esmolos. (Carta do Brasil, 1562, in CARTAS AVULSAS, 1988, p. 363 a 365, grifo nosso).

É também do ano de 1562 a notícia que oferece Daemon (1879, p. 79) a respeito do edifício jesuíta de Vitória.

Neste tempo já se achavão muito adiantadas as obras do Convento e Capella dos Padres da Companhia, existindo uma casa que servira de Seminario¹⁵⁷ no principio da rua do Egypto e onde morarão o Padre Lourenço Braz e Padre Fabiano de Lucena muito conhecedor da lingua indigena, o primeiro encarregado de confessar os homens e ensinar seus filhos o latim, portuguez e doutrina, o segundo incumbido da conversão e civilização dos indigenas. Havia ainda em companhia dos Padres Jesuitas um Irmão Coadjutor, que servia de cosinheiro, assim outro moço de idade de 18 annos que sabia a lingua indigena, o qual com o Padre Braz Lourenço aprendia o latim, sendo de muita intelligencia e engenho. (DAEMON, 1879, p. 79).

Em 1571, estava responsável pela administração da casa o Pe. Manuel da Paiva, que aos 60 anos pregava, ouvia confissões e cuidava da escola dos meninos portugueses, que seriam em número de 40. A essa época a sede dos inacianos no Espírito Santo estava sob nova dependência. Subjugada ao Colégio de Salvador, recebia 125 ducados para ajuda dos gastos, segundo o Pe. Antônio Rocha (ARSI, BRAS 15, p. 232). Afora informações como a de que era o Espírito Santo a terra de mais doenças, o padre descreve a igreja de Vitória pequena, mas que alguns moradores a fariam à sua custa se houvesse a garantia de que seriam enterrados nela. (ARSI, BRAS 15, p. 232). Garantia essa que somente possuíam alguns beneméritos da Companhia, desde as proibições impostas por Inácio de Azevedo.¹⁵⁸

No dia 28 de abril de 1573 partiram da capitania os padres Luíz da Grã, Vicente Rodrigues, Fernão Luíz, e o citado Antônio Rocha e os irmãos Bento de Lima e João de Souza, que iam em companhia do Provincial Inácio de Tolosa a Bahia. Contudo, um naufrágio noturno na foz do Rio Doce, impediu o prosseguimento dessa viagem ainda em seu primeiro dia.

Perdeu-se o navio e tudo quanto levavam. Grã livrou-se a custo da morte. Retrocedendo, foram agasalhados com amor por tôda a população. Depois de feita uma romaria, por terem escapado com vida, a Nossa Senhora da Penha, ermida que se vê ao longe, no mar, e é refrigério e devoção dos

¹⁵⁷ Carvalho (1982, p. 44 a 46), considera que a informação de Daemon (1879) indica claramente a mudança de sítio do principal edifício dos jesuítas no Espírito Santo. Acredita que o citado seminário, na verdade, seria a primitiva casa de Afonso Brás, enquanto que o convento e a capela estariam sendo construídos em outro local. Daemon (1879, p. 186), ao descrever os chãos dos padres na Vila de Vitória apontados no inventário de sequestro de 1780, relata pelo menos quatro casas que Francisco dos Santos e Antônio dos Santos possuíam e haviam sido construídas no local do antigo seminário erguido pelo padre Afonso Brás.

¹⁵⁸ Segundo Carvalho (1982, p. 21), além das restrições quanto ao enterramento nas igrejas, por determinação de 1568, o Visitador Inácio de Azevedo proibiu também as aulas de canto nos estabelecimentos jesuítas que não possuíssem o título de colégio.

mareantes, resolveram os Padres aproveitar esta demora forçada, de 5 meses, para construir a nova igreja. (LEITE, 2006, Tomo I/livro III/III, p. 222).

Em carta de novembro de 1573, é o próprio Provincial Inácio de Tolosa quem informa:

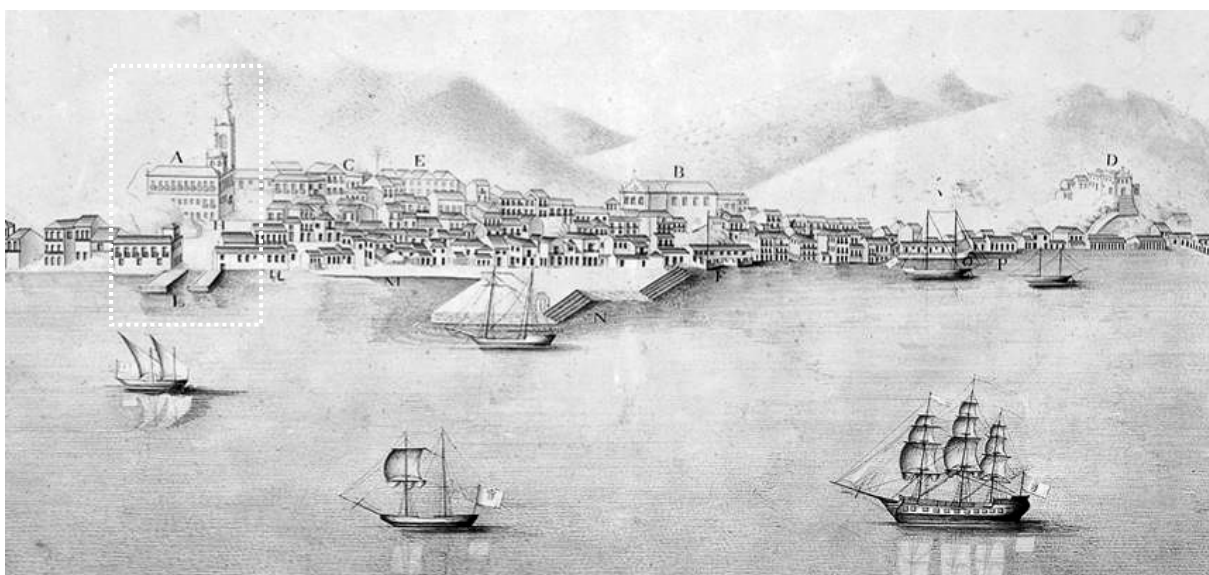
Despues de aver recebido estas fuerzas spüales pusose grande diligencia en edificar el templo material la Iglesia que auia en aquella casa fuera de ser pequena que los esclavos la henchia estava ya para caer de vieja por ser de tapia, escogiose un buen sitio para hazer una Iglesia capaz y por no aver pedreros en la tierra los padres híziero los cim.^{os} de cal y canto y fue toda armada sobre grandes vigas de un paio que es como hierro y assi quedo tan fuerte como si fuera toda de cal y canto, fue para loar a N. S. quãto los de aquella villa y ajudaron para esta obra porque el Capitan [Belchior de Azevedo] y la gente mas honrada yvã en persona a yudar a traer unas grandes piedras para los cim.^{os} otro hombre honrado se ofrecio a armar los tapiales consernies (?) en la tierra, otro a cortar la madera necessãria para la Iglesia, otros que no podia tanto davan índios para las obras otros mantim.^{os} para sustentados otros dinero para pagar los oficiales de manera que cõ aver hambre en la tierra se sustentava co' los de casa casi cinq^{ta} personas todo de limosna con tanta abundãncia que avia q repartir con los pobres de fuera, y en esto mostro Dios quã liberal es cõ sus siervos. antes parecia a los P.^{es} dificultoso sustentarse alli cinco personas de la Comp.^a por ser la tierra pobre y mostro Dios por experiẽncia q a los que en el confian y sirven de verdad con pura y simple obediẽncia nunca les falta nada aun sean en grande numero. (HISTORIA de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias, in: ABNRJ, 1897, p. 134-135).

Segundo Leite (2006, Tomo I/ livro III/III, p. 227), quando a casa do Espírito Santo pôde laborar suas terras, o quadro de dificuldades foi aos poucos sendo superado. Em 1584, segundo relato de Cardim, até mesmo a situação da capitania já apresentava consideráveis avanços: “esta capitania do Espírito Santo é rica de gado e algodões. Tem seis engenhos de assucar e muitas madeiras de cedro e páus de balsamo” (CARDIM, 1978, p. 207). Sobre a residência dos jesuítas, cuja propriedade a esta época se entendia até o porto (Figura 17), onde havia um cais privativo aos padres da Companhia, informa:

Os padres têm uma casa bem acomodada com sete cubículos, e uma igreja nova e capaz. A cerca é cheia de muitas lorangeiras, limeiras doces, cidreiras, acajús e outras fructas da terra, como todo genero de hortaliça de Portugal. Vivem os nossos d’esmolas, e são muito bem providos, e o collegio do Rio os ajuda com as cousas de Portugal, como também faz ás duas casas de Piratininga e S. Vicente, por serem a elle annexas e entrarem no numero das cincoenta para que tem dote. (CARDIM, 1978, p. 207).

Já Anchieta ralata um ano depois que a casa onde residia de ordinário oito, cinco padres e três irmãos, estava em “sítio não muito sadio nem aprazível por estar em lugar baixo” (ANCHIETA, 1988, p. 427). Já tinha então oito câmaras assobradadas e oficinas bem acomodadas. “A igreja é nova, mui capaz para a terra e bem ornada”. As ocupações dos padres eram: pregar, confessar, ensinar os meninos a ler e escrever e exercitar os demais ministérios com os portugueses, escravos e índios da terra, “que são muitos e os mais domesticados da costa”.

Figura 17 - *Perspectiva da Villa De Victoria, Capitania do Espirito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª Anno de 1805.*



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 06.02.2895. Adaptado pela autora (2017).

Leite (2006, Tomo VI/livro II/I, p. 133) informa que a casa de Vitória perdeu a função de escola de ler, escrever e algarismos ainda no século XVI, passando a categoria intermediária entre colégio e residência. A partir de então passou a ser denominada Casa Reitoral do Espírito Santo. Permaneceu assim até meados do século XVII, quando em 1647 Simão de Vasconcelos, então Reitor do colégio do Rio de Janeiro, propôs ao Geral da Ordem que se transformasse em colégio esta casa reitoral capixaba, que seria dotada de renda proveniente do Real Colégio do Rio de Janeiro, para o sustento de 20 religiosos. No ano seguinte, novamente o mesmo padre faz nova investida, desta vez, porém, amparado pelos pareceres dos consultores e de outros padres da Companhia. A designação *colégio* só aparece, entretanto, no catálogo do ano de 1654.

Assim passou a esta categoria a Casa Reitoral de Vitória; mas a dependência do Rio produziu, meio século depois, confusão administrativa na Procuradoria central de Lisboa pelo facto de a vida económica do Espírito Santo girar à roda da do Rio. Deslindou-se a confusão de contas em 1725, tempo em que o Colégio do Espírito Santo já possuía fazendas organizadas, aptas a assegurar a sua independência autárquica, significado jurídico da palavra “Colégio”, além da sua função específica de ensino. (LEITE, 2006, Tomo VI, livro II/I, p. 133-134).

A casa do Espírito Santo que teve, desde os seus primeiros anos, classe de latim, ainda que em carácter particular, em decorrência da baixa densidade demográfica da terra, com a elevação a categoria de colégio, passou a oferecer também o curso de humanidades e organizou-se a Congregação dos Estudantes, comum aos demais colégios da Companhia de Jesus. (LEITE, 2006, Tomo VI/livro II/I, p. 134).

Serafim Leite (2006, Tomo VI/livro II/I, p. 134) descreve as muitas reformas e grandes obras por quais passou o colégio jesuíta capixaba: em 1707, construção de novo corredor; em 1727, construiu-se parte do colégio, “desde os alicerces”, em trecho que havia sofrido arruinamento; em 1734, criação de novo corredor; em 1742, construção da grande enfermaria; em 1747, construção da ala contígua à Igreja de São Maurício, “que veio dar ao Colégio ‘magestade’ e ‘beleza’”.

Segundo Novaes (1969, p. 54-55), o dinamismo apostólico dos inicianos se refletia tanto no ensino ministrado na sede da capitania, quanto no estabelecimento e desenvolvimento dos princípios da arte e da indústria, também nos aldeamentos. Em aulas públicas realizadas na Vila de Vitória eram fornecidas gratuitamente as disciplinas de português e latim, enquanto que outras cadeiras — francês, grego, filosofia, retórica e ciências teológicas — eram reservadas aos ingressos da Ordem. Desde muito cedo, foram logo introduzidas pelos jesuítas a feitura de paramentos, bordados, costuras e tecelagem entre as mulheres índias. Os padres também estimulavam desde trabalhos manuais simples, ligados às tradições indígenas de confecção de cestos, colheres, gamelas, pilões e alpercatas de cardos, aos mais apurados, como os serviços de carpintaria, marcenaria, escultura, douramentos e demais modalidades da arte. Para Oliveira (1975, p. 89-90), além da obra apostólica de edificantes reflexos sociais, tanto na principal vila, quanto nos aldeamentos, deve-se aos soldados de Cristo quase tudo o mais, a saber: o poderoso auxílio prestado na defesa da terra durante as invasões estrangeiras, o papel de destaque na enfermagem e na medicina durante as

diversas epidemias¹⁵⁹, o precioso serviço dedicado à formação intelectual e aos campos da engenharia e arquitetura, visto que além da edificação dos monumentos religiosos, jesuítas ou não, os índios aldeados representaram a mão de obra que construiu os edifícios civis e os demais equipamentos urbanos da capitania, sob a direção e a técnica de trabalho dos seus mestres inacianos.

O Colégio dos Jesuítas, com boa livraria, com suas aulas, com a assistência religiosa e caritativa, com os seus variadíssimos ministérios, teve vida ininterrupta, pacífica e fecunda, durante mais de dois séculos. Até que lhe chegou também a tormento. No dia 4 de Dezembro de 1759, apresentou-se em Vitória com o aparato militar, usado em todos os mais Colégios, o Desembargador João Pedro Sousa Sequeira Ferraz. Deu conhecimento ao Reitor P. Silvério Pinheiro da sua triste comissão, portando-se com dignidade e benevolência, consultando os próprios Padres sôbre o melhor meio de a realizar. (LEITE, 2006, Tomo VI/livro II/I, p. 141-142).

Os jesuítas do colégio e dos aldeamentos partiram da Vila de Vitória em 22 de janeiro de 1760. Foi nomeado, em 20 de agosto de 1776, o Dr. Manuel Carlos da Silva Gusmão para ouvidor e corregedor da Capitania, encarregado de inventariar as propriedades e os demais bens dos jesuítas na região. O fechamento do auto de avaliação dos chãos urbanos da Vila de Vitória procedeu-se a 31 de agosto de 1780 na vila de São Salvador da Paraíba do Sul, então pertencente a comarca do Espírito Santo.

Foram assim vistas e avaliadas diversas casas e terrenos, entre elas a casa nº 290 na rua do Colégio, hoje Afonso Brás, junto ao muro do colégio, e que vai para a rua do Egito [...]; um lanço de chãos na mesma rua para o *porto do Egito*, hoje ladeira do Egito; outro lanço de chãos juntos ao muro da cerca do mesmo colégio em direção ao mesmo porto, junto às casas do pardo Luís Vareiro; outro lanço de chãos sitos na rua do Colégio, para a parte de baixo em frente à portaria do mesmo colégio e que descia para o trapiche [...]; outros chãos nos fundos do último, fazendo canto na mesma rua e frente para a travessa de *Frei Jorge*, hoje rua da Imprensa [...]; outros chãos na ladeira do *Defunto Vigário da Vara*, em direção à rua da Praia, hoje Duque de Caxias, em frente ao *porto dos Padres* [...], onde por muito tempo existiu um porto de embarque, podendo ainda ver-se hoje as ruínas de uma rampa e escada de pedra; um lanço de chãos em que erigiu casa José da Silveira, com foro, nº 54, confinando com o trapiche dos padres e casas de Maria Nunes; um lanço de chãos em que erigiu casa a preta forra Rosa Maria, com o nº 51 na rua que ia do trapiche para a rua de São Francisco, dividindo com casas de Francisco Rodrigues Lima e o beco que medeia com o mar, e que teve o

¹⁵⁹ As principais epidemias por quais passou a capitania do Espírito Santo ocorreram nos anos de 1558 (NOVAES, 1969, p. 32-33), 1559 (FREIRE, 2006, p. 73), 1560 (SCHWARTZ, 1988, p. 51), 1564 (NOVAES, 1969, p. 37), 1565, 1594, 1595, (LEITE, 2006, tomo I/livro III/III, p. 216), 1653, 1656, 1666 e 1669 (LEITE, 2006, tomo VI/livro II/I, p. 140).

nome de ladeira do Padre Inácio, hoje ladeira da Misericórdia; outros chãos defronte da enfermaria dos padres e que mediava com a preta forra Rosa Maria e chãos em que estava construindo casa Teodósio de Lírio; uns chãos em que está ereta a casa que foi de Francisco José e depois do pardo forro Francisco dos Santos, ao lado da de Antônio dos Santos, sito no pasto pertencente aos padres; esta casa e mais três que este Francisco dos Santos e Antônio dos Santos possuíam eram feitas no antigo seminário construído pelo padre Afonso Brás, e na quina da rua do Egito em frente à ladeira, cujas ruínas de alicerces ainda se veem, a qual tinha o nº 574; outros chãos em que está a casa de Antônio dos Santos nº 573, ao lado da de Francisco dos Santos; outros chãos em que está outra casa de Antônio dos Santos nº 572, no mesmo local do *sítio* chamado do *Egito*, e que ainda tinha outra de nº 571 [...]; outro lanço de chãos sito na rua do Carmo nº 618 [...]; outros chãos sítos na *rua que desce da Matriz para a praia*, e no qual se podiam fazer duas casas [...]; outros chãos onde havia pilares dividindo com chãos do colégio e casas arruinadas nº 171 chamadas da *Pedra*, cujo local ainda até hoje conserva o nome de *Pedra do Bode*; outros chãos em que existiu a casa térrea chamada da *Pedra*, com pilares arruinados e nº 172 e que faziam quina com a rua da Praia. As terras avaliadas foram: as da parte d'além da vila da Vitória, com extensão de 3 quilômetros e que corriam de este a oeste, dividindo-se pelo norte com a baía em frente à vila, pelo sul até o sítio que foi de Manoel Gonçalves Lima e depois de João Antônio, e se dividem com os mangues, entrando pelo *Aribiri* e deste Gonçalves Lima em diante se dividem pelo alto do morro chamado do *Frade*, em águas vertentes para o norte, descendo até rumo de oeste até o *Paul*, e pela parte de leste demarcadas pelo mesmo rio navegável, foi avaliado um quinhão de terras na ilha chamada do *Sinai do Andrada*, que julgamos ser a hoje chamada da *Pedra d'Água*, já pela configuração, já por estar unida à terra firme e em frente às pertencentes aos padres da Companhia, cuja parte fora comprada ou doada por Gaspar de Matos, e que pelo sul se dividia com terras de João Ribeiro, herdeiros daquele Andrada, principiando pela *Taputera* (pedra fora d'água), correndo pelo alto da ilha para leste e parte do norte se dividia com as margens que fazem *mar no rio morto*, o *Aribiri*, e pela parte de leste se confinava com o mangue que a cerca e pela parte de oeste fazem frente pelo rio Santa Maria navegável, tendo pouca extensão e menos largura, podendo levar dois alqueires de planta; ainda outras terras foram avaliadas no Pontal, *da outra parte do rio* no chamado *Maruípe*, hoje da Passagem, que de um lado se divide com a *Passagem Real*, que ia desse lugar para a praia de Maruípe e da outra se dividiam com a estrada das Pitangueiras e faziam um ângulo na encruzilhada das ditas *duas estradas*, fazendo termo afinal no mar, onde tinham mais largura e alguma mata virgem. Foram portanto avaliadas as casas e chãos por 618\$000 e as terras por 650\$000.¹⁶⁰ (DAEMON, 1879, p. 184 a 187).

Apesar de já estar concluído o inventário em 1780, somente a 20 de abril de 1784 os bens foram postos em praça pública. A grande maioria foi arrematada pelo alferes Francisco Antônio de Carvalho, que os traspassou ao condestável Torquato Martins de Araújo, em 21 de outubro de 1784, no Rio de Janeiro. Segundo Carvalho (1982, p. 52), de todos os bens jesuítas

¹⁶⁰ O ofício original da arrematação dos chãos e terrenos urbanos dos jesuítas em Vitória encontra-se no livro de número 19, intitulado “Arrematação dos assucars das fazendas e bens dos jesuítas” (p. 42v a 47), do Museu da Fazenda Federal do Rio de Janeiro.

inventariados no Espírito Santo, assumiram a condição de próprio nacional os edifícios do Colégio de Santiago, com sua Igreja de São Maurício, e também as igrejas residências de Reis Magos e de Anchieta.

Os bens de mão morta¹⁶¹ constituíram outro conjunto apreciável de imóveis intransferíveis e muito significativos pelas suas proporções como pela proximidade ou presença privilegiada dentro das aglomerações de todo porte. Acumulados ao longo de todo o período colonial, ajudaram a conduzir a vida urbana em todos os quadrantes desbravadores e, nos meados do século XIX, estavam em grande parte malcuidados, subutilizados ou quase abandonados. Particularmente, aqueles detidos pelas ordens religiosas, então fortemente cerceadas pelo governo central e em franca decadência quanto ao número de membros, serviços prestados e prestígio perante a sociedade como um todo. [...] Mostram [...] um reaproveitamento governamental só possível pela união que persistia entre Coroa e Mitra. O padroado, agora imperial, se exercia de inúmeras formas e podia resultar, como em 1827 quanto aos Cursos Jurídicos em Olinda (mosteiro de São Bento) e São Paulo (convento de São Francisco), na adjudicação desses bens para as suas necessidades de ordem civil, militar ou assistencial. (MARX, 1999, p. 62-63).

A condição de abandono descrita por Marx (1999, p. 62) não poupou o edifício jesuíta de Vitória. Carvalho (1982, p. 52) salienta que o edifício permaneceu fechado, muito provavelmente, até início do ano de 1787, ano em que os juízes ordinários e os oficiais da câmara o solicitaram à Coroa portuguesa. Porém, os registros que comprovam que o edifício foi finalmente ocupado pelo governo da capitania e futura província, remetem ao ano de 1796. Nesse mesmo ano, “pelo descuido de uns índios, segundo diz a crônica” (DAEMON, 1879, p. 196), irrompeu um incêndio na Igreja de São Maurício que destruiu por completo o altar-mor e algumas imagens. Saint-Hilaire (1974b, p. 47), em princípios do século XIX, considera a igreja grande, ressalta, porém, que “nada mostra de notável”, muito provavelmente em consequência das perdas ocasionadas pelo citado incêndio.

Rocha (2008, p. 42) informa o antigo colégio comportava, em meados do século XIX, o Palácio da Presidência, a respectiva secretaria, um colégio de instrução literária, o Liceu, a Tesouraria da Fazenda, a administração do Correio, o armazém de artigos bélicos e a biblioteca pública. Estava nesse período em estado deplorável, segundo relatou o então presidente da Província Pedro Leão Veloso: “Pareceu-me, quando entrei por ele que era uma casa desabitada, há anos, está impróprio para ser ocupado por qualquer pessoa que tenha tido

¹⁶¹ De mão morta designam os “Jurisconsultos às Religiões, Irmandades, Collegios, Hopitales, & outras Comunidades, que não morrem, porque continuamente se vão renovando, com os que sucessivamente entrão nellas” (MARX, 1999, p. 61).

um pouco de educação” (apud ROCHA, 2008, p. 42). Com a visita de D. Pedro II, em 1860, o edifício passou por grande reforma, que além de promover a reestruturação da decoração, demoliu algumas paredes e a antiga cozinha dos padres.

Mas foi no governo do presidente Jerônimo Monteiro (1908-1912) que houve uma reforma no conjunto inteiro, destruindo inteiramente o edifício dos jesuítas. Aliás, diga-se de passagem, que Jerônimo Monteiro e seu irmão, o Bispo Dom Fernando, destruíram obras valiosíssimas da arquitetura colonial brasileira nos poucos anos em que estiveram à frente do governo (temporal e espiritual) do Espírito Santo, descaracterizando o que de melhor havia em Vitória. (CARVALHO, 1982, p. 53).

Novas obras foram realizadas nos governos de Bernardino Monteiro (1916-1920), do Cel. Nestor Gomes (1920-1924), de Florentino Avidos (1924-1928) e de João Punaro Bley (1930-1947). Obras que contribuíram para a descaracterização completa do antigo edifício colonial, que a partir de então assumiu a roupagem eclética observada ainda atualmente (Figura 18). Devido à reabilitação do período colonial nos âmbitos historiográfico e arquitetônico, em grande parte possibilitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o antigo Colégio de Santiago volta a ter sua origem jesuíta rememorada. Por iniciativa de Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1954), publica-se o decreto nº 15.888, de 09 de junho de 1945, que denominava Palácio Anchieta a sede do governo estadual do Espírito Santo. (MARTINUZZO, 2009.p. 193).

Figura 18 – Sede dos jesuítas no Espírito Santo. (a) Colégio de Santiago e Igreja de São Maurício. (b) Atual Palácio Anchieta, sede do governo do Espírito Santo.



Fonte: (a) Carvalho (1982, p. 186). (b) Autora (2010).

Não foi somente o principal edifício dos jesuítas que sofreu as conseqüências da ausência dos padres. Após a expulsão, o ensino, sensivelmente prejudicado, reduziu-se à

cadeira de latim, que foi somente oficializada no ano de 1771. Perdeu-se por completo a única biblioteca da capitania, instituída no colégio sob esforços dos jesuítas¹⁶². O Espírito Santo passou a ser assistido por apenas um sacerdote secular, dependente do vigário da Vara. Muitos índios aliados desertaram de seus antigos aldeamentos, e volta e meia os índios inimigos, principalmente os botocudos, voltaram a incursionar pelos povoados, enfatizando com a sua presença, “quão precária era a segurança que a terra oferecia, não obstante mais de dois séculos de colonização” (OLIVEIRA, 1975, p. 212). Capistrano (1960, p. 64) informa que o aspecto do Espírito Santo em 1801 pouco diferia do que havia sido dois séculos antes.

Segundo relato de Biard (2004, p. 57), Vitória ainda possuía a época de sua viagem em meados do século XIX, praticamente um século após a expulsão dos inacianos, uma espécie de bairro formado por um numeroso grupo de índios. Observa em quase todas as habitações índias tecendo rendas de almofada, prova de que os ofícios outrora estimulados pelos padres continuaram fazendo parte do cotidiano dos índios. A essa época, a capital da província do Espírito Santo, embora já ostentando os foros de cidade, não passava de um minguido povoado, cuja a cifra pouco excedia os cinco mil habitantes, que viviam, quase exclusivamente, as custas da pesca. (ROCHA, 2008, p. 41).

3.1.3 Os Aldeamentos

Os primeiros donatários portugueses que aportaram no Brasil não vieram inteiramente desprovidos de modelos a seguir no estabelecimento de suas colônias. Segundo Marchant (1980, p. 36), um dos principais deles era certamente o do método de trato com os índios, já largamente praticado pelos traficantes de pau-brasil e guarda-costa. Entre esses antigos métodos, o escambo e a compra de cativos passaram a constituir as duas principais formas de acesso a tão necessária mão de obra. Nessa primeira forma de recrutamento os portugueses ofereciam instrumentos de ferro, armas de fogo e toda gama possível de bugigangas às lideranças indígenas na expectativa que os mesmos atendessem as demandas indispensáveis ao suprimento das suas necessidades, sobretudo no abastecimento de gêneros alimentícios. Embora úteis na derrubada das matas para o posterior preparo das roças, os índios ofereciam provisões apenas esporadicamente e de maneira limitada. Apesar das relações de troca até terem florescido em meados do século XVI, os colonos logo passaram a depender cada vez

¹⁶² Oliveira (1975, p. 204) relata que anos após a expulsão, o Tribunal da Mesa Real Censória exigiu a recuperação dos antigos livros pertencentes aos jesuítas, cabendo ao ouvidor da comarca a tarefa de “deitar bando e recebê-los, em restituição, das mãos dos que se acusaram”. Em 1794, os remanescentes recuperados perderam-se num incêndio.

mais da produção e mão de obra indígena para o seu próprio sustento. A oferta de gêneros promovida pelos índios não correspondia de forma alguma à simples resposta econômica a um novo contexto, como colocam Marchant (1980) e outros autores. Monteiro (1994, p. 32) salienta que o escambo ganhou sentido apenas na medida em que se remetia à dinâmica interna das sociedades indígenas, visto que as relações de troca estavam essencialmente vinculadas ao estabelecimento de alianças com os europeus. Os índios aceitaram e até promoveram essas relações, portanto, a medida que as mesmas contribuíram para a realização de suas finalidades tradicionais. Porém, contraditoriamente, foi através dessa postura conservadora que os grupos indígenas contribuíram para a transformação acelerada das relações intertribais e com os colonizadores.

Com o fracasso do escambo, os portugueses procuraram fomentar ainda mais a guerra indígena com o intuito de produzir um significativo mercado de cativos, que ao invés de serem impostos aos tradicionais sacrifícios, seriam negociados sob a condição da escravidão. Inicialmente subordinada à configuração das relações intertribais, com a ocupação efetiva da terra e o estabelecimento das lavouras canavieiras, a aquisição de cativos passou logo a adquirir características de “saltos”, promovidos com a finalidade de adquirir escravos para a empresa colonial. Os índios, entretanto, não se transformaram em escravos tão facilmente. As resistências partiam não apenas dos captadores, mas dos próprios cativos, que preferiam a honra do sacrifício.

Ademais, ficava cada vez mais claro para as autoridades portuguesas que a insubordinação e rebeldia indígena estavam intrinsecamente ligadas às provocações europeias, na medida em que a exploração desenfreada da mão-de-obra indígena aparentemente levava tanto à resistência armada quanto ao declínio demográfico. A percepção desta ligação entre demandas europeias e comportamentos indígenas contribuiu para a alteração radical da política portuguesa para o Brasil, política esta que envolvia pela primeira vez a própria Coroa enquanto agente colonial. (MONTEIRO, 1994, p. 35).

Assim nasceu a política indigenista, conforme visto, já com o Regimento de Tomé de Souza¹⁶³, dando início a uma série de leis, decretos, ordens e regimentos que fariam parte de uma legislação por muitas vezes ambígua e contraditória. O Regimento, apesar de reconhecer os insucessos provocados pelo cativo ilegal e violento praticado pelos colonos, declarava veladamente que o sucesso da colônia dependia, em última instância, de uma

¹⁶³ O Regimento de Tomé de Souza, complementado por leis de caráter mais específico, vigorou até 1677. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 18).

política de subordinação e exploração dos índios, política essa que foi efetivamente implementada na administração de Mem de Sá¹⁶⁴.

Nesse contexto, os inacianos se tornaram instrumentos da política de desenvolvimento da colônia, servindo aos interesses do Estado português. Como já visto, o governo geral deu assim início à política dos aldeamentos religiosos, cujo objetivo primeiro era reunir os índios em núcleos administrados pelos jesuítas, nos quais esses índios aliados pudessem se tornar os súditos cristãos tão caros à garantia e expansão das fronteiras portuguesas na colônia. Do Regimento do primeiro governador, ao “estatuto das aldeias” de Mem de Sá, porém, uma série de acontecimentos abalaram a confiança dos soldados de Cristo e das autoridades em relação à facilidade da conversão do índio e sua posterior integração ao contexto colonial. As dificuldades e os riscos de se administrar a doutrina nos sertões, logo fizeram com que os padres transferissem os índios para áreas próximas aos núcleos já estabelecidos pela Coroa portuguesa. Passaram logo a conviver com a hostilidade dos colonos e com os frequentes ataques de tribos hostis que colocavam em risco os projetos tanto da Coroa, quanto dos próprios jesuítas. Para Nóbrega, a solução era mudar o método de conversão dos índios e também lutar contra a perda e o desânimo dos missionários. O desastroso governo de Duarte da Costa e a morte do primeiro bispo do Brasil em 1556, segundo Almeida (2000, p. 44), foram fatores decisivos para que a relativa prudência dos primeiros tempos cedesse lugar à violenta campanha contra os índios desencadeada por Mem de Sá.

Enfrentando violentamente, com o apoio dos inacianos, os índios inimigos que ameaçavam a soberania portuguesa entre o sul da Bahia e São Vicente, Mem de Sá alcançou o controle da situação no espaço de aproximadamente 10 anos. É importante reforçar que todas as guerras nessa época se sustentavam basicamente com contingentes indígenas e as alianças seguiam beneficiando autoridades e índios aliados, e sensivelmente influenciando e alterando as relações intertribais. Em paralelo com as campanhas militares, o terceiro governador geral traçava novas regras aos aliados, ao mesmo tempo que os aldeava em grandes núcleos. O projeto de aldeamento passa a ser tanto uma solução para o controle dos índios, como uma arma preciosa de combate ao desânimo dos soldados de Cristo. Nóbrega, Anchieta e os demais cronistas da Companhia exultavam com os sucessos e com a nova política que tornavam os aldeamentos plenos de índios, que por estarem aterrorizados com o contexto da guerra aceitavam sua nova condição de súditos cristãos.

¹⁶⁴ Com Mem de Sá, os jesuítas conseguiram agrupar, entre 1557 e 1562, em onze paróquias da Bahia um total de aproximadamente 34.000 índios. (MARCHANT, 1980, p. 94).

O *Plano das Aldeias*, portanto, parte de uma análise de experiências para propor uma nova intervenção, é uma planificação que, sendo compartilhada com a Companhia e a Coroa, ganhará legitimidade e se transformará num projeto, onde os colonizadores reunirão seus esforços em nome da conversão/sujeição do gentio. O aldeamento é um projeto colonial exatamente por forjar e ser forjado pela aliança entre a Coroa e a Companhia. É uma idealização conectada à experiência na colônia com suas venturas e desventuras, transformando-se em realidade agenciando interesses e forças dos colonizadores. Projeto imaginado antes da sua consecução, o aldeamento jesuítico constituirá um veículo de ocupação territorial e de posse de almas, entrecruzadamente. (FERNANDES, 2001, p.78).

Entretanto, mesmo na condição de projeto, segundo Neves (1978 e 2007), o sucesso da missão jesuíta na vinha do Brasil dependia de

[...] uma série de *continuidades*; caso contrário, não poderia ser cogitada. Supõe uma continuidade “geográfica”, outra “humana”, outra “temporal” e assim sucessivamente. Tais continuidades não podem ser absolutas; se assim fosse não haveria necessidade de um projeto missionário porque simplesmente não se parte de um ponto de chegada. A missão supõe uma *continuidade relativa*; requer alguns pontos de segurança nos quais possa se apoiar para conquistar pontos esquivos, descontínuos. E o projeto missionário é justamente este: unir os diversos pontos – que, até ali, ou não formavam uma figura ou esta era disforme – de uma forma traduzível ao idioma de quem maneja o instrumento que desenha. (NEVES, 2007, p.193-194).

Assim, logo que foram instituídos, os aldeamentos começaram rapidamente a substituir as aldeias independentes, transferindo para Coroa portuguesa o controle da terra e do trabalho indígena. Situação que, no contexto do século XVI, não agradava apenas a Coroa, mas era vista com bons olhos também pelos colonos, como já explicitamente declarado no documento *Algumas advertencias para a província do Brasil* (s.d., p. 199, in BNCR, Ges. 1255.38) em tópico anterior. Isto porque, a presença dessas unidades constituía, a princípio, a garantia de reserva de trabalhadores livres disponíveis para proporcionar o desenvolvimento da economia colonial. O fato dos jesuítas servirem aos colonos em questões temporais, não foi apenas relatado, mas também aprovado pelo bispo Dom Antonio Barreiros numa missiva de 26 de março de 1582 destinada ao papa.

E certifico que suas aldeas que ha pera defensão da terra que os mesmos padres ordenarão, donde se tambem ajudão os moradores pera os plantar de suas canas, e mantimentos, e mais cousas necessárias as suas fazendas [...]. E por serem tam importantes estas aldas a defensão a terra, e ao proveito dos moradores, falecendo muitos índios e ficando as ditas aldeas faltas, os mesmos padres da Companhia por respeito deste bem comum mandarão per algumas vezes ao sertão padres da dita Companhia, e a sua propria custa

buscar índios que trouxeram com que reformarão as ditas aldeas. Certifico também que não menos fructo e proveito fazem os mesmos padres pera com os moradores da terra. Em a doutrina, exercício das letras em os estudos que qua tem, a onde geral mese todos así por portugueses como filhos da terra são doctrinados donde redundou, e redonda grande reformação em vida e costumes de todos. (CARTA de Dom Antonio Barreiros, 1582, in ARSI, BRAS 15, p. 330-330v).

O relato do bispo do Brasil revela ainda outra face destes núcleos. Instituídos com o objetivo de dar proteção as populações indígenas, os aldeamentos foram, na verdade, os grandes responsáveis tanto pela aceleração do processo de desintegração do índio com suas comunidades, como por causar uma mortandade mais lenta, quando comparada às práticas de resgates e cativos impostas pelos colonos, porém bem mais extensa, visto o novo ambiente epidemiológico ao qual os índios eram hostis. (ALENCASTRO, 2000, p. 120).

Com as altas taxas de mortalidade, os inicianos dependiam fundamentalmente da constante introdução de novos grupos, como relatado pelo bispo do Brasil acima, que pudessem reformar esses aldeamentos por meio da recomposição de suas populações. Isso só era possível através da prática dos descimentos.

A obrigatoriedade da presença de missionários, em especial de jesuítas, junto às tropas de descimento, como visto, constituía matéria obrigatória desde a Lei de 24/2/1587.¹⁶⁵ Os métodos recomendados eram invariavelmente a persuasão e a brandura. Os padres deveriam convencer os índios a segui-los por vontade própria, e para tanto eram constantes as promessas de que seriam livres senhores de suas terras nas aldeias, e que estariam melhor e mais seguros nas aldeias do que no sertão, que com o correr da colonização e do jogo político de lutas e alianças se tornava cada vez mais hostil. A persuasão incluía a celebração de pactos em que eram garantidos aos índios o direito de liberdade nas aldeias, de posse de suas terras, de bons tratos e de trabalho devidamente remunerado que atenderia aos colonos e à Coroa. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

Os descimentos constituíram um precioso instrumento de manutenção populacional nas aldeias, pelo menos durante certo tempo. É importante ressaltar que eram transferidas populações inteiras, o que representava um relativo equilíbrio entre os sexos e a garantia do crescimento vegetativo nos aldeamentos. Os núcleos jesuítas ficaram assim caracterizados pela mistura de povos e culturas, o que sensivelmente ia de encontro com a estratégia de

¹⁶⁵ As constantes disputas entre jesuítas e colonos farão com que os descimentos devam ser procedidos ora exclusivamente pelos primeiros (Lei de 1587, Regimento do governador geral de 1588, Alvará de 26/7/1596, Carta Régia de 21/10/1653, Regimento das Missões, de 1686), ora pelos administradores seculares das aldeias (Lei de 1611), ora permitidos aos moradores. Entretanto, a presença de missionários foi sempre exigida. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

homogeneização pretendida pelos padres, mas que culminava na desarticulação da sociedade indígena.

De fato, no seu esforço em transformar os aldeamentos em mecanismos ideais para a manipulação e controle dos povos indígenas, os jesuítas buscavam, de forma meticulosa, desmontar os elementos fundamentais da organização social e cultural de diversos grupos locais, substituindo-os por um modelo radicalmente divergente. Por exemplo, a criação de povoados fixos e permanentes com uma delimitação territorial em termos absolutos contrastava fortemente com o padrão convencional de fragmentação e recomposição periódica das aldeias. Já a organização espacial das missões, decalcada do modelo europeu orientado em torno da igreja numa praça central, também fugia aos modelos organizacionais das aldeias pré-coloniais. Ainda em outros casos, a substituição das unidades domésticas multifamiliares por unidades nucleares bem como a proibição da poligamia tiveram grande impacto, ao passo que a repressão de boa parte dos ritos nativos e a concomitante introdução de rituais cristãos buscavam reestruturar os contornos básicos da vida dos índios. Finalmente, e talvez mais significativo, os missionários procuravam inculcar nos seus súditos indígenas uma nova concepção do tempo e do trabalho, na qual a divisão sexual do trabalho e a organização rígida do tempo produtivo necessariamente esbarravam nos conceitos pré-coloniais. (MONTEIRO, 1994, p. 47).

A relação inicial estabelecida entre os aldeamentos e os colonos foi pacífica enquanto conseguiu suprir as necessidades de mão de obra abundante e barata, já que a política indigenista objetivava desenvolver uma estrutura de trabalho na qual os colonos contratariam o trabalho dos índios aldeados. Nesse sentido, o aldeamento deveria proporcionar uma estrutura de base para a reprodução da força de trabalho, preservando, entretanto, algumas características da organização social pré-colonial, como a moradia, a família, a roça e até mesmo a estrutura política, sensivelmente alteradas, é claro, pelo projeto cultural dos jesuítas. Dessa forma, o valor dos salários permanecia bem abaixo dos custos de reprodução da força de trabalho, os quais seriam absorvidos pelas mesmas estruturas dos aldeamentos da Companhia. A repartição da mão de obra deveria permitir também que os aldeamentos pudessem prosperar, ficando dessa forma prevista a permanência constante de uma parte dos índios para tratar de sua própria sobrevivência. (MONTEIRO, 1994, p. 44).

Em alguns momentos estabelece-se uma repartição da 'terça parte': um terço permanece na aldeia, um terço serve à Coroa (guerra, descimentos), o restante é repartido entre os moradores (Provisão Régia de 1/4/1680; Carta Régia de 21/4/1702; Ordem Régia de 12/10/1718). Noutros momentos é a metade do contingente das aldeias que deve ser repartida pelos moradores, sempre para trabalho remunerado e temporário (Regimento das Missões, de 1686; Diretório de 1757; Direção de 1759). O tempo de serviço é igualmente regulamentado de modo a que os índios "de repartição" possam cuidar de seu

próprio sustento nas roças das aldeias: dois meses (Avará de 26/7/1596: Lei de 1/4/1680), seis meses por ano no máximo, em períodos alternados de dois meses (Regimento do governador geral do Maranhão e Grão-Pará de 14/4/1655), seis meses no Pará e quatro no Maranhão, já que os dois meses previstos não bastam para os trabalhos de coleta nessas regiões (Regimento das Missões de 1686). (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 120).

Na verdade, a relação amistosa dos primeiros tempos é rompida quando se constatou que os aldeamentos não conseguiriam atender à demanda dos colonos. Para os colonos essas estruturas constituíram, ainda no século XVI, motivo de grande aborrecimento, já que o acesso restrito à mão de obra era sempre controlado pelos jesuítas, que faziam as vezes de intermediários, quando os colonos pretendiam negociar os serviços diretamente com os índios. Para os padres, os aldeamentos logo se mostraram incapazes de proporcionar as estruturas adequadas para manter e reproduzir uma reserva de trabalhadores. Mesmo no período de grande expansão dos aldeamentos, por volta dos anos de 1557 e 1562, os jesuítas temiam pela sobrevivência dos aldeamentos ante as sucessivas ondas de epidemias. De acordo com uma missiva anônima, a epidemia que se abateu sobre o Espírito Santo, provavelmente em 1558, obrigou que os padres realizassem até treze enterramentos por dia. Por já estar o adro cheio, se colocavam dois em cada cova. O Pe. Brás Lourenço recebeu nessa epidemia a alcunha de “o que leva os mortos”. “Esta mortindade começou no certão e pela costa dêo o Rio de Janeiro com ramo de peste e chegando a Tapemirim”¹⁶⁶ (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 234). O jesuíta anônimo segue relatando que parecendo aos índios “que escapariam estando perto dos Brancos, se vieram pera estes logo com mulheres e filhos, e porque vinham fugindo de uma parte, achando-se cercados de outra, começaram a levar o caminho dos escravos e morrer fortemente” (Ibid., 234).

O contato intensivo com os europeus nas aldeias e nos engenhos tornava os índios crescentemente suscetíveis a doenças européias. Já em 1559 relatava-se a existência de uma peste que assolava a costa brasileira. A doença, provavelmente varíola (bexigas), alastrou-se em direção ao norte. Em 1559 ou 1560, matou mais de seiscentos escravos indígenas no Espírito Santo em tão pouco tempo que precisavam ser enterrados dois corpos em cada cova. (SCHWARTZ, 1988, p. 51).

Apesar do impacto destrutivo que o projeto dos aldeamentos teve sobre as sociedades indígenas, os índios conseguiram preservar ao menos alguns vestígios da sua antiga organização política e da sua identidade étnica. Monteiro (1994, p. 49) destaca que a

¹⁶⁶ Itapemirim, localizado 20 léguas a Sul da Vila de Vitória.

autoridade dos chefes foi resguardada, fornecendo assim uma base para certa autonomia dos grupos étnicos que integravam a população aldeada. Enquanto para os portugueses a manutenção de tal liderança mediava o controle sobre a população mais ampla, para os índios representava o estabelecimento de canais para seus protestos e reivindicações. Essas chefias, mesmo reconhecendo sua subordinação aos padres e demais autoridades coloniais, podiam sempre lançar mão da violência como forma de moderar as imposições unilaterais dos portugueses.

Em substituição às antigas aldeias nativas, que nunca constituíram povoados fixos e permanentes¹⁶⁷, os aldeamentos deveriam garantir a fixação permanente dos novos súditos cristãos em núcleos que se adequassem aos moldes coloniais. A localização desses aldeamentos foi profundamente influenciada pelos contextos que se seguiam ao avanço da colonização, como lista Perrone-Moisés (1992, p. 118-119).

Para incentivar o contato com os portugueses, facilitando assim tanto a civilização dos índios quanto a utilização de seus serviços, são em geral situados próximo das povoações coloniais (Alvará de 21/8/1582 e Provisão Régia de 1/4/1680, entre outros). Na Lei de 1611 serão expressamente situados a uma distância suficientemente segura de núcleos de povoamento brancos para que uns não possam prejudicar aos outros. O aldeamento em locais estratégicos distantes das povoações coloniais, com vistas à defesa, é disposto em Cartas Régias de 6/12/1647 e 6/3/1694 e aconselhado pelo Conselho Ultramarino em Consultas de 2/12/1679 e 16/2/1694. O Regimento das Missões, de 1686, dispõe que sejam deixados em suas terras os índios que não quiserem descer, em primeiro lugar porque não podem ser obrigados a fazê-lo — no que retoma recomendações anteriores — e, além disso, por ser interessante que "as aldeias se dilatam pelos sertões". Em alguns casos, além dessas considerações, leva-se expressamente em conta a qualidade das terras que se propõe aos índios para se aldearem, como na Carta Régia de 27/9/1707, aprovando um local em que há "bastantes terras para [os índios] lavrarem suas lavouras, e rio com abundância de peixe". (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118-119).

As alterações observadas na legislação só reforçam a condição de projeto desses núcleos. Além da questão religiosa, enquanto proposta colonizadora os aldeamentos apresentaram, segundo Fernandes (2001, p. 64), uma originalidade: sendo lugar do domínio, ele possuía uma maioria composta por índios administrados por poucos missionários, muitas vezes por apenas um. Enquanto as vilas e cidades formaram núcleos que notadamente se espelhavam no padrão reinol, os aldeamentos, conforme já citado, tentaram combinar os

¹⁶⁷ Vários poderiam ser os fatores que contribuíam para o deslocamento de uma aldeia, como o desgaste do solo, o escasseamento da caça, uma disputa interna entre facções, a morte de um chefe, o poder de atração de um chefe carismático, entre outros. (MONTEIRO, 1994, p. 22).

padrões reinol e nativo. A localização da maioria dos sítios foi fruto da escolha dos padres. Entretanto, é preciso salientar que alguns aldeamentos foram instituídos em antigas aldeias nativas. A flagrante disposição de mudança de sítio comum aos indígenas também foi tolerada e de certa forma incorporada ao projeto jesuíta, como vimos no documento das *Advertencias* em capítulo anterior. O mesmo se aplicava a alguns antigos costumes:

[...] si nos abraçarmos com alguns costumes deste Gentio, os quaes não são contra a nossa Fé Catholica, nem são ritos dedicados a ídolos, como é cantar cantigas de Nosso Senhor em sua língua pelo seu tom e tanger seus instrumentos de musica, que elles em suas festas, quando matam os contrários, e quando andam bêbados, e isto para os attrahir a deixarem os outros costumes essenciaes, [...] e assim pregar-lhes a seu modo em certo tom, andando, passeando e batendo nos peitos, como elles fazem, quando querem persuadir alguma cousa, e dizel-a com muita efficacia, e assim tosquiarem-se os meninos da terra, que em casa temos, a seu modo, porque a similhaça é causa de amor.¹⁶⁸ (NÓBREGA, 1988, p. 142).

O Pe. Simão de Vasconcelos corrobora com a estratégia proposta por Nóbrega, ao relatar que o Pe. Azpilcueta Navarro pregava “andando em roda delles, batendo pé, espalmado mãos, fazendo as mesmas pausas, quebras, e espantos costumados entre seus pregadores, pêra mais os agradar, e persuadir” (VASCONCELOS, 1865, livro I, p. 55). Para Agnolin (2009, p. 224), a estratégia adotada revela de forma paradigmática o quanto a “retórica” indígena despertou, antes, a atenção dos padres e, conseqüentemente, o quanto fez-se presente em suas próprias pregações. O que de maneira nenhuma constituía uma prática nova, já que o próprio Inácio de Loyola “convidava a ‘entrar com a (razão) deles (dos outros), para se sair com a nossa’” (AGNOLIN, 2009, p. 224).

Mas, nesse percurso, o hibridismo cultural decorrente de uma interpretação ritual do encontro doutrinal e sacramental reescreveu a relação com o sagrado segundo uma nova estrutura, tipicamente colonial, na qual, muitas vezes, foi difícil distinguir sujeito e objeto desse peculiar processo administrativo. (AGNOLIN, 2009, p. 214).

Agnolin (2009, p. 224) considera que o projeto de aldeamento resultou, na verdade, em “um ‘encontro’ (necessariamente) tecido de equívocos, implicitamente reconhecidos”. Ideia partilhada por Almeida (2000; 2013) e Fernandes (2001, p. 69), que considera os núcleos inacianos como espaços de inclusão dos respectivos códigos culturais da Coroa, dos jesuítas e dos índios, nos quais a realidade física evidenciava não apenas uma dominação, mas

¹⁶⁸ Missiva enviada a Simão Rodrigues em 1552.

antes disso uma negociação. As sucessivas propostas de alterações que aparecem na documentação dos padres e nos regimentos e alvarás régios poderiam, seguramente, constituir uma adequação entre o modelo e a prática.

Dizíamos antes que os índios foram inventados pelos colonizadores que primeiro os viram de fora como identidade coletiva. O aldeamento foi o lugar onde sujeitos de diversas etnias tornaram-se índios para si próprios, dado que para os europeus já o eram. O aldeamento também terá sido o lugar onde esses mesmos sujeitos viram-se como súbditos de um rei que era o mesmo dos europeus. (ARAÚJO, 2013 p. 11).

Para a efetivação dessa transformação, Agnolin (2009, p. 227) considera que os inacianos, como moderadores que eram no que dizia respeito à disputa pelo trabalho, logo procuraram estabelecer um método alternativo de assimilação e conquista dos “negros da terra”. Esse método constituiu-se como prática necessária de reconhecimento e indagação, na qual logo foram percebidos os já citados excessos e ausências. Em um primeiro momento, os excessos foram identificados como os maus costumes e as ausências com as crenças. No contexto da conversão, os primeiros (a antropofagia, o abuso do cauim¹⁶⁹, a poligamia, o poder dos pajés e caraíbas¹⁷⁰, entre outros) eram reveladores de uma profunda desordem social. Desordem essa, que oferecia uma sensível ameaça à administração do processo de civilização e, por isso, os excessos logo se tornaram a principal prioridade dos “redutores” jesuítas. Nesse sentido, na base do processo de catequização o trabalho foi logo imposto como precioso instrumento de civilização tanto nos aldeamentos brasileiros, como nas reduções da América espanhola. Isso porque o trabalho estável e regular nos campos pertencentes aos aldeamentos constituía não somente a garantia da civilização dos índios, mas representava também uma contribuição econômica importante para a província brasileira, visto que a possibilidade de se alcançar a auto-suficiência da estrutura inaciana dependia essencialmente do trabalho dos índios.

Para o satisfatório domínio dos excessos, os padres desenvolveram, como salienta Castelnau-L’Estoile (2006, p. 142), um verdadeiro arsenal de técnicas de sujeição. Apesar do pretendido controle do corpo e do espírito indígena, os padres procuraram impor aos aldeados apenas uma tutela limitada, artifício utilizado como meio de se evitar conflitos com os demais concorrentes interessados na dominação dos índios. Esse controle, exercido tanto pelos

¹⁶⁹ Bebida alcoólica indígena produzida por meio da fermentação da mandioca.

¹⁷⁰ No primeiro século de colonização a principal frente de ação adotada pelos inacianos foi, segundo Monteiro (1994, p. 48), a luta contra os pajés e caraíbas que, muito provavelmente, “representavam a última e mais poderosa linha de defesa das tradições indígenas”.

missionários residentes nos aldeamentos, quanto pelos superiores externos que visitavam anualmente os núcleos, deveria ser simultaneamente normal e quotidiano¹⁷¹. Como o dever do missionário era saber tudo e controlar todos os espaços do aldeamento, tanto as ausências deveriam ser previamente autorizadas, como a prática da visita semanal à casa dos índios permitia o controle de sua vida privada. Como lugar da unidade da família, a visita permitia ainda o controle sobre outro importante mau costume, a desenfreada sexualidade indígena. Essa espécie de liberdade vigiada se estendia, assim, a todos os aspectos da vida indígena. A salvação do índio dependia em primeiro lugar de sua civilização. E para a realização desse intento era preciso fazer uso de uma certa dominação política. Nesse sentido, “se o missionário deve modificar, pela força se necessário, o comportamento e os costumes dos índios para salvá-los, por outro lado, deve fazê-los conhecer a lei de Deus” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 146). Para os excessos, assim, era preciso a disciplina. Já às ausências era preciso a doutrina. Uma e outra, segundo Agnolin (2009, p. 229), eram essenciais ao processo de cristianização.

Parece-nos que a catequese oferece-se, justa e peculiarmente, como o elo que constitui esse processo entre as duas instâncias. Nesta direção, civilizar, antes de converter, os costumes indígenas nas pequenas “cidades de Deus” – não só catequeticamente afins à *civitas Dei agostiniana* – significará, de fato, *reduzir* os excessos dos costumes selvagens. Não só, portanto, “retirar” e “afastar” os indígenas da costumeira vida itinerante e/ou do perigoso convívio com os colonos, mas também e sobretudo exercer, através da educação dos corpos e das almas, o “bom governo” e “conduzi-los”, “reduzi-los” de fato, para a humanidade civil. (Agnolin, 2009, p. 232).

Como garantia da educação das almas os jesuítas desenvolveram uma pedagogia religiosa baseada no princípio da repetição.

Acabada la oracion se dirá una missa, por que la puedan oír los Indios antes que vayan a sus servicios y antes o despues de la missa se les haga la doctrina para breve spacio como de un quarto, poco mas o menos, repartiendo el dialogo de manera que se enseñe por lo menos una vez em la semana, y a la tarde assi por la semana como a los Domingos se enseñaran las oraciones dela doctrina, y tomaran algun tempo para particular instruction de los que se han de baptizar, casar, o comulgar de nuevo. Aviendo moços de escuela los enseñaran por espacio de hora y media, assi a la mañana como a la tarde, a ler, y escrevir, y despues de esso cantar a los que pareciere que tienen habilidad para esso aviendo quien lo sepa hazer, mas no los castiguen por su mano. Quitense las malas costumbres de los Indios, como aver excessos en los vinos, y bailes de noche, y las buenas se

¹⁷¹ Examinar os índios significava também avaliar o trabalho dos padres nos aldeamentos.

conservem, como dizirse la salve los sábados, y las disciplinas, y processiones de quaresma, y a lo menos en las quatro preincipales fiestas si vvieren cantores para missa cantada para confueto de los Índios, y augmento de la Christiandad. (CONFIRMACION que de Roma se embio a la Pr^a del Brasil, 1586, in ARSI, BRAS 2, p. 146).

O que se aprende do relato jesuíta é que o público privilegiado dos padres são as crianças. Além da instrução, os padres deveriam também observar as apetidões naturais de cada uma delas. Tanto os homens como as mulheres são menos considerados como um público para a conversão. Os homens devido ao trabalho, as mulheres por constituírem uma tentação da qual o jesuíta deveria se afastar. Os maus costumes deveriam ser sanados, enquanto os bons mantidos. Os bons costumes são apresentados não como instrumentos de persuasão utilizados pelos padres, mas, curiosamente, como costumes dos próprios índios. Há além disso, como observado por Castelnau-L'estoile (2006, p. 147), o reconhecimento da apropriação das festas cristãs pelos indígenas. A citada importância das festas constituía, segundo a autora, o terreno de entendimento entre padres e índios, bem como uma das possíveis vias de intercâmbio.

O citado relato jesuíta integra o regimento¹⁷² elaborado pelo visitador Pe. Cristóvão de Gouvêa, após dois anos de experiência *in loco* nos aldeamentos. O aldeamento, enquanto fruto do esforço de adaptação dos jesuítas à terra brasileira, foi imposto à Roma. Os jesuítas, bem como o centro romano, parecem reconhecer que a evangelização dos índios não é mais uma tarefa estritamente reservada aos padres da Companhia, ela se torna também um dos principais objetivos do governo geral. Entre 1557 e 1562 a política dos aldeamentos atinge seu apogeu. Os aldeamentos se multiplicam e com eles a certeza de que a missão brasileira encontrou a forma ideal para a civilização e salvação gentílica. O já citado massacre aos índios inimigos iniciado por Mem de Sá, entretanto, abre precedente para que os colonos portugueses avancem sobre o espaço dos aldeamentos em busca de escravos. As sucessivas epidemias, a insuficiência de missionários e os conflitos em torno da posse de escravos agravavam ainda mais o quadro. A história dos aldeamentos, segundo Castelnau-L'estoile (2006, p. 119), prossegue até 1583 acumulando fracassos. Os inicianos reconhecem, entretanto, que o projeto de aldeamento se adequava perfeitamente à missão pretendida. Havia sim a necessidade de se revisar tanto a política de proteção aos índios, como o lugar do aldeamento na sociedade colonial.

¹⁷² O regimento da província do Brasil de 1586, é o resultado da conformação do aldeamento ao espírito das *Constituições* da Ordem. Essa “norma missionária” que abarcava a realidade brasileira e o ideal romano permaneceu em vigor na província do Brasil até 1759. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 89-90).

Enviado pelo geral da Companhia, o visitador chega ao Brasil com o objetivo de diluir os conflitos internos e com isso tranquilizar o centro romano. Encarando negativamente os aldeamentos em um primeiro momento, Gouvêa aos poucos adota o ponto de vista dos padres brasileiros, reconhecendo que o projeto era o que melhor se adaptava à terra tão difícil e conflituosa. Sobre a espinhosa questão da escravidão, adota o ponto de vista pragmático do “mal necessário”. Para Serafim Leite (2006, Tomo II/livro IV/III, p. 491), o Pe. Cristóvão de Gouvêa foi o grande “codificador e legislador” da Ordem no Brasil. A partir de seu regimento a realidade dos aldeamentos foi transformada, sistematizada, para se tornar a norma missionária da província brasileira.

Assim, por meio do regimento, a vivência de quase quarenta anos e a concepção da missão jesuíta presente nas *Constituições* serão enfim reaproximadas. Para tanto, o regimento definiu os tipos de ministérios ou lugares geográficos nos quais deveriam ser exercidas as atividades inicianas. Esses lugares, para Castelnau-L’estoile (2006, p. 130), poderiam ser apreendidos como espaços concêntricos.

Assim, o “colégio” constitui o núcleo do mundo jesuíta: é ao mesmo tempo o lugar da autoridade (é lá que reside o provincial), o lugar do sagrado (a igreja, os relicários) e a mais forte concentração dos membros da Companhia. A “casa” é um lugar de menor densidade jesuítica que o colégio: ali os padres são menos numerosos; o ambiente exterior, menos urbano, é mais estranho ao mundo jesuíta do que são as cidades bem portuguesas de Salvador, Olinda ou Rio de Janeiro; a casa também está numa relação de obediência e dependência, especialmente financeira, para com o colégio. Com a aldeia [aldeamento] inscreve-se um afastamento ainda maior em relação ao coração do mundo jesuíta, que é o colégio. O número de jesuítas é pequeno, o meio ambiente indígena é estranho, até hostil. A aldeia é uma “antena” jesuíta num mundo outro, uma fixação da missão para uma maior eficiência, assim como previam as *Constituições*. Por fim, a missão se define pela mobilidade, pela precariedade, ela está “por baixo do limiar de residência” jesuíta; segundo a expressão das *Constituições*, ela está “lá onde a Companhia não existe”. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 130).

Como um espaço jesuíta incompleto, visto sua condição de subordinação a uma residência ou a um colégio, o aldeamento seria o último dos espaços concêntricos no qual a Companhia de Jesus esteve presente enquanto instituição. Foi de fato o lugar em que foram mantidas as relações de exterioridade e interioridade com a Ordem, já que se caracterizava simultaneamente por sua relação com o outro, os índios aos quais se destinava a salvação, e por sua relação com o igual, por ser também a morada dos membros da Ordem. A missão na vinha brasileira se definia, assim, quase exclusivamente por sua relação com o outro, de quem

dependia sua própria salvação, uma vez que a presença inaciana era mínima (comumente dois religiosos por núcleo) e caracterizada por uma mobilidade permanente. (Ibid., p. 130-131). “Lugar de ressocialização e de ressignificação, o processo de criação e transformação dos aldeamentos talvez seja a imagem do próprio processo de urbanização. Perdido o paraíso, Adão transforma-se em pai de Caim, o construtor de cidades” (ARAÚJO, 2013 p. 11).

Porem aqui logo a caridade de José [de Anchieta] e seus discípulos, feitos tracistas uns, outros pedreiros, outros carpinteiros, ajudando a fábrica das casas necessárias para cada família, arruadas e feitas ao modo português. E como a vontade era igual em uns e outros, em breve tempo agasalharam todos, não reparando em suor e trabalho os nossos, trazendo junto com os índios a terra e água às costas, por fazer-se humanos com eles. (VASCONCELOS, 1943, v. 1, p. 36).

3.1.3.1 A fundação dos aldeamentos do Espírito Santo

É extremamente complicada a tarefa de determinar com exatidão a localização e a ordem de fundação dos aldeamentos do Espírito Santo citados nos diversos documentos da Companhia de Jesus. A confusão, para Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 229), em parte é procedente do costume dos padres de utilizar o termo genérico aldeia, sem oferecer mais detalhes a respeito de sua possível denominação ou localização. O motivo principal, porém, muito provavelmente reside no hábito indígena de alterar constantemente suas povoações de sítio. Hábito que, como vimos, foi em certa medida seguido pelos inacianos em seu projeto de civilização e, com muitas ressalvas, amparado também pela política indigenista.

Para que as aldeias possam ser transferidas para locais melhores, ou em que serão mais úteis ou fáceis de doutrinar, é preciso, como para o descimento, insistir no convencimento e obter a anuência dos índios (Provisão Régia de 1/4/1680 para o Maranhão; Carta Régia de 18/10/1690 para o Rio de Janeiro; Cartas Régias de 19/1/1701 para o estado do Brasil e de 3/2/1701 para o Maranhão). (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119).

Apesar da citada dificuldade, grande parte dos trabalhos que tratam do Espírito Santo, apontam para a origem jesuíta, e com razão, segundo Leite (Ibid., p. 229), das principais povoações do seu litoral. Atentando para as possíveis pretensões de jesuítas, autoridades, índios e colonos, o objetivo deste tópico é retratar a dinâmica de criação, alteração, abandono e efetivação dos aldeamentos jesuítas capixabas.

Em meados do século XVI, com a já citada política dos aldeamentos entraram em cena os índios do Gato ou temiminós. Esses índios, que muito provavelmente integraram uma única unidade local na atual Ilha do Governador, foram integralmente transferidos para o Espírito Santo, por intermediação do Pe. Luiz da Grã, que informa em 24 de abril de 1555:

[...] chegou aqui hum principal que chamam Maracaiágacú que quer dizer guato grande que ce mui conhecido dos christãos e mui temido entre os gentios e o mais aparentado entre elles este vivia no Rio de Janeiro e aa muitos anos que tem guerra com os Tamoios e tendo dantes muitas victorias deles por derradeiro vierão no por em tanto aperto com cercas que puserão sobre a sua aldeã e dos seus que foi constringido a mandar hum f^o seu a esta capitania [Espírito Santo] a pedir que lhe mandassem embarcação pera se vir pello aperto grande em que estava porque elle e sua molher e seus f^{os} cos mais dos seus se queriam fazer christãos. (ARSI, BRAS 3-1, 137v).

Como salienta Almeida (2013, p. 70), o acordo de transferência beneficiava todas as partes: os portugueses poderiam então contar com os novos aliados na defesa da capitania, constantemente ameaçada por índios inimigos e por piratas estrangeiros; os jesuítas teriam a garantia do povoamento de seus núcleos pelos novos grupos; e os índios além de escaparem de uma derrota iminente, firmariam uma aliança com estrangeiros poderosos e igualmente inimigos dos grupos que os estavam ameaçando.

Como a situação apresentava-se satisfatória para ambos os envolvidos, enviou o donatário Vasco Fernandes Coutinho quatro navios, com a artilharia e mantimentos necessários para que os índios fossem transferidos com segurança. Atendidos em seu apelo, os índios foram logo assistidos pelo Pe. Brás Lourenço e fizeram “sua aldeia apegada com esta Villa [Vitória] [...] e da hi ajuntaremos alguns mininos e que serão mais fieis do que eles acostumão ser” (ARSI, BRAS 3-1, p. 137v).

Os índios do Gato desde então começaram a se destacar pelos relevantes serviços prestados na capitania contra os índios hostis e os estrangeiros. Em 1558, depois de ancorarem na barra de Vitória, os franceses foram em direção a Itapemirim, onde pretendiam carregar sua nau com pau-brasil.

Consultaram os da villa darem lá com elles e levaram Vasco Fernandes, aliás Gato, com sua gente, o qual adiantando-se dos christãos, deram nos Francezes que estavam em terra que seriam alguns vinte, os quaes trouxeram, e duas chalupas e uma ferraria e muito resgate e roupas, de maneira que quasi todos os Negros vinham vestidos. (CARTAS avulsas, 1988, p. 236).

Autoridades e jesuítas reconheciam a importância do índio para a defesa e manutenção da terra, tanto que prestavam homenagens e realizavam cerimônias com “grande pompa e solidade” para agradar as chefias indígenas. Quando morreu Sebastião de Lemos, o filho do Gato, nesse mesmo ano de 1558, os padres logo foram buscá-lo

[...] com grande pompa e solenidade: primeiramente o Padre Vigario levava o Crucifixo nas mãos coberto de luto, como ás sextas-feiras na quaresma se costuma fazer, e sua cruz diante e a dos meninos, e o Governador na procissão com toda a demais gente da terra, e assim, nós cantando e elles pranteando, o trouxemos á nossa igreja [...]. Certos dias depois do seu enterramento, lhe fizemos um officio cantado, ao qual esteve presente o pae e alguns dos seus, e o Governador o assentou entre si e seu filho Vasco Fernandes.¹⁷³ (CARTAS avulsas, 1988, p. 221).

Com a intenção de agradar o chefe para que o mesmo impusesse sua vontade aos temiminós, o governador que “lhe queria fazer uma grande festa no dia do seu baptismo e por este amor queria que tomasse o seu nome e sua mulher o de sua mãe e seus filhos os nomes dos seus” (CARTAS avulsas, 1988, p. 222).

Se os temiminós sobre a chefia de Maracajaguaçu constituíam uma unidade única no Rio de Janeiro, no contexto da aliança firmada com autoridades portuguesas e jesuítas, não tardariam em se dividir. Por meio da missiva do Pe. Francisco Pires pode-se deduzir que neste ano de 1558 o núcleo comandado pelo Gato, já dividido, se encontrava em local distante da vila.

Um dos trabalhos que corporalmente cá sentimos, *maximé* no verão, era ir á aldêa de Maraguay; porque esta terra é muito quente e deleixada e o caminho tinha algumas subidas. [...] por causa do negocio que disse, o Governador os mandou vir e ajuntar com estes que estão perto da villa. O Cão grande, irmão do Gato, mudou-se de sua terra para Guarapari, daqui 6 leguas; mandou dizer ao Governador onde queria que se assentasse? Mandou-lhe dizer que proximo ao mar, para o caso de ser socorrido quando necessario; seguiu muito esta villa e folgou muito ali com elle os moradores por esta causa. Logo que começar a assentar e fazer suas casas, iremos lá e saberemos si temos algum proveito. Houve por seu conselho vir-se para seu irmão, já está com elle; quer fazer mantimento e casa e logo trazer mais gente. (CARTAS avulsas, 1988, p. 221).

O relato do Pe. Francisco Pires retrata bem a já citada dificuldade de localização e denominação dos aldeamentos capixabas. O que se apreende seguramente do texto é que o grupo do Gato já estava separado do grupo então chefiado por seu irmão Cão Grande. Até

¹⁷³ Traslado de alguns capítulos de cartas do Pe. Francisco Pires que era recebidos do Espírito Santo.

porque em trecho anterior, o padre informa que havia ocorrido entre os “negros” uma revolta (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 221). É certo também que Cão Grande, atendendo aos apelos do governador, se instala com sua gente em Guarapari, 6 léguas a sul de Vitória, enquanto seu irmão Maracajaguaçu volta com parte de sua gente para as proximidades da vila, onde parte do grupo havia permanecido. O trecho final da missiva sugere, entretanto, que os irmãos estavam novamente juntos. Em Guarapari? Em outro sítio? É possível que Cão Grande, ante o assédio dos colonos tenha voltado para junto do seu irmão, ou seja, para terras mais próximas à Vitória. Mas o certo é que no ano seguinte, importunado constantemente pelos portugueses, o Gato “se poz á outra banda com toda sua gente”¹⁷⁴ (Ibid., p. 238). Os jesuítas não aceitaram bem a mudança e logo buscaram artifícios para contornar tal situação:

Nós outros por saber o que tínhamos, fingimos que nos queríamos ir desta terra, [...] doeu-lhe tanto que disse [o Gato]: *Si o padre se for para la, eu me irei para ca, id est*, que si o Padre Braz Lourenço si fosse para a Bahia, elle se iria para Tapemiri, dando-nos a entender que, si elle e toda a sua gente estava na terra, era por nossa causa, e pois elle tinha vindo do Rio de Janeiro tão longe por amor de nós [...]. Finalmente elle se determinou que queria logo fazer sua aldeia onde o doutrinássemos. (CARTAS avulsas, 1988, p. 238-239).

Esse fragmento da carta do Irmão Antônio de Sá permite algumas conjecturas. A primeira diz respeito à Itapemirim. É possível que uma parte dos temiminós estivesse acentada nesse local, o que de certa forma facilitaria o deslocamento de Maracajaguaçu como sugere a ameaça dirigida aos padres. Como foi relatado anteriormente, o chefe Gato já havia estado nesse trecho da costa em 1558, dando ataque aos franceses que buscavam firmar o trato do pau-brasil com os índios de Itapemirim. Se o grupo em questão não era composto pelos índios do Gato, era certamente pertencente à uma tribo que mantinha laços de amizade com o grupo de Maracajaguaçu. A outra questão diz respeito à formação do que provavelmente foi um dos primeiros aldeamentos do Espírito Santo. Transferidos do Rio de Janeiro em 1555, os índios do Gato, já bastante divididos, permaneceram formando aldeias independentes até o ano de 1559. O que se apreende nas cartas inacianas é que os padres sempre procuraram estabelecer certo controle sobre esses índios, principalmente por meio dos agradados e cerimônias prestadas com o claro fim de conquistar as chefias. Entretanto, o “negócio” só foi realmente estabelecido quando o Gato e sua gente finalmente concordaram com a tutela dos inacianos.

¹⁷⁴ Cópia de uma carta do Irmão Antônio de Sá enviada do Espírito Santo, em 1559, aos irmãos da Companhia.

Concluiu-se este negocio que logo poria mão á obra, como viessem outros Principaes que lhe haviam de ajudar. Eu tenho de ir la a estar de estada para lhes ensinar a doutrina e para o demais que fôr serviço de Sua Divina Magestade. Estou hoje muito contente deste Principal, por que, além de naturalmente ser muito prudente e sagaz, depois que se fez christão o acho mui obediente nas cousas que pertencem á lei de Deus. (CARTAS avulsas, 1988, p. 239).

Fica claro que ao invés de imposto pela força, o aldeamento no Espírito Santo, nasceu a partir de um acordo entre as partes. Talvez pela reconhecida importância de Maracajaguaçu e de seus índios para a defesa de uma capitania que vivia amedrontada pela proximidade com os franceses instalados no Rio de Janeiro. “O medo os fazia sãos, e todos punham a mão ao trabalho, esperando a nova certa” (Ibid., 1988, p. 240) dos franceses. A aliança com os Temiminós garantia não apenas a segurança da capitania, como também parte considerável do efetivo necessário para impor guerra aos franceses que poderiam comprometer significativamente a colonização da banda sul. Jesuítas e autoridades tinham conhecimento da verdadeira dimensão dessa importância, assim como o próprio Vasco Fernandes Maracajaguaçu, que soube tirar os proveitos que melhor lhe conviesse. Tanto que as negociações quanto a forma de tutela – que de visita, passou à pretensão de residência –, instituição e localização do aldeamento seguiram até que por fim prevaleceu a vontade dos índios.

Mil impedimentos há posto o inimigo para que esta aldea de Vasco Fernandes não se ponha por obra, por que, como determinamos de residir nella, teme já a perda que há de receber com a nossa estada, e daqui vem que estando muitas vezes os Índios a ponto e não faltando nada para que se pusesse logo a mão, dahi a pouco achava-os logo transtornados com cousas que outros lhe metiam em cabeça, pretendendo com ellas excusações para impedir o começado. Algumas vezes lhes reprehendia esta sua inconstancia, comparando-os aos meninos que por nada se enojam e creem quanto lhes dizem. Tudo me soffrem, por que entendem que os amo e busco por todas as vias seu proveito. Uma vez foi lá o Padre para apontar o que era necessario para o sitio de nossa igreja e casa. Concluiu-se por então lá que elles, por haver pouco que haviam feito suas casas novas, não se mudassem daquelle logar, e que elles fariam uma igreja para qualquer parte que desejassemos. [...] Por este mez de Junho se porá a mão nesta obra. Queira o Senhor levar ao cabo o que se dignou começar nestas almas que tanto lhe custaram. O Padre determina de pôr-me lá com alguns meninos destes; então com ajuda do Senhor espero escrever-lhes novas do muito serviço do Senhor. Tambem me tem dado o assumpto de ordenar como se faça a casa e a igreja. Ajudem-me com suas orações, para que tudo faça conforme a vontade de Nosso Senhor. (CARTAS avulsas, 1988, p. 245-246).

Além das negociações em pé de igualdade entre jesuítas e índios, a carta do Pe. Antônio de Sá é ainda reveladora do quanto a política dos inacianos poderia se modificar para melhor se ajustar aos acordos firmados. O quadro de marginalidade ocupado pelas mulheres, no contexto dos aldeamentos e da vida colonial de forma geral, assume, no caso específico da mulher do chefe Vasco Fernandes Maracajaguaçu, outro sentido. O prestígio dispensado ao chefe é igualmente, ou em maior medida, oferecido também a Dona Branca. O padre afirma que buscava estar sempre bem com ela, “por que tendo-a de minha parte, tenho toda a aldeia e não se faz nada sinão o que ella quer” (Ibid., 1988, p. 246).

Segundo Leite (2006, Tomo I/livro III/IV, p. 236), a formação do aldeamento dos índios do Gato entrou na fase definitiva em 1560, com o Pe. Fabiano de Lucena.

Os Indios de que o padre Fabiano tem carrego estão em uma grande aldêa que lhe elle fez fazer aqui arriba da povoação dos Christãos, em um bom sítio onde lhe fez fazer uma grande igreja, mui airosa e bem guarnecida, com uma casa pera os nossos quando ali vão: esta igreja é da vocação de Nossa Senhora da Conceição, e muito pobre por que nem cálix tem; um desses ornamentos de que lá não fazem muita conta lhe fôra cá mui bom pera as festas. Fez tambem fazer outra grande casa, na qual está um homem devoto com sua mulher, que ali tem muitas moças daqueles Indios debaixo de sua disciplina, e as ensina a alfaiatas e a fiar, etc.; destas se casam com os mancebos já doutrinados nos bons costumes. A esta aldêa vae o mesmo padre Fabiano todos os dias, haverá dous annos, partindo ante-manhã desta casa em uma almadia, ora contra a maré, ora com chuva e frio. [...] Haverá nesta aldêa 1000 almas e são estes Indios que pera aqui vieram do Rio de Janeiro estes annos passados, os quaes sempre foram amigos dos Christãos.¹⁷⁵ (CARTAS avulsas, 1988, p. 336-337).

A esta altura o aldeamento já estava organizado segundo os moldes portugueses: o ouvidor era o principal, indicado pelos jesuítas, já havendo também alcaide e porteiro. No entanto, são vagas nas cartas inacianas as indicações sobre a localização do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição. O que contribui de certa forma contribui para os equívocos presentes na maioria dos trabalhos dos autores capixabas do século XIX e XX. Carvalho (1982, p. 69), Freire (2006, p. 82) e Balestrero (2012, p. 61-62), situam o aldeamento nas proximidades de Vitória, onde hoje é o município de Serra. Os autores também creditam aos padres Afonso Brás e Fabiano de Lucena os primórdios desse estabelecimento. Oliveira (2008, p. 96) também dá a Serra como local em que foi assentado o aldeamento, indicando, entretanto, o ano de 1555, como o de sua possível fundação. Derenzi (1995, p. 53) não

¹⁷⁵ “Carta do Brasil, do Espírito Santo, pera o Padre Doutor Torres, por comissão do Padre Braz Lourenço, de 10 de junho de 1562, e recebida a 20 de setembro do mesmo”.

sabendo informar se foi outrora composto por autóctones ou emigrados, acredita que os índios do Gato provavelmente habitavam a baixada de Goiabeiras, Carapina, indo até as proximidades da Serra. Já Novaes (1969, p. 30) informa que os índios do Gato se instalaram doze léguas a norte de Vitória, em 1556, no aldeamento denominado Santa Cruz, que após a fundação do aldeamento de Reis Magos ficou conhecido por Aldeia Velha. Daemon (1879) partilha de opinião semelhante.

Estes indios fondarão uma grande aldeia e prestarão relevantes serviço não só aqui na defeza da Capitania, como mais tarde na tomada da fortaleza de Villegaignon, no Rio de Janeiro, quando d'aqui acompanharão Mem de Sá para aquella expedição. No local em que estes indios forão aldeiados ha da parte dos historiadores grande confusão, dando-os como aldeiados em Guarapary, á margem do Rio do Peixe Verde; nome do Cacique *Pirá-Obyg*, que com os seus forão alli estabelecidos. Deu assim principio o Padre Braz Lourenço, á aldeia de indios na villa hoje de Santa-Cruz, a qual mais tarde foi chamada Aldeia-Velha quando os Jesuitas formarão a Aldeia dos Reis Magos, invocação que tambem derão á Igreja e Collegio que construirão na hoje villa de Nova-Almeida; hoje mesmo, apezar dos tempos, muitos chamão Aldeia-Velha á villa de Santa-Cruz. (DAEMON, 1879, p. 69-70).

Cezar Augusto Marques, em seu *Diccionario Histórico, Geographico e Estatístico da Provincia do Espírito Santo* (1878, p. 5), identifica também a Aldeia Velha como regida por Maracajaguaçu, no exato lugar da posterior Vila de Santa Cruz, localizada a três léguas de Nova Almeida. Credita ao Pe. Afonso Brás a fundação em 1556. Sabe-se, porém, que nesse ano não se encontrava em território capixaba o Pe. Afonso Brás. Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 233-234), por sua vez, informa que Maracajaguaçu não teve vínculos com a fundação da Aldeia Velha, visto que o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição encontrava-se localizado próximo à Vila de Vitória, onde atualmente encontra-se, conforme já citado, o município de Serra.

A confusão se abate também sobre os demais núcleos jesuítas estabelecidos no Espírito Santo. Muito provavelmente o aldeamento de São João foi estabelecido com um grupo dissidente do comandado por Maracajaguaçu, visto que parte dos temiminós vindos do Rio de Janeiro foram instalando-se terra a dentro, misturando-se aos tupiniquins. Por volta de 1562, o Capitão Belchior de Azevedo¹⁷⁶ os

¹⁷⁶ Em 1561 morreu Vasco Fernandes Coutinho. Por provisão de Mem de Sá, Belchior de Azevedo é nomeado capitão, “para que elle governe em nome de Sua Alteza; e a nenhuma pessoa entregareis, ainda que traga provisão de Sua Alteza, sem levar de mim, ou do governador que suceder, provisão para se entregar, salvo se vier Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto, porque em tal caso lhe entregareis a capitania” (apud VASCONCELLOS, 1858, p. 16).

[...] fez mudar pera um bom sitio, que está por este rio arriba, aonde tem muitas e boas terras e estão muito mais á mão e melhor aparelhados, apartados dos Tupinaquis, para nelles podermos fazer fruto. Fomol-os vêr um dia destes, e o Principal, que é homem entendido e desejoso de se fazer christão, nos agasalhou com gallinhas e caça do matto, mostrando-nos o logar que já tinha limpo para nos mandar fazer a Igreja. Determinam os Padres de o casar cedo, fazendo-o christão.¹⁷⁷ (CARTAS avulsas, 1988, p. 367).

Conforme observação de Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 239), duas referências vagas aparecem na carta: a primeira diz respeito a uma aldeia que se fez mudar por iniciativa do capitão, e a outra dá conta de um novo principal temiminó. Em 1565, porém, a missiva do Pe. Pedro da Costa informa que no início de 1564 já haviam “já duas igrejas feitas, *scilicet*: na aldêa do Gato uma de Nossa Senhora da Conceição, e na aldêa de Arariboi outra de S. João” (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 483). Esta, segundo Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 239), é a primeira vez que o nome de Araribóia aparece como liderança temiminó em documentos coevos e, portanto, se acompanhou Mem de Sá em sua investida aos franceses do Rio de Janeiro, em 1560, foi na condição de soldado anônimo. Com seu aldeamento já instituído em princípios de 1564, como visto, Anchieta já o cita como personagem de destaque na primeira tentativa de Estácio de Sá para fundar a cidade do Rio de Janeiro em fevereiro desse mesmo ano.

A carta do Pe. Pedro da Costa dá conta de mais duas ou três pequenas aldeias de índios situadas légua e meia ou quase duas do aldeamento de São João, as quais visitavam semanalmente. Desta forma, sempre que possível, residiam um ou dois padres no núcleo de Araribóia, e na falta destes — por insuficiência de obreiros, ou por provisão superior —, a assistência espiritual de São João e dos seus núcleos próximos provinha do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição ou mesmo do Colégio de Santiago. (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 483).

O padre relata ainda a mudança de sítio do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição, justificada pela vontade dos índios de se afastar das lembranças da grave epidemia das bexigas que se abateu sobre o núcleo em 1563.

Era esta povoação grande e de muita gente e passada a força da doença detriminaram de se mudar daquelle logar; porque, além de ser este seu costume, era-lhes já aquelle sitio muito aborrecível por causa da doença, cujo mau cheiro parecia que ainda estava nas mesmas casas. Nesta mudança da povoação passaram o Padre e o Irmão muitos trabalhos em os applicar e

¹⁷⁷ Carta do Espírito Santo de 1562, para o Padre Doutor Torres, por comissão do Padre Brás Lourenço.

fazer outras casas e igreja no sitio que haviam escolhido e em os ajuntar a fazer unir em a ordem que dantes tinham. Creiam-me, caríssimos em Christo, que é tão grande este trabalho de tornar a reformar e ajuntar uma povoação destas que assi se muda, que não o poderá bem crer sinão quem o experimentar, porque são gentes de muitas castas e de muitas vontades e nem uma boa ordem sabem tomar, pera o qual é necessario servirmos-lhes de todos officios espirituaes e temporaes pera se poderem conservar na lei de Deus e bons costumes. (Ibid., p. 485).

Mais uma vez a vontade dos índios se impõe. Tanto a mudança, como o novo sítio são escolhas que partem dos índios, cujas “muitas vontades” precisam ser constantemente negociadas pelos soldados de Cristo.

A epidemia que assolou a gente de Vasco Fernandes Maracajaguaçu, segundo Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 240), foi mais benigna em São João e em suas aldeias vizinhas. Mas também ela, como a de câmaras de sangue que ocorreu na sequência, ceifou muitas vidas, em especial a de crianças. “Haverão recebido o santo bautismo nesta povoação passante de 400 almas, das quaes o Senhor ha já levado boa parte” (CARTAS AVULSAS, 1988, p. 487).

De passagem pelo Espírito Santo em 1568, o visitador Pe. Inácio de Azevedo tentou promover um controle sobre os batismos, visto a facilidade com que os índios retomavam seus antigos costumes. Como os padres já possuíam três aldeamentos, pareceu por bem ao visitador que os mesmos “no hiziessem residentia etre los gentiles digo e las aldenas que estão a nuero carregó y que se visitassem de la villa las vezes que parecesse necessario”¹⁷⁸ (ARSI, BRAS 3-1, p. 161v). Como salienta Leite (2006, tomo I/livro III/III, p. 216), existem várias disposições dos superiores ora determinando que os padres residissem nos aldeamentos, ora não. Para o autor esse seria um forte indício de que eram quase de igual peso as vantagens e desvantagens de se residir com os índios. Afora essa questão, não há qualquer indicação de quais seriam esses três aldeamentos. Nossa Senhora da Conceição e São João eram certamente dois deles. O terceiro seria talvez uma das aldeias situadas próximas à São João ou Guarapari, onde aparentemente se fixou o irmão do Gato. Em 1571, entretanto, Luiz da Grã informa que “visitan se dos aldenas de índios y otras mas raramente mas com hun padre y um hermano polos que no bastan principalmente que aquella tierra es enferma y caen muy a menudo em enfermidades nella” (ARSI, BRAS, 15, p. 200v).

Na “Historia de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias” (ABNRJ, 1897, p. 137) encontramos a seguinte informação sobre o ano de 1574:

¹⁷⁸ Missiva do Pe. Antônio da Rocha, de 26 de junho de 1569.

Determinarõ los P.^{es} desta casa iuntar quatro aldeas de gentiles en una y aun queda otras quatro y todas las visita cada semana y mucha mas gente de la tierra a dentro esta movida para venirse a nras Iglesias y ya algunos índios principales son llegados para hazer mantenim.^{tos} es mucho para alabar a nro señor ver que sin tener ningun conocimiento de los blancos y passando muchos trabaio y peligros y atravessando por médio de sus enemigos dexan sus casas y tierras y se vienen solamente em busca de las Iglesias y cosas de Dios. (HISTORIA de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias, in ABNRJ, 1897, p. 137).

É bem possível que essa determinação não tenha sido cumprida, pois em 1581, Anchieta afirma que os núcleos do Espírito Santo eram dez: dois sob a administração direta dos padres – provavelmente Nossa Senhora da Conceição e São João –, sendo os oito restantes, quatro ao sul e quatro ao norte, separados da principal vila a iguais intervalos e distantes dela em 72.000 passos (ARSI, BRAS 15, p. 328). A informação de Anchieta, como já dito, foi a principal motivadora deste estudo. Isso porque o fragmento sugere uma clara intenção da Companhia em situar de forma ordeanada seus aldeamentos no Espírito Santo. Porém, a vontade dos índios de mudar constantemente seus sítios, as deliberações das autoridades em situar os aldeamentos em áreas estratégicas que garantissem a segurança das principais povoações já estabelecidas e a confusão presente na própria documentação da Ordem quanto a instituição desses núcleos, ilustram bem o quão frágil é essa perspectiva.

Na “Enformacion de la Provincia del Brasil para nuestro padre” de 1583, atribuída ao Pe. Anchieta, encontramos as seguintes informações:

Tienen tres o quatro léguas de la villa por un rio muy ameno arriba uma aldea de Indios de la invocacion de N. S^a de la conception, y outra, media légua desta que se diz S. Juan, e nellas avera hasta tres mil Indios cristianos, em la de la conception residen de ordinario dos de los nossos, y la de S. Juan visitan quase cada dia. A vista destas visitan otras seis aldeas mas legoas que son de Indios cristianos, y paganos, y tendran hasta mil y quinientas almas y com estas ocupaciones estan bien empleados. Son amados del pueblo como tengo dicho.¹⁷⁹ (ENFORMACION, 1583 in BPE, COD CXVI 1-33, p. 39v).

O mesmo Anchieta (1988, p. 327-328) informa que em 1584 havia ao longo da costa do Espírito Santo, 8 léguas para o sul e outras 8 léguas para o norte, “quatro ou cinco aldeias de Índios que os nosso visitam por mar e ás vezes por terra onde há conversão e se batizam e casam ordinariamente”. Além dos núcleos citados, acrescenta ainda mais dois aldeamentos, muito populosos, “algumas 3 leguas da vila por água com suas igrejas, as quais há muitos

¹⁷⁹ Cópia em Anchieta (1988, p. 427).

anos que sustentam e têm nelas residencias, e onde se têm ganhado e ganham muitas almas e sempre do sertão vê Índios á fama delas a morar com seus parentes e fazer-se cristãos”.

Já o visitador Cristóvão de Gouvêa em sua “Informacion de los padres y Hermanos que ay de la Companhia de Jesus em el Brasil e sus ocupaciones” escrita também em 1584, acrescenta que a ida a esses aldeamentos se faz “com mueto trabajo por que ser de aser la visita necessariamente por mar por la costa brava com muchas aguas tormentas y pelycos de la vida” (ARSI, BRAS 5, p. 19).

Cardim corrobora com ambas as “informações”, ao relatar nesse mesmo ano a existência de dois aldeamentos de residência, que teriam então três mil almas cristãs, afora outras aldeias que estavam ao longo da costa, as quais os padres visitavam algumas vezes e que teriam algumas duas mil pessoas entre cristãos e pagãos. O principal desses aldeamentos era o da Conceição, situada à duas léguas de um rio muito largo e formoso, por ser o caminho até ela realizado por água, no qual Cardim e o padre visitador Pe. Cristóvão de Gouvêa foram recepcionados por

[...] alguns indios *murubixába*, sc. principaes, com muitos outros em vinte canoas mui bem equipadas, e algumas pintadas, enramadas e embandeiradas, com seus tambores, pífanos e frautas, providos de mui formosos arcos e frechas mui galantes; e faziam a modo de guerra naval muitas ciladas em o rio, arrebantando poucos e poucos com grande grita, e prepassando pela canoa do padre lhe davam o *Ereiupe*, fingindo que o cercavam e o captivavam. Neste tempo um menino, prepassando em uma canoa pelo padre visitador, lhe disse em sua língua: *Pay, marápe guarinime nade popeçoari?* sc. em tempo de guerra e cerco como estás desarmado e mettu-lhe um arco e frechas na mão. O padre assim armado, e elle dando seus alaridos e urros, tocando seus tambores, frautas e pífanos, levaram o padre até á aldêa, com algumas danças que tinham prestes. O dia da Virgem disse o Sr. Administrador missa cantada, com sua capella, e o padre visitador pela manhã cedo antes da missa baptisou setenta e tres adultos, em o qual tempo houve bôa musica de vozes e frautas, e na missa casou trinta e seis em lei de graça, e deu a communhão a trinta e sete. Por haver jubileu concorreu toda a terra, e toda a manhã confessámos homens e mulheres portuguezes. Houve muitas communhões, e tudo se fez com consolação dos moradores indios e nossa. Acabada a missa houve procissão solemne pela aldêa, com dança dos indios a seu modo e á portuguesa; e alguns mancebos honrados tambem festejaram o dia dançando na procissão, e representaram um breve dialogo e devoto sobre cada palavra da Ave Maria. (CARDIM, 1978, p. 204).

O quadro retratado por Cardim tinha a intenção de informar aos irmãos da Companhia em Portugal, sobre o novo mundo no qual viviam os jesuítas no Brasil: a recepção calorosa de índios e colonos, a pregação em tupi, as missas com a presença de índios e brancos, a mistura de línguas e de costumes, os gentios se transformando em cristãos sob a orientação dos

padres, cantando cânticos devotos, realizando procissões, formando confrarias, acolhendo os sacramentos com alegria e apreciando com muito entusiasmo as festas religiosas. Segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 45), é a visão do paraíso que se descortina do olhar de Cardim. Um paraíso frágil, visto que para o visitador Gouvêa, para o geral, e para todo o corpo da Companhia o quadro idílico pintado por Cardim sempre foi na verdade a imagem de uma “vinha tão estéril, laboriosa e perigosa”.

O Pe. Fernão Cardim segue sua narrativa informando que a 9 de dezembro de 1584 foi em companhia do visitador ao aldeamento de São João, localizado a meia légua da Conceição por água, “por um rio acima mui fresco e gracioso, de tantos bosques e arvoredos que se não via a terra, e escassamente o Céu” (CARDIM, 1978, p. 205). Informa ainda que os índios estavam em sítio ruim, muito mal acomodados e que já se ia caindo a igreja. Como ocorreu ao aldeamento de Nossa Senhora da Conceição, também São João mudou de lugar: “Fez o padre que se mudassem á outra parte, o que fizeram com grande consolação sua” (Ibid., p. 205). Segundo Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 241), neste sítio, ou já em outro, dada as facilidades de tais mudanças, residia o Pe. Sebastião Gomes em 1596, cuidando de aproximadamente oitocentas almas cristãs, que compareciam à igreja quase todas vestidas, por ser a Capitania do Espírito Santo rica em algodão (RODRIGUES, 1597 in BNRJ, I, 31, 28, 053). Os índios de São João a essa época já haviam sido por três vezes enviados à Capitania de Porto Seguro, com o objetivo de dar guerra aos tapuias ou aimorés, que ameaçavam a colonização dessas terras.

Tudo o que se viu até aqui é fruto das cartas jesuítas e da narrativa de Fernão Cardim sobre a visita à província brasileira. Como informa Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 229-230), nos catálogos da Ordem o primeiro registro dos aldeamentos aparece no ano de 1586, no qual são apontados os aldeamentos de Nossa Senhora de Conceição e São João como de residência fixa dos padres. Em 1589, além dessas, o catálogo dá conta de um terceiro, cuja denominação era São Cristóvão e na qual assistia como superior o Pe. Diogo Fernandes. Esse foi o único registro desse aldeamento. No ano de 1598 é registrado um novo aldeamento em Reritiba, sob o orago de Nossa Senhora da Assunção e tendo o mesmo Pe. Fernandes como superior. O último catálogo do século XVI (1598) menciona quatro grandes aldeamentos de residência fixa: Nossa Senhora da Conceição, São João, Nossa Senhora da Assunção e Santo Inácio dos Reis Magos. Já no primeiro catálogo do século XVII (1606) é acrescentado também como residência o aldeamento de Nossa Senhora de Guaraparim.

Como visto, Guarapari também deve suas origens a uma parte dos índios do Gato, então chefiada por Cão Grande, irmão de Vasco Fernandes Maracajaguaçu. Leite (2006, tomo

I/livro III/IV, p. 242) acredita que a partir desse primeiro assentamento de 1558, os jesuítas passaram a realizar suas visitas periódicas à aldeia. Daemon (1879, p. 70), entretanto, afirma que

Sabendo algumas hordas de índios, principalmente as do Tupiniquins, o quanto bem tratados e garantidos erão os Temiminós, vem neste anno [1556] dos sertões da Capitania o afamado e valente Cacique *Pirá-Obyg*, nome que equivale em nossa lingua a *Peixe-Verde*, acompanhado de grande porção dos seus, os quaes forão aldeiados em terras da hoje villa de Guarapary, ás margens do rio Peixe Verde nome derivado do de Pirá-Obyg o chefe da grande tribu. (DAEMON, 1879, p. 70).

Novaes (1969, p. 31) propõe outra perspectiva para o destino do chefe Pirá-Obyg e dos seus. Afirma que o chefe e sua tribo fundaram, no ano de 1556, com o auxílio do Pe. Brás Lourenço o aldeamento do Campo (Novo), que posteriormente se reuniu ao núcleo de Araçatiba, então composto pelos tupiniquins e papanazes. Dessa fusão, segundo a autora, resultou o efetivo do grande engenho jesuíta de Araçatiba. Apesar das dúvidas quanto ao aldeamento que se formou e sua localização, é certo que o afamado principal Pirá-Obyg, desceu com suas grandes aldeias do sertão para junto dos padres na costa, conforme afirma o Pe. Simão de Vasconcelos (1865, livro I, p. 144).

Salvo as discordâncias apontadas, Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 242) afirma que Guarapari era certamente uma das dez aldeias descritas por Anchieta no ano de 1581. O mesmo autor considera verossímil a descrição de Cezar Marques (1878, p. 137) que dá como data de fundação da residência e igreja dedicada a Santa Ana o ano de 1585¹⁸⁰. “Tanto mais que, em 1587, fêz o Padre Anchieta o gracioso Diálogo, com que os Índios de Guaraparim receberam na sua Aldeia o P. Provincial, Marçal Beliarte, recém-chegado do reino” (LEITE, 2006, tomo I/livro III/IV, p. 242):

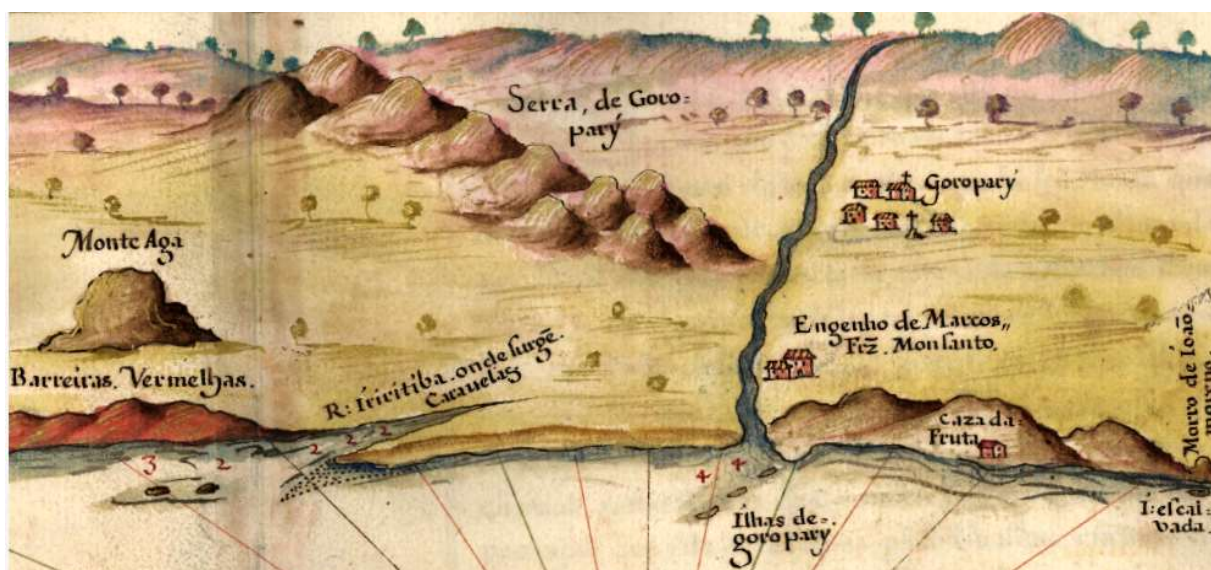
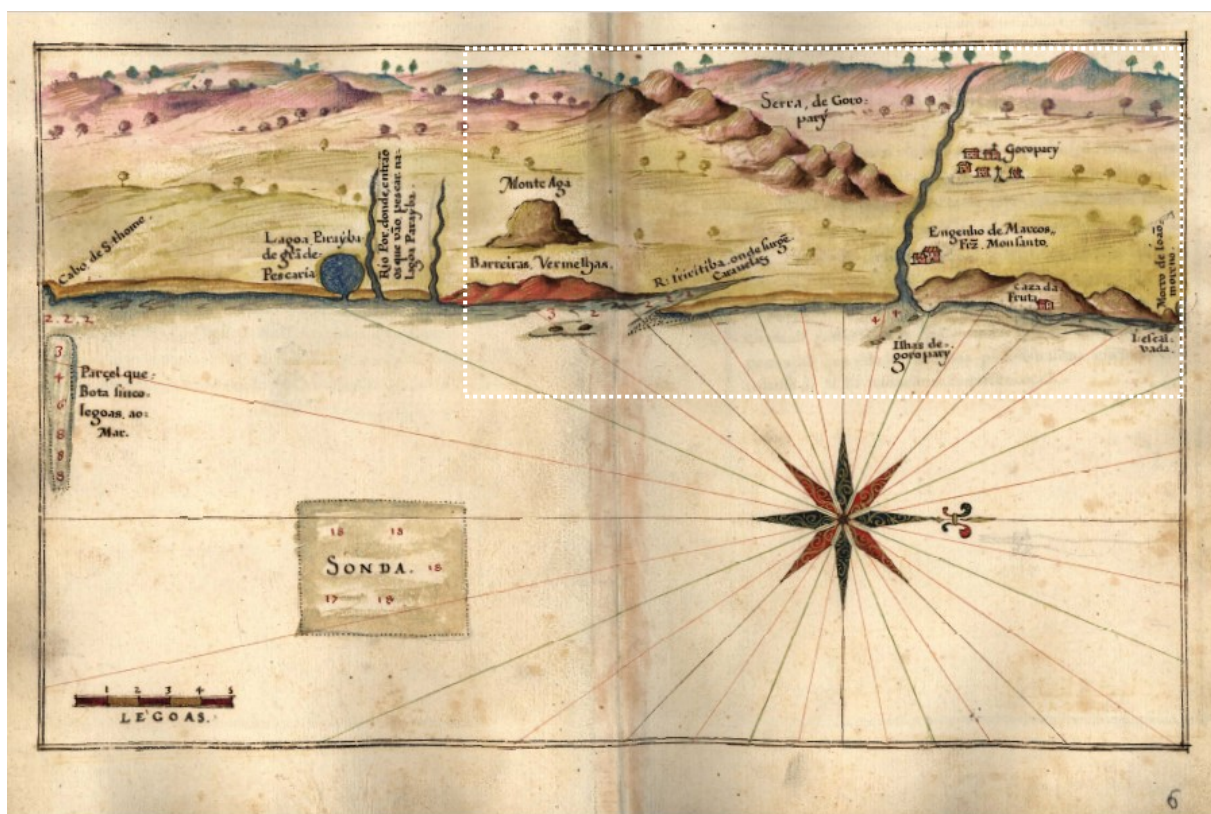
Vinde, pastor desejado, visitar vosso curral, pois por ordem divinal, para nós sois cá mandado, do Reino de Portugal. A Magestade Real do Senhor Omnipotente ordenou mui sabiamente que, com peito paternal, venhaes ver tão pobre gente. (ANCHIETA, 1923, p. 92).

Vasconcelos (1943, vol. 2, p. 116) informa que em 1593 os índios do Espírito Santo encontravam-se reduzidos em quatro aldeamentos: São João, Reritiba, Reis Magos e Guarapari. Também é o mesmo Pe. Simão de Vasconcelos (Ibid., vol. 2, p. 137) quem

¹⁸⁰ A maioria dos autores atribuem ao Pe. Anchieta a construção deste edifício, porém, o Pe. Serafim Leite se abstem de qualquer comentário a este respeito.

informa que em 1596 assistiam no aldeamento de Guarapari os padres Antônio Dias e Manuel Dias. A carta ânua de 1604 cita “Guaraparim” como uma célebre aldeia de índios, na qual nesse mesmo ano se celebrou os officios da páscoa com grande pompa, com música de instrumentos e vozes. (ARSI, BRAS 8-1, p. 50). Como já visto, o aldeamento de Guarapari (Figura 19) só aparece nos catálogos como residência fixa em 1606.

Figura 19 – Descrição de toda a Costa da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil. Por João Teixeira, Cosmógrafo de S. Maj. Ano 1642. Detalhe do aldeamento jesuíta de Guarapari.



Em relação ao aldeamento de Reis Magos ou de Santo Inácio Mártir, Daemon (1879, p. 91) informa que já haviam muitos indígenas estabelecidos nesse núcleo desde o ano de 1557. Entretanto, afirma que a fundação da residência e igreja foi só efetivamente concluída no ano de 1580, em acordo com o que afirma Marques (1878, p. 7). Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 243), apesar de não confirmar a fundação do aldeamento no ano de 1580, acredita que em 1581 era já visitado pelos padres da Companhia. É certo que em 1595 o aldeamento já existia, porque dele mandou fazer o Pe. Domingos Garcia uma grande entrada, onde permaneceu aguardando o retorno dos gentios com uma igreja “de ramos e lata”, situada a oito léguas da barra do rio Doce.

Em o mes de Dezembro de noventa e sinco forão dous Indios cristãos da aldea dos Tupinaquis por mandado do Pe. Domingos Garcia que deles tem cuidado chamados hum deles Miguel dazevedo, e na sua lingos Arco grande, e outro Ignacio dazevedo com trinta Indios e entrarão pollo sertão obra de quatrocentas legoas em busca de seus parentes que por fugirem dos portuguezes se auzentarão tanto do mar. As primeiras cem legoas encontrarão com hum principal cristão chamado Pero Luis que vinha ia por caminho pera a igreja com passante de cem almas, aos quais os nossos Indios derão avizo de como avião de vir seguramente pera não serem salteados, o que guardando chegarão a huma das aldeas e forão recebidos do Pe. Domingos Garcia, e dos Indios com muita festa e alegria, os dous Indios Principaes que tenho dito seguirão seu caminho até acharem seus parentes em duas aldeas [...]. E depois de fazer mantimentos pera o caminho começado de se abalar se partio diante o Ignacio dazevedo com quantro Indios a dar aviso ao Pe. como vinhão ia os seus, com toda alegria e contentamento que não estimou de andar quatrocentas legoas por meio de contrários por vir dar tão boas novas; os que ficarão continuarão seu caminho, fazendo em muitas partes de novo por cerras, e matos bravos, por todos erão passante de quatrocentas almas, e por virem assi homens como molheres, e crianças a pee gastarão em chegar alguns seis mezes, e antes de chegar ao mar obra de oito jornadas [...] e em breve chegarão com saúde a barra do Rio Doce, que dista oito legoas da nossa aldea. Foi os esperar o Pe. com seu companheiro e trezentos frecheiros, afora muitos mininos e molheres, tres legoas da aldea onde fez uma choupana pera dizer missa o seguinte dia que era do glorioso são Miguel, em cuiã manhã chegarão os Indios novos por esta ordem, vinhão diante os mininos com seus arcos e frechas em huma mão, e na outra seus bordoins, apos elles se seguirão as molheres trazendo algumas dellas as crianças as costas, seguiasse depois a gente de guerra, e no cabo vinha o principal todo empenado ao seu modo com huma pedra verde muito fina no beicho, e sua espada ao hombro, o qual tanto vio aos Pes. se por de giolhos e deitandosse de bruços esteve sem poder falar hum grande pedaço, tendo o Pe. abraçado polos pees, levantou o o Pe. e dandolhe os parabéis da vinda, o levou com toda a gente a igreja com tambor e frautas de que ficarão muito espantados, o que vendo o principal disse aos Pes. eu venho pera alegria abalado com a boa fama de vos outros, e do bom tratamento que nos fazeis, o que ia comecei de experimentar porque estando no sertão, e correndo muitas terras nunca senti em minha alma quietação como agora sinto, depois que me determinei de vir pera a igreja. Os antigos

agazalharão os novos com o que levavão e descansarão ali todos aquella noite, ao dia seguinte ante manhã lhes fez o Pe. huma pratica, de que os mais velhos ficarão não menos consolados que espantados, dizendo se este Pe. for ao sertão, não ficará la pessoa que não venha pera a igreja. Finalmente chegarão ao porto aonde o restante da aldea os estava aguardando, e ali se renovarão as lagrimas de alegria vendo isto a igreja que de proposito estava pera isso concertada com ramos e lata, que os novos cuidarão ser duro, espantados dizião, com rezão se chama isto Tupã ôca que quer dizer casa de Deus. Em companhia destes Indios veyo hum principal de outras quatro aldeas com hum seu companheiro, a ver se era verdade o que lla no sertão lhe dizião dos Pes. pera que com mais certeza podesse abalar sua gente, estes estiveram seis meses na nossa aldea na qual adoecendo o principal, foi curado pollo Pe. com tanta caridade que em sarando começou a pregar polla aldea conforme seu custume, que os que estavam na igreja não vinhão necessidade de pay nem may, pois tudo tnhão nos Pes; tornou-se com seu companheiro pera o sertão e levou outros quatro dos que tnhão vindo pera testemunhas do que passava pera com isso abalar toda sua gente, não são ainda vindos mas esperasse por elles este iunho de noventa e sete. (ARSI, BRAS 15, p. 436v-437v).

Essa primeira localização, ainda segundo Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 243), muito provavelmente coincide com o atual distrito de Santa Cruz, em Aracruz. É também Serafim Leite (Ibid., p. 246-247) quem informa que o principal de nome Jaguaraba (Cabelo de Cão) que prometeu voltar ao aldeamento com os seus, foi obrigado a retroceder à sua antiga aldeia por ter sido atacado no caminho para a costa pelos apiatangas. O Pe. Domingos Garcia tomando conhecimento do acontecido enviou os aldeados para darem guerra aos contrários. Os aiapitangas foram derrotados, mas promoveram a morte de muitos cristãos, como o principal Manuel Mascarenhas. Com os descimentos assegurados após a batalha, desceram a viúva de Jaguaraba com seus filhos e filhas e um principal muito afamado, chamado Piraguaçu, que veio a substituir Manuel Mascarenhas nas funções do aldeamento.

Como visto, somente o catálogo de 1598 registra o aldeamento como de residência fixa. A essa época já estava o Ir. João Martins Carro auxiliando o Pe. Domingos Garcia e aprendendo a língua brasílica com os índios de Reis Magos. Depois de ordenado sacerdote, João Martins, cujo talento consistia em converter e governar os índios, foi superior em Reis Magos por quase vinte anos.

O aldeamento alcançou seu apogeu já na primeira metade do século XVII, com a obtenção de uma grande sesmaria para os índios, com a inauguração de seu complexo edificado, com o estabelecimento do centro de catequese e com as importantes entradas realizadas aos índios aimorés e paranaubis (Mares Verdes), no atual estado de Minas Gerais. (LEITE, 2006, tomo VI/livro II/III, p. 159).

Possivelmente, até a concessão da grande sesmaria, os índios continuaram cultivando suas roças no núcleo estabelecido pelo Pe. Domingos Garcia, em Santa Cruz, onde passaram a conviver com um outro tipo de ameaça: as formigas.¹⁸¹

Eis os verdadeiros inimigos do Brasil: os que têm compelido tribos inteiras a se mudar de uma zona para outra, abandonando suas casas e o solo em que nasceram — são as formigas. Falo seriamente: vi móveis maciços e enormes portas de madeira resistente como o ferro se desmancharem em pó; vi plantações devastadas numa noite. As formigas dividem-se em dois grupos: um deles trepa as árvores e corta-lhes as folhas; o outro carrega a colheita para seus abrigos. Constroem formigueiros tão grandes que não se podem descrever e chegam a causar medo. (BIARD, 2004, p. 91).

De acordo com Rocha (1972, p. 98), as formigas — apelidadas pelos portugueses de Rey do Brasil — mostraram-se sempre muito agressivas em território capixaba. “Porque invadissem, em 1610, Santa Cruz (naquele tempo, Aldeia Velha), devastando as roças dos tupiniquins, o padre João Martins Carro conseguiu a sesmaria onde nasceu a aldeia dos Reis Magos”.

Não se sabe se esse foi o verdadeiro motivo da mudança. Acredito que a concessão da grande sesmaria tenha sido, na verdade, motivada tanto pela necessária manutenção da defesa na parte norte da capitania, quanto por ser o aldeamento dos padres o ponto seguro de onde partiam as expedições para a Serra das Esmeraldas. O que é certo é que o Pe. João Martins conseguiu, a 6 de novembro de 1610, uma sesmaria de muitas terras devolutas sob a justificativa de que “os Índios de Reis Magos não tinham terras em que lavrar e hora as que tinham estavam cheias de formigas” (LIVRO de tombo da Vila de Nova Almeida, in APEES, 1945, p. 46). O novo sítio chamado pela língua da terra Yapara, ficava “para a banda da Aldêa de São João seis léguas e para a banda do Mar a que se achasse e para o sertão outras seis léguas, [...] de modo que do Yapara para todos os rumos fizesse sempre seis léguas em quadro” (Ibid., p. 47). A posse legal das novas terras se deu em 4 de dezembro, com as devidas cerimônias.

¹⁸¹ Anchieta (1988, p. 440) afirma que as formigas eram a destruição do Brasil, porque não se podia viver com elas: “minam as casas, as igrejas, as camaras pelas paredes até o telhado”. Gandavo (1980, p. 62) também reforça que toda a terra do Brasil era coberta por formigas, “pequenas e grandes, estas fazem algum dano às parreiras dos moradores, e às laranjeiras que têm nos quintaes; e se não forão estas formigas houvera porventura muitas vinhas no Brasil”. Também Nóbrega (1988, p. 97-98) reforça que as uvas eram poucas por causa das formigas, “que fazem muito danno, assim nisto como em outras coisas”.

[...] diante das testemunhas metti posse os ditos Indios de Reis Magos mulheres e filhos das ditas terras contheudas em sua carta de data no limite e terreno onde seos Tijupares tinham chamdo “Yapara”, tomando terra mettendo-lhes nas mãos, quebrando mattas, arrancando ervas, outrossim mettendo-se nas mãos, tomando pedrinhas, arco, barro e outras cousas que elles ditos Indios, mulheres e filhos tomarão por si mesmo, tórando logo tudo a largar, assentando-se pela dita terra, erguendo-se, passando, cáminhando de uma parte para outra, mettendo-se pelo matto gritando que escassamente se ouvia o grito, dizendo que tomavão posse d’aquellas terras que dadas lhe forão pelo Senhor Governador, [...] e fazendo outros actos de posse semelhantes sem a tal tempo nenhuma pessoa lhes contradizer, vindos todos passeando diante de mim Escrivão, com seo passeio e altas vozes, dizendo que tomavão pósse [...] assim eu Escrivão lh’as dei com o que elles ditos Indios tomarão presentemente digo, presente mim Escrivão e o Reverendo Padre Jeronymo Rodrigues e o Reverendp Padre João Martins superior da dita Aldêa, e que ora novamente se faz e Gregorio Indio da terra e homem honrado e morador na Aldêa de São João que aqui assignarão commigo. (LIVRO de tombo da Vila de Nova Almeida, in APEES, 1945, p. 46-47).

Também aos índios, assim como aos padres e aos demais agentes coloniais, importava os símbolos e ritos que permeavam o urbanismo colonial português. O auto de posse de Reis Magos revela que os aldeamentos, além de espaços de dominação e exploração dos colonizadores, eram, antes de mais nada, espaços de índios, porque assim foram por eles considerados. Desde as doações, até as lutas empreendidas pela manutenção dos aldeamentos no século XIX, os índios tinham a verdadeira dimensão do quanto a manutenção dessas terras era vital para o novo contexto de colonização ao qual foram inseridos.

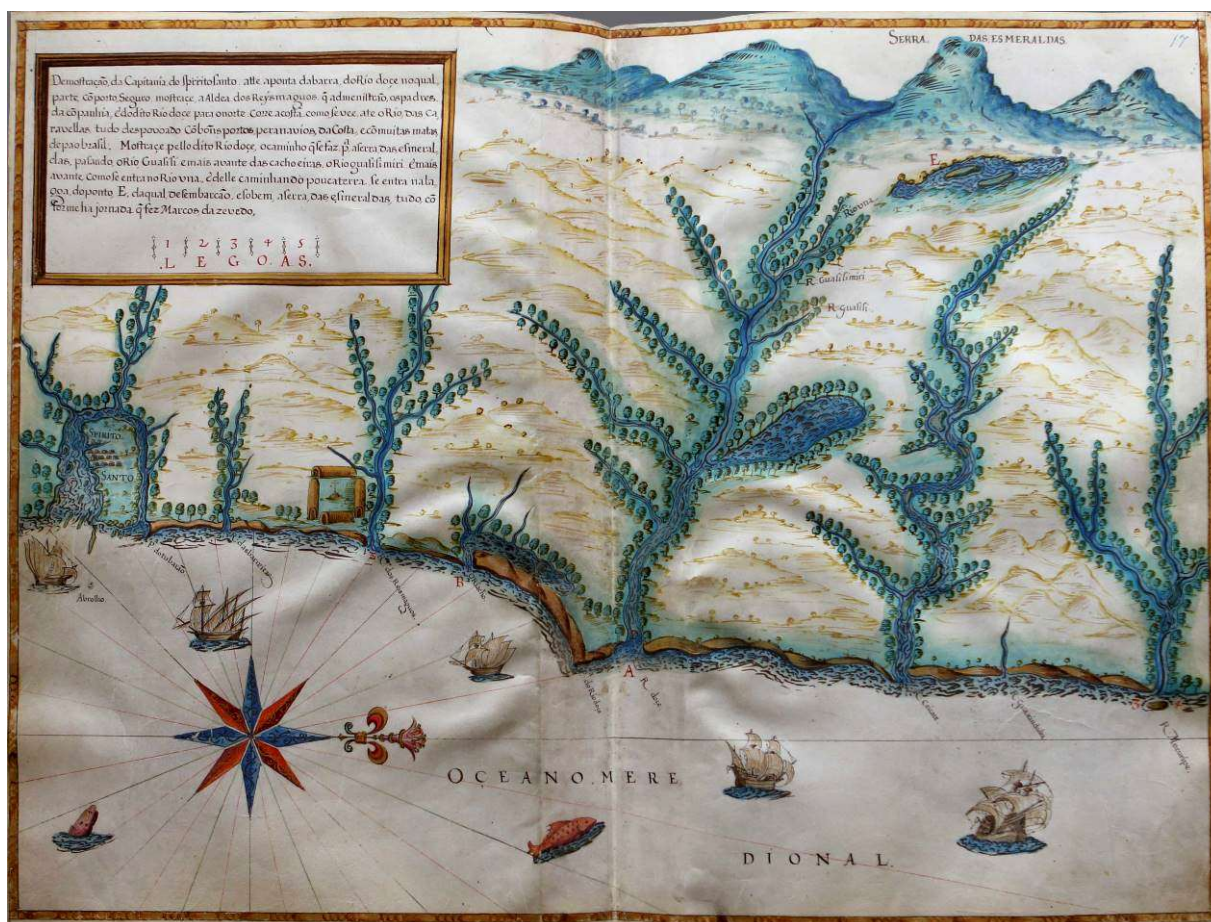
O aldeamento, mudado da Aldeia Velha para o Yapara, passou a ocupar uma colina, formada por grande plataforma com vista para o rio e o mar. Localizado na embocadura do rio Reis Magos (o Nhunpanguá dos índios), tornou-se populoso e em 1615 já tinha pronta a Igreja de Santo Inácio e Reis Magos. Esse aldeamento (Figura 20) foi o responsável pela ocupação efetiva da parte localizada ao norte da Capitania, enquanto Guarapari e Reritiba foram os responsáveis pela parte sul.

Reritiba “é a mais famosa Aldeia do Espírito Santo” (LEITE, 2006, tomo I/livro III/IV, p. 247), por ter nela vivido e falecido o Pe. José de Anchieta. Alguns historiadores a consideram fundada pelo próprio Pe. Anchieta, entre os anos de 1565 e 1567, num pequeno monte sobranceiro ao mar e ao rio Iiritiba ou Reritiba. Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 247), entretanto, nega a veracidade de tal informação, pois Anchieta não vivia em território capixaba nesses anos.

[...] passou ali visitando-o, sendo ainda estudante, quando deixou o acampamento de Estácio de Sá, no Arraial do Pão de Açucar, e foi ordenar-

se na Baía; tornou a passar no Espírito Santo, junto com o Visitador B. Inácio de Azevedo, o Provincial Luiz da Grã e outros, na armada de Mem de Sá, a caminho do Rio. Não é verossímil que se detivesse a fundar Aldeias, não podendo assistir-lhes, num momento sobretudo em que não se tratava de fixar gente na terra, mas de arregimentar a que houvesse para a conquista do Rio de Janeiro. (LEITE, 2006, tomo I/livro III/IV, p. 247-248).

Figura 20 - *Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte a ponta da barra do Rio Doçe no qual parte cõ Porto Seguro.* ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649. *Continuação do título: Mostraçe a Aldea dos Reys Maguos q [ue] admenistrão os padres da cõpanhia e do dito Rio Doçe para o norte. Corre a costa como se vee ate o Rio das Caravellas, tudo despovoado cõ bõns portos pera navios da Costa e cõ muitas matas de pao brasil. Mostraçe pello dito Rio Doçe, o caminho q[ue] se faz p.a a Serra das Esmeraldas.*



Fonte: BPMP. Cota. Ms.126, fol. 17.

Daemon (1879, p. 87) afirma que o Pe. Anchieta, em companhia do Governador Mem de Sá, que regressava a Bahia, chegou ao território capixaba no ano de 1569, encarregado de visitar a capitania, percorrer os aldeamentos e estabelecer outros destinados à catequese dos

goitacazes, tupiniquins, puris e aymorés¹⁸². Desta forma, segundo o autor, consolidaram-se neste mesmo ano os aldeamentos de:

Reis-Magos, junto ao rio a que os índios chamavam *Apiaputanga* e hoje Nova Almeida; outra em Guarapary, nome ainda até hoje subsistente e derivado de *guará* passaro de arribação, talvez o mais lindo do Brazil, e de *pary* que equivale a armadilha e laço; ainda outra aldeia em *Reritiba*, hoje Benevente, em a rampa de uma montanha e ao redor della com outra principiada ainda no lugar chamado Orobó¹⁸³, a dez kilometros pouco mais ou menos do mar, e onde mais tarde foi erigida uma capella com a invocação de Nossa Senhora do Bonsucesso, sendo esta aldeia alli existente para onde erão enviados os índios remissos a serem castigados e sujeitos ás penitencias. Os índios tinham tanto respeito ao Padre Anchieta e o temião tanto, que o apellidavão de *Pagé-Guassú*, que equivale a dizer *amarrar mãos*. (DAEMON, 1879, p. 87).

Infelizmente, não foi possível comprovar a veracidade de tais informações. Porém, é muito provável que por ali passaram os inacianos após a tomada do forte de Villegaignon. É igualmente possível que Reritiba fosse uma das aldeias visitadas periodicamente pelos jesuítas em 1581. Já depois dessa data, os catálogos da Ordem dão como o primeiro superior o Pe. Diogo Fernandes.

Daemon (1879, p. 92) afirma que em 1584 são finalmente demarcadas e legalizadas as terras dos índios de Reritiba, através de alvará datado de 1º de dezembro, graças aos esforços do Pe. Anchieta. Foi impossível também confirmar essa doação, visto que o livro de tombo de Reritiba não foi localizado, apenas o “Appendice a que se refere a observação de fl. 1v deste tombo”, o qual se encontra na Cúria de Cachoeiro de Itapemirim.

Estêve algum tempo nesta Aldeia o P. Martim da Rocha. Escreve êle, já de Piratininga, a 12 de junho de 1600: “Quando eu estava na Aldeia de Reritiba (Reritiba quer dizer, na língua dos Índios, *lugar de muitas ostras*) foi ao sertão o P. Diogo Fernandes, onde andou oito meses. E neste tempo fiquei eu só na Aldeia. Como o Padre desceu muita gente, que seriam obra de duas mil almas e a terra os apalpava, eu andava vigilante sôbre isso, porque, como o Padre os ia mandando adiante de si para a Aldeia, acudi eu logo a bautizar todos os inocentes e fazer práticas aos adultos”. Uma terrível epidemia de bexigas matou mais de 400 daqueles Índios, que o Padre não deixou morrer sem batismo. (LEITE, 2006, Tomo I/livro III/IV, p. 249).

¹⁸² Sabe-se que a essa época Anchieta estava em São Vicente, como superior. Porém, segundo Novaes (1969, p. 39), o registro de Daemon “é sincero e baseado em documentos que existiam no antigo e famoso Colégio de São Tiago”, perdidos com o passar dos anos.

¹⁸³ Posteriormente denominada Piúma.

Os descimentos no Espírito Santo foram constantes e não apenas Reis Magos e Reritiba abrigaram os muitos índios vindos do sertão, como também todos os demais aldeamentos. Além dos índios de Pirá-Obig ou Peixe Verde, os primeiros relatos de descimentos remetem aos primeiros meses de 1569, quando houve guerras cruéis entre os índios de uma aldeia onde existiam 600 convertidos, que por fim acabaram fugindo para o mato. Passados alguns meses os mesmos índios regressaram com grupos de outras duas aldeias, “y aora oven la palavra de Dios” (ARSI, BRAS 3-1, p. 162). Segundo Leite (2006, Tomo I/livro III/IV, p. 232), em 1573 esteve Melchior de Azeredo no interior dando guerra aos inimigos, os quais desceram com o capitão mais de duzentos, alguns voluntariamente. Foram levados, muito provavelmente, para o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição, que já havia se formado há muitos anos. A Ânuia de 1576 descreve nova entrada de um padre que desceu do sertão cerca de mil índios. Por conseguinte, no ano de 1584, chegou novo grupo de indígenas, dos quais se ocupou o Pe. Visitador Christóvão de Gouvêa, que deu

[...] ordem, com que fossem dous Padres dahi vinte e oito leguas á petição dos indios, que queriam ser christãos: espera-se grande fructo desta missão, e descerão logo quatro ou cinco mil almas, e ficará porta aberta para descer grande multidão de gentios; para o qual effeito o governador desta terra, Vasco Fernandes Coutinho (filho daquele Vasco Fernandes Coutinho, que fez as maravilhas em Malaca detendo o elefante que trazia a espada na tromba) deu grandes provisões sob graves penas que ninguém os fosse saltar ao caminho; deu-lhes tres leguas de terra que os indios pediam, e perdão d’algumas mortes de brancos e alevantamentos que tinham antigamente feito, e quando foi ao assignar da provisão não na quiz lêr, nem viu o que se dizia, antes vindo-a sellar a nossa casa, disse que tudo o que o padre visitador puzesse havia por bem, e que pedisse tudo quanto quizesse em favor dos indios, que elle o approvaria logo. (CARDIM, 1978, p. 205-206).

A porta ficou de fato aberta. Como informa Leite (2006, Tomo I/livro III/IV, p. 233), em 1589, durante a visita do Pe. Marçal Beliarte, procedeu-se novo descimento de um chefe tujupabuco e de inumerável multidão de gentios para se doutrinar. Assim, foram se firmando os aldeamentos jesuítas no Espírito Santo, que, segundo descrições do Pe. Anchieta, eram ricos em algodão, açúcar, arroz, cedro, bálsamo, cidras, laranjas, limas, cajus, além de possuírem abundância de pastagens com seus respectivos rebanhos (ANCHIETA, 1988, p. 426-427).

Além dos aldeamentos descritos, cuja confirmação é possível por meio dos documentos da Ordem, alguns autores indicam ainda outros. Daemon (1879, p. 71) traz informações sobre o pequeno aldeamento do Campo, que se localizava a 3 léguas da Aldeia

Velha (Santa Cruz), ao norte de Reis Magos. Teria sido fundado pelos jesuítas no ano de 1557, sendo posteriormente denominado Aldeia do Campo Velho. Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 231), ante a falta de informação desse aldeamento nos arquivos da Companhia, trabalha com a hipótese de ter sido englobado por algum dos grandes aldeamentos do norte anteriormente citados: São João, Nossa Senhora da Conceição ou, mais possivelmente, Reis Magos. Ou ainda poderia ser o local onde estiveram assentes temporariamente esses mesmos aldeamentos.

É ainda Daemon (1879, p. 86) que salienta a existência em 1567 de quatro padres nas aldeias conhecedores das classes de ler, escrever, doutrinar e do latim, assim como de dois grandes aldeamentos, a saber: Santa Cruz, que teria outra aldeia anexa, contando com mais de mil e quatrocentos arcos, e a do Peixe Verde, contando com o aldeamento principiado em Benevente e outro em Roças Velhas, no atual distrito de Cariacica, tendo nesse alguns engenhos montados e algumas obras.¹⁸⁴

Pe. Casal (1817, p. 213), já no século XIX, descreve a Aldeia Velha, bem como outra aldeia de goitacazes situada em suas proximidades, tendo sido ambas, segundo ele, fundadas pelos jesuítas no século XVI, conforme descrição de Daemon (1879).

Legua e meia ao norte de Almeida fica a Aldeia Velha, povoação de índios cristãos com um comodo surgidouro para sumacas na boca dum rio pequeno: E mais adiante outra aldeia de índios goitacas também cristãos: Todos cultivam mantimentos, frequentam a pescaria; e muitos exercem a olaria. As laranjeiras são multiplicadas, e seus frutos excelentes. Exporta-se daqui grande quantidade de gamelas. (CASAL, 1817, p. 213).

É também Daemon (1879, p. 61) quem informa a origem da propriedade de Roças Velhas e como a mesma passou as mãos dos jesuítas.

Neste anno [1550] desintelligencião-se o donatário Vasco Fernandes Coutinho e Duarte de Lemos, em razão deste último querer que a sua doação da ilha do seu nome fosse ampla, e Vasco Coutinho haver declarado que esta doação era limitada á sua propria fazenda, que se achava assentada no local onde hoje se vê a igreja de Santa Luzia, servindo esta capella para as orações dos moradores, havendo casa de moradia unida á capella e uma engenhoca abaixo; a este lugar que abrangia um grande perimetro a Leste e a Norte, indo até Campinho ao lado de Oeste, é que se deu por muito tempo o nome de Roças Velhas, que também foi dado a uma fazenda com engenho de assucar e aguardente na freguezia de Cariacica, que depois pertenceu aos

¹⁸⁴ Analisando a posição geográfica dos aldeamentos capixabas, é bem provável que os núcleos de Roças Velhas e do Campo Novo, descrito anteriormente por Novaes (1969, p. 31), estavam em terras do grande engenho de Araçatiba, formado já no século XVIII.

Jesuítas, e de que se pagava de fôro um pão de assucar de quatro libras. (DAEMON, 1879, p. 61).

Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 232) ainda relata que, por volta do ano de 1573, formou-se outro aldeamento no Espírito Santo, cujo nome não foi citado nos catálogos da Companhia, apenas que sua localização distava de 1.400 passos da Vila de Vitória. Ainda é o Pe. Serafim Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 230) quem descreve que foram encontradas vagas referências a respeito de aldeamentos em Itapemirim (Sul) e São Mateus (Norte). Já Freire (2006, p. 83) considera a aldeia de Itapemirim¹⁸⁵ uma das primeiras fundadas pelos jesuítas no Espírito Santo, no ano de 1558. Daemon (1879, p. 101) afirma ter sido principiado o povoado de São Mateus¹⁸⁶ em consequência dos esforços do Pe. Anchieta para a catequização dos indígenas dessa região no ano de 1596, pouco antes de sua morte. Novaes (1969, p. 60) cita também a fundação do aldeamento dos Montes, que nasceu de uma entrada dos inacianos à região das minas do Castelo.

Foram aqui citados alguns dos principais núcleos litorâneos do Espírito Santo: Itapemirim, Piúma (antiga Orobó), Anchieta (aldeamento de Reritiba, posterior Vila de Benevente), Guarapari, Cariacica, Santa Cruz (Aldeia Velha), Serra (aldeamento de Nossa Senhora da Conceição), Carapina (aldeamento de São João e fazenda), Nova Almeida (aldeamento de Reis Magos) e São Mateus. Afora essas, Derenzi (1995, p. 91) informa outras terras mantidas pelos inacianos em Ponta da Fruta e Jucu, pertencentes ao engenho de Araçatiba, e ainda Itapoca (Cariacica), Goiabeiras (Vitória), Jacuí (Serra), Jucunem (Nova Almeida) e Itaputera (Aracruz). Além das terras da grande fazenda de gado de Muribeca, próximas ao rio Itabapoana, no extremo sul da antiga capitania.

Saint-Hilaire (1974b, p. 15) a época de sua viagem ao Espírito Santo em meados do século XIX, informa quais eram os principais povoados, além da Vila de Vitória, que formavam a província do Espírito Santo: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Vila Velha, Viana (Araçatiba) e Nova Almeida. Das localidades descritas, apenas em Vila Velha não havia unidades jesuítas.

Trinta anos depois da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, em 1759, ainda era visível o relativo sucesso da obra missionária no Espírito Santo. Pois, em 1790, entre as cinco vilas citadas pelo capitão-mor Inácio

¹⁸⁵ Ante as ameaças do Gato e do relato de que grupos indígenas mantinham trato de pau-brasil com franceses nessa região, é mais provável que Itapemirim tenha sido uma aldeia independente. Pode ter sido até visitada pelos padres, mas nunca constituiu um núcleo de aldeados.

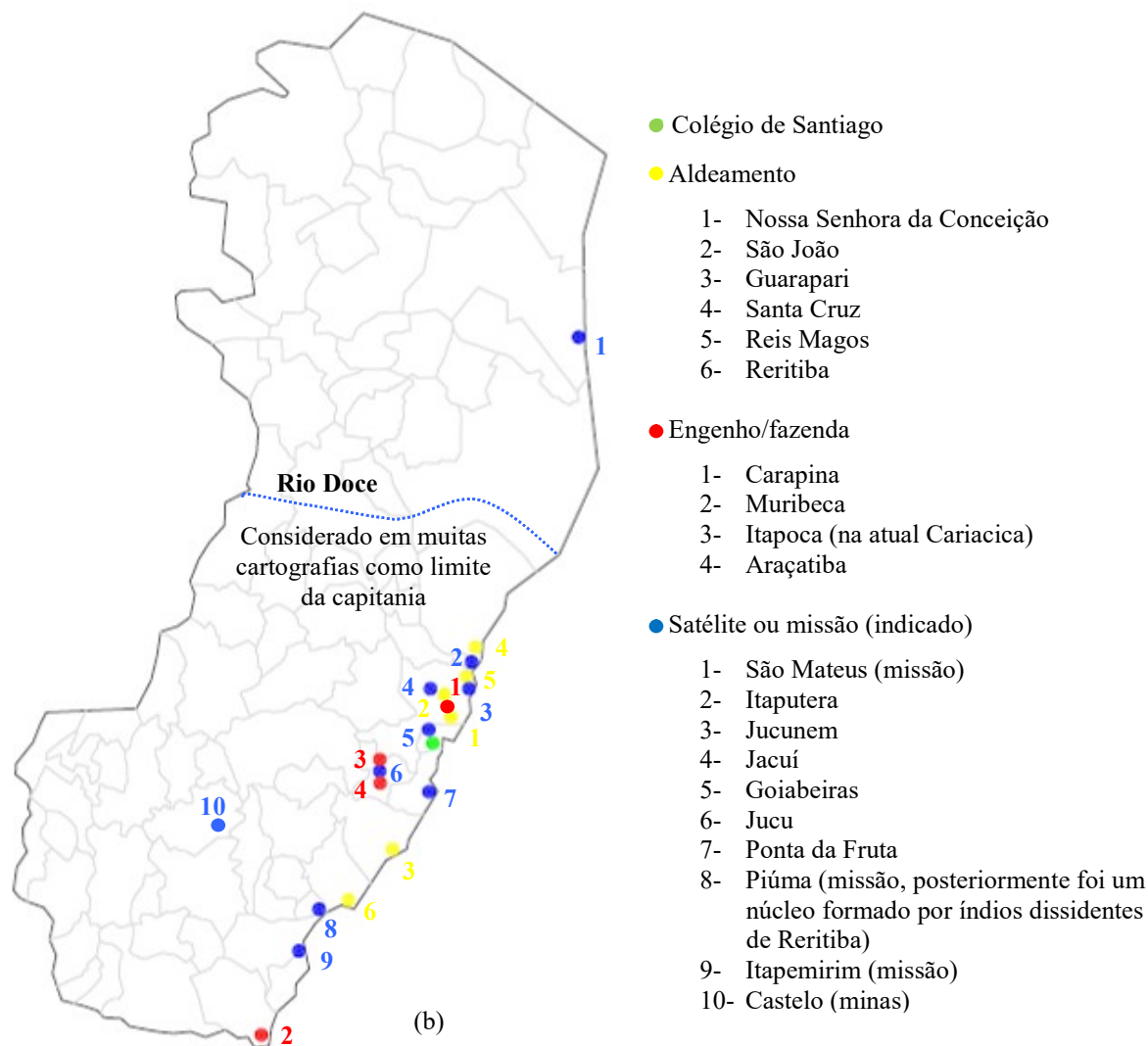
¹⁸⁶ A denominação é atribuída ao fato de ter aportado o Pe. Anchieta na então Quiricaré, no dia 21 de setembro de 1596, dia em que a Igreja Católica festeja o Apostolo São Matheus.

João Mongeardino como existentes na capitania, duas eram vilas de índios, e ambas só eram menos populosas que a vila de Vitória, que funcionava como cabeça de comarca e capital. Eram elas Benevente e Nova Almeida, respectivamente as antigas missões de Reritiba e dos Reis Magos, ambas elevadas à vila pouco depois da expulsão dos jesuítas. Mais ainda, segundo Mongeardino, os habitantes de ambas eram índios. (MOREIRA, 2011, p. 4).

Como visto, Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 229) acredita na origem jesuíta de grande parte dos atuais núcleos urbanos litorâneos do Espírito Santo (Figura 21). Acredito, entretanto, que tanto quanto espaços jesuítas eram espaços de índios, e assim continuaram sendo mesmo após a expulsão dos inicianos. Eram já vilas, como pretendia Pombal, com absoluta predominância de indígenas que apesar das grandes perdas souberam se impor à altura dos súditos coloniais em que se transformaram. É importante reconhecer também que as áreas citadas eram antes de tudo, pertencentes ao projeto de colonização da Coroa portuguesa. Áreas onde a manutenção de um efetivo indígena era a garantia não apenas da segurança dos principais núcleos urbanos estabelecidos, mas do pretendido desenvolvimento e sucesso da empresa colonial. Tanto o é, que nos núcleos estratégicos, como os de Reritiba ao sul e Reis Magos ao norte, não foram observadas as constantes alterações de sítios promovidas no aldeamento de Nossa Senhora da Conceição e de São João, muito em consequência de atender a vontade de seus habitantes, tão preciosos para a guerra da conquista do Rio de Janeiro. E nesse jogo que variava conforme interesses e contextos, a Coroa, os padres e também os índios souberam coordenar os momentos de recuos e de imposições em negociações que garantissem, ao menos em parte, o objetivo pretendido por cada um deles.

Figura 21 – Mapa que registra os núcleos nos quais estiveram os jesuítas no Espírito Santo, segundo os manuscritos da Ordem e conforme foi citado por diferentes autores. (a) Esquema proposto pelo Pe. Serafim. Nota-se que a Fazenda de Itapoca, no esquema do padre, não estava localizada em terras próximas à Fazenda de Araçatiba, onde atualmente é o município de Cariacica, mas, equivocadamente, nas proximidades do Aldeamento de São João. (b) Atual configuração do Estado do Espírito Santo, ilustrando os locais de ação dos inicianos.





Fonte: (a) Leite (2006, tomo VI/livro IV/X, p. 440), adaptado pela autora (2017). (b) Autora (2017).

3.1.3.2 A conquista do Rio de Janeiro e a formação dos primeiros aldeamentos

Refletir sobre o que foi a conquista do Rio de Janeiro implica levar em consideração que estabelecido o contato entre os protagonistas – índios, aliados e inimigos, franceses e colonizadores portugueses – passaram a vivenciar junto com as transformações culturais um processo contínuo de transformação e construção de interesses e motivações que iam se moldando e alterando conforme o contexto e a dinâmica de suas relações. (ALMEIDA, 2013, p. 57).

O processo de mudanças consideráveis no que toca aos comportamentos e interesses de ambas as partes se iniciou, na verdade, cerca de meio século antes. Como se apreende do

relato de Pero Lopes de Souza¹⁸⁷, de 1530, os índios tupinambás da Guanabara, também denominados tamoios, nem sempre foram inimigos dos portugueses. A expedição de seu irmão, Martim Afonso de Souza, permaneceu na Guanabara de 30 de março a 1 de agosto, tempo em que o capitão enviou quatro homens terra a dentro. Os quatro portugueses percorreram mais de cem léguas e foram acolhidos por um chefe nativo que os acompanhou no regresso à baía, dando notícia de que no interior havia abundância de metais, para a alegria do capitão Martim Afonso. Mesmo tendo o conhecimento que esses mesmos índios já mantinham relações contínuas com os franceses desde 1525, Pero Lopes descreve o encanto da terra e a hospitalidade dos índios, salientando que “essa ‘gentil gente’ se mostrava ainda mais acolhedora que os indígenas da baía de Todos os Santos” (SERRÃO, 1965, vol. 1, p. 41). A boa acolhida, no entanto, não significava apoio e segurança para o estabelecimento definitivo na Guanabara. Sendo os “tamoyos Indios mui valentes, tanto pela sua força natural e destreza no arco, como pela sagacidade e ousadia no cometer” (LISBOA, BPMP, MS-516), Martim Afonso de Souza teria reconhecido que “só pela via das armas poderia fazer seguro o estabelecimento, e que para esse efeito não trazia a Esquadra suficiente força para vencer a indisposição que observava nos Indigenas” (LISBOA, 1834, vol. 1, p. 13).

Situação bem diferente encontrariam em São Vicente, onde a presença de João Ramalho, degredado português com posição de destaque e liderança entre os Tupiniquim, acenava-lhes com a segurança necessária para dar início ao povoamento português. Afinal, no século XVI, a dependência dos portugueses em relação aos índios era praticamente total e a política de alianças condição *sine qua non* para o bom êxito de qualquer empreendimento colonial. Não resta dúvida que as capitânicas bem sucedidas tiveram apoio dos índios e as demais fracassaram principalmente devido aos seus ataques e hostilidades. (ALMEIDA, 2000, p. 39).

Tanto Monteiro (1994, p. 29-30), quanto Almeida (2000, p. 39), acreditam que a escolha de São Vicente como o núcleo inicial da colonização baseou-se principalmente na aliança segura e confiável com os tupiniquins chefiados por Tibiriçá sob a forte influência do seu genro João Ramalho.

A aliança firmada com os tupiniquins certamente contribuiu para o desgaste da relação de portugueses e tamoios no Rio de Janeiro. Isso porque, no momento da chegada dos europeus dois grupos tupis se enfrentavam na Guanabara: os tamoios e os temiminós. Esse

¹⁸⁷ A expedição de Martim Afonso e de seu irmão Pero Lopes dependia-se do desejo régio de acabar de vez com a presença de corsários nas partes do sul. O projeto de dividir o Brasil em capitânicas hereditárias começava a ganhar corpo. A Coroa passa a encarar de frente a defesa da colônia, ordenando a colocação de padrões como marca de posse da terra. (SERRÃO, 1965, vol. 1, p. 40).

enfrentamento envolvia também os tupiniquins das regiões próximas. A guerra era o elemento chave na organização social dos tupinambás. Segundo Anchieta (1988, p. 55), era comum entre os índios caminharem mais de 300 milhas para a guerra, pois era ela quem dava sentido e coesão social ao grupo. De acordo com os relatos quinhentistas, as aldeias deviam constituir unidades locais dos grupos tupinambás que edificavam, segundo Hans Staden, prisioneiro dos tupinambás em 1554,

[...] suas habitações de preferência em lugares em cuja proximidade têm água e lenha, assim como caça e peixe. Se uma região se exaure, transferem seu lugar de moradia para outro. Quando querem construir suas choças, reúne um chefe um grupo de cerca de quarenta homens e mulheres, quantos pode conseguir, sendo usualmente seus amigos e parentes, que edificavam uma cabana, de mais ou menos quatorze pés de largura, a qual, conforme o número de pessoas que abriga, chega a ter cento e cinquenta pés de comprimento. (STADEN, 2008, p. 155).

É ainda Hans Staden (Ibid., p. 155) quem informa que cada aldeia possuía até sete malocas, com diversos lares políginos¹⁸⁸. Deixavam os índios entre elas um pátio livre, onde sacrificavam os prisioneiros, e em volta delas construíam cerca “de mais ou menos braça e meia de altura, fazem-na tão cerrada, que nenhuma flecha pode atravessá-la” (Ibid., p. 155-156). Segundo Almeida (2013, p. 53), a média de habitantes por maloca oscilava entre 50 e 200 indivíduos. Apesar de formados por grupos guerreiros fortemente solidários, não eram unidades sociais auto-suficientes, pois articulavam-se a outros grupos locais, ou seja, a outras aldeias, e a unidades sociais maiores. Essas articulações formavam-se por laços de parentesco e/ou por alianças. Embora ocorressem com frequência, eram flexíveis, na medida em que se adaptavam aos contextos e circunstâncias. As próprias aldeias eram flexíveis, pois, como salientou Léry, os índios as mudavam “sem lhes mudarem os nomes o que faz que às vezes os encontramos a um quarto de légua ou mesmo meia légua de distância do lugar em que antes habitavam” (LÉRY, 1961, p. 184). Como já citado, as relações estabelecidas entre elas eram ditadas pelas guerras intertribais, decididas por conselhos que reuniam os chefes das malocas

¹⁸⁸ Na era de 70 do século XVI, Gandavo (1980, p. 52) informa que em cada aldeia poderia haver de sete a oito casas, “as quaes são compridas feitas á maneira de cordoarias ou tarracenas fabricadas sómente de madeira e cobertas com palhas ou com outras hervas do mato semelhantes; estão todas cheias de gente [...]. Em cada casa destas vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre elles nenhuma diferença: antes sam tam amigos huns dos outros, que o que he de hum he de todos, e sempre de qualquer cousa que hum coma por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar della” (Ibid., p. 126). Já Anchieta (1988, p. 55), em 1585, afirma que em cada aldeia haviam somente seis ou sete casas, nas quais viviam juntos “e com tanta paz que põem espanto, com terem as casas sem portas e suas cousas sem chave por nenhum modo furtam uns aos outros. E têm outras cousas e costumes mui notáveis” (Ibid., p. 442).

e dos grupos locais. Staden (2008, p. 164) salienta que esses principais eram de linhagem idêntica e tinham direitos iguais de ordenar e reger.

Se um sobressaiu dentre os outros por feitos em combate, ouve-se-lhe mais do que aos outros, quando empreendem uma arremetida guerreira [...]. Fora disso nenhum privilégio observei entre eles, a não ser que os mais moços devem obediência aos mais velhos, como exige o seu costume. [...] O que o principal ordena, é feito, não à força ou por medo, porém de boa vontade. (STADEN, 2008, P. 164).

Morrendo o principal, fica seu filho no mesmo lugar; “não serve doutra cousa se não de ir com elles á guerra, e aconselha-los como se hão de haver na peleja, mas não castiga seus erros nem manda sobre elles cousa alguma contra sua vontade” (GANDAVO, 1980, p. 54). A posição de chefia acarretava, segundo Almeida (2013, p. 54), mais deveres do que direitos, visto que se perdesse a admiração e o respeito dos membros do seu grupo dificilmente seria obedecido. A capacidade de oratória estava entre as principais qualidades do chefe indígena. Era por meio da oratória que se exortavam os liderados ao trabalho e principalmente à guerra, pois era ela quem conferia e confirmava o prestígio dos principais para o grupo.

As fontes são unânimes em afirmar que o principal objetivo da guerra era o ritual de vingança, com a captura de prisioneiros e o posterior sacrifício das vítimas. Para Castro (2002, p. 233-234), o sacrifício dos prisioneiros representava o impulso de se seguir adiante. Como nexos da sociedade tupinambá, a vontade de vingar-se era interminável, por conectar os que morreram e os que ainda estavam vivos numa memória de vingança, na qual os inimigos eram indispensáveis para a continuidade do grupo.¹⁸⁹ A relação com o outro, expressa principalmente por meio da guerra e do ritual de vingança era, segundo Castro (2002, p. 206), o elemento fundamental da cultura indígena. A própria relação com os europeus, aliados ou inimigos, era concebida pelos índios como indispensável.

[...] era inconcebível aos Tupi a arrogância dos povos eleitos, ou a compulsão a reduzir o outro à própria imagem. Se os europeus desejaram os índios porque viram neles, ou animais úteis, ou homens europeus e cristãos em potência, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena, que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes portanto de vir alargar a condição humana, ou mesmo de ultrapassá-la. Foram então talvez os ameríndios, não os europeus, que tiveram a “visão do paraíso”, no desencontro americano. Para os primeiros, não se tratava de impor

¹⁸⁹ Castro (2002, p. 248) vincula o hábito de beber dos índios também à memória; “os Tupinambá bebiam para não esquecer”.

maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação desde sempre existente, sob o modo virtual), transformar a própria identidade. A inconstância da alma selvagem, em seu momento de abertura, é a expressão de um modo de ser onde “é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado”. (CASTRO, 2002, p. 206).

Era, afinal, como salientou Castro, a troca mais que a manutenção de uma identidade que constituía a principal característica a ser levada em conta na interpretação das relações de contato. A guerra, como “dado irredutível desta sociedade, sua condição reflexiva e seu modo de ser” (CASTRO, 2002, p. 246), foi bastante explorada pelos europeus. Inserida nos mutáveis contextos de alianças e inimizades, a boa acolhida dispensada à esquadra de Martim Afonso de Souza na Guanabara logo se transformou, e os tamoios, segundo Anchieta (1988, p. 318), “sendo dantes muito amigos dos portugueses levantaram contra eles por grandes agravos e injustiças que lhes fizeram, e receberam os Franceses, dos quais nenhum agravo receberam”. Hans Staden (2008, p. 122) informa que os franceses costumavam fazer carregamento de pau-brasil na Guanabara, bem como comprar dos índios pimenta, macacos e papagaios. Além do escambo, os franceses incentivavam constantemente os indígenas contra os portugueses (Ibid., p. 95).

Também a ocupação efetiva da terra e o estabelecimento das lavouras de cana-de-açúcar contribuía para o aumento das hostilidades entre portugueses e indígenas ao longo de toda a costa. Enquanto o sistema de escambo esgotava-se por razões econômicas e culturais¹⁹⁰, crescia de forma desenfreada a escravidão indígena. Paralelo à escravidão, estavam as epidemias, as atitudes traiçoeiras dos portugueses e sua voracidade em obter escravos, o que não apenas intensificava as guerras intertribais, como contrariava a motivação dos índios de capturar prisioneiros para o sacrifício. Segundo Almeida (2000, p. 41), a consequência direta dessa situação foi o incremento assustador das guerras indígenas contra os portugueses em todo o litoral brasileiro.

A carta de Pero de Góis, escrita da Vila da Rainha de sua Capitania de São Tomé, dirigida ao rei em 1546 ilustra bem o jogo de traições infringidas pelos portugueses e a quebra de alianças com os indígenas que condenavam muitas das capitanias ao malogro.

¹⁹⁰ Segundo Schwartz (1988, p. 45), o uso de ferramentas e armas de fogo, artigos muito apreciados pelos índios na prática do escambo, permitiam ao indígena satisfazer suas necessidades materiais, como a derrubada de árvores para o plantio e a caça, com maior rapidez. Fato que permitia mais tempo para as cerimônias e para a guerra, quando os portugueses, na verdade, tencionavam o aumento das horas de trabalho e, por conseguinte, também o aumento da produtividade. É ainda relevante acrescentar que, na tradição tupi, o trabalho na agricultura era realizado por mulheres.

[...] assentei e de novo comecei a povoar por um rio acima, obra de dez leguas do mar, por não haver agoas mais perto, onde fiz uma mui bôa povoação, com muitos moradores, muita fazenda, a qual, a elles e a mim, custou muito trabalho, por ser pela terra dentro. Estando assim muito contentes, com ter a terra muito pacifica, e um engenho d'agoa, quasi de todo feito, com muitos canaviaes, sahio da terra de Vasco Fernandes Coutinho um homem por nome Henrique Luiz com outros, e em um caravelão, sem eu ser sabedor, se foi a um porto d'esta minha capitania, e, contra o *Foral* de V. Alteza, resgatou o que quis; e, não contente com isso, tomou por engano um indio, o maior principal que n'esta terra havia, mais amigo dos christãos, e o prendeu no navio, pedindo por elle muito resgate. Depois de por elle lhe darem o que pediu, por se congraçar com outros indios, contrarios d'este que prendera lh'o levou e entregou preso, e lh'o deu a comer, contra toda a verdade e razão, por d'onde os indios se alevantaram todos, dizendo de nós muitos males, – que se não fiassem em nós, que não mantínhamos verdade, e se vieram logo a uma povoação minha pequena, que eu tinha mais feita, e estando a gente segura, fazendo suas fazendas, deram n'elles e mataram tres homens, e, fugindo os outros, queimaram os canaviaes todos, com a mais fazenda que havia, e tomaram toda quanta artilharia havia, e deixaram tudo extruido. (Apud. CARVALHO, 2012, p. 58).

Dois anos depois, seu irmão Luís de Góis escrevia ao rei “que se com tempo e brevidade Vosa Alteza não socorre a estas capitancias e costa do Brazill que ainda que nós percamos as vidas e fazendas Vosa Alteza perderá a terra” (apud. SERRÃO, 1965, vol. 2, p. 17). No Espírito Santo, ausentando-se Vasco Fernandes Coutinho em meados do século XVI, os índios não só mataram a flechadas o loco-tenente Jorge de Menezes, como queimaram engenhos e fazendas. “O mesmo fizeram a d. Simão de Castelo Branco, que lhe sucedeu na capitania, e a puseram em tal cerco, e aperto, que não podendo os moradores dela resistir-lhes se passaram para outras” (SALVADOR, 1627, p. 26). Apesar da presença estrangeira constante e ameaçadora, os inimigos principais eram então os índios e passaram a ser o principal alvo das guerras no século XVI. Mendonça (1991, p. 80-81) salienta que a própria guerra de conquista do Rio de Janeiro, em sua segunda fase, 1565, foi muito mais contra os tamoios do que contra os franceses, cuja ameaça já não era tão importante.

A guerra contra franceses e, principalmente, contra os índios inimigos colocava-se como uma necessidade territorial e religiosa. Segundo Serrão (1965, p. 67), a proposta do governador Mem de Sá era de se fortificar o Espírito Santo, que passaria a constituir a barreira defensiva do território ao norte sendo, ao mesmo tempo, também o ponto de ataque para combater os inimigos no Rio de Janeiro. Para a efetivação de tal intento, os já citados índios do Gato e demais índios aldeados pelos padres seriam essenciais, porque como afirmou Anchieta (1988, p. 359), o próprio Mem de Sá “sabia quanto eles nas guerras faziam e quão necessários eram pera isso”.

Assim, abasteceu-se a armada de 1560 de gente de guerra dos aldeamentos jesuítas, bem como de temiminós do Espírito Santo (LEITE, 2006, tomoI/livro IV/I, p. 377). Também como integrantes da frota de Estácio estavam, além dos jesuítas Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta, dos portugueses e mestiços, os índios temininós comandados por Araribóia, os tupiniquins também do Espírito Santo e de São Vicente e Piratininga, alguns tupinambás da Bahia e do Rio de Janeiro, os goitacazes do Espírito Santo e muitas outras nações que já se misturavam nos aldeamentos jesuítas estabelecidos na costa.

Vencida a guerra, Silva (1854, p. 164) informa que Araribóia, ou o já batizado Matim Afonso de Souza, após dois anos de serviços prestados, pediu licença para retornar para junto de sua gente em sua aldeia no Espírito Santo. Negou-a Mem de Sá, respondendo que “folgasse de ficar na terra com a sua gente para o favorecer e ajudar a povoá-la por ser do rei, a quem n’isso fazia serviço, e que pedisse para si e para os seus as terras que necessitasse e onde as houvesse devolutas” (SILVA, 1854, p. 164). Leite (2006, tomoI/livro III/IV, p. 423) informa que os índios de Piratininga que serviram na guerra do Rio de Janeiro, voltaram quase todos para sua terra, enquanto que os do Espírito Santo ficou a maior parte. Araribóia escolheu, assim, as terras

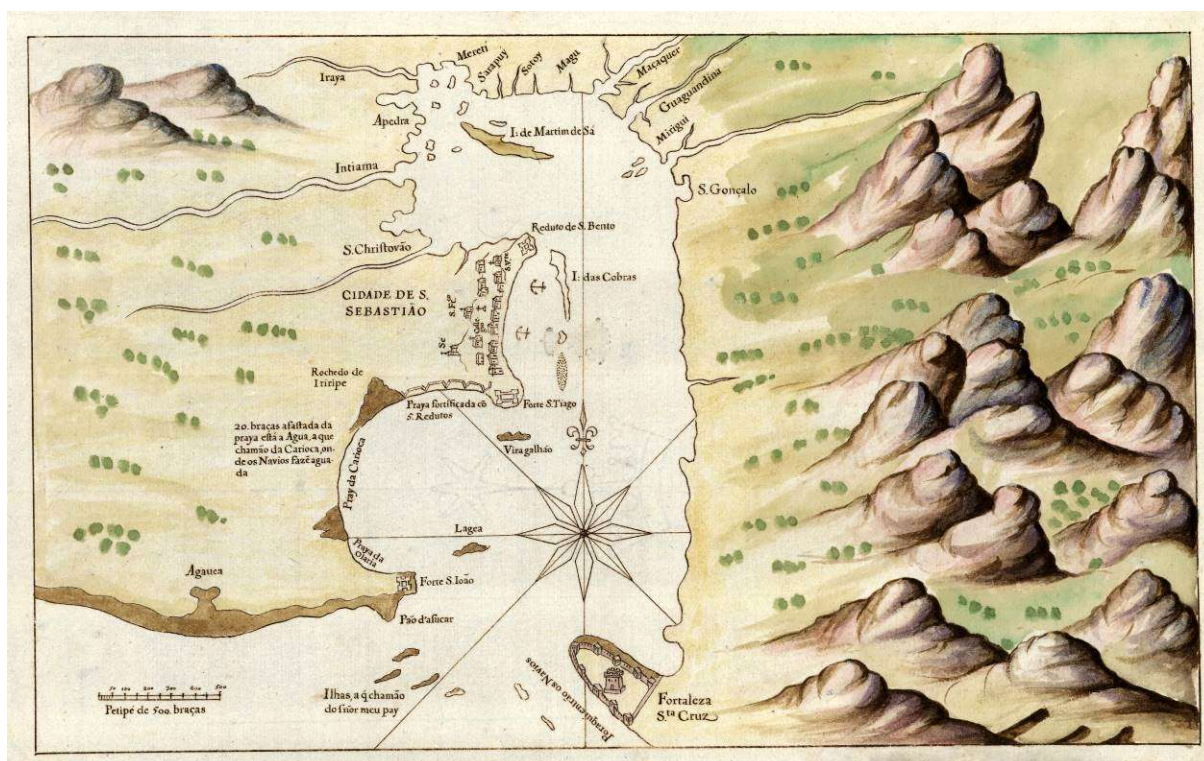
[...] que entestam com a cidade, e que haviam sido de Antonio de Marins e sua mulher Isabel Velha, que para isso lhe cederam por escriptura publica de renuncia em 16 de Março de 1568, compreendendo todo o terreno desde as primeiras barreiras vermelhas, correndo ao longo da bahia acima, caminho do norte, até completar uma légua, e duas léguas para o sertão, e por carta de sesmaria da mesma data lhe fez o governador Mem de Sá doação d’essas terras; nas quaes o mandou metter de posse o seu sucessor Christovam de Barros; o que com toda a solemnidade teve lugar em 22 de Novembro de 1573. (SILVA, 1854, p. 164-165).

Segundo Fernandes (2001, p. 90), a negociação entre o governador e o antigo sesmeiro António de Marins, sugere que a alocação dos índios de Araribóia não foi arbitrária, visto que com a fundação da cidade no lado ocidental da baía de Guanabara, o lado oriental continuava desguarnecido caso ressurgisse a ameaça francesa e tamoia (Figura 22). A possibilidade de ocupação efetiva das terras da banda d’além surge, assim, como uma oportunidade ante os interesses e necessidades da colonização.

Antes disto, porém, consta que, por questões de defesa, Araribóia se estabeleceu com sua gente junto à nascente cidade, em terras da sesmaria jesuíta de Iguaçú, tal como aparece nas cartografias de 1574 e 1579 (Figuras 3 e 4). Esse primeiro núcleo denominado Geribiracica, ficou posteriormente conhecido pelo nome de Martim Afonso, ou simplesmente

por Aldeia do Martinho. Em 30 de julho de 1569, o Pe. Luiz da Grã informa que a aldeia de índios do Espírito Santo, colocada ali pelo governador, era mal visitada porque, ante os poucos recursos reais, os padres não podiam acudir a tudo. A essa época, metade dos índios da aldeia do Martinho já eram cristãos. (ARSI, BRAS 3-1, p. 163v-164). No ano seguinte, em 21 de maio, o Pe. Gonçalo de Oliveira diz já terem uma igreja dedicada a São Lourenço, localizada a uma légua do colégio, “na aldeia de Martim Afonso Araribóia, de muita gente temiminó, toda cristã” (apud BELCHIOR, 1965, p. 55). Informa ainda que o bom andamento do aldeamento se devia à Araribóia, “muito bom, que no conhecimento de Deus e mais costumes lhe não faz vantagem nenhum branco” (Ibid., p. 55). O que de maneira nenhuma diminuía as constantes negociações e conflitos.

Figura 22 – A cidade do Rio de Janeiro e sua banda d’além. In *Atlas do Brasil* de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco.



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 52-XIV-22, folha 9.

Durante muitos anos São Lourenço foi aldeamento de visita, não permanecendo nenhum europeu controlando seu cotidiano. Um incidente ocorrido em 1573 mostra que desde muito cedo os índios, tendo o conhecimento de sua preciosa importância no contexto colonial, tentaram se impor. Desejando o reitor Brás Lourenço “dar remédio” a muitos índios desse

aldeamento foi com o Pe. Gonçalo de Oliveira, língua¹⁹¹, para casar alguns principais e com isso fundar as mancebias. A influência dos colonos, insatisfeitos com o processo de demarcação das terras do colégio, e a preocupação dos índios de que a interferência dos padres se ampliasse ainda mais, acabaram por culminar em um enfrentamento.

El principal se fue muy bravo a la ciudad a quejarse ai capitã y luego se alevãto el aldea de manera que pensarõ los P.^{es} que los queria matar porq dieron algunos senales desso vinierõ los indios a la ciudad ya de noche y uno dellos entro hablando y delante del Capitan dixo muy uera de propósito que no cabian en los P.^{es} el dia siguiente muy de mafiana la Câmara mando echar hü prego que todo el pueblo los seguiesse cõ armas [...] hizieranlo assi unos por mar, otros por tierra, entraron en el aldea tan desconcertadamente que era para espantar, Los indios estava muy atemorizados porq no sabian que queria tanta gente ayan dezir a los blancos que ivan a prender a los P.^{es} mas no era assi lo que pretendian era hazerles un requerim.^{to} para que dexassã el aldea. (HISTORIA de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias, in: ABNRJ, 1897, p. 136, grifo nosso).

O medo de uma violenta represália por parte dos moradores da cidade fez com que os índios recuassem e novamente solicitaram aos padres que “los visitassen como antes” (HISTORIA de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias, in: ABNRJ, 1897, p. 136). No novo contexto do aldeamento, lugar de negociação e também de territorialização portuguesa, ao mal menor certamente era direcionada a escolha dos índios.

A representação da barganha entre ameríndios e jesuítas expõe os nativos como sujeitos que, dentro de uma situação de domínio, negociam pela manutenção de suas práticas e seus sentidos, dentro do aldeamento, pela gestão do mesmo. A barganha também nos permite ver a destacada função de defesa do território português, expressa na aceitação da situação singular pela Câmara que se torna, no desfecho momentâneo, aliada dos nativos concedendo a existência do aldeamento sem a presença dos jesuítas. Os colonizadores e colonos esperavam que os índios aldeados fossem pacíficos e que se tornassem mão-de-obra disponível. É fato que aqueles índios de São Lourenço trabalhariam na construção de fortalezas do Rio de Janeiro e em fazendas de colonos, mas eles haviam sido colocados ali por uma outra característica: eram guerreiros. Talvez essa característica tenha assombrado os padres quando foram visitados no Colégio por eles, mas creio que tenha sido ela marca definidora da escolha dos representantes da Câmara quando optaram por considerar que os índios poderiam ficar sem os padres: eles eram os guerreiros necessários e apresentaram-se como inseridos na normatividade lusa quando mencionaram o requerimento. (FERNANDES, 2001, p. 184-185).

¹⁹¹ Denominação comumente empregada aos missionários que dominavam a língua brasileira.

Segundo Fernandes (2001, p. 180), a tática adotada pelos índios de São Lourenço – seu aparecimento em grupo¹⁹², a tentativa de solicitação legal a uma autoridade reconhecida, a resposta dada quando foram repreendidos pelos moradores da cidade – derivam do enfrentamento com o outro e demonstram uma tentativa de imposição de limites, não apenas por seu conteúdo, mas principalmente por sua forma. A intenção de ação legal comprova que esses índios, já bastante integrados a nova lógica lusa que se impunha, caminhavam muito ao largo da consagrada visão de passividade indígena ante a dominação dos colonizadores.

Leite (2006, tomo I/livro III/IV, p. 424-425) considera que a descrita imposição indígena ocorreu ainda no primeiro núcleo de Geribiracica. Associa também à Aldeia do Martinho o desembarque de quatro naus francesas e tamoios de Cabo Frio. Atacados de súbito pela gente de Araribóia e por um pequeno grupo de reforço de portugueses da cidade, queimaram algumas casas, quebraram imagens e reembarcaram desordenadamente com destino a Cabo Frio. Já Silva (1854, p. 167) informa que Araribóia esperou o inimigo na sua povoação de Praia Grande (Niterói), abrindo novos fojos, construindo novas estacadas e reforçando as parcas trincheiras que apenas lhe serviam de amparo contra os índios do sertão. Guiado pelas orientações dos padres Gonçalo de Oliveira e Baltazar Álvares que permaneceram no aldeamento, enviou ao interior toda a gente menos preparada para o combate, “municiou os guerreiros com todos os petrechos necessários para a guerra, e adestrou-os em manejos e exercícios para a defesa das trincheiras”.

Muito lisongeira foi para Martim Affonso de Souza a recompensa que mereceu da munificência do rei D. Sebastião, pela apreciação em que foi tida a sua intrepidez em tão prestantes acções a prol da nascente cidade. Além de muitos brindes de apreço e um vestido de seu proprio uso, que lhe mandou o infeliz monarcha, fez-lhe ainda merê do habito de cavalleiro da ordem de Christo e do posto de capitão-mór de sua aldêa com o padrão de tença de doze mil réis. Então Ararigboia entregou-se todo aos cuidados domésticos de sua aldêa, que se estendeu da montanha de S. Lourenço por todo o lugar denominado *Praia Grande* até os arêaes de Icarahy, e aumentou de maneira que já em 1578 não haviam terras para serem dadas aos Indios. (SILVA, 1854, p. 169).

Segundo Almeida (2013, p. 92), é bem possível que o segundo aldeamento do Rio de Janeiro, São Barnabé, tenha sido criado a fim de abrigar parentes e amigos dos principais de São Lourenço.

¹⁹² Fernandes (2001, p. 180) salienta que a tônica de ameaça indígena presente no discurso dos jesuítas poderia ser verdadeira na medida em que essa coletividade se apresentava unida como afirmação da vontade, ou fora de lugar, se considerarmos que sempre prevaleceu um sentido de comunidade nas práticas rotineiras desses índios. Se esses índios caçavam, pescavam e plantavam juntos, por que razão iriam separados ao colégio dos padres?

Dizem Vasco Fernandes e Antônio Selema e Salvador Corrêa e Antônio de França e Fernão d'Alvres com os índios principais da Aldeia de São Lourenço deste Rio de Janeiro que eles tem mandado à serra a fazer decer seus parentes pera povoarem neste Rio pera que sendo muitos possam ajudar fazerem-se cristãos e viverem na lei de Deus e que vindo muita gente como esperam que virá não é possível estarem todos na aldeia que agora está situada defronte desta cidade porque são já muitos nela e as terras poucas pera esta aldeia quanto mais pera os que decerem e assim ficam perecendo por não terem em que roçar por ser já tudo dado aos brancos. (CARTA de sesmaria dos índios que vieram da serra, in DH-BNRJ, 1997, p. 172).

Diante da solicitação dos principais, quatro léguas de terra da banda d'além do rio Macacu, “que começarão donde se acabar a dada de Duarte de Sá e correrão ao longo da terra que naquela parte tem o Colégio da Companhia até encherem as ditas quatro léguas e pera o sertão até o pé da Serra dos Orgos digo dos Órgãos” (Ibid., p. 172-173), foram concedidas por despacho de Salvador Correia de Sá em 1578 e confirmada em Lisboa em 1583. Segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 171), as terras doadas se localizavam nas proximidades dos rios Guapiaçu e Guapimirim e é provável que alguma fixação tenha ocorrido ali nessa época, pois o “Livro de Tombo do Colégio do Rio de Janeiro” (MEDIÇÃO das terras de Macucu, 1579, in ABNRJ, 1968, p. 198) indica a existência de uma “aldeia de São Pedro”, na outra banda do Rio Magé, nessas proximidades em 1579. Para Abreu (2010, vol. 1, p. 171), esse aldeamento da Serra dos Órgãos teria sido esboçado pelos inacianos, mas por alguma razão acabou não vingando.

Nesse mesmo ano, em 23 de agosto, o Pe. Martim da Rocha, procurador dos índios alcança nova doação de terras para os índios aldeados e descidos.

Dizem os padres digo dizem os índios das aldeas desta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro que assim pera eles como pera os mais índios que hão de decer do sertão pera suas aldeas lhes são necessárias terras pera fazerem suas roças pera o que pedem a Vossa Senhoria lhes conceda duas léguas de terra em quadra começando de trás da Tapera de Araçatiba onde as terras dos padres da Companhia de Jesus fazem quanto digo canto correndo pelo mesmo rumo dos padres digo dos padres nordeste e quarta de leste digo de leste até se encherem as duas léguas fazendo sua quadra polo rumo e quarta do norte e sendo caso que sejam estas terras ou parte delas dadas primeiro a outrem que corram por diante pelos ditos rumos até se encherem as ditas duas léguas em quadra e receberão esmola e mercê. (CARTA de sesmaria das terras dos índios que estão nas cabeceiras ouilharga das terras dos padres da Companhia, 1579, in DH-BNRJ, 1997, p. 228).

Foram nessas terras que os jesuítas instituíram o aldeamento de São Barnabé. Como já se fazia em São Lourenço, determinou logo o visitador que residissem também ali dois

religiosos. São Barnabé, segundo Leite (2006, tomo I/ livro IV/IV, p. 434), formado no Cabuçu¹⁹³, foi transferido para as terras solicitadas pelos principais de São Lourenço em 1584, visto que a proximidade com as terras da Companhia favorecia a unidade de direção e a administração da catequese. Por não contar o colégio do Rio a essa época com muitos padres, passou o aldeamento de São Barnabé à condição de visita, enquanto São Lourenço constituía residência desde 1583. Desse mesmo ano, segundo Leite (Ibid., p. 433), datam as duas confrarias, do Santíssimo Sacramento e das Almas do Purgatório, estabelecidas em São Lourenço.

Abreu (2010, vol. 1, p. 173) salienta que algumas fontes documentais do século XVII dão conta de uma “aldeia de Cipotiva” ou dos “índios de Sepetiba”, referindo-se a índios e aldeia, localizada exatamente nas terras de Macucu pertencentes ao aldeamento jesuíta de São Barnabé. Abreu acredita que Cipotiva e São Barnabé eram na verdade o mesmo núcleo e que a manutenção do topônimo tamoió por algumas décadas tenha a ver com a importância da aldeia nativa que Léry (1961) qualificou como uma das maiores da Guanabara. O que em certa medida, ainda segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 173), pode vir a justificar o fato de São Barnabé ter sido estabelecido exatamente nas terras pertencentes à antiga aldeia tamoió.

É bem possível que o segundo sítio do aldeamento tenha sido implantado pelas bandas de Tapacurá, quiçá perto do lugar que seria conhecido mais tarde como Aldeia Velha, nas proximidades do rio que ainda hoje se chama “da Aldeia” (outrora, ao que tudo indica, chamado de rio Cipotiva). Ali permaneceria o aldeamento por várias décadas, mas antes de encerrar o Seiscentos já havia ele sido transferido, pela terceira e última vez, para as proximidades da foz do Macacu. (ABREU, 2010, vol. 1, p. 174).

Em 1585, Anchieta (1988, p. 429) informa que em São Lourenço (indicação 1 da Figura 23), que estava por mar a uma légua da cidade defronte do colégio (indicação 2), residiam de contínuo três jesuítas, todos padres. São Barnabé (indicação 3), distante do colégio por mar em sete léguas, era visitada a miúdo pelos padres. Em carta do ano anterior, o mesmo Pe. Anchieta (1988, p. 328) afirma que São Barnabé situava-se a cinco léguas do colégio, o que de certa forma vai de encontro com a descrita alteração de sítio colocada pelo Pe. Serafim Leite.

No último quartel do século XVI, ambos os aldeamentos tinham 3.000 índios já cristãos (ANCHIETA, 1988, p. 429). O número de índios certamente sofreu uma considerável diminuição com as epidemias de 1589 e de 1594, que se abateram respectivamente sobre São

¹⁹³ Segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 172), em Itaitendiba, no caminho de Maricá.

Lourenço e São Barnabé. Segundo Leite (2006, tomo I/livro IV/IV, p. 435), em 1597, os dois aldeamentos juntos registravam 2.494 confissões, 184 comunhões, 84 batismos e 54 casamentos.

Figura 23 – *Aparencia do Rio de Janeiro*. João Teixeira Albernaz, o moço (1627 – 1675). Destaque para os núcleos jesuítas e para a função defensiva exercida pelos fortes, fortaleza e aldeamento de São Lourenço.



Fonte: Adonias (1993, p. 244), adaptado pela autora (2017). Original pertencente à Mapoteca do Itamaraty.

Em tempo de paz, os Índios davam para as obras públicas o concurso dos seus braços, construindo fortificações e trincheiras; e isto “sem outro estipêndio que a sustentação, como testemunham os fortes do Rio de Janeiro, feitos em tempo do Governador Salvador Correia de Sá, em que, desde o princípio das obras até o cabo, sempre trabalharam, assistindo com êles o P. João Lobato, da Companhia”. (LEITE, 2006, tomo I/livro IV/IV, p. 436).

Além de constituírem os braços de trabalho do Rio de Janeiro nestes princípios de colonização, os índios aldeados eram essenciais nas questões que envolviam a defesa da terra. Como informa Leite (2006, tomo I/livro IV/IV, p. 426), apesar das derrotas no Rio de Janeiro, os tamoios de Cabo Frio e da região de Campos dos Goytacazes continuavam cansando os moradores da nascente cidade com constantes ciladas. Aos 29 de junho de 1575 fizeram os tamoios uma incursão à cidade na qual aprisionaram e comeram alguns índios. Determinou,

assim, o então governador da banda sul, Antônio Salema, que fosse exterminado de uma vez por todas o principal foco das inquietações localizado em Cabo Frio. Foram nessa expedição o Pe. Baltazar Álvares e o Ir. Gonçalo Luiz, mas quem narrou os acontecimentos dessa investida foi o Pe. Inácio de Tolosa.

O jesuíta informa que após juntarem-se índios e colonos do Rio de Janeiro e de São Vicente, a expedição partiu, parte por terra, parte por mar, em 28 de agosto de 1575. Chegaram no dia 12 de setembro a uma aldeia na qual cerca de mil índios flecheiros dos tamoios cercavam-se com grande pressa ajudados por dois franceses e um inglês. Nas negociações com o principal, conseguiu o governador que fossem entregues os franceses e os aproximadamente 500 tamoios que vieram em socorro dos amigos de Cabo Frio. Feito isso, prometeu liberdade ao principal, aos seus filhos, mulheres e parentes. Entretanto, informou o governador que todo o restante da aldeia seria escravizado. Sem saída, o principal tamoio concordou com os termos do governador. No dia seguinte “disse sentença el governador que murrisen todos los quizientos yndios” (ARSI, BRAS 15, p. 286), que já estavam amarrados e passavam da idade de 20 anos. “Causo grande lastima al Pe. ver matar tanta gente con tanta crueldade sim poder dar remedio a sus almas, porque aunque procurava instruir algunos para luego bautizallos la priesa y furia com que los matavan era tanta que non lo dieron lugar para lo que se deyeava” (Ibid., p. 286).

Outro fato que gerou grande comoção ao padre foi ver a separação entre as índias e seus filhos: “unos yuan para S. Vicente y otros para el Rio de Ianero e era tan grande el pranto que quebrava los coraciones de quien lo oya” (ARSI, BRAS 15, p. 286). Depois da vitória portuguesa todas as demais aldeias tamoias da região se despovoaram e se recolheram aos sertões. O governador prosseguiu ainda com sua caça e conseguiu capturar obra de quatro mil índios. “Los muertos serian mas de dos mill, fuera muchos que los yndios matavan por los matos” (Ibid., p. 286). Segundo o frei Vicente de Salvador,

[...] os Tamoios, que escaparam, com espanto do que tinham visto se afastaram de toda aquela costa, mas os cativos, que quiseram receber a Fé, pôs o governador Antônio Salema em duas aldeias no recôncavo do Rio de Janeiro, a que chamaram uma de S. Barnabé, e outra de S. Lourenço, e se encomendaram aos padres da companhia, para que como aos outros catecumenos lhes ensinassem o ministério de nossa Fé. (SALVADOR, 1627, p. 68).

Como visto, a possível origem de São Barnabé remete ao ano de 1578-79, não podendo estar já instituído em 1575. Os vencidos que não foram escravizados foram, muito

provavelmente, deslocados para São Lourenço. Fato que corrobora com as narrativas de inchaço populacional e ausência de terras passíveis de serem cultivadas pelos índios aldeados nesse primeiro aldeamento. Mais importante que a discussão da data de fundação é a compreensão de que a guerra, elemento fundamental para as sociedades indígenas, no contexto colonial luso perdia grande parte do seu sentido. Pela narrativa do Pe. Tolosa fica claro que a luta em si foi garantida. Entretanto, se respeitado, o ritual do sacrifício dos prisioneiros assumiu, nesse caso, uma proporção assustadora. Se ajustava, na verdade, muito mais a um massacre desordenado imposto pelas autoridades lusas que aos tradicionais códigos indígenas. A quebra do pacto de rendição, a separação de mães e filhos, o grande contingente de índios escravizados, reforçavam certamente para os índios que a condição de aliado dos portugueses constituía a escolha mais sensata. Como já observado no incidente de 1573 em São Lourenço, para o mal menor se voltavam os índios. Nesse sentido a tutela dos padres no contexto dos aldeamentos era, muito provavelmente, o que os mesmos julgavam ser a opção mais segura.

Apesar do massacre, a expedição de 1575 não conseguiu controlar a presença de estrangeiros na região. Lamego (1946, p.138) informa que já em 1575 Filipe II ordenou a construção de uma vila em Cabo Frio, o que só se cumpriu no século seguinte. Persistiram, assim, os franceses em manter continuado comércio de pau-brasil e outros produtos da terra com os índios, chegando a edificar uma feitoria, a *casa de pedra*, fortificada, para servi-lhes de abrigo em suas incursões. Também os holandeses e ingleses apareciam ocasionalmente em Cabo Frio. Segundo Coaracy (1965, p. 42), em princípios do século XVII foi por três vezes o governador do Rio, Constantino Menelau, a Cabo Frio. Na segunda expedição o governador aprisionou alguns vigias e receptores dos contrabandistas, queimou um fortim de faxina e as casas de madeira nas quais, nos intervalos entre as viagens, se recolhia o pau-brasil cortado pelos índios. Ao regressar ao Rio de Janeiro, Constantino Menelau encontrou já ordem real para se fundar em Cabo Frio povoação e fortaleza, “e assim tratasse de conquistar, por paz ou guerra, o gentio Goytacaz, que habita entre a Capitania do Espírito-Santo e o Rio de Janeiro, que se não tinha ainda podido adomar” (Auto da Fundação da Povoação de Sancta Helena no lugar de Cabo-Frio, 1615, in CARVALHO, 2012 p. 88). Mais uma vez, os inimigos em causa eram mais os gentios da terra que as nações estrangeiras.

Leite (2006, tomo VI/livro I/V, p. 119) afirma que como apoio à nascente cidade determinou o governador que se fundassem dois aldeamentos: um no rio de Macaé, com índios de São Lourenço e outro no rio Peruípe, na baía Formosa próximo a Ponta dos Búzios. A primeira delas ficaria a cargo de Manuel de Sousa, neto de Araribóia e principal em São

Lourenço. A segunda seria entregue a Amador de Sousa, principal em São Barnabé e filho do mesmo Araribóia. Entretanto, ao analisar a empreitada constatou o Pe. João Lobato, superior em São Barnabé, que não havia nos aldeamentos do Rio de Janeiro índios suficientes para se repartirem com os novos núcleos. Ficou acordado que ao invés de dois, seria instituído apenas um aldeamento fundado com índios do Espírito Santo. Para tal, pediu logo António Matos, então reitor do Colégio, sesmaria para os índios. O requerimento foi atendido em 1617, com a concessão de duas datas de terras aos índios (TERRAS dadas de sesmarias em Cabo Frio, In ANTT, Inventário do Cartório dos Jesuítas, Maço 88, nº 119), nas quais ficava a terça parte destinada aos padres, como coisa própria, onde escolhessem (LAMEGO, 1913, p. 228-229, apud. LEITE, 2006, tomo VI/livro I/V, p. 120).

De acordo com Leite (2006, tomo VI, livro I/V, p. 120), o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio (Figura 24) iniciou-se assim em 1617¹⁹⁴, com aproximadamente quinhentos índios do Espírito Santo. Escolhido o local, foram logo levantadas as casas e a igreja. Situado a duas léguas da fortaleza de Santo Inácio¹⁹⁵, o principal objetivo do aldeamento, segundo a ânuia, era guarda-la dos piratas que por ventura persistissem no comércio do pau-brasil. Também o Pe. António de Matos afirmou que esse núcleo “ conforme a trassa dos ministros do Rei serve de defender às nações estrangeiras o pao Brazil de que ali ha grande copia” (ARSI, BRAS 8-1, p. 254). Salientando, porém, que a grande função a qual se destinava o aldeamento era

[...] procurar a conversão, e a salvação do gentio vizinho daquelle lugar chamado guaytacazes, com os quais ate agora não pode aver entrada por sua barbária, e per o sitio em que vivem, ser muy defensável per rezão dos brejos, e as lagoas com que os estrangeiros se embaração. (ARSI, BRAS 8-1, p. 254).

No “Catalogo dos Padres e Irmãos do Collegio do Rio de Janeiro e suas Residências e Ocupações do ano de 1619” (ARSI, BRAS 5, p. 122), já aparece o nome do Pe. André de Almeida, que era superior em Reritiba de onde partiu a maioria dos índios que passaram a

¹⁹⁴ No derradeiro de maio de 1617, fazia o capitão Estevão Gomes o seguinte despacho: “dou ao Reverendo Padre Reitor Antônio de Mattos os chãos e terras que pede em sua pitiçam, as quaes lhe dou em nome de Sua Magestade, e lhe dou mais na légoa de terra que tinham antiga de Jerônimo Leitam lha confirmo em nome do dito Senhor, e nas cabeceiras da dita légoa lhe dou mais duas legoas pera o sertam, com todas as ágoas e campos que dentro lhe ficarem nesta cidade d'Assunção do Cabo Frio”. (VARIOS papeis pertencentes às terras que deu de sesmari o Capitão Estevão Gomes, in ABNRJ, 1968, p. 322).

¹⁹⁵ A fortaleza foi erguida no antigo sítio onde os franceses haviam construído a casa de pedra. Com ela, Menelau fundou a povoação que o rei ordenara fazer e lhe deu o nome de cidade de Santa Helena. O governador entregou a fortaleza e a cidade a Estevão Gomes, senhor de engenho do Rio de Janeiro, para que fosse seu primeiro capitão-mor. No ano seguinte, o capitão substituiu Santo Inácio por outro forte, dedicado a São Mateus. Mudou também a invocação da cidade, que assumiu a partir daí a denominação de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio. (CARVALHO, 2012, p. 87-89; LAMEGO, 1946, p. 139-140; ABREU, 2010, p. 177-178).

povoar o aldeamento de São Pedro. Nos catálogos seguintes constam nomes de padres línguas que se encarregaram dos goitacazes, cuja língua era diferente da geral. Segundo Leite (2006, tomo VI/livro I/V, p. 121), os jesuítas trataram logo de a estudar e simultaneamente instruíam algumas crianças goitacazes na língua geral.

Figura 24 - Aldeamento de Cabo Frio. Mapa de Luiz Teixeira (ca. 1574), in *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desd' o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães*.



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 52-XII-25.

Incorporando em seu interior índios de Reritiba, tamoios e goitacazes do Rio de Janeiro e mais tarde Gessaruçus-Guarulhos das margens dos rios Piabanha e Paraíba¹⁹⁶, São Pedro de Cabo Frio, ou São Pedro da Aldeia, se manteve sempre como o mais populoso aldeamento do Rio de Janeiro. Sempre a espera das parcas rendas reais para o sustento de padres e índios que tão pouco tinham, o aldeamento era bem ajudado pelo colégio do Rio de Janeiro em seus primeiros tempos (ARSI, BRAS 8-2, p. 310v). Após a instituição das fazendas da Ordem na região, ficou esse aldeamento suficientemente provido.

Como salienta Almeida (2000, p. 69), convém informar a situação peculiar de Cabo Frio. Apesar do *status* de cidade desde princípios do século XVII, a povoação tanto se sujeitava ao governo geral da Bahia, responsável pela nomeação das autoridades locais, como possuía com o Rio vínculos de dependência profundos, visto que a fiscalização, o

¹⁹⁶ A carta do Pe. Salvador do Vale (ARSI, BRAS 3-1, p. 268-268v) revela que em 1648 houve um descimento de sessenta índios Gessaruçu-Guarulho para o aldeamento de Cabo Frio e logo preparou-se outro no qual foram descidos muitos índios.

policiamento e a arrecadação fiscal, devido a proximidade entre os dois núcleos, competiam aos seus governadores.

A dependência de Cabo Frio em relação ao Rio, no entanto, não foi exceção. Às funções militares da cidade do Rio, somaram-se às de cidade polo, a partir da qual outras regiões eram incorporadas à colonização, num processo contínuo de lutas frequentes não apenas contra os inimigos estrangeiros, mas principalmente contra os índios que em várias regiões opunham forte resistência à colonização. Por suas condições naturais, o Rio adquiriu o importante papel de entreposto comercial e porto de exportação para a Metrópole. Porto principal, numa região onde as condições geográficas, além de permitirem sua comunicação direta com as áreas de produção agrícola dos arredores (desde o recôncavo da Guanabara produtor de açúcar nos séculos XVI e XVII, até a região das minas no XVIII e o vale do Paraíba, produtor de café no XIX), impediam o crescimento de outras cidades que lhe fizessem concorrência. Apesar da considerável proeminência política e econômica que as funções militares, comerciais e portuárias deram à cidade do Rio de Janeiro desde o século XVI, as cadeias de montanhas que a circundavam dificultavam seu crescimento e expansão, fazendo com que a urbanização de seus arredores ocorresse em consequência de seu próprio desenvolvimento. As cidades circunvizinhas cresciam, então, sem autonomia, ligadas à cidade metrópole, da qual dependiam. As novas áreas incorporadas à ordem colonial desenvolviam-se vinculadas em termos econômicos, políticos e militares à capitania do Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 2000, p. 69-70).

Como Cabo Frio, a ocupação da região a sudoeste da baía de Guanabara procedeu-se também em princípios do século XVII, com o estabelecimento de dois aldeamentos, São Francisco Xavier de Itinga, sob a administração da Companhia de Jesus e Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba¹⁹⁷, sob o provável controle do governador Martim de Sá. É importante salientar, entretanto, que diferente da função defensiva de Cabo Frio, os dois aldeamentos citados muito possivelmente, como também observa Almeida (2000, p. 70), se prestavam mais a assegurar uma reserva de mão de obra indígena que pudesse suprir as necessidades da cabeça de rede da banda sul.

O aldeamento jesuíta de São Francisco Xavier surgiu provavelmente a partir da catequese de índios carijós da região de Laguna.¹⁹⁸ O Pe. Francisco Carneiro, então reitor do

¹⁹⁷ Este foi o primeiro aldeamento não jesuíta do Rio de Janeiro. Foi estabelecido, segundo Silva (1854, p. 195), com índios tupiniquins trazidos de Porto Seguro por Martim de Sá, aos quais posteriormente se misturaram outros vindos de diversas aldeias. O governador levantou igreja e em torno dela ergueram-se as habitações dos índios, “tão frágeis como tinha de ser a duração da aldêa, consistindo em choupanas cobertas de palhas que jamais passaram de setenta com cerca de quatrocentos indivíduos de ambos os sexos e todas as idades” (Ibid., p. 196). Não teve missionários residentes. Quando necessário os índios desse aldeamento se dirigiam aos padres jesuítas em Itinga.

¹⁹⁸ Cunha (1790, p. 9) reforça que o aldeamento surgiu com a fixação de índios trazidos pelos padres de suas missões no Rio Grande e Lagoa dos Patos.

colégio, ao visitar os jesuítas em missão com esses índios constatou a impossibilidade de fixar residência nessa região frequentemente atacada pelos paulistas. Sendo necessários índios para se atender as necessidades da cidade do Rio de Janeiro, desceu o reitor em 1628, os padres e os índios que por vontade o quiseram acompanhar. Eram passante de quatrocentos índios que, por ordem do rei e de Martim de Sá, deveriam ser ajudados com ferramentas e mantimentos por espaço de seis meses, até que conseguissem se sustentar com a lavoura de suas terras (PROCESSO das despesas feitas por Martim de Sá, no RJ, 1628-1638, in ABNRJ, 1940, p. 33).

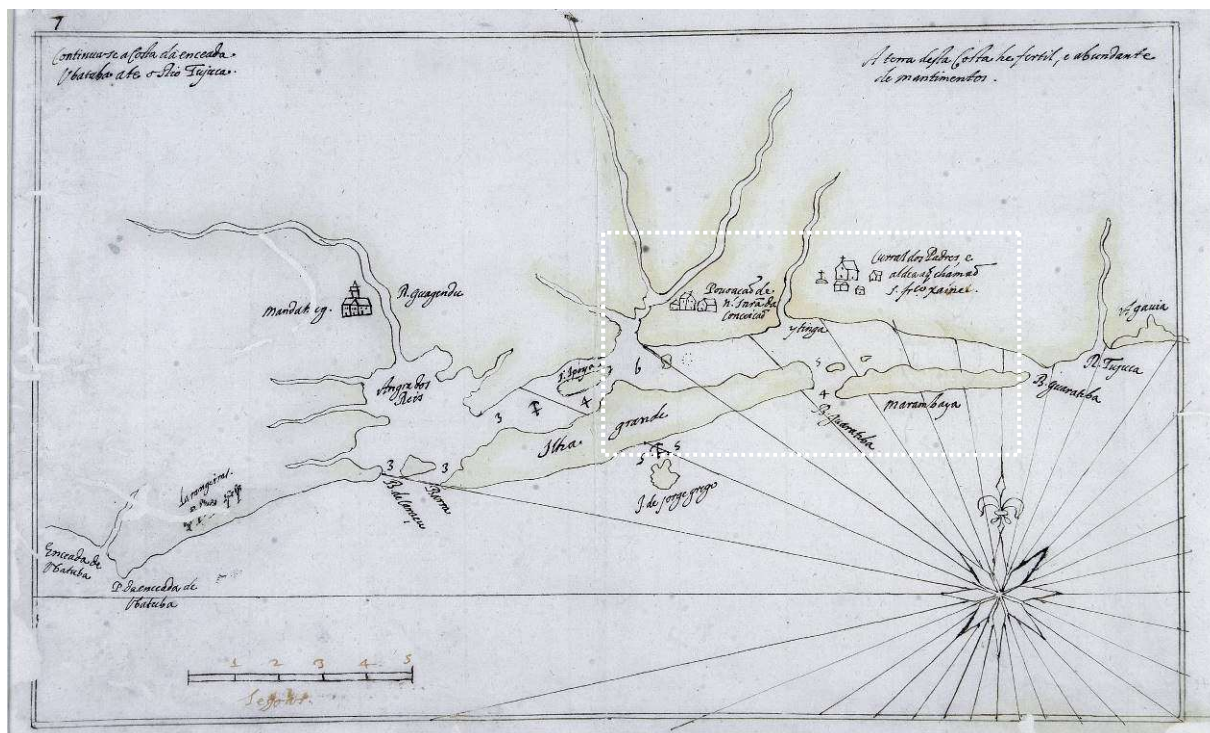
No auto de 1630 que mandou fazer Martim de Sá, encontra-se o registro de 43 carijós do aldeamento de São Francisco Xavier que somados a 266 índios de São Barnabé, 38 de São Lourenço, 46 de Cabo Frio, mais 5 goitacazes e 5 índios sem identificação, eram os responsáveis tanto pela assistência nas fortalezas da Barra, Santa Cruz e São João, como por estarem constantemente preparados para acompanhar o governador e seu filho Salvador Correia de Sá nas pelejas contra os inimigos. (AUTTO que mandou fazer o provedor, 1630, in ABNRJ, 1940, p. 65-71). O exagero observado no caso de São Barnabé quando comparado ao número de índios que foi cedido pelos outros aldeamentos para as obras de defesa do Rio de Janeiro, pode ser em parte justificado pelo fato de que esse aldeamento surgiu da necessidade de melhor acomodar os parentes e amigos dos índios de São Lourenço que eram descidos do sertão. São Lourenço e Cabo Frio, ao contrário, ocupavam áreas estratégicas cuja a manutenção constante de um significativo número de índios constituía a segurança dessas áreas. Já os índios de São Francisco Xavier eram muito possivelmente deslocados para outras atividades, como o trabalho na grande Fazenda de Santa Cruz.

A correspondência jesuíta de 1635 informa que logo que os carijós chegaram com os padres às terras do colégio em Guaratiba, estava já o reitor o Pe. Francisco Carneiro esperando com grande festa na fazenda dos currais que distava duas léguas do aldeamento de Itinga (Figura 25).

[...] o qual sabendo que eramos chegados, nos foi logo receber e festejar nossa vinda com muito alvoroço, mostrandos bem nas muitas caridades que fez aos novos christãos, e em especial ao Principal deles, o grande Papagayo, que ia era seu conhecido do tempo que la fora. Dahi appoucos dias pareceo bem, que o mesmo Papagayo com mais tres filhos seus, fossem a cidade do Rio de Janeiro a baptizarsse, o que foi feito na nossa Igreja com grande aparato. Bautizamdo os o mesmo Pe R.tor e sendo padrinhos do mesmo Papagayo (que trocando as pennas em gloria do bautismo e da fé que recebia) tomou por nome o de seu padrinho que foi o do G.dor desta cidade Rodrigo de Miranda Henriques, e o filho mais velho em regalo seu tomou por nome o de Salvador, por respeito de Salvador Correa de Boinavides que

foi padrinho seu, e os dous, aoutros nobres da terra. Aos quais acabando de os bauprtizar, levarão comeigo o G.dor e Salvador Correa para tua caza pomdo os com seus a meza, e lhes fizeram todos os primores de tão bons christãos e tão nobres fidalgos como elles são o mesmo fizeram os mais padrinhos, vestindo logo cada hum asseu afilhado de muitos bons vestidos. (ARSI, BRAS 8-2, p. 272-272v).

Figura 25 – Aldeamento de São Francisco Xavier de Itinga e Curral dos Padres ou Fazenda de Santa Cruz. In *Atlas da costa do Brasil*, (post. 1646).
Folha 7: *Continuase a Costa da enxada de Ubatuba até ao Rio Tujuca.*



Fonte: BNP. Cota C.A. 107 R.

Como visto, a política de agradar e enobrecer as lideranças indígenas foi também utilizada no caso dos carijós do sul. Os muitos festejos com que foram recebidos e o grande alvoroço do reitor Francisco Carneiro realçam bem o quão importantes eram esses índios tanto para as autoridades e nobres da terra, visto que as alianças possibilitavam que novos

índios fossem descidos da região dos Patos para a Guanabara, quanto para os padres na manutenção do grande complexo de Santa Cruz que se formava.

O catálogo da Companhia de 1679 informa a existência de outro núcleo jesuíta de residência fixa na região, o aldeamento de Sipotiba ou Sepetiba (ARSI, BRAS 5-2, p. 47v-48). O registro desaparece dos catálogos seguintes. Segundo Leite (2006, tomo VI/ livro I/V, p. 116), o fato do aldeamento de São Francisco Xavier de Itinga estar situado em terras do colégio, mesmo que de índios “livres”, assegurou-lhe a sua continuidade. Permaneceu em Itinga por muitos anos, até ser transferida para Itaguaí nas primeiras décadas do século XVIII.

Em carta de 20 de setembro de 1724, o Provincial Manuel Dias explica a mudança do nome e do local, a duas léguas do anterior, por ser mais cômodo para o povoado. E porque a Igreja de Itinga estava em ruínas, tendo que se fazer outra nova, preferiu-se o novo local, precedendo o consentimento do Governador e do Ordinário *sede vacante*. (LEITE, 2006, tomo VI/ livro I/V, p. 117).

Apesar da mudança, o aldeamento prosseguiu ocupando as terras do Colégio do Rio de Janeiro. No Livro 29, do Museu da Fazenda Federal, que trata dos arrendamentos de terras dos jesuítas durante o período de 1749-1759, encontra-se a informação de que tanto o aldeamento de São Francisco de Itaguaí, quanto o de São Barnabé eram obrigados a pagar ao colégio um foro de 6 galinhas por ano, substituído em 1752 por quatro dobras, pois os índios além de lavrarem as ditas terras, tinham gado que pastava nelas e usavam de suas lenhas (MFF, Fundo Próprios Nacionais, Livro 29, p. 17)¹⁹⁹. As alterações de sítios por quais passaram esses dois aldeamentos e o fato de estarem implantados integralmente ou parcialmente em terras pertencentes aos padres, podem indicar que essas estruturas atendessem talvez bem mais à lógica da Companhia de Jesus do que propriamente aos interesses da Coroa para a qual foram fundados.

Por meio do que foi exposto é possível afirmar que São Lourenço, São Barnabé, São Pedro e São Francisco Xavier foram os principais aldeamentos do Rio de Janeiro. São os que aparecem com mais frequência na documentação da corte e os que conseguiram atravessar praticamente todo o período colonial. Além dessas, os documentos jesuítas dão conta de uma “Aldeia de Santo Inácio” que ficava para além da Serra dos Órgãos. A correspondência do Pe. Salvador do Vale deixa claro, entretanto, que se tratava de uma aldeia nativa de Gessaruçus que foi assim batizada quando da chegada dos padres responsáveis pelo descimento desses

¹⁹⁹ O livro não possui uma ordem rigorosa de organização. O documento em questão encontra-se ao fim com a indicação 17 escrita à lápis.

índios para o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio (ARSI, BRAS 3-1, p. 268-268v). Nessa mesma região aparecem informações de que o Pe. Manuel Cardoso, em 1756, andava a aldear índios gassarucús nas nas margens dos rios Paraíba e Paraibuna. Os moradores do caminho de Inhomirim julgando que o objetivo da Companhia era estenter seus domínios até a serra de Macacu, obrigaram o Pe. Cardoso a se deslocar com os índios para um lugar mais afastado. (AHU_CU_017, Cx. 51, D. 5076).

A êste Aldeamento do P. Manuel Cardoso, no caminho de Minas, chama-lhe “clandestino” a linguagem da Côrte de 1757. Na realidade, quando o Padre procurava catequizar esses Índios ainda não tinha sido promulgada a nova legislação e estava em vigor a que tinha criado e promovido êsses aldeamentos; e, portanto, nada tinha de clandestino o que era a maneira habitual de tôdas as entradas e proceder da catequese, tantas vezes pedida e requerida pela Côrte. Mas a essa data já a Côrte buscava a fórmula de destruir a obra catequética do Brasil. (LEITE, 2006, tomo VI/ livro I/V, p. 127).

O aldeamento dos índios da região do rio Paraíba e afluentes, em especial o rio Muriaé, já havia sido tentado pelas missões que partiam do aldeamento de Reritiba. A carta de 20 de junho de 1643 informa que o Pe. Francisco Gonçalves, grande sertanista, estava cansado dos seus ofícios de superior no Espírito Santo e se oferecia “a ir fazer huma missão aos Goromomins²⁰⁰, gentio que não esta longe da Aldea de Reritiba” (ARSI, BRAS 3-1, p. 225). A ânuia desse período dá conta que se achava em Reritiba um índio principal dos “Moromonis”, “gente entre as demais nações brasílicas quase indomável, e com quem nunca poderão os P.es fazer cousa de importancia em matérias de nossa fé porque a não tomão, nem a largão com muita facilidade, e se tornão a viver no mato tam brutalmente como dantes” (ARSI, BRAS 8-2, p. 538).

Silva (1854, p. 221) afirma que não muito distante do rio Macaé, os jesuítas fundaram o aldeamento de Santa Rita, cujo orago foi porteriormente alterado para Nossa Senhora das Neves. Situado próximo à Fazenda de Santa Ana, o objetivo do aldeamento, segundo Silva (Ibid., p. 221), era atrair os índios Guarulhos, “para se prestarem aos jesuítas em suas lavouras, já para fazerem face á temível cabilda dos Goitacomopis²⁰¹, formidáveis inimigos dos Portuguezes, que se negavam a toda a ideia de aldeamento”.

Também na região de Angra dos Reis foi tentado um novo núcleo jesuíta. O capitão e senhor de engenho, Luiz de Vilhena Peixoto, solicitou em 1706 ao Pe. Estévão Gandolfi, que

²⁰⁰ Índios mais tarde conhecidos como Guarulhos.

²⁰¹ Almeida (2000, p. 72) acredita que se tratavam na verdade dos Goitacá.

ali se fundasse uma casa da Companhia. Em carta de 18 de maio de 1708, o capitão agradece ao Geral o favor de conceder casa em Angra dos Reis (ARSI, BRAS 4, p. 133). Segundo Leite (2006, tomo VI/ livro I/V, p. 118), verificou-se, porém, que a fundação não oferecia garantias sólidas, visto que as doações estavam implicadas em muitas demandas, o que fez com que a casa de Angra ficasse apenas nos bons desejos do capitão Luiz Vilhena Peixoto.

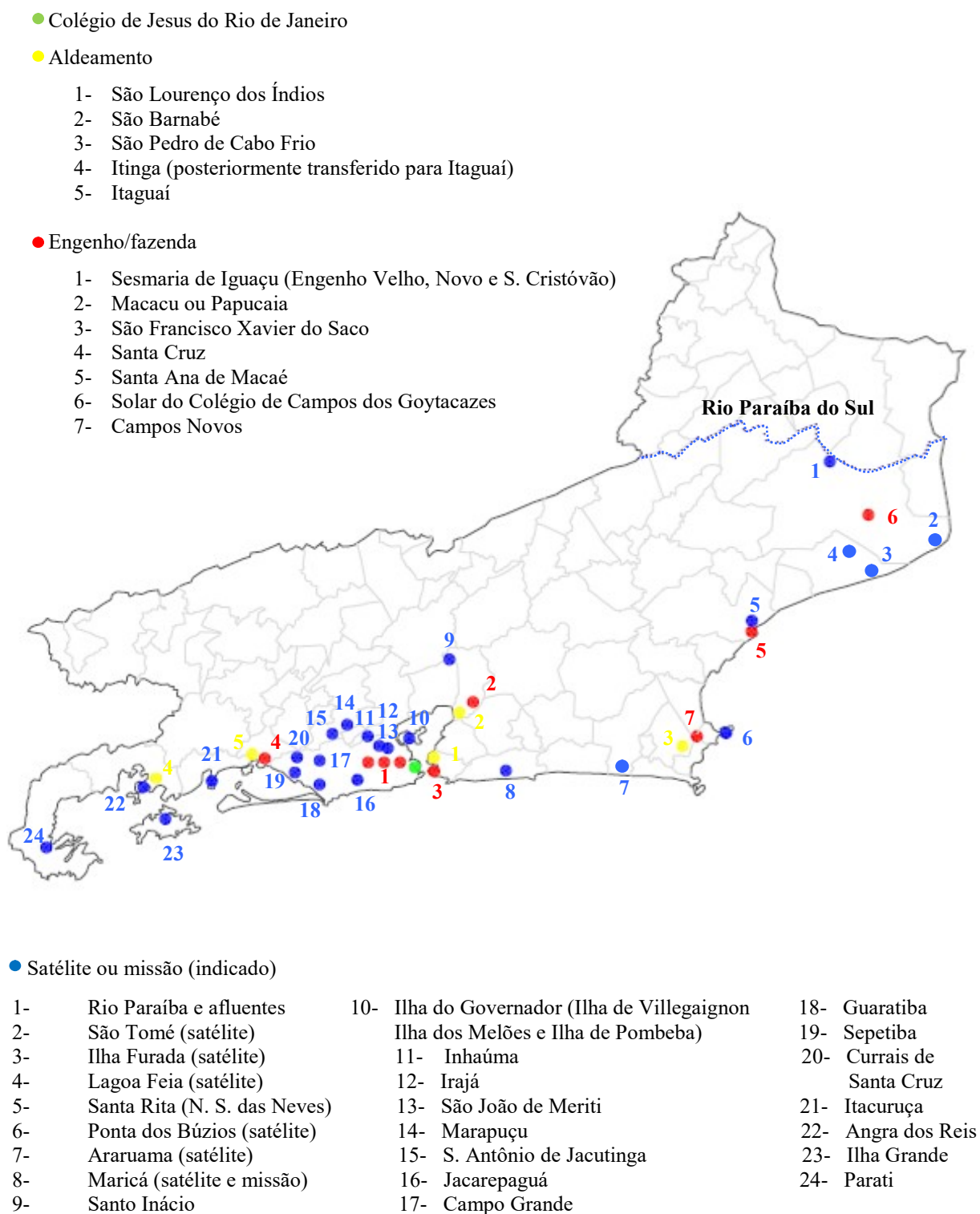
Como no Espírito Santo, a presença dos jesuítas é registrada pelos documentos da Ordem e por muitos autores em diversos pontos do atual Estado do Rio de Janeiro (Figura 26). Na grande Rio e arredores além do colégio e da grande sesmaria de Iguaçú, formada pelo Engenho Velho, Engenho Novo e quinta dos padres – área que englobava os atuais bairros da Tijuca, Andaraí, Pedregulho, Caju, São Cristóvão, entre muitos outros –, o nome dos inacianos aparece ainda associado às diversas ilhas, como a do Governador, de Villegaignon, das Cobras, dos Melões, de Pombeba, da Madeira (Itaguaí) e da Pescaria (Sepetiba), aos bairros de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz.

Fora da região da grande Rio, na banda correspondente à parte norte, é possível vincular aos padres localidades como Niterói (aldeamento de São Lourenço e Fazenda de São Francisco Xavier do Saco), Itaboraí e São Gonçalo (aldeamento de São Barnabé), Cachoeiras de Macacu (Fazenda de Macacu ou Papucaia), Maricá, Cabo Frio (São Pedro da Aldeia e Fazenda de Campos Novos), Búzios, Rio das Ostras, Macaé (Fazenda de Santa Ana e missão ou “aldeia” de Nossa Senhora das Neves) e Campos dos Goitacazes (Fazenda de Santo Inácio ou Solar do Colégio e seus satélites). Ao sul, aparecem nos documentos nomes de sítios como o de São João de Meriti, de Nova Iguaçu (as missões de Marapuçu e Santo Antônio de Jacutinga), de Itaguaí (Fazenda de Santa Cruz e aldeamento de São Francisco Xavier), de ilhas em Sepetiba, de Itacuruça, de Angra dos Reis, de Ilha Grande, de Itinga (primeiro sítio do aldeamento de São Francisco Xavier) e de Parati.

Além de todas as localidades citadas é certo também, conforme visto, que os jesuítas se deslocaram, a título de missão, para a região da Serra dos Órgãos e do rio Paraíba do Sul e seus afluentes, em especial ao rio Muriaé.

Assim, seja para enfatizar o caráter religioso da missão religiosa promovida pela Companhia de Jesus, seja para atender aos objetivos de defesa ou para garantir uma reserva de mão de obra, o certo é que os aldeamentos e demais núcleos do Rio de Janeiro, assim como os do Espírito Santo, atendiam às demandas de jesuítas, colonos e autoridades conforme as necessidades. Não esquecendo, porém, que esses núcleos foram também espaços de negros e índios, nos quais esses últimos encontraram possibilidades de se adaptar à nova situação colonial, recriando para tanto suas tradições e identidades.

Figura 26 – Mapa que registra os núcleos nos quais estiveram os jesuítas no Rio de Janeiro, segundo os manuscritos da Ordem e conforme foi citado pelo Pe. Serafim Leite e por diferentes autores.



Fonte: Autora (2017).

3.1.4 As fontes de receita

A rede econômica da Companhia de Jesus²⁰² foi iniciada logo que os jesuítas compreenderam que a realidade da colônia era profundamente distinta daquela existente em Portugal. Além da acentuada carência de alimentos, na América portuguesa não era possível obter rendas provenientes de mosteiros ou de terras coutadas, o que impulsionou os religiosos a solicitarem terras para a manutenção da sua missão. Os padres se apoiavam na necessidade de dar impulso à catequização dos índios e de “pôr em execução o projeto colonial, do qual o inaciano era a mola propulsora” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 151). Justificativa muito bem compreendida por Tomé de Souza, que já em 1550 concedia aos padres a sesmaria da Água dos Meninos, na cabeça de rede baiana. Os índios logo foram empregados em diversas funções, como no plantio da cana-de-açúcar “e muitas outras cousas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo [...]. A região é tão grande que, dizem, de tres partes em que se dividisse o mundo, occuparia duas” (NOBREGA, 1988, p. 89).

[...] o mantimento e vestimenta, que nos El-Rei dá, todo lh’o damos a elles [aos índios], e nós vivemos de esmolos, e comemos pelas casas com os criados desta gente principal, o que fazemos por que se não escandalizem de fazermos roças e termos escravos, e para saberem que tudo é dos meninos”²⁰³ (NOBREGA, 1988, p. 129).

Em 1552, o governador ordenou que fosse dado um cruzado em ferro a cada mês para a manutenção de cada um dos dez jesuítas que estavam no Brasil. Deu ordem ainda para que fossem pagos cinco mil e seiscentos réis para vestir a cada ano os mesmos padres. (NOBREGA, 1988, p. 129). Alcançaram os padres, nessa mesma era de 50, a esmola de três escravos da ilha de São Tomé, que ajudavam nas atividades da casa e no cultivo das roças. Nessa mesma ocasião, conseguiram ainda que fossem emprestadas “doze vaquinhas para a criação, e para os meninos terem leite, que é grande mantimento” (Ibid., p. 130), que seriam posteriormente doadas por meio de provisão real.

Como salienta Assunção (2004, p. 153), os favorecimentos eram vitais para a manutenção da Ordem na colônia brasileira. Tanto que o Pe. Manuel da Nóbrega insistia na conveniência de se garantir o auto-sustento da Companhia, a fim de que a mesma conseguisse seguir por si só: “não devemos de querer, que sempre El-Rei nos proveja, que não sabemos,

²⁰² A respeito do engajamento dos jesuítas em negócios temporais, ver Alden (1996), Assunção (2004), Zeron (1999, 2011) e Castelnau; Zeron (1999).

²⁰³ Missiva dirigida ao Provincial de Portugal em 1552.

quanto isto durará, mas por todas as vias se perpetue a Companhia nestas partes, de tal maneira, que os operários cresçam e não minguem”²⁰⁴ (LEITE, 1940, p. 111). A respeito das discussões provenientes dos inconvenientes da posse de grandes propriedades fundiárias e de escravos, cujo principal opositor era o Pe. Luiz da Grã²⁰⁵, Nóbrega se amparava nas imposições do direito, procurando não apenas o respaldo de atos legalmente instituídos, como a cobrança de dízimos e os favorecimentos do tesouro real, como todos os meios permitidos pelas *Constituições* da Ordem.

Estamos em terra tão pobre e miserável que nada se ganha com ela, porque é a gente tão pobre que por mais pobres que sejamos, somos mais ricos que eles. Não é poderosa tôda a gente do Brasil, a sustentar-nos aos da Companhia de vestido, ainda que seja mais vil que de frades de S. Francisco, e se adoce um da Companhia se não tem remédio de Portugal, na terra não há, quem lho dê, antes o esperam todos de nós, e não somente gentios, mas também cristãos. Aqui não há trigo, nem vinho, nem azeite, nem vinagre, nem carnes, senão por milagre, o que há pela terra, que é pescado, e mantimentos de raízes, por muito que se tenha, não deixaremos de ser pobres, e mesmo isto não o temos se não se trabalha, porque nem disto há esmolas, que bastem. Quem aqui ha de trabalhar na vinha do Senhor, tem mistér sustentar o sujeito, porque os trabalhos são muito maiores, que em outras partes, e os mantimentos são muito fracos, e posto que a caridade e juventude não os façam sentir tanto, todavia deve-se ter respeito, a conservar-lhe a saúde, e é grande perca perder um da Companhia a vida e saúde, com que muito se serve Nosso Senhor. (CARTA de Nóbrega, 1561, in LEITE, 1940, p. 112).

A opinião do Pe. Manuel da Nóbrega impõem-se no Brasil, fundamentada numa argumentação de caráter eminentemente pragmático que evoca a falta de capitais no país como impossibilitadora de se pôr em prática a política de Luiz de Grã, que desejava que a Companhia mantivesse a tradição do apostolado, se abstendo de bens materiais e vivendo por meio da penitência e da pobreza. Impõem-se, curiosamente, mesmo quando as orientações dadas pelos gerais da Ordem em Roma, Francisco de Borgia (1565-1572) e Claudio Aquaviva (1581-1615), se aproximavam mais sensivelmente das proposições de Luiz da Grã.²⁰⁶ (ZERON, 2011, p. 99).

²⁰⁴ Carta enviada por Nóbrega em 12 de junho de 1561 ao Pe. Geral Diogo Láinez.

²⁰⁵ Luiz da Grã logo se coloca também contra a ideia da utilização do trabalho escravo nos aldeamentos, não aceitando que os índios trabalhem de outra forma que não a assalariada. Recusa ainda a criação de gado ou a renda proveniente do trato das propriedades. Para Grã até mesmo as doações reais poderiam prejudicar a imagem dos padres da Companhia, que deveriam viver exclusivamente de esmolas da população local.

²⁰⁶ Segundo Castelnau-L’Estoile; Zeron (1999, p. 339), a crise que abala a Ordem vem de uma consciência do perigo que a relação com o exterior representa. Há uma espécie de medo de diluição do espírito da Companhia em atividades externas. A relação com o mundo, que era o modo jesuíta de chegar a Deus, é gradualmente questionada e, a partir das últimas décadas do século XVI, parece correr o risco de se desviar de Deus.

Enquanto soldados de Cristo extremamente disciplinados e homens de ação muito bem preparados pelo conhecimento humanístico e técnico, os inicianos eram ao mesmo tempo os agentes responsáveis pela construção do futuro colonial, calcado na reprodução da cultura europeia, e também constituíam um suporte ideológico precioso para a efetivação da empresa mercantilista. Para a Coroa, portanto, a autonomia econômica da Companhia de Jesus nos primeiros séculos, era um reforço à ação colonizadora e não uma ameaça. Tanto que o empenho da Ordem na empreitada americana era constantemente reconhecido pelos monarcas portugueses, sendo concedidas aos jesuítas não apenas terras e ajuda financeira, como também “mandados de pagamento”, ou seja, ordens de pagamento sob a forma de mercadorias (farinha de mandioca, arroz, milho, vinho, vinagre, óleo, tecidos, ferro, entre outros)²⁰⁷, e a preciosa isenção de impostos sobre os produtos que circulavam na alfândega entre a América portuguesa, as Ilhas Atlânticas e a metrópole, garantindo com isso não apenas que os mais diversos produtos lhes chegassem dos diversos pontos do império português, como que os produtos da Companhia seguissem para Lisboa e ilhas sem embargos. O não pagamento de impostos permitia aos padres obter ou enviar insumos com valores mais baixos que os praticados pelo mercado comum, o que acabava por prestar valiosa contribuição ao almejado equilíbrio financeiro da Ordem.²⁰⁸ (ASSUNÇÃO, 2004, p. 158).

A partir de 1560, o crescimento da missão, em número de missionários, de casas fundadas e de terras dadas em sesmaria à Ordem, contrasta com a precariedade das bases materiais de sua subsistência, visto que a malha de aldeamentos formados ao longo do litoral era muito custosa de manter. Segundo Zeron (2011, p. 93-94), em fins do século XVI, a Companhia possuía 172 missionários, uma população indígena oscilando em torno de cinquenta mil índios, números edifícios e grandes propriedades fundiárias. A partir de Nóbrega muitos padres passaram a compreender que o sucesso da missão jesuíta dependia dos meios de se extrair das propriedades todas as rendas possíveis, já que as terras eram a única riqueza concedida com largueza pela Coroa. Os jesuítas passam, assim, de um lado, à rentabilização dos bens imóveis – arrendamento das terras, locação de casas e chãos urbanos – e de outro, ao engajamento em atividades econômicas para a própria subsistência e

²⁰⁷ Segundo Zeron (2011, p. 89), os mandados de pagamento em dinheiro eram mais raros. É comprovada a existência de vinte mandados emitidos entre fevereiro de 1550 e fevereiro de 1553, no valor de quatrocentos réis por mês, para cada jesuíta, em média. Valor bem abaixo da esmola real inicialmente concedida no valor de 5.600 réis por missionário.

²⁰⁸ Vale ressaltar que apesar da existência dos muitos favorecimentos reais, esses eram, na grande maioria das vezes, muito inconstantes. Zeron (2011, p. 91) salienta que mesmo o dinheiro da redizima nunca era integralmente transferido para os missionários. Quando raramente acontecia, era com frequência sob a forma de letras de câmbio pagáveis na metrópole.

comercialização tanto no mercado interno, por meio da agricultura e criação de gado, como no mercado externo, principalmente no que diz respeito ao açúcar, à mandioca, ao tabaco, algodão e às drogas da vice-província do Norte. As trocas se estabeleciam na mesma medida entre os núcleos da Companhia, não apenas na escala da Província do Brasil – aldeamentos e fazendas enviando seus frutos aos colégios ou casas, destinados à venda pública dos padres –, mas também entre as províncias da Companhia, facilitada pela isenção de impostos régios. O forte envolvimento dos padres nos negócios temporais permite ainda que se desenvolva todo um sistema de empréstimos de dinheiro, não apenas no seio da Ordem, mas concedida sensivelmente aos externos, comportando uma dinâmica de rolamento de dívidas e de percepção de juros que possibilitou não apenas a manutenção e o desenvolvimento das missões, como a produção do capital necessário ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Nas últimas décadas do século XVI, a colônia já estava plenamente engajada na cultura da cana-de-açúcar. Entre os anos de 1580 e 1590 já haviam no Brasil aproximadamente 127 engenhos distribuídos pelas capitânicas. Enquanto Bahia e Pernambuco concentravam a grande maioria, 36 e 66 engenhos respectivamente, o Espírito Santo possuía 6 engenhos e o Rio de Janeiro contava com 3. (MAGALHÃES, 1953, p. 31-32). A colônia brasileira estava em vias de se tornar o primeiro centro produtor e exportador de açúcar do mundo e assim continuaria até fins do século XVII.

“Quem diz Brasil diz açúcar e mais açúcar”, escreveu o conselheiro municipal da Baía à Coroa em 1662; e, dois anos mais tarde, um marinheiro inglês dizia do Brasil: “O país está completamente cheio de engenhos de açúcar, os quais produzem a maior parte do melhor açúcar que é feito”. Acrescentou que o Rio de Janeiro, a Baía e o Recife “todos os anos carregavam muitos navios com açúcar, tabaco e pau-brasil para os mercadores de Portugal, sendo isso muito enriquecedor para a Coroa de Portugal, sem o que não passaria de um reino pobre”. (BOXER, 2001, p. 155).

O Brasil se beneficiou durante um largo período de tempo de uma conjuntura de preços elevados do açúcar na Europa, tornando o cultivo da cana-de-açúcar altamente rentável. Como salienta Castelnau-L’Estoile (2006, p. 275), os jesuítas do Brasil evoluem paralelamente à sociedade colonial. Também os padres se aproximam progressivamente da produção do açúcar. Já em 1561, Nóbrega insistia

[...] disto podemos cada ano de qua [São Vicente] prover a nossos Irmãos se for cousa que la queirão asuquere poderamos mandar tão bem mas não ho

pormeteo o padre Luis da Grãa porque lhe parece que sera tratar, a mim me parece que ate dous pares de caxas que vão pera nossos Irmãos que não avera escândalo, pois sabem todos que estão la muitas cassas em que a de aver enfermos que ho à la mister disto nos avissa ho que se fara eu segundo sou pouco escrupuloso nisto não tivera de ver com ho escândalo se algem ho tomara por mandar de qua não somente para os irmãos enfermos dela mas tão bem pera com ele se mercar la cousas pera os enfermos de qua maior mente que há moeda que nesta capitania corre não he se não asuquere e nelle nos pagão. As esmola del Rey se isto la aprovarem poderemos mandar desta capitania de São Vicente. (ARSI, BRAS 15, p. 114-114v, grifo do autor).

Após longos anos de hesitação, os jesuítas conseguem a autorização do geral Aquaviva para o cultivo direto da cana em 1590. O fato de passarem a ser donos de plantações acabou por acirrar ainda mais as relações entre os padres e os colonos. Ambos os projetos passam da condição de rivais a concorrentes. E essa flagrante concorrência desleal, visto os privilégios fiscais cedidos à Companhia, e o constante crescimento das atividades econômicas desenvolvidas pelos inacianos, insuflam colonos a se manifestarem publicamente contra os padres. Entre as principais denúncias estão a do importante senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa que, em 1592, que denuncia no Brasil e na Europa a forte ingerência dos padres nos negócios coloniais. Sobre o colégio da Bahia, cabeça de rede da missão jesuíta na vinha brasileira, argumenta:

[...] não sei se è lícito levarem a El-Rei 4.500 cruzados cada ano, pois teem propriedades que, lhes rendem muito mais, cinco dez ou doze currais de vacas, donde todas as vezes que querem fazer 500 ou mil cruzados, em dinheiro, o fazem no açougue, e fazem outro tanto em novilhos que vendem aos carreiros. Teem muito de renda das suas terras; teem uma granja com muitos escravos de Guiné donde lhe vem todos os mantimentos em abastança; teem, das portas para dentro, hortaliça e fruta necessária; teem nos seus currais muita criação de porcos, carneiros e galinhas; e nas outras granjas teem pescadores de; jangada que lhes dão o pescado necessário fresco; trazem um barco com sua rede a pescar, trazem uma barca que lhes acarreta lenha necessária pera casa e per seu forno de cal; teem 60 bois de carro com seus carros que servem a casa, 30 bois um dia e 30 outro; teem muita caça de alimária e aves que lhe caça o gentio das aldeias que governam; de maneira que não teem necessidade de coisas do reino, mais que do vestido, vinho, azeite, cera para os altares, farinha para as hóstias, e perfumes, de que são providos do reino a troco de courama e açúcar que mandam pera isso. (CAPÍTULOS que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid, in ABNRJ, 1942, p. 363).

A resposta redigida conjuntamente pelos padres Marçal Beliarte (então provincial do Brasil), Inácio Tolosa (o provincial anterior), Rodrigo de Freitas (procurador da província), Luís da Fonseca (reitor), Quirino Caxa (consultor da província) e Fernão Cardim (reitor), se limita em minimizar o conteúdo das denúncias, justificando sempre que a finalidade última

das atividades desenvolvidas pela Companhia, seja no campo econômico ou político, era atender a El Rei e ao povo.

Não tem o colégio 4.500 cruzados senão 3000 como consta do padrão. Tem alguns currais de gado com o qual, alem de fazer serviço ao povo em lhe não tomar a carne que êle há mister e de que não é abastado, cumprem com suas necessidades que sem eles era impossível sustentar-se, como é notório. A renda que tem das propriedades não passa de 12\$000 rs. Tem uma fazenda, donde tem os beijos e farinha para sua mesa e para a gente, compram cada ano mais de cento cinqüenta mil rs. de mantimetno. As Aldeias, que tem, são de El-Rei e do povo, e dos índios nos servimos, como os mais da terra, por seu estipêndio, [...] nem são mais que quatro aldeias, as quais se vão consumindo, pelos contínuos serviços em que os trazem, de guerras, rebates de Ingleses, fortes, baluartes, ir às minas com o informante, e coisas semelhantes. [...] As isenções e jurisdições, de que fala, não eram em proveito dos nossos, senão dos índios como se pode ver pelas provisões. (Ibid., p. 351).

Não assumindo o caráter estritamente econômico de suas atividades, os jesuítas negam o trato do açúcar, justificando que “os Padres não mandam courama ao reino nem teem engenhos de açúcar, nem canaviais; algumas vezes lhes dão algum açúcar em pagamento, e este posto que raramente pólos muitos ladrões, mandam ao reino pera alguma peça pera sua igreja.” (Ibid., p. 364). O denunciante, porém, segue com suas acusações, relatando que o dinheiro dispensado por El-Rei em benefício dos inacianos no Rio de Janeiro seria mais bem empregado na fortificação da cabeça de rede da banda sul do Brasil.

Pediram os Padres a S. A. 2.000 cruzados pera o colégio do Rio de Janeiro, fazendo-lhe entender ser muito necessário onde eles já tinham seu mosteiro feito e muitas terras de sesmaria, que lhes os capitães deram, o qual colégio jé bem escusado, pois não serve de mais que de fazer esta despesa a El-Rei que tem bem necessidade dela pera fortificação da terra, porque rio Rio de Janeiro haverá até 200 visinhos os mais deles são mamelucos, e casados com negras, cujos filhos de maravilha sabem ler; pois quem ha-de aprender neste colégio pera se levar pera esse respeito dous mil cruzados a El-Rei cada ano, que não seja mais serviço de Deus e de El-Rei gastaram-se na fortificação da terra pois não tem nenhuma defesa? (Ibid., p. 365).

Os padres, em resposta, não apenas desmontam as informações de Gabriel Soares de Sousa no que se refere à importância da nascente cidade no contexto da banda sul, como reforçam que o objetivo do colégio fundado, como em todos os mais colégios da Companhia, era atender aos aldeamentos, retirando da Coroa a obrigação da conversão do índio em súdito real. Tendo a verdadeira dimensão da importância dos aldeamentos para o sucesso da empresa colonial, os padres argumentam que esses núcleos eram também a fortificação da terra.

Em muitas coisas peca o informante neste apontamento. Em fazer tão pouco da cidade do Rio de Janeiro, a qual tem muitos moradores portugueses e é a mais bem fortalecida de toda a costa, com é notório; em dizer que o colégio tem de S. A. dous mil cruzados, tendo 2.500. Em cuidar que o respeito de se fundar aquele colégio foi ensinar os filhos dos portugueses, não sendo esse senão sustentar nele cinqüenta da Companhia, que descarreguem a El Rei da obrigação que tem de atender à conversão, como é nos mais colegios, como consta de seus padrões, e per onde se aqui há tantos mamelucos, e negras como êle diz, e outro muito gentio assim forro como cativo, não se emprega mal a renda em sustentar quem ajude a salvação dos tais. Quanto mais, que fazem outros serviços a Deus e a terra com pregações e confissões, com lhes ensinar seus filhos a ler e escrever, e latim, aonde também acodem o Espírito Santo, S. Vicente e mais povoações da banda do sul, e em lhe sustentar duas povoações de índios, que são muito boa parte da fortificação da terra, como se tem visto nos recontros que com franceses até agora tiveram e naus que com sua ajuda lhes tomaram. (Ibid., p. 365-366, grifo nosso).

O denunciante entra a fundo na contraditória questão da tutela dos índios, reforçando que muito além das funções de protetores encarregados da conversão e integração das populações indígenas ao projeto de colonização, estavam as garantias de proveito próprio da Companhia em utilizar o trabalho indígena nas mais diversas atividades.

[...] os Padres não querem ter respeito, porque eles são os que tiram os proveitos deste gentio, porque os trazem a pescar ordinariamente e por marinheiros nos seus barcos e a caçar, e nos seus currais lhes guardam e cercam as vacas, éguas e porcos; trabalham-lhes nas suas obras em todos os ofícios, trabalham-lhes nas suas olarias, onde lhes fazem a telha, ladrilho, e louça necessária, trabalham-lhes com os carros, e nas roças, e no inverno andam-lhes polas praias buscando âmbar no que lhe dão muitos proveitos, no que não querem que se aproveite a outra gente. E porque v. m. me tem já per suspeito lhe não digo mais, porque me não ha de crer, nem digo o que tenho dito senão por obedecer ao que me tem mandado. (Ibid., p. 379).

A resposta mais uma vez reforça a importância da conversão dos índios aldeados pela Companhia para a segurança e sucesso da empresa colonial. Justifica que os escravos eram ou negros de África ou índios inimigos, frutos dos resgates amparados pela lei colonial. Os demais, que prestavam eventuais serviços aos padres, tinham seus serviços remunerados.

O único remédio deste estado é haver muito gentio de paz postos em aldeias ao redor dos engenhos e fazendas, porque com isso haverá quem sirva e quem resista aos inimigos, assim franceses e ingleses como Aimurés, que tanto mal teem feito e vão fazendo, e quem ponha freio aos negros de Guiné que são muitos e de só os índios se temem. [...] Os mais destes de que diz nos servimos, são nossos escravos, e pola maior parte de Guiné como êle confessa acima nº 23; a alguns forros de que nos ajudamos, como os mais moradores pagamos seus serviços. E todos êles não chegam a metade duma barcada de algumas que êle tem mandado vender a Pernambuco, e mais

capitanias, conquanto zela a necessidade que a terra tem de gente que sirva. O do âmbar se fora verdade fora bom, pois se fazia sem agravo de ninguém, e dois índios bastavam pera isso. Se alguma ora acham algum, não é para nós senão pera suas confrarias, ornamentos de suas igrejas e coisas pera seus doentes, e se algum pequeno nos dão é per seu justo preço. O fim de todos estes apontamentos, quanto se pode coligir deles, não foi senão indignar contra nós S. Mage. pera que nos não faça mercês. Mas consola-nos que “cor regis in manu Dei est” e não na do informante, e “quodeunque volverit verset illud”. Contudo lhe ficamos em muita obrigação, pois nos avisa que olhemos por nós, e procedamos tectamente como devemos diante de Deus, e dos homens, vendo que não ha de faltar nunca quem à imitação do informante nos tome semelhantes residências, e é necessário viver de tal maneira que saíamos limpos delas. (Ibid., p. 379-380).

Se de um lado os colonos denunciavam as ingerências dos padres nos negócios temporais, do outro os jesuítas denunciavam constantemente o extermínio das populações indígenas provocado pela violência dos portugueses. Além de um argumento moral, os padres colocavam argumentos políticos para que a balança pesasse a favor da Companhia: o desaparecimento dos índios colocava em risco o próprio sucesso da colônia. Dos índios dependia o sustento colonial, tanto no trabalho das roças, produzindo gêneros de primeira necessidade, quanto no trabalho nas plantações dos colonizadores. Como salienta Perrone-Moisés (1992, p. 118), eram ainda os elementos principais dos novos descimentos, tanto pelos conhecimentos que possuíam da terra e da língua, quanto pelo exemplo que poderiam dar aos seus “irmãos” ainda não convertidos. Eram, também, conforme já largamente explicitado, os principais defensores do Brasil, visto que constituíam o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra os inimigos, fossem eles estrangeiros, nações inimigas ou escravos negros fugidos. E na conservação desse protagonista fundamental, ninguém era mais apto que os inacianos, especialistas do universo indígena e mediadores inevitáveis entre a Coroa e os índios. Uma prova disso é o que se encontra relatado na carta de Pe. Pero Rodrigues, na qual transcreve a missiva do Pe. Bastião Gomes, então residente no aldeamento de São João, no Espírito Santo.

Há nesta Capitania grande porta aberta para descer índios gentios do sertão, como descem muitas vezes, indo-os chamar seus parentes para se fazerem christãos; e muitos mais descerão se a insaciável cubiça dos portugueses de os fazer escravos os não estorvasse e impedisse, porque muitas, duzentas, trezentas legoas pelo sertão dentro, onde se tem acolhido o gentio, que ficarão das muitas guerras que os portugueses lhes tem feito [...]. Isto é as continuas guerras dos brancos, e dezejos de a todos os gentios fazerem escravos, tem consumido e gastado todo o gentio, que havia ao longo destas trezentas e tantas legoas de costa do Brazil, e sendo tantos como formigas agora não ha nenhum, senão junto das fortalezas e povoações dos portugueses, algumas aldêas de índios christãos, e se os nossos religiosos

não tiverão cuidado deles, e de os emparar e defender das unhas e dentes dos brancos, já não houvera nenhum. (RODRIGUES, 1597 in BNRJ, I,31,28,053).

A argumentação dos jesuítas, segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 277), é mais eficiente que as denúncias dos colonos, e sua nítida influência junto a Coroa garante a proclamação de duas novas leis indigenistas nessa última década do século XVI: a de 11 de novembro de 1595 e a de 26 de julho de 1596. A primeira trata de estabelecer condições para a “guerra justa”, enquanto a segunda regulamenta as questões relativas aos descimentos dos índios e sua instalação em novos aldeamentos do litoral. Os jesuítas não apenas assumem sozinhos as funções de descer os índios e os assentar na costa, como passam a ser os intermediários obrigatórios para o acesso a eles. A lei de 1596, entretanto, não isenta totalmente os jesuítas de possíveis desconfianças, já que deixa claro que as regras de acesso à mão de obra indígena se aplicavam tanto aos particulares, como aos colonos. Apesar dos avanços, o peso das denúncias relativas ao engajamento dos padres nos negócios temporais preocupa os superiores em Roma. O Geral Aquaviva envia carta, em 20 de outubro de 1597, à Província do Brasil, proibindo a administração temporal dos índios nos aldeamentos. A partir dessa ordem, os padres não deveriam mais efetuar contratos de compra ou venda e nem gerir questões referentes ao trabalho dos índios (os padres não poderiam mais ser os depositários dos pagamentos recebidos pelos índios quando alugados pelos colonos, por exemplo). Deveriam também se eximir totalmente da administração da justiça nos aldeamentos, não devendo de forma alguma castigar os índios. A proibição de Aquaviva era antiga, também o generalato de Borgia foi marcado por ações semelhantes. Ambas as tentativas, porém, não são acatadas pelos jesuítas do Brasil. “Tudo se passa como se a proibição de Roma fosse impossível se aplicar e incômoda demais para os jesuítas da província” (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 285).

Assim, não apenas os colégios, as casas, as fazendas e os engenhos estiveram envolvidos com questões relativas à aquisição e posse de bens materiais, mas também nos aldeamentos. A preocupação de Roma, somada a significativa presença de especialistas em negócios temporais nesses núcleos aponta para a existência de interesses econômicos e para a importância dessas questões materiais no seio dos aldeamentos. Apesar de sempre escondidas nos textos de edificação, é possível confirmar tal afirmação na própria correspondência administrativa da Ordem. Ao tratar do caso do Pe. António Dias, acusado de tratar os índios com violência, o Pe. Cristóvão de Gouvêa aconselha, em sua carta de 1593, que “o pe se occupasse mais na capella, e nos negócios de importancia, pera os quais tem talento, animo, e

expedição” (ARSI, LUS 72, p. 121, grifo nosso). Já na carta de 8 de setembro de 1610, o Pe. Jácome Monteiro informa ao Geral Aquaviva que “os nossos p^{es}. das Aldeas [...] sam snores do pao” (ARSI, BRAS 8-1, p. 100v). Iguala, ainda, os mesmos padres dos aldeamentos aos colonos portugueses, também no que dizia respeito a serem negociantes, o que “se nam devia permitir sem spiçial licença do p^e provincial”, porque recebia a alcunha de “contratador” quem se engajava nesses negócios, denominação que constituía sobremaneira matéria de escândalo para os princípios religiosos da Companhia. Além de espaços destinados à conversão das populações indígenas, fica claro que para os inacianos os aldeamentos eram também lugares de produção. Produção essa, em grande medida proveniente das roças e das mais diversas atividades realizadas pelos índios aldeados, como descreve Anchieta em 1585, ao prestar informações a respeito da cabeça de rede da banda sul.

Meia légua da cidade tem duas léguas de terra em quadro das melhores da terra; nelas se fazem mantimentos e roçaria e residem os escravos e Índios da casa que são mais de 100, de Guiné e Índios da terra com suas mulheres e filhos, e uma igreja em que lhes ensinam a doutrina cristã, e destes a maior parte granjeiam aquela fazenda e outra que têm a sete léguas da cidade que é muito maior e mais fértil, de três léguas em largo e quatro para o sertão, e outros são carpinteiros, carreiros, etc. (ANCHIETA, 1988, p. 429).

As terras localizadas a meia légua da cidade certamente correspondiam a uma parte da grande sesmaria de Iguaçú, onde muito provavelmente funcionou o Engenho Velho. As demais terras que distavam sete léguas do colégio correspondiam, muito possivelmente, às posses jesuítas na região de Macacu.

No *Regulamento das Aldeias* proposto pelo Pe. Antônio Vieira, também conhecido por *Visita do Pe. Antônio Vieira*, de meados do século XVII, a questão do trabalho dos índios aldeados não só é abertamente discutida, como são propostas algumas regras tanto para incentivar os índios aldeados a produzir excedentes, como no que dizia respeito à forma como essa produção seria comercializada pelos inacianos nos colégios da Companhia.

[...] Por quanto as igrejas dos índios não têm, pela maior parte, mais que o que nós lhe damos nem há renda alguma de El-Rei para elas, e aos fregueses corre obrigação de contribuir com o necessário para o serviço e ornato, como em tôdas as partes fazem os índios, e neste Estado particularmente careçam de todo o socorro para suas enfermidades, em que também não têm outro remédio, mais que o que lhe dá a caridade dos padres, tirando da sua pobreza, o que tudo não basta para que as igrejas, e enfermarias da Aldeia sejam assistidas como convém: para êstes bons efeitos exortarão os Padres aos Índios que se valham de algumas indústrias, de que êles, e a terra, em que estiverem, fôr capaz; e porque os ditos Índios não têm talento para

venderem o que fizerem, nem comprar o que lhes fôr necessário, cada um dos Padres das Residências procurará ter na cidade uma pessoa, aprovada pelo Superior, que, pelo serviço de Deus e das Cristandades, queira fazer esta caridade aos Índios; e a esta pessoa farão remeter os ditos efeitos, para que em nome dos mesmos os venda, e lhes compre o que houverem mister. Para que se tire tôda a espécie de interesse, e se feche a porta, quando fôr possível, a murmurações, pôsto que caluniosas, dos que não conhecem a pureza de nosso procedimento, se observará tudo o disposto no capítulo acima, de tal maneira, que nenhum Nosso venda nem contrate, nem faça por si mesmo o preço das coisas sobreditas, e também aplicarão os Índios a elas com tanta moderação, que se lhes não faça molesto o serviço das suas Igrejas, entendendo que se servirá mais Deus de uma pobreza decente em seus altares, que do descontentamento e opressão dos que trabalharem para êles. E para que tudo se faça com a medida e decência que convém, quanto aos gêneros e às quantidades das coisas sobreditas, e ao fim para que se obraram, se fará tudo com o conselho e aprovação dos Superiores. (apud LEITE, 2006, tomo IV/livro II/II, p. 110-111).

Apesar dos apelos de Vieira, é impossível confirmar se realmente os jesuítas agiram em conformidade com a “medida e decência” exigida pela Ordem. O próprio Vieira se contradiz ao afirmar que os inacianos pretendiam dos índios não mais do que as suas almas (VIEIRA, 2008, p. 262). O certo é que o trabalho dos índios sob a tutela dos inacianos sempre esteve na pauta dos colonos e foi matéria constante nos depoimentos da grande maioria das testemunhas inquiridas no Auto de Devassa realizado no Espírito Santo, em 1761²⁰⁹. Não menosprezando os aspectos negativos que cercaram a efetivação da devassa – o medo dos inquiridores e a imposição por parte deles de um discurso o mais depreciativo possível em relação aos padres, por exemplo –, é importante ressaltar que foi constantemente relatado que os jesuítas obrigavam os índios aldeados do Espírito Santo a “trabalharem per esquadras cada semana, fazendo roças, pescarias, e serrando taboados para os ditos padres” (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 25), despertando sempre murmurações e escândalos em muitos moradores que consideravam exagerada a corriqueira imposição dos padres.

Como já visto, os desvios dos padres quanto a tutela dos índios nunca foi livre da vigilância por parte do centro da Ordem. Da rede de profissionais da Companhia partiram sempre constantes alertas. O procurador das missões em Lisboa, Pe. Jerônimo Cardoso, informa à hierarquia romana que o avanço dos padres no Brasil, Índia e Angola no trato dos gentios compromete as relações com autoridades portuguesas e colonos, ameaçando, no caso do Brasil, a gestão exclusiva dos inacianos nos aldeamentos.²¹⁰ Cardoso, entretanto, não

²⁰⁹ O Auto de Devassa, realizado no Espírito Santo, é o objeto de estudo de Santos (2014).

²¹⁰ “Ya el nuevo governador que esta nomeado (Fr.^{co} Giraldes se llama, con quien es la duda que tenemos con las tierras del Camamu de la Baya) trata aunque en secreto de ver si puede tirar las aldenas de los Indios de nuestro

desaprova por completo as práticas escravagistas desenvolvidas pelos jesuítas. Recomenda, na verdade, que os padres tenham mais cuidado e cautela, de forma a minimizar os enfrentamentos políticos que poderiam colocar os inacianos em posição desfavorável no contexto colonial.

[...] yo folgara que tiveran aviso os nuestros de las partes marítimas que servissem com grande cautela nesso de complar y vender Indios, y mucho mas em mandarlos a Portugal para aqui se venderem y lo mismo digo de Angola: porque algunos malevolos pensan y dicen que *sub praetextu conversionis* tenemos trato y exercitamos mercancia: y diria que si no podemos sustentar muchos sen aver desto algo, que sustentemos menos sen averlos, porque assi lo fazian los antiguos, *in quorum labores nos introdivimus*. (ARSI, LUS 69, p. 270v).

Como se apreende na carta do procurador das missões, além da espinhosa questão relativa ao emprego da mão de obra indígena, os jesuítas exploraram largamente o trabalho escravo negro²¹¹, especialmente depois que se lançaram na exploração e comercialização da cana-de-açúcar.²¹² Nas últimas décadas do século XVI, em Angola, os padres receberam terras, nativos e rendas do donatário Paulo Dias de Novais, em agradecimento ao apoio político por eles dispensado em Lisboa para o financiamento de sua empresa de conquista. Enquanto guerra justa, visto a quebra da aliança firmada entre os portugueses e os grupos locais, incluindo nessa conta o martírio do padre jesuíta Francisco Gouveia, os missionários passaram a se valer da condição de vassalidade das populações conquistadas.²¹³ Denominados *amos*, os novos feudatários de Angola, conquistadores e jesuítas, controlavam os chefes nativos, denominados *sobas*, e cobravam tributos da população local, os *ambundos*. Segundo Alencastro (2000, p. 13-14), esses tributos devidos pelos nativos eram comumente quitados sob a forma de escravos que os *amos* – jesuítas e capitães – exportavam para a América, em troca de alimentos, cachaça, tabaco, dentre outros.

poder por dezir que tenemos alli la jurisdicione allena e fazemos lo que queremos con daño de los blancos que estan en el Brasil.” (ARSI, LUS 69, p. 270).

²¹¹ Segundo Leite (1959, p. 6), a escravidão negra foi aceita pela Companhia, visto “a impossibilidade de os Padres, em conjunto, se colocarem contra a escravatura negra no Brasil, sem terem de abandonar, também em conjunto, as demais obras de ensino, catequese, assistência, culto e piedade”.

²¹² Os primeiros registros da produção direta de açúcar pelos missionários remetem ao ano de 1601. Em meados do século XVII a Companhia já contava com cinco grandes engenhos no Nordeste: Mamõ ou Mamão em Passé (1601), Camamu (1604), Sergipe do Conde (1618, embora a posse definitiva só tenha sido homologada em 1676), Santana de Ilhéus (1618) e Pitanga (1642), o que fez Schawrtz (1988, p. 93) afirmar que “os jesuítas eram os maiores senhores de engenho entre as ordens religiosas”.

²¹³ Já em 1574 o procurador das missões em Lisboa, Pe. Vallareggino, defendia o emprego da necessária mão de obra escrava tanto na Índia, como no Brasil. (ARSI, LUS 66, p. 259-259v).

Como no Brasil, os jesuítas de Angola estavam isentos dos impostos cobrados pelo comércio de mercadorias, e as tentativas de junção da residência de Angola – ainda dependente da Província de Portugal – com a Província do Brasil numa única província sul-atlântica logo tomaram corpo. Conforme salienta Zeron (2011, p. 172-173), o visitador Cristóvão de Gouvêa já sugere essa união em 1583, mas a maioria dos padres consultados se opõe. Em 1592, o Pe. Pero Rodrigues, então enviado à Angola na qualidade de visitador, se detém primeiro na Bahia, em razão da Congregação da Província do Brasil, na qual além de serem discutidas questões ligadas à escravidão o mesmo padre é elevado ao posto de provincial do Brasil. Segundo Castelnau-L'Estoile (2006, p. 290), a iniciativa do centro da Ordem ao enviar Pero Rodrigues ao Brasil e à Angola tinha o objetivo de frear o escândalo provocado pelo tráfico já consolidado entre as duas missões. Os padres da Bahia a essa época já exportavam mandioca para os missionários de Angola em troca de escravos.²¹⁴ “Numa penúria alimentar sucedida em 1592, o colégio de Luanda socorre a tropa, servindo 150 soldados por dia da farinha importada do Brasil” (ALENCASTRO, 2000, p. 91).²¹⁵

Não apenas a Bahia, mas também o Rio de Janeiro era um precioso entreposto para o comércio escravagista²¹⁶, visto que era do seu porto que partiam os escravos que abasteciam a América espanhola. Na *Relação da Província do Brasil*, de 1610, o Pe. Jácome Monteiro já salientava em tom profético: “terá a Cidade como 2 mil vizinhos e é rica, e sê-lo-á cada dia mais, se as minas laborarem; e quando estas faltarem basta o comércio que tem no Perú e Angola” (apud LEITE, 2006, tomo VIII, p. 398). E seguia informando: “pelo Sertão dentro esta povoado obra de 14 léguas, abundante de mantimentos da terra, arroz, farinha, da qual se carregam pera Angola todos os anos, a troco de peças, quarenta mil alqueires” (Ibid, p. 398).

A troca de gêneros estabelecida entre as províncias jesuítas, segundo Alencastro (2000, p. 93), possibilitou, muito provavelmente, o incremento do tráfico negroiro.

Da mesma forma que ajudaram a transplantar vegetais asiáticos para o Brasil, os jesuítas criaram nos seus quintais e em suas fazendas angolanas

²¹⁴ Conforme informa Zeron (2011, p. 176), já em 1591 o geral Cláudio Aquaviva citava o trato e mercancias de carnes e farinhas que os padres do Brasil enviavam a diversas partes, e principalmente a Angola, de onde dessa conta vinham os escravos.

²¹⁵ Segundo Alencastro (2000, p. 91), além do sustento dos militares e dos padres, o transporte e a guarda – durante meses – de centenas de cativos em trânsito, tornava necessária a armazenagem de gêneros alimentícios junto às feiras e portos de trato africano.

²¹⁶ Na rede transatlântica estabelecida, o Rio de Janeiro passou à posição de destaque com a retomada de Angola, comandada por Salvador de Sá em 1648. Educado pelos inacianos na Metrópole, Salvador manteve sempre estreitas relações com os jesuítas do Brasil. Em contrapartida, recebeu o precioso o auxílio dos padres do Real Colégio do Rio de Janeiro no deslanche da expedição luso-fluminense que expulsou os holandeses de Angola. A esse respeito, ver Boxer (1973).

polos difusores de vegetais europeus, asiáticos e americanos na África Central. O cultivo – nas vizinhanças dos portos angolanos e das redes interioranas de tráfico – de plantas da Índia (limão), da China (laranja), de outras regiões africanas (banana) e da América tropical (mandioca, milho, batata, feijão, amendoim, abacaxi, mamão, goiaba, pitanga, araçá, este qualificado na Angola seiscentista pelo vocabulário tupi com *mirim* ou *açu*, conforme seu tamanho) terá contribuído para diminuir a mortalidade dos cativeiros, consolidando o negócio negreiro. (ALENCASTRO, 2000, p. 93).

Ao tomar conhecimento da rede transatlântica já estabelecida e dos benefícios provenientes dessa rede para o autofinanciamento e manutenção da Ordem, Pero Rodrigues, entretanto, não só mantém o tráfico de escravos, então moeda corrente na África, como tenta convencer a hierarquia romana de que a província brasileira devia se engajar por completo à economia açucareira, moeda corrente no Brasil.

Nem os apelos ao voto de obediência, nem as questões de consciência que o tráfico de escravos pode suscitar, nem a hostilidade política aberta da sociedade lhe parecem deve impedir uma prática considerada doravante indispensável para a sobrevivência das missões sul-atlânticas. Os sobas, como dissemos, fornecem aos jesuítas não apenas o usufruto de suas terras, cultivadas por escravos (*servi e famuli*) da Companhia, mas também várias “peças” por ano sob a forma de tributo. Segundo o visitador [Pero Rodrigues], os *amos* ou *sobados*, que ele compara ao sistema de encomiendas da Nova Espanha, constituem o complemento da esmola régia indispensável à manutenção dos missionários. A conservação da vassalagem dos sobas em benefício dos missionários recebe o apoio, além dos superiores do Brasil e de Angola, de vários colonos portugueses do Congo e de Angola, que veem nela o meio de legitimar suas próprias empresas, fundadas no mesmo sistema de exploração. (ZERON, 2011, p. 180-181).

Apesar da oposição do centro, Pero Rodrigues é mantido no cargo de provincial do Brasil, o que de certa forma indica que os superiores em Roma estavam dispostos a cobrir os olhos para consideráveis desvios no domínio econômico, para que a missão da Companhia alcançasse o pretendido desenvolvimento. Tanto que, após a Quinta Congregação Geral de 1594, o geral Aquaviva autoriza formalmente os missionários a possuir escravos.

Segundo Zeron (2011, p. 370), a política complementar que se firma para o Atlântico sul é o resultado de uma formulação elaborada tanto pelos teólogos jesuítas, quanto pelos conselheiros reais. Política que surge por meio de demandas feitas pelos missionários que atuavam no Brasil e em Angola, no que se referia aos interesses convergentes das quatro partes envolvidas por esse sistema: a Companhia de Jesus, a Coroa, os comerciantes de escravos e os senhores de engenhos.

E nessa rede de trocas não apenas a moeda corrente, o açúcar, era comercializada pelos jesuítas, como também os produtos provenientes da criação bovina, por suas amplas possibilidades de aproveitamento. Além do sustento alimentar e do aproveitamento do couro, dos chifres e do sebo, a pecuária era peça fundamental para a vida dos engenhos, que necessitavam de muitos bois quer como alimento, quer como força motriz para as moendas e meio de transporte em geral. Também para o cultivo do tabaco era fundamental, visto que possibilitava não apenas a fertilização dos campos por meio do esterco, vital para a melhoria da qualidade da planta, como fornecia o couro em cabelo, que servia de proteção aos rolos de fumo enviados ao mercado europeu (ASSUNÇÃO, 2004, p. 340). Já em 1561, o Pe. Nóbrega aconselhava:

[...] me parecia que o melhor dote que se pode ajuntar nestas partes para os collegios he grande criação de vaquas, porque nesta terra custa pouco crias e multiplicão muito este collegio [São Vicente] tem cem cabeças agora de sete ou oito que ouve e muitas mais podera aver se ho Padre Luis da Grãa me não fora sempre à mão a iso. Ho collegio da baya tera outras tantas de seis novillas que la tomei das que el-rey mãodou esta he a melhor fazenda sem trabalho que cá ha e dam carnes e couros e leite e queijos que sendo muitos poderão abastar a muita gente se me a mim derem licença que tome a esmola del Rey em gado estes anos que se dara ellas multiplicarão tanto que abaste a prover ho collegio, ainda que não aja outra cousa del Rey. [...] os Rendeiros de qua folgarão de nos pagarem niso porque vay multiplicando o gado muito nesta Capitania mas abastara lembrar ao Padre Luis da Grãa que deve se pagar niso se for possível ou vela por todas as vias lícitas que se oferecerem. (ARSI, BRAS 15, p. 114, grifo do autor).

E seguia informando em carta da mesma data, 11 de junho de 1561, também destinada ao Pe. Francisco Anriques:

Hum Irmão nosso entrou agora na baya que tem nesta capitania boa fazenda e não tem mais que um filho que lhe aqui temos o qual elle deseja que tambem sirva a nosso Sñor e que fique tudo a este collegio de São Viçente este deixou emcomendado aqui ao seu procurador que lhe pedise huma terra pera trazer seu gado mas como são amigos do mundo pediu pera si aqueixandome eu disto ao capitão ho qual nos he afeiçoado e devoto me aconselhou que a mandase pedir a Martin Afonço nesta forma que a dese se a podia dar por direito e que este que a tem não a pode agora nem dentro de tempo da sesmaria aproveitar por estar longe daqui adonde se não permite ninguem morar por temor dos Indios mas se for nosa asi por rezão porque não se perdera por não fazer bem feitura pois temos alvara pera iso como porque poderemos la logo trazer ho gado pois nos he licito andar entre os indios nos ficaria esta terra pera as criaçois do gado do collegio porque a melhor cousa de que qua se pode fazer conta pera Renda dos colegios he criaçois de vaquas que multiplicão muito e dão pouco trabalho porque atersse tudo a el Rey não sey quanto durara ou se bastara pera manter tanta

gente como a conversão de tanta gentildade requiere. E o mesmo aviso se devia dar ha baya ao P.^o Luis da Grãa para que acrescente e não demenua ha criação do gado que la deixey e ha terra que a de pedir a Martin A^o he esta N: ao longo do mar do Rio Iguape ate o Rio de Ubay, legoa e meia pouco mais ou menos de costa e pera o sertão 3 ou 4 legoas e se Martin Afonço for propicio podem pedir mais N: do rio do Iguape tres ou quatro legoas ao longo do mar e outras tantas pera o sertão de largura e se for o caso que esta seja dada que nos enchão esta dada ao diante donde não estiver dado. (ARSI, BRAS 15, p. 114v, grifo do autor).

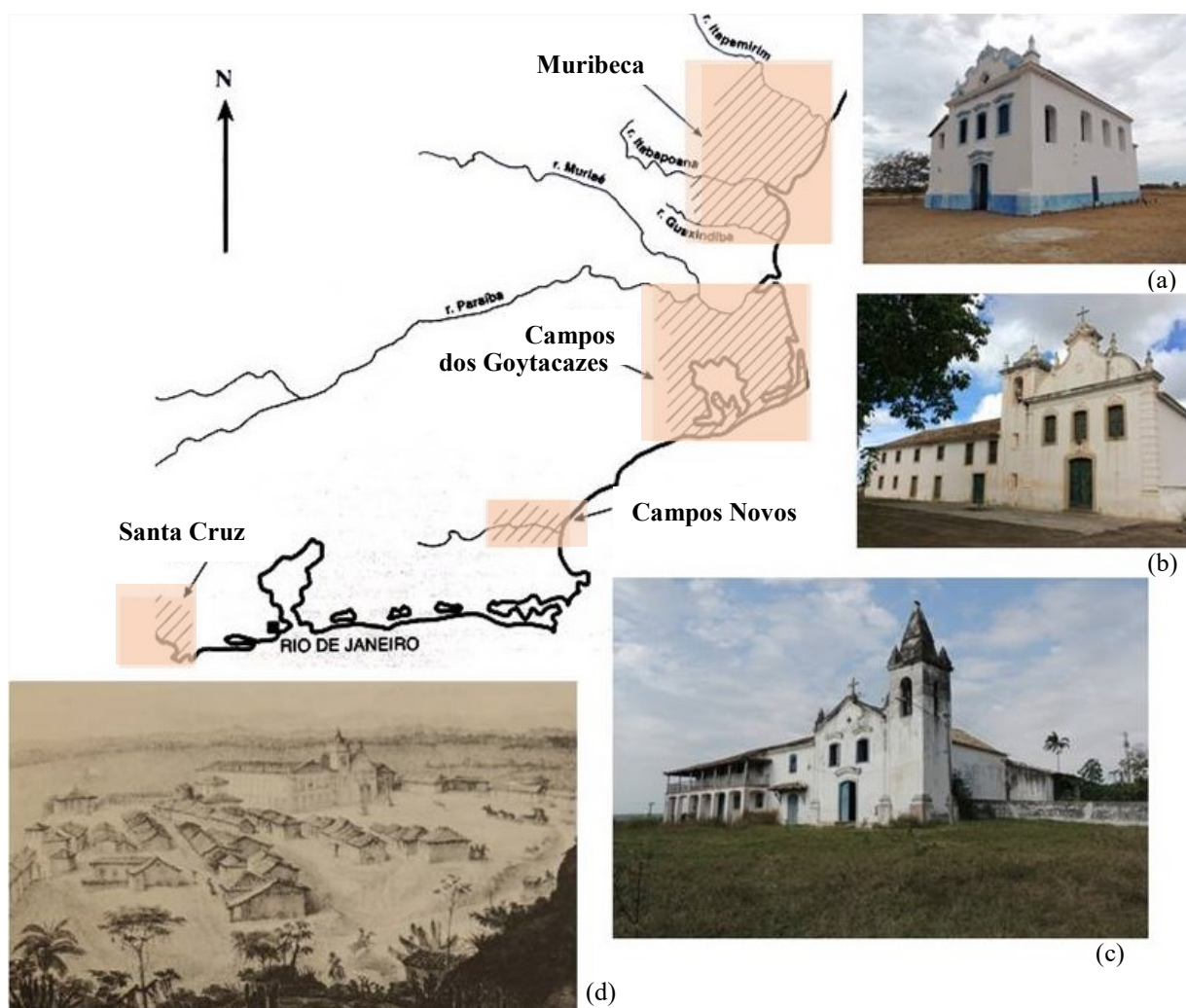
Na carta, Nóbrega, tendo a verdadeira medida do papel da missão dos inacianos no casamento firmado com a Coroa portuguesa, não apenas mostra o exato conhecimento das questões de direito que pesavam a favor dos padres nas negociações junto às autoridades, como também mostra o exato conhecimento da terra, ao indicar precisamente as terras de Iguape – propondo a exata medida a ser solicitada conforme a recepção de Martim Afonso de Souza – e o modo de a melhor utilizar. Segundo a argumentação de Nóbrega, por serem terras mais interiores, o temor dos índios inimigos impedia o aproveitamento da sesmaria. Na verdade, outra grande questão influenciava na escolha da forma de beneficiamento dessas terras: a grande lavoura de exportação monopolizou as terras aproveitáveis do litoral, impondo à atividade criatória as glebas interiores, impróprias à agricultura. Como enfatiza Prado Júnior (2008, p. 186), a própria lei colonial excluía a pecuária das dez léguas marítimas reservadas à agricultura.

Assim, mais ao interior da terra, a criação de gado se desenvolveu de forma simplista e com requisitos técnicos mínimos. Nóbrega estava correto ao afirmar que o gado exigia “pouco trabalho”, visto que era mais ou menos deixado à lei da natureza, solto pelos pastos nativos (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 186). Só necessitava de maiores cuidados quando precisava ser recolhido ao curral para ser marcado e contado. Já os pastos eram apenas anualmente queimados para a rebrotação. (Ibid., p. 192). O estabelecimento das fazendas de gado era também muito simples: eram necessárias apenas três léguas de terra, um curso de água, uma casa simples, comumente coberta de palha, e alguns toscos currais. Dez ou doze homens eram o necessário para os trabalhos, dos quais de um a três eram vaqueiros que administravam a fazenda, de dois a quatro eram *fábricas*, subordinados aos primeiros e seus auxiliares no trato da fazenda, e os demais escravos negros e muito provavelmente índios frutos dos resgates ou, na falta dos mesmos, índios livres, mestiços e mulatos. (Ibid., p. 190). As boiadas eram relativamente pequenas, de 250 a 300 cabeças em média, podendo chegar a 2.000 cabeças por propriedade. (Ibid., p. 193; TELES, 1994, p. 96). Em relação ao Nordeste o número de cabeças de gado da banda sul foi pequeno. Porém, como informa Antonil, em princípios do

século XVIII, enormes boiadas já estavam concentradas nas fazendas jesuítas da banda sul (Figura 27).

A parte do Brasil que tem menos gado é o Rio de Janeiro, porque tem currais somente nos campos de Santa Cruz, distantes catorze léguas da cidade, nos campos novos do rio de São João distantes trinta, e nos Guaitacazes, distantes oitenta léguas. E em todos estes campos não passam de sessenta mil as cabeças de gado que neles pastam. A capitania do Espírito Santo se provê limitadamente da Moribeca, e de alguns currais do rio Paraíba do Sul. (ANTONIL, 2001, p. 321-322, grifo nosso).

Figura 27 – Núcleos jesuítas destinados à criação de gado no Rio de Janeiro e Espírito Santo. (a) Muribeca. (b) Solar do Colégio de Campos dos Goytacazes. (c) Campos Novos. (d) Santa Cruz.



Fonte: Antonil (2001, p. 323), adaptado pela autora (2017). (a), (b) e (c) Autora (2017). (d) Debret (1985, vol 2, p. 591).

É importante salientar que as principais fazendas de gado da Companhia no Espírito Santo e Rio de Janeiro²¹⁷ – Muribeca, Campos dos Goytacazes, Campos Novos e Santa Cruz – foram instalados junto à importantes cursos de água.²¹⁸

Em 5 de julho de 1646, já ocupando o cargo de reitor do Colégio do Rio de Janeiro, o Pe. Simão de Vasconcelos, em carta destinada ao padre geral, informava que naquele ano o colégio abrigava de quarenta a cinquenta padres, “afora 30 pouco mais ou menos que ordinariamente residem em 2 cazas, e 5 residências de Indios sujeitas ao mesmo collegio” (ARSI, BRAS 3-1, p. 248).

No estado temporal está bem o coll.º, porque de hum engenho de açucar que tem, e muitos currais pode tirar passante de 15000 crusados em cada hum anno. Não tem dividas hoje de consideraçam, porque as que avia os annos atrasados estam pagas todas, e tem ajudado este coll.º a pagar parte das dividas dos outros da Provincia; e agora de presente mando ao Reino grande quantidade de açucares embarcados em huma frota que neste mez parte, que são passante de 5000 arrobas e devem de importar em Lisboa 20000 crusados. A môr parte deste dinheiro para se pagarem as dividas dos outros coll.ºs que se devem em Portugal à Seculares, e aos nossos P.P. daquela Provincia. E mando tanta quantidade de fazenda para este effeito mais do que nunca se mandou, por têr desejos eficazes que as dividas desta Provincia se acabem, por dellas resultarem grandes inconvenientes que o nosso R.P. Geral [Mucio Vitelleschi], antecessor de V.P. forão bem notorios. [...] E deste coll.º do Rio se lhe acodiram [o Colégio da Bahia] quando tenha necessidade como agora emprestandolhe dinheiro para o gado de que necessitava mais aquelle coll.º. (ARSI, BRAS 3-1, p. 248-248v, grifo nosso).

Além das trocas estabelecidas entre os colégios brasileiros e entre as províncias jesuítas, os padres comumente administravam estabelecimentos de venda de produtos nas próprias casas e colégios da Ordem no Brasil, como ficou claro no *Regulamento* do Pe. Antônio Vieira anteriormente citado. Na casa e posterior Colégio de Santiago no Espírito Santo²¹⁹, pelos relatos das temunhas da devassa de 1761 (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530), os jesuítas possuíam venda pública na qual comercializavam queijos, gado e também a carne de “algumas vezes reses, que mandavão mattar” (Ibid., p. 139); alguma louça, como tijolo, telha e potes, fruto de uma olaria que os mesmos possuíam em suas terras; mel de purgar, aguardente de cana e outras coisas mais que fabricavam no seu engenho de Araçatiba e

²¹⁷ Também no Engenho Velho e na Fazenda de Santa Ana, em Macaé, os jesuítas criavam algumas cabeças de gado.

²¹⁸ Apesar de não indicado na figura 26, Santa Cruz, a maior entre as fazendas citadas, foi instalada em terras servidas pelo rio Guandu e pelo rio Itaguaí.

²¹⁹ Algumas testemunhas informam que a venda pública dos padres no Espírito Santo se localizava, na verdade, em seu trapiche próprio, situado nas terras do colégio na Vila de Vitória.

“porcos, arrozes, e outros legumes, que colhião das suas fazendas, negociando em tudo quanto podião” (Ibid., p. 45).

[Também] os padres da Companhia, administrarão a Aldêa de Ereritiba, erão publicos negociantes em taboados, que mandavão serrar pelos Indios da mesma Aldêa, e canoas, que por elles mandavão fazer, e assim os taboados, como as canoas vendião os ditos Padres na Aldêa, e fora della; e vendião mais os ditos Padres panos de algodão, que as Indias lhes fiavão em tarefas, milho, farinha, e feijão, que os Indios lhes trabalhavão, e peixe salgado, que os mesmos Indios lhes pescavão, pólvora, e chumbo, agua ardente, e todos os mais generos de que os ditos Indios necessitavão pelos interesses, que aos ditos Padres de semelhantes vendas resultavão. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 134).

Também as autoridades do Espírito Santo denunciavam as ingerências dos padres nos negócios temporais, que prejudicavam sensivelmente os rendimentos da capitania. Na carta de 15 de maio de 1725, destinada ao Rei D. João V, o capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu informava os privilégios da Companhia na venda pública da aguardente.

Faça-me perciso fazer presente a vossa Magestade o pouco que rende o contrato da aguardente da terra, de que os soldados desta cappitania tem sua concinação que nunca chega para pagamentos dos soldos, como consta da lista de seu rendimento e despeza, por este contrato sentir a perturbação de que os padres da Companhia desta villa tem venda publica de aguardente, com Reverendo Pe. Francisco de Amorim na mesma forma diminue os entereses, e fazem que o contrato por diminuto não e aja quem nelle queira lançar, nem chega para pagamento dos soldados, de que he motivo estar continuamente desguarneçadas as fortalezas pella muita falta de gente que ha pello limitado soldo, sem terem farda nem farinha. (AHU_CU_007, Cx.003, D. 130).

O capitão relatava ainda ao rei que os padres da Companhia tinham trapiche “em grande distancia para o rio, e outras moradas de cazas que estam aforando e cobrando renda sem que paguem alguma penção a vossa Magestade querendo serem senhores de tudo”. Salienta que, enquanto terras de marinha, era obrigatório cobrar dos jesuítas o pagamento do foro à fazenda real, por ser esse o comum “costume em toda a américa”. Encerrava a missiva com uma última denúncia: eram também os padres “senhores de alguns rios²²⁰, e como os mares e rios pertencem a vossa Magestade me pareceu o serto fazer presente a vossa Magestade para que mande dar a providencia neçesaria” (AHU_CU_007, Cx.003, D. 130).

²²⁰ Provavelmente se refere ao rio Jucu, que cortava o grande engenho de Araçatiba. Assunção (2004, p. 346) destaca que era comum a prática dos padres de cobrarem dos particulares o preço das passagens, o frete de produtos transportados em seus barcos, entre outros serviços.

Desconsiderando o exagero contido em todas as denúncias, é importante salientar que nas fazendas, engenhos e satélites da Companhia se plantavam toda a sorte de produtos necessários não apenas à sobrevivência de religiosos, estudantes dos colégios e escravos, como, dependendo das necessidades ou das possibilidades de comercialização, atendiam também os externos à Ordem. Como informa Leite (2006, tomo IV, livro III/I, p. 156), os jesuítas plantavam em grande quantidade a já citada cana-de-açúcar, mandioca, tabaco, algodão, café, milho, gergelim, favas, arroz, feijão e todos os legumes de Portugal e da terra, bem como bananas, melancias, melões, biribás, abacaxis, mamões, cajus, laranjas (incluindo as da China) e jacas da Índia, que eles próprios introduziram no Brasil, sendo que “de alguns produtos da terra e seu aproveitamento, qualidades e preparo, dão também notícia pormenorizada, como por exemplo o guaraná”²²¹. Além dos relatórios das propriedades dos gêneros da terra, os jesuítas introduziram também métodos mais arrojados na lida dos mesmos. No caso do arroz, por exemplo, enquanto os colonos usavam o antigo método do pilão, os padres contavam com engenhos apropriados de locomoção animal ou hidráulica.

Quanto às drogas da Índia é sabido que a sua cultura estava proibida no Brasil, desde o tempo de D. Manuel I, para se não perder a Índia. Recomeçou-se por iniciativa dos Padres da Companhia, e Vieira conta o arbítrio que para isso deu a El-Rei e como consequência dêle se traziam em tôdas as naus, plantadas e regadas, com o que já em 1689 havia no Brasil grande número de árvores de canela e algumas de pimenta. (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 156).

Com as povoações instaladas no litoral ou nas proximidades de rios, também o peixe constituía boa parte da alimentação da terra. Pelas cartas e outros documentos da Ordem é possível não apenas a comprovação de sua fartura – “pescados, mariscos, com tanta abundância, que não fazia falta a ribeira de Lisbôa” (CARDIM, 1978, p. 178) –, como o incentivo dado aos índios de efetuarem pescarias, para posteriormente secarem e salgarem o peixe que, segundo relatado acima, era assim comercializado pelos padres. Esse negócio, provavelmente, deveria render muitos frutos, já que a Ponta dos Búzios, importante ponto de pescaria do Rio de Janeiro, envolveu os padres num litígio que se arrastou por anos sem que a Ordem abrisse mão da área que julgavam ser de sua propriedade. Além do engajamento no

²²¹ Os jesuítas da Vice Província do Maranhão se envolveram também no comércio das chamadas drogas do sertão: raízes aromáticas, azeite de copaíba e de andiroba, me de pau, borracha, castanha da terra, tintas de urcum, plumagens de aves, cacau, entre outras. Além da recolha do cacau bravo ou silvestre, principalmente na região do rio Madeira, possuíam em todas as suas grandes fazendas prósperas plantações de cacau. (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 160).

trato pesqueiro, os jesuítas criavam ainda galinhas, patos, perus e algumas aves da terra em seus terreiros e fazendas.

Também a plantação de mandioca, e a conseqüente produção de farinha, era uma importante fonte de renda para os padres da Província do Brasil. A mandioca, “o pão comum desta terra” (ANCHIETA, 1988, p. 435), era parte importante não apenas do sustento de padres e estudantes, como era “ordinario mantimento dos cavalos e outros animais” (Ibid., p. 435). No que diz respeito ao seu produto final, a farinha, havia “de duas maneiras: huma se chama de guerra, e outra fresca, a de guerra he muito seca, fazem-na desta maneira pera durar muito e não se danar: a fresca he mais branda e tem mais sustância” (GANDAVO, 1980, p. 48). E os jesuítas souberam tirar proveito de ambas, ao estabelecerem fazendas especializadas no cultivo e beneficiamento da mandioca. A farinha produzida nessas fazendas foi importante moeda de troca no comércio escravagista estabelecido com Angola, conforme visto.

Constituindo uma das primeiras cobiças dos colonizadores portugueses, também a exploração de madeiras despertou grande interesse nos inacianos. Na *Relação da Província do Brasil*, de 1610, o Pe. Jácome Monteiro, ao descrever o Espírito Santo informa: “têm 8 engenhos de açúcar, as terras são boas, mas os moradores de pouca indústria e pouco trabalhadores. É fértil de madeiras, pau Brasil, real, branco, amarelo” (apud LEITE, 2006, tomo VIII, p. 401). Oliveira (1975, p. 140) inclusive coloca o comércio do pau-brasil como uma das principais fontes de renda dessa capitania nos dois primeiros séculos de colonização.²²² Também o Rio de Janeiro possuía grande cópia de madeiras:

[...] são todas estas serras cheias de muitas e grandes madeiras de cedros, de que se fazem canôas tão largas de um só pau, que cabe uma pipa atravessada; e de comprimento que levam dez, doze remeiros por banda e carregam cem quintais de qualquer cousa, e outras muito mais. Há muitos páus de sândalos brancos, aquila e noz muscada e outros páus reaes muito para vêr. Agora se descobriu um páu que tinge de amarelo, como o brasil vermelho; é pau de preço. (CARDIM, 1978, p. 209).

Além do seu emprego doméstico, visto que era utilizada na construção, na confecção de mobiliários, altares e estatuária, o envio de madeiras para a Metrópole foi uma prática comum nos aldeamentos e demais propriedades dos inacianos. Em especial, o pau-brasil era

²²² Segundo Oliveira (1975, p. 139-140), perante a carta régia que estabelecia às capitanias brasileiras a obrigação de contribuição para a *paz de Holanda* e dote da infanta, o capitão-mor do Espírito Santo aconselha “que se lançasse duzentos mil reis em páo Brasil, e duzentos em assucar; por serem os generos que há nesta Capitania mais capazes de se tirar delles esta quantia”. Já Freire (2006, p. 144) informa que, em meados do século XVI, continuava o Espírito Santo a sua contribuição anual de quase mil quintais ou cerca de 60 toneladas de pau-brasil para os “donativos”.

exportado em grande escala pelos padres. Visando a conservação das matas e o bom tratamento dos índios, a Coroa pretendeu passar a jurisdição exclusiva dessa madeira aos padres em 1625. Foi de posição contrária o governador, pelo escândalo de conceder o comércio exclusivo à Companhia e pelos protestos que tal imposição acarretaria junto aos colonos. Os superiores da Ordem também logo se manifestaram, “restringindo tudo o que tivesse aparência de *comércio*, não o que fosse necessidade de permuta” (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 163). Apesar da proibição dos superiores, Alden (1996, p. 531) afirma que os jesuítas obtiveram licença real, em 1642, para o embarque de oito mil quintais da madeira, que seriam transportados para o reino durante um período de oito anos. No ano seguinte, eram novamente embarcados mais dois mil e duzentos quintais da madeira, por dezenove vinténs cada quintal (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 163).

Salvador (1627, p. 119-120) informa que não apenas para o reino ia o pau-brasil comercializado pelos padres:

Costumavam ir ao Brasil urcas flamengas despachadas, e fretadas em Lisboa, Porto, e Viana com fazendas da sua terra, e de mercadores portugueses, para levarem açúcar, entre as quais foi uma a capitania do Espírito Santo, e pediu o capitão dela ao superior da casa dos padres da companhia, que ali tem doutrina de índios a seu cargo, que lhe mandassem fazer por eles uma carga de pau-brasil na aldeia de Reritiba, onde há muito, e tem um porto, e o ano seguinte tornaria a buscá-lo, e lhes trariam a paga em ornamentos para a igreja, ou no que quisessem; deu o padre conta disto ao procurador, que ali estava, dos contratadores do pau, e com o seu beneplácito se fez na dita aldeia, porém sendo el-rei informado que por essas urcas serem mais fortes, e artilhadas, todos queriam carregar antes nelas, e cessava a navegação dos navios portugueses, e quando os quisesse para armadas não os teria, nem homens que soubessem a arte de navegar, parecendo-lhe bem esta razão a el-rei, e outras que o moveriam, escreveu ao governador Diogo Botelho, e aos mais capitães, não consentissem mais em suas capitánias entrar navio algum de estrangeiros por via de mercancia, nem por outra alguma, mas os metessem no fundo, e perseguissem como a inimigos. (SALVADOR, 1627, p. 119-120).

De passagem pela capitania Espírito Santo, na qual já foi salientada a fama da madeira, o visitador Antão Gonçalves reforçava as proibições em 1666: “Sabido deve ser o preceito da obediencia que o Nosso Pe. Aquaviva tem posto de nenhum nosso poder vender pao do Brasil a homem da terra, ou fora reinos” (ARSI, BRAS 9, p. 188v) e que nenhum padre usasse dele “para se embarcar de qualquer maneira que seja” (ARSI, BRAS 9, p. 188v), exceto ao contratador da Coroa, para o qual a venda era permitida.

Segundo Leite (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 162), para dar suporte ao corte de madeiras, os jesuítas possuíam uma área de serração, geralmente anexada à alguma

carpintaria, na qual eram ainda dispostas, em algumas fazendas da Ordem, oficina de torneiro e indústria naval, destinada a feitura de canoas e bergantins. Tentaram se aventurar na indústria de alto bordo, mas acabaram por recuar, tanto pela carência e custo da mão de obra especializada, como pelo alto custo da madeira posta no cais no cordame. (Ibid., p. 163).

É um episódio de independência econômica do Brasil, que os Jesuítas encaravam nos seus diversos aspectos. E reagiam dentro das possibilidades da terra. Daí o cuidado em adestrar oficiais mecânicos, e já para o fim, além de bergantins, construíam fragatas, ao menos as necessárias ao próprio tráfego da Companhia nas diversas casas e colégios do centro do Brasil. Este mesmo espírito de independência econômica, e para as suas grandes construções, levou-os a estabelecer fornos de cal e olarias em que se fabricavam com métodos europeus aperfeiçoados, ladrilhos, tijolos, telhas, fôrmas de açúcar, botijas e louça. E não só para os próprios usos, mas para os moradores a quem se cediam, por mero serviço público, nem mais caro, nem mais barato do que o preço corrente. O mesmo acontecia com as fábricas de sabão vegetal. (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 163).

Não é possível comprovar se a venda desses produtos foi “por mero serviço público”. O certo é que os jesuítas se desdobravam em variadas atividades, visando os frutos que delas poderiam sobrevir. Tinham os padres oficinas que formavam pedreiros e canteiras nas principais casas e colégios. Em suas serralharias e ferrarias eram lavrados machados, foices, enxadas, pregos, chaves e demais ferragens comuns. Possuíam em seus aldeamentos teares, nos quais o algodão era transformado pelas índias fiandeiras em vestimentas para missionários e índios. O pano de algodão constituiu também uma significativa fonte de renda, visto que foi moeda de permuta nas povoações e no sertão. Os alfaiates e os sapateiros, de couros preparados e curtidos na terra, vinham reforçar o quadro de trabalho da Companhia, aos quais se juntavam as profissões de encadernador e livreiro. Num plano mais largo de produção, estavam ainda as salinas administradas pelos padres. (LEITE, 2006, tomo IV, livro III/I, p. 164). Também foram bastante significativas as rendas das farmácias ou boticas da Companhia, visto que forneciam medicamentos não apenas aos jesuítas, aos seus estudantes e escravos, como também aos religiosos de outras ordens e à população em geral. O rendimento das farmácias brasileiras atingiu seu ápice em 1722, quando a da Bahia rendia 1.200 escudos, a do Rio de Janeiro 600 e a de Olinda 300, proporção que se manteve pelos anos seguintes, conforme salienta Leite (2006, tomo V, livro I/IV, p. 88).

Curiosamente, contrariando mais uma vez os aspectos espirituais da Ordem, os jesuítas do Espírito Santo também se engajaram à caça por metais e pedras preciosas. O

interesse dos inacianos é claramente relatado pelo Pe. Jácome Monteiro, em trecho da *Relação da Província do Brasil*, de 1610.

[...] o Rio Doce, povoado de muitos Tapuias ou *Aimures*, gente selvagem, e que tinha posto em grande aperto a terra destas partes, por serem mui fortes e mui manhosos em armar ciladas. Nós os apaziguamos, e são tão domésticos agora, que na brandura levam vantagem a todo o mais gentio. Por este rio se vai às esmeraldas dos *Mares Verdes*, tão nomeados e nunca de todo descobertos. Havê-las é certo, e um sacerdote me disse, que a elas foi, haver naquela paragem muitas serras de cristal, dentro do qual se acham finas esmeraldas, das quais vendeu duas por bom preço; no que lhe podemos dar crédito, porque eu tenho em meu poder um pedaço de cristal, dentro do qual se iam criando uns diamantes verdes e mui fermosos ao parecer em figura piramidal. De novo, por ordem de sua Majestade, tem lá mandado no fim do ano de 609 o Governador Dom Francisco de Sousa. Esperávamos cada dia resolução deste negócio por irem juntamente dous Padres nossos nesta ocasião buscar gentio àquelas partes. (apud LEITE, 2006, tomo VIII, p. 401).

Tanto Freire (2006, p. 119), quanto Leite (2006, Tomo VI/livro II/II, p. 144), destacam que o interesse dos jesuítas pelos possíveis descimentos de índios do sertão logo se direcionou também ao expresse descobrimento das ditas pedras do Espírito Santo. Os padres solicitaram à Coroa autorização de exploração, à sua própria custa, que pretendia não apenas a conversão dos índios nas zonas de mineração, como a busca por recursos que “desendividariam de mais de 150 mil cruzados em que estava empenhada a Província” (OLIVEIRA, 1975, p. 128). A resposta foi um alvará régio autorizando-os a promover a expedição, para a qual receberam uma quantia de 4.000 cruzados. Partiram em 1634 os padres jesuítas Inácio de Siqueira, grande sertanista, Domingos Garcia e Diogo Fernandes, mas não chegaram a alcançar a serra das esmeraldas (Figura 20), visto a doença recaída sob o guia da expedição. Não efetuando descoberta alguma, passaram os inacianos a auxiliar e acompanhar as investidas de autoridades e de particulares, já que ninguém as poderiam levar a cabo melhor do que os padres da Companhia, porque os índios de seus aldeamentos, essenciais nessas jornadas, “lhes eram muito obedientes” (OLIVEIRA, 1975, p. 128).

Segundo Varnhagen (1975, vol.3, p. 140), na entrada realizada pelos irmãos Antônio e Domingos de Azeredo Coutinho, filhos do descobridor da Serra das Esmeraldas, Marcos Antônio de Azeredo Coutinho, realizada em 1644²²³, foram os padres Luís de Sequeira e Vicente de Banhos. Segundo a carta de 11 de fevereiro de 1646, do governador do Rio de Janeiro Duarte Correia Vasqueanes, a jornada seria custeada em iguais partes pelo colégio do

²²³ Segundo a certidão do capitão do Forte de Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a expedição dos irmãos Azeredo Coutinho com o apoio do Pe. Luís da Siqueira teve princípio, na verdade, em 16 de maio de 1646, retornando à Vila de Vitória em outubro do mesmo ano. (AHU_CU_007, Cx. 01, D. 26).

Rio e pelos irmãos Azeredo Coutinho (AHU_CU_017, Cx. 2, D. 156)²²⁴. A expedição regressou confirmando a existência da tão cobiçada serra, entretanto, seus integrantes relataram que não se tratavam de esmeraldas verdadeiras as pedras encontradas.

Daemon (1879, p. 161) afirma que o papel dos padres foi muito mais além do simples acompanhamento às expedições com a declarada finalidade de descer índios. O autor relata a existência de núcleos em diversas paragens, devidamente munidos de estradas e picadas para as Minas Gerais que passavam pelo Rio Pardo, pelos sertões de Reritiba e pelo caminho para Vitória, nos quais os inacianos empregavam indígenas, que controlados por pessoas de sua confiança, realizavam trabalhos de mineração para os mesmos padres. O mesmo controle jesuíta era exercido nas minas de Santana do Castelo, localizadas ao sul da capitania. Segundo Bittencourt (2006b, p. 95), os inacianos fixados no aldeamento de Reritiba subiam o rio Benevente para dar assistência aos arraiais que começaram a se formar nesta região, o que de certa forma contribuiu para que Companhia monopolizasse os trabalhos de extração e com seus índios fosse responsável pelo policiamento das Minas. O autor ainda considera que devido aos esforços de jesuítas e mineradores foram erguidas várias igrejas e capelas na região, inclusive a de Nossa Senhora da Conceição das Minas de Castelo. Os arraiais teriam sucumbido após a expulsão dos padres, cujo golpe de misericórdia foi o ataque dos índios puris de 1771.²²⁵

Foram alguns remanescentes dessa tribo, 24 índios puris, originários do antigo Aldeamento Imperial Afonsino que, em 1860, D. Pedro II entrevistou, no pátio do antigo Colégio dos Jesuítas de Vitória. Herdeiros, portanto, daquela tribo valente que conseguiu expulsar de suas terras, nas cebeceiras do Itapemirim, os primeiros exploradores do ouro concretamente registrado no Espírito Santo. (BITTENCOURT, 2006b, p. 95).

As minas do Castelo são o motivo do *Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goutacazes* (figura 28), não datado, mas provavelmente elaborado entre os séculos XVII e XVIII²²⁶. Pela cartografia é possível supor a relevância dessa jazida (indicação 1 da figura

²²⁴ As consequentes consultas do Conselho Ultramarino, de 2 de julho (AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 482) e de 9 de novembro de 1646 (AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 527-528), autorizam os padres a se engajarem na citada expedição em benefício do rei e da Coroa.

²²⁵ Além de Daemon (1879) e Bittencourt (2006a, 2006b), o Major José Gomes da Silva Netto também aponta o engajamento dos inacianos na exploração direta das minas do Castelo, em sua *Crônica da Companhia de Jesus* (1882).

²²⁶ Ambas as vilas da região do Paraíba que aparecem na cartografia, São Salvador dos Campos dos Goitacases (indicação 3 da figura 28) e São João (indicação 7), foram fundadas em 1677. (AZEVEDO, 1956, p. 27). O que situa a elaboração da citada cartografia em período posterior ao ano indicado. Além disso, sabe-se que no início

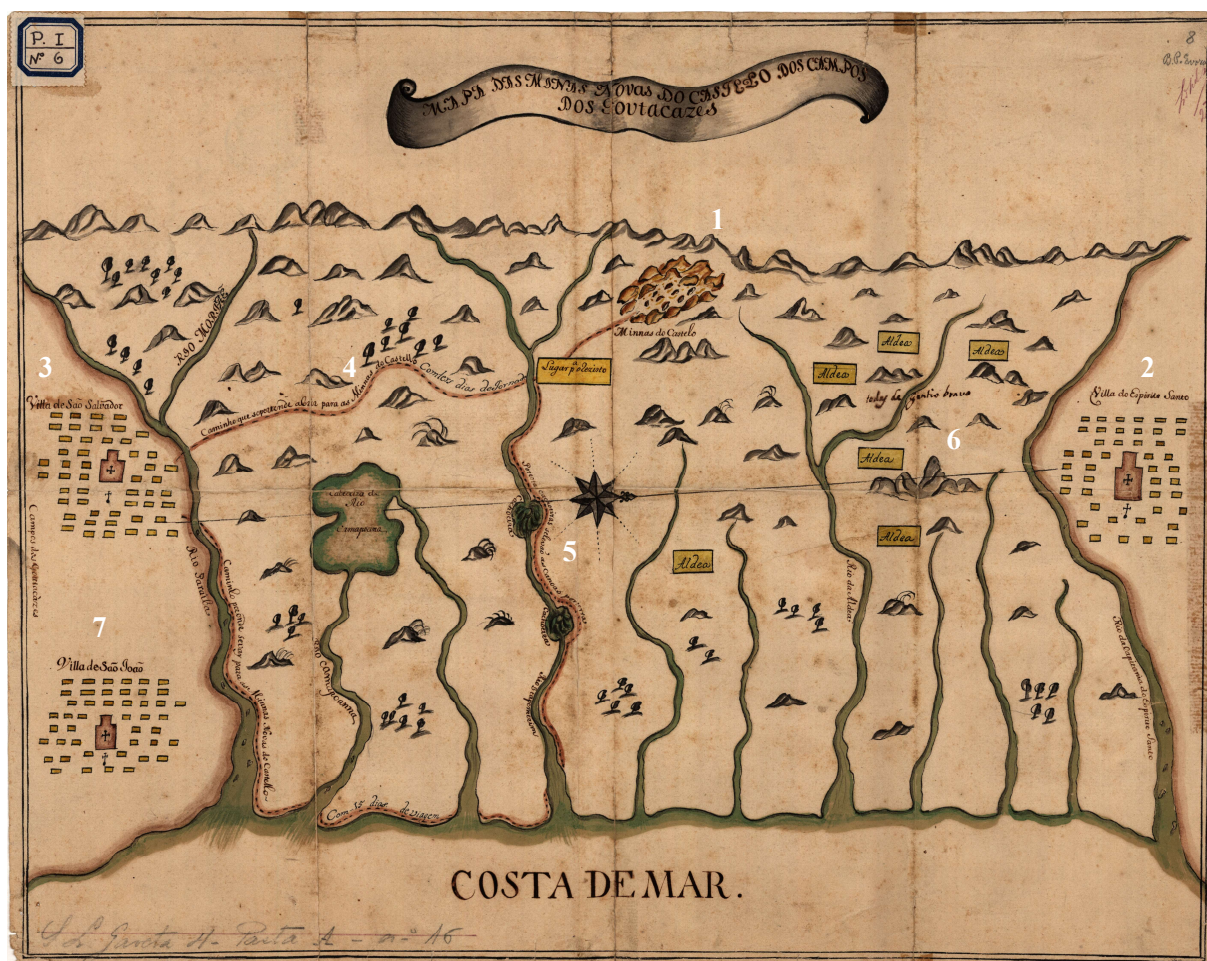
28), que na época em que o mapa foi elaborado era acessada não somente pela Vila de Vitória (indicação 2), mas também pela Vila de São Salvador dos Campos de Goitacases (indicação 3), sendo por essa vila aberto um caminho interior que encurtava em três dias a jornada de viagem antes realizada em 15 dias (indicação 4). A cartografia traz indicações de que o caminho pelo rio Itapemirim era longo e dificultoso, por ter muitas cachoeiras (indicação 5), enquanto que a abertura de um possível caminho interior que ligasse Vitória às minas era impossibilitada pela existência de muitas aldeias, “todas de gentio bravo” (indicação 6). Em 1808, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro (RIHGB, 1845, p. 455) salientava que a subida pelo rio Itapemirim ainda era o principal caminho para as minas, as quais “em outro tempo foram muito frequentadas, e n’ellas havia grande povoação e igreja: o ouro é de 24 quilates, desampararam-se pelas incursões do gentio bárbaro, mas hoje se principiam a trabalhar com bastante concorrência”.

O engajamento dos padres na maioria das atividades citadas era possibilitado, em grande medida, graças às doações dos fiéis. Executadas comumente sob a forma de dinheiro, de terras, de imóveis ou chãos urbanos, possibilitaram aos padres não apenas a realizações de negócios de compra, venda e permutas, como aluguéis e arrendamentos que engrossaram ainda mais os rendimentos da Companhia no Brasil. Segundo Alden (1996, p. 396), as rendas provenientes dos investimentos urbanos – casas térreas, sobrados, mansões, lojas e armazéns –, por vezes se igualaram ou até mesmo ultrapassaram os rendimentos das fazendas e engenhos da Ordem.²²⁷ É também o mesmo autor (Ibid., p. 399) quem informa que, no ano da expulsão, os jesuítas do Brasil possuíam números bastante elevados de propriedades: 186 pertencentes ao colégio da Bahia, 65 referentes ao colégio do Rio de Janeiro, 21 e 42 correspondentes, respectivamente, aos estabelecimentos de Olinda e Recife. Mais um negócio que os jesuítas, de forma diligente, empreenderam para o sucesso da missão e maior glória de Deus.

do século XVIII a região já era explorada por Pedro Bueno Cacunda, que se deslocou com seus companheiros para as Minas do Castelo após vender suas propriedades no Rio das Mortes. (CACHOEIRO, 1976, p. 8). A exploração iniciada por Pedro Bueno passou posteriormente ao controle dos jesuítas, conforme salienta Bittencourt (2006, p. 95).

²²⁷ Segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 269), o centro romano a princípio determinou que o fruto da venda de terras deveria ser aplicado em outras propriedades e não na construção de edifícios. Tal proibição, muito pouco obedecida pelos padres brasileiros, impossibilitava que fosse transferida para edificações urbanas, geradoras de maiores rendimentos, o produto proveniente das vendas de terras. Em 1598, porém, muito possivelmente já ciente das voltuosas rendas que poderiam advir de tais transações, o geral finalmente permitiu que se vendessem terras e se construíssem imóveis urbanos.

Figura 28 – Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goutacazes.



Fonte: Biblioteca Pública de Évora. Gaveta 4, Pasta A, nº 16. Adaptado pela autora (2017).

3.1.4.1 A formação do patrimônio temporal da Companhia no Rio de Janeiro

Ha nesta Cidade hum mosteiro dos padres da Companhia de Jesus, os quaes tambem augmentarão muito esta terra e desejão muito vela povoada de muitos moradores, porque são como digo as terras desta Capitania mui largas, e sabem quam proveitosas são pera toda gente pobre que as for possuir. E por tempo hão de se fazer nellas grandes fazendas; e os que la forem viver com esta esperança não se acharão enganados. (GANDAVO, 1980, p. 39).

Realmente os inicianos fizeram as “grandes fazendas” supostas por Gandavo em aproximadamente 1570. E não apenas no sentido figurado. Os rendimentos do Real Colégio do Rio de Janeiro iniciam-se com as dotações concedidas pela Coroa portuguesa. Já em 15 de

janeiro de 1565, El-Rei D. Sebastião incumbia Mem de Sá, grande apoiador da Ordem²²⁸, de dar “sítio e lugar conveniente em que possa edificar o dito Collegio e a sua Igreja e oficinas necessárias em que possam residir e estar cinquenta pessoas da dita Companhia” (ARSI, BRAS 11, p. 479v), visto a grande distância da Bahia e a urgente necessidade de um centro jesuíta de conversão na banda sul. Em 11 de fevereiro de 1568, D. Sebastião, assumindo as honras de fundador, concedia a “redizima de todos os dízimos” (ARSI, BRAS 11, p. 483v) ao novo colégio, assim como já o era no colégio da Bahia. Primeiramente a escolha recaiu por São Vicente.²²⁹ Logo, porém, os padres mais graves da província se decidiram pelo Rio de Janeiro, “por razões bem fundadas, que a isso forçaram, e para animar o povo vitorioso, que com mais ânimo fundassem a cidade, que Sua Alteza, e todo o Brasil, desejava” (VASCONCELOS, 1943, vol. 1, p. 127). Para a execução das ordens, o Pe. Inácio de Azevedo trazia instruções claras de Lisboa para a fundação imediata do colégio: “se deve começar a poblar y hazer el collegio del Rio de Enero pues S. A. tiene hecha la dotacion” (ARSI, BRAS 2, p. 139). Sobre a dotação real, Anchieta em 1585, informava:

Vivem dos nossos neste Colegio [Rio de Janeiro] de ordinario: 10 Padres e os demais Irmãos. Tem de renda 2.500 cruzados que lhe dotou el-rei D. Sebastião para 50, e os 2.000 se pagam na Baía ainda que mal e tarde, e os quinhentos na Capitania do Espírito Santo, e com esta renda e com a roçaria que hei dito, e com algumas cabeças de boi e vacas que têm de sua criação, se sustentam muito bem e aos escravos que tem, e ajudam as redidencias ao Colegio anexas. (ANCHIETA, 1988, p. 429).

A forma de se lidar com as por vezes diminutas e sempre atrasadas dotações reais e com os contratos de arrecadação de diversos produtos, bem como o controle a ser exercido tanto sobre a produção indígena dos aldeamentos, como no que se referia à qualificação dos missionários que deveriam administrar os bens temporais e registra-los corretamente à parte da escrita de edificação, são devidamente apontadas pelo visitador Cristóvão de Gouvêa, no primeiro dia de janeiro de 1589:

16. Procurassem com toda a diligencia, que aja sempre hum feitor homem fiel, e de recado, que va fora de casa arrecadar açuquar, farinha e mais cousas necessárias. E não se mandem os nossos a isso quando for possível.
17. O Pe. Ministro (ou outro que for mais apto) tera a seu cargo visitar cada semana a gente da roça e particularmente fazer curar os doentes, e que

²²⁸ Avesso aos padres, Varnhagen (1975, vol. 1, p. 345) afirma que durante o governo de Mem de Sá os jesuítas do Brasil já haviam adquirido “tal ascendente que já para o fim tinham mais poder que o governador”.

²²⁹ No documento de dotação El Rei foi claro: “Eh por bem que na capitania de S. Vicente se funde e faça outro Collegio” (ARSI, BRAS 11, p. 483).

aprendão todos a doutrina, e que se confessem a seus tempos e não resvão mal. Visitara pelo menos cada mes as roças, o curral, e avisara aos superiores do que for necessario prover.²³⁰

18. Não se trespassem os pagamentos del Rei sobre pessoas particulares senão fosse em algum caso raro, parecendo nos consultores que era *in evidentem utilitatem collegii*. E o mesmo se entenda no emprestar cousa que passe de 20 cruzados.

19. Pelos grandes gastos que tem feito em muitas obras, que depois não servirão para nada, *omnino* se prohiibe a qualquer superior que não mande fazer fora das traças cousa alguma de momento, nem menos desmanche o que estiver ja feito, senão for para fazer o que fica nas traças e procurem continuar o que esta começado, e avendo alguma duvida se resolvera com parecer dos consultores, e do Ir. Francisco Dias, ou outro architecto em seu lugar.

20. Evitese quanto for possível darse carne a pessoas de fora. E andem sempre vivas quinhentas vacas parideiras para que não seja necessario comprar gado.

21. Não se tenham coelhos em casa, nem nas roças.

22. Não se podera alienar o ouro, que ouverem em casa amoedade pera que possa porvir de penhores quando for necessario.

23. Não se consintão entre os nossos jaquetas ou coletes vermelhos, senão fosse ordem do medico por rezão de alguma enfermidade, com tanto que não apareção por fora.

24. Os livros da livraria estejam todos per ordem numerados da banda de fora pera que facilmente se saiba quando faltar algum.²³¹

25. Logo no principio do ano se nomeara hum Pe. ou hum Irmão que crer ser mais apto pera ir compondo a carta anua ao qual se entreguem todas as cartas em que vierem cousas de edificação. E no mesmo dia, ou no seguinte em que acontecer alguma cousa digna de se escrever, a escrevera ao longum em hum caderno que pera isto tera, e cada mesmos trara ao superior o que assi tiver escrito, e no cabo do anno ajuntara todas as anuas dos outros collegios, e de todas fara a carta geral, deixando o treslado dessa no livro em que costuma escrever.

26. Avera sempre neste collegio [da Bahia] hum padre de prudencia e authoridade nomeado pelo Pe. Provincial que faça os negocios do Rio de Janeiro e procure e arrecade seus pagamentos, ao qual se dara companheiro e as mais ajudas quando for necessario para a provisão daquele collegio; e não lhe tomem nem peção dinheiro nem outra cousa alguma ainda que seja emprestado, senão for *in evidente utilitate illius collegii*. (ARSI, BRAS 2, p. 149).

²³⁰ O controle exercido sobre o trabalho indígena, visava não apenas a sua civilização, como as reais possibilidades da Ordem de alcançar sua auto-suficiência, conforme já visto.

²³¹ A organização exigida no que se referia às bibliotecas da Ordem vai de encontro com as preocupações quanto a guarda e a devida ordem da documentação que tratava dos bens temporais. Ao propor aconselhamentos aos senhores de engenho, Antonil (2001, p. 75) recomenda: “nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher, ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a santo António para achar algum papel importante que desapareceu quando houver mister exhibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o mais lhe agradar, e o filho mais pequeno tirará também algumas da mesa para pintar caretas ou para fazer barquinhos de papel em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente o vento fará que voem fora da casa sem penas.”

Pelas advertências de Gouvêa, fica claro que não apenas com a dotação real contavam os padres. Para se alcançar o autofinanciamento já tão pretendido por Nóbrega, os jesuítas do Rio de Janeiro granjeavam bens imóveis mesmo antes da conquista definitiva das terras, como visto. Apenas 50 anos após a fundação da cidade no morro do Castelo, a Companhia já contava com dezesseis casas, conforme informa Leite (2006, tomo I, livro IV/III, p. 412). Número constantemente crescente, conforme corriam as décadas e com elas os negócios de vendas, permutas e compras. Segundo certidão passada pelos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro à Coroa, até o ano de 1718 os jesuítas eram “Senhores de sesenta e duas moradas de casas dentro da cidade a saber sincoenta e tres que possuem thè o anno de mil e sete centos e onze, e nove que fizerão depois, assim de outras que tem principiado que onde importar perto de trezentos mil crusados” (REGIMENTO de huma Certidão, 1788, in Revista do Districto Federal, 1896, vol. 2, p. 370-371). O documento oferece ainda a relação de parte desses bens e o quanto os mesmos rendiam ao Real Colégio:

Rua direita de S. Bento thè a misericórdia, hua morada de cazas de dous sobrados em que mora Manoel da Silva de Almeyda que paga cada anno dusentos mil reis, huma morada de cazas dita em que mora o Doutor Manoel Lopes, dusentos mil reis, huma morada de cazas enque mora Manoel dos Santos Pinto, duzentos e quarenta mil reis, huma morada de hum sobrado enque mora Gonçalo, [Intervalo de duas páginas faltantes], huma dita que mora Pedro de Souza, duzentos e vinte mil réis, huma morada de hum sobradinho enque mora hum Capitão, oitenta e quatro mil reis, Rua das Violas, huma morada de hum sobrado em que mora João Gonsalves de Macedo, noventa mil reis, Rua Da Candellaria, huma morada de hum sobrado em que mora Bras Dias da Costa, sesenta e sinco mil reis, sinco contos oito sentos e vinte quatro mil duzentos e oitenta reis, casas pertencentes ao Convento de Santos, Rua Direita, huma morada de casas de hum sobrado em que mora João da Cunha Lima, sento e trinta mil reis, huma morada dita em que mora Antonio Pinto, cento e des mil reis, huma morada dita em que mora Paulo Rodrigues de Castro, setenta mil reis, huma logea de hum sobrado digo de huma casa de hum sobrado que pertence aos ditos Padres e o sobrado a outro dono, sesenta mil reis digo quatro centos e des mil reis, casas pertencentes ao convento de São Paulo, Rua Direita, huma morada de casas de hum sobrado em que mora o Doutor Luis Pereyra, sento e quarenta mil reis, casas pertencentes ao Convento da Capitania, Rua da Alfandega, huma morada de casas de hum sobrado em que mora Deonísio da Costa Guimaraens, sento e vinte mil reis, e de folhas des thè folhas treze se acha a conta que os officiais da Camara desta Cidade derão a Sua Magestade. (Ibid., p. 367 e 370).

Segundo o documento, possuíam ainda os padres no termo da cidade “duas legoas de terra em quadra que tem dous engenhos de fazer assucar, alem de outro que trazem arrendado aos herdeiros de Martim Correa Vasques”. Também dentro do termo eram donos de uma

quinta de recreação²³², “cuja quantidade senão sabe”, da invocação de São Cristóvão, que adquiriram “por permutação dos Religiosos do Carmo desta Cidade”. (Ibid. p. 371). Fora do termo, a lista era extensa:

Tem mais outra propriedade a que chamão Santa Cruz cuja quantidade senão sabe e se entende passa de seis legoas nas quais tem trinta curraes de gado muita cavalaria e as mais creasoens, tem mais as terras que forão de Lucas Antunes em que tem fazendas de gados de Invocação Sam Francisco Xavier, no Districto da Freguezia de São João de Carahy, aonde chamão o sacco fronteiras a Cidade da outra banda do mar, sam Senhores das terras em que está a Armasão das Baleyas hum dos contratos Reais desta Cidade cujos contratadores lhe pagão foro alem de outros foreyros que tem nas mesmas terras, tem tres legoas de terras em sapo caya termo da Villa de Santo Antonio de Sá Comarca desta Cidade em que tem fazendas de mantiocas, tem mais legoa e meya di terras de testada com tres de sertam no distrito de Cabo Frio [...], pedirão duas legoas e meya por costa com as quaes tem usurpado mais de sinco legoas que tanto se contão da Bahia Formosa thè o Rio de São João e dando-lhe o Capitão Mór Estevão Gomes a escolher ou a data de huma que hè referida ou a da ponta dos Baxios que passa de duas legoas se senhoreão de ambas e a sombra destas outras mais dos moradores sobre que trazem demanda cujas datas constão das sesmarias que remetemos a nosso procurador para apresentar a vossa Magestade e tem nas ditas terras vinte e quatro ou trinta curraes, estas terras asima se referen as comprarão aos indios da Aldeya de São Pedro [...] por escritura de des de abril de mil seis sentos e noventa e seis que com esta se remetem, tem mais huma data de terras cuja quantidade senão tem averiguado mais se pretende passar de doze legoas nem constar titulo por que as possuem e correm do Rio de São João athè o de Macahè as quaes estão devolutas a muitos annos porque nunca forão povoadas e so tem um foreyro no Rio de São João [...], tem mais duas cabeceiras das outras com a mesma ou mayor extensão com que compreende todo o sertam da Lagoa de Jotornahyba e dizem as ouverão por sesmaria que lhes deo o general Arthur de Sa e Menezes mais não se acha tal sesmaria registrada, tem nos Campos dos Goytacazes trinta e seis currais que a reção de quinhentas braças cada curral na forma do compremiso que fizeram aquelles moradores vem a ser seis legoas, tem entre o Rio da Parayba e Cabapuana seis legoas de terras por sesmarias de quatro de julho de mil e seis sentos e cincoenta e seis, tem mais entre o Rio de Cabapuana e menaxe oito legoas de terras de testada de que lhes fes doasão ou venda Bernardo Alves Samora, e alem destas tem outras muitas terras de que não se fas aqui mensão por senão poder averiguar pela cautela com que os ditos Padres ocultão os seus títulos. (REGIMENTO de huma Certidão, 1788, in Revista do Districto Federal, 1896, vol. 2, p. 372).

²³² Segundo Anchieta (1988, p. 428), além dessa quinta de recreação, os padres possuíam outra que estava defronte do colégio em uma ilhota. Se tratava provavelmente da ilha das Cobras, nessa época chamada da Madeira, vendida em 1579 aos beneditinos, conforme nota de Capistrano de Abreu (1988, p. 450). Fridman (1999, p. 96) registra ainda outra ilha da Madeira, situada no atual município de Itaguaí, próxima à foz do rio Cação, atualmente aterrada. Nessa ilha, segundo a autora, havia um engenho, uma fábrica e mais de um desembarcadouro.

Às casas e terras relacionadas em 1718, acrescentaram-se certamente muitas outras até a expulsão. Por meio do já citado apêndice C, que resume o livro dos arrendamentos realizados pelo Colégio do Rio de Janeiro na cidade e arredores, entre os anos de 1749 e 1759, é possível se ter uma noção mais aproximada desse patrimônio, tanto em termos da exata dimensão dos sítios e chãos urbanos que outrora pertenceram aos inacianos, como dos avultados rendimentos provenientes desse negócio.

Após iniciado, o processo de acumulação fundiária da Companhia rapidamente ganhou ímpeto e levou a uma crescente confusão entre as terras que eram de propriedade dos padres e de posse dos índios aldeados. No Rio de Janeiro, o acúmulo de terras foi iniciado com a doação da grande sesmária de Iguaçu, que se estendia por boa parte do litoral ocidental da baía de Guanabara e adentrava o sertão por duas léguas inteiras. A utilização desse patrimônio, a princípio complicada, visto as resistências de padres e superiores que julgavam a prática exagerada e contrária aos princípios de pobreza e alteridade da Ordem, ganhou ainda mais impulso com a promulgação de leis e alvarás reais, bem como por meio de concessões²³³ que partiam do centro romano. É de 1577 o alvará concedido por Antônio Salema, então governador da banda sul, que dispensava de impostos jesuítas e demais pessoas que lavrassem as terras. (LEITE, 2006, tomo I, livro IV/III, p. 417). Porém, bem antes disso, muito provavelmente já se criavam nelas gado, como indica a carta de 30 de julho de 1569, na qual o Pe. Luiz da Grã afirmava: “entiendo mandarles algunas vacas que multipliquen”²³⁴ (ARSI, BRAS 3-1, p. 163v).

Corroborando com tal suposição, o manuscrito da Ordem, denominado “Historia da fundação do Collegio do Ryo de Janeiro” (Figura 29), traz a informação de que, após o ano de 1568, já tinha o colégio “boas terras, que ouverão, humas de sesmarias, outras de esmola, em que fazem seus mantimentos e crião seu gado de que se sustentão” (ARSI, BRAS 11, p. 499).²³⁵ Responsável pelo sustento e envio de produtos como vinho, azeite, vestido e o necessário para as igrejas de três residências, Espírito Santo, São Vicente e Piratininga, o Real Colégio contava “com a venda e mais grangearia que tem so”.

²³³ Negadas a princípio, essas concessões, em grande parte dos casos, eram fruto da maleabilidade dos padres em tolerar ou se calar ante as necessidades reais de cada província, como já foi dito.

²³⁴ Nessa missiva o Pe. Luiz da Grã já se mostra mais aberto aos aspectos temporais, prova que as dificuldades enfrentadas na vinha estéril brasileira imprimiam algumas mudanças nos missionários.

²³⁵ Apesar de não datado, é muito possível que o documento seja de fins do século XVI, já que indica a existência de apenas um aldeamento de residência no Rio de Janeiro, no caso, São Lourenço. Como visto, o segundo aldeamento, São Barnabé, foi certamente fundado entre 1578 e 1579. São Lourenço, porém, aparece pela primeira vez como residência nos catálogos da Ordem apenas no ano de 1583.

Figura 29 – Manuscrito da Ordem, provavelmente elaborado em fins do século XVI, no qual se encontra o resumo da fundação e efetivação do Real Colégio do Rio de Janeiro.

Historia da fundação do Collegio do Rio de Janv^o.

Teve principio no anno de 1550. pouco mais ou menos, em a capitania de s. v. por parte terra acomodada para estudos: quando Despois Mendez aos franceses o Rio de Janeiro pareceu he mudado p^a ahy, assi por ser cidade Real e aver de ser mais pousada, que s. v. e como poucas muicas boas como d'idade e promozia desi. dista da Bahia 200. legoas. Ao principio não teve mais que o que he cabia de escola, que El Rey Dom Joas mandou dar como se disse na historia do collegio da Bahia: e' algu' q'edo e'corras, que tinha ia em s. v. e que se accomodava p^a o Rio de Janv^o.

Despois no anno de 68. outou El Rey Dom Sebastiao p^a 50. veligiosos de 2500. #^o p^ao dando lites mais 160. e cantos #^o p^ao p^ao espaço de 10. annos p^ao auida do edificio.

Tem mais boas terras, q'ouuevas, huas de sem arva, outras de escola, em q' fize seus m^atimentos e crias seu gado de que se sustentão.

Nã e' obrigacões particulares. tem huã licaõ de humanidade e ouon de faros de cõficionia, e mais escola de ler e escrever: mas nã p^ao obrigacões de p^ao de ouon parte.

Sustenta tres Residencias: s. a da capitania do sp^u sancto 120. legoas da Bahia da banda do sul, na qual estavaõ 14. ate 15. assi na Villa como nas 4. pousaçoes dos Indios que são alim^otos aõ da capitania de s. v. e q' esta de braxos do tropico do capricornio na Villa de sanctos no mar, e' a de Piratunga 12 legoas p^ao lito (oua de lito, em que estavaõ dos nosos 10, ou, 12, da lites o collegio do Rio. Vestido, vinho, azeite, e necessario para as Igrejas, e outras cousas que não pode aver da terra, no mais viuem de escola.

Teveõ principio estas capitancias da mesma man^a e pollo mesmo motivo q' as da Bahia nã tem obrigacões particular, tem escola de ler e escrever.

Podem sustentar este collegio do Rio cõ a venda e mais grangearia q' e' 50.

Tem huã Aldea, em que os nosos reside.

Fonte: ARSI, BRAS 11, p. 499.

Também o cultivo da cana-de-açúcar havia sido pensado para essas terras ainda no século XVI, mas faltava ao Colégio do Rio de Janeiro pessoal e recursos que viabilizassem a construção dos pretendidos engenhos. Era preciso aliená-las e com isso não apenas afastar o perigo de se tornarem devolutas, como também angariar os recursos tão urgentes ao colégio e à missão na cabeça de rede da banda sul. Conseguiram os inacianos, em 18 de dezembro de 1576 e 23 de agosto de 1578, as necessárias permissões do papa Gregório XIII para a

realização de aforamentos em fateusim, ou seja, sob a forma de aforamentos perpétuos, preferida por colonos que desejavam formar os custosos engenhos.²³⁶

Apesar da autorização papal, era de opinião contrária não somente alguns padres, como o próprio centro da Ordem, como fica bem claro na missiva de 7 de setembro de 1600, escrita da Bahia pelo Pe. Pero Rodrigues²³⁷:

Chegando agora a este Collegio da Baya, achei que alguns homens de posse tratarão de querer fazer engenho numas terras nossas daqui a poucas legoas; tratei com os meos consultores se tinha o P. Provincial desta Provincia poder pera aforar hum pedaço de terra pera engenho em fateosi, ouve dever por pareceres o Pe Inacio Tholosa disse que si outro Pe. que não, porque V. P. tinha quebrado este privilegio [...]. Declaro mais que as terras do Rio de Janeiro, em que pretendem fazer engenho daçucar forão dadas antes do breve do Papa Gregorio 13 que foy a 23 de Agosto de 78; mas as da Baya, de que nesta fallo, forão dadas depois, e assi he necessária licença de N. P. especial, ou de S. Santidade pera se poder aforar em fateosi hum pedaço dellas pera o engenho: as mais terras pera canas bem se podem dar em vidas. (ARSI, BRAS 3-1, p. 192-192v).

Sendo partidário declarado dos arrendamentos, novamente o Pe. Pero Rodrigues, em missiva de 3 de junho de 1602 na qual descrevia a situação da sesmaria de Iguaçu nesse mesmo ano de 1600, usava o forte argumento de que já haviam muitas murmurações quanto a estarem algumas dessas terras, à essa época, devolutas.

Em huma parte destas duas legoas, que digo, iunto ao mar tem o Collegio sua rossa de mantimento ordinario e algum tambem morão os Indios, e pretos de Guinee, que servem nas obras e em outras cousas. O maes destas duas legoas para aa serra estava devoluto²³⁸ sem nunca se aproveitar, sendo terras muito boas, especialmente para ingenhos d'açucar com agoas,

²³⁶ Aforadas a princípio pelo prazo de três vidas, os jesuítas logo perceberam que o beneficiamento das terras e a formação dos engenhos exigia períodos mais longos. No caso dos engenhos, era difícil encontrar quem estivesse disposto a aforar terras que não fosse por enfiteuse *in perpetuum*, porque eram fábricas grandes e que exigiam muito investimento. (ABREU, 2010, vol. 1, p. 269). O primeiro desses aforamentos no Rio de Janeiro foi provavelmente o concedido à Gaspar Sardinha na era de 70 do século XVI, quando arrendou 240 braças em quadra ao pé da serra, onde possivelmente hoje é o bairro da Tijuca. Em 1577, pediu novamente o foreiro seiscentas braças de terra por tempo de dezoito anos para fazer um trapiche de açúcar. As condições do colégio eram que o trapiche estivesse pronto em dois anos e que “de cada cem arrobas d’açucare seu e de parte como dito hé, duas e meia e ao dito respeito do que mais e menos fizer. ss. do branco e comprarem e de resseberem ao dito respeito e de mascavado e de meles ao mesmo respeito de duas e meia por cento e o dízimo de todo o açúcar que ficar das canas e das mais novidades que na dita terra do collejo colher pagará ao dito colejo” (CARTA d’arrendamento que fez o Colégio a Gaspar Sardinha, 1577, in ABNRJ, 1968, p. 128). Dois anos depois o mesmo trapiche foi passado ao Governador de Angola, Paulo Dias de Novais. (ESCRITURA da trespassação do trapiche, 1579, in ABNRJ, 1968, p. 130-131).

²³⁷ Consta cópia dessa missiva em ARSI, BRAS 3-1, p. 193, também assinada pelo Pe. Pero Rodrigues. Muito provavelmente, se trata da cópia de segurança instituída pelo Pe. Juan Polanco, em 1547, como forma de minimizar possíveis perdas e extravios.

²³⁸ É possível que à essa época, o trapiche erguido por Gaspar Sardinha já não existisse mais.

madeiras, e lenhas. Indo a Cidade para diante e crescendo em moradores por razão do comercio d'Angola e do Rio da prata, pedirão alguns homens estas terras aos P.^{es} para as aproveitarem, mas não lhas derão, e chegou a cousa a tanto que o Ouvidor Geeral Gaspar de Figueredo Homem, disse publicamente que havia d' informar a sua Mag.^{de} e ainda aos moradores. (ARSI, BRAS 8-1, p. 10).

Pero Rodrigues, tentando melhorar a relação entre jesuítas e colonos, propõe que os padres do Rio relatassem, por escrito, o porque de “não darem-se as ditas terras e agoas a homens ricos que podessem fazer nellas ingenhos”. As motivações de cunho negativo apontadas pelos padres foram as seguintes:

1^a a vizinhança entre o ingenho e a nossa fazenda seraa occasião para nos fazerem danno os boes e escravos do ingenho; 2^a os nossos negros hirsehão tomar do vinho do mel do ingenho, e andarão em brigas; 3^a a agoa do ingenho vem teer aa nossa quinta, e assi quando laa vão os Irmãos beberão agoa pouco limpa; 4^a devasarnos há o porto da quinta do Collegio. (ARSI, BRAS 8-1, p. 10).

Os pontos positivos de se alienar algumas glebas de terra da grande sesmaria de Iguaçu foram igualmente relatados pelos inacianos do Real Colégio do Rio de Janeiro:

1^a Em tempo de que não ha pagamento de nossas rendas, nem sperança de melhora, antes as dividas crescem, convem que nos aiudemos do nosso para sustentarmos os Collegios. 2^a Se não deremos estas terras a homens que as aproveitem seraa occasião para sua Magestade as mandar dar de seismaria a quem as aproveite para si sem nenhum proveito nosso. 3^a Crescendo as rendas del Rei com estes ingenhos poderaa sua Magestade quebrar nelles a renda que nos paga; porque de melhor vontade os officiaes da fazenda del Rei se applicão a pagar a renda do Collegio na mesma terra aonde os P.^{es} dele servem ao povo que não na terra onde não são conhecidos. 4^a Crescendo a terra em açuquares viram mais navios com mercadorias e comprarsehão as cousas necessárias maes baratas, e com menos risco; alem do proveito da penção que pusermos no ingenho podemos teer outro não menor obrigando ao senhorio do ingenho a fazernos algumas tarefas de cana cada anno. (ARSI, BRAS 8-1, p. 10-10v).

Se posicionando a favor da alienação das terras, Pero Rodrigues rebateu todos os aspectos negativos elencados pelos padres, apontando as seguintes razões para isso:

A 1^a he queixume geeral de todo o mundo onde há vinhas, Olivares, pomares, e outras fazendas vizinhas de diversos donos, a perda que daa o gado se atalha com valados, tapages, e pagar os danos. A escravos não há cousa longe, tudo andão de noite, mas assi se vive no mundo. A várzea, que chamão de Capibaribi em Pernambuco he menos de mea legoa, e sustenta onze ingenhos, os quaes em tão pequeno espaço não podem estar longe huns

dos outros, e todos elles tem canaveaes, boes e escravos; os ingenhos da Bahya tambem estão perto huns dos outros. O ingenho de João de Bairros na Bahya estaa pegado com nossa fazenda, e quanto ao sitio aonde pode haver ingenho, de que falamos tee as casas de nossa gente na fazenda ha distancia de huma legoa. A 2^a razão teria alguma aparência se os nossos negros não fossem agora buscar vinho de mel, mas vão por mar em canoas, e aas veses com bem de perigo e para terra muito maes longe. A 3^a se responde que a immundicia se coa em espaço de huma legoa, quanto maes que ha outras agoas para beber na quinta ou para hum dia, que laa vão os Irmãos levem huma quarta dagoa de casa. A 4^a a serventia de canoas para o ingenho não nos devaça o porto de nossa quinta por que vão desviados bem longe. Puz todas as razões em consultas, e forão de parecer que desse huma agoa para ingenho os P.^{es} Henrique Guomes meu companheiro, Manoel Fagundes procurador, Leonardo Arminio, Gabriel Gonçalves e o Irmão George Esteves, que tem cargo da fazenda pollas razoens apontadas. De contrario parecer forão os P.^{es} Reitor Francisco Soares e Antonio Gonçalves. (ARSI, BRAS 8-1, p. 10v).

Apesar das resistências do Reitor Francisco Soares e do Pe. Antônio Gonçalves, Pero Rodrigues não aguardou a resposta dos superiores em Roma. Na qualidade de provincial, amparado pela maioria dos padres do Real Colégio do Rio de Janeiro, deixou ordenado “que querendo hum homem rico por nome Alvaro Guomes fazer ingenho lhe dessem huma agoa e terras para isso necessárias em vidas” (ARSI, BRAS 8-1, p. 10v). O padre informa que não foi efetivado tal engenho, “por que em fateosim não tinha eu inda então expressa licença de N. P. Geral”. Também registra que somente em 16 de abril de 1602 foi concedida a licença para que os colégios e as casas dispusessem de suas propriedades como melhor julgassem. Antes disso, porém, no mês de março de 1602, tornou a visitar o Rio de Janeiro e novamente inquiriu os padres a respeito das possíveis razões que não se devesse dar terras em aforamento.

[...] e todos forão de parecer que era bem e proveito do Collegio darse huma agoa com a terra necessária a hum morador por nome Alvaro Fernandez Teixeira. [...] Pello que dei ao dicto Alvaro Fernandez Teixeira em fateosim huma agoa para ingenho e terras necessárias para canaveaes com obrigação e penção de pagar de todo o açuquar que fizer 4 arrobas de cada cento com outras condiçoens e cautelas, que parecerão convenientes para se não prejudicar a nossa fazenda. Se alguem perguntar quanto pode importar esta dada de terras, e agoa para ingenho daqui a dous annos que com ajuda de N. Senhor estiver, e tiverem canas para moer? Respondo hum ingenho d’agoa em outras partes faz pello menos cinco mil arrobas d’açuquar cada anno; conforme a esta ordem de hum ingenho virão ao Collegio 200 arrobas, que nesta terra valem 1000 cruzados que seraa huma boa esmola para este Collegio sem gastar nada do seu, maes que dar as agoas, e terras, que estão perdidas, sem ninguém as aproveitar. Alem disto no dicto ingenho estaa posta obrigação de nos fazer cada anno 40 tarefas de cana ao menos, de cuiu rendimento a metade do açuquar he do senhor do ingenho, e a outra a metade do Collegio, a qual a metade pode montar 400 arrobas de açuquar. Souberão desta resolução o Governador Geeral Francisco de Sousa, e o Governador

desta cidade Francisco de Mendonça de Vasconcellos, e lhes pareceo muito bem por ser cousa de muito proveito dos moradores, e augmento da terra, e acrescentamento da Real Fazenda de sua Magestade e da mesma maneira foi de todo o povo bem recebida. (ARSI, BRAS 8-1, p. 10v-11).

Não apenas o apaziguamento da espinhosa relação entre missionários e colonos estava em causa, mas principalmente os ganhos que essa política de agrados poderia acarretar. O arrendamento em *fateusim* era claramente um bom negócio, como esclarece de forma um tanto exagerada o Pe. Pero Rodrigues. Os muitos frutos que poderia render ao Real Colégio do Rio de Janeiro certamente justificou a autorização de sua concessão um mês antes da chegada da permissão oficial do centro da Ordem em Roma.

O documento que descreve a medição da gleba que foi aforada à Álvaro Fernandez Teixeira é revelador do quão frágeis eram alguns marcos estabelecidos nesse tipo de procedimento. Fato que prestava relevante contribuição para as brigas judiciais que se arrastavam por longos anos entre padres e foreiros, quando do desaparecimento dos mesmos.

[...] eu escrivão abaixo nomeado e Domingos de San Thomé, medidor das terras, fomos à ágoa de Yubiracica abaixo, donde A Iv.º Frz. Teixeira há de fazer o engenho, e começamos a medir pello Rio abaixo, pello caminho do norte e a quarta de nordeste, por onde fomos até acabar de medir seiscentas braças que se acabarão ao pé de huma árvore que se chama urucurana, e da dita árvore, acabadas as ditas seiscentas braças, medimos trezentas braças pello caminho de Oeste e quarta de Sueste que se acabarão na metade de huma rossa de Luis de Faria, onde se pôs hum marco de pedra, e dali atravessamos pera a serra fazendo o caminho do Sul e quarta de Sudueste até sair ao caminho de carro, com oitenta braças, e dali tornamos à árvore urucurana, onde se acabarão as primeiras seiscentas braças, e delia começarão outras duzentas pelo caminho de Loeste e quarta de Noroeste, nas quaes acabamos de medir ao pé de huma árvore por nome andára-açu, donde se atravessou pera a serra, pello caminho do Sul e quarta de Sudueste, que se acabarão de medir as ditas seiscentas braças que se arrendarão a Álvaro Frz. Teixeira. (TRESLADO do Auto que se fez na medição das seiscentas braças em quadra de terra que se aforarão em *fateosim* a Alvaro Frz. Teixeira, 1602, in ABNRJ, 1968, p. 278-279).

De acordo com Leite (2006, tomo I, livro IV/III, p. 417), em 1620, a grande sesmaria de Iguaçu, já com muitas glebas arrendadas²³⁹ e três grandes currais dos padres²⁴⁰, foi ainda aumentada pela inclusão de mais duas propriedades: uma comprada pelos padres e a outra

²³⁹ Segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 67), dos arrendamentos promovidos pelo Real Colégio do Rio de Janeiro surgiram às famosas chácaras fluminenses do século XVIII.

²⁴⁰ Enquanto a cidade ficou concentrada no morro do Castelo e entorno imediato, era possível aos padres criar gado na sesmaria de Iguaçu, como já se fazia desde os fins da década de 60 do século XVI. Com o vertiginoso espraiamento da cidade, a criação foi transferida quase que por completo para terras mais distantes, sobretudo para as grandes fazendas de Santa Cruz e de Campos dos Goytacazes.

doada por Simão Barriga. Na verdade, pelo que consta no auto de medição e partilha do lugar chamado Inhaúma que foi de Simão Barriga, a doação foi concedida em 1595, ficando uma parte para os órfãos do doador, outra para a viúva e a terça parte para os padres da Companhia.

[...] os Reverendos Padres Estêvão da Gran e Martim da Rocha, procurador do Collégio desta cidade de Sam Sebastião do Rio de Janeiro, estando em as ditas terras com os erdeiros, o curador e tutor dos menores ao diante nomeados, nos foi apresentado huma carta de sesmaria que fora dada a Simão Barriga, defunto, segundo della apareseo e huma petiçam dos Reverendos Padres da Companhia com hum despacho ao pé della, o qual hé tal como em ella hé conteúdo, em comprim.to do qual despacho chegando às terras chamadas Inhaúma, passante hum largo em hum alto, estava posto hum marco de pedra com a marca dos Reverendos Padres do Collégio desta cidade, que estava posto em a sua demarcação e terras, e por partir com as terras que forão dadas a Simão Barriga, defunto, por o dito marco à mão direita pôs o dito piloto agulha em sima do dito marco demarcou o rumo por o rumo de Sudueste, pello qual rumo fomos medindo por braças e acabadas, medimos quatrocentas por hum lado da dita terra que coube à viúva da sua parte tocou a seu marido... que ficava por a terra de largo oitocentas... vão têrça que ouverão a têrça dos Padres cento e trinta... braças onde pusemos da parte do sudueste hum marco em hua pedra... hum marco com a marca do Collégio, e logo nos fomos juntam.te... que está em Inhaúma onde começamos a medir, como dito hé... tomando... o rumo do... pera o rumo do Noroeste, pello qual rumo medimos cento e trinta e três braças que era a terra que estava dada aos Reverendos Padres da Companhia, e no cabo dellas metemos hum marco de pedra pera depois se pôr outro com a marca do Collegio, e assi ficarão empossados da dita têrça, ficando da outra parte o rio e Lagoa de Hobirandiba por marco de que de tudo fiz este auto de medicam por mandado do provedor Joam de Basto, e do juiz ordinário Pero Netto com os erdeiros presentes, onde assinarão todos por assim ficarem contentes das partilhas e o Reverendo P.e Martim da Rocha, de como ficou entregue da dita têrça como dito hé, com ficando o dito rio e lagoa de Obiriandiba por marco. (AUTO de mediçam e partilhas das terras chamadas Inhaúma, 1595, in ABNRJ, 1968, p. 266-267).

O que se apreende do confuso documento é que a terça parte doada ao colégio fazia rumo com as terras da antiga sesmaria dos padres. Afora as imprecisões contidas nos autos de posse, doação ou medição, o certo é que os inacianos tinham o exato conhecimento dos marcos geográficos de suas terras, e dessa forma conseguiam, em grande parte dos casos, impor sua vontade nas muitas contendas que surgiam. Quando a Câmara do Rio de Janeiro, na intenção de tomar posse de algumas terras, denominou de Iguaçu o rio do Catumbi, confundindo-o com o verdadeiro rio Iguaçu, posteriormente conhecido por Rio Comprido, em cuja foz existia a Bica dos Marinheiros, o procurador do colégio, Pe. Thomaz de Sousa, prontamente apresentou ao ouvidor Manoel Dias Raposo, o título de propriedade por parte da

Companhia com as devidas definições do verdadeiro rio a que se referia sesmaria doada aos padres por Estácio de Sá. (RIOS da Cidade do Rio de Janeiro, in Revista do Districto Federal, 1894, vol. 1, p. 294).

Como salienta Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 67), as terras do Rio foram se aproveitando conforme a exigência urbana. As terras da grande sesmaria de Iguazu (Figura 30), a princípio voltadas à criação de gado, logo assumiram novas funções. Após iniciada a recolha de foros na grande sesmaria de Iguazu, os jesuítas logo se engajaram também nas operações de venda do açúcar. Segundo Abreu (2010, vol. 1, p. 373), ao fim da segunda década do século XVII, a propriedade de Iguazu já era usada por inúmeros lavradores partidistas, que tinham a obrigação de entregar suas canas a dois engenhos de açúcar, pagando para se moer a metade do açúcar que as propriedades produzissem.

O primeiro engenho era dedicado a Nossa Senhora de Guadalupe e fora erguido pelo dito Álvaro Fernandes Teixeira às margens do Maracanã, próximo ao local onde, mais tarde, os jesuítas elevariam um templo a São Francisco Xavier, ainda existente.²⁴¹ Vendido a seguir a Duarte de Albuquerque Melo, pertencia, em 1610, a Baltazar Borges, que ainda era seu proprietário em 1624. Tudo indica ser esta a moenda que, mais tarde, retornando ao domínio útil dos padres, ficaria conhecida como “engenho dos jesuítas”, toponímia transformada em “engenho velho” no século XVIII, quando a Companhia resolveu construir uma outra moenda em parte mais distante de suas terras, o “engenho novo”. O segundo engenho surgiu por volta de 1615 e foi erguido pelo licenciado Manoel Dias. De difícil localização, sabemos que entestava por um lado com as terras de Baltazar Borges e ficava próximo à “serra”; poderia estar situado às margens do Trapicheiro ou, o que é bem provável, mais a montante do Maracanã. (ABREU, 2010, vol. 1, p. 373).

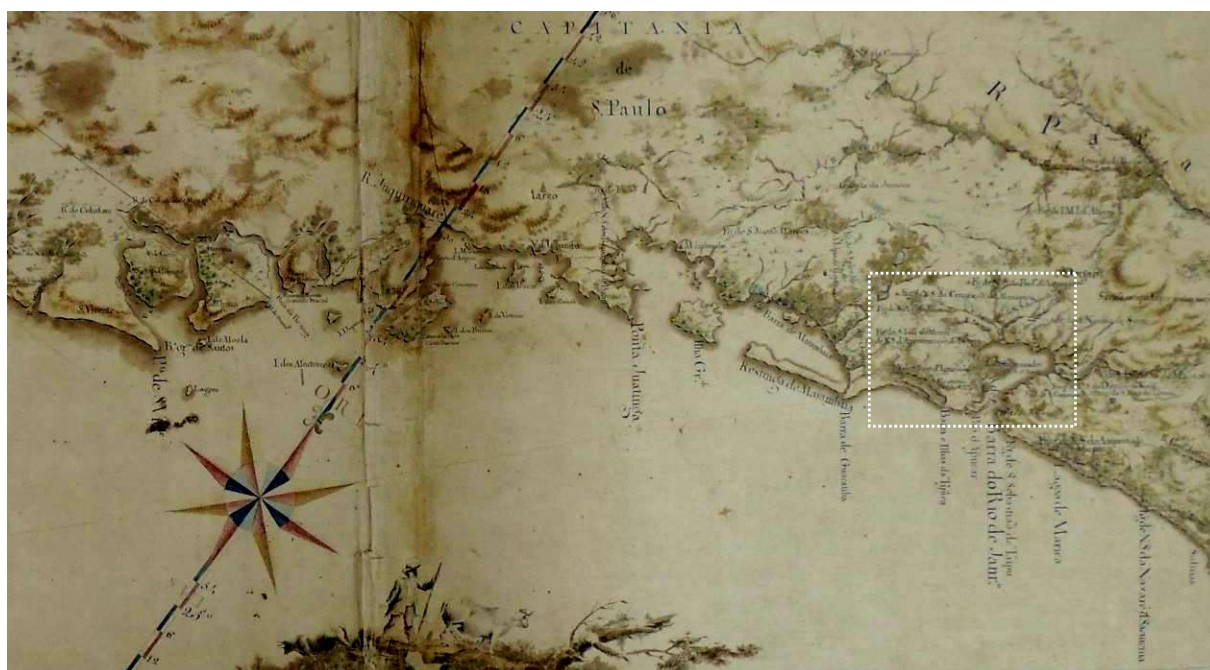
Além de comercializar o açúcar proveniente dos foros, os inicianos passaram a cultivar diretamente o produto ainda no século XVI, por meio de dois grandes engenhos: o Engenho Velho e o Engenho Novo.

No Engenho Velho o Pe. Manuel André construiu a igreja dedicada à São Francisco Xavier. Com o alargamento da cidade, as terras do Engenho Velho foram-se arrendando, ficando os padres com menos canaviais e, em consequência, com a produção de açúcar mais reduzida. O que em grande medida impulsionou a organização do Engenho Novo em princípios do século XVIII. Como informa Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 69), esse já estava funcionando em 1701 e era da invocação de São Miguel Arcanjo. A igreja, segundo

²⁴¹ Construída na era de 70 do século XVII, essa igreja sofreu inúmeras reformas, até ser novamente levantada em fins do século XVIII. (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 104-105). A atual matriz de São Francisco Xavier da Tijuca não apresenta, assim, qualquer vestígio do período de atuação dos inicianos.

ele, foi solenemente inaugurada no dia 08 de dezembro de 1720, sob o orago de São Miguel e Imaculada Conceição. Além da citada igreja, da residência, de senzalas e de todas as casas e armazéns de que necessitavam um engenho, o *Inventário da Real Fazenda do Engenho Novo* (MFF, Livro 20), de 1775, informa que a propriedade inaciana abrigava ainda olaria, ferraria, carpintaria, serraria e tanoaria.

Figura 30 – Parte da *Carte Particuliere de la cote du Brésil*. Detalhe no qual aparecem algumas localidades da antiga sesmaria de Iguaçú: São Francisco Xavier (Engenho Velho), São Cristóvão e Inhaúma.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 13.01.2674. Adaptado pela autora (2017).

O Conde de Assumar, em viagem à São Paulo e Minas Gerais, chegou à sesmaria de Iguaçu no dia 24 de julho de 1717. Pernoitou não se sabe se no Engenho Novo ou Velho²⁴², pois apenas registrou a denominação “Engenho dos Padres da Companhia”. Sobre a propriedade afirma que “a fábrica do engenho, que não deixa de ser grandiosa pelos muitos negros, que ocupa; e por moer com agoa muy suave o trabalho” (DIÁRIO da jornada, 1717, in Revista do SPHAN, 1939, p. 295).

Fazia parte também das terras de Iguaçu a fazenda de São Cristóvão, ou quinta de descanso dos padres e estudantes. Além de abastecer o colégio com frutas, legumes e demais produtos das hortas, essa quinta abrigava também um forno de cal. Segundo Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 106), nas terras da fazenda haviam duas capelas, uma pública, cujo orago era São Cristóvão e estava situada no campo do mesmo nome, e a outra privativa da quinta, fundada em lugar elevado, a poucas braças distante da primeira. Ambas as igrejas são citadas também no *Inventário da Fazenda de São Christóvão* (in Revista do Districto Federal, 1894, vol. 1, p. 317-321), a de São Cristóvão, com sua sacristia e casa de fábrica, e a capela da quinta, dedicada à São Pedro, com sua casa de vivenda.

Em São Cristóvão os estudantes do colégio passavam o feriado semanal e as férias anuais. Possuía, para tanto, recreações próprias, com jogos de movimento, como os de bola e o bilhar, habituais na Europa. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 72).

Somava-se à grande e diversificada sesmaria de Iguaçu, outra importante propriedade do Real Colégio do Rio de Janeiro, as terras de Macacu. A origem dessa propriedade remonta a sesmaria de “9000 braças de largo em meio do Rio de Macacu e 12000 para o certão de ambas as partes do mesmo Rio” (ARAÚJO, 1901, p. 98), doada por Mem de Sá a D. Miguel de Moura, escrivão da fazenda de El-Rei D. Sebastião, em 1567. Não tendo a intenção de tomar posse de terras tão longínquas, as trespassou em 18 de outubro de 1571, por meio de escritura lavrada na Metrópole.

[...] no lugar de Sacavém, termo da cidade de Lisboa, nas casas e quinta do Sor Miguel de Moura, fidalgo da Casa d'El-Rei nosso Sor, estando êle aí presente e a Sora Beatriz da Costa, sua molher, e logo por eles ambos foi dito peramte mim taballião e das test.as ao diante escritas, que hé verdade que eles têm no Rio de Janeiro, das partes do Brazil, humas terras que têm três legoas de largo e quatro de comprimento pera o sertão, com hum rio e outras ágoas que nelas há, as quais terras Men de Sá, Governador das ditas partes do Brazil, deu a êle dito Miguel de Moura [...] dizendo mais eles senhores Miguel de Moura e Biatríz da Costa, sua molher, que pella devoção que têm aos Padres de Jesu e aos rellegiosos della e terem por enformação que as

²⁴² Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 69) afirma que se tratava do Engenho Novo.

ditas terras podem servir pera o colejo dos ditos Padres da Companhia que estão no dito Rio de Janeiro, lhes apraz e são contentes de seus próprios motos e boas e livres vontades de dar e de feito dão deste dia pera todo sempre as ditas terras. (CARTA das terras do Macacu, 1571-1577, in ABNRJ, 1968, p. 75).

A doação favorecendo ao Real Colégio do Rio de Janeiro foi confirmada por D. Sebastião em apenas dois meses, “livres das obrigações das sesmarias sem della pagarem direitos, foros nem outros alguns direitos nem tributos que a mim ou a Coroa de meus reinos” (ARSI, BRAS 11, p. 407). Apesar de El-Rei salientar que as terras estavam fora dos limites estabelecidos pelo Regimento, a grande gleba foi mantida tal qual havia sido estabelecida na doação à D. Miguel de Moura. Dado significativo que reforça o prestígio adquirido pela Companhia junto à Coroa nesses tempos de conquista. A isso se soma outra importante informação: como as autoridades coloniais não haviam ainda subjogado totalmente os tamoios, o rei desobrigava os inacianos do cumprimento do tempo de cultivo proposto pela lei das sesmarias, estabelecendo um prazo de 5 anos ou mais tempo, “porque não se cultivando as outras terras não serão eles obrigados a cultivarem as contendas nesta doação senão quando senão diguo se cultivarem as terras que com ellas confrontão” (Ibid., p. 408). O documento real foi registrado no Rio de Janeiro, com o *cumpra-se* do Governador Cristóvão de Barros, em 22 de outubro de 1573. Nesse mesmo dia, padres e autoridades subiram de canoa o rio de Macacu, no qual o padre Gonçalo de Oliveira, procurador do colégio, saiu “em terra da banda do Cabo Frio” (ARSI, BRAS 11, p. 408v) e requereu a doação com as usuais cerimônias.²⁴³ Por estar a terra ainda em guerra, as devidas demarcações só foram iniciadas em 1579. Estando já a terra pacificada, o visitador Cristóvão de Gouvêa presta a seguinte informação em 1585:

Escrivome V. P. que me enformasse en el Rio de Henero de vista alienaçion de tierra que el P. Prov. Avia hecho dandola a los indios gratis para que la labrassen, alla me he enformado, y fuy en persona ver la misma tierra, y no fue mas que permitir el Pe. que ciertos indios que venieron del serton para haserse christianos, que tenian alli roças pudessen gozar della per a quel anno solamente, per no escandalizar los indios hasta que el Snor Governador les diesse tierras próprias que labrassen. (ARSI, LUS 69, p. 134, grifo do autor).

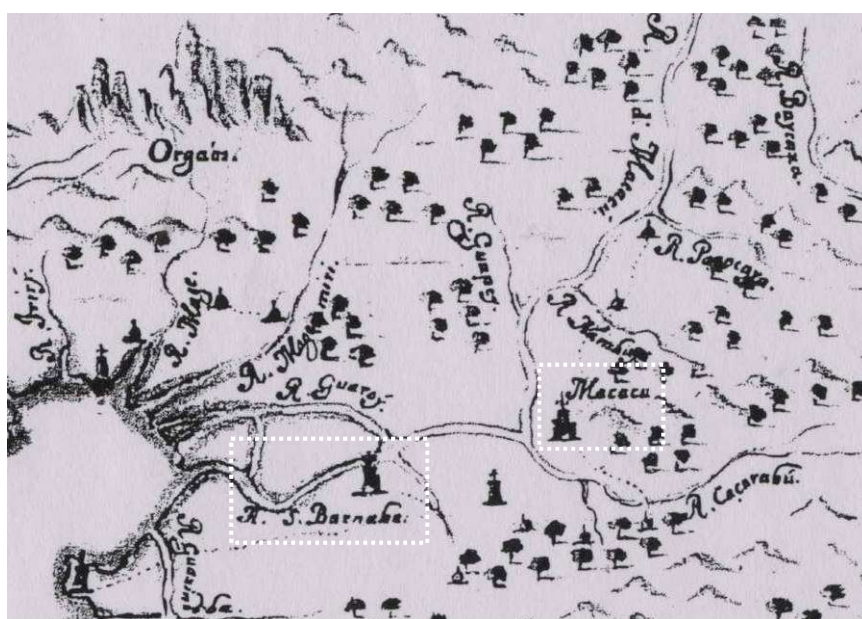
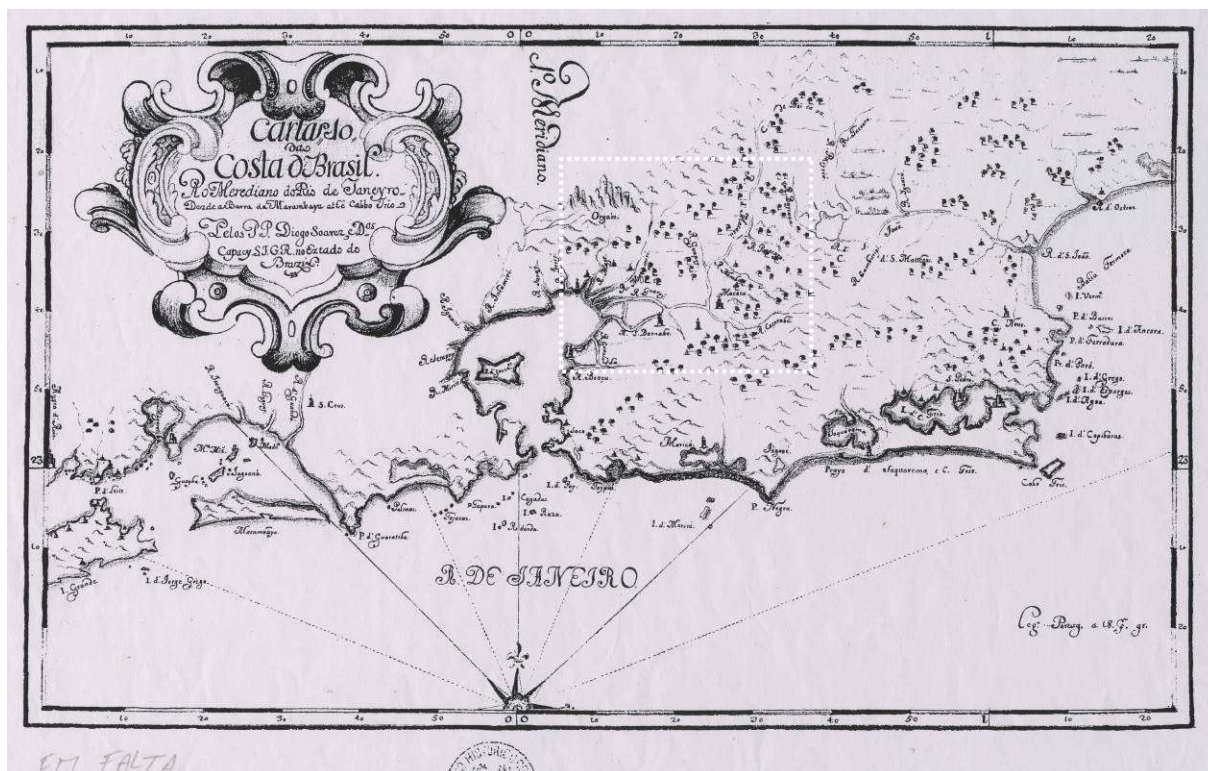
²⁴³ O procurador do colégio “andou passeando na dita terra e com suas mãos tomando em nome do dito Colejo terra, paos, pedras, ervas e ramos e quebrando-os e lavando as mãos na dita água do dito rio e se ouve por empossado e investido realmente na dita posse d'oje pera todo sempre, e na dita posse das ditas terras e rio e águas e serventias conteúdas na dita doação”. (ESTROMENTO de posse das terras do Macucu, 1573, in ABNRJ, 1968, p. 79).

Pelo trecho é possível concluir que esse é um dos muitos exemplos da confusão gerada no que se referia ao que era de propriedade dos padres e o que eram terras doadas aos índios aldeados, principalmente nas áreas nas quais se fundaram fazendas a reboque de aldeamentos já instituídos. A denúncia de alienação averiguada pelo visitador muito provavelmente se refere aos índios que não apenas viviam gratuitamente, como representavam a mão de obra responsável por lavrar as terras da fazenda de Macacu. Apesar de muito claramente percebida, Cristóvão de Gouvêa tenta mascarar a questão do trabalho indígena, com a justificativa de que Macacu seria na verdade um ponto de fixação provisória, visto que o visitador estipula o largo prazo de um ano, de índios descidos do sertão, até que as autoridades regulamentassem a doação de novas terras. Como visto, a criação do aldeamento de São Barnabé remete aos anos de 1578-79. Apesar das mudanças de sítio, o aldeamento em 1585 já possuía terras próprias, doadas no momento da sua fundação, o que desmonta em grande medida a argumentação do padre visitador.

O próprio Serafim Leite (2006, tomo VI, livro I/V, p. 114) reforça a confusa questão da propriedade que envolvia o aldeamento e a fazenda, ao afirmar que eram terras suficientemente vastas para abrigar o aldeamento e a importante fazenda jesuíta, “ora denominada de Macacu, ora de Papucaia e as vezes de Macacu na Papucaia, incluindo ainda outros sítios, toponímia miúda, que as vezes aparece nos documentos, e nos quais havia a sua casa e pequena capela e cruz”. Por meio da “Carta da Costa do Brasil” (Figura 31), elaborada entre os anos de 1730 e 1735 pelos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi, então na condição de geógrafos régios, se pode comprovar a proximidade entre o aldeamento e a fazenda, estando São Barnabé mais próximo da baía de Guanabara, enquanto a fazenda de Macacu e Papucaia ficava mais ao interior da terra e era fartamente servida pela presença de muitos rios, entre os quais os dois que lhe cediam os nomes.

Na fazenda de Macacu ou Papucaia tentaram os jesuítas a criação de gado e a policultura. Porém, com a divisão das especialidades entre as fazendas, verificaram os padres que suas terras eram mais aptas ao cultivo da mandioca, passando assim à condição de principal produtora da farinha que abastecia o Real Colégio do Rio de Janeiro. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/V, p. 114).

Figura 31 – Cópia da *Carta da Costa do Brasil. Desde a Barra da Marambaya até Cabbo Frio. Pelos P.P. Diogo Soarez, e D^{os} Capacy. S.J.G.R. no Eztado do Brazil.*



Fonte: AHU_CARTm_003, D. 1143. Adaptado pela autora (2017).

Assim como Macacu, as terras da fazenda de Santa Cruz (Figura 32), maior e mais importante propriedade jesuíta do Rio de Janeiro, tiveram como origem a doação particular. O

início dessa fazenda remete à sesmaria de Guaratiba doada à Cristóvão Monteiro em 1567²⁴⁴. A sesmaria se estendia “desde “Çupya Yguoera”, aldeia que foi dos índios, até Goaratiba, que são quatro legoas boas ao longo da costa do mar e estarão oito legoas boas da boca do Rio de Janr.” (TRELLADO da carta de doação da sesmaria da Guaratiba, in ABNRJ, 1968, p. 153), tendo um rio de água doce “quaize no meio o qual se chama na língua dos índios “Nhunda” (Ibid., p. 153).

Como um dos protagonistas da conquista e primeiro ouvidor do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro recebeu ainda terras no vale da Carioca e ao fundo da baía de Guanabara. Casado com Marquesa Ferreira, descendente de João Ramalho e filha do capitão vicentino Jorge Ferreira, e pai de dois filhos Eliseu e Catarina, Monteiro só teve tempo de construir alguns tijupares nas terras de Guaratiba. Estando já falecidos pai e filho, em 8 de dezembro de 1589, Marquesa Ferreira dividiu a sesmaria em duas partes iguais: uma destinada à filha Catarina, esposa de José Adorno, e outra aos inacianos, entregue aos padres já no dia seguinte.²⁴⁵

Figura 32 – Mapa da costa do Brasil entre Angra dos Reis e o Pão de Açúcar. In *Atlas do Brasil* de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco. Detalhe do “curral” de Santa Cruz.



²⁴⁴ A promessa de doação remete à data de 30 de dezembro de 1566. A doação foi devidamente assinada, porém, em 16 de janeiro de 1567. Saldanha da Gama (1875, p. 170) ao transcrever o documento de doação indica equivocadamente o ano de 1557.

²⁴⁵ As devidas cerimônias de posse só foram realizadas pela Companhia em 1590.



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 52-XIV-22, folha 8.

Em acordo realizado posteriormente, os padres permutaram com Adorno e Catarina terras que possuíam em Bertioga e nos arredores de Santos, ato que permitiu que a Companhia tomasse posse da sesmária original doada à Cristóvão Monteiro. Pela medição iniciada pela Companhia em 1596 por ordem do Pe. Fernão Cardim, então reitor do colégio, se tem a dimensão do que eram essas terras:

[...] a distancia que vai da ilha da *Guaraqueçaba*, na Pedra da freguezia de guaratiba, á ilha do *Itingussú* em *Itacurussá*, município de Mangaratiba. Portanto quatro leguas de costa. Sobre esta linha fundamental collocaram elles a agulha magnetica, e voltando-se para o continente percorreram toda a distancia do littoral até o outeiro das pedras, no Bananal, e fincando alli um grande marco na extremidade da linha recta que teve principio na ilha da *Guaraqueçaba*. Do outeiro das pedras fizeram rumo sempre parallelamente á linha de testada, até quatro leguas de extensão, e em seguida desceram outras quatro leguas em procura da ilha de *Itingussú*, fechando por esta fôrma o grande rectangulo das quatro leguas em quadro da *Guaratiba*. [...] Os quatro marcos fundamentais, assim como todos quantos foram construídos de boa pedra pelos padres da Companhia, têm em uma das faces as iniciaes: I.H.S. (GAMA, 1875, p. 173-174).

Sendo por dois anos e nove meses superintendente da já real Fazenda de Santa Cruz, Saldanha da Gama salientava que no século XIX as letras contidas nos marcos, para o povo da região, não remetiam à *Jesus*, mas eram na verdade traduzidas como: Jesuíta, Homem, Sabido. Sabidos, segundo o autor (GAMA, 1875, p. 174), porque os jesuítas sabiam acrescentar à frase de Horácio “somos pó e sombra”, outra de Públio Siro “quando o mar está

calmo qualquer um pode tomar o leme”. E o mar estava mesmo calmo, pois às terras que já eram extensas, os padres logo juntaram outras, como consta no Quadro 2.

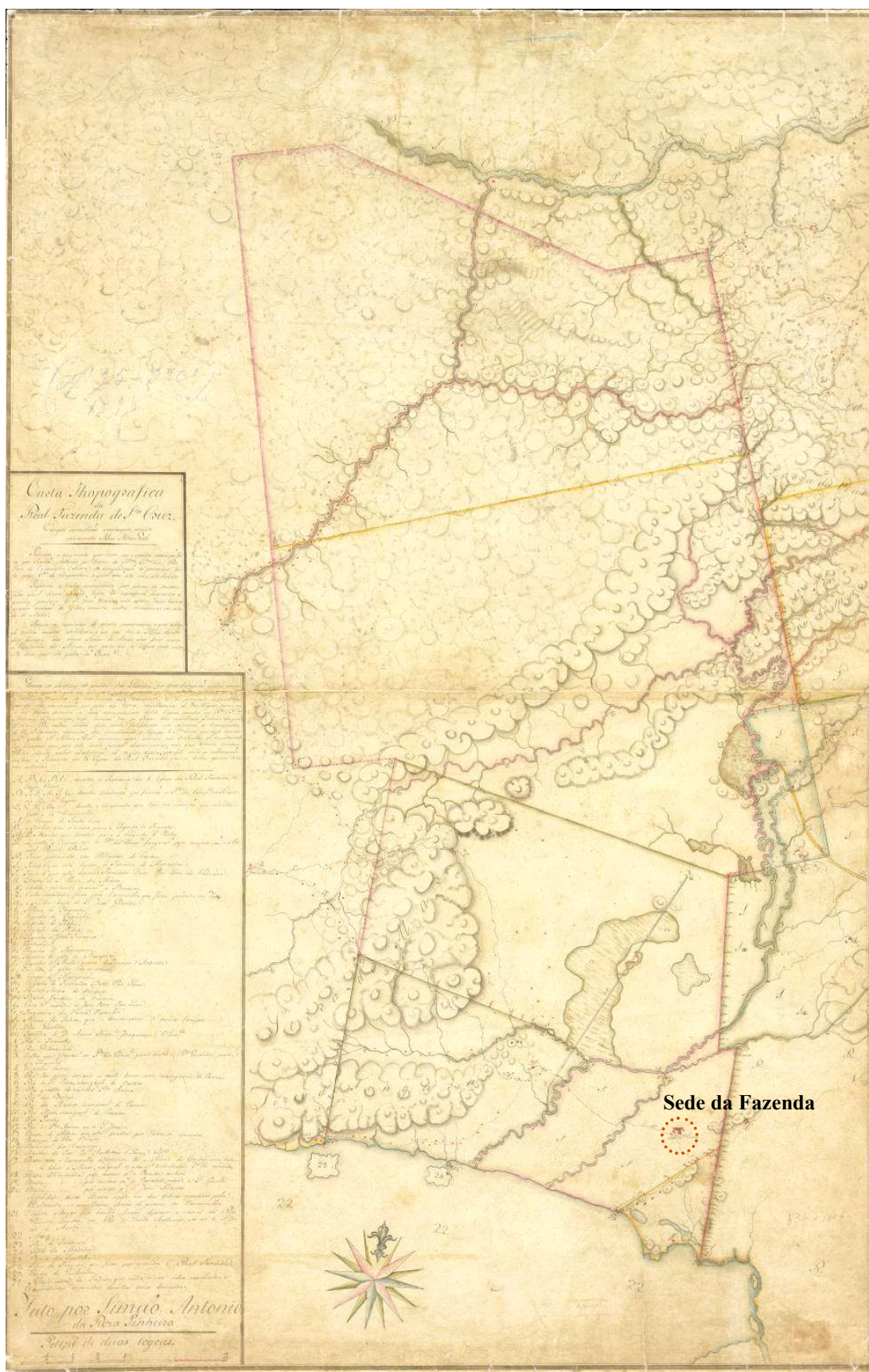
Quadro 2 – Terras acrescentadas por compra à grande sesmaria de Guaratiba.

Data do documento	Tipo de escritura	Envolvidos	Localização
9 de julho de 1616	Compra	Herdeiros de Manoel Veloso de Espinha	“Quinhentas brassas de testada e mil e quinhentas de sertão, as quois se medirão na maneira seguinte: comessando de hum monte que está defronte do Curral que o dito Colégio (em) em Sancta Crus, o quoa monte fica do curral pera a banda desta cidade obra de mil brassas pouquo mais ou menos, ou o que fôr. E deste dito monte comessamos a medir as ditas quinhentas brassas pondo-se corda da ilharga da medisam que está feita nas terras do dito Colégio e daí caminharão pera a banda desta cidade, medindo as quinhentas brassas de testada pello rumo de leste e coarta de nor deste que hé o rumo por onde se médio a testada do dito Colégio, e onde acabar se porá hum marco de pedra, e daí pera o sertão se medirão as mil e quinhentas brassas pello rumo de norte a coarta de noroeste até emtestar no Rio de Goandu”. (ESCRITURA de venda das terras de Goaratiba, in ABNRJ, 1968, p. 258).
26 de fevereiro de 1654	Compra	Thomé Corrêa de Sousa de Alvarenga	Três léguas de terras no rio Guandu. (GAMA, 1875, p. 176).
13 de maio de 1656	Compra	Francisco Frazão de Sousa e sua esposa Maria Barbosa de Alvarenga	Outras três léguas de terra nas cabeceiras do rio Guandu. (Ibid., p. 176).

Fonte: Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 82 (1962). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1968. Como também GAMA, Saldanha da. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XXXVIII, parte segunda. Rio de Janeiro: B.I. Garnier, 1875.

Ficava assim definida a imensa fazenda jesuíta de Santa Cruz com suas 10 léguas quadradas de terra (Figura 33), que tinham por limites a freguesia da Sacra Família do Tinguá em Vassouras, a linha do Curral Falso contígua à freguesia de Guaratiba até o mar, os terrenos de Marapicú, a leste, e com as terras de Mangaratiba, na altura de Itingussú a oeste. (GAMA, 1875, p. 207). Conforme também salienta Telles (1994, p. 91), os jesuítas nessas aquisições já tinham o verdadeiro conhecimento da importância das terras de Sepetiba com suas vastas planícies, seus rios navegáveis e sua grande costa marítima, características que garantiam promissoras possibilidades para o escoamento da futura produção. Tanto que ainda no século XVII essa fazenda se transforma num grande centro agropecuário.

Figura 33 – Carta Topografica da Real Fazenda de Santa Cruz. Autor Simão Antônio da Roza Pinheiro.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 23.03.814. Adaptado pela autora (2017).

A medição das terras da grande fazenda inaciana foi solicitada por ordem régia de 4 de junho de 1727. Da parte da Coroa estava presente o ouvidor geral Manuel da Costa Mimoso, da parte do colégio se encarregava das verificações o Pe. Luiz de Albuquerque, procurador e cartógrafo, da parte dos conflitantes, os próprios ou quem os representava. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 55). O tombo foi iniciado, segundo Gama (1875, p. 185), pelos trabalhos no centro administrativo da fazenda: verificaram na igreja e na vasta residência de sobrado “15 braças de frente e dois palmos e tanto de fundo, da parte direita” e “19 braças e 17 palmos do lado esquerdo”. O adro da igreja, chamado no século XIX de Largo do Paço, arrematado lateralmente pelas senzalas, “formava um retângulo com 100 braças de cada lado e 63 de testada”.

Compunha-se então a fazenda de uma aldea de índios, situada dentro de suas terras, na fralda da serra, isto é, no espaço compreendido entre a serra de Itaguahy, por onde se sobe para o município de S. João do Principe, e o actual rio Grande ou rio Itaguahy, que separa o município neutro da provincia do Rio de Janeiro. Aquelles índios foram catechizados e administrados pelos padres da Companhia, e pagavam a estes pela terra em que habitavam tres galinhas²⁴⁶ de fôro anual. (GAMA, 1875, p. 185).

Já instalado nas terras de Santa Cruz desde as primeiras décadas do século XVII, como visto, o aldeamento de São Francisco Xavier interessava tanto à Coroa, como aos padres. Seja por razões estratégicas de defesa dessa parte do Rio de Janeiro ainda vulnerável ao ataque de nações estrangeiras, seja devido ao objetivo maior dos inacianos de garantir a mão de obra necessária às ambições pretendidas na imensa fazenda, o que é certo é que a região estava na rota marítima de São Vicente e do comércio da prata da América espanhola. Sua ocupação e exploração eram, portanto, vitais aos interesses da Coroa portuguesa.

Além dos índios, estavam instalados nas terras de Santa Cruz, à época do tombo²⁴⁷, 26 foreiros, dos quais o colégio cobrava um foro anual de quatro galinhas. Os currais eram 18²⁴⁸, São Barnabé, Curral Falso, São João, Todos os Santos, São Luiz, Igreja, São José, Cruz, Casa, São Boaventura, São Marcos, São Paulo, São Francisco, Santo Estevão, Santo Inácio, Santo Antônio, São Pedro e Nossa Senhora, localizados numa área de 12 quilômetros em quadra.

²⁴⁶ Substituído em 1752 por quatro dobras, como visto.

²⁴⁷ Os trabalhos de medição e colocação dos marcos da imensa fazenda, iniciados em 1727, foram concluídos apenas em 17 de maio de 1731.

²⁴⁸ O inventário de sequestro aponta a existência de 22 currais: São Marcos, Santa Luzia, Santa Ana, Santa Cruz, Conceição, São Luiz, Todos os Santos, Igreja, São José, Thereza, Almas, São Paulo, Nossa Senhora, São Francisco, São Brás, São Miguel, Santa Bárbara, Santo Antônio, Santo Estevão, Santo Inácio, São Pedro e Santo Agostinho. (TRESLADO do autto de Inventario da Real Fazenda de Santa Crus, in Revista do Districto Federal, 1894, vol. 1, p. 418-425).

Havia também um curral dos índios aldeados de São Francisco Xavier. (GAMA, 1875, p. 186-187).

No que se refere aos edifícios, além das já citadas igreja, residência e senzalas, havia escola de rudimentos para os meninos e de catequese; hospital, botica, hospedaria, cadeia, tecelagem, olaria, carpintaria, oficina de prata lavrada, oficina de cerâmica, casa de farinha, casa de descasca de arroz, forno de cal, casa de curtume, engenhocas de aguardente, engenho de açúcar, estaleiro, no qual se fabricavam canoas e até “sumacas grandes” (ARSI, BRAS 4, p. 216), roças de mandioca, feijão, algodão e da clássica policultura jesuíta, uma casa de pescaria com senzalas para os negros, situada na ilha da Pescaria, em frente à Sepetiba, na qual os mariscos e ostras eram aproveitados para a produção de cal, outro ponto de pescaria na barra do rio Guandú, e ainda um terceiro na foz do rio Itaguaí.²⁴⁹ Possuía também um “famoso galinheiro e abastada despensa recheada de ovos, sem contar rebanhos de numerosos ruminantes, manadas suínas, perús á discrição, jaburus, narcejas, maçaricos, marrecos, ererés, colhereiros, gansos, pombos torquazes” (GAMA, 1875, p. 186).

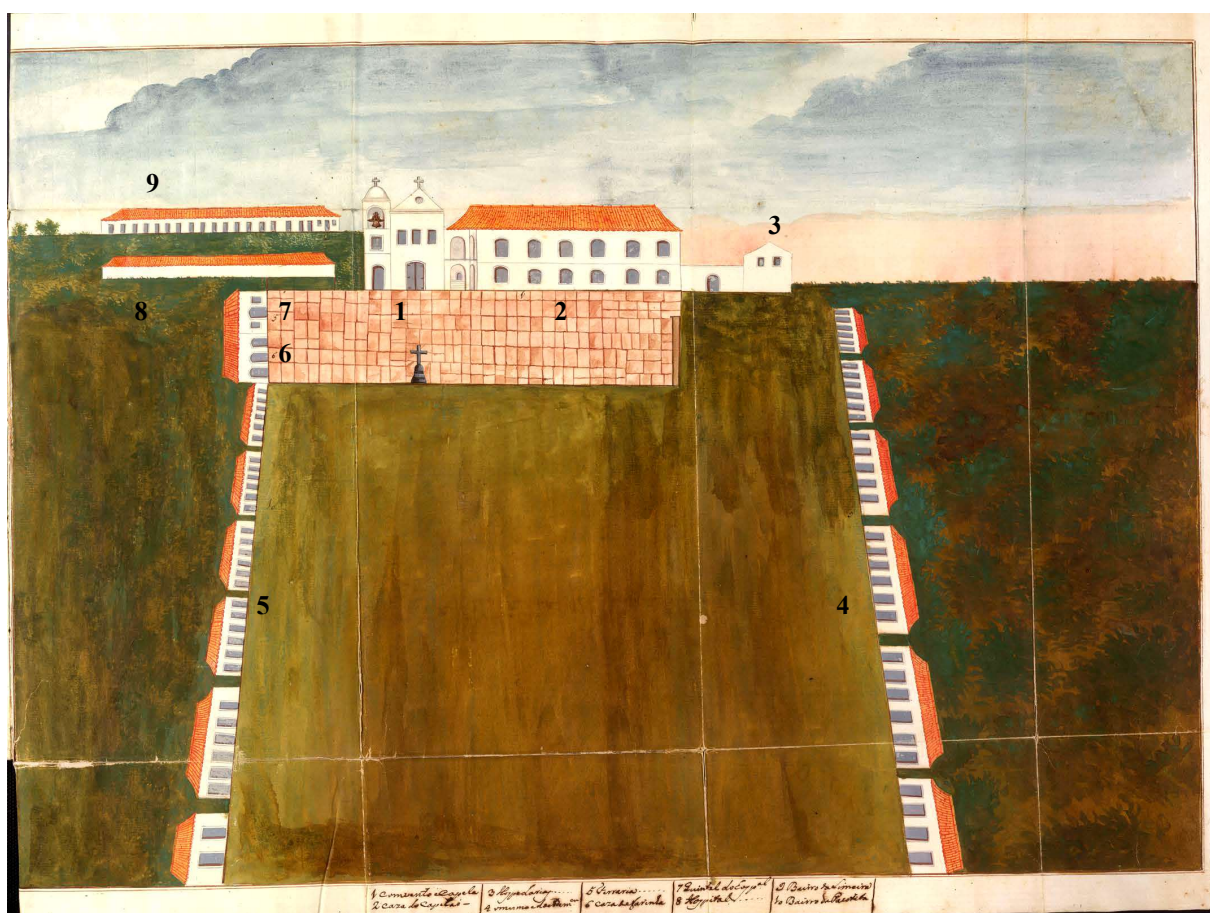
O centro administrativo da fazenda encontrava-se voltado para sudoeste, no alto de uma colina a aproximadamente 3 quilômetros da entrada principal situada em Curral Falso. Por meio da Figura 34, presente no manuscrito de Pedro Henrique da Cunha de 1790, é possível se ter uma noção de como era sua antiga configuração. As construções principais se dispunham em torno de um grande adro, em cujo centro se erguia um cruzeiro. No eixo principal, em frente à entrada principal, ficavam a igreja (indicação 1), a residência (2) e, um pouco deslocado, o hospital (3). Esse último era uma larga repartição, com estrutura de tijolos e cobertura de telhas. Além de atender aos escravos, contando com duas grandes separadas por sexo, possuía enfermaria privativa para os padres e pavilhões anexos, que funcionavam nos casos de epidemia pública ou emergência. O hospital dispunha ainda de livros de medicina e cirurgia. No *treslado do autto de Inventario da Real Fazenda de Santa Crus* (REVISTA do Distrito Federal, 1894, vol. 1, p. 127-130) estão apontados todos os muitos volumes que outrora integraram a livreria dos padres.

Voltando à análise da Figura 34, de um lado do adro ficavam a casa de farinha (6) e a oficina de serraria (7). As senzalas que abrigavam a mão de obra escrava ocupavam as alas laterais, como já visto. A indicação 4 e 5 retratam o bairro da Limeira e o bairro de Pacotiba, “cada hum deles com três ruas e diversas travessinhas” (CUNHA, 1790, p. 7v). A Limeira

²⁴⁹ Baseado em: Cunha (1790), *Treslado do autto de Inventario da Real Fazenda de Santa Crus* (in *Revista do Distrito Federal*, 1894, vol. 1, p. 182-192), Gama (1875, p. 187) e Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 57-58).

possuía 106 casas, das quais 70 eram de adobes e telhas de canal e as demais de pau-a-pique, “a conhecida ‘taipa dos jesuítas’” (FREITAS, 1985, p. 179). O bairro da Pacotiba era formado 126 casas, sendo muitas também de adobe e telhas.²⁵⁰ Fora do terreiro localizavam-se a cadeia (8) e o prédio que abrigava a hospedaria e a carpintaria (9). Atrás da igreja havia ainda um cemitério para os escravos e nos fundos da residência os tanques para o abastecimento de água e as hortas comuns aos estabelecimentos rurais ministrados pelos jesuítas.

Figura 34 – Desenho da Real Fazenda de Santa Cruz.



Fonte: Cunha (1790, p. 213). Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1408465/mss1408465.pdf.
 Acessado em: 30 de jul. 2016. Adaptado pela autora (2017).

Como destaca Telles (1994, p. 114), todo o conjunto central de Santa Cruz, com traçado bastante regular, apresentava formas incipientes de zoneamento. Como nos núcleos

²⁵⁰ Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 59) informa que só no núcleo central da fazenda as casas dos escravos somavam 232 unidades.

urbanos coloniais, as áreas com funções especializadas, deram origem à bairros e ruas específicas. Um exemplo disso foi o largo dos Ferreiros, que surgiu ao fundo da ferraria.

A última fazenda jesuíta instalada nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro (indicação 4 da Figura 35) era São Francisco Xavier ou Fazenda do Saco (indicação 1), por estar localizada no saco ou enseada que acabou por receber a denominação de Saco de São Francisco.

Figura 35 – Trecho do *Plano topográfico do Porto e Entrada do Rio de Janeiro e seus oredores*. Em 1778 por Francisco João Roscio, Sargento Mayor Engro.



Fonte: Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro – Itamaraty. I-8667-IA, M 14, G 189-8667. Fotografia de Jaime Acioli. Adaptado pela autora (2017).

Ao contrário das outras fazendas da Ordem no Rio de Janeiro, foi constatada uma grande de carência de informações nos documentos oficiais a respeito desse núcleo. Serafim Leite, em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (2006, tomo VI, livro I/V, p. 111-112), aponta pouquíssimas informações sobre a fazenda. Monsenhor Pizarro (ARAUJO, 1946, v. III, p. 159), por sua vez, afirma que a igreja da fazenda foi construída em anos pouco anteriores ao de 1696, ano gravado no armário da sacristia. A flagrante ausência de informações é matéria de discussão no próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional – SPHAN²⁵¹. Ao solicitar o amparo do Serviço, em 1937, o vigário da freguesia de São Francisco Xavier, Pe. Francisco Arlotti, suscita nos técnicos do órgão a necessidade de se buscar o máximo de informações possíveis a respeito da antiga fazenda. Tanto Carlos Leão, como Noronha Santos²⁵², constataram a impossibilidade de se determinar a origem precisa da fazenda, bem como da construção da igreja ainda existente. (ANS, Igreja de São Francisco Xavier, pt. 153, doc. 3244).

Por meio do *Auto de exame e averiguação*²⁵³ realizado em 1828 com o objetivo de esclarecer o que seriam terras dos índios de São Lourenço (indicação 3 da Figura 35) e o que de fato pertencia à antiga fazenda jesuíta de São Francisco, então sob a posse do deputado Manoel José de Souza França, é possível não apenas resgatar informações importantes quanto a antiga fazenda inaciana, mas principalmente comprovar que a negociação promovida pelos índios de São Lourenço persistia firme no século XIX. O documento salienta que a averiguação foi solicitada pelo dito deputado, “em virtude das grandes e continuadas oposições feitas aos fincamentos dos marcos da fazenda demarcada do mesmo autor pelo capitão-mór dos índios” (SILVA, 1854, p. 339). Assim, com a presença do citado capitão-mór dos índios, José Cardoso de Souza, as devidas autoridades percorreram o caminho de São João à Boa Viagem até o alto do morro que estava de posse D. Emerenciana dos Reis Pereira. Na linha de leste a quarta de sueste, do marco das Barreiras Vermelhas pelo alto do outeiro de Carahy, junto a estrada denominada Carvalhão, bem ao cume do citado outeiro, cruzava mais adiante a linha de testada indicada no tombo da fazenda do dito sacco, feito em 1730, conforme constava no próprio marco da ordem (Figura 36), localizado entre a colina de São Francisco e um riacho, denominando rio Taubaté (indicação 2 da Figura 35). O observado pelas termunhas estava em acordo com o conteúdo da certidão de demarcação realizada em 1659. Concordando os índios e o deputado com a medição realizada, mandou o ministro finalmente lavrar o presente auto.

A citada medição de 1659²⁵⁴, foi solicitada pelo governador Thomé Corrêa de Alvarenga, enquanto juiz dos índios de São Lourenço, como forma de esclarecer possíveis

²⁵¹ Atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

²⁵² Além da descrição da igreja e de informações históricas, Noronha Santos levanta algumas hipóteses quanto à origem da fazenda de São Francisco Xavier em texto publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937, p. 139-150).

²⁵³ *Auto de exame e averiguação feita, ao marco que divide a linha do sertão da sesmaria dos índios da aldeia de S. Lourenço pelo lado da Boa Viagem, e fazenda do Sacco de S. Francisco Xavier que foi dos padres jesuítas*, transcrito por Silva (1854, p. 339-340).

²⁵⁴ *Medição da linha do sertão da sesmaria concedida ao capitão Martim Affonso de Souza, seus descendentes pelo lado das Barreiras Vermelhas, junto à fortaleza do Garuatá, feita em 1659*, transcrita por Silva (1854, p. 321-327).

dúvidas e embargos com os herdeiros circunvizinhos ao aldeamento. Nesse documento as terras correspondentes à Fazenda de São Francisco pertenciam ao capitão Matheus Antunes. Segundo Lannes (1994, p. 197), essas mesmas terras foram muito possivelmente doadas pelos descendentes do capitão Antunes à Companhia de Jesus, em data posterior a 1659. O que de certa forma está em acordo com a afirmação de Monsenhor Pisarro, sobre a origem dessa fazenda ser anterior ao ano de 1696. Assim, muito provavelmente formada em fins do século XVII, o certo é que o tombo dessa propriedade ocorreu apenas em 1730, durante o reitorado do Pe. Antônio Cardoso, sendo devidamente registrado pelo ouvidor Manuel da Costa Mimoso como consta no marco dessas terras (Figura 36) e no citado *Auto de exame e averiguação* de 1828.

Figura 36 – Peão das terras da fazenda de São Francisco Xavier do Saco. Vista frontal e posterior.



Fonte: FERREIRA, Vieira. Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niteroi. In: RIHGB (1930, p. 247-249).

Apesar de ter partes de suas terras arrendadas (MFF, Livro 29, 1749-1759, p. 210 e 244), a fazenda de São Francisco Xavier nunca teve a vida autônoma comum às grandes fazendas da Ordem. Como um simples anexo do colégio do Rio de Janeiro (ARSI, BRAS 6, p. 437-438), São Francisco do Saco era mais uma reserva florestal, com seus serradores e lenhadores. Em 1757, esses profissionais eram em número de 55, que cortavam a madeira e

abasteciam de combustível a cozinha do colégio. Apesar do forte vínculo de dependência com o colégio, a certidão de 1718 passada pelos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro à Coroa, como visto, afirma que os jesuítas também mantinham algum gado nessas terras. (REGIMENTO de huma Certidão, 1788, in Revista do Districto Federal, 1896, vol. 2, p. 372).

As demais fazendas da Ordem, localizadas em território dos Goitacá, agrupavam-se em três grandes núcleos: fazenda de Campos dos Goytacazes, fazenda de Santa Ana de Macaé e fazenda de Campos Novos.

Malogradas as tentativas de colonização da Capitania de São Tomé, primeiro por seu donatário Pero de Góis e depois por seu sucessor Gil de Góis, passou essa capitania a Coroa em 22 de março de 1619. (LAMEGO, 1938, p. 21). Antes disso, porém, em 7 de março desse mesmo ano, estava o Pe. João Lobato, com o irmão Gaspar Fernandes no rio dos Bagres, aposentado entre os goitacazes defronte da ilha de Santana, ao longo do rio da parte do sul. O padre informa em missiva enviada ao Pe. Simão Pinheiro, provincial do Brasil, que já havia enviado 34 índios pelo rio acima para checar se era possível “aquetar e trazer a nós, huma aldea de índios tamojos, que estão de guerra com os guaitacazes, e os vão comendo quanto podem” (ARSI, BRAS 3-1, p. 201).

Sam estes Tamoyos filhos de escravos, mas nascidos todos no mato, e em suas terras. Veia V. R. se sera bom aiuntarllos com a aldea do Cabo Frio ou que fazemos deles em cazo que se queirão fiar de nos. E estarão a nossa disposição, mas y se forem caraibas a buscallos, que com a frecha se ãm de defender enquanto puderem. (ARSI, BRAS 3-1, p. 201).

Temos no relato do Pe. João Lobato outro claro exemplo do quanto se modificavam os pactos firmados no contexto colonial. Os padres vão em socorro justamente dos tamoios que por longos anos ameaçaram a soberania portuguesa no Rio de Janeiro. E esses mesmos índios, outrora poderosos contrários, negam seus antigos caraibas e se colocam a disposição dos inacianos, tomando a nítida opção pelo mal menor, visto que a condição de aldeado era preferível a de vítima da violenta guerra imposta pelos goitacazes nos sertões. Mas também os pactos eram movediços, pois ao mesmo tempo que pretendiam dar socorro aos tamoios, os padres usavam de sua sábia diplomacia – “dando-lhes alguns resgates” – para firmar pactos com os goitacazes. Pactos um tanto arriscados, visto a condição de guerra firmada entre as duas nações.

Ontem que foi aos 6 deste [março de 1619] vierão da parte do Norte passante de 50 guaitacazes mancebos frecheiros mui bem despostos, com alguns parentes dos que aqui estão conosco. Passarão o Rio a nado, e nos vierão

abraçar, trazendo todos seus cofos, huns com frutas, outros com batatas, e alguma farinha fresca, a todos agasalhamos dandolhes de comer, e alguns resgates; e com isto se tornarão contentes abraçandonos outra vez, e dizendo que passados alguns dias avião de tornar com suas molheres e com seus filhos. Nós esperamos pellos indios que mandamos aos Tamojos, os quais como vierem avemos de tentar embarcar hum Rio com as canoas que temos, o qual dizem ser grande e estar daqui como seis, ou sete legoas, porque por esta parajem nos dizem aver muitos guaitacazes. (ARSI, BRAS 3-1, p. 201).

Numa segunda expedição, organizada ainda em 1619 por D. Luiz de Sousa e por Estêvão Gomes, capitão de Cabo Frio, foi novamente o Pe. João Lobato em companhia do Pe. João de Almeida (VASCONCELOS, 1658, p. 56). O governador Martim de Sá, em carta encaminhada ao rei, presta as seguintes informações a respeito dessa expedição:

E com indios e gente de minha obrigação chegando la [a Cabo Frio] em termo de um dia achei nova, como indo o padre João Lobato da Companhia de Jesus a huma missão há fazer pases entre o gentio aitacases por ordem do G. Geral don Luis de Sousa he levando em sua companhia o capitam do dito Cabo Frio tiveram vista na ilha de Santa Ana dos ditos inimigos [estrangeiros] e os saltarão com canoas e indios que levavão e lhes matarão alguma gente e os fiserão levantar he se forão dexando de segir o yntento de carregar pao brasil. (AHU_CU_017, Cx. 1, D. 15).

A soberania dos goitacazes da antiga Capitania de São Tomé não apenas permitia que nações estrangeiras continuassem realizando incursões à região, mas principalmente dificultava a efetivação do projeto de colonização da banda sul, mais especificamente ao que se referia à ligação da cidade do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e com a cabeça de rede baiana. Segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/IV, p. 81), o balanço dessa expedição foi bastante positivo. Depois que os expedicionários se assentaram no rio dos Bagres, vieram, ao cabo de três dias, 52 goitacazes que, com trocas de presentes e sinais de amizade, deram garantias de paz. Na ânua correspondente (1620) era informado que já se esperava que em muito breve fosse aberto o caminho terrestre entre o Rio de Janeiro e a Bahia²⁵⁵ (ARSI, BRAS 8-1, p. 238v). O documento descreve ainda que o Pe. Lobato conseguiu, enfim, localizar o grupo de tamoios sitiados pelos goitacazes no interior dos matos. Tomando conhecimento de que esses tamoios aprisionavam três crianças goitacazes que pretendiam sacrificar, os padres prontamente solicitaram que fossem entregues, salientando que em caso de recusa, os goitacazes, que já eram amigos dos portugueses, lhes fariam guerra. Os principais não

²⁵⁵ “*Sic qs brevi fieri speramus, ut expeditum sit iter terrestre à Januariensia ora ad Bahyam*”. (ARSI, BRAS 8-1, p. 238v).

somente entregaram as crianças aprisionadas, como entregaram a eles próprios e toda sua gente para que fossem aldeados em São Pedro de Cabo Frio. Mais um claro exemplo que, no jogo das negociações, ao mal menor se voltavam os índios.

E como já visto, também as negociações eram movediças e alteravam constantemente aliados e inimigos. Na ânua de 1626, o Pe. Antônio Vieira descreve o perigo pelo qual passaram quatro missionários que assistiam o aldeamento de São Barnabé, com a descida do sertão de grande multidão de goitacazes, entre os anos de 1624 e 1625. Menos de uma década depois das pazes firmadas, Vieira novamente descrevia os Goitacazes como “gente feroz e bárbara”. O perigo era ainda mais ampliado pelo fato de estar a terra do Rio de Janeiro despovoada, em consequência do socorro prestado à Bahia, que estava sob o ataque holandês. Sem defesa estavam mais sensivelmente os aldeamentos, visto que o efetivo enviado à Bahia era composto maciçamente por índios aldeados.

Não deixaram de temer os padres, mas, recorrendo com todo o coração a Deus, com a esperança no mesmo Senhor tomaram ânimo, saíram ao encontro a estes bárbaros, convidaram-nos e receberam com muita festa; eles, vendo o som de guerra, se tornaram tão brandos que, de cruéis inimigos, ficaram amorosos e agradecidos. Por várias vezes foram ao mar pescar e ao mato caçar, e depois, do que trouxeram, deram aos padres com muito amor, coisa jamais neles vista. Destes ficaram na aldeia acima dita alguns, e se acomodam já a tratar e viver com os cristãos. Queira Deus abrir-lhes os olhos, para que, conhecendo-O e buscando-O, se salvem. (VIEIRA, 2008, p. 68).

Serafim Leite (2006, tomo VI, livro I/IV, p. 82) descreve ainda outro incidente ocorrido com os goitacazes por volta de 1627. Os índios cativaram e comeram alguns brancos que naufragaram em sua costa. Provavelmente temendo as represálias dos portugueses, os índios acirraram ainda mais as hostilidades. Fazendo uso da diplomacia jesuíta, foi o Pe. Inácio de Sequeira ao encontro desses índios propondo as pazes e os convidando ao colégio do Rio para que pudessem se inteirar dos benefícios da conversão. Ante a recusa dos índios, o padre escreveu em segredo ao governador solicitando soldados portugueses e indígenas armados que pudessem fazer cerco aos goitacazes. Com a promessa dos portugueses de que não fariam mal algum aos índios, o Pe. Sequeira se voltou aos goitacazes propondo mais uma vez as pazes e o quão proveitosa era a condição dos aldeamentos. “Meio por temor, meio por persuasão, vieram alguns. Bem agasalhados no Colégio do Rio, voltaram, contando maravilhas. E não tardaram a descer 300 Goitacases, que se aposentaram nas Aldeias”.

Apesar da ocorrência de incidentes menores sempre prontamente controlados pelos índios aldeados de Cabo Frio e Reritiba, pacificados os goitacazes foi possível aos jesuítas o

início da colheita de frutos dignos dos “jardins celestes”, como diziam as ânua da Companhia.

“Jardins celestes”, a conversão: a esta frase florida da Ânua, acrescentamos nós: e “jardins terrestres” também, que naqueles tempos e lugares uma coisa não podia ir sem a outra. Sem centros de coesão e de produção e mesmo de prosperidade, não haveria civilização e nem apoio da catequese. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/IV, p. 83).

As origens dos centros de produção da Companhia de Jesus localizados ao norte da cidade do Rio de Janeiro remetem ao ano de 1630. Em seus *Apontamentos para a história da Capitania de S. Thomé*, escrito em 1888, Carvalho (2012, p. 99) informa que, pacificados os goitacazes, os jesuítas logo iniciaram os pedidos de doações de terras. As glebas pretendidas ficavam entre os rios Macaé e Paraíba e entre o dito rio de Macaé e o rio Leripec (Rio das Ostras), como atesta a petição oficial:

[...] estes Indios de Cabo Frio como conquistadores das terras dos Aitacazes, moradores no dito Cabo Frio, para onde vierão trazidos pelos ditos Padres que alias são seuz verdadeiros, e absolutos senhores, por direito natural, e da argumentoz, elle Reitor para ajuda de sustentação dos Padres do Cabo Frio, e elles Indios para o effeito apontado, que lhes dé de sismaria em nome de S. Mag., e como Procurador que he de Gil de Gois, todos os pastos que correm do Rio Maquihé, até a Paraíba que estiverem para dar, com todos os mattos, e mais comodidades, que na dita demarcação se acharem, ficandolhe no comprimento a costa do mar por demarcação, e para o sertão até o pé da serra, do que tambem resulta não pequeno bem aos das embarcações, que naquela costa fizerem naufrágio, e juntamente com isto se atalhará descer do certão gentio de nasção contraria, a povoar a dita costa, donde tornem até crescer os males que até gora experimentarão os navegantes que nella se perderão e juntamente pedem a Vossa Senhoria lhes dé de sismaria todos os campos que estão entre Maquihé, por costa para a banda do sul, até itapebuçu, ou o Rio de Leripec. (MFF, Livro 14, p. 4v).

Mesmo mascarada pela justificativa de que seriam para os índios, donos de direito e poderosos defensores da paz e da ordem colonial, os inacianos só conseguiram que fossem doadas à Companhia seis léguas de terras em quadra situadas no termo da cidade de Cabo Frio, ou seja, entre Macaé, pela costa, para a banda do sul até Rio das Ostras e pelo sertão até ao pé da serra. As terras que iam de Macaé à região do rio Paraíba já haviam sido concedidas, em 19 de agosto de 1627, em retribuição aos muitos serviços prestados nas batalhas travadas contra estrangeiros e índios, aos chamados *sete capitães*: Miguel Aires Maldonado, Gonçalo Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manoel Correia e Miguel Riscado. (LAMEGO, 1913, p. 34-35).

A cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, embora lentamente, crescia sensivelmente, muito em consequência da guerra travada com os holandeses no Nordeste. As dificuldades econômicas da cabeça de rede baiana encaminhavam um grande número de agricultores para as bandas do sul, cuja situação era mais segura. Também o território goitacá alcançava progressos a olhos vistos sob o domínio dos sete capitães. As notícias sobre a prosperidade dessas terras e da grande fertilidade dos seus campos, motivaram o então governador, Salvador Correia de Sá, já proprietário de inúmeros bens no Rio de Janeiro²⁵⁶, a promover, pouco antes de sua partida para Angola, a redistribuição das sesmarias da região, “valendo-se de meios em que os seus inimigos quiseram ver um misto de força e cambalacho” (BOXER, 1973, p. 299). Convocou à sua presença um dos sesmeiros, Miguel Aires Maldonado, e exigiu que fosse apresentado o roteiro das sesmarias sob a posse dos capitães. Não constando nele a menção das terras do sertão, impugnou-o, e propôs que a grande sesmaria fosse dividida em 12 quinhões, partilhados da seguinte forma: 4 e meio para os sete capitães e seus herdeiros, 3 para ele mesmo, 3 para os inacianos, 1 para o capitão Pedro de Sousa Pereira e meio para os beneditinos. (MFF, Livro 14, p. 5v-7). A parte destinada à Companhia de Jesus era de:

Vinte e quatro sitios para curraes dos quaes vinte e quatro se tem ja com gado catorze, entrando hum de Antonio Dias, com outro dos Indios da Aldea de Cabo Frio, de novo lhe cabe dez sitios para dez curraes, a saber nas cabeceiras do curral de Domingos, e na de Macagué, e do Franco; e lhes cabe quatro sitios, para quatro curraes entre os dous curraes do Collegio que estão no caminho do curral fálço; outro sitio em que houve ja gado, outro sitio no campo novo da parte que fica dos Campos dos Aitacazes; porque o rumo cortou o dito campo pelo meyo, outro sitio lhe cabe em humas guiribas, em que o feitor do dito Collegio tinha feito huma cruz, o qual sitio esta no caminho dos seus curraes, que vai do curral de Feliz de Gusmão para a banda de Jagoroaba, com outro sitio lhe cabe em hum sitio que foi Cap.^m Miguel Ayres Maldonado, que nunca teve gado, o qual esta diante de hum curral do dito Collegio, e outro sitio lhe cabe adiante deste mesmo, junto a humas feteiras, e esta feita huma cruz no caminho; com este se encerra a conta dos vinte e quatro curraes, e sítios. (MFF, Livro 14, p. 8v-9).

O documento levanta dúvidas quanto a possibilidade de as terras doadas à Companhia terem englobado um curral dos índios de Cabo Frio. As dúvidas são esclarecidas na cartografia do século XVIII registrada na Figura 36, na qual o marco do Colégio aparece junto

²⁵⁶ Possuía no recôncavo do Rio cinco plantações de cana-de-açúcar e quarenta fazendas de criação de gado, além da grande propriedade situada na própria cidade do Rio de Janeiro. (BOXER, 1973, p. 299).

à baía de Cabo Frio (indicação M1). Os outros marcos foram fincados junto ao rio Macaé (indicação M2) e entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana (indicação M3).

Afora as complicações quanto a propriedade do patrimônio dos padres, lavrado em 9 de março de 1648, é possível reconhecer que o “cambalacho” favoreceu não apenas à Salvador de Sá, como aos seus amigos e protegidos. E entre estes, em especial destaque, estavam os jesuítas.

Em 1652 possuía ele [Salvador de Sá] na referida área sete mil cabeças de gado bovino e cento e sessenta negros escravos, além de setenta cavalos de sela e muitos outros bens. Tendo em vista a sua ida para Portugal, entabulou um arranjo com os jesuítas, amalgamando as propriedades que tinha nos Campos dos Goitacá com as da Companhia, sob a condição de serem todos os lucros provenientes do dito arranjo divididos igualmente ente ele e o colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro. (BOXER, 1973, p. 300).

Segundo Leite (2006, tomo IV, livro I/IV, p. 85), antes do arranjo, o colégio do descoberta do já possuía junto às terras de Salvador de Sá passante de mil cabeças de gado vacum e por volta de 80 escravos da Guiné. Após o acordo, todo esse patrimônio foi incorporado num só corpo. Além da citada distribuição igualitária dos lucros, Salvador de Sá tinha a obrigação de fornecer 100 moinhos de sal anualmente e de emprestar aos padres o campo da *Alagoinha Mombocamirim*, para pastar provisoriamente o gado destinado ao abate. Ao fim do arranjo, terras, pessoal e gado, deveriam ser divididos ao meio, exceto o campo de Alagoinha que se destinaria integralmente aos herdeiros do governador e general.

Muito antes dos arranjos descritos, entretanto, o colégio já possuía fazendas e postos agrícolas na região. Em missiva de 1643, o reitor Pe. Antônio Forti informava que os inacianos estavam “mal citados” pelos moradores do Rio de Janeiro. Entre outras coisas apontava o fato de que

[...] os nossos P.^{es} tem abarcado tudo; dos curraes de Sta. Crux ate os guatacases que são cem legoas quase; em todo esse distrito temos fazendas, sendo assim que antigamente os P.^{es} fazião missões, pregavão mais ameude, e tinham menos, e agora sem se ocuparem no esperitual tem abarcado tudo, e elles não tem onde restar e faserem suas fazendas: nisto tem rezão; eu tenho avizado ao P.^e Provincial porém nunca nem a execução de reduzir estas fazendas a huma, que era demais proveito ao Coll^o porquanto com difficuldade servisi tudo; são fazendas se temos, e tiramos pouco proveito dellas, todas se ouverão de reduzir na fazenda de S. Crux, e engenho com assistência dos nossos, porque fazendas tam espalhadas e multiplicadas distantes humas das outras, fazem mais gastos, encontram a edificação, e morrem os negros sem confissão, estando anos enteiros sem missa. Ja ouve que os P.^{es} destes tempos tudo he fazerem navios para vender, terem muitas

fazendas, e não confissão, nem vão a missão, nem pregão, ja largarão a metade das pregações de casas que se costumão pregar e mui poucas são as molheres, e homens que se confissão em nossa casa. Poderão vender as terras dos Guatacases, maquiê, Macacû, Maicaxa, Ponta dos Buzios, com todo o gado que ha; e ajuntar huns poucos de mil cruzados, e fazer hum juro em Portugal, donde podem vir o sustento; alem de que os curraes de Sta Crux, e engenho com as casas que ca temos, e renda del Rei, sustentarão 2 collegios destes. (ARSI, BRAS 3-1, p. 218-218v).

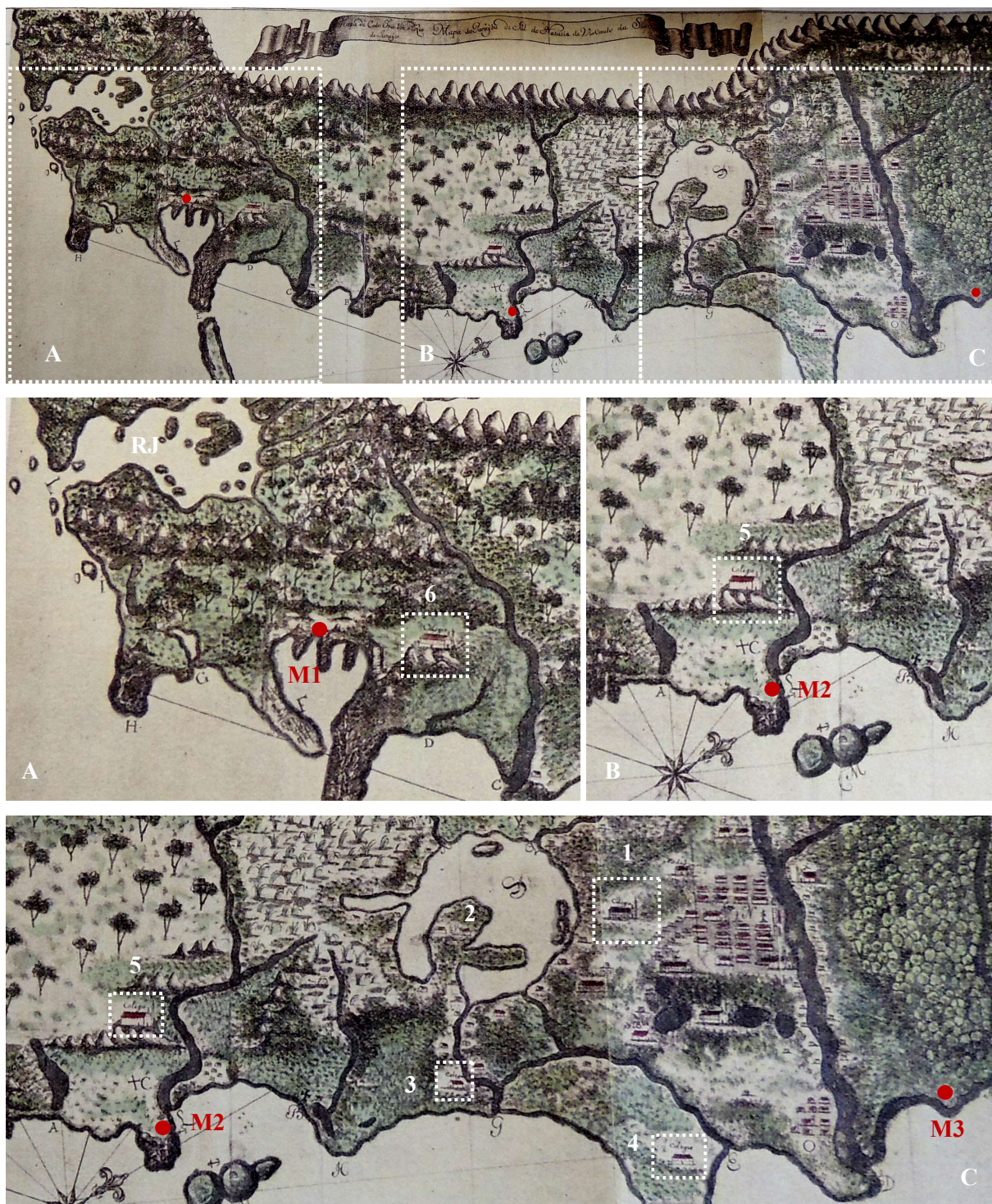
Em correspondência anterior, também de 1643, o reitor acrescentava que era difícil visitar as fazendas da região dos goitacases, porque “os caminhos eram estéreis e custava muito para se trazer o gado” (ARSI, BRAS 3-1, p. 216v). Apesar dos sensatos apelos do Pe. Antônio Forti, a maioria dos jesuítas brasileiros julgava que o melhor era que se conservassem e aumentassem as terras para o bem maior da missão. Tanto que em 1652 já estavam os jesuítas estabelecidos no sítio do Campo Limpo, onde construíram uma primeira capela dedicada a São Pedro (1658), e de onde em seguida passaram para um lugar não muito distante (indicação 1 da Figura 37), no qual ergueram a igreja dedicada a Santo Inácio (1694). (LAMEGO, 1938, p. 21).

Em 1659 estava à frente da propriedade o Pe. André Martins, mas a administração da grande fazenda ainda estava centralizada no colégio do Rio de Janeiro. No entanto, a falta de missionários acabou por obrigar, segundo informa Leite (2006, tomo VI, livro I/IV, p. 86), que a fazenda fosse apenas visitada esporadicamente pelos padres, tanto que em 1680, se pagava a um monge de São Bento para que administrasse os sacramentos aos índios e negros da Companhia na região. A fixação efetiva dos padres em Campos dos Goytacazes foi motivada pelo incidente de 1690 que envolveu Martim Correia Vasqueanes, governador de Cabo Frio, José de Barcellos Machado, casado com a viúva de Maldonado, e os jesuítas. A contenda, como informa Lamego (1913, p. 166), foi motivada pelo fato das terras ocupadas não terem sido ainda judicialmente demarcadas²⁵⁷. A briga entre os confrontantes culminou na destruição de um curral jesuíta situado próximo à Lagoa Feia (indicação 2 da Figura 37), por ordem do governador e do grande proprietário de terras. Além do curral, foram mortos dois escravos da Companhia. Os sobreviventes foram ameaçados de morte caso voltassem ao satélite da Companhia, tendo ainda suas casas incendiadas. Apesar da devassa efetuada por

²⁵⁷ As medições das terras da Companhia só foram iniciadas em 1727, quando El-Rei determinou que para a paz e sossego da Província do Brasil, para se evitar dúvidas e possíveis contendas com os herdeiros das terras que confrontavam com as do colégio, fossem feitos o tombamento e as devidas demarcações das terras jesuítas de Campos pelo ouvidor geral da cidade do Rio de Janeiro, Manoel da Costa Mimoso. Concluído, porém, o tombamento das terras dos padres em 1730, não tiveram fim as contendas, visto que logo os beneditinos entraram com uma apelação que se arrastou até a expulsão de 1759. (MFF, Livro 14).

ordem real, em 3 de julho de 1692, ter apurado a criminalidade dos responsáveis, não foram tomadas providências “em razão das justiças daqueles Campos não fazerem diligencias para prendelos pelos respeitos que guardam aos mesmos que são poderosos” (LAMEGO, 1913, p. 166).

Figura 37 – Mapa de Cabo Frio the o Rio de Janeiro, Mapa da Parayba do Sul. 1749.



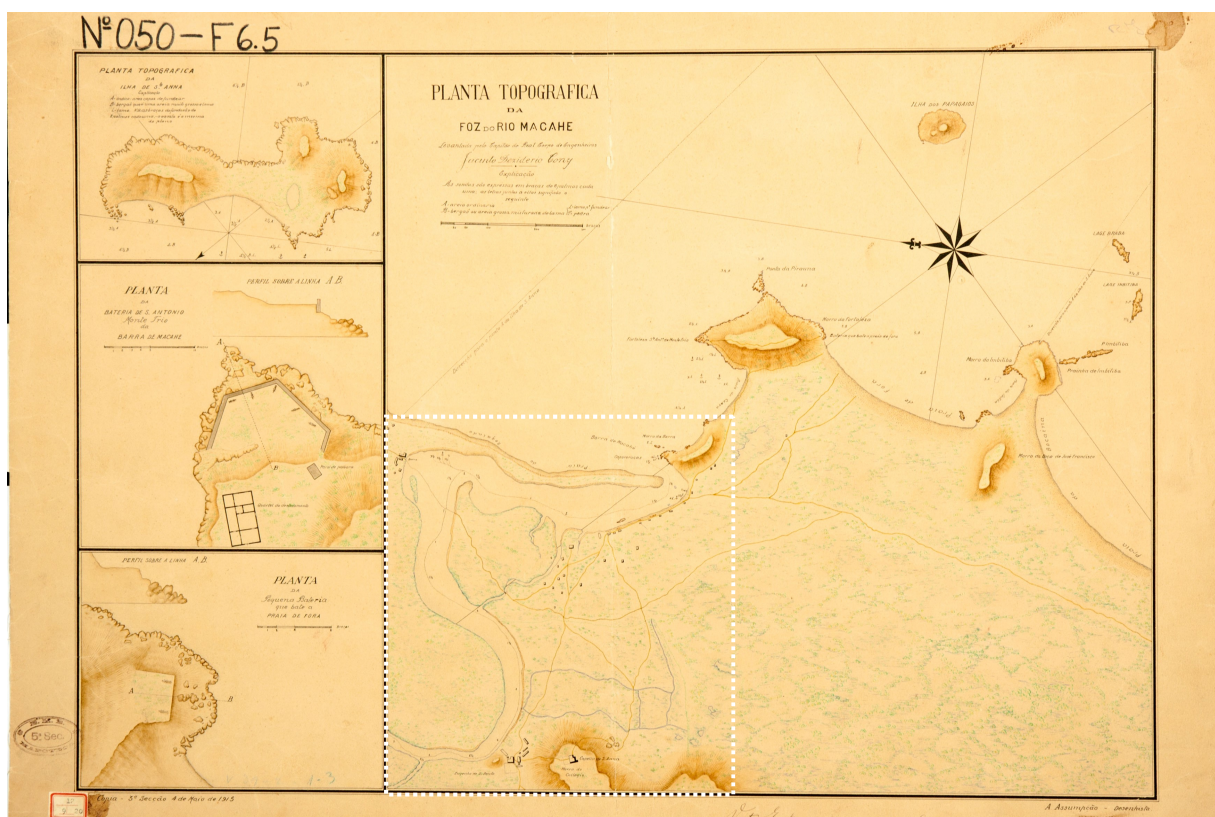
Fonte: Lamego (1913, p. 429), adaptado pela autora (2017).

Muito provavelmente a residência de Campos dos Goytacazes foi estabelecida logo após a apuração do incense, vito que com essa condição aparece pela primeira vez no catálogo de 1692, com o Pe. Pedro Leão como superior, acompanhado pelo Ir. Lourenço Gonçalves, carpinteiro. (ARSI, BRAS 5-2, p. 88). Dois anos depois já haviam erguido na terra a grande igreja de Santo Inácio. No que se refere aos muitos currais ou satélites da Companhia nos vastos Campos dos Goitacazes, é muito complicada a tarefa de precisar quando foram estabelecidos. Apesar das informações esparsas contidas nos documentos oficiais da Ordem, é possível apontar a ânua de 1º de agosto de 1731, na qual conta a informação de que nessa época foram estabelecidos quatro currais na região denominada Ilha Furada (indicação 3 da Figura 37), por estar situada entre dois rios. Informa ainda que alguns pleitos iniciados há 40 anos haviam, enfim, sido encerrados, muito em consequência, talvez do tombo executado pelo ouvidor geral do Rio de Janeiro em 1730. (BRAS, ARSI 10-2, p. 327-327v). Além do curral da região do Furado, o mapa de 1749 indica outro curral do colégio próximo à ponta de São Tomé (indicação 4 da Figura 37).

Situada entre a grande fazenda do Solar do Colégio de Campos dos Goytacazes (indicação 1 da Figura 37) e Campos Novos (indicação 6), ambas concentrando grande parte da criação de gado da Companhia no Rio de Janeiro, sobrou pouco à Fazenda de Santa Ana de Macaé (indicação 5). Como a Fazenda de São Francisco do Saco, a documentação referente à Santa Ana é pouca e esparsa. Muito provavelmente pelo motivo de também não ter tido expressão própria. Como citado anteriormente, tendo como origem a sesmaria doada por Martim de Sá em 1630, ficou por um longo período servindo como descanso das boiadas de Campos Novos e Campos dos Goytacazes. À sesmaria original, foi acrescentada posteriormente meia légua de terra, doada por Tomás de Carvalho ao norte de Macaé. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/IV, p. 92).

Segundo Lannes (1994, p. 184), a igreja de Santa Ana (indicação 1 da Figura 38) foi erguida pelos jesuítas 1639. Não localizamos documentos que comprovem esta afirmação. Entretanto, apesar da pouca documentação levantada, é possível reconstruir parte da vida econômica dessa fazenda. O catálogo de 1701 informa que a propriedade possuía já uma fábrica de farinha. (ARSI, BRAS 6, p. 27v). Segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/IV, p. 92), a fazenda só passa a ter vida autônoma em 1734. Três anos depois, aparece pela primeira vez nos catálogos da Companhia como residência, contando com a assistência do Pe. Pedro dos Santos e do Irmão Marcelino da Silva. (ARSI, BRAS 6, 200v).

Figura 38 – Planta topográfica da foz do rio Macahe. Autor Cap. Jacinto Dezidério Cony, copiada por A. Assumpção em 1915. Detalhe do morro do “colégio” e Igreja de Santa Ana.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - RJ. Localização: 04.05.869. Adaptado pela autora (2017).

Em 1741 aparece a informação de que nas terras fertilíssimas da fazenda de Macaé se fabricava alguma farinha, tinha plantação de vegetais e todos os mais gêneros. Tinha abundância de madeiras, próprias para a construção naval e de edifícios. O gado nessa época era pouco, mas os padres já estudavam a possibilidade de levantar engenho na fazenda (ARSI, BRAS 6, p. 337), o que de fato foi efetivado alguns anos depois.

A última fazenda do Rio de Janeiro tinha suas terras anexas ao aldeamento de São Pedro de Cabo Frio, como visto, sendo fruto da “terça” da doação de 1648 e da compra de uma propriedade à Generosa Salgado, como informa Leite (2006, tomo VI, livro I/IV, p. 93). Os jesuítas fundaram, em data incerta, a Residência e Igreja de Santo Inácio, que só ganhou incremento em fins do século XVII. Como o seu homônimo já havia iniciado a laboração das terras, o núcleo recebeu, por esse motivo, a denominação de *Campos Novos* (Figura 39). Essa fazenda nunca possuiu engenho, em compensação foi campo de policultura, no qual predominava o cultivo da mandioca, e teve quantidade relevante de gado.

Figura 39 – Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos. In: Mapa do *Litoral do Rio de Janeiro: entre a ilha de Alcatrazes e São Tomé*. (1794-1823).



Fonte: Arquivo Histórico Militar – Portugal. Projeto SIDCarta. Localização: 5264-1A-9A-99. Adaptado pela autora (2017).

Encerra-se assim o rol de fazendas inacianas do Rio de Janeiro. Apesar da diversidade de atividades apresentada por cada núcleo, é notório que algumas fazendas se dedicaram com mais afinco a uma produção específica. Nas terras mais próximas à cidade a preferência dos padres voltou-se para os aforamentos, prática que no século XVIII se estendeu também às terras de Macacu e São Francisco Xavier do Saco. Em Macacu a produção direcionou-se para o cultivo da mandioca. Dedicou-se também à mandioca a fazenda de Santa Ana de Macaé, em seus começos, mas, em meados do século XVIII, os padres direcionaram suas esperanças à cana-de-açúcar. Em Campos Novos, como em Campos dos Goytacazes, a especialidade sempre foi o gado, apesar da segunda ter possuído um importante engenho de açúcar. Santa Cruz, com suas 10 léguas em quadra, constituiu um caso a parte. Apesar da organização da fazenda ter se voltado sempre para a atividade criatória, a ela esteve sempre vinculada a grande lavoura, na qual se destacaram produtos como o arroz, a mandioca e o algodão. Além disso, suas oficinas de ferraria, serralheria, carpintaria e olaria foram exportadoras de produtos raros na colônia.

Ficou ainda constatado que junto aos quatro aldeamentos do Rio de Janeiro foram instaladas fazendas da Companhia, gerando não apenas uma complicada leitura do que era de propriedade dos índios aldeados e do que pertencia à Companhia, mas, para além disso, uma cadeia de obrigações um tanto em desacordo com os preceitos da Ordem, como o fato dos índios de São Barnabé e São Francisco de Itaguaí serem obrigados ao pagamento de foro ao colégio por suas terras estarem situadas em glebas que legalmente cabiam aos seus tutores e responsáveis pela sua “salvação”.

3.1.4.2 Os bens temporais do Espírito Santo

Seguindo o movimento colonial que unificava à vocação missionária os negócios e os ofícios da função de fazendeiro, também no Espírito Santo os inacianos estabeleceram alguns polos produtores, que com o tempo foram se reorganizando ou abandonando conforme as necessidades e contextos. Entretanto, ao contrário do Rio de Janeiro que já apresentava fazendas organizadas no século XVI, os núcleos de produção do Espírito Santo só começaram a ser estabelecidos em meados do século XVII, justamente na época em que foram iniciadas as negociações quanto a elevação da Casa de Santiago à categoria de colégio. Como visto, a confusão administrativa gerada pelos longos anos de dependência administrativa exercida pelo Real Colégio do Rio de Janeiro, só foi resolvida nas primeiras décadas do século XVIII, quando os polos de produção do Espírito Santo estavam finalmente definidos e fortemente

estruturados, já e rendiam muitos frutos ao então Colégio de Santiago. A abundância de mantimentos e a grande capacidade de sustentação das terras do Espírito Santo, entretanto, foram constantemente apontadas pelos cronistas do século XVI, como fica claro no relato de Gandavo elaborado por volta do ano de 1570:

No mar justo desta Capitania matão grande copia de peixes grandes e de toda maneira, e também no mesmo rio ha muita abundancia delles. Nesta Capitania ha muitas terras e mui largas onde os moradores vivem mui abastados assi de mantimentos da terra, como das fazendas. E quando se tomou a fortaleza do Rio de Janeiro desta mesma Capitania do Spirito Santo sustentarão toda a gente e proverão sempre de mantimentos necessarios enquanto estiveram na terra os que defendião. (GANDAVO, 1980, p. 38).

Carapina e Muribeca foram as primeiras fazendas organizadas pelos inacianos em solo capixaba, seguidas pela fazenda de Itapoca e pelo engenho de Araçatiba. O Auto de Devassa de 1761 aponta que os padres possuíram também uma fazenda denominada do Marinho, sem prestar, entretanto, maiores informações a esse respeito (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 37). Afora essas, Derenzi (1995, p. 91), como visto, indica que existiram ainda satélites da Companhia em Itaputera, Jucunem, Goiabeiras e Jacuí. Sendo que nesses dois últimos, situados mais próximos à Vila de Vitória, haviam além de plantações de milho e hortaliças, algumas olarias.

Segundo Daemon (1879, p. 106-107) e Leite (2006, Tomo VI/livro II/II, p. 151), a origem de Carapina remonta a uma doação de terras particulares feita em benefício dos jesuítas do Espírito Santo. Em 1614, Francisco de Aguiar Coutinho doou sua propriedade de Carapina a Miguel Pinto Pimentel. O novo proprietário tratou logo de fundar um engenho de açúcar, que prosperou durante os trinta anos em que viveu nessas terras. Falecendo em 1644, deixou por herança seus bens à casa de Santiago. A demarcação oficial das terras foi empreendida durante o reitorado do Pe. Diogo Machado, que requereu a colocação de marcos legais ao ouvidor Fabiano Bulhões, em substituição aos antigos marcos feitos nas árvores por Pimentel.

Os terrenos [...] principiavão na barra do rio da *Passagem* em Maruhype e estendião-se até a ponta de Cambery [Camburi], onde collocara-se um marco, d'ahi ao córrego do Norte até o rio *Carapebús-mirim*, hoje rio da *Praia-Molle*, foi assentado outro marco, d'ahi á *Malha Branca* do Mestre Alvaro, presequindo em rumo de sul com diferentes marcos no travessão de *Jacuchy* ao *Porto-Velho*, que era á beira da estrada para a Victoria, em direcção ao rio da *Passagem*, no lugar onde se havia fincado o primeiro marco. (DAEMON, 1879, p. 118).

A Fazenda de Carapina desempenhava o papel de fazenda suburbana, pela sua proximidade com a Casa e posterior Colégio de Santiago. Como a propriedade de São Cristóvão, funcionava, segundo Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 152), como quinta de repouso e subsistência de frutas e legumes. Daemon (1879, p. 107) salienta que Carapina sempre possuiu também engenho, olaria e outras fábricas. A propriedade contava ainda com casa, que mesmo estando muito arruinada ainda existia em fins do século XIX, e igreja.

Sobre a igreja de São João Batista (Figura 40), existente ainda hoje em Carapina, pairam algumas especulações. Carvalho (1982, p. 91) acredita que, apesar de muito modificada, seja um remanescente do antigo aldeamento de São João²⁵⁸. Não desmerecendo o precioso trabalho do autor, pioneiro no estudo mais aprofundado dos edifícios deixados pelos jesuítas no Espírito Santo, acredito que as terras em propriedade dos índios aldeados de São João foram englobadas às terras do aldeamento de Reis Magos. Isso porque o aldeamento de São João ainda era visitado em 1619 pelos padres já estabelecidos em Reis Magos, o que impossibilitaria que essas mesmas terras estivessem sob a posse Miguel Pinto Pimentel. Assim, é mais provável que as terras doadas por Pimentel à casa do Espírito Santo em 1644 ficassem próximas às terras dos índios de São João e que a igreja pertencente ao antigo aldeamento tenha se perdido, como ocorreu também ao aldeamento de Nossa Senhora da Conceição no qual não se conservaram nenhum dos seus edifícios.

Figura 40 – Igreja de São João Bastista de Carapina.



Fonte: Autora (2016).

²⁵⁸ O autor acredita que a estrutura da nave e da torre dessa igreja sejam o que restou do aldeamento de São João. Essa estrutura, segundo ele, foi posteriormente aproveitada na reconstrução empreendida em meados do século XVIII.

Durante a construção da presente tese foram consultados alguns códices do século XIX²⁵⁹ que tratavam do destino das terras de Carapina. Apesar da antiga posse dos inacianos ser sempre lembrada na grande maioria das escrituras, sendo também constantes as afirmações de que as terras envolvidas nos processos de posse pertenceram outrora à grande fazenda jesuíta de Carapina, a igreja localizada nessas mesmas terras é apontada como sendo procedente de uma fazenda, não associando, porém, aos padres a sua fundação. Historiadores e pesquisadores do Espírito Santo, assim como o próprio Serafim Leite (2006), não citam, nem de passagem, a origem da igreja de Carapina. É Daemon (1879, p. 309) quem novamente informa:

A 16 de dezembro deste anno [1837] é pela Lei Provincial nº 5 elevada á cathogoria de Parochia a antiga igreja de Carapina, construída em 1746 e pertencente á primitiva fazenda deste nome, e que tinha por invocação Nossa Senhora da Ajuda [...]. O primeiro Vigario que teve a parochia foi o Padre Mestre João Luiz da Fraga Loureiro, cuja Provisão foi lida no dia 30 de Julho de 1848, sendo então mudado o orago da igreja para S. João Baptista, ficando a freguesia com o título de S. João de Carapina [...]. Foi, como já dissemos, todo o terreno desta fazenda dos Jesuitas, que alli montarão casa, engenhos, havendo uma linda capella, com uma Imagem existente hoje em poder do Sr. José Corrêa Maciel, por que parte desta fazenda veio por herança a pertencer á família. D'aquelles edificios alli levantados pelos jesuitas só hoje se vêem os vestigios nas ruinas que ainda subsistem em alicerces, pilares e paredes derrocadas. (DAEMON, 1879, p. 309-310).

A Princesa Teresa Carlota, herdeira da coroa do reino da Baviera, em viagem à Província do Espírito Santo, empreendida entre os dias 25 de agosto e 12 de setembro de 1888, informa ter visto alicerces, pilares e paredes derrocadas do que havia sido uma grande fazenda dos jesuítas, com casa-grande, senzalas, engenhos e uma igreja construída em 1746, na qual se encontrava a imagem de N. S. da Ajuda. (ROCHA, 1972, p. 151).

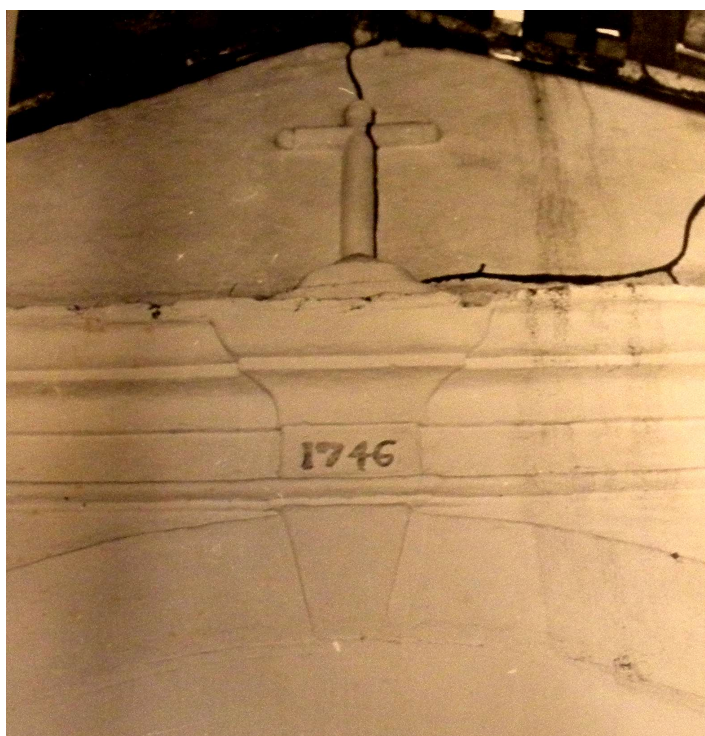
A data de construção apontada por Daemon (1879) e por Teresa Carlota (1888) é a mesma que aparece inscrita acima do arco cruzeiro da Igreja de São João Bastista, em uma fotografia da década de 1980 pertencente ao acervo do IPHAN (Figura 41). Ambos os depoimentos levantam dúvidas quanto a possibilidade de o edifício ser um remanescente da antiga fazenda dos padres. O relato de Daemon, porém, sugere que todos os edifícios erguidos pelos inacianos, inclusive a igreja, estavam já bastante arruinados. É também Daemon (1879,

²⁵⁹ A documentação citada faz parte do acervo do Arquivo Público do Espírito Santo. A maior quantidade de referências às terras de Carapina, se encontram nos fundos Agricultura, livro 79 (1855-1856) e Governadoria, livro 387 (1848-1860).

p. 118-119) quem informa que constatando os poucos frutos que rendiam a propriedade, os inacianos a trespassaram aos irmãos Pimentel, em meados do século XVIII.

Apesar do desconhecimento do ano exato da citada venda, o catálogo da Companhia de 1739 (BRAS, ARSI 6, p. 280) não registra a fazenda de Carapina entre os polos produtores do Espírito Santo, o que de certa forma pode indicar que, a essa época, a propriedade já não estivesse mais sob o domínio dos padres. O que vai ao encontro das informações contidas nas certidões de terras do século XIX, que não apontam a origem jesuíta desse edifício. Seriam a nave e a torre, partes mais antigas mapeadas por Carvalho (1982), remanescentes da antiga fazenda dos padres? Essa estrutura teria sido aproveitada pela reforma de 1746? As respostas virão, a meu ver, quando forem realizadas pesquisas históricas mais aprofundadas e devidamente amparadas por investigações arqueológicas.

Figura 41 – Inscrição registrada na Igreja de São João Batista de Carapina.



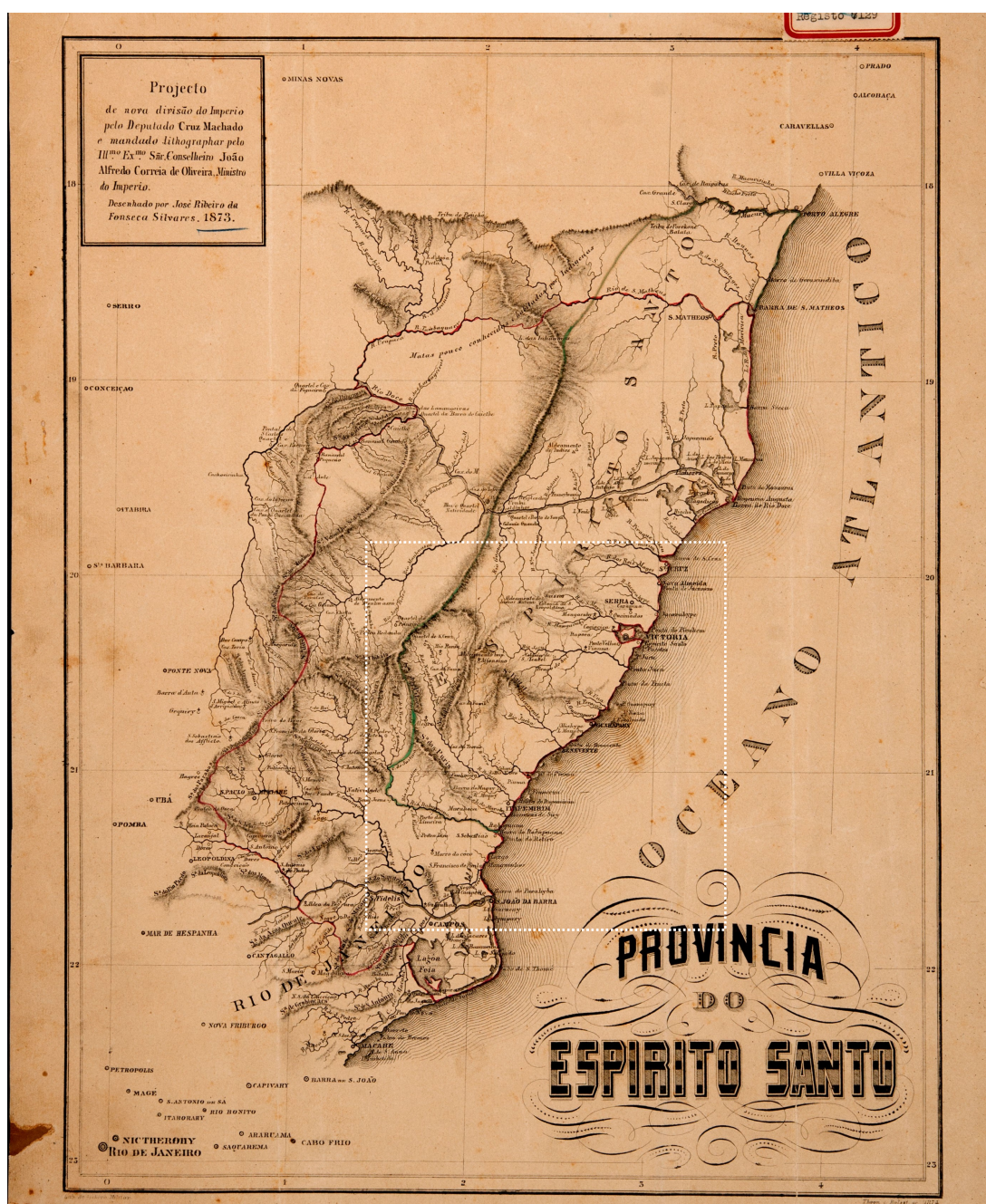
Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário, Serra-ES: Cx. 0101, Pt. 03, E. 03, F. 96.966.

Segundo Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 152), muito provavelmente Carapina (indicação 1 da Figura 42) foi substituída por Itapoca (indicação 2), já existente com essa denominação desde o ano de 1739. Algumas testemunhas do Auto de Devassa realizado no Espírito Santo, em 1761 (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530), relataram, entretanto, que Carapina foi mudada pelo Pe. Rafael Machado para as terras de Araçatiba. Afora as

divergências, o catálogo de 1739 informa que a fazenda de Itapoca, além de continuar a abastecer o colégio com hortaliças, também se especializou na produção de farinha. (ARSI, BRAS 6, p. 280).

A evolução económica da terra veio a aconselhar a concentração de tôdas as fazendas em três grupos, cada qual com a sua actividade especializada: criação de gado (Muribeca); engenho de açúcar (Araçatiba); fábrica de farinha (Itapoca). (LEITE, 2006, Tomo VI, livro II/II, p. 152).

Figura 42 – *Provincia do Espírito Santo*. Projeto da nova divisão do Império pelo Deputado Cruz Machado, desenhado por José Ribeiro da Fonseca Silveiras. 1873. Detalhe no qual se observa a localização das antigas fazendas da Companhia.





Fonte: Arquivo Histórico do Exército - RJ. Localização: 06.01.1156. Adaptado pela autora (2017).

O núcleo jesuíta de Itapoca compreendia terras atualmente circunscritas aos municípios de Viana e Cariacica, às margens do rio Formate, “que era utilizado como via de escoamento integrado ao rio Jucu; ligando este à baía do Espírito Santo e a Vitória pelo Canal do Marinho” (BITTENCOURT, 2006a, p. 120). Antes de 1750 a fazenda já possuía igreja e residência própria. Em 1757, assistiam na fazenda o Pe. Manuel de Anchieta, superior, e o Irmão Luiz Pereira. (ARSI, BRAS 6, p. 398v).

Como Carapina, a Fazenda de Muribeca (indicação 3 da Figura 42) também foi estruturada em meados do século XVII. Segundo Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 153), foi possivelmente fundada pelo Pe. André de Almeida, que então ocupava o cargo de superior em Reritiba e em São Pedro da Aldeia. O mesmo padre seria também o responsável pela formação da grande fazenda de Campos dos Goytacazes que, como Muribeca, era

especializada no criatório bovino. A essa época, como visto, estavam as fazendas e a casa do Espírito Santo ainda dependentes do Real Colégio do Rio de Janeiro. Santiago só alcança o status de colégio em 1648.

Assim como ocorreu à Carapina, os padres organizaram um engenho em Muribeca, mas as terras arenosas da propriedade se revelaram impróprias para o cultivo da cana-de-açúcar. O catálogo de 1694 (ARSI, BRAS 5-2, p. 140v) informa que em Muribeca já havia igreja nova e ampla e “colégio” também recente e cômodo.

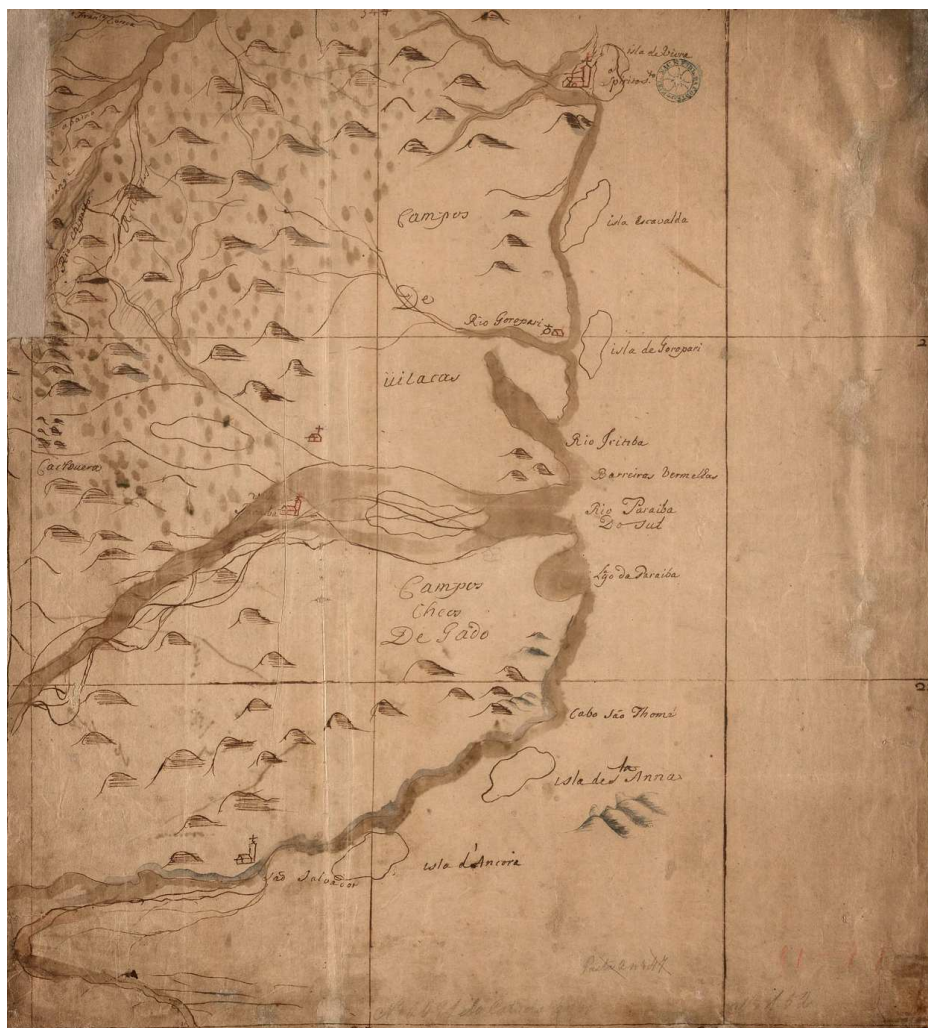
Segundo Saint-Hilaire (1974c, p. 211), Muribeca possuía 11 léguas de comprimento, que por um lado era limitada por pequenas colinas e por outro por uma cadeia de montanhas que se descobria ao longe. Navarro (1808, In RIHGB, 1845, p. 453) salienta que a grande fazenda possuía 8 e meia léguas de testada e 8 de fundo, conferidas por título de sesmaria. Já Leite (2006, Tomo VI, livro II/II, p. 153) informa que a fazenda possuía, na verdade, nove léguas e meia de testada por oito léguas e meia de interior para o sertão, constituindo, à época, uma das maiores propriedades especializadas em pecuárias do Brasil, abrangendo desde o sul do Espírito Santo, na altura do rio Itapemirim (indicação 4 da Figura 42), até a região de Campos dos Goytacazes, e englobando importantes rios como o Itabapoana (indicação 4), o Paraíba e o Muriaé (indicações 5, 6 e 7 da Figura 42). Região denominada “campos chãos de gado”, em cartografia do século XVIII (Figura 43). A maior parte das terras era proveniente de doações efetuadas aos padres pelo Conde de Castelo Melhor e pelo Governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silva e Albuquerque, em 1702.

Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 153) salienta que Muribeca conservou durante longo período a função de polo centralizador, responsável pela administração de todas as fazendas situadas no Espírito Santo.

Vivendo na órbita de Muribeca até princípios do século XVIII, o último grande centro produtor dos jesuítas do Espírito Santo, o engenho de Araçatiba, foi estabelecido graças aos esforços do reitor do Colégio de Santiago, Pe. Rafael Machado, e de benfeitores da Ordem. Entre esses, teve destaque o abastado proprietário Jorge Fraga. Falecendo em fevereiro de 1721, deixou sua propriedade e engenho de açúcar ao colégio sob a forma de “capela”, com a obrigação de missa anual na festa de Santo Inácio. O engenho se incendiou em fins desse mesmo ano, mas como as terras de Jorge Fraga ficavam dentro dos limites da propriedade já usada pelos padres em Araçatiba, o então reitor João Pereira, junto aos consultores João Matheus Faletto, Manuel Leão e Thomás Aquino, solicitou ao padre geral autorização para o recebimento legal da doação, em 15 de julho de 1722. A legalização não somente poderia

conter as possíveis dissensões com os vizinhos, como garantir que a terra, útil para o plantio de novos canaviais, fosse lavrada em benefício da Companhia. (ARSI, BRAS 4, p. 227).

Figura 43 – Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes. (S.l.: s.n.), (17--?).



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525958.jpg. Acessado em: 19 mar. 2015.

Muito antes da doação de Jorge Fraga, o catálogo já informava que, em 1715, Araçatiba já era residência e contava com a assistência do padre Manoel Dinis, *instructor servorum*²⁶⁰, e do Irmão Domingos de Souza, procurador do engenho de açúcar. (ARSI, BRAS 6, p. 71v). Segundo Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 155), em 1719, já no fim do reitorado do Pe. Rafael Machado, foram adquiridas terras litigiosas para a satisfação de alguns moradores vizinhos que sempre levantavam demandas com os padres do engenho. Satisfação

²⁶⁰ A competência indica, a meu ver, que o padre trabalhava na instrução dos muitos escravos.

contestada pelo Arcediago da Sé e Catedral do Rio de Janeiro, Antonio de Siqueira Quental, que muito ao contrário disso, afirma que os padres da Companhia para alcançarem a posse das ditas terras litigiosas promoviam, desde o reitorado do Pe. Rafael Machado, constantes vexações e ameaças aos confrontantes da fazenda.

[...] o Padre Rafael Machado Religiozo da Companhia mandou arrancar algumas lavouras dos moradores vizinhos pelos escravos do Collegio para com o temor lhes largarem as terras, e a outros lhes procurava as dívidas e os fazia executar, para por este meyo lhes tomarem as terras; e deste modo ajuntarão à dita fazenda as terras, que forão de seys, ou sete engenhos de assucar, e nellas fizeram quatro, ou cinco currais de gado que annexarão á dita fazenda. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 91v-92).

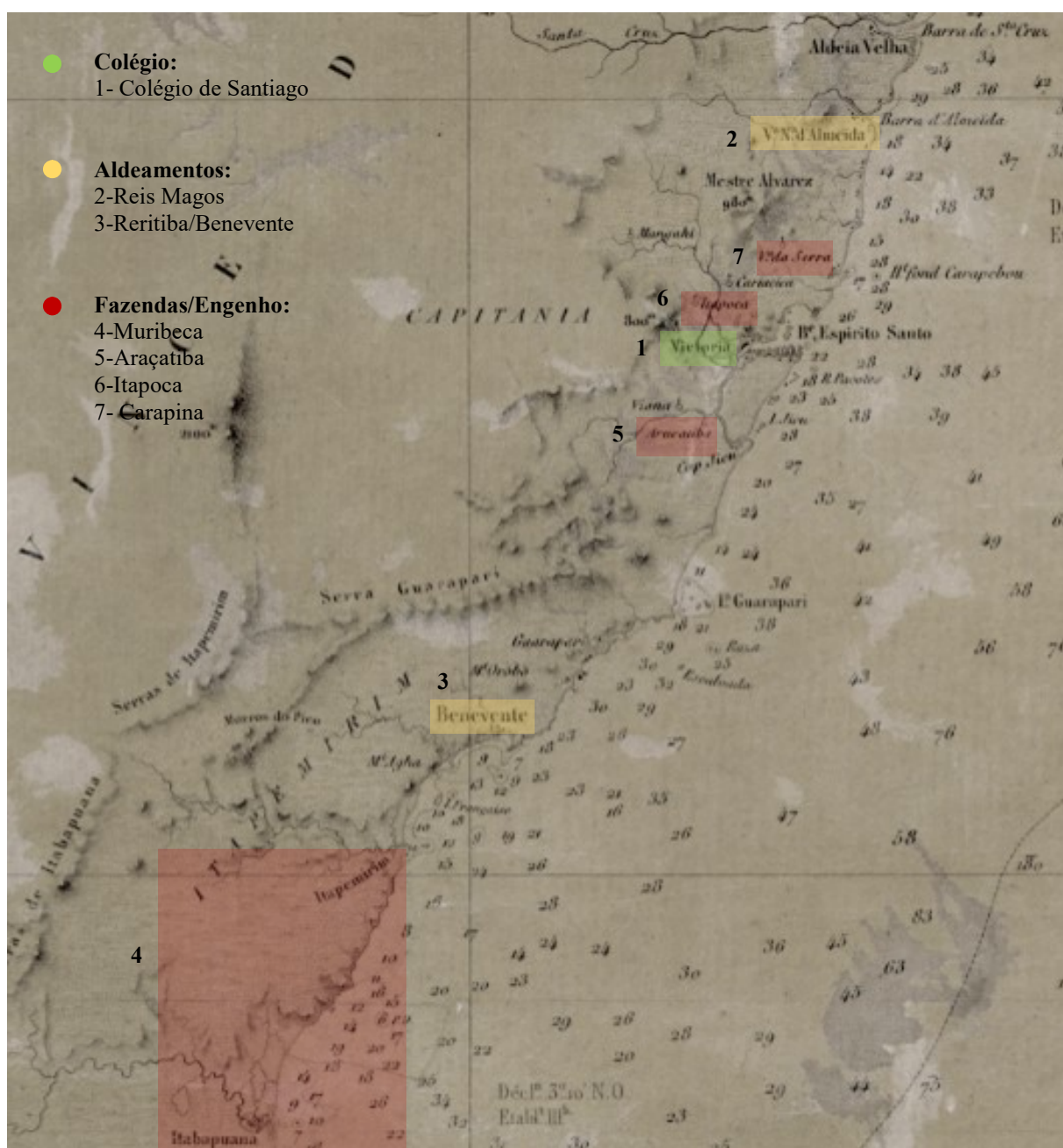
Em 1719, além da construção de um depósito para o açúcar produzido e da realização de limpeza nos campos destinados à pastagem, foi construído um navio com madeira íntegra para assegurar que os produtos expedidos chegassem com regularidade ao Colégio de Santiago. (ARSI, BRAS 10-1, p. 221).

O núcleo do grande engenho de Araçatiba (indicação 5 da Figura 44) era composto por residência, na qual viviam habitualmente dois padres, igreja, engenho, senzalas e oficinas. Possuía quatro currais – Araçatiba, Porta, Sacramento e Camboapina –, e sete datas de terra, a saber: a 1^o Araçatiba; a 2^a Jucu, desde a primeira cachoeira do rio Jucu, seguindo rio abaixo até confinar com as terras que pertenciam a Antônio Gomes de Miranda; a 3^a novamente Jucu, que principiava no morro da Betiriba, pelo rio Jucu acima, até atingir a citada cachoeira; a 4^a Jucuna, que ia da barra de Araçatiba pelo rio Jucu acima; a 5^a Camboapina, que ia até as Palmeiras; a 6^a Palmeiras, que principiava na barra do rio Una e pelo sertão acima até os fundos de Araçatiba e 7^a chamada Ponta da Fruta, que partia da costa para a terra, e perto do ribeiro até a Ponta do Cajus, para o sul, com três mil braças de testada e duas mil para o sertão. (DAEMON, 1879, p. 183). Segundo Bittencourt (2006b, p. 78), a fazenda englobava no total duas léguas quadradas de terra, nas quais predominavam extensos canaviais que avançaram até o século XIX.

Fecha-se, assim, o rol dos centros produtores estabelecidos pelos jesuítas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. No Rio de Janeiro, como visto, onde o engajamento dos inacianos na organização das grandes fazendas foi iniciado ainda no século XVI como garantia de manutenção do recém fundado Colégio Real e das casas a ele vinculadas, os polos produtores, com exceção apenas de Macaé e Campos dos Goytacazes, foram instalados ora parcialmente nas terras dos índios aldeados, nos casos nos quais os aldeamentos haviam surgido antes da

formação da fazenda a ele vinculada, como São Lourenço/São Francisco Xavier do Saco e São Pedro de Cabo Frio/Campos Novos; ora integralmente, com ocorreu aos núcleos nos quais a formações das duas estruturas, aldeamento e fazenda, ou foi concomitante, como no caso de São Barnabé/Macacu, ou foi fruto de uma ação programada, na qual sob a justificativa de defesa de uma área ainda vulnerável, o aldeamento de São Francisco Xavier foi instalado junto ao grande complexo agrícola-industrial da Companhia em Santa Cruz.

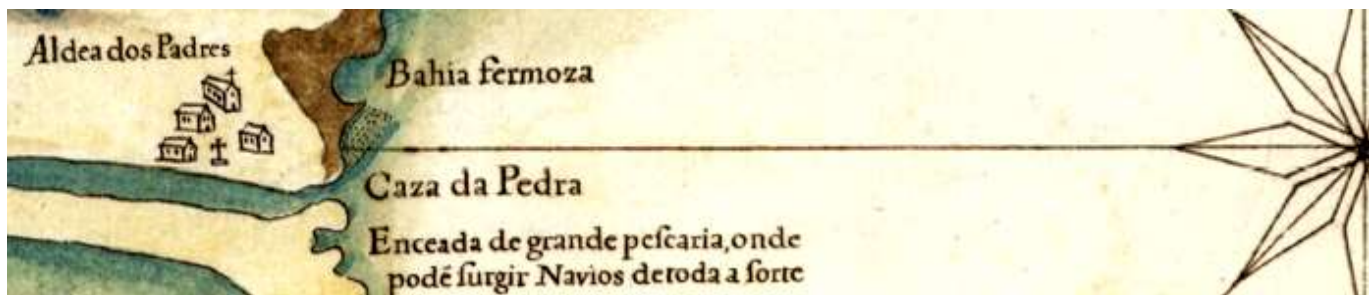
Figura 44 – Trecho da *Carte routière de la côte du Brésil*. Mouchez, A. Ernest B., 1824-1892.



Fonte: BNP. Cota C.C. 1012 R. Adaptado pela Autora (2017).

No Espírito Santo, ao contrário, como a elevação à colégio só ocorreu em meados do século XVII, a organização formal dos polos produtores foi iniciada quase um século depois. A consequência foi que, diferente da estrutura do Rio de Janeiro, as fazendas do Espírito Santo não foram instaladas em terras pertencentes aos índios aldeados. Geograficamente, não estavam sequer situadas nas proximidades dos aldeamentos. Por meio da cartografia indicada na Figura 44 é possível ter a exata dimensão dessa distância. O aldeamento de Reritiba²⁶¹ (indicação 3) aparece a meio do caminho para Muribeca (4), ao sul, e Araçatiba (5), localizada mais próxima à Vitória (1). Mais próximas ao Colégio de Santiago estavam também as fazendas de Itapoca (6) e Carapina (indicação 7). Não excluindo de forma alguma o emprego de mão de obra indígena nesses centros de produção, é importante salientar, entretanto, que à época em que esses núcleos atingiram sua estabilidade, o tráfico negreiro já estava plenamente consolidado. A próxima parte desta tese se encarregará de apontar as proximidades e distanciamentos presentes nas mais diversas dinâmicas cotidianas dos núcleos componentes da imbricada estrutura inaciana exposta até aqui.

²⁶¹ Na cartografia o aldeamento aparece já com a denominação Benevente, alteração imposta pela elevação à categoria de vila.

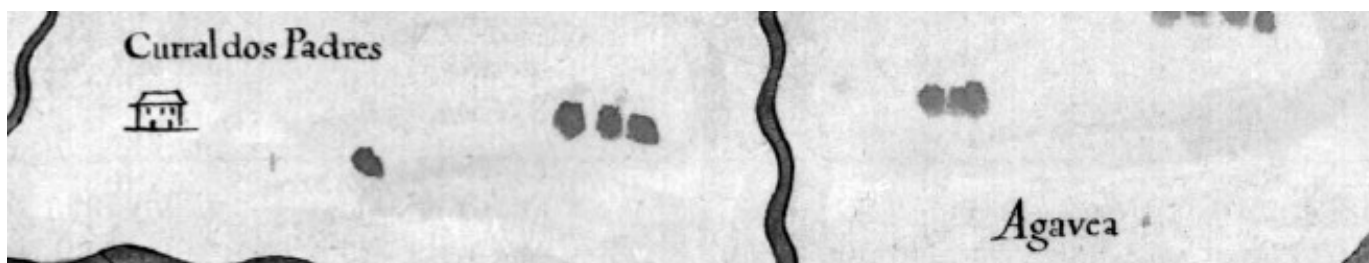


PARTE II
CONSOLIDAÇÃO, VIVÊNCIA E RUPTURAS NAS REDES DE ALDEAMENTOS

4 “ESTA TERRA É NOSSA EMPRESA, E O MAIS GENTIO DO MUNDO”: A REDE JESUÍTA NA “BANDA SUL” DO BRASIL

Pelo que tenho dito até agora, não haverá quem possa duvidar de ser hoje o Brasil a melhor e a mais útil Conquista, assim para a fazenda real como para o bem público, de quantas outras conta o Reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai destes portos, que são minas certas e abundantemente rendosas. [...]. Se cresce tão copioso o número dos moradores naturais de Portugal que cada vez mais povoam as partes que antes eram desertas, ficando muito distantes das igrejas, é justo que estas se multipliquem para que todos tenham mais perto o necessário remédio de suas almas.²⁶²

(ANTONIL, 2001, p. 334).



²⁶² Trecho pertencente a obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, do Pe. João Antonio Andreoni, cujo pseudônimo é André João Antonil.

4.1 Consolidação e ruptura na estrutura inaciana da banda sul

Dos dez aldeamentos do Espírito Santo descritos por Anchieta em 1581 (ARSI, BRAS 15, p. 328), poucos núcleos se tornaram célebres pela continuidade de seu regime administrativo. A imbricada rede jesuíta da capitania se resumia, em 1619, segundo o Pe. Antônio de Matos, a apenas quatro aldeamentos: dois de residência, contando cada qual com a assistência de quatro ou cinco padres, e dois de visita, um deles visitado pelos religiosos da Vila de Vitória, e o outro pelos religiosos que residiam em Reritiba. (ARSI, BRAS 3-1, p. 201v). A elevada quantidade de padres por residência, descrita por Antônio de Matos, foi fruto da remodelação administrativa que a partir de 1598 passou a exigir o número de quatro missionários por aldeamento. Para cumprir as imposições do centro romano, foi preciso que os jesuítas do Espírito Santo se fixassem em apenas dois aldeamentos, um ao norte, outro ao sul da Vila de Vitória, Reis Magos e Reritiba.

A exigência romana muito provavelmente contribuiu para a redução dos aldeamentos, visto que em consequência do diminuto número de missionários, os núcleos de São João e de Nossa Senhora da Conceição acabaram por abandonar suas funções de residência estável, conforme ilustra o Quadro 3. São João, por distar apenas sete léguas da Vila de Vitória, conforme afirma Pero Rodrigues em 1600, passou a ser assistido pelos padres da casa de Santiago “de 15 em 15 dias, ou pollas festas em canoa por hum rio” (ARSI, BRAS 3-1, p. 170v). Enquanto que o antigo aldeamento de Nossa Senhora da Conceição da Serra acabou por desaparecer dos registros inacianos.

Quadro 3 – Distribuição dos inacianos nos aldeamentos do Espírito Santo de acordo com os catálogos da Companhia dos anos de 1598 e de 1600.

Nome do aldeamento	Estabelecimento de conexão	Nº de jesuítas em 1598	Nº de jesuítas em 1600
Aldeamento de Reis Magos	Casa do Espírito Santo/Colégio do Rio de Janeiro	02	04 ou 05
Aldeamento de São João	Casa do Espírito Santo/Colégio do Rio de Janeiro	02	00
Aldeamento de N. S. da Assunção - Reritiba	Casa do Espírito Santo/Colégio do Rio de Janeiro	03	04 ou 05
Aldeamento de N. S. da Conceição	Casa do Espírito Santo/Colégio do Rio de Janeiro	02	00

Fonte: ARSI, BRAS 3-1, p. 170v; ARSI, BRAS 3-1, p. 201v; Castelnau-L'Estoile (2006, p. 247), adaptado pela Autora (2017).

A redução do número de aldeamentos com residência fixa já havia sido discutida pelo Pe. Inácio de Azevedo, que em 1568 considerava difícil a sustentação de tantas casas por estarem muito afastadas e por serem poucos os padres, conforme citado anteriormente (ARSI, BRAS 3-1, p. 161v). Pelo conteúdo da informação de 1619 do Pe. Antônio de Matos, é possível afirmar que muito possivelmente os aldeamentos em atividade neste ano seriam os de Reritiba, de Reis Magos, de São João e de Guarapari. Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 143), porém, salienta que constituíam aldeamentos de visita, neste mesmo ano de 1619, os núcleos de Nossa Senhora da Conceição da Serra, São João de Carapina e de Santa Maria de Guarapari, cujo orago da igreja era também dedicado à Nossa Senhora da Conceição.

O aldeamento de Santa Maria ou de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari foi residência estável dos inacianos até fins do século XVI. Com as remodelações do centro romano quanto ao número de jesuítas por unidade e a expansão missionária da Companhia ao norte e ao sul do Brasil, que tornava ainda mais reduzido o número de missionários fixados nos aldeamentos, Guarapari passou a ser assistido pelo núcleo de Reritiba. Em 1600, Pero Rodrigues descreve que “Guaraparim” era visitado “de 15 em 15 dias por aquella praya de cinco legoas de area cruel” (ARSI, BRAS 3-1, p. 170v). O núcleo inaciano permaneceu como aldeamento de visita até a donataria de Francisco Gil de Araújo, quando foi elevado à categoria de vila (Figura 45).²⁶³ Ao assumir seu novo *status*, o antigo aldeamento inaciano deixou de ser jurisdição exclusiva da Companhia, o que em grande medida motivou a saída em definitivo dos padres dessa região.

No que diz respeito à São João, embora o desejo dos jesuítas por tornar esse aldeamento uma residência fixa, habitando-o muitas vezes por longas temporadas, o núcleo foi no decorrer de sua trajetória quase sempre um aldeamento de visita (CARVALHO, 1982, p. 76). Por volta do ano de 1571, devido às instigações dos colonos portugueses, o aldeamento de São João foi quase totalmente abandonado, tendo havido uma redução considerável de sua população indígena para o número de 80 indivíduos. Os inacianos, entretanto, conseguiram no início de 1573, que parte dos índios fugidos retornassem à São João, como informa o cronista da *Historia de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias*:

²⁶³ Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (ARAÚJO, 1946, vol. III, p. 218), afirma que Francisco Gil de Araújo levantou uma igreja na vila em 1677. Carvalho (1982, p. 93) e Daemon (1879, p. 122) concordam com o ano de 1679, como o de elevação do aldeamento de Santa Maria ou de Nossa Senhora da Conceição em Vila de Guarapari. Já Azevedo (1956, p. 27), talvez baseado em Saint-Hilaire (1974b, p. 34), considera o ano de 1689 como o da possível alteração de *status* do antigo aldeamento.

Figura 45 – Villa de Guaraparim [1790].



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_CARTm_007, D. 1050.

Estos tambien con los miedos que les haziã los blancos o verdadeiros o falsos huyerõ para el desierto sabiendolo los P.^{es} fuerõ con grande priessa en su busca y tornarõ algunos poços, mas la gente principal se quedo halla mas fue N. S. servido que al principio de ano dei 73 se tornasse cõ outra mucha gente a la Iglesia de S. Juã donde el P.e Pero da Costa los visitava con mucho fructo spual porq todos los índios le teniã grande respecto por su mucha virtud y zelo de la conversion. Este Pe. fue el que sustento aquellas aldeas muchos años visitandolos y residiendo algunas vezes entre ellos.

(HISTORIA de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residencias, in ABNRJ, 1897, p. 132).

De acordo com Carvalho (1982, p. 76), o crescimento de Reis Magos configurou em caráter permanente a condição de aldeamento de visita a São João, fato que contribuiu sobremaneira para o seu posterior abandono. Em fins do século XVII, portanto, o número de aldeamentos do Espírito Santo ficou reduzido a apenas dois: Reis Magos e Reritiba. A grande teia de aldeamentos formada no primeiro século de colonização, muito possivelmente decorrente do grande número de indígenas, “os mais domesticados da costa”, e por ser a Capitania do Espírito Santo “a mais acomodada e aparelhada para a conversão” (ANCHIETA, 1988, p. 427), foi reduzida não apenas pelos motivos descritos, mas, pelo número de indígenas que, em fins do século XVII, já estava sensivelmente reduzido. Os dois grandes polos, ao norte e ao sul da capitania, passaram a concentrar não apenas as funções de conversão e aprendizado, como foram grandes centros de onde partiam as incursões ao sertão desconhecido e nos quais os estudantes da Companhia iam aprender ou exercitar a língua brasileira.

No Rio de Janeiro, ao contrário, os quatro aldeamentos fundados, ora com o objetivo de servir como frente de defesa aos pontos vulneráveis da cabeça de rede da banda sul, ora como reserva de mão de obra para os mais diversos serviços da Coroa e para as grandes fazendas inacianas, atravessaram três séculos de colonização com presença marcante e continuidade administrativa. Desses aldeamentos, todos conservam remanescentes construtivos jesuítas (Figura 46), apesar de muito modificados. Mais sensivelmente as igrejas de São Barnabé e São Francisco de Itaguaí²⁶⁴ (indicações b e d da figura 46). No que se refere aos polos produtores, ainda subsistem os edifícios de Campos dos Goytacazes, de Campos Novos e de São Francisco Xavier (indicações e, f e g da Figura 46). Da fazenda de Santana de Macaé só se conserva a antiga implantação (indicação h). De Santa Cruz só restou a ponte-represa do Guandu (Figura 68), construída pelos jesuítas em meados do século XVIII.

Dos aldeamentos do Espírito Santo, apenas permanecem como marca da ação inaciana os edifícios de Reis Magos, Guarapari e Reritiba (indicações a, b e c da Figura 47). O edifício localizado em Carapina (indicação d), dado como um provável remanescente do aldeamento de São João, ainda requer estudos mais aprofundados, como visto. Das fazendas capixabas se conservam os edifícios de Muribeca e Araçatiba (indicações e e f), com consideráveis alterações.

²⁶⁴ Esta igreja, inclusive, encontra-se em processo de restauração.

Figura 46 – Remanescentes dos antigos aldeamentos e fazendas jesuítas do Rio de Janeiro. (a) Igreja de São Lourenço dos Índios. (b) Igreja de São Barnabé. (c) Igreja de São Pedro de Cabo Frio. (d) Igreja de São Francisco Xavier de Itaguaí, no início das obras de restauração. (e) Campos Novos. (f) Campos dos Goytacazes. (g) São Francisco Xavier. (h) Santa Ana de Macaé.



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)



(g)



(h)

Fonte: Autora (2015, 2016).

Figura 47 – Remanescentes dos antigos aldeamentos e fazendas jesuítas do Espírito Santo. (a) Reis Magos, na atual Nova Almeida. (b) Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari. (c) Igreja de Nossa da Assunção em Anchieta, antiga Reritiba. (d) Igreja de São João de Carapina. (e) Igreja de Nossa Senhora das Neves, da antiga Muribeca. (f) Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Araçatiba.



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)

Fonte: Autora (2015).

Os tópicos a seguir serão dedicados à vivência dos núcleos consolidados pelos jesuítas nas duas regiões, dando especial destaque ao complexo processo de ressocialização dos povos indígenas nos aldeamentos e fazendo o possível para resgatar a história das disputas, conflitos e negociações que permearam o cotidiano de padres, índios e negros inseridos na missão inaciana. Missão que trabalhava para transformar gentios em súditos reais para a maior glória de Deus, do rei e do Estado português.

4.1.1 A vida nos colégios, aldeamentos e fazendas

Como destaca Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 143), os aldeamentos brasileiros atendiam a mesma tríplice finalidade: a conversão por meio da catequese; do trabalho estável, pessoal ou de caráter público; e da solidariedade política na defesa da empresa portuguesa colonial. São comuns os documentos solicitando índios aldeados para os mais diferentes serviços. Dom João de Lencastro, em 15 de setembro de 1701, pede que o reitor do Colégio de Santiago “lhe mande dar os Índios necessários, das Aldeias da Araraíba [seria Reritiba ou Araçatiba?], e dos Reis Magos” (CARTA para o Reitor do Collegio do Espirito Santo, 1701, in DH-BNRJ, 1929, vol. XI, p. 289) para acompanhar ao descobrimento das minas de ouro. Em 1703, Dom Rodrigo da Costa informava à Francisco Ribeiro, capitão-mor da Capitania do Espírito Santo que

Ao Padre Reitor da Companhia disse, escrevesse aos Superiores das Aldeias dessem os Índios necessários, advertindo-os de que haviam de ser castigados

os que se retirassem da jornada a que iam. Elle me respondeu, que a repugnância dos Indios procedia de lhe faltarem com a satisfação do seu trabalho. Se assim é, Vossa Mercê deve evitar esta queixa, e quando não, siga Vossa Mercê a ordem que lhe dei, para poder tirar os Indios que lhe fossem necessários das Aldeias, donde os houvesse, não lhe faltando nunca com a paga que é estylo dar-se nessa Villa. (CARTA para Francisco Ribeiro, 1703, In DH-BNRJ, 1929, vol. XI, p. 343).

Os índios solicitados eram necessários para a construção de nova fortaleza na Vila de Vitória.²⁶⁵ A correspondência revela o que se tornava rotina no emprego da mão de obra indígena: os maus tratos e o não cumprimento das questões contratuais, como a devida remuneração pelos serviços realizados. Os problemas relacionados à repartição dos índios aldeados ocorriam muito em consequência das brechas contidas nas leis. A Lei de 1611, por exemplo, promulgada em resposta à violenta reação dos colonos contra a Lei de Liberdade de 1609, estabelecia que os índios aldeados deveriam ser repartidos a quem deles necessitasse, não constando nenhuma cláusula quanto ao número de índios que deveria permanecer nos aldeamentos ou quanto à fixação de um tempo de ausência. A documentação revela, contudo, que estas foram sempre preocupações de jesuítas e autoridades que, para a manutenção do funcionamento dos aldeamentos e o atendimento necessário dos serviços da Coroa, procuravam, essencialmente, garantir um número mínimo de índios nos núcleos, assim como um sistema de rodízio, limitando um tempo máximo de ausência dos aldeados para o trabalho. Tais questões sofriam alterações conforme as inúmeras leis que se faziam e se cumpriam no cotidiano brasileiro, conforme as necessidades e a pressão dos interessados e do contexto político e econômico que levava ao Estado português a favorecer ou dificultar o acesso dos colonos aos trabalhadores aldeados. Os documentos, como os citados, dão conta que por vezes foram despachadas ordens para que os padres cedessem os índios necessários aos serviços da Coroa, de autoridades ou de moradores, o que nem sempre foi cumprido. Também não foram poucas as denúncias dos moradores contra os padres a despeito de não cederem índios, pois os mesmos trabalhavam em favor exclusivo da Companhia. Em contrapartida, inúmeras as reclamações dos inacianos contra autoridades e colonos por retirarem dos aldeamentos mais índios do que o permitido, desrespeitando os termos estabelecidos no contrato, no que se referia ao sistema de rodízio, ao tempo máximo de ausência e ao devido pagamento dos índios aldeados. Houve ocasiões, nas quais por necessidade do serviço real ou pelo esvaziamento dos aldeamentos, em que se ordenou o retorno imediato de todos os índios

²⁶⁵ Uma das fortalezas da vila, denominada de Santo Inácio ou de São Maurício, como visto, ficava dentro da cerca dos jesuítas.

aos núcleos da Companhia. Foram comuns também as queixas sobre a prática de se promover o casamento de índios com escravos, para impedir que os mesmos índios retornassem aos seus aldeamentos de origem. (ALMEIDA, 2013, p. 227-228).

Em carta de 18 de janeiro de 1645, enviada ao rei, o governador Francisco de Soutomaior relatava que dos aldeamentos de que tinham os jesuítas administração espiritual e temporal eram poucos os índios, “tam necessários para as fortificações”, liberados pelos padres para os serviços públicos.

[...] desses poucos que acodem ao trabalho he com tanta repugnância sua e dos mesmos Religiozos que não obstante que se lhe dão muito bom trato; receo que de todo me venhão a desamparar as obras, porque chegando a ter duzentos no serviço dellas, logo que aqui cheguey, oje me acho com dezoito. (AHU_CU_017, Cx. 2, D. 135, p. 3v-4).

O governador segue informando que o principal do aldeamento de Mangaratiba, se recusava a lhe ceder os índios solicitados, alegando que os mesmos só obedeciam ao general Salvador Correia de Sá (AHU_CU_017, Cx. 2, D. 135, p. 4-4v). O conteúdo da carta revela o quanto eram ativos os índios nas decisões sobre seu trabalho fora dos aldeamentos, contrariando a arraigada ideia de que nas contentas entre jesuítas e colonos, os índios foram meros objetos dessas disputas, não manifestando qualquer interferência nas decisões sobre o seu próprio trabalho. Além da repugnância apresentada pelos índios nos trabalhos fora dos aldeamentos, observada nas cartas de Dom Rodrigo da Costa, descrita acima, e do governador Soutomaior, são inúmeras as alegações inicianas de que os próprios índios se negavam aos serviços solicitados por colonos e autoridades. Não se deve desmerecer a influência exercida pelos padres, relatada com todo fundamento em muitas denúncias, mas é importante reforçar que a decisão, certamente, era dos índios. A imposição da vontade indígena é claramente descrita na missiva do Pe. Francisco de Moraes de 1646, que afirma “nam he de espantar que ia hoje sejam contra nos e nos com elles nam possamos fazer nada” (ARSI, BRAS 3-1, p. 256). Queixa formulada no conturbado período da crise vivida em São Paulo e no Rio de Janeiro por ocasião da publicação do Breve de Urbano VIII, em favor dos índios. Período esse, em que os padres ansiavam por abandonar os aldeamentos em caráter definitivo. E para tanto, o padre justificava:

[...] he notavel desaforo em que estam em nam quererem hir servir senam a quem lhes querem, e pello preço que elles querem, e se os obrigamos, auzentam se daldea em quanto aquelle superior que os mandou assista nella, e os brancos com isto desadoram, dizendo que os nam queremos dar, e que

sam invenções nossas pellos nam darmos, como tambem pedirem por seu trabalho preço excessivo ser por nossa instrucçam odiando nos com os moradores que nos nam podem tragar. (ARSI, BRAS 3-1, p. 256v).

Francisco de Moraes seguia com suas queixas informando que em sua visita à São Barnabé encontrou esse aldeamento diminuído e decaído, por estarem seus índios implicados com os brancos das vizinhanças. Tentou deslocá-los para um sítio em que ficassem afastados da “occaziam de suas maldades, perdiçam, e mortes” (ARSI, BRAS 3-1, p. 256), mas os índios ameaçaram se levantar contra os padres. Os mesmos índios abandonavam o trabalho estável no aldeamento, entregavam mulheres e filhas aos colonos e feitores, e quando os padres os repreendiam, respondiam à altura, e por isso “fica provado, como nam convem estarmos com os ditos índios nem por serviço de Deus, nem del Rey pois os não pudemos ia hoje conservar” (ARSI, BRAS 3-1, p. 256v).

A seguinte rezam que me move a apresentar assi estas rezões he ver o intranhavel ódio que estes moradores nutrem dizendo que se não foram os indios nos ouveram de adorar, logo por elles padecemos? Que virtude he padeceremos por indios que nos estam vendendo, e expulsando de suas Aldeas, com nam quererem seguir o que lhes dizemos e pregamos, como o faziam aquelles por quem os padres antigos padeçiam defendendo sua innocencia e liberdade; porem por estes que querem que nos acomodemos a elles, e a suas maldades, acho que nos manda Christo sacudamos os pes, e nos ponhamos em cobro; fazendo pella honra, e reputaçam da Companhia. (ARSI, BRAS 3-1, p. 257).

O abandono dos aldeamentos foi comunicado tanto ao governador Salvador Correia de Sá, quanto ao rei. Ao segundo, os padres declaravam abertamente que se não fossem dadas ordens eficazes para o cumprimento das leis, o remédio seria desobrigar os padres da administração dos aldeamentos. (ARSI, BRAS 3-1, p. 250-250a). Como resposta, El-Rei Dom João IV ordena:

[...] me pareceu encomendar-vos muito como por esta faço queirais ordenar que os referidos religiosos tornem para suas aldeias que têm à dita capitania, porquanto havendo de correr com administração delas pessoas particulares será total ruína dos gentios e se virão de todo a perder e destruir e ao Governador dessa Capitania e Câmara dela.mando ordenar que a aldeia de São Barnabé se mude para a parte que os religiosos da Companhia a quiseram mudar que é ao pé de quatro léguas donde está mais perto do mar e donde quasi é o mesmo caminho para acudir aos rebates da cidade e se escusa estar entre os engenhos de donde lhes vem todo o dano e que a aldeia de São Francisco Xavier a possa mudar para a Marambaia ou Mangaratiba digo que também são três léguas do sítio aonde está nas paragens de mais defensão das barras de Marambaia e Cairusú que é para o que se fundou

naquela paragem por ordem dos senhores reis meus antecessores e a de São Lourenço que consta de quarenta casais se não deve bulir nela por ficar uma légua da cidade e donde acode a fortaleza de Santa Cruz. (CARTA de El-Rei Nosso Senhor Dom João Quarto para o Padre Provincial da Companhia de Jesus da Província do Brasil, in DH-BNRJ, 1944, p. 100-101)

A Coroa cedeu aos apelos dos padres e estabeleceu medidas para que fossem mudados os aldeamentos de São Barnabé e de São Francisco Xavier. Não se deveria, no entanto, bulir no aldeamento de São Lourenço, pela sua proximidade com a cidade e com a fortaleza de Santa Cruz, fazendo não apenas as vezes de guarda da entrada da barra, como concentrando reais possibilidades de atender com maior presteza aos recrutamentos em caso de perigo. Prova de que no jogo de interesses de seus agentes, a Coroa soube fincar pé em questões que julgava serem essenciais para o sucesso e segurança da empresa colonial.

É indiscutível também que a vontade dos índios muitas vezes prevaleceu e influenciou a própria legislação reinol. A repartição dos índios para o trabalho que até então ficava a cargo de um capitão-mor escolhido entre os mesmos e que possuía o dever de intermediar as negociações junto ao superior dos aldeamentos, foi delegada, em princípios do século XVII, a capitães de origem portuguesa. Em carta de 16 de junho de 1614, do Pe. Anrique Gomez, informa que os índios dos aldeamentos do Espírito Santo se recusavam a aceitar capitães brancos em suas terras. A contenda foi abafada pela ameaça dos padres de se retirarem dos núcleos, visto que “a mesma dificuldade ouve em Pernambuco, e alguns [índios] os não aceitarão contudo, e os que os tem fazem tão pouco caso deles, que tudo fica no mesmo estado que dantes” (ARSI, BRAS 8-1, p. 173v-174). A insatisfação dos índios culminou na proclamação de novas ordens régias, que novamente pregavam que um habitante de origem indígena, escolhido pelos padres, ocuparia o posto de intermediação nos aldeamentos.

No cotidiano dos aldeamentos, portanto, padres e índios seguiam equilibrando com suas respectivas negociações as sempre precárias garantias com as quais conviviam. Os padres fazendo necessárias alterações de sítio, que não somente deixavam afastada a nefasta influência branca, como atendiam com mais eficiência às necessidades das fazendas da Ordem, já que os citados descolamentos promovidos nos aldeamentos do Rio de Janeiro visaram terras pertencentes à Companhia de Jesus. Os índios seguiam impondo suas vontades, fosse contra a intromissão de capitães brancos, fosse contra as severas imposições dos padres. Os contextos nem sempre foram favoráveis, mas persistiam em suas barganhas, exercendo um papel sempre ativo, bem diferente da opacidade a eles atribuída. Iam lidando os padres com essas barganhas, ora se impondo, devidamente amparados pela Coroa, ora cedendo, reconhecendo o quão essencial era o papel dos índios no funcionamento da colônia brasileira.

Não apenas para os serviços de brancos e padres os índios eram necessários. Como visto, os índios foram prioritariamente empregados nas obras públicas e entre elas a construção e a devida manutenção das fortalezas foi sempre matéria de grande importância. Mais do que o Espírito Santo, o Rio de Janeiro ocupava posição bastante estratégica e a fortificação da cidade constituiu uma das grandes preocupações das autoridades durante todo o período colonial. A cidade não apenas se firmou por meio da guerra de conquista e se manteve como área de investida de estrangeiros durante os séculos XVII e XVIII, como foi a peça-chave na integração do Atlântico sul, estabelecendo a ligação entre Angola e Buenos Aires por meio do tráfico negreiro do qual se tornou o maior porto redistribuidor. O mercado de escravos negros existente no século XVII, entretanto, não dispunha de uma clientela local expressiva, sendo a mão de obra indígena a principal força motriz da capitania. O comércio de escravos africanos no Rio de Janeiro só se desenvolveu significativamente no decorrer do século XVIII. Embora isso se justifique, *grosso modo*, pelo desenvolvimento da economia e das atividades produtivas, não se pode minimizar a diminuição das possibilidades de aproveitamento da mão de obra indígena como mais uma importante variável. (ALMEIDA, 2013, p. 224-225). No que se refere ao Espírito Santo, conforme salienta Bittencourt (2006, p. 125), os registros substanciais de escravos africanos remontam ao ano de 1621. De qualquer das formas, a escravidão indígena não perdeu seu papel de destaque na capitania. As muitas entradas empreendidas, que tinham por pretexto a procura por metais preciosos no interior ainda não desbravado, podem em certa medida explicar, segundo o autor, a grande quantidade de indígenas no seio da população colonial do Espírito Santo.

A questão da substituição da mão de obra indígena pela escrava negra foi matéria de discussão para o influente Pe. Antônio Vieira já em meados do século XVII. Com uma visão clara dos problemas enfrentados pelos inácianos na região Norte no que dizia respeito a questão do emprego da mão de obra indígena, Vieira formulou seu parecer e possíveis soluções para a questão, revelando uma aguçada percepção nas questões de ordem econômica. Como primeira medida aconselhava que se proibissem as entradas aos sertões e os resgates, e fossem declarados livres todos os já resgatados, independentemente da forma como se tornaram escravos.

Este remédio, Senhor, verdadeiramente é o mais efetivo de quantos se podem representar; mas é dificultosíssimo e quase impossível de praticar, como a experiência tem mostrado em todos os tempos, e muito mais nos motins deste ano, fundados todos em serem os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam. O meio que me parece mais conveniente e praticável (como já se tem começado a executar) é

examinarem-se os cativeiros, e ficarem livres os que se acharem livres, e os cativos os que se acharem ser cativos.²⁶⁶ (VIEIRA, 2008, p. 238).

Vieira aconselhava que fossem oferecidos meios de se empregar a mão de obra escrava de negros trazidos de Angola, “por serem os índios menos capazes do trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto de suas terras, mais facilmente fogem ou os matam as saudades delas”²⁶⁷ (Ibid., p. 430). E a fuga dos índios não era em vão. Em missiva de 1654, o padre informava ao provincial do Brasil:

Aqui será bem que se note que os índios são os que fazem as canoas, as toldam, as calafetam, os que as velejam, os que as remam, e muitas vezes, como veremos, os que as levam às costas, e os que, cansados de remar as noites e os dias inteiros, vão buscar o que hão-de comer eles e os portugueses (que é sempre o mais e melhor); os que lhes fazem as casas, e, se se há-de marchar por terra, os que levam as cargas e ainda as armas às costas. Tudo isto fazem os tristes índios, sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães e outros nomes muito mais afrontosos; e o melhor galardão que podem tirar destas jornadas os miseráveis é acharem (o que poucas vezes acontece) um cabo que os não trate tão mal. Jornada tem havido em que, dos índios que partiram, não voltaram a metade, porque o puro trabalho e mau-trato os mataram. (VIEIRA, 2008, p. 282-283).

Substituída a mão de obra indígena pela escrava negra, seria conveniente descer dos sertões os índios livres em maior número possível, destinando-os as atividades que mais fossem aptos. Quanto à falta de dinheiro da população do Maranhão Grão-Pará para a aquisição de escravos de Angola, Vieira aconselhava que fosse concedido um empréstimo de aproximadamente 60 mil cruzados por conta da fazenda real, para que fossem adquiridos duzentos escravos, entre homens e mulheres, na Bahia ou em Pernambuco. Tanto o governador, quanto o curador real da província, ficariam encarregados pela distribuição e consignação gratuita dos escravos a cinquenta moradores, “com cabedal e indústria, quatro a cada um para que plantassem cacau, baunilha, anil e outras drogas de maior utilidade” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 182). O que fosse produzido, segundo Vieira, deveria ser dividido em duas metades, uma destinada ao produtor, e a outra, também dividida em duas partes, deveria atender ao governador e ao procurador. A proposta de Vieira de certa forma foi acatada, pois as leis que se seguiram previam que o trabalho ameríndio fosse sendo progressivamente suplantado pelo fornecimento regular de escravos negros, por meio de companhia escravagista formada para esse propósito específico. Como afirma Boxer (1969, p. 292), a

²⁶⁶ Carta enviada ao Rei João IV em 20 de maio de 1653.

²⁶⁷ Carta de 12 de fevereiro de 1661, remetida à Câmara do Pará.

pretensa companhia já nasceu morta, e o emprego da mão de obra indígena permaneceu soberano na região, sendo largamente aproveitado, inclusive, pelos próprios inacianos, conforme consta no já citado *Regulamento das Aldeias*, proposto pelo próprio Pe. Antônio Vieira. (apud LEITE, 2006, tomo IV/livro II/II, p. 110-111).

Ao contrário do escravo negro, como alternativa para a exploração máxima de recursos com pouco investimento de capitais, o emprego da mão de obra indígena foi também uma importante força de defesa tanto no Rio de Janeiro, como no Espírito Santo. Por ocasião da invasão holandesa na região Nordeste, referindo-se aos cuidados de defesa da cidade do Rio de Janeiro, em 1626, Antônio Vieira informa que

[...] determinou o Sr. Governador Martim de Sá fortificar em primeiro lugar o recebimento da praia, e para isso pediu aos nossos padres ajuda de índios. Foram chamados com toda a brevidade, e com a mesma chegaram e se distribuíram pelos moradores, para que cada um com eles trabalhasse na parte que lhes coube.²⁶⁸ Mandou o padre reitor em particular entrincheirar a testada do nosso colégio e ajuntar grande número de arcos e frechas para, no conflito, acudir e prover os que estivessem faltos de armas. O mesmo cuidado houve da nossa parte em fazer ajuntar os índios para o edificio de uma fortaleza que, no mesmo tempo, se levantou na barra. Gastaram-se nela alguns meses, e do colégio se dava a maior parte dos mantimentos para os trabalhadores [...]. Foi tal a obra que todos estimaram e estimam muito, e os da Câmara, com os mais principais da terra, o agradeceram muitas vezes aos padres; e com razão, porque, na verdade, ou se não houvera de fazer, ou ao menos não saíra tão boa e forte, se eles, além de trazer e sustentar os índios, não estiveram presentes, nem assistiram com suas pessoas em todo o tempo que nela se trabalhou. (VIEIRA, 2008, p. 65-66).

Em 1640 ocorre outro episódio de grande perigo no Espírito Santo. A carta ânua que narra o acontecimento dá conta de nove naus holandesas e oitocentos homens de guerra na barra da Vila de Vitória.

[...] por acodirem logo com toda a pressa os padres que estavam nas aldeas trazendo consigo todos os Índios que podião servir para a guerra, assistindo nos postos de mais perigo e animando a todos a defender valorosamente a Ley, a Patria, a honra do nome portugues. (ARSI, BRAS 8-2, p. 583).

Os padres rogaram pela proteção do “glorioso Sam Mauricio orago da nossa igreja e Patrão daquela Capitania, o qual a vista de todos estava assi patente”. A casa do Espírito Santo foi centro de abastecimento e hospital “acudindo aos sãos com o mantimento que

²⁶⁸ Por meio da *lista dos índios das aldeas desta capetania feita a nove dabril de seis senttos e trinta* (in ABNRJ, 1940, p. 66-71) é possível afirmar que foram escalados 403 índios válidos e disponíveis que foram repartidos pela cidade e entre as fortalezas de Santa Cruz e São João.

naquela pobre casa avia, curando com grande charidade os poucos feridos que ouve na batalha, e enterrando na nossa igreja alguns, que no conflito morrerão”. Segundo o relato, a ajuda maior, porém, foi a “continua oração que assi fazião os 8 religiosos da Companhia” (ARSI, BRAS 8-2, p. 583) que estavam na casa de Vitória.

Com os índios deslocados para os serviços nas fortalezas e na defesa dos principais núcleos de ocupação portuguesa, ficavam os aldeamentos sem os seus “homens de força” e, por isso, desprovidos dos mantimentos necessários à sustentação.

Nas aldeias que pertencem a este colégio [do Rio de Janeiro], além do trabalho grande em ajuntar e mandar índios para a fortificação da cidade, tiveram os nossos outro muito maior, e foi que, sendo mandados os índios, homens de força, para a guerra, e por isso faltando nelas, ficaram os velhos, mulheres e crianças sem o necessário para passar a vida, que aqueles cada dia lhes buscavam e davam. (VIEIRA, 2008, p. 67).

As fortalezas não eram as únicas obras públicas nas quais se empregavam os índios. Uma carta do século XVII, não datada, de autoria de André Soares de Sousa, trata das divergências sobre o pagamento dos índios que trabalhavam na construção do Aqueduto da Carioca.

Dizem os oficiais do Senado da Cidade de S. Sebastiam do Rio de Janeiro, que elles autualmente [sic] estão constinuando a obra da condução da agoa da Carioca para a cidade como Vossa Magestade foy servido mandar determinar; a qual obra se não pode fazer sem assistencia dos indios, que são os trabalhadores que naquelas partes costumão trabalhar e sempre foy uso e costume, dar-se-lhe de seu jornal, asy nas obras do dito Senado, como nas dos engenhos dos particulares, de comer todos os dias e no cabo do mez suas tantas varas de algodam e por hora o Reverendo Padre Reytor da Companhia da ditta cidade lhe altera este antigo costume, querendo que se dem aos ditos indios quatro vinténs cada dia [...], ao que Vossa Magestade deve ser servido não lhe dessem, porquanto todo atendimento do subsidio pequeno aplicada a ditta obra, não será bastante só para os jornais dos ditos índios, por serem muytos os que trabalham na ditta obra. (apud FREIRE; MALHEIROS, 2009, p. 92).

Pelo relato se apreende que os índios que trabalharam no aqueduto eram muitos. Deveriam ser muitos também, os que foram empregados na abertura do caminho grande do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, os que conduziram as “cunhas e mais materiais da Caza de moeda e fundição das Minas” (AHU_CU_017, Cx. 18, D. 2038)²⁶⁹, os que perseguiram os

²⁶⁹ “Como também todo o mais serviço pertencente as fortificações”, assim como a defesa contra os inimigos é uma função dos índios. O relato da importância do índio junto à manutenção da paz e da ordem do Estado

escravos negros fugitivos, os que atacavam os seus quilombos e os que se dedicaram ao corte de madeiras, primeiro serviço prestado pelos índios aos europeus, tanto no setor público, quanto no particular, e que assim se manteria até o século XIX²⁷⁰. Segundo Almeida (2013, p. 236), os índios aldeados serviam também ao rei em serviços agrícolas, como evidencia a ordem régia de 1701, conforme a qual, ao invés de vender as datas dos ribeiros, o governador deveria lavrá-las por conta da Fazenda Real, “fornecendo ao encarregado mantimentos e índios, sem tirar mais que cinco de cada aldeia, trocado-os a cada ano para não ‘perderem o amor às suas aldeias’”.

No que se refere ao trabalho junto aos colonos, é bem possível que a maioria dos índios tenha sido recrutada para os serviços nas lavouras e pastagens, para o acompanhamento de expedições ao sertão e para a realização de funções domésticas. A esse respeito, Debret, já no século XIX, ilustra um rico panorama:

Muito antes da nossa chegada ao Rio de Janeiro, já havia grande número de caboclos empregados no serviço particular dos ricos proprietários do interior do Brasil, os quais logo puderam apreciar as qualidades pessoais desses trabalhadores indígenas semi-selvagens; a experiência provava que era possível fazer deles servidores dedicados e capazes, sob uma aparência apática, de se devotarem generosamente aos interesses de seus senhores. Seus filhos, já criados na civilização, tornam-se, com doze ou catorze anos, excelentes criados, inteligentes e vivos, e intrépidos cavaleiros, caçadores e nadadores, qualidades preciosas para viajar com os amos. Encontram-se, no Rio de Janeiro mesmo, alguns velhos e fiéis servidores de grandes personagens, antigos governadores de província, que os trouxeram consigo para a capital. Tão espertos e robustos quanto os negros, empregam-se de preferência nas fazendas do interior; mas, como os mulatos, adquirem facilmente os vícios da civilização. (DEBRET, 1985, vol. 1, p. 80).

Além dos moradores, já está mais do que provado que os inacianos também utilizavam o trabalho indígena nos colégios, casas e fazendas da Ordem. Por vezes, os mesmos índios formaram uma espécie de exército particular dos padres. Como destaca Almeida (2013, p. 237-238), o aproveitamento das tradições guerreiras dos índios aldeados ocorreu tanto na ocasião do litígio entre os jesuítas e os beneditinos, em Cabo Frio, quando os índios atacaram e destruíram fazendas e currais dos padres de São Bento, como também quando os inacianos

português é usado pelo Pe. Luís de Albuquerque em seu requerimento de 1727, no qual solicitava provisão régia que determinasse a permanência da pescaria dos índios do aldeamento de Cabo Frio no porto da Ponta dos Búzios e que em momento algum fossem molestados pelos moradores daquela vila. (AHU_CU_017, Cx. 18, D. 2038).

²⁷⁰ É de 2 de junho de 1663, por exemplo, a ordem para que fossem cedidos aos moradores da Capitania do Espírito Santo índios dos aldeamentos da Companhia para o corte do pau-brasil, sem os quais não se poderia cumprir com a obrigação de contribuir para o dote da infanta e para a Pax com a Holanda. (BNRJ, I, 06, 3, 021).

se indispuseram com o administrador da armação das baleias na Ponta dos Búzios, o que gerou ameaças por parte dos padres de que os seus índios aldeados dali o expulsariam.

Por tudo esboçado até aqui, é possível afirmar que, de forma geral, os índios trabalharam como agricultores, guias, caçadores, flecheiros, remeiros, cortadores de madeiras, carregadores, ou seja, em atividades desde sempre conhecidas pelos indígenas e para as quais não eram necessárias especializações. Não obstante, muitos aprendiam com seus mestres jesuítas ofícios para os quais se mostravam mais aptos. Isso porque as necessidades coloniais forçaram, desde muito cedo, os padres a assumirem as competências de médico, enfermeiro, farmacêutico, barbeiro, advogado, agricultor, arquiteto, pedreiro, entalhador, carpinteiro, ferreiro, alfaiate, livreiro, pescador, piloto, construtor naval, dentre muitas outras funções fundamentais para a vida de jesuítas, dos índios aldeados e da população em geral. Os núcleos formados pelos edifícios dos colégios, casas, aldeamentos e fazendas necessitavam da manutenção de uma rede de ofícios dos membros da Ordem, fosse para a rotina trivial dos serviços domésticos – cozinheiro, dispenseiro, refeitoreiro, porteiro, roupeiro, faxineiro, comprador ou sacristão –, fosse para os serviços mecânicos, como o dos tecelões, oleiros, torneiros e administradores. Todas essas atividades convergiam para um único objetivo: a sobrevivência e crescimento da missão e a solidez do edifício da cristandade.²⁷¹

Aos meninos índios era dedicada uma atenção especial por parte dos padres. “Estudavam, aprendiam a ler, exercitavam nas suas oficinas alguns ofícios em que tornavam-se insignes; não poucos esculptores causaram um dia admiração e espanto á velha Europa com a perfeição de suas obras” (SILVA, 1854, p. 139). O trabalho de entalhe realizado no retábulo do altar-mor da igreja do aldeamento de Reis Magos, é um exemplo desse tipo de admiração. Finalizado possivelmente no ano de 1701, supõe-se que o seu traçado erudito tenha sido elaborado por um jesuíta, enquanto sua execução ficou a cargo dos índios²⁷². Isso pela junção de elementos mais trabalhados, como as colunas salomônicas e as características gerais de composição e proporção, com a rusticidade do trabalho de talha, que retratava entre outros elementos, caras de felinos e cobras coroadas (Figura 48). Os índios

²⁷¹ Segundo Leite (2008, p. 28), os jesuítas fundaram nas primeiras décadas do século XVII as confrarias dos oficiais mecânicos, que englobavam, na verdade, todos os ofícios locais. As primeiras foram fundadas em Pernambuco e Bahia em 1614, logo seguida pela do Rio de Janeiro, instituída em fins deste mesmo ano ou em princípios de 1615. As atividades desenvolvidas pelos inicianos eram, assim, de fundamental importância, visto que a terra era quase que totalmente desprovida de profissionais com ofícios específicos, o que possibilita afirmar que a prática missionária era também difusora de técnicas de produção.

²⁷² Saint-Hilaire (1974b, p. 65) não apenas atribui a construção da casa e igreja jesuíta aos indígenas, como o próprio aldeamento que, segundo ele, foi quase totalmente erguido pelos índios civilizados.

deixaram marcas também em São Lourenço, visto que a eles se atribuem os rústicos desenhos no piso em tijoleira que compõe a área do altar-mor (Figura 49).

Como também discutido por Almeida (2013, p. 238-241), caberia ainda refletir sobre a possibilidade de os aldeamentos terem se especializado em determinados serviços, que variavam conforme os diversos contextos, as necessidades de autoridades e moradores, e em acordo com o perfil dos índios que os habitavam.

No Espírito Santo, conforme já exposto, os dois grandes aldeamentos de Reritiba e Reis Magos, muito provavelmente pela abundância de índios sempre presente na descrição da maioria dos cronistas, se transformaram em dois grandes centros de aprendizado da língua brasileira dos quais partiam as incursões para interior das terras²⁷³.

As funções de aprendizado em Reis Magos foram, *grosso modo*, mais relevantes. Os catálogos da Ordem apresentam registros recorrentes para esse aldeamento nos de irmãos estudantes sempre acompanhados da menção: *aprende a língua*.

Figura 48 – Retábulo do altar-mor de Reis Magos. Destaque para a representação zoomorfa que adorna as extremidades do retábulo.



Fonte: Autora (2015).

²⁷³ Incursões que não apenas visavam os descimentos, conforme visto, mas que muitas vezes se destinavam as descobertas: Reritiba associada às Minas Novas do Castelo (Figura 28) e Reis Magos o centro de onde partiam as expedições à Serra das Esmeraldas (Figura 20). Leite (2006, tomo VI, livro III/I, p. 183-185) chega a afirmar que os inacianos conheciam muito bem o território das Minas Gerais muito em função das entradas promovidas pelos padres do aldeamento de Reis Magos.

Figura 49 – Altar-mor da Igreja de São Lourenço dos Índios. Detalhe do piso em tijoleira do altar-mor com os desenhos que se atribuem aos índios.



Fonte: Autora (2016).

Apesar dos catálogos da Ordem se referirem a Reritiba como um aldeamento de grande movimento catequético, acredito que, por sua proximidade com Araçatiba, é bem possível que os índios desse aldeamento tenham atendido também aos serviços que exigia a lida no grande engenho.

Por meio da missiva inaciana de 1698 é possível vislumbrar como eram então esses dois aldeamentos:

El Collegio de S. Thiago ou la Villa del Sp^{to} S^{to} tiene sugetas dos Aldeas, a que acude com las ordinárias del vestuario a los Religiozos, que en ellas asisten: una con invocacion de los S^{tos} Reyes Magos distante del Collegio siete leguas por la parte del Norte. Consta esta Aldea de sietecientas y sesenta y quatro almas; y en ella asisten dos Religiozos, que les enseñan la doctrina Christiana, y acuden a sus necessidades, como en las demais Aldeas: y en ella tambien se celebran los officios Divinos con gran azeo y devocion; porque son los Indios que en ella asisten mas pios y bien inclinados. La otra Aldea con invocacion de nuestra S^{ta} della Assumption en el sitio lhamado Erirityba, dista del Collegio quatorze leguas por la parte del Sul. Consta de octocientas y sincoenta almas; y tiene esta una gran excellencia que fue morir en ella el venerable P^c Jozeph de Anchieta

taumaturgo del Brazil. En ella asisten dos Religiozos, que tienen a su cuenta la enseñanza destes Indios administrandoles los Sacram^{tos}, como en las demás Aldeas. (ARSI, BRAS 3-2, p. 270v).

O número aproximado de índios observado nos dois aldeamentos, 850 em Reritiba e 764 em Reis Magos, sofreu uma grande alteração menos de meio século depois. O catálogo de 1739 (ARSI, BRAS 6, p. 280v) informa que em Reritiba os índios somavam 1.087 almas, enquanto o aldeamento de Reis Magos possuía uma soma de 2.030 indígenas, número que com pouca variação se manteve até a expulsão. Os aldeamentos eram bem administrados, visto fecharam com lucro suas contas nesse ano: Reritiba recebeu 346 escudos romanos, gastou 201, ficando com um saldo positivo de 145 escudos. Reis Magos recebeu 197 escudos, gastou 40 e fechou suas contas com o saldo de 157 escudos romanos. O fato de Reritiba ter recebido um montante maior de dinheiro, pode indicar um engajamento maior dos índios em diferentes “indústrias”, das quais os padres eventualmente se serviam para o comércio, como atestava Vieira em meados do século XVII (apud LEITE, 2006, tomo IV/livro II/II, p. 110-111). O catálogo ainda registra o gado privativo dos dois aldeamentos: 24 cabeças em Reritiba e 55 cabeças em Reis Magos.

Pelo que já foi exposto em relação ao Rio de Janeiro, não resta dúvida que São Lourenço, São Barnabé, São Pedro de Cabo Frio e São Francisco Xavier de Itaguaí empregaram seus índios nos mais diversos serviços públicos. Mas, certamente, o aldeamento de São Lourenço, pela proximidade com a cidade e por ser o mais estável dentre os núcleos fluminenses, concentrava mais frequentemente as funções de recebimento de índios descidos do sertão, índios trazidos de outros aldeamentos, índios problemáticos ou que estavam de passagem pelo Rio de Janeiro.

São Lourenço nunca foi um aldeamento muito populoso, no entanto, apresentava relevantes variações nos períodos em que recebia índios de outros aldeamentos, como ocorreu, por exemplo, em 1689, quando o seu efetivo somado a alguns índios provenientes de São Barnabé, se elevou a 330 almas (ARSI, BRAS 3-2, p. 270). O catálogo de 1739 informa que, nesse ano, os índios somavam 152 almas; o aldeamento havia recebido a quantia de 164 escudos, e seus gastos, quase equiparados, beiravam os 159 escudos romanos, gerando um pequeno superavit de 5 escudos. (ARSI, BRAS 6, p. 278).

Foi uma preocupação constante da Coroa e das autoridades que não fosse permitida a mudança de sítio desse aldeamento, visto suas funções estratégicas de defesa e por estarem seus índios empregados na fortaleza de Santa Cruz, conforme já foi visto. Segundo Araújo (1946, vol. V, p. 84), criada a paróquia, cerca de um ano antes da expulsão, mais

especificamente em 2 de maio de 1758, já no dia seguinte o Pe. Manuel de Araújo entregou o aldeamento nas mãos do Pe. Secular Manuel Luiz Ribeiro. Mesmo após a expulsão, os índios de São Lourenço, que somavam 113 almas em 1759 (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/V, p. 111), continuaram prestando relevantes serviços ao Estado, como atestaram as várias testemunhas favoráveis ao requerimento de Manoel de Jesus e Sousa, capitão-mor do aldeamento, no qual solicitava à rainha D. Maria I, em fins do século XVIII, a justa remuneração de seu posto. (AHU_CU_017, Cx. 155, D. 11751).

Enquanto o aldeamento de São Pedro atendia funções estratégicas de proteção do território, os índios de São Barnabé e de São Francisco Xavier, como visto, não apenas eram empregados nos serviços públicos, como deviam atender prioritariamente às demandas das fazendas inacianas de Macacu e Santa Cruz. O catálogo da Companhia de 1739 informa que o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio contava com 929 índios²⁷⁴, enquanto que em São Barnabé e em São Francisco Xavier de Itaguaí, os números de indígenas eram, respectivamente, 400²⁷⁵ e 232²⁷⁶ almas. São Pedro possuía nesse ano 44 cabeças de gado bovino, 11 de gado cavalari e 82 ovinos. O número de gado bovino apresentava-se sensivelmente mais elevado nos dois aldeamentos situados nas terras pertencentes as fazendas de Macacu e de Santa Cruz. Em São Barnabé eram 90 cabeças de gado bovino e 30 ovinos, enquanto São Francisco Xavier apresentava 211 cabeças de gado bovino e 37 ovinos. O mesmo ocorria com as contas. Enquanto São Pedro de Cabo Frio amargava um débito de 150 escudos²⁷⁷, São Barnabé fechava suas contas com um superavit de 171 escudos²⁷⁸ e São Francisco Xavier com um crédito de 7 escudos romanos. O sucesso administrativo apresentado por São Barnabé deve-se ao montante de 492 escudos recebidos, *grosso modo*, graças ao arrendamento de parte de suas terras. (ARSI, BRAS 6, p. 278).

No período pós-expulsão, os índios de São Francisco Xavier de Itaguaí continuaram a ser amplamente empregados na perseguição de escravos fugitivos da então *Real Fazenda* de Santa Cruz. Não obstante, foram também enviados à regiões distantes para atender aos serviços do Estado. Segundo Silva (1854, p. 184-185), em 1786, quando se reorganizou o aldeamento por iniciativa do marquês de Lavradio e do capitão Ignacio de Andrade Souto Maior Rendon, o núcleo tornava-se essencial à nova capital do Brasil,

²⁷⁴ Mantendo sempre uma população elevada, São Pedro de Cabo Frio tinha 1.250 índios quando deixou de ser da Companhia (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/V, p. 122).

²⁷⁵ Quando deixou de ser da Companhia em 1759, o aldeamento contava com um efetivo de 280 índios, segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/V, p. 114).

²⁷⁶ São Francisco Xavier tinha 250 índios no ano da expulsão (Ibid., p. 117).

²⁷⁷ Mesmo tendo recebido 225 escudos e gastado 223 escudos romanos.

²⁷⁸ São Barnabé

[...] que desprovida de sua guarnição pela guerra do sul, recebia mensalmente d'alli sessenta homens que se empregavam no serviço das fortalezas e escaleres da marinha, serviam nas obras publicas que se faziam a beneficio da fazenda real por ordem dos vice-reis, facilitavam como estafetas as correspondencias para as differentes capitancias, e pela sua posição obstavam á fuga dos escravos da fazenda de S. Cruz, vigiavam os passos por onde se podia extraviar o ouro das Minas geraes e de S. Paulo, embaraçavam a deserção da tropa da tropa da capital ou a guiavam pelos sertões; iam aprisionar pelas mattas os desertores com a destreza que lhes é peculiar e tratavam do concerto dos caminhos. (SILVA, 1854, p. 185-186).

É bem provável que os índios do aldeamento de São Francisco Xavier tenham prestado relevantes serviços também aos inacianos, no que se referia a impedir possíveis fugas de escravos da grande Fazenda de Santa Cruz. Almeida (2013, p. 236), entretanto, destaca que não faltaram ocasiões em que esses mesmos índios se uniram aos negros de Santa Cruz em fugas e roubos. A autora ainda enfatiza a real possibilidade desses mesmos índios aldeados terem se juntado aos negros em seus quilombos.

Como visto, a introdução de escravos negros no contexto da Província inaciana do Brasil ocorreu já com Nóbrega e com os primeiros jesuítas. O cenário composto pelos poucos escravos dos primeiros tempos, que auxiliavam os padres em suas casas e roças, logo ganhou incremento. Segundo Alden (1996, p. 526), os jesuítas foram os principais proprietários de escravos no Brasil colonial.²⁷⁹ Nenhum outro órgão social, lá ou em outro lugar dentro do Império português, chegou a possuir tantos bens móveis como eles tiveram. Nenhum rival secular poderia se igualar ao número de peças humanas que eles acumularam em plantações gigantes como Araçatiba, Engenho Novo ou Santa Cruz, em criatórios como Muribeca, Campos dos Goytacazes e Campos Novos, ou ao pessoal doméstico que mantiveram em seus principais colégios.

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso é necessário comprar cada ano algumas peças, e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. (ANTONIL, 2001, p. 90-91).

Como já o eram os índios, os escravos passaram a ser vitais à Companhia quando se firmaram os grandes polos de produção da Ordem. Como salienta Antonil (2001), a mão de

²⁷⁹ O catálogo de 1701, do Pe. Francisco de Matos, informa que o seminário de Belém do Pará e os colégios de Olinda, Recife, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos possuíam 2.238 escravos, sendo que a maior parte estava concentrada no colégio do Rio de Janeiro com 950 peças e no colégio da Bahia com 738. (apud LEITE, 2006, tomo V, p. 588-596).

obra escrava passou a atender também aos mais diversos serviços. Era uma peça imprescindível para todas as etapas da produção açucareira, conseguindo manter, nos períodos de safra, um trabalho ininterrupto, com uma carga de aproximadamente dezoito horas por dia ao longo de oito a nove meses. O trabalho escravo nos engenhos tinha seu início com o preparo dos campos, seguido do plantio, do monde da lavoura e do corte da cana, que era transportada para o engenho em carros de boi ou em barcos. Nas etapas seguintes, a cana era processada nas moendas e delas iam para as caldeiras da casa-de-purgar, que deveria estar devidamente aparelhada pelos escravos com lenha suficiente para a purificação. Além da labuta com a cana, a força de trabalho escrava era essencial nos serviços de manutenção das propriedades, nas atividades domésticas, nos carregamentos, nos transportes de mercadorias, nas pescas e nas diversas oficinas mantidas pela Ordem.

Em missiva de 1689, o Provincial Diogo Machado informava que havia no Real Colégio do Rio de Janeiro um missionário perito na língua de Angola, o qual tinha a seu cargo os negros da Guiné, escravos da Companhia (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/V, p. 108). É importante reforçar uma vez mais que, na rede transatlântica estabelecida em função do tráfico negreiro, o Rio de Janeiro passou a ocupar uma posição de destaque após a retomada de Angola em 1648. E dessa rede, os jesuítas brasileiros, assim como os missionários de Angola, souberam tirar muitos frutos, conforme já foi exposto.

Assunção (2004, p. 267-268) destaca que na conjuntura da alta do preço dos escravos nas capitanias do sul, estimulada pelas riquezas das Minas Gerais, o Pe. António Fernandes tranquilizava o Pe. Gaspar Esteves, em 1739, informando que quem tinha escravos no Brasil tinha cem mil réis na bolsa, e os negros da Companhia trabalhavam muito e não faltavam, pois ele os ia criando. O religioso demonstra não apenas o conhecimento do mercado escravo, como a necessidade de se estimular o casamento e a procriação, garantia segura de que a produção dos núcleos inicianos avançaria sempre em patamares adequados. Foi o que de fato aconteceu em Santa Cruz, onde, segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 60), os padres a partir das primeiras dez famílias chegaram ao número dos 1.016 escravos observados logo após a expulsão, como retrata o Quadro 8. Já Cunha (1790, p. 12v-13) salienta que o número dos primeiros escravos de Santa Cruz era, na verdade, bem mais elevado.

Foram os progenitores das numerosas famílias dos escravos da Fazenda corentas negras da Costa da Mina que comprarão os mesmos Padres, as quaes cazaram com corenta Indios de boa idade e cupleção, com a condisam de que os maridos trabalhariam tres dias na semana no serviço da Fazenda, e os mais dias fariam o trabalho em roças que deveriam fazer para sua sustentação e de suas mulheres, trabalhando estas a semana inteira na

mesma Fazenda; a exceção dos sábados, que ajudavam os maridos nas suas roças, assistindo-lhes somente os Padres com vestuário, botica e curativo. (CUNHA, 1790, p. 12v-13).

O número de escravos da fazenda só andava em crescimento porque, segundo Cunha (1790, p. 13-13v), o padre fazendeiro tinha o cuidado de casar todos os anos de trinta a quarenta casais de rapazes e raparigas com a mesma idade, que eram formados conforme a vontade dos pais, fossem negros ou índios. A liberdade do casamento realizado entre raças, certamente contribuiu para que os índios mais rebeldes se juntassem aos negros fugidos em seus quilombos. Essa liberdade de escolha esbarrava nas leis coloniais que, nesse caso específico, não eram seguidas à risca pelos jesuítas. Se o casamento fosse entre uma escrava e um indivíduo livre, mesmo com a lei indicando que a prole deveria seguir a condição do ventre, os padres adotavam sempre a parte da liberdade, nesse caso, a paterna, conforme salienta Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 59).

O mesmo padre fazendeiro que estimulava os casamentos, auxiliado por alguns irmãos da Companhia, dividia o pessoal conforme o que demandava a fazenda. Segundo Freitas (1985, p. 181), os que laboravam em Santa Cruz acordavam com os nove toques do sino da igreja. Juntavam-se no edifício, faziam suas orações habituais e seguim para o trabalho, determinado na véspera pelos feitores, que durante a noite em voz alta transmitiam as tarefas do dia seguinte e o local específico no qual as mesmas seriam realizadas, tudo em acordo com o que definia o superior. Constava o serviço, essencialmente, da rotina diária na lavoura grossa e na de subsistência e da conservação das obras hidráulicas que controlavam as inundações dos campos. Tudo era executado por turmas, denominadas esquadras. Havia a *esquadra das taipas*, a *esquadra das valas*, a *esquadra da mandioca*, entre outras. Para suprir qualquer que fosse, nos casos de emergência, havia a *esquadra de reserva*. Para as indústrias, oficinas e assistência com o gado, existiam as turmas permanentes, denominadas *esquadras fixas*. Freitas (1985, p. 181) destaca que as tarefas mais rudes desenvolvidas no campo foram, em tempo posterior, confiadas às mulheres, “e até há pouco tempo continuadas por suas descendentes, as famosas *reúnas*, cujas qualidades na labuta do campo, tornaram-nas imprescindíveis no trato da terra”.

A preocupação com a manutenção das obras hidráulicas era constante, como descreve Gama (1875, p. 227).

Nos primeiros dias do outono encetava-se a reparação dos estragos causados pelas chuvas dos mezes de calor. Revistavam os diques de terra, e reconstruíam com terra e pedra os pedaços arrancados pela força da

correnteza dos rios. Os canaes e valas, se entupidos em parte pelo sedimento ou pelas plantas readqueriam o antigo estado de limpeza, arrancando-lhes as plantas aquáticas que os obstruíam, e tirando com prolongado e penoso trabalho a lama nos seus leitos acumulada. As estivas, pontilhões e pontes, eram igualmente reparadas. (GAMA, 1875, p. 227).

Os escravos moços eram encaminhados às oficinas dos padres. Os mais aptos eram aplicados em aprendizagens de maior habilidade, como a ourivesaria, a reparação de maquinário, a decoração, a pintura, a confecção de santos e outros ofícios delicados. Às moças eram reservadas funções compatíveis com suas aptidões, sendo que geralmente fiavam o grosso tecido para o vestuário do pessoal da fazenda, incluindo os idosos, enfermos e gestantes. Localizada nos fundos da residência, a oficina de fiação possuía quatro teares, tendo ao lado uma pequena varanda para serviços auxiliares. (FREITAS, 1985, p. 178).

Segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 58), nem só de trabalho viviam os escravos de Santa Cruz. A festa titular da fazenda era em 14 de setembro, dia da Exaltação de Santa Cruz, cujo fechamento se fazia com a procissão das três confrarias formadas pelos escravos: do Rosário, das Almas e do Santíssimo Sacramento. Os escravos tinham ainda suas festas privativas, aos sábados à noite, aos domingos e nos dias santos. Formavam ainda grupos musicais (Ibid., p. 60). O inventário executado na fazenda após a expulsão encontrou três rabecas, um rabecão, um cravo, um manicórdio, duas flautas doces, uma viola, oito charamelas que constavam de um baixo de metal amarelo, um tenor de pau vermelho e de pé de metal amarelo, um contralto da mesma forma, três tipples, uma requinta de pau amarelo e três oboés (TRESLADO do autto de inventario da Real Fazenda de Santa Crus, in Revista do Distrito Federal, 1894, vol. 1, p. 77).

Era ainda permitido aos chefes de cabeça de casal criarem ou possuírem até dez cabeças de gado. Os ferros de marcar o gado pertencentes à fazenda, arrolados no inventário, eram divididos em três diferentes marcas: com um R referente à residência da fazenda, com uma cruz representando o gado do colégio do Rio e com o E, destinado ao gado dos escravos (TRESLADO do autto de inventario da Real Fazenda de Santa Crus, in Revista do Distrito Federal, 1894, vol. 1, p. 132). Segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 59-60), os escravos de Santa Cruz também participavam das pescarias realizadas pelos padres, entre as quais, uma em especial, realizada na ilha da Senzala, era dedicada aos negros.

O trato benigno dispensado aos negros da grande Fazenda de Santa Cruz, e muito provavelmente aos escravos dos demais núcleos da Ordem, não impediu que fossem cometidos abusos por tanto pela parte dos padres, como dos negros, e também dos índios que com eles conviviam. Dos padres se esperava pulso firme e rigidez, muitas vezes exagerada e

abusiva. Dos negros castigados, a fuga e a formação dos quilombos independentes do jugo dos inacianos. Dos índios a comprovada negociação que se alternava conforme os contextos e a importância que assumiam no plano colonial. O que será exposto a seguir ilustra o jogo de negociações, de trapanças, de recuos, de colaborações e de confrontos por quais passaram as unidades inacianas. Um jogo no qual as lideranças indígenas assumiram um papel chave e no qual os índios, e também os escravos de África, transformaram-se, mas não necessariamente no que pretendiam os padres.

4.1.2 Jesuítas, índios e negros: líderes e liderados

Já foi repetidamente demonstrado o quão vital era a colaboração indígena para a empresa colonial portuguesa. Importância reconhecida logo após a descobertas das terras, pois fosse na condição de colônia de exploração ou de povoamento, a Coroa precisava igualmente dos indígenas para atingir aos seus intentos. Enquanto colônia de exploração, os índios eram essenciais para o corte da madeira e para a subsistência das expedições durante o tempo em que permaneciam no Brasil. Enquanto colônia de povoamento, devido a imensidão das terras, a Coroa só poderia contar com a satisfatória conversão dos milhares gentios em súditos dispostos a atender, sempre que solicitados, as necessidades do Estado português. Ainda nos primeiros anos do século XVI, o índio brasileiro é retratado por Vasco Fernandes, importante artista português, em pintura da Adoração (Figura 50), ocupando o papel de um dos Reis Magos, muito em acordo com o papel que esse mesmo índio assumiria na empresa colonial portuguesa. Como salienta Boxer (1973, p. 136), os primeiros colonos dependiam dos índios para guiá-los nas florestas e ao longo dos rios, para derrubar a mata, para carregar água e para a obtenção do alimento diário. Anchieta (1988, p. 83) descreve bem essa dependência, ao afirmar que os índios davam por vezes aos padres carne de caça e alguns peixes, “e muitas vezes Nosso Senhor, de onde menos esperávamos nos socorre, e somos muito obrigados á sua bondade que em tanta falta das cousas corporais nos dá sanidade e fôrça”. As exímias qualidades indígenas no que se referia às pescarias são vivamente descritas por Anchieta.

O que vou agora referir é admirável, mas unanimamente comprovado e verificado por notoria experiencia: dez ou doze dos maiores sobem á tona d'agua como exploradores, e olhando e examinando o lugar todo, se porventura lhes fazem alguma ofensa, voltam, como que presentindo a traição, para conduzir a outra parte o seu rebanho. Se porém (o que já foi acautelado, para que com certeza nenhum mal façam aos que têm de entrar) tudo lhes parece estar em segurança e vêm que o lugar é apropriado,

introduzem, voltando, uma imensa multidão de peixes por estreitas entradas (pois que já todo o sítio está cercado, deixando apenas uma pequena abertura, a qual se póde com facilidade fazer, por causa da pouca porção de agua); encurralados aí, e embriagados com o suco de um certo lenho que os Índios chamam *timbó*, são apanhados sem o mínimo trabalho muitas vezes mais de doze mil peixes grandes. Isso é de tal sorte comum em muitos lugares que, quando os apanham em abundancia, os deixam atirados na praia. (ANCHIETA, 1988, p. 121).

Figura 50 – Adoração dos Reis Magos de Vasco Fernandes (1501-1506). No painel, a figura do rei mago negro, Baltazar, é substituída por um índio do Brasil.



Fonte: Acervo do Museu Nacional Grão Vasco de Viseu, Portugal. Fotografia: Autora (2017).

Boxer (1973, p. 40) descreve ainda outras importantes qualidades dos índios que foram posteriormente incorporadas pelos paulistas:

Aprenderam do índio a arte de orientar-se pelo sol, pelas estrelas e pela configuração do terreno, sendo apenas um pouco inferiores aos mais traquejados dentre os seus primos selvagens, como rastreadores, caçadores e pescadores. Suas grosseiras armas de fogo eram-lhes provavelmente menos

prestadias do que o arco e a flecha no sobosque da floresta tropical, muitos deles sendo tão hábeis no manejo do arco como da espingarda. Tais como os índios, marchavam normalmente com os pés descalços e em uma só fila. [...] Não podendo levar consigo grande suprimento de comestíveis, em suas longínquas excursões viviam da caça e do peixe, afora o mel que encontravam na mata. Caso aquelas se prolongassem por vários anos, acampavam de espaço a espaço, para plantar e colher mandioca. (BOXER, 1973, p. 40).

Além de constituírem uma segura garantia de subsistência e orientação por entre a selva ainda não desbravada, o trabalho indígena era essencial para a formação dos núcleos de povoamento, como narravam os próprios padres. Nóbrega, em carta enviada em 1549 ao Pe. Navarro, informa que “os mesmos Índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras cousas em que se queira empregal-os; pode-se já contar umas cem casas” (NOBREGA, 1988, p. 89). Em missiva escrita de Piratininga, em 1554, Anchieta dá conta que “os Índios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa; mandamos agora fazer outra algum tanto maior, cujos arquitetos seremos nós, com o suor do nosso rosto e o auxílio dos Índios” (ANCHIETA, 1988, p. 53).

É importante relatar também que no âmbito da Assistência inaciana, o Brasil era a província onde os missionários mais viviam. Além das condições favoráveis do clima, constantemente relatadas pelos missionários, o conhecimento dos alimentos, que proporcionava uma alimentação equilibrada, e de tudo que contribuísse para ampliar ainda mais a incursão dos padres na produção de medicamentos, foram fatores que certamente contribuíram para a citada longevidade. Conhecimento esse que, em grande medida, foi extraído dos índios.

Dos índios dependiam os inacianos e os aldeamentos, núcleos responsáveis pela transformação do gentio em súdito apto aos serviços reais e a compartilhar da forma esperada a vida na colônia. Os aldeamentos eram, assim, estritamente dependentes dos descimentos, principal fonte de origem e reprodução das populações indígenas que formavam os núcleos inacianos. Como salienta Almeida (2013, p. 110), incentivados desde o Regimento de Tomé de Souza até o Diretório de Pombal, os descimentos implicavam grandes gastos, visto que além do custo da expedição com o devido pagamento dos índios guias e com a alimentação de todos, eram necessários muitos presentes para as negociações que seriam firmadas com as tribos que se pretendiam descer. Insatisfações e descontentamentos por parte dos índios, principalmente dos seus chefes, podiam ameaçar todo o esforço praticado para que se efetuassem os devidos acordos. O Pe. Simão de Vasconcelos, em 7 de maio de 1648, informa que muitos principais que seriam descidos para os aldeamentos do Rio de Janeiro, desistiram

do acordo e voltaram do meio do caminho, por não terem sido agraciados com o mesmo “facalhão” com que foi agraciado um dos chefes indígenas do grupo. Das 400 almas esperadas, desceram apenas 70 índios. O padre afirma, entretanto, que os missionários esperavam por uma nova ocasião, acreditando que presenteando devidamente as lideranças, todos seriam enfim descidos. (ARSI, BRAS 3-1, p. 263).

Especialmente agraciados nos acordos de descimento, uma vez aldeados, os chefes seguiam mantendo seu antigo prestígio. Principalmente as lideranças, peças fundamentais nas conjunturas de guerra. Assim como Maracajaguaçu, Araribóia foi certamente um desses potenciais líderes. Condecorado com o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo²⁸⁰, com tença de 12 mil réis, recebeu ainda o posto de capitão-mor do aldeamento de São Lourenço e tornou-se proprietário de casas na rua Direita. (ALMEIDA, 2013, p. 174). Incluía-se com outros índios principais entre os notáveis da cidade, na ocasião em que foi recepcionado o governador das capitanias do sul, Antonio Salema. Frei Vicente de Salvador afirma que tendo o governador dado cadeira à Martim Afonso de Souza, ou Araribóia, o mesmo ao se sentar, cavalgou uma perna sobre a outra, “segundo o seu costume”.

[...] mandou-lhe dizer o governador pelo intérprete, que ali tinha, que não era aquela boa cortesia quando falava com um governador, que representava a pessoa de el-rei. Respondeu o índio de repente, não sem cólera e arrogância, dizendo-lhe: “Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el rei, não estranharas dar-lhe agora este pequeno descanso, mas já que me achas pouco cortêsão eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos, e não tornarei mais à tua corte.” (SALVADOR, 1627, p. 67-68).

A ameaça, no entanto, não teve efeito, pois Araribóia nunca deixou de frequentar com os seus, a todas as ocasiões nas quais participavam as autoridades portuguesas (SALVADOR, 1627, p. 68). Como também exposto por Almeida (2013, p. 175), o relato só reforça que, ao contrário de manifestar uma posição submissa frente ao governador, o já Martim Afonso de Souza demonstrou autoestima e conhecimento do real papel que assumia na colônia: a Coroa precisava dele e de sua gente para a defesa da terra. O índio reconhecia também que precisava dos brancos no novo contexto ao qual ele e sua gente foram inseridos, e, por isso, apesar da ameaça, não deixou de retornar à corte. Ainda deixou bastante claro em sua fala que, apesar do poder do governador, em sua aldeia mandava ele.

²⁸⁰ Como Araribóia, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo foi concedido a Felipe Camarão, que como Araribóia lutou contra estrangeiros e contra índios a eles aliados, e ao índio Piragiba, por sua participação fundamental na conquista da Paraíba.

Construía-se, assim, uma nobreza indígena através da valorização das lideranças. No aldeamento de São Lourenço a família de Araribóia ocupou o cargo de chefia por três séculos, sendo a influência do grande líder estendida também à São Barnabé e à São Pedro, onde seus descendentes exerceram postos de extrema relevância.²⁸¹ Por meio de documentos de fins do século XVIII é possível observar que os chefes, em petições encaminhadas à Coroa, ainda faziam questão de salientar o nome de seu nobre ascendente. Ao identificarem-se usando seu nome de batismo e apontando o aldeamento em que habitavam, os mesmos índios demonstravam a consciência de sua posição e importância enquanto aldeados, e, sobretudo, o conhecimento do que representava o prestígio de seu antecessor. (ALMEIDA, 2013, p. 182).

Não somente os índios mais conhecidos, como Araribóia e Maracajaguaçu, deixaram registradas suas imposições e ameaças. Algumas missivas inicianas, como as que descrevem os descimentos realizados por meio do aldeamento de Reis Magos, são reveladoras da sempre presente vontade dos principais indígenas e do seu povo, ora convencidos que a vida com os padres era a sua melhor escolha, ora reticentes a essa nova perspectiva. Visando conter os aimorés da Serra que se puseram em pé de guerra com os índios de Reis Magos, cortando também os caminhos para esse aldeamento, o Pe. Domingos Monteiro, conhecedor da língua, pôs-se com eles em negociação.

Esta foi a primeira vez, a cabo de cinco meses que havia estava esperando esta hora. Os Portugueses, que estavam na Aldeia, que de contínuo aqui residem, todos me seguiram, tirando um; os Índios, porque os não tivessem covardes, foram atrás de mim para verem o fim do negócio. Eu andava mais que eles. Meia légua tinha andado pelos matos, quando achei lugares frescos aonde tinham estado, e o fogo que tinham feito, e um bugio de moquém, com outra carne espetada no caminho, que de indústria me tinham deixado. Começo a alevantar a voz e prêgar no deserto: os ecos eram grandes por aquêles vales sombrios. Não cesso de chamar como perdigão, que chama as perdizes, sem nenhum acudir. E alguns me estavam ouvindo, como depois soube, quando me arremedavam, repetindo as palavras que eu dizia então. Torno-me com os despojos, *scilicet*, paus tostados, mantéus ou tipoias, com que trazem os filhos atados, que me largaram no caminho. Chego à Aldeia mais têsdo do que quando parti. A caridade do Padre Jerónimo Rodrigues topei no caminho, e, depois de chegar a casa, a reparti pelos companheiros, que, antes de comer, nos fomos todos, diante de Santo Inácio, com os despojos sobreditos dos Gaimorés, e lhos oferecemos, como se foram de muito preço; e estimamos quem foi tão ditoso que ouviu a divina resposta: nunca perder a esperança. Ao outro dia estavam esperando por mim no mesmo lugar, e subiam-se em árvores para verem a um companheiro de Jesus, como aquêles bom Zaqueu, desejoso de ver a Jesus, se subiu na árvore de sicómoro. Isto viu um Principal, e logo me veio avisar. Avisei eu ao

²⁸¹ Segundo Almeida (2013, p. 153), os principais postos ocupados pelos índios dos aldeamentos eram o de capitão-mor, sargento-mor, capitão e alferes.

Superior desta Aldeia, que então era, mas respondeu-me que não era ainda chegada a sua hora, fazendo pouco caso disso, e que quando eu tivesse a faca e o queijo então cortaria por êle, e que então se fariam as pazes. (apud LEITE, 2006, tomo VI, livro II/III, p. 162).

Depois de muitas tentativas, chegaram, enfim, ao aldeamento de Reis Magos sessenta aimorés. Ficou encarregado pela catequese dos descidos o mesmo Pe. Domingos Monteiro. Tarefa bastante complicada, visto que na primeira epidemia que sobreveio, todos os índios queriam retornar aos matos. Os muitos ainda não aldeados continuaram movendo guerra contra os índios cristãos de Reis Magos. Leite (2006, tomo VI, livro II/III, p. 167) salienta que a própria construção, marcada pela grandeza do edifício, possuía o sentido de fronteira ou fortaleza contra os gentios do sertão.

Outra negociação, igualmente custosa aos inacianos, foi promovida com os *Paranaubis* ou *Mares Verdes*, índios do alto Rio Doce, em região englobada atualmente por Minas Gerais. A primeira tentativa de descimento desses índios ocorreu em 1621, sem alcançar resultados apreciáveis. Dois anos mais tarde, a nova expedição inaciana percorreu 200 léguas e trouxe consigo apenas sete índios dessa nação. Descrevem a terceira entrada, realizada em 1624, os próprios padres que a empreenderam, João Martins e António Bellavia:

Ja finalmente os Mares Verdes depois de serem por tantos annos buscados assi de brancos como de nossos padres, chegada ja a sua hora deçerão pera a Igreja: gente bellicosa, valente, bem disposta e assombrada, de muito bom entendimento. São em numero perto a 450, os quais todos com saude, e allegria chegarão a esta Aldea dos Reis Magos aos 14 de setembro no anno de 1624. O modo que tivemos pera os deçer foi esse. [...] Depois de termos estado tres dias naldea, vindo hora huns ora outros do matto, chegou finalmente o principal, festejou muito a nossa vinda, disselhe então o padre que descançasse por aquelle dia, que o dia seguinte fallarião mais devagar do que avião de tratar. O dia seguinte acabado de rezar missa o padre o mandou chamar, e fes juntamente congregar os principaes delles e dos nosso com os quais vierão tambem muitos outros a ouvir o que se havia de fazer e determinar. Depois de se ajuntarem todos, lhes explicou então o padre o fim da sua vinda, e que viera mais de pressa do que lhes tinhão ditto a primeira ves, por se arreçar dos brancos que querião buscalos pera os cativarem, proposlhe então o padre ao principal se lembrasse da palavra que lhe tinha dado de lhe entregar a Aldea se viesse elle a buscalos, e não mandasse brancos, depois de ter ditto isto e outras cousas semelhantes pera mais facilmente os abalar, fallarão tambem cinco Indios os mais principais que vierão com nosco com tanto espirito, e efficacia de palavras que bem parecia serem elles movidos interiormente de Deos, o qual queria mover, e notificar os corações da quelles gentios para livralos do cativeiro do diabo, e tomalos por seus filhos verdadeiros. (ARSI, BRAS 8-2, p. 360-360v).

Além do relato das ameaças de escravização por parte dos brancos e das coisas ditas pelos padres e pelos seus índios já cristãos “para mais facilmente os abalar”, outro importante acontecimento direcionou a vontade dos índios em favor dos inacianos.

[...] quis Deos chegássemos e entrássemos com saude na Aldea dos Mares Verdes, em nos chegando deo nella huma doença geral de barriga de maneira que as criancinhas e mininos pareião como mortos nos braços das mães, não falando, nem mammando. Vinhão as mães como espantadas diante de nos por não ter nunca experimentado tal doença nas suas terras, nos mostrando os filhinhos julgando que nos podessemos darlhes saude, julgamos nos no principio que erão as bexigas o que nos cortou o coração e alma, mas quis Deos que esse mal logo abrandasse, sucedendo-lhe immediatamente outro mal geral de catarro, tam veemente, que nem nos nem elles podíamos descansar nem de noite, nem de dia, e duroulhes obra de hum mes e meio; a este mal se ajuntou tambem em muitos doença dos olhos, e dos ouvidos, cuidamos nos então que fosse algum ramo da peste, que trasiamos com nosco, em fim quis Deos por sua bondade livarmos de todos estes males, e restituirlhes a primeira saude. Botarão elles estes males a boa parte, dizendo vamonos pera o mar ja que esta nossa terra he tam doentia, não dizendo nem sospeitando que nos porventura traziamos com nosco aquelles males, o que era mais provavel. (ARSI, BRAS 8-2, p. 362v-363).

Pela narrativa dos padres, muito mais a série de doenças por quais passou a nativa aldeia, do que propriamente a vontade de se converterem, impeliu os Mares Verdes para o litoral. Os índios passaram a acreditar que o mal estava entranhado em suas terras e que os inacianos eram os únicos capazes de salvá-los dessa tragédia. A doença das bexigas, porém, estava também instalada no solo sagrado de Reis Magos, e logo que os Mares Verdes chegaram ao aldeamento foram pouco a pouco morrendo.

Desta maneira quis Deos N. S. ajudarnos em esta missão, e nos trouxe com saude ate chegarmos a esta Aldea dos Reis Magos, na qual entramos a os 14 de setembro tendo partido della a os 5 de junho, mas mui differentemente do que cuidavamos por acharmos nella as bexigas, o que tanto arreceavamos, de modo que toda allegria se converteo em tristeza. Começarão estes Mares Verdes adoecer dellas, pouco a pouco, dos quais muitos morrerão, mas bautizados, e instruidos na Fé. (ARSI, BRAS 8-2, p. 364).

O cenário pintado pelos padres é o mais desolador possível: “Vinhão as vezes a Igreja alguns a fazer oração para que Deos os livrasse de doenças, dizendolhe que querião ter seus filhos e que aborreção a vida passada cousa que provocava as lagrimas” (ARSI, BRAS 8-2, p. 364v). Os relatos dão conta mais do que nunca, que a conversão dos Mares Verdes era vista pelos índios como uma forma de promover a cura dos males desconhecidos: “outros muitos vinhão a chamarmos quando estavam pera morrer ou o seu marido, ou filhos, ou parentes pera

que lhe accudissemos com o Bautismo” (Ibid, p. 364-364v); “outros disserão que se elles se sentinssem estar mal, logo nos avisarião pera que os battizassemos” (Ibid, p. 364v). Mostrando claramente que tinham a exata noção do quanto eram responsáveis pelas muitas mortes, os padres seguiam sua narrativa lamentando: “com estes e com os mininos que se forão pera o çeo mitigavamos a dor que tinhamos nas suas mortes, elles erão quasi inconsolaveis vendose morrer em tam pouco tempo de doença qual nunca tinhão experimentado no certão” (Ibid, p. 364v). A desolação pela perda da grande maioria dos Mares Verdes descidos do alto Rio Doce é alterada no final da missiva pela esperança que tinham os padres de que fossem arrebanhados novos índios para o aldeamento de Reis Magos.

[...] mas porque Deos nosso Senhor sabia que quase todos nos avia de morrer e deixar desconsolados, nos deparou outra casta de gente quase milagrosamente, porque indo os Indios ao matto a fazer cannoas de novo porque as que fizeram a primeira ves, logo apodrecerão, derão com rasto de gente que diziam ser tupinaquins, que he a mesma lingoa do que estamos bem certificados por encontrar os nossos Indios estes rastos duas e tres vezes. Na mesma paragem, esta outra gente que he certa casta de tapuias, dizem ser infinita, boa gente, roçadora, que tem suas Aldeas, e que facilmente se entregarão a Igreja por parecerem domesticos. (ARSI, BRAS 8-2, p. 364v-365).

A relação da missão empreendida pelos padres João Martins e António Bellavia traz ainda um rico e impressionante relato do quão importantes eram os índios aliados para o sucesso das expedições de descimento. Os aldeados não apenas serviam de exemplo, no jogo de persuasão jesuíta, como eram a força que garantia o deslocamento e a sobrevivência de padres e das tribos deslocadas, notadamente no que dizia respeito aos idosos e crianças.

O que nestes 3 mesese meio nos padeçemos a saber falta do necessario pera sustentação do corpo, chuvas, canções extraordinarios por caminhos difficilissimos não julgo necessarios referilos nem exageralos por serem ordinarios a estas missões, tocarei somente alguma cousa em breve dos muitos trabalhos destes Indios que em nossa companhia forão, e nos ajudarão com seus suores de noite e de dia, os quaes parecião ser sobre as suas forças. Porque puxarão as cannoas pollas cachoeiras carregando, e descarregando muitas vezes todo o fatto, levando o as costas por terra ate que passarão os perigos, e isto assi a ida como a vinda. E tambem noutra paragem não podendo ir a fatto por mar, levarão as costas caminhando 5 dias por praias mui difficiles e trabalhosas no qual tempo carregarão tambem as costas os velhos, e doentes dos Mares Verdes com muita charidade. Quando partimos da Aldea abrirão caminho novo pello matto pera facilitarem a passagem a os velhos e velhas e mininos que entre elles muitos avia, no que gastarão alguns dias. Ajudarão a levar as costas toda a farinha dos Mares Verdes e todo o seu fattinho, tam grande era o desejo que tinhão de trazelos para a Igreja. Fizeram mais 40 cannoas, alem das que quebraram no que

canção muito, porque era necessario buscar o pao dentro do matto, e abrir caminho pera elle pera não quebrar a cannoa sendo de casca. Outra ves por espaço de hum terço de legoa puxarão todas estas 40 cannoas por terra, não podendo passar pollo rio por amor de huma perigosissima cachoeira que nelle avia, e todo o fatto levarão as costas, e isto assi na ida como a vinda. Deixo de dizer como muitas vezes não acharão o necessario pera sua sustentação sendo mui steriles aquelles mattos e o rio acima mui falto de peixe. Em fim quase nenhum dia tiveram pera descançar. (ARSI, BRAS 8-2, p. 363v-364).

Em 1693, a vontade dos índios novamente se impôs em Reis Magos, na ocasião em que aproximadamente 500 índios Pataxós foram ter com os padres junto às cercas do aldeamento.

Tratamos deles e temos tido com êles muito trabalho, dizem os Padres, sem fruto, por serem em extremo rudes e silvestres, e porque nem nós sabíamos a sua língua, nem êles a nossa [a língua brasílica, o tupi ou língua geral]. Nem êles se querem sujeitar a cultivar a terra para se alimentar, nem viver vida social em Aldeias. Como aves de arribação de-repente levantam vôo para onde lhes parece. A consolação dos Padres, e talvez maior merecimento dos que trabalham com êles, é que até quando semeiam em areia estéril, o fazem por motivo de caridade ou obediência. (apud LEITE, 2006, tomo VI, livro II/III, p. 177).

O sentido de inclusão contido na palavra *nossa* ao se referir ao tupi retrata bem a importância de sua generalização, devidamente cultivada pelos padres como um poderoso instrumento de contato e persuasão.²⁸² Como grande centro de catequese, Reis Magos logo se firmou como uma das principais casas de aprendizado da língua brasílica no contexto brasileiro. Saint-Hilaire (1974b, p. 71) destaca que no ano de sua visita (1818), os habitantes da Vila Nova dos Reis Magos, da Aldeia Velha de Santa Cruz e de Periquiaçu²⁸³, falavam absolutamente a mesma língua, aquela que os jesuítas denominavam língua geral. Relata ainda a existência de um dicionário elaborado pelos padres da Companhia, o qual permaneceu na antiga residência inaciana até o ano de 1822, como informa Rocha (1972, p. 73).

²⁸² Castelnau-L'Estoile (2006, p. 155) informa que em 1560, foi aberto o primeiro curso de tupi no Real Colégio da Bahia. A Ordem pretendia com isso lecionar a língua indígena de modo teórico, como uma disciplina que deveria ser ensinada aos jesuítas no decorrer de sua formação. Entretanto, este método logo se revelou insatisfatório. Em 1574, os padres encerram o curso no Real Colégio e realizam a experiência de abri-lo em um dos aldeamentos a ele vinculados. Decorrido um ano de experiência, os jesuítas do Brasil reunidos em congregação, explicitam à hierarquia romana que somente entre os índios se poderia aprender corretamente a língua e que, portanto, era preciso organizar temporadas nos aldeamentos.

²⁸³ Aldeia fundada por Bom Jardim, Capitão-mor da Província do Espírito Santo, aproximadamente no ano de 1778. O capitão ordenou que os índios espalhados pelo norte se reunissem neste local e que vivessem como soldados, dificultando assim, as constantes incurssões de bravios Botocudos nesta região, que destruíam as plantações e matavam muitos colonos. A aldeia, por sua função militar, assumiu posteriormente a denominação de Destacamento. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 102).

Os índios “mais pios e inclinados” (ARSI, BRAS 3-2, p. 270v) do grande centro de aprendizado que foi Reis Magos, causaram grande desgosto à Companhia ao se levantarem contra os padres no último século de ação inaciana no Brasil. Segundo Saint- Hilaire (1974b, p. 66), até as primeiras décadas do século XVIII os jesuítas ainda mantinham os índios de Reis Magos na mais estrita obediência.

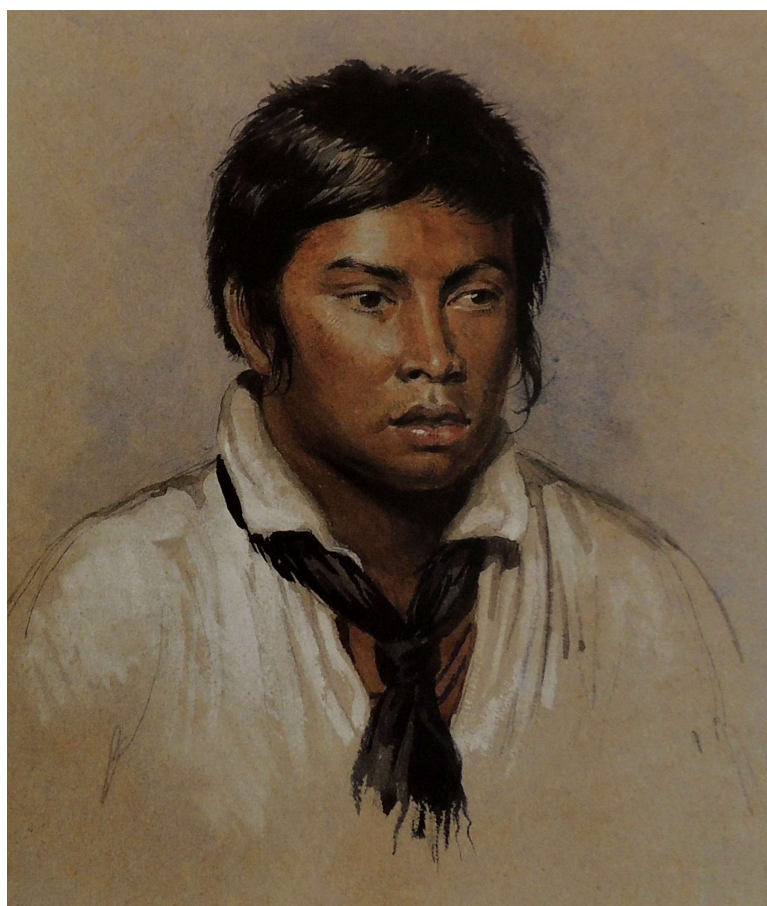
De três em três meses traziam do campo à aldeia quarenta famílias, para lhes ensinar a religião cristã, para dar aos homens alguma noção de diversos trabalhos e para que as mulheres aprendessem a fiar algodão e a fazer panos. Quando o trimestre se escoava, as quarenta famílias eram substituídas por outras. Parece que, por volta de 1720, algumas ideias de independência já se haviam introduzido entre os índios de Reis Magos. Cansados das regras severas a que eram sujeitos, foram levar suas queixas ao Governador da Bahia e este obrigou os Jesuítas a dar-lhes mais liberdade. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 66).

Mais um exemplo que coloca o índio em seu devido lugar. Longe de permanecerem em uma posição de submissão, os índios, igualmente súditos da Coroa portuguesa (Figura 51), sabiam reivindicar junto as autoridades coloniais condições mais justas para o cotidiano dos aldeamentos. É importante observar que esses índios do século XVIII possuíam certamente muito pouco em comum com seus ancestrais quinhentistas, além do fato de pertecerem a um mesmo aldeamento. Isso lhes bastava, no entanto, para permanecerem sentindo e agindo como um grupo, em busca de possíveis ganhos que lhes seriam concedidos coletivamente. (ALMEIDA, 2013, p. 205-206).

Outro episódio que ilustra bem a imposição da vontade indígena ocorreu em meados do século XVIII. De acordo com o Pe. Ignacio de Leão (AHU_CU_017-01, Cx. 79, D. 18291-18298), o aldeamento permanecia levantado porque estava governado por um cacique índio “que os rebeldes de seo modo proprio elegerão por seu governador, lançando fora da Aldêa todos os officiaes que servião os Padres com todas suas famílias que perseguidos se passarão para a Aldêa de Reritiba a viver na sugeição dos Padres”. Os índios que permaneceram em Reis Magos sob a obediência do cacique, em sua maioria andavam pelas casas e fazendas dos brancos, “com mulheres, e filhas, onde muitas se cazão com os seos escravos, sem lhes poder o missionario por coação oi remedio algum”. Também as autoridades nada podiam fazer, “ou por lhe faltarem as forças necessárias, ou como se diz por não quererem desgostar aos moradores”. A missiva ainda informa sobre o conflito ocorrido em Reritiba aproximadamente dez anos antes do levante de Reis Magos.

[...] ainda que os Indios que nella ficarão vivem em pas debaixo da sugeição de seu missionario, e os officiaes postos pelo Snor Vice Rey experimenta notavel prejuizo e dezinquietação pela vizinhança de mais de cincoenta cazais de Indios que rebeldes se apartarão então da mesma Aldea, e se arrancharão em hum sitio della chamdo Orobó, onde ordinariamente se metem brancos muitos criminosos, introduzindo agoa ardentes, extrahindo rapazes e raparigas solteiras para o seu serviço com notavel prejuizo espiritual e corporal daqueles miseráveis. (AHU_CU_017-01, Cx. 79, D. 18291-18298).

Figura 51 – Índio do Espírito Santo, 1826. Desenho de Charles Landseer.



Fonte: Bethell (2010, p. 210).

Continuava o Pe. Ignacio de Leão sua queixa salientando que o mau exemplo dos vizinhos oferecia aos aldeados fácil possibilidade de fuga e sobrevivência entre os pares estabelecidos em Orobó, que os incentivava a não ter “o devido respeito e sugeição aos Padres, ausentando-se da Aldea todas as vezes que lhes parece, ou se sentem criminosos” (AHU_CU_017-01, Cx. 79, D. 18291-18298). Como também observado por Almeida (2013, p. 166-167), o relato do padre revela que perante a possibilidade de se ausentar do aldeamento e viver livremente na aldeia estabelecida pelos pares rebeldes em Orobó, muitos índios

optaram por ir e vir, se mantendo na condição de aldeados, porém, desobedecendo os inacianos conforme sua vontade.

Serafim Leite (2006, tomo VI, livro II/II, p. 146 a 148) descreve o episódio do levante ocorrido em 29 de setembro de 1742 no aldeamento de Reritiba. Por ocasião das festas dedicadas à São Miguel, um jovem estudante da Companhia repreendeu a um índio que havia se portado mal na recolha dos andores da procissão. O índio respondeu ao estudante com agressão física. No intuito de se defender, o estudante apanhou um pau na portaria da residência e deu com ele no índio, “sem maiores consequências”. O caso sem importância, segundo Leite, insuflado pelos colonos, logo ganhou muita repercussão entre os índios. O Provincial Manuel de Sequeira não apenas retirou do aldeamento o estudante, como substituiu os padres Nicolau Rodrigues e Manuel Leão, então responsáveis pela administração do núcleo. Recebidos com hostilidade, os novos padres para lá deslocados se retiraram do aldeamento. Diante do apelo de parte dos índios, retornou a Reritiba o Pe. Francisco de Lima. Contrariando, entretanto, a lei que estabelecia a direção espiritual e temporal dos aldeamentos aos padres, o ouvidor da Capitania do Espírito Santo, nomeou os índios revoltosos para os principais ofícios do núcleo. Os índios contrários deram então baixa ao capitão-mor e mais cabos, providos por ordem dos padres, e se instalaram em seus postos. “Adiantando-se dois dos inimigos, para ferir o Padre com o bastão, outros acorreram e o defenderam, e travou-se luta corpo a corpo em que foram vencidos os intrusos [...] e na refrega morreram dois índios contrários, sangrenta revivescência das antigas lutas de tribo para tribo” (LEITE, 2006, tomo VI, livro II/II, p. 147-148). A paz somente voltou ao aldeamento quando o grupo de revoltosos se retirou para o sítio de Orobó, dependência antiga de Reritiba. A Coroa ordenou que se castigassem os culpados e que se tirasse devassa aos funcionários imprudentes.

O relato da maioria das testemunhas da devassa de 1761 (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530), entretanto, é bem diferente da versão exposta pelo Pe. Serafim Leite. Dentre esses relatos, teve predileção o depoimento de Antonio de Siqueira Quental, Arcediogo da Sé Catedral do Rio de Janeiro, por estar diretamente envolvido no episódio.

Em dia de São Miguel, andando depois de missa a procissão pela dita Aldea, e nella o Santíssimo Sacramento, hum Minorista Religiozo da Companhia chamado Manoel Alvares na portaria do Collegio da dita Aldea espancou com hum pao a hum Indio, e lhe rachou a cabeça, e foi notório que a cauza disto fora os ciúmes de huma India; e acabada a procissão levantaram os Indios da dita Aldea hum motim, que foi necessario os Padres da Companhia, que ahi estavam, fecharem-se dentro do Collegio para se livrarem de alguma ruina [...]. Na noite seguinte ao motim referido mandarão os Padres Superiores da dita Aldea e Religiozos da Companhia ao dito

Minorista Manoel Alvares para o Collegio da Villa da Victoria, que o vio elle testemunha hir; e os Indios scandalizados de ver ao outro Indio ferido por tão indigna cauza, expulsarão aos ditos Padres da Aldea, e elles depois de expulsos se vallerão dele testemunha, que acazo passou pela dita Aldea no tal tempo por andar visitando as comarcas do Norte, e por rogo dos mesmos Padres aquietou os Indios e os capacitou a admitirem aos ditos Padres com promessa de serem perdoados do levante, e os Padres faltarão a esta palavra, porque logo que se acharão de posse da dita Aldea, mandarão vir oito pretos seus escravos da fazenda de Moribeca armados, e outros oito da sua fazenda de Arassatiba tão bem armados, que os vio elle testemunha passar pela sua fazenda a horas do meyo dia; e no Domingo seguinte mandarão os ditos Padres chamar sinco Indios dos que mais se temião e depois de entrarem os ditos Indios, fecharão a portaria do seu Collegio, e lá dentro com os seus negros armados prenderão a dois Indios e mattarão tres, e os enterrarão, digo, prenderão a tres Indios e mattarão a dois e os enterrarão, e os tres, que prenderão, por via dos Governadores os mandarão para fora da terra, ficando suas mulheres, com quem erão cazados, na dita Aldea; e a hum dos Indios mortos puzerão os ditos Padres huma pedra sobre a cabeça na sepultura em que foi enterrado, como achou o Doutor Ouvidor Paschoal Ferreira de Veras, mandando abrir a tal sepultura para fazer corpo de delicto, e acto deferida; o que sabe elle testemunha por ver, e ler o mesmo auto, que teve em sua mão; e queixando-se elle testemunha ao Padre Provincial Religiozo da Companhia chamdo Manoel de Siqueira, por terem faltado os ditos Padres á promessa do perdão, que por via d'elle testemunha prometterão, lhe respondeu a dito Padre Provincial que os Indios não estavão em termos, senão de se levarem á ferro, e a fogo; e sahindo lhe os Indios na praya do Orobó a pedir lhe misericórdia, os despedio com grande rigor. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 93v-94).

Não apenas os índios revoltosos foram tratados pelos inacianos com “ferro e fogo”. A devassa de 1761 aponta ainda uma série de delitos cometidos pelos padres contra os índios aldeados de Reritiba e Reis Magos. Os depoimentos afirmavam que os padres: restringiam a liberdade dos índios, os impedindo de qualquer contato com os brancos, inclusive que esses fossem padrinhos de seus filhos; obrigavam os índios a trabalhar em suas roças, ficando com a maior parte do lucro do trabalho que realizavam em esquadras, fora dos aldeamentos; proibiam a venda de madeira e canoas pelos índios, mas os obrigavam a serrá-la para posteriormente vende-la não apenas na Vila de Vitória, mas na Bahia e no Rio de Janeiro; os tratavam com rigorosa crueldade, metendo-os nos troncos, ministrando constantes açoites e realizando prisões injustas; apreendiam parte do peixe coletado, que era salgada e vendida à terceiros na venda do colégio; davam tarefas diárias às índias e as açoitavam, muitas vezes despidas, como se fossem escravas; degredavam por vezes a outras partes os índios de seus aldeamentos; puniam eles mesmos os delitos cometidos pelos índios, impedindo o envolvimento da justiça, fosse eclesiástica ou secular; obrigavam os índios a carregá-los em redes, como se fossem seus escravos; mantinham tratos ilícitos com índias e negras, solteiras e casadas, muitas vezes gerando filhos com as mesmas; vendiam aos índios, com

exclusividade, visto a proibição do trato com brancos, e por preços elevados uma variedade de produtos, como açúcar, aguardente, ferramentas, mel, farinha, feijão, pólvora, chumbo, entre outros; obrigavam as índias a fiar e tecer algodão, vendendo posteriormente os panos aos mesmos índios; proibiam os índios de andarem vestidos e calçados como os brancos, acoitando-os e confiscando suas vestes; entre outras denúncias. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530).

Desde a violenta e arrasadora campanha militar de Mem de Sá, ficou definido que o tronco e o pelourinho passariam a compor, junto às igrejas, o espaço físico dos aldeamentos, evidenciando os castigos físicos de seu cotidiano. O governador geral os mandou instalar para mostrar aos índios que tinham “tudo o que os cristãos têm e para o meirinho meter os moços no tronco quando fogem da escola e para outros casos leves com autoridade [de] quem os ensina e reside na vila são muito contentes e recebem melhor o castigo que nos” (DOCUMENTOS relativos a Mem de Sá, 1570, in ANNAES DA BNRJ, 1906, vol. XXVII, p. 228).

E parece que desde os primeiros tempos alguns inacianos adotaram mesmo essa prática, não apenas aos que fugiam da escola ou aos que eram rebeldes, mas aos índios que contrariavam seus interesses, ocasionando com isso revoltas como a que ocorreu em Reritiba. Em carta de 24 de agosto de 1593, dirigida ao Geral Aquaviva, o Pe. Leonardo Armínio denunciava o Pe. António Dias, então atuante no aldeamento do Espírito Santo, na Bahia, de mandar queimar de forma premeditada um índio casado que havia fugido do aldeamento por medo dos açoites que o padre lhe queria dar. Aos demais índios, que ante a situação ameaçaram prender o padre, foi dada ordem para que fossem desarmados de seus arcos e flechas antes que a revolta tivesse início. Os mesmos índios foram também feridos pelo padre. (ARSI, LUS. 72, p. 124). Outras denúncias já acusavam o Pe. António Dias de abuso de violência e de açoitar as índias nuas, o que despertava sempre maior atenção do centro romano. O Pe. Cristóvão de Golvêa, ao contrário do que se esperava, minimizou a gravidade dos delitos, afirmando que António Dias de forma alguma cometera um pecado contra a honestidade, já que a condição de nudez era um antigo costume indígena. Como forma de conter outros possíveis incidentes, aconselhava, por fim, que o padre se ocupasse apenas dos negócios de importância dos aldeamentos, para os quais tinha grande talento, como já foi exposto anteriormente. (ARSI, LUS 72, p. 121).

Apesar das advertências e da constante prática de camuflar tudo que afetasse a imagem maculada dos padres, o cenário dos maus tratos com que tratavam os inacianos os seus índios aldeados no Espírito Santo resistiu ainda por quase um século após a expulsão. Em 1818, Saint-Hilaire (1974b, p. 67) afirma que durante sua permanência na Vila de Nova

Almeida, tanto os portugueses, quanto os índios, afirmavam que os jesuítas governavam na base do chicote os índios de Reis Magos, tal como eram tratados os escravos negros. Outro viajante, Auguste François Biard (2004, p. 59), em meados do século XIX, presta o seguinte depoimento:

Achávamo-nos na aldeia indígena de Nova Almeida, outrora habitada por jesuítas. No centro da praça há ainda grande pedra na qual eles prendiam os índios acusados de algum delito. A influência dos jesuítas sobre essas almas que deles beberam as primeiras noções do cristianismo se foi transmitindo de geração em geração e ainda hoje eles respeitam rigorosamente os padres. (BIARD, 2004, p. 59).

Freitas (1985, p. 176) informa que também os índios do aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí eram submetidos a um rigoroso regime que, por muitas vezes, os fazia fugir. Esses mesmos índios adentravam as florestas da grande Fazenda de Santa Cruz e só retornavam “com mil e uma promessas”.

Como afirma Almeida (2013, p. 167), a relação dos índios com os padres nos aldeamentos não foi de forma alguma fácil. Buscando o mal menor nos núcleos inacianos, os índios, porém, não titubearam em abandoná-los, em formar alianças junto a colonos contrários aos padres, em destituir autoridades que não os agradava, em fugir para o sertão ou em formar novos núcleos livres do jugo da Companhia. A transformação dos índios em súditos cristãos foi, portanto, um processo lento, sempre pontuado por muitos recuos, desafios e rebeldias.

Assim como ocorreu com índios, a relação estabelecida entre os padres e os muitos escravos negros pertencentes à Ordem certamente também não foi fácil. Como também observado por Alden (1996, p. 526), o grande número de negros nos núcleos inacianos tornou-se uma fonte de angústia óbvia para o grande historiador da Companhia no Brasil colonial, o frequentemente citado Pe. Serafim Leite. Em suas várias publicações, Leite tentou racionalizar o apoio da Ordem à escravidão negra. Seus principais argumentos eram simplistas e etnocêntricos: quando os europeus chegaram pela primeira vez às Américas, os ameríndios eram livres e, portanto, os jesuítas lutaram para proteger a sua liberdade, mas não sentiam tal obrigação em relação aos africanos, uma vez que a escravidão existia no continente negro muito antes da chegada dos europeus; a escravidão havia sido aprovada tanto pela lei da igreja quanto pelas leis das principais nações europeias, por isso, se os jesuítas se opusessem à instituição, estariam em oposição à lei já estabelecida; a oposição podia pôr em perigo suas atividades educacionais e evangélicas, e até sua capacidade de sobreviver no mundo lusitano; os negros que viajaram para o Novo Mundo ou que trabalharam sob os

cuidados dos jesuítas em África, se beneficiaram do contato com uma cultura mais avançada e com a fé cristã, sendo sempre tratados com suavidade e com garantia de acesso à propriedade e às festas, o que os fazia “quási esquecer a sua condição, que hoje reputamos triste” (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 59).

Ao que tudo indica, o quadro real foi bastante diferente da benignidade, doçura e largueza defendidas por Serafim Leite. A prática fez com que muitos padres incorporassem de fato o papel de senhores de engenho. Tanto que Antonil (2001, p. 94) afirmou que no Brasil era costume se dizer que para o escravo eram necessários

Três P.P.P., a saber Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, com tudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e sela e freio dourado. (ANTONIL, 2001, p. 94-95).

O padre esclarecia que as punições violentas, com ímpeto e ânimo vingativo, por mão própria ou fazendo uso de instrumentos terríveis, com fogo ou lacre ardente, ou ainda o hábito de marcá-los na cara, não eram convenientes, pois os escravos podiam se revoltar, fugir para o mato, ou matar a si próprio ou a quem lhes ministrava tais castigos severos. Os castigos brandos eram tolerados, segundo Antonil, desde que fosse averiguada corretamente a culpa do escravo. Aos culpados poderia ser dado o tratamento com açoites moderados, “ou com os meter em uma corrente de ferro por algum tempo, ou tronco” (ANTONIL, 2001, p. 96).

A busca pelos necessários resultados positivos e pela boa produção das fazendas e engenhos inicianos, certamente fez com que os padres empregassem por vezes mecanismos de convencimento pouco ou nada brandos. Como consequência dos rígidos costumes, muitos escravos da Companhia fugiam e formavam quilombos. Segundo Freitas (1985, p. 188), eram muitos os quilombos existentes nas imediações da grande Fazenda de Santa Cruz.

Assim, o das cabeceiras do rio Guandu, bem numeroso, que foi atacado em 1691 pelas tropas da cidade e, parece que sem nenhum êxito, pois em 1762, Gomes Freire ordenava ao Capitão-Mór da Aldeia de Itaguaí, “fosse atacar o quilombo do Guandu, pelos excessos praticados por seus habitantes”. Alguns, transviados da ordem e da disciplina, sempre açulados pelos inimigos dos padres, no caso, seus vizinhos, com os quaes andavam sempre em litígios territoriais, fugiam para muito longe; em 1747 foi preso em São João Del Rei, onde existia vasto quilombo, e para aqui remetido um escravo da Fazenda. (FREITAS, 1985, p. 188).

Prova de que o descrito tratamento benigno e diferenciado concedido aos escravos de Santa Cruz, e a todos os demais escravos da Companhia, não era uma constante no cotidiano dos núcleos inacianos. E na ausência do poder de barganha dos quais gozavam os chefes indígenas e seus subordinados, sobrava aos escravos negros o subterfúgio da revolta e das fugas, que originavam muitas vezes, com a formação dos quilombos, novos núcleos de povoamento mais ao interior da terra, nos quais se juntavam tanto negros, como índios, conforme já visto.

Fica claro, assim, que no complexo jogo estabelecido no cotidiano dos aldeamentos, as lideranças indígenas, que incorporaram bem o novo papel que assumiram no contexto da América portuguesa, contribuíram de forma decisiva para o processo de transição dos índios para os tão necessários súditos cristãos, tão caros à Coroa e à missão inaciana. Essas lideranças foram agraciadas, prestigiadas e centralizaram as negociações com os portugueses, ora colaborando, ora resistindo, conquistando com ambas as coisas alguns ganhos pessoais e, principalmente, ganhos coletivos. Negociações em prol do coletivo que persistiram mesmo após a expulsão, com as muitas iniciativas das lideranças e do seu povo em manter as terras que, na condição de aldeados, a lei lhes facultava. Aos negros, como já visto, não eram dados espaços para possíveis negociações. Tratados aparentemente com mais benevolência pelos padres, continuavam, porém, escravos da Ordem. Os jesuítas seguiram, certamente, até a expulsão, driblando as revoltas mais sérias e as contendas que o cotidiano da vivência de índios, negros e brancos faziam surgir, com a disciplina exigida pelas práticas religiosas e pelo trabalho contínuo. Ora perdoando e fechando os olhos para os casos em que os próprios pares da Companhia eram os reais causadores de tais conflitos, devido ao seu temperamento forte e hábito de castigar com rigor os índios e escravos. Ora firmando o pé em questões que favoreciam o espiritual e o temporal da missão. Ou ainda cedendo e concedendo mais espaço de negociação aos índios aldeados. Até porque, apesar dos muitos escravos que a Ordem detinha no Brasil, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, os índios foram sempre uma importante engrenagem para o bom funcionamento das muitas propriedades que os padres administravam em ambas as regiões.

4.1.3 A terra e o rendimento dos bens divinos

No contexto da América portuguesa, no qual a propriedade da terra era sinônimo de riqueza e poder, a Companhia de Jesus era rica e poderosa. A posse de imensas glebas de terra constituiu ao longo dos mais de dois séculos de ação inaciana no Brasil um dos principais

motivos de contendas e murmurações por parte da sociedade colonial. Apesar das sucessivas denúncias, os inacianos souberam aproveitar essa riqueza da forma que melhor condizia com as capacidades das terras. Muitas receberam funções de criatórios de animais e cultivos diversos, as quais se guiavam não apenas por questões relativas à fertilidade do solo, como atendiam às demandas das necessárias divisões de especialidades dos negócios jesuíticos. Outras, pela localização próxima ou mesmo no centro dos grandes núcleos urbanos, se destinavam ao rentoso negócio dos aforamentos e arrendamentos.

Como já discutido, antes mesmo de ser legalizada a questão dos arrendamentos entre os padres brasileiros e o centro romano, a prática já era comum na Província do Brasil. As terras jesuítas do Rio de Janeiro, em princípio concedidas em enfiteuse *in perpetuum*, com o tempo e a valorização das propriedades foram sendo arrendadas ou aforadas em pequenos lotes. Por meio do livro que trata dos arrendamentos do colégio do Rio de Janeiro na década que antecede à expulsão (MFF, Livro 29), transcrito resumidamente no apêndice C da presente tese, é possível apontar 161 processos²⁸⁴, com cláusulas bem claras quanto à gleba cedida²⁸⁵, aos valores a serem pagos, às obrigações dos foreiros e às restrições impostas pelos padres²⁸⁶. Estas últimas, quando não cumpridas, acumulavam multas que se somavam ao valor ou condição estipulada no contrato, renda que variava de 60 mil réis anuais a “5 galinhas ou algum valor”. Esses valores ou condições se alteravam conforme o tamanho da propriedade cedida, conforme os confrontantes, que muitas vezes eram as roças dos próprios padres e dos seus escravos, e conforme a situação econômica do seu arrendatário. Curiosamente aparecem nos contratos muitas mulheres, a maioria viúvas, e alguns escravos alforriados que dividiam o livro de controle dos padres com os grandes arrendatários, cujos títulos incluíam sargentos, doutores e capitães. As glebas arrendadas no termo da cidade, pertencentes à grande sesmaria de Iguaçu, englobavam áreas como Tijuca, Andaraí Grande e Pequeno, Maracanã, Inhaúma, Pedregulho, Jacarepaguá, Caju, as ilhas de Villegaignon, dos Melhões e da Pombeba e o Rio Comprido.

A quinta do Rio Comprido era meia légua de terra, perto do Engenho Velho. Quando êste estava em grande laboração, o Rio Comprido produzia canas e era compensador. Depois desejou arrendá-lo o Bispo D. Francisco de S.

²⁸⁴ O número exato de arrendatários do colégio do Rio de Janeiro seria de 270, segundo o que consta na Revista do Districto Federal (1894, vol. 1, p. 73).

²⁸⁵ Apesar da imprecisão dos marcos apontados, como bananeiras e matos, a maioria dos contratos aponta também o nome dos foreiros vizinhos às terras cedidas.

²⁸⁶ Em algumas propriedades cedidas não se podia, por exemplo, criar gado, ou não permitir que o mesmo ultrapasse limites estabelecidos. Essa medida visava conter os possíveis danos que o gado poderia causar nas roças de outros foreiros ou dos próprios padres.

Jerónimo, e quasi só por atenção para com êle se lhe cedeu por menos do que era justo, 25\$000 réis por ano. O Rio Comprido vendeu-se, antes de 1722, por 13.000 cruzados, e valia mais pelo local. Com esse dinheiro se edificou na cidade uma grande e elegante casa, cujo rendimento se applicou às obras da igreja nova do Colégio que se intentava erguer. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 73).

O livro dos arrendamentos do colégio do Rio de Janeiro (MFF, Livro 29) cita também casas arrendadas pela Companhia nas ruas Direita, do Rosário, de São José, do Leão e na Praia D. Manoel. A Revista do Districto Federal (1894, vol. 1, p. 73) afirma que além das casas chamadas da horta do colégio, os padres tinham também imóveis nas ruas de São Pedro, do Hospício, do Ouvidor, da Alfândega e na ladeira que dava acesso ao colégio. Possuíram também um “esplendido sobrado” na rua da Candelária, que foi vendido ao alferes António Gomes de Araújo, por 4 mil réis. Como salienta Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 74), a partir de fins do século XVII, rara é a ânuia que não menciona a construção de alguma casa. Isto porque, a partir dessa época, o arrendamento dos chãos urbanos passou a constituir uma fonte elevada e segura de renda para a cabeça de estrutura que era o colégio. Tanto que Alden (1996, p. 399) chega a afirmar que no Rio de Janeiro os arrendamentos de casas e lojas constituíram, senão a principal, a segunda fonte de receita do Real Colégio. Afirmação confirmada pelo catálogo da Companhia de 1757, resumido no quadro 7, no qual os ganhos provenientes dos arrendamentos só ficavam atrás da soma do que rendiam as duas grandes fazendas de Santa Cruz e de Campos dos Goytacazes.

No Espírito Santo, como já citado, os inacianos eram proprietários de muitas casas situadas, em sua maioria, nas proximidades do colégio e do trapiche dos padres. Também tinham terras arrendadas na parte d’além da Vila de Vitória, cujo foro por propriedade era de quatro galinhas por ano. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 37). Por meio dos depoimentos da devassa de 1761 é possível informar algumas condições desses arrendamentos: os foreiros não podiam cortar madeiras, fazer casas que não fosse de taipa de mão dentro das terras pertencentes ao seu foro, vender as terras a pessoa alguma e nem colherem os frutos pendentes após encerrado o período definido no contrato. (Ibid., p. 135). Como visto, após a expulsão dos inacianos, a avaliação desses bens apontou que as casas e chãos urbanos valiam quase quanto as vastas glebas de terras da banda d’além, o que só reforça que no contexto do século XVIII o lucrativo negócio dos imóveis urbanos rendia realmente largos frutos.

No Rio de Janeiro, não apenas as terras da cidade eram arrendadas pelos padres. Parte das terras do aldeamento de São Barnabé e de São Lourenço também aparece no livro de controle do colégio (MFF, Livro 29). Não se sabe se as glebas arrendadas ficavam em terras

jesuítas pertencentes às fazendas situadas nas proximidades dos aldeamentos, ou se pertenciam aos índios aldeados. O certo é que o aldeamento de São Barnabé, cujas terras aparecem registradas mais vezes no livro, estava localizado nas terras da Fazenda de Macacu, como visto. A confusa questão da propriedade das terras foi levantada pelos moradores do Rio de Janeiro no contexto do tumulto de 1640 ocorrido com a publicação do Breve de Urbano VIII, em favor dos índios. Os padres, em sua defesa, elaboraram a seguinte missiva:

Se por terra dos Índios se entendem as do Brasil, de que êles eram senhores e para que têm direito natural, por lhes serem dadas por Deus, que é verdade que os Portugueses e os Padres as ocupam, porém se fala das que por Sesmaria se dão e repartem por todos, por ordem de Sua Majestade, que desta se não achará um só palmo, que sendo dos Índios os Padres as ocupem, nem com gado, nem com lavoura, nem doutra maneira, achando-se actualmente Aldeias de Índios inteiras, como são as de S. Barnabé e de São Francisco Xavier, que estão situadas em terras que foram e são do Colégio, da mesma maneira se não achará terra alguma que pertence aos Índios, que os Padres vendam como sua. As terras e pastos, que o Colégio ocupa, de que fala êste item, não são do Conselho, como por muitas vezes em juízo e fora dêle se tem mostrado, senão que são do Colégio, e dadas de Sesmaria pelo Capitão-Mor e sesmeiro Estácio de Sá, confirmadas por Mem de Sá, Governador Geral por mandado e provisão expressa de Sua Majestade. Usarem os Padres para bem comum, cómodo próprio e sustentação sua e da terra, e ainda aumento da fazenda real, de artificiosas indústrias, abrindo valas em terra própria, com muito trabalho para enxugar campos alagadiços e por isso inúteis, e descobrindo caminhos, havidos até então por impossíveis, para se meter gado em terras incultas e pastos inacessíveis, como o fizeram os anos atrás, como o primeiro nos campos da Guaratiba, e o segundo há pouco tempo nas terras dos Goitacases, onde já muitos moradores do Rio de Janeiro têm gado, mais merece louvor e agradecimento que vitupério. (apud LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 76-77, grifo nosso).

A justificativa dos padres só reafirma que as terras dos aldeamentos de São Barnabé e São Francisco Xavier, enquanto terras integralmente pertencentes às fazendas de Macacu e Santa Cruz, eram sim utilizadas conforme a necessidade dos padres, fosse para a finalidade dos arrendamentos, fosse para a formação de pastos e roças, como comprova mais uma vez o livro de arrendamentos, ao se referir ao período imediatamente posterior à tormenta de 1640:

Consta de hum livro antigo, que a segunda vezy, que tornarão os P.P. da Companhia de Jesus por ordem de Sua Magestade para a Aldea de S. Bernabe; atendendo o P. Reitor do Collegio a pobreza daquela Aldea para que os P.P. Missionarios para o tempo adiante podessem sustentarse mandou para principio de hum curral nove vitelas, e hum touro, e daqui teve o principio o curral do gado daquela aldea que os indios tem hoje por seo, e tem destuido como consta, com matanças, sendo que este curral assim como a mesma Aldea esta em terras do Collegio adevirão que o P. Thomé Correa,

sendo o Superior desta Aldea devidio este curral em dous trazendo parte do gado para o mesmo sitio da Aldea aonde esta fundado hoje. (MFF, Livro 29, 1749-1759, p. 17).

Não apenas havia currais de gado nas grandes fazendas da Ordem, como fica claro, mas também nos aldeamentos. O trato realizado pelos índios com a terra e gado pertencentes à Companhia desencadeou não apenas a já citada obrigação de foros anuais, como, muito provavelmente contribuiu para a ocorrência de conflitos, como fica claro no registro. Os índios tinham o curral como seu, realizando matanças conforme sua vontade. Os padres buscavam contornar a situação dividindo os currais: um ficando no aldeamento e outro possivelmente mais próximo à sede da fazenda. Acredito, entretanto, que a medida não diminuiu os muitos prováveis atritos quanto ao limite imposto do que poderia ser cedido aos índios e a definição do todo que seria dos jesuítas. Outro registro do livro informa sobre uma concessão que o colégio deu a um negro que vigiava a roça do padre superior de São Barnabé, para que o mesmo plantasse mandioca junto à mesma roça. A presença de escravos negros nos espaços teoricamente concebidos para o trabalho de índios livres, súditos fiéis da Coroa portuguesa, mas que eram, na verdade, territórios temporais da Companhia, certamente contribuiu para que as relações ficassem ainda mais acirradas.

No que diz respeito as grandes fazendas administradas pelos inacianos no Rio de Janeiro e Espírito Santo é possível, em certa medida, prestar algumas informações a respeito das condições econômicas e sobre os mais diversos bens que outrora integraram esses núcleos. Parte dos registros foram encontrados nos catálogos da Ordem, muito provavelmente nos manuscritos que Alden (1996, p. 243) aponta como terceiros catálogos. Esses documentos faziam parte dos relatórios econômicos periódicos, a cargo dos provinciais, nos quais eram apontados os montantes de receitas e despesas de cada núcleo.²⁸⁷

Sobre a sesmaria de Iguçu, consta o registro de 1757, que informa que nesse ano a produção de açúcar do Engenho Velho foi de 40 caixas. Possuía 250 cabeças de gado bovino e 200 escravos. Enquanto o Engenho Novo produzia 60 caixas de açúcar e alguns tonéis de aguardante de cana. Contava com 180 cabeças de gado bovino e 148 escravos destinados aos serviços do engenho. (ARSI, BRAS 6, p. 437v). Além dos engenhos, mantiveram os padres algumas glebas dessas propriedades arrendadas, como constam nos registros do livro de arrendamento de 1749 a 1759 (MFF, Livro 29). Em São Cristóvão, apesar de manterem

²⁸⁷ Os relatórios eram remetidos diretamente ao centro romano. Quando julgavam apropriado, os provinciais escreviam também diretamente ao rei, aos seus ministros e a potenciais ou antigos benfeitores. Enviavam por vezes também aos padres de outras províncias. Os provinciais respondiam ainda a relatórios regulares que lhes eram entregues por administradores subordinados e por padres fazendeiros. (ALDEN, 1996, p. 246).

preservada a propriedade da quinta, os inacianos também foram arroteando as terras. O Pe. Antônio Forti, em missiva de 6 de agosto de 1655 enviada ao Geral, salienta todas as complicações advindas desse tipo de negócio.

Hum Diogo Pacheco se meteo nas nossas terras iunto a S. Christovão bem perto desta cidade fabricando nellas hum engenho, alcansamos sentença contra elle per ser evidente a razão de nossa parte e como viu que não ha remedio, e o P. Provincial pouco pratico nesta mecanica de terras acometeo conserto e alcansou o que quis com lezão do collegio, porque as ditas terras, que elle possui valem melhor de 20 mil com qualquer beneficio que o collegio fizer nellas gastando 3 mil ou pagando lhe as benfeitorias do engenho que o dito Pacheco fes em nossas terras. He isto traça dos homens meterem se nas terras pera obrigar os P.^{es} a semelhantes consertos, e sera exemplo pera o fazerem outra. Eu fui de parecer contrario por ser pouca a pensão que da, pois as terras do engenho que o dito fez vem a importar 20 mil e as que possuem os outros também outros 8 mil por serem terras boas, e mui buscadas. A pensão de 40 mil cada ano he nada, porque lhas vão a emphiteosim, que no Brasil he contrato preiudicial porquanto as terras em seis anos se gastão e não prestão, e depois se deixão cair em comisso, e largão as terras, e ficão elles lucrando frutos grandes, e nos com 200 mil de pensões somente, e havendo se de fazer tal conserto melhor era vender a terra logo inda que fosse a metade menos do que vale que da las a emphiteosim. Eu me governo pellas rezões que digo examinando as e consultando as com pessoas nossas amigas, que a entendem. O Pe. Provincial dis a isto, que não quer que va a apellação per diante, por estarem os tribunaes enfadados com tantos pleitos nossos, ainda que saibamos alcansar final sentença; e na mesma consulta, tratando se de aceitar huma capella de nenhum proveito, que nos deixavão por ser fundada sobre terras, que não valem nada, e sobre indios forros que os secolares tem por captivos, determinou que se prosseguisse esta demanda, e não a outra, como se fora possível não termos demandas no Brasil. Tambem na venda que se fes a Bartholomeo Machado de humas terras iunto a S. Christovão, que eu contradissi per haver lesão pella informação, que tive de pessoas inteligentes na materia; e depois o mesmo Pe. Manoel da Costa Reitor que a vendeo alcansou ser a venda por menos do que valia, de sorte que a terra valia perto de 3 mil e se vendeo por humas casas terreas de limitado preço; para ambas se pede a V. P.^e confirmação. V. P.^e fara o que lhe parecer os Padres terião bom zelo, mas claramente se enganão. Por vezes nestas compras, e vendas os Padres se hão não como administradores, mas como se forão mais que senhores: he necessario por lhes alguma limitação, e proibição de fazer semelhantes vendas condicionadas, e não obsta haver talvez demandas sobre ellas, porque ia sabem os medos dos Padres e as põem facilmente onde não há razões para as por, e tambem sabem quanto podem intercessões de Governadores e outros, como aconteceu nesta do Pacheco, motivo que tiveram para cortar por tudo. (ARSI, BRAS 3-1, p. 285).

A carta do Pe. Antônio Forti, cujo conteúdo se posicionava claramente contra a *enfiteuse*, não apenas aconselhava que fosse cobrado mais dos padres, quando estes se colocavam na posição de administradores, de forma a evitar que o colégio amargasse perdas temporais, como descreve um esquema de coação e favorecimentos, que em grande medida

atendia também aos próprios padres da Companhia de Jesus. O depoimento deixa claro que a ação dos padres administradores-procuradores ia muito além de organizar e promover o crescimento das atividades produtivas. Além da obrigação de possuírem o arcabouço espiritual comum a todos os membros da Ordem e o conhecimento profundo do sistema produtivo ao qual estavam vinculados, esses padres deveriam saber lidar da melhor forma contra os prováveis ataques e críticas não somente da sociedade, mas dos seus próprios pares da Companhia. Os padres procuradores deveriam ter ainda a correta destreza nas constantes investidas de terceiros contra o patrimônio da Companhia, visto que as benfeitorias descritas acima, como a abertura e o melhoramento dos caminhos, a construção de canais e as obras de drenagem, não apenas valorizavam as terras, como aguçavam a cobiça de terceiros. A já citada fragilidade dos marcos legais contribuía ainda mais para os conflitos que giravam entre a disputa de terras e a definição de limites entre uma e outra propriedade. Como salienta Assunção (2004, p. 393), a ilegalidade dos títulos de propriedade demonstra a inoperância do aparelho judicial e de uma legislação que abria brechas nos meandros legais. Na resolução de contendas que se arrastavam por anos, os jesuítas souberam apelar para a sua rede de influência, que normalmente estava ligada ao poder real, a fim de alcançarem sempre as sentenças em favor da Companhia.²⁸⁸

Retomando o contexto das grandes fazendas administradas pela Ordem com o grande estabelecimento agrícola-industrial de Santa Cruz, informam os padres que em 1741 a fazenda possuía 7.658 cabeças de gado bovino, 1.140 equinos e 200 ovinos. Fornecia, nessa época, 500 cabeças de gado para o sustento do colégio, e mais bois necessários para os serviços do Real Colégio e das demais fazendas do Rio de Janeiro. Os escravos eram em número de 700, dos quais a maioria se dedicava ao pastoreiro. Alguns se voltavam ainda à tarefa de amansar os cavalos, enquanto os mais industriais eram encaminhados aos trabalhos nas oficinas da fazenda. As mulheres eram destinadas ao cultivo das terras, das quais se tirava grande cópia de farinha brasileira e muitos legumes, que eram transportadas ao colégio em navios próprios. Os mesmos barcos transportavam também quantidade de ladrinhos, telhas e madeira de todas as espécies para o conserto de casas ou para novas obras. O dinheiro enviado ao colégio do Rio variava entre 2.000 e 3.000 escudos romanos nesse ano. (ARSI, BRAS 6, p. 336v).

O catálogo de 1757 informa que o gado bovino subia ao número de 9.344 cabeças. Em algumas épocas, segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 57), o colégio abria um açougue para a venda de carnes verdes. A fazenda continuava enviando anualmente as 500 cabeças de

²⁸⁸ Os padres da Companhia comumente levavam vantagem nas contendas por possuírem um profundo conhecimento a respeito das leis e dos trâmites legais.

gado ao colégio. Além disso, enviava por ano ao reino a maior parte dos 4.000 escudos romanos que rendia a venda do gado, em troca dos produtos importados indispensáveis à vida do colégio e demais núcleos a ele conectados. Os escravos eram 740, que garantiam os bons resultados alcançados: os gastos somavam 1.282 escudos, enquanto o ganho foi de 1.645 escudos romanos. (ARSI, BRAS 6, p. 437-437v).

No que se refere à fazenda de São Francisco Xavier do Saco, sabe-se que os jesuítas mantinham arrendados alguns terrenos, como indica o contrato de 1º de janeiro de 1753 do livro de arrendamentos.

Por comissão do M. R. P. Roberto de Campos Reitor actual deste Collº do Rio de Janeiro renovo o arrendamento que consta do livro velho a folha 185 ao Capitão Antonio Pinto Homem de ter o seu armazém na praya junto ao Rio S. Antonio na Fazenda do Sacco, obrigando-se a não vender agoa ardente, nem alguma outra bebida, nem tera mais terra do que aquella em que esta sentado o dito armazém. (MFF, Livro 29, 1749-1759, p. 210).

Em 1754, estava também arrendado a José Soares um sítio nas terras do colégio para a banda do Saco, onde o dito arrendatário tinha “huma caza na praia hindo para o oiteiro de Caray” (MFF, Livro 29, 1749-1759, p. 244). Apesar dos rendimentos dos arrendamentos, como visto, São Francisco Xavier do Saco nunca teve vida autônoma. Como um anexo, sua função era a de fornecer a madeira necessária para o funcionamento da cozinha do colégio.

No que se refere às fazendas mais afastadas da cidade, a propriedade dos padres nos Campos dos Goytacazes já aparece como a principal fonte de receita do colégio do Rio de Janeiro no catálogo de 1757 (ARSI, BRAS 6, p. 437), contribuindo com um total anual de 8.274 escudos romanos, enquanto o grande complexo de Santa Cruz, nessa época, enviava metade desse valor ao Real Colégio. A fazenda repartia-se em muitos currais, nos quais pastavam, nesse ano, 16.580 cabeças de gado bovino e 4.670 cabeças de gado cavalari. Os escravos eram em número de 820 que enviavam ao centro da estrutura 111 caixas de açúcar. Assim, não apenas os frutos provenientes das negociações que giravam à roda da criação bovina engrossavam essa soma, mas os maiores valores provinham do trato com a cana-de-açúcar (5 mil escudos romanos), prova que os padres souberam direcionar sua produção ao crescente mercado do açúcar e da cachaça que se firmava na região dos Campos dos Goytacazes nas últimas décadas do século XVIII. A fazenda contava ainda com uma famosa fábrica de cerâmica e um hospital ou enfermaria, como existia no grande complexo de Santa Cruz.

Na fazenda de Santa Ana de Macaé, como já citado, havia, além da abundância de madeiras, plantações de mandioca e vegetais de todo o gênero. Em 1741, o gado era pouco, mas os padres já indicavam as vantagens de se possuir moedores para a produção de *saccharças* (ARSI, BRAS 6, p. 337). Pelo que parece o conselho foi seguido, pois o catálogo de 1757 indica que nesse ano havia se iniciado uma fábrica de açúcar. Além dela, a fazenda comercializava madeira, peixes secos e alguma farinha, possuindo ainda 242 cabeças de gado bovino, 30 equinos e 60 escravos. (ARSI, BRAS 6, p. 437v).

Fechando o rol de fazendas do Rio de Janeiro, o catálogo de 1707 informa que haviam nos Campos Novos aproximadamente 1.500 cabeças de gado bovino. Valor repetido pelo catálogo de 1757, que aponta também o número de 190 escravos de serviço. Número bastante superior ao apontado pelo mesmo catálogo para a propriedade de Santa Ana de Macaé (ARSI, BRAS 6, p. 437v). Apesar do catálogo de 1741 indicar um número menor de escravos, 163 peças, o gado já havia chegado as 2.000 cabeças. Os padres salientavam, nesse documento, que apesar da propriedade não ter ainda atingido sua perfeição, pelos seus campos serem vastíssimos e capazes, se esperava que futuramente pastassem nele 20.000 cabeças de gado. (ARSI, BRAS 6, p. 337-337v).

É importante salientar que os catálogos contavam ainda com um resumo, no qual eram informadas as fontes de receita e o quanto rendiam anualmente ao colégio. Por meio do Quadro 4 é possível afirmar que em 1701, a renda do colégio do Rio de Janeiro era de 11.400 escudos romanos. No Quadro de número 5, de 20 anos depois, os rendimentos atingiam a soma de 14.551 escudos romanos. A soma continuava crescente, atingindo a cifra de 16.200 escudos em 1741 (Quadro 6). E em 1757 os lucros excederam 23.600 escudos (Quadro 7), contudo o endividamento ultrapassou as receitas de então em 8.000 escudos romanos.

Alden (1996, p. 425) salienta que se a estimativa apresentada pelos catálogos estiver razoavelmente correta, as propriedades dos jesuítas no Brasil contribuíram, por exemplo, com um pouco menos de 3% das exportações brasileiras de açúcar.²⁸⁹ Isso num contexto no qual o Brasil já não dominava o mercado, e os retornos do cultivo da cana-de-açúcar já não eram tão rentáveis como haviam sido. Como expõe Assunção (2004, p. 256-257), diferente do contexto europeu no qual prevalecia a pequena e a média propriedade, a exploração dos grandes latifúndios constituiu-se como uma experiência totalmente nova para os inacianos. A rotina de

²⁸⁹ O açúcar produzido pelos inacianos entre os anos de 1745 e 1760 nos engenhos de Ibirajuba, São Bonifácio, Nossa Senhora da Luz, Monjope, Pitanga, Cotegipe, Sergipe do Conde, Santana de Ilhéus, Araçatiba, Engenho Velho, Engenho Novo e nos Campos dos Goytacazes geraram o acúmulo de 320 toneladas do produto. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 317).

um engenho exigia conhecimento básico sobre o cultivo da cana e a produção do açúcar: os tipos de solo mais adequados para uma boa produção, como o massapé e o salão, destinando as terras arenosas para o criatório bovino, ou para o cultivo da mandioca e de legumes; a umidade do terreno e o período mais adequado para o plantio; a limpeza da terra; o período correto para o corte; o tipo de muda adequada ao plantio e ao replantio; o cuidado com os animais para não causarem eventuais danos à plantação; o trato diário com diversos trabalhadores assalariados e escravos; o cuidado com a moagem, purga, enchimento das vasilhas, separação dos tipos de açúcar; os acondicionamentos para o embarque ou a venda do produto; dentre outras muitas preocupações que deveriam ser devidamente cheçadas e resolvidas pelo padre administrador. A Companhia lidava, portanto, com todas as questões com as quais lidavam também os grandes senhores de engenho do Brasil.

Quadro 4 – Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1701.

Descrição	Valor da renda recebida
Dotação régia	1.000
Locações	1.200
Gado	3.600
Após a dedução das despesas	4.000
Produto das vendas	800
Farmácias	800
Soma total	11.400

Fonte: ARSI, BRAS 6, p. 27v.

Quadro 5 – Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1721.

Descrição	Valor da renda recebida
Dotação régia	1.000
Casas alugadas	5.321
Propriedades arrendadas	680
Açúcar e aguardente	1.230
Couro e carnes	800
Produtos dos Goytacazes	4.000
Farmácias	600
Produtos de Santa Cruz	1.600
Soma total	14.551²⁹⁰

Fonte: ARSI, BRAS 6, p. 127v.

²⁹⁰ O catálogo informa de forma equivocada a soma de 15.231 escudos romanos.

Quadro 6 – Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1741.

Descrição	Valor da renda recebida
Dotação régia	1.000
Locação de edifícios	4.800
Farmácias	600
Penção de outras fazendas arrendadas	400
Produto das vendas	400
Açúcar e aguardente	1.000
Outras indústrias	3.000
Gado vendido	5.000
Soma total	16.200²⁹¹

Fonte: ARSI, BRAS 6, p. 336.

Quadro 7 – Rendas do Real Colégio do Rio de Janeiro em 1757.

Descrição	Valor da renda recebida
Dotação régia	1.000
Locação de edifícios	4.818
Penção de outras fazendas arrendadas	911
Gado vendido nos Goytacazes	3.274
Gado vendido em Santa Cruz	4.000
Açúcar e aguardente do Engenho Velho e Novo	3.000
Produto das oficinas de cana-de-açúcar dos Goytacazes	5.000
Farmácias	600
Outras indústrias	1.000
Soma total	23.603

Fonte: ARSI, BRAS 6, p. 437.

Embora o açúcar tivesse sido de longe a exportação mais atraente do Brasil em 1600, isso já não era verdade na década de 1750. Alden (1996, p. 426) considera que se a Companhia tivesse resistido à tormenta de 1759, muito provavelmente durante o restante do século XVIII, seus colégios poderiam ter se tornado líderes no renascimento agrícola brasileiro, pois esse avivamento se direcionava justamente para algumas das mercadorias alternativas que as propriedades jesuítas já estavam produzindo, como o cacau, por exemplo, e das quais os padres haviam sido pioneiros em seu cultivo. O autor salienta, entretanto, que os inicianos não trabalharam para criar uma demanda na metrópole com a exclusiva finalidade de venderem os frutos de suas fazendas coloniais, uma vez que os produtos eram

²⁹¹ A soma do catálogo indica equivocadamente o valor de 14 mil e 200 escudos romanos.

enviados em pequenas quantidades, exceto o já citado açúcar, e alguns produtos da região do Maranhão Grão-Pará. O envio de mercadorias ao reino, segundo ele, se destinava mais a satisfazer as necessidades da própria Ordem e dos próprios missionários.

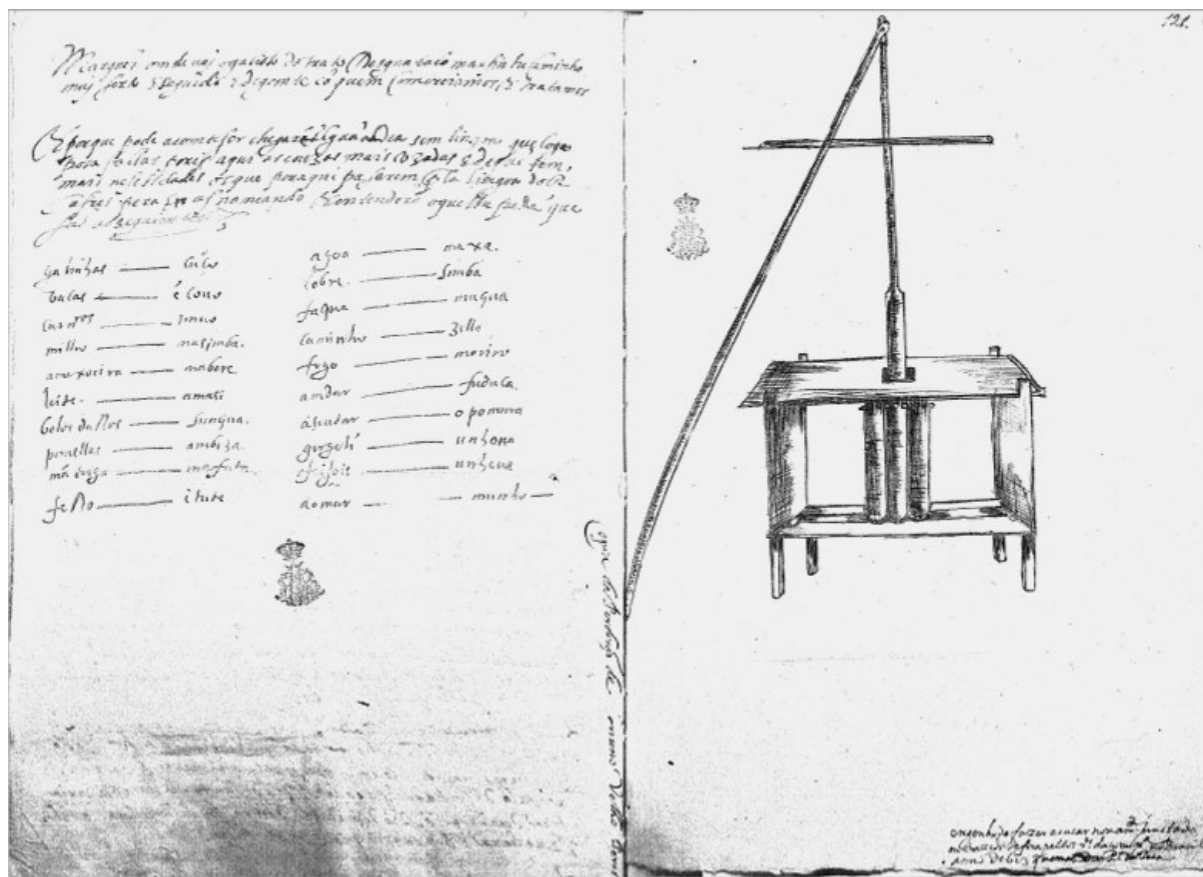
No rol dos principais produtos e negócios que geravam avultadas rendas ao colégio do Rio de Janeiro, demonstrados pelos quadros anteriores, está um resumo do que já foi largamente discutido pelo presente trabalho: a dotação real, os arrendamentos, a cana-de-açúcar e seus derivados, o gado, o produto das farmácias e, por outras indústrias, tudo que ficou de fora dessa lista, como a farinha de mandioca, as madeiras, o peixe seco e toda sorte de frutas, verduras e legumes. Deve-se incluir ainda nessa somatória os valores obtidos a partir dos ofícios de pintores, entalhadores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, entre outros, conservados nas oficinas presentes na grande maioria das fazendas da Ordem. A hábil administração dos padres, aliada à constante introdução de novos métodos e tecnologias – como a introdução de moendas compostas por dois cilindros dispostos na posição vertical, separados um do outro por um terceiro tambor, que constituía o eixo motor do sistema, proporcionando o impulso necessário aos outros dois²⁹² (Figura 52) – contribuiu para que já em 1662 o Real Colégio do Rio de Janeiro fosse considerado o mais próspero do Brasil. (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/I, p. 5).

No que diz respeito aos grandes polos produtores da Companhia no Espírito Santo, a fazenda de Carapina, como visto, foi uma das primeiras organizadas pelos padres na capitania. Desempenhava a função de fazenda suburbana, fornecendo ao colégio o produto de seus pomares e hortas, mas teve também em suas terras engenho, olaria e outras fábricas. Apesar da diversidade de atividades e de ter funcionado durante mais de um século, não foram localizados nos documentos da Companhia registros que indicassem o número de bens e as condições econômicas desta fazenda.

Sobre as demais fazendas do Espírito Santo, os documentos da Companhia oferecem preciosas informações. O catálogo de meados do século XVIII informa que a fazenda de Itapoca contava com o trabalho de 245 escravos, possuía 50 cabeças de gado bovino e 10 de gado cavalariço, todos destinados à fábrica de farinha que atendia não apenas as necessidades do Colégio de Santiago, como era comercializada em *minoris momenti*. (ARSI, BRAS 6, p. 440).

²⁹² Anteriormente as moendas operavam com dois grandes tambores horizontais justapostos que eram geralmente movidos por força animal. Esse método não prensava com perfeição a cana, demandava um número elevado de animais para movimentá-la e necessitava de reparo constante no tambor inferior, que sustentava todo o peso da operação. Com o novo sistema a cana podia ser passada pelos tambores em ambas as direções, aumentando, dessa forma, o ritmo da operação. O novo método oferecia ainda as seguintes vantagens: era mais fácil de construir, prensava melhor a cana, necessitava de menos animais como força motriz e moía a cana com mais rapidez. (SCHWARTZ, 1988, p. 117-118).

Figura 52 – Desenho do engenho de fazer açúcar, novamente pintado ou trazido de fora pelos Padres da Companhia de Jesus, no Brasil, ano de 1613, e enviado por Pedro da Fonseca.



Fonte: Biblioteca da Ajuda – BA 51-VI-54. F. 121 (p. 124).

Em 1694, a fazenda de Muribeca possuía 1.639 cabeças de gado bovino, que eram destinadas ao abastecimento de carne, aos carros necessários à manutenção dos serviços e às moendas de cana. Por ser a residência de Muribeca vizinha ao rio, fizeram os padres um espaço pesqueiro, cujo peixe se levava em grande cópia ao colégio de Vitória. Havia também novas plantações de cana e novas moendas. Como suporte da grande estrutura, contava a fazenda com 209 escravos e 120 carros de bois. O catálogo (ARSI, BRAS 5-2, p. 141v) informa ainda que haviam sido adicionados novos colonos à terra. O engenho ainda existia em 1701, mas logo as terras arenosas da propriedade direcionaram a produção principal somente para a criação de gado.

A partir de 1707, aparece já com as funções de residência, da qual dependiam outras duas casas relativamente distantes, com suas respectivas igrejas. Os bois eram 1.590 e os escravos mais de 200 (ARSI, BRAS 6, p. 64v). Esses sempre foram muitos, tanto que no ano de 1757, estando à frente da fazenda o Pe. Manuel da Fonseca, acompanhado pelo Pe. Antônio Jorge, além dos serviços administrativos, o superior se dedicou durante sua estada na

propriedade, à elaboração da obra *Pastoral Parochus servorum*, consagrada aos braços escravos que faziam com que as propriedades inacianas rendessem os tão preciosos frutos. Saint-Hilaire (1974c, p. 211) de passagem por Muribeca nas primeiras décadas do século XIX informa que ainda trabalhava um elevado número de negros na fazenda.

No que se refere ao último grande centro jesuíta capixaba, sujeita às condições climáticas, a produção de açúcar do engenho de Araçatiba variou muito conforme o ano. Em 1742, não passou de 16 caixas (ARSI, BRAS 6, p. 306v). Em muitos anos seguidos, devido às secas ou inundações, as receitas do Colégio de Santiago não conseguiram cobrir as despesas. A falta de dinheiro imposta pelo clima desfavorável impunha aos religiosos da Companhia ainda mais trabalhos e negociações para que o colégio acertasse suas dívidas. O que de certa forma era compensado pelos anos melhores, como o de 1739, quando se produziu muito e não houve pobres na Vila de Vitória, pois todos partilharam da abundância do colégio (ARSI, BRAS 10-2, p. 395v; LEITE, 2006, tomo VI, livro II/I, p. 141). Outro bom ano foi o de 1757, quando a produção de açúcar de Araçatiba chegou a atingir 80 caixas. Nesse mesmo ano, o engenho possuía 400 escravos, 200 cabeças de gado bovino e 30 de gado cavalari. Em Muribeca eram 188 escravos, 473 cavalos e 2.096 cabeças de gado bovino (ARSI, BRAS 6, p. 440). O inventário realizado após a expulsão dos padres informa que o engenho possuía, além de ferragens, cobre e metais para seu funcionamento, 852 escravos, formados por negros, pardos e cabras²⁹³, “alguns com officios e artes” (DAEMON, 1879, p. 183). Como visto, foi construído no engenho, nas primeiras décadas do século XVIII, um navio, para facilitar o envio regular da produção de açúcar de Araçatiba ao Colégio de Santiago (ARSI, BRAS 10-1, p. 221).

Araçatiba, além do açúcar, produzia aguardente, melado e mel de tanque. (LEITE, 2006, tomo VI, livro II/ II, p. 156). Uma das testemunhas da devassa de 1761 informa que havia na propriedade “huma venda de aguardente de cana da que se fabricava no engenho da dita fazenda, não só pera se vender á escravos da dita fazenda, como á todos os mais que ali quisessem comprar” (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 19). O depoimento do Frei Jorge de Vasconcelos, do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Vila de Vitória, acrescenta:

[...] o Padre Caetano Mendes, Religiozo da Companhia, mandava deste Collegio á Fazenda da Moribeca comprar queijos, e os vendia nesta Villa pela pessoa de José Sylverio já defunto, reputando-os por mayor preço, do que os tinha comprado. Item dice mais que sabes por ser publico, e notório

²⁹³ Mestiço indefinido, de negro, índio ou branco, de pele morena clara.

que o Padre Thomaz de Campos Religiozo da Companhia, sendo Superior da Fazenda de Araçatiba pertencente ao Collegio da Companhia desta Villa, vendia taboados, gamelas, porcos, galinhas, limões doces, laranjas e outras muitas couzas, destes gêneros comestíveis á todo o povo. Item dice mais que sabe por ser publico, e notório, que os Padres da Companhia do Collegio desta Villa vendião no seu trapixe melados, assucar, taboados, e todos os mais efeitos de que senão utilizavão e fabricavão, digo, de que senão utilizavão para o seu gasto, e lhes sobrava pera sua sustentação. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 30-30v).

Além das comprovadas vendas públicas, e das já citadas dotações reais, que aparecem como primeira fonte de renda nos catálogos, os jesuítas ganhavam muito também com as dotações feitas pelos fiéis. Os doadores poderiam estipular o valor da dotação anual, em espécie ou em produtos relevantes no mercado, solicitando, em contrapartida, reconhecimento perpétuo de sua generosa contribuição e celebrações religiosas em favor de sua alma. Na busca de possíveis benfeitores, segundo Alden (1996, p. 352), os jesuítas souberam cultivar com êxito suas ligações com membros da nobreza europeia, tanto no reino português como noutras partes do continente. Os padres que viajavam para o exterior, por exemplo, geralmente velejavam a bordo de navios de guerra com vice-reis, governadores e outros importantes dignitários. A Companhia, por muitas vezes, abrigou em seus colégios estas ilustres personalidades e soube solicitar auxílio nos momentos necessários. Em carta de 3 de dezembro de 1669, enviada a D. Rodrigo de Meneses, Regedor de Justiças, homem de confiança do Infante e depois príncipe e rei D. Pedro, o Pe. Antônio Vieira apelava:

Ainda tenho mais com que cansar a V. S^a. Do dinheiro que S. A. mandou pagar, e da consignação que mandou fazer, não há havido até agora efeito algum. O padre procurador-geral do Brasil há-de pedir favor a V. S^a sobre uma e outra coisa; espero que V. S^a por sua piedade lhe não falte, pois é obra que tem tantas circunstâncias de misericórdia como já representei a V. S^a; e V. S^a me perdoe tão repetidas e importunas moléstias, que a mercê e afeto tão verdadeiro, que no ânimo generoso de V. S^a experimentei sempre, me dão confiança e atrevimento para tanto. (VIEIRA, 2009, p. 200).

Na América portuguesa as doações transformaram os religiosos em senhores de engenho, criadores de gado e em outras atividades que os introduziram no contexto econômico e nas práticas comerciais. Entretanto, não apenas de pessoas ilustres vinham os tão preciosos donativos. O Pe. Emanuel Fernandes Lica, padre secular nascido no Porto e educado pelos jesuítas no colégio do Rio de Janeiro, manteve sua afeição pela Companhia, e em 1700 deixou ao colégio seis milhões e quatrocentos mil réis sob a forma de uma dúzia de

escravos negros, um campo de cana-de-açúcar, duas casas grandes, prata e dinheiro. (ALDEN, 1996, p. 352).

Os favorecimentos advindos de fiéis e admiradores, as ações protecionistas do Estado português, a eficiente administração das propriedades, o profundo conhecimento e a preciosa influência que normalmente faziam a balança pesar em favor da Companhia, permitiram à Ordem obter muitos êxitos em seus negócios. O envolvimento com as questões temporais era muito mais profundo do que se poderia esperar de uma missão que trabalhava em favor da salvação espiritual. Mas, dos negócios e das demandas temporais dependia o sucesso da missão na árdua vinha do Brasil, e para os soldados de Cristo o que interessava era que o espinhoso poder temporal era essencial à busca da maior glória de Deus.

4.1.4 A expulsão dos soldados de Cristo: rupturas e continuidades

Como salienta Assunção (2004, p. 141), a grande trama de interesses que foi se formando no decorrer dos anos permitiu aos jesuítas terem tanto amigos e benfeitores, como rivais e inimigos. A dinâmica das interações estabelecidas nem sempre foi estática, bem ao contrário disso, em muitos casos os padres puderam observar antigos devotos transformarem-se em obstinados perseguidores. O que ocorreu, por exemplo, com a relação estabelecida entre os inacianos e seu principal algoz. Inicialmente protegido dos jesuítas, dos quais se valeu do poder e influência para alcançar os seus intentos políticos, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, viria a se tornar o mais implacável perseguidor da Companhia, levando não só a cabo a expulsão de 1759, como movendo todos os recursos de que dispunha para obter de Roma a extinção da Ordem de Santo Inácio²⁹⁴. (TRIGUEIROS, 2009, p. 150).

Como a política do Marquês pretendia fortalecer o Estado absolutista português, devia, portanto, enfrentar os principais setores que ameaçavam seu intento: parte da nobreza e do clero. De dedicados e leais funcionários da Coroa portuguesa, os jesuítas passaram, a partir da segunda metade do século XVIII, a englobar tudo o que de pior poderia existir no contexto do

²⁹⁴ Segundo Trigueiros (2009, p. 149-167), a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios ultramarinos, pela lei de 3 de setembro de 1759, foi o primeiro acontecimento marcante de uma grande operação movida por um conjunto de zelosos estadistas que pretendiam a supressão completa da Ordem. Fato que veio a ocorrer com a publicação do breve pontifício de 21 de julho de 1773, *Dominus ac Redemptor*, do Papa Clemente XIV. A operação denominada *Negócio Jesuítico*, movida por autoridades de Portugal, França e Espanha, visava o controle efetivo do aparelho de Estado, no contexto de uma igreja mais submetida aos interesses nacionais. Para tanto, a Companhia de Jesus, caracterizada pelo voto de irrestrita obediência ao Papa e por uma poderosa presença nas cortes como confessores da realeza e da nobreza, como mestres e hábeis diplomatas, passou a ser um mal que deveria ser para sempre extirpado.

Império português. A considerável dose de exagero contida nas acusações contra os inacianos é a prova de que a Ordem se tornava a principal força do clero que deveria ser extirpada. A política indigenista de Pombal visava, especialmente, a região Norte, onde os jesuítas gozavam de muito poder e a população indígena ainda era o principal braço da colonização portuguesa. Não foi por acaso que as leis se fizeram inicialmente para o Maranhão e Grão-Pará, e depois se estenderam às demais regiões do país. O marco dessas leis foi, sem dúvida, o Diretório, que por meio de uma política assimilacionista, tinha por objetivo transformar os índios em úteis vassallos da Coroa, extirpando todos os costumes indígenas que ainda se mantinham. Essa política pretendia transformar em vilas e lugares portugueses os antigos aldeamentos, nos quais os brancos passaram a ser bem-vindos e os casamentos mistos sempre incentivados. O Diretório proibia a discriminação do índio, que a partir dele estava apto a ocupar qualquer cargo ou função. Mantinha, entretanto, sua condição de aldeado, ainda sujeito ao trabalho compulsório e subordinado à tutela de um diretor. Esse diretor assumia as funções de administrador do núcleo, sendo o responsável por dirigir todas as atividades dos índios aldeados, considerados ainda incapazes perante a lei. Assim, alguns pontos das leis antigas ainda permaneciam: repartição para o trabalho, cuidados que evitassem as fugas dos índios, privilégios às lideranças, incentivos aos descimentos, entre outros. A inovação consistia em suprimir os costumes indígenas e em incentivar a miscigenação e a presença de brancos no seio dos antigos aldeamentos. (ALMEIDA, 2013, p. 196).

No Rio de Janeiro, bem como no Espírito Santo, aparecem informações esparsas sobre as reformas procedidas nos antigos núcleos inacianos. Já em 1758 chegaram as primeiras cartas dando conta de como deveriam ser seguidas as recomendações do Diretório, no que se referia às mudanças e a forma de se lidar com os então perigosos jesuítas. Ao bispo do Rio de Janeiro, Frei Antônio do Desterro, não apenas foi dado o posto de reformador da Companhia, como foi um dos principais responsáveis por implementar as novas medidas. Mandava-se que em cada aldeamento erigido em vila ou freguesia fosse firmada uma paróquia com o título de vigaria, na qual após estabelecida a residência do vigário, as demais terras deveriam ser repartidas pelos índios das então elevadas vilas, freguesias e lugares. O que logo se efetuou em São Lourenço²⁹⁵, onde o bispo do Rio de Janeiro, deu a imediata providência para a nomeação do pároco, pois encontrou os índios em extrema pobreza, “porque sendo escravos e

²⁹⁵ Como visto, Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 84) informa que a paróquia de São Lourenço foi criada em 2 de maio de 1758. Saint-Hilaire (1974c, p. 129) afirma que em 1819 foi fundada a cidade de Praia Grande, hoje Niterói, cuja jurisdição se estendia às paróquias de São João de Cariri (Icarai?), de Itapuí (Itaipu?), São Lourenço, São Gonçalo e mesmo sobre o território de Maricá.

trabalhando para outrem não podião acharse em mayor abundancia” (AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334), e aconselhou que era preciso garantir

[...] as duas legoas de terra que tinha por districto esta Aldea, e as mais que necessarias forem para viverem os seus habitantes fartos, e opulentos mediante o trabalho de sua agricultura, se lhes devem logo restituir, e adjudicar na forma das leys de S. Mag. As quaes excluem toda a posse, e dominio de terceiras pessoas. Que irigindo-se em Vila esta Aldea como o deve ser se lhe assignará termo para a Congregação se utilizar dos foros delle. E por estas eficases providencias passarão os referidos Indios pobres a ser ricos, e a Aldea a ser mais opulenta, e populosa para sustentar decentemente o seu Paroco. Que tudo o que ella produzir se deve por ora applicar ao reparo da Igreja ate ser posta em estado decente, e livre de perigo, suprindose o que faltar por conta da Fazenda Real por ser a fundação das Igrejas, e o bem das Almas dos Indios o principal objetivo de S. Mag. Que enquanto os mesmos Indios forem tão miseraveis, aprova S. Mag. que se dê ao Paroco cõngrua competente, e regulada pelo estado presente da referida Aldea. (AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334).

Frei Antônio do Desterro deu prosseguimento a sua missiva aconselhando que o mesmo deveria ser executado em São Pedro do Cabo Frio, onde os índios pareciam “indômitos, por se acharem irritados, e espavoridos pela tirania com que forão tratados pelos padres” (AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334). Mas, se tratados pela paz, justiça e caridade do novo governo, logo, com o seu bom exemplo, arrebanhariam outros. Já do antigo aldeamento de Reritiba, dizia:

[...] os índios da populosa Aldea de Iiritiba não pudessem suportar o jugo da sugeição aos Religiosos Jesuitas sendo tão duro, e pesado, como tem feito ver tantas, e tão deploraveis experiencias. Que S. Mag. aprovou inteiramente o zelo, e cuidado com que elle Bispo cuidou em prover de Parocos, assim o povo de Orobó, como o da dita Aldea de Iiritiba. Que supostas as antecedentes [palavra ilegível] a ditos dos dous povos, os manda o mesmo Senhor conservar separados. E que tendo o primeiro sessenta e cinco casas, com cento e trinta pessoas, e nelles cento e cincoenta filhos, que ao todo importão duzentas e oitenta Almas; e o segundo duzentas e quatro casas com oitocentas e quarenta e sette pessoas, se deve constituir em cada huma das ditas Aldeas huma Villa com bom governo civil, e Paroco separado na forma das leys de S. Mag. (AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334).

Desconsiderando o exagero contido no discurso do bispo, certamente motivado pelo contexto de difamação da Companhia, fica claro que Orobó, povoado fundado pelos índios dissidentes de Reritiba em 1742, mantinha-se firme e já contava com uma população de 280 almas. Número bastante relevante para o contexto do Espírito Santo, capitania que sempre apresentou um desenvolvimento lento. Ainda mais relevante se comparado à Reritiba, que

com suas 847 almas era considerada pelo bispo como um dos aldeamentos mais populosos da banda sul. A importância do povoado era tal, que o bispo considerou elevá-lo à condição de vila, como já era suposto para o antigo e “populoso” aldeamento de Reritiba.

O ofício de 4 de fevereiro de 1761, do governador do Rio de Janeiro, conde de Bobadela, revela outra curiosa e complicada atribuição dos que se dispuseram a cumprir o que mandava Pombal e seu Diretório: “mui difficil he descobrir onde os Jezuitas occultarão o seu cabedal, e tanto eu, como o Reverendo Bispo applicamos todos os meyo aver se descobrimos alguma couza” (AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5816). Na ausência das cobiçadas riquezas dos inacianos, foi feita uma lista com todo o dinheiro e demais bens apreendidos nos diferentes colégios que a Companhia mantinha na América, como descreve o Quadro 8, cuja transcrição se limita à parte referente ao Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Quadro 8 – *Resumo geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América.* [Post. 1759]. Como também dos rendimentos anuais dos colégios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.²⁹⁶

CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO	
Colégio de Santiago	Em dinheiro existente e procedido de denúncias: 1.674ø470. Em dívidas: 3.296ø630. Em ouro: __, __, 19, __, Em prata: 603,5, __, __, Em chapas de cobre: @52,23. Em açúcar: @340,16. Em animais: 51 cabeças das quais 17 vacas, 12 novilhos, 18 burros e 4 cabras.
Muribeca	Em dinheiro: 11ø000. Em dívidas: 40ø330. Em animais: 1.555 cabeças das quais 752 vacas, 349 novilhos, 179 burros e 275 éguas. Escravos: 200.
Araçatiba	Em dinheiro: 311ø570. Em prata: 132,4, __, __, Em animais: 468 cabeças das quais 260 vacas e bois, 33 novilhos, 48 bezerros, 88 éguas e cavalos e 39 porcos. Rendiam anualmente os foros desse engenho 10 galinhas. Escravos: 531.
Itapoca	Em dinheiro: 3ø130.

²⁹⁶ As lacunas apresentadas pelo documento podem ser preenchidas por meio dos seguintes livros pertencentes ao acervo do Museu da Fazenda Federal do Rio de Janeiro: 16, 19, 20, 21, 23, 24, 49 e 55.

	Em animais: 82 cabeças das quais 36 vacas e bois, 3 novilhos, 9 bezerros, 5 cavalos, 10 porcos e 19 cabras. Escravos: 277.
Olaria chamada Mar^o	Em dinheiro: 6.502ø296 (pelos escravos). Em animais: 49 cabeças das quais 12 bois, 21 cabeças de gado para matar e 11 éguas, pelo valor de 21.511ø150.
Curral de Pirasembapé	Em dinheiro: 1.347 (pelos escravos). Em animais: 32 cabeças das quais 13 vacas, 8 novilhos e 11 bezerros, pelo valor de 454.
Curral da Casaroca²⁹⁷ de cima	Em dinheiro: 35.888ø640 (pelos escravos). Em animais: 17 cabeças das quais 8 vacas, 6 novilhos e 3 bezerros.
Curral da Casaroca de baixo	Em dinheiro: 146ø310 (pelos escravos). Em animais: 45 cabeças das quais 21 vacas, 17 novilhos e 7 bezerros.
CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO	
Colégio do Rio de Janeiro	Em dinheiro achado em várias partes, como também valor de uma letra: [?] Por produto das arrematações de vários bens: [?] Em ouro: [?] Em prata: Por dita achada no colégio, pertencente as fazendas de Santa Cruz e Campos: [?] Por escravos desta fazenda: [?] Pelos rendimentos anuais deste colégio: [?] Deve existir pela renda de 8 anos, tempo que se tem seguido ao sequestro: [?] Em animais: 10 cabeças a saber: 6 bois e 4 cavalos. * A página referente aos valores aparece trocada no manuscrito, corresponde, na verdade, à página na qual são apontadas as fazendas de Campos dos Goytacazes e Macaé. Muito provavelmente a perda de uma das páginas do documento ocasionou a citada troca.²⁹⁸
Fragata dos jesuítas	Em dinheiro pertencente ao colégio, a particulares: [?] Em peças de prata: [?] Pela avaliação da fragata, com todos os seus aparelhos: [?] Pelos escravos da equipagem da dita fragata: [?] * Página trocada, conforme relatado acima, o que impossibilitou o preenchimento de todas as informações.
Hospício da nova Colonia	Em dinheiro, pelo que entregaram diverdas pessoas: [?] Em dívidas por obrigações: [?] Em peças de prata: [?]

²⁹⁷ Grafia original do documento. Em outros registros aparece como *Caçaroca*.

²⁹⁸ O verso da página faltante muito possivelmente continha informações referentes à fazenda de Campos Novos e alguns imóveis alugados, como pode se apreender pela complementação contida em uma das páginas, cujo o par não foi localizado.

	<p>Pelos escravos deste hospício: [?]</p> <p>Pelos rendimentos anuais do dito: [?]</p> <p>Deve existir pela razão acima declarada: [?]</p> <p>Em animais: 83 cabeças, a saber: 69 cabeças de gado para matar, 6 cavalos, 5 éguas [?].</p> <p>* Página trocada, conforme relatado acima, o que impossibilitou o preenchimento de todas as informações.</p>
Engenho velho	<p>Em dívidas liquidadas até o último de dezembro de 1759: [?]</p> <p>Alguma prata da qual não consta o seu peso.</p> <p>Pelos escravos deste engenho, os quais trazem avaliação [?]</p> <p>Pelos rendimentos anuais deste engenho: [?]</p> <p>Deve existir pela razão acima declarada: [?]</p> <p>Em animais: 213 cabeças, a saber: 138 bois, 36 vacas, 9 delas com crias [?]</p> <p>* Página trocada, conforme relatado acima, o que impossibilitou o preenchimento de todas as informações.</p>
Engenho Novo	<p>Em dívidas liquidadas até o último de dezembro de 1759: [?]</p> <p>Pelos escravos deste engenho (avaliados em) cujo número é [?]</p> <p>Pelos rendimentos anuais deste engenho: [?]</p> <p>Deve existir pela razão acima declarada: [?]</p> <p>Em animais: 167 cabeças, a saber: 122 bois, 9 vacas, 5 garrotes, 22 cavalos, 7 [?]</p> <p>* Página trocada, conforme relatado acima, o que impossibilitou o preenchimento de todas as informações.</p>
Fazenda de São Christóvão	<p>Em dívidas liquidadas até o fim de dezembro de 1759: 349ø395.</p> <p>Um cálix [cálice] de prata do qual não consta o valor.</p> <p>Pelos escravos desta fazenda (avaliados em), cujo número é: 357, o valor de 15.223ø200.</p> <p>Pelos rendimentos anuais desta fazenda: 265ø730.</p> <p>Deve existir pela razão declarada: 2.125ø840.</p> <p>Em gado: 170 cabeças, a saber: 50 bois, 74 cabeças de gado para matar, 8 novilhos e 8 vacas. Tudo avaliado por 551ø720.</p>
Fazenda de Santa Cruz	<p>Em dinheiro pelo que entregaram diversas pessoas: 54ø840.</p> <p>Em dívidas: 413ø520.</p> <p>Pelos escravos desta fazenda, cujo número é 1.016, o valor de 468ø360.</p> <p>Em gado: 10.996 cabeças, achado em dezenove currais, a saber 3.583 vacas, 1.696 novilhos, 1.730 bezerros e 119 bois.</p>
Aldeia de Tagoahy [Itaguai]	<p>Em dinheiro pertencente a igreja: 7ø230.</p> <p>Em dívidas: 12ø000</p> <p>Em peças de prata: 62, 1, __, __,</p> <p>Pelos rendimentos anuais desta igreja: 36ø940.</p> <p>Deve existir pela razão acima declarada: 295ø520.</p>

	Em animais: 124 cabeças, 2 bois, 18 novilhos, 16 novilhas, 45 vacas, 22 bezerros, 2 carneiros e 19 ovelhas. O valor de 314ø750.
Fazenda da Pacocaya [Macacu ou Papucaia]	Em dinheiro achado na fazenda e procedido de uma denúncia: 55ø000. Algumas peças de prata de que não consta o preço. Em animais: 238 cabeças, a saber: 82 bois, 44 vacas, 30 vitelas, 43 novilhos, 25 carneiros, 3 cavalos e 3 éguas.
Fazenda do Saco	Em dívidas liquidadas até o último de dezembro de 1759: 28ø720. Algumas peças de prata, de que não consta o preço. Pelos rendimentos anuais desta fazenda: 23ø920. Deve existir pela razão declarada: 191ø360. Em animais: 86 cabeças, a saber: 10 bois, 3 vacas, 4 novilhos, 2 novilhas e 67 carneiros. No valor de 220ø080. Escravos: 53.
Terras da Armação das Baleias	Em dívidas liquidadas até o último de dezembro de 1759: 13ø600. Pelos rendimentos anuais destas terras: 11ø600. Deve existir pela razão acima referida: 92ø800.
Campos dos Goytacazes	Em dinheiro que se recebeu depois do sequestro: 11.900ø060 Em dívidas: 516ø484 Alguma prata da qual não consta o preço. Pelos escravos desta fazenda, cujo número é 681. Pelos rendimentos anuais desta fazenda: 153ø000. Deve existir pela razão acima declarada: 1.224ø000. Em animais: 17.117 cabeças, das quais 5.206 vacas, 1.140 novilhos, 694 bois capados, 1.140 por capar e 3.767 bezerros, pelo valor de 13.640ø544.
Macaé	Em dinheiro que se cobrou depois do sequestro: 382ø260. Em dívidas: 65ø692. Alguma prata de que não consta o preço. Pelos escravos desta fazenda, cujo número é 111. Pelos rendimentos anuais desta fazenda: 13ø720. Deve existir pela razão acima declarada: 109ø760. Em animais: 111 cabeças, das quais 11 vacas, 76 bois, 2 novilhos, 6 éguas, 1 potro, 1 cavalo e 10 ovelhas, pelo valor de 557ø712.
“Bens achados a dois padres que andavão na missão”	Em dinheiro: 1ø600. Em dois créditos para suprir com as despesas: 83ø000. Alguma prata, pertencente ao ornato das imagens que consigo traziam: 84ø600. Como também 8 cavalos e 2 machos, os quais foram arrematados por 38 oitavas de ouro.

Fonte: AHU_CU_003, Cx. 16, D. 1472.

Como São Lourenço, o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio tornou-se também freguesia. Ficou a princípio sob a responsabilidade dos capuchos, que passaram a administrá-lo com as “mais barbaras e tyrannicas penas” (SILVA, 1854, p. 213), até 1795, ano em que ficou definido que passaria a ter párocos próprios. Todo patrimônio da Companhia, incluindo os edifícios e as terras, passou a pertencer aos índios. Por meio da planta da freguesia de São Pedro (Figura 53), executada em 1798, é possível observar que a antiga configuração inaciana, *grosso modo*, ainda se mantinha. Implantado num outeiro, o adro a frente do edifício inaciano (indicação 1), que outrora englobava a igreja e a residência dos padres, foi o balizador de ruas e casas que no século XIX seguiam organicamente os acidentes do terreno²⁹⁹. Ao lado da residência ainda se mantinham o curral de gado (indicação 2) e o cercado para os cavalos (indicação 3), enquanto que em sua parte posterior se localizavam uma fonte de água potável (indicação 4) e um brejo no qual se lavavam as roupas (indicação 5).

Em 1797, com 1.173 almas, o aldeamento ainda mantinha o seu alto nível populacional. Em dezembro de 1805, seus índios davam mostras que mantinham sua coesão aguerrida ao destituir um capitão-mor, também índio, que abusava do seu poder, promovendo cruéis tiranias. O estopim da insubordinação foi provocado pela prisão injusta e violenta de uma velha índia, pobre, sem filhos e com mais de 70 anos. O capitão Miguel Soares Martins,

[...] trazendo-a agarrada, a mandou castigar com 8 duzias de palmatoadas, até que se descolou uma mão, e depois lhe mandou botas nas mãos agua quasi fervendo para a mortificar mais, e por fim a mandou conduzir preza para a cidade de Cabo-Frio, dando-lhe antes pontapés, tanto elle como tres índias parentes do mesmo capitão. (REQUERIMENTO de indios da aldêa de S. Pedro de Cabo-Frio, 1805, in SILVA, 1854, p. 457).

Os índios solicitaram à câmara de Cabo Frio que a índia fosse solta e, principalmente, que o capitão Miguel Soares Martins fosse substituído pelo índio Eugênio de Almeida. As autoridades de Cabo Frio acataram ambas as solicitações. Monsenhor Pizarro se referiu em suas Memórias a um capitão índio honrado, mas bastante frouxo na cultura das seis léguas de terra do aldeamento, vivendo mais disperso, “empregando-se em trabalhos diferentes no distrito de Cabo Frio” (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 84). Não é possível afirmar que Pizarro se referia ao capitão Eugênio de Almeida, eleito pelos índios. Fato é que o honrado capitão,

²⁹⁹ Segundo Saint-Hilaire (1974c, p. 156), a regularidade observada na época dos jesuítas foi comprometida pela construção de casas de maneira desordenada, fato que comprometeu sobremaneira o antigo alinhamento proposto pelos padres. As novas casas, segundo o naturalista, “todas de madeira e barro, foram construídas com pouca arte; são cobertas de colmos e na maioria destituídas de janelas”.

talvez fouxo em suas obrigações, não ofereceu motivos maiores que desagradassem seus subordinados. O importante é que, afora as suposições, o episódio revela os limites de poder das chefias e o preservado sentimento de união e solidariedade dos índios de São Pedro, enquanto comunidade aldeada.

Figura 53 – *Planta da freguesia e aldea de São Pedro*. Autor Antônio Luiz de Azevedo, copiada pelo Ten. Manoel Tavares da Fonseca, em 1798.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 04.05.870. Adaptado pela autora (2017).

No que se referia as terras do aldeamento, Saint-Hilaire (1974c, p. 157) salienta que, mesmo declaradas inalienáveis, logo se abrem brechas que tornaram inteiramente ilusório tal cuidado.

Sempre que um índio quer cultivar um terreno pertencente à comunidade, ele encaminha seu pedido ao capitão-mor, que concede ou não a permissão. No caso afirmativo o capitão-mor mede o terreno, o índio dele se apodera e nada tem a pagar. É igualmente permitido conceder terras aos homens brancos; mas estes são arrendatários e pagam à comunidade da aldeia a taxa de um tostão por braça. Todo índio pode ceder seus campos a um homem branco;

mas, as terras da aldeia sendo consideradas como inalienáveis, o branco não pode retribuir ao indígena; ele indeniza-lhe apenas o valor das plantações que se acham feitas, bem como o das casas ou outras benfeitorias aí construídas, e o português paga a taxa como se o terreno tivesse sido diretamente concedido pelo capitão-mor. É ao Ouvidor do Rio de Janeiro, que tem o título de “conservador dos bens da aldeia”, que se pagam as taxas acima referidas. A lei determina o emprego do produto dessas taxas na conservação da igreja e do convento, tornado presbitério, e que o saldo dessas despesas seja distribuído aos índios, na ocasião de seus casamentos, na proporção relativa à posição que cada um ocupa na aldeia. Entretanto nada disso acontece. Há cuidado em receber os arrendamentos com todo o rigor; mas os índios não tocam no dinheiro que a lei lhes destina; o presbitério cai em ruínas e a igreja não se acha em melhor estado; ela está sem ornamentação e era a custa de pedidos insistentes que, à época de minha viagem, o vigário obtinha pequenas quantias apenas suficientes para as reparações de maior urgência. Não me compete indagar o que faziam da renda da Aldeia de S. Pedro; apenas observei que se se não modificar o regulamento atualmente em vigor, e se se deixar persistir os odiosos abusos aí introduzidos, o território dos índios, por inalienável que seja, passará pouco a pouco às mãos dos brancos. Estes sem dúvida serão somente locatários; mas o Estado ou seus prepostos tornar-se-ão os verdadeiros beneficiados, não restando aos aborígenes senão uma propriedade nominal. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 157-158).

Muito provavelmente por conta desses odiosos abusos, o aldeamento de São Pedro, sempre muito populoso, em 1835, já se apresentava bastante diminuído, pois contavam-se apenas 689 índios. A língua geral, mantida até fins do século XVIII³⁰⁰, nas primeiras décadas do século XIX era falada somente por alguns indígenas idosos, “lá entre eles, e mesmo assim envergonhamdo-se disso. Somente sob a ação da aguardente expressam-se sem acanhamento em seu idioma, e os mais hábeis já se esquecem de muitos termos usuais” (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 159). A essa época, os índios se dedicavam ao falquejo de madeiras e à pesca, enquanto suas mulheres e filhos se ocupavam em trançar palhas, “manufacturando chapéus e açafates lindos e vistosos pelas côres que lhes imprimem” (SILVA, 1854, p. 217-218), e em fiar algodão para a confecção de “bonitas e elegantes redes” (Ibid., p. 218).

A língua primitiva dos índios de S. Pedro foi, como já se viu, quase abolida da memória deles; vestem-se à moda portuguesa, tendo renunciado a seus antigos trajes; mas ao mesmo tempo encontram-se entre eles as boas qualidades e principalmente os defeitos que têm, no seio das florestas, seus irmãos ainda selvagens. São alegres, de humor dócil, diretos e espirituais; mas sua preguiça é extrema; amam apaixonadamente a aguardente e nunca pensam no futuro. Apenas cultivam o suficiente para viver; quase nunca têm excedente a vender; e se algum tem a fantasia de ir ao Rio de Janeiro, logo resolve satisfazer essa fantasia, abandonando pela metade do custo o fruto de um longo trabalho. Duzentos anos de civilização, sob dois regimes

³⁰⁰ Saint-Hilaire (1974c, p. 159) destaca que em 1789 apenas um índio de São Pedro sabia o português.

inteiramente diferentes, pouco modificaram o caráter dos índios de S. Pedro. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 159).

Os índios de São Pedro, como os índios dos demais aldeamentos da Companhia, ao contrário do que expôs Saint-Hilaire, passaram sim por profundas modificações que os integraram, a seu modo, ao contexto da colonização. Essas modificações, porém, não ocorreram em consonância absoluta com os padrões que os europeus julgavam convenientes. Seguiu, *grosso modo*, a vontade indígena em manifestar ou abafar tradições e costumes comuns à natureza livre de sua raça, vontade que, em alguns casos, recuava em contextos extremos, mas que sempre se mostrava aguerrida na defesa de seus interesses.

No que se refere ao aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí, sabe-se que foi transformado em igreja paroquial, ou freguesia, em 1759 (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 91), e elevado a vila em 5 de julho de 1818 (Ibid., p. 94). Por estar situado nas terras de Santa Cruz, maior estabelecimento agrícola do Rio de Janeiro, esse aldeamento passou por diversos percalços para se manter enquanto tal. Foi extinto e voltou a se constituir graças aos esforços dos índios que formavam esse núcleo. Um dos seus capitães, o índio José Pires Tavares, chegou a ir pessoalmente ao reino para obter da rainha a tão necessária restituição, solicitando também

Que outrosim se queira vossa majestade servir de mandar-lhe dar aqui alguma ajuda de custo para a sua passagem para o Rio de Janeiro, por não ter absolutamente com que possa fazê-la, tendo consumido na que fez para este reino, não só algum dinheiro que com muito trabalho ia juntando para o dote de uma filha unica, e tudo o mais que pôde apurar da venda de alguns moveis, e ainda de vestidos de seu uso, por lhe não permittir a arrebatada expulsão da dita aldêa que pudesse colher e vender os fructos das suas roças e lavouras. Que além d'isto vossa magestade lhe mande fazer uma esmola para ajuda do casamento da dita filha unica, a qual elle tem educado com muito cuidado, ensinando-a a lêr e escrever, e por ter a consolação de a ver bem inclinada, deseja casa-la com um branco, para o que tambem pede a vossa magestade a mande recommendar ao vice-rei do estado. (REQUERIMENTO do capitão-mór da aldêa de Itaguahy, José Pires Tavares á rainha dona Maria I, in SILVA, 1854, p. 358).

O relato mostra uma situação bem diferente do panorama pintado, em 09 de fevereiro de 1761, pelo então governador do Rio de Janeiro, conde de Bobadela, no qual afirmava que logo que os índios tomavam posse da administração de suas terras, vendiam o gado, cobravam foros, derrubavam roças e arruinavam tudo, e a sua constatada instabilidade e indisposição os tornava incapazes de qualquer regular convivência (AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5825). Longe da instabilidade e indisposição apontadas por Bobadela, o índio José Pires Tavares mobilizou

todos os recursos que possuía para ir ao reino solicitar mercês à rainha como qualquer outro súdito da Coroa portuguesa. Seus pedidos não demonstram apatia, nem tão pouco o acanhamento que poderia sobrevir da sua raça, como índio de São Francisco Xavier, súdito fiel que era, além dos apelos pela manutenção do seu aldeamento, solicitava esmola, não apenas para a sua viagem de regresso ao Rio de Janeiro, como também para a realização do casamento da única filha com um branco, para cuja escolha pedia ainda a intercessão da rainha junto ao vice-rei. Conhecedor do contexto político ao qual pertencia, até pela viagem que empreendeu, o último pedido do índio pode indicar uma possível tentativa de agradar sua majestade e as demais autoridades portuguesas, pois, conforme já exposto, a miscigenação foi sempre um dos principais objetivos do Diretório.

A coragem do capitão-mór José Pires Tavares rendeu boas deliberações. Mesmo estando já extinto, a rainha D. Maria I ordenou, em agosto de 1790, que fosse dada posse do aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí aos seus índios (REQUERIMENTO do capitão-mór e mais índios da aldêa de São Francisco Xavier de Itaguahy, in SILVA, 1854, p. 368-369). Porém, por meio da informação do juiz conservador dos índios, José Albano Fragoso, de 30 de janeiro de 1803, fica claro que a rainha não assinalou o terreno que os índios de São Francisco, por lei, deveriam possuir de sesmaria em seu aldeamento, terreno esse que deveria ser desmembrado da Fazenda de Santa Cruz (Ibid., p. 371-372). As contendas, assim, estavam longe de terminar. A situação foi agravada não apenas pela morte do tenaz capitão José Pires Tavares, por volta do ano de 1805, mas, principalmente, pela arrematação do engenho de Itaguaí, em 1806, que estabelecia a principal condição de que “a real fazenda mudaria a aldêa de índios situada nas terras do engenho, a qual lhe ficaria pertencendo” (CERTIDÃO da carta de sentença de arrematação do engenho de Itaguahy, in SILVA, 1854, p. 380).

Deram-se as terras em outra parte aos índios da aldêa, mudaram-se alguns e foram fazer as suas plantações no lugar que se lhes designou, outros, porém, com o seu capitão-mór souberam illudir esta regia determinação, deixando-se ficar e se conservaram ainda dentro das terras do supplicante; insinuados talvez para dar mais força á pretensão da villa, que não é nova porque há 4 para 5 annos que se tentou. (Ibid., p. 385).

O arrematador manifestou-se logo em contrário, pelos grandes prejuízos que uma vila situada no interior do seu engenho poderia causar. Mesmo depois de sua elevação à condição de vila, em 1818, São Francisco Xavier de Itaguaí continuou sendo motivo de discussão. Muitos consideravam que o aldeamento, composto por cinco ou seis palhoças de índios, podia

se mudar para Mangaratiba. O núcleo indígena, entretanto, apesar da presença de muitos brancos, continuou resistindo, conforme informa Saint-Hilaire em 1822:

Acha-se situada numa colina a algumas centenas de passos do caminho onde se encontram ainda algumas famílias de índios. Alguns brancos construíram casas à beira da estrada. Ali estabeleceram vendas e lojas; colocou-se um pelourinho no meio dos arbustos que cobrem o terreno entre a estrada e a aldeia de Itaguaí; transformou-se em vila. Todavia, aldeia é o nome que na região geralmente se dá para designar este lugar. (SAINT-HILAIRE, 1974a, p. 111).

Também a nova vila, como visto, continuava a manter a sua antiga denominação de *aldeia*. Em 24 de outubro de 1824, como resposta ao requerimento movido por Thomaz Lopes, índio do aldeamento de Itaguaí, o príncipe regente ordenava que se concedesse “ao suplicante e os mais índios da mesma aldeia a porção de terra da real fazenda de Santa Cruz, que fôr suficiente para fazerem as suas plantações da parte esquerda do caminho novo e em terrenos vizinhos uns aos outros” (AVISO régio de 24 de outubro de 1824, in SILVA, 1854, p. 382). O príncipe regente negou-lhe, entretanto, as terras para a criação de gado que igualmente solicitava. Mesmo em número reduzido e, muito provavelmente, já bastante misturados, os índios de São Francisco Xavier conseguiram novamente manter o seu antigo aldeamento.

Ante a nova constituição que declarava os índios cidadãos e, portanto, livres da tutela do Estado, ficou resolvido que os índios que se achavam situados na Imperial Fazenda de Santa Cruz, ao pé da Vila de Itaguaí, seriam “d’ora em diante tidos como foreiros pertencentes á mesma imperial fazenda, [...] e como taes devedores de que lhe será atribuído, conforme a porção de terreno que cada um possuir; e a vista do competente título que se lhes há de dar” (PORTARIA de 9 de setembro de 1824, in SILVA, 1854, p. 412-413). No requerimento expedido anos depois, os índios da Vila de Itaguaí pediam que pudessem logo gozar de sua liberdade, como da propriedade do seu foro, que as autoridades ainda não lhes havia taxado (REQUERIMENTO dos índios da Villa de Itaguahy, 1826/1837, in SILVA, 1854, p. 413). Como salienta Almeida (2013, p. 282), pode parecer incoerente, após tantas batalhas para manterem seu aldeamento e sua condição de aldeados, que os índios de Itaguaí desejassem tanto a “liberdade”. Mas é compreensível que os índios, já bastante misturados e transformados, quisessem se libertar do regime de tutela a eles imposto por tantos séculos, sem ter, no entanto, a verdadeira dimensão de que a posição de igualdade total com os demais

cidadãos podia significar o fim da legislação especial que mantinham preservadas, na medida do possível, as terras do aldeamento pelo qual tanto batalharam por preservar.

Sobre as condições em que se encontrava o aldeamento nessa época, Maria Graham (1990, p. 340-341) salienta que o núcleo de Itaguaí possuía uma bela implantação, situado no cume de uma elevação, dominando uma rica planície banhada por um rio navegável e cercada por montanhas (Figura 54). As cabanas indígenas, entretanto, eram, além de muito pobres,

[...] escassamente suficientes, nas paredes e teto, para defender do clima, e dotadas de pequenas redes para dormir e utensílios de cozinha. Contudo por toda parte éramos convidados a entrar e sentar. Todos os chãos estavam varridos com limpeza e havia geralmente um cepo de madeira, ou um banco rude, para assento do estrangeiro, enquanto os próprios habitantes se acocavam no chão. (GRAHAN, 1990, p. 341).

Figura 54 – Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí em 1823. Desenho de Maria Graham.



Fonte: Graham (1990, p. 312).

A visitante perguntou a uma índia, moradora de uma dessas cabanas, se sabia de onde tinha vindo sua tribo.

Ela disse que não, que ela havia sido trazida, quando simples criança, de uma grande distância de Taguaí, pelos padres da Companhia, que seu marido morreria quando ela era moça; e que ela e suas filhas sempre haviam morado ali; mas que seus filhos e netos, quando os padres da Companhia se foram, haviam voltado para seu país, com o que ela queria dizer que haviam reassumido a vida selvagem. Isto não causa surpresa. Os índios aqui precisam trabalhar para outros e tornarem-se criados, situação que eles dificilmente distinguem da escravidão. Além disso há escravos bastantes, e o negro é mais resistente que o índio, seu trabalho é mais rendoso; portanto,

um índio desejoso de trabalhar nem sempre encontra senhor. O produto de seu pequeno terreno, ou de sua pescaria, é raramente suficiente para a família, e sem a ajuda do padre, cuja principal proteção consistia em obter-lhe ocupação permanente, o selvagem semi-domesticado desanima, e volta de novo para a liberdade de sua floresta. (GRAHAN, 1990, p. 340-341).

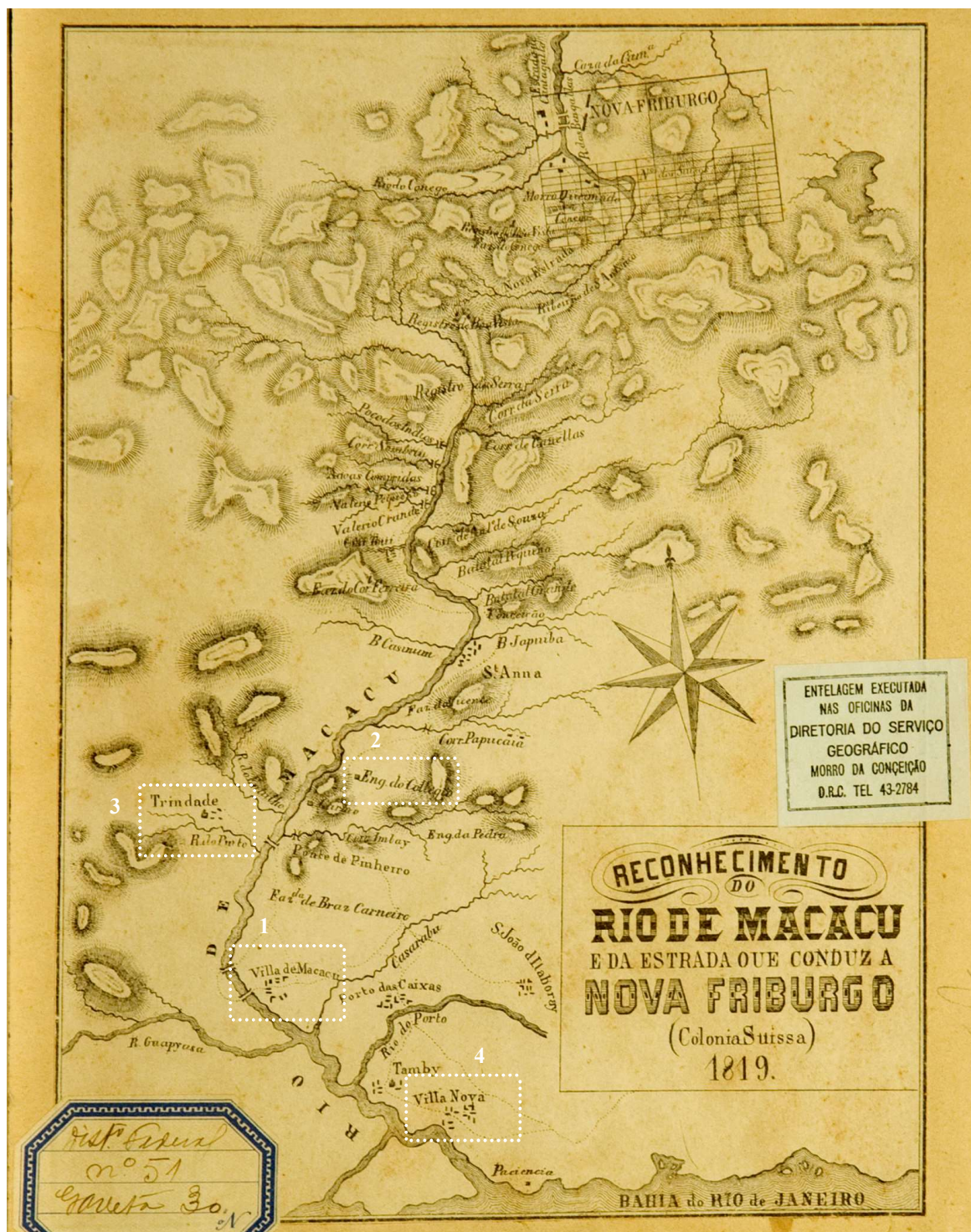
A liberdade e igualdade desejada pelos índios de Itaguaí levou a muitos, como fica claro no relato de Maria Graham, a voltarem para a segurança das florestas de seus ancestrais. Muitos, porém, apesar de sofrerem com a exploração de seu trabalho, com a discriminação pela sua condição de índio, com os pagamentos insuficientes e com a usurpação de suas terras, permaneciam na condição de aldeados, esforçando-se, conforme os exemplos já apresentados, para mantê-la com o mínimo de direitos que a lei lhes facultava.³⁰¹

O ainda não citado aldeamento de São Barnabé, foi transformado em freguesia em 1759 e “projetando o Vice-Rei Marquês de Lavradio criar uma Vila nesse lugar, fez primeiro demarcar as terras da aldeia, para lhe servirem de termo à sua jurisdição; e concluída a diligência no ano de 1773, deu por fundada a Vila Nova de S. José d’El-Rei” (ARAÚJO, 1946, vol. IV, p. 100). O documento intitulado *Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, elaborado em 1797, entretanto, informa que a vila foi instituída em 21 de agosto de 1772, e em 1783 se criaram as “justiças e camaristas” (AHU_CU_017, Cx. 161, D. 12071). A cartografia de reconhecimento do rio de Macacu (Figura 55) indica a citada Vila de Santo Antônio de Sá (indicação 1), a antiga fazenda inaciana de Macacu ou Papucaia (indicação 2), situada no termo da paróquia da Santíssima Trindade (indicação 3) e a Vila Nova de S. José d’El-Rei (indicação 4), que possuía

[...] tres legoas de terras, o que se sabe por tradição, e não porque foram medidas. Está situada em hum pequeno terreno alguma couza elevado, distante hum quarto de legoa do Rio chamado Macacú, aonde tem porto para a navegação e transporte do comercio e negociação daquelles moradores; i pela parte de terra fica a Estrada geral, que vai até a costa do mar, e por ella tãoobem se passa á Villa de Macacú, e a todos os mais lugares [...]. Há nesta Villa huma Igreja que antes tinha sido dos Jesuitas, e hoje hé a Matriz, ou Freguezia dos Índios, que se achão alli como Aldeados, cujo numero de fogos são 81 e em 1030 almas de maior a menor, os quaes são regidos pelo seo Director e Ajudante Leonel Antonio de Almeida, sendo-lhe determinada esta regencia no anno de 1779. (AHU_CU_017, Cx. 161, D. 12071).

³⁰¹ Apesar dos muitos abusos, Saint-Hilaire (1975, p. 37) descreve outro claro episódio da vontade dos índios em se manterem aldeados em suas terras: “fiquei muito surpreendido de encontrar à porta da casa um grupo de doze ou quinze Coroados, mulheres e homens, entre os quais estava a maior parte dos que vira em Ubá [MG]. [...] Iam, diziam, ao Rio de Janeiro para reclamar do Rei uma légua quadrada de terras em que desejavam se estabelecer e da qual pretendiam expulsá-los. Não sei o que foi feito deles, mas é provável que ninguém tenha ligado a menor consideração a suas queixas.”

Figura 55 – Reconhecimento do rio de Macacu e da entrada que conduz a Nova Friburgo (colônia suíça), 1819.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 05.01.894. Adaptado pela autora (2017).

Na falta dos inicianos, os diretores deviam substituí-los na administração temporal dos aldeamentos, conforme visto. Extremamente prejudiciais aos índios e aos aldeamentos, esses diretores eram homens leigos, que não somente controlavam todas as atividades dos índios aldeados, como tinham o direito de receber 6% de sua produção, excetuando-se a de

subsistência (ALMEIDA, 2013, p. 201). O citado Leonel Antonio de Almeida, muito provavelmente substituíra mais um dos diretores que haviam passado pelo aldeamento, os quais desagradaram sobremaneira aos índios e por isso foram depostos pela forte oposição que os mesmos lhes fizeram.

Em carta de 6 de junho de 1779, encaminhada à rainha D. Maria I, o índio João Batista da Costa, nomeado ao posto de capitão-mor da Vila Nova de São José d'el Rei em 1765, com soldo de quatro mil e setecentos réis por mês para conservar os índios em paz e no serviço de sua majestade, apresentou requerimento contra o diretor do antigo aldeamento de São Barnabé, Feliciano Joaquim de Souza, por colocar os índios em desassossego e fazer despesas a bem de sua conveniência. As queixas informavam que o diretor obrigava os índios a trabalharem para si, privando-os de “trabalharem em fazer ballayos, esteiras, e acentos para cadeiras que era o seu trabalho actual que com o produto delles se vestião, e suas mulheres e filhos” (AHU_CU_017, Cx. 110, doc. 9139). O índio segue relatando que o diretor não apenas havia vendido o gado e as bestas do antigo aldeamento, como também um forno de cobre com o qual os índios faziam a farinha para o seu sustento. Apesar das constantes apelações dos índios, Manoel Mendes, que seguiu ao dito Feliciano no cargo, continuou com as mesmas práticas rigorosas, chegando a comprar do Pe. Antonio Lopes, vigário da vila, um sítio em terras foreiras do aldeamento.

Fes o dito Director Manoel Mendes dezpezas avultadas para sima de seiz mil cruzados, pouco mais, ou menos, do dinheiro dos rendimentos da Aldea, tudo em utilidade sua, sem ser de aumento para a Aldea, pois ezta se acha reduzida em estado que nem o nome de villa merece, por se achar peor do que estava, sem aumento, oz pobres Indios reduzidos a escravidão, outros retirados por não exprimentarem az regoridades do dito Director Manoel Mendes, a Igreja padecendo a falta de ornamentos. (AHU_CU_017, Cx. 110, doc. 9139).

O suplicante índio segue sua carta informando que o novo diretor tirava os índios dos serviços da Coroa e lhes aplicava severos castigos, “e querendo huma India da mesma Aldea impedir essa violencia, a maltratou com pancadas, de forma que lhe quebrou hum braço, e se acha Sacramentada e unguida, sem esperança de vida” (AHU_CU_017, Cx. 110, doc. 9139). A crítica se estendia ainda aos juizes conservadores, por permitirem tais desmandos não exercendo bem sua função; e aos advogados que haviam sido contratados para a devida demarcação das terras do aldeamento, “de que derão principio, e não se vio o fim” (AHU_CU_017, Cx. 110, doc. 9139).

Diante de tantas denúncias bem sustentadas, o Conselho Ultramarino deu parecer favorável ao suplicante. Suplicante que, uma vez mais, se afasta da consagrada visão de passividade e morosidade impressa aos índios brasileiros. A carta do índio de São Barnabé é reveladora do quanto os índios conheciam as divisões das competências administrativas entre os cargos distribuídos pelo Estado português, incluindo a sua própria função de capitão-mor, como demonstra a citação dos muitos requerimentos enviados ao juiz conservador, que permaneceram sem solução.

Quase trinta anos depois, em 1808, o desembargador Luiz Thomaz de Navarro ainda relatava o atraso que diretores, vigários e portugueses mal-intencionados, haviam causado nos aldeamentos. Sugeriu que o mal fosse sanado por meio do incentivo ao casamento entre índios e brancos, que ao contrário do que pretendia Pombal, era considerado então desonroso. Essa era a única forma, segundo o desembargador, de transformar a morosa raça indígena em ativos trabalhadores.

E porque as muitas Villas dos Indios que encontrei, e algumas bem populosas, estão em grande abatimento, resultado de um certo senhorio e auctoridade que affectam os Directores, Vigarios e Portuguezes sobre os pobres Indios, que realmente vivem quasi como escravos, elles, suas mulheres e filhos, e jamais podem ser uteis como o poderiam ser ao Estado, conservados assim perpetuamente por todos os seus descendentes certos costumes gentílicos, certa desafeição e desgosto do governo directorial, porque succede que aldeãos, collegialmente e segregados pela natureza e por taes institutos da communicacão social, e separados pelo contracto conjugal dos Portuguezes, sempre e infinitamente se conservaram n'aquelle estado; seria para desejar que se promovesse o matrimonio dos Indios com os brancos, determinando-se como honroso um ajuntamento, que até agora parece aviltante, e fazendo assim degenerar a raça dos Indios, preguiçosos, em uma raça nova mais activa, se é que isto pode concorrer para que haja mais trabalhos, que são a fonte da riqueza; faço esta reflexão, porque a Lei que aboliu as directorias, e privilegiou os Indios no Brazil, precisa de ser avivada, e não tem tido perfeita execuçãõ, e é preciso que o meio da união conjugal degenere aquella raça indolente, doce, e apathica. (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 462).

Apesar de reconhecer o desastroso papel dos brancos nos aldeamentos, Navarro insistia que o Diretório deveria ser posto efetivamente em prática, principalmente no quesito que estimulava a miscigenação. Sinal que a política de Pombal, apesar dos esforços, não vingou como deveria. Também a documentação oficial reforça o fracasso, não apenas ao continuar a empregar a denominação de aldeia para as já freguesias, como visto nos relatos anteriores, mas principalmente ao apresentar mapas populacionais separando os índios dos demais moradores.

Por tudo que foi exposto, não resta dúvidas que no século XIX os aldeamentos do Rio de Janeiro encontravam-se em decadência e seus índios viviam em condições bastante difíceis. A grande maioria deles, como descreve Debret (1985, vol. 1, p. 39), assim como Luccock (1975, p. 173-174), continuava conservando e vivendo de sua indústria tradicional. Os índios de São Lourenço, por exemplo, se dedicavam não apenas à fabricação de cerâmicas de barro³⁰² e de diferentes espécies de esteiras feitas de caniços, que exportavam para a cidade do Rio de Janeiro, como igualmente com o mesmo êxito se empenhavam na navegação; “alguns mesmo habitam com suas famílias o arsenal da marinha, empregando-se especialmente no serviço das canoas particulares do imperador do Brasil”. Segundo Luccock (1975, p. 174), essa gente era “mansa e, embora ocupada, indolente”. Debret segue afirmando: “quem visite, sucessivamente, todas as cabanas de São Lourenço encontra, ainda hoje, a conservação interessante dos usos e costumes particulares que distinguem as diferentes tribos selvagens, fundadoras dessa aldeia, por ocasião de sua primitiva reunião”. Sinal que nem os jesuítas e nem Pombal conseguiram a transformação que pretendiam. Os índios, portanto, ao invés de serem transformados conforme o que pretendia o outro, se transformaram por si próprios. “Mansos e indolentes” se integraram perfeitamente ao jogo de negociações do contexto colonial, preservando, porém, importantes tradições e costumes de seus antepassados selvagens.

Também os antigos aldeamentos do Espírito Santo enfrentavam os mesmos problemas e abusos. Segundo Daemon (1879, p. 165), por alvará de 1º de janeiro de 1759 é elevado a vila o aldeamento de Reritiba, sob a denominação de Benevente³⁰³, nome que reportava à povoação³⁰⁴ há muito existente no Reino, “em memória ao Padre José de Anchieta, que julgasse ter isso pedido”. Em trecho posterior, o mesmo Daemon (Ibid., p. 170) afirma ter sido “instalada” a Vila de Benevente (Figura 56) em 14 de fevereiro de 1761, pelo ouvidor da capitania Francisco de Salles Ribeiro. Já o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho (2002, p. 148), em 1819, presta o seguinte depoimento: “tive ocasião de ver

³⁰² Segundo Debret (1985, vol. 1, p. 109), a fabricação da cerâmica de barro era uma indústria quase exclusiva das mulheres, que em São Lourenço produziam, sem o auxílio do torno, “toda espécie de potes arredondados com uma pequena concha umedecida com saliva”, como o camucim, ou talha como chamavam os índios de São Lourenço, geralmente utilizados para guardar água e a bilha, destinada para o mesmo fim. O processo para cozer o barro empregado pelos indígenas era bastante simples, como descreve Debret: “depois de fazer uma cova capaz de conter o maior recipiente colocado no seu prato, enchem-na de ramos que queimam para esquentá-la; quando restam apenas brasas incandescentes, colocam em contacto direto com o fogo as peças a serem cozidas, recobrando-as com novos galhos, que acendem também. Consumidos esses combustíveis, deixam esfriar a cerâmica, que já se encontra, então, suficientemente cozida”.

³⁰³ Freire (2006, p. 195) destaca que, na verdade, uma carta régia do ano de 1758 proibia nomes indígenas em novas povoações.

³⁰⁴ A grafia correta da vila portuguesa é, na verdade, Benavente.

certidões autênticas, tiradas a requerimento do infeliz vigário padre Inácio, da provisão do Conselho Ultramarino do ano de 1755, e do alvará de D. Pedro de 1760, e do provimento do ouvidor Sales em 1756, donde constava a criação da vila de Benevente na aldeia de Reritiba”. As primeiras ordens que visavam a implementação do que colocava o Diretório, chegaram em 1758, ao Rio de Janeiro, como visto. O que impossibilitaria que as novas funções de vila fossem implementadas em 1756, conforme afirmou D. José Caetano da Silva Coutinho. Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 87), em acordo com as colocações do bispo D. Antônio do Desterro (AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334), informa que se criou a freguesia por execução à ordem régia comunicada em carta do secretário do Estado de 8 de maio de 1758, “e subsistindo como Encomendada, teve acesso de perpétua, em virtude da providência de 22 de dezembro de 1795, por que tôdas as Igrejas das Aldeias se elevaram a essa natureza”. O autor não indica, entretanto, a data em que o aldeamento foi elevado a vila.³⁰⁵

Figura 56 – *Villa nova de Benavente* [1790].



³⁰⁵ Azevedo (1956, p. 40), assim como com Saint-Hilaire (1974b, p. 31), indicam equivocadamente o ano de 1716 como o de elevação do antigo aldeamento a vila. Considero que seja, muito provavelmente, um erro de digitação e que na verdade o ano que os autores pretendiam indicar seria o de 1761.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_CARTm_007, D. 1051.

Afora as imprecisões quanto a data de elevação ao *status* de vila, Leite (2006, Tomo VI/livro II/II, p. 150) informa ser de 1761 a doação de seis léguas de terras inalienáveis aos índios tupinambás. Pela fertilidade do antigo aldeamento de Reritiba, parte dessas terras, segundo Saint-Hilaire (1974b, p. 31), foram oferecidas pelos governadores aos seus colaboradores e amigos, apesar das muitas reclamações movidas pelos índios. Ocorreu também que, para poder comprar aguardente, parte dos índios cederam suas propriedades aos brancos, que prontamente se comprometeram em pagar uma pequena retribuição à municipalidade de Benevente, como forma de mascarar o declarado valor inalienável dessas terras. Muitas glebas de terra indígena foram ainda, segundo o autor, simplesmente ocupadas pelos portugueses, ao debandarem os índios por temor às explorações ilegais às quais eram submetidos.

Tirava-se de Benevente (1818) certo número deles, revesados de três em três meses; eram mandados a trabalhar bem longe de sua habitação; alimentavam-se mal e, ao cabo do trimestre, só lhe davam 4 mil-réis, mesmo assim sem regularidade. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 32).

Não foram apenas os índios que sofreram com as consequências da partida dos padres, o edifício de Reritiba foi bastante castigado ao longo de todo o século XIX. Segundo Carvalho (1982, p. 100), ainda no século XVIII, logo após a expulsão dos padres jesuítas, a igreja que passou a assumir as funções de matriz, já apresentava o chão sem assoalhar, “ou porque nunca fora assoalhado, ou porque apodrecera a madeira pela ação das goteiras que

existiam no telhado”³⁰⁶. Por essa época, não tinha ainda definida uma função para a residência, sendo que alguns cômodos serviam aos párocos e o restante, sem definição, possivelmente teria abrigado a habitação de uma família. Em 1808, o desembargador Luiz Thomaz de Navarro informava que a casa que havia sido dos jesuítas servia de residência ao vigário e de Câmara (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 456). Exigiu-se, posteriormente, a separação entre as partes ocupadas pela câmara, cadeia e juiz, e a área destinada ao vigário. As funções foram devidamente separadas, como pode ser comprovado pela descrição proposta pelo Pe. Aires de Casal em 1817:

Benevente é ainda vila pequena, mas que pode ser consideravel em razao da sua vantajosa situacao na foz do rio, que dela toma o nome, e lhe forma um cômodo surgidouro, e fertilidade do territorio. Grande parte de seus moradores sao indios, para cujos avos teve principio. Os jesuitas, seus fundadores, tinham aqui um hospicio, que hoje esta repartido em três porcoes: uma e a residencia do Vigario, outra serve de Casa da Camara, outra de aposentadoria do Ouvidor, quando anda em correicao; e cuja igreja e a matriz dedicada a N. Senhora da Assuncao. Nas adjacencias do rio cultiva-se algodao, canas-de-acucar, arroz, milho, e outros mantimentos: as canoas, que os conduzem ao porto, sobem com a mare grande espaco. (CASAL, 1817, p. 212-213).

Em 1818, Saint-Hilaire (1974b, p. 30) informa que a pequena vila, contava com cerca de 100 casas, umas cobertas de palha, outras de telhas, das quais muitas eram sobradadas. Por meio do Quadro 9, que transcreve o mapa da população do distrito³⁰⁷ do antigo aldeamento de Reritiba, executado em 1813, é possível se ter o exato conhecimento da população que então o ocupava.

Quadro 9 – Mapa da população do Distrito da Villa de Benavente feito no 1º de julho de 1813.

	Homens	Mulheres	Filhos menores	Totais
Branços	92	94	208	394
Índios e mamelucos	198	307	488	993
Pardos libertos	48	67	82	197
Escravos	136	140	109	388
			Soma final	1972

Fonte: APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 04.

³⁰⁶ Quase um século depois, em 1860, a situação não era diferente, pois como relatava o imperador D. Pedro II, o convento estava muito arruinado, “sendo preciso que se mostrassem o lugar da cela onde morreu Anchieta para suspeitar que aí fosse” (ROCHA, 2008, p. 220 a 222).

³⁰⁷ O distrito paroquial, segundo Monsenhor Pizarro, abarcava a Capela de Nossa Senhora do Bonsucesso, situada em Orobó, “que fôra da administração dos padres jesuítas, e agregada à aldeia de Reritigba, que povoavam índios rebeldes” (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 88).

Como se apreende do documento, quase metade da população de todo o distrito de Benevente era de índios. O mapa ainda informa que “a maior parte deste povo he cazado, e se ocupa na lavoura; parte em pescaria; parte em cerraria, e pouco em officios, e negocio”. Em 1815, o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (1989, p. 137) salienta que grande parte desses índios havia abandonado a vila devido à maneira tirânica com que eram tratados. A essa época, segundo o príncipe, eram aproximadamente seiscentos. A afirmação de Maximiliano Wied-Neuwied vai de encontro com o colocado pelo bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, em 1819, que enfatiza que além dos maus tratos impostos aos índios, a população da vila decrescia em consequência da proibição da exportação de madeiras, o que acabava por obrigar os habitantes a se dedicarem apenas ao comércio de algodão e mantimentos. Só haviam, nesse ano, no antigo aldeamento de Reritiba “dois senhores de engenho, e pouco ricos” (COUTINHO, 2002, p. 47).

[...] este povo não passará hoje de 3.000 almas, passando antes do Pontes [o governador Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo] de 4.000, porque este governador, impedindo o exparte das madeiras, e vexando os índios com grandes serviços para o Rio Doce etc., fez expatriar infinitos. (COUTINHO, 2002, p. 48).

De Orobó, núcleo instituído pelos dissidentes de Reritiba, Navarro (1808, in RIHGB, 1845, p. 456) descreve que seus índios pescadores já haviam construído um brigue, por meio do qual se podia subir para as minas do Castelo. O núcleo se mantinha, assim, ainda firme e é bem possível que seus índios se aventurassem, como os brancos, na caça por riquezas. O desembargador ainda informa que das cabeceiras desse mesmo rio, “no lugar do Iconha, tem sahido o gentio botecudo por ahi, e o mesmo tem sucedido nas do Rio de Benavente ou Cutinga, em distancia da Villa 8 leguas” (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 456). Prova de que os sertões do Espírito Santo ainda abrigavam muitos índios selvagens.

No que se refere a Reis Magos, Daemon (1879, p. 164) informa que o antigo aldeamento foi elevado à categoria de freguesia, por provisão de 12 de novembro de 1757. Já a elevação da freguesia em vila, ocorreria no ano seguinte, como estabeleceu o alvará de 08 de maio de 1758 (Ibid., p. 165). Ressalta, porém, que a instalação da vila de Nova Almeida foi apenas efetivada em 15 de julho de 1760, “havendo por essa ocasião muitos festejos e lavrando-se o autho respectivo”³⁰⁸ (Ibid., p. 169).

³⁰⁸ Novaes (1969, p. 94) relata que em meados deste ano de 1760, menos de um ano depois da expulsão dos incianos, o antigo aldeamento exportava para Vitória 1.000 arrobas de algodão, 1.500 alqueires de milho, 300

Segundo o desembargador Luiz Thomaz de Navarro (in RIHGB, 1845, p. 453), o aldeamento de Reis Magos era ainda muito populoso em 1808, podendo-se contar de 3 a 4 mil almas na vila e nas suas imediações. O comércio se sustentava com o algodão, com alguns legumes e, principalmente com o trato de madeiras.

[...] o interior das matarias de todo aquelle districto [Reis Magos e Santa Cruz, ou Aldeia Velha] é abundante em madeiras de toda a qualidade, e fazem objeto de algum commercio, principalmente de jacarandá; exporta também algum algodão, que tingem com tinta de casca de sapucaia, os quaes imitam aos nossos chapéos finos chamados de copa alta, e que aperfeiçoados podiam ser de grande consumo e utilidade entre nós pela sua barateza; igualmente citharas, rabecões e rabecas de cedro tiybe-buya, e caixeta, e os figuram de hum modo tal, que, reduzidos a maior perfeição estes instrumentos, serão objecto de maior admiração; tal é o engenho e indústria dos Indios. (NAVARRO, 1808, in RIHGB, 1845, p. 453).

Por meio da informação dada em 1811 por Francisco Manoel da Cunha, os índios do antigo aldeamento já não podiam mais contar com comércio do corte, venda e exportação das madeiras, visto a citada proibição imposta pelo governador da província. Os habitantes da Vila Nova de Almeida eram todos índios, excetuando alguns poucos Europeus ali estabelecidos. Todas as casas eram cobertas de palhas e com paredes de barro. Apenas o edificio inaciano e outros seis ou sete prédios dos portugueses há pouco domiciliados, eram cobertos por telhas. Informava ainda que o senado da Câmara da vila e o posto de capitão-mór eram ocupados por índios de nação e segue “em uma palavra, Ex.^{mo} Sr., eu vejo ali a miséria, como no seu foco paternal” (CUNHA, 1811, in RIHGB, 1842, p. 243). A miséria se refletia também no número de habitantes: sob a tutela dos padres se contavam mais de 3 mil índios no aldeamento e seus arredores, que ficaram reduzidos a apenas 1.200 habitantes numa circunferência de 9 léguas ao tempo de Saint-Hilaire (1818).

Segundo Saint-Hilaire (1974b, p. 69), a condição de miséria em que se encontrava o antigo aldeamento em 1818³⁰⁹, era em parte devido à libertação dos índios da útil vigilância dos padres da Companhia. Os índios, que constituíam a grande maioria dos habitantes da Vila de Nova Almeida, na ausência dos seus tutores, não trabalhavam mais com a mesma regularidade, muitos caíram na indigência, e outros tantos preferiram emigrar e sofrer as

alqueires de feijão, 2.000 alqueires de farinha, 3.000 dúzias de tábuas, além de jacarandá, canoas, gamelas, azeite de mamona e peixe.

³⁰⁹ O antigo edificio jesuíta também gozava da mesma condição de abandono. Carvalho (1982, p. 118) informa que em novembro de 1876 a Câmara comunicava ao presidente da província que pessoas desconhecidas haviam realizado escavações a procura dos tesouros dos jesuítas na parte da antiga residência, junto às janelas da sacristia e no pátio interno.

consequências da pobreza, a se sujeitar aos maus tratos por parte das autoridades.³¹⁰ Depois da expulsão dos inacianos, a mão de ferro dos governadores do Espírito Santo obrigava os índios, casados ou não, a trabalhar na abertura da estrada para Minas, no hospital da Vila de Vitória e na nova Vila de Viana ou Santo Agostinho, muitas vezes mal alimentados e sem remuneração. Os que não se sujeitavam “a essa tirania, eram amarrados à Vila de Vitória, e muitos sucumbiram em meio aos rudes trabalhos a que os haviam condenado” (Ibid., p. 69). Como forma de fugir dos abusos, os índios logo fizeram outra aldeia nas terras que cultivavam do antigo aldeamento inaciano. Era para o novo núcleo que se deslocavam as mulheres e as crianças privadas da figura masculina da família. Outras famílias foram buscar refúgio no sertão e houve outras ainda que se distanciaram da própria Província do Espírito Santo.

Falando dos árduos trabalhos a que os condenara o Governador da Província, os índios de Vila Nova não deixavam escapar um murmúrio; o serviço do Rei *o exige* – essas palavras, pronunciavam-nas do mesmo modo como um fatalista teria podido dizer: tal é a sentença do destino. A falta de boa fé é um dos defeitos que lhes são insinuados com muita justiça; mas esse defeito é certamente, entre eles, bem menos indesculpável que entre os de nossa raça. Como não permanecerem estranhos à honestidade, se são humilhados sem cessar pelos descendentes de europeus? Talvez mesmo, no momento em que dão sua palavra, tenham a intenção de mantê-la; mas são muito inconstantes, têm uma noção muito confusa do futuro para poderem ser fiéis aos compromissos que assumem; são crianças que não sabem dos obstáculos que devem encontrar. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 71).

Os índios estavam longe de ser crianças, podiam sim desconhecer o que lhes reservava o futuro, conforme fica claro no desejo de liberdade dos índios de São Francisco Xavier de Itaguaí, mas sabiam contestar e promover negociações nos devidos meios legais quando tinham seus interesses prejudicados. A falta de palavra e a infidelidade com os compromissos assumidos, apontadas por Saint-Hilaire, iam por vezes de encontro, ao meu ver, com os contextos de barganhas e trapaças tão comuns ao cotidiano que foi estabelecido na colônia.

E nesse contexto colonial, muito do que os índios viveram sob a tutela dos inacianos ainda permanecia. O relato do bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, em 1819, remete às pomposas festas com que eram recebidos os visitantes da Companhia e as visitas ilustres no tempo dos inacianos.

³¹⁰ Segundo Saint-Hilaire (1974b, p. 103), os índios da antiga Reis Magos tinham verdadeira veneração pelo Rei, prova de que foram bem instruídos pelos padres e não o contrário, como julgavam seus desafetos, acusavam os subalternos pelas injustiças infligidas, pois “o Rei, diziam, quer que todos os homens sejam tratados igualmente; se ele soubesse do que se passa aqui, não o permitiria; mas nós não somos ricos para ir ao Rio de Janeiro e nossas queixas não chegariam até ele.”

Cheguei às onze horas a Vila Nova [de Almeida], aonde me esperavam os bons índios com foguetes, arcos triunfais, e arquiteturas de ramagens, e outras demonstrações de alegria e devoção. Cuidei que não deixassem entrar para casa ao aprear, e que me comessem as mãos com beijos. Reservei a minha entrada para as ave-marias, à qual me assistiu a Câmara toda composta de índios puros com suas varas, ajoelhando e fazendo tudo o mais com profunda humildade até o fim, e até me virem acompanhar ao meu aposento dentro do mesmo convento dos jesuítas. (COUTINHO, 2002, p. 87).

O bispo informa que o índio capitão-mor da vila, “figurão de teatro pela sua grande casaca e cabeleira, debaixo do importante formulário da primeira visita”, lhe solicitou “mui fidalgamente ‘um bocado de esmola’”, e prometeu de “‘pagar o seu sangue’ para designar a mesma coisa que os índios de Itaguaí explicam pelas palavras de ‘honrar a sua carne’” (COUTINHO, 2002, p. 90). Prova de que a citada falta de palavra observada por Saint-Hilaire, ocorria também devido ao estado de miséria em que viviam esses índios. A pobreza do núcleo não se refletia, porém, no campo espiritual.

O vigário Joaquim Gomes de Jesus é um dos mais completos que tenho encontrado na visita; conduta honesta, muito residente, estudioso, zeloso da doutrina e do asseio da igreja, e sobretudo muita afabilidade para os índios, que o adoram; entende também muita parte da língua geral brasílica, que lhe é muito necessária, porque muitos índios, especialmente mulheres, pela criação dos jesuítas, não entendem o português; e até a mim me foi preciso no ato de crismar estar dizendo a cada passo “maram penderei” – diga o seu nome – “pôssuca” – ponha a mão – “yei pô pira” – levante as mãos – etc. Esta freguesia tem certamente três mil índios, fora outros brancos ou pretos. (COUTINHO, 2002, p. 88).

Informação bastante relevante sobre o antigo aldeamento de Reis Magos onde, a exemplo de Reritiba ou Vila Nova de Benevente, os índios constituíam a base da população local, mantendo preservada a sua língua.

A respeito das terras indígenas de Reis Magos, Saint-Hilaire (1974b, p. 68) informa que, após a expulsão, a Coroa portuguesa deixou aos índios da nova vila um território inalienável, que se estendia além do sítio chamado Cababa (possivelmente Capaba), do lado sul, até Comboio, do lado norte.

Deram-se sesmarias nas terras dos índios aos portugueses que desejavam estabelecer-se; mas esses, aqui, são obrigados a pagar dois tostões anualmente, por cem braças, ao Senado Municipal da Vila e não podem vender mais que suas colheitas e as construções que erguem no terreno de que são foreiros. Os privilégios dos índios da Vila Nova são, assim, semelhantes aos originariamente concedidos aos habitantes de São Pedro e

de Benevente; mas, aqui houve pouca oportunidade de violar os direitos dos indígenas, porque a região não apresenta, por assim dizer, qualquer atrativo à cobiça: é menos fértil, isolada, vizinha dos botocudos; nela as formigas causam contínuos estragos; por fim, o Rio dos Reis Magos pouco oferece em pequenos recursos de transporte. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 68-69).

Apesar de em Reis Magos, pelos inconvenientes citados por Saint-Hilaire, terem se preservado mais as terras indígenas, e também nesse núcleo, como em Reritiba, a língua e determinados costumes terem se mantido, de forma geral, o contexto de decadência observado nos antigos aldeamentos do Rio de Janeiro, se repetia, conforme já dito, com a mesma intensidade no Espírito Santo.

Visto os aldeamentos, é igualmente importante a compreensão do que foi feito com os polos produtores da Companhia após a expulsão. A respeito das fazendas inacianas do Rio de Janeiro, o bispo D. Antônio de Desterro informa, em ofício de 5 de julho de 1762:

Conferindo com o Conde Governador sobre a ereção de freguesias nas grandes fazendas que os Jesuitas possuem nesta Capitania na forma da Real Ordem de S. Mag. De 16 de Outubro do anno proximo passado, se conveyo em que por hora se eregisse em freguesia a fazenda chamada do Engenho Velho, por ser a unica que se achava repartida e vendida à novos e antigos colonos, mas como a mayor parte destes estavam dantes estabelecidos nas mesmas terras, pagando foro aos Padres, sujeitos porem á diversos Parochos colados, quaes erão o da Sé desta Cidade, e o de Santiago de Inhauma, foy preciso desmembrallos das suas respectivas freguesias, e unillas á novamente erecta, porque só desta sorte ficaria toda a terra pertencente á esta fazenda, servindo de lemites, e os colonos mais bem servidos com o pasto espiritual [...], ficando reservada a erecção de freguesias nas mais fazendas até estas se venderem, para se julgar da sua capacidade conforme os colonos que nellas se estabelecerem. (AHU_CU_017, Cx. 65, D. 6138).

Repartido e vendido primeiramente o Engenho Velho³¹¹ (Figura 57), em 1771, o Marquês do Lavradio, então vice-rei e capitão do Rio de Janeiro, insistia com El-Rei sobre a necessidade de suspender a venda das fazendas inacianas de Santa Cruz e do Engenho Novo, “por se extrahir da primeira dellas todo o gado necessario para o provimento das naos de guerra, como por se fornecer da mesma parte dos escravos para o serviço da fabrica da Caza das Armas, e trem da Artilharia” (MFF, Livro 56, p. 01). O conselho do vice-rei não foi seguido por completo. Preservada Santa Cruz; em 1780, o Engenho Novo, com suas terras, escravos e mais pertencas, foi arrematado pelo sargento-mor Manoel Joaquim da Silva e Castro e pelo capitão Manoel de Araujo Gomes (MFF, Livro 21, p. 23). Trataram os sócios de

³¹¹ Tanto o Engenho Velho, como o Engenho Novo, depois de repartidos deram origem às paróquias de Inhaúma, Irajá, Tijuca, Santo Antônio de Jacutinga, entre outras. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 37).

reformatar o antigo engenho dos jesuítas, mas Manoel Teodoro, filho do segundo, “persuadido de maior conveniência pelo arrendamento das terras em porções limitadas, demoliu o edifício” (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 107).

Figura 57 – Engenho Velho em junho de 1844. Desenhos de Eduard Hildebrandt.



Fonte: Ferrez (1992, p. 44).

O mesmo aconteceu à antiga quinta de São Cristóvão. Em princípios do século XIX, já bastante reduzida, foi doada ao rei Dom João VI pelo negociante Elias Antônio Lopes (BRASIL, 2015, p. 180). Maria Graham (1990, p. 297), em visita a São Cristóvão, afirma que o palácio real da Quinta da Boa Vista havia sido erguido onde outrora existia um convento dos jesuítas. Informa ainda que do palácio se avistavam férteis colinas, uma das quais coroada por belos quartéis que haviam sido em outros tempos um estabelecimento da Companhia. Os edifícios descritos por Graham eram muito provavelmente remanescentes da antiga fazenda inaciana que englobava uma quinta, com sua casa de vivenda e capela dedicada a São Pedro e um sítio denominado São Cristóvão, com sua sacristia e casa de fábrica. Um desses remanescentes, uma residência “excelente e grande” (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p.

72), foi transformado em Hospital dos Lázaros³¹² (Figura 58). Francis de Castelnuau, explorador científico que esteve no Brasil em 1843, informa que o lazareto de São Cristóvão abrigava cerca de sessenta doentes (TAUNAY, 1942, p. 238).

Figura 58 – Lazareto em São Cristóvão, 1825-1826. Desenho de Charles Landseer.



Fonte: Bethell (2010, p. 136).

No que diz respeito à Santa Cruz, pela carta régia de 16 de outubro de 1761 ficou subordinada diretamente ao vice-rei, sendo posteriormente transformada em fazenda real, em fazenda imperial e em fazenda nacional, época em que passou a aquartelar as tropas do exército. Não conservando qualquer vestígio da época jesuíta, com exceção da ponte do rio Guandu, atualmente o ponto que marcava a sede da grandiosa fazenda abriga o Batalhão e Escola de Engenharia Villagran Cabrita (Figura 59).

Essa transição foi marcada por muitos problemas, como informa Fridman (1999, p. 189-190). Os mais graves deles eram decorrentes da própria administração. Um dos primeiros responsáveis por Santa Cruz, Antônio da Silva Rangel, não apenas distribuiu terras a 80 parentes e amigos, vendeu fiado grande quantidade de gado e desfalcou em dinheiro a

³¹² É possível que a função de leprosaria tenha sido proveniente do fato de estar recolhido nessa residência o Pe. Joaquim de Moraes, doente do mal de São Lázaro, no ano da expulsão. (MFF, Livro 16, p. 01).

fazenda, como obrigava os escravos a trabalharem no seu engenho. A partir de 1784, um dos arrematantes do Engenho Novo, o sargento-mor Manoel Joaquim da Silva e Castro, assumiu as funções de administrador. O sargento não apenas obrigava os índios a conservarem as valas abertas pelos padres, como os expulsou de seu aldeamento com o objetivo de erguer o engenho de Nossa Senhora da Conceição de Itaguaí, em 1793, ano em que foram deslocados 200 escravos da fazenda para os trabalhos de construção. A expulsão dos índios de seu antigo aldeamento de São Francisco Xavier ocasionou a ida do seu capitão-mor à Lisboa, conforme já relatado anteriormente. Três anos mais tarde foi inaugurado outro engenho, o de Piaí, que contava com o trabalho de 120 escravos da fazenda.

Figura 59 – Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabrita. O antigo cruzeiro representa o marco da presença jesuíta em Santa Cruz.



Fonte: Autora (2016).

Devido às pressões sofridas pelas autoridades, entre as quais a de posseiros que insistiam em permanecer na região, foi promulgada a carta régia de 07 de novembro de 1803, que ordenou a venda dos engenhos de Itaguaí e Piaí. Ambos foram arrematados, sem concorrência, em 1806, por Antônio Gomes Barroso, que passou a exigir a remoção de suas terras do aldeamento de São Francisco Xavier, conforme também já foi colocado. (FRIDMAN, 1999, p. 191).

Com a chegada da corte ao Rio de Janeiro foi promulgado o decreto de 31 de agosto de 1808, por meio do qual Dom João VI deu nova forma à administração da Fazenda de Santa Cruz, que a partir dele ficou subordinada à Mordomia da Casa Real, depois Imperial. Debret (1985, vol. 2, p. 358) informa que num primeiro momento a antiga sede de Santa Cruz foi reformada às pressas para servir de casa de campo à família real. Em 1817, porém, por ocasião do casamento do príncipe Dom Pedro com a arquiduquesa Carolina Leopoldina, o rei Dom João VI ordenou ao Visconde do Rio Seco que mandasse reformar e decorar convenientemente o Palácio Real de Santa Cruz, até então formado por antigas celas jesuítas³¹³.

Desde então, toda a corte passou a fazer todos os anos uma estada de seis semanas pelo menos no palácio, donde o rei voltava para a festa de São João. Essa residência tornara-se um lugar delicioso para os jovens príncipes e princesas, por causa de sua beleza e de sua extensão, que favoreciam os passeios em inteira liberdade. (DEBRET, 1985, vol. 2, p. 358).

Maria Graham (1990, p. 339-340) apresenta um relato bastante vivo da fazenda nessa época (Figura 60):

[...] a vista das extensas planícies de Santa Cruz, com os rebanhos de gado³¹⁴, é magnífica. Os pastos estendem-se por muitas léguas de cada lado do pequeno morro em que estão colocados o Palácio e a povoação; são aqui e ali interrompidos por tufo de floresta natural; por um lado o horizonte estende-se até o mar; por todos os outros lados a vista é limitada por montanhas ou morros cobertos de florestas. O próprio Palácio ocupa o lugar do velho Colégio dos Jesuítas. Três alas são modernas: a quarta contém a bela capela dos reverendíssimos padres e uns poucos aposentos aceitáveis. A parte nova foi feita pelo rei D. João VI, mas os trabalhos se interromperam com sua partida. Os apartamentos são belos e mobiliados com conforto. Neste clima as tapeçarias de parede, quer de papel, quer de seda, estão sujeitas a rápido estrago por causa da umidade e dos insetos. As paredes são pois rebocadas com um ótimo barro branco-amarelado rico e grosso, chamado Taboa Tinga [tabatinga] e as cornijas e barras pintadas a fresco. Algumas destas são extremamente belas quanto ao desenho. Geralmente são muito bem executados os arabescos das frisas, compostos de frutas, flores, pássaros e insetos do país. Uma das salas representa um pavilhão: e entre as pilastras abertas, está pintada a paisagem em torno de Santa Cruz, não muito bem, realmente; mas a peça é agradável e alegre. Os artistas empregados

³¹³ Segundo John Mawe (1978, p. 87), comerciante inglês que permaneceu no Brasil de 1807 a 1811, as pequenas celas eram em número de trinta e seis, que integrada aos bens da Coroa, haviam sido adaptadas para o uso da comunidade desde a partida dos jesuítas. Durante sua permanência na fazenda, a convite do Conde de Linhares, apresentou um relatório sobre o seu lastimoso estado, propondo reformas e melhoramentos. (Ibid., p. 15).

³¹⁴ Cerca de sete a oito mil cabeças, conforme informa Mawe (1978, p. 87).

eram principalmente mulatos e negros crioulos. (GRAHAN, 1990, p. 339-340).

Figura 60 – Palácio de Santa Cruz. Desenho de Maria Graham, datado de 23 de agosto de 1823.



Fonte: Graham (1990, p. 313).

Maria Graham (1990, p. 342-343), assim como Mawe (1978, p. 87), informam que haviam na fazenda aproximadamente mil e quinhentos negros, que apesar de não serem vestidos pelo Estado, possuíam pequenas glebas de terra, nas quais trabalhavam para si próprios durante meio turno das sextas, todos os sábados, domingos e feriados, de modo que dedicavam ao senhor apenas quatro dias de trabalho, em troca da casa e da dita terra. Alguns, segundo Graham, eram “dispensados até dos sinais externos da escravidão e as famílias alimentam-se e vestem-se sem a interferência do senhor” (Ibid., p. 343). Prova que as práticas jesuítas em relação aos negros ainda eram, em grande medida, mantidas no século XIX. Sobre o hospital, já adaptado em local diferente do que era à época dos inacianos, a visitante informa:

Visitei-o e encontrei um cirurgião branco e um assistente negro, camas descentes e quartos bem ventilados. [...] Havia cerca de sessenta doentes, a maior parte deles de simples feridas nos pés, alguns de pústulas, outros, de uma espécie de lepra causada pelo trabalho em terrenos úmidos, e uns poucos com elefantíase; as febres são muito raras, as doenças do pulmão não tão raras. Diversos hóspedes do hospital estavam ali unicamente pela velhice; um estava louco e havia uma grande sala de mulheres com crianças, de modo que, no total, considero o hospital como uma prova de saúde dos negros de Santa Cruz. (GRAHAN, 1990, p. 343).

Grahan visitou também as plantações de chá, cultura introduzida por Dom João VI em Santa Cruz. Sua majestade construiu portões chineses e cabanas³¹⁵, “de modo que a China de Santa Cruz é realmente um delicioso passeio. O imperador, porém, que compreendeu ser mais vantajoso vender café e comprar chá, do que obtê-lo com tais despesas, não continuou a plantação” (GRAHAN, 1990, p. 344).

Johann Emanuel Pohl (1976, p. 56), integrante da comissão científica que acompanhou Dona Leopoldina em 1817, além de informar a elevação de Santa Cruz ao *status* de vila, assim como ocorreu a Itaguaí, traça um panorama da fazenda bem distinto do que foi pintado por Maria Grahan (1990).

A Real Fazenda de Santa Cruz, embora atualmente haja sido elevada a vila, é um lugar insignificante, que por várias causas e sobretudo por falta de água corrente, nunca deverá ter maior importância. A população de homens livres é muito restrita. Consta, ao todo, de uma rua de 40 choças de taipa e de algumas casas ordinárias, nas quais, na ocasião das chuvas, nos podemos atolar na lama. Na extremidade oriental está o castelo real, antigo colégio dos jesuítas, de um andar de altura. Quando lá estivemos, procurava-se aumentá-lo, formando-se um quadrado cujo centro, do lado da frente, seria a torre contígua da igreja. Dá vista sobre uma planície relvosa de uma milha de largura, que serve de pastagem para muitos milhares de reses e em cujo fundo se elevam a imponente Serra dos Órgãos e o seu prolongamento, a Serra de Itaguaí. Não vi o castelo por dentro. Mas contaram-me muitas vezes que, durante a estada da Corte no Rio de Janeiro, o mobiliário é levado para lá e, depois de ausentar-se a Corte, é reconduzido. (POHL, 1976, p. 56).

Afora as diferentes impressões que Santa Cruz causava aos visitantes estrangeiros, a fase imperial da antiga fazenda foi marcada ainda por muitas obras, como informa Debret:

[...] Em 1825, o imperador, desejando organizar e explorar a fazenda, mandou proceder a um levantamento geral da propriedade, confiando-o ao seu engenheiro-chefe. No entanto, como as operações preliminares eram fatigantes, surgiram mil dificuldades, lembradas para atrasar a execução. Mas, em 1826, o engenheiro francês Pezerat, admitido a serviço particular do imperador como arquiteto, satisfez em menos de três semanas os desejos do monarca, com grande escândalo de velhos engenheiros da corte. Esse primeiro êxito deu-lhe a confiança do imperador, o qual lhe entregou todo o serviço de reformas. Pezerat empregou imediatamente certos meios rápidos e engenhosos na fabricação das telhas e dos tijolos e conseguiu uma grande economia nas construções, suprimindo todos os empreiteiros, mestres e contramestres, e fazendo executar o trabalho, com a ajuda de um único fiscal francês, construtor também, e por negros escravos da própria fazenda. O imperador, satisfeito, tomou gosto na gestão da propriedade, fundou aí um haras, encheu os imensos campos de animais e de criações de todo gênero. A

³¹⁵ A colônia, segundo Pohl (1976, p. 55), era composta por aproximadamente trinta chineses.

capela foi interiormente restaurada, acrescentando-se uma nova ala ao palácio; projetava-se mesmo a abertura de um canal de navegação, quando o imperador deixou o Brasil. Entretanto, esses melhoramentos provocaram alguns abusos; cortesãos ligados ao poder e desejosos de agradar ao imperador exigiam à sua revelia favores injustos e prejudiciais de muitos proprietários. Essas famílias, desesperadas, aproveitaram uma mudança de ministério para apresentar suas reclamações legalmente; tudo se esclareceu, e S.M.I. ordenou a restituição dos bens usurpados contra a sua vontade. (DEBRET, 1985, vol. 2, p. 358-359).

Entre as famílias que apresentaram suas reclamações legais estavam os índios de Itaguaí, como citado anteriormente. Em trecho posterior, Debret afirma que Dom Pedro, ao ser aclamado imperador, deu liberdade a inúmeros antigos escravos e doou a cada um deles um lote de terra perto do Palácio de Santa Cruz. Assim, segundo o grande artista, *nasceu* o núcleo atravessado por duas grandes ruas, com algumas casas bem-construídas e lojas de artífices, que passou a servir de lugar de repouso para os viajantes que tinham São Paulo como destino. (DEBRET, 1985, vol. 2, p. 359). Na verdade, o núcleo retratado por Debret (Figura 61) já estava consolidado à época dos jesuítas, como descrito por Pedro Henrique da Cunha em 1790. O mais provável é que, nas primeiras décadas do século XIX, os antigos bairros da Limeira e da Pacotiba, já bastante aumentados, sofreram alterações e melhoramentos que induziram Debret a julgar que tivessem sido instituídos na regência do próprio Dom Pedro.

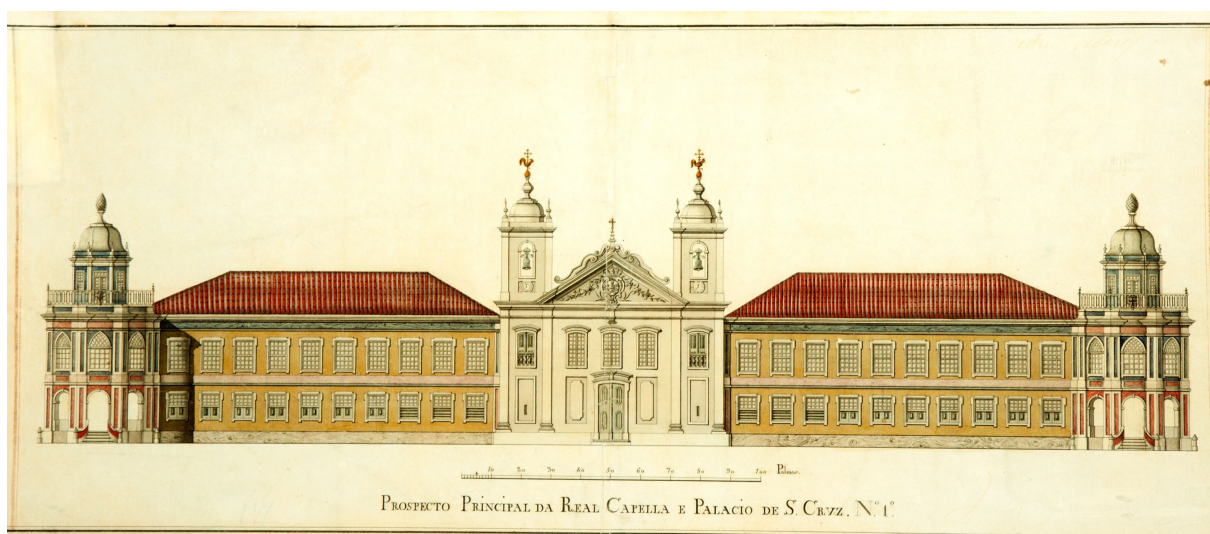
Figura 61 – Santa Cruz (1817-1829). Aquarela de Debret.



Fonte: Bandeira; Lago (2008, p. 454).

Os melhoramentos descritos por Debret que ocasionaram os citados abusos, não apenas se destinavam as simples reformas e novas decorações, o que se pretendia era que a antiga residência e igreja jesuíta assumisse feições à altura do palácio imperial em que se transformou, como fica claro no *Projecto principal da Real Capela e Palácio de Santa Cruz* (Figura 62).

Figura 62 – *Projecto principal da Real Capela e Palácio de Santa Cruz.*



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 04.04.802.

As majestosas pretensões, no entanto, não saíram do papel como pode ser observado nos desenhos de Hildebrandt de 1844 (Figura 63), nos quais o edifício retratado se aproxima muito da feição registrada por Graham cerca de vinte anos antes.

Figura 63 – Duas vistas da antiga fazenda jesuíta de Santa Cruz em julho de 1844.
Desenhos de Eduard Hildebrandt.





Fonte: Ferrez (1992, p. 68-69).

Ao contrário de Santa Cruz, elevada a vila – cuja a grande importância conquistada no período jesuíta adentrou, em certa medida, o período imperial e mesmo as primeiras décadas da república –, e da sesmaria de Iguacu, na qual os lugares da Companhia deram origem a diversas freguesias, a antiga fazenda jesuíta de Macacu ou Papucaia, denominada Engenho do Colégio depois de vendida a particulares, passou a ser filial no termo da paróquia da Santíssima Trindade (ARAÚJO, 1946, vol. III, p. 215).

No que diz respeito a São Francisco Xavier do Saco, Monsenhor Pizarro informa que após a saída dos inacianos, essa fazenda teve capelão privado, com jurisdição paroquial, até se vender a propriedade, a cujo comprador passou também a igreja (ARAÚJO, 1946, vol. III, p. 159).

Também passaram às mãos de particulares as fazendas de Santo Inácio dos Campos dos Goytacazes, de Santa Ana de Macaé (MFF, Livro 23) e de Santo Inácio dos Campos Novos. Joaquim Vicente dos Reis, tenente-coronel da milícia, arrematou em 1781 a fazenda dos Goytacazes por 460.000 cruzados, incluindo escravos; 18 a 20 mil cabeças de gado vacum e cavalari distribuídos em cinco currais, localizados em sítios diversos; um bom rendimento em foros de terras; um engenho famoso de açúcar; uma fábrica de louça e uma capela bem paramentada (ARAÚJO, 1946, vol. III, p. 96). Santa Ana foi arrematada por Gonçalo Marques e Campos Novos por Manuel Pereira Gonçalves (ARAÚJO, 1946, vol. II, p. 116).

No que se refere a Campos Novos, o Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (1989, p. 77), nas primeiras décadas do século XIX, informa que a fazenda se encontrava implantada numa suave eminência de um campo aberto, rodeado de florestas. Perto da casa do então proprietário, um capitão, situavam-se os casebres dos negros, dispostos num quadrado que formava uma aldeola. Saint-Hilaire (1974c, p. 176) descreve em pormenores como era a citada configuração quadrangular que tomava o adro ou pátio como baliza.

À extremidade de um dos grandes lados do pátio, vê-se sobre uma pequena eminência a igreja com o convento e, à extremidade do grande lado oposto existe um engenho de cana. As casas que rodeiam uma parte do pátio são grosseiramente construídas de pau a pique e barro, pequenas e cobertas de capim; algumas são isoladas na fila, outras reunidas sob um mesmo teto; contei 28 ao lado onde se acha o convento. Este e a igreja não me parecem em proporção com o restante do estabelecimento; mas, esta fazenda não podia ser senão uma fonte de renda e, por conseguinte não se devia para aí enviar senão os religiosos encarregados da administração. Após a expulsão dos jesuítas o estabelecimento passou para as mãos de homens ricos; morrendo estes os escravos foram distribuídos entre os herdeiros, o engenho cessou de funcionar, e em poucos anos a fazenda de Campos Novos provavelmente não existirá mais. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 176).

Felizmente a previsão de Saint-Hilaire não se concretizou. Mesmo muito alterada, a sede da antiga fazenda inaciana de Campos Novos continua resistindo, apesar do incontestável estado de ruína e abandono em que se encontra. O mesmo não ocorreu ao edifício da Fazenda de Santa Ana de Macaé, que foi inteiramente reconstruído no século XIX, preservando apenas o sítio de sua antiga implantação. Ainda segundo Saint-Hilaire (1974c, p. 183), um relevante núcleo se formou nos arredores dessa antiga fazenda, tanto que o alvará de 29 de julho de 1813 o elevou à condição de cidade, sob o nome de S. João de Macaé.

Por limite meridional foi dado ao termo da nova cidade o Rio S. João e por linde setentrional a embocadura do Rio Furado; todavia ficou ela provisoriamente submetida à jurisdição do juiz de fora do Cabo Frio, dando-se a Macaé apenas um juiz suplente. Os habitantes dessa cidade desejaram também que ela se tornasse cabeça de uma paróquia, no que foram atendidos, e, em 1815, a capela de Santana foi definitivamente promovida à igreja paroquial sob a invocação de S. João Batista. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 183).

Seguindo de Macaé em direção ao norte, ainda eram comuns nos relatos dos viajantes de princípios do século XIX descrições de antigos edifícios outrora pertencentes aos currais inacianos da região dos Campos dos Goytacazes. Saint-Hilaire (1974c, p. 189-190) informa sobre um sítio chamado do Andrade, que ficava situado perto do mar, à entrada da planície. A

casa que havia sido da Companhia, possuía apenas um andar, e era composta por uma capela, por dois quartos, por uma sala, uma cozinha e uma varanda ou galeria, conjunto que, segundo o naturalista francês, nas zonas desertas do litoral brasileiro, constituía um verdadeiro palácio.

É de crer que os jesuítas construíram essa casa para terem um abrigo quando iam da cidade de Campos à sua usina de açúcar de Campos Novos, ou à aldeia de S. Pedro. Atualmente o sítio do Andrade é apenas habitado por dois escravos da fazenda do Colégio, encarregados de cuidar do gado que vive nos arredores e, sem dúvida este lugar em breve só apresentará ruínas. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 189-190).

Nesse caso, o previsto por Saint-Hilaire foi realmente efetivado, não se conservando qualquer marca dessa antiga casa inaciana. Wied-Neuwied (1989, p. 80) cita também uma igreja inaciana contruída na Barra de São João. Tudo indica ser a capela de São João Batista, reformada e ampliada em meados do século XIX. O pequeno núcleo da Barra de São João tinha relevante importância na região, pois era um dos pontos nos quais se examinavam os viajantes e as mercadorias provenientes das Minas Gerais.

Como informa Manoel Martins do Couto Reis (2011, p. 118), em 1785, as maiores e principais fazendas da região dos Goytacazes eram quatro. A primeira “em largueza de terras, propriedades, escravatura e gados é a que foi dos jesuítas”, que passou por compra a Joaquim Vicente dos Reis e seus sócios, o qual com “gênio, agilidade, zelo e esperteza”, a fez aumentar muito além do que cresciam as suas concorrentes. A segunda era a de São Bento, “não menos avultada nas suas propriedades e extensão de terras admiráveis; porém menor no número de escravatura”. A terceira era a pertencente aos Viscondes de Asseca e a quarta do Morgado, fundada em grande estabelecimento, mas prejudicada não somente pela má administração dos seus primeiros possuidores, como “pelas sutilezas dos jesuítas, que com demandas e negociações cavilosas lhe tiraram muito” (REIS, 2011, p. 119).³¹⁶

Saint-Hilaire (1974c, p. 207) descreve a grandiosa fazenda inaciana, que no começo do século XIX ainda mantinha preservada sua antiga olaria e o seu hospital.

A fazenda do Colégio possui vários milhares de cabeças de gado, 1.500 escravos e tem cerca de 9 léguas quadradas de terreno, estendendo-se até ao Macaé. A habitação propriamente dita tem um ar de grandeza a que se não está acostumado nesta região, onde tudo é feito de modo mesquinho, como que para durar apenas um dia. Em Colégio seguiram um plano de construção

³¹⁶ Segundo Faria (1998, p. 244), as descritas propriedades constituíam dentro do contexto local, grandes exceções, não apenas no número de animais, como em número de escravos e extensão territorial. Juntas somavam 7.105 vacas parideiras e 2.260 éguas. Joaquim Vicente dos Reis, que sucedeu aos jesuítas, era dono de 1.482 escravos, a fazenda de São Bento contava com 507 peças e os Asseca com 445.

idêntico ao de S. Bento, porém em maiores proporções. Casas de negros, feitas de tijolos e cobertas de telhas, formam aqui os três lados de um pátio que tem cerca de 360 passos de comprimento por 250 de largura. Uma fachada comum à igreja e ao convento forma um dos pequenos lados do pátio, e, no meio deste há uma casa, sem dúvida construída pelos jesuítas para recreio dos índios e dos negros. Comparado ao resto do estabelecimento, o monastério propriamente dito não tem grande extensão: a igreja separa-o em duas partes e, de cada lado desta última existe um pátio comprido, entre ela e o convento. O engenho de açúcar dá para o pátio. Atrás das casas que o cercam há uma fileira exterior de casinhas igualmente destinadas aos escravos, porém na maioria cobertas de capim, e construídas com menos cuidado e ordem que as do pátio. Em um dos lados da fazenda há uma olaria e a alguma distância, um edifício inteiramente isolado onde tratam dos doentes. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 207).

O naturalista ainda informa que Joaquim Vicente dos Reis havia falecido pouco tempo antes de sua chegada a Campos e, por isso, seus herdeiros estavam em vias de demandar sobre o destino da imensa fazenda. Arriscava outra previsão: “o domínio terminará por ser dividido, os edifícios cairão em ruínas” (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 206-207). Felizmente, a igreja e residência, mesmo muito modificadas, ainda subsistem.³¹⁷

No que se refere à Fazenda de Muribeca sabe-se que em 1777 foi arrendada e posteriormente arrematada por José da Cruz e Silva (LEITE, 2006, Tomo VI/livro II/II, p. 154). Sua Igreja de Nossa Senhora das Neves, segundo Daemon (1879, p. 162-163), passou à condição de filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo, elevada a esta categoria em 1754, e localizada a “trinta quilômetros pouco mais ou menos acima da povoação da freguesia de S. Pedro de Cachoeiro de Itapemirim” (Ibid., p. 162). Já Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 79) informa que Muribeca, distante de Itapemirim “8 léguas de caminho quase deserto e despovoado pela costa do mar”, por provisão de 05 de julho de 1777, passada pelo cabido, teve sua Igreja das Neves elevada à categoria de curada.

Anteriormente “riquíssima em criação de gado vaccum e cavalari” (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 457), com suas 11 léguas de comprimento, segundo Saint-Hilaire (1974c, p. 211), Muribeca era formada à época de sua viagem por um engenho de açúcar, pela igreja, pela casa do proprietário e por um grande número de casa de negros.

³¹⁷ Alberto Lamego (INVENTÁRIO RJ-0182.01) ao formular o histórico e descrição do edifício jesuíta de Campos para o então SPHAN, em 1937, informa que o edifício havia sofrido sensíveis alterações nas reformas de 1803 e 1934. Antes dessa última reforma, porém, o interior da igreja já se encontrava bastante danificado em decorrência de um raio que havia feito desabar o telhado. A reforma de 1934 não só empregou telhas francesas no novo telhado, como comprometeu sobremaneira o antigo esplendor do altar-mor, composto por um minucioso rendilhado em madeira lavrada, coberta em ouro velho. Atualmente, a igreja encontra-se desprovida de qualquer decoração interior e a antiga residência abriga o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

[...] ao tempo desses padres [inacianos] havia florestas onde hoje está a usina de açúcar; as benfeitorias que eles haviam edificado estavam mais distantes do mar e a fazenda era destinada apenas à criação de cavalos e bovinos. Após a destruição da Companhia de Jesus, o comprador da fazenda achou de melhor alvitre cultivar a terra; abandonou as construções feitas pelos jesuítas, escolheu as terras que lhe pareceram mais próprias à cana, queimou as matas margeantes ao rio, e construiu a casa e o engenho de que falei atrás. Quando esse homem faleceu, seus herdeiros puseram-se a demandar uns contra os outros e a fazenda cessou de ser explorada. Aliás o proprietário que sucedeu aos padres da Companhia não julgara seus terrenos tão bem quanto aqueles religiosos; esse solo contém demasiada areia para ser próprio à cana-de-açúcar e a fazenda de Muribeca caiu na mais completa decadência. (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 211).

Segundo o Príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied (1989, p. 126), em 1815, dos trezentos escravos negros de Muribeca, não se apuravam mais de cinquenta capazes para o trabalho. Eram dirigidos por um feitor português e derrubavam as matas para o plantio de mandioca, milho, algodão e um pouco de café. Informa também que, em agosto deste mesmo ano, os índios que se mantinham hostis no sertão atacaram a fazenda, matando trinta cabeças de gado, um cavalo e um rapazote, que foi assado e devorado. O príncipe narra o profundo ódio que o feitor da fazenda guardava desses selvagens repetindo que era inconcebível “que o governo ainda não tenha adotado medidas efetivas para exterminar esses brutos; se avançarmos por pouco que seja, rio acima, encontraremos fatalmente seus ranchos”.

Saint-Hilaire (1974b, p. 19-20), assim como o Príncipe Maximiliano, relata cerca de três anos depois, o perigo que representavam os índios selvagens que viviam nas proximidades de Muribeca:

[...] Desde o Rio de Janeiro vinham-se constantemente comentando os perigos a arrostar, entre Muribeca e Itapemirim, em razão dos índios selvagens, e induziram-me, por toda parte, a fazer-me acompanhar por homens bem armados. Assim, antes de partir de Muribeca, pedi ao administrador permissão para que alguns dos seus negros fossem comigo até Boa Vista, posto militar [...]. Deu-me o bom padre três escravos, que já haviam lutado contra os índios, armados de espingardas e facão do mato. À medida que avançávamos, cuidavam os negros de mostrar-nos os diversos sítios em que haviam aparecido, desde alguns anos, esses inimigos ditos antropófagos. Ouvindo nossos companheiros, meus criados se acercavam assustados; o mais profundo silêncio sucedia às narrativas espantosas daqueles escravos e, constantemente, o arrieiro Manuel da Costa olhava a floresta que guarnece a margem e da qual era possível que surgissem os índios. No tempo da expulsão dos Jesuítas, não havia selvagens em todo este distrito; somente seis ou oito anos depois dela, começaram eles a cometer

estragos (escrito em 1818)³¹⁸. Da primeira vez que se fizeram notar, mataram animais a dentadas, cavalos, homens; e depois renovaram carnificinas e devastações. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 19-20).

Em outra passagem, ainda se referindo a sua viagem de Muribeca à Itapemirim, Saint-Hilaire (1974b, p. 21-22) informa:

[...] O oficial que o comandava [posto de Boa Vista] me havia cedido quatro soldados para me acompanharem por um trecho do caminho em que ainda se corria perigo. Esses militares fizeram questão de mostrar-me uma casa cujos habitantes haviam sido mortos pelos selvagens. Quando se deram esses acontecimentos, um indivíduo, que foi extremamente feliz por escapar, refugiou-se no posto de Boa Vista. No mesmo instante, foi mandado um destacamento no encalço dos indígenas; foram eles alcançados e muitos mortos pelos portugueses. Encontraram-se os corpos dos colonos chacinados; os selvagens não lhes haviam desarticulado os membros, mas tiraram-lhes as carnes e só lhes deixaram a cabeça intacta. Estes fatos, dos quais um dos meus soldados disse-me ter sido testemunha ocular, e aqueles que me haviam narrado os escravos de Muribeca, tendiam a provar a realidade da antropofagia; mas creio aconselhável não aceitar plenamente essas narrativas de homens incultos, animados pelo ódio e suscetíveis de criar fantasias em torno de suas ações. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 21-22).

Ao contrário do perigo que assolava Muribeca, o Engenho de Araçatiba ainda mantinha considerável prestígio no século XIX. Daemon (1879, p. 181 a 183) informa que expulsos os jesuítas, a propriedade e tudo que nela constava — igreja, engenho, residência, cobres, metais, todos os objetos de arte descritos acima, fazendas, gado — foi avaliada em 58.603\$480 réis, sendo que “nesta soma se incluem 41.219\$800, da escravaria, elemento importante para se apreciar, por confronto, quanto valia e custava, por si só, então, a mão de obra” (LEITE, 2006, Tomo VI/livro II/II, p. 157). O príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (1989, p. 146) afirma que Araçatiba foi a maior das fazendas encontradas por ele em sua viagem, contando com quatrocentos escravos negros e plantações muito extensas nas cercanias, especialmente de açúcar. O antigo edifício inaciano possuía, segundo o príncipe, extensa fachada de dois pavimentos, e uma igreja. As choças dos negros, bem como o engenho de açúcar e as casas de trabalho, ficavam ao pé de uma colina, perto da antiga residência.

Como descreve a *Notícia Histórica* do Inventário do IPHAN³¹⁹, após a expulsão dos inacianos, um dos principais proprietários do antigo engenho de Araçatiba foi o Cel.

³¹⁸ Segundo Daemon (1879, p. 159) é avaliado, em meados do século XVIII, “o número de índios doutrinados e em paz com os moradores desta então Capitania, sendo orçados pela estatística feita pelos Padres Jesuítas a 40,000 habitantes auxiliares”.

Bernardino Falcão de Golvea Vieira, “cujo filho³²⁰ em 5 de outubro de 1818, pedia favores para que fosse em sua casa rezada a Santa Missa. Foi concedida a licença, pelo Bispo José. Este documento existe na igreja de Viana, no livro [de] tombo número um” (INVENTÁRIO ES, Cx. 0102, Pt. 01, E. 08). Não apenas a solicitada missa foi autorizada pelo bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, como outras benesses foram cedidas ao poderoso Coronel Falcão.

Os moradores de Ponta da Fruta e da Barra do Jucu, que pertencem à freguesia de Vila Velha, ficam quase sempre sem missa por causa da sua pobreza e distância em que moram; e por isso deixei portaria de oratório na fazenda do Jucu do coronel Bernardino Falcão de Golveia Vieira Machado, com cemitério e pia batismal, por toda a sua vida, e tudo dependente do pároco. Este homem é muito celebrado pela sua riqueza, ambição, bazófia, e gênio satírico e engraçado; e nós andamos debaixo de sua proteção quase um mês, e lhe ficamos muito obrigados. No dia 13 de outubro subimos nas suas canoas pelo rio Jucu, e viemos pela sua vala, ou canal³²¹, entrar na vila da Vitória, capital da Capitania do Espírito Santo pelo meio-dia, e no escaler do governo com dez remadores índios, comandado pelo capitão de Milícias, Francisco Guimarães, que ficou meu afilhado. (COUTINHO, 2002, p. 108).

O edifício do Jucu, no qual o bispo deixou oratória, era o “belo e bem conservado hospício dos jesuítas, morada e principal fazenda do meu amigo Falcão, aonde ouvi a boa música dos seus escravos, aonde crismei muita gente, batizei sete crianças, e fiz cinco casamentos” (COUTINHO, 2002, p. 118). Apesar de não citada por Monsenhor Pizarro, é muito provável que Araçatiba tenha passado a ser filial da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viana, elevada a essa condição por decreto real de 25 de maio de 1820, visto que seus limites englobavam “os três rios de Itaquari, Jacu [Jucu] e Santo Agostinho” (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 271). Segundo Monsenhor Pizarro, a nova paróquia de Viana abarcava também a antiga fazenda inaciana de Itapoca (Ibid., p. 272).

³¹⁹ O documento não possui data, nem autor. Acredito que o Dr. Alcides Costa Miranda possa ser um dos possíveis autores, já que o processo de tombamento desta igreja foi aberto por este técnico do órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio do Brasil.

³²⁰ Sebastião Vieira Machado, filho de Bernardino, empreendeu uma reforma no antigo edifício inaciano em 1849.

³²¹ A respeito desta vala, em princípios do século XIX, segundo Daemon (1879, p. 234-235), fazendeiros de Camboapina, Jucu, Viana e Cariacica, que moravam na região do Jucu, fizeram a limpeza do rio Marinho e aperfeiçoaram o canal feito em Caçaroca para comunicar as águas do Jucu com o Marinho, “obra essa feita nos fins do século XVIII pelos fazendeiros capitão Inácio Pereira de Barcelos, capitão Miguel Ribeiro Pinto, Manoel Miguel dos Anjos, Vicente Ferreira de Jesus e D. Sinforosa de Almeida Coutinho, únicos que com escravos indígenas abriram aquela passagem, que muitos julgam ter sido feita pelos jesuítas, o que é um engano, pois que a vala feita pelos padres e não concluída partia do rio Jucu, abaixo da fazenda de Caçaroca, atravessava *Percebape* pertencente ao capitão Pestana e vinha desaguar no *Aribiri*, donde partia um aterro e calçamento de terra até o *Porto das Argolas*, onde os padres embarcavam e desembarcavam e lhes dava comunicação para muitos lugares.”

Sobre a região do Jucu o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho ainda acrescenta: “este rio é formoso e muito povoado, e nasce da cordilheira que fica ao sudoeste da vila, e desde o seu primeiro Cachoeiro já tem bugres, ou tapuios, que se supõe serem os próprios botocudos, que aparecem muitas vezes a fazer das suas” (COUTINHO, 2002, p. 118). A mesma situação foi observada pelo bispo na região da Serra, local onde os jesuítas mantiveram sua fazenda de Carapina, e no qual os colonos não conseguiam adentrar mais ao interior por medo do “bugre, ou tapuio, como chamam a todas as raças de gentio do mato, que até aqui tem chegado a aparecer e a matar gente bem perto da igreja: e o vigário me disse que há poucos meses enterrara a ossada de um escravo que eles tinham comido”. (Ibid., p. 96). Saint-Hilaire (1974b, p. 33) corrobora com o bispo, afirmando que o que atrasava o progresso da agricultura no Espírito Santo era o medo dos botocudos, que há 25 ou 30 anos (escrito em 1818) vinha promovendo danos terríveis no território dessa província. Os índios hostis, segundo o naturalista, fizeram com que fossem abandonadas as margens de mais de um dos afluentes do rio Benevente, e por causa dos mesmos não era possível se afastar muito da linha do litoral.

O tratamento dispensado a esses índios que se recusavam a firmar alianças com o Estado português ainda era o mesmo empregado nos princípios da colonização. Segundo o desembargador Luiz Thomaz de Navarro, que empreendeu uma viagem por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, em 1808, às muitas nações de índios não amansados se devia não apenas o maior obstáculo dos que se propunham a viajar por terra, como “o estado opressivo e desgraçado da maior parte das villas e povoações estabelecidas por toda a costa de mar, desde o Porto Seguro até os Campos dos Goytacazes” (NAVARRO, 1808, in RIHGB, 1845, p. 449).

Estas são as 5 Nações gentílicas [Comonachó, Bacumim, Machacari, Pataxó e Botocudo] que dizem os mesmos bárbaros girar desde a Villa do Prado até a de S. Matheus; porém há sem duvida outras muitas Nações, não só desde o Porto Seguro até o Rio Doce mas ainda desde a Comarca de Ilheos até á de Campos dos Goytacazes, posto que mais entranhadas no centro das matas, cujas Aldêas consta que são mui povoadas, porém os seus nomes me são occultos. [...], só posso informar que a violência é o meio mais proprio de tornar tranquilas e habitáveis as terras, em que transitam estes bárbaros, pela experiencia de 22 annos em que elles a tem feito conhecer indóceis, e incapazes de que o amor, soffrimento e beneficência os chame á sociedade civil, e grêmio da Igreja, o que se conseguirá mais facilmente sitiando-os, e impedindo-lhes com armas a resistência, e trazendo-os violentamente ao povoado das Villas, onde não devem ficar em liberdade, porque de certo retrocederão. (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 449).

O desembargador ainda destaca que entre as ditas nações por ele apontadas as mais feras eram as dos Botocudos e dos Pataxós, para as quais a experiência havia mostrado que, por serem gente bárbara, “como animais ferozes, são insensíveis á tratabilidade, e só podem ser amañados pelo temor e força, e não com presentes e persuasões; é sem duvida necessario obrigar-os á sujeição social para nossa segurança, bem d’elles, do Estado e da Religião” (NAVARRO, 1808, in RIHGB, 1845, p. 463). O desejo de Coutinho, partilhado certamente por muitas autoridades e habitantes, não foi bem-sucedido, como informa Francisco Manoel da Cunha, em 1811:

Tendo dado esta pequena exposição sobre a Capitania do Espirito Santo, permita-me V. Exe. tratar ainda da guerra, que se mandou fazer contra o gentio Botocudo, estacionado pelos sertões d’aquelle paiz. Esta guerra não teve êxito que se esperava. Algumas divisões, que entravam após do Botocudo, voltavam em dois ou tres dias sem nada fazerem: as estradas novamente abertas em alguns logares do sertão d’aquella Capitania, e chamadas intermedias pelo Governador actual, tão sómente servem de conduzir o gentio como pela mão aos logares já povoados. (CUNHA, 1811, in RIHGB, 1842, p. 246).

Apesar dos insucessos amargados na guerra contra os bárbaros gentios, seguiam os registros desejosos de que se extirpasse logo tão grande mal. Também o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho (2002, p. 155), em 1819, defendia uma política de guerra justa para o total banimento desses índios, conforme revelam suas palavras: “levo grande empenho de orar a El-Rei uma bandeira para expulsar os gentios dos matos de Itapemirim, que está assolada”.

Como única medida de segurança contra esses ataques, limita-se o governo a instalar, nos lugares mais expostos do país, ou naqueles em que a estrada atravessa a floresta, quartéis ou presídios; são geralmente simples postos, com alguns soldados, sob o comando de um suboficial. As mais das vezes, tais postos não passam de miseráveis choupanas; os fuzis dos soldados acham-se em péssimo estado e sua principal defesa está no gibão de armas, blusa de couro, estofada de lã, que desce até os joelhos, cobrindo o corpo, o pescoço, as coxas e as espáduas, e que os resguarda das flechas dos índios. Cada posto possui um ou mais gibões. Alguns índios civilizados participam, às vezes, da guarnição e não lhes faltam bons cães. [...] Os índios são às vezes avisados da aproximação dos soldados pelos seus cães e porcos, e fogem então todos, mulheres, crianças e os próprios índios. (RUGENDAS, 1991, p. 147-148).

Ainda em 1819, os viajantes prussianos de passagem pela cidade do Rio de Janeiro descreviam alguns escravos botocudos aprisionados no sertão, que se destacavam dos demais

escravos africanos “no tamanho e no aspecto selvagem” (LEITHOLD; RANGO, 1966, p. 38).

Mas também essa gente selvagem e feroz sabia reivindicar por melhores condições junto às autoridades coloniais, mostrando com isso que não eram tão “insensíveis á tratabilidade”, conforme afirmou o desembargador Luiz Thomaz de Navarro. Em meados do século XIX, Biard (2004, p. 104) descreve o encontro que teve, na selva de Santa Cruz, ou Aldeia Velha, com uma delegação de botocudos que haviam levado suas reivindicações ao presidente da capitania em Vitória.

Haviam entrado na cidade completamente nus; trouxeram-lhes, no entanto, pressurosamente, calças e camisas, deram-lhes carabinas, pólvora e chumbo, acrescentando aos donativos belas frases e excelentes promessas, de que não se recordariam depois, e mandaram-nos embora. Mal os selvagens se apanharam fora da povoação, como se sentissem incomodados com os trajos, fizeram o que eu também lá fizera na travessia aquática de que falei anteriormente: transformaram tudo numa trouxa. As espingardas levavam a tiracolo, mas os arcos, às mãos. Eu possuía na barraca alguns pequenos objetos sem grande importância, como por exemplo uma faca e uma lima para unhas, comprados em Paris numa daquelas feiras de fim de ano. Presenteei o chefe do grupo com esses utensílios, e tornamo-nos logo amigos, pois recebi também como lembrança um arco e três flechas. (BIARD, 2004, p. 104).

Seguia, portanto, três séculos depois, o mesmo jogo de persuasão e agrados concedidos às lideranças indígenas em troca da tão almejada aliança. Os bravos botocudos, após os regalos e as muitas promessas, das quais não se recordariam, como bem colocado por Biard, voltaram aos seus velhos hábitos de nudez e de manter sempre apostos os arcos e flechas, enquanto as espingardas, com as quais foram presenteados, iam penduradas às costas. Nesse jogo de poder, os resilientes botocudos resistiram e adentraram o século XX, sendo, porém, apenas uma vaga sombra dos bravos guerreiros que haviam sido os seus antepassados (Figura 64).

Nos séculos anteriores, entretanto, tanto aldeados, como selvagens, sempre demonstraram o orgulho indomável que constituía, segundo Wied-Neuwied (1989, p. 64), um dos traços mais notáveis do seu caráter. Espertos e audaciosos, sempre compreenderam rapidamente o que lhes era ensinado pelo contexto colonial, tanto que souberam barganhar legalmente condições que julgavam mais justas, quer para a comunidade estabelecida nos antigos aldeamentos, quer para sua gente que ainda se mantinha “selvagem” no interior das terras. Quando ameaçados, os aldeados souberam defender o mínimo de proteção e segurança que os seus antigos aldeamentos ainda lhes garantiam no espaço caótico do universo colonial. Para os hostis restava a guerra dos primeiros tempos, por meio da qual conseguiam não

apenas a relativa segurança advinda da repercussão e do medo de suas ações, como um notável respeito pelo intocado interior que lhes pertencia por direito.

Figura 64 – Índios hostis do Espírito Santo. (a) Índio botocudo em 1826³²². Desenho de Charles Landseer. (b), (c) e (d) Botocudos da região do Rio Doce em 1909. Fotografias de Walter Garber.



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: (a) Bethell (2010, p. 212). (b) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES-BRD-004. (c) APEES-BRD-012 e (d) APEES-BRD-002.

³²² Os botocudos, como mostram as imagens, distinguiam-se de todos os outros índios pelos pedaços de madeira que usavam nas orelhas e no lábio inferior. Segundo Rugendas (1991, p. 136), a denominação botocudo vem de botoque, que significa rolha ou cunha.

4.2 Entre ambições e realizações

Fundada para constituir o principal centro urbano da banda sul, a cidade do Rio de Janeiro se firma como cabeça da rede brasileira no século XVIII, como visto. Em meados do século seguinte, segundo Charles Ribeyrolles (1980, vol. II, p. 72 e 74), sua população já era a maior do Brasil, contando com 1.400.000 habitantes, contra 1.200.000 da Bahia e 1.000.000 de Pernambuco. Neste contexto, os 60.000 habitantes computados para o Espírito Santo retratam bem o estado de estagnação que ainda prevalecia na antiga capitania. Enquanto as vilas, freguesias e povoações do Rio se beneficiavam relativamente das vantagens que traziam o ouro das Minas e o novo *status* de capital do Brasil, no Espírito Santo, segundo Saint-Hilaire (1974b, p. 14), a população permanecia ainda retida em pelotões no litoral. Isso porque, grande parte do seu interior, ainda quase totalmente desconhecido, continuava a ser a morada de muitos índios ainda selvagens.³²³

Mesmo sendo o Rio de Janeiro, enquanto estrutura, indiscutivelmente o núcleo mais relevante e poderoso da banda sul desde a guerra da conquista, é importante reforçar, porém, que o Espírito Santo sempre apresentou um efetivo indígena muito maior. Seus índios continuavam a formar no século XIX, apesar de já sensivelmente diminuídos, a grande massa populacional da antiga capitania, influenciando sobremaneira diversos âmbitos da sociedade capixaba, inclusive o econômico. Conforme relatado, por meio das carnificinas que, *grosso modo*, garantia o seu sossego no interior das terras, os índios selvagens causavam grande prejuízo à agricultura, principal atividade da província³²⁴. Com isso não apenas impediam o avanço da colonização, como prestavam relevante contribuição para o triste panorama consolidado na região: uma província vista como isolada, pobre e sem maiores atrativos para os estrangeiros. Segundo Saint-Hilaire (1974b, p. 17), os poucos ricos que haviam na terra eram os únicos que comiam carne. Os demais sobreviviam à base de farinha de mandioca,

³²³ A descoberta do ouro, como já citado, enclausurou o Espírito Santo, o que em grande medida contribuiu para que seus índios, ainda selvagens, permanecessem como praticamente os únicos senhores dos sertões da antiga capitania. Não estabelecendo comparação com o Espírito Santo que ao longo dos séculos de colonização sempre manteve uma população indígena bastante elevada, na província do Rio de Janeiro, como informa Castelnau, no ano de 1843 também ainda se podiam contar mais de três mil índios puros: guaranis, coropós, coroados e, sobretudo, puris. (TAUNAY, 1942, p. 239).

³²⁴ A esse respeito, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro informa: nos arrabaldes d'esta Villa há grande numero de engenhos de assucar, algumas fabricas de descarcar arroz, e uma de fazer anil; exporta toda a qualidade de legumes, assucar, aguas ardentes, grande numero de arrobas de algodão em rama, em fio, em panos, em colchas, em redes, café, algumas madeiras. É de notar que já em 1550 esta Villa fazia commercio directo para a metrópole e para Angola, tendo Alfandega, cujo commercio chegou a total decadência, de sorte que até o anno de 1805 se fazia o commercio da cabotagem com as cidades visinhas. (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 453).

peixe fresco ou seco e mariscos, alimentos que desde sempre formaram a base da alimentação indígena. As mulheres, mesmo as brancas, segundo o naturalista, não se ocultavam, como ocorria na região das Minas Gerais. Eram, ao contrário, as que recebiam o estrangeiro, conversavam com ele e faziam as honras da casa. Hábito, como salienta o próprio autor, certamente proveniente da liberdade dos costumes indígenas, que nunca escondiam suas mulheres. Também por essas contínuas influências indígenas a língua portuguesa era outra no Espírito Santo, e muitas palavras que eram empregadas nesta região “não seriam, por certo, compreendidas às margens do Tejo ou do Minho, nem mesmo no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais” (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 17).

Além de Vitória, que possuía segundo o bispo do Rio de Janeiro (COUTINHO, 2002, p. 116) um certo ar de tristeza, como Óbidos e Alenquer, com as quais se pareceria, contavam-se ainda outros seis relevantes núcleos, conforme já relatado: Vilha Velha, primeiro núcleo estabelecido na capitania pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho; Guarapari, antigo aldeamento jesuíta elevado a vila ainda no século XVII; Itapemirim, outrora pertencente à Fazenda de Muribeca; Viana, cujas terras pertenceram ao grande engenho inaciano de Araçatiba; Benevente e Nova Almeida, aldeamentos inacianos que mais progrediram ao longo dos séculos de colonização. Nesse contexto de quase absoluta supremacia indígena, o poder dos padres foi em certa medida ainda mais exercido no Espírito Santo. O “magnífico colégio de Santiago”, conforme descrevem a maioria dos viajantes do século XIX, continuava a se destacar na paisagem de Vitória (Figura 65³²⁵), não havendo para ele concorrentes, “porque as ruas são tortas e estreitas, as casas velhas, e os capixabas pobres, feios, e poucos *absque eo, quam intrinsecus latet*”³²⁶(COUTINHO, 2002, p. 116). Não por acaso o edifício passou a abrigar a sede do poder do Espírito Santo. Os antigos aldeamentos de Reritiba e Reis Magos, elevados a vila logo que os inacianos deixaram o Brasil, só eram menos populosos que Vitória, cabeça do Espírito Santo.

Além da engenhosidade constatada no âmbito da formação física de seus núcleos, os padres administradores dos grandes polos produtores de Araçatiba e Muribeca, mostraram-se mestres em drenagem e saneamento, beneficiando e valorizando suas terras para uma produção de excelência.³²⁷ Obras que ainda impressionavam no século XIX, merecendo a

³²⁵ Da mesma série cartográfica são as Figuras 45 e 56, que retratam Guarapari e Benevente com seus edifícios jesuítas em destaque.

³²⁶ “Sem falar no que está escondido dentro”.

³²⁷ As inundações de 1739 mataram mais da quarta parte da criação bovina e cavalari de Muribeca, o que fez com que os padres executassem obras de drenagem, como a construção de canais por meio dos quais se escoava as

menção dos viajantes, e que muito contribuíram para o progresso das terras do Espírito Santo. Sobressaia a essas obras³²⁸, como ressalta LEITE (2006, Tomo VI/livro II/II, p. 155-156), o Canal de Camboapina, de duas léguas de extensão, da embocadura do rio, à época assim denominado, até à entrada da baía do Espírito Santo.³²⁹ Afora as melhorias de drenagem, o canal tinha o objetivo de encurtar a navegação, visto que fugia do rodeio do mar. Saint-Hilaire (1974b, p. 37), descreve suas impressões do canal:

Pouco mais ou menos a meio caminho, encontrei a Ribeira do Jecú³³⁰, perto da qual estão espalhadas algumas choupanas. [...] O Jecú se lança no Oceano, pouco abaixo da ponte, mas sua embocadura tem pequena profundidade para dar entrada a outros barcos além de pirogas. Esta circunstância havia decido os jesuítas, possuidores de três fazendas situadas à margem do Jecú, a cavarem um canal que, comunicando a ribeira à Baía do Espírito Santo, pudesse os gêneros alimentícios ao abrigo dos riscos que corriam ao ser transportados em canoas, por mar. Já tive ocasião de fazer referência a este canal, noutra parte, o único existente, que eu saiba, em todo o Brasil meridional, com o de Capitinga, perto de Paracatu, e o das forjas de Gaspar Soares. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 37).

Não apenas no Espírito Santo os jesuítas realizaram grandes obras com o apoio de seus índios e seus muitos escravos, o mesmo ocorreu ao resto do Brasil, e em especial no importante ponto estratégico da Coroa que foi o Rio de Janeiro. O Real Colégio, com seu vasto convento e igreja, elemento de destaque no berço da cidade (Figura 66), depois da expulsão, foi por muito tempo hospital militar do grande Rio e arredores (DEBRET, 1985, vol. 1, p. 159), no qual foi instalada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica, embrião da Faculdade de Medicina do Rio (BRASIL, 2015, p. 17). A inacabada e “magnífica” igreja (Figura 67) que viria a substituir a antiga, obra de grandes gastos iniciada pelos padres em 1744, na qual trabalhavam quase cem homens (ARSI, BRAS 10-2, p. 415), teve suas paredes e recintos monumentais aproveitados para o funcionamento do observatório astronômico (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/I, p. 23).

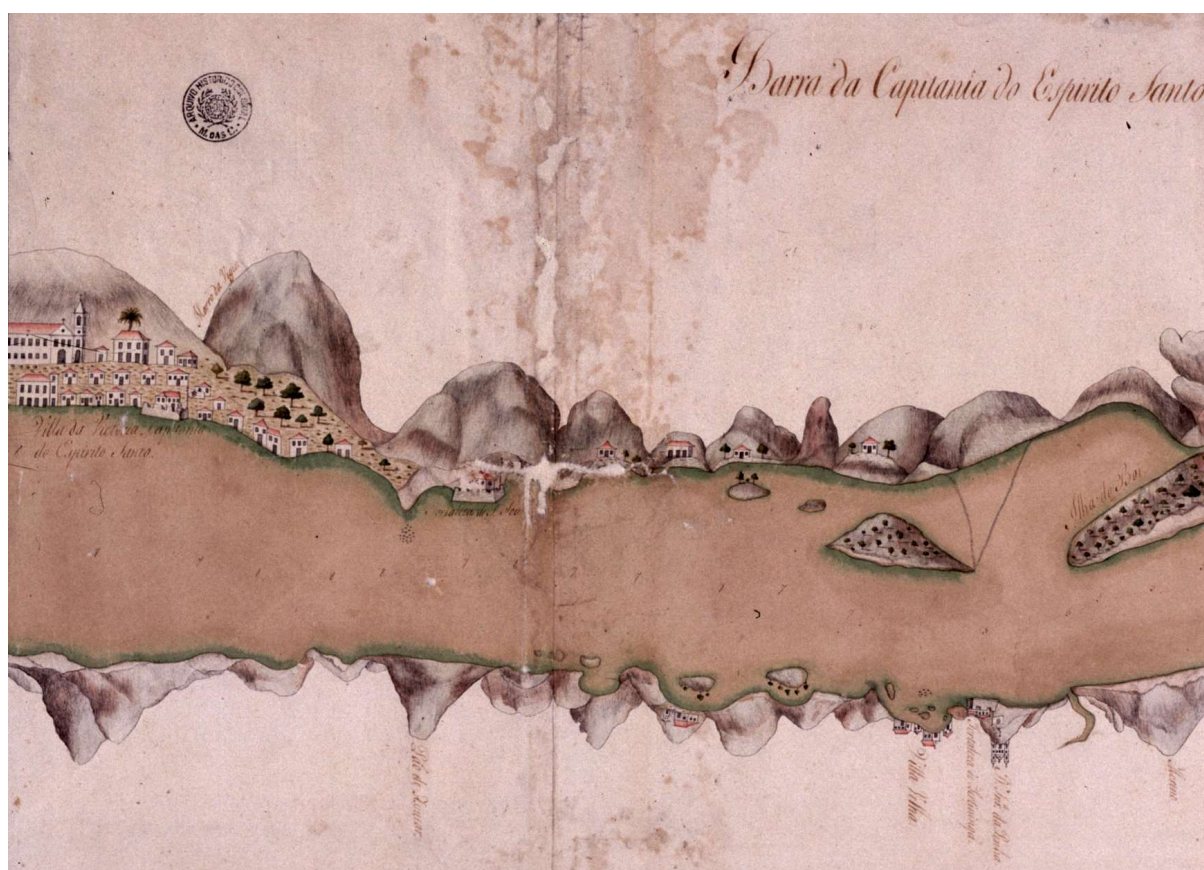
águas dos campos alagadiços da fazenda. Esses canais já estavam concluídos em 1744, conforme informa o catálogo desse ano. (ARSI, BRAS 10-2, p. 415v).

³²⁸ Por meio das *Notas, Apontamentos e Notícias para a historia da provincia do Espírito Santo* (in RIHGB, 1898, p. 161 a 335), se tem não apenas a descrição do canal artificial aberto pelos padres na região de Araçatiba (Ibid., p. 250), como informações sobre outros canais abertos pelos inacianos na Vila de Vitória (Ibid., p. 180).

³²⁹ No Auto de Devassa de 1761 consta o seguinte depoimento: “no tempo do Reitorado do dito Padre Rafael Machado, intentando este com os mais Padres da sua Religião abrir huma valla desde a Fazenda de Arassatiba até a Fazenda do Marinho perto desta Villa, para por ella conduzirem com mais facilidade em canoas os efeitos da sua Fazenda, e opondo-se os officiaes da Camera deste tempo á factura da dita valla pello prejuizo que podia causar á barra desta Villa, como com effeito causou pellas muitas áreas que da mesma valla concorrerão para a dita barra de tal sorte intimidarão os ditos Padres com o seu poder, e respeito aos officiaes da Camera daquelle tempo, que por temor delles lhes consentirão a abertura da dita barra” (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 6-6v).

³³⁰ A grafia correta seria Jucu.

Figura 65 – Barra da Capitania do Espírito Santo [1790].



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino - AHU_CARTm_007, D. 1049.

Também os polos produtores da Companhia adentraram o século XIX ainda impressionando por sua opulência e grandiosidade. Ribeyrolles (1980, vol. II, p. 22) afirma que entre as grandes propriedades dos Campos dos Goytacazes a mais opulenta, sem sombra

de dúvida, era a dos jesuítas. “Ninguém melhor que os santos padres para a administração das fazendas”, e sua sesmaria do Solar do Colégio, mesmo desvalorizada após a expulsão, ainda alcançou, vendida pelo fisco em 1781, a soma de 187.953\$130 réis, havendo nela, “além das rendas, dos sítios, construções, boas terras, mil e oitocentos escravos³³¹ e dezoito a vinte mil cabeças de gado” (Ibid., p. 23). Em acordo está Debret (1985, vol. 1, p. 241) que reforça: “o engenho do Colégio dos Jesuítas constitui o exemplo da maior fortuna de um proprietário desse tipo”. Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 1946, vol. III, p. 96) afirma que pela sua extensão a fazenda de Campos dos Goytacazes poderia ser comparada a uma das províncias da Europa.

Figura 66 – O berço da cidade do Rio de Janeiro. (a) e (b) Ladeira da Misericórdia e Morro do Castelo em 1844. Destaque para a torre da igreja inaciana. Desenhos de Eduard Hildebrandt. (c) e (d) O Real Colégio dominando a paisagem do Castelo e seu interior, em 1921.



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: (a) e (b) Ferrez (1992, p. 30-31). (c) e (d) IPHAN/ANS/Série Inventário. Colégio jesuítico do Rio de Janeiro, Cx. 0286, Pt. 02, E. 02, F. 7809 e F. 80705.

³³¹ No documento intitulado *Resumo geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América* (Quadro 8) consta que os escravos eram em número de 681.

Figura 67 – A monumental e inacabada igreja jesuíta do Morro do Castelo.



Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário. Colégio jesuíta do Rio de Janeiro, Cx. 0286, Pt. 02, E. 02, F. s/n.

Debret (1985, vol. 2, p. 590) ainda informa que outro estabelecimento da Ordem, a Fazenda de Santa Cruz, era sem contestação uma das maiores propriedades do Rio de Janeiro. Em acordo está Mawe (1978, p. 87) que salienta que Santa Cruz abrangia, em toda a sua extensão, uma área superior a cem milhas quadradas, “território quase tão grande quanto o de alguns recentes principados italianos, e capaz, em virtude de sua fácil comunicação com a Capital, tanto por via terrestre quanto fluvial, de transformar-se numa das mais produtivas e populosas do Brasil.” Luccock (1975, p. 183) vai ainda além, informando que numerosos foram os rastros que os jesuítas deixaram do poder e esplendor de sua Ordem, bem como da sua admirável política administrativa.

Falando de modo geral e despreconcebidamente, pode-se dizer que tudo quanto foi bem delineado e executado era obra deles, bem como que a prosperidade geral e o conforto decaíram desde a sua dispersão. É preciso reconhecer, porém, que de poucos escrúpulos se estornavam no uso de meios indiretos de obter os fins que levavam. Contam-se ali dois fatos que bem ilustram essa afirmação. A Companhia solicitou e obteve facilmente de Lisboa o privilégio de um imposto sobre os pregos, estando certo o Governo de que semelhante artigo pouco curso teria no país. No Brasil, porém, designam por aquele nome qualquer amarrilho, aplicando-o principalmente aos de cipó, que universalmente se empregam no travejamento dos edifícios.

De tal forma se firma uma cousa depois que penetra no uso geral que, muito tempo depois da dissolução da Ordem, o imposto, já desviado para outros fins, continua sendo motivo de queixas. O outro caso se deu na época em que a Sociedade se tornou suspeita na Corte. Numa petição, relatava esta que havia um açude pertencente à Coroa e que seria de grande proveito ao colégio de Santa Cruz, para a criação de marrecos, solicitando sua doação. Acharam melhor examinar a coisa antes de fazer a cessão e, ao fazê-lo, verificou-se que o tal açude era nem mais nem menos que a própria enseada de Angra, que continha quatrocentas milhas quadradas d'água e várias pescarias de valor. (LUCCOCK, 1975, p. 183).

Se valendo por vezes de meios nada edificantes, ligados mais aos meandros do universo colonial que aos aspectos religiosos, a Ordem fazia uso do que era possível em benefício da missão e da “maior glória de Deus”, conforme já foi amplamente explanado. Do sucesso da missão inaciana junto aos índios, dependia o sucesso do Brasil. Nesse contexto, no qual a salvação do próximo garantia também a salvação de seus missionários, não eram apenas o colégio e os demais núcleos inacianos que impressionavam por sua grandeza e qualidade construtiva, as obras que a Companhia ministrou para vencer os obstáculos naturais das propriedades foram prodigiosas no Rio de Janeiro. Estradas foram abertas, pontes foram construídas e foram formados um sem número de canais de escoamento e irrigação, paredões, comportas e diques. A abertura de valas foi iniciada desde muito cedo. Em 1643, o Pe. Antônio Forti, então reitor do Real Colégio, ao aconselhar que se concentrasse em Santa Cruz todo o gado exparso nas demais fazendas situadas do outro lado da Baía de Guanabara, afirmava que esse núcleo era “capas pera tudo, beneficiando os campos com mais vallas” (ARSI, BRAS 3-1, p. 216v).

Certamente o conselho de Antônio Forti foi acatado, pois o tipo de pecuária que os inacianos implantaram em Santa Cruz apresentava características de organização muito modernas, que ultrapassaram sua própria época, conforme salienta Telles (1994, p. 97). Uma das primeiras preocupações dos padres foi a formação de pastagens: o plantio dos campos com boas forrageiras garantia resultados positivos na saúde e engorda do rebanho. Para garantir esse primeiro intento foram necessárias obras colossais, para as quais “de muito serviram os estudos feitos em Hollanda por dois padres da Companhia alli mandados para esse fim especial” (GAMA, 1875, p. 215).

O rio Guandu era estreito e extremamente sinuoso, o que contribuía para a ocorrência de inundações destruidoras nos meses de muita chuva. Como forma de controle, os padres de Santa Cruz abriram uma grande vala, tão profunda como o próprio Guandu, com 10 quilômetros e 859 metros. Depois de concluída a vala, segundo Saldanha da Gama (1875, p. 216), superintendente da fazenda por mais de dois anos, nos períodos das grandes chuvas, as

águas do Guandu passaram a se dividir em duas partes: uma que descia o leito do rio e desembocava no oceano, e a outra que corria pelo rio artificial, ou Canal de Itá, como ficou conhecido, e também ia morrer no mar. Juntando-se a este o Canal de Santa Luzia, “claro está que os jesuítas fizeram um rio de 13 kilometros e 642 metros” (GAMA, 1875, p. 216). Os padres não o fizeram certamente sozinhos. Os estudos desenvolvidos nos Países Baixos só foram efetivamente executados graças aos índios e negros de Itaguaí e Santa Cruz.

Além do devido escoamento das terras nas épocas de chuva, o Itá oferecia constante e acessível bebedouro ao gado que pastava em suas margens, mesmo nos meses mais secos. Servia ainda de veículo para “canôas de voga, hyates e outras embarcações” (Ibid., p. 216) que por ele navegam sem qualquer embaraço, dando vida ao comércio entre o centro da fazenda e os pescadores do litoral, sendo ainda uma via fácil de comunicação entre a mesma fazenda e povoados mais esparsos e distantes.

Como forma de atender aos campos marginais, situados entre os rios Guandu e Itaguaí, foi construída também outra vala semelhante, o Canal de São Francisco, com 10 quilômetros e 130 metros de comprimento.

Se nos mezes das grandes aguas o Guandú enchia-se muito além das suas proporções naturaes, os jesuítas mandavam fechar por mais de uma comporta a comunicação entre o Guandú e o S. Francisco, e assim isolado este canal tornava-se então um recurso só para o esgotamento dos campos que acabavam nas suas margens. Se acontecia haver defficiencia d’agua nos mezes frios, os jesuitas levantavam a comporta e uma parte das aguas do Guandú lançavam-se sobre o leito do canal de S. Francisco, e por elle corria, não deixando morrer de sêde os animais existentes n’aquella parte da fazenda. A abertura fechada pela comporta era e é designada pelo nome de Oculo do Candinho. Seja-nos licito dizer que os primeiros senhores de Santa Cruz conseguiram pela força hercúlea de sua vontade ajuntar dois novos rios aos dois formados pela natureza, e de modo que as terras de que eram legítimos proprietários ficassem banhadas de norte a sul por quatro artérias de agua doce, paralelas entre si. (GAMA, 1875, p. 217).

A engenhosidade dos padres, aliada à mão de obra indígena e escrava, proporcionou ainda a abertura da Vala da Goiaba, com 5 quilômetros e 380 metros, e do Canal do Cabuçu e de muitas outras pequenas valas escavadas em diferentes direções ligando todos os rios e canais, naturais ou abertos pela Companhia, de tal forma que qualquer um dos campos de Santa Cruz era limitado “em todas as suas faces por um dos rios, por um canal, e por uma ou duas pequenas vallas” (Ibid., p. 219).

Além das valas foram construídos quilômetros de taipas ou diques de terra que protegiam os pontos mais suscetíveis às inundações. Um deles estava situado num dos braços

do rio Guandu. Apresentava de dois a quatro metros de altura, que variava de modo que nas maiores enchentes as águas não atingissem o limite de sua superfície, por 1 quilômetro e 641 metros de comprimento. Por meio dessa taipa ou dique protetor, ficavam salvaguardados o campo do Frutuoso, parte do campo de São Marcos e também os edifícios que formavam o curtume e as fábricas de cerâmica.

A tal muralha de terra, toda de barro e de pedra na parte em contacto com as águas do rio, e também de areia na face voltada para o campo, tomou o nome de taipa do *Frutuoso*, a começar quasi do cortume e a terminar no principio das terras do Furado. N'este ponto, limite da taipa, abriram os jesuitas um grande orifício, ainda hoje lembrado pelo nome de *oculo dos hespanhoes*, por onde nos mezes de sêcca a agua passava para alimentar os animaes que pastavam no campo do Frutuoso. Por ocasião das enchentes fechavam elles o óculo dos hespanhoes por meio de uma porta de ferro, interrompendo assim a única communição que podia haver entre o pequeno rio e o rico pasto do Frutuoso. (GAMA, 1875, p. 221).

Não se sabe se tratando da taipa do frutuoso e do mesmo óculo, o capitão Manoel Martins do Couto Reis (BNRJ - I, 5, 1, 009), administrador da fazenda³³², salienta em 1804 que por meio de observações cotidianas os padres perceberam que apesar das muitas obras já realizadas, o contínuo e permanente fluxo de umidade, bem como os estragos que as enchentes insistiam em provocar, eram bastante prejudiciais nos tempos de seca, nos quais além de reduzir os campos a uma secura extrema, ainda provocavam a esterilização das pastagens do gado. Voltaram, assim, os padres as suas ideias a “hum expediente ainda mais artificioso, e ajustado, fundado sobre as irrefragáveis Leys das Idraulica”: de pedra e cal construíram dois grandes óculos, com suas comportas e registros bem graduados e contínuos aos rios, de onde, quando convinha, liberavam os volumes de água necessários, encaminhados por duas valas, passando destas a outras que circulavam e fecundavam os campos.

Ainda maior que a taipa do Frutuoso era o grande dique ou taipa grande, construído na margem esquerda do rio Itaguaí. Construído em pedra e barro, a taipa grande tinha cerca de 4 metros de largura, aproximadamente 6 metros de altura e quase 7 quilômetros de comprimento. (Ibid., p. 222-223).

Em suas *Memorias de Santa Cruz* escritas em 1804, Couto Reis ao justificar para a Coroa os muitos escravos utilizados nas obras de reparo e manutenção desses canais, diques e

³³² O capitão Couto Reis foi designado em 1793, pelo conde de Resende, vice-rei do Brasil, para promover os reais interesses da Fazenda de Santa Cruz.

óculos jesuítas, que muitos julgavam ser em número exagerado, bem diferente dos que eram empregados pelos padres na época de sua administração, esclarece:

A isto se responde que os jesuítas conservarão as couzas aperfeiçoadas, levando as de hum principio fraco, a hum augmento brilhante pela carreira longa de muitos annos, sem interrupção de sistema na sua economia experimental singularmente adoptada, e seguida longe das ruínas que a diuturnidade, máximas erradas, incompetentes, e destructivas fizeram renascer. E mais que os mesmos padres têm grande habilidade de congregar para estes serviços muitos Indios seos administrados, que tanto ajudarão em cujos termos já não admira que com os Escravos que aqui têm regulados de baixo de huma doutrina solida e amável obediência (na serie de largos annos) fizessem este quadro famoso, em que apesar de alguns desmanchos lastimosos, vemos resplandecerem debuxadas lindamente as regras e leis Idraulicas por hum modo na realidade maravilhoso, muito digno de imitação, e da nossa memoria. (BNRJ - I, 5, 1, 009).

Padres, índios e escravos de Santa Cruz realizaram ainda outra grande obra. De cantaria bem trabalhada, construíram sobre o rio Guandu uma ponte represa apoiada sobre arcos desiguais. Abaixo do nível da água da Ponte do Guandu ou Ponte dos Jesuítas (Figura 68), como ficou conhecida, haviam óculos com comportas de madeira que “erão como feixos graduaes, e designados a reter as agoas sobejas, ampliar o curço das precisas, e fazer retroceder as superfluas para o Taguay” (REIS, 1804, BNRJ - I, 5, 1, 009).

Sobre a abodeda [abóbada], ou pavimento superior desta ponte não acabada, ainda vemos restos de infeites e pequenas columnatas, que guarnecerão huma especie de parapeito, como tambem huma porção de targeta lavrada de relevo, com a seguinte inscripção em hum elegante dístico por baixo destas sagradas letras I.H.S. *Flecte genu, tanto sub nomine, flecte Viator. Hic etiam reflua flectitur amnis aqua.* (REIS, 1804, BNRJ - I, 5, 1, 009).

Juntamente com a data de 1752, os dizeres significavam junto ao nome de Jesus (I.H.S): *dobra o joelho, a tão grande nome, dobra-o, tu que passas, porque também aqui, refluindo as águas, se dobra o rio* (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 64). A natureza, assim, se sujeitava à engenhosidade inaciana e ao esforço dos índios de Itaguaí e dos escravos de Santa Cruz, estes, por sua vez, estavam sujeitos ao seu criador. A missão quase em vias de ser extirpada do Brasil, seguia deixando profundas e importantíssimas marcas no território.

Com o esquema de saneamento das terras, eram pensadas também formas de se beneficiar a propriedade. Logo após a drenagem do excesso de água da fazenda se plantava o arroz nos campos, de forma a aproveitar o fertilíssimo húmus deixado pelas enchentes. Simultaneamente, enquanto o arroz crescia, preparavam-se os pastos em lugares elevados e

secos, semeando a grama chamada do Rio Grande (oriunda das missões do sul do país). Quando estas começavam a produzir suas sementes, colocava-se o gado para pastar durante o dia. Durante a noite o mesmo gado era solto nas partes baixas, nas quais já havia sido realizada a colheita do arroz. O estrume do gado, carregado de sementes, favorecia o crescimento rápido das pastagens nos vastos campos de Santa Cruz. (CUNHA, 1790, p. 10-10v).

Figura 68 – Ponte dos jesuítas ou ponte do Guandu.



Fonte: Autora (2017).

Transformados os brejais de Santa Cruz em campo, “vinte e dois curraes já contavão nos seus pastos e o numero de treze mil e tantas cabeças de gado vacum, alem das manadas de egoas, rebanhos de ovelhas, e de cabras, criações todas da melhor e mais escolhida raça” (REIS, 1804, BNRJ - I, 5, 1, 009). Os currais da fazenda, cercados de madeira sólida, eram numerados para um melhor controle dos padres administradores e abrigavam um rebanho sempre aprimorado pela introdução de touros novos de raça especial. Duas vezes por semana esse gado era “currado” e “vaquejado”. Os mais bravios entre o rebanho eram domesticados, era procedida a contagem, como forma de minimizar as possíveis perdas e extravios, e eram realizados tratos veterinários bastante eficazes. Nos meses mais secos, agosto e setembro, realizava-se a “ferra” do gado. Nesse mesmo período listas e mapas de distribuição eram elaborados pelos padres fazendeiros. (TELLES, 1994, p. 99).

Com um rebanho tão grande, era estranho o fato de se fabricarem poucos laticínios na fazenda. Segundo Freitas (1985, p. 133), houveram iniciativas e foram mesmo tomadas as primeiras providências de criação de um laticínio na própria residência de Santa Cruz, mas o Pe. Pedro Fernandes, superior da fazenda, não concordou com a formação dessa indústria. O administrador alegava que todo o leite deveria ser destinado exclusivamente à engorda dos bezerros, a fim de que fosse conseguido o grande objetivo da fazenda: “formar o maior rebanho de gado vacum do continente, superando mesmo o do Rio Grande de São Pedro”. A posição do padre foi acatada pelo reitor do Rio de Janeiro. O leite era ainda empregado na alimentação do pessoal da residência, dos padres, dos doentes do hospital e das famílias dos vaqueiros, que fabricavam um queijo rústico, um tipo de requeijão do sertão, usando aparelhos toscos criados pelos irmãos-artífices.

A média do rendimento anual de Santa Cruz era, segundo Couto Reis (BNRJ - I, 5, 1, 009), de 30 mil cruzados, dos quais 12.000 eram entregues em dinheiro ao reitor do Real Colégio do Rio de Janeiro. O restante do lucro “era aplicado para o custeio, e adiantamentos da mesma Fazenda, e na compra de remédios para sortimento da sua botica, azeite, vinho, vinagre, panos da serra, baetas, linhos, chapéus, etc”.

Não apenas no grande complexo de Santa Cruz os padres, com o auxílio de seus índios e negros, promoveram beneficiamentos que contribuíam para o crescimento progressivo de sua missão. Também na grande sesmaria de Iguaçu, região central da cidade, foram construídos açudes e valados nos diferentes rios que cortavam as três fazendas da Companhia. Nascerdo no morro do Corcovado, o rio Iguaçu ou Rio Comprido cortava o Engenho Velho, o Engenho Novo e a Quinta de São Cristóvão, por baixo da ponte de pedra, desaguando no mar em frente ao saco de São Diogo. Por ele navegavam lanchas e canoas. (RIOS da Cidade

do Rio de Janeiro, in Revista do Districto Federal, 1894, vol. 1, p. 294; FRIDMAN, 1999, p. 94). O Engenho Velho era atravessado ainda pelo rio de São Francisco Xavier – que recebia no lugar onde estava instalado um satélite da Companhia chamado Trapicheiro³³³ essa mesma denominação – e pelo rio Maracanã.

O rio Maracanan, chamado também Andarahy, e originário da Tijuca, recebia, no tempo dos jesuitas, mananciaes provindos do Andarahy; seguia serpeando os valles do Andarahy Pequeno e Andarahy Grande e entrava no mar da Praia Formosa. Á medida, porém, que aquelles padres foram dividindo os terrenos do Andarahy, grande, pequeno, e os aformoseando, mandaram abrir valas de esgoto nos sítios palustres e nas restingas, fizeram-lhe largos córtes, desviaram-lhe as aguas para suas fazendas, diminuindo-lhe assim o avultado cabedal.³³⁴ (RIOS da Cidade do Rio de Janeiro, in Revista do Districto Federal, 1894, vol. 1, p. 295).

Os padres promoveram beneficiamentos também no caminho que ia até Jacarepaguá. Prova disso é o contrato de 1º de janeiro de 1751, estabelecido com o capitão Manoel de Araújo Lima, no qual era permitido ao arrendatário “ter doze vacas, e hum touro as quaes poderão tão somente pastar nas vargens que tiver fronteiras ao seo citio declarado asima, sem se poder alargar mais com o gado para outra parte nem romper a valla que o Collegio fes para cercar os seus canaviais” (MFF, Livro 29, 1749-1759, p. 75).

Em simultâneo à abertura das muitas valas para o saneamento dos canaviais e restingas que faziam parte de suas propriedades, os padres administradores das três fazendas de Iguazu sempre moveram ações legais em prol de cartas régias que garantissem a preservação dos mananciais dos rios naturais e, principalmente, da região onde haviam manguezais. A vegetação dos mangues era cara aos inacianos, pois da casca de suas árvores se extraía a tinta vermelha essencial para o funcionamento dos seus curtumes (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/III, p. 68).

Outra preocupação dos padres consistia na desobstrução e limpeza dos rios e corrégos que corriam por suas propriedades, como informa o capitão Couto Reis (2011, p. 66) ao se referir à região dos Campos dos Goytacazes.

³³³ Mais abaixo dessa pequena fazenda, “se achava situada a celebre fabrica de assucar dos padres jesuitas chamada Engenho Velho.” (RIOS da Cidade do Rio de Janeiro, in Revista do Districto Federal, 1894, vol. 1, p. 295).

³³⁴ Por meio da missiva de 22 de setembro de 1722, o Pe. Manuel Dias informa que os canais abertos desde 1720 garantiram que as águas sempre intermitentes da região do Engenho Novo ficassem, enfim, mais controladas. O mesmo informava para São Cristóvão, onde havia sido aberta uma vala longa e de certa profundidade, em substituição à cerca antiga de madeira, que era preciso renovar constantemente. (ARSI, BRAS 4, p. 216).

[...] um mesmo Rio vindo das Serras e chegando ao ponto da sua confluência com qualquer outro ou Lagoa, porque perde já muita parte da velocidade que fazia por represadas as suas águas, ali se criam as referidas ervas como vemos no Imbé, no Macabu e outros. Os Rios de igual natureza como o do Canudo, Castanheta etc. são enfadonhos de navegar-se pela mesma razão; por alguns transitei embarcado com precisão, mas com grande trabalho. Consta-me por testemunhos certos, que os Jesuítas com gênio e economia inimitável tinham a cautela de darem de tempos em tempos uma limpeza total nos córregos e Rios desta qualidade, e por isso então ofereciam desembaraçada navegação e passagens fáceis de vadear-se. Depois daquela extinção tentaram algumas fazendas grandes fazer os mesmos benefícios; esmoreceram por descuidosos e pouco zelosos do bem público, dizendo que como todo o povo juntamente não concorre para aquele necessário e importantíssimo serviço, e não veem para o seu interesse pessoal a menor precisão, não estão para sujeitar-se a um trabalho inútil; menos Lembrados de que com estes descuidos ou negligência, virão a experimentar nos seus Campos e gados gravíssimos danos; e a razão é porque as águas não tendo livre expedição ficam paradas; e quem duvidará que daqui se sigam as podridões e consequentemente as epidemias? (REIS, 2011, p. 66).

Também na região de Campos os padres tentaram a criação de um canal que facilitasse a navegação, como ocorreu em Araçatiba. Narra o episódio Couto Reis:

Já sabemos que o Córrego grande nasce do Paraíba ao Oeste da Ponta do Recife (pouco distante da Vila de São Salvador, a sua barra se conserva tapada e apenas aparece o vestígio dela), e que se comunica por outro extremo no Rio do Coqueiro com outros que saem da Lagoa Feia e discorrem por várias partes. Isto suposto pretendiam pelo referido Córrego os Jesuítas com aquela arte que lhes ministravam os seus grandes conhecimentos, indústria e interesses, fazer uma continuada navegação da Lagoa Feia até o Paraíba: é bem certo que eles não tentariam uma obra de semelhante natureza sem precederem os mais exatos exames de nivelamento, para virem a perceber as possibilidades ou dificuldades que se pudessem oferecer, porquanto nos seus colégios tinham homens peritíssimos para todas as faculdades e ministérios. (REIS, 2011, p. 68-69).

A obra de “muita importância e necessidade”, segundo o capitão Couto Reis, foi impugnada devido à oposição do povo. Se executada, seria certamente “um modo fácil de ter os Campos menos alagados, sem tão repetida dependência da barra do Furado, que não pode ser aberta sem favor de certos ventos” (Ibid., p. 69).

O mesmo não ocorreu nos Campos Novos, onde os padres desaguaram, com grandes despesas do colégio do Rio (ARSI, BRAS 4, p. 278v), algumas lagoas e abriram um canal tão engenhoso, que em 1726 o governador Luiz Vaía Monteiro, o utilizava de exemplo e modelo de outro que ele propunha que se fizesse na cidade do Rio de Janeiro: “esta obra não tem tanta dificuldade que não conseguissem outra semelhante, no modo, os Padres da Companhia nos

Campos Novos, mas de maior extensão, por ter uma légua de comprimento, navegável em lanchas” (apud. LEITE, 2006, tomo VI, livro I/IV, p. 93).

As obras realizadas sob a administração inaciana foram muitas, como visto. Impressionavam autoridades contemporâneas, e continuaram a alcançar a mesma admiração quase um século após a expulsão. Constituíram modelos primorosos a serem seguidos, não apenas no que se referia aos projetos em si, mas ao modo de administração programado e sempre vigilante com que os padres beneficiavam e mantinham suas terras e rios. Essas obras reforçam que muito além da simples catequização das almas, estava a necessária conquista da terra, dos recursos econômicos e do poder. Poder esse não propriamente político, do qual, aliás, nunca se afastaram, mas devidamente sustentado pelo monopólio do saber e pelo domínio das tecnologias mais avançadas. Afinal, para que a missão na vinha brasileira criasse raízes e andasse em crescimento era preciso que a Companhia acumulasse um cabedal a partir de recursos muito limitados, conseguidos graças ao aperfeiçoamento da mão de obra indígena e escrava e graças ao beneficiamento constante de suas propriedades.

O esforço dos missionários, como afirma Charles Ribeyrolles (1980, vol. I, p. 54), constituiu, portanto, um dos principais apoios da Coroa portuguesa, pois “secundou o esforço das esquadras, criou, entre as tribos, diversidades poderosas”, edificou o espaço brasileiro, espiritualmente e materialmente, congregou o trabalho de índios e negros para a maior glória de Deus e do Estado. Nesse contexto, “a propaganda jesuítica fez mais que a espada dos capitães”.

4.2.1 A rede de aldeamentos da Companhia de Jesus e seus principais fluxos

A política dos superiores em relação à distribuição dos missionários pela província exigia rigor e atenção, visto que dela dependia a elaboração dos catálogos breves, preenchidos obrigatoriamente todos os anos, e dos catálogos completos, remetidos ao centro romano a cada três anos. Era, assim, obrigação do provincial ocupar com pessoal qualificado os diferentes locais onde estava a Companhia, zelando para que as competências de cada inaciano fossem utilizadas da melhor maneira possível. Como salienta Castelnau-L’Estoile (2006, p. 239- 243), até o último quartel do século XVI, havia comumente dois jesuítas por aldeamento, sendo um deles um padre de idade madura, apresentando o perfil de missionário com formação sacerdotal mínima, conhecimento do tupi e talento para converter, o qual assumia o cargo de Superior, e o outro um irmão, cujo o principal objetivo seria o de aprender a língua brasílica. Os demais padres dos aldeamentos que fugiam a esta regra, segundo a

autora (2006, p. 244-245), tinham, geralmente, perfis de gestores dos bens materiais da Ordem.

A presença desses especialistas em negócios temporais assinala a existência de interesses econômicos e a importância das questões materiais nas aldeias. Sua dimensão econômica, que muito frequentemente é camuflada nos textos de edificação, aparece nos Catálogos. Aliás, temos a confirmação das questões econômicas das aldeias na correspondência administrativa dos jesuítas. Gouvêa assinala, em sua carta de 1594, que António Dias poderia se ocupar “dos negócios de importância” da aldeia e delegar a um outro padre a conversão e os sacramentos dos índios. Em 1610, em sua carta-denúncia³³⁵, designa os “padres das aldeias” como os “senhores do pau” e negociantes” (*contratadores*). Para os jesuítas, as aldeias eram também lugar de produção. Aliás, não há contradição entre os interesses econômicos e religiosos, pois sem autofinanciamento a missão não seria possível. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p. 245).

Como citado ao longo da tese, e também explicitado por Assunção (2004, p. 81-82), na gestão das propriedades inicianas aparecem documentos que revelam a faceta administrativa e empreendedora dos padres. Os papéis destinados ao rol de contas registravam as transações efetuadas por cada núcleo com detalhes. Eram feitas anotações, ou borrões, como se referem alguns jesuítas, que posteriormente eram transferidos para o relatório no qual se qualificava a produção e o montante obtido com a venda, assim como discriminava as mercadorias compradas necessárias à manutenção da propriedade com os seus respectivos valores. Esses relatórios, como visto, eram enviados à análise do padre procurador, ou poderiam ser alvo das inspeções realizadas pelos padres visitantes, incumbidos da verificação das propriedades da Ordem. A prestação de contas referente a cada uma das safras e a inspeção das contas de forma geral eram fundamentais não apenas à checagem das condições econômicas dos colégios, o que de certa forma já indicava se estavam sob administração eficiente, mas, principalmente, permitia que os provinciais adotassem decisões econômicas mais acertadas.

Os padres procuradores, além de suprirem as necessidades dos colégios e casas, eram responsáveis pela checagem minuciosa do citado relatório de contas. Por meio desses documentos era possível a verificação da totalidade das operações realizadas: produção de açúcar, algodão, arroz, couro, entre outros; quantidade de cabeças de animais e escravos; gastos com reposição de instrumentos de produção, com fretes dos produtos que iam e vinham do Reino, com as doenças da escravaria; dentre muitas outras questões. O padre

³³⁵ Na verdade, esta “carta-denúncia” partiu do Pe. Jácome Monteiro a Aquaviva em 08 de setembro de 1610, como já visto.

procurador, portanto, era aquele que centralizava os papéis de todas as transações efetuadas, tanto as jurídicas, como as administrativas, o que tinha o poder de mensurar a queda ou o aumento da rentabilidade. A obrigatoriedade da execução dos relatórios demonstra um sistema de controle e fiscalização disciplinado e atuante. O papel do procurador implicava numa dedicação exclusiva que necessariamente o afastava do trabalho apostólico praticado pelos demais membros da Companhia.

Outra atribuição do padre procurador era a elaboração de regulamentos que orientassem os padres que viriam a assumir a função administrativa. Apesar de serem poucos os registros existentes deste tipo específico de documento, Assunção (2004, p. 83) considera que a prática de sua elaboração deveria ser comum pela própria forma de organização interna da Ordem, que primava pela continuidade de seus empreendimentos, evitando que os padres, pela pouca prática ou falta de habilidades para os negócios, cometessem erros básicos ou agissem de forma inadequada ante a sociedade na qual estavam atuando. Ainda que abrangendo um conteúdo mais largo que se referia não apenas aos negócios, mas aos aspectos espirituais e à formação de aldeamentos e residências, o já citado documento jesuíta *Algumas advertencias para a província do Brasil* pode ser considerado um exemplo dessas normas orientadoras. Dentre os pontos abordados pelo documento pode-se destacar: o controle necessário a ser estabelecido sob os escravos da quinta de forma a evitar que ficassem muito as vistas da cidade; as formas como poderiam ser desendividados os colégios da Bahia e Pernambuco, o que de certa forma reforça que o Real Colégio do Rio de Janeiro mantinha sua administração longe das dívidas; o cuidado com a melhor forma de se tocar um engenho, de se lidar com as despesas e com o necessário ao seu funcionamento (escravos, gado, madeira, entre outros); os prós e os contras relacionados as operações de venda e arrendamento; o cuidado com o tráfego entre os polos produtores, os colégios e o reino de forma a não despertar ainda mais murmurações; a forma como poderiam se vender sobejos diversos, como os produtos das olarias, serrarias, das plantações de frutas, legumes e verduras, das criações de grande e pequeno porte; entre muitas outras orientações. O cuidado era tanto, que o autor das *Advertencias* se detém no cálculo do quanto renderia a venda de ovos e galinhas em Pernambuco: “que os ovos la valem dous hum vintém, e o ordinario he 3 por dous vinteins, e hum frangão hum tostão 8 vinteins, e huma galinha tres tostois, duzentos e sinquenta vinteins” (s.d., p. 204v, in BNCR, Ges. 1255.38).

As competências centradas hierarquicamente no Geral e nos provinciais, reitores, procuradores e administradores indica uma organização dos negócios rigidamente controlada. Cabia ao superior geral ou ao provincial a defesa e a conservação das propriedades e dos

rendimentos dos colégios. Defesa também nos tribunais, se a necessidade exigisse. Eram responsáveis também por amearhar doações e gerir o crescimento da Companhia no que dizia respeito as questões temporais. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 239).

Provinciais e reitores deveriam ter onisciência de todas as atividades empreendidas por seus subordinados, os quais não poderiam tomar qualquer medida, principalmente quando ligada às questões temporais, sem o consentimento prévio daqueles. Todo esse controle sugere que os inacianos administravam suas propriedades com vistas no aumento da produtividade e na obtenção de resultados os mais positivos possíveis, seguindo o movimento da dinâmica econômica colonial a qual estavam inseridos. Nesse contexto, a escolha dos padres administradores que assumiriam a função de superiores nas fazendas era tarefa primordial. O critério utilizado pelos provinciais e reitores para a escolha de um administrador normalmente não era mencionado nos documentos da Ordem, mas, certamente, pesavam aspectos como competência, capacidade, boa saúde, indicação de outros padres e até mesmo as vicissitudes políticas internas da Ordem, que por vezes obrigaram que fossem escalados padres pouco preparados para o exercício de suas funções.

O Pe. Pedro Teixeira escreveu ao seu superior, em agosto de 1731, mencionando as muitas penas e aflições de que vinha padecendo na administração do engenho, motivo que o levava a solicitar a sua transferência para outro local, pois que preferia ser “cozinheiro, varredor ou porteiro, de qualquer casa ou colégio que muitas vezes tenho dito comigo, vendo me com mil aflições escolhera qualquer destas ocupações, e deixaria a que tenho”. [...] Terminava a sua missiva num tom dramático: “e eu morto, não sirvo e vivo poderei servir”. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 274-275).

O padre citado por Assunção não conseguiu suportar a realidade com a qual viviam os demais administradores: o isolamento, os problemas provenientes da estrutura produtiva, a rebeldia dos índios e dos escravos, os vícios de feitores, as contendas movidas pelos brancos, foreiros ou confrontantes, entre muitas outras adversidades que exigiam dos padres disciplina, punho firme, abnegação e, principalmente, uma visão empreendedora e prática dos negócios que interessavam à Companhia. A falta de habilidade de certos padres, era contornada pela mudança constante dos administradores das fazendas, o que em grande medida possibilitava que os possíveis desvios fossem corrigidos e os acertos fossem mantidos.

Também a organização dos polos produtores sugere que as gestões foram pautadas por preocupações que incluíam um planejamento racional do sistema produtivo, procurando sempre adequar os recursos disponíveis e a força de trabalho necessária ao beneficiamento das terras e às demandas de produtos específicos que atendessem a complexa organização

inaciana de colégios, casas ou residências, aldeamentos e missões. Estas operações só poderiam ser efetivadas com o capital necessário e a aplicação adequada dos recursos obtidos nas diversas operações realizadas pelos padres. Esses recursos deveriam ser novamente reinvestidos de maneira racional, como sugerem os muitos documentos da Ordem, visto que os jesuítas do Brasil precisavam estar atentos a um complexo sistema produtivo que englobava: o cultivo da terra; a exploração da mão de obra; o universo dos equipamentos e técnicas de produção; o criatório de animais; o controle dos estoques que deveriam abastecer as demais unidades; o acondicionamento dessa produção; o transporte e o envio de produtos destinados tanto a manter a estrutura jesuíta, como a serem enviados ao comércio local e ao reino, a depender das condições do mercado. Os inacianos tinham a exata consciência de que a produção poderia ser mais rentável se ajustada às demandas do mercado externo, no qual os lucros eram sensivelmente maiores do que os praticados no mercado interno. O que se aplicava especialmente ao envio do açúcar e derivados, que não apenas tinham uma boa saída na metrópole, como constituíram em grande medida a moeda de troca no comércio negreiro firmado com a Província de Angola.

A troca estabelecida entre as unidades e entre as mesmas e outras províncias da Ordem ocorria também em consequência do controle das dívidas dos colégios, que sempre constituiu uma das mais claras preocupações inacianas. Na já citada carta de 5 de julho de 1646, o Pe. Simão de Vasconcelos, informava ao geral que o colégio do Rio de Janeiro ajudava no pagamento das dívidas de outras províncias. (ARSI, BRAS 3-1, p. 248). Para isso contribuía a isenção de impostos e a possibilidade de transações livres, que garantiam os baixos custos. A remessa de mercancias para outras províncias fazia parte, assim, das atividades internas entre colégios, visando a manutenção de seus religiosos e estudantes, e da missão de forma geral. Assunção (2004, p. 301) destaca que este complexo sistema de circulação de mercadorias acumulou sempre muitas dúvidas, principalmente no que dizia respeito às pendências referentes ao frete e às imprecisões que marcavam as operações comerciais, bem como à falta de dinheiro para pagamento das dívidas.

É importante reforçar uma vez mais que as unidades produtoras buscavam ser auto-suficientes, atendendo não apenas às necessidades de padres e índios, como dos estudantes e dos trabalhadores escravos e assalariados que compunham a estrutura da Companhia. O excedente produzido era vendido com lucro e utilizado para a compra de outros produtos necessários para o funcionamento dos núcleos. Imersos num panorama de incertezas, os inacianos precisavam lutar para que o fruto de suas propriedades produzisse lucro. Trabalho bastante complicado, pois, além dos problemas que poderiam advir do processo produtivo, os

padres tinham que administrar as consequências das variações climáticas, das oscilações de mercado e do jogo da política internacional, no qual eram grandes diplomatas, como foi o caso, por exemplo, do largamente citado Pe. Antônio Vieira.

O grande complexo de Santa Cruz, por exemplo, além de suprir as suas próprias necessidades e as do Real Colégio do Rio de Janeiro, como fica claro nos registros de contas, produzia um excedente de alimentos, artigos e de mão de obra especializada que era não apenas aproveitado pela cidade, como até mesmo exportado para outras regiões do Brasil. Não apenas fornecia anualmente, como visto, 500 cabeças de gado ao colégio, como enviava a maior parte do montante proveniente da venda de gado ao reino, em troca do que era indispensável para o colégio e demais unidades jesuítas do Rio de Janeiro. Como já citado, houve mesmo épocas em que foi aberto um açougue público no Colégio, sem a devida concessão real, o que causou muito escândalo ao senado da cidade (CARTA escrita ao Reitor da Companhia acerca do assougue, in *Revista do Distrito Federal*, 1896, vol. 3, p. 225-226). Os mais diversos produtos da fazenda seguiam para o colégio tanto por terra, fazendo uso do caminho aberto por iniciativa dos padres ligando Santa Cruz à quinta de São Cristóvão, como por mar, em navios próprios da Companhia.

Segundo Freitas (1985, p. 131), entre os navios utilizados pelos padres estava a *Fragata dos Padres*, construída após o ano de 1592, considerada a mais veloz, foi a que transportou os índios carijós da região dos Patos para o aldeamento dos padres; o patacho *Santo António*, a serviço da Companhia desde 1629, não apenas transportando a produção de Santa Cruz, como conduzindo correspondências dos governadores das capitanias para outros portos da costa; e a nau de grande porte denominada *Padre Eterno*³³⁶, construída em 1714. Uma delas, a *Fragata dos Jesuítas*, possuía sete peças de artilharia emprestadas pelo provedor real, com o objetivo de atender nas possíveis necessidades de defesa. Todas, em seu serviço de cabotagem, podiam conduzir passageiros, desde que não fossem mulheres (Ibid., p. 132). Essas embarcações, como informa o mesmo autor (Ibid., p. 131), ancoravam em Sepetiba, ou subiam até à sede da fazenda comumente pelo rio Guandu, mas algumas vezes também pelo Itaguaí. O estaleiro para reparo dessas embarcações ficava localizado próximo ao rio Guandu, na região outrora conhecida por Piranema.

³³⁶ A mesma denominação recebeu um dos maiores navios do século XVII, construído por iniciativa de Salvador Correia de Sá (BOXER, 1973, p. 322-323). Não foram encontrados registros que os jesuítas houvessem construído um segundo *Padre Eterno*, o que é certo é que o inventário transcrito no Quadro 8, arrola apenas uma dessas embarcações, a *Fragata dos Jesuítas*.

A fazenda possuía plantações “de toda a qualidade de legumes, e especialmente de arroz” (CUNHA, 1790, p. 2v), que complementavam a grande pecuária e se aproveitava dela com o aproveitamento de todo o esterco produzido pelos animais e utilizado como adubo das roças. A função de atividade complementar não significava, porém, que fosse meramente de subsistência. A policultura de Santa Cruz gerava um excedente que era canalizado para fora da propriedade.

Como deixou claro Cunha (1790), a maior produção da fazenda, nesse setor, era de arroz, visto o já citado aproveitamento dos campos alagados, bastante propícios para essa cultura. Os padres contavam em Santa Cruz com engenhocas movidas à tração animal ou hidráulica, tecnologia bastante moderna para a época. Com exceção do arroz, todos os demais gêneros eram cultivados nas partes altas das serras ou em suas fraldas, acima do nível dos rios. (FREITAS, 1985, p. 130). Nesses terrenos secos era plantado o segundo produto agrícola da fazenda, a mandioca. Segundo consta no inventário de 1768 (MFF, Livro 55, p. 8), a produção de farinha, em “quantidade elevadíssima” (ECHOS a Fazenda de Santa Cruz, in Revista do Districto Federal, 1896, vol. 3, p. 95), era realizada em dois engenhos de madeira com rodas movidas à mão ou “por animais adestrados, o que não se tornava indiferente á cifra da avaliação” (Ibid., p. 46), pois eram produzidos na fazenda aproximadamente 175 alqueires de farinha anualmente (MFF, Livro 55, p. 33v-34).

Além do arroz e da mandioca, Santa Cruz produzia cerca de cem alqueires de feijão (MFF, Livro 55, p. 33v-34), destinados ao sustento de sua imensa escravaria. Dentro da cerca dos padres eram ainda plantadas couves, alface, rabanetes e uma diversidade grande de hortaliças. No pomar existente nas terras do Frutuoso (daí a origem do nome), próximas à ponte-represa, haviam laranjeiras, marmeleiros, romeiras, cacauzeiros, caramboleiras, limeiras, limoeiras e outras espécies. (FREITAS, 1985, p. 130).

Em conjunto aos alimentos, plantava-se ainda grande quantidade de algodão, que poderia atingir, segundo o inventário, 37 arrobas (MFF, Livro 55, p. 33v). A “casa de teares de toser [coser] algodão” possuía três teares e “duas rodas de encher canellas” (MFF, Livro 55, p. 7), nos quais eram feitos os panos para o vestuário e as ataduras para o hospital.

A pesca foi outra atividade importante. A casa de pescaria, destinada a guardar todos os materiais necessários, redes, anzóis, canoas (MFF, Livro 55, p. 8v-9), ficava na praia de Setetiba. Em frente a essa praia, havia uma senzala para os negros, situada na ilha da Pescaria, onde muita cal podia ser fabricada pela abundância de mariscos. Outros pontos importantes de pescaria ficavam na barra do rio Guandu e na foz do Itaguaí. (GAMA, 1875, p.

187). Dois escravos eram os responsáveis por garantir a fartura de peixes nos dias de jejum e de respeito. (CUNHA, 1790, p. 16v-17).

Também nas artes mecânicas e nas manufaturas se destacou a fazenda, apresentando atividades muito diversificadas e com nível técnico muito aprimorado para a época. O que de certa forma se repetia nos demais estabelecimentos rurais da Companhia. Como complexos autônomos que eram, necessitavam desse suporte operacional, o que fez com que as oficinas artesanais orientadas pelos inacianos alcançassem tal nível técnico de eficiência e qualidade que se transformaram em verdadeiras escolas de ofícios. (TELLES, 1994, p. 101). Não apenas Santa Cruz, mas também o Engenho Velho e o Engenho Novo foram importantes centros de produção fabril, exportando produtos raros na colônia.

Dêles saíram madeiras trabalhadas, tijolos, ladrilhos, telhas e a ferragem para as construções da cidade e o levantamento de fortificações, bem como materiais para obras de várias espécies, como fossem as hidráulicas e as de abertura de caminhos. Os pedreiros, canteiros, carpinteiros de fino, marceneiros, torneiros e lavrantes, eram geralmente os irmãos. Os ferreiros, carpinteiros de machado, serradores e oleiros, eram indígenas que os jesuítas instruíam, aproveitando as suas faculdades imitativas. (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1970, p. 243-244).

Viotti (1970, p. 104) afirma que em todos os domínios rurais da Companhia, bem como nas oficinas do próprio Real Colégio do Rio de Janeiro, índios, escravos e aprendizes de origem europeia eram instruídos nas pequenas indústrias e artes artesanais: ferraria, serralheria, carpintaria, cerâmica, fabricação de canoas e de carros, de móveis domésticos, peças de arte como retábulos e imaginária, bem como os diversos medicamentos que atendiam à população, “tudo saía dessas oficinas e concorria, direta ou indiretamente, para o progresso material do país”.

A ferraria era uma das principais oficinas de Santa Cruz, segundo Telles (1994, p. 102). Não apenas o ferro, mas também as ferramentas empregadas na sua manufatura, eram muito caros na colônia e a fundição desse metal foi sempre muito controlada pela Coroa até fins do século XVIII. Na fazenda era empregado para a fabricação dos eixos dos carros de boi, das ferraduras das mulas de tropa e cavalos de serviço, de anzóis, de pregos e de ferramentas diversas. Tão importante quanto, era a oficina de carpintaria, responsável pela preparação das madeiras utilizadas nos currais, na construção dos carros de boi e na manutenção do estaleiro. A olaria, situada em local afastado da sede, em região bem abastecida de água e de barro de boa qualidade, produzia tijolos de alvenaria de grandes dimensões, tijolos de adobe, telhas e todo tipo de louças e ladrilhos. O inventário da fazenda

cita dois fornos de cozer telhas e tijolos, um forno de cal, duas rodas de fazer louça, oito grades de fazer telhas, nove berços nos quais eram preparadas as mesmas telhas, trinta e nove grades de diferentes bitolas para fabricar tijolos, mais de novecentas telhas cozidas e grande quantidade de telhas e tijolos por cozer (MFF, Livro 55, p. 7v-8), números que ilustram a grande produção dessa oficina. Outras atividades de destaque eram desenvolvidas no curtume e nas oficinas de ourivesaria.

Não apenas Santa Cruz rendeu bons frutos aos padres. Ficou já registrado que Campos dos Goytacazes conseguiu ultrapassá-la em 1757, constituindo a principal fonte de receita do Real Colégio do Rio de Janeiro. O que saía dessa fazenda, nesse período, era principalmente grande parte do fruto do trato da criação bovina e muitas caixas do açúcar que já era beneficiado em seus campos.

Por meio do canal aberto em Campos Novos eram transportados ao Real Colégio do Rio de Janeiro, em lanchas e pequenos navios próprios, legumes, farinha e grande quantidade de madeira de lei para a fabricação de carros, destinados as outras fazendas, e para a construção civil (LEITE, 2006, tomo VI, livro I/IV, p. 93). De Campos Novos também ia para o colégio grande parte do que rendiam as muitas cabeças de gado.

De Santa Ana de Macaé ia o excedente da comercialização de madeiras, peixes secos e alguma farinha. O restante da farinha, tão necessária para a sustentação da missão, partia de Macacu. Saía dessa fazenda também parte do montante proveniente das terras arrendadas em São Barnabé, como ocorria também na Fazenda de São Francisco Xavier. Nessa, além do capital proveniente dos arrendamentos, era enviada a madeira que mantinha em funcionamento a cozinha do colégio.

No que diz respeito aos núcleos do Espírito Santo, uma das tesmunhas do Auto de Devassa de 1761 informa que para aumentar o lucro, os padres mudaram sua venda pública do Colégio de Santiago para o seu trapiche, onde vendiam açúcar, farinha e os demais gêneros excedentes de suas fazendas. Informa ainda que por interpostas pessoas compravam panos de algodão, que eram posteriormente embarcados na fragata da Companhia para se venderem com maior lucro em outras partes (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 19). Desconsiderando o exagero contido nas denúncias, é importante novamente citar que muitas das testemunhas da devassa reforçavam que parte dos produtos vendidos pelos padres em Vitória, não eram apenas provenientes de suas fazendas, mas também do trabalho dos índios de Reritiba e Reis Magos, como fica claro no depoimento de João Gomes da Silva de Aguiar, natural e morador da já Vila de Nova Almeida:

[...] sabe pelo ver que os ditos Padres Superiores seus administradores e Religiosos da Companhia negociavão em taboados, mandando-o serrar pellos Indios, e depois o embarcavão, e o mandavão vender a Bahia, e Rio de Janeiro, como tão bem gamellas, que mandavão vender no Rio de Janeiro. (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 65v).

Segundo a devassa, os padres do Colégio de Santiago mandavam vender também o queijo e as carnes de Muribeca, o açúcar, o melado, o mel de tanque e a aguardente de Araçatiba, bem como a farinha de Itapoca, nas próprias fazendas e na venda inaciana da Vila de Vitória, cabeça da capitania. Os documentos da Ordem confirmam que a farinha de Itapoca não apenas servia à fazenda e ao colégio, como era comercializada nas ocasiões em que haviam excedentes de produção (ARSI, BRAS 6, p. 440). De Muribeca partiam certamente as carnes e o queijo, como afirmam as testemunhas da devassa, como também parte do capital que rendiam as negociações que giravam à roda de seu imenso rebanho. Dessa fazenda ia também para o Colégio de Santiago grande cópia de peixe, proveniente do pescueiro que os padres lá instituíram (ARSI, BRAS 5-2, p. 141v). Também da Fazenda de Araçatiba seguia uma grande porção do excedente do seu engenho – que abarcava também “taboados, gamelas, porcos, galinhas, limões doces, laranjas e outras muitas couzas, destes gêneros comestíveis” (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 30-30v) –, que nos bons anos fazia com que os pobres de Vitória partilhassem da abundância do Colégio (ARSI, BRAS 10-2, p. 395v; LEITE, 2006, tomo VI, livro II/I, p. 141). Nos anos ruins, porém, exigia do Colégio de Santiago mais trabalhos e negociações para o cumprimento de suas dívidas. O transporte das mercadorias de Araçatiba para Vitória era feito por meio do canal de Camboapina aberto sob a direção dos padres.

Em suma, a estrutura inaciana do Rio de Janeiro e Espírito Santo se operacionalizava da seguinte forma: grande parte do excedente que era produzido pelas fazendas, bem como grande parte do lucro dessas propriedades era enviado aos respectivos colégios. Uma pequena parte do que era produzido era comercializado na própria fazenda, assim como parte do dinheiro se destinava aos custos que o funcionamento desses núcleos demandava. No caso do Espírito Santo, ficou comprovado que também os aldeamentos enviavam o excedente do trabalho indígena para ser comercializado na venda dos padres no Colégio de Santiago, e até mesmo nas capitanias vizinhas. O que certamente ocorria também no Rio de Janeiro. Foi provado que o Real Colégio do Rio de Janeiro, situado na cabeça de rede da banda sul, enviava também parte do lucro das fazendas ao reino, recebendo em troca os produtos importados necessários ao progresso da missão na vinha do Brasil. O montante enviado aos colégios contribuía também para cobrir as dívidas das unidades da rede que, em consequência

de problemas das mais diversas ordens, não haviam conseguido atingir a cota de produção necessária para o fechamento das contas ocorrer sem prejuízos. Apesar da administração estar claramente centrada nos colégios, acredito que em atendimento a possíveis necessidades possam ter existido trocas diretas de produtos entre as próprias fazendas, e dessas com os aldeamentos. Até porque o caminho por terra, como se verá a seguir, interligava a maioria desses núcleos antes de atingir o centro da estrutura, constituído pelo colégio.

4.2.2 A formação dos caminhos

Os deslocamentos faziam-se em grande medida por navegação marítima e fluvial. Nas jornadas marítimas, com a costa sempre à vista, os viajantes expunham-se às intempéries em embarcações inseguras, dependentes dos panos das velas e das monções favoráveis. Nas fluviais, os contratemplos e perigos eram igualmente muitos, como descreve a missiva intitulada *Missão dos Mares Verdes que fez o P. João Martins, e por seu companheiro o P. António Bellavia por ordem do P. Domingos Coelho Provincial na era de 1624*:

Huma ves deu em huma pedra a cannoa em que ia o padre e muita gente, virouse, perderão se muitas alfaias, mas por merçê de Deos nem o padre nem pessoa alguma perigou, livrados mais milagrosamente que por industria dos pilotos os quais nestas cachoeiras tem grandissimo medo por não ver as pedras que debaixo das agoas estão, correndo as cannoas não com menor velocidade do que correm as frechas pollo ar. (ARSI, BRAS 8-2, p. 383v).

Apesar de minimizada na citada narrativa inaciana, a perícia dos remeiros indígenas era essencial não apenas nas ocasiões de perigo, mas nos deslocamentos fluvio-marítimos de forma geral. Donos de uma extraordinária capacidade de orientação nas brenhas selvagens, os saberes indígenas prestaram uma contribuição bastante relevante na expansão geográfica dos portugueses. Não apenas tinham um conhecimento apurado dos rios, como da terra em que habitavam. Como salienta Holanda (1957, p. 15), “às estreitas veredas e atalhos que estes tinham aberto para uso próprio, nada acrescentariam aquêles [colonizadores] de considerável, ao menos durante os primeiros tempos”³³⁷. Os antigos caminhos e trilhas indígenas foram aos

³³⁷ Capistrano (1960, p. 35-36) reforça a importância dos caminhos indígenas para a efetivação das descobertas no interior do território: “se recordarmos que os Guaianazes-Guarulhos-Miramumis frequentavam as estradas de Facão e Passa Vinte, antes dos Bandeirantes para lá terem dirigido suas hordas, teremos uma ideia de seu papel histórico. Antes de Garcia Rodrigues haver desbravado o Paraibuna e transposto a balança das águas entre o Paraíba e Guanabara, não podia, quem do rio quisesse ir aos descobertos auríferos, tomar caminho diferente. Outro caminho, de alcance menor, aliás, liga-se ainda a êstes índios, mostrando como atravessaram uma garganta da Mantiqueira, no século XVII”.

colonizadores tão prestimosos e necessários quanto foram aos próprios índios. A forma de reconhecimento dessas antigas trilhas se fazia de várias maneiras. A mais generalizada, segundo Holanda (Ibid., p. 16), era a prática de se cortar os galhos a mão, de espaço em espaço. No caso da presença de arvoredos mais grossos, os caminhos eram comumente assinalados pelos índios a golpes de machado. Quando não fossem possíveis tais sistemas os indígenas encontravam outros meios, pois “á legua enxergão qualquer couza, e da mesma maneira ouvem; atinão muito; regendo-se pelo sol, vão a todas as partes que querem, duzentas e trezentas leguas, por matos espessos sem errar ponto, andão muito, e sempre, de galope” (CARDIM, 1978, p. 113).

Têm os tupinambás grande conhecimento da terra por onde andam, pondo o rosto no sol, por onde se governam; com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, por onde nunca andaram; como se verá pelo que aconteceu já na Bahia, de onde mandaram dois índios destes tupinambás degredados pela justiça por seus delitos, para Rio de Janeiro, onde foram levados por mar; os quais se vieram de lá, cada um por sua vez, fugidos, afastando-se sempre do povoado, por não ser sentidos por seus contrários; e vinham sempre caminhando pelos matos; e desta maneira atinaram com a Bahia, e chegaram à sua aldeia, de onde eram naturais a salvamento, sendo caminho mais de trezentas léguas. Costuma este gentio, quando anda pelo mato sem saber novas do lugar povoado, deitar-se no chão, e cheirar o ar, para ver se lhe cheira a fogo, o qual conhecem pelo faro a mais de meia légua, segundo a informação de quem com eles trata mui familiarmente; e como lhe cheira a fogo, se sobem às mais altas árvores que acham, em busca de fumo, o que alcançam com a vista de mui longe, o qual vão seguindo, se lhes vem bem ir aonde ele está; e se lhes convém desviar-se dele, o fazem antes que sejam sentidos; e por os tupinambás terem este conhecimento da terra e do fogo, se faz muita conta deles, quando se oferece irem os portugueses à guerra a qualquer parte, onde os tupinambás vão sempre adiante, correndo a terra por serem de recado, e mostrando à mais gente o caminho por onde hão de caminhar, e o lugar onde se hão de aposentar cada noite. (SOUSA, 1587, p. 319-320).

O largo conhecimento do índio em relação ao meio ao qual pertencia, como também afirma Holanda (1957, p. 19), decorria da necessidade de enfrentar desde a infância uma natureza cheia de adversidades. Muitas vezes incapazes de realizar determinadas tarefas associadas à vida sedentária, os sentidos indígenas adquiriam energia singular nas situações que exigiam sua constante mobilidade: caçando, pescando, rastreando abelhas ou dando guerra aos contrários. O costume de marcharem a pé e descalços foi em grande medida copiado pelos sertanistas brancos e pelos primeiros jesuítas, visto a necessidade de caminharem por lugares fragosos e encharcados. Se com a língua do branco tinham dificuldades, o mesmo não acontecia com a imitação, sempre exata, das vozes dos bichos.

Demonstravam o mesmo conhecimento em relação às espécies vegetais, sabendo determinar as possíveis serventias de cada espécie. A tudo isso, acrescenta-se, segundo Holanda (Ibid., p. 20), uma certa habilidade cartográfica com a qual eram dotados.

Von den Steinen descreve-nos como um capitão Suiá desenhando na areia, para sua informação, parte do curso do Alto Xingu, com os numerosos afluentes e com indicação, além disso, de treze tribos ribeirinhas. “Cada nome era repetido duas, três vezes; onde uma tribo – os Meinácu, por exemplo – possuía cinco aldeias, traçava cinco riscos e mostrava-me, um por um, todos os dedos da mão”. [...] Dessa capacidade de representação gráfica entre os índios, também faz menção Theodor Koch-Grünberg, que viu um Taulipangue desenhar o curso completo do Cuquenau com seus setenta afluentes, bem como o perfil das serras de Roraima e Cuquenau. Outro etnólogo, Fritz Krause, conseguiu informar-se minuciosamente da localização de tribos da zona do Tapirapé, graças a simples croquis geográficos de um Carajá. [...] Não é pois de admirar se de desenhos semelhantes houve quem dissesse que não são inferiores aos de cartógrafos europeus da Idade Média e em certos aspectos os ultrapassam. (HOLANDA, 1957, p. 20-21).

O índio, com seus sentidos excepcionalmente apurados, era o senhor de um precioso instrumento, que constituía uma garantia segura sobre as condições mais adversas e hostis. Deles foi copiada a capacidade de viajar sem levar grandes cargas para subsistência, pois retiravam da natureza a água e os alimentos necessários a cada dia. Eram, portanto, ao mesmo tempo guias de viagens, provedores de alimentos e água nas matas e nos campos, e ainda guerreiros quando necessário.

Os primeiros caminhos terrestres dos quais se serviram os inacianos nas duas regiões em questão, eram muito possivelmente provenientes de antigas trilhas indígenas. Os cronistas inacianos quinhentistas dão conta de caminhos usados desde muito cedo por padres e índios entre a região do rio Itapemirim e a Vila de Vitória. As fontes também informam sobre um caminho terrestre que ligava Maricá ao aldeamento de São Barnabé. No que diz respeito às possíveis ligações terrestres entre capitânicas, Oliveira (1975, p. 145) afirma que em 1650 já havia um caminho incipiente entre Vitória e Salvador. O autor apóia-se em correspondência da época enviada pelo conde de Castelmelhor a Feliciano Salgado, na qual o aconselha a deixar o governo do Espírito Santo nas mãos de Manuel da Rocha de Almeida, e se recolher na Bahia, “por mar ou por terra”. Também cita um documento de 1656, o qual contém a solicitação de que as cópias dos papéis da Capitania do Espírito Santo fossem entregues na sede do governo colonial por via terrestre. Também Leite (2006, Tomo VI/livro II/III, p. 179), ao descrever o papel da Aldeia de Reis Magos como “centro irradiador da civilização ao norte

da capitania”, responsável pelos núcleos próximos como o de Santa Cruz, São Mateus e Conceição da Serra, afirma que o Pe. Estanislau de Campos, indo do Espírito Santo para a Baía, por terra, em 1713, ao passar pelo Rio de São Mateus, perto da foz, sofreu um naufrágio, escapando a custo de morrer afogado; e como o fizeram outros dois padres, com incríveis trabalhos, desde o Espírito Santo até Porto Seguro. (LEITE, 2006, tomo VI, livro II/III, p. 179).

No que diz respeito à ligação terrestre entre Espírito Santo e Rio de Janeiro, a carta de 27 de junho de 1676, na qual o rei ordena ao donatário e governador da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, que mandasse fazer o descobrimento das minas da Serra das Esmeraldas, é bastante reveladora.

E porque o dito Donatário aceitou mandar fazer aquella jornada, e nos representou as difficuldades que havia para das sobreditas Aldeias circumvizinhas desta praça se conduzirem os índios a aquella Capitania pedindo-nos lhe mandássemos dar das do Rio de Janeiro, Cabo Frio, e Porto Seguro: e neste negocio de tanta importância se attende só ao fim de se conseguir com a felicidade que se deve desejar ao aperto com que Sua Alteza se serviu encarregal-o: tanto que Vossa Mercê receber esta carta, mande logo á ordem do mesmo Donatario os Índios que houver capazes de ir aquella jornada de todas as Aldeias que houver nessa Capitania, assim antigas como novas: e bem assim das que administram os Religiosos da Companhia aquelle numero que seu Provincial ordenar ao Superior dellas, que nos seguramos serão também todos os que o dito Donatário houver mister, não só pela obrigação do serviço de Sua Alteza, mas pelas muitas e mui particulares que a sua provincia e todos os filhos de Santo Ignacio devem nella ao dito Donatário. E para este effeito, lhe fará Vossa Mercê dar por seu dinheiro todos os mantimentos, que houver mister e sobre isso todo o favor, e ajuda para a conducção dos ditos Índios até o Espirito Santo pela parte do mar ou terra. (CARTA que se escreveu ao Capitão-mor de Cabo Frio, 1676, in DH-BNRJ, p. 62-63).

Fica claro, portanto, que na segunda metade do século XVII já existia um caminho terrestre consolidado entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, se estendendo até Porto Seguro, por meio do qual seriam conduzidos os índios necessários para o descobrimento da Serra das Esmeraldas. Os caminhos que ligavam as duas capitanias não se limitavam apenas à faixa litorânea, mas existiam ainda muitos outros que, conforme já citado, conduziam para a região das Minas Gerais e, além disso, se conectavam com algumas fazendas da Ordem, como informa Leite (2006, 2006, Tomo VI, livro III/I, p. 192).

[...] escreveu-nos em 1942, o Dr. Raúl Floriano, sobre se teria fundamento o que José Cipriano Soares Ferreira referia dessa região [Barbacena, MG], que “foi habitada primitivamente por Índios Puris, que foram encontrados em

tribos pastoreadas”, no sentido de Aldeias de carácter permanente e duradouro, nunca as houve nessa região a cargo dos Jesuítas; que os Jesuítas conheceram a região, o Rio das Mortes, hoje Rio Grande (Sul de Minas), todo o Rio Paraíba e as margens do Paraibuna, e que por aí andassem em missões de reconhecimento e catequese volante, é fora de dúvida, a começar por aquela primeira notícia de 1648 do P. Francisco de Moraes, e outras. Também trabalharam na região do Muriaé, em conexão com as Fazendas dos Campos dos Goitacases e Muribeca. (LEITE, 2006, tomo VI, livro III/I, p. 192).

Oliveira (1975, p. 145), baseado na *Relação sobre as Villas e Rios da Capitania de Porto Seguro*, de 1764, de autoria do ouvidor Thomé Couceiro de Abreu, afirma que a esta época já estava plenamente estabelecido o caminho que interligava as cidades do Rio de Janeiro e São Salvador da Bahia, por meio da denominada *Estrada da Praia*, “sem que ha muitos annos tenha havido noticia de morte alguma que o gentio fizesse”. Segundo Francisco Manoel da Cunha, desde o Rio Doce até o rio Itabapoana esta estrada era sempre pela costa do mar, “e raras vezes d’ella se aparta” (CUNHA, 1811, in RIHGB, 1842, p. 246), o que certamente justifica a denominação que recebeu. Também no Rio de Janeiro a *Estrada da Praia* seguia a linha da costa. Tanto em uma, como na outra parte, o caminho era deserto em grande parte de sua extensão, pontuado por poucas localidades habitadas soltas no percurso.

Sobre essas localidades, é comum no relato da grande maioria dos viajantes do século XIX descrições de populações pobres, dependentes de uma economia agrária e de beira-mar, de tradição essencialmente indígena. Populações que ainda sobreviviam à base da farinha de mandioca, dos peixes e dos mariscos. No caso específico do Espírito Santo, os raros homens de posses encontrados pelo percurso mereciam sempre referências nominais. A pobreza generalizada decorria, como já exposto, do duro processo de fechamento imposto à capitania após a consolidação da mineração na região das Gerais: não haviam caminhos para o interior, não havia trânsito de pessoas para a região das minas e nem havia grande comércio pelo porto de Vitória. Esta vila, ao contrário, foi transformada num núcleo militarizado, pontuado por fortins e fortalezas, uma barreira de proteção para a tão cobiçada região do ouro. O restante da capitania ficou limitado aos esparços povoados litorâneos, em sua maioria, consolidados graças à ação de padres e índios. Povoados que margeavam os sertões desconhecidos, com seus ainda muitos índios selvagens, formando verdadeiras cancelas intransponíveis ao progresso do interior das terras.

Não apenas a documentação oficial e os registros dos itinerários formulados pelos mais diversos viajantes fornecem preciosas informações a respeito desse caminho do litoral e dos principais povoamentos encontrados em seu curso, a cartografia, especialmente aqui,

constitui uma peça fundamental. A grande maioria desses registros cartográficos data do século XIX, época em que, como salienta Bittencourt (1989, p. 37), os núcleos de povoamento do Espírito Santo se comunicavam com o Rio de Janeiro e com a Bahia essencialmente por meio de precária navegação de cabotagem, pelos rios e pelo litoral. A *Estrada da Praia* e os demais caminhos existentes, nada mais eram que velhas trilhas indígenas, nas quais era apenas permitido o transporte a pé ou no lombo de animais. Saint-Hilaire (1974c, p. 128), afirma que com a chegada da corte ao Brasil houve a intenção de aproveitamento do antigo caminho para a construção de uma grande via ligando o Rio de Janeiro à Bahia, mas a pobreza das câmaras nas quais passaria a estrada não permitiu que o projeto ganhasse corpo. O contrário era observado nas regiões das Minas e de São Paulo, nas quais grandes estradas promoviam as devidas ligações com a capital do Brasil. A ligação do Rio com a região Norte era, então, estabelecida quase sempre por mar; e mesmo assim, “caravelas regulares nunca percorriam a costa, sendo pouco conhecido o trabalho com animais de carga” (SAINT-HILAIRE, 1974c, p. 128), o que certamente contribuiu para que o desembargador Luiz Thomaz de Navarro ponderasse:

Esta Còrte e Cidade do Rio de Janeiro, e a da Bahia são as Cidades maiores e mais ricas do Imperio do Brazil, é necessarissima a sua correspondencia e trato reciproco, e o meio da navegação que as une e combina em curto espaço de dias com monção favorável, retarde-se consideravelmente em outra monção; é n’este intuito, e muito mais no de promover a população, a civilização, e a riqueza das muitas Villas, Povoações e Aldêas estabelecidas, [...] que se deve apressar a construcção dos caminhos entre as duas notáveis Cidades, as mais interessadas sem duvida nas vantagens reciprocas que d’elles resultam, e das suas relações internas. (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 460).

Adentrava o século XIX, portanto, e quase nada era acrescentado aos caminhos dos primeiros tempos, antigas trilhas indígenas em sua maioria. Dois registros cartográficos de meados do século XIX ilustram bem esse quadro. O primeiro (Figura 69), menos preciso e com alguns equívocos – como a representação do aldeamento de Reis Magos (indicação 1 da Figura 69) e da Vila de Almeida (3) em lugares distintos, quando na verdade correspondiam ao mesmo núcleo; e a colocação da Aldeia Velha (2), ou Santa Cruz, entre os dois núcleos citados, quando sua real localização ficava a norte do rio dos Reis Magos –, apesar de não apresentar graficamente o caminho do litoral, situa os principais núcleos do Espírito Santo: Vitória no centro (4), Reis Magos a norte (1/3), Reritiba ao sul (6), Guarapari (5) e Muribeca (7). Os núcleos das antigas fazendas inacianas de Araçatiba (8), Itapoca/Viana (9) e Carapina/Serra (10), localizados mais ao interior da terra, não foram representados no mapa.

A segunda cartografia (Figura 70) ilustra não apenas os principais povoados, como o caminho que interligava as antigas capitânicas do Rio de Janeiro e Espírito Santo, indo desde a Vila Nova de Benevente (indicação 1 da Figura 70) até o aldeamento de São Lourenço (7), estendendo-se após a Baía de Guanabara de São Cristóvão (10) até o trecho que conectava a antiga Fazenda de Santa Cruz (11), assim como o aldeamento de Itaguaí (12), a São Paulo.

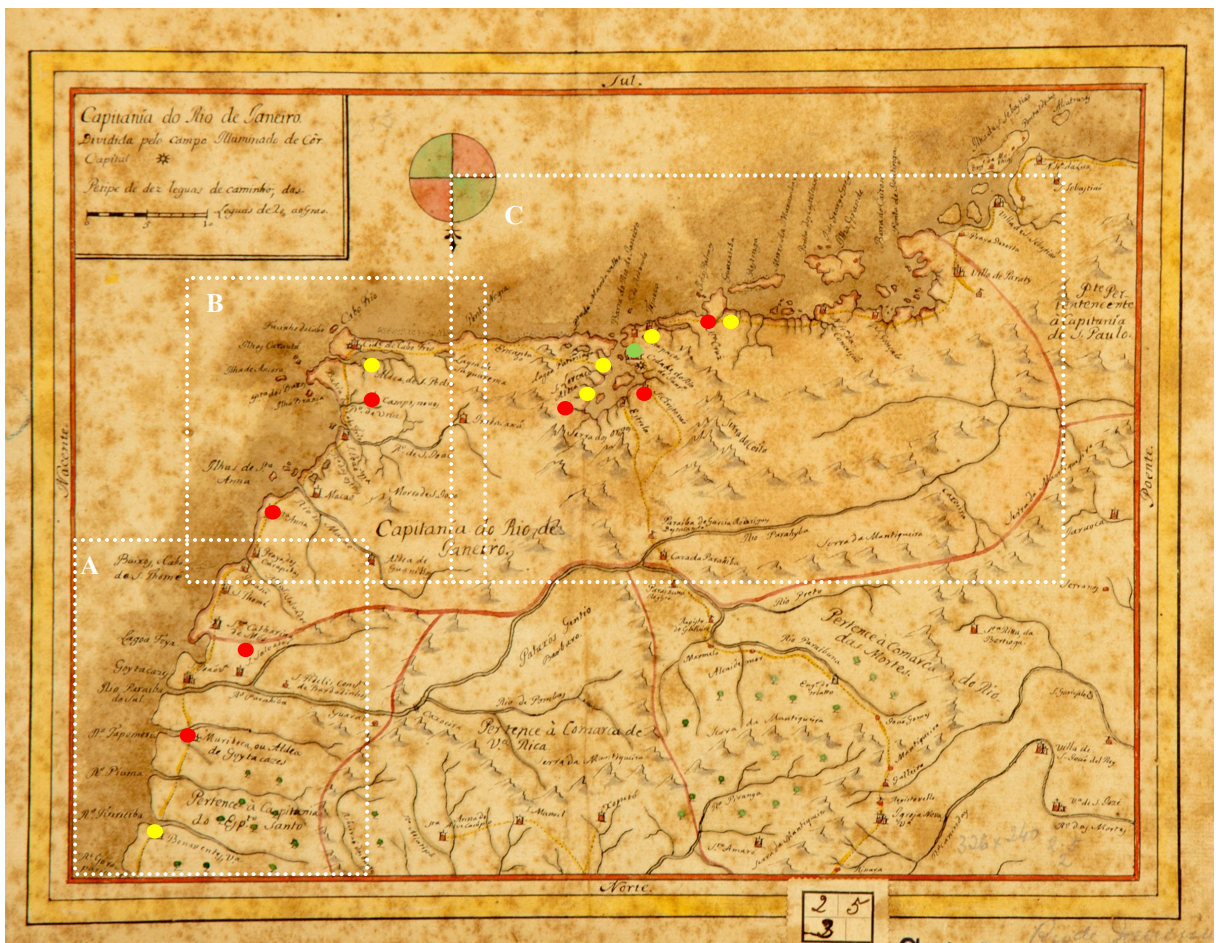
Figura 69 – Capitania do Espírito Santo, pertencente a Capitania da Bahia pelo governo militar. Autor Anastácio de Santa Anna, copiado pelo Cap M. F. C. de Oliveira Soares em 1853.

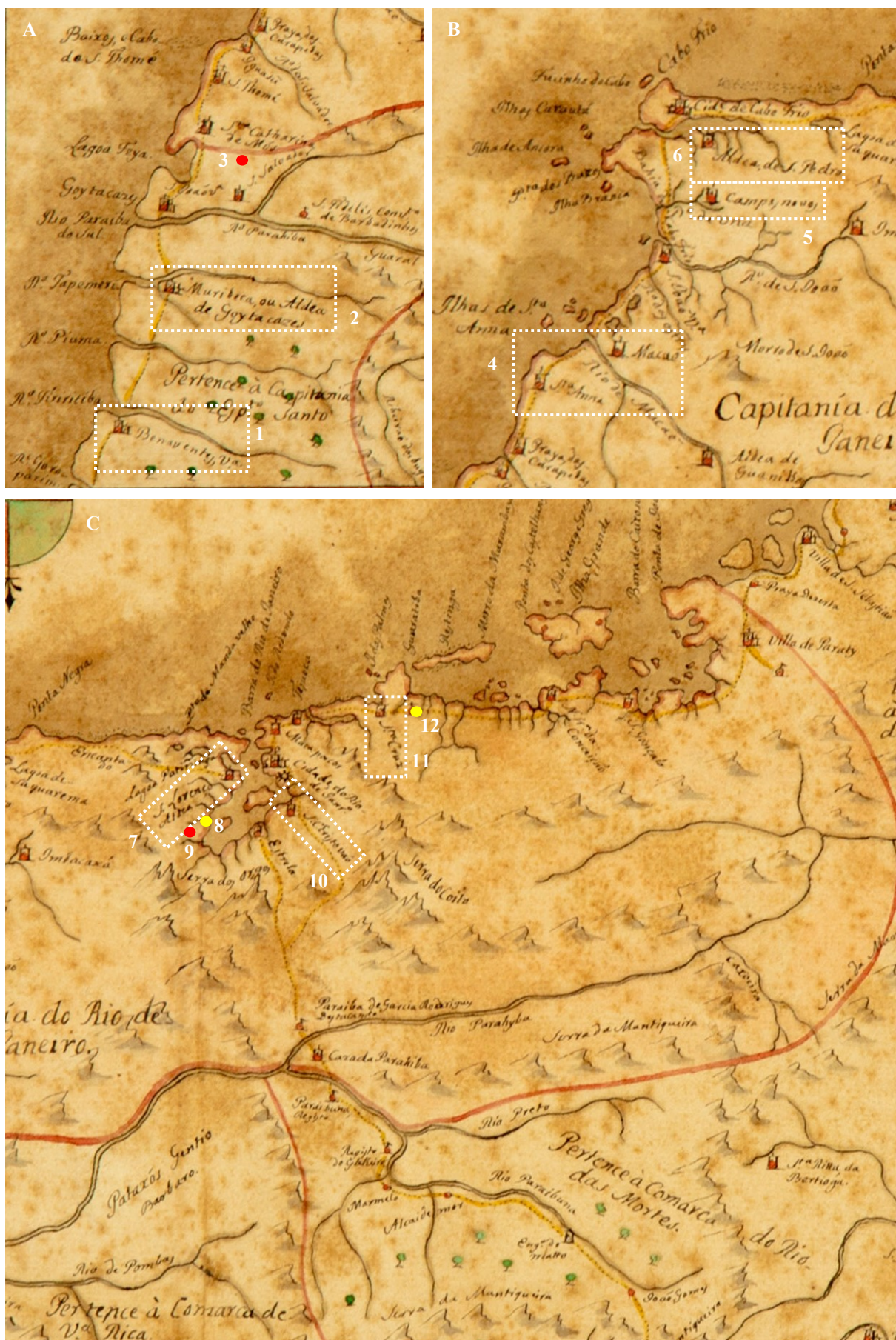




Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 06.02.1177.

Figura 70 – Capitania do Rio de Janeiro.





Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 15.04.3259. Adaptado pela autora (2017).

Ao longo do caminho do litoral, estão representados na Figura 70 quase todos os núcleos inacianos: o aldeamento de Reritiba (indicação 1) e a Fazenda de Muribeca (2), no Espírito Santo; os aldeamentos de São Pedro (6) de Cabo Frio e São Lourenço (7), assim como as fazendas de Santa Ana de Macaé (4), Santo Inácio dos Campos Novos (5), São Cristóvão (10) e Santa Cruz (11), no Rio de Janeiro. A localização do aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí foi indicada na cartografia, junto à estrada que a conectava a Santa Cruz, estando desacompanhada, porém, de sua denominação. As fazendas de Campos dos Goytacazes (3) e Macacu ou Papucaia (9), assim como o aldeamento de São Barnabé (8), não foram sequer apontados no mapa. A ausência de alguns núcleos inacianos em ambos os registros cartográficos pode decorrer do fato de que os mesmos se encontravam mais apartados da costa do mar.

O acesso às fazendas de Campos dos Goytacazes e Carapina dependia de caminhos secundários que as conectavam à via litorânea. Já Araçatiba, Itapoca, São Barnabé e Macacu dependiam não apenas dessas trilhas secundárias, como do mar, dos rios e dos canais, visto que, nesses núcleos, o grosso do transporte de pessoas e mercadorias era feito por via fluvial e marítima.

No que se refere especificamente ao Espírito Santo, por meio do registro de visita do bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho (2002), elaborado nas primeiras décadas do século XIX, é possível se reconstruir grande parte da antiga ligação existente entre os núcleos jesuítas. Segundo o bispo, da Vila de Vitória à barra do rio Doce, rio pelo qual os padres subiam em missão ao interior da terra, se percorriam 20 léguas: oito à Vila Nova de Almeida e mais três à Aldeia Velha, a qual apresentava ótima barra e o centro do rio bem povoado; três à barra do Riacho, onde havia um destacamento; três aos Comboios, onde havia outro destacamento; e finalmente outras três léguas até barra do rio Doce, que contava com o destacamento da Regência (COUTINHO, 2002, p. 68). Os muitos postos militares localizados a norte de Reis Magos e Aldeia Velha, refletem a tentativa do governo em conter a ação dos índios selvagens numa grande extensão do caminho que no século XIX ainda permanecia quase deserta. O caminho de oito léguas de Reis Magos até Vitória, como descreve Coutinho (2002, p. 103), era pontuado por roças e moradores esparsos, as praias eram cobertas de pedras ferruginosas, com os seus “recifes cada vez menos distantes da costa do mar”. De Vitória até Viana, na qual estavam situadas as antigas fazendas inacianas de Araçatiba e Itapoca, percorria-se cerca de cinco léguas: “meia légua pelo Lameirão até o porto de Itacibá; légua e meia até à ponte do rio Itaqui, que vem de Itapoca, fazenda ex-jesuítica; légua e meia até o campo e fazenda do Nunes, chamada Boiaiaros; e légua e meia a Viana” (Ibid., p. 132).

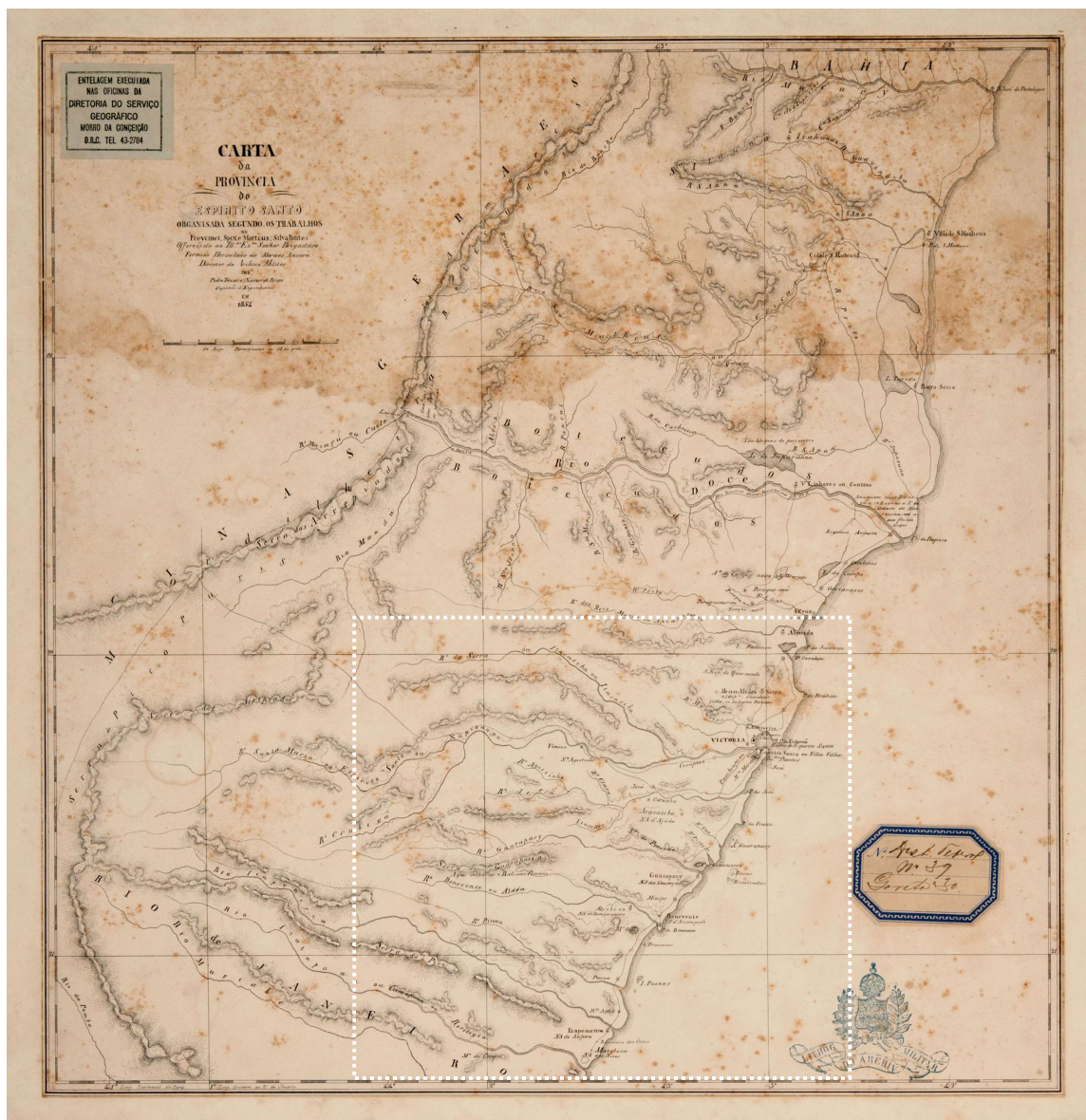
Grande parte do percurso que levava às duas fazendas de Araçatiba e Itapoca era feito por via fluvial, utilizando não apenas o canal de Camboapina, aberto por iniciativa da Companhia, como os bons rios que as circundavam, Perocão, Una e Jucu, todos com pontes de madeira (Ibid., p. 108). Da barra do rio Jucu a Guarapari eram cerca de oito léguas. Na descrição do bispo, a Vila de Guarapari estava disposta numa planície em torno de um monte, que era coroado pela matriz jesuíta e pela igreja do arcediado Quental, “que fica defronte daquela em uma praça bordada de casas baixas de telha e de palha” (Ibid., p. 50). Quase toda a gente da vila era “pobríssima, me cheirava a peixe, que trescalava: por isso quase todas as crianças tinham as cabeças tinosas” (Ibid., p. 54). De Guarapari à Vila Nova de Benevente o caminho era sempre junto às praias, interrompidas, volta e meia, por pequenos promontórios (Ibid., p. 50). De Benevente a Itapemirim se contavam sete léguas, que em 1819 já não era tanto “o deserto horrível, infestado de botocudos” (Ibid., p. 47), observado pelo bispo cerca de sete anos antes, que se estendia até ao monte Agá, onde estava Orobó, povoação formada graças aos índios que abandonaram o aldeamento de Reritiba. De Itapemirim a São João da Barra eram dezoito léguas “de um deserto horroroso sempre à vista do oceano, e que faz lembrar os desertos da Arábia, da Tartária, ou do Egito” (Ibid., p. 43). A fazenda de Muribeca, segundo o bispo, ficava quase a meio desse deserto, e ainda compreendia “vastíssimas terras para o norte do rio Muribeca, e excelentes pastos e roças, e amansíssimos, nas margens do dito rio, que realçam muito mais os olhos fatigados do viajante que atravessa aqueles desertos” (Ibid., p. 43).

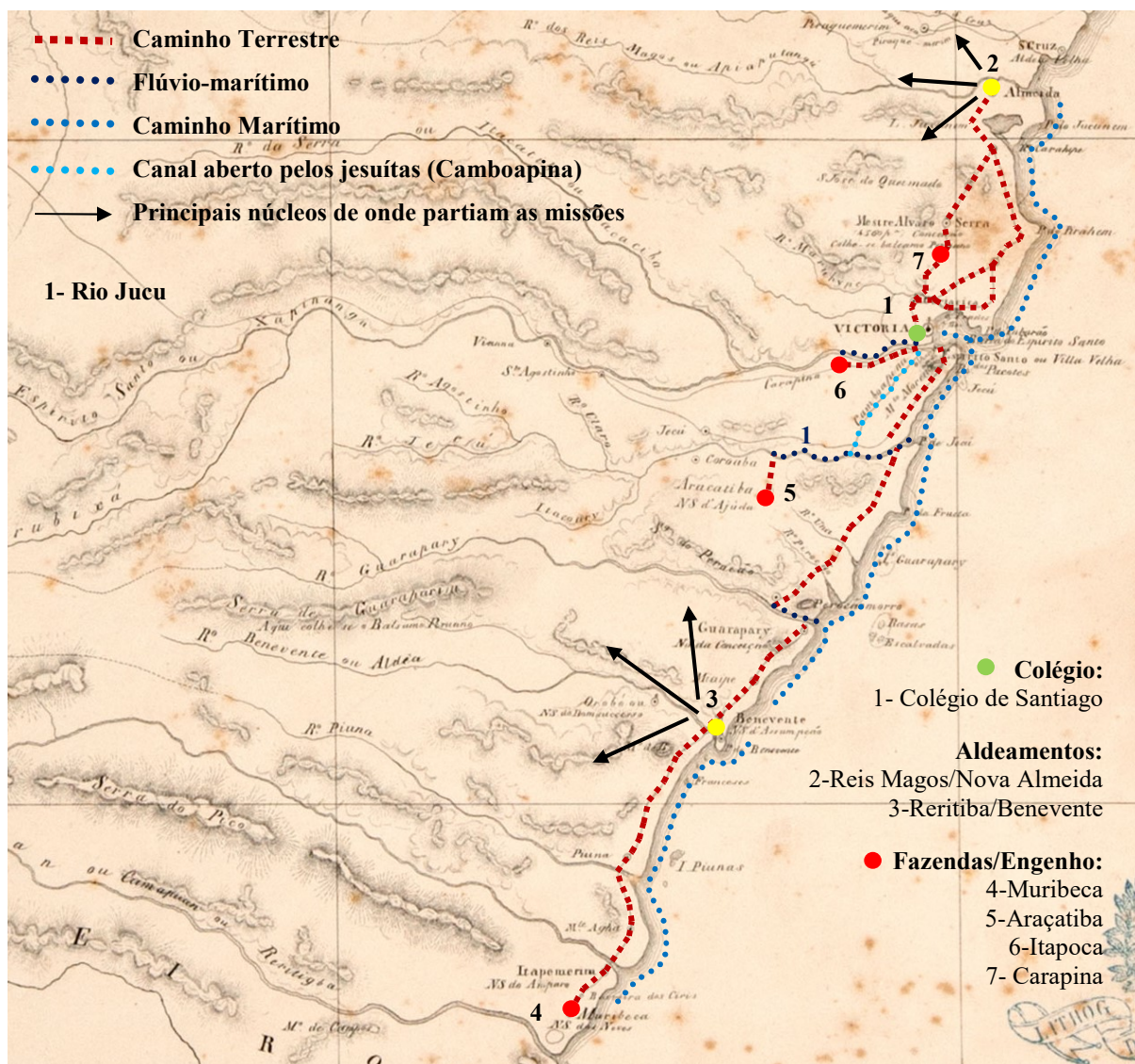
Na *Carta da Província do Espírito Santo* (Figura 71), de 1854, é devidamente representado o caminho litorâneo que ia desde Muribeca, ao sul, até São Mateus, ao norte. Os principais núcleos de povoamento eram, segundo a citada cartografia: a antiga fazenda jesuíta de Muribeca; Itapemirim, que outrora fazia parte da mesma fazenda; Monte Agha, Piúma e Orobó, citados separadamente talvez na intenção de registrar a presença de roças nas proximidades do núcleo composto pelos índios dissidentes de Reritiba; Vila Nova de Benevente, antigo aldeamento de Reritiba; Meáipe, cujas as terras pertenciam aos índios desse aldeamento; Guarapari, antigo aldeamento inaciano elevado a vila ainda no século XVII; Perocão; Araçatiba, Coroaba e Jucu, as duas últimas eram datas de terra da antiga fazenda inaciana; Cariacica, núcleo elevado na antiga Fazenda de Itapoca; Vitória; Vila Velha; Carapina, núcleo em que estavam situados o aldeamento de São João e uma das primeiras fazendas da Companhia; Serra, onde outrora havia o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição; São José do Queimado; Jucunem, Vila Nova de Almeida e Santa Cruz, a primeira foi outrora um satélite da Companhia, enquanto as outras foram aldeamentos; e São Mateus,

onde os jesuítas realizavam missões por mar e terra. Os demais núcleos assinalados representam iniciativas do governo capixaba no que se referia ao povoamento da parte norte e à contenção dos índios bravos do sertão.

Como fica claro, a grande maioria dos núcleos do Espírito Santo, relacionados nos dois registros cartográficos (Figura 69 e 71), estavam ligados à Companhia e aos seus índios aldeados. Tanto que muitos costumes e tradições indígenas permaneciam ainda muito vivos em toda região, incluindo a Vila de Vitória, cabeça da antiga capitania. Como visto, Reis Magos e Reritiba, centros irradiadores de civilização ao norte e ao sul da Capitania, exerceram durante todo o período de ação inaciana a função de principais sedes da banda sul de onde partiam as incursões aos sertões das terras.

Figura 71 – *Carta da Província do Espírito Santo*. Autor Cap. Pedro Torcato Xavier de Brito [1854].





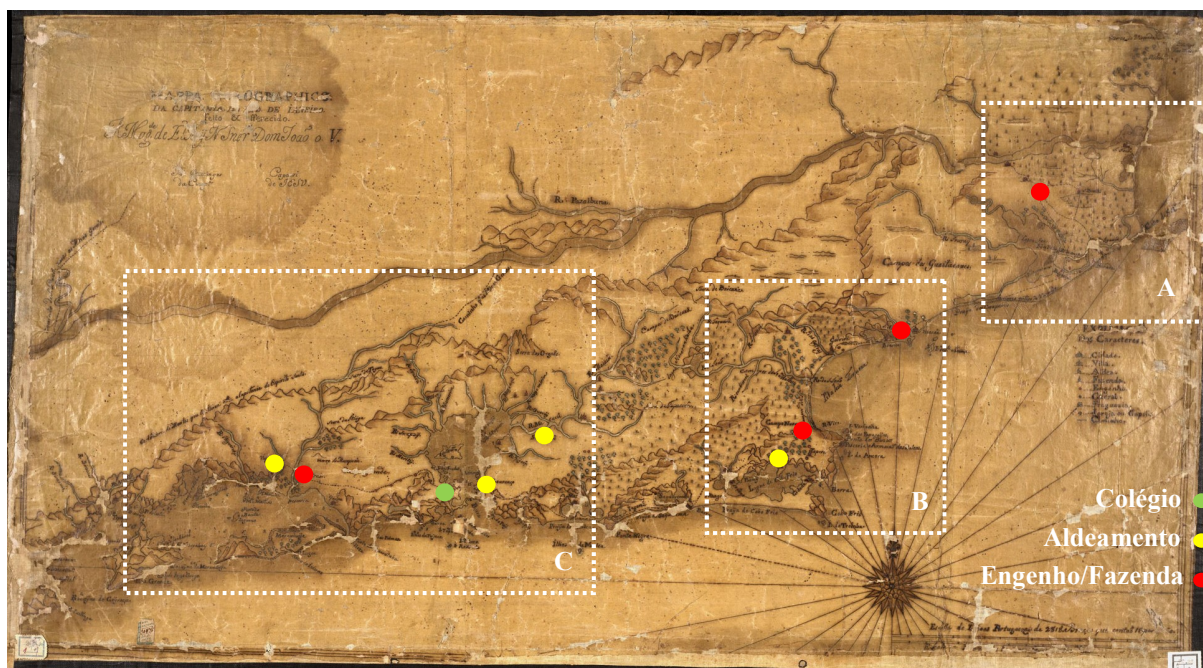
Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 06.02.1173. Adaptado pela autora (2017).

No que diz respeito ao Rio de Janeiro, Saint-Hilaire (1974c, p. 128) afirma que quem desejasse viajar por terra entre essa cidade e o norte do Brasil, deveria seguir por qualquer dos muitos caminhos secundários, os quais mantinham comunicação entre a capital e as muitas fazendas das vizinhanças, até às lagoas de Saquarema e Araruama. Depois de contornadas as duas lagoas, “excetuados pequenos trechos, não se fazia outra coisa, até ao Rio Doce, que caminhar sobre uma praia arenosa, batida pelas vagas”. Monsenhor Pizarro (ARAÚJO, 1946, vol. II, p. 145) informa as vantagens que possuía a via fluvial do percurso de Cabo Frio ao Rio de Janeiro, que somava aproximadamente 18 léguas, quando por via terrestre não se percorria menos de 30 léguas. Descreve ainda alguns desses caminhos secundários, apontando algumas das fazendas que estavam distribuídas em seus percursos.

[...] caminhando por mar, cuja conta fazem pelo modo seguinte – de Cabo Frio ao rio de Saquarema, oito léguas, deste, às ilhas de Maricaá, quatro, e daí, ao Rio de Janeiro, seis –; seguindo, porém, a marcha de terra, não se calcula a longitude menor de trinta, pelos rodeios das estradas. Andando de Cabo Frio por entre o distrito da freguesia da aldeia de S. Pedro, vai-se à fazenda de Paratii, e daí ao engenho de Iruama, donde segue a estrada à lagoa de Saquarema; e atravessada esta em canoas, desde o sítio que foi do capitão Simão Álvares, até o engenho, de que foi possuidor José Pimentel, torna-se ao caminho de terra em direitura à Ponta Negra e tomando daí à fazenda dos padres beneditinos, dela se vai à Itaocaiá, a procurar a fazenda de Piiba, por cuja estrada finalizam a jornada nos portos da freguesia de S. Gonçalo ou de S. João de Carií [Icaraí], onde prontos barcos de passagem recebem os viandantes, para os transportar à capital. (ARAÚJO, 1946, vol. II, p. 145).

O *Mappa corographico da capitania do Rio de Janeiro* (Figura 72), elaborado pelo Pe. jesuíta Domingos Capassi nas primeiras décadas do século XVIII, um dos mais antigos mapeados pela pesquisa em que é demonstrado graficamente o caminho do litoral, bem como o seu similar, a *Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro* (Figura 73), não representam os caminhos secundários existentes entre Cabo Frio e Niterói, conforme indicam as narrativas de Monsenhor Pizarro e Saint-Hilaire. Mas apontam, de forma bastante aproximada, os diferentes caminhos que conduziam à Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes (indicação 1 em ambas as figuras).

Figura 72 – *Mappa corographico da capitania do Rio de Janeiro* feito e oferecido a Mag.^{de} de El Rey N. Snor Dom João V. Do Pe. Domingos Capassi da Companhia de Jesus, [ca.1730].



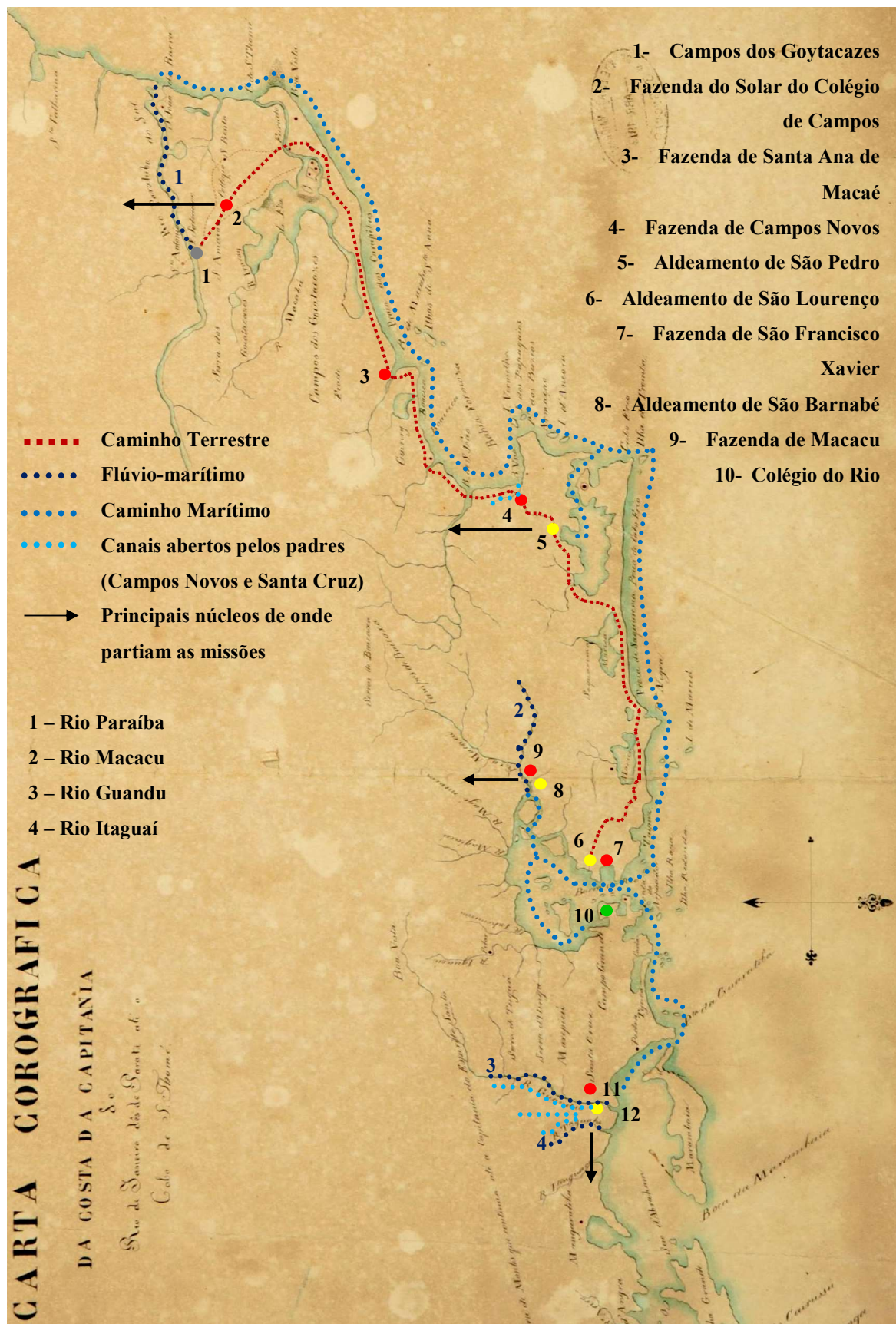


Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542711/cart542711.jpg>.
 Acessado em: 19 de mar. de 2015.
 Adaptado pela autora (2017).

Apesar de alguns desvios que permitiam a ligação com a grande fazenda dos beneditinos, a maioria dos caminhos dos Campos dos Goytacazes, apresentados nas duas cartografias, passavam pelo Solar do Colégio pertencente à Companhia (indicação 2 nas Figuras 72 e 73). A presença desses muitos caminhos e atalhos pode ser justificada pela vastidão e dispersão do núcleo inaciano dos Goytacazes, o que de certa forma obrigava, segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/IV, p. 90), que em cada núcleo mais importante fosse erguida uma pequena capela, a qual era visitada pelos padres da sede da fazenda de tempos em tempos. Os caminhos secundários se ligavam à *Estrada da Praia* próximo à região do Furado, na qual havia um curral da Companhia. Daí o caminho seguia, em ambos os registros cartográficos, passando pela Fazenda de Santa Ana de Macaé (indicação 3), pela Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos (4), pelo aldeamento de São Pedro (5), seguindo o contorno da costa até alcançar o aldeamento de São Lourenço (6). No mapa do Pe. Domingos Capassi é retratado ainda o caminho que ligava a quinta de São Cristóvão (9), situada próximo ao Real Colégio (8), ao grande complexo inaciano de Santa Cruz (10), a partir do qual o caminho se prolongava até o aldeamento de São Francisco de Itaguaí (11). Como grande parte da locomoção de pessoas e cargas se fazia por via fluvial, não foram representados caminhos secundários para o aldeamento de São Barnabé e para a fazenda de Macacu (7), apesar de estarem devidamente indicados nas cartografias.

Como no Espírito Santo, portanto, o caminho do litoral interligava a grande maioria dos núcleos inacianos do Rio de Janeiro. Um terceiro registro cartográfico (Figura 74), bastante semelhante aos já apresentados, elaborado, porém, em meados do século XIX, reforça o mesmo traçado. Além do caminho terrestre, como já exposto, os núcleos faziam largo uso dos deslocamentos fluvio-marítimos, principalmente as fazendas de Santa Cruz e Campos Novos, cujos canais abertos pelos padres facilitava sobremaneira o escoamento dos sobejos de suas produções, bem como o aldeamento de São Barnabé e a Fazenda de Macacu e Papucaia, que tinham por via principal o rio de Macacu. Não tão constantes como Reritiba e Reis Magos, cuja a função de centro de incursão atravessou os mais de dois séculos de ação da Companhia, os núcleos de Santa Cruz, instituída muito antes do aldeamento de São Francisco Xavier; de São Barnabé, o qual estava situado na propriedade inaciana de Macacu e Papucaia; e de São Pedro de Cabo Frio exerceram relevante papel nas missões de descimento empreendidas nos primeiros tempos. Papel posteriormente assumido, em certa medida, pelo Solar do Colégio de Campos dos Goytacazes, do qual partiam não apenas missões rurais aos vastos campos, como à região mineradora do rio Paraíba e afluentes, como era comum também à Fazenda de Muribeca.

Figura 74 – Caminho de Campos ao aldeamento de São Lourenço. In: *Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro, desde Parati até o Cabo de São Thomé*. Copiado por Carlos Burlamaque em 1857.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 04.05.858. Adaptado pela Autora (2017).

Os caminhos secundários, que eram, segundo Saint-Hilaire (1974a, p. 109), infinitos no Rio de Janeiro, são muito pouco retratados pelas fontes cartográficas. Do antigo aldeamento de São Lourenço e da Fazenda de São Francisco Xavier, situada em suas proximidades, sabe-se, por meio do Plano elaborado por volta do ano de 1770 (Figura 75), que também aqui o caminho que margeava a praia era o principal eixo de ligação entre os núcleos inicianos e os demais lugares povoados da região que posteriormente passou a ser conhecida por Niterói. Das proximidades de São Lourenço partiam ainda outros eixos que se afastavam do litoral e partiam ao interior das terras. O que muito possivelmente, apesar de não registrado, ocorria também às terras da fazenda iniciano de São Francisco, visto que algumas de suas glebas estavam já arrendadas no tempo em que os padres ainda a administravam.

Dos caminhos secundários da região de Macacu, a cartografia de 1911 (Figura 76) pouco acrescenta do que é demonstrado na carta de reconhecimento do rio Macacu, de 1819, apresentada anteriormente por meio da Figura 55. O que esse mapa apresenta de curioso é o fato de persistir, já no século XX, a denominação “aldeia de São Barnabé”. O nome “Papocay”, muito provavelmente relacionado à antiga fazenda de Macacu e Papucaia, também é apontado na cartografia.

Figura 75 – Detalhe do *Plano da cidade do Rio de Janeiro: situado na latitude de 22°54'*, e de longitude de 334°53' contados do meridiano da ilha do Ferro. [S.l.: s.n.], [ca.1770].



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309970.jpg>.
 Acessado em: 19 de mar. de 2015. Adaptado pela autora (2017).

No que se refere à região da antiga sesmaria de Iguaçu, diferentes registros do livro de arrendamentos do Real Colégio (MFF, Livro 29) dão conta de muitas estradas, a saber: *Estrada Geral de São Cristóvão, Estrada Geral de Inhaúma, Estrada Velha do Engenho Novo, Estrada do Engenho Novo, Estrada do Engenho Velho, Estrada da Tijuca, Estrada do Andaraí, Estrada de Jacarepaguá e Estrada do Caju*. Ao apontar os limites da freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, Monsenhor Pizarro descreve parte dessas estradas.

Por Edital de 31 de janeiro de 1763 chegavam os seus limites, ao Norte, até o lugar conhecido com o nome de Barro Vermelho, distante quase meia légua, em cujo rumo fica o Arraial de Mata-pórcos, por onde terminava a Freguesia da Sé; mas variou essa divisão pelo erigimento da nova Paroquia de Santana do Campo, com a qual balizava. No rumo de Leste caminha a buscar o mar da Praia Grande, compreendendo a Ilha dos Melões, que fica em frente do Hospital de S. Cristóvam, e junto a ela a da Caeira; a da Pombeba, em frente da Capela de S. Cristóvam, e a do Ferreiro, na volta da Ponta do Cajú. Por êsse mesmo caminho, e rumo de Sul, se aparta a Freguesia de Inhauma na ponte grande de pedra; e atravessando a estrada geral a buscar o Sertão da Fazenda intitulada Engenho Novo, que também fora dos padres jesuítas, finaliza, ao Oeste, com a de Jacarepaguá. (ARAÚJO, 1946, vol. V, p. 105-106).

Segundo Brasil (2015, p. 409), a maioria desses caminhos teve um ponto de partida comum, que foi a Cancela dos jesuítas em São Cristóvão, mais tarde convertido em largo da Cancela. Dela saía a citada *Estrada Geral*, cujo trajeto passava pelas terras jesuítas de Inhaúma, Irajá e Iguaçu, até atingir a Fazenda de Santa Cruz. A propriedade da quinta de São Cristóvão era também onde desembocava a azinhaga³³⁸ de Mata-Cavalos (atual Riachuelo), uma das primeiras ruas do Rio (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 242). A *Estrada do Engenho Velho* (atual Haddock Lobo) constituiu também uma importante via de penetração, comunicando o engenho jesuíta que lhe cedia o nome, com o Rio Comprido, o Andaraí Grande e a Tijuca. (Ibid., p. 244).

Tendo a maior parte de suas terras arrendadas a terceiros, não é de se estranhar que muitas estradas e, posteriormente, diferentes freguesias fossem surgindo na grande sesmaria jesuíta. Engenho Velho, Engenho Novo, Maracanã, Alto da Boa Vista, Tijuca, Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Rio Comprido, Catumbi, São Cristóvão, Caju, Benfica, Meier, Pedregulho, Cachambi, Inhaúma, Bonsucesso, Cascadura, Jacarepaguá, Irajá, são alguns dos bairros atuais cujas terras pertenceram outrora à propriedade inaciana de Iguaçu.

³³⁸ Caminho estreito, entre valados, a par da estrada real. (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 242).

Não apenas nas glebas arrendadas foram surgindo caminhos. Como a construção dos canais e valados, a abertura de vias terrestres por iniciativa da Companhia foi tarefa corriqueira, quer incentivada pelas autoridades, quer elaborada com vistas a facilitar o escoamento do excedente da produção das fazendas. Foi, entretanto, uma tarefa sempre muito problemática, devido aos atritos que tal iniciativa ocasionava junto aos proprietários da região atravessada por essas vias. Segundo Leite (2006, tomo VI, livro I/III, p. 56), um dos casos mais graves ocorreu em Santa Cruz. Delegada a abertura da estrada que ia dos limites do governo de São Paulo até a cidade do Rio de Janeiro aos inacianos, esses passaram a depender essencialmente da colaboração dos demais arrematantes cujas terras confrontavam com a pretendida via, o que acabou por ocorrer de forma nada civilizada. Ante os conflitos, em 1732, o ouvidor geral de São Paulo e o tenente coronel engenheiro do Rio de Janeiro, Manuel de Melo de Castro, manifestaram-se em favor dos padres no que dizia respeito a darem prosseguimento ao caminho que já haviam começado, enfatizando a obrigatoriedade que os moradores dispostos em seu percurso tinham em oferecer a ajuda que lhes fosse solicitada. O apoio das autoridades não diminuiu as muitas contendas, que se estenderam até 1733, ano em que, enfim, um alvará real ordenou que se executasse a estrada conforme estava traçada, e caso alguém faltasse com os compromissos assumidos, incluindo nessa conta a Companhia, ficaria obrigado a assumir os custos da obra.

Freitas (1985, p. 194-195) propõe versão bastante diferente da que foi narrada por Leite (2006), afirmando que a construção do caminho, motivada pelos perigos e riscos que o transporte marítimo das riquezas das Minas suscitava, foi uma iniciativa real promovida à custa dos moradores, em troca sesmarias e cargos honoríficos, sendo a pretendida obra tenazmente perturbada por vários proprietários por onde o caminho passaria. Dentre eles, os principais eram os jesuítas, que temiam futuras invasões em seus domínios. Os padres chegaram a ordenar aos índios do aldeamento de Itaguaí que impusessem incessante resistência aos trabalhos das turmas de construção. Os conflitos só foram sanados por meio da carta do rei D. João V, de 22 de abril de 1733, que ordenava ao governador do Rio de Janeiro que comunicasse expressamente aos jesuítas a passagem da referida estrada por suas terras, e caso insistissem na recusa, a mesma seria construída à custa exclusiva da Companhia.

Afora as narrativas desconstruídas, o certo é que os conflitos eram ainda mais agravados pelo fato da Ordem exigir certas benesses em troca da garantia de passagem por suas estradas e canais. Segundo o arcediogo Antonio de Siqueira Quental, que foi uma das testemunhas do Auto de Devassa de 1761 (AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530, p. 95-95v), além dos benefícios que gozavam com a falta de fiscalização de suas fragatas, que saíam dos portos

sem serem visitadas ou despachadas, como as demais embarcações da colônia, os padres por vezes impediam a passagem dos caminhantes pelas suas fazendas, na estrada que ia do Rio de Janeiro até a Fazenda dos Campos Novos. Mantinham a cancela da dita fazenda fechada, “obrigando aos passageiros seguirem viagem com perigo de vida, e com mais dilatado caminho pela praya da Massembaba podendo atalhar pela dita fazenda mais de hum dia de viagem, e livrar dos perigos, se os ditos Padres o não impedissem”. As demais testemunhas da devassa dão conta de cobranças efetuadas pelos jesuítas na via fluvial do Jucu, próximo ao engenho de Araçatiba, o que de certa forma se manteve, pois o desembargador Luiz Thomaz de Navarro informa em princípios do século XIX: “Segui a viagem, e em duas léguas encontrei o rio chamado Jucú; a sua barra apenas admitte canôas, tem passagem que foi dos Jesuítas, e hoje pertence á Real Fazenda” (NAVARRO, 1808, In RIHGB, 1845, p. 455). Saint-Hilaire salienta também a continuação de tal prática, ao afirmar que:

Está o Brasil cortado por uma infinidade de caminhos que se consertam muito pouco e muito mal, e sobretudo nas vizinhanças do Rio de Janeiro. Assim, num país em que seria tão importante favorecer o comércio, tornam-no extremamente dificultoso. Ninguém se ocupa, de modo algum, em fazer as estradas transitáveis e cobram-se impostos altos à passagem dos rios, onze patacas até por um passaporte e assim por diante. (SAINT-HILAIRE, 1974a, p. 109).

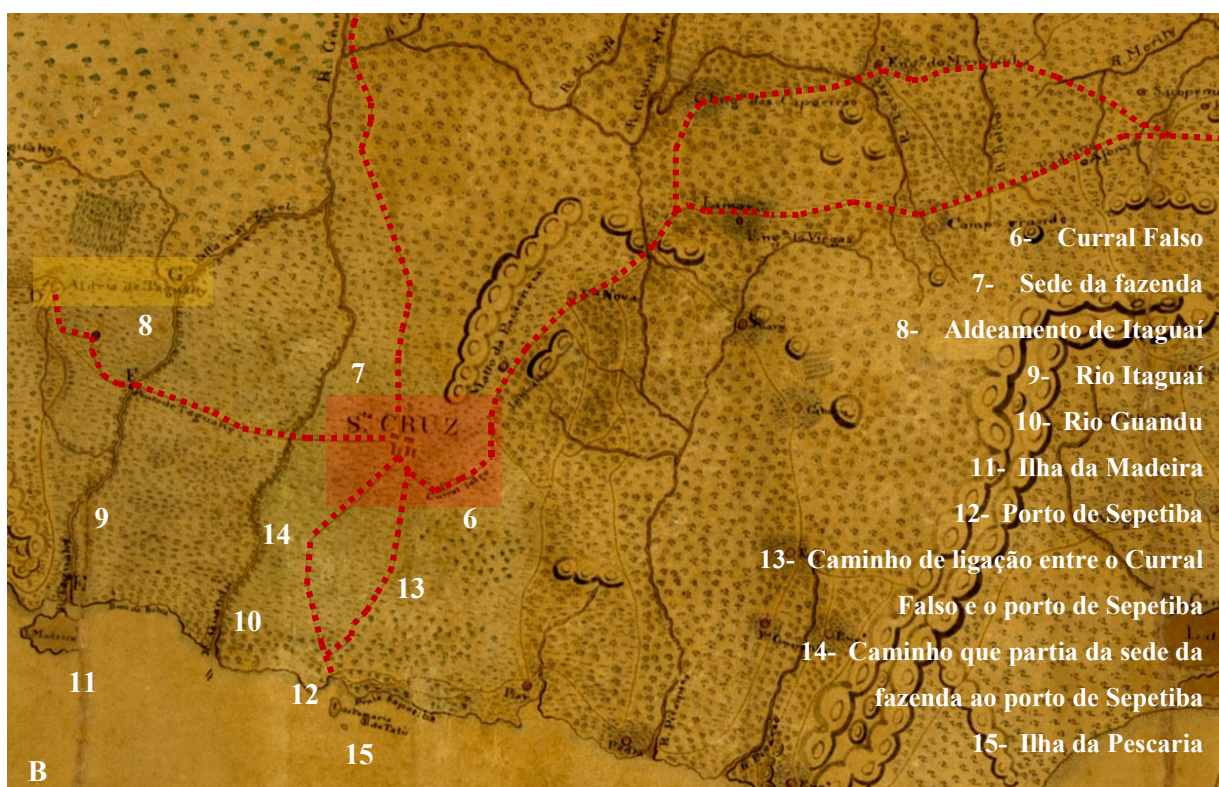
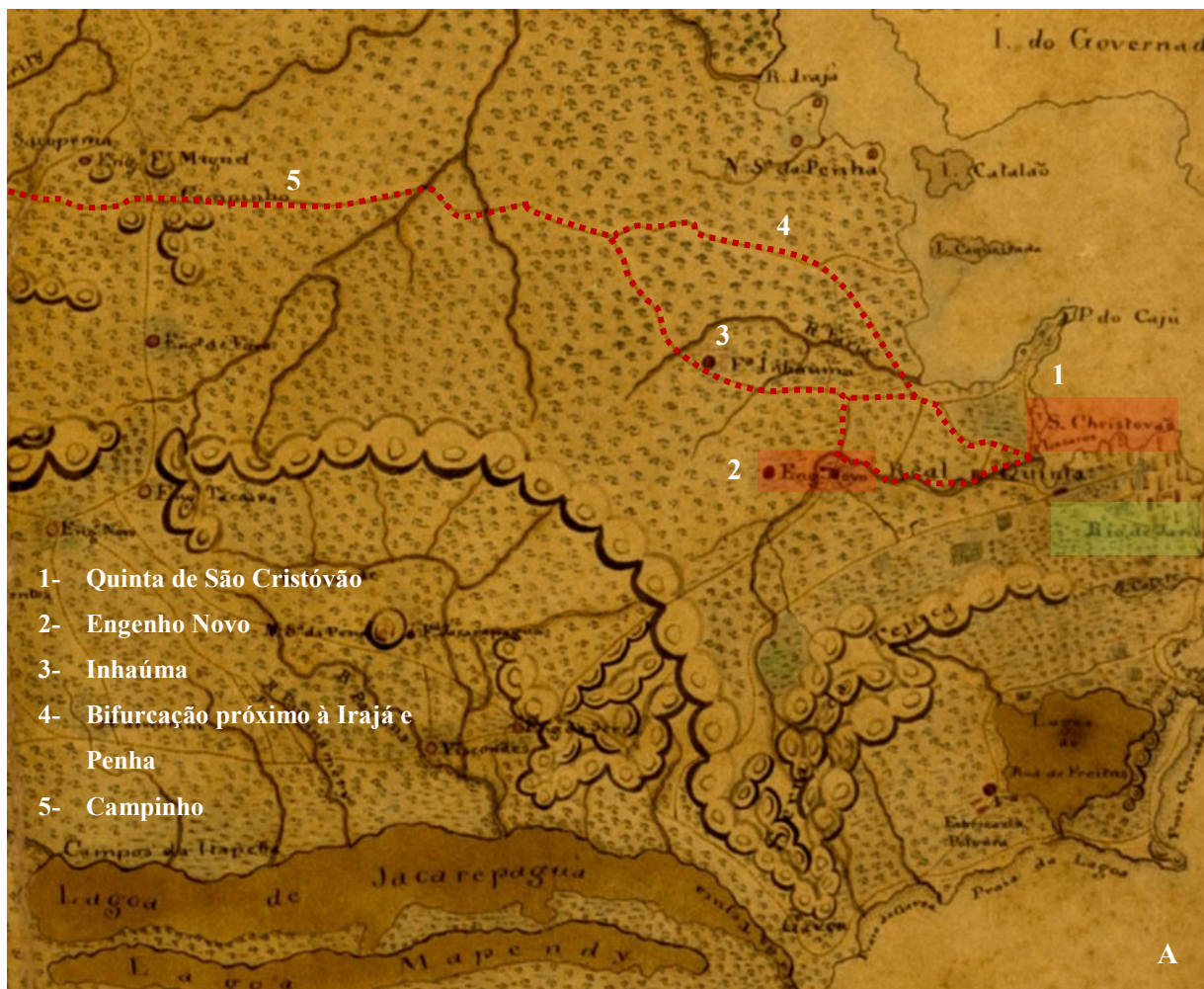
A cobrança imposta à circulação de terceiros não era certamente o que motivava os inacianos a promover a construção de estradas e canais à custa da Companhia. O que interessava aos padres era não apenas a facilidade do deslocamento deles próprios, dos seus índios aldeados e dos escravos, mas, principalmente, a necessidade imposta pelo crescimento de suas atividades nas fazendas e engenhos da Ordem. Em Santa Cruz, como visto, os inacianos produziram farinha, arroz, algodão, açúcar, carne, entre outros, além dos importantes artefatos das oficinas. Esses produtos eram em grande medida transportados pelos rios Guandu e Itaguaí ou pelos canais do Itá e de São Francisco, até a baía de Sepetiba, onde estava situado o porto da ilha da Madeira. O escoamento das boiadas de Santa Cruz para o abastecimento dos diversos estabelecimentos da Companhia e da própria cidade, seguia pelo caminho aberto pelos padres e seus índios aldeados em fins do século XVI. Essa via, construída sobre uma antiga trilha dos índios Guaianases (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 120), colocava em comunicação a Fazenda de Santa Cruz com a quinta de São Cristóvão, como citado anteriormente. O denominado Caminho dos Padres, posteriormente conhecido como Caminho das Minas e Estrada Real de Santa Cruz (hoje

Avenida Suburbana), foi a estrada utilizada pelos franceses que aportaram em Guaratiba em 1710, para alcançar a cidade do Rio de Janeiro. (FRIDMAN, 1999, p. 96).

Maria Graham (1990, p. 330), nas primeiras décadas do século XIX, informa que o caminho para Santa Cruz partia da quinta de São Cristóvão, passando pelo Pedregulho, pelo porto de Benfica (pequena povoação formada nas terras do Engenho Novo), pela Praia Pequena (também pertencente ao Engenho Novo, principiava na segunda ponte da Estrada Real de Santa Cruz), pela Venda Grande (ponto de comércio situado à duas léguas do Rio, no qual os viajantes encontravam tudo o que era preciso para a viagem), até se afastar da baía e atingir o Capão do Bispo, Casca d'ouro (Cascadura) e Campinho, ponto de apoio e lugar de repouso para os muitos viajantes. O trajeto de São Cristóvão (indicação 1 das Figuras 77 e 78) até Campinho (indicação 5 na Figura 77 e 4 na Figura 78), situado dentro das glebas arrendadas da grande Semaria de Iguaçú, possuía muitos caminhos. Na cartografia de *Reconhecimento militar desde Mangaratiba até a cidade do Rio de Janeiro* (Figura 77) o caminho é apresentado se bifurcando em direção ao Engenho Novo (indicação 2), à Inhaúma (3) e em outro trecho na altura da Penha (4). Segundo Brasil (2015, p. 409), a Estrada de Santa Cruz originou dois afluentes principais: a estrada da Penha e a da Pavuna.

Figura 77 – Caminho de São Cristóvão à Santa Cruz. Na cartografia *Reconhecimento militar desde Mangaratiba até a cidade do Rio de Janeiro*. Autor Tenente General Stockler. [1819].

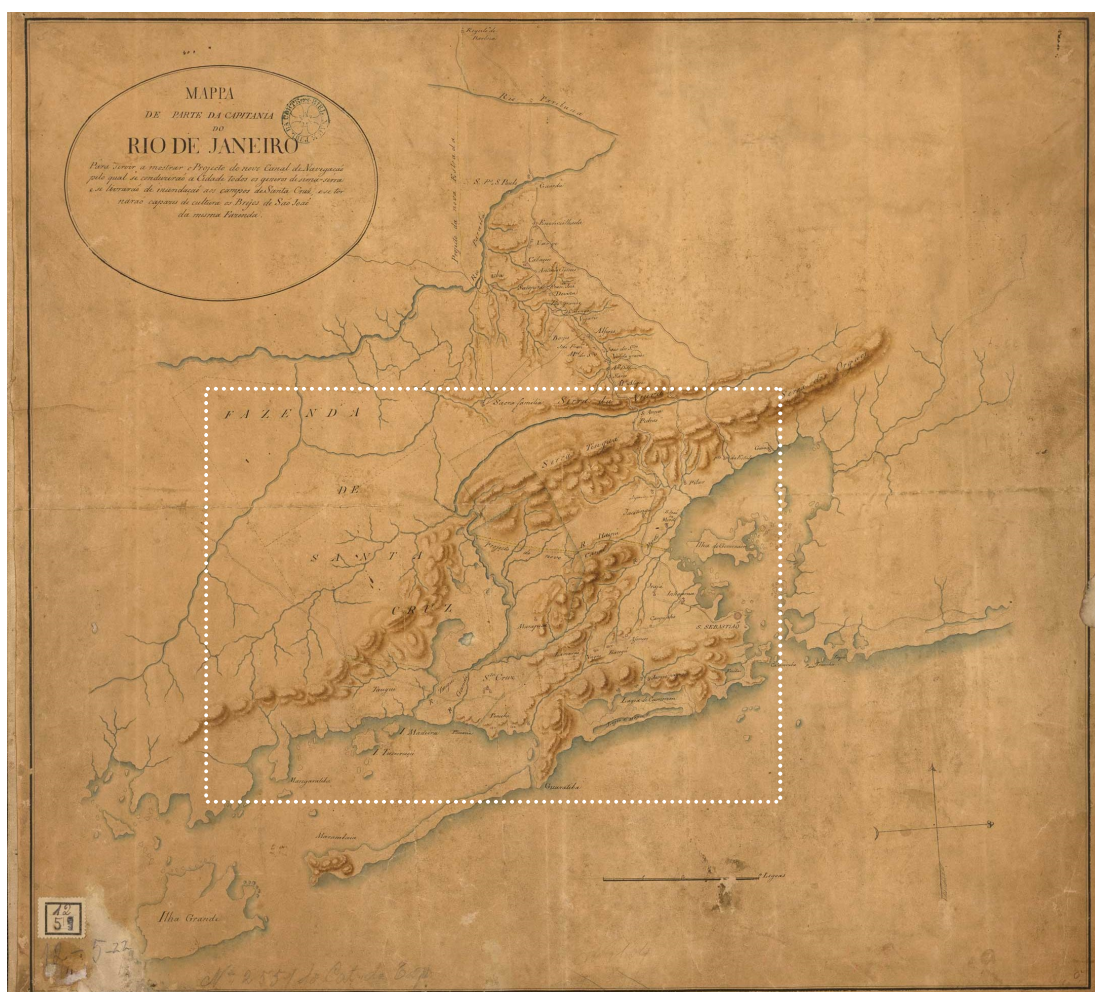


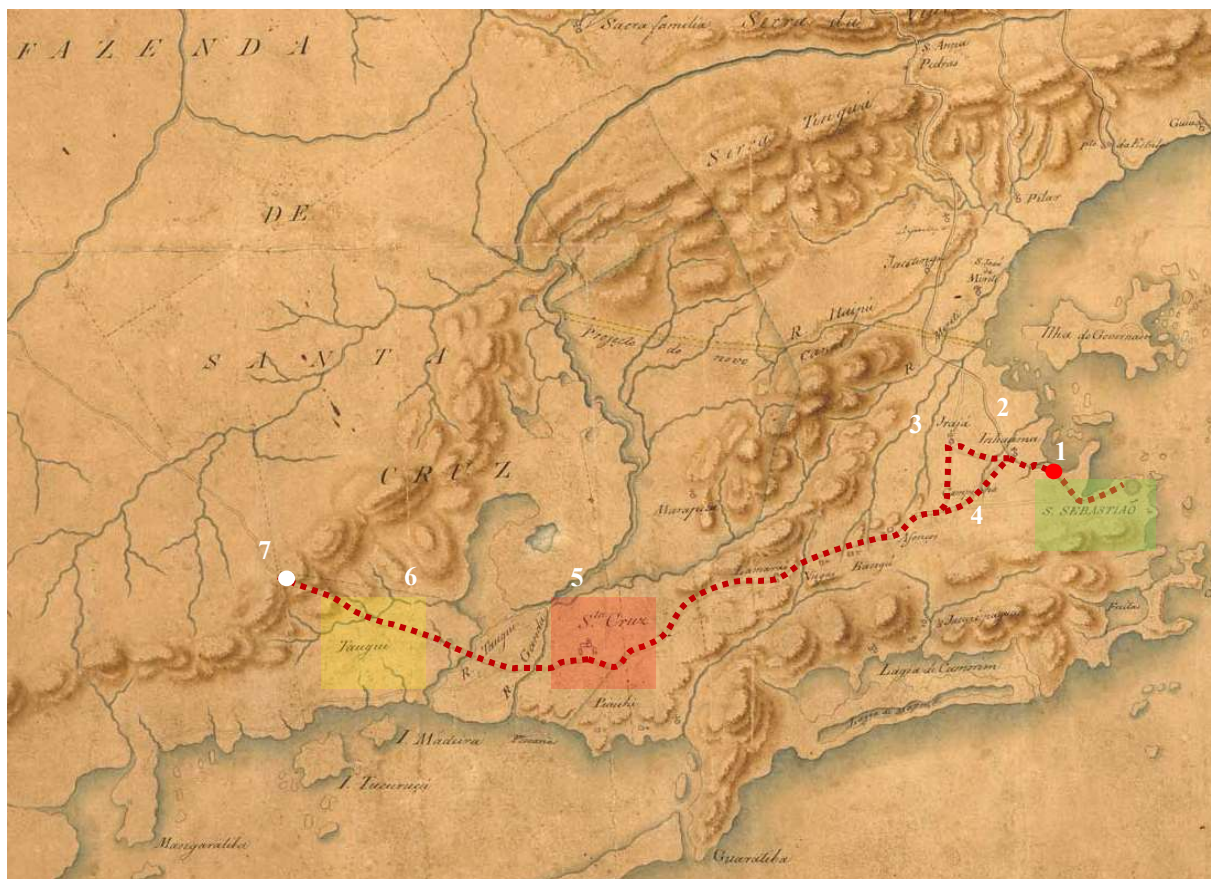


Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 05.01.874. Adaptado pela Autora (2017).

Já o *Mappa de parte da Capitania do Rio de Janeiro* (Figura 78), do século XVIII, apresenta um caminho que principiava no Real Colégio, passava por São Cristóvão (indicação 1), chegava a Inhaúma (2), de lá se bifurcando até Irajá (3) ou seguindo diretamente até Campinho (4). Do largo do Campinho seguia pela atual estrada Intendente Magalhães, passando pelo engenho dos Afonsos, pelo engenho do Viegas até atingir Curral Falso, entrada da fazenda na qual havia um posto de fiscalização para tropeiros e viajantes (FREITAS, 1985, p. 197). Seguiam-se ainda mais três quilômetros até a sede de Santa Cruz (5), de onde a estrada prosseguia passando pelo aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí (6), atingindo o limite da fazenda (7) e rumando então até São Paulo. Para se percorrer essa distância do Rio de Janeiro até Santa Cruz, custosa nos tempos de chuva, “pelos muitos lamasseiros, que havia no caminho, que erão tais, que deficultosamente se tiravão os cavallos delles” (DIÁRIO da jornada, 1717, in Revista do SPHAN, 1939, p. 296), gastava-se cerca de três dias, conforme o relato da viagem de D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, empreendida em 1717.

Figura 78 – *Mappa de parte da capitania do Rio de Janeiro*. [S.l.: s.n.], [17--].



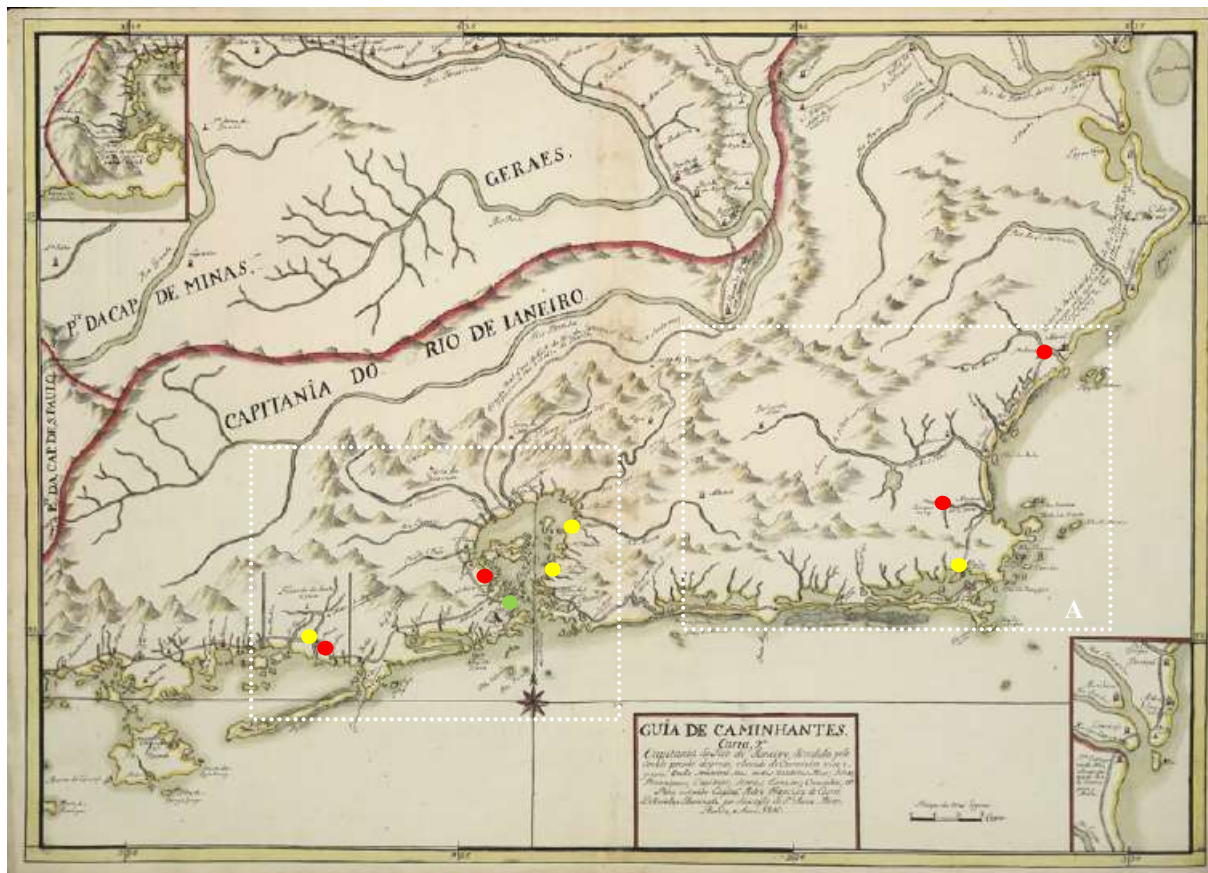


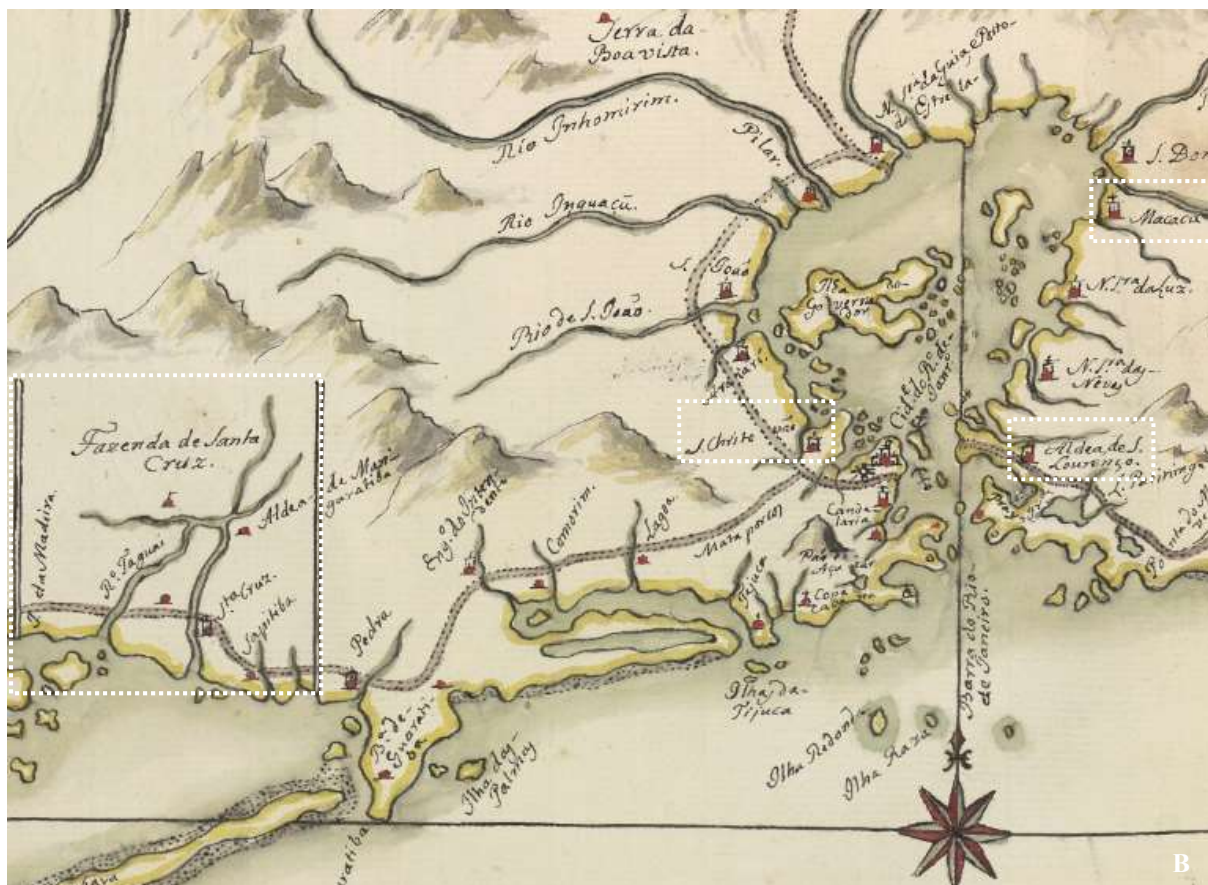
Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534326/cart534326.jpg>.
 Acessado em: 22 de ago. de 2015. Adaptado pela autora (2017).

O *Guia dos Caminhantes* de 1817 (Figura 79) indica um segundo eixo que também levava a Santa Cruz. O caminho partia de São Cristóvão, passava pelo Engenho Velho, seguia pela Rua de Mata-Porcos (atual Estácio de Sá), passava pela Lagoa (hoje Rodrigo de Freitas), seguindo por Jacarepaguá até o porto de Sepetiba. É muito provável que esse caminho também fosse utilizado pelos inácianos, visto as referências à estrada de Jacarepaguá que aparecem no livro de arrendamentos do Real Colégio do Rio de Janeiro (MFF, Livro 29). Além do caminho alternativo para a Fazenda de Santa Cruz, o Guia registra novamente o mesmo caminho do litoral retratado nas cartografias anteriores, indo desde a Fazenda de Santa Ana de Macaé até o aldeamento de São Lourenço, lado oriental da Baía de Guanabara.

Como salienta Telles (1994, p. 106), também no interior das terras de Santa Cruz os padres fazendeiros abriram, desde muito cedo, diferentes caminhos necessários ao controle e funcionamento da grande fazenda. Muitas picadas se fizeram ainda por ocasião das diferentes medições e tombos promovidos na propriedade. Algumas dessas trilhas principais foi certamente a que interligava o Curral Falso (indicação 13 da Figura 77) e a sede da fazenda (indicação 14) ao porto de Sepetiba.

Figura 79 – Capitania do Rio de Janeiro (fl. 10). In: *Guia de caminhantes*. [S.l.: s.n.], Anno 1817. Atlas ms. (14 fls., 13 mapas).

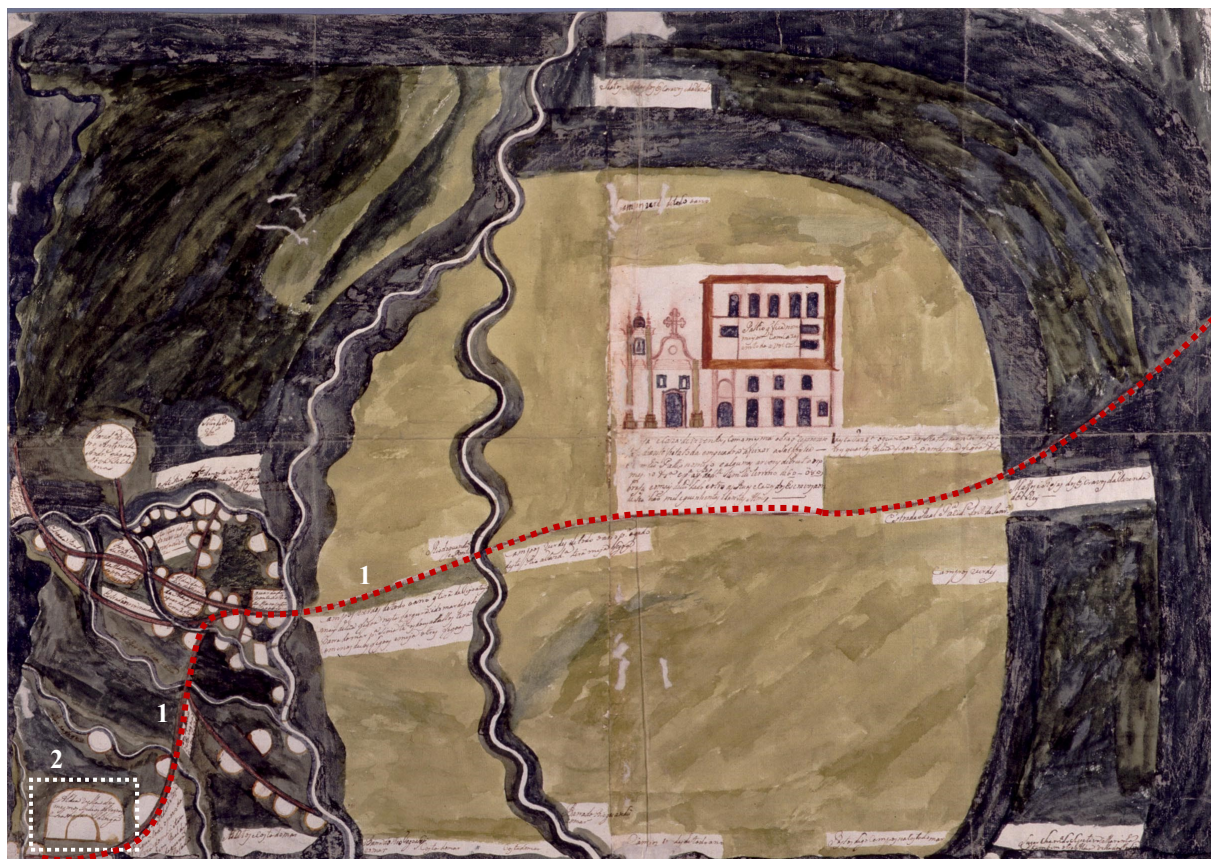




Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em:
 <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/galeria/index.htm>.
 Acessado em: 22 de ago. de 2015. Adaptada pela autora (2017).

Outro caminho (indicação 1 da Figura 80), também dos primeiros tempos, ligava a sede de Santa Cruz ao primitivo aldeamento de Itinga (indicação 2 da Figura 80), localizado a cerca de duas léguas da fazenda (ARSI, BRAS 8-2, p. 272-272v). Haviam ainda outras vias, como o caminho do Furado (indicação 1 da Figura 81) e o caminho que seguia para o norte, em direção ao curtume (indicação 2 da Figura 81) e a ponte do rio Guandu (indicação 7 da Figura 81). Essa última via, no período do ouro das Minas Gerais, se desdobrou em trilhas que se ligavam ao “Caminho da terra” (TELLES, 1994, p. 106).

A via de acesso mais antiga que partia do Rio de Janeiro às Minas Gerais passava por Santa Cruz. Do Caminho terrestre dos Padres, se seguia por barco até à Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati, na qual havia um registro. Se deslocando para a região mineradora no começo do século XVIII, o conde de Assumar informa que foi obrigado a se deter com sua comitiva por uns dias em Santa Cruz “por não ter chegado ao porto as canoas de Lourenço Carvalho, nem as lanchas, que conduzião o fato, e algumas couzas comestivas” (DIÁRIO da jornada, 1717, in Revista do SPHAN, 1939, p. 296).

Figura 80 – *Planta Da Fazenda D'el Rey*. [s.n.], [17--?].

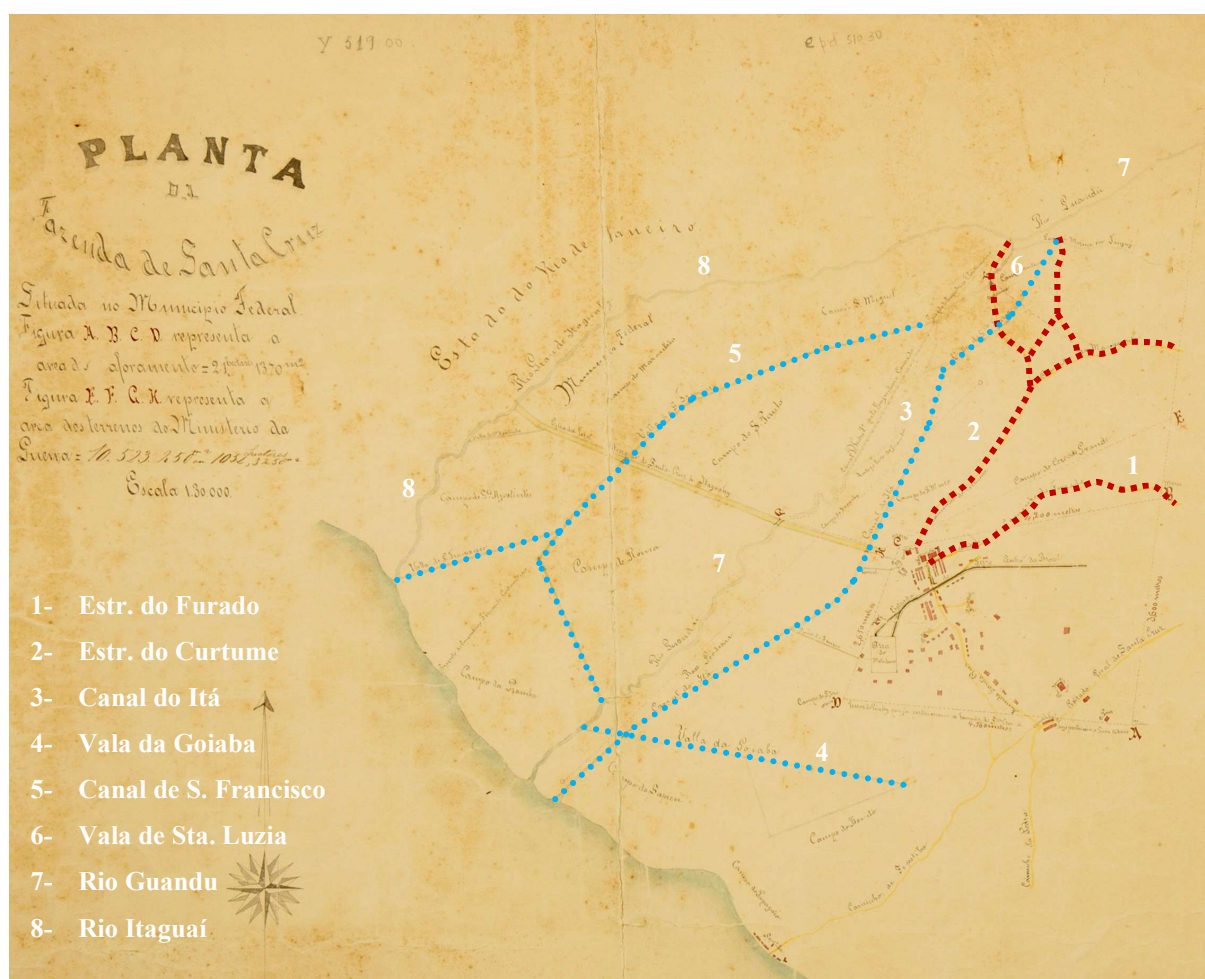
Fonte: AHU_CARTm_017, D. 1145. Adaptada pela autora (2017).

O denominado Caminho Velho da cidade do Rio de Janeiro, segundo Antonil (2001, p. 285), saía de Parati, passava por Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, até atingir as roças de Garcia Rodrigues e delas ir até ao Ribeirão. Dele até o rio das Velhas se contavam mais oito dias de viagem. Em Guaratinguetá, como informa Morales de los Rios (2000, p. 121), havia uma bifurcação em direção a Minas, pela garganta do Embaú, da serra da Mantiqueira, que nada mais era que uma antiga trilha dos Goitacases. Por meio do Caminho Velho se fazia todo o transporte do ouro nos primeiros tempos, até ser iniciada a construção do Caminho Novo de Garcia Rodrigues, em 1698. O Caminho Novo, que visava facilitar o transporte do ouro para o seu porto de embarque no Rio de Janeiro, cortava a Sesmaria inaciana de Iguaçú, de São Cristóvão, passando por Inhaúma, Irajá, Meriti e Iguaçú Velho, até atingir Barbacena, de onde partia a ligação com o arraial do Rio das Mortes, Cataguases, Congonhas do Campo e Vila Rica de Ouro Preto.

O Caminho Novo de Garcia Rodrigues, por ser despovoado e desprovido de ranchos e vendas que amparassem os tropeiros e os viajantes, só foi efetivamente usado a partir de 1710, quando ordens do Conselho Ultramarino fixaram que toda a comunicação da região

mineradora fosse feita exclusivamente pelo porto do Rio de Janeiro. Apesar das imposições da metrópole, o Caminho Velho que passava por Santa Cruz nunca foi totalmente desativado. O ouro paulista de jazidas mais próximas da Mantiqueira, continuou, em caráter excepcional, a ser transportado por esse caminho até o “Porto da Pesqueira”³³⁹ (DIÁRIO da jornada, 1717, in Revista do SPHAN, 1939, p. 296), e dele para o Rio de Janeiro.

Figura 81 – Planta da Fazenda Santa Cruz, situada no Município Federal [1891].



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro. Localização: 15.04.0055. Adaptada pela autora (2017).

Em 1719, na tentativa de controlar mais efetivamente o contrabando, foi dada ordem régia para que fossem instaladas casas de fundição dentro do território das Gerais, o que de certa forma contribuiu para que o Caminho Velho voltasse a ser usado mais frequentemente, embora sob rígido controle dos registros. (TELLES, 1994, p. 107).

³³⁹ A já citada ilha da Pescaria (indicação 15 da Figura 77), pertencente à Fazenda inaciana de Santa Cruz, ficava localizada em frente ao porto de Sepetiba, do qual partia uma ligação por terra com o Caminho dos Padres.

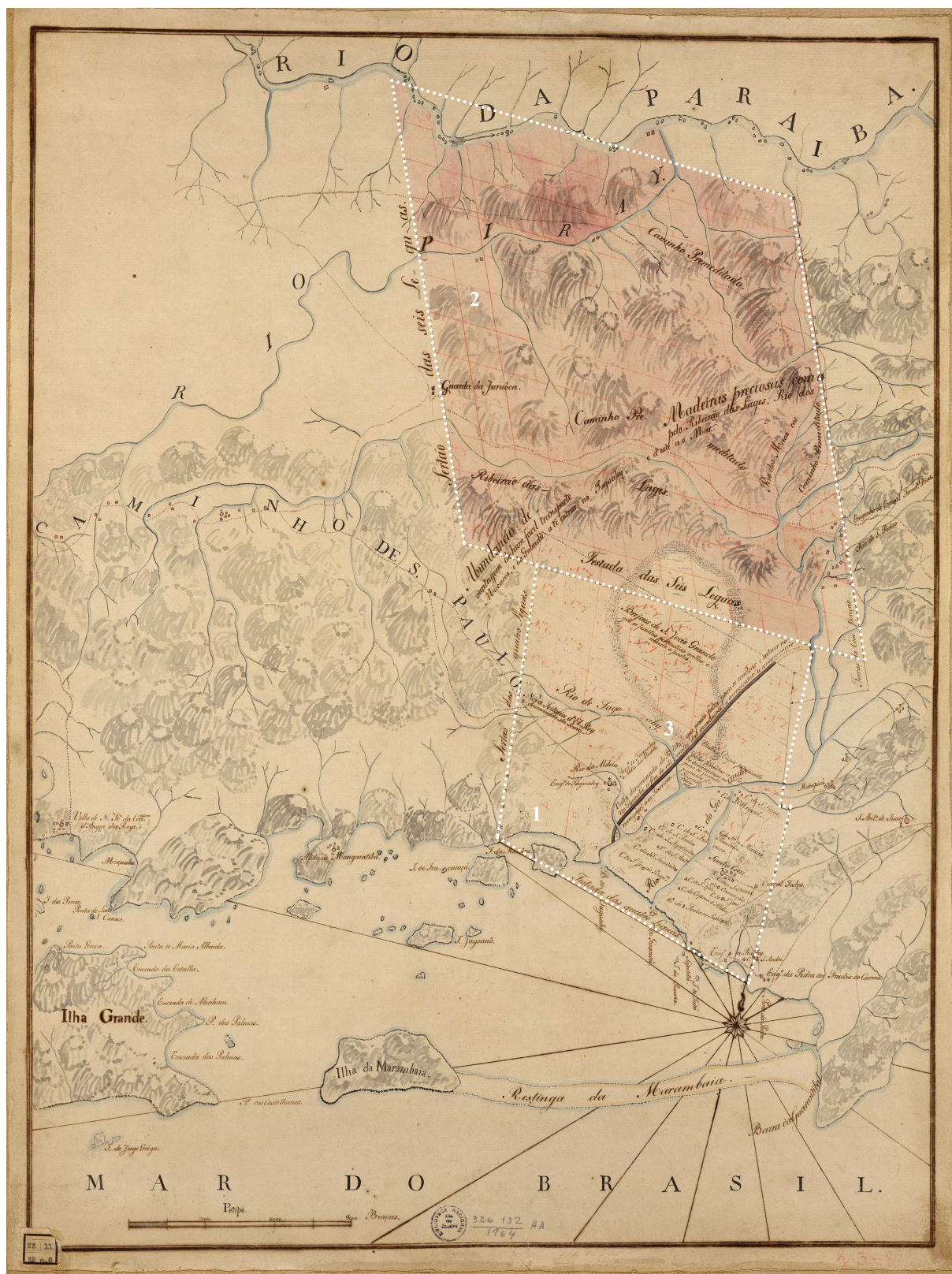
Incluída, portanto, desde finais do século XVII no roteiro das Minas Gerais, a Fazenda de Santa Cruz teve seu território diametralmente cortado pelo Caminho Novo da Piedade, que promovia a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, cuja a construção foi anteriormente discutida. Iniciada em 1725, ante os muitos conflitos ocasionado pela resistência de inacianos e alguns proprietários de terras nas quais passava o caminho, essa estrada só foi concluída 29 anos depois, em 1754.

Pouco antes da expulsão dos padres, conforme salienta Telles (1994, p. 109-111), a grandiosa Fazenda de Santa Cruz encontrava-se dividida em dois grandes blocos, desiguais em suas dimensões e diferentes em sua qualidade (Figura 82). O primeiro e mais antigo (indicação 1 da Figura 82) era formado por uma grande planície e por uma parte elevada que ia até o alto da serra Geral, compreendendo toda a faixa litorânea da propriedade. Esse espaço foi totalmente ocupado e exaustivamente trabalhado pelos padres, por seus índios aldeados e pelos muitos escravos da fazenda. Em especial no trecho ocupado pelas valas e canais, que ainda estavam sendo abertos pelos padres em 1759. Uma dessas obras, denominada Vala do Piloto (indicação 3 da Figura 82), tinha o objetivo de transformar em pastagens os antigos brejos de São João Grande e São João Pequeno. Ficou, porém, inacabada em consequência da expulsão. Além dos canais e valas, estavam situados nesse bloco o Curral Falso e todos os demais currais; o conjunto da sede, formado por igreja, residência, hospital, senzalas, oficinas, entre outros; o estaleiro da Piracema; as terras arrendadas; as muitas estradas internas e o Caminhos dos Padres. Em 1819, os viajantes prussianos de passagem pela cidade informavam que não faltava vida e movimento a já denominada Estrada Real de Santa Cruz, “pois gêneros do interior estão sempre a chegar por ela, rumo à capital (LEITHOLD; RANGO, 1966, p. 51).

A oeste dessa primitiva sesmaria localizavam-se o aldeamento de Itaguaí e o antigo núcleo de Itinga, para os quais se estendia o conflituoso Caminho Novo da Piedade, que partia da localidade que lhe cedeu o nome (atual Lorena) e atravessava as terras inacianas, passando por Rio Claro, São João Marcos, Itaguaí e Santa Cruz em direção ao Rio de Janeiro.

O segundo bloco (indicação 2 da Figura 82), bastante maior que o primeiro, expandia-se até o rio Paraíba do Sul, e era um sertão pouco conhecido, penetrado por meio de raras picadas abertas em suas densas matas, que forneciam as madeiras beneficiadas na chamada oficina da serra. Aproveitada nos delicados trabalhos de marcenaria, como também na parte de carpintaria pesada de Santa Cruz, parte dessa madeira era encaminhada também às construções do Rio de Janeiro. Esse segundo quadro era, portanto, uma reserva. Um espaço para grandes possibilidades econômicas futuras.

Figura 82 – [Mapa da Fazenda de Santa Cruz]. [S.l.: s.n.], [17-].



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326132/cart326132.html.
 Acessado em: 20 de nov. de 2014. Adaptada pela autora (2017).

As formas que o espaço físico e os caminhos adquiriram em Santa Cruz e nos demais núcleos inacianos do Rio de Janeiro e Espírito Santo foram, portanto, resultantes de um princípio de autoridade inaciana exercida sobre índios e negros – e em certa medida, sobre a Coroa, quando a esta era conveniente –, mas uma autoridade que admitia uma imaginação operante, permitida graças à experiência empírica proporcionada pelos diferentes contextos de negociações que constantemente se alteravam no domínio colonial.

4.2.3 Afinal, existiu realmente uma rede de aldeamentos?

O panorama até aqui traçado procurou demonstrar que a construção e o funcionamento dos aldeamentos interessavam aos diferentes grupos sociais na colônia, embora assumindo para cada um deles funções e significados muito diversos. Em teoria, deveriam servir a todos, e de modo especial à Coroa portuguesa. A prática, porém, se mostrou bastante diferente, visto que a efetivação das pretensões de uns, esbarravam, por muitas vezes bruscamente, nas vontades dos outros, o que acabava conduzindo o seu desfecho, quase sempre, ao jogos de negociações, disputas, barganhas, revoltas, comuns ao universo colonial. Nesses jogos, os índios, apesar de sua posição subalterna, assumiam uma importância extrema, pois o projeto de colonização que se pretendia construir no Brasil dependia fundamentalmente da sua colaboração e aliança, isso porque, além do precioso conhecimento da terra, eram uma massa infinitamente superior a qualquer outro grupo social no Brasil dos primeiros tempos. Assim, a política colonial para esses “índios de pazes”, “índios dos aldeamentos” ou “índios amigos”, como bem coloca Perrone-Moisés (1992, p. 118), atentou sempre para o seguinte itinerário ideal:

[...] em primeiro lugar, devem ser “descidos”, isto é, trazidos de suas aldeias no interior (“sertão”) para junto das povoações portuguesas: lá devem ser catequizados e civilizados, de modo a tornarem-se “vassalos úteis”, como dirão documentos do século XVIII. Deles dependerá o sustento dos moradores, tanto no trabalho das roças, produzindo gêneros de primeira necessidade, quanto no trabalho nas plantações dos colonizadores. Serão eles os elementos principais de novos descimentos, tanto pelos conhecimentos que possuem da terra e da língua quanto pelo exemplo que podem dar. Serão eles, também, os principais defensores da colônia, constituindo o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra inimigos tanto indígenas quanto europeus. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

Os descimentos eram, assim, atividade essencial, para a qual a colaboração dos “índios amigos” era uma questão fundamental. Visando a necessária transformação dos gentios em

“vassalos úteis” e força de trabalho, tanto a Coroa como os inácianos assumiram objetivos ambivalentes para a integração desses índios descidos. Tal ambivalência refletiu-se na legislação indigenista, que procurou resolver o dilema entre a necessidade das alianças e do trabalho dos índios, propondo uma diferenciação irreduzível entre os “índios amigos” e o “gentio bravo”. Segundo Perrone-Moisés (1992, p. 117), essa diferenciação corresponde a um corte na legislação e política indigenistas que, encaradas sob esse prisma, já não aparecem como contraditórias e oscilantes, como tradicionalmente ocorre quando são tomadas em conjunto, e sim duas, com oscilações menos fundamentais. Nesse sentido, pode-se seguir uma linha política que se aplica aos índios aldeados e aliados e uma outra, relativa aos inimigos, cujos princípios se mantêm ao longo de toda colonização. Aos índios aldeados e aliados, é garantida a liberdade. Desde o início foi estabelecido, que, livres, eram senhores de suas terras nos aldeamentos, e passíveis de serem requisitados para trabalharem para os moradores mediante pagamento de salário. Aos inimigos era destinada a escravidão, impostas, *grosso modo*, por meio das guerras justas e das expedições de resgate.

Se não se alteram os princípios básicos, vão-se modificando, por outro lado, as políticas efetivas destinadas à manutenção dos índios no que dizia respeito, por exemplo, a quem administraria os aldeamentos, as formas como seriam regulamentados o trabalho indígena e os salários, e a como seria administrada a justiça no interior desses núcleos. Essas leis definiam-se no cotidiano das relações entre os diversos agentes sociais e, conforme os contextos, iam se modificando e regulamentando o que já se praticava em larga escala, conforme os “usos e costumes da terra”, como salienta Almeida (2013, p. 116).

Como forma de resguardar e assegurar a continuidade do projeto dos aldeamentos, os jesuítas, em especial o Pe. Antônio Vieira, exerceram não apenas uma grande influência na elaboração dessas leis, como em todas as esferas da vida e do trabalho no mundo português, como salienta Boxer (2001, p. 331).

“A ponta de uma pena de um jesuíta é mais temível do que a ponta da espada de um árabe”, dizia um provérbio da Índia portuguesa no final do século XVII. Os jesuítas eram frequentemente confesores dos governadores e de outros funcionários superiores, que, por vezes, lhes pediam também conselhos acerca de assuntos terrenos. (BOXER, 2001, p. 331).

No contexto brasileiro, como visto, essa influência, no entanto, variava conforme a região, a época, os contextos, a maior ou menor necessidade do serviço dos índios e a dinâmica proveniente das relações de alianças e conflitos entre os grupos. Mas é inegável que, além do poder político que sempre conservaram, com posições privilegiadas em Coimbra e

Évora, os jesuítas ainda detinham praticamente³⁴⁰ todo o monopólio da educação superior, por meio da rede de colégios³⁴¹ que haviam fundado em Portugal e no seu Império, literalmente desde o Maranhão até Macau. Colégios frequentados pelos filhos da aristocracia e nobreza locais, bem como pelos das classes médias, “ou até por vezes pelos das classes trabalhadoras, que se mostravam ansiosas para que os seus filhos tivessem a melhor educação possível” (BOXER, 2001, p. 332). Depositários de um conhecimento profundo dos ramos da matemática, da geometria aplicada, da engenharia, da arquitetura, da agrimensura, da náutica, da cosmografia, e de muitos outros campos do saber, os padres brasileiros não apenas cumpriam as exigências pedagógicas que lhes eram exigidas pela própria Ordem, mas, sobretudo, as alinhavavam aos ensinamentos da Coroa portuguesa.

No plano da colônia brasileira, o governo geral, conforme citado, deu início à política dos aldeamentos religiosos, nos quais os índios aliados pudessem se tornar os súditos cristãos pretendidos pela Coroa e pela Companhia. Como garantia do sucesso do projeto dos aldeamentos e da missão inaciana de forma geral, os jesuítas procuram desde muito cedo acompanhar todos os movimentos de incursão no território, e estabelecer-se em diferentes centros estratégicos. Segundo Castelnau-l’Estoile e Zeron (1999, p. 344), por meio do documento jesuíta *Algumas advertencias para a província do Brasil* (BNCR, Ges. 1255.38), largamente discutido anteriormente, é possível afirmar que os inacianos pretendiam a construção e a complementação de uma rede de aldeamentos dispostos como uma tela na costa atlântica, à maneira da estratégia portuguesa de ocupação do Brasil quase um século antes, ou seja, vários centros (os colégios) rodeados de pontos secundários de apoio (casas, aldeamentos e fazendas). Isso porque, entre outras indicações claras, o texto apresentava as condições geopolíticas da colônia para analisar os lugares onde os jesuítas poderiam se estabelecer. O autor anônimo das *Advertencias* sugere, ainda, que o aldeamento, pela sua flexibilidade, representava a única forma que poderia se adaptar a esta frágil expansão, na qual a presença europeia era ainda muito fraca.

Colocando o aldeamento na base da política colonial portuguesa, não apenas a vocação missionária da província jesuíta era reafirmada, como o empreendimento missionário era exposto em sua dupla dimensão econômico-política, com o compromisso na produção de frutos materiais e também na produção espiritual, para assegurar a conversão dos Índios, a

³⁴⁰ Segundo Boxer (2001, p. 333), as ordens mendicantes tinham também colégios e escolas onde era ministrada uma instrução semelhante. Estas instituições, porém, não eram, na maioria dos casos, nem tão numerosas e nem tão eficientemente dirigidas como as dos jesuítas. As suas bibliotecas eram também, geralmente, menos notáveis.

³⁴¹ Em todos os colégios o ensino era baseado, como já exposto, no manual pedagógico jesuíta da *Ratio Studiorum*. Finalizado no ano de 1599, manteve-se sem alterações essenciais até o século da expulsão.

salvação do missionário e a glória da missão. Os aldeamentos eram, portanto, a estrutura determinante da presença e da ação inaciana na província brasileira, da qual o colégio era a cabeça e as unidades produtoras o suporte material necessário à manutenção da malha inaciana tecida na América portuguesa.

Reconhecendo que o texto das *Advertencias* aponta certamente para uma prática programada de estabelecimento de núcleos de norte a sul do território colonial, assim como sugerido na carta de Anchieta de 1581 (ARSI, BRAS 15, p. 328), ou no que foi proposto por Vieira para o caso da missão do Maranhão, em 1658 (LEITE, 1940, p. 266), acredito que, juntamente com o esforço inaciano, muitos outros fatores interferiam no que seria afinal efetivamente concretizado.

Se a construção das cabeças da rede inaciana que eram os colégios seguia indicações precisas que vinham diretamente de Roma, a possibilidade de cumpri-las na América portuguesa dependia sobremaneira da Coroa, visto que fundamentalmente a seu cargo ficava todo o custeio desses colégios. O jogo entre autonomia e dependência dos colégios e demais casas jesuítas frente à Coroa era, conforme salienta Fernandes (2001, p. 124), um referendo da convergência (ou não) dos interesses das duas instituições. Para a efetivação do ideal missionário, integrando a alteridade das novas terras, o Estado português era um aliado precioso e necessário. O próprio Manuel da Nóbrega, contrário à dependência, empenhava-se em solicitar auxílio régio. Porém, como as garantias de financiamento eram instáveis, Nóbrega foi o primeiro a advogar pela concessão de terras e bens de forma a garantir a produção de recursos adicionais que viabilizassem a expansão da missão. Novamente a Coroa concorda com concessões que iam desde sesmarias, gado, escravos, à isenção de tributos, pois enquanto a cristianização servisse como *meio* ao projeto real de colonização, as solicitações e prerrogativas autonomistas da Companhia seriam bem recebidas e atendidas.

Nesse projeto de colonização, como visto, o aldeamento era comumente demarcado e constituído pelos padres da Companhia, que se responsabilizam por sua ocupação e controle. Entretanto, tanto a escolha do sítio como sua administração subordinam-se e articulam-se também à Coroa portuguesa. As sesmarias eram concedidas por El-Rei, que tanto poderia aceitar como negar as pretensões inacianas, bem como tinha o poder de interferir na manutenção ou nas possíveis alterações de sítio desses aldeamentos.

As funções políticas e administrativas assumidas pela Capitania do Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade que seria a cabeça de rede da colonização da banda sul, muito provavelmente contribuíram para o predomínio dessa autoridade régia sobre a autonomia municipal. As autoridades do Rio de Janeiro, portanto, mais preocupadas em resguardar a

política dos aldeamentos, foram, *grosso modo*, favoráveis aos padres da Companhia e a manutenção de sua missão na região. Apesar de manterem relativamente seu prestígio e certo poder sempre conservados, as ações dos inacianos na cabeça da banda sul foram sensivelmente mais controladas e em alguns núcleos teve seu poder de barganha bastante reduzido. São Lourenço, por exemplo, ponto nevrálgico de defesa da Baía de Guanabara e, conseqüentemente, da capitania, não apenas teve sua localização definida pelas autoridades coloniais, como foi negada por El-Rei a pretensão dos padres em promoverem uma alteração de sítio. Tal controle que não ocorria com tanta frequência no Espírito Santo, capitania com número sempre elevado de índios e na qual a donataria portuguesa sofreu muitos percalços.

No que se refere aos índios, a quem a esses núcleos se destinavam, há indícios suficientes para se afirmar que a colaboração prestada por eles junto aos colonizadores não se resumia absolutamente à submissão passiva ao novo contexto que lhes era imposto. Muito diferente dessa consagrada visão de letargia, os índios desde os primeiros tempos contaram com possibilidades de manobras, sempre conferidas especialmente às principais lideranças. Alguns povos indígenas se aldearam de forma relativamente pacífica. Muitos documentos, os quais alguns estão relacionados nesse trabalho, dão conta que muitos chefes vieram às autoridades coloniais pedir o descimento e aldeamento de sua gente. Os índios do Gato, por exemplo, aldearam-se no Espírito Santo por vontade própria, com o fim de fugirem do contexto desfavorável que viviam no Rio de Janeiro. Outros, sem abandonarem seus territórios ou se aldearem, uniram-se aos portugueses ou a seus inimigos europeus em suas guerras; firmaram posteriores alianças e tornando-se também nações aliadas, como foi o caso de tamoios e goitacases. Outros ainda, resistiram a todo e qualquer tipo de relação com os colonizadores, se mantendo selvagens ao longo dos séculos de colonização, como ocorreu aos botocudos do Espírito Santo.

Difícil pensar que Araribóia, após exercer um papel essencial na guerra de conquista, concordou em ficar com sua gente no Rio de Janeiro, com o único objetivo de ficar à disposição das autoridades num aldeamento criado somente para satisfazer às necessidades dos colonizadores. Por meio dos muitos casos relatados, é impossível afirmar que a efetivação dos núcleos administrados pela Companhia foram fruto apenas da vontade inaciana ou de deliberações do Estado português. Muito ao contrário de imposto, como certamente ocorreu com Araribóia, o projeto de aldeamento no Espírito Santo, muito pela importância do chefe Maracajaguaçu, foi construído a partir de negociações que orientaram não apenas a forma de tutela sob a qual os índios do Gato viveriam a partir de então, bem como a própria localização do aldeamento foi definida em função do que solicitavam esses índios. Outro exemplo é o

aldeamento de São Barnabé, que foi criado exclusivamente para atender a vontade dos próprios índios, visto a solicitação das lideranças de São Lourenço, dentre as quais estava Araribóia, para que novas terras fossem concedidas aos seus parentes que queriam descer do sertão.

No que se refere ao cotidiano desses núcleos, ficou registrado a permanência de referências e práticas nativas nos aldeamentos, que se perpetuaram até o século XIX, apesar dos esforços dos padres irem em sentido contrário. O poder de negociação dos mesmos índios, ministrado por suas lideranças, foi também sempre muito relevante em todos os aldeamentos citados. Fundado no início do século XVII com o objetivo de apaziguar a região, fazer frente aos inimigos estrangeiros e fornecer mão de obra aos colonos que se estabeleceriam na cidade fundada, São Pedro de Cabo Frio, por exemplo, aldeamento sempre muito populoso, apresentou ao longo dos séculos de atuação dos padres, e mesmo após a expulsão, forte poder de barganha junto às autoridades. Os índios desse aldeamento tiveram ganhos consideráveis em detrimento dos interesses dos moradores da região. A eles foram concedidas terras para a formação de outro aldeamento que nunca chegou de fato a existir. Apesar disso, essas terras nunca foram confiscadas, mesmo que continuamente denunciadas pelos colonos. Muitos desses índios, ao invés de prestarem serviços aos moradores locais, como era suposto, se dirigiam ao Rio de Janeiro, onde recebiam melhores salários (ALMEIDA, 2013, p. 133). Os mesmos índios gozavam ainda de altos níveis de tolerância. Após violento ataque contra moradores e beneditinos, no qual “mataram seus escravos, talaram seus campos, arrasaram suas fábricas, [...] e atearam fogo às casas e á igreja” (SILVA, 1854, p. 212), foram grandes as queixas contra padres e índios, até que em 1677 foram levadas representações enérgicas do senado da Câmara do Rio de Janeiro ao reino, solicitando que os índios aldeados fossem tirados da administração da Companhia. “O que não foi atendido, nem era de esperar pelo poder que dispunham os jesuítas na côrte de Lisboa” (Ibid., p. 212). Certamente, não apenas o poder inaciano interferiu no caso, como salienta Almeida (2013, p. 134). Tamanha tolerância pode ser explicada pela extrema necessidade dos serviços dos índios de São Pedro, que eram “os mais fieis vassallos que o dito Senhor tem nesta costa e dignos de todo o favor que o dito Senhor lhes quizer fazer, porque defendem toda esta marinha [...], ainda coando os mesmos moradores sem acudirem a rebates fugião para os mattos” (AHU_CU_017, Cx. 18, D. 2038).

Pode-se questionar o quanto os inacianos influenciavam seus índios aldeados para a realização de ações que em certa medida os beneficiavam, mas a documentação, em especial as cartas que tratam dos conflitos, é farta em exemplos que reforçam que os índios não agiam

somente de maneira a agradar e favorecer aos padres. No caso específico de São Pedro, há ainda outros indícios que reforçam essa vontade indígena, bastante diversa do que pretendia a Companhia. Em 1683, o Pe. Lourenço Correa, superior do aldeamento, informava que não os podia “fazer capazes do que V.M. quer” (AHU_CU_017, Cx. 5, D. 486). Já a carta de 1717, salienta “he certo que em Cabo Frio ha huma das mayores aldeas de indios que tem a Companhia e que sendo muy difficeis de se congregarem os taes indios não são faceis de se diminuir em estando já congregados e unidos entre si” (AHU_CU_017, Cx. 13, D. 1407).

Por tudo o que foi exposto aqui e no decorrer desse trabalho, não se pode afirmar que os aldeamentos tenham sido construídos sem a participação dos próprios índios aos quais se destinavam. Eram, portanto, núcleos complexos, cuja formação não apenas dependia do que pretendia a missão inaciana e o projeto de colonização do Estado português, mas das vontades e expectativas dos próprios índios, verdadeiros mantenedores de toda a estrutura colonial.

Seguindo, assim, o movimento colonial estabelecido sobre as complexas relações estabelecidas entre os mais diversos agentes sociais, ora favorendo padres, ora favorecendo índios, mas sempre em acordo com o projeto colonizador da Coroa portuguesa, as práticas missionárias se sustentavam por estabelecimentos que mantinham pontos de conexão entre eles, capacitando-os a investir, conforme os contextos, no alargamento de seu campo de intervenção. O que se materializava, por exemplo, em iniciativas como a formação dos polos produtores para a manutenção dos colégios e da estrutura como um todo. Os núcleos inacianos estavam conectados uns aos outros por meio de um mesmo princípio e pelos mesmos laços de manutenção: a salvação do gentio, assim como a colonização de modo geral, eram a garantia da sobrevivência da província inaciana na América portuguesa. E para o sucesso da missão, para a maior glória de Deus e para o bem do Estado português, uma complexa estrutura de suporte, formada pelos caminhos, trilhas, canais e demais obras de infraestrutura necessárias, foi sendo progressivamente montada e permitindo que a rede da Companhia de Jesus se firmasse no universo colonial, formando não apenas uma estrutura autônoma, própria da Companhia e do atendimento de suas necessidades, mas consentindo que outros fluxos necessários à colonização se sobrepusessem e fizessem uso dessa mesma estrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] trabalhamos por dar princípio a casas, que fiquem para enquanto o mundo durar.³⁴²

(NÓBREGA, 1988, p. 137).



³⁴² Correspondência do Pe. Manoel da Nóbrega ao Pe. Mestre Simão, de 1552.

Acredito que, de algum modo, em cada um dos capítulos deste trabalho tenham sido já apresentadas as principais conclusões a respeito da estrutura inaciana construída na Província do Brasil, em especial ao que se refere especificamente ao Rio de Janeiro e Espírito Santo. Uma estrutura ajustada aos moldes disciplinares do militar que um dia foi Santo Inácio, que contava com um corpo de missionários rigidamente organizado e apto a alcançar as vitórias necessárias no contexto de negociações, barganhas e disputas que o universo colonial exigia. Uma estrutura montada por mestres que concentravam o monopólio do saber, o domínio das técnicas e tecnologias mais avançadas, o poder e a influência necessários para a efetivação de seus intentos. Uma estrutura não apenas dependente do “esquadrão” que foi a Companhia de Jesus, mas concretizada sob o pretensioso e sempre vigilante olhar da Coroa portuguesa e graças ao suor, vontades e expectativas da grande massa indígena que realmente viabilizou o projeto de colonização.

As muitas evidências empíricas analisadas ao longo deste trabalho indicam uma tentativa, nem sempre vitoriosa, de ordenação do espaço por parte dos padres da Companhia. Ordenação que ia desde os núcleos que poderiam vir a ser fundados, à formação de uma malha terrestre e fluvio-marítima possibilitada pela abertura de caminhos – aproveitados, em grande medida, de antigas trilhas indígenas–, pela construção de canais, pontes e demais obras necessárias ao beneficiamento das terras coloniais.

A rede pretendida pela Companhia não foi, de forma alguma, cerrada, visto que sempre permitiu complementações e decréscimos, ajustados aos contextos, ao que pretendia a Coroa portuguesa, às deliberações do centro romano e ao que era realmente passível de concretização na complexa vinha do Brasil. Muito ainda do que os inacianos tencionavam foi impossibilitado pela vontade indígena, que muitas vezes obrigou que fossem elaboradas novas estratégias, que envolviam, por exemplo, o deslocamento de núcleos que estavam se formando ou que já estavam plenamente consolidados.

Apesar das muitas interferências, que prestaram sensíveis colaborações ao que foi efetivado, é inegável a presença da rede estabelecida entre os núcleos inacianos. Uma rede que possibilita, na verdade, diferentes leituras, que permanecem unidas, porém, pelo mesmo princípio. Havia a rede regional, que interligava a cabeça que era o colégio aos aldeamentos e fazendas. Essa rede, no caso específico deste estudo, abarcou por um longo período de tempo não apenas uma unidade administrativa portuguesa, mas diferentes capitânias. O Rio de Janeiro, cabeça de rede da banda sul no plano de colonização da Coroa, como visto, assumiu também para a Companhia a função de célula *mater* regional, papel já exercido pela Bahia e por Pernambuco, o que permitiu a criação de uma rede supra regional, que interligava os

principais centros de ação da Companhia a norte e a sul da Província do Brasil. O Real Colégio teve, assim, como anexos dele dependentes as casas do Espírito Santo, de São Vicente, de Santos e de Piratininga. No Espírito Santo, a formação dos polos produtores da Companhia, premissa para a independência administrativa, ocorreu em meados do século XVII, o que não apenas garantiu o novo *status* de colégio à casa de Santiago, como permitiu o incremento da rede, que passou a interligar as fazendas, que iam sendo formadas, ao colégio e aos aldeamentos, como já ocorria no Rio desde o século XVI. Não obstante, a ligação com o Real Colégio do Rio de Janeiro permaneceu ainda muito forte, e se estendeu, acredito, até a expulsão. Havia ainda uma rede internacional, visto os laços de irmandade firmados entre os colégios das diferentes províncias inicianas. Essa rede não apenas permitia a troca de produtos (açúcar, escravos, artigos do reino, entre outros), mas o efetivo controle das dívidas que cada cabeça de estrutura assumia.

Além da discussão de questões relativas à rede de aldeamentos da Companhia, a pesquisa contribuiu, acredito, para a releitura de noções já há muito consagradas, tanto em relação à Coroa portuguesa, como aos índios do Brasil. O urbanismo português, muito ao contrário de desordenado e generalizante, foi em todos os pontos do Império sempre controlado pelo Estado, por meio de um complexo sistema de funcionários régios, dentre os quais se destacava a Companhia de Jesus. A Coroa conseguiu conjugar a seu favor não apenas as competências inicianas que diziam respeito à conversão de bárbaros em vassallos úteis, mas soube empregar muito bem o monopólio do saber concentrado pela Ordem, desde a famosa *Aula da Esfera* e papéis essenciais desenvolvidos pelas universidades de Coimbra e Évora, às muitas habilidades dos padres com náutica, cosmografia, construção, beneficiamento e tecnologias avançadas. Apesar de reforçar constantemente o relevante papel da Companhia numa colônia que precisava dos índios para progredir, concedendo ao longo dos séculos favorecimentos diversos, a Coroa fincou pé em questões que jugava essenciais para o progresso e segurança da terra e soube lhes cobrar o compromisso quando deixaram de atender aos “serviços” coloniais como se pretendia.

Quanto aos índios, é necessário ultrapassar os mesmos velhos estereótipos e reconhecer sua condição de atores da colonização. Sem esquecer, no entanto, que ocupando uma posição subalterna, a força aplicada para a realização do projeto de colonial fazia a balança pender indiscutivelmente para o lado europeu. Os índios, no novo contexto colonial que lhes era imposto, aliaram-se e aldearam-se, *grosso modo*, em busca do mal menor. Seus interesses e objetivos, evidentemente, sofreram grande alteração com a situação de contato. A vivência nos aldeamentos, a meu ver, proporcionou não apenas aos índios, mas também aos

jesuítas, inclusões significativas em seus respectivos códigos culturais, alcançadas por meio de um processo lento, repleto de conflitos, negociações, avanços e recuos. Padres e índios, portanto, transformaram-se; os padres não necessariamente no que idealizavam os índios, e os índios de um modo bem diverso do que pretendiam os padres.

Com a intenção de homogeneizar e transformar, a Companhia forneceu aos índios o instrumento fundamental para se adaptarem ao novo mundo. Foram muitos os exemplos expostos ao longo deste trabalho da grande capacidade dos índios no aprendizado de práticas políticas e culturais, as quais se engajaram para que se fizesse cumprir o que a legislação lhes garantia. Foram também largos os exemplos da manutenção de práticas e referências nativas no cotidiano dos aldeamentos, toleradas, certamente, pela reconhecida importância do índio no processo de conquista e ocupação do território colonial. Fica claro, assim, que o projeto de aldeamento e a colonização, de forma geral, foram concretizados sob disputas e negociações que giravam à volta das expectativas da Coroa, dos missionários, das autoridades, dos colonos e dos próprios índios. O longo recorte temporal adotado na pesquisa demonstrou que os aldeamentos não foram estruturas efêmeras e passageiras. Bem ao contrário disso, mantiveram-se por três séculos, desempenhando funções diversas que atendiam à Coroa, aos padres e aos diferentes agentes sociais. Esses núcleos atualmente dão corpo às cidades distribuídas ao longo da costa, como foi exposto.

O trabalho se encerra, não resta dúvida, com muitas lacunas. O panorama traçado descortinou uma realidade ainda pouco conhecida do complexo processo de ocupação do território brasileiro. Acredito, porém, que o objetivo da pesquisa não seja esgotar um assunto, função impossível, a meu ver, mas abrir um vasto leque para futuros desdobramentos que tem ainda muito por revelar.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Manuscritas

Archivum Societatis Romanum IESU / Biblioteca da Brotéria (Lisboa, Portugal)

ARSI, BRAS 2, p. 139.

Lo que se advierte al Pe Ignatio de Azevedo sobre su particular visita dela Provincia del Brasil.

ARSI, BRAS 2, p. 146.

CONFIRMACION que de Roma se embio a la Pr^a del Brasil de algunas cosas que el P^e Christovan de Gouvea Visitador ordeno en ella el año de 1586.

ARSI, BRAS 2, p. 148-150.

O que pareceo ao Pe. Visitador Christovão de Gouvea ordenar na visita deste Collegio da Baya. 1^o de janeiro de 1589. Veo confirmado pelo Pe. Geral.

ARSI, BRAS 3-1, p. 90-90v.

COPIA de via de um hermano del Brasil para los hermanos de Portugal de San Vicente a diez de março de 1553.

ARSI, BRAS 3-1, p. 109-110.

CARTA do Pe. Brás Lourenço, escrita no Espírito Santo. 26 de março de 1554.

ARSI, BRAS 3-1, p. 137-137v.

CARTA do Pe. Luiz da Grã, escrita no Espírito Santo. 24 de abril de 1555.

ARSI, BRAS 3-1, p. 161-162.

CARTA do Pe. Antônio da Rocha, do Espírito Santo. 26 de junho de 1569.

ARSI, BRAS 3-1, p. 163-164v.

CARTA do Pe. Luiz da Grã, escrita em São Vicente. 30 de julho de 1569.

ARSI, BRAS 3-1, p. 192-192v.

CARTA do Pe. Pero Rodrigues, escrita do Colégio da Bahia. 7 de setembro de 1600.

ARSI, BRAS 3-1, p. 193.

CÓPIA de carta do Pe. Pero Rodrigues, escrita do Colégio da Bahia. 1600.

ARSI, BRAS 3-1, p. 201, 201v.

CARTAS transcritas pelo Pe. Antônio de Matos, 1619.

ARSI, BRAS 3-1, p. 216-217.

CARTA do Pe. Antônio Forti ao Pe. Mucio Vitelleschi, Geral da Companhia em Roma. 2 de janeiro de 1643.

ARSI, BRAS 3-1, p. 218-219.

CARTA do Pe. Antônio Forti ao Pe. Mucio Vitelleschi, Geral da Companhia em Roma. 6 de fevereiro de 1643.

ARSI, BRAS 3-1, p. 225-225v.

CARTA escrita do Rio de Janeiro. 20 de junho de 1643.

ARSI, BRAS 3-1, p. 248-249.

CARTA de Simão de Vasconcelos escrita do Rio de Janeiro ao Padre Geral da Companhia. 5 de julho de 1646.

ARSI, BRAS 3-1, p. 250-250a.

CARTA do Pe. Francisco Carneiro escrita da Bahia. 23 de setembro de 1646.

ARSI, BRAS 3-1, p. 256-257.

PROPOSTA do Pe. Francisco de Moraes ao Pe. Simão de Vasconcelos, Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, para o abandono dos aldeamentos. 25 de julho de 1646.

ARSI, BRAS 3-1, p. 262-263v.

CARTA do Pe. Simão de Vasconcelos. 7 de maio de 1648.

ARSI, BRAS 3-1, p. 268-268v.

CARTA do Pe. Salvador do Vale, escrita do aldeamento de São Pedro. 12 de setembro de 1648.

ARSI, BRAS 3-1, p. 285-285v.

CARTA do Pe. Antônio Forti ao Pe. Mucio Vitelleschi, Geral da Companhia em Roma. Colégio do Rio de Janeiro. 6 de agosto de 1655.

ARSI, BRAS 3-2, p. 270-271v.

CARTA ânua de 1689.

ARSI, BRAS 4, p. 216-217v.

CARTA do Pe. Manuel Dias, escrita do Real Colégio do Rio de Janeiro. 22 de setembro de 1722.

ARSI, BRAS 4, p. 227-227v.

CARTA dos padres João Pereira, João Matheus Faletto, Manuel Leão e Thomás Aquino, escrita do colégio da Capitania do Espírito Santo. 15 de junho de 1722.

ARSI, BRAS 4, p. 278-279v.

CARTA do Pe. Ludovico Carvalho, escrita do Real Colégio do Rio de Janeiro. 18 de outubro de 1724.

ARSI, BRAS 4, p. 355-355v.

DOCUMENTO de 16 de agosto de 1707 que informa sobre gastos com obras realizadas no Colégio do Rio de Janeiro.

ARSI, BRAS 5-1, p. 18-19v.

INFORMACION de los padres y Hermanos que ay de la Companhia de Jesus em el Brasil e sus ocupaciones, do visitador Pe. Cristóvão de Gouvêa para o Geral. 1584.

ARSI, BRAS 5-1, p. 122.

CATALOGO dos Padres e Irmãos do Collegio do Rio de Janeiro e suas Residências e Ocupações do ano de 1619.

ARSI, BRAS 5-2, p. 47v-48.

CATÁLOGO do Rio de Janeiro e suas residências. 1679.

ARSI, BRAS 5-2, p. 87-88.

CATÁLOGO do Rio de Janeiro e suas residências. 1692.

ARSI, BRAS 5-2, p. 140v-141v.

CATÁLOGO de 1694, parte referente ao colégio do Espírito Santo.

ARSI, BRAS 6, p. 27v-28.

CATÁLOGO de 1701, parte referente ao colégio do Rio de Janeiro.

ARSI, BRAS 6, p. 71v.

CATÁLOGO de 1715, parte referente ao colégio do Espírito Santo.

ARSI, BRAS 6, p.64- 64v.

CATÁLOGO de 1707, parte referente à casa do Espírito Santo.

ARSI, BRAS 6, p.127-127v.

CATÁLOGO de 1721, parte referente ao colégio do Rio de Janeiro.

ARSI, BRAS 6, 200v.

CATÁLOGO de 1734, parte referente ao colégio do Rio de Janeiro.

BRAS, ARSI 6, p. 278, 280-280v.

CATÁLOGO de 1739, parte referente ao colégio do Espírito Santo.

ARSI, BRAS 6, p. 306v.

CATÁLOGO de 1756, parte referente ao colégio do Espírito Santo.

ARSI, BRAS 6, p. 336-337.

CATÁLOGO de 1741, parte referente ao colégio do Rio de Janeiro.

ARSI, BRAS 6, p. 398v.

CATÁLOGO de 1757, parte referente ao Colégio de Santiago.

ARSI, BRAS 6, p. 437-438.

COLLEGIUM Fluminense. 1757.

ARSI, BRAS 6, p. 440.

COLLEGIUM Spiritus Sancti. 1757.

ARSI, BRAS 8-1, p. 10-11v.

INFORMAÇÃO das agoas e terras do Collegio do Rio de Janeiro, que dei para se fazerem ingenhos no anno de 1602. 30 de junho de 1602.

ARSI, BRAS 8-1, p. 49-50v.

CARTA ânuã do Pe. Fernão Cardim. 1604.

ARSI, BRAS 8-1, p. 99-101v.

CARTA do Pe. Jácome Monteiro ao Geral Aquaviva. 8 de setembro de 1610.

ARSI, BRAS 8-1, p. 169-174.

CARTA do Pe. Anrique Gomez, escrita da Bahia. 16 de junho de 1614.

ARSI, BRAS 8-1, p. 238-240v.

CARTA ânuã do Pe. Baltasar de Sequeira. 22 de março de 1620.

ARSI, BRAS 8-1, p. 254.

CARTA do Pe. António de Matos, escrita do Rio de Janeiro. 9 de janeiro de 1618.

ARSI, BRAS 8-2, p. 310-312v.

CARTA do colégio da Bahia. 1620.

ARSI, BRAS 8-2, p. 360-365v.

MISSÃO dos Mares Verdes, que fes o P. João Martins, e por seu companheiro o P. António Bellavia por ordem do P. Domingos Coelho Provincial na era de 1624.

ARSI, BRAS 8-2, p. 460-472v.

CARTA da missão que fizeram aos Patos. 1635.

ARSI, BRAS 8-2, p. 538.

CARTA ânuã de 1641-1644.

ARSI, BRAS 9, p. 65-67v.

MARANHUN. P. Antonius Vieira Visitator de missione relatio. 10 de setembro de 1658.

ARSI, BRAS 9, p. 186-191v.

VISITA que deixou o Padre Visitador Antão Gonçalves pertencente a toda a Província do Brasil. Do Collégio do Espírito Santo. 1666.

ARSI, BRAS 10-1, p. 218-222v.

CARTA ânuã do Brasil. 1720.

BRAS, ARSI 10-2, p. 326-328.

CARTA ânuã do Pe. Inácio de Souza. 1º de agosto de 1731.

ARSI, BRAS 10-2, p. 395v.

ANNUAE Litterae Provinciae Brasiliae. Página referente ao colégio do Espírito Santo. 1739-1740.

ARSI, BRAS 10-2, p. 415-415v.
CATÁLOGO de 1744, parte referente ao Colégio do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

ARSI, BRAS 10-2, p. 459-460.
BREVE raggua [?] gliò della missione fatta nel vescovato del Rio de Janeiro nel anno de 1756.

ARSI, BRAS 11, p. 12v.
ALVARÁS que se alcanzaron de sua alteza para los collegios e casas de la Comp^a de Jesus de las partes del Brazil. 1575.

ARSI, BRAS 11, p. 14.
ALVARÁS que se alcanzaron de sua alteza para los collegios e casas de la Comp^a de Jesus de las partes del Brazil. 1575.

ARSI, BRAS 11, p. 406-409v.
DONATIS terrarum Michelis de Moura farta Coll. Fluminensi. 8 de março de 1594.

ARSI, BRAS 11, p. 479-479v.
PROVISÃO de El-Rei D. Sebastião para que se fundasse colégio da Companhia na banda sul. 15 de janeiro de 1565.

ARSI, BRAS 11, p. 475-475v.
CERTIDÃO das terras da casa do Espírito Santo, 4 de maio de 1552.

ARSI, BRAS 11, p. 483-484v.
PROVISÃO definitiva de El-Rei D. Sebastião sobre a fundação de colégio nas partes do sul. 1568.

ARSI, BRAS 11, p. 499.
Historia da fundação do Collegio do Ryo de Janeiro.

ARSI, BRAS 15, p. 114.
COPIA doutro capilolo do mesmo Pe. de São Vicente do Brasil pera o padre Fr^{co} Anrriquez. 11 de junho de 1561.

ARSI, BRAS 15, P. 114-114v.
CAPITULO doutra do mesmo P.^e de São Vicente do Brasil pera o P.^e Fr^{co} Anrriquez. 12 de junho de 1561.

ARSI, BRAS 15, P. 114v.
COPIA doutro capitolo do mesmo P.^e de São Vicente do Brasil pera o padre Fr^{co} Anrriquez. 11 de junho de 1561.

ARSI, BRAS, 15, p. 200-200v.
CARTA de Luiz da Grã do Colégio de Jesus da Bahia. 15 de junho de 1571.

ARSI, BRAS 15, p. 203v.
CARTA do Pe. Gonçalo de Oliveira de 1570.

ARSI, BRAS 15, p. 284-286.

CARTA ânua do Pe. Inácio Tolosa, escrita de Pernambuco. 31 de agosto de 1576.

ARSI, BRAS 15, p. 330-330v.

CARTA de Dom Antonio Barreiros, bispo do Brasil, ao papa. 26 de março de 1582.

ARSI, BRAS 15, p. 231-232v.

CARTA do Pe. Antônio da Rocha, do Espírito Santo. 18 de junho de 1571.

ARSI, BRAS 15, p. 324-329.

CARTA ânua de janeiro de 1582, escrita na Bahia pelo Pe. José de Anchieta.

ARSI, BRAS 15, p. 435-437v.

CARTA do Pe. Pero Rodrigues, escrita na Bahia. 13 de junho de 1597.

ARSI, LUS 66, p. 259-259v.

CARTA do Pe. Vallareggino, escrita de Lisboa. 17 de setembro de 1571.

ARSI, LUS 69, p. 133-134v.

CARTA do P. Cristóvão de Gouvêa, escrita da Bahia ao Preposto Geral Claudio Aquaviva. 19 de agosto de 1585.

ARSI, LUS 69, p. 269-271.

CARTA do Pe. Jerônimo Cardoso, procurador das missões, escrita de Lisboa. 6 de setembro de 1586.

ARSI, LUS 72, p. 121-121v.

CARTA do Pe. Cristóvão de Gouvêa ao Geral Aquaviva. 15 de agosto de 1593.

ARSI, LUS. 72, p. 124-125.

CARTA do Pe. Leonardo Armínio ao Geral Aquaviva. 24 de agosto de 1593.

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa

AHU_CU_003, Cx. 16, D. 1472.

RESUMO geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América, como também dos rendimentos anuais dos mesmos colégios, nas capitanias do Pará, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Posterior a 1759.

AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530.

AUTO de Devassa feito pelo comissário do Santo Ofício e vigário colado da igreja de Nossa Senhora da Conceição da vila de Guarapari, Bispado do Rio de Janeiro, Antônio Esteves Ribeiro, ao procedimento, vida e costumes dos religiosos da Companhia de Jesus na comarca do Espírito Santo. Vila da Vitória, 28 de maio de 1761.

AHU_CU_007, Cx. 01, D. 26.

CERTIDÃO (treslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora da Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que os capitães Domingos de Azeredo Coutinho e seu irmão Antônio de Azeredo Coutinho e o Padre Luís de Siqueira da Companhia de Jesus foram ao sertão em descobrimento da serra das esmeraldas. Espírito Santo, 06 de outubro de 1646.

AHU_CU_007, Cx. 02, D. 130.

CARTA do Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao Rei [D. João V] a informar dos privilégios dos Religiosos Padres da Vila da Vitória na venda pública do aguardente, e da insenção dos foros das casas que fossem na marinha desta vila. Espírito Santo, 15 de maio de 1725.

AHU_CU_017, Cx. 1, D. 15.

CARTA do [fidalgo] Martim de Sá ao rei [D. Filipe II] sobre os acontecimentos ocorridos com uma nau holandesa que apresara uma galizabra portuguesa, [...], onde teve notícia de que o padre João Lobato da Companhia de Jesus foi a uma missão fazer as pazes entre o gentio goitacás, por ordem do governador-geral do Estado do Brasil, D. Luís de Sousa; que em companhia do capitão de Cabo Frio afastaram os inimigos junto à ilha de Santa Ana que iam buscar pau-brasil. Rio de Janeiro, 07 de abril de 1619.

AHU_CU_017, Cx. 2, D. 135.

CARTA do [governador nomeado para o Rio de Janeiro], Francisco de Soutomaior ao rei [D. João IV] sobre o estado das fortalezas da barra, a falta de artilharia e munições, armas e pólvora e as medidas que tomou para melhorar o seu funcionamento; a administração temporal e espiritual dos jesuítas sobre as três aldeias dos índios desta capitania e uma outra administrada pelo capitão-mor dos índios Martim Afonso. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1645.

AHU_CU_017, Cx. 2, D. 156.

CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Duarte Correria Vasqueanes, ao rei [D. João IV] sobre a ida dos religiosos da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, padres Luís de Sequeira e Vicente dos Santos [?], junto com António e Domingos de Azevedo Coutinho, à averiguação da serra de esmeraldas na capitania do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1646.

AHU_CU_017, Cx. 2, D. 174.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre o memorial que oferece o conselheiro deste Conselho, Salvador Correia de Sá e Benevides, acerca da conveniência para melhor se governar, defesa e administração da Justiça, em se separar as capitanias da repartição do Sul, São Vicente e Espírito Santo, de que é cabeça o governo do Rio de Janeiro, das da repartição do Norte, de que é cabeça a Bahia; e o socorro que deve levar o mesmo conselheiro ao Brasil e principalmente ao Rio de Janeiro. Lisboa, 27 de outubro de 1646.

AHU_CU_017, Cx. 5, D. 486.

CARTA do capitão-mor do Cabo Frio, Domingos da Silva de Agrella, ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os religiosos da Companhia de Jesus não darem índios para o serviço dos moradores e induzem aos que forem trabalhar que só o façam mediante o pagamento de três patacas e meia. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1683.

AHU_CU_017, Cx. 18, D. 2038.

REQUERIMENTO do religioso da Companhia de Jesus e procurador das Missões e índios do Rio de Janeiro, padre Luís de Albuquerque, ao rei [D. João V], solicitando provisão que determine a permanência da pescaria dos índios da aldeia de Cabo Frio no porto da Ponta dos Búzios, e que em momento algum sejam molestados pelos moradores daquela vila. Anterior a 16 de dezembro de 1727.

AHU_CU_017, Cx. 13, D. 1407.

CARTA do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao rei [D. João V], em resposta à provisão de 19 de Maio de 1722, sobre as queixas dos oficiais da Câmara do Cabo Frio em relação à forma como os religiosos da Companhia [de Jesus] se apossaram das terras e datas de sesmaria da região. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1722.

AHU_CU_017, Cx. 51, D. 5076.

OFÍCIO do [governador interino do Rio de Janeiro e Minas Gerais], José Antônio Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, remetendo cópia do requerimento dos moradores da vila de Inhomerim, do Rio de Janeiro, solicitando ordem para que o padre jesuíta, Manoel Cardoso, fosse retirado das cercanias do mesmo caminho, visto que, sob o pretexto de catequizar os índios Gassarucús nas margens dos rios Paraíba e Paraibuna, tinha por objetivo estender os domínios da Companhia de Jesus até as serras de Macacú, apesar das dissimulações do provincial da ordem, padre João Honorato. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1756.

AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334.

EXTRATO das cartas escritas pelo Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro], para o serviço real. Lisboa, posterior a 22 de julho de 1758.

AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5816.

OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comentando o esforço do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], na tentativa de pressionar os padres Jesuítas a divulgarem o local onde esconderam os bens por confiscar. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1761.

AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5825.

OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a criação de vilas nos locais onde existiram aldeias da Companhia de Jesus; comentando a má formação dada pelos padres da Companhia aos índios aldeados, tornando-os incapazes, indolentes e insolentes. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1761.

AHU_CU_017, Cx. 65, D. 6138.

OFÍCIO do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a criação de vilas nas fazendas que pertenceram aos Jesuítas na capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1762.

AHU_CU_017, Cx. 110, doc. 9139.

CARTA do capitão-mor [de vila nova de São José d'el Rei], João Batista da Costa, à rainha [D. Maria I], queixando-se das violências cometidas pelos diretores contra as populações indígenas da Aldeia de São Barnabé, com o nome atual de Vila Nova de São José d'el Rei, na comarca do Rio de Janeiro; solicitando a tomada de providências para solucionar o caso, restituindo a paz, segurança e confiança dos índios junto dos colonos. Rio de Janeiro, 06 de junho de 1779.

AHU_CU_017, Cx. 155, D. 11751.

REQUERIMENTO de Manoel de Jesus e Sousa, índio natural da aldeia de São Lourenço e capitão-mor dela, à rainha [D. Maria I], solicitando o soldo de seu posto, da mesma forma que se concedeu a outros em semelhantes postos, visto os serviços prestados e a provisão feita pelo vice-rei do Estado do Brasil, [conde de Resende, D. José Luís de Castro] naquele lugar. Anterior a 28 de setembro de 1795.

AHU_CU_017, Cx. 161, D. 12071.

DESCRIÇÃO do que contém o distrito da vilade Santo Antônio de Sá de Macacú feita por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, [D. José Luís de Castro]. Rio de Janeiro, 07 de abril de 1797.

AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 482.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre uma carta do Governador do Rio de Janeiro, acerca do oferecimento dos Padres da Companhia para irem explorar a Serra das Esmeraldas, na Capitania do Espírito Santo, como o já tinham feito a sua custa Domingos de Azevedo Coutinho e seu irmão Antonio de Azevedo Coutinho. Lisboa, 2 de junho de 1646.

AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 527-528.

CONSULTAS (2) do Conselho Ultramarino, relativas a exploração da serra das Esmeraldas pelos padres da Companhia Luiz de Sequeira e André [?] dos Banhos e outros. Lisboa, 9 de novembro de 1646.

AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 543.

CARTA do Governador Duarte Corrêa Vasqueanes, em que mostra a conveniência de todos os ministros seculares e eclesiásticos viverem na parte alta da cidade, no abrigo das Fortificações. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1646.

AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 544-545.

INFORMAÇÕES do vogal do Conselho Ultramarino Salvador Corrêa de Sá e Benavides e dos Padres da Companhia Luiz Pascoal e Paulo da Costa, favoráveis à reedificação da cidade do Rio de Janeiro na parte alta do monte. Lisboa, 10 de dezembro de 1646.

AHU_CU_017-01, Cx. 79, D. 18291-18298.

OFÍCIO do Governador José Antonio Freire de Andrade, sobre as providências que adotara para evitar a fuga dos Índios das suas Aldeias. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1755.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa

Inventário do Cartório dos Jesuítas, Maço 68, nº 429.

CARTA annua da Provincia do Brasil de 1607.

Inventário do Cartório dos Jesuítas, Maço 88, nº 119.

TERRAS dadas de sesmarias em Cabo Frio.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Código 794

CARTA de El Rei Dom José, sobre a supressão da Companhia de Jesus. 09 de setembro de 1773.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Fundo Agricultura.
Livro 79 (1855-1856).

Fundo Governadoria. Série Accioly.
Livro 04. (1787-1800).

Fundo Governadoria. Série 751 Livros.
Livro 387 (1848-1860).

Biblioteca da Ajuda - Lisboa

BA 52-XII-25.

TEIXEIRA, Luiz (ca. 1574). *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães.*

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CUNHA, Pedro Henrique da. *Noticia curioza e proveitoza a beneficio da Real Fazenda, sobre o principio estado pasado, e prezente da Fazenda de Santa Cruz, que foy dos denominados Jezuitas, e hoje incorporada na Real Coroa.* BNRJ, 1790. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1408465/mss1408465.pdf>. Acessado em: 30 de julho de 2016.

I, 06, 3, 021.

PROVISAM que se passou para os Superiores das Aldeas darem Indios para o corte do pao Brasil para donativo.

I, 31, 28, 053.

RODRIGUES, Pero (Provincial da Província do Brasil). Carta endereçada ao padre João Alvares da mesma Companhia de Jesus, 1697.

I, 5, 1, 009.

REIS, Manoel Martins do Couto. *Memorias de Santa Cruz.* 1804.

Biblioteca Nazionale Centrale di Roma – Vittorio Emanuele

Fondo Ges. 1255.38

ALGUMAS advertencias para a província do Brasil. Documento não datado e sem autoria identificada.

Biblioteca Pública de Évora (Portugal)

COD CXVI 1-33, p. 37 a 44.

ENFORMAÇION de la Provincia del Brasil para nuestro padre, dezembro de 1583.

Biblioteca Pública Municipal do Porto (Portugal)

MS-516.

LISBOA, Baltazar da Silva. História do Rio de Janeiro.

Cúria de Cachoeiro de Itapemirim, ES

“Appendice a que se refere a observação de fl. 1v deste tombo” (Reritiba).

IPHAN/Arquivo Noronha Santos – Rio de Janeiro

Engenho de Araçatiba. Inventário ES, Cx. 0102, Pt. 01, E. 08.

Igreja de São Francisco Xavier, Niterói. Inventário RJ, pt. 153, doc. 3244.

Solar do Colégio dos Campos de Goytacazes. Inventário RJ-0182.01.

Museu da Fazenda Federal do Rio de Janeiro – Fundo Próprios Nacionais

Livro 14.

TOMBO das terras, currais e mais pertenças que o Collegio do Rio de Janeiro tem nos Campos dos Goytacazes.

Livro 16.

AUTO de sequestro feito na fazenda de São Cristóvão.

Livro 19.

ARREMATACÃO dos “assucares” das fazendas e bens dos jesuítas.

Livro 20

INVENTÁRIO da Real Fazenda do Engenho Novo de 1775.

Livro 21.

AUTUAÇÃO da Régia Provisão expedida da Real Junta da Fazenda, ao Desembargador Juiz Intendente da Fazenda do Engenho Novo, 1779.

Livro 23.

REMATAÇÃO de terreno jesuítico na fazenda de Macaé, 1776.

Livro 24.

MEDIÇÃO de terras no Engenho Novo e Engenho Velho, 1775.

Livro 29.

ARRENDAMENTOS de terras dos jesuítas durante o período de 1749-1759.

Livro 49.

DOCUMENTOS manuscritos relativos à Fazenda de Campos Novos e Campos dos Goytacazes.

Livro 55.

TRANSLADO-INVENTARIO da Real Fazenda de Santa Cruz.

Livro 56.

LEVANTAMENTOS de bens das fazendas de Santa Cruz e Engenho Novo, 1773.

Impressas

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Primeiras Letras*. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil, 1923.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ARQUIVO público do Estado do Espírito Santo. *Livro de tombo da Vila de Nova Almeida*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

AUTTO que mandou fazer o provedor, 1630. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 59 (1937). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BRÁS, afonso. Carta enviada do Espírito Santo aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em Coimbra. 24 de agosto de 1551. PRIMEIRAS cartas do Brasil [1551-1555]. Tradução, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CAPÍTULOS que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 62 (1940). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gentes do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Companhia das Letras/Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

CARTA de El-Rei Nosso Senhor Dom João Quarto para o Padre Provincial da Companhia de Jesus da Província do Brasil, na qual lhe manda que torne a tomar cuidado das Aldeias que largaram os Padres no Rio de Janeiro. In: *Documentos Históricas* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume LXIV. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1944.

CARTA de sesmaria das terras dos índios que estão nas cabeceiras ou ilhargas das terras dos padres da Companhia, 1579. In: *Documentos Históricas* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume CXV. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

CARTA de sesmaria dos índios que vieram da serra e de Vasco Fernandes Maia e Fernão d'Álveres e Antônio Selega e de outros índios da Aldeia de São Lourenço. In: *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume CXV. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

CARTA do Brasil, do Espírito Santo, para o Padre Doutor Torres, por comissão do Padre Braz Lourenço, de 10 de junho de 1562, e recebida a 20 de setembro do mesmo. In: *CARTAS AVULSAS, 1550-1568*. Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARTA do Espírito Santo sem autor e nem data (provavelmente 1558). In: *CARTAS AVULSAS, 1550-1568*. Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARTA do Governador Mem de Sá à Regente D. Catarina, sobre o Estado do Brasil. Salvador, 1º de junho de 1558. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. 2 v.

CARTA escrita ao Reitor da Companhia acerca do açougue que tem aberto no Collegio desta Cidade. In: *Revista do Districto Federal*. Volume 3 (1896). Rio de Janeiro: Typ. Carvalhaes, 1896.

CARTA para Francisco Ribeiro Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo. 1703. In: *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XI. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1929.

CARTA para o Reitor do Collegio do Espírito Santo. 1701. In: *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XI. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1929.

CARTA que se escreveu ao Capitão-mor de Cabo Frio. 1676. In: *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XI. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1929.

CARTAS AVULSAS, 1550-1568. Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de S. Thomé*. (1888) 2ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2012.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou relação historico-geografica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.

CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Introdução e revisão cônego prebendado Ildefonso Xavier Ferreira. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Edição fac-similar do Senado Federal. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2007.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

CUNHA, Francisco Manoel da. Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Província, então Capitania, do Espírito Santo, ao Ministro de Estado Antonio de Araujo e Azevedo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo quarto. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1842.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1879.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. 2 v.

DIARIO da jornada, que fes o EXM^o. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas. Anno de 1771. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

DOCUMENTOS relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXVII. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1906.

GAMA, Saldanha da. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XXXVIII, parte segunda. Rio de Janeiro: B.I. Garnier, 1875.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

HISTORIA de la fundacion del Colegio del Rio de Henero y sus residências. In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Voume XIX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1897.

INVENTÁRIO da Fazenda de São Christóvão. In: *Revista do Districto Federal*. Volume 1 (1894). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1984.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

LEITHOLD, T. von; RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1966.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Const. de Seignot-Plancher e Cia., 1834.

LIVRO DE TOMBO do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 82 (1962). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1968.

* AUTO de medicam e partilhas das terras chamadas Inhaúma, entre os órfãos e terça e a viúva filha e mulher que foi de simao barriga, 1595.

* CARTA d'arrendamento que fez o Colégio a Gaspar Sardinha pera fazer hum trapiche nas terras do dito Colégio, 26 de julho de 1577.

* CARTA das terras do Macacu que forao dadas e confirmadas ao Colégio do Rio de Janr.º.

* CARTA da terra de Iguaçu que foi dada ao Collégio do Rio de Janeiro, de 10 de julho de 1568.

* CARTA de venda da casa e chãos que Amaro A.º vendeo ao Collégio do Rio de Janr.º no porto da cidade, 9 de março de 1577.

* CARTA de venda que fêz Fr.co de Bairros e sua mulher duma casa e chão que tinham defronte do Collegio aos Pes da Companhia, 6 de fevereiro de 1577.

* CARTA do chão que vendeo João d'Oliv.ra ao Collégio, na Rua Direita, acima do Collégio, 1 de julho de 1575.

* CARTA dos chãos q' se derao ao Collégio defronte d'elle entre Manoel Machado e Diogo Miz e na varzia junto da cerca do Collegio, de 13 de julho de 1568.

* CARTA dos chãos que vendeo M.el Giz ao Coll.º, 1 de abril de 1575.

* COMPRA das casas de Aleixo Manoel que estão defronte do Collégio as quais vendeo João Gutierrez, 8 de julho de 1579.

* ESCRITURA de venda das terras de Goaratiba que fizerão Manoel Veloso e Jerônimo Velloso aos R.dºs P.es deste Coll.

* ESCRITURA da serventia que Joana Diz deu pello seu chão, 4 de agosto de 1576.

* ESCRITURA da trespassação do trepiche ao Governador d'Angola e aforamento dos dízimos, 3 de bril de 1579.

* ESCRITURA de serventia que Heliodoro Eóbanos deu pello seu chão, 25 de agosto de 1576.

* ESCRITURA do chão que Pero Giz., tanoeiro vendeo ao Collégio, o qual está entre a cêrqua e o mar, e parte com Gl.º Giz. e são 27 braças e mêm de comprido, 8 de julho de 1579.

* ESCRITURA do sitio e cerca do Coll.º do Rio de Janr.º e estrom.to de posse e confirmação do G.^{dor} Men de Saa por mandado Del-Rey, de 11 de junho de 1568

* ESTROMENTO de posse das terras do Macucu conteúdas na carta atras, 1573.

* MEDIÇÃO das terras de Macucu em 1579. Petiçam apresentada pelo Rdo. Pe. Baltasar Alz. Procurador do Collegio de Jesus desta cidade.

* PROVISÃO D'el-Rey que há por bem que os padres sejam desobrigados de pagarem direitos nas suas alfandegas, 12 de setembro de 1576.

* TRESLADO do Auto que se fêz na medição das seiscentas braças em quadra de terra que se aforarão em fateosim a Álvaro Frz. Teixr. onde está o engenho de Dona Marta.

* TRELADO da carta conteuda na pitisao atras que hé o seguinte (Sesmaria de Guaratiba).

* VÁRIOS papéis pertencentes às terras que deu de sesmaria o Capitão Estêvão Gomes, defronte da pouvoação e outras partes, mandados passar e tresladar por ordem do prelado que então era, as quaes estão no Cabo Frio.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario Historico, geographico e estatistico da Provincia do Espirito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

NAVARRO, Luiz Thomaz de. Itinerario da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Principe Regente, em 1808. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo sétimo, n. 25. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1845.

NOBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil, (1549-1560)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. Carta enviada ao Pe. Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, da Bahia em 10 de julho de 1552. In: LEITE, Serafim. *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. Outra, de outro padre, enviada da mesma capitania de Pernambuco. In: *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]*. Tradução, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Notas, Apontamentos e Notícias para a historia da província do Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

NUNES, Leonardo. Carta enviada do porto de São Vicente aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em Coimbra. 24 de agosto de 1551. In: PRIMEIRAS cartas do Brasil [1551-1555]. Tradução, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PARECER de Salvador Corrêa de Sá, em que sustenta a conveniência de tornar a Capitania do Rio de Janeiro independente do Governo do Estado do Brasil. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXXIX. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1917.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

PRIMEIRO Regimento que levou Tomé de Sousa, governador do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, V. 61/I, 1898.

PROCESSO das despesas feitas por Martim de Sá, no Rio de Janeiro, 1628-1638. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Volume 59 (1937). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

REGIMENTO de huma Certidão tirada de huns autos de Libello posto por ordem de Sua Magestade pelo D.^{or} Procurador da Coroa contra o Revd.^o P.^e Procurador do Colegio de Jezus p.^r lhe serem tirados os bens de raiz, 1788. In: *Revista do Districto Federal*. Volume 2 (1895). Rio de Janeiro: Typ. Carvalhaes, 1896.

REIS, Manoel Martins do Couto. *Manuscritos de Manuel Martins do Couto Reis 1785: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes*. Campos

dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. 2v.

RIOS da Cidade do Rio de Janeiro. In: *Revista do Districto Federal*. Volume 1 (1894). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.

RODRIGUES, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, quinto Provincial que foi da mesma Companhia no Estado do Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1978.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história até ao anno de 1817, e breve notícia da estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil, escriptas em 1818 e publicadas em 1840, por hum capixaba*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/alberto_rubim/Memorias_Alberto_Rubim_1840.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2010.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974a.

_____. *Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1974b.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Viagem pelo Distrito de Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974c.

SALVADOR, Vicente do, Frei. *História do Brasil*. Bahia: [s.n.], 1627.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios do Rio de Janeiro (1842). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, v. 62, n. 15, série 3, 1854.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. [S.I.: s.n.], 1587.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2008.

TAUNAY, Affonso de E. *Rio de Janeiro de antanho*. Impressões de viajantes estrangeiros. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

TRASLADO da Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho. In: LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: documentos administrativos*

coloniais. Vol. 2. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Estado do Planejamento, Fundação Jones dos Santos Neves, 1979.

TRESLADO do autto de Inventário da Real Fazenda de Santa Crus e benz que nella se acham que fes o Desembargador dos Aggravos e Juis do Sequestro geral feito aos denominados Jezuitas o Doutor Manoel Francisco da Silva e Veiga. In: *Revista do Districto Federal*. Volume 1 (1894). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1984.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*. Victoria: Typographia de P. A. Azeredo, 1858.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do novo mundo*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1865.

_____. *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesv*, na Provincia do Brazil. Lisboa: Officina Craelbeeckiana, 1658.

_____. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 2 v.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volume I. Org.e notas de João Lucio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Cartas*. Volume 2. Org.e notas de João Lucio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2009.

WIED, Maximilian, Prinz von. *Viagem ao Brasil*. Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

Fontes cartográficas e iconográficas

Archivum Societatis Romanum IESU / Biblioteca da Brotéria (Lisboa, Portugal)

ARSI – BRAS 4, p. 380

DESENHO do colégio do Rio de Janeiro e detalhe dos cortes necessários para a construção da nava igreja. 1728.

ARSI – BRAS 11, p. 499.

HISTORIA da fundação do Collº do Rio de Janeiro.

ARSI – BRAS 15, p. 156.

DESENHO de galeão em correspondência edificante dos padres da Companhia.

Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro

04.04.802.

PROJECTO principal da Real Capela e Palácio de Santa Cruz.

04.05.858.

CARTA Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro, desde Parati até o Cabo de São Thomé. Copiado por Carlos Burlamaque em 1857.

04.05.869.

PLANTA topográfica da foz do rio Macahe. Autor Cap. Jacinto Dezidério Cony, copiada por A. Assumpção em 1915.

04.05.870.

PLANTA da freguesia e aldea de São Pedro. Autor Antônio Luiz de Azevedo, copiada pelo Ten. Manoel Tavares da Fonceca, em 1798.

05.01.874.

CAMINHO de São Cristóvão à Santa Cruz. Na cartografia *Reconhecimento militar desde Mangaratiba até a cidade do Rio de Janeiro.* Autor Tenente General Stockler

05.01.894.

RECONHECIMENTO do rio de Macacu e da entrada que conduz a Nova Friburgo (colônia suíça), 1819.

06.01.1156.

PROVÍNCIA do Espírito Santo. Projeto da nova divisão do Império pelo Deputado Cruz Machado, desenhado por José Ribeiro da Fonseca Silveiras. 1873.

06.02.1173.

CARTA da Província do Espírito Santo. Autor Cap. Pedro Torcato Xavier de Brito [1854].

06.02.1177.

CAPITANIA do Espírito Santo, pertencente a Capitania da Bahia pelo governo militar. Autor Anastácio de Santa Anna, copiado pelo Cap M. F. C. de Oliveira Soares em 1853.

06.02.2895.

PERSPECTIVA da Villa De Victoria, Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.^a da S.^a/ Anno de 1805.

13.01.2676.

CARTE Particuliere de la cote du Brésil.

15.04.0055.

PLANTA da Fazenda Santa Cruz, situada no Município Federal [1891].

15.04.0130.

CARTA Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro, desde Parati até o Cabo de São Thomé.

15.04.3259.

CAPITANIA do Rio de Janeiro.

23.03.814.

CARTA Topográfica da Real Fazenda de Santa Cruz. Autor Simão Antônio da Roza Pinheiro.

Arquivo Histórico Militar – Lisboa

Projeto SIDCarta.

5264-1A-9A-99.

MAPA do *Litoral do Rio de Janeiro: entre a ilha de Alcatrazes e São Tomé*. (1794-1823).

Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa

AHU_CARTm_003, D. 1143

CARTA da Costa do Brasil. Dezde a Barra da Marambaya até Cabbo Frio. Pelos P.P. Diogo Soarez, e D^{os} Capacy. S.J.G.R. no Eztado do Brazil. (Cópia).

AHU_CARTm_007, D. 1049.

MAPA da *Barra da Capitania do Espírito Santo* [1790].

AHU_CARTm_007, D. 1050.

MAPA da *Villa de Guaraparim* [1790].

AHU_CARTm_007, D. 1051.

MAPA da *Villa nova de Benavente* [1790].

AHU_CARTm_017, D. 1052.

DEMOSTRASAÕ DO RIO DE IANEIRO. Feita por Joaõ, teixeira. Cosmographo, de de (sic) Sua Magestade. Anno. 1645.

AHU_CARTm_017, D. 1061.

MAPA da Cidade do Rio de Janeiro por João Massé (ca. 1712).

AHU_CARTm_017, D. 1064.

PLANTA da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com suas Fortifficaçoins, (ca. 1713).

AHU_CARTm_017, D. 1145.

Planta Da Fazenda D'el Rey. [s.n.], [17--?].

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Vitória

APEES-BRD-002.

APEES-BRD-004.

APEES-BRD-012.

FOTOGRAFIAS de Walter Garber dos índios botocudos da região do Rio Doce em 1909.

Biblioteca da Ajuda – Lisboa

BA 51-VI-54. F. 121 (p. 124).

DESENHO do engenho de fazer açúcar, novamente pintado ou trazido de fora pelos Padres da Companhia de Jesus, no Brasil, ano de 1613, e enviado por Pedro da Fonseca.

BA 52-XII-25.

DIVISÃO das capitanias hereditárias do Brasil.

MAPA do Rio de Janeiro.

MAPA do aldeamento de Cabo Frio.

MAPA do Espírito Santo.

In: *Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães*, por Luiz Teixeira (ca. 1574).

BA 52-XIV-22.

Folha 8 - Mapa da costa do Brasil entre Angra dos Reis e o Pão de Açúcar.

Folha 9 - A cidade do Rio de Janeiro e sua banda d'além.

In: *Atlas do Brasil* de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco.

BA 52-XII-6.

Folha 36 – Mapa que compreende desde o Cabo de São Tomé ao Monte do Moreno.

In: *Descrição de toda a Costa da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil. Por João Teixeira, Cosmógrafo de S. Maj. Ano 1642.*

Biblioteca Nacional de Portugal - Lisboa

Cota C.A. 107 R.

ATLAS da costa do Brasil, (post. 1646).

Folha 7: *Continuase a Costa da enceada de Ubatuba até ao Rio Tujuca.*

Cota C.C. 1012 R.

Carte routière de la côte du Brésil. Mouchez, A. Ernest B., 1824-1892.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CARTA topográfica da capitania do Rio de Janeiro. LEÃO, Manuel Vieira, 1911. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart268950/cart268950.html>. Acessado em: 22 de ago. de 2015.

DESENHO da Real Fazenda de Santa Cruz. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1408465/mss1408465.pdf>. Acessado em: 30 de jul. de 2016.

FOTOGRAFIA do Colégio e igreja jesuíta. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1397284/icon1397284.html>. Acessado em: 21 de nov. de 2014.

FOTOGRAFIA de vista do colégio já em fase avançada de demolição, entre abril e maio de 1923. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon627739/icon627739.jpg>. Acessado em: 21 de nov. de 2014.

GUIA de caminhantes. [S.l.: s.n.], Anno 1817. Atlas ms. (14 fls., 13 mapas). Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/galeria/index.htm>. Acessado em: 22 de ago. de 2015.

[MAPA da Fazenda de Santa Cruz]. [S.l.: s.n.], [17-]. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326132/cart326132.html>. Acessado em: 20 de nov. de 2014.

MAPA de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes. (S.l.: s.n.), (17--?).

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525958.jpg>.

Acessado em: 19 mar. 2015.

MAPPA corographico da capitania do Rio de Janeiro feito e oferecido a Mag.^{de} de El Rey N. Snor Dom João V. Do Pe. Domingos Capassi da Companhia de Jesus, [ca.1730].

Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542711/cart542711.jpg>

Acessado em: 19 de mar. de 2015.

MAPPA de parte da capitania do Rio de Janeiro. [S.l.: s.n.], [17--]. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534326/cart534326.jpg>.

Acessado em: 22 de ago. de 2015.

PLANO da cidade do Rio de Janeiro: situado na latitude de 22°54', e de longitude de 334°53' contados do meridiano da ilha do Ferro. [S.l.: s.n.], [ca.1770]. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309970.jpg>.

Acessado em: 19 de mar. de 2015.

PLANTA da Missão de S. Miguel, Rio Grande do Sul, 1756. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033420/cart1033420fo11.jpg>

Acessado em: 25 de nov. de 2015.

PLANTA da Villa da Victoria, Capital da Capitania do Espirito Santo e Prespecto da Villa da Victoria, de José Antônio Caldas [copiado]. Original de 1767. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530868/cart530868.html

>. Acessado em: 12 de mar. de 2015.

PLANTA ydrografica da famosa Bahia do Rio de Janeiro. [S.l.: s.n.], 1775. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325890.jpg>. Acessado em: 19 de

mar. de 2015.

Biblioteca Pública de Évora (Portugal)

Gaveta 4, Pasta A, nº 16.

MAPA das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goutacazes.

Biblioteca Pública Municipal do Porto (Portugal)

BPMP. Cota. Ms.126, fol. 17.

DEMONSTRAÇÃO da Capitania do Spirito Santo atte a ponta da barra do Rio Doçe no qual parte cõ Porto Seguro. ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB – Rio de Janeiro

Map. 9, gav. 5, n. 43A.

PLANTA da medição da sesmaria patrimonial da cidade do Rio de Janeiro, executada em 1753-1755 e julgada por sentença / J. da Costa Ferreira.

IPHAN/Arquivo Noronha Santos – Rio de Janeiro

Série Inventário, Morro do Castelo, Colégio jesuíta e Igreja de Santo Inácio, RJ:
FOTOGRAFIAS do Colégio e das igrejas jesuítas do Rio de Janeiro. Cx. 0286, Pt. 02, E. 02, F. 7809, F. 80705 e F. s/n.

Série Inventário, Nova Almeida-ES:
FOTOGRAFIA da Igreja e Residência dos Reis Magos em 1952. Cx.0101, PT. 01, E. 01. F. 42.348.

Série Inventário, Serra-ES:
FOTOGRAFIA do arco cruzeiro da Igreja de São João Batista. Década de 1980. Cx. 0101, Pt. 03, E. 03, F. 96.966.

Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro – Itamatary

I-8667-IA, M 14, G 189-8667.

PLANO topográfico do Porto e Entrada do Rio de Janeiro e seus arredores. Em 1778 por Francisco João Roscio, Sargento Mayor Engro. Fotografia de Jaime Acioli.

Museu da Fazenda Federal do Rio de Janeiro – Fundo Próprios Nacionais

Livro 14.

FRONTISPÍCIO do *Tombo das terras, currais & mais pertenças que o Collegio do Rio de Janeiro tem nos Campos dos Gaytacazes.*

Fontes secundárias

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.* Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1960.

_____. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800).* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto (orgs.). *Explorações Geográficas; percursos no fim do século.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700).* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdios & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. 2 v.

ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

AGNOLIN, Adone. O governo missionário das almas indígenas: missão jesuítica e ritualidade indígena (séc. XVI-XVII), in SOUZA, Laura de Mello, FURTADO, Junia Ferreira, BICALHO Maria Fernanda (orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

ALDEN, Dauril. *The Making of na Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1570*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. *Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial*. Novos Súditos Cristãos do Império Português. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese de doutorado).

ANDRADE, Adriano Bittencourt. *O outro lado da baía: a rede urbana do Recôncavo baiano setecentista*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. (Tese de doutorado).

ARAÚJO, Monsenhor José Pizarro de Souza Azevedo e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 10 v.

_____. Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, Extrahida dos Livros de Sesmarias e Registros do Cartorio do Tabellião Antonio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXIII, parte I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1901.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

_____. *Às portas do paraíso. Mais que aldeia, menos que vila, o purgatório da utopia*. Colóquio Internacional Arte & Utopia / UNL- FCSC. Lisboa: UNL-FCSC, 2013.

_____. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII*. Discurso e método. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001. (Tese de doutorado).

_____. O Patrimônio de Origem Portuguesa na América do Sul: Arquitetura e Urbanismo. In: *América do Sul. Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo*. Arquitetura e Urbanismo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial; ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Boletim nº 208, 1956.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *A Obra dos jesuítas no Espírito Santo*. 2ª Ed. Viana, ES: Editora JEP Gráfica, 2012.

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2008.

BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1956. 2 v.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

BETHELL, Leslie (org.). *Charles Landseer: desenhos e aquarelas de Portugal e do Brasil, 1825-1826*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses: 250º Aniversário*. Lisboa: BNP, 2009.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BITTENCOURT, Gabriel. *Estudos Históricos do Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006a.

_____. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006b.

_____. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1989.

BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.

_____. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

BRASIL, Gerson. *História das ruas do Rio: (e da sua liderança na história política do Brasil)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2015.

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

CACHOEIRO de Itapemirim. Edição Histórica. Rio de Janeiro: CIRMA Gráfica Editora, 1976.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *Os Reais Colégios da Companhia de Jesus no Brasil. Articulação Espacial e Arquitetura*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. (Tese de doutorado).

_____. Utopia e Realidade. Real Colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: *A Forma e a Imagem. A Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 1994.

CARVALHO, José Antônio. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006.

_____; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “*Une mission glorieuse et profitable*”. *Réforme missionnaire et économie sucrière dans la province jésuite du Brésil au début du XVI^e siècle*. *Revue de Synthèse*, 120, n. 2/3, avril/sept. 1999.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século dezessete*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1965.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

_____. Rede urbana e formação espacial – Uma reflexão considerando o Brasil. In: *Revista Território*. Ano V, nº 8. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Redes Geográficas – cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

_____. *Região e organização espacial*. 2^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. A Igreja Católica e a configuração do espaço físico dos núcleos urbanos coloniais brasileiros. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Ano IV, número especial. Salvador: FAUFBA: EDUFBA, 2007.

_____. *Salvador, século XVIII: o papel da Ordem Religiosa dos Beneditinos no processo de crescimento urbano*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2003. (Tese de Doutorado).

COSTA, Lucio. Arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. V, p. 9-104, 1941.

CRESPO, Alfonso Ortiz; NAJAS, Rosemarie Terán. Las reducciones de indios em la zona interandina de la Real Audiencia de Quito. In: *Pueblos de índios. Otro urbanismo em la región andina*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1993.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 1944.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. 2ª ed. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros outros: homens e espaços*. Os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001. (Tese de doutorado).

FERREIRA, Vieira. Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niteroi. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo 106, v. 160 (2ª de 1929). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Eduard Hildebrandt*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

_____. Planejamento, história e memória: o caso da Vila de Abrantes/BA. In: *Vilas, cidades e territórios: o Brasil do século XVIII*. João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 211.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. 2. ed. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, fazenda jesuítica, real e imperial*. Era jesuítica (1567-1759). Rio de Janeiro: Asa Artes Gráfica Ltda, 1985.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Garamond, 1999.

GUTIÉRREZ, Ramón. Las reducciones indígenas em el urbanismo colonial. Integración cultural y persistencias. In: *Pueblos de indios. Otro urbanismo em la región andina*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1993.

_____.; MAEDER, Ernesto J. A. *Atlas Histórico y Urbano del Nordeste Argentino*. Resistencia, Chaco: Fundación Mapfre America; Instituto de Investigaciones Geohistóricas; Conicet Fundanord, 1994.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. A época Colonial. Do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HOONAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil; Primeira Época – Período Colonial*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa – versão 1.0*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A urbanização do Ceará setecentista. As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. (Tese de Doutorado).

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A terra goytacá, á luz de documentos inéditos*. Vol. 1. Bruxelas: L'Édition D'Art, 1913.

_____. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

_____. O Solar do Colégio. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

LANNES, Claudia Maria Corrêa. As igrejas jesuíticas fluminenses. In: *A Forma e a Imagem. A Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 1994.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: documentos administrativos coloniais*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Estado do Planejamento, Fundação Jones dos Santos Neves, 1979. 2 v.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITÃO, Henrique. *A Ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão (1590-1759)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LEITE, Serafim. *A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil*. Lisboa: Edições Brotéria, 1959.

_____. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2008.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006. Tomo I ao X.

_____. *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. N° 264. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1699). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 288. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

_____. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2000.

MACEDO, Roberto. O Rio de Janeiro e suas dúvidas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. N° 339. Brasília - Rio de Janeiro: IHGB, 1983.

MAGALHÃES, Basílio de. *O açúcar nos primórdios do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1953.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O Enquadramento do Espaço Nacional. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade (1480-1620). 3° vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAITAM, Fernanda Contarini. *Edificações para durar enquanto o mundo durasse: análise da atuação do IPHAN nos edifícios jesuítas do Espírito Santo*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. (Dissertação de Mestrado).

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasileira; INL, 1980.

MARQUES, João Francisco. Festa Barroca: As Celebrações do Colégio das Artes na Aclamação de D. João IV. In: *I Congresso Internacional do Barroco, 2001, Porto*. Actas do I Congresso Internacional do Barroco. Porto: Universidade do Porto, 2001. v. 1. p. 515-530.

MARTINS, Fausto Sanches. A Arquitectura dos Jesuítas em Portugal nos séculos XVI-XVIII. Critérios, Articulação Espacial e Intérpretes do *Modo Nostro*. In: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (Org.). *Projeto Portugal/ Brasil/ Brasil*

Portugal. As duas faces de uma realidade artística. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 18-35.

MARTINUZZO, José Antonio. *Palácio Anchieta – Patrimônio Capixaba*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. *Nosso Chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). *Revista eletrônica Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Debates, 2011. Puesto em línea el 31 enero 2011: URL : <http://nuevomundo.revues.org/60746>.

NEVES, Luis Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

_____. Os soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. In: *A Globalização e os Jesuítas: origens, história e impactos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969.

OLIVERA HERNÁNDEZ, Maria Herminia. *A administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *Espaço e Estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Uberlândia: Prefeitura Municipal, 1988.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. Ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

_____. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e a Defesa de Salvador*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos, os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XV a XVIII), in CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIMEIRAS cartas do Brasil [1551-1555]. Tradução, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

_____. *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pini, 2000.

_____. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000 (Uspiana Brasil 500 anos).

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Educação, 2008.

_____. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. 2ª ed. Brasília: Editora de Brasília. Ebrasa, 1972.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o Urbanismo Português. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Uma devassa contra os jesuítas do Espírito Santo (1761)*. Vila Velha: Edição do Autor, 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Noronha. A Igreja de São Francisco Xavier. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1979.

_____. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. 2 v.

SMITH, Robert Chester. *Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo*. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

SOUZA, Luciene Pessotti de. *Sagrado, Estratégia e Espaço*. O Sagrado como Estratégia da Companhia de Jesus na construção do espaço da Vila de Nossa Senhora da Vitória. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. (Dissertação de mestrado).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro, 1975. 5 v.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.). *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: UFBA, 1999.

VIOTTI, Hélio Abranches. Ensino e cultura no Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 288. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

TELLES, Maria Laura Mariani da Silva. A conquista da terra e a “conquista” das almas. In: *A Forma e a Imagem. A Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 1994.

TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, S.J. “O Negócio Jesuítico” e o papel da política regalista portuguesa. In *Revista Brotéria* 2/3, Cristianismo e Cultura, vol. 169. Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Lda., 2009.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Le financement de l’entreprise missionnaire: les données économiques de l’insertion coloniale des missions jésuites sous le pontificat de Paul IV et son évolution jusqu’au début du XVIIe siècle. *Mélanges de l’École Française de Rome*, n. 1999/2: *Journée d’études “Politiques missionnaires romaines sous le pontificat de Paul IV”*. Paris, 14 novembre 1997. Roma: Ecole Française de Rome, 1999.

_____. *Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE TODA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NOS REPOSITÓRIOS PORTUGUESES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
Nov. 2013 a Mar. 2014	1697, Dezembro, 16, Lisboa AHU_CU_007, cx. 01, doc. 98	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro II sobre o pedido de Joana Pimentel, viuva de Francisco Gil de Araújo, e seu filho para nomear juiz que possa conhecer da causa que intentam mover aos Padres da Companhia de Jesus.	Reproduzido
	1725, Abril, 22, Vila da Vitória AHU_CU_007, cx. 02, doc. 124	CARTA do Ouvidor do Rio de Janeiro, Antônio Moura de Abreu Santos, ao Rei [D. João V] a informar que os Padres da Companhia detêm as passagens de dois rios navegáveis: jucu e maruipe; que não pagam os foros das várias moradas que há na marinha da dita Vila, e que com a venda pública do aguardente prejudicou os interesses da Fazenda Real.	Reproduzido
	1725, Maio, 15, Espírito Santo AHU_CU_007, cx. 02, doc. 130	CARTA do Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao Rei [D. João V] a informar dos privilégios dos Religiosos Padres da Vila da Vitória na venda pública do aguardente, e da insenção dos foros das casas que fossem na marinha desta vila.	Reproduzido
	1725, Dezembro, 08, Lisboa AHU_CU_007, cx. 02, doc. 136	CARTA do Procurador Geral da Província do Brasil, Antônio Cardoso, ao Rei [D. João V] a informar das queixas contra os Padres do Colégio da Capitania do Espírito Santo.	Reproduzido
	1745, Abril, 4, Bahia AHU_CU_005, Cx. 82, D. 6720	CARTA do vice-rei e capitão-general do Brasil, conde das Galves, André de Melo e Castro ao rei [D. João V] respondendo a provisão real que manda enviar um ministro à capitania do Espírito Santo para tirar devassa pelo excesso ali cometido contra os missionários da Companhia de Jesus.	Reproduzido
	[post. 1759] AHU_CU_003, Cx. 16, D. 1472.	RESUMO geral do dinheiro que contém o sequestro feito nos diferentes colégios que os jesuítas possuíam na América, como também dos rendimentos anuais dos mesmos colégios, nas capitanias do Pará, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.	Reproduzido
	[post. 1770] AHU_CU_003, Cx. 21, D. 1839.	MEMÓRIA (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre as nações indígenas existentes na costa que vai do rio de São Francisco até Espírito Santo, desde a descoberta do Brasil em 1500.	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	1619, Abril, 7, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 1, D. 15.	CARTA do [fidalgo] Martim de Sá ao rei [D. Filipe II] sobre os acontecimentos ocorridos com uma nau holandesa que apresara uma galizabra portuguesa, [...], onde teve notícia de que o padre João Lobato da Companhia de Jesus foi a uma missão fazer as pazes entre o gentio goitacás, por ordem do governador-geral do Estado do Brasil, D. Luís de Sousa; que em companhia do capitão de Cabo Frio afastaram os inimigos junto à ilha de Santa Ana que iam buscar pau-brasil.	Reproduzido
	1763, Março, 19, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 66, D. 6208.	CARTA do governo interino do Rio de Janeiro, Minas Gerais [e São Paulo] ao rei [D. José], sobre o envio das contas dos autos de averiguações judiciais das ações dos padres da Companhia de Jesus, relativos aos índios do Espírito Santo e a dissipação dos bens das missões naquela comarca.	Reproduzido
	1760, Março, 13, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 59, D. 5666.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o confisco dos bens do Colégio e a reclusão dos padres Jesuítas no Rio de Janeiro; referindo ter dado ordens para que fossem inventariados todos os bens dos Colégios daquela cidade, da vila de Santos, de São Paulo, do Espírito Santo, de Paranaguá e de [São Salvador de] Campos dos Goitacazes, e o reconhecimento do estado das aldeias de São Barnabé e Tabagi; comentando a carta remetida pelo conselheiro, Manoel Estevão de Almeida de Vasconcelos Barbarino, que se encontrava na cidade da Bahia.	Reproduzido
	1646, Outubro, 27, Lisboa AHU_CU_017, Cx. 2, D. 174.	PARECER do Conselho Ultramarino sobre o memorial que oferece o conselheiro deste Conselho, Salvador Correia de Sá [e Benevides, acerca da conveniência para melhor se governar, defesa e administração da Justiça, em se separar as capitánias da repartição do Sul, São Vicente e Espírito Santo, de que é cabeça o governo do Rio de Janeiro, das da repartição do Norte, de que é cabeça a Bahia; e o socorro que deve levar o mesmo conselheiro ao Brasil e principalmente ao Rio de Janeiro.	Reproduzido
	1760, Março, 12, Rio de Janeiro	1760, Março, 12, Rio de Janeiro OFÍCIO do chanceler da Relação do	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	AHU_CU_017, Cx. 59, D. 5661.	Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando que na passagem para a Ilha de Santa Catarina, o desembargador José Mascarenhas Pacheco, lhe havia entregue uma correspondência dirigida ao governador do Rio de Janeiro, [Minas Gerais e São Paulo, conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade], determinando que os reitores dos Colégios do Rio de Janeiro, da Vila de Santos, de São Paulo e do Espírito Santo entregassem relações exatas dos bens pertencentes aos Colégios, bem como as licenças e faculdades régias concedidas; comentando que nem todos o fizeram, alegando que os seus papéis e títulos haviam sido já confiscados; referindo as medidas tomadas para proceder a uma averiguação minuciosa dos fatos, bem como das relações entre esses Colégios e as populações indígenas deles dependentes; solicitando instruções acerca da matéria.	
	1565-1762, Abril, 8, [Nova Benavente] AHU_CU_003, Cx. 18, D. 1565	CARTA do Ouvidor Geral do Espírito Santo e Campos dos Goytacazes, Francisco de Sales Ribeiro, ao rei [D. José], remetendo sumários relativos aos missionários jesuítas que administravam as aldeias de Ereritiba e Reis Magos; da criação das vilas da Nova Benavente e Nova Almeida.	Reproduzido
	1804, Agosto, 08, Vila da Vitória AHU_CU_007, Cx. 07, Doc. 501.	CARTA do [Governador da Capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao Príncipe Regente [D. João] a informar da conveniência da criação de Juizes Letrados para as vilas desta comarca; pois na Vila da Vitória tem 13 mil almas os habitantes são extremamente contenciosas e só no artigo de injurias verbais tem multidão de processos, em Guarapari dispõem de muitos proprietários ricos constando cerca de 5000 almas com o termo de Itapemirim (onde estão os lavradores de maior importância). Fala ainda da situação das Vilas de Benevente, Nova Almeida e Vila Velha.	Reproduzido
	1762, Novembro, 28, Vila de Vitória AHU_CU_007, Cx. 04, Doc. 343	CARTA (cópia) do Ouvidor Geral da Comarca do Espírito Santo, Francisco de Sales Ribeiro ao [Governador de Minas Gerais, Gomes de Freire de Andrade], Conde de Bobadela, a informar medições, devassas e	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		inventário tendentes a criação das Novas Vilas de Benevente e Reis Magos desta Comarca.	
	1755, Janeiro, 23, Tejuco AHU_CU_011, Cx. 67, D. 5576	CARTA do Governador de Minas, José Antônio Freire de Andrade informando o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real acerca das diligências a que irá proceder a fim de averiguar do estado da Aldeia dos Reis Magos.	Reproduzido
	[ant. 1805, Setembro, 3] AHU_CU_005-01, Cx. 139, D. 27.655-27.657	REQUERIMENTO de D. Ana Angélica de Jesus Maria, viúva de José da Cruz Silva, solicitando autorização para vender livremente os produtos de sua fazenda da Moribeca, situada na capitania do Espírito Santo, e que fora arrematada pelo seu marido aos jesuítas.	Reproduzido
	[ant. 1806, Julho, 18] AHU_CU_005, Cx. 242, D. 16710.	REQUERIMENTO de Antônio José Ferreira de Abreu e mais herdeiros do falecido José da Cruz Silva e donos da fazenda da Moribeca, ao príncipe regente [D. João] solicitando provisão para o ouvidor da capitania do Espírito Santo, autorizando a medição e demarcação da referida fazenda.	Reproduzido
	[ant. 1797, Maio, 23] AHU_CU_005-01, Cx. 91, d. 17859-17866	REQUERIMENTO de José da Cruz Silva solicitando que procedessem judicialmente à avaliação dos limites da Fazenda Moribeca, confiscada dos jesuítas, e arrematada por si em hasta pública, donde tinham sido expulsos intrusos. Anexo: mandado (instrumento em pública forma) 2 requerimentos, certidão (instrumento em pública forma)	Reproduzido
	1802, Janeiro, 15, Vila da Vitória AHU_CU_007, Cx. 06, Doc. 474	OFÍCIO do [Governador da Capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [Secretario de Estado da Marinha e Ultramar, José Rodrigues de Sá e Melo], Visconde de Anadia a informar dos erros em matemática e direito com que se tem distribuído as sesmarias dos grandes proprietários desta colônia, tomando tanto de fundo como de testada nas terras concedidas fazendo iguais as duas dimensões contra a provisão expressa que no mesmo officio se acusa, e especialmente na fazenda de Muribeca que foi dos expulsos jesuítas.	Reproduzido
	1744, Fevereiro, 13, Colégio de Santiago AHU_CU_007, Cx. 03, Doc. 239	OFÍCIO do Capelão Júlio de França ao [Vice Rei e Governador Geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde das Galveias a informar da sublevação dos índios de Reritiba.	Reproduzido
	1746, Fevereiro, 15, Lisboa	CONSULTA do Conselho Ultramarino	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	AHU_CU_007, Cx. 03, Doc. 253	ao Rei D. João V sobre o pedido do Padre Manuel da Siqueira para mandar um ministro devassar a sublevação da Aldeia de Reritiba na Capitania do Espírito Santo.	
	1750, Junho, 25, Vila de Vitória AHU_CU_007, Cx. 03, Doc. 300	CARTA do Ouvidor Geral da Capitania do Espírito Santo, Bernadino Falcão de Gouveia, ao Rei [D. João V] a informar que no sítio de Orobó se acham a mais de seis anos alguns índios separados da Aldeia de Reritiba, que recebem ordens de um índio por nome de Manuel Lopes.	Reproduzido
	1746, Agosto, 30, Bahia AHU_CU_005, Cx. 86, Doc. 7089	CARTA do Vice-Rei e Capitão-general do Brasil, Conde das Galveias, André de Melo e Castro ao Rei [D. João V] comunicando a dificuldade que há em desocupar ministros da Relação para tirar a residência do antigo ouvidor da Capitania do Espírito Santo, Bacharel Pascoal Ferreira, e informando sobre a devassa da sublevação dos índios da Aldeia de Reritiba.	Reproduzido
	1759, Julho, 5, Rio de Janeiro AHU_CU_017, CX. 56, D. 5485.	OFÍCIO de João Pereira de Araújo e Azevedo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando o agravamento do estado de saúde do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro]; relatando algumas notícias acerca da aldeia de São Pedro de Cabo Frio, como a existência de um pároco para atender às necessidades espirituais da população; remetendo cópias dos inventários dos bens e descrição dessa Aldeia, bem como da Aldeia de Iiritiba e das duas residências dos religiosos da Companhia de Jesus na Ilha de Santa Catarina e Nova Colônia [do Sacramento].	Reproduzido
	1759, Julho, 5, Rio de Janeiro AHU_CU_017, CX. 56, D. 5485.	OFÍCIO de João Pereira de Araújo e Azevedo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando o agravamento do estado de saúde do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro]; relatando algumas notícias acerca da aldeia de São Pedro de Cabo Frio, como a existência de um pároco para atender às necessidades espirituais da população; remetendo cópias dos inventários dos bens e descrição dessa Aldeia, bem como da Aldeia de Iiritiba e das duas residências dos religiosos da Companhia de Jesus na Ilha de Santa Catarina e Nova Colônia	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		[do Sacramento].	
	1682, Agosto, 07, Vila da Vitória AHU_CU_007, cx. 01, doc. 90	CERTIDÃO da Câmara da Vila da Vitória sobre os feitos realizados pelo Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo em favor das fortificações e defesa na Vila da Vitória e em Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, onde se erigiu pelourinho, casa de câmara, cadeia e igreja, além de jornadas em busca de esmeraldas.	Reproduzido
	1761, Maio, 28, Vila de Nossa Senhora da Vitória AHU_CU_003, Cx. 17, D. 1530.	AUTO DE DEVASSA feito pelo comissário do Santo Ofício e vigário colado da igreja de Nossa Senhora da Conceição da vila de Guarapari, Bispado do Rio de Janeiro, Antônio Esteves Ribeiro, ao procedimento, vida e costumes dos religiosos da Companhia de Jesus na comarca do Espírito Santo.	Reproduzido
	[ant. 1801, Fevereiro, 25] AHU_CU_017, Cx. 190, D. 13677.	OFÍCIO do capelão menor Domingos José da Silva e Sá ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], informando sobre as vantagens da venda das terras que foram dos índios guarulhos, na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, que estão sendo arrendadas por preços diminutos, das fábricas de açúcar e terras que foram do arcediogo Antônio de Siqueira Quintal, na vila de Guaraperim, capitania do Espírito Santo, que estão na posse do ouvidor daquela capitania, José Pinto Ribeiro, e da fazenda Santa Cruz.	Reproduzido
	1646, Fevereiro, 11, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 2, D. 156.	CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Duarte Correria Vasqueanes, ao rei [D. João IV] sobre a ida dos religiosos da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, padres Luís de Sequeira e Vicente dos Santos, junto com Antônio e Domingos de Azevedo Coutinho, à averiguação da serra de esmeraldas na capitania do Espírito Santo.	Reproduzido
	1646, junho, 2, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 482.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre uma carta do Governador do Rio de Janeiro, acerca do oferecimento dos Padres da Companhia para irem explorar a Serra das Esmeraldas, na Capitania do Espírito Santo, como o já tinham feito a sua custa Domingos de Azevedo Coutinho e seu irmão Antonio de Azevedo Coutinho.	Reproduzido
	1646, novembro, 9, Lisboa	CONSULTAS (2) do Conselho	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 527-528.	Ultramarino, relativas a exploração da serra das Esmeraldas pelos padres da Companhia Luiz de Sequeira e André dos Banhos e outros.	
	1646, julho, 8, Rio de Janeiro AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 543.	CARTA do Governador Duarte Corrêa Vasqueanes, em que mostra a conveniência de todos os ministros seculares e eclesiásticos viverem na parte alta da cidade, no abrigo das Fortificações.	Reproduzido
	1646, dezembro, 10, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 3, D. 544-545.	INFORMAÇÕES do vogal do Conselho Ultramarino Salvador Corrêa de Sá e Benavides e dos Padres da Companhia Luiz Pascoal e Paulo da Costa, favoráveis à reedificação da cidade do Rio de Janeiro na parte alta do monte.	Reproduzido
	1646, Outubro, 06, Espírito Santo AHU_CU_007, cx. 01, doc. 26.	CERTIDÃO (treslado) do Capitão do Forte Nossa Senhora de Vitória, Francisco Garcia Santiago, a declarar que o Capitão Domingos de Azeredo Coutinho e seu irmão Antônio de Azeredo Coutinho e o Padre Luís de Siqueira da Companhia de Jesus foram ao sertão em descobrimento da serra de esmeraldas.	Reproduzido
	Cu ConsultasMistas_1643-1833 2 Jun. 1646 Códice 13 Folha 343	SOBRE uma carta que escreveu Duarte Correia Vasqueanes, governador do Rio de Janeiro acerca dos Jesuítas se oferecerem a ir à averiguação e entaboamento da serra das esmeraldas, da capitania do Espírito Santo.	Reproduzido
	1663, janeiro, 16, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 5, D. 927-928.	CONSULTA do Conselho Ultramarino acerca dos Padres da Companhia de Jesus se negaram a pagar dízimos e outros impostos das muitas fazendas que possuíam e sobre a avultada quantia que dois religiosos Biscainhos tinham deixado em depósito no Rio de Janeiro.	Reproduzido
	1679, janeiro, 17, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1365.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, relativa a petição do Padre Francisco de Mattos, da Companhia de Jesus, Procurador geral da Província do Brasil, em que requeria que os Índios das Aldeias de S. Barnabé e S. Lourenço fossem restituídos a posse das suas terras.	Reproduzido
	S. d. AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1366.	REQUERIMENTO do mesmo Procurador geral Padre Francisco de Mattos, em que pedia uma nova devassa sobre os fatos ocorridos nas Aldeias de S. Barnabé e S. Lourenço.	Reproduzido
	1694, janeiro, 29, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1922-1923.	CONSULTAS (2) do Conselho Ultramarino e da Junta das Missões, relativas a assunto religiosos, da cidade do Rio de Janeiro e da Vila de São Paulo.	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	1761, Fevereiro, 4, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5816.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando os motivos da prisão do [desembargador], José de Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo; referindo o estado de administração das aldeias de São Barnabé e Tabaji, ressaltando não ter chegado a correspondência das aldeias do Espírito Santo e São Paulo; comentando o esforço do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], na tentativa de pressionar os padres Jesuítas a divulgarem o local onde esconderam os bens por confiscar, tendo sido publicados editais anunciando a venda das fazendas pertencentes a referida Companhia; e justificando que os homens de negócios daquela praça faziam as suas próprias remessas, devido à falta de lançadores na alfândega para servir na chegada da frota.	Reproduzido
	1645, Janeiro, 18, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 2, D. 135.	CARTA do [governador nomeado para o Rio de Janeiro], Francisco de Souto Maior ao rei [D. João IV] sobre o estado das fortalezas da barra, a falta de artilharia e munições, armas e pólvora e as medidas que tomou para melhorar o seu funcionamento; a administração temporal e espiritual dos jesuítas sobre as três aldeias dos índios desta capitania e uma outra administrada pelo capitão-mor dos índios Martim Afonso; informando a influência de Catarina Ugarth, esposa do [ex-governador] Salvador Correia de Sá e Benevides, sobre o principal da aldeia de Martim de Sá, Manuel Ubará Pitanga, além das irregularidades praticadas por aquele governador; descrevendo o estado de insegurança em que vivem os moradores, devido à falta da aplicação da Justiça nesta praça.	Reproduzido
	1683, Julho, 26, Cabo Frio AHU_CU_017, Cx. 5, D. 486.	CARTA do capitão-mor do Cabo Frio, Domingos da Silva de Agrella, ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os religiosos da Companhia de Jesus não darem índios para o serviço dos moradores e induzem aos que forem trabalhar que só o façam mediante o pagamento de três patacas e meia.	Reproduzido
	[ant. 1740, Outubro, 14]	REQUERIMENTO do procurador-	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	AHU_CU_017, Cx. 33, D. 3464.	<p>geral da Companhia de Jesus da Província do Brasil ao rei [D. João V], solicitando um aviso acerca das medidas tomadas pelo contratador dos Dízimos Reais, Tomé Gomes Moreira, ou por seu filho, em matéria da cobrança dos Dízimos das fazendas e propriedades daquela companhia religiosa, para que o suplicante enquanto procurador-geral da Província do Brasil possa dar seu parecer a respeito do que pertencer ao Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro, de modo a evitar os agravos do provedor da Fazenda Real daquela capitania, [Francisco Cordovil de Sequeira e Melo].</p>	
	<p>1758, Abril, 1 – Maio, 19, Roma, Residência da Junqueira, Belém</p> <p>AHU_CU_005-01, Cx. 20, D. 3629-3650.</p>	<p>RELAÇÃO das ordens e papéis relativos aos religiosos da Companhia de Jesus, que os desembargadores José de Mascarenhas Pacheco Coelho e Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino, levaram para o Brasil.</p> <p>BREVE do Papa Benedito XIV ao cardeal Saldanha sobre a reforma da Companhia de Jesus no Reino e Domínios de Portugal.</p> <p>CARTA (minuta) do visitador e reformador geral apostólico da religião da Companhia de Jesus nos Reinos de Portugal e seus domínios, cardeal Saldanha, sobre o comércio dos Jesuítas.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao vice-rei, conde dos Arcos recomendando auxílio civil e militar ao arcebispo da Bahia, sub-delegado do cardeal Saldanha, e que a Relação não conhecesse os recursos das suas deliberações, já que estes deviam subir a apreciação real.</p> <p>ALVARÁ com força de lei, ordenando que a liberdade concedida aos índios do Maranhão, aos seus bens e comércio, pelo alvará de 6 e 7 de junho de 1755, fosse extendida aos índios que morassem em todo o continente do Brasil, sem restrição, interpretação ou modificação alguma.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao vice-rei, conde dos Arcos, ordenando a execução do alvará antecedente, o estabelecimento do governo civil dos índios e a ereção nas vilas e lugares com as denominações das terras do Reino, de aldeias habitadas pelos mesmos.</p>	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao arcebispo da Bahia ordenando que transformasse as missões em paróquias, nomeando párocos do Hábito de São Pedro.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao vice-rei, conde dos Arcos, recomendando que prestasse auxílio ao arcebispo da Bahia na colocação dos clérigos nas missões. Provisão (minuta) ao desembargador Manuel Estêvão de Vasconcelos Barberino, ordenando que reduzisse os termos da ordenação do liv. 2, tit. 18, e as usurpações de terrenos feitas pelos religiosos da Companhia de Jesus na capitania da Bahia.</p> <p>DECRETO (minuta) de nomeação do desembargador da Relação e Casa do Porto, Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino, para o lugar de desembargador da Casa da Suplicação, como recompensa por seus serviços.</p> <p>DECRETO (minuta) de nomeação do desembargador da Relação e Casa do Porto, Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino, para o lugar de Conselheiro do Conselho Ultramarino.</p> <p>DECRETO (minuta) de nomeação do desembargador da Casa da Suplicação, José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo para o lugar de Conselheiro do Conselho Ultramarino.</p> <p>DECRETO (minuta) que mandou pôr verba nos ordenados que os desembargadores, Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino e José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo, recebiam da Casa da Suplicação. Provisões (2 minutas) que mandaram pagar aos desembargadores, Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino e José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo, certa quantia, durante sua residência no Brasil.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao vice-rei, conde dos Arcos, participando as nomeações dos desembargadores, Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino e José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo, para os CATÁLOGO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS REFERENTES À BAHIA-CA EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO AHU_CU_BAHIA-CA PÁG. - 168 / 1473 lugares de conselheiros do</p>	

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>Conselho Ultramarino, com jurisdição para constituírem tribunal na cidade da Bahia, com o desembargador António de Azevedo Coutinho.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao arcebispo da Bahia participando que os desembargadores, Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino e José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo, levavam jurisdição para constituírem na Bahia, Tribunal de Ordens para os negócios do provimento das novas paróquias.</p> <p>DECRETO (minuta) concedendo o Hábito de Cristo ao desembargador Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino.</p> <p>DECRETO (minuta) dispensando o desembargador Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino para receber a mercê do Hábito de Cristo.</p> <p>DECRETO (minuta) ordenando que pela Mesa da Consciência e Ordens, fossem passadas as dispensas para que o desembargador Manuel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino pudesse professar e tomar o Hábito de Cristo no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao bispo da Diocese do Rio de Janeiro, ordenando que como delegado do cardeal Saldanha, despejasse os religiosos Jesuítas das terras das Minas e em especial de Mariana.</p> <p>CARTA RÉGIA do rei [D. JOÃO V] (minuta) ao governador e capitão general do Rio de Janeiro, ou a quem suas vezes fizesse, sobre a expulsão dos religiosos Jesuítas das terras das Minas e em especial de Mariana.</p>	
	<p>1761, Fevereiro, 11, Rio de Janeiro</p> <p>AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5831.</p>	<p>OFÍCIO do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei António do Desterro], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que na recolha dos ornamentos e mais alfaias dos Jesuítas utilizados na celebração do culto do Divino, fora encontrada uma pauta designando os padres da Companhia que poderiam celebrar as missas em memória dos benfeitores vivos e defuntos daquela Ordem religiosa, incluindo o falecido rei D. Sebastião, como seu fundador, e um casal de escravos e filhos que</p>	<p>Reproduzido</p>

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		trabalhavam nos engenhos dos padres; referindo o que foi encontrado entre os bens da Companhia e os rendimentos que estes possuíam; solicitando esclarecimentos acerca da aplicação desse rendimento.	
	1762, Abril, 19, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 64, D. 6097.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a divisão das fazendas pertencentes aos jesuítas, consideradas de utilidade pública nas quais seriam criadas novas freguesias para facilitar a cobrança dos dízimos.	Reproduzido
	1762, Julho, 5, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 65, D. 6138.	OFÍCIO do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a criação de vilas nas fazendas que pertenceram aos Jesuítas na capitania do Rio de Janeiro.	Reproduzido
	1763, Março, 21, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 66, D. 6212.	OFÍCIO do governo interino do Rio de Janeiro, Minas Gerais [e São Paulo] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o andamento da execução das vendas das casas confiscadas aos jesuítas, ultrapassando o valor das avaliações feitas a elas, e as arrematações em praça pública das propriedades, remetendo-se ao Reino o valor delas através dos navios da frota.	Reproduzido
	1763, Março, 26, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 66, D. 6224.	CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. José], comentando a ambição dos padres Jesuítas em possuírem terras, tanto produtivas como desertas e incultas; solicitando que se concedessem sesmarias para que estas terras fossem povoadas e cultivadas.	Reproduzido
	1765, Janeiro, 24, Lisboa AHU_CU_017, Cx. 73, D. 6686.	CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a carta do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha] solicitando a doação da casa de campo que era dos jesuítas, no distrito de São Cristóvão, termo da cidade do Rio de Janeiro, para abrigar leprosos recolhidos nas ruas, fundando, naquele local, um hospital, alegando que o local escolhido era saudável, nas proximidades de um rio de água doce e que poderia ser sustentado por	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		contribuições compulsórias dos habitantes e por esmoladas dadas aos doentes.	
	1755, maio, 15, Rio de Janeiro AHU_CU_017-01, Cx. 79, D. 18291-18298.	OFÍCIO do Governador José Antonio Freire de Andrade, sobre as providências que adotara para evitar a fuga dos Índios das suas Aldeias.	Reproduzido
	1757, abril, 26, Rio de Janeiro AHU_CU_017-01, Cx. 86, D. 20091.	OFÍCIO do Governador José Antonio Freire de Andrade para Thomé Côrte Real, no qual o informa dos intuitos que julgava terem os Padres da Companhia de Jesus de alargarem os seus territórios no caminho das Minas.	Reproduzido
	1779, Junho, 6, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 110, doc. 9139	CARTA do capitão-mor [de vila nova de São José d'el Rei], João Batista da Costa, à rainha [D. Maria I], queixando-se das violências cometidas pelos diretores contra as populações indígenas da Aldeia de São Barnabé, com o nome atual de Vila Nova de São José d'el Rei, na comarca do Rio de Janeiro; solicitando a tomada de providências para solucionar o caso, restituindo a paz, segurança e confiança dos índios junto dos colonos. Rio de Janeiro, 06 de junho de 1779.	Reproduzido
	1727 AHU_CU_017-01, Cx. 25, D. 5744.	REQUERIMENTO do Reitor e Religiosos da Companhia de Jesus do Colégio do Rio de Janeiro, em que pedem o privilégio de não serem tomadas para aposentadoria as casas que possuíam naquela cidade, de que repetidas vezes se apoderavam diversos intrusos a título de aposentadoria, com grandes prejuízos dos seus interesses.	Reproduzido
	1727, fevereiro, 26, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 24, D. 5566.	PORTARIA pela qual se mandou passar provisão ao Padre Luiz de Albuquerque, da Companhia de Jesus e Procurador das Missões do Rio de Janeiro, para se tombarem umas terras que possuíam naquela Capitania.	Reproduzido
	1758, Setembro, 17, Bahia AHU_CU_005-01, Cx. 20, D. 3651-3653.	OFÍCIO do vice-rei, conde dos Arcos, ao Tomé Joaquim da Costa Corte Real, participando que a ideia dos Jesuítas fundarem uma província no Rio de Janeiro tinha sido posta de lado. OFÍCIO do vice-rei, conde dos Arcos, ao padre provincial da Companhia de Jesus no Brasil, comunicando que estavam interrompidas as suas relações particulares e oficiais, inclusive com os demais religiosos da mesma Companhia e que não reconheceria o novo provincial, que sem licença, fosse estabelecido na província clandestina que estavam querendo estabelecer. CARTA do padre provincial, João Honorato, ao vice-rei, conde dos	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Arcos, informando que a Companhia não pretendia estabelecer a província sem a licença do Rei.	
	1691, outubro, 10, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 9, D. 1779.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre a petição do Padre Matheus de Moura, Reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, em que pedia uma nova devassa acerca das agressões que Martim Corrêa Vasqueanes e José de Barcellos Machado tinham praticado nas suas fazendas dos Campos de Goitacazes.	Reproduzido
	1761, Fevereiro, 9, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 61, D. 5825.	OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a criação de vilas nos locais onde existiram aldeias da Companhia de Jesus; comentando a má formação dada pelos padres da Companhia aos índios aldeados, tornando-os incapazes, indolentes e insolentes; sugerindo a aplicação naquelas capitânicas do Diretório de administração dos índios usado no Maranhão, bem como a introdução de letrados para administrar a lei e manter a ordem nas novas vilas e pessoas, artistas e mestres que possam casar com as indígenas, a fim de se criar uma outra sociedade.	Reproduzido
	1732, Novembro, 18, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 24, D. 2603.	CARTA do [governador interino do Rio de Janeiro], mestre-de-campo, Manoel de Freitas da Fonseca, ao rei [D. João V], informando que o [ex-]governador do Rio de Janeiro, Luís Vaia Monteiro, tinha avisado o reitor do Colégio da Companhia de Jesus, que por ordem régia o novo caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro deveria continuar a ser pago pelos padres da referida Companhia, ficando esta ainda responsável pelo destino de uma aldeia indígena chamada Itinga, de sua propriedade; indicando que o reitor havia já destinado um padre para continuar com a obra.	Reproduzido
	[ant. 1736, Dezembro, 14] AHU_CU_017, Cx. 29, D. 3075.	REQUERIMENTO do reitor e mais religiosos da Companhia de Jesus do Colégio do Rio de Janeiro, por seu procurador-geral padre Martinho Borges, ao rei [D. João V], solicitando a reforma da ponte denominada São Cristóvão e o caminho contíguo ao referido colégio, sem dano das terras e propriedades dos suplicantes.	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	1756, Janeiro, 31, Cabo Frio AHU_CU_017, Cx. 50, D. 4976.	CARTA dos oficiais da Câmara de Cabo Frio ao rei [D. José], solicitando concessão de terras para a subsistência dos moradores daquela e da região circunvizinha, alegando que a maioria das sesmarias concedidas aos padres Jesuítas em Araruama, aos índios da aldeia de São Pedro e aos padres carmelitas em Saquarema estavam devolutas; denunciando também a intenção dos Jesuítas em tomar posse da Ponta de Búzios, local em que existia a armação das Baleias; solicitando providências para a promoção da justiça.	Reproduzido
	1759, Julho, 5, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 56, D. 5485.	OFÍCIO de João Pereira de Araújo e Azevedo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando o agravamento do estado de saúde do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro]; relatando algumas notícias acerca da aldeia de São Pedro de Cabo Frio, como a existência de um pároco para atender às necessidades espirituais da população; remetendo cópias dos inventários dos bens e descrição dessa Aldeia, bem como da Aldeia de Iiritiba e das duas residências dos religiosos da Companhia de Jesus na Ilha de Santa Catarina e Nova Colônia [do Sacramento].	Reproduzido
	1722, Novembro, 26, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 13, D. 1407.	CARTA do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao rei [D. João V], em resposta à provisão de 19 de Maio de 1722, sobre as queixas dos oficiais da Câmara do Cabo Frio em relação à forma como os religiosos da Companhia [de Jesus] se apossaram das terras e datas de sesmaria da região.	Reproduzido
	[ant. 1727, Dezembro, 16] AHU_CU_017, Cx. 18, D. 2038.	REQUERIMENTO do religioso da Companhia de Jesus e procurador das Missões e Índios do Rio de Janeiro, padre Luís de Albuquerque, ao rei [D. João V], solicitando provisão que determine a permanência da pescaria dos índios da aldeia de Cabo Frio no porto da Ponta dos Búzios, e que em momento algum sejam molestados pelos moradores daquela vila.	Reproduzido
	1731, Maio, 25, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 22, D. 2432.	CARTA do ouvidor-geral do Rio de Janeiro, Manoel da Costa Mimoso, ao rei [D. João V], informando seu parecer sobre o requerimento do procurador das Missões e índios da	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Companhia de Jesus, o padre Luís de Albuquerque, acerca da posse do local de pescarias da Enseada da Ponta dos Búzios, em Cabo Frio e sobre as pretensões dos oficiais da Câmara do Cabo Frio que se queixam dos procedimentos dos religiosos de São Bento.	
1730	AHU_CU_017-01, Cx. 29, D. 6631.	REQUERIMENTO do Padre Luiz de Albuquerque, da Companhia de Jesus, Procurador das Missões o Índios da Aldeia de S. Lourenço da Capitania do Rio de Janeiro, em que pede a demarcação das terras pertencentes aos Índios da mesma aldeia.	Reproduzido
1753	AHU_CU_017-01, Cx. 72, D. 16785-16786.	REQUERIMENTO do Padre Reitor do Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, como administrador dos Índios das Missões de S. Barnabé e S. Lourenço, em que pede a demarcação de várias terras, pertencentes aos mesmos Índios, contíguas as suas aldeias.	Reproduzido
1727, fevereiro, 26, Lisboa	AHU_CU_017-01, Cx. 24, D. 5566.	PORTARIA pela qual se mandou passar provisão ao Padre Luiz de Albuquerque, da Companhia de Jesus e Procurador das Missões do Rio de Janeiro, para se tombarem umas terras que possuíam naquela Capitania.	Reproduzido
1728	AHU_CU_017-01, Cx. 26, D. 6042.	REQUERIMENTO dos Índios da Aldeia de Santo Antonio dos Campos dos Goitacazes, capitania do Rio de Janeiro, acerca da demanda que tinham com os Padres da Companhia de Jesus, por causa das terras, que estes tinham conseguido que se lhes dessem em sesmaria, ocultando que pertenciam aos mesmos Índios.	Reproduzido
1700, novembro, 23, Lisboa	AHU_CU_017-01, Cx. 26, D. 6043.	ALVARÁ régio pelo qual se mandou dar a cada Missão uma légua de terras, em quadra, para a sustentação dos Índios e Missionários.	Reproduzido
1701, Janeiro, 19, Lisboa	AHU_CU_017, Cx. 7, D. 739.	PARECER do Conselho Ultramarino sobre a consulta da Junta das Missões e a carta do provincial de Santo Antônio do Rio de Janeiro, acerca da cõgrua que devem receber os missionários que assistem nas aldeias dos índios da vila de São Paulo e o vigário da aldeia dos goitacazes.	Reproduzido
[ant. 1718, Setembro, 18]	AHU_CU_017, Cx. 10, D. 1084.	REQUERIMENTO do clérigo do hábito de São Pedro, padre Bartolomeu de Jesus ao rei [D. João V], solicitando a administração das fazendas e campos de Santa Cruz que pertenceram aos padres da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e atualmente se encontram abandonadas, pelo tempo que durar a	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		sua vida.	
	1756, Agosto, 3, Rio de Janeiro AHU_CU_017, Cx. 51, D. 5076.	OFÍCIO do [governador interino do Rio de Janeiro e Minas Gerais], José Antônio Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, remetendo cópia do requerimento dos moradores da vila de Inhomerim, do Rio de Janeiro, solicitando ordem para que o padre jesuíta, Manoel Cardoso, fosse retirado das cercanias do mesmo caminho, visto que, sob o pretexto de catequizar os índios Gassarucús nas margens dos rios Paraíba e Paraibuna, tinha por objetivo estender os domínios da Companhia de Jesus até as serras de Macacú, apesar das dissimulações do provincial da ordem, padre João Honorato. Anexo: ofício (cópia), requerimento (cópia), ofício (minuta), carta.	Reproduzido
	[post. 1758, Julho, 22, Lisboa]. AHU_CU_017, Cx. 53, D. 5334.	EXTRATO das cartas escritas pelo Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro], para o serviço real.	Reproduzido
	[ant. 1795, Setembro, 28] AHU_CU_017, Cx. 155, D. 11751.	REQUERIMENTO de Manoel de Jesus e Sousa, índio natural da aldeia de São Lourenço e capitão-mor dela, à rainha [D. Maria I], solicitando o soldo de seu posto, da mesma forma que se concedeu a outros em semelhantes postos, visto os serviços prestados e a provisão feita pelo vice-rei do Estado do Brasil, [conde de Resende, D. José Luís de Castro] naquele lugar.	Reproduzido
	1797, Abril, 7, [Rio de Janeiro] AHU_CU_017, Cx. 161, D. 12071	DESCRIÇÃO do que contém o distrito da vilade Santo Antônio de Sá de Macacú feita por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, [D. José Luís de Castro].	Reproduzido
	1753 AHU_CU_017-01, Cx. 72, D. 16785-16786.	REQUERIMENTO do Padre Reitor do Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, como administrador dos Índios das Missões de S. Barnabé e S. Lourenço, em que pede a demarcação de várias terras, pertencentes aos mesmos Índios, contíguas as suas aldeias.	Reproduzido
	1679, janeiro, 17, Lisboa AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1365.	CONSULTA do Conselho Ultramarino, relativa a petição do Padre Francisco de Mattos, da Companhia de Jesus, Procurador geral da Província do Brasil, em que requeria que os Índios das Aldeias de S. Barnabé e S. Lourenço fossem restituídos a posse das suas terras.	Reproduzido
	S. d.	REQUERIMENTO do mesmo Procurador geral Padre Francisco de	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	AHU_CU_017-01, Cx. 7, D. 1366.	Mattos, em que pedia uma nova devassa sobre os fatos ocorridos nas Aldeias de S. Barnabé e S. Lourenço.	
	1744, Março, 31, Bahia AHU_CU_007, Cx. 03, Doc. 241	CARTA do [Vice Rei e Governador Geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde da Galveias, ao Rei [D. João V] a informar das ordens que os índios da Aldeia de Reritiba tiveram do Ouvidor da Capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras para expulsar violentamente os missionários Padres Francisco de Lima e Pedro Reigoso que foram substituir aos Nicolau Rodrigues e Manuel Leal.	Reproduzido
	Cu_ConsultasMistas_1643-1833 18 Jun. 1647 Códice 14 Folha 61V-64V	SOBRE o descobrimento de minas de esmeraldas que se entende há no sertão da capitania do Espírito Santo e que se cometa aos Padres da Companhia, e outros particulares.	Reproduzido
	CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO AHU_CARTm_007, D. 1049 BARRA DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO COTA: AHU_CARTm_007, D. 1049	Barra da Capitania do Espírito Santo. – [1790]. – 1 carta ms. : color., desenho a tinta ; 34,3 x 66,5cm. em folha 37,6 x 70,3cm. Atualmente é Baía de Vitoria. Abrange as cidades de Vitória e Vila Velha. Estão assinalados: <i>Villa da Victoria, capitania do Espirito Santo, Morro do Vigia, Fortaleza de São João, Mestra arvar, Ponta de Piraem, Pão de Assucar, Vila Velha, Fortaleza de Pertininga, Nossa Senhora da Penha, Moreno, Ilha do Boi, Baixa Grande, Cavallo, Escarraia.</i> Inclui rosa-dos-ventos. Contém batimetria. Vegetação e relevo representados em forma pictórica. Estão representados também, uma igreja, a Fortaleza de São João, alguns prédios em Vitória, a Fortaleza de Pertininga, ao Convento da Penha e algumas residências em Vila Velha. Desenho a tinta e a bico de pena. Aquarelada nas cores verde, marrom, vermelho e cinza. Na margem superior está escrito: <i>Mappa 1º.</i> Marca d'água: D C & BLAUW. Pertence a uma coleção de 3 mapas da Costa marítima da Capitania do Espírito Santo. Ver ofício do Governador D. Fernando José de Portugal, datado da Baía 4 de Setembro de 1790. Datação com base na documentação anexa. Referências: COLÓQUIO	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º Inventário da Brasililae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria. Separata de Studia, Lisboa, nº 17, abr. 1966.</p> <p>Ref.: 197-199 nº 1 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Catálogo da exposição histórico-documental luso-brasileira. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo, abr-maio 1982 nº 73 – Cat. Exp.</p> <p>Encontro de Culturas, Ref. 68-70 - Brasil / Espírito Santo, Capitania do / Espírito Santo / Vitória, Baía de (ES)/ Vitória (ES)/ Vila Velha (ES). Antiga lista da Cartografia do AHU: nº 188.</p>	
	<p>AHU_CARTm_007, D. 1108 PLANO DO RIO DO ESPÍRITO SANCTO, COMPREHENDIDA A BARRA, SUAS FORTALEZAS E VILAS</p> <p>COTA: AHU_CARTm_007, D. 1108</p>	<p>Plano do rio do Espírito Sancto, compreendida a barra, suas fortalezas e vilas. - [1766]. – 1 carta ms. : color., desenho a tinta, 51 x 82,5cm em folha 56 x 87,5cm.</p> <p>Indica o Convento de Nossa Senhora da Penha e a Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra em Vila Velha, as fortificações de Santo Inácio, Nossa Senhora do Carmo, e São João na cidade de Vitória.</p> <p>Assinalada as cidades de Vila Velha e de Vitória onde se lê: <i>Neste lugar está situada a Vila de Vitoria.</i></p> <p>Contém informação de que uma embarcação holandesa desembarcou no reinado de d. João IV.</p> <p>Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis. Vegetação e relevo representados em forma pictórica.</p> <p>Desenho a bico de pena e a nanquim vermelho e preto.</p> <p>Contém batimetria.</p> <p>Aquarelada nas cores verde, vermelha, azul e marrom.</p> <p>Anexa ao doc. de 18 de Janeiro de 1766.</p> <p>Inventário dos avulsos do Rio de Janeiro: AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6934, ver também o D. 6933.</p> <p>Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º Inventário da Brasililae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria. Separata de Studia, Lisboa, nº 17, abr. 1966.</p> <p>Ref.: 234</p> <p>Brasil/ Espírito Santo, Capitania do/ Espírito Santo/ Vitória, Baía de (ES)/</p>	<p>Reproduzido</p>

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		Vitória (ES)/ Vila Velha (ES). Antiga lista da Cartografia do AHU: nº 190.	
	VILA NOVA DE BENAVENTE AHU_CARTm_007, D. 1051.	Vila nova de Benavente. – [1790]. – 1 carta ms.: color., desenho a tinta; 34,7 x 44,5 cm. em f. 37,6 x 48,2 cm. Estão assinalados: Rio Itapemerim, Monte Agha, Ilha do Francez, Ilhas de Piuma, Barra de Piuma, Barra Grande, Barra do Moleque, Ponta dos Castelhanos. Contém uma nota, onde está escrito: <i>Nesta barra em pria-mar tem 13,14,15,16 palmos de agua se reinão ventos do mar em aguas vivas, e marés mortas, em pria-mar tem 8 palmos, e baixa mar tem 6. Esta entrada he muito abrigada de ventos da terra, Ilha com ilha he <u>que</u> entra muito mar, mas a tença he boa, dentro do rio he abrigado de todos os ventos.</i> Inclui rosa-dos-ventos. Vegetação e relevo representados em forma pictórica. Estão representados, também, uma igreja e algumas residências. Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 188. OCL: Espírito Santo (capitania) (Brasil). Costa marítima. 1790.	Reproduzido
	AHU_CARTm_007, D. 1050 VILLA DE GUARAPARIM COTA: AHU_CARTm_007, D. 1050	Villa de Guaraparim. – [1790]. – 1 carta ms. : color., desenho a tinta ; 34,3 x 45,5cm em folha 37,4 x 48,5cm. Estão assinalados: <i>Guaraparim, Rapoza, Escarvada, Trez Ilhas</i> Antiga aldeia jesuítica, recebeu os seguintes nomes: Aldeia dos Jesuítas, Aldeia de Nossa Senhora, Aldeia Santa Maria de Guaraparim, Guaraparim, Goaraparim e por fim Guarapari. Foi elevada a vila em 1679. Inclui rosa-dos-ventos. Vegetação e relevo representados em forma pictórica. Estão representados, também, uma igreja e algumas residências. Contém batimetria. Desenho a tinta e a bico de pena. Aquarelada nas cores verde, marrom, vermelho e cinza. Na margem superior está escrito: <i>Mappa 2º</i> Pertence a uma coleção de 3 mapas da costa marítima da Capitania do Espírito Santo. Marca d'água: D C & BLAUW. Inventário Castro e Almeida-BA: AHU_ACL_CU_005-01, D. 13.862 Ver ofício do Governador D. Fernando	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>José de Portugal, datado da Baía 4 de Setembro de 1790.</p> <p>Datação com base na documentação anexa.</p> <p>Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º Inventário da Brasililae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria. Separata de Studia, Lisboa, nº 17, abr. 1966.</p> <p>Ref.: 197-199 nº 2 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Catálogo da exposição histórico-documental luso-brasileira. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo, abr-maio 1982 nº 73 – Cat. Exp.</p> <p>Encontro de Culturas, Ref. 68-70 - http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php/ -</p> <p>Enciclopédia dos Municípios. Rio de Janeiro : IBGE, 1957 – 1960. V. Brasil / Espírito Santo, Capitania do / Espírito Santo / Guarapari (ES)</p> <p>Antiga lista da Cartografia do AHU: nº 188.</p>	
	<p>ALBERNAZ I, João Teixeira DEMONSTRASÃO DO RIO DE IANEIRO AHU_CARTm_017, D. 1052</p>	<p>Demonstração do Rio de Ianeiro / Feita por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. – 1645. - 1 carta ms. : color., desenho a tinta ferrogálica ; 42,9 x 63,6cm Mostra a defesa da Baía de Guanabara, riscada a nanquim vermelho, com as seguintes fortificações: Fortaleza de Santa Cruz, Laje, Fortes São João, São Tiago e Villegagnon ,<i>Viragalhão</i>, e de um reduto em frente ao Mosteiro de São Bento. Estão assinalados: <i>Ilhas a que chamão do Senhor meu pai, Pão de Sugar, entrada pera nauivos de pouco porte, Barra Grãde, Forte. S Yoão, , Lage, cuja grandeza pouco mais ou menos he como pateo da alfandega de Lixboa. Fortaleza Santa Cruz, Octeltero, Santo Antonio, São Sebastião, Cõseisão, Viragalhão, Forte São Tiago, São Bento, Reduto, Ilha das Cobras, afastada, da ponta de São Bento hum tiro de mosquete, São Pedro, São Cristouão, Aldea, Ilha do Governador, Rio Guaxindiba, Rio Macuco, Rio Mauá, Rio Sorey, Rio Guaguaçu, Rio Sirapohi, Rio Miritibe.</i> Inclui rosa-dos-ventos com flor-de-lis.</p> <p>Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente</p>	<p>Reproduzido</p>

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da <i>Brasiliae Monumenta Cartographica</i> / por Alberto Iria.. Separata de <i>Studia</i> , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref. 200 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.Catálogo da Exposição Histórico-documental Luso-Brasileira. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo : Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, abril-maio 1982. Ref. 35 – Cat. Exp. Henriquina. nº74. Cat. Exp. P.Anexo: Cabral nº66 Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 191 Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro, Capitania do / Guanabara, Baía de (RJ) / Rio de Janeiro (RJ) / Fortificações – Rio de Janeiro (Estado).	
	PLANTA DA BARRA DO RIO DE JANEIRO AHU_CARTm_017, D. 1104	PLANTA DA BARRA DO RIO DE JANEIRO Planta da Barra do Rio de Janeiro. - [ca. 1761]. - 1 carta ms. : color., desenho a tinta ; 27,8 x 40cm. em f. 31,6 x 42,7cm. Carta da atual Baía de Guanabara, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Mostra uma embarcação à entrada da Baía, deparando com 4 fortificações (Forte São João, Forte de São Martinho, Fortaleza de Santa Cruz e Forte da Ilha de Laje. Estão assinalados os seguintes topônimos: do lado da cidade do Rio de Janeiro, <i>Praia vermelha, Forte São João, Forte de São Martinho, Villagalthon</i> , o forte que se está desmoronando, <i>que se está, desmontando, Calhabouço</i> (logo depois o Forte de São Tiago), <i>cidade, Amarração, Ilha, Ilha dos Ratos e das Cobras</i> . Do lado de Niterói, <i>Fortaleza de Santa Cruz, Igreja Nossa da Boa Viagem, Cravatá</i> . Inclui rosa-dos ventos. contém batimetria. Relevo e vegetação representados na forma pictórica. Desenho a nanquim vermelho e preto, e aquarela. Cartucho de título decorado em estilo neoclássico. Aquarelada nas cores verde, vermelho, preta e cinza. Possui marca d'água: Brasão, encimado por uma coroa. Abaixo do brasão em a letra V / COIH[...] Ver AHU_CU_017, Cx. 75, D. 6775. <i>Planta anexa ao ofício do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, conde da Bobadela, de 1761, Fevereiro, 20. Ver AHU_CU_017, Cx.</i>	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		63, D. 6043. Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia, Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref. 230 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.Catálogo da Exposição Histórico-documental Luso-Brasileira. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo : Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, abril-maio 1982. Ref. 58. – Cat. Exp. Cabralina, n.79 – Cat. Exp. Henriquina. Nº76. Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro, Capitania do / Guanabara, Baía de (RJ) / Rio de Janeiro (RJ) / Niterói (RJ) Lista da Seção de Cartografia do AHU: 221.	
	FUNCK, Jacque AHU_CARTm_017, D. 1111 (nº 10)	FUNCK, Jacque Plan de Ryo de Janeyro avec ses forteresses et une partie de la baye / Jacque Funk. – Escala [ca.1:25.000]. – 1768. - 1 carta ms. : color., desenho a tinta ; 38 x70cm. Abrange a Baía de Guanabara, as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Indica alguns locais da cidade do Rio de Janeiro, com: o Convento de Santo Antônio e o hospício dos Barbadinhos no Morro de Santo Antônio, Quinta de São Cristóvão, os caminhos de Mata Cavalos, Mata Porcos e para Minas Lagoa e Cpoacabana, São Cristóvão, Ilha dos Melões,e Praia Vermelha- Aponta também alguns locais em Niterói como o Forte de <i>Caravatá</i> - Gragoatá, São Domingos, Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, Praia das Flechas e de Icarai no Bairro de Icarai, Charitas, Jurujuba, Forte de Santa Cruz, Praia do Imbuí e Lagoa de Piratininga.... Escala gráfica de 1000 braças [=10,3cm.] Contém batimetria. Inclui rosa-dos-ventos com flor-de-lis. Relevo representado em sombreado. Desenho a nanquim e bico de pena sobre 2 folhas coladas. Aguada nas cores azul, laranja, vermelha e cinza. Cartucho de título ilustrado com 1 de carro em pedra com 2 homens trabalhando com a lapidação do ouro, em cima, e puxado por 10 homens com	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>instrumentos de trabalho. A cartela de escala decorada com um tridente e uma fita amarrada, contendo a sua indicação gráfica em braças. O tridente está lançado nas nuvens. Faz parte do códice <i>Relation Generale de toutes les Places fortifiées autour le Port et la Ville de Rio de Janeiro, avec la situation et leur Etat present. Rio de Janeiro le 7 d'octobre de 1768.</i>, encadernando (Enc.XXIII), constituído de [16] plantas e [38] folhas manuscritas, numeradas a lápis de 1 a 27 e de 41 a 51. No verso da f. 55, paginada a lápis, aparece a inscrição a tinta N^o 28 <i>Rio de Janeiro 7 de Dezembro de 1769, Dolgenh. FunK.</i> Anexo ao ofício de 1 de Maio de 1768, AHU_CU_017, Cx. 85, D. 7499, ver também AHU_CU_017, Cx. 87, D. 7617. ver D.1112 a D.1126 Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro, Capitania do / Guanabara, Baía de (RJ) / Rio de Janeiro (RJ) / Niterói (RJ) / Fortificações – Rio de Janeiro (Estado) / Arquitetura Militar – Rio de Janeiro (Estado) Lista da Seção de Cartografia do AHU: Está separado em outra pasta, mas pertence à pasta 227.</p>	
	<p>PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, COM AS SUAS FORTIFICAÇÕES</p> <p>AHU_CARTm_017, D. 1064</p>	<p>Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com as suas Fortificações. – Escalas variam – [ca.1713]. – 1 planta ms.: color. desenho a bico de pena ; 59,5 x 88,9cm. Abrange desde o Forte São Tiago até Trapiche dos terceiros. Mostra as obras que tiveram de ser refeitas desde julho de 1713. Indica a Ilhas das Cobras e a ponte de comunicação com a cidade. Estão assinalados: Escala gráfica das fortalezas de terra de 100 braças [= 11,6 cm.] [ca.1:2.000] Escala gráfica da cidade à ilha de 200 braças [=11,9 cm] [ca.1:4.000]. Aquarelada nas cores verde, vermelha, amarela. Inclui rosados-ventos, com flor-de-lis. Esta tem a representação de um rosto no seu interior. Relevo representado em hacuras. Inventário Castro e Almeida AHU_CU_017-01, cx. 16, doc. 3324, anexa a consulta AHU_CU_017-01, cx. 16, D. 3317. Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4^o. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para</p>	<p>Reproduzido</p>

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref.210 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.Catálogo da Exposição Histórico-documental Luso-Brasileira. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo : Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, abril-maio 1982. Ref.40 – Cat. Exp. Henriquina, nº. 75 – Cat. exp. Cabralina nº.42. Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro, Capitania do / Fortificações – Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro (RJ). Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 198.</p>	
	<p>PLANTAS DOS FORTES DE N.ª. S.ª. DA CONCEIÇÃO E SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO</p> <p>AHU_CARTm_017, D. 1069</p>	<p>[Plantas dos fortes de N.ª. S.ª. da Conceição e São Sebastião do Rio de Janeiro] . - Escala [ca.1:4.000]. - [ca. 1714]. - 1 planta ms. : papel, color. desenho a tinta ; 33,6 x 46cm. em f. 34,4 x 46,9cm. Indica as Fortalezas de N.ª S.ª da Conceição e de São Sebastião, a porta da da mesma, cas do bispo, comunicação do forte da Conceição com a cidade, trapiche da Ordem Terceira, Conventos de São Bento e Santo Antônio Colégio dos Padres da Companhia de Jesus, igreja da Sé, ermida N.ª S.ª do Rosário e bateria no mar. A cidade do Rio de Janeiro está somente indicada em branco, constando no centro uma a rosa-dos-ventos, com flor-de- lis, e o muro que a cerca. Escala gráfica de 100 braças [=5,8cm.]. Escala gráfica de 1000 palmos [=5,8cm.]. Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis. Vegetação e relevo representados em forma pictórica. Desenho a tinta ferrogálica, nanquim vermelho e a bico de pena. Aquarelada nas cores verde, marrom, vermelha , azul, amarela. A nomenclatura está escrita a tinta ferrogálica. Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref. 213 – Cat. Exp. Cabralina. Nº 75. Catalogada no inventário do Castro e Almeida-RJ: AHU_CU_017-01, D. 3325. Anexa a</p>	<p>Reproduzido</p>

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		consulta de 1714, fevereiro, 6, Lisboa: AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3317. Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro, Capitania do / Fortificações – Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro (RJ) / Fortaleza Nossa Senhora da Conceição (RJ) / Forte São Sebastião (RJ). Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 201.	
	FUNCK, Jacques AHU_CARTm_017, D. 1121 (nº 10)	Plan de la forteresse de S. Sebastião située sur une hauteur au sud dans la ville : n.º10 – Escala [ca. 2.000]. – [1768]. – 1 planta ms. : color., desenho a tinta ; 37,1 x 23,3cm. Esta fortaleza fica no Morro do Castelo que foi demolido no início do sécul XX. Abrange as Ilha das Cobras e dos Ratos. Escala gráfica de 50 braças [= 6,3 cm.] Inclui rosa-dos-ventos com flor-de-lis. Relevo representado em sombreado. Desenho a nanquim. Aguada nas cores preta , laranja , azul e vermelha. Possui marca d'água: D & C BLAUW Faz parte do códice <i>Relation Generale de toutes les Places fortifiées autour le Port et la Ville de Rio de Janeiro, avec la situation et leur Etat present. Rio de Janeiro le 7 d'octobre de 1768.</i> , encadernando (Enc.XXIII), constituído de [16] plantas e [38] folhas manuscritas, numeradas a lápis de 1 a 27 e de 41 a 51. No verso da f. 55, paginada a lápis, aparece a inscrição a tinta <i>Nº 28 Rio de Janeiro 7 de Dezembro de 1769, Dolgenh. FunK.</i> Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro, Capitania do / Rio de Janeiro (RJ) / Fortificações – Rio de Janeiro (Estado) / Arquitetura Militar – Rio de Janeiro (Estado) / Fortaleza de São Sebastião (Rio de Janeiro, RJ). Lista da Seção de Cartografia do AHU: 227.	Reproduzido
	FARIA, José Custódio de Sá e AHU_CARTm_017, D. 1129	Planta da cidade do Ryo de Janeiro, capital dos estados do Brazil e projecto com que pode ser fortificada / Coronel Engenheiro José Custódio de Sá e Faria. - Petipé de 400 brassas. - [Rio de Janeiro] : [s.n.], [1770?]. - 1 planta : papel, col., ms. ; 47,9 x 38,8 cm do fôlio Anexo a esta planta há um plano e perfil da tenalha de uma das fortificações do projecto referido. . Anexo ao doc. de 6 de Jan. de 1770;Cx. 96, n.º1- A e B 47,9 x 38,8 cm da mancha = 8,2 cm Brasil / Rio de Janeiro.	Reproduzido
	SOARES, Diogo	Carta 9. ^a : da Costa do Brazil ...dezde	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	AHU_CARTm_003, D. 1142	<p>a barra de Santos athe a da Marambaya / pelos PP Diogo Soares e Domingos Capaci S. J.G.R. no Estado do Brasil. – Escala [ca. 1:1.000.000]. – [Entre 1730 e 1735]. - 1 carta ms. : color., desenho a nanquim ; 18,7 x 31,5cm. em f. 24,8 x 37,7 cm. Abrange desde parte das costas dos Estados de São Paulo (Santos) e do Rio de Janeiro (Restinga de Marambaia). Existe outra cópia de época, abrangendo desde Bertioga (Estado de São Paulo) a atual Barra da Tijuca (Estado do Rio de Janeiro), com a número 9. Embora a nomenclatura seja rica no litoral, indica o Rio Paraíba e a Serra da Mantiqueira no interior. Meridiano de origem: Rio de Janeiro. Inclui rosa-dos-ventos, com flor-delis.. Escala estimada pelos cálculos das outras escalas. Vegetação e relevo representados em forma pictórica. Nomenclatura somente no litoral. Aquarelado nas cores verde, azul, laranja, amarelo e cinza. Cartuchos de título decorado em estilo barroco. Pertence à coleção de sete cartas truncadas da Costa do Brasil, levantada pelos padres matemáticos.Domingos Capacci e Diogo Soares. Ver documento em AHU_CU_O17,Cx. 21, D.2.289.</p> <p>COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da Cartografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref.:261 Brasil / Costa – Brasil / Rio de Janeiro, Capitania de / Costa – Rio de Janeiro (Estado) / Costa – São Paulo (Estado) / Capacci, Domingos Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 331.</p>	
	SOARES, Diogo AHU_CARTm_003, D. 1143	<p>Carta 10.^a da Costa do Brazil : ...dezde a barra da Marambaya athê Cabbo Frio / pelos PP Diogo Soares e Dos. Capaci S. J.G.R. no Estado do Brasil. – Escala [ca. 1:1.000.000]. – [Entre 1730 e 1735]. – Repr. em papel de microf. O orig. desapareceu. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da Cartografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta</p>	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref.:262 Brasil / Costa – Brasil / Rio de Janeiro, Capitania de / Costa – Rio de Janeiro (Estado) / Capacci, Domingos Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 331.	
	CARTA DA COSTA NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, DESDE O BAIXO DOS PARGOS ATÉ CABO FRIO AHU_CARTm_017, D. 1148	[Carta da costa na capitania do Rio de Janeiro, desde o baixo dos Pargos até Cabo Frio]. - Petipé de 7 légoas de 3000 cada hua. - [Rio de Janeiro] : [s.n.], [s. d.]. - 1 carta : papel, col., ms. ; 41,7 x 59,5 cm do fôlio 41,7 x 59,5 cm da mancha = 6,7 cm Brasil / Rio de Janeiro / Pargos / Cabo Frio.	Reproduzido
	PLANTA DA FAZENDA D'EL REY AHU_CARTm_017, D. 1145	Planta da fazenda d'El Rey : vê-se ao centro a fachada da Igreja e o perfil da casa, à volta estão assinalados os campos verdes, matos, rocas dos escravos e aldeias dos índios. - Escala indeterminada. - [Rio de Janeiro] : [s.n.], [17--?]. - 1 planta : papel, col., ms. ; 83,5 x 5,0 cm do fôlio 83,5 x 58,0 cm da mancha Brasil / Rio de Janeiro	Reproduzido
	MASSÉ, João [PLANTA DA ... AHU_CARTm_017, D. 1061	[Planta da] Cidade do Rio de Janeiro : aos 22. 58' de latit[ude] austral / com a delineação de M. Massé. – Escala indeterminável. – [ca. 1712]. - 1 planta ms. : color., desenho a nanquim. ; 27,5 x 38,7cm. 38,8 x 28,0 cm da mancha = 4,5 cm Estão assinalados: <i>collegio, Forte São Sebastiam, Forte Conceysão</i> . Escala gráfica de 350 [...] [= 5,7cm.]. Aquarelada nas cores vermelha e amarela. Inventário Castro e Almeida Referências: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref.205 - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.Catálogo da Exposição Histórico-documental Luso-Brasileira. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo : Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, abril-maios 1982. Ref.40 – Cat. Exp. Henriquina, nº. 75 – Cat. exp. Cabralina nº.70. Catalogada em Castro e Almeida-RJ: AHU_CU_017-01, cx. 16, D. 3295, anexa à consulta de 1712, março, 2, Lisboa: AHU_CU_017-01, Cx. 16, D. 3287. Brasil / Rio de Janeiro (Estado) / Rio	Reproduzido

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		de Janeiro, Capitania do / Fortificações – Rio de Janeiro (Estado) / Rio de Janeiro (RJ). Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 196	
	AHU_CARTi_003_D.1640	RIO DI GENNARO / [Giacomo Giovanni Rossi – cartógrafo] ;Hubert Vincent [gravador].- Escala indeterminada.- [Roma] :[Eredi del Corbelletti], [ca.1698].- 1 mapa : gravura a cobre, color. ; 41,2 x 53,8 cm.- Inclui : cartela de título em estilo barroco, ornamentada com elementos vegetalistas e encimada pelas armas reais portuguesas ; representação de povoações, fortalezas, relevo, árvores, 3 embarcações e baixios ; orientado com rosa de 16 pontas, lis e cruz.- In : “Istoria delle Guerre del Regno del Brasile...”, de Giovanni Giuseppe di Santa Teresa, Roma, 1698.- Nº4 do P. Resgate ; Bibliografia : Cat. Exp. Luso-Brasileira, Nº146, 1982 ; Cat. Exp. Encontro de Culturas, Nº61, 1989.	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
Mar. 2014 a Abr. 2014	[CARTA EM QUE DESCREVE A EXPEDIÇÃO DE MISSIONÁRIOS JESUITAS NO NORTE DO BRASIL EM 1618, QUE ACOMPANHOU O GENERAL ALEXANDRE DE MOURA NA CONQUISTA DO MARANHÃO AOS FRANCESES, E EM QUE DÁ NOTÍCIA DA MISSÃO E DA SUA VIAGEM PARA PORTUGAL] [MANUSCRITO] / [PADRE] M[ANU]EL GOMES Cota: MSS. 29, n. 31	Jesuítas na região norte do Brasil	Reproduzido
	CARTAS, INFORMAÇÕES, FRAGMENTOS HISTORICOS E SERMÕES / PADRE JOSEPH DE ANCHIETA Cota: R. 19794 V.	Pe. José de Anchieta	Reproduzido
	COMPENDIO DE ALGUAS CARTAS QUE ESTE ANNO DE 97 VIERÃO DOS PADRES DA COMPANHIA DE IESU QUE RESIDEM NA INDIA & CORTE DO GRÃO MOGOR & NOS REINOS DA CHINA & IAPÃO & NO BRASIL EM QUE SE CONTEM VARIAS COUSAS / COLLEGIDAS POR O PADRE AMADOR REBELLO DA MESMA	Miscelânea	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	COMPANHIA Cotas: F. 6776 RES. 2789 P.		
	NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, EXTRAÍDAS DO PATRIOTA DO PORTO Cota: H.G. 14943//8 P.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	RELAÇÃO DAS NOTÍCIAS VINDAS DO RIO DE JANEIRO Cota: 14943//9 P.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	ITINERÁRIO GEOGRÁFICO COM A VERDADEIRA DESCRIÇÃO DOS CAMINHOS, ESTRADAS, ROSSAS, CÍTIOS, POVOAÇÕES, LUGARES, VILLAS, RIOS, MONTES, E SERRAS, QUE HÁ DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO ATÉ AS MINAS DO OURO / COMPOSTO POR FRANCISCO TAVARES DE BRITO Cotas: F. 7273 H.G. 14905//2 P.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	RELAÇÃO DA ACLAMAÇÃO QUE SE FEZ NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO DO ESTADO DO BRASIL, & NAS MAIS DO SUL, AO SENHOR REY DOM JOÃO O IV. POR VERDADEIRO REY, & SENHOR DO SEU REYNO DE PORTUGAL, COM A FELICÍSSIMA RESTITUIÇÃO, Q[UE] DELLE SE FEZ A SUA MAGESTADE QUE DEOS GUARDE, &C Cotas: F. 2922 RES. 96//9 V.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	As raças do Brasil perante a ordem teológica, moral e jurídica portuguesas nos séculos XVI a XVIII / por Serafim Leite ; org. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: H.G. 24577 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	Páginas de história do Brasil / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cotas: H.G. 25808 P. H.G. 26237 P. H.G. 34068 P. / H.G. 36053 P.	Pe. Serafim Leite	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: R. 11780 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	Conquista e fundação do Rio de Janeiro / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cotas: J.2547B. H.G. 14914//15V.	Pe. Serafim Leite	Acesso negado
	Os governadores gerais do Brasil e os Jesuítas no século XVI / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cotas: H.G. 16559//14 V. H.G. 45330 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	Novas páginas de história do Brasil / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: H.G. 25487 V.	Pe. Serafim Leite	Consultado
	A penetração geográfica de terra pelos portugueses : a primeira viagem de S. Paulo ao Pará através do Brasil (1613) / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: H.G. 14858//2 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	Terras que deu Estácio de Sá ao colégio do Rio de Janeiro / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: H.G. 14858//8 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	Diálogo sobre a conversão do gentio / Manuel da Nóbrega ; com preliminares e anotações históricas e críticas de Serafim Leite Nóbrega, Manuel da, 1517-1570, S.J. Cotas: L. 15478 V. L. 58833 V. L. 68670 V. L. 87147 V.	Pe. Serafim Leite	Consultado
	Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do Pe. António da Rocha Superior do Espírito Santo / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: H.G. 22273 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	Economia cristã dos senhores no governo dos escravos : livro brasileiro de 1700 / Jorge Benci ; pref. e anot. por Serafim Leite Benci, Giorgio, ca 1650-1708, S.J. Cotas: R. 31657 P.	Pe. Serafim Leite	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	R. 41993 P.		
	Fazendas e engenhos dos jesuítas / Pe. Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: S.C. 13515//2 V.	Pe. Serafim Leite	Reproduzido
	O curso de filosofia e tentativas para se criar a universidade do Brasil no século XVII / Serafim Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cota: S.A. 15318//10 V.	Pe. Serafim Leite	Consultado
	Monumenta brasiliae / Serafim Soares Leite Leite, Serafim, 1890-1969, S.J. Cotas: C.G. 6553 V. C.G. 6553 V. C.G. 6553 V. C.G. 21228 V. C.G. 21228 V.	Pe. Serafim Leite	Consultado
	A Vila Velha e a Vila Nova do Espírito Santo : estudo luso-brasileiro / Maria Estela de Novais Novaes, Maria Stela de, 1894-1990 Cota: H.G. 19514//5 V	Espírito Santo	Consultado
	O Rio de Janeiro : sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades Azevedo, Moreira de, 1832-1903 Cotas: H.G. 3410 V. H.G. 3411 V. H.G. 7997 V. H.G. 7998 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil Araújo, José de Sousa Pizarro e, 1753-1830 Cotas: H.G. 3371 V. H.G. 3372 V. H.G. 3373 V. H.G. 3374 V. H.G. 3375 V. H.G. 3376 V. TR. 2590 P.	Rio de Janeiro	Consultado
	[Diário de uma viagem feita do Rio de Janeiro até Vila Bela, capital de Mato Grosso, em 1775] [Manuscrito] / Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Cáceres, Luís de, 1739-1797 Cotas: F.R. 79 PBA. 170	Rio de Janeiro	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	O Rio de Janeiro no século 17 / Vivaldo Coaracy Cotas: H.G. 20115 V. H.G. 44906 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro / Elysio de Oliveira Belchior Cota: H.G. 43184 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Historia da cidade do Rio de Janeiro / Delgado de Carvalho Carvalho, Delgado de, 1884-1980 Cota: H.G. 29493 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII : álbum iconográfico comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil / Gilberto Ferrez Ferrez, Gilberto, 1908- Cota: H.G. 8500 A.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	Aparência do Rio de Janeiro : notícia histórica e descritiva da cidade / Gastão Cruls ; pref. Gilberto Preyre ; il. Luís Jardim ; fot. Sascha Harnisch Cruls, Gastão, 1882-1958 Cotas: H.G. 45442 V. H.G. 45443 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro [Texto policopiado]: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810) / Nireu Oliveira Cavalcanti Cavalcanti, Nireu Oliveira Cota: H.G. 45945 V.	Rio de Janeiro	Documento incompleto: Procurar Brasil
	Cidade e arredores do Rio de Janeiro : a jóia do Brasil / documentário fotográfico organizado por Erich Eichner ; pref. e síntese histórica de Delgado de Carvalho Cota: H.G. 7788 A.	Rio de Janeiro	Consultado
	A cidade do Rio de Janeiro vista por um oficial português no primeiro quartel do século passado / Teixeira Botelho Botelho, Teixeira, 1864-1956 Cota: H.G. 19070//6 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Notas sôbre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil : tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818 / John Luccock ; trad. de Milton da Silva Rodrigues Luccock, John, 1770-1826 Cota: H.G. 21869 V.	Rio de Janeiro	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo) : compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias / Daniel P. Kidder ; trad. de Moacyr N. Vasconcelos Kidder, Daniel P., 1815-1891 Cota: H.G. 21872 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Cartas do Rio de Janeiro / Marquês do Lavradio Lavradio, 2o Marquês do, 1727-1790 Cota: C.G. 18079 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890 [Documento electrónico] : catálogo analítico / Gilberto Ferrez Ferrez, Gilberto, 1908- Cota: B.A. 6978 P.	Rio de Janeiro	Consultado
	O mais belo panorama do Rio de Janeiro (1825) [Visual gráfico] / por William John Burchell ; [texto] Gilberto Ferrez Cota: E.A. 165 A.	Rio de Janeiro	Consultado
	Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo : 1822 / Augusto de Saint Hilaire ; trad. Affonso de E. Tauny Cota: H.G. 23985 P.	Rio de Janeiro	Consultado
	Rio de Janeiro de Antanho : impressões de viajantes estrangeiros / Affonso de E. Taunay Série V ; 222	Rio de Janeiro	Consultado
	Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820 / segundo desenhos feitos pelo Tte. Chamberlain ; tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes Cota: E.A. 380 V.	Rio de Janeiro	Consultado
	Memorias historicas do Rio de Janeiro / Por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo ; Prefácio de Rubens Borba de Moraes Cotas: R. 33257 P. R. 33258 P. R. 33259 P. R. 33260 P. R. 33261 P. R. 33262 P. R. 33252 P. R. 33253 P. R. 33254 P. R. 33255 P. R. 33256 P.	Rio de Janeiro	Consultado
	Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros, 1531-1900 / Paulo Berger	Rio de Janeiro	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Cota: B. 5925 V.		
	[Diário de uma viagem feita do Rio de Janeiro até Vila Bela, capital de Mato Grosso, em 1775] [Manuscrito] / Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Cáceres, Luís de, 1739-1797 Cotas: F.R. 79 PBA. 17	Rio de Janeiro	Consultado
	Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794 [Manuscrito] Cota: COD. 1691 COD. 1692	Rio de Janeiro	Consultado
	Os jesuítas e os problemas da escravidão e da catequese negra no Brasil (1459-1568) / Aécio Feitosa Cotas: H.G. 37498 V. F.G. 392	Jesuítas	Consultado
	Papéis vários relativos à Mesa da Consciência e Ordens [Manuscrito] Cota: PBA. 645	Miscelânea	Consultado
	Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil / Antonio Henriques Leal Leal, António Henriques, 1828-1885 Cotas: H.G. 3947 P. H.G. 21171 P.	Jesuítas	Consultado
	Índios e Jesuítas no Brasil quinhentista [Texto policopiado] / Dulce Maria Colmonero dos Santos Cota: R. 19299 V.	Jesuítas	Consultado
	[Legenda explicativa de gravura antijesuítica] [Manuscrito] Cota: RES. 2486//26 V.	Jesuítas	Consultado
	Relaçam annal das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guine, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos & tres, & do processo da conversam, & christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Pelo Padre Fernam Guerreiro... Vay dividido em quatro livros. O primeiro de Japã. O II. da China & Maluco. O III. da India. O IIII. do Brasil, Angola, & Guiné Cotas: RES. 445 P. RES. 5508 P. RES. 5507 P.	Jesuítas	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	<p>Relaçam annal [sic] das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, & em algumas outras da conquista deste Reyno no anno de 606. & 607. & do processo da conversão, & Christandade daquellas partes : tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vierão: pelo Padre Fernão Guerreiro da Companhia de Iesu...</p> <p>Vai dividida em quatro livros: O primeiro da Prouincia do Iapão, & China. O segundo da Prouincia do Sul. O terceiro da Prouincia do Norte. O quarto de Guiné, & Brasil</p> <p>Cotas: RES. 447 P. RES. 449 P. RES. 932 P.</p>	Jesuítas	Consultado
	<p>[Pastoral do Cardeal-diácono Saldanha como Visitador Apostólico e Reformador Geral da Companhia de Jesus em Portugal, proibindo a ingerência dos jesuítas em «negócios seculares», dado em 15 de Maio de 1758]</p> <p>Saldanha, Francisco de, 1713-1776</p> <p>Cotas: R. 2309//3 V. R. 2660//3 A. S.C. 27880//4 V. PBA 456, f. 105 RES. 2133//2 V.</p>	Jesuítas	Reprodução negada
	<p>De Portugal ao Brasil : algumas considerações em torno dos motivos da instalação da Companhia de Jesus no Brasil / Aécio Feitosa</p> <p>Cota: H.G. 35612 V.</p>	Jesuítas	Consultado
	<p>Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo : tomo primeiro da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil e dos fundamentos que nellas lançarão & continuárão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro Provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria : & algumas Noticias antecedentes curiosas, & necessarias das cousas daquelle Estado / pello Padre Simão de Vasconcellos da mesma Companhia.</p> <p>Vasconcelos, Simão de, 1597-1671, S.J.</p> <p>Cotas:</p>	Jesuítas	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	F. 6360 RES. 327 A. RES. 499 A.		
	Exhortações Domesticas feytas nos Collegios, e Cazas da Companhia de Jesus, de Portugal & Brasil / Compostas pelo P. Joaõ Pereyra da Companhia de Jesus... Pereira, João, 1646-1715 S.J. Cotas: R. 23269 P. R. 23476 P. R. 23477 P. R. 24382 P. R. 27454 P.	Jesuítas	Consultado
	Relação do sítio de Villa Viçosa escrita por hum Religiozo da Companhia que aly assestia, a outro que estava no Collegio de Evora. Sucessos do Rio de Janeyro. Manoel Gomes de Oliveira. Rio de Janeiro, sette de Janeiro de 1713 [Manuscrito] Cota: MSS. 253, n. 5	Jesuítas	Consultado
ICONOGRAFIA			
	UMA VISTA DO RIO DOCE, NO BRASIL [VISUAL GRÁFICO / C. LEGRAND LITH. Cota: E. 3980 P.	Espírito Santo	Reproduzido
	PLANO DA BAHYA DO RIO DE JANEIRO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] Cota: D. 285 A.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	VAE QUI DICITIS MALUM BONUM, ET BONUM MALUM [VISUAL GRÁFICO] / MONTALAIS INV. Cota: E. 3458 P.	Jesuítas	Reproduzido
	V. P. IOSEPH ANCHIETA SOC. IESV [VISUAL GRÁFICO] / IO. IERONYMUS FREZZA INC. Cota: E. 1719 V.	Jesuítas	Reproduzido
	IMAGO COLLEGII, IN SOCIETATE IESU OMNIUM PRIMI, Á IOANNE III LUSITANIAE REGE CONIMBRICAE FUNDATI [VISUAL GRÁFICO / CAROLUS GRANDI SCUL ROMAE 1732 Cota: E. 926 A.	Jesuítas	Reproduzido
	O MARQUEZ DE POMBAL RECEBE A PARTICIPAÇÃO DE QUE SE ACHAVÃO CUMPRIDAS AS SUAS ORDENS, E TODOS OS JEZUITAS EMBARCADOS... [VISUAL GRÁFICO] : DESCRIÇÃO DA ESTAMPA / SENDIM Cota: E. 1081 A.	Jesuítas	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	V. P. IOSEPH ANCHIETA SOCIT. IESV [VISUAL GRÁFICO / BOMBELLI S. Cota: E. 3800 P.	Jesuítas	Reproduzido
	[IGREJA E COLÉGIO DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTALEGRE] [VISUAL GRÁFICO] : [PLANTA] Cota: D. 11 R.	Jesuítas	Reproduzido
	O TRABALHO PERDIDO [VISUAL GRÁFICO] : DESTA ARVORE DIVINA... Cota: E. 1658 P.	O Padre Geral, aconselhado pelo Demónio, instiga um grupo de Jesuítas a derrubarem a Igreja Católica, simbolizada por uma árvore em cujos ramos estão dispostos vários retratos de Papas, Cardeais e Santos.	Reproduzido
	P. ROCHVVS GONZALES VANDE SOCIETEY T IESV, MAEKENDE ALLES VEERDICH OM EEN KLOCKE ... P. ALPHONSVS RODRIGVEZ WORT MET SABELS ... [VISUAL GRÁFICO] / A. DIEPENBEKE DELIN. Cota: E. 1660 P.	Jesuítas	Reproduzido
	P. BERNARDVS REVS VANDE SOCIETEY T IESV, ENDE P. LAVRENTIVS IBANNEZ, MET BARTHOLOMÑVS ALVAREZ AUGUSTYNEN, IN PERU DOOSCHOTEN SÏNDE MET PÿLEN ... P. MICHAEL VRREA, VANDE SOCIETEY T, WORT HET HOOFT IN TWEE STUCKEN ... [VISUAL GRÁFICO] / DIEPENBEKE DELIN. ; LOMMELIN SCULP. Cota: E. 1665 P.	Jesuítas	Reproduzido
	O V. P. JOSE DAANCHIETA [VISUAL GRÁFICO] : APOSTOLO E THAUMATURGO DO BRASIL NAT. DE TENERIFE Cota: E. 32 PQ.	Jesuítas	Reproduzido
	O MARQUÊS DE POMBAL EXPULSANDO OS JESUÍTAS [VISUAL] Cota: Inv. 10996	Jesuítas	Reproduzido
	CARTOGRAFIA		
	A NEW CHART OF THE COAST OF BRAZIL FROM THE BANKS OF ST. ROQUE, TO THE ISLAND OF ST. SEBASTIAN WITH THE ISLANDS AND SOUDINGS IN THE OFFING FROM THE PORTUGUESE AND DUTCH DRAUGHTS, AND THE JOURNALS OF THE BRITSH NAVIGATORS [MATERIAL CARTOGRÁFICO]. Cota: C.C. 947 R.	Na margem lateral esquerda contém janelas com os seguintes mapas: "The coast of Brazil, betwen St. Annas islands and Point Joatinca, from the chart drawn for the use of the portuguese ships by Sim. Ant. de Rosa Pinheiro, with several additions from English and French Draughts". - Escala ca. 1:1 100 000, determinada com o valor calculado 10,40 cm correspondente a "20 Nautic Leagues" de 20 ao grau. . - "Bahia de Todos os	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Santos, or the Bay of All Saints, with the coast to the Southward, as far as Camamu River on a larger scale". - Escala ca. 1:820 000, determinada com o valor calculado 4,05 cm correspondente a "6 Nautic Leagues" . . - "A sketch of Ascensão or portuguese Ascencion from Manoel Pimentel" . - Na margem esquerda, contém onze vistas de costas	
	NOVA CARTA DO BRAZIL E DA AMERICA PORTUGUEZA [MATERIAL CARTOGRÁFICO] Cotas: CC. 223A CC. 224 A	Inocêncio Francisco da Silva - Dicionário bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa : Imprensa Nacional, 1894. vol. XVII, p. 210	Reproduzido
	BRAZIL [MATERIAL CARTOGRÁFICO] : TELEGRAPHIC LINES Cota: C.C. 227//2 A.	Mapa publicado, na parte lateral direita, em conjunto com outro mapa: "Brazil: general railroads".	Reproduzido
	[Carta da costa do Brasil entre Santa Cruz e Cabo de S. Tomé-Espirito Santo] [Material cartográfico] / les côtes de cette carte sont dessinées daaprès les observations et les cartes de Mr. Baron de Roussin, l'aintérieur daaprès une carte manuscrite dressée par Mr. G. daEschwegeen 1821, et daaprès autres données plus recentes. Cota: C.C. 228 A.	Na margem esquerda inserem-se os seguintes mapas: Mapa 1: "Les environs de Villa Rica" à escala [ca :1:480000], determinada com o valor calculado 7,65 cm correspondente a "6 Lieues portug." . - Mapa 2: "Les environs de Rio de Janeiro" à escala [ca :1:970000], determinada com o valor calculado 3,80 cm correspondente a "6 Lieues portug." . - Mapa 3: "Bahia do Rio de Janeiro" à escala [ca :1:250000], determinada com o valor calculado 7,55 cm correspondente a "3 Lieues portug."	Reproduzido
	[ATLAS DA COSTA DO BRASIL] [MATERIAL CARTOGRÁFICO] Cota: C.A. 107 R.	Datação atribuída em conformidade com a representação do espaço geográfico, idêntica à dos atlas da autoria de João Teixeira Albernaz I, de 1640, e com as características formais do documento. No mapa 27, relativo ao Maranhão encontra-se uma referência à Capitania do Cumã (Tapuitapera) cuja doação a António Coelho de Carvalho foi confirmada em 1639.	Reproduzido
	CARTES DE GEOGRAPHIE LES PLUS NOUVELLES ET LES PLUS FIDÈLES, AVECQUE LEURS DIVISIONS REGULIERES] [MATERIAL CARTOGRÁFICO] / SUIVANT LES MEMOIRES DE P. DU VAL, GEOGRAPHE ORDINAIRE DU ROY Cota: C.A. 318 A.	Trata-se do atlas de Pierre Duval "Cartes de géographie les plus nouvelles et les plus fidèles...", a que foram acrescentados numerosos mapas de Nicolas Sanson, com datas compreendidas entre 1641 e 1679. Esta edição não coincide portanto com nenhuma das edições deste atlas descritas por M. Pastoureau, apresentando mapas que constam de três edições diferentes: ed. Duval II C (1667), Duval II D (1677) e Duval Ea (1679), cf. M. Pastoureau. Datação atribuída com base no mapa no 58,	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		"Carte des eaux de la Montagne Noire, du Lers, du Fresquel, de l'Aude, et d'autres rivieres destinées pour le Nouveau canal de Languedoc", datado de 1681; o mapa no57 é a versão anterior do mesmo mapa, com data de 1666. Os mapas com os números 31 e 32 correspondem, respectivamente, a "Parte septentrional do Reyno de Portugal" e "Parte meridional do Reyno de Portugal" de Nicolas Sanson d'Abbeville, com data de 1654	
	ANÔNIMO ANTÔNIO SANCHES CA 1633 MATERIAL CARTOGRÁFICO : ATRIBUIÇÃO DA AUTORIA DE UMA CARTA NÁUTICA [DA COSTA DO BRASIL] ORIGINAL DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO / MAX JUSTO GUEDES Cota: C.A. 382 P.	Brasil, costa.	Consultado
	PLANO DA BARRA DA NOVA CAP.TA DO ESPERITO STO COM FUNDO SOFICIENTE PARA ENTRAR CUALQUER NAVIO ABRIGADO DE TODOS OS VENTOS, COMO SE VE NO MESMO PLANO QUE POR HORDEM DO ILLMO. SENHOR GOVERNADOR ANTÓNIO PIRES DA SILVA PONTES LEME,... MATERIAL CARTOGRÁFICO] / DEBAXO DA INSPECCÃO DO CAPITÃO TENENTE DE MAR E GUERRA ALEXANDRE DE SOUZA MALHEIRO DE MENEZES ; LEVANTADA POR MANUEL FRANCISCO DA SILVEIRA Cota: D. 287 A.	Espírito Santo	Consultado
	A new chart of the coast of Brazil from cape St. Thomas to the port of Santos [Material cartográfico] / by J. W. Norie Norie, John William, 1772-1843 Cota: C.C. 917 R.	A new chart of the coast of Brazil from cape St. Thomas to the port of Santos [Material cartográfico] / by J. W. Norie. - New ed. - Escala [ca 1:470000], 30 Nautic Miles [60 ao grau] = [11,90 cm]. - London : J. W. Norie, 1834. - 1 mapa : gravura, p&b. ; 66,00x95,00 cm, em folha de 67,50x98,50 cm. - Contém insertos os seguintes mapas: 1: "The eastern entrance to Ilha Grande" - Escala ca 1:220000, determinada com o valor calculado 7,65 cm correspondente a "9 Miles"- 60/o . - 2: "The harbor of Rio Janeiro" - Escala ca 1:140000, determinada com o valor calculado 3,90 cm correspondente a "3 Miles"- 60/o . - 3: "A plan of Praya de	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Angra" - Escala ca 1:140000, determinada com o valor calculado 1,35 cm correspondente a "One Mile"- 60/o . - 4: "Plan of Thetis Cove near Cape Frio" - Escala ca 1:65000, determinada com o valor calculado 2,80 cm correspondente a "100 Fathoms" . - 5: "The strait of St. Sebantian's P." - Escala ca 1:76000, determinada com o valor calculado 7,35 cm correspondente a "3 Nautic Miles"- 60/o . - Na margem inferior esquerda apresenta uma folha colada com o seguimento do mapa com a parte da "Bay dos Flamingos or Shark's Bay"	
	Carte routière de la côte du Brésil [Material cartográfico] : partie comprise entre Rio Janeiro et Bahia / par Mr. E. Mouchez ; assisté de Mr. L. da Fonseca... [et al.] ; gravé par Jacobs ; écrit par V. Carré Mouchez, A. Ernest B., 1824-1892 Cota: C.C. 1012 R.	Carte routière de la côte du Brésil [Material cartográfico] : partie comprise entre Rio Janeiro et Bahia / par Mr. E. Mouchez ; assisté de Mr. L. da Fonseca... [et al.] ; gravé par Jacobs ; écrit par V. Carré. - Escala [ca1:1400000 entre S17o - S18o]. - Paris : Dépot des Cartes et Plans de la Marine, 1863. - 1 mapa : p&b ; 91,00x61,50 cm, em folha de 99,00x68,50 cm. - Na margem inferior direita apresenta impresso o No 2054.. - Escala determinada com o valor calculado 8,20 cm para o grau de latitude	Reproduzido
	[COSTA SUDOESTE DA INDIA] [MATERIAL CARTOGRÁFICO] : [DE GOA, MURMUGÃO ATÉ À FOZ DO RIO DE SAL] : SUPPLEMENT TO THE BOMBAY CATHOLIC EXAMINER Cota: C.C. 229 V.	Trata-se de um mapa publicado pelos Jesuítas, numa folha de um suplmento do periódico: "Bombay Catholic Examiner", posteriormente designado apenas por: "The Examiner"	Consultado
	DESCRIPÇÃO NOVA, E EXACTA DOS REYNOS, E PROVINCIAS DO JAPÃO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] / FECIT. MIGL. LE BOUTEUX ARCHITECTO DE S. MAGESTADE Cota: C.C. 655 V.	Mapa com a divisão da Diocese do Japão e implantação de colégios, seminários, igrejas, hospitais, etc., da Companhia de Jesus. Na margem inferior à direita representação de nau em alto mar, com bandeira de Portugal, sobre a qual se representa a figura de S. Francisco Xavier em prece, com a seguinte legenda: "S. Francisco Xavier Apóstolo do Japão aportou a Cangoxima em 15 de Agosto do anno de 1549". Na margem inferior, ao centro, contém a seguinte menção: "Dividese o Japão em 66 províncias ou reynos notados com a letra P; Em todos elles foi dilatada a fé Catholica com sumo trabalho, e industria pelos Religiosos da Compa de Jesus, os quaes batisarão mais de trecentas mil almas; Teve no Japão a Compa de Jesus em differentes tempos 6	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Collegios, 3 Residencias grandes, ou Collegios començados, 2 Noviciados, 64 Residencias, 2 Seminarios. Muitos deram a vida por Christo	
	IAPPONIAE NOVA & ACCURATA DESCRIPTIO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] / PER R. P. ANTONIUM FRANCISCUM CARDIM SOCIETATIS IESU AD ELOGIA IAPPONICA Cota: C.C. 809 V.	Mapa com a divisão da Diocese do Japão e implantação de colégios, seminários, igrejas, hospitais, etc., da Companhia de Jesus.	Consultado
	ATLAS NOVUS TERRARUM ORBIS IMPERIA, REGNA ET STATUS [MATERIAL CARTOGRÁFICO / IOHANNIS BAPTISTAE HOMANNI Cota: C.A. 44 A.	Atlas Compendarius quinquaginta select tabularum geographicarum Homanni, ad recentiorum geographicorum recognitus e cum privilegio Sac. Caes. Maj. / Kleiner Atlas von Funfzig Auserlesenen Land-Karten nach umleitung der neuesten beschreibere verbessert und eingeleitet	Reproduzido
	PLAN DE LA BAYE ET DU PORT DE RIO-JANEIRO : SITUÉ À LA CÔTE DU BRÉSIL PAR 22.D 54M. 10S. DE LATITUDE MÉRIDIONALE ET PAR 45D. 5M. DE LONGITUDE OCCIDENTALE MÉRIDIEEN DE PARIS, LEVÉ GÉOMÉTRIQUEMENT EN 1730, VERIFIÉ PAR LAAUTEUR EN 1751. [MATERIAL CARTOGRÁFICO]. Cota: C.C. 699 V.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	[CARTA DA COSTA BRASILEIRA DESDE A BARRA DE MACAÉ ATÉ À TIJUCA] [MATERIAL CARTOGRÁFICO] Cota: D. 286 A.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	PLANO DA EMCIADA E PORTO DO RIO DE IANRO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] / POR IACINTO IOZE PAGANINO ; [GRAV.] MANOEL ABREU PERADA Cota: C.C. 38 P2	Rio de Janeiro	Reproduzido
	PLAN DE LA BAYE DE LA VILLE DE RIO JANEIRO PRISE PAR LAESCADRE COMMANDÉE PAR MR. DUGUAY TROUIN, ET ARMÉE PAR LES PARTICULIERS DE ST. MALO EN 1711 [MATERIAL CARTOGRÁFICO] Cota: C.C. 35 P2	Rio de Janeiro	Reproduzido
	PLANTA DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] / REDUZIDA DA QUE SE PUBLICOU NO ANNO DE 1812 ; P. S. F. SOUTO, SCULP.	Rio de Janeiro	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	R. DE JANRO Cota: C.C. 488 V.		
	PLANO DA BAÍA E CIDADE DO RIO DE JANEIRO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] Cota: C.C. 262 V.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	CARTE DE LA PROVINCE DE RIO DE JANEIRO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] / RÉDIGÉE D'APRÈS UN MANUSCRIT PORTUGAIS INÉDITE ET LES CARTES NAUTIQUES DE MM. ROUSSIN ET GIVRY PAR M. LOUIS DE FREYCINET, CAP[ITAI]NE DE VAISCAU. Cota: C.C. 219 A.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO [MATERIAL CARTOGRÁFICO] : SUA BAHIA, NOVAS AVENIDAS, CAES COMERCIAL, ETC. Cota: C.C. 140 P2	Rio de Janeiro	Reproduzido
	Carta chorographica da provincia do Rio de Janeiro [Material cartográfico] / mandada organizar por António Nicoláo Tolentino ; Pedro d'Alcantara Bellegarde ; Conrado Jacob Niemeyer. Cota: C.Par. 13	Rio de Janeiro	Consultado
	Carte routiére de la côte du Brésil de Rio de Janeiro au Rio de la Plata et au Paraguay [Material cartográfico] / dressée d'après les documents les plus récents assujettis aux observations faites à bord des avisos à vapeur le Bisson (de 1856 à 1860) et le D'Entrecasteaux (de 1861 à 1862) par Mr. E. Mouchez capitaine de fregate publiée par ordre de L'Empereur... au dépôt des cartes et plans de la Marine, 1864 ; gravé par Jacobs. ; E. Nyon impr. ; écrit par Carré. Cota: C.C. 1008 R.	Rio de Janeiro	Consultado
	New and complete chart of the coast of Brazil [Material cartográfico] / J. W. Norie Norie, John William, 1772-1843 Cota: C.Par. 7	Brasil	Consultado
	Brésil du Sud [Material cartográfico : carte 75 / dressé par V. Huot ; gravé par E. Delaune, la lettre par Er. Dumas-Vorxet Cota: C.C. 1822 A.	Brasil	Consultado
	Planta da Barra do Rio de Janeyro [Material cartográfico] Cotas: C.C. 240 P2	Rio de Janeiro	Consultado

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	C.C. 241 P2		
	Planta do Rio de Janeiro... [Material cartográfico] Cota: C.C. 255 A.	Rio de Janeiro	Consultado
	ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833 Cota: D.S. XIX-281	Carte de la côte de l'Ouest du Brésil entre le 15 ^{me} et le 23 ^{me} degrés de latitude du sud d'après Arrowsmith avec quelques rectifications / gest v. L. Zertahelly.	Reproduzido
	ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833 Cota: D.S. XIX-1141	Ostküste von Brasilien zwischen den 15.n und 23.n grad füdlicher Breite / nach Arrow=Smith mit einingen Berichtigungen ; gest v. L. Zertahelly.	Reproduzido
	ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833 Cota: C.A. 73 A.	Ostküste von Brasilien zwischen den 15.n und 23.n grad füdlicher Breite / nach Arrow=Smith mit einingen Berichtigungen ; gest v. L. Zertahelly.	Reproduzido
	BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772 Cota: C.A. 61 V.	Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'à St. Paul : tiré de l'Amérique de M. Danville.	Reproduzido
	LA HARPE, Jean François de, 1739-1803 Cota: C.A. 35 P.	Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'a St. Paul pour servir à l'Histoire Gén.le de Voyages tiré de l'Amérique de M. Danville.	Reproduzido
	LA HARPE, Jean François de, 1739-1803 Cota: D.S. XVIII-537	Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'a St. Paul pour servir à l'Histoire Génle. des Voyages.	Reproduzido
	LUCCOCK, John, fl. 1805-1825 Cota: D.S. XIX-252	A Map of the Table Land of Brazil / John Luccock Delin ; Sam.l Topham sculp.	Reproduzido
	SILVEIRA, Manuel Francisco da fl. ca 1802 Cota: d-287-a	Plano da barra da nova Cap.ta do Esperito Sto com fundo sofsiente para entrar qualquer navio abrigado de todos os ventos, como se ve no mesmo plano que por hordem do Illmo. Senhor governador António Pires da Silva Pontes Leme,... / debaxo da inspecção do capitão tenente de mar e guerra Alexandre de Souza Malheiro de Menezes ; levantada por Manuel Francisco da Silveira.	Reproduzido
	APRES DE MANNEVILLETTE, Jean Baptiste Nicolas Denis d', 1707-1780 Cota: C.A. 138 A	Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro : situé à la côte du Brésil par 22.d 54m. 10s. de Latitude Méridionale et par 45d. 5m. de Longitude Occidentale Méridien de Paris : levé géométriquement en 1730, verifié par l'auteur en 1751.	Reproduzido
	APRES DE MANNEVILLETTE, Jean Baptiste Nicolas Denis, 1707-1780 Cota: cc-699-v	Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro : situé à la côte du Brésil par 22.d 54m. 10s. de Latitude Méridionale et par 45d. 5m. de Longitude Occidentale Méridien de Paris, levé géométriquement en 1730, verifié par l'auteur en 1751.	Reproduzido
	[Carta da costa brasileira desde a barra de Macaé até à Tijuca].	Rio de Janeiro	Reproduzido

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Cota: d-286-a		
	PAGANINO, Jacinto José , fl. ca 1782-1784 Cota: cc-36-p2	Carta plana de parte da Costa do Brazil desde as Ilhas de Sta. Ana até a ponta de Taipú na entrada do Rio de Janeiro... / por Jacinto Joze Paganino.	Reproduzido
	PAGANINO, Jacinto José , fl. ca 1782-1784 Cota: cc-106-v	Carta plana de parte da costa do Brasil, desde as ilhas de St ^a Anna até a ponta de Taipú na entrada do Rio de Janr ^o / Jacinto Joze Paganino.	Reproduzido
	PAGANINO, Jacinto José , fl. ca 1782-1784 Cota: cc-38-p2	Plano da emciada e porto do Rio de Ianr ^o / por Iacinto Ioze Paganino ; [grav.] Manoel Abreu Perada.	Reproduzido
	PAGANINO, Jacinto José , fl. ca 1782-1784 Cota: cc-39-p2	Plano da emciada e porto de Rio de Ianeiro / I. I. P ; [grav.] Manoel Abreu Perada.	Reproduzido
	PAGANINO, Jacinto José , fl. ca 1782-1784 Cota: cc-120-p2	Plano da Ilha Grande e p[ar]te da costa do Brazil da Barreta da Tojuca até a Ilha dos Porcos / por Jacinto Joze Paganino.	Reproduzido
	Plan de la baye de la ville de Rio Janeiro prise par l^eescadre commandée par Mr. Duguay Trouin, et armée par les particuliers de St. Malo en 1711. Cota: cc-35-p2	Rio de Janeiro	Reproduzido
	Plano da Bahya do Rio de Janeiro. Cota: d-285-a	Rio de Janeiro	Reproduzido
	Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro / reduzida da que se publicou no anno de 1812 ; P. S. F. Souto, sculp. R. de Janr^o. Cota: cc-488-v	Rio de Janeiro	Reproduzido
	teel's new and complet chart of the coast of Brazil from Maranham to the Entrance of the River Plate, including the Harbour of Rio Janeiro, the Bay of All Saints, St. Salvador, Pernambuco, Rio-Grande, and the Island of Fernand de Noronha on an enlarged scale : compiled and drawn from the Actual Survers, made by order of the Government of Portugal, and several experienced Officers of the Royal Navy / compiled and drawn from the Actual Survers, made by order of the Government of Portugal, and several experienced Officers of the Royal Navy. Cota: cpar-28	Rio de Janeiro	Reproduzido
	A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the Island of St. Sebastian with the islands and soudings in the offing from the portuguese and dutch draughts, and the journals of the britsh navigators. Cota: cc-947-r	Rio de Janeiro	Reproduzido

BIBLIOTECA DA BROTERIA – ARQUIVOS DO ARSI - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
Abr. 2014 a Mai. 2014	Bras. 1	Documentos: 28 e 28v. Cartas de 1689.	Reproduzido
	Bras. 2	Documentos: 23; 29-31; 45; 48; 57; 59; 61; 94; 108; 116; 126; 131; 136; 138-150. Cartas gerais e visitasões.	Reproduzido
	Bras. 3.1	Documentos: 90; 90v.; 97v.; 104v.; 109-110v; 137; 137v.; 140v.; 145v.; 147v.; 161v- 164v; 170v.; 175-176v; 192-194v; 201; 201v.; 210-211v.; 216-218v.; 225; 225v; 231-232v; 248-250v.; 256-257v; 262-275v; 285; 285v; 300v. Brasilia Epistolae 1550-1660.	Reproduzido
	Bras. 3.2	Documentos: 14-15v.; 18-18v.; 58; 58v; 63; 63v; 112; 112v; 167; 167v; 194; 194v; 270; 352; 352v; 354-361v. Brasil Epistolae 1661-1695.	Reproduzido
	Bras. 4	Documentos: 3; 3v; 8, 8v; 97; 97v; 119-127v; 133, 133v; 153, 153v; 167; 167a; 167av; 167v; 178-180v; 203; 203v; 216-219v; 226-228v; 243; 243v; 266; 266v; 270; 270v; 275; 275v; 278-279v; 282; 282v; 287; 287v; 313-315v; 319; 319v; 321; 321v; 355; 355v; 380; 380v. Brasil Epistolae 1696-1737.	Reproduzido
	Bras. 5.1	Documentos: 7; 7v; 13; 13v; 18-19v; 35; 35v; 38-46v; 55; 55v; 59; 59v; 82v; 103-104v; 111v-113v; 125-133v; 174; 174v; 190; 190v; 199v; 218; 218v; 223; 223v. Catal. Trienn et Breves 1556-1660.	Reproduzido
	Bras.5.2	Documentos: 13; 13v; 47-48v; 67; 67v; 80; 80v; 82; 82v; 87-88; 111v; 122; 122v; 139-140v; 142; 142v; 149; 149v; 155; 155v; 162; 162v; 225-228. Catal. Trienn et Breves 1661-1698. Dupla 1583-93.	Reproduzido
	Bras. 6	Documentos: 27v; 56v; 62v-65v; 71v-73; 97; 109-114v; 127-129v; 156-158; 189; 189v; 200-201v; 231-232; 273; 273v; 278; 280; 280v; 306v; 311; 311v; 326v; 336-337v; 345-346v; 355; 355v; 384; 384v; 397-398v; 410; 410v; 434; 434v; 437; 437v; 440. Brasil Catalog. 1701-1736.	Reproduzido
	Bras. 8.1	Documentos: 5; 5v; 7; 7v; 10-11v; 28; 28v; 43-44v; 50; 50v; 63v; 67; 67v; 99-101v; 109v; 114-115v; 128-128v; 139; 139v; 149-174v; 193v; 226v; 229; 229v; 238; 238v; 240; 240v; 254-254v; 261-263v. Brasil Historia 1574-1619.	Reproduzido
	Bras. 8.2	Documentos: 274-280v; 310- 312v; 321-324v; 330v; 340; 340v; 360-365v; 384; 384v; 396-409v; 416-417v; 460; 460v; 472; 472v; 522-523v; 534; 534v; 536-538v; 556-559v. Brasil Historia 1574-1619.	Reproduzido
Bras. 9	Documentos: 7-9v; 11-12v; 25; 25v; 34v-38; 44v; 45; 61-67v; 114-118v; 125-128a; 130-139v; 163v-166; 186-	Reproduzido	

BIBLIOTECA DA BROTERIA – ARQUIVOS DO ARSI - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		191v; 244; 244v; 259; 259v; 371-379v; 389-397v; 435-438v; 445-451v. <i>Historiae Provinciae Brasiliae</i> 1651-1702.	
	Bras. 10.1	Documentos: 9-12v; 23-26v; 31-34v; 50-53v; 60-63v; 76-80v; 86-90v; 104-108v; 119; 162v-165v; 175-178; 218-222v; 233-234v; 251-256v; 261; 261v. <i>Cartas Annuas</i> .	Reproduzido
	Bras. 10.2	Documentos: 275-278; 283; 293-301v; 307-309v; 326-328; 338; 338v; 340-341v; 353-356v; 373v-376v; 378; 378v; 381; 381v; 386-387; 395; 395v; 403v; 411-416v; 426-427v; 445-447v; 459-460; 495-496v. <i>Cartas Annuas</i> .	Reproduzido
	Bras. 11	Documentos: 10; 10v; 12; 12v; 14-15v; 61-64v; 74; 74v; 92; 92v; 247-248v; 321; 321v; 330-334v; 373; 373v; 381-382v; 406-423v; 426; 434; 447; 459-460v; 465-472v; 475; 475v; 479; 479v; 483-484v; 499; 499v. <i>Brasil Fundat. Colleg. Bahien.</i>	Reproduzido
	Bras. 13	Documentos: 1; 9-14; 79; 85; 86. <i>Menol. Bras I.</i>	Reproduzido
	Bras. 15	Documentos: 41-44v; 73-100v; 114-115v; 155-160v; 183; 183v; 200; 200v; 203; 203v; 231-232v; 284-286; 288-296; 301 -328 (Carta onde o Pe. Anchieta faz referência a organização territorial dos jesuítas no Espírito Santo); 329-330v; 335-339v; 365v; 366; 369v-376; 380; 380v; 384; 384v; 386; 386v; 410; 410v; 416v; 417; 423; 429; 429v; 431; 431v; 435-437v; 447-453; 456; 456v; 467-469v; 473-478v. <i>Brasiliae Historiae</i> 1549-1575, 1576-1599.	Reproduzido
	Bras. 15 I (Desenhos)	Documentos: 5999; 5960; 5961, 5962; 5970; 5971. Desenhos dos padres, referentes a caravelas, montanhas e casarios.	Reproduzido
	Lus. 44.1	Documentos: 65- 84v. <i>Distribuição nos colégios.</i>	Reproduzido
	Lus. 61	Documentos: 289; 289a; 289 av, 289v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido
	Lus.62	Documentos: 1-2v; 11-12v; 32-33v; 108-109v; 197; 197v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido
	Lus. 64	Documentos: 249-253v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido
	Lus. 65	Documentos: 41-43v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido
	Lus. 66	Documentos: 259; 259v; 260; 260v; 272; 272v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido
	Lus. 67	Documentos: 1-2v; 5-6v; 108-109v; 136-139v; 218- 219v; 233-236v; 243-244v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido
	Lus. 68	Documentos: 337-343v; 358-359v; 407-417v. <i>Correspondência.</i>	Reproduzido

BIBLIOTECA DA BROTERIA – ARQUIVOS DO ARSI - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Lus. 69	Documentos: 13-15v; 42-54v; 62-65v; 110-113v; 116-117v; 133-134v; 152-153v; 235; 235v; 240-244v; 254-255v; 269-273v; 282-283v. Correspondência.	Reproduzido
	Lus. 70	Documentos: 15-16v; 46-47v; 60; 60v; 140-142v; 250-251v; 351-352v. Correspondência.	Reproduzido
	Lus. 71	Documentos: 224-225v; 231-233v; 264-268v; 276-280v. Correspondência.	Reproduzido
	Lus. 72	Documentos: 121-125v; 182-184v. Correspondência.	Reproduzido
	Lus. 73	Documentos: 130-144v. Correspondência.	Reproduzido
	Lus. 75	Documentos: 260-261v. Correspondência.	Reproduzido

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PORTO			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Códice 516 / MS 516	HISTORIA DO RIO DE JANEIRO [por Baltazar da Silva Lisboa]	Reproduzido
	CÓDICE 36 / M/FA-36 (Fundo Azevedo)	(120/123) COPIA DA CARTA, QUE SALVADOR CORREA DE SAA ESCREVEVO A S. MAG. ^{de} .	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.24(40)	MAPA DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO Mappa da Capitania do Rio de Janeiro: extremada com o vivo de amarelo e copiada em Outubro de 1779.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.25(107)	MAPA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO Mappa da Capitania de S. Paulo, que extrema com a Capitania do Rio de Janeiro, Comarca do Rio das Mortes e a de Goyazes: copiada em Janeiro de 1779.	Reproduzido
Jun. 2014	Cota Ms.126, fol. 17	ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649. Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte a ponta da barra do Rio Doçe no qual parte cõ Porto Seguro...	Reproduzido
	Cota Ms.126, fol. 5	ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649 Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamão Brasil.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.25(58)	ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d', 1697-1782. Amérique Méridionale / publiée sous les auspices de Monseigneur le Duc d'Orleans ... par le Sr D'Anville; gravé par Guill. Delahaye.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.25(11)	ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d', 1697-1782. A map of South America: containing Tierra-Firma, Guayana, New Granada, Amazonia, Brasil, Peru, Paraguay, Chaco, Tucuman, Chili and Patagonia / from M.r d'Anville with several improvements and additions, and the newest discoveries.	Reproduzido

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PORTO			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Cota M-VR-70	CARTE DES ROUTES DE RIO JANEIRO À CANTA GALO ET À TEJUCO Carte de la route en 1810, moi d'avril de Rio Janeiro à Canta Gallo et à Villa Rica, et par le milieu du pays des mines d'or, à Tejuco capitale du district des mines de diamans appelé Cerro-do-Frio.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P. 8(6)	DELISLE, Guillaume, 1675-1726 America Meridionalis / concinãta juxta observationes Dñn Acad. Regalis Scientiarum et nonnullorum aliorum, et juxta annotationes recentissimas per G. de L'Isle geographum; Gustav Conrad Lotter, sculps.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.10(35)	DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L' Amerique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.17(17)	DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L' Amerique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe.	Reproduzido
	Cota RES-XIX-C-53	GUTHERIE, William, 1708-1770 America Meridional. – [Escala ca 1:50 000 000]. 500 leg. de França de 25 ao gr. = [4,45 cm]. – [1814]. – 1 mapa em 1 lâmina: gravura, color.; 18x21 cm, em folha de 36x48 cm In: Novo atlas universal portuguez: que compreende todas as cartas geographicas dos imperios, reinos e republicas da Europa, e de outras várias partes do globo: gravadas conforme as ultimas descobertas e os mapas mais exactos de Guthrie, Le Bonne, Laurie, etc.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.24(62)	MAPA DOS CONFINS DO BRASIL Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de esp.a en la America Meridional [sic].	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.13(10)	PALAIRET, Jean, 1697-1774 South America / J. Lodge sculp.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.17(28)	PINHEIRO, Simão António da Rosa, fl. 1776-1785 Carta plãna da costa do Brazil, que contem das ilhas de S. Anna the a ponta da Iuatinga / feita por Simão Antonio da Roza Pinheiro para o uzo da marinha portuguesa; primeira inpreção feita no Rio Janeiro 1785; A.J.M. Faria fc.	Reproduzido
	Cota C-M&A-P.24(64).	ROCHA, José Joaquim da, ca 1740-1804 Mappa da Capitania de Minas Geraes / o S. M. Jozé Joq.m da Rocha o fes.	Reproduzido

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PORTO			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS (FASC. 1-2) – Membranáceos, cartáceos e geográficos: 1- N° 464 Papéis geográficos sobre o Brasil, colecionados pela ordem seguinte.	10° - Informação do Cap.am Bento José Lisboa sobre os districtos da Capitania do Espírito-Santo, Campo de Octacazes e enseada adjacente, assim com sobre as Índias d’Hespanha e navegação do mar pacífico. He original, não tem data, e ocupa 9 pags.	Reproduzido
	Catálogo dos Manuscritos (Fasc. 7-10)	Monásticos e religiosos, jurídicos, científicos e industriais.	Consultado
	Catálogo dos Manuscritos (Fasc. 4-6)	Históricos, militares, literatura.	Consultado
	Catálogo de Geografia	Miscelânea	Consultado
	Catálogos impressos do Acervo Geral	Teologia (3 volumes) e Teologia Suplemento. Artes e Ofícios (1 volume). Historia (4 volumes).	Consultado
	Fichas Gerais Reservados	manuscritos, impressos e cartografia.	Consultado
	Fichas do Catálogo Antigo (até 1948)	Miscelânea	Consultado

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Provedoria dos Cativos e Resgates Mampostarias do Brasil M° 10 - Rio de Janeiro (1730-1773)	Miscelânea	Consultado
	Secretaria do Mestrado da Ordem de Cristo. Ordem de Cristo / Padroados do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro 1756-1795 M° 15 1796-1800 M° 16 1801-1822 M° 17	Miscelânea	Reproduzido Apenas um documento referente a Campos dos Goitacazes foi reproduzido na pasta M° 16.
Junho 2014 a Julho 2014	NOTICIA E INVENTARIO DE TUDO O QUE SE GUARDA NO ARMARIO JESUITICO DO REAL ARCHIVO DA TORRE DO TOMBO C. 16 E 124 P. 4 a 6	N° 5 – Hum livro que contem estatutos particularez sobre o governo dos Padres da Companhia de Jezus suas Missões, tirados da visita do Pe. João Alz e aprovados pelo seu Geral.	Consultado
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n° 27 Certidão porque consta ter contribuido com 100 moedas de ouro pª a despeza de guerra e socorro do Rio de Janeiro na forma de ordens de Sua Magestade. N° 23	Consultado
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço 36 Informação das fazendas que tinham os Padres da Compª quando sahiram da residencia de Cabo Verde. Tem junto um rol das ditas fazendas. N° 2 e 38	Consultado
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n° 56 Consta este masso de memoria e relação de várias matérias. N°s 1 a 15	Reproduzidos Doc. 32: Pergunta sobre algumas terras do Brasil pª se saber se se hão

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>Consta mais de papeis em que se ajuntavam vários sucessos e cousas, nem todos relacionados com a fazenda do Collegio. N^{os} 16 a 28</p> <p>Consta mais de vários pareceres jurídicos sobre diversas matérias. N^{os} 29 a 89</p>	<p>de vilgar per de sesmaria ou (?) per da capitania. Doc 34: Documento similar ao de n^o 32.</p>
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	<p>Maço n^o 57</p> <p>Consta este masso de vários alvarás, pareceres, requerimentos, informações, etc, sobre os bens que possuem todos os Collegios da Companhia de Jesus. N^{os} 1 a 97</p>	Consultado
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	<p>Maço n^o 58</p> <p>Consta este masso de várias contas dos Collegios, uns com os outros, e de varias carregações de diferentes pessoas. N^{os} 1 a 142</p> <p>Consta mais de petições, requerimentos e procurações sobre diversas dependências. N^{os} 143 a 272</p>	Consultado
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	<p>Maço n^o 68</p> <p>Consta este masso de cartas missivas de El Rei p^a os Padres e p^a outras pessoas; outras dos Padres p^a o mesmo Senhor; e outras para diversos destinatários. N^{os} 1 a 379</p> <p>Consta mais de varias cartas missivas, algumas anuas e outros docs. Sobre varios particulares. N^{os} 380 a 495</p>	<p>Reproduzidos: Docs. 307, 308, 309, 310, 369, 260, 268, 163, 183 e 429 (Carta Annua da Provincia do Brasil de 1607)</p>
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	<p>Maço n^o 69</p> <p>Consta este masso de varias cartas missivas para varios Padres sobre seus particulares. N^{os} 1 a 322</p> <p>Consta mais de varias cartas p^a varios Padres da Comp^a. Não identificada. N^{os} 383 a 388</p>	<p>Reproduzidos: Docs. 75, 76, 83 e 140.</p>
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	<p>Maço n^o 70</p> <p>Consta este masso de varias cartas de Padres sobre suas pendencias e negócios. N^{os} 1 a 452</p>	Consultado

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Consta mais de varias cartas sobre seus negócios. N ^{os} 453 a 497	
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n^o 71 Cartas de uns Padres p ^a outros, sobre seus negócios. N ^{os} 1 a 195	Reproduzidos: Doc. 29.
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n^o 83 Diversas doações de terras. Copias de verbas, testamentos, certidões de Inventários, attestados de serviços dizendo algum respeito aos Collegios d além-mar. Varios docs. Respeitantes à India, Brasil e Portugal. N ^{os} 1 a 215	Reproduzidos: Docs. 100 e 103.
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n^o 88 Terras dadas de sesmarias em Cabo Frio. N ^o 119 Terras de Iguassu no Rio de Janeiro. N ^o 120 Privilegios que tinham os jesuítas na Bahia e Rio de Janeiro. N ^o 130	Reproduzidos
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n^o 89 Provas sobre a conveniência da continuação da residencia dos jesuítas no Brasil. N ^o 14	Documento não se encontra no maço
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n^o 90 Papeis – alguns curiosos e que prestam esclarecimentos sobre Brasil, India e Portugal. N ^{os} 89 a 284	Reproduzidos: Docs. 103 (Privilégios da Companhia no Brazil), 131 (Treslados de uns authos sobre a administração que os Pes. da Comp. tinham da (?) a Deos no R. de Janeiro) e 132 (Treslado de huns autos dos frades Bento de fé (?) contra nós)
	INVENTARIO DO CARTORIO DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Maço n^o 96 Hum livro de distribuição – dinheiro que cada um dos conventos pagava de contribuição ao Estado, e algumas noticias históricas da Ordem. N ^o 3	Consultado
	INVENTARIO DO CARTORIO	Maço n^o 97	Consultado

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	DOS JESUITAS C. 16 E. 92 e 94 p. 3-4	Cartas de diversos Collegios do Brazil – China – Coimbra – Roma – para os procuradores em Lisboa que residiam no Collegio de Santo Antão – Diversos annos. N ^{os} 1 a 509	
	AVALIAÇÃO DE OFÍCIOS DO ULTRAMAR COTA ATUAL Chancelaria-Mor da Corte e Reino, liv. 5	África: Mazagão, Angola. Açores: ilha Terceira, São Miguel, Ilha do Pico, Ilha de São Jorge, Ilha de Santa Maria, Ilha das Flores. América: Brasil: Pernambuco, Rio de Janeiro, Campos de Aitacanes, Espírito Santo. Ásia: Índia.	Consultado
	MICROFILME N° 134 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 134	Reprodução de documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 01- Mapa feito por José Borges Machado de Ataíde, da população da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila de Guarapari. S.l., 1819. (Col. IHGB DL 610,62) 1742 25- Lista feita por Francisco António da Fonseca das exportações da vila de Benavente para a corte do Rio de Janeiro, nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1819. Vila de Benavente, 1819-03-30 (Col. IHGB DL 348,21.11) 1766 37- Notas de [José Bonifácio Andrada e Silva], produção colonial na América Espanhola; tráfico de escravos no Brasil; sesmarias; desmatamento; desvantagens da cultura da cana; sugestões para o crescimento Império; relação entre os índios e jesuítas; sobre os brasileiros; sobre a capitania de São Paulo; e sobre o cens[o] de 1819 e o crescimento da população até 1827. S.l., 1820	Reprodução não autorizada
	FRANCISCO GIL DE ARAÚJO COTA ATUAL Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria, liv.6, f.233-239	Carta de Doação. Para renunciar a Capitania do Espírito Santo, no Brasil.	Não localizado
	PAPÉIS DO BRASIL	Carta do ouvidor do Rio de Janeiro para o Vice-Rei sobre aforamentos da	Reproduzido

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>Aldeia de S. Pedro do Cabo Frio. Codice 1 Nº de Fólios/Páginas: Folhas 64 a 69</p> <p>Mapa dos engenhos de assucar, aguardente, escrevos, etc. dos distritos de S. Gonçalo, Goaratiba, Cabo Frio, Parati, etc. Código 4 Nº de Fólios/Páginas: Folha 291</p> <p>Medição de seis léguas da Real Fazenda de Santa Cruz. Avulsos 1 Nº de Fólios/Páginas: n. 12</p>	
	<p>JOSÉ FERNANDES SOL COTA ATUAL Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, f.376v</p>	<p>Carta. Capitão de Infantaria da Ordenança do distrito de Jáu na capitania do Espírito Stº, no Brasil. Filiação: Francisco Fernandes.</p>	Consultado
	<p>CARTA DE MERCÊ DE CONFIRMAÇÃO NO POSTO DE CAPITÃO DO REGIMENTO DE INFANTARIA DA ORDENANÇA DE MURIBECA (BRASIL), CONCEDIDA A MANUEL ÁLVARES SALGUEIRO COTA ATUAL Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, f. 98v.</p>	<p>Muribeca, Espírito Santo.</p>	Consultado
	<p>MICROFILME Nº 131 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 131</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:</p> <p>29- Ofício de Gaspar Manuel de Figueiroa a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador da província do Espírito Santo, informando que o padre Domingos José da Silva e Sá, administrador da Fazenda do Campo e Engenho Velho, recebia dois homens espanhóis para o arranjo de sua fazenda de campo.</p> <p>Vila de Guarapari, 1813-08-02</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 348,15.04) 1508</p> <p>31- Ofício de Gaspar Manuel Figueiroa, para Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre o recebimento da relação dos escravos fugidos para o mato.</p> <p>Vila de Guarapari, 1813-03-03</p>	Reprodução não autorizada

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>Cópia</p> <p>Transposição da tinta no suporte</p> <p>(Col. IHGB DL 348,15.03) 1510</p> <p>32- Provisão régia do príncipe regente D. João ao governador da capitania do Espírito Santo Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, sobre a criação de uma cadeira de primeiras letras na vila.</p> <p>Rio de Janeiro, 1813-08-03</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 121,05.25) 1511</p> <p>35- Ofício de Manuel Pereira da Cruz, capitão-mor da vila de Benavente, a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, pedindo para ser substituído devido à sua autoridade não ser respeitada pelos índios e por não ter condições de sustentar o lugar.</p> <p>Vila de Benavente, 1813-07-05</p> <p>(Col. IHGB DL 343,01) 1514</p> <p>36- Ofício de António de Arrábida, bispo capelão mor para Francisco Ribeiro Pinto sobre o estabelecimento das palestras literárias na capitania do Espírito Santo.</p> <p>Residência episcopal do Rio de Janeiro, 1813-07-05</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 346,09) 1515</p> <p>38- Certidão de Joaquim António Lopes da Costa, alferes de infantaria e ajudante de ordens no governo da capitania do Espírito Santo, atestando que não consta no Livro de Registos das ordens expedidas pelo governo da dita capitania, ordem alguma aos corpos de tropa paga ou milicianos, para que não se dêem por citados, nem executados, nem jurem em devassas ou</p>	

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>vão à presença do ouvidor da comarca, José Freire Gameiro, sem licença por escrito do governo.</p> <p>Vitória, 1813-07-05 - 1813-07-06</p> <p>(Col. IHGB DL 176,38.02) 1517</p> <p>41- Ofício de Gaspar de Manuel de Figueiroa a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre o requerimento de Maximiano Francisco que fora preso após fuga de escravos da Fazenda do Campo; a situação das tropas destacadas na Fazenda do Campo.</p> <p>Vila de Guarapari, 1813-03-08</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 348,02) 1520</p> <p>43- Ofício de Gaspar Manuel de Figueiroa a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre a presença de escravos nas terras da Fazenda do Campo.</p> <p>Vila de Guarapari, 1813-08-08</p> <p>(Col. IHGB DL 346,32.05) 1522</p> <p>44- Certificado passado por ordem do juiz ordinário José Ramallete, confirmando que o reverendo Domingos José da Silva e Sá não matou pessoa alguma, enquanto governava as fazendas do engenho Velho e Campo.</p> <p>Guarapari, 1813-01-09</p> <p>Tinta um pouco esmorecida dificultando a leitura</p> <p>(Col. IHGB DL 348,21.15) 1523</p> <p>47- Certificado de José Francisco do Couto, sobre o alvará com força de lei relativo aos condicionalismos dos índios.</p> <p>Vila Nova de Almeida, 1813-06-10</p> <p>(Col. IHGB DL 348,18.03) 1526</p>	

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>48- Ofício de José Francisco de Couto para Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre a ordem que recebera para certificar as leis relativas aos índios.</p> <p>Vila Nova de Almeida, 1813-06-10</p> <p>(Col. IHGB DL 348,18.02) 1527</p> <p>56- Ofício de Francisco Correia de Assunção para Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, comunicando a chegada de dois índios mortos flechados e um já comido do gentio. Consta envelope do ofício.</p> <p>Linhares, 1813-02-20</p> <p>(Col. IHGB DL 346,08) 1535</p> <p>61- Ofícios de Serafim José dos Anjos a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre o aprisionamento de índios.</p> <p>Vila Nova de Almeida, 1813-02-24 - 1819-01-22</p> <p>Último fólio repetido</p> <p>(Col. IHGB DL 346,33) 1540</p> <p>62- Ofício de Gaspar Manuel de Figueireroa a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, informando que entregara a Joaquim José Ramallete, juiz ordinário da vila de Guarapari, o escravo Vicente, preso na Fazenda do engenho Velho; o incidente dos escravos da Fazenda do Campo e a prisão de dois deles.</p> <p>Guarapari, 1813-03-24</p> <p>Cópia</p> <p>Tinta esbatida</p> <p>(Col. IHGB DL 346,10) 1541</p>	
		66- Ofício de Gaspar Manuel Figueiroa	

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre a patrulha que queimou onze ranchos dos Calombolas; o número actual de escravos da vila e o pedido de permissão para o tratamento de uma escrava que estava presa numa cadeia.</p> <p>Guarapari, 1813-02-26</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 348,15.02) 1545</p> <p>69- Ofício de José Felisberto da Silva e Oliveira, comandante do corpo de pedestres da capitania do Espírito Santo, a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre os desentendimentos entre os moradores de Itabapoana e os de Moribeca, por motivo de caça e pesca.</p> <p>S.l., 1813-06-30</p> <p>(Col. IHGB DL 176,38.01) 1548</p> <p>112- Ofício de Francisco Xavier Nobre, capitão-mor das Ordenações, a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, remetendo o mapa da população do distrito de Guarapari.</p> <p>Vila Vitória, 1815-01-16</p> <p>(Col. IHGB DL 343,02) 1592</p> <p>113- Ofício do capelão João de Sousa Guimarães a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, enviando um mapa dos habitantes da vila de Benavente.</p> <p>Benavente, 1815-01-16</p> <p>Cópia (?)</p> <p>(Col. IHGB DL 346,30) 1593</p>	
	VITORINO CORREIA DA COSTA COTA ATUAL Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f.151v	Carta Patente. Capitão da Companhia de Infantaria da Ordenança do distrito de Camboapina, na vila e capitania do Espírito Santo.	Consultado
	MICROFILME N° 133 COTA ATUAL	Reprodução de documentos do Histórico e Geográfico Brasileiro:	Reprodução não autorizada

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Projecto Reencontro mf. 133	<p>03- Tabela de orçamento relativo a despesas e receitas que viriam a entrar no Real Erário do Rio de Janeiro.</p> <p>Rio de Janeiro, 1817-01-s.d - 1821-01-s.d.</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 110,33) 1658</p> <p>04- Ofício de Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, a Francisco Gomes Coelho da Costa, comandante do distrito, sobre a abertura de duas estradas a partir do quartel da Barca na vila de Itapemirim.</p> <p>Vitória, 1817-08-02</p> <p>OBS: Extraído do livro quarto de officios e portarias do governador da capitania do Espírito Santo, por Basílio Carvalho Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.22) 1659</p> <p>06- Provisão régia de D. João VI ao ouvidor da comarca do Espírito Santo ordenando o conserto das estradas e caminhos do Sertão do Quilombola para São Salvador dos Campos; a construção de uma ponte no rio Uruguai; elaboração da planta da ponte que se deve construir no porto de Carlos José ou Carlinhos.</p> <p>Rio de Janeiro, 1817-10-03</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 121,05.26) 1661</p> <p>07- Ofício de Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, a José Borges Machado de Ataíde, comandante do quartel de Guarapari, sobre a ocupação clandestina de parte das fazendas pertencentes aos herdeiros do falecido arcediogo António de Sequeira Quintal.</p>	

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>Vitória, 1817-12-04</p> <p>OBS: Extraído do livro quarto dos Avisos e Portarias do governador da capitania do Espírito Santo, por Basílio Carvalho Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.20) 1662</p> <p>09- Ofício de Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, a José Borges Machado de Ataíde, comandante do quartel de Guarapari, para se realizar uma diligência a fim de se prender os escravos que fugiram das fazendas do já falecido arcediogo António de Sequeira Quintal, em Campos. Consta relação dos escravos que devem ser presos.</p> <p>Vitória, 1817-03-09</p> <p>OBS: Extraído do livro quarto de ofícios e portarias expedidas pelo governador da capitania do Espírito Santo, por Basílio Carvalho Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.19) 1664</p> <p>11- Ofício de Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, ao padre José Nunes da Silva Pires, sobre a criação da capitania do Espírito Santo; a guerra contra os holandeses nesta mesma capitania e a criação da vila de Guarapari.</p> <p>Vitória, 1817-12-09</p> <p>OBS: Extraído do livro quarto dos ofícios e portarias do governador da capitania do Espírito Santo, por Basílio de Carvalho Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.27) 1666</p> <p>22- Descrição do terreno da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila de Guarapari da comarca da capitania do Espírito Santo.</p> <p>Quartel da Vila de Guarapari, 1817-11-20</p>	

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>(Col. IHGB DL 346,32.01) 1677</p> <p>25- Ofício de Joaquim Soares da Silva para Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre a expedição que este determinara para o Sertão.</p> <p>S.l., 1817-10-21</p> <p>(Col. IHGB DL 346,24) 1680</p> <p>26- Circular de Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo às diversas autoridades da capitania, sobre a conclusão da estrada entre as capitanias do Espírito Santo e Mina Gerais; os limites da capitania do Espírito Santo; a isenção de quaisquer direitos aos géneros exportados para a capitania de Minas Gerais e as concessões de terrenos aos que quiserem se estabelecer em zonas devolutas.</p> <p>Vitória, 1817-02-22 OBS: Extraído do livro quarto dos officios e portarias do governador da capitania do Espírito Santo, por Basílio Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.17) 1681</p> <p>79- Memória estatística feita por, Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, da capitania do Espírito Santo até o ano de 1817.</p> <p>Vitória, 1818-03-30</p> <p>OBS: RIHGB 19:161-184, 1856</p>	
	<p>MORGADO MATEUS MICROFILME N° 25 COTA ATUAL Projecto Reencontro, Morgado Mateus mf. 25</p>	<p>ESCRITURA de transacção, amigável composição e renúnciação feita pelos padres da Companhia de Jesus com o povo da Capitania do Rio de Janeiro sobre a liberdade dos índios. Rio de Janeiro, 22 Junho 1640. Traslado da existente na Câmara da Vila de São Vicente, pelo tabelião Gaspar Gonçalves Meira, em de Julho 1640.4 p. Original e cópia. Outra cópia em II-34, 15, 5 n° 1. I-30, 24, 32 I-30</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>
	<p>MICROFILME N° 135 COTA ATUAL</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto Histórico e Geográfico</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Projecto Reencontro mf. 135	<p>Brasileiro:</p> <p>11- Mapa organizado pelo padre Gonçalves de Oliveira Santa Braga, da população geral da vila de Benavente.</p> <p>Vila de Benavente, 1821-1822</p> <p>(Col. IHGB DL 346,16) 1809</p>	
	<p>MICROFILME Nº 136 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 136</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:</p> <p>31- Ofício de José Barbosa Pereira a José Henriques Paiva, secretário do governo do Espírito Santo, sobre o não consentimento de sua mãe Francisca Xavier Barbos, para o corte de madeira nas matas de Caparoca para o reparo da ponte do Jucú.</p> <p>Vitória, 1824-04-27</p> <p>(Col. IHGB DL 348,21.08) 1958</p> <p>48- Ofício de Inácio Accioli de Vasconcelos, presidente da província do Espírito Santo ao 1º marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, ministro da Marinha, sobre o abandono de duas fazendas em Guarapari, devido aos distúrbios e até mortes causadas pelos escravos.</p> <p>Vitória, 1825-10-20</p> <p>Observ.: Extraído do livro primeiro de Avisos e decisões da Junta Provisória, por Basílio Carvalho Daemon. (Col. IHGB DL 121,06.21) 1975</p> <p>50- Nota feita pelo padre Felipe Gonçalves de Oliveira Santos Braga, sobre os procedimentos e taxas cobrados na freguesia [de Nossa Senhora da Assunção de Benavente], para casamentos e enterros e a renda anual das ofertas de baptizados e de altar.</p> <p>[Freguesia de Nossa Senhora da Assunção] 1825-07-2[2]</p> <p>(Col. IHGB DL 348,21.20) 1977</p> <p>108- Relação nominal, feita por Inácio</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
Período	Documento	Conteúdo	Status
		<p>dos Santos Pinto, dos alunos da Escola de Primeiras Letras, da cidade de Vitória.</p> <p>Vitória, 1830-05-21</p> <p>(Col. IHGB DL 348,21.07) 2035</p> <p>149- Ofício da câmara municipal da vila Nova de Almeida para Manuel José Pires da Silva pontes, presidente da província do Espírito Santo, sobre o envio das ordens régias, que foram expedidas a benefício dos índios, na ocasião da criação da Vila de Almeida dos Reis Magos. Anexa cópia do registo de ordens régias, sobre a liberdade dos índios em todo o Brasil e a construção da Vila de Almeida dos Reis Magos. Consta cópia sobre a divisão da terra dos índios e do distrito de Vila Nova de Almeida.</p> <p>Vila Nova de Almeida, 1834-12-30</p> <p>Cópia</p> <p>(Col. IHGB DL 348,18.04) 2076</p>	
	<p>MICROFILME N° 129 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 129</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto de Arquivo Histórico e Geográfico Brasileiro:</p> <p>30- Memória da viagem realizada ao rio Doce, com descrição corográfica de toda a zona envolvente da expedição.</p> <p>Rio Doce, 1810</p> <p>Cópia</p> <p>Obs: DL 348,14</p> <p>(Col. IHGB DL 348,23) 1344</p> <p>79- Aviso de Pedro Vieira da Silva Teles a Manuel Vieira Tovar e Albuquerque sobre o decreto do príncipe regente D. João, declarando a independência do governo da capitania do Espírito Santo, na parte militar, perante o governo da capitania da Baía.</p> <p>Secretaria do Conselho Supremo Militar, 1810-09-25</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>Obs: Extraído do livro segundo de Avisos e provisões das Secretarias de Estado e Tribunais, por Basílio Carvalho Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.05) 1392</p>	
	<p>MICROFILME N° 125 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 125</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto de Arquivo Histórico e Geográfico Brasileiro:</p> <p>07- Planta aérea do Rio de Janeiro, cortada pelo rio Paraíba, destacando as fazendas, sesmarias e igreja da região, com a estrada que segue da Estrela até às Minas Gerais.</p> <p>S.L., 1797</p> <p>Fólio repetido</p> <p>(ACP Eneias Martins Filho DL 772,60) 1021</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>
	<p>MICROFILME N° 132 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 132</p>	<p>Reprodução de documentos do Histórico e Geográfico Brasileiro:</p> <p>01- Auto de arrematação de uma caldeira e uma taxa, pertencentes ao inventário do falecido padre Domingos José da Silva e Sá, de uma fazenda no engenho velho dos herdeiros ausentes do falecido arcediogo António De Sequeira Quintal. Inclui petição do tesoureiro dos ausentes, inventariante e administrador das fazendas do supracitado arcediogo, Manuel Pinto de Castro, para arrematação dos mesmos. Despacho do desembargador a dar autorização.</p> <p>S.l., 1815-04-20</p> <p>(Col. IHFB DL 346,32.02) 1595</p> <p>03- Ofício de Gaspar Manuel de Figueiroa a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre um levante de escravos na fazenda do Engenho Velho pertencente aos herdeiros do falecido arcediogo [António de Sequeira Quintal], pedido de mais armas de fogo e reforços para travar possíveis desordens.</p> <p>Vila de Guarapari, 1815-01-23</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>(Col. IHGB DL 346,32.04) 1597</p> <p>41- Ofício do 2º marquês de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Francisco Alberto Rubim, coronel e governador do Espírito Santo, sobre o recolhimento e a proibição da divulgação do folheto intitulado O preto e o bogio mato, cujos discursos são pouco apropriados.</p> <p>Palácio do Rio de Janeiro, 1816-11-14</p> <p>OBS: Extraído do livro segundo de registos de Avisos e Provisões das Secretarias de Estado e Tribunais, por Basílio Carvalho Daemon.</p> <p>(Col. IHGB DL 121,06.08) 1635</p>	
	<p>MICROFILME N° 119 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 119</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:</p> <p>24- Carta de arrematação e inventariação, concedida por D. Maria I, com os autos de sequestro dos bens, (móveis e imóveis), que pertenceram aos padres Jesuítas da cidade de Nossa Senhora da Vitória, na capitania do Espírito Santo; avaliação dos bens confiscados por parte de avaliadores; alferes Francisco António de Carvalho arrematante de casas e terrenos, vende mais tarde os mesmos ao Torquato Martins de Araújo.</p> <p>Rio de Janeiro, 1759-07-03 - 1784-10-21</p> <p>Cópia manuscrita e dactilografada</p> <p>Obs: Consta Três requerimentos feitos ao presidente do IHGB, duas de certidão "verbo ad verbum" da carta de Arrematação e escritura de cessão de bens de raiz sequestrados aos jesuítas na capitania do Espírito Santo, do ano 1941 e 1946; a terceira pede a autenticidade da fotocópia que foi remetida acima citada, datada de 1946.</p> <p>(Col. IHGB DL 124,03) 604</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>
	<p>MICROFILME N° 130 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 130</p>	<p>Reprodução de documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:</p>	<p>Reprodução não autorizada</p>

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>02- Catálogo dos capitães-mores, governadores, capitães gerais e vice-reis que têm governado a capitania do Rio de Janeiro desde a sua fundação, em 1565, até o ano de 1811, dando breve informação sobre a vida e o governo de cada um deles.</p> <p>Rio de Janeiro, 1565 - 1811</p> <p>Cópia</p> <p>Fólios repetidos</p> <p>Ver também RIHGB 2: 49-99,1958</p> <p>(Col. IHGB DL 978,18) 1404</p> <p>53- Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, levantada por ordem do príncipe regente D. João em 1808.</p> <p>Rio de Janeiro, 1812</p> <p>Impresso</p> <p>Obs: reduzido de um exemplar pertencente ao doutor Martins Costa, lente da Clínica Médica por Pimentel em 1884</p>	
	<p>MANUEL DE SOUSA ÍNDIO COTA ATUAL Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 8, f. 404v</p>	<p>Carta. Capitania de Aldeia e Índios de S. Barnabé, no Rio de Janeiro. Filiação: Manuel Sousa.</p>	Consultado
	<p>CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DO BRASIL (BAÍA, CUIABÁ, MINAS GERAIS, MARANHÃO, ALAGOAS, RIO GRANDE, PARAÍBA, PIAUÍ, RIO DE JANEIRO, PARÁ, VILA BELA, CEARÁ GRANDE E PERNAMBUCO) COTA ATUAL Ministério do Reino, mç. 500-1</p>	<p>A correspondência trocada documenta as actividades desenvolvidas por governadores, magistrados e outras entidades no Brasil:</p> <p>Desembargador da Relação do Porto; Desembargador da Relação da Baía, José Francisco de Oliveira; Marquês do Lavradio; José de Melo Correia, administrador dos Cortes Públicos e Matas Reservadas à Construção Naval (provisão de 1821); Agostinho Bertalho, fidalgo da Casa Real, a quem foi doada a Ilha de Santa Catarina; desembargador da Relação do Porto, da Baía, José Francisco de Oliveira; o Inspector-geral dos Índios de Rio Negro, o príncipe regente ou rei, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o conde de Vila Verde, a Junta Provisória do Governo</p>	Consultado

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>do Pará, a Junta Provisória do Governo de Pernambuco, colégio de Olinda (capitania de Pernambuco), Governo Interino da capitania de Piauí, Secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos, a 2.ª Direcção do Ministério da Guerra, o bispo de Olinda, juiz de fora da cidade de Olinda, a Junta Provisória do Governo de Piauí, escrivão da Casa dos Seguros da Baía, Junta Provisória do Governo do Pará, administrador dos viveiros e plantações na cidade do Grão Pará (pagamento de ordenado).</p> <p>São referidas as entidades governo provisório de Pernambuco (Outubro de 1821); Junta provisional da comarca da Palma, capitania de Goiás; Junta provisional do governo da Baía; Junta provisional do governo da província das Alagoas; Junta Provisória da Baía; Junta Provisória da Província do Maranhão (ofícios – 1822)</p> <p>Inclui officio do Marquês do Lavradio, [vice-rei do Rio de Janeiro] para o Conde de Oeiras (Julho de 1769).</p> <p>Mencionam as seguintes localidades: Alagoas, Baía, Ceará, Ceará Grande, Cuiabá, Goiás, Maceió, Maranhão (fonte da Porteira em São Luís do Maranhão, 1822), Mato Grosso - Vila Bela, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí - Oeiras do Piauí, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina (ilha de) e São Luís do Maranhão (fonte da Porteira – 1822).</p> <p>Alguns dos produtos e mercadorias referidos: agricultura e comércio de algodão e tabaco, produção de tabaco e mandioca, pau-brasil para construção naval.</p> <p>A documentação refere os bens dos jesuítas, o indulto régio concedido aos presos em 28 Agosto 1799, as habilitações para o Hábito na Ordem de Cristo para professor na catedral do Maranhão e lavradores das freguesias do termo de vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoim, comarca da Baía.</p> <p>Trata sobre os bens das capelas regulares da Companhia de Jesus,</p>	

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>jesuítas e escravos da costa de África, géneros (silvestres e cultivados) produzidos pela província do Rio Negro e respectivas nações dos Índios. A documentação refere a actividade de lavradores das freguesias do termo de vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoim (comarca da Baía), cirurgiões e médicos, índios e gentios que habitavam as margens do rio Tocantins e fontes dos rios Guajalin, Turé e Gurupé (Minas, Maranhão e Pará), instrução pública e empregados de saúde (farmácia, médico, cirurgião, boticário) na província de Piauí; espanhóis na margem oriental do Guaporé (livre e desembaraçada a navegação do Pará).</p> <p>Alude a navios estrangeiros, a navio francês, ao navio “Príncipe das Galés”, à chegada de um brigue francês ao Rio de Janeiro, em 1823 (defesa do Brasil), fragata Nossa Senhora da Assunção e a naus inglesas.</p>	
	<p>CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DO BRASIL (BELÉM DO PARÁ) COTA ATUAL Ministério do Reino, mç. 597</p>	<p>A correspondência (originais e cópias) trocada documenta as actividades desenvolvidas por governadores, magistrados e outras entidades no Brasil:</p> <p>Pedro Gaspar de Melo, Sebastião José Carvalho de Melo [Secretário dos Negócios Estrangeiros], Francisco Xavier de Mendonça Furtado [governador e capitão-geral de Grão-Pará e Maranhão, irmão do Secretário dos Negócios Estrangeiros] – “Meu irmão do meu coração”, João da Cruz Dinis Pinheiro, ouvidor do Pará; Luís Gomes de Faria e Sousa, desembargador intendente geral das colónias do Pará; Manuel Bernardo de Melo de Castro, governador-geral; capitão de granadeiros, João Ferreira Ribeiro, filho do mestre de campo; José Feijó de Melo e Albuquerque, provedor da Fazenda Real; Gaspar da Costa Posser; Joseph Bento Buzeta Patinho, Companhia Geral do Comércio administração, do Pará).</p> <p>Refere as seguintes localidades: Baía, Belém do Pará, Pará, Piauí, Maranhão, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Negro, São Paulo de Assunção, vilas de Ourém e Bragança,</p>	<p>Consultado</p>

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		<p>vila de Faro.</p> <p>Trata sobre índios (incluindo registo de venda de duas índias, com registo de baptismo no verso - 1741), escravos, missionários, missões e fundação da aldeia de Javari no Rio Solimões, rio Javari, rio Guaporé, padres da Companhia de Jesus, Colégio de Santo Alexandre em Belém do Grão Pará, correio do Maranhão, encontra-se referência à lei de 24 de Abril de 1688 (regimento da missões), mapa de salinas feito pelo capitão Francisco Lopes da Costa, de rios que vão desaguar ao Maranhão, bloqueio dos castelhanos, franceses, despesas da capitania de Mato Grosso, Casas da Fundação, remédios purgantes, astrónomos e engenheiros estrangeiros, demarcações (linha das, mapa), Conselho Ultramarino, drogas, cacau, café, cravo, salsa e óleos, gado (carne), ouro, mandiocas.</p>	
	<p>CÓPIA DO MAPA DOS EFEITOS QUE SE EXPORTARAM DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO COTA ATUAL Condes de Linhares, mc. 29, doc. 19</p>	Referente ao ano de 1801. Assuntos: Colónias; Brasil, vários assuntos e entre eles a campanha de Montevideo.	Consultado
	<p>MAPAS DA DIRECÇÃO E ORDEM EM QUE IAM DISPOSTAS AS EMBARCAÇÕES E NAVIOS VINDOS DOS NOSSOS PORTOS DO BRASIL. COTA ATUAL Condes de Linhares mc. 31/28</p>	Mapa da direcção e ordem em que iam dispostas as embarcações e navios do comboio, vindos dos nossos portos do Brasil, debaixo do comando do chefe de esquadra, Francisco de Paula Leite, que saiu do Porto da Baía no 1º, 2º e 3º do mês de Junho de 1798; mapa da direcção e ordem em que iam dispostos os navios do 2º comboio vindos do Rio de Janeiro para Lisboa em 10-05-1798, debaixo do comando do capitão de mar e guerra, Francisco Manuel de Seixas Souto Maior. Chegaram os dois comboios à barra de Lisboa no dia 30 de Setembro, com a perda de um navio. Total dos navios 122.	Consultado
	<p>"MAPA DO ESTADO EM QUE SE ACHA A RELAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO" COTA ATUAL Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mc. 5, n.º 1</p>	Documento assinado pelo guarda-mor da mesma António Rodrigues da Silva.	Consultado
	<p>MICROFILME N.º 102 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 102</p>	<p>Reprodução de documentos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.</p> <p><u>Documentação variada sobre o Brasil.</u></p>	Reprodução não autorizada
	<p>MICROFILME N.º 119</p>	Reprodução de documentos do	Reprodução

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 119	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 24- Carta de arrematação e inventariação, concedida por D. Maria I, com os autos de sequestro dos bens, (móveis e imóveis), que pertenceram aos padres Jesuítas da cidade de Nossa Senhora da Vitória, na capitania do Espírito Santo; avaliação dos bens confiscados por parte de avaliadores; alferes Francisco António de Carvalho arrematante de casas e terrenos, vende mais tarde os mesmos ao Torquato Martins de Araújo. Rio de Janeiro, 1759-07-03 - 1784-10-21 Cópia manuscrita e dactilografada Obs: Consta Três requerimentos feitos ao presidente do IHGB, duas de certidão "verbo ad verbum" da carta de Arrematação e escritura de cessão de bens de raiz sequestrados aos jesuítas na capitania do Espírito Santo, do ano 1941 e 1946; a terceira pede a autenticidade da fotocópia que foi remetida acima citada, datada de 1946. (Col. IHGB DL 124,03) 604	não autorizada
	CONSULTA SOBRE A PROPOSTA DO BISPO DO RIO DE JANEIRO PARA PROVIMENTO DA IGREJA DOS SANTOS REIS MAGOS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO COTA ATUAL Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, mç. 16, n.º 27	Foi nomeado o padre Joaquim Gomes de Jesus a 19 de Novembro de 1798.	Reproduzido
	CARTA DE MENDO DE SÁ, GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO, EXPONDO AO REI OS SERVIÇOS DE BARTOLOMEU DE VASCONCELOS DA CUNHA FORA POR CAPITÃO-MOR DA ARMADA DO RIO DE JANEIRO NA GUERRA CONTRA OS FRANCESES E DOS CAPITÃES E OUTRAS NOTÍCIAS. COTA ATUAL Corpo Cronológico, Parte I, mç. 104, n.º 13	Que a cidade da Baía ia em muito crescimento e das terras que sujeitavam de novo se podia fazer um reino. Que os padres da companhia tinham feito grande entre os gentios porque só na Igreja do Espírito Santo, sete léguas da cidade da Baía, se baptizaram num dia 437 pessoas, sabendo a doutrina melhor que muitos cristãos e que havia escolas de 360 moços que já sabiam ler e escrever. Que tendo conquistado de novo o Brasil e desejando a sua conservação julgava-se necessário pôr nas capitanias homens honrados e de boa consciência e os governadores	Reproduzido

TORRE DO TOMBO – LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		terem poder para castigar e perdoar por ser a terra povoada de malfeitores, pedindo ao mesmo senhor em satisfação de seus serviços o mandasse receber ao reino.	
	<p>CARTA DE CONSTANTINO DE MENELAO A DAR CONTA AO REI QUE TENDO NOTÍCIA DE QUE CINCO NAUS INGLESAS CHEGARAM A CABO FRIO E QUE LANÇARAM GENTE EM TERRA E FIZERAM UMA FORTALEZA ENTRANDO LOGO A CORTAR O PAU-BRASIL, FORA POR TERRA PARA OS DESALOJAR DALI, O QUE FEZ QUEIMANDO A DITA FORTALEZA E AS CASAS QUE JÁ TINHAM EDIFICADO, SOLICITA AO REI MUNIÇÕES PARA FAZER NO DITO SÍTIO UMA FORTALEZA, ENTRE OUTROS.</p> <p>COTA ATUAL Corpo Cronológico, Parte I, mç. 117, nº 74</p>	Rio de Janeiro. Cabo Frio.	Consultado
	<p>MICROFILME Nº 47 COTA ATUAL Projecto Reencontro mf. 47</p>	<p>Reprodução de documentos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.</p> <p><u>Breve notícia histórica das Missões dos Jesuítas no Brasil.</u></p> <p>Baía, 1574-01-06 (cópia manuscrita)</p> <p>Instituição detentora dos originais: BN (Mss 15, 3, 3). Documentos sobre os Jesuítas na Baía; Catálogo da Bahia 8A</p> <p>VASCONCELLOS, Simão <u>Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus Filhos nesta parte do Novo Mundo.</u></p> <p>Lisboa, Impresso na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663 (cópia manuscrita)</p> <p>Instituição detentora dos originais: BN (Mss 1-31, 25, 19).. C.E.H.B. 9292</p>	Reprodução não autorizada

BIBLIOTECA DA AJUDA - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
Jul. 2014 a Ago. 2014	Códice 46-IX-13	Symmicta Lusitanica Ex MSS Codicibus Vaticane Tomus sextus Na: Dni MDCCXLIV	Consultado
	Códice 50-V-35	Movimento Orbe Lusitano	Consultado
	Códice 51-VI-21	Folhas 169-170 (Ofício Pimentel) e 207-210 (Rio de Janeiro)	Consultado
	Códice 51-VI-52	“Meza da Consciencia e Ordens”	Consultado
	Códice 54-XIII-4	Nº 24 – Descrição do mapa com q pretende os limites do Governo de S. Paulo e Minas e tambe. os do Rio de Janrº. 13 folhas Nº 61 – Relação das Igrejas Paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro. 4 páginas.	Reproduzido
	Códice 54-XIII-16	Miscelânea	Consultado
	Códice 54-VI-12	Nº 132 – Criação de carreiras de coches de postas entre o Rio de Janeiro e Santa Cruz e sítio de S. Cristóvão. Outras notícias. RJ, 1818, nov. 13. Nº 82 – Grandes obras em curso: nos palácios de S. Cristóvão e de Sta Cruz [...]. Outras notícias. RJ, 1815, jun. 29.	Reproduzido
	44-XIV-6 F. 61V-68	Carta de doação (treslado) que El-Rei fêz ao Governador Vasco Fernandes Coutinho, da Capitania do Espírito Santo. Évora, 1 de Junho de 1534. Anexa a umas Consultas do Desembargo do Paço, a que vem também ligado o testamento de Vasco Fernandes; petições de Francisco de Aguiar Coutinho, como herdeiro da Capitania; alvarás e pareceres sobre o mesmo assunto. 1594.	Consultado
	51-VIII-7 F. 250V-251	Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, tocante a uma petição de Martim Fernandes, Vigário da Igreja de S. Sebastião do Rio de Janeiro, sobre se mandar passar a carta de apresentação da dita Igreja que o Escrivão da Câmara da Ordem de Cristo pôs embargo. 24 de Janeiro de 1606.	Consultado
	51-V-71 F. 208	Carta de El-Rei ao Bispo para que no Desembargo do Paço se ordene os Regimentos sobre o corte do Pau do Brasil, e o Governo das Aldeias dos Gentios, e se passem a limpo para se verem. 30 de Novembro de 1606.	Consultado
51-VIII-18 F. 123V	Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, sobre uma consulta do Conselho da Índia, relativa ao governo das Aldeias dos gentios do Estado do Brasil.	Consultado	
51-VIII-18 F. 230V	Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei , relativa à consulta do Conselho da Fazenda, sobre as liberdades concedidas às pessoas que fazem engenhos de açúcar no Estado do	Consultado	

BIBLIOTECA DA AJUDA - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Brasil, em que diz que tudo o que nela se aponta parece bem considerado, e se deve mandar o Desembargador Sebastião de Carvalho, tirar devassa das pessoas que com certidões falsas se isentaram de pagar os direitos que deviam à Fazenda. Outra, sobre uma petição de Antônio Colaço, Procurador da Companhia de Jesus das Províncias deste Reino, para que se visse no Conselho da Fazenda umas provisões tocantes aos engenhos que estão nomeados aos Colégios da Bahia e Rio de Janeiro. Lisboa, 9 de Agosto de 1607.	
	51-VI-54 F. 121	Desenho do engenho de fazer açúcar, novamente pintado ou trazido de fora pelos Padres da Companhia de Jesus, no Brasil, ano de 1613, e enviado por Pedro da Fonseca.	Reproduzido
	51-VIII-21 F. 143V	Carta de El-Rei em resposta a uma consulta do Desembargo do Paço, sobre a pretensão que o Provincial da Companhia do Estado do Brasil e os Reitores dos Colégios e Casas e Residências dele, tem de que se lhes aceitem nas Confirmações os Privilégios tocantes aos ditos Religiosos, sem embargo de ser passado o tempo em que os haviam de apresentar, em que diz que a dúvida de Rui Dias de Meneses foi bem posta e o Desembargo não deveria ordenar que os ditos Privilégios se recebam. 16 de Outubro de 1613.	Consultado
	51-X-5 F. 73-73V	Carta de El-Rei ordenando se remeta ao Conselho da Fazenda tudo o que disser respeito à petição e papéis do Provincial e mais Religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, para que se lhes confirme as Provisões que se passou para serem pagos os dotes dos Colégios da Baía e Rio de Janeiro, em açúcar. Sobre outras duas petições dos mesmos Religiosos, acerca dos procedimentos que com eles e com os Judeus da terra tem o Governador daquele Estado, Diogo Luís de Oliveira, manda se ordene a este que no pagamento destes Religiosos e liberdade dos Judeus, guarde inviolavelmente suas ordens. 13 de Abril de 1633.	Consultado
	52-XII-6 (PÁGS. 279-280)	Descrição de toda a Costa da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil. Por João Teixeira, Cosmógrafo de S. Maj. Ano 1642. MS. De 140 fls. douradas,	Reproduzido: Mapa págs. 7/8 – Província de Santa Cruz Mapa págs.

BIBLIOTECA DA AJUDA - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		encadernadas em pergaminho. Consta de 23 mapas mui nitidamente aquarelados e retocados a ouro, acompanhando cada mapa uma folha de texto. Anexa uma folha que contém um juízo crítico da obra por Manuel Pimentel, Cosmógrafo.	35/36 – Espírito Santo Página 38 – Descrição de mapa do Espírito Santo Mapa págs. 41/42 – Espírito Santo Página 44 - Descrição de mapa do Espírito Santo Mapa págs. 47/48 – Limite Espírito Santo
	54-VIII-10 Nº 256	Carta do Cabido do Porto ao Arcebispo, tocante à última resolução da demanda que a Sé tinha com os Padres da Companhia do Rio de Janeiro, com sentença dada a favor destes. Porto, 18 de Março de 1684 (orig.).	Consultado
	51-V-37 F. 134 A 136	“Roteiro por onde se hão de governar da Colônia athe chegar a povoados das de Rio de Janeiro, ou Capitania de Sanctos”. Feito por Domingos Filgueira em 1703. Começa é saindo da povoação...	Consultado
	51-VI-19 F. 221-224	Memorial que dá o Capitão João da Rocha da Andrada das coisas necessárias ao Rio de Janeiro (séc. XVII). Começa: Primeiramente que V. Majestade...	Consultado
	51-IX-25 F. 132 A 142V	Relação das Capitánias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe de El-Rei, Baía, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente (s. d., séc. XVII). Começa: A Província do Brazil...	Reproduzido
	51-VII-31 83 A 102	Tratado da Província do Brasil no qual se contém a informação das cousas que há na terra, assim das capitánias, e fazendas dos moradores que vivem pela costa, de outras particularidades que aqui se contam, como também da condição, e béstias, costumes dos índios da terra e de outras estranhezas de bichos que há nestas partes, oferecido a D. Catarina Rainha de Portugal (cóp. S.I., S. d.). Começa: Não me parece cousa fora de preposito...	Reproduzido
	52-XII-25	Mapa do Brasil dividido em capitánias. In: <i>Roteiro de todos os sinais (...) do Brasil</i> . Atribuído a Luís Teixeira. Lisboa: IPPAR/Biblioteca da Ajuda,	Reproduzido: F. 11 F. 12 – Ilha de Duarte Lemos

BIBLIOTECA DA AJUDA - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		ca. 1536. Fl. 34.	F. 13 F. 14 F. 15 F. 16 – Mapa da Barra de Cabo Frio F. 17 – Mapa da Barra do Rio de Janeiro F. 18 F. 19 – Mapa da Costa do Brasil entre o Pão d' Açúcar e o Monte de Trigo F. 20 Transcrição [11] a [20V] 33V ou 34 – Carta Geral do Brasil [mapa do Brasil, abrangendo toda a costa, desde o delta do Amazonas ao Estreito de Magalhães]
	52-XIV-22	Brasil Atlas do Brasil de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco. 32 mapas, ms., s. papel, traço a aquarela – C. toponímia.	Reproduzido: F. 8 – Mapa da costa do Brasil entre Angra dos Reis e o Pão de Açúcar F. 9 – Rio de Janeiro F. 10 – Mapa da costa do Brasil entre a entrada do Rio de Janeiro e o Cabo de São Tomé F. 11 - Mapa da costa do Brasil entre o Cabo de São Tomé e o Morro de João Moreno F. 12 - Mapa da costa do Brasil entre o Morro de João Moreno e a ponta do Rio Doce F. 13 - Mapa da costa do Brasil entre o Rio

BIBLIOTECA DA AJUDA - LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
			Doce e a Ponta de Agasuipe
	52-XII-6	Brasil	Consultado
	52-XIII-28	Brasil “Rios das costas do Brasil e seus portos”. [S.d.]	Consultado
	51-V-37	Mapas (4) da América do Sul	Consultado

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Código CXVI / 1-18	Miscelânea	Consultado
	Código CXVI / 1-33, fols. 1r-33v	Princípio e Origens dos índios do Brasil.	Consultado
	Código CXVI / 1-33, fols. 37r-44r	Enformação dela Provincia del Brasil para Nuestro Padre.	Reproduzido
	Código CXVI / 1-33, fols. 45r-53v	Enformação do Brasil e de suas capitânias.	Reproduzido
	Código CXVI / 1-33, fols. 56r-69r	Breve Notícia Histórica das Missões dos Jesuítas no Brazil.	Reproduzido
	Código CXVI / 1-33, fols. 73r-94v	Enformação da missão do Pe. Christovão de Gouvea as partes do Brasil no anno de 83.	Reproduzido
	Código CXVI / 1-33, fols. 95f-98v	Ao muito R ^{do} . Emx ^o . Padre o P ^o . Provincial de Portugal.	Reproduzido
	Código CXVI / 1-33, fols. 100r-112v	Circa Indore Matrimonia Aliquorum Patrum Sententia.	Consultado
	Código CXVI / 1-33, fols. 113r-120r	Resoluções do P ^o . Gaspar Gtz.	Consultado
	Código CXVI / 1-33, fols. 120v-125v	Resoluções do P ^o . Molina.	Consultado
	Código CXVI / 1-33, fols. 126r-130r	Resoluções do P ^o . Navarro.	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 130v-139r	Informação dos casamentos dos índios do Brasil.	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 145r-146r	“Se o pai pode vender a seu f ^o , e se hu’ se pode vender a si mesmo”.	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 146v-152v	Respostas ao sobredito do Padre Nobrega.	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 153r.-156r	Porque se entende que algumas pessoas determinaram propor ou tratam por ocasião das cortes algumas coisas da Companhia de Jesus das pensões que El Rei Dom Henrique as tem, deixou aos colégios dela parecer necessário dar disso a informação que se segue: porque é de crer que por falta dela se moverão a falar no de que não tem verdadeira notícia, é conhecimento.	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 159r-162v	Algumas duvidas q se offerecem nas missões	Reproduzido
	Código XCVI / 1-33, fols. 163r-167r	V. dentur vera matrimonia in lege nae inter Indos Brasilienses	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 167v-168v	Enformação dos casamentos de Angola pelo P ^o . Balthasar Barreyra	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 169r-172v	Na sit licitus contractus Pernambuci...	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 174r-182v	O que se me offresce acerca dos baptismos dos índios he o seguinte.	Consultado
	Código XCVI / 1-33, fols. 183r-215r	Carta do Padre Manoel da Nobrega p vinçial desta provincia do Brasil	Reproduzido

Ago.
2014

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		escripta aos moradores de Sam Viçente.	
	CATÁLOGO MANIZOLA	Miscelânea - Sem referências relevantes	Consultado
	INCUNÁBULOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA. CATÁLOGO ABREVIADO	Miscelânea - Sem referências relevantes	Consultado
CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA PUBLICA EBORENSE ORDENADO PELO BIBLIOTECÁRIO JOAQUIM HELIODORO DA CUNHA RIVARA Tomo I: Que compreende a noticia dos códices e papeis relativos às cousas da América, África e Ásia – 1850			
	Códice CXVI/1-39 N° 7	Que cousa são índios; donde mostram descenderem: como se faziam contra a charidade desordenadamente captivos: e como podem servir com ordem, e charidade.	Consultado
	Códice CXVI/1-36 1 Vol. – 102 Folhas	Plano sobre a civilização dos índios do Brazil, e principalmente para a Capitania da Bahia, no qual também se manifesta a missão, que entre os mesmos índios fizeram os missionários, e proscriptos jesuítas. Apresentado ao Ex. ^{mo} R. ^{mo} Snr. Bispo de Beja. Por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Tenente Coronel do Regimento de Cavallaria Auxiliar da Capitania da Bahia.	Consultado
	Códice CV/1-6 Folha 213	Carta que Salvador Correa de Sá escreveu a Sua Magestade; do Rio de Janeiro a 10 de abril de 1661.	Consultado
	Códice CV/1-5 Folha 23	Relação da expedição de Mr. Du Gué Trouin ao Rio de Janeiro em 1711.	Consultado
	Códice CXIX/2-9 Folha 156	Regimento da Relação do Rio de Janeiro. De 14 de março de 1752.	Não Localizado
	Códice CXVI/2-13 N° 21 3 Páginas	Noticia Geo Graphica da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro. É uma relação dos conventos e missões da mesma província religiosa.	Reproduzido
	Códice CIX/2-2 N° 46 10 Páginas	Capitania de Gil de Goes. Escriptura de contracto entre os Procuradores de Sua Magestade e Gil de Goes sobre a Capitania de Cabo Frio, no Estado do Brazil. Lisboa, 22 de março de 1619.	Reproduzido
	Códice CIX/2-5 N° 2-3 1 Fólio	Provisão do Principe ao Ouvidor Geral da Capitania do Rio de Janeiro, que visto se não terem recebido no Conselho Ultramarino os embargos, que a Camara do Rio de Janeiro e os possuidores das sesmarias da Parahiba do Sul pozeram ás doações feitas a Salvador Correa de Sá, se deem estas Doações á execução, para se fundarem as villas na capitania, que foi de Gil de Goes, da qual o Principe faz mercê ao Visconde de Asseca, e a seu irmão João Correa de Sá, Donatários delas.	Reproduzido

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		28 de novembro de 1675.	
	INVENTÁRIO DOS FUNDOS MONÁSTICO-CONVENTUAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA		
	Códice CVIII/1-29	Correspondência dos Jesuítas [sécs. XVI-XVII]	Consultado
	Códice CVIII/2-3	Livro de correspondência dos Jesuítas (1541-1569)	Consultado
	Códice CVIII/2-4	Miscelânea de correspondência dos Jesuítas [séc. XVI]	Consultado
	Códice CVIII/2-5	Miscelânea de papeis relativos aos Jesuítas [sécs. XVI-XVII]	Consultado
	Códice CVIII/2-11	Miscelânea relativa aos Jesuítas [séc. XVII]	Consultado
	Códice CXV/2-15, Nº 3	Notícias da missão do Maranhão e sobre o Brasil em geral (1645)	Consultado
	Códice CXII/1-24-d, 32 páginas	Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoações, lugares, villas, rios, montes e serras que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. BRITO, Francisco Tavares de.	Reproduzido
	CARTOGRAFIA		
	Armário 15 e 16, Estante 3 Hem. II, 89	Planta do Rio de Janeiro	Não Localizado
	Gaveta IV, nº 32	Mapa de rios do Brasil	Não Localizado
	Gaveta IV, Nº 24	“Arcebisado da Bahia/Capitania de Goyas”	Não Localizado
	Pasta A, nº 16	Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goutacazes	Reproduzido

EXÉRCITO DE PORTUGAL			
Arquivo Histórico Militar			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
Ago. 2014	PT/AHM/DIV/3/47/AV2/3569	Planta referente a parte da Costa Brasileira.	Reproduzido
	PT/AHM/DIV/3/47/AV2/3577	Planta topográfica da parte da Real Fazenda de Sta Cruz, que por Ordem de S. Alteza Real levantou o Tenente Coronel graduado do...	Reproduzido
	PT/AHM/DIV/3/47/AV2/4610	Planta da Cidade de S. Sebastião, do Rio de Janeiro.	Consultado
	PT/AHM/DIV/3/47/AV1/1491	Planta da Cidade de S, Sebastião do Rio de Janeiro, levantada por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor no ano de 1808.	Consultado
	PT/AHM/DIV/3/47/AV2/3563	Forte do Raio na Vila de Itagoahy.	Consultado
	PT/AHM/DIV/3/47/AH5-3/18890	Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo até a Vila da Victória situada uma légua a cima da sua estrada.	Reproduzido
	PT/AHM/DIV/3/47/AH2-9/19035	Prospecto da planta da “Vila da Victoria” e planta da barrada do Espírito Santo. 1881.	Consultado
	PT/AHM/DIV/2/01/02/18	Planta da Bateria Nacional Real de São João e da Bateria do Espírito Santo.	Consultado

EXÉRCITO DE PORTUGAL			
Arquivo Histórico Militar			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		Contém documentos respeitantes ao exame feito por um Sargento-Mor do Regimento das Milícias da Vila do Penedo nas Barras da Costa Marítima da Província de Alagoas.	
	PT/AHM/DIV/3/47/AV2/3562	Disposição do entricheiramento da Itapuca.	Consultado
	PT/AHM/DIV/3/47/AH2-9/19052	Território do Brasil Territorium Brasiliense cum Adjacentibus.	Consultado
	PT/AHM/DIV/3/47/AH2-7/18573	Brasil (1751, julho, 12). Carta da América Meridional que assinala, a três cores diferentes, os limites portugueses e espanhóis. Existem dois exemplos e um deles tem uma anotação em espanhol assinada pelo Visconde Thomaz da Silva Teles, datada de 12 de julho de 1751.	Consultado
	PT/AHM/FP/28/1/344/22	Transcrição de documentos sobre o ultramar.	Consultado
	PT/AHM/BB/AudioVisuais/0082	Documentos avulsos da Capitania do Rio de Janeiro (1616-1757).	Consultado
	PT/AHM/BB/AudioVisuais/0079	Documentos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822).	Consultado
	Inventário de documentos do Brasil, séc. XVII-XIX. 2ª Divisão/1ª Secção	Documentos diversos.	Consultado

EXÉRCITO DE PORTUGAL			
Projeto SIDCarta			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	4647-3-38-52	Mappa que compriende os lemites das fronteiras do Brazil, desde a villa Albuquerque até S. Paulo ou desde 17º até 24º de latt.e, e 320 ate 331 de long.e oriental do meridiano do Ferro.	Consultado
	4574-3-38-52	Mappa de p.te do Imperio do Brazil: comprehendendo a capitania do Pará, Matto Grosso, Gov.º do Rio Negro, e p.te da capitania de S. Paulo em borrão	Consultado
	5263-1A-9A-99	Plano hydrographico da enceada do Rio de Janeiro.	Reproduzido
	5199-1A-9A-99	[Cabo Frio].	Reproduzido
	5198-1A-9A-99	[Baía do Rio de Janeiro].	Reproduzido
	4597-1A-10A-53	Plano hydrographico da enseada do Rio de Janeiro : copiado no anno de 1792.	Reproduzido
	4595-1A-10A-53	Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e a parte principal do seu porto, levantado em 1791.	Reproduzido
	4583-3-38-52	[Itinerário da Real Expedição Filosófica Botânica].	Consultado
	9994-3-38-52	[Carta geographica de projecção esphérica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil.	Consultado
	4554-1A-10A-53	Plano hydrographico da costa do Brazil	Consultado

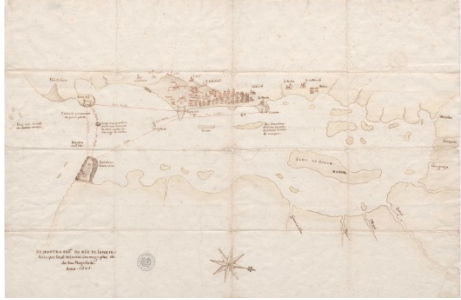

EXÉRCITO DE PORTUGAL			
Projeto SIDCarta			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
		desde a lagoa de Gorupaba até à barra do rio Guratuba	
	5271-1A-9A-99	[Litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo entre o cabo de São Tomé e Vitória].	Consultado
	5264-1A-9A-99	[Litoral do Rio de Janeiro: entre a ilha de Alcatrazes e São Tomé].	Reproduzido
	5266-1A-9A-99	[Litoral da Bahia e do Espírito Santo: entre Ilheus e a foz do rio Doce].	Consultado
	9992-1A-9A-99	[Quadro de coordenadas geográficas de diversos locais no Brasil].	Consultado
	9993-1A-9A-99	[Carta Geral do Brasil : Esboços]; [Bacia do Amazonas : Esboços]; [Carta da Fronteira Oeste do Brasil : Esboços]; [Pormenores do litoral Brasileiro : Esboços].	Consultado
	4608/V-1A-10A-53	[Costa brasileira entre o forte da Bertioiga e o rio da Conceição].	Consultado
	4977-1A-10A-53	Quinze demonstrações hydrographicas, das villas e costas maritimas, ao Sul do R.o de Janeiro thé à praça de Buenos Ayres : redigidas por hum Official Engenheiro que servio no Exercito do Brazil em 1821.	Consultado




BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA DE LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. AMARANTINO, Márcia.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	O poder econômico e territorial dos jesuítas no Brasil colônia: a organização espacial da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro dos séculos XVI ao XVIII. COSTA, Adriana de Carvalho.	Rio de Janeiro	Reproduzido
	Brasil – Carta reduzida de la costa del Brazil desde el Cabo de San Agustin hasta Cabo de Santa Maria. Anno de 1799. Conde de Vianna. Cota: 6-C-10	Brasil	Consultado
Set. 2014	Coleção fotográfica de diferentes cartas, mapas, plantas e projetos referentes ao Brasil anteriormente à sua independência na quase totalidade. Cota: 4-G-1	Brasil	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	Brasil – Estados Unidos do Brasil. Instituto Geográfico de Agostini Navara. Cota: 5-L-15	Contém os planos das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro na escala de 1:25000.	Consultado
	Nova carta do Brasil e da América Portuguesa – Anno 1821. Cota: 4-H-9	Brasil	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	Espírito Santo (café) – Mapa cafeeiro	Espírito Santo	Consultado


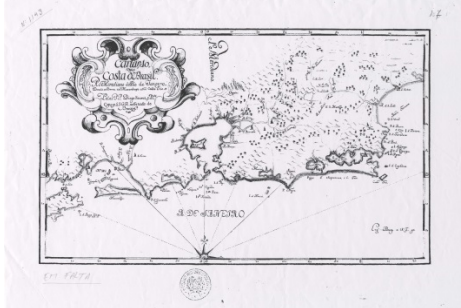


BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA DE LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	do Estado do Espírito Santo – 1944 – Organizado e desenhado por Clovis de Magalhães. Cota: 5-L-22		
	Mappa do Estado de Minas Gerais, contendo o Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo – 1889. Cota: 18-B-46	Rio de Janeiro e Espírito Santo	Consultado
	Carta Chorographica da (Província) do Rio de Janeiro mandada organizar por Decreto da Assembleia Provincial de 30 de outubro de 1854 e pelo Presidente da mesma província o Exmo. Dr. Conselheiro Antonio Nicolão Tolentino [...] 1858 a 1861. Cota: 5-L-1	Rio de Janeiro	Consultado
	Rio de Janeiro (Carta Militar) Cota: 3-G-22	Movimentos executados pelas tropas de guarnição da cidade do Rio de Janeiro no faustíssimo dia 13 de maio de 1821 natalício de S. M. El-Rei nosso Senhor.	Consultado
	Planta da cidade do Rio de Janeiro. Cota: 4-H-24	Rio de Janeiro	Consultado
	Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Cota: 40-E-37	Feita nos anos de 1818-1820, por Debret.	Consultado
	Plano da planta da cidade e subúrbios do Rio de Janeiro levantado, augmentado e corrigido por José Maria Manso, 1850. Cota: 5-L-32	Rio de Janeiro	Consultado
	Província do Rio de Janeiro, 1879. Cota: 4-H-31	Rio de Janeiro	Consultado
	Rio de Janeiro and Environs, 1947. Cota: 4-J-19	Rio de Janeiro	Consultado
	Victoria to Sta Catharina by Captain E. Mouchez, French Imperial Navy 1858-68. Cota: 5-M-11	Rio de Janeiro	Consultado
	Cartas geográficas e topographicas da costa do Brazil do Dominio deste Reyno desde o Rio da Prata até ao Gram Pará e por partes se mostram todos os seos Portos, Capitánias, Ryos, Surgidouros, Barras, Enseadas, Baixos e Recifes. João Teixeira Albernaz, século XVI. Cota: 9-A-6	Rio de Janeiro	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	Mapa da costa do Brasil. Cota: 3-F-6	Brasil	Consultado
	Ter vilot de Bresil, au description des côtes de l'Amérique Méridionale situies entre l'yle Santa-Catarina et celle de Maranhão. Cota: 8-B-4	Brasil	Consultado
	South Atlantic Ocean. The Coast of Brazil. Bay Espiritu Santo to entrance of Rio de la Plata. Cota: 5-M-3	Espírito Santo	Consultado
	Plan de la Baie de Espirito Santo situé à la côte du Brésil leveé en 1819. Cota: 4-H-18	Espírito Santo	Consultado

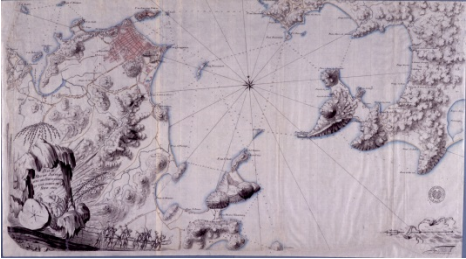


BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA DE LISBOA			
<u>Período</u>	<u>Documento</u>	<u>Conteúdo</u>	<u>Status</u>
	Plan de la Baie de Espirito Santo situe à la côte du Brésil leveé en 1819. Cota: 4-I-18	Espírito Santo	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	Coast of Brazil between Maranhão and Cape Frio, 1870. Cota: 5-M-1	Cabo Frio, Rio de Janeiro	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	South Atlantic Ocean the coast of Brazil. Pernambuco to bay of Espirito Santo from the most recente french and brazilian surveys. Cota: 5-M-2	Espírito Santo	Consultado
	Coast of Brazil, from 21° 37' to 24° South latitude, or from cape S. Thomé to Isla de S. Sebastião including Rio de Janeiro..., 1816 Cota: 5-G-18	Rio de Janeiro	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	Projecto de edificações da nova Villa Real da Praia Grande, delineado pelo Bel. José Clemente Pereira, primeiro Juiz de Fora da mesma villa sobre a planta do terreno levantada pelo major A.R.G.C. 1819 Cota: 3-G-2	Niterói, Rio de Janeiro	Houve interesse, mas o alto custo impossibilitou a reprodução.
	Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar/ Luis Silveira. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1956. Cota: 10-C-1	Brasil	Consultado
	História do Brasil nos velhos mapas. Jaime Cortesão. Cotas: 4-Q-8 147-G-98	Brasil	Consultado
	Norie John William, Hidrógrafo, 1772-1843. New chart of the coast of Brazil from Maranhão to Rio de Janeiro. Cota: 15-B-13	Brasil	Consultado
	Ogilby, John, Cartógrafo, 1600-1676. Brasilia. Cota: 18-C-7	Brasil	Consultado
	Atlas/ Vicente Tofino de S. Miguel, John Kright [Madri]: deposito hidrográfico [1808-1810]. Cota: 14-F-3	Conjunto de cartas marítimas sobretudo da costa espanhola e uma carta manuscrita da costa do Brasil.	Consultado
	GUEDES, Max Justo, 1927-2011. Anônimo – Antônio Sanches c. 1633. Cota: 9-B-22	Possui a reprodução da “Carta do Brasil” de 1633.	Consultado





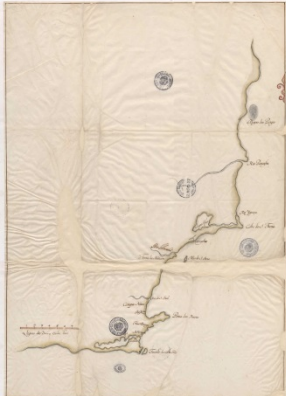
APÊNDICE B – CATÁLOGO DA CARTOGRAFIA / ICONOGRAFIA REPRODUZIDA NOS REPOSITÓRIOS PORTUGUESES (ordem cronológica em relação a cada um dos repositórios consultados)

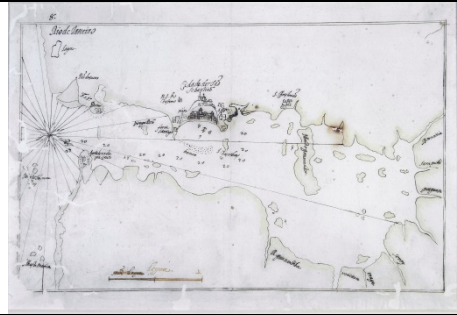


ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
01	 <p>ALBERNAZ I, João Teixeira DEMONSTRASÃO DO RIO DE IANEIRO AHU_CARTm_017, D. 1052 Demonstrasão do Rio de Ianeiro / Feita por Ioão Teixeira cosmographo de Sua Magestade. – 1645. - 1 carta ms.: color., desenho a tinta ferrogálica; 42,9 x 63,6cm Mostra a defesa da Baía de Guanabara, riscada a nanquim vermelho, com as seguintes fortificações: Fortaleza de Santa Cruz, Laje, Fortes São João, São Tiago e Villegagnon, Viragalhão, e de um reduto em frente ao Mosteiro de São Bento. Estão assinalados: <i>Ilhas a que chamão do Senhor meu pai, Pão de Sugar, entrada pera nauivos de pouco porte, Barra Grãde, Forte. S Yoão, Lage, cuja grandeza pouco mais ou menos he como pateo da alfandega de Lixboa. Fortalezza Santa Cruz, Octelterro, Santo Antonio, São Sebastião, Cõseisão, Viragalhão, Forte São Tiago, São Bento, Reduto, Ilha das Cobras, afastada, da ponta de São Bento hum tiro de mosquete, São Pedro, São Cristouão, Aldea, Ilha do Governador, Rio Guaxindiba, Rio Macuco, Rio Mauá, Rio Sorey, Rio Guaguaçu, Rio Sirapohi, Rio Miritibe.</i></p>	1645 RJ
02	 <p>AHU_CARTi_003_D.1640 RIO DI GENNARO / [Giacomo Giovanni Rossi – cartógrafo] ;Hubert Vincent [gravador].- Escala indeterminada.- [Roma] :[Eredi del Corbelleti], [ca.1698].</p>	1698 RJ




ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
03	 <p>MASSÉ, João [PLANTA DA ... AHU_CARTm_017, D. 1061 [Planta da] Cidade do Rio de Janeiro: aos 22. 58' de latit[ude] austral / com a delineação de M. Massé. – Escala indeterminável. – [ca. 1712]. - 1 planta ms.: color., desenho a nanquim.; 27,5 x 38,7cm. 38,8 x 28,0 cm da mancha = 4,5 cm Estão assinalados: <i>collegio, Forte São Sebastião, Forte Conceysão</i>. Escala gráfica de 350 [...] [= 5,7cm.].</p>	1712 RJ
04	 <p>PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, COM AS SUAS FORTIFICAÇÕES AHU_CARTm_017, D. 1064 Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com as suas Fortificações. – Escalas variam – [ca.1713]. – 1 planta ms.: color. desenho a bico de pena ; 59,5 x 88,9cm. Abrange desde o Forte São Tiago até Trapiche dos terceiros. Mostra as obras que tiveram de ser refeitas desde julho de 1713. Indica a Ilhas das Cobras e a ponte de comunicação com a cidade.</p>	1713 RJ
05	 <p>PLANTAS DOS FORTES DE N.ª. S.ª. DA CONCEIÇÃO E SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO AHU_CARTm_017, D. 1069 [Plantas dos fortes de N.ª. S.ª. da Conceição e São Sebastião do Rio de Janeiro] . - Escala [ca.1:4.000]. - [ca. 1714]. - 1 planta ms.: papel, color. desenho a tinta ; 33,6 x 46cm. em f. 34,4 x 46,9cm. Indica as Fortalezas de N.ª S.ª da Conceição e de São Sebastião, a porta da da mesma, cas do bispo, comunicação do forte da Conceição com a cidade, trapiche da Ordem Terceira, Conventos de São Bento e Santo Antônio Colégio dos Padres da Companhia de Jesus, igreja da Sé, ermida N.ª S.ª do Rosário e bateria no mar. A cidade do Rio de Janeiro está somente indicada em branco, constando no centro uma a rosa-dos-ventos, com flor-de-lis, e o muro que a cerca. Escala gráfica de 100 braças [=5,8cm.]. Escala gráfica de 1000 palmos [=5,8cm.].</p>	1714 RJ

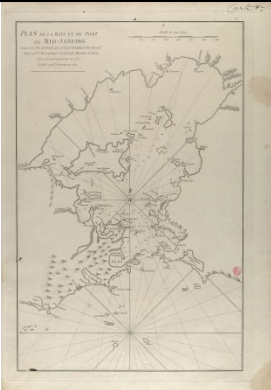


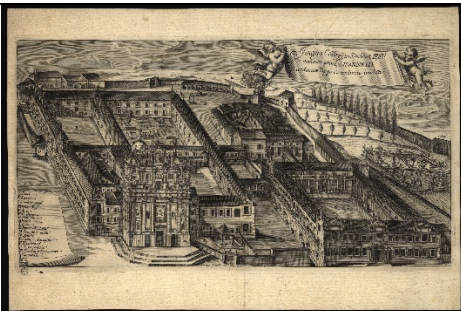
ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
06	 <p>SOARES, Diogo AHU_CARTm_003, D. 1142 Carta 9.^a : da Costa do Brazil :...dezde a barra de Santos athe a da Marambaya / pelos PP Diogo Soares e Domingos Capacî S. J.G.R. no Estado do Brasil. – Escala [ca. 1:1.000.000]. – [Entre 1730 e 1735]. - 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 18,7 x 31,5cm. em f. 24,8 x 37,7 cm. Abrange desde parte das costas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.</p>	Entre 1730 e 1735 RJ
07	 <p>SOARES, Diogo AHU_CARTm_003, D. 1143 Carta 10.^a da Costa do Brazil: ...dezde a barra da Marambaya athê Cabbo Frio / pelos PP Diogo Soares e Dos. Capacî S. J.G.R. no Estado do Brasil. – Escala [ca. 1:1.000.000]. – [Entre 1730 e 1735]. – Repr. em papel de microf. O orig. desapareceu.</p>	Entre 1730 e 1735 RJ
08	 <p>PLANTA DA BARRA DO RIO DE JANEYRO AHU_CARTm_017, D. 1104 Planta da Barra do Rio de Janeiro. - [ca. 1761]. - 1 carta ms.: color., desenho a tinta ; 27,8 x 40cm. em f. 31,6 x 42,7cm. Carta da atual Baía de Guanabara, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Mostra uma embarcação à entrada da Baía, deparando com 4 fortificações (Forte São João, Forte de São Martinho, Fortaleza de Santa Cruz e Forte da Ilha de Laje. Estão assinalados os seguintes topônimos: do lado da cidade do Rio de Janeiro, <i>Praia vermelha, Forte São João, Forte de São Martinho, Villagalhon</i>, o forte que se está desmoronando, <i>que se está, desmontando, Calhabouço</i> (logo depois o Forte de Sao Tiago), <i>cidade, Amarração, Ilha, Ilha dos Ratos e das Cobras</i>. Do lado de Niterói, <i>Fortaleza de Santa Cruz, Igreja Nossa da Boa Viagem, Cravatá</i>.</p>	1761 RJ
09	 <p>PLANO DO RIO DO ESPÍRITO SANCTO, COMPREHENDIDA A BARRA, SUAS FORTALEZAS E VILAS COTA: AHU_CARTm_007, D. 1108 Plano do rio do Espírito Sancto, compreendida a barra, suas fortalezas e vilas. - [1766]. – 1 carta ms. : color., desenho a tinta, 51 x 82,5cm em folha 56 x 87,5cm. Indica o Convento de Nossa Senhora da Penha e a Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra em Vila Velha, as</p>	1766 ES





ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
	fortificações de Santo Inácio, Nossa Senhora do Carmo, e São João na cidade de Vitória.	
10	 <p>FUNCK, Jacque AHU_CARTm_017, D. 1111 (n° 10) Plan de Ryo de Janeyro avec ses forteresses et une partie de la baye / Jacque Funk. – Escala [ca.1:25.000]. – 1768. - 1 carta ms.: color., desenho a tinta; 38 x70cm. Abrange a Baía de Guanabara, as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Indica alguns locais da cidade do Rio de Janeiro, com: o Convento de Santo Antônio e o hospício dos Barbadinhos no Morro de Santo Antônio, Quinta de São Cristóvão, os caminhos de Mata Cavalos, Mata Porcos e para Minas Lagoa e Cpoacabana, São Cristóvão, Ilha dos Melões,e Praia Vermelha- Aponta também alguns locais em Niterói como o Forte de Caravatá- Gragoatá, São Domingos, Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, Praia das Flechas e de Icarai no Bairro de Icarai, Charitas, Jurujuba, Forte de Santa Cruz, Praia do Imbuí e Lagoa de Piratininga....</p>	1768 RJ
11	 <p>FUNCK, Jacques AHU_CARTm_017, D. 1121 (n° 10) Plan de la forteresse de S. Sebastião située sur une hauteur au sud dans la ville: n.º10 – Escala [ca. 2.000]. – [1768]. – 1 planta ms.: color., desenho a tinta; 37,1 x 23,3cm. Esta fortaleza fica no Morro do Castelo que foi demolido no início do século XX. Abrange as Ilha das Cobras e dos Ratos. Escala gráfica de 50 braças [= 6,3 cm.].</p>	1768 RJ
12	 <p>FARIA, José Custódio de Sá e AHU_CARTm_017, D. 1129 Planta da cidade do Ryo de Janeiro, capital dos estados do Brazil e projecto com que pode ser fortificada / Coronel Engenheiro José Custódio de Sá e Faria. - Petipé de 400 brassas. - [Rio de Janeiro] : [s.n.], [1770?].</p>	1770 RJ


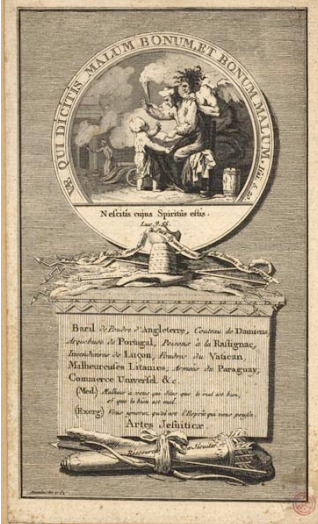

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
13	 <p>CAPITANIA DO ESP. SANTO AHU_CARTm_007, D. 1049 BARRA DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO COTA: AHU_CARTm_007, D. 1049 Barra da Capitania do Espírito Santo. – [1790]. – 1 carta ms.: color., desenho a tinta; 34,3 x 66,5cm. em folha 37,6 x 70,3cm. Atualmente é Baía de Vitória. Abrange as cidades de Vitória e Vila Velha.</p>	1790 ES
14	 <p>VILLA DE GUARAPARIM COTA: AHU_CARTm_007, D. 1050 Villa de Guaraparim. – [1790]. – 1 carta ms.: color., desenho a tinta; 34,3 x 45,5cm em folha 37,4 x 48,5cm. Estão assinalados: <i>Guaraparim, Rapoza, Escarvada, Trez Ilhas.</i></p>	1790 ES
15	 <p>VILA NOVA DE BENAVENTE AHU_CARTm_007, D. 1051. Vila nova de Benavente. – [1790]. – 1 carta ms.: color., desenho a tinta; 34,7 x 44,5 cm. em f. 37,6 x 48,2 cm. Estão assinalados: Rio Itapemerim, Monte Agha, Ilha do Francez, Ilhas de Piuma, Barra de Piuma, Barra Grande, Barra do Moleque, Ponta dos Castelhanos.</p>	1790 ES
16	 <p>PLANTA DA FAZENDA D'EL REY AHU_CARTm_017, D. 1145 Planta da fazenda d'El Rey: vê-se ao centro a fachada da Igreja e o perfil da casa, à volta estão assinalados os campos verdes, matos, rocas dos escravos e aldeias dos índios. - Escala indeterminada. - [Rio de Janeiro] : [s.n.], [17--?].</p>	17 - - RJ
17	 <p>CARTA DA COSTA NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, DESDE O BAIXO DOS PARGOS ATÉ CABO FRIO AHU_CARTm_017, D. 1148 [Carta da costa na capitania do Rio de Janeiro, desde o baixo dos Pargos até Cabo Frio]. - Petipé de 7 légoas de 3000 cada hua. - [Rio de Janeiro] : [s.n.], [s. d.].</p>	S.D. RJ



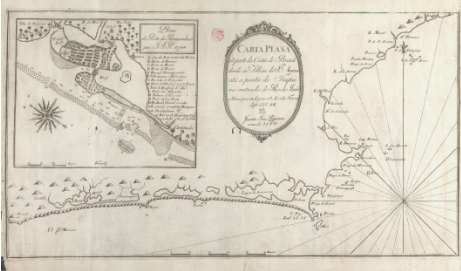


BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
18		<p>ATLAS DA COSTA DO BRASIL [material cartográfico]. C.A. 107 R. Datação atribuída em conformidade com a representação do espaço geográfico, idêntica à dos atlas da autoria de João Teixeira Albernaz I, de 1640, e com as características formais do documento.</p>	<p>POST. 1646</p> <p>RJ e ES</p>
19		<p>P. ROCHVS GONZALES VANDE SOCIETEYT IESV, MAEKENDE ALLES VEERDICH OM EEN KLOCKE ... P. ALPHONSVS RODRIGVEZ WORT MET SABELS ... [VISUAL GRÁFICO] / A. DIEPENBEKE DELIN. Cota: E. 1660 P.</p> <p>Post mortem dos padres jesuítas retratados, o paraguaio S. Roque Gonzalez de Santa Cruz (1576-1628) e o espanhol S. Alfonso Rodriguez (1538-1616), ambos canonizados pelo papa João Paulo II.</p>	<p>1667</p>
20		<p>P. BERNARDVS REVS VANDE SOCIETEYT IESV, ENDE P. LAVRENTIVS IBANNEZ, MET BARTHOLOMÑVS ALVAREZ AUGUSTYNEN, IN PERU DOOSCHOTEN SÏNDE MET PÏLEN ... P. MICHAEL VRREA, VANDE SOCIETEYT, WORT HET HOOFT IN TWEE STUCKEN ... [VISUAL GRÁFICO] / DIEPENBEKE DELIN.; LOMMELIN SCULP. Cota: E. 1665 P.</p> <p>post mortem dos padres missionários retratados, os jesuítas Bernardo Reus e Lorenzo Ibañez e o agostiniano Miguel de Urrea.</p>	<p>1667</p>

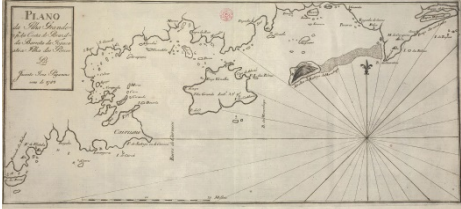

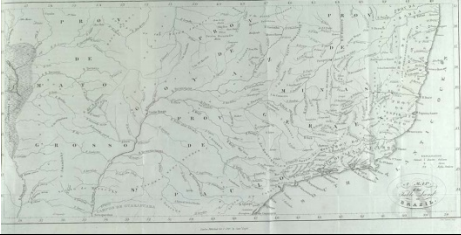


BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
21		<p>V. P. IOSEPH ANCHIETA SOC. IESV [VISUAL GRÁFICO] / IO. IERONYMUS FREZZA INC. Cota: E. 1719 V.</p> <p>Entre 1680 e 1740 ROMA</p>
22		<p>BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772 Cota: C.A. 61 V. Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'à St. Paul : tiré de l'Amerique de M. Danville.</p> <p>1703-1772 COSTA BRASIL (RJ e ES)</p>
23		<p>APRES DE MANNEVILLETTE, Jean Baptiste Nicolas Denis d', 1707-1780 Cota: C.A. 138 A Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro : situé à la côte du Brésil par 22.d 54m. 10s. de Latitude Méridionale et par 45d. 5m. de Longitude Occidentale Méridien de Paris : levé géométriquement en 1730, verifié par l'auteur en 1751.</p> <p>1707-1780 RJ</p>

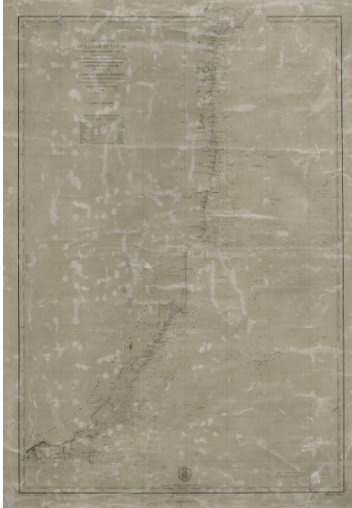
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
24		<p>APRES DE MANNEVILLETTE, Jean Baptiste Nicolas Denis, 1707-1780 Cota: cc-699-v Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro : situé à la côte du Brésil par 22.d 54m. 10s. de Latitude Méridionale et par 45d. 5m. de Longitude Occidentale Méridien de Paris, levé géométriquement en 1730, verifié par l'auteur en 1751.</p>	<p>1707-1780 RJ</p>
25		<p>PLAN DE LA BAYE DE LA VILLE DE RIO JANEIRO PRISE PAR L'ESCADRE COMMANDÉE PAR MR. DUGUAY TROUIN, ET ARMÉE PAR LES PARTICULIERS DE ST. MALO EN 1711. Cota: cc-35-p2</p>	<p>1711 RJ</p>
26		<p>PLAN DE LA BAYE ET DU PORT DE RIO-JANEIRO: SITUÉ À LA CÔTE DU BRÉSIL PAR 22.D 54M. 10S. DE LATITUDE MÉRIDIONALE ET PAR 45D. 5M. DE LONGITUDE OCCIDENTALE MÉRIDIEN DE PARIS, LEVÉ GÉOMÉTRIQUEMENT EN 1730, VERIFIÉ PAR L'AUTEUR EN 1751. [material cartográfico]. Cota: C.C. 699 V.</p>	<p>1730-1751 RJ</p>
27		<p>IMAGO COLLEGII, IN SOCIETATE IESU OMNIUM PRIMI, Á IOANNE III LUSITANIAE REGE CONIMBRICAE FUNDATI [VISUAL GRÁFICO / CAROLUS GRANDI SCUL ROMAE 1732 Cota: E. 926 A.</p>	<p>1732 ROMA</p>





BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
28	 <p>LA HARPE, Jean François de, 1739-1803 Cota: C.A. 35 P. Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'a St. Paul pour servir à l'Histoire Gén.le de Voyages tiré de l'Amérique de M. Danville.</p>	1739-1803 COSTA BRASIL (RJ e ES)
29	 <p>LA HARPE, Jean François de, 1739-1803 Cota: D.S. XVIII-537 Suite du Bresil depuis la Baye de Tous les Saints jusqu'a St. Paul pour servir à l'Histoire Génle. des Voyages.</p>	1739-1803 COSTA BRASIL (RJ e ES)
30	 <p>ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833 Cota: D.S. XIX-281 Carte de la côte de l'Ouest du Brésil entre le 15me et le 23me degrés de latitude du sud d'après Arrowsmith avec quelques rectifications / gest v. L. Zertahelly.</p>	1750-1833 COSTA BRASIL (RJ e ES)
31	 <p>ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833 Cota: D.S. XIX-1141 Ostküste von Brasilien zwischen den 15.n und 23.n Grad nördlicher Breite / nach Arrow=Smith mit einingen Berichtigungen ; gest v. L. Zertahelly.</p>	1750-1833 COSTA BRASIL (RJ e ES)

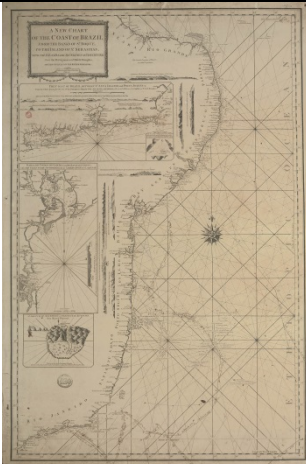

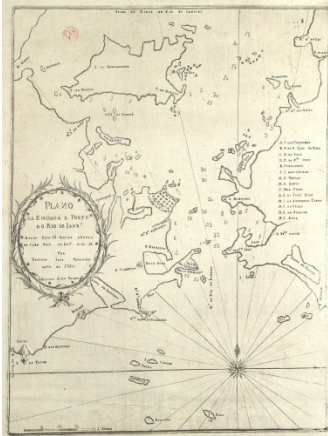
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
32		<p>ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833 Cota: C.A. 73 A. Ostküste von Brasilien zwischen den 15.n und 23.n Grad nördlicher Breite / nach Arrow=Smith mit einigen Berichtigungen ; gest v. L. Zertahelly</p>	<p>1750-1833</p> <p>COSTA BRASIL (RJ e ES)</p>
33		<p>VAE QUI DICITIS MALUM BONUM, ET BONUM MALUM [VISUAL GRÁFICO] / MONTALAIS INV. Cota: E. 3458 P.</p> <p>Alegoria à perfídia dos Jesuítas, insinuando a sua participação no atentado contra D. José ("Arquebuse de Portugal").</p>	<p>1762</p> <p>LISBOA</p>
34		<p>V. P. IOSEPH ANCHIETA SOCIT. IESV [VISUAL GRÁFICO / BOMBELLI S. Cota: E. 3800 P.</p>	<p>Entre 1770 e 1790</p> <p>PT</p>

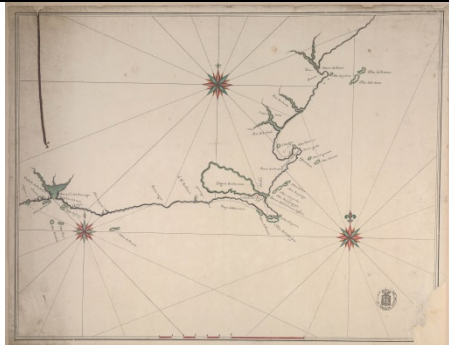



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
35	 <p>O TRABALHO PERDIDO [VISUAL GRÁFICO] : DESTA ARVORE DIVINA...</p> <p>Cota: E. 1658 P.</p> <p>O Padre Geral, aconselhado pelo Demónio, instiga um grupo de Jesuítas a derrubarem a Igreja Católica, simbolizada por uma árvore em cujos ramos estão dispostos vários retratos de Papas, Cardeais e Santos.</p>	1771 LISBOA
36	 <p>A NEW CHART OF THE COAST OF BRAZIL FROM CAPE ST. THOMAS TO THE PORT OF SANTOS [Material cartográfico] / by J. W. Norie</p> <p>Norie, John William, 1772-1843.</p> <p>Cota: C.C. 917 R.</p>	1772-1843 COSTA BRASIL (RJ e ES)
37	 <p>PAGANINO, Jacinto José, fl. ca 1782-1784</p> <p>Cota: cc-36-p2</p> <p>Carta plana de parte da Costa do Brazil desde as Ilhas de Sta. Ana até a ponta de Taipú na entrada do Rio de Janeiro... / por Jacinto Joze Paganino</p>	1782-1784 RJ
38	 <p>PAGANINO, Jacinto José, fl. ca 1782-1784</p> <p>Cota: cc-106-v</p> <p>Carta plana de parte da costa do Brasil, desde as ilhas de Stª Anna até a ponta de Taipú na entrada do Rio de Janrº / Jacinto Joze Paganino.</p>	1782-1784 RJ
39	 <p>PAGANINO, Jacinto José, fl. ca 1782-1784</p> <p>Cota: cc-38-p2 Cota: cc-39-p2</p> <p>Plano da emciada e porto do Rio de Ianrº / por Iacinto Ioze Paganino; [grav.] Manoel Abreu Perada.</p>	1782-1784 RJ



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
40	 <p>PAGANINO, Jacinto José, fl. ca 1782-1784 Cota: cc-120-p2 Plano da Ilha Grande e p[ar]te da costa do Brazil da Barreta da Tojuca até a Ilha dos Porcos / por Jacinto Joze Paganino.</p>	1782-1784 RJ
41	 <p>SILVEIRA, Manuel Francisco da, fl. ca 1802 Cota: d-287-a Plano da barra da nova Cap.ta do Esperito Sto com fundo sofisiente para entrar qualquer navio abrigado de todos os ventos, como se ve no mesmo plano que por hordem do Illmo. Senhor governador António Pires da Silva Pontes Leme,... / debaxo da inspecção do capitão tenente de mar e guerra Alexandre de Souza Malheiro de Menezes ; levantada por Manuel Francisco da Silveira.</p>	1802 ES
42	 <p>LUCCOCK, John, fl. 1805-1825 Cota: D.S. XIX-252 A Map of the Table Land of Brazil / John Luccock Delin ; Sam.l Topham sculp.</p>	1805-1825 COSTA BRASIL (RJ e ES)
43	 <p>O V. P. JOSE DAANCHIETA [VISUAL GRÁFICO]: APOSTOLO E THAUMATURGO DO BRASIL NAT. DE TENERIFE Cota: E. 32 PQ.</p>	Entre 1806 e 1817 LISBOA
44	 <p>PLANTA DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO [material cartográfico] / reduzida da que se publicou no anno de 1812; p. S. F. Souto, Sculp. r. de janro Cota: C.C. 488V.</p>	1812 RJ

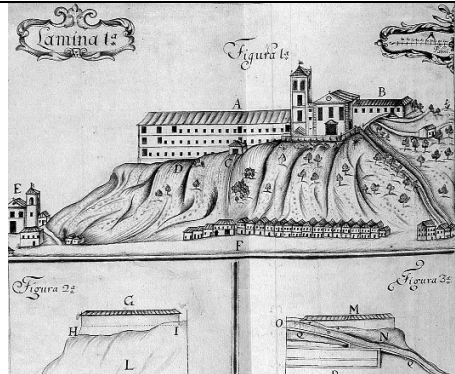
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
45		<p>[Carta da costa do Brasil entre Santa Cruz e Cabo de S. Tomé-Espirito Santo] [Material cartográfico] / les côtes de cette carte sont dessinées daaprès les observations et les cartes de Mr. Baron de Roussin, l'intérieur daaprès une carte manuscrite dressée par Mr. G. daEschwegeen 1821, et daaprès autres données plus recentes. Cota: C.C. 228 A.</p>	<p>1821</p> <p>COSTA BRASIL (RJ e ES)</p>
46		<p>Carte routière de la côte du Brésil [Material cartográfico] : partie comprise entre Rio Janeiro et Bahia / par Mr. E. Mouchez ; assisté de Mr. L. da Fonseca... [et al.] ; gravé par Jacobs ; écrit par V. Carré Mouchez, A. Ernest B., 1824-1892 Cota: C.C. 1012 R.</p>	<p>1824-1892</p> <p>COSTA BRASIL (RJ e ES)</p>
47		<p>O MARQUEZ DE POMBAL RECEBE A PARTICIPAÇÃO DE QUE SE ACHAVÃO CUMPRIDAS AS SUAS ORDENS, E TODOS OS JEZUITAS EMBARCADOS... [VISUAL GRÁFICO]: DESCRIÇÃO DA ESTAMPA / SENDIM Cota: E. 1081 A.</p>	<p>1838</p> <p>LISBOA</p>

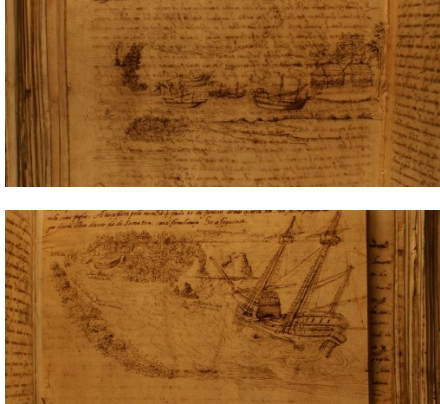
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
48		<p>O MARQUÊS DE POMBAL EXPULSANDO OS JESUÍTAS [VISUAL]</p> <p>Cota: Inv. 10996</p>	<p>1882</p> <p>PT</p>
49		<p>NOVA CARTA DO BRAZIL E DA AMERICA PORTUGUEZA [material cartográfico]</p> <p>Cotas: CC. 223A CC. 224 A</p> <p>Inocêncio Francisco da Silva - Dicionário bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. vol. XVII, p. 210</p>	<p>1894</p> <p>BRASIL</p>
50		<p>PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO [material cartográfico]: sua bahia, novas avenidas, caes comercial, etc.</p> <p>cota: c.c. 140 p2</p>	<p>1908</p> <p>RJ</p>
51		<p>ATLAS NOVUS TERRARUM ORBIS IMPERIA, REGNA ET STATUS [material cartográfico] / IOHANNIS BAPTISTAE HOMANNI</p> <p>Cota: C.A. 44 A.</p>	<p>S.D.</p> <p>ATLAS</p>

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
52		<p>A NEW CHART OF THE COAST OF BRAZIL FROM THE BANKS OF ST. ROQUE, TO THE ISLAND OF ST. SEBASTIAN WITH THE ISLANDS AND SOUNDINGS IN THE OFFING FROM THE PORTUGUESE AND DUTCH DRAUGHTS, AND THE JOURNALS OF THE BRITISH NAVIGATORS [material cartográfico]. Cota: C.C. 947 R.</p>	<p>S.D. COSTA BRASIL</p>
53		<p>BRAZIL[material cartográfico]:TELEGRAPHIC LINES Cota: C.C. 227//2 A. Mapa publicado, na parte lateral direita, em conjunto com outro mapa: "Brazil: general railroads".</p>	<p>S.D. BRASIL</p>
54		<p>PLANO DA EMCIADA E PORTO DO RIO DE JANEIRO [material cartográfico] / por iacinto ioze paganino; [grav.] manol abreu perada Cota: C.C. 38 P2</p>	<p>S.D. RJ</p>





BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
55		<p>[CARTA DA COSTA BRASILEIRA DESDE A BARRA DE MACAÉ ATÉ À TIJUCA] [material cartográfico] Cota: D. 286 A.</p>	<p>S.D. RJ</p>
56		<p>PLANO DA BAÍA E CIDADE DO RIO DE JANEIRO [material cartográfico] Cota: C.C. 262 V.</p>	<p>S.D. RJ</p>
57		<p>CARTE DE LA PROVINCE DE RIO DE JANEIRO [material cartográfico] / rédigée d'après un manuscrit portugais inédite et les cartes nautiques de mm. roussin et givry par m. louis de freycinet, cap[itai]ne de vaiscau. Cota: C.C. 219 A.</p>	<p>S.D. RJ</p>
58		<p>PLANO DA BAHYA DO RIO DE JANEIRO. Cota: d-285-a</p>	<p>S.D. RJ</p>




BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
59		<p>TEEL'S NEW AND COMPLET CHART OF THE COAST OF BRAZIL FROM MARANHAM TO THE ENTRANCE OF THE RIVER PLATE, INCLUDING THE HARBOUR OF RIO JANEIRO, THE BAY OF ALL SAINTS, ST. SALVADOR, PERNAMBUCO, RIO-GRANDE, AND THE ISLAND OF FERNAND DE NORONHA ON AN ENLARGED SCALE : compiled and drawn from the Actual Survers, made by order of the Government of Portugal, and several experienced Officers of the Royal Navy / compiled and drawn from the Actual Survers, made by order of the Government of Portugal, and several experienced Officers of the Royal Navy.</p> <p>Cota: cpar-28</p>	<p>S.D. RJ</p>
60		<p>UMA VISTA DO RIO DOCE, NO BRASIL [VISUAL GRÁFICO / C. LEGRAND LITH.</p> <p>Cota: E. 3980 P.</p>	<p>S.D. ES</p>


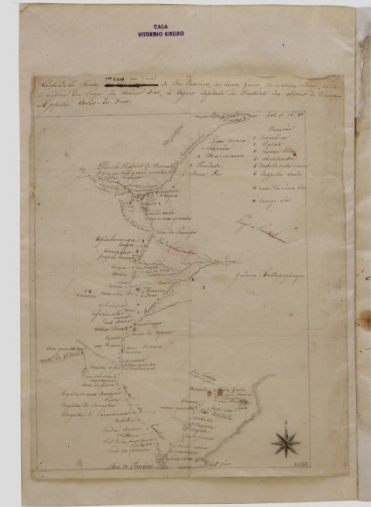

BIBLIOTECA DA BROTÉRIA			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
61		<p>ARSI, BRAS 4, p. 380.</p> <p>Colégio do Rio de Janeiro e detalhe dos cortes necessários para a construção da nova igreja.</p>	<p>1728 RJ</p>


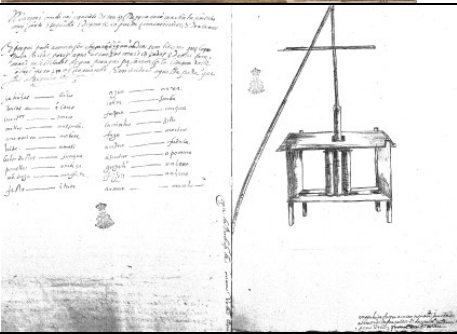
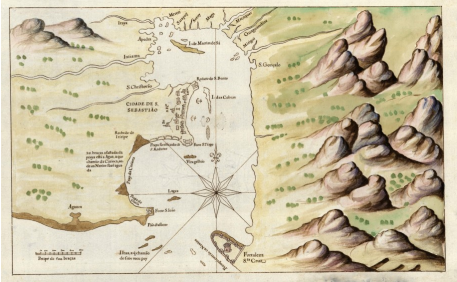
BIBLIOTECA DA BROTÉRIA		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
62	 <p>ARSI, BRAS 15-1 (Desenhos) Documentos: 5999; 5960; 5961, 5962; 5970; 5971. Desenhos dos padres, referentes a caravelas, montanhas e casarios.</p>	S.D. BRASIL

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
63	 <p>Cota Ms.126, fol. 5 ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649 Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamão Brasil.</p>	1602-1649 BRASIL
64	 <p>Cota Ms.126, fol. 17 ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649 Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte a ponta da barra do Rio Doçe no qual parte cõ Porto Seguro.</p>	1602-1649 ES


BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
65		<p>Cota C-M&A-P. 8(6) DELISLE, Guillaume, 1675-1726 America Meridionalis / concinãata juxta observationes Dñi Acad. Regalis Scientiarum et nonnullorum aliorum, et juxta annotationes recentissimas per G. de L'Isle geographum ; Gustav Conrad Lotter, sculps.</p> <p style="text-align: right;">1675-1726 AMÉRICA DO SUL</p>
66		<p>Cota C-M&A-P.10(35) DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L' Amerique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe.</p> <p style="text-align: right;">1675-1726 AMÉRICA DO SUL</p>
67		<p>Cota C-M&A-P.17(17) DELISLE, Guillaume, 1675-1726 L' Amerique Meridionale / dressée sur les observations de M.rs de l'Academie Royale des Sciences & quelques autres, & sur les memoires les plus recens par G. de L'Isle geographe.</p> <p style="text-align: right;">1675-1726 AMÉRICA DO SUL</p>
68		<p>Cota C-M&A-P.13(10) PALAIRET, Jean, 1697-1774 South America / J. Lodge sculp.</p> <p style="text-align: right;">1697-1774 AMÉRICA DO SUL</p>


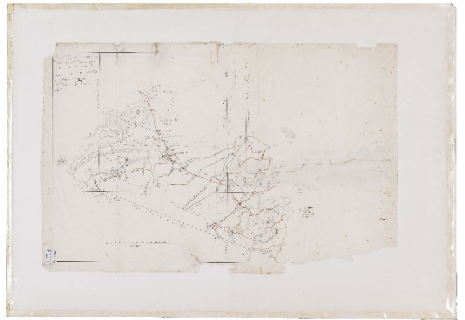

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
69		<p>Cota C-M&A-P.24(64). ROCHA, José Joaquim da, ca 1740-1804 Mappa da Capitania de Minas Geraes / o S. M. Jozé Joq.m da Rocha o fes.</p>	1740-1804
70		<p>Cota C-M&A-P.25(107) MAPA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO Mappa da Capitania de S. Paulo, que extrema com a Capitania do Rio de Janeiro, Comarca do Rio das Mortes e a de Goyazes : copiada em Janeiro de 1779.</p>	1779 RJ
71		<p>Cota C-M&A-P.24(40) MAPA DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO Mappa da Capitania do Rio de Janeiro : extremada com o vivo de amarelo e copiada em Outubro de 1779.</p>	1779 RJ


BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
72	 <p>Cota C-M&A-P.17(28) PINHEIRO, Simão António da Rosa, fl. 1776-1785 Carta plãna da costa do Brazil, que contem das ilhas de S. Anna the a ponta da Iuatinga / feita por Simão Antonio da Roza Pinheiro para o uzo da marinha portuguesa ; primeira inpreção feita no Rio Janeiro 1785 ; A.J.M. Faria fc.</p>	1785 COSTA BRASIL
73	 <p>Cota M-VR-70 CARTE DES ROUTES DE RIO JANEIRO À CANTA GALO ET À TEJUCO Carte de la route en 1810, moi d'avril de Rio Janeiro à Canta Gallo et à Villa Rica, et par le milieu du pays des mines d'or, à Tejuco capitale du district des mines de diamans appellé Cerro-do-Frio.</p>	1810 RJ
74	 <p>Cota C-M&A-P.24(62) MAPA DOS CONFINS DO BRASIL Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de esp.a en la America Meridonal [sic].</p>	S.D. BRASIL

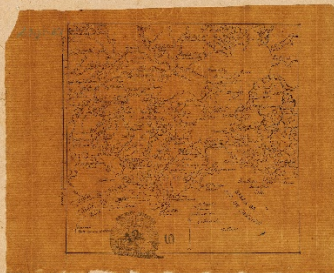
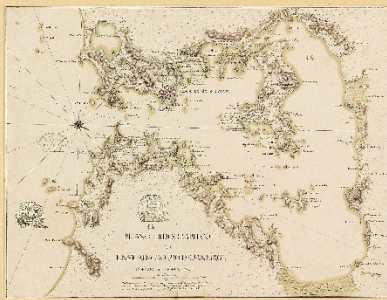
BIBLIOTECA DA AJUDA		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
75	 <p>52-XII-25 Mapa do Brasil dividido em capitânias. In: <i>Roteiro de todos os sinais (...) do Brasil</i>. Atribuído a Luís Teixeira. Lisboa: IPPAR/Biblioteca da Ajuda, ca. 1536. Fl. 34.</p> <p>F. 12 – Ilha de Duarte Lemos F. 16 – Mapa da Barra de Cabo Frio F. 17 – Mapa da Barra do Rio de Janeiro F. 19 – Mapa da Costa do Brasil entre o Pão d' Açúcar e o Monte de Trigo Transcrição [11] a [20V] 33V ou 34 – Carta Geral do Brasil [mapa do Brasil].</p>	<p>1536</p> <p>BRASIL E SUA COSTA</p>
76	 <p>51-VI-54 F. 121 Desenho do engenho de fazer açúcar, novamente pintado ou trazido de fora pelos Padres da Companhia de Jesus, no Brasil, ano de 1613, e enviado por Pedro da Fonseca.</p>	<p>1613</p> <p>BRASIL</p>
77	 <p>52-XIV-22 Atlas do Brasil de João Teixeira de 1640 (cópia) / João Nunes Tinoco. 32 mapas, ms., s. papel, traço a aquarela – C. toponímia.</p> <p>F. 8 – Mapa da costa do Brasil entre Angra dos Reis e o Pão de Açúcar. F. 9 – Rio de Janeiro. F. 10 – Mapa da costa do Brasil entre a entrada do Rio de Janeiro e o Cabo de São Tomé. F. 11 - Mapa da costa do Brasil entre o Cabo de São Tomé e o Morro de João Moreno. F. 12 - Mapa da costa do Brasil entre o Morro de João Moreno e a ponta do Rio Doce. F. 13 - Mapa da costa do Brasil entre o Rio Doce e a Ponta de Agasuípe.</p>	<p>1640</p> <p>COSTA DO BRASIL</p>


BIBLIOTECA DA AJUDA		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
78	 <p>52-XII-6 (PÁGS. 279-280) Descrição de toda a Costa da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil. Por João Teixeira, Cosmógrafo de S. Maj. Ano 1642. MS. De 140 fls. douradas, encadernadas em pergaminho. Consta de 23 mapas muito nitidamente aquarelados e retocados a ouro, acompanhando cada mapa uma folha de texto. Anexa uma folha que contém um juízo crítico da obra por Manuel Pimentel, Cosmógrafo.</p> <p>Mapa págs. 7/8 – Província de Santa Cruz. Mapa págs. 35/36 – Espírito Santo. Página 38 – Descrição de mapa do Espírito Santo. Mapa págs. 41/42 – Espírito Santo. Página 44 - Descrição de mapa do Espírito Santo. Mapa págs. 47/48 – Limite Espírito Santo.</p>	<p>1642</p> <p>BRASIL E SUA COSTA</p>

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
79	 <p>Pasta A, nº 16 Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goutacazes</p>	<p>S.D.</p> <p>CAMPOS DOS GOYTAC. RJ</p>

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
80	 <p>PT/AHM/DIV/3/47/AV2/3569 Planta referente a parte da Costa Brasileira.</p>	S.D. COSTA DO BRASIL
81	 <p>PT/AHM/DIV/3/47/AV2/3577 Planta topográfica da parte da Real Fazenda de Sta Cruz.</p>	S.D. STA. CRUZ RJ
82	 <p>PT/AHM/DIV/3/47/AH5-3/18890 Planta da Barra da Capitania do Espírito Santo até a Vila da Victória situada uma légua a cima da sua estrada.</p>	S.D. VITÓRIA ES

PROJETO SIDCARTA – EXÉRCITO DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
83	 <p>5263-1A-9A-99 Plano hydrographico da enceada do Rio de Janeiro.</p>	1792 RJ

PROJETO SIDCARTA – EXÉRCITO DE PORTUGAL		
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local
84	 <p>5199-1A-9A-99 Cabo Frio.</p>	<p>1794-1823</p> <p>CABO FRIO RJ</p>
85	 <p>5198-1A-9A-99 Baía do Rio de Janeiro.</p>	<p>1794-1823</p> <p>RJ</p>
86	 <p>4597-1A-10A-53 Plano hidrographico da enseada do Rio de Janeiro.</p>	<p>1792</p> <p>RJ</p>
87	 <p>4595-1A-10A-53 Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e a parte principal do seu porto, levantado em 1791.</p>	<p>1791</p> <p>RJ</p>

PROJETO SIDCARTA – EXÉRCITO DE PORTUGAL			
Documento	Descrição (conforme repositório)	Data Local	
88		5264-1A-9A-99 Litoral do Rio de Janeiro: entre a ilha de Alcatrazes e São Tomé.	1794-1823 RJ

APÊNDICE C – RESUMO DO LIVRO QUE TRATA DOS ARRENDAMENTOS DO COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 1749 E 1759.

Os manuscritos fazem parte do acervo do Museu da Fazenda Federal, situado no Rio de Janeiro, sob a forma de livro de número 29.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
1	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400	Antonio da Foncequa	“parte de uma banda com Jozé Cardozo de Sam Payo com partido de [?] ³⁴³ de Azevedo, e da banda de sima com roças dos escravos do collegio, e da debaxo com a estrada Geral que vai para Inhaúma”.
2	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	Jozé Soares Bemfica	“parte de uma banda com hum citio que hoje é o de Jozé de Souza e da outra opostas [?] com roças do collegio ou dos seus escravos e confina com a estrada Geral, que vai para Inhaúma”. O arrendamento foi posteriormente trespassado a Clemente [?] e Francisco Ferí. E novamente foi trespassado a Manoel Rodrigues em 26 de abril de 1757.
3	1º de janeiro de 1751	4 mil réis	José de Souza	“parte de huma banda com hum citio que hoje he de Ignacio da Costa Machado, e da outra com José Soares Bemfica, e a sua testada he athe a estrada Geral que corre para Inhaúma”. O arrendamento foi trespassado a Clemente Francisco Fer’z, para o mesmo plantar suas mandiocas e mais lavouras, em 7 de dezembro de 1756. Foi novamente trespassado em 1757 a Manoel Rodriguez da Roça.
4	1º de janeiro de 1751	[?]	[?]	O primeiro contrato encontra-se muito danificado, impossibilitando a leitura quase que completamente. Em 1752 o mesmo arrendamento é trespassado à Gabriel Lopes Rodrigues por 4 mil e 800 réis.

³⁴³ O símbolo “[?]” será usado em ocasiões em que a escrita for ilegível ou o documento apresentar lacuna ocasionada por danos ao substrato.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
5	1º de janeiro de 1751	4 mil réis	Luiza dos Prazeres, viúva de João Rodrigues de Andrade	<p>“parte de huma banda com hum citio que hoje he de Miguel Vasques, e da outra com huns mangaes, e das duas pontas com as duas estradas que vão para Inhaúma e Ponta do Caju”.</p> <p>As mesmas terras foram trespassadas em 1 de janeiro de 1752 a Bento Martins Balam. E novamente trespassadas a João Manoel em 8 de janeiro de 1759.</p>
6	1º de janeiro de 1751	4 mil e 800	João Manoel	<p>“parte de huma banda com hum citio que hoje he de Bento Martins Balam, e da outra com outro citio de Ignacio da Costa Machado e pelas cabeceiras com roças de escravos do collegio e pello fundo com estrada”.</p> <p>As terras foram posteriormente trespassadas, e em 1757 já rendiam 6 mil e 400 réis ao colégio.</p>
7	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400 posteriormente alterado para 10 mil e 400	Bento Martins Balam	<p>“parte de huma banda com João Manoel e da outra com hum citio que hoje hé da veuva de Lucas de Barros, e da banda de sima com roças de escravos do collegio e pellos fundos com a estrada”.</p>
8	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	João M. R. Pereira	<p>“parte de huma banda com hum caminho que por ali passa para o Engenho Velho, e da outra com a estrada que vai para a praya grande, e pellos fundos com João Lopes Lisboa, e de testada com um campo que serve de pasto ao gado de S. Cristóvão”.</p> <p>A propriedade foi trespassada em 1752 a paschoal Ramos pela quantia de 6 mil e 400 réis.</p>
9	1º de janeiro de 1751	6 mil réis	Bento Ferreira	<p>“parte de huma banda com roças de escravos do collegio, e da outra com roça de Salvador Rodrigues e pellos fundos o devida hum brejo que corre entre elle e outro vezinho, e pella cabeceira com estrada”.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Clara da Sylva Maciel em 1754.</p>
10	1º de janeiro de 1751	6 mil réis	Luzia Gomes viúva de Salvador Rodrigues	<p>“parte de huma banda com seu genro Bento Ferreira, e da outra com o mar e pellas cabeceiras com roças de escravos do collegio, e pellos fundos com o mangue”.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Clara da Sylva Maciel em 1754 pela quantia de 6 mil e 400 réis.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
11	Janeiro de 1751	4 mil réis	Catherina da Assumpção	“parte de huma banda com o murundum, e da outra com hum citio em que mora Jozé dos Santos e pellos fundos confina com o mar”.
12	1º de janeiro de 1751	3 mil e 200	Jozé dos Santos	“parte de huma banda com o citio em que mora Francisco da Assunção, e da outra com leenciado João Bautista Barriga, e pellas cabeceiras com o mesmo Francisco da Asunção, confina com a praya”. Foi acrescentado em 1755 mais um pedaço de terra. Sendo, assim, reajustado o valor do arrendamento para 5 mil e 440 réis.
13	1º de janeiro de 1751	4 mil 160	João Batista Barriga	“parte de huma banda com Fernando de Souza, e da outra com Domingos Francisco, e pella banda de sima com hum capão de mato servindo de diviza um coqueiro, com huma carreira de bananeiras”. O sítio foi trespassado a João Fragoso dos Santos em 1752. Sendo o valor reajustado para 4 mil e 800 réis.
14	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800 réis	Domingos Francisco	“parte de huma banda com o leenciado João Bautista Barriga, e da outra com João Furtado, e pellas cabeceiras com o Doutor Luis da S. Borges e pellos fundos confina com o mar”.
15	1º de janeiro de 1751	10 mil réis	João Furtado	“parte de huma banda com Jozé Fernandes, e da outra com Domingos Francisco e pellos fundos com o mar, e pellas cabeceiras com huma capoeyra de mato do collegio”.
16	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800 réis	Jozé Fernandes Guimarães	“parte de huma banda com o citio que hoje he de João Furtado e da outra com D. Antonia Vianna viúva do defunto Paulo Pinto e pellas cabeceiras com o capam de mato, e pella praya confina”.
17	1º de janeiro de 1751	30 e [?] mil réis	Manoel de Souza Sylva	“parte de huma banda com Manoel de Araujo Lima, e da outra com o Doutor Provedor da Fazenda Real, fundo athe o mato virgem, e testada athe o campo de Jecarepaua”. Como o arrendante tinha somente 20 vacas que pastavam apenas nas fronteiras do seu sítio, passou a pagar 25 mil e 600 réis e “desobrigado de dar todos os annos os novillos machos como athe o presente dava”.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
18	1º de janeiro de 1751	6 mil e 800 réis	Pedro de Almeyda	“parte de huma banda com o pasto do Engenho Novo, e da outra com a estrada Real de Inhaúma e da outra o divide hum caminho que serve de atalho a estrada, e da outra com Clemente Francisco Neto e o partido de Francisco da Cunha”.
19	1º de janeiro de 1751	20 mil réis	Caetano Gomes de Miranda	“parte de huma banda com o citio de D. Antonia Vianna viúva do defunto Paulo Pinto e da outra, e de todas as mais confina com o mar, por ser na ponta do Caju”. O arrendamento foi trespassado em 1754 a Manoel Domingues da Sylva.
20	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	Antonio João	“este citio não tem demarcação por ser huma ilha dos Melões defronte da quinta de São Cristóvão”. O arrendamento foi trespassado a Antonio Sepa em 1759.
21	1º de janeiro de 1751	9 mil e 600	Manoel Rodrigues da Rosa	“parte de huma banda com Antonio Benedicto, e da outra com João Ferreira Porto, e das outras com o mar por ser na ilha dos Melões defronte da quinta”.
22	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	Francisco Gomes de Azevedo	“parte de huma banda com as olarias de Francisco Rodrigues Sylva, e das outras parte com os mangues, e confina com a estrada Geral que vai para Inhaúma que athe serve de testada”. Foi concedida licença para a criação de bois nesse sítio, pagando a cada ano por cada cabeça de gado dez tostões. O arrendamento foi trespassado em 1758 a Josepe Rybeiro.
23	1º de janeiro de 1751	4 mil e 800	Clemente Francisco Neto	“parte de huma banda com a estrada Geral que vai para Inhaúma, e da outra com hum brejo que esta entre elle e outro citio que hoje he de [?]”. O arrendamento foi trespassado a João Jozé de Lemos em 1754.
24	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	João Ferreira Porto	“parte de huma banda com Antonio Benedicto, e Manoel Rodrigues de Roza, e das outras he cercado do mar por ser na ilha chamada dos Melões com a condição de não poder roçar mato que descubra a quinta”.
25	1º de janeiro de 1751	12 mil réis	Ignacia de Jesus	“parte de huma banda com hum citio que hoje he de Luis Lopes de Miranda, e da outra com a estrada de Inhaúma, e confina pellas cabeceiras com o mato”.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
26	1º de janeiro de 1751	6 mil réis	Alferes [?] de Andrade	<p>“parte de huma banda com a estrada Geral que vai para Inhaúma e de todas as mais partes confina com o mato do Engenho Novo”.</p> <p>As informações posteriores estão ilegíveis devido aos muitos danos no substrato.</p>
27	1º de janeiro de 1755	4 mil	D. [?] Maria	Sítio no Engenho Novo. Documento muito danificado.
28	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	[?] de Figueiredo	<p>Documento muito danificado.</p> <p>O sítio foi trespassado a Manoel Botelho em dezembro de 1751, pela quantia de 6 mil e 400. E novamente trespassado posteriormente, porém os muitos danos no substrato impedem a leitura do documento.</p>
29	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800 réis	Antonio Botº de [?]	<p>“parte de huma banda com partido que hoje he de Jozé de Azevedo que o divide huma carreira de lorangeiras cortando direto pellas varges, e da outra com a [?] Engenho Velho e pellas cabeceiras com roças de escravos do collegio e pellos fundos com a estrada do Engenho Novo”.</p> <p>Arrendamento trespassado a Caetano Ribeiro da Sylva em 1754. Sendo novamente trespassado em 1756 pelo mesmo valor.</p>
30	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	João Correa Ximenes	Trespasso do arrendamento que foi de Jozé da Costa e Souza.
31	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	Capitão João Mascarenhas	“parte de huma banda com partido de cana que o dito senhor tem na mesma parage, e na outra com pasto do Engenho Novo, e por outra com a estrada Geral”.
32	1º de janeiro de 1751	2 mil e 560 réis	Mecia de Oliveira	<p>“parte de huma banda com Pedro de Almeida, e da outra com a estrada Geral, e da outra com o caminho que da na mesma estrada, se aparta da mesma estrada para o Engenho Novo, este citio he hua nesga de terra que esta no pedregulho”.</p> <p>Foi trespassado a Ignacio Coelho de Marins pelo valor de 2 mil e 500 réis em 1753. A nesga de terra foi novamente trespassada em 1758, pelo mesmo valor de 2 mil e 500 réis.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
33	1º de janeiro de 1751	25 mil e 600 réis	Domingos Alz. Barros	<p>“parte de huma banda com Jozé de Souza Guimarães por onde esta o marco do collegio e da outra com a estrada Geral de Inhaúma, e da outra com o caminho que vai para as olarias de Francisco Rodrigues Sylva que se deve de destas com huma valla athe onde esta a cancella [...]. Este citio he a onde chamão o fateuzim que athe agora estava anexo as olarias asima sem que o collegio tivesse lucro, nem conveniências algumas, e por isso se der unio das ditas olarias arrendandoçe por expecial ordem do R.P.R. Roberto de Campos ao rendeiro asima para [?] dele em trazer o gado que lhe parecer e poderá fazer suas cazas de vivenda com mais preciso ao dito citio”.</p> <p>Consta observação do acréscimo de mais um pedaço de terra, “sem poder bulir nem fazer roçados nos matos virgens”, somando a cada ano 4 mil e 800 réis. O reitor concedeu licença em 1755 para a feitura de tijolos.</p> <p>O arrendamento foi trespassado ao alferes João Barbosa em 1758, com a licença para a criação de gado, com os devidos cuidados de que “não faça danno aos vizinhos, nem venha pastar nos pastos do Engenho Novo”.</p>
34	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	D. Antonia Vianna de Castro, viúva de Paulo Pinto	<p>“parte de huma banda com Caetano Gomes de Miranda de hum cajeiro athe a praya, e da outra com João Furtado, e da outra com huma capoeira de matto athe sahir a praya”.</p> <p>Anexo: “arrendo a Manoel P^{ra} hum sitio na ponta do Caju terras do collegio que parte de huma banda com João Furtado e da outra com Francisco Coelho, conforme a demarcação que teve D. Antonia Vianna de Castro com as condições ordinárias de não tirar madeiras de seu nem casca de outra, que sempre forão reservadas para o collegio o poder tirar para a sua serventia, nem fazer carvão, nem lenha que mande vender a cidade como taobem não fara benfeitoria que passe de 50 mil réis”. 1º de agosto de 1759.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
35	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	Luiz da S. ^a Borges	<p>“parte de huma banda com D. Antonia Vianna de Crasto, e da outra com o murundu vindo sahir a praya e por sima com roças dos escravos do collegio”.</p> <p>O arrendamento foi trespasado a Francisco Coelho da Sylva em 1754, e o valor alterado para 8 mil réis.</p>
36	1º de janeiro de 1751	60 mil réis	João Lopes Lx. ^a	<p>“parte de huma banda com Jozé Cordeiro por huma grota asima athe encontrar hum bananal, e pella outra o divide humas sercas do partido velho, e pellos fundos com roças dos escravos do collegio e de testada com o rio que vai a S. Cristóvão [...]. Declaro que este citio terá partido de cana do Engenho Velho, e por especial licença e ordem do R.P. Reytor Roberto de Campos se reduzio a chacra e o mesmo lavrador que nelle estava que o fica pessusindo emquanto [?] com a mesma largura que tinha sendo partido ficar obrigado de plantar cana, e obrigado a goardar as condições impostas aos rendeiros”.</p> <p>“Esta clara, que o collegio tinha arrendado a João Lopes Lisboa e este agora pagava foro athe o anno de 54, fica de então para ca he obrigado de pagar foro, com a condição de plantar canas, e ser lavrador do Engenho Velho e com a condição de manter tudo [?] plantar mandioca, quando athe for necessario [?] e alguns legumes”.</p>
37	1º de janeiro de 1751	25 mil e 600	Francisco da Costa Per. ^a	<p>“parte de huma banda com Feliciano da Sylva servindo athe de diviza hum rio que corre pello meyo, e da outra com hum pasto servindo-lhe de diviza huma valla, e assim pellas mais partes”.</p>
38	1º de janeiro de 1751	32 mil réis	Feliciano da Sylva	<p>“parte de huma banda com Francisco da Costa servindo o rio de diviza, e pella outra com João Gonçalves da Costa, e da outra com hum outeiro e da outra com Manoel Galindes. [...] Este citio foi partido de cana e por especial licença do R.P.R. Roberto de Campos se reduzio a chacra ficando o dito lavrador que athe agora hera desobrigado de plantar cana, e somente legumes costuma dar”.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
39	1º de janeiro de 1751	20 mil e 600	Ignacio Rodrigues Vicyna	<p>“parte de huma banda com Domingos de Crasto, e da outra com Manoel Galindez correndo direto ao ponto do rio maracanã, e da outra com a estrada que vai para Jaracapanha”.</p> <p>“Este citio se deo denovo por especial ordem do R.P. Reytor Roberto de Campos por ser hum pedaço de terra no campo do Engenho Velho de que estavam athe lezando os moradores com trazerem nelle gado”.</p> <p>Verso ilegível.</p>
40	1º de janeiro de 1751	4 mil e 800 réis	Maria Faria	<p>“hum citio em terras do collegio no Engenho Novo aonde chamão ou Barreiras que parte de huma banda com o citio do Cap.^m João Mascarenhas e da outra com huma estrada que por aly corre e, pellas cabeceiras confina com humas larangeiras do P. Amaro Pr.^a da Cunha, servindo athe e diviza uma restinga de capoeira”.</p>
41	1º de janeiro de 1758	5 galinhas ou algum valor	Francisco Rodrigues, preto forro	<p>“arrenda por tres annos huma legua de terra na paragem chamada Praya Grande, que parte de huma para com Jozepe de Souza e da outra acaba na mesma praya a Francisco Roiz, preto forro que nella lavra suas lavoras”.</p>
42	4 de janeiro de 1751	2 mil e 400	Miguel Miz Cordeiro	<p>“arrendo por tempo de tres annos que começo ao 1º de janeiro de 1751 hum sitio em terras do collegio no Sacco que partem com huma parte com o mesmo senhor arrendadoro Alfêres Miguel Miz Cordeiro e sobe pello córrego athe chegar a ponta da pedra e por outra parte confina com o citio que foi de Manoel Barboza”.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Gonçalo Francisco Carneiro, “que nella planta suas mandiocas, e mais ligumes”, em 7 de julho de 1757.</p>
43	1º de janeiro de 1752	960 réis	Theodozio de Siqueira	<p>Um sítio junto ao aldeamento de S. Barnabé, com a condição de se plantar mandiocas e legumes.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
44	1º de janeiro de 1752	10 mil réis	Miguel dos Anjos	<p>“arrendo por tempo de tres annos que começo a 1º de janeiro de 1752 cem braças de terra junto a Aldea de São Barnabé no lugar onde antigamente forão roças dos padres superiores da dita aldea, e ultimamente deixou o P. João de Mattos sendo Sup.º para [?] plantar suas mandiocas e legumes”.</p> <p>“Renovo o arrendamento asima por espacio de tres annos com toda a largueza que the permittio o R. P. Felix Xavier Reitor deste collegio do Rio de Janeiro que vem a ser do córrego secco do roçado que o R.P. qualzer, sendo [?] mandou fazer correndo por linha recta para Manoel Mendes, e para outra parte com Jozepe Roiz., [?] o brejo grande, e plantar e suas lavouras”. 1º de janeiro de 1958.</p>
45	1º de janeiro de 1752	6 mil e 400	Luiza das Neves	<p>“parte de huma banda com Salvador Roiz. ou sua molher veuva, mediando entre ambos hum brejo grande, e da outra com os mangues e com o mar, e pella parte da terra com a estrada [?] que vai para o Caju”.</p>
46	1º de janeiro de 1756	12 mil e 800	M.R.P.e Sñr D.ºr Conego Fran.ºFer’ Simõis	<p>“hum pedaço de terras ou sitio em terras pertencentes ao engenho novo do collegio do Rio de Janeiro junto ao engenho que foi do mestre de campo João Arias da Guerra, o qual sitio começa de hum oiteyro que esta junto ao pasto, terras do mesmo collegio que vay correndo por huma vargem para serra fronteyra, e de largura começa da beyra do pasto athe o pe de hum monte chamado pedrigulho, e servirá este de demarcação, e a largura, digo o comprimento quanto for necessario ao D.ºr R.ºmo Sñr. Conego para as suas lavouras, para neste sitio fazer lhes partido e plantar mandiocas”.</p>
47	1º de janeiro de 1751	1 mil e 600 réis	Antonio Benedicto	<p>“Tem o rendeiro asima huma cazinha nesta ilha com 8 ou des braças de terra que cultiva, e parte com Manoel Roiz. da Roza, que he outro rendeiro que esta na mesma ilha, e tinha seu arrendamento no livro velho a fl. 141, tendo arrendada toda a ilha, mas como o não cultivava pella sua pobreza o collegio lhe meteo mais dous rendeiros ficando este na ponta da ilha somente com a sua cazinha, e canoa de pescaria de que uza e paga a cada anno ao Collegio”.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
48	1º de janeiro de 1752	2 mil e 400 réis	João Ribr. Antunes	“hum citio de terras do collegio no alto de terra da boa vista que parte de huma banda com terras da Tijuca e vem a confinar ao Alto da serra”. “No mesmo citio e de baixo das mesmas confrontações se arrenda parte de terra a Caetano Pacheco da Roza obrigando-se a guardar as mesmas condições que os mais rendeiros e a pagar cada anno 1 mil e 600 de arrendamento”. 10 de outubro de 1752.
	1º de janeiro de 1753	4 mil réis	Luis da Fonseca	“hum citio em terras do Collegio em S. Barnabé que parte de huma banda com Ma. Roiz. de Souza e da outra com hum caminho que entra para a fonte, e pelos fundos com a estrada e pellas cabeceiras com Salvador Vieira”.
49	1º de janeiro de 1753	4 mil e 800 réis	Antonio Gonçalvez de Moniz	Arrendamento no Caju.
50	20 de agosto de 1755	6 mil e 400	Valentim da Costa Franco	Arrendamento nos campos do Engenho Velho.
51	1751	20 mil réis	D. Antonia Vianna e Castro	Duas moradas de casas no saco de São José e huma da fidalga.
52	1750	7 mil ou 70 mil	Viúva de Jacinto Pr. ^a	Casas na rua Direita.
53	Vencido em 19 de outubro de 1752	12 mil e 800	Alferes [?] de Souza	Rua do Rosário (Documento muito danificado)
54	1750	10 mil	Manoel Santos Pinto	Casas em chãos do colégio.
55	1750	[?]	[?]	Documento muito danificado o que impossibilita a leitura.
56	[?]	[?]	Capitão Gon. Fr. ^a A.	Casas na praia de D. Manoel. Nunca pagou por ser especial concessão dos padres reitores.
57	[?]	2 mil	Luiza [?]	Casas na rua de São José. Nunca pagou por ser especial concessão dos padres reitores.
58	1750	2 mil e 500	[?]	Casas na antiga rua do Leão que não tem saída à rua Direita. Vencidos 5 anos, acumulando um débito de 12 mil e 500 réis.
59	23 de junho de 1757	4 mil e 800	Manoel Soares Borges	“hum pedaço de terra em que esteve Antonio Vieyra no outeiro chamado da Procuratura que começa da valla do Anacleto Ilias, e vem rodiando o mosnte grande e pequeno boscando a cerca do D. Guimar’ que esta algumas setentas l. ^a bacho, para plantar suas mandiocas e mais lavouras”.
60	1º de janeiro de 1752	6 mil e 400	Antonio C da Oliveira	“ huma data de terra que foi citio de Roza Maria” .

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
61	1º de janeiro de 1753	6 mil e 400	Jozé de Souza Coutinho	<p>“hum citio em terras do collegio em S. Barnabé que parte de huma banda, com rumo que divide as terras do engenho de Francisco Mriz’, cas dos indios, das do collegio e corre da parte da Aldea, cercado em roda de brejaes e pantanaes”.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Francisco Mriz’ Coutinho Delgado em 1753.</p>
62	1º de janeiro de 1756	38 mil e 400	Alvares dos Santos	Sítio no Engenho Velho, no lugar chamado Babilônia.
63	1753	2 mil 560	Jozé de Souza	Sítio na Tijuca.
64	1º de janeiro de 1753	5 mil e 600	Manoel Mendes e Francisco Machado Homem	“hum citio em terras do collegio em S. Barnabé que foi de Francisco Dantas que parte de huma banda com terras da mesma Aldea”.
65	1º de janeiro de 1753	2 mil e 400 réis	Gonçalo Francisco Carneiro	Não descreve o sítio. Informa que as caraterísticas do arrendamento estão apontadas no livro velho a folha 162.
66	1º de janeiro de 1753	12 mil e 800	Francisco [?]	Sítio próximo ao rio de São João. Documento muito danificado.
67	1º de janeiro de 1749	2 mil réis	Agostinho Vicente	“hum citio em terras do collegio na Ilha da Armação das Baleas, que parte de huma banda com Anna Montr. ^a servindo-lhe de deviza huma pedra que esta sahida do mar, chamada toque toque, cortando direto ao cume do morro, apanhando tudo, o que são agoas vertentes, e pella outra parte com João Glz.’, que he outro foreiro”.
68	1º de janeiro de 1750	12 mil e 800	Anna Montr. ^a	<p>“parte de huma banda de São Lourenço com terras que hoje são do Cap. Manoel da Sylva que as divide hum marco que tem o mesmo collegio que as devide cortando direto ao cume do morro, e pella outra banda he da armação athe huma pedra grande que esta sahida ao mar que chamão o toque toque cortando direto também ao cume do morro apanhando tudo que são águas vertentes”.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Manel Mars’ Ferr.^a em 1557.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
69	Abril de 1749	12 mil réis	Feliciano Gomes Nevez	“hum arrendamento em terras do collegio da outra banda na Ilha chamada Armação das Baleyaz a Feliciano Gomes Nevez contratador que ao prezente he do mesmo contrato das baleyaz, o qual sitio que se arrenda; e toda a Ilha he do collegio sem duvida, ou contradição, cas o pertence ao S. Contratador, ou a S. Magestade as cazas de vivenda, cas mais bem feitorias e fabricas dos azeites [...] parte de huma banda com hum sitio que o collegio tem arrendado ao tenente Jozé Alz.º da Costa servindo athe de diviza huma fonte cortando por ella direito ao cume do morro, da outra banda que he de S. Lourenço chega athe contesta com outro sitio que o mesmo collegio tem arrendado a Agostinho Vicente que o divide uma carreira de bananeiras, apanhando tudo o que são agoas vertentes; alem destaz confrontações senão poderão os senhores contratadores alargar mais, por ter só esta a sua demarcação, poderão meter ou conservar a terra que lhes concede pellos pertences a sua fabrica, mas com a mesma obrigação de senão a largarem mais”.
70	Janeiro de 1758	7 mil e 500	Antº de Lima	Um pedaço de terra em São Barnabé.
71	1º de janeiro de 1751	4 mil e 800 réis	Jozé da Costa	“Arrendamento da Ilha do Vilagalhon”.
72	Janeiro de 1751	12 mil e 800 réis	Antonio Bau ^{ta}	“hum citio em terras do collegio no Andarahy Grande”.
73	1º de janeiro de 1753	4 mil réis	Cap. Antonio Pinto Homem	“de ter o seu armazém na praya junto ao Rio S. Antonio na Fazenda do Sacco; obrigando-se a não vender agoa ardente, nem alguma outra bebida, nem terá mais terra do que aquella em que está sentado o dito armazém”.
74	Janeiro de 1751	4 mil e 800 réis	João de Souza Mello	“hum citio em terraz do collegio em Andrahy”.
75	Janeiro de 1751	1 mil e 600 réis	Manoel [?]	Huma cazinha de telha [?] subindo para S. Cristóvão da parte do mar. Passou, em 1756, este foro a Bernardino de Sena Correa, que ficou responsável pelo pagamento de 640 réis.
76	1750	[?]	[?]	Terras do colégio no Engenho Novo para partido de cana. O arrendamento foi passado a Manoel Coelho pelo valor de 2 mil e 400 réis.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
77	28 de outubro [?]	Tem obrigação de moer todos os anos duzentos carros de cana. Se não cumprir o número de carros, tem a obrigação de pagar 1 cruzado por cada um que faltar.	Mathias dos Santos	Terras no Engenho Novo: “huma parte confina com o canavial da fazenda [do Engenho Novo], por outra com outro canavial que o mesmo collegio tem junto ao matto”.
78	25 de outubro de 1750	Tem obrigação de moer todos os anos duzentos carros de cana. Se não cumprir o número de carros, tem a obrigação de pagar 1 cruzado por cada um que faltar.	Cap. João Mascarenhas	Terras no Engenho Novo: “por huma parte confronta com a estrada Geral ficando livre ao collegio huma restinga de mato, e pella outra confina com partido de Francisco da Cunha atravessando pello quanto do seu citio a buscar as cazas do mesmo Francisco da Cunha, isto se estende da banda do poço que está no pasto do collegio junto ao seu citio”.
79	25 de outubro de 1750	Tem obrigação de moer todos os anos duzentos carros de cana. Se não cumprir o número de carros, tem a obrigação de pagar 1 cruzado por cada um que faltar.	Francisco da Cunha de Andrade	Terras no Engenho Novo.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
80	25 de outubro de 1750	Tem obrigação de moer todos os anos duzentos carros de cana. Se não cumprir o número de carros, tem a obrigação de pagar 400 réis por cada um que faltar.	Jozepe de Azevedo	Terras no Engenho Novo: “pella parte do outeiro com roças dos escravos do collegio e por huma banda com Antonio Botelho, e por outra que vai pellos fundos os pastos do Engenho Novo a arbítrio do R. P. Sup. ^{or} ”.
81	25 de outubro de 1750	Tem obrigação de moer todos os anos duzentos carros de cana. Se não cumprir o número de carros, tem a obrigação de pagar 1 cruzado por cada um que faltar.	R. D. Manoel Gago da Camara	Terras no Engenho Novo: “pella banda dos pastos do Engenho [Novo] o divide a estrada velha que [?] para o mesmo Engenho athe o fim do caminho que sai das senzallas”.
82	1º de janeiro de 1751	2 mil 880 réis	Antonia Vianna de Castro	“parte de huma banda com terras do Cap. Antonio Pinto e para outra lhe serve de diviza a estrada Geral”.
83	1º de janeiro de 1751	640 réis	Francisco Gomes do Monte	Ilha de Pombeba, defronte a S. Cristóvão.
84	20 de julho de 1756	19 mil e 200	Anacleto Dias	O nome do sítio arrendado está ilegível devido à perda de parte do substrato. Acredito que a carta se refira ao sítio chamado Macaco, nas proximidades do Engenho Velho e Tijuca.
85	7 de maio 1753	120	Negro	Concessão que se deu a um negro que vigiava a roça do R.P. Superior em São Barnabé, para se plantar mandioca junto a mesma roça.
86	22 de julho de 1756	2 mil réis	Manoel Coelho	“hum pedaço de terra no lugar chamado Mambue pertencente ao Engenho Velho”.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
87	8 de janeiro de 1752	12 mil e 800	Ignacio Machado	<p>“hum citio em terras do collegio no campo do Engenho Velho que parte de huma banda com o caminho que vai para a Tijuca, da outra com outro caminho que vay para o Macaco, e pellos fundos com o Rio Maracanã”.</p> <p>O arrendamento foi trespassado, em 1754, a Jeronimo de Albuquerque.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
88	1º de janeiro de 1753	2 mil 560	Damião Roiz’ Gomes	<p>Terras no Engenho Novo.</p> <p>O arrendamento foi trespassado à Joanna de Oliveira em 1758.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
89	1º de janeiro de 1754	3 mil e 200	Simão da Costa	“Ilha do Vilagalhon”
90	1º de novembro de 1757	1 mil 280 réis	Thereza Al ^a de Jesus	“hum pedaço de terra no lugar chamado Mamboe”, próximo ao Engenho Velho.
91	1º de janeiro de 1753	640 réis	Francisco de Lima	<p>Documento muito danificado. Trata possivelmente de alguma ilha que ficava próxima à ilha da Pombeba.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro e pelas muitas lacunas existentes.</p>
92	1º de janeiro de 1754	2 mil e 400	Joze de Souza	<p>Sítio na praia grande, próximo à estrada geral.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Jozepe de Souza. Abril de 17[?].</p>
93	Janeiro de 175[?]	4 mil e 800	[?] Duarte	Documento muito danificado pela existência de muitas lacunas no substrato.
94	27 de outubro de 1757	4 mil réis	Francisco Machado Homem	Um pedaço de terra em São Barnabé.
95	1º de janeiro de 1753	Pelo primeiro ano : 6 mil e 400 e pelos mais: 8 mil.	Ignacio Pinhr.’ Preto foro	<p>Terras no campo do Engenho Velho.</p> <p>As terras foram trespassadas a Manoel Rodrigues em 1756. Sendo novamente trespassada, nesse mesmo ano, a Pedro Martim Duarte, com o valor de 6 mil e 400 réis.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
96	Janeiro de 1754	6 mil e 400	Salvador Vieyra	Sítio em São Barnabé. “Entrou neste sítio em janeiro de 1755; e como he muito pobre se trespassou o arrendamento ficando em 2 mil e 400 e da mesma sorte seu genro em 2 mil e 400.”
97	19 de outubro de 1754	4 mil	Francisco Pais	Terras em sítio do Engenho Novo. O arrendamento foi trespassado, em 1º de janeiro de 1759, a Francisco Ferz.’
98	1º de janeiro de 1754	3 mil e 200	Jozé Soares	“hum sítio em terras do collegio para a banda do Sacco”. “Tem o dito tãobem huma caza na praia hindo para o outeiro de Caray”.
99	1º de janeiro de 1754	1 mil 280	Caetano da Sylva e sua mãe	“hum pedaço de terra chegado ao Morunda”. O arrendamento foi trespassado, em 2 de fevereiro de 1757, a Francisco Coelho da Sylva.
100	Janeiro de 1755	6 mil e 400	Jozepe Roiz.’	Terras em São Barnabé.
101	27 de junho de 175[?]	[?]	Simão da Costa	“Ilha do Vilagalhon”
102	Janeiro de 1755	[?]	Jozepe de Carvº	Documento muito danificado em sua frente e em seu verso, impossibilitando quase por completo a leitura.
103	1º de setembro de 175[?]	2 mil e 400	Francisco Coelho	Paragem chamada praia Grande.
104	Janeiro de 1757	[?]	[?]	Paragem chamada rio do Cachorro. Documento muito danificado.
105	[?]	[?]	[?]	Documento com muitas lacunas que impossibilitam a leitura.
106	1º de janeiro de 1756	604	João Ryb.	Sítio no Engenho Novo.
107	1º de janeiro de 1759	1 mil 920	Antº Gomes	Sítio próximo ao Engenho Velho.
108	[?]	[?]	Ritta da Sylva	Documento com muitas lacunas que impossibilitam a leitura.
109	Janeiro de 175[?]	1 mil 200 [?]	Manoel Ramos	Documento com muitas lacunas que impossibilitam a leitura.
110	1754	6 mil 800	Joze Ribrº da Silva	Trata de trazer gado para curral do Engenho Velho. Documento muito danificado.
111	Janeiro de 1751	16 mil	Severino Paez	Documento com lacunas que impossibilitam o reconhecimento do sítio em questão.
112	1º de janeiro de 1751	10 mil réis	Antonio Gomes	Sítio próximo ao Engenho Velho. O arrendamento foi trespassado em 1759 a Manoel Pinto de Azevedo.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
113	1º de janeiro de 1751	6 mil réis	Manoel da Cunha	<p>Terras próximas ao pasto do Engenho Velho.</p> <p>O arrendamento foi trespassado, ao 1º dia de janeiro de 154, a Manoel Pereira Gularte, pelo valor de 6 mil e 400 réis. Foi novamente trespassado em 1758 a Pedro Jozepe R. de Faria, nas mesmas condições.</p>
114	1º de janeiro de 1751	12 mil réis	Antonio Durão	<p>Os danos no documento impedem o reconhecimento do local.</p> <p>Apesar dos muitos danos, é possível afirmar que em 1754 o valor do arrendamento passou a 12 mil e 800 réis.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro. Mas é possível afirmar que o arrendamento continuava com o posseiro indicado até o ano de 1758.</p>
115	1º de janeiro de 1751	14 mil réis	Sargento-mor João Borges de Freytas	<p>Os danos no documento impedem o reconhecimento do local.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
116	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400	Placido Per ^a dos Santos	<p>Os danos no documento impedem o reconhecimento do local.</p> <p>O arrendamento foi trespassado, em 25 de outubro de 1755, a Lourenço Ferz' Vianna, visto a morte do foreiro indicado.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
117	1º de janeiro de 1751	7 mil e 600	Miguel de Souza de Andrade	<p>“parte de huma banda com o L.^{do} Placido Pereira, e da outra com o Dr. Ignacio Jozé da Mota Leyte servindo lhe de deviza hum rio que corre entre ambos, e da banda de Placido de Andrade”.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
118	20 de abril de 1752	4 dobras	Aldeamento de São Barnabé e de Itaguaí	<p>“As Aldeas de S. Bernabe e Taguay pagam por anno quatro dobras de arrendamento cada huma, por estarem a situadas em terras deste Collegio do Rio de Janeiro, lavram nellas, terem gado, que pastam nellas, uzarem das suas lenhas. Dantes foi lhes posto de arrendamento seis galinhas por anno a cada huma, ate o primeiro anno do Reytorado do P. Roberto de Campos, que entrou aos 2 de Fevereiro de 1752. Deste tempo para ca ordenou o P. Provincial Thomaz Linceo no requerimento do dicto P. Reitor Roberto de Campos, que pagassem as dictas Aldeas o que fica dicto.”</p> <p>“Consta de hum livro antigo, que a segunda vezy, que tornarão os P.P. da Companhia de Jesus por ordem de Sua Magestade para a Aldea de S. Bernabe; atendendo o P. Reitor do Collegio a pobreza daquela Aldea para que os P.P. Missionarios para o tempo adiante podessem sustentarse mandou para principio de hum curral nove vitelas, e hum touro, e daqui teve o principio o curral do gado daquela aldea que os indios tem hoje por seo, e tem destuido como consta, com matanças, V. sendo que este curral assim como a mesma Aldea esta em terras do Collegio adevirão que o P. Thomé Correa, sendo o Superior desta Aldea devidio este curral em dous trazendo parte do gado para o mesmo sitio da Aldea aonde esta fundado hoje V.”</p>
119	1º de janeiro de 1751	11 mil réis	Ignacio Jozé da Mota Leite	<p>“parte de huma banda com hum riacho que o divide, por outra banda com Paulo Ribeiro e pella banda do pasto acaba na estrada”. É bem possível que esse sítio se situasse nas proximidades do Andaraí e Tijuca.</p> <p>“Declaro que ficou nesta chácara sua mulher a Senhora D. Maria Roza Fortada de Mendonça, e pagara por se acrescentar mais a sua chácara 12 mil e 800.”</p>
120	1º de [?] 1751	6 mil réis	João Ribeiro Antunes	Próximo a estrada que ia para o Andaraí e Tijuca.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
121	1º de janeiro de 1751	9 mil e 600	Mathiaz Soarez	<p>“parte de huma banda com o Dr. Ignacio Jozé da Mota Leyte; e da outra com Paulo Pereira, e pella parte de sima contesta com o mato virgem, pello fundo com João Ribeiro Antunes”.</p> <p>“Como ao dito rendeiro se lhe concedeo mais hum pedaço de terra [?] da sua demarcação que fica ao pe da estrada que vai para a Tijuca, e de huma banda parte com Francisco da Costa e da outra com hum pasto em que pasta o gado do Dr. Ignacio Jozé da Mota Leite; se [?] deo licença para plantar [?] pedaço de terra com as mesmas condições asima pagando por este pedaço cada anno desaseis mil R., como da chakra asima pagava cada nove mil e seiscentos R. fica agora pagando por tudo cada anno vinte e cinco mil e seiscentos R.”.</p>
122	1º de janeiro de 1751	14 mil réis	Paulo Pereyra	<p>“parte de huma banda com Manoel dos Santoz Pinto, e de outra com Mathias Soares, e pella parte de sima com o matto virgem, e pello fundo com a estrada que vay para a Tijuca”.</p> <p>Com a morte do foreiro o arrendamento foi trespassado a suas filhas em janeiro de 1759.</p>
123	1º de janeiro de 1751	Dez[?] mil e 500	Dionizio Pirez Guerido	<p>“parte de huma banda com outro citio que hoje he de Antonio Vieyra de Miranda, e a testada remata no caminho que vay para a Tijuca, e o maiz tudo esta cercado de mato virge”.</p>
124	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	Belchior da Fon. ^{ca} Sottomayor	<p>“parte de huma banda com Manoel dos Santoz Pinto, e de outra com Vicente Carvalho pello oiteiro asima athe huma carreira de bananeiras do dito Fonseca pella outra com a estrada da Tijuca”.</p>
125	1º de janeiro de 1751	8 mil 640	Jozé da Afonseca Sotomaio	No caminho da Tijuca.
126	1º de janeiro de 1751	8 mil e 600	Vicente Malta	No caminho da Tijuca.
127	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	Antonio de Almeida Pereira	No caminho da Tijuca. O arrendamento foi trespassado nas mesmas condições a Jozep Glz’ da Sylva, em dezembro de 1758.

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
128	1º de janeiro de 1751	12 mil réis	Salvador Paes	<p>“junto ao sítio que foi de Manoel de Moura”. Os danos no documento impedem o reconhecimento do local.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Diogo do Couto em 1754.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
129	1º de janeiro de 1751	[?]	[?]	<p>Documento com muitas lacunas que impossibilitam a leitura.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro e pelas muitas lacunas existentes.</p>
130	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	João Pinheyro	<p>Sítio próximo à Tijuca.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro e pelas muitas lacunas existentes.</p>
131	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400	Francisco Portugal	<p>No caminho para a estrada Real que vai para a Tijuca.</p>
132	1º de janeiro de 1751	22 mil réis	João Glz.' da Costa	<p>Documento com muitas lacunas que impossibilitam a leitura. O que se lê seguramente é que o sítio estava situado nas proximidades do engenho que foi de Martim Correa Vasqueanes.</p> <p>O arrendamento foi trespassado em 1757 a Andre Vianna.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
133	1º de janeiro de 1751	7 mil e 200	Theodozia do Nascimento	<p>“parte de huma banda com Domingos de Crasto Martins e a outra com o Capp^m Manoel de Araujo Lima, e da outra com o pasto do engenho do Dr. Provedor da Fazenda Real”. Possivelmente próximo ao Engenho Velho.</p>
134	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800 réis	Antonio do Valle	<p>Próximo ao Engenho Velho.</p> <p>O arrendamento foi trespassado a Anna da Sylva e posteriormente a Anacleto Dias, em 1757.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
135	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400	Manoel de Araujo	Próximo ao Engenho Velho.
136	1º de janeiro de 1751	12 mil e 800	[?]	Próximo ao Engenho Velho. O arrendamento foi passado a Salvador de Brito, e posteriormente trespassado a João Teyxr ^a da Sylva.
137	1º de janeiro de 1751	15 mil réis	João Gomes	Próximo ao Engenho Velho.
138	1º de janeiro de 1751	20 mil réis	Agostinho Gomes	Próximo à Tijuca.
139	1º de janeiro de 1751	19 mil e 600	R.P. Joaquim Gomez	Próximo ao Engenho Velho. O arrendamento foi trespassado a Antonio Lopes da Costa em 1754.
140	1º de janeiro de 1751	16 mil e 800 réis	Antonio Vir ^a de Miranda procurador de D. Maria de Andrade	“parte de huma banda com Paulo Vicente Christianis, e da outra com Dionizio Pires Guerido, e pella cabeceira com o mato virgem e pello fundo com a estrada da Tijuca”.
141	1º de janeiro de 1751	[?] mil e 600	Antonio de Freitas	“parte de uma banda com Salvador Paes, e da outra com Salvador da Fonseca SotoMayor e da outra com o tenente Joze Franco”. Provavelmente no caminho para a Tijuca. Nota de que foram pagos 19 mil e 200 réis em anos consecutivos.
142	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400	Domingos de Castro Martins	“huma banda com Manoel Galindes, e da outra com [?] Gomes de Campos, e da outra com o Capp. Manoel de Araujo Lima, e da parte de sima com o mato, e da debaxo confina com o pasto”. O arrendamento foi passado a João de Souza e Mello, em 15 de janeiro de 1756.
143	1º de janeiro de 1751	22 mil réis	Manoel dos S ^{tos} Pinto	No caminho que vai para a Tijuca.
144	1º de janeiro de 1751	19 mil e 200 réis	Paulo de A. Ferreira	“parte de huma banda com hum citio que foi de Marcos Cardozo, e hoje he de Antonio Vieyra de Mirand ^a por hum oiteiro e da outra com Agostinho Gomes por huma grota abaixo, fundo athe o mato, testada athe o Rio”. Próximo, provavelmente, à Tijuca.
145	1º de janeiro de 1751	16 mil réis	Cap. Domingos Vir. ^a Pinto	“parte de huma banda por hum bananal que esta sobre o do partido correndo athe hum pati grosso e dahi em dous paus seccos, e logo em huma carreira de bananeiras junto do mato”.
146	1º de janeiro de 1751	9 mil e 600	Manoel Galindes Machado	“parte de huma banda com Domingos de Crasto Martins, ca sua testada acaba no seo, e ao do mais citio em lado he acercado de huma meya valeta que tem”.

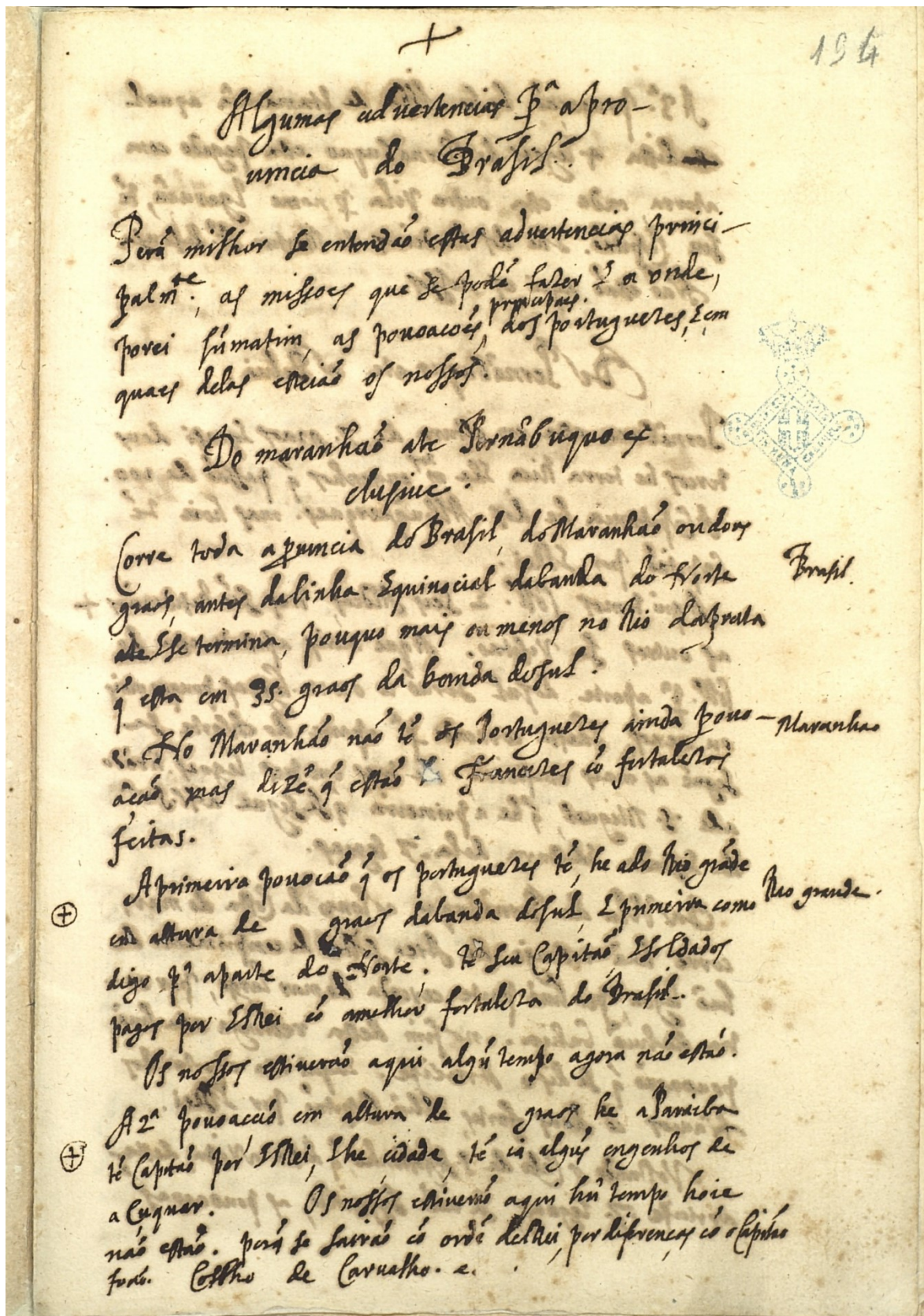
Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
147	1º de janeiro de 1751	21 mil e 200	Ao Capitão Manoel de A. Lima	<p>No caminho que vai para Jacarepaguá.</p> <p>“Concedeosse ao dito Sr. acima poder ter doze vacas, e hum touro as quaes poderão tão somente pastar nas vargens que tiver fronteiras ao seo citio declarado asima, sem se poder alargar mais com o gado para outra parte nem romper a valla que o Collegio fes para sercar os seus canaviais; tudo isto se concedeo ao dito Sr. por expecial concepção do R.P. Reytor Roberto de Campos, obrigandosse o dito Sr. por esta concepção a pagar daquy em diante de arrendamento do sitio, e da dita concepção [?] mil cada anno.”</p>
148	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400 réis	Jozé [?]	<p>Documento com muitas lacunas que impossibilitam a leitura.</p> <p>O arrendamento foi posteriormente passado a Francisco da Sylva, e trespasado novamente a Luiz An.^{to} de Freitas.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro e pelas muitas lacunas existentes.</p>
149	1º de janeiro de 1751	25 mil e 600	Miguel Vasques	<p>Próximo ao rio do Engenho Velho.</p> <p>“Concedeo-se licença a Miguel Vasques para poder ter boys neste sitio a cima no tempo do Reytorado do R.P. Roberto de Campos pagando cada anno por cada cabeça dez tostoens, que começou ao 1º de janeiro de 1750.”</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
150	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400	Miguel Vasques	<p>Próximo as estradas gerais que vão para Inhaúma e praia Grande.</p> <p>“Este sitio se concedeo a Miguel Vasques com a condição de o beneficiar em mandiocas, ligumes sem que nelle possa meter gado, e fazendo o contrario será logo notificado para despejo.”</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
151	1º de janeiro de 1751	4 mil 320 Abaixo desse aparece o valor reajustado para 5 mil e 400	Ignéz Roiz’	<p>“parte de huma banda com hum citio que hoje he de Jozé [?], e da outra com outro citio que he de Francisco Antunes Guimarães e da outra com a estrada Geral”.</p> <p>O arrendamento foi acrescido de um pedaço de terra e passado ao filho da citada foreira, Jeronymo de Albuquerque, em 1755.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
152	1º de janeiro de 1751	4 mil réis	Francisco Antunes	<p>“parte de huma banda com hum Rio, e da outra com o caminho que vai para o Engenho Velho, e da outra com hum citio que hoje de Igenes Rodrigues”.</p> <p>O arrendamento foi passado a Andre Gonçalves Barros, em 1755. Consta observação que foram acrescentados 4 mil réis ao arrendamento, pela inserção de mais um capão ao contrato. Em 1759 a chácara já havia sido novamente trespassada e valia então 6 mil réis.</p>
153	1º de janeiro de 1751	4 mil réis	Domingos Alz.’ Barros	<p>“parte de huma banda com a estrada Geral que vai para São Christóvão e da outra com hum Rio de agoa salgada chamado Rio de S. Pedro, e das outras confina com a praya e huns mangaes com que esta cercado”.</p> <p>Em 1752 o arrendamento foi passado a Joze Alz.’Maciel, sob as mesmas condições anteriores. Foi novamente trespassado em 1759 a Ignacio Ferr.^a de Noronha.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
154	1º de janeiro de 1751	8 mil e 800 réis	Domingos Alz.º Barros	<p>“parte de huma banda com a estrada Geral; e da outra com o Rio que vai para S. Christóvão; e da outra com a quinta, e da outra com a praya e a Rio de agoa salgada”.</p> <p>Em 1751 o arrendamento foi passado a João Thomas Bruno com as mesmas condições.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
155	1758	2 mil e 600	Manoel Mendes	Um “pedacete” de terra que era de João Thomas Bruno.
156	1º de janeiro de 1751	6 mil e 400 réis	Gaspar Luis Mello	<p>“parte de huma banda com huma chacra em que mora Andre Gonçalves, e da outra com outra chacra em que actualmente esta morando Maria do Rozario, e da outra confina com huma estrada que vem do Engenho Velho”.</p> <p>Em 1752 foi passado a Mathias Peixoto Guimarães com o valor de 7 mil réis. Foi novamente trespassado pelos mesmos 7 mil em 1756 e por 21 mil e 400 no ano de 1757.</p>
157	1º de janeiro de 1751	3 mil e 840	Antonio dos Reys	“parte de huma banda com hum citio de Andre Gonçalves Barros, e da outra com o Rio que vem do Engenho Velho para S. Christóvão, e da outra com Maria do Rozario e confina com hum brejo que chega a cancela de São Christóvão”.
158	1º de janeiro de 1751	7 mil réis	Maria do Rozario	<p>“parte de huma banda com huma chacra que hoje he de Luis Gaspar, e da outra com o caminho que vai para Inhaúma, aremata com hum brejo e da outra para Antonio dos Reis”.</p> <p>Em 1756 o arrendamento foi trespassado a João Glz’ Sylva, sob as mesmas condições.</p>
159	1º de janeiro de 1751	14 mil e 400	Andre Gonçalves Barros	<p>“parte de huma banda com hum citio que hoje he de Antonio dos Reys Franco, e da outra com a estrada do Engenho Velho, e da outra com hum Rio, e remata no meyo de hum brejo”.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>

Data que marca o início do arrendamento		Valor por ano	Arrendatário	Descrição da gleba arrendada
160	1º de janeiro de 1751	8 mil réis	Leonor da Foncequa	<p>“parte de huma banda com a estrada Geral que vay para Inhaúma, e da outra com roças dos escravos do collegio comesmo e pellas mais partes por estar tudo cercado com as mesmas roças”.</p> <p>O arrendamento foi passado a Paschoal Ferreira em 1755, sob as mesmas condições.</p> <p>A leitura do verso desse documento foi impossibilitada pela inserção de papel manteiga sobre o texto original numa ação de restauro.</p>
161	1º de janeiro de 1751	4 mil e 800 réis	Jozé Cordeiro de S. Payo	<p>“parte de huma banda com hum citio que foi de Manoel Nunes, e da outra com o partido de João Lopes, e pellas cabeceiras com roças de escravos do collegio, e pello fundo com huma estrada Geral”.</p>

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DO MANUSCRITO JESUÍTA QUE SE SEGUE



Algumas advertencias para a província do Brasil *

Perá melhor se entendão estas advertencias, principalmente as missões que se pode fazer e a onde, porei [súmativa], as povoações principaes dos portuguezes, e em quaes delas esteião os
nossos.

Do Maranhão ate Pernambuco [*ex duplice*].

Corre toda a província do Brasil, do Maranhão ou dous graos antes da linha Equinocial da banda do Norte até onde termina, pouquo mais ou menos no Rio da Prata que esta em 35 graos da banda do Sul.

No Maranhão não tem os portuguezes ainda povoação mas dizem que estão la franceses com fortalezas feitas.

A primeira povoação que os portuguezes tem he a do Rio Grande em altura de graos da banda do Sul, e primeira como digo para a parte do Norte. Tem seu capitão e soldados pagos por El Rei com melhor forlateza do Brasil.

Os nossos estiverão aqui algum tempo agora não estão.

A 2^a povoação em altura de graos he a Paraiba tem capitão por El Rei, e he cidade, tem ia alguns engenhos de açuquar. Os nossos estiverão aqui hum tempo hoie não estão. Peram se sairão com ordem del Rei, por diferenças com o capitão [Francisco] Coelho de Carvalho. [e.]

A 3^a povoação e he a Ilha de Itamaracá a qual esta dista 4 legoas de Pernambuco, esta pegado com a terra, onde esta outra Vila por nome Igaracú tem seu capitão. E he dos herdeiros de Martim A^o de Souza. Não estão aqui os nossos.

* Optei nesta transcrição pela supressão de algumas abreviações contidas no texto original. Pretendo com isto facilitar tanto a leitura, como a compreensão do documento. Também optei por manter a escrita tal como se encontra no manuscrito original. Desta forma, foram mantidos o que hoje constituem erros de grafia. O mesmo se aplica a maioria das palavras escritas com “j”, visto que no texto original observa-se a substituição desta letra pelo “i”. As palavras “hoje” e “granja”, por exemplo, aparecem no texto como “hoie” e “Grania”. Palavras cuja a compreensão gera dúvidas estarão acompanhadas de colchetes. Uma interrogação também entre colchetes aparecerá em casos onde as palavras se encontram ilegíveis no manuscrito original. Os acréscimos contidos nas margens, aparecerão ora como notas de rodapé, ora inseridos ao texto, conforme julguei necessário.

De Pernambuco ate a Bahia.

Pernambuco esta em altura de 7 graus e quasi dous terços he terra rica e de muitos engenhos que passão de 100. A capitania he dos Albuquerque mas hoie tem capitão por El Rei.

Aqui temos Collegio e seis Aldeas, tres são Residencias + as outras se visitão. A que mais apartada esta do Collegio para a parte do Sul serão 10 ou 12 legoas pouquo mais ou menos, e desta correndo para a parte do Norte se seguem as mais em fieira, de tres em tres legoas tirando ate S. Miguel, que he a primeira que se segue a N. Sr^a. da Ajuda e distava dela 7 legoas.

Da Vila de Pernanbuquo ao longo da Costa do mar corre huma restinga de area solta de comprimento de huma legoa, per huma parte cercada de mar largo, per outra de huma bahia. No fim desta restinga esta huma povoação que se diz o Arrecife. E aqui esta o porto dos navios com dous fortes, e tem capitão por El Rei.

Voltando ao Cabo de S. Agostinho, que dista a vista deste arricife 7 legoas, se vão seguindo as povoações seguintes em distancia de algumas legoas. E Itapojuca, e Rio de S. Miguel, e Porto do Cabo, a lagoa, o Rio de S. Fr^o que tem huma legoa de largura, mas [roim] barra distam de Pernambuco 50 legoas.

Seguese logo dahi a 7 ou 8 legoas o Rio de Cirigi e huma cidade que comumente lhe chamão Cirigi del Rei.

Perto desta cidade esta o Rio de Vaza Barris, onde nos temos alguns curraes. E licenca de Nossa parte para termos aqui residencia por rezão de huma aldea de tapuyas que esta vindo as nossas fazendas lhe podião aumentar outras [muitas].

O Rio Real distava aqui cuidoo que 3 legoas he grande tem alguma legoa de largura. Não ha aqui povoação.

Em altura pouquo mais de 12 graos esta Tatuapara ou [morre] e fazenda de Garcia de Avila, celebre aos mareantes. Hoie estão aqui os frades bentos.

Daqui a obra de 5 legoas esta a nossa aldea de S. João e dahi a 7 a do Spirito Santo, mais pegada ao mar. Os nossos curraes estão entre estas aldeas, no Rio de Jacui.

Da Bahia ate o Rio de Janeiro.

A Bahia esta em altura de 13 graos he há recôncavo fermosissimo, com muitas fazendas e engenho de acuquar. A cidade esta obra de mea legoa depois de entrar pola barra dentro, cituada em huma altº a mão direita.

O Collegio esta [obra] no alto da cidade sobranceiro ao porto onde ancorão os navios.

Tem esse Collegio 4 aldeas em que os nossos residem; as duas de São João e a Spirito Santo estão para a parte do Norte ao largo da costa como acima disse, as outras duas estão no reconcavo. S. Antonio em Jaguaripe e S. Sebastião em [Capascema; Capanema], [por serão se] pouquos annos ha estas duas aldeas nesta paragem para serem posteriores aos [Annuares] que [destas] hião [de mando] a Bahia.

Da Bahia obra de 30 legoas para a parte do Sul + esta a Capitania dos Ilheos onde temos huma residencia.

Entre a Bahia e os Ilheos esta o Camamu, onde + temos hum aldea e engenho; estas terras pertencem a Capitania dos Ilheos.

Seguesse a Capitania de Porto Seguro em altura de + 16 graos; he do Duque de Avero, estavam os nossos aqui, e porque escrevião os padres que estavam em perigo, se desfez a residencia o que sentio muito o Duque e se queixou e os padres depois se arreponderão. E agora o Pe. Manuel de [Lima] mandou la 2 padres em missão.

A Capitania do Spirito Santo esta em 20 graos. Temos aqui + huma casa e 4 aldeas. A 1ª tem invocação dos Reis e esta na costa, não sei quantas legoas para a parte do Norte, antes de entrar na barra; as outras duas estão na barra para a parte do Sul, a 1ª esta em Guarapari. E a 2ª em Reritiba. Nesta paragem para o Cabo Frio habita hum gentio per nome guaitacazes o qual não entrarão os portuguezes nem os nossos, por estarem em humas terras [apauladas].

Do Rio de Janeiro ate a Cananea.

O Rio de Janeiro esta em 23 graus e meo; a cidade da invocação de S. Sebastião, entrando pela barra fica a mão esquerda em hum alto [quem] descendo ate a praya. Temos o Collegio no alto, e defronte do Collegio da outra parte da Enceada esta a aldea de S. Lourenço é a qual em algum tempo os nossos residirão e agora a visitão. Temos aqui outra aldea da invocação de S. Barnabe algumas 8 [ou] legoas de [S. Lº] vaise nella o mais do caminho por mar. Nesta aldea alem dos indios, há tambem alguns Moromomins. E residem os nossos nella.

A Capitania de S. Vicente esta em 24 graos. A povoação da mesma invocação, fez antigamente a primeira e bem povoada e hoie muito pouquo per se passar a mais da gente para outra parte da mesma ilha em que fizeram outra vila da invocação dos Santos e para aqui se mudarão também os nossos deixando [acabada] caza de S. Vicente. Entrasse a Vila de Santos por duas barras. A primeira se diz da Britioga em cuia entrada na terra firme esta huma torre e desta de Santos mais de 4 legoas a outra barra dista desta para a banda do Sul obra de 3 legoas, e as agoas de ambas se vem iuntar e fazem no meo huma ilha, onde esta a Vila de S. Amaro. E he Capitania per fim na entrada [quali] desta barra a mão esquerda da parte do Sul esta outra barra pequena para a Vila de S. Vicente, cuias agoas cercando a terra se aninha com as das outras duas barras, e ali fazem a Ilha de S. Vicente.

Obra de 10 legoas pola [cota] abaixo esta a Vila de Nossa S^{ra} da Conceição ou de Itanhaem. Iunto a caza da S^{ra} que esta em hum alto temos huma caza em que os nossos pousão quando la vão em missão, e da outra parte do rio em huma aldea pequena temos outra caza em que tambem posamos quando himos visitar aquela aldea.

A Cananea e para daqui obra de 30 legoas, he povoação que pouquos annos ha se começou. Não estão aqui os nossos.

Antes da Cananea na altura de S. Vicente polo + certão dentro obra de 10 ou 12 esta Piratininga. Temos aqui huma caza. E alguas 3 ou 4 aldeas que visitamos.

A vante da Cananea estão obra de 40 legoas estão humas bahias ou enceadas que chamão dos Patos, não habitão aqui portuguezes, os nossos forão ia la é missão alguns 3 mezes. E os portuguezes vão mais a resgatar cera, redes e indios. E ate o Rio da Prata não ha mais povoação. [etc.].

Residencias que se [descião] no Brasil.

A primeira he do Rio Grande para a qual ha ia licença de N. Pe. e El Rei mandou tratar quanto daria para a cada hum dos nossos, e ate agora se não concluyo nada.

Esta residencia parece de importancia ali per ser chave do Brasil, e a mais perto de Portugal, como pelo muito gentio que ali se pode aiuntar alem do que ia esta e os nossos tem principiado a cultivar [etc.] donde pode ser que seria bom a vendo occasião e comodidade lembrado no Reino aos officiais del Rei, e no Brasil aos que o podem escrever a Sua Mag^{de}, como he Alexandre de Moura.

A 2ª he no Arricife ou porto de Pernambuco onde os nossos poderão fazer mais com a gente de mar que ali concorre, assi de toda a costa, como de Angola e do Reino donde vem mais navios.

[Acca diz] que os nossos vão ali muitas vezes pregar, e dormem per cazas alheas. [E imitação] os nossos quando se embarcão para a Bahia, acontece não poder partir o navio, e estarem os nossos 4 e 5 e mais dias na quele pasto, e dormem nas cazas dos moradores e as vezes são muitos e se tivermos ali caza [escuzarse] ha isso, que não he tão decente. Hum dos que [deieiarão] esta residencia foi Pe. João [Romeiro] quando vindo do Paragoai a Roma [rasura] esteve no Collegio de Pernambuco, e trazia per exemplo, a residencia que temos no Peru, em o porto do Calhao ³⁴⁴ vindo de Lima que desse ser cousa boa. [etc.].

A 3ª he no Rio de Vaza Barris ou Cirigi del Rei entre a Bahia e Pernambuco, onde temos huns curraes e esta huma aldea de tapuyas e se podem ali aiuntar muitos. E começarem os nosso a esmoitar esta tão grande mata de tapuyas com quem os nossos tegora no Brasil tem feito muito pouquo, nem procurarão nunca de proposito de os aiuntar [nem] doutrinar, mais que huns pouquos que estão na aldea de S. João, nem ouve tegora quem se desse aprender a sua lingoa.

Para esta residencia havia licença de N. Pe. mas não teve effeito.

A 4ª he em Piratininga, nos Moromomins, sobre esta se hatou de proposito, na ultima congregação e pareceo que se pedisse licença a N. Pe. para ella ia concedeo e depois nunca os [principaes] o poserão em execução.

[rasura] E este gentio Moromomim he muito e o seu he habitarem debaixo das arvores, e hirem aos pinhaes comer que há muitos [deste] e de pinhaes mayores que os nossos [e] ao [passentarem se] como bacoros, e com quer tantos annos que os nossos lidão com eles se tem feito pouquo, e a principal razão he porque os nossos não residem com eles, porque ia eles tem uma aldeazinha, mas como os padres estão pouquos dias com eles, tronão ao seu natural que he livre para os matos e cuidado que he esta huma grande porta de conversão e de muita gloria de Deus. [etc.].

Das missões que se podem fazer.

A primeira he do Maranhão: para [quan] gloriosa e de proveito seria esta missão [?] nos modos com que se podem fazer tem humas difficuldades. E quanto a que fez Pe. Pinto

³⁴⁴ Provavelmente se referindo a cidade portuária de Callao, no Peru.

com Pe. Luiz Figueira teve alguns erros [notaveis]. O 1º foy que o Pe. levou pouqua gente consigo. 2. O barquo que levou aos padres os [rasura] deixou mui perto de Rio, quando de os [botar] mais perto do Maranhão, e destes dous erros se seguio o 3º que vendo se o Pe. com pouqua gente e longe do Maranhão não se atreveo hir pola praya ao longo do mar, por aver por ali muitas cazas de tapuyas. E assi se meteo pola terra dentro por serras [impenetráveis] e com inimigos [saluagans] e nisso se perdeo, [nem] estes sem falta lhe fizeram mal se ouvera resguardo. Mas de qualquer maneira cometida a missão [ou] viagem por esta paragem [eram] impossibilis e assim o disse o Pe. Figueira ao Pe. M^{el} de Lima. Porem eu perguntei miudamente ao Pe. Luiz Figueira se eles levarão mais gente e forão iunto do mar, se farião bem a viagem e segura, respondeu me que sim, e deu a rezão, porque os tapuyas que estão iunto do mar são ordenariamente huns inimigos dos outros, e tem guerra entre si, como esta aldeia contra aquela e esta contra aqueloutra [etc.] e assi não são muito unidas para poderem fazer mal aos nossos, e facilmente os deixarão passar. Acredita que por esta paragem não tem tanta aspereza do caminho nem falta de mantimentos.

Outro modo ha de fazer esta missão e he fazer com o governador que queira mandar povoar aquela terra dando para isso navios gente [etc.]. E com elles hirão os nossos para fazerem pazes com o gentio, e desta maneira se povoara a terra, e abrira a porta a comunhão de modo que aia proveito temporal para a Coroa, especial para alegria de Deus e quase assi foi sempre em todas as partes do Brasil. Nem os governadores terão nisso dificuldade, porque elles deverião de povoar as terras que são serviços que alegão a El Rei. E assi Alexandre de Moura, Capitão de Pernambuco offereceo ao Pe. Francisco Pinto capitão com soldados os quaes havião os que o mesmo Pe. quisesse levar e que não fazião nada sem huma ordem [dele]. Pelo que pouquo [cabedal] que os nossos metão neste negocio [ia] effectuara.

A 2ª missão pode ser ao [“copaoba”], cuido que assi se diz o dstricto onde estão muitos indios pitiguares bem perto de Pernambuco.

A 3ª pode ser também em Pernambuco a certa paragem onde dizem estar muitas aldeas de indios. O que sei disso he seguinte. Sebastião da Rocha portugues senhor de engenho morador na Bahia, [vengo] a Pernambuco estando eu ahi, e falou aos nossos Pes. se querião hir buscar algumas 14 ou 16 aldeas de indios que elle sabia onde estavam, e os mesmos indios o mandavão chamar. E que faria aos nossos todo ou parte dos gastos e que lhe daria hum índio principal que elle tem e sabe onde estão estas aldeas mas que huma destas aldeas lhe avião os padres de por perto do seu engenho e isso com beneplacito dos mesmos indios, e que os padres poderião ter cuidado dos indios na forma que quisessem, e esse homem he grão sertanista, e de quem os indios tem grande conceito, [etc.]. Os nossos não

derão ouvidos a isso, o que nisso parece que não vejo porque este homem quisesse fingir isso maxime avendo elle de fazer gastos, e dar o seu negro. 2º querendo os indios alguns hir para onde tem o seu engenho, sendo elles tantos, não vejo deformidade pola qual se ouvesse de perder esta conversão [etc.].

A 4ª missão se pode fazer da Bahia aos [Amoepiras]. Este he hum gentio que peleia com frechas ervadas. A estes fizeram os nossos os annos passados huma missão, e logo no principio não quizerão vir com os nossos mais de desoito [para] verem se era verdade o que os nossos lhe dizião, porque não o sendo pouquo se perdia em 18 (como eles dizião) e sendo verdade que então decerião. Estando estes 18 na Bahia, lhe disse o Pe. Po. Roiz estas palavras “vedes aqui esses meus filhos que antes de nos verem [areceiavão] de nos hir buscar, mas agora que nos vem, todos me pedem que querem hir buscar vossos parentes”. Respondeo nisso o principal: tambem nos antes que nos [iuntemos], e [cuisesmos] ver o como nos [matais], [arreceamos] de vir mas agora que vemos isso [etc.] comecarcea a faleira e não se acabava. Forão os nossos e a esses decerão muitos pera as aldeas, outros não quizerão per então vir. Nunca mais se tratou se os nossos tornarem la. [etc.].

A 5ª pode ser no Spirito Santo em cuiro sertão não faltão indios, e os annos atras bastava mandarem os padres seus parentes para decerem muitos, e se os nossos forem muitos mais decerão. [etc.].

6ª em Piratininga: ha hum gentio que chamão Carijose caem para a banda do Rio da Prata, he muita gente e se estes não estiverem por meyo facilmente teremos comunicação com os nossos padres castelhanos que estão vindo ao [Pigui]. E estes indios me disseram que esses annos atras mandarão seus embaixadores a Piratininga que se querião vir para aquela paragem se os nossos com elles tivessem entrada seria grande cousa e porventura huma das mores missões que se tem feito: ia os nossos antiguamente forão a esses indios, e matarão hum nosso irmão por nome Pero Correa ³⁴⁵ (se me bem lembro).

A 7ª missão he que se faça em Pernambuco, como na Bahia correndo o reconcavo, em que se faz grande serviço [ate] com os negros de Guine doutrinando os e confessando os, porque os mais sabem muy pouquo das cousas de Deus. E em Pernambuco ha muitos mais negros, e não somente isso serve para os instruir nos bens da alma mas tambem he [preciso] dos [serem] para fazendas que lhe não fujão, e redundam em bem da republica tirando os de serem salteadores de caminhos, [etc.].

³⁴⁵ “He verdade e delle falla [M Laudino], e de outro Ir. João de Souza.”

Advertencias para as missões.

Quando os nossos vão a missões longe, parece [melhor] hirem 3 que não dous, porque facilmente morre hum e he bem que fiquem dous, e tambem porque he bem que a [população] da missão tenha dous com quem se aconselhe, e não se governe por seu proprio parecer [ou] quase sempre. [etc.].

Tambem não parece decente nem conveniente [couzas] em semelhantes missões indias. Salvo se for alguma velha mulher do principal, porque esta serve as vezes muito para as pazes, e os mesmos principaes tomão [briga] se levarem suas molheres consigo, e assi se [intenderem] que as não levão o [tomarão] mal.

Advertencias para as aldeas.

A conservação do Brasil, se pode dizer que depende da conservação das aldeas: donde se entendera quão necessário são as missões para se refazerem, porque ellas asombrão aos [rasura] inimigos estrangeiros, fazem rosto aos Aimures, refreão os negros de Guine que se não levantem, e aos salteadores de caminhos, e fugitivos tomão e prendam a os entregão a seus senhores.

Os indios conforme o seu costume, mudão as aldeas muitas vezes, porque assi se conservão mais, donde he bem que não fação os nossos edificios tão grandes que seia depois difficultoso mudar a aldea. Como he a aldea do Spirito Santo na Bahia que ha annos que se ouvera de mudar se não forão os [cazeiros] que tem, e aldea sempre vai em diminuição.

E as cercas tambem não seião tão grandes que se não possam cercar com taipas de mão.

Como os indios para morrerem basta tomarem melancolia [etc.], parece que não he bem tirarlhe os nossos seos costumes que se não encontrão com a lei de Deus como chorar, cantar, e beberem com moderação. E se alguns desmandarem darlhe sua penitencia. E não quebrarlhe os vassos do vinho, nem [lacuna proveniente de dano no substrato original] empidirlhe não [vão/não] estar na praya. [etc.].³⁴⁶

³⁴⁶ “Quando he por pouquo tempo.”

Advertencias [?] tocantes ao bem spiritual dos nossos e dos indios.

Pola experiencia que de muitos annos se tem tomado não ser tem proveitoso para a provincia recebem muitos e de poucas partes, pode ser que fora proveitoso optar isso demanda que se não recebesse nenhum ainda que fosse do Reino, senão quando se iulgasse que era notável perda não se receber, porque acontece receberem alguns que nem latim, nem lingua sabem, e para estudarem huma cousa e outra, não tem tempo, [maxime] que todos ia querem ser pregadores, e não ha quem queira aprender a lingua.

Assi como ha facilidade no receber, assi parece que se tarda em licenciar alguns nem se basta muitos mezes disso senão quando eu [creizo] esta [persi] licenciadora. E as vezes causa danno aos outros sendo perturbadores da [paz] [etc.].

Parece que ha falta notável no zelo do bem das almas e isso redunda em detrimento do bem spiritual proprio porque como quer que os nossos forçosamente aião de tratar com o gentio e estar nas aldeas, não indo la com esse zelo de os aproveitar em spirito, e a este fim dirigem suas praticas, bem se deixa ver o fim que poderão ter semelhantes tratos e conversações. [etc.].

E bem se mostra aver pouquo zelo, pois de mitos annos a esta parte se não tem feito hum lingua que [monta]. E a lição da lingua na Bahia he puro comprimento.

Deste pouquo zelo pode ser tem alguma culpa os superiores polo pouquo que tratão dessa matéria assi nas praticas geraes como particulares, antes as vezes dizem que ouveram os deixar as aldeas e outras palavras das quaes os subditos cobrão hum [?] as aldeas que quando la vão he polos cabelos. E se vão, não he com o zelo necessario para bem seu e dos indios, não digo isso de todos.

Para aviventar este zelo [“duas” rasurado] quatro cousas me ocorrem a primeira que os superiores me metessem nesta matéria novo fervor não somente de palavra, mas por obra, estando nas aldeas alguns tempos depois de acabarem d ser superiores nos collegios.

A 2ª que N. Pe. [rasura] com charta particular, que se podesse ler aos mesmos [subbidos] escrevesse ao provincial encomendando-lhe esse zelo, e que o nosso no Brasil he mais entender aos indios e gentios que não a quatro portuguezes [etc.].

A 3ª que sem ordem de N. Pe. não se [tea] outro curso de artes por alguns annos, para que possão aprender a lingua. E não fora [fora] de proposito ter a lição da lingua em alguma aldeia onde se aiuntassem alguns a aprendessem, e hum bom lingua que a ensinasse. E nesta aldeia residisse o visitador das aldeas. [etc.].

4ª que de Portugal lhe mandassem alguns Pes. em os quaes se visse esse zelo das almas e fervor da conversão, e estes padres ou irmãos não he necessario que seião de muita idade digo velhos, mas que possuão aprender a lingoa e que se contentem com isso, nem queirão aprender mais e para que lhe não venha appetite de pregar aos branquos bastara serem casuístas [etc].

Importante he não se porem noviços e irmãos de pouqua idade e annos da Companhia nas aldeas com padres pouquo spirituaes que lhe não possuão servir como de mestre de noviços, e os tratem com amor paternal e os mesmos irmãos lhe tenham credito e respeito, de modo que recorrão a elles como a pay [spiritual]. E não se contentem os superiores com os irmãos lhe terem cuidado das cousas [“spirituais” rasurado] temporaes e com isso se dem per satisfeitos porque isso he o ordinario [etc].

Importa muito assi para o bem spiritual proprio como para o bem spiritual dos indios, guardasse o que o N. Pe. tem ordenado, que não seia o superior da caza, aquele que entende a conversão, e tanto me parece [mipostar] [isso] que ainda que [absolutamente] o pe. lingoa seia mais digno que o outro para ser o superior, todavia se o outro he digno de [“todavia” rasurado] *hic et nuna et positis orbis*³⁴⁷ circuntancias melhor he este ser o superior que não o pe. lingoa por muitas razões. 1ª se o superior não he lingoa tem mais tempo para olhar polos de caza, e sendo o lingoa forçosamente avendo de entender ao bem dos indios ha de faltar em caza. 2. Se o lingoa he o superior, e he demasiado no trato com indios e índias, não tem quem lhe va a mão, sobre remisso, como ha alguns não tem quem o [convença] a fazer o que deve.

E ordinariamente sendo superior o lingoa, se dão mais as cousas exteriores, que não ao bem das almase guardão alguns muy pouquo, hum aviso da visita do Pe. Christovão de Gouvea, que os Pes. chamam de quando em quando alguns indios [melhores] e lhe pratiquem de Deus.

Pra ia alguns Pes. lingoas tem tão metido na cabeça que sempre hão de ser superiores que doutra maneira não querem estas nas aldeas. Tanto que o Pe. Anrique Gomes chegou huma vez a escrever ao N. Pe. [Roiz] sendo principal se estava obrigado a denunciar [?], porque forçosamente quer ser superior ele. Bem vejo que algumas vezes sera assi necessario mas digo que não seia o ordinario.

Também [pareça] que convem que não seia hum mitos annos superior continuar nas aldeas.

³⁴⁷ “É essa a posição do mundo”.

Da mesma maneira importa, assi aos superiores como aos lingoas não estarem muitos em huma aldeã, mas trocarem se, v. g. os dessa aldeã hirem para outra, e os da outra virem para esta, e isso assi para o bem proprio porque sabendo que os hão premudar não deitarão grandes raízes, e tambem para o bem dos indios, porque sabendo que ha de vir outro, [matarsehão] hum pouquo mais no fervor do bem spiritual dos mesmos indios e deixarem a aldeã bem doutrinada [etc.]. E os mesmos indios folgão com esta variedade. E finalmente todos ou quase todos venhão ao Collegio polas festas dos [votos].

Tres aldeas há em Pernambuco de Petiguares S. Santo Andre ou [Ibatatan]; a aldea de N. S. per outro nome do castelhana, e a de S. Francisco ou [Beyu Goçu]. Os indios dessas duas [portreiras] sabem muy pouquo das cousas de Deus. Vindo eu a ellas não achei hum que se soubesse bemzer. Doque avisei ao Pe. M^{el} de Lima, e a [zanga] he porque como serão aldeas novas, e os nossos não residão nelas, o que lhe ensinão em 4 dias quando la tornão dahi a muitos ia lhe esquesse os que tinhão aprendido.

Alguns tem para si que visitarem os nossos essas aldeas [estandando] numa hum dous ou 3 mezes e noutra outro tanto ou 5 dias [etc.] he melhor para que não residirem nelas. E a mim me perece ao contrario. E quando he para o proveito dos indios claro esta que não he mais [proveito], que o não seia para o nosso me parece por esta rezão, porque andando assi dous, nunca se guarda com tanta perfeição a disciplina religiosa. Nem há tanto resguardo, como quanso he residencia formada.

Accedit que ou estes dous andão sempre desta maneira assi soas, sem estarem [lacuna causada por dano no substrato que impossibilita a transcrição do restante da frase]. E isso bem se deixou ver que não he tão fermoso e menos proveitoso. Se vem a visitar estas doutra em que residem quatro, quasi todo anno, estarão dous em huma partes e na residencia, e outros dous nas aldeas que visitão e assi não se guardam a [ordem] que esteião quatro [ce] he bem que se guarde quanto fora possivel se a visita for de hum ou 4 dias, melhor fora, mas.³⁴⁸

Assi como não he bem que os nossos serão largos em dar a comunhão aos indios, assi me parecem que não pode ser serem tam estreitos alguns nesse particular como são, que cuidão (e assi o fazem) que não he bem dar a comunhão a indios de pouqua idade inda que tenham idade bastante, e requisita conforme ao preceito da Igreja. Sendo assi que [ali o quin] sabem as cousas de Deus e em particular respondam as perguntas do S. Sacramento melhor que muitos branquos.

³⁴⁸ “A isto em aldeas novas, não pode ser porque não aprenderão os indios nada, mas poderseha fazer nas aldeas antigas, [rasura] se faz em Pernambuco visitando a aldeã de S. Miguel e no Spirito Santo a de S. João e em Piratininga, as que tem, que são tres ou 4.”

O mesmo digo de indios ia velhos que os não admittem a comunhão, porque dizem que bebem [rasura] vinho e algumas vezes se embebedão, o que não parece rezão bastante para não comungarem pola paschoa e in extremis, maxime que quando são de comunhão dão mor exemplo e se caem em alguma falta, os outros lhe [deitão/deixão] em [rosto] que he da comunhão. E fez tal [que] finalmente com este Santissimo Sacramento, esforçados peleiarão mais contra os vicios.

Advertencias para as quintas dos Collegios.

Iunto da quinta de Pernambuco estão as cazas dos nossos negros e indios de tal maneira situadas que quando vão as grancias das roças passam os negros polo meyo da quinta onde nos estamos.

A quinta da Bahia tambem tem perto huma aldea dos nossos negros, o proprio forão os mais deles quanto se poderem escuzar mandalos para o Camamu. [Seguem algumas linhas rasuradas e indicação de substituição pelo anexo contido na margem da folha]. [Onde poderão ajudar muito o Collegio no temporal fazendo roçarias para que o Collegio não compre farinhas, e donde tambem poderão vir os beijus para o Collegio nas barquas que vem de 8 em 8 dias ou de 15 em 15. E assi tambem poderão ajudar em algumas cousas do engenho, e não sera necessario comprar muitas vezes negros de novo quando morrem ou [faltarem] alguns dos que actualmente servem, e finalmente]³⁴⁹ sera mais edificação para a terra não termos assi a vista da cidade tantos negros.

Na quinta do Rio de Janeiro, se trouxe huma fermosa agoa para perto ou não muito longe das nossas cazas. E ouvi dizer que vinhão ali os negros, não parece bem principalmente quando os nossos la estão.

Como se [desendividava] o Collegio de Pernambuco.

O mais bem fundado Collegio de todos he o de Pernambuco porque tem padrão feito por El Rei Dom Anrique, em que lhe da o mesmo acuquere em [data], que nem amontar mais do que montava o dinheiro que tinha dado El Rei Dom Sebastião, e assi não sei como esse Collegio se endividou tanto. Para se desendividar pois, me ocorrem as cousas seguintes:

³⁴⁹ Parágrafo contido na margem da folha, conforme exposto.

1ª que o Collegio se despeie hum pedaço de padres e irmãos e estes poderão hir as missoes e aldeas.

2ª que o Collegio tem hum irmão carpinteiros e alguns negros carpinteiros e serradores, os quaes em alguma parte accomodada podem fazer alguma madeira e vendela.

3ª O Collegio tem huma olaria em que faz tijolo e telha sopponho que agora não tem necessidade dessas cousas, digo que as podera vender.

4ª Também poderá vender não somente das criações das vaquas, mas toda a mais criação miuda que se cria nas fazendas, e sobeja ao Collegio como galinhas ovos [etc.]. Que os ovos la valem dous hum vintém, e o ordinario he 3 por dous vinteins, e hum frangão hum tostão 8 vinteins, e huma galinha tres tostois, duzentos e sinquenta [vinteins] [etc.].

Tambem podera vender a fruta que lhe sobeia, para de tudo se ajudar, e tudo isso se pode fazer sem [espanto] nem murmuração, e quando ouver alguma, não sera de [momento].

Finalmente o ultimo remedio he beneficiar muy bem o canaveal que tem prantado que deve de ser de proveito.

Como se desendividara o Collegio da Bahia.

Todos os remedios quasi que me occorrerão para o Collegio de Pernambuco pode servir a Bahia, mas para que melhor se veião estes remedios e outros, porei aqui as fazendas que tem o dito Collegio.

A 1ª he os curraes que tem em Cirigi Del Rei, e em Jacui.

A 2ª he as terras de Pacé que são 3 legoas, aqui ia começou a fazer o engenho, e per ditos de dous dos nossos se desfez. Depois se fazião aqui madeiras para a caixação de acuquar, mas mudarão a gente para onde se fez o engenho.

A 3ª he obra de huma legoa de terra que temos vindo da cidade. Onde esta a nossa quinta, e os nossos negros que servem em caza e pratão mantimentos para si e para o Collegio.

4ª são 12 legoas de terra do Camamu, onde se fez o engenho com intento de desendividar o Collegio, mas agora dizem que com elle se endivida mais, pelo que dizem muitos que he bom vendelo, o que nisso me pairesse e porei por algumas proposições.

Perguntasse se he proveito do Collegio ter o Engenho do Camamu, ou melhor vendelo.

O que neste particular me pairesse [rasura] he o seguinte:

[rasura] 1º [rasura] O Collegio da Bahia, não escuza huma fazenda grossa para se poder sustentar, pagar as dividas e acabar de fazer os cubículos, igreja, oficinas, e provação. E classes onde hão de ficar, porque a falta destas cousas não somente he falta de comodidade temporal, mas tambem redundam em falta spiritual.

2º No Brasil não há outras fazendas de momento senão canaveaes e engenhos e quem isso não tem he asas pobre porque estas são as quintas as vinhas os olivaeas.

3º Se no Camamu não há terras para canas, não he proveito para o Collegio ter o engenho, porque mais serão os gastos que os proveitos, porem se se acharem terras boas para as canas sera proveito do Collegio ter o engenho o qual [rasura] para que se veia mais claramente suporei algumas cousas como verdadeiras.

Primeira, hum engenho de agoa bastante, e de canas bem provido, e de todo o mais necessario bem fornecido (e desta sorte de engenho, falarei sempre) faz na Bahia 8 mil arrobas de acuquar e as vezes passa, outras serão 7 mil e quinhentas, 7 mil [etc.]; e eu não quero que o nosso faça mais que 7 mil.

2ª se os lavradores prantão a cana em suas próprias terras e a beneficião, metade he para si, e a outra metade para o engenho. Mas se o Senhor do engenho, pranta as canas nas suas terras e as da prantadas ao lavrador para que as beneficie as duas partes são para o engenho e huma para o lavrador.

3. Nos no Camamu prantamos a cana, logo se a beneficiamos toda, todas as 7 mil arrobas, serão para o engenho, mas porque isso não poderá o Collegio comodamente fazer, sopponho que as da de partida a lavradores e assi hirão ao engenho quatro mil e seiscentas arrobas pouquo mais ou menos, as quaes vendidas a dous cruzados a arroba, fazem 9 mil e duzentos cruzados.

4. Os bons engenhos ce fazem tambem acuqueres dos meles, o qual acuquar todo he para o senhor do engenho. E he tanto que assi me disseram senhores de engenhos, que este bastava para o gasto do engenho. Mas eu não quero que seia assi no nosso engenho senão o seguinte.

5ª Despendendo nos gastos do engenho e em offorneçer todo o que rederem os meles, e mais 3 mil e duzentos cruzados, ficam de ductis expensis livres de toda a somma, seis mil cruzados, hora inda daqui quero abaixar mais mil cruzados e seião sinquo mil. (se nos não deramos a cana de partido confesso que não vendera tanto). Do dito parece que se colleger ser

proveito do Collegio ter o dito engenho [rasura] porque quem dirá que não he proveito do Collegio ter [cuia] fazenda a qual *deducties expertis*³⁵⁰ venda 5 mil cruzados.

Pra ia os homens que tem semelhantes no Brasil sustentão huma caza honradamente, e gastão noutras cousas largamente e cazão seus filhos com muitos mil cruzados, logo parece que he proveito ter engenho donde [rasura] também se vem que [rasura] não he proveito do Collegio vender o dito engenho. [rasura] [?] porque para prova [rasura] do dito o comum ditado que quem compra sempre compra bem e quem vende sempre vende mal. E he verdade que de todas as cousas que vendemos no Brasil, nos temos arrependidos, e não nas pera das que temos comprado. Mas pera que em particular se veia mais esta verdade [rasura] se há de saber que todas as fazendas grossas como engenho que se vendem e comprão no Brasil se pagão com tres sortes de pagamentos.

A primeira se dará em dinheiro de contado obra de 4 mil cruzados; a 2^a tirarem ao vendedor de algumas dividas tal tornarem sobre si. A 3^a o resto hirem pagando polas novidades ou rendimentos da mesma fazenda, dando cada anno 3 ou 4 mil cruzados ate ia desfazerem tudo.

Quem não ve pois que quem compra desta maneira compra bem e quem vende vende mal donde dizia huma grande em cousas de fazendas no Brasil, que elle compraria todo o Brasil se lho vendessem. E mesmo que não seia proveito para o Collegio vender o engenho, [rasura] [descomunado], polas 3 [tres] [sortes] de pagamento. Primeiramente ao Collegio que lhe fazem nem montão 4 nem 5 mil cruzados que quando lhe fossem necessários e os não achasse emprestados, não lhe fosse melhor tomalos a cambio, [rasura] principalmente que isso he o que rende o engenho. Quanto a 2^a ou he que as dividas são vigentes ou não, se o são nem o comprador as tomara sobre si porque he o mesmo que dar o dinheiro de contado; se não são urgentes assi como o comprador, as há de hir pagando, com os rendimentos do engenho, as pagara o Collegio da mesma maneira. [rasura] E alem disso nenhum homem a quem o Collegio deve, quer que lhe treppassem as dividas noutros; porque no Collegio tem o seu seguro todas as vezes que o querem. Pois a 3^a sorte bem se ve que paga com os rendimentos e não contador, porque com parte he de sustentar huma caza e pagar as dividas que toma sobre si. Não há logo proveito do Collegio vender assi o engenho.

Alem disto quero que dessem ao Collegio sinquoenta mil cruzados em dinheiro contado (o que nunca avera) ainda então [rasura] não he [rasura] [parecer] do Collegio vendelo.

³⁵⁰ “Principais especialistas”.

Primeiramente ou com esse dinheiro se avia de comprar outra fazenda, ou pagar as dividas que não apertão. [rasura] Se comprar fazenda hoie não há onde se possa comprar fazenda pois El Rei o prohiu. E dado que não prohibisse, com sincoenta mil cruzados não se comprão de sinquo nem 4 nem tres como seria logo proveitoso vender fazenda que vende [ilegível por dano no documento] mil por sincoenta mil cruzados. Mais se o vendermos dessa sorte não podíamos comprar nada, porque em sabendo os accreidores a quem devemos que tinhamos dinheiro o avião de pedir, e nos não lho podíamos negar.

Se com os ditos cincoenta mil cruzados se avião de pagar as dividas [rasura] tambem não he proveito; [rasura] porque os outros Collegios da Companhia pedem dinheiro emprestado, e tomão a cambio para comprarem propriedades que depois vão rendendo para o Collegio. E isso fazem por ser proveito dos Collegios. Logo o contrario sensu, não sera proveito do Collegio vender huma fazenda que tanto rende para pagar dividas que não apertão. [E a co excéto] ³⁵¹ [rasura] que nem com todo esse dinheiro se desendividaria de todo o Collegio; e assi para as demais dividas; e para se poder sustentar e fazer as obras, he necessario que faça outra fazenda; [rasura] pelo que se tornava a endividar denovo não he logo proveito vender a fazenda que tem feita, com a qual se pode hir desendividando e sustentando e fazendo pelo tempo em diante suas obras e sempre [rasura] ficar com a propriedade. [rasura] Como os que comprão que sustentão sua caza [rasura] engenho pagão e se fiquão com a propriedade livre.

Do que temos dito pode ser que se possa inferir [rasura] que o Collegio da Bahia não pode vender o dito engenho; porque o Collegio não pode vender senão [rasura de algumas linhas] em necessidade ou proveito do mesmo Collegio, pelo que como não aia necessidade urgente, nem seia em proveito do Collegio vendelo não o podera vender.

Contra o que temos dito se oferecem algumas rezões as quais hiremos respondendo.

Primeira os senhores de engenhos [rasura] ordinariamente estão endividados logo não tanto proveito tem engenho. Respondo que nem todos estão endividados este o estão he porque gastão largamente, cazão seus filhos com muitos mil cruzados, comprão as cousas fiadas aos mercadores, por mais de muito do que valem, pagão lhe com os acuqueres em [moeda] em preço muito baixo. E o Collegio não tem necessidade de fazer essas couzas. Mais o [mais] que os senhores de engenhos dependem muito he em negros e em bois; estes tem o Collegio sem lhe custarem dinheiro e queles quando forem necessários os pode hir tirando de outras fazendas sem os comprar denovo. Os senhores de engenhos em barquas para a cana e

³⁵¹ Trecho anexado à margem.

lenha gastão muito. E o Collegio escuza essa sorte de barquos se no Camamu ouver cana porque para esta, basta huma barqua [ilegível devido a dano], e a lenha esta a porta e em canoas a trazem pois o mantimento de farinha e peixe em nenhuma parte mais [barato] que no Camamu. Assi que todas essas [cousas][ilegível devido a dano no substrato original] dos gastos que fazem os outros engenhos, e polo [consequinte] do nosso engenho serão menores e o primeiro mayor.

2^a o engenho esta arriscado a olandezes francezes e logo o bom he deffazer dele. A isso digo que tambem os engenhos da Bahia correm esse risco principalmente aqueles a quem os inimigos podem chegar com suas naos grandes, que a hum ou dous desses fizeram na Bahia algum danno com fogo. E isso mesmo lhe foy muy estranhado em Olinda e Golanda ³⁵². Porem aos engenhos que estão metidos polos esteiros dentro não fizeram semelhante dano; e o nosso [rasura] engenho esta em paragem que não podem la chegar com nãos, por estar mais de 3 legoas metido por hum [estoario] inda que largo ou rio. Onde se souberem o canal poderão entrar com suas lanchas o que descuido se farão sabendo que esta la aldea de indios e Amures cuias frechas primeiro sentirão no corpo que virão com os olhos, tambem como ali aia de aver homem brancos, assi no engenho como em outras partes, podem fazer qualquer repario de forte com que lhe farão muito mal. [rasura] nalgumas paragens estreitas podem derrubar algumas arvores que estão iunto da agoa, [rasura] sobre o mesmo rio e impedir lhe [lacuna por dano] a paragem. Finalmente quando o mal for iunto, as mais cousas do engenho poderão por em salvo, ou no [rasura] mato, ou em algum esteiro onde ia mas elles entrarão. [etc.].

Para ter engenho he muito trafego para o Collegio [logo etc.]. Respondo que quando o engenho se fez ouve trafego polas muitas cousas que então concorrerão e se fizeram, mais hoie vão de s. paredes do engenho, cal, telha, tijolo, muitas madeiras para barquos que se fizeram e para o mesmo engenho, e iuntamente se prantava cana, e fazia mantimento para toda essa gente. E por querermos fazer este engenho depressa. Porem hoie cessou este trafego, e o vemos avera quando a cana estiver prantada. E quanto o trafego do engenho quando moe, não he cousa disforme, antes he recreação velo moer nem esse trafego pode causar perturbação no Collegio, porque o mais que fara, [o Reitor] responder algumas chartas e mandar ao procurador que avie a barqua do necessario quando vier cada oito ou quinze dias ao Collegio nem este vir de barquoa se accrescenta agora denovo; porque de muitos annos a esta parte, sempre vinha da Boipeba, a trazer algumas cousas ao Collegio como agora trara;

³⁵² Seria Luanda?

principalmente o acucare, sem o qual igual trafego tera o Reitor e procuradores em imaginar donde lhe ha de vir sustentação para o Collegio. E em busqualo com mais dispendio [?] e cançazo e qual e temporal ou corporal, e finalmente ou seia esta ou aquela, o Collegio não escuza huma fazenda a qual como não seia speculativa, não escuza algum trafego, e eu posso afirmar que mais há trafego tem os nossos em S. Francisco que não no Engenho do Camamu.

4^a ter engenhos he multiplicar as residências. O que não he proveito [logo etc.].

A isso digo que com o engenho não se multiplica a residencia, mas a residencia que avia muitos annos estavam em Boipeba, esta se trespassou para o Camamu; e que dantes se fazia em grangear mantimentos por creações, peixe [etc.] isso se faz agora em grangear as canas, e assi como os nossos que dantes estavam em Boipeba tinham cuidado de alguns pouquos indios assi agora tem desses, e de outros mais que se aiuntavão e iuntamente dos Aimures, que são per amor deles era bem empregada huma aldea e per ventura ou sem ventura a mais importante de todo o Brasil, e com isso detalhadamente pode estar essa aldea quem ia nela estiverem, tenham cuidado dela, e vão visitar o engenho quando for necessario para advertir alguma cousa aos feitores, pera os nossos não são os que mandão imediatamente os negros, e agora menos do que fazião quando estavam em Boipeba, porque agora tem homens branquos que meneão as fazendas digo engenho [etc.] e então não os tinham. Mas dado que o Collegio da Bahia tevesse huma residencia e huma fazenda que muito era pois o Collegio de Coimbra tem algumas quatro, onde muitos dos nossos não fazem outra cousa senão grangear. E se me disserem que o Collegio de [“Coimbra” rasurado] Bahia tem outras residências e as aldeas, disso respondo que estas residências não grangeão para o Collegio, antes o Collegio as sustenta de muitas cousas para que [haives] de grangear se tem a comunhão e bem spiritual dos indios; donde tambem [?] que por esta rezão devão de largar ou não ter residencia nas fazendas que antes pola mesma rezão a devem ter para que assi possa o Collegio sustentar de muitas cousas os que estão nas aldeas e se occupão na conversão do gentio, o que doutra maneira não podera nisso não ter outras rendas [etc.].

5^a Mormurase de termos engenho logo he bem vendelo. Pouqua força tem isso porque murmuração maxime sem fundamento não he rezão bastante para o Collegio alienar huma fazenda como essa. Porque da mesma maneira ouvera a Companhia de largar muitas fazendas porque tambem se murmura de as termos e pode ser que mais. E ter fazenda de tal sorte não acrescenta deformidade porque engenho he como quem tem hum lugar de uvas, azeitona ou azenhas e finalmente canaveaes e engenho do Brasil, são as cearas de trigo, são as vinhas, são os olivaes. E não he cousa tão grande no Brasil ter engenho, que por ser tal cause escândalo, porque homens há e de baixa sorte, que tem hum dous e 3. E homem ha que tem nove

engenhos, e fora pois que muito he que o Collegio da Bahia tinha hum para poder sustentar sogetos; que em grande parte se empregão em servir estas e aos mesmos moradores da Bahia. E alguns escravos e polo consequente alguns próprios engenhos. Nem tal engenho se fez sem parecer de muitos homens que olhão as cousas da Companhia com olhos símplices. E se agora se murmura, polo tempo adiante ceffara a murmuração como he nas demais cousas, quanto mais que não tenho visto estas murmurações. Mas por ventura que se o Collegio agora o [vendermos] sem mesma consideração e sem primeiro ver [?] o que monta com mais fundamento se [rião] e murmuração [?] como de homens que fazem e desfazem as cousas sem conselho mas soo por appetitis.

6ª levar tantos acuqueres a Reino, causa muito rumor; digo que não se levem ao Reino, mas que se vendão na Bahia onde não faltão compradores. E quando fosse muita necessidade mandar algum não tem necessidade de o mandarem a Lisboa, senão a Vianna ao Porto, as Ilhas, [etc.].

Finalmente nesta materia do engenho [rasura] digo ultimamente [rasura]. O Collegio da Bahia não tem gastado té gora mais que do agro do engenho e dos trabalhos e despesas, e não do doce do acuquere. Pelo que achando terras pera canas goze hum anno ou dous deste doce dos rendimentos e proveitos que daa ao Collegio. E tendo ia esta experiencia podera o Principal tratar com os consultores e procuradores se he proveito do Collegio ter o dito engenho, ou se sara mayor vendelo; e resolvendose que he proveito vendelo achando quem o queira comprar veião tambem se os taes pagamentos serão [rasura] em proveito do Collegio, e do que nisso acharem [rasura] ponderando tudo [o visem] a N. R. Pe. selha dava a resolução. [rasura] entretanto me pairesse que nullo modo tenham ha licença para o poderem vender, porque não he a fazenda de tam pouquo momento estando em sua perfeição que se aja de vender senão com muita consideração; e por ventura que tenha lugar para se poder vender, quando o Collegio tomar a mor [rasura] ou grande parte das canas do mesmo engenho para as beneficiar e fazer mele; porque então nalgumas cousas terá menos despesas, e cessara a fama de engenho, mas sem o Collegio ficar [rasura] sem engenho e sem canas aqui ou noutra parte, não vejo (pelo que assima tenho dito) como possa ser ni utilitaten Collegii vender o dito engenho; e isso he o que me parece salvo meliori vidilio.

E com o dito respondo a principal pergunta como se desendividara o Collegio; e digo que com ter e beneficiar o dito engenho achando terras para cana.

Que se fara não avendo Camamu terras para canas.

De presente não vejo outro remedio mais efficaz para o Collegio se poder desindividuar (ate dos que estão apontados) que usar ou aproveitarse das terras que tem pelos melhores modos que poder os quaes se podem reduzir a 4. O 1º he arrendalas. O 2º vendelas o 3º dalas em Emphiteusi, o 4º beneficalas. Quanto ao 1º modo, não tera effeito, porque não avera quem tal queira aceitar. O 2º não he hoie proveito do Collegio vendelas, porque ainda que as venda todas lhe darão tam pouquo per ellas que tera notavel perda vendelas. E se comprarem alguns pedaços das ditas terras serão as milhores e as mais ficarão devolutas sem se poderem aproveitar; e não se vendendo as boas molta [rasura] destas [rasura] se darão todas em Emphiteusi que he o 3º modo. E desta maneira me parece que se dem as ditas terras com as cautelas divididas [rasura] porque há algumas difficuldades assi da parte dos Emphiteutas como do Collegio.

Da parte dos Emphiteutas a principal he que não quererão as ditas terras sem lhas derem em Emphiteusi perpetua, a que em Portugal chamão (fateosi) e isso principalmente para fazer engenhos polo muito que neles gastão e da mesma maneira serão nas terras para Camamu.

Da parte do Collegio he difficuldade, porque como as terras seião matos maminhos de grandes arvoredos incultos não lhe podem por per hora grande penção, e não lha pondo, como quer que polo tempo em diante lha não possa accrescentar, se a Emphiteusi for perpetua, sera grande detrimento do Collegio porque todas as terras tera muy pouquo. E se me disserem que no prio as Igrejas nas terras que davão para se cultivarem punhão pouqua penção digo que então não se davão em Emphiteusi perpetua, e alem disso tinhão grandíssimo proveito, que era serem os dízimos das ditas terras para as mesmas Igrejas; e se nos agora estes tivermos essas nos bastarão por toda a penção pelo o que he necessario acomodar huma cousa com outra de modo que nem o Collegio perqua no totalmente nem os moradores se asombrem. E neste particular o que agora me occorre he o seguinte.

Primeiramente que as ditas terras quando for possivel se não dem em Emphiteusi perpetua. O que bem vejo que nunca terá effeito em agoas e terras para se fazer engenho.

2. que se não dee a cada lavrador muita terra iunta v.g. mea legoa porque em muitos annos a não cultivara.

3. que se lhe ponha logo em condição que não beneficiando as ditas terras em tanto tempo, ou grande parte delas, o Collegio lhas podera tirar; não as beneficiando, ou a parte grande que não beneficiarem para as poder dar a outrem ou vender como lhe parecer.

4. que a penção que lhe poserem não seja cousa certa e limitada; como 5 ou 6 escudos, ou huma ou 2 arrobas de acuquar, [etc.], mas seja de tal sorte que perci va crescendo assi como forem crescendo as bemfeitorias das ditas terras e conforme a bondade delas , porque desta maneira parece que o Collegio não perdera, nem os [rasura] lavradores agora se asombrarão pondolhe a penção incerta nesta forma. E que pagarão tanto per cento como v.g. de vinte hum que he como dizimando de vinte, e nisso não avera engano notavel senão o ouver nas mesmas dizimas. A qual penção se lhe pode por em todas as cousas que se dizimarem, tirando criações miúdas como de galinhas, perus, [etc.]; este visto que não se lhe ponha sua penção em acuquere ou farinhas que venderem, porque acontecera darem terras de tal sorte que todo o proveito delas sera de gado, assi vacum como de poucos carneiros calvalos e bestas [etc.], mas [tem/sem/nem] huma palavra pondo das cousas que dezimarem ou seja de vinte ou de trinta hum me parece que era bom, ou de mais como parecer. E antes [rasura] no principio lhe [gastara/quitara] hum ou dous annos, que não porlhe certa cousa porque alem da cousa por hora não poder ser muita; partindose as terras polo tempo em diante em vários erdeiros se partira tambem a dita penção, e a iso tem pouquo a cada hum que mais sera o trabalho de o arrecadar que o proveito.

Mas dirá alguém que neste inconveniente cas mas nas pondo a penção incerta, o que [rasura] se cuidara se se poser cousa certa, de tal maneira que as ditas terras se emcabecem sempre em alguma pessoa a quem os erdeiros vendão suas partes como [?] em Portugal se faz, conforme as ordenações do Reino na Emphiteusi se se calar (inda que em Entredouro e Minho corre outra cousa). A isso digo que se os lavradores não ficarem com liberdade de poderem distribuir as ditas terras per seus filhos as não quererão aceitar; e acrescento que dado que as terras se partão, se a penção for na forma que tenho dito não ser atam pequena em cada lavrador que não seja proveito arrecadala [etc.]; e para mais com modo lhe podesa eu logo per condição que os ditos lavradores serão obrigados a por ou levar ao Collegio ou caza que tivermos nos destritos das mais terras, as ditas penções [etc.].

Porem dos sobre ditos modos he tam pouquo o que o Collegio pode tirar daqui a muitos annos, que podemos dizer *carpent tua poma nepotes* ³⁵³.

Pello que resta o ultimo modo de beneficiar as terras o que se pode fazer de duas maneiras não avendo no Camamu terras. 1º Vender os cobres e bois do engenho, e lavrarem no Camamu [rasura] mandioca e fazerem farinhas para o Collegio e venderem as mais. Porem

³⁵³ “Seus netos apanharão suas maçãs”.

isso sempre sera de muito pouquo proveito nem o Collegio se desendividara com isso, porque esta lavoura não he senão de homens pobres.

A 2ª he tomarem tudo o que podrem do engenho como cobres negros, bois, formas e madeira lavrada que poderem e va em balças ou nas barquas trespassarem nas a Paçe e ahi fazer o engenho onde dantes se começava. E posto que não aja agoa para todo anno basta que a aja para meo, com huma moenda de tripliche. E acrescenta que inda que o engenho fora todo de tripliche com duas moendas sopposto que temos os bois de caza fora de grande proveito, porque então fizera mais que hum engenho de agoa nem os bois nos morrerão tanto, porque os revezaremos mais ameude. E para isso no cabo dos matos de Paçe poderá estar hum curral seo depois e novilhos para o engenho, e ate disso tirara proveito, que amançados os novilhos, no engenho e carros os vendera mais facilmente e melhor; e fazendo tambem o engenho nessas terras escuzava barquas para cana e lenha.

E finalmente com isso se dará principio de se povoarem as terras de Paçe que então não faltarão lavradores. E [rasura] deixo [rasura] aver aqui milhores madeiras para caixaria que no Camamu, e se os negros fugirem mais facilmente se tomarão; e ainda que os aimures se levantem não há perigo nem menos ainda que venhão olandezes a Bahia [sa homem]. E tambem esta mais perto do Collegio. Donde acrescento que dado que no Camamu aja terras para canas. Em tal cazo o Collegio deve buscar algum homem que queira fazer em Paçe hum engenho para se povoarem aquelas terras, que doutra maneira corre risco de nelas tomarem per devolutas porque são dadas de sesmaria. E quando se não achasse pessoa que se quisesse fazer o dito engenho, digo que parece ser proveito fazelo de meas com algum [rasura] [pondo o que isto que interessa] ³⁵⁴ a [indústria]. e correndo com as obras, e depois com o engenho sem nos endividarmos nisso; e nos darmos as terras e o que mais gastos partirem se pro rata conforme se fizer o contrato, porque de outra maneira estarão estas terras [rasura] per largos annos sem se povoarem.

Não deixarei de aiuntar que o mais fácil modo e com proveito para as terras se povoarem principalmente do Camamu he de a hazerem para ellas algumas aldeas de indios do sertão.

³⁵⁴ Trecho acrescentado à margem.